

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS 10



2001/2002
OEIRAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 10 • 2001/2002



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2001/2002

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 10 • 2001/2002 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Europress, Lda. – Tel. 21 938 14 50
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

ÍNDICE

	Pág
JOÃO LUÍS CARDOSO Apresentação	7
JOÃO LUÍS CARDOSO Elogio do Prof. Dr. Manuel Farinha dos Santos	11
JOÃO LUÍS CARDOSO & FREDERICO T. REGALA Sobre a presença de Mamute, <i>Mammuthus primigenius</i> (Blumembach, 1799) em Portugal: descoberta de uma lamela dentária em depósitos plistocénicos do fundo do estuário do Tejo (Cruz Quebrada, Oeiras)	39
MARIA CLARA SALVADO & JOÃO LUÍS CARDOSO Análise de alguns fragmentos de artefactos em haste de cervídeo do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): cabos e caixas	49
JOÃO LUÍS CARDOSO Os esferóides de calcário do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e suas possíveis finalidades	77
ANTÓNIO GUERREIRO & JOÃO LUÍS CARDOSO A fauna malacológica encontrada no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo sistemático e respectivo significado	89
JOÃO LUÍS CARDOSO & CLEIA DETRY Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)	131
FILIPA PIRES, JOÃO LUÍS CARDOSO & FRANCISCO PETRUCCI-FONSECA Estudo arqueozoológico dos Carnívoros do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)	183
JÚLIO ROQUE CARREIRA & JOÃO LUÍS CARDOSO A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica	249

ÍNDICE (continuação)

	Pág
JOÃO LUÍS CARDOSO & ANTÓNIO GUERREIRO Presença do género <i>Conus</i> sp. no Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa	363
JOÃO LUÍS CARDOSO, ANTÓNIO GONZALEZ & GUILHERME CARDOSO Um notável ídolo de calcário do dólmen de Casinhos (Loures)	375
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO Da imaginação e do rigor	387
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras)	405
JOÃO LUÍS CARDOSO Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira	415
JOÃO LUÍS CARDOSO Recentes intervenções arqueológicas de emergência do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO/CMO)	609
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras Relatório das actividades desenvolvidas em 2000 e 2001	617

APRESENTAÇÃO

Este é o primeiro número dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* que vem a lume quando, à frente da Câmara Municipal de Oeiras, já se não encontra o Dr. Isaltino Morais, que decidiu suspender o mandato para aceitar o alto cargo de Ministro das Cidades, do Planeamento do Território e do Ambiente. Nestes termos, importa, antes de mais, prestar a devida homenagem à acção esclarecida do ilustre autarca a quem esta Revista – bem como a prática da Arqueologia em Oeiras, em moldes profissionalizados – deve a sua própria existência.

Tive o privilégio de presenciar, pessoal e directamente, ainda que fugazmente, em despachos de fim da tarde no seu gabinete de trabalho, ao longo de dezasseis ininterruptos anos, a sua acção governativa. Naquele ambiente, respirava-se a certeza de que todas as decisões tomadas, mesmo as aparentemente mais inócuas, como muitas das relativas a assuntos que eu lhe levava para resolver... mas já com vários milhares de anos..., eram importantes para o presente e o futuro de Oeiras.

Ali constatei também uma outra evidência, nem sempre compreendida ou aceite: a de que a estabilidade da acção política democrática, servida por uma linha de actuação coerente e racional, mas sempre a surpreender pela inovação e pela qualidade acrescidas, afinal, tão úteis e necessárias se revelavam ao desempenho do serviço público que é o Poder Local: assim se corporizou uma verdadeira revolução pacífica das mentalidades, onde a Arqueologia adquiriu, de pleno direito, o seu lugar próprio; assim se afirmou o concelho de Oeiras como pólo de excelência nos mais diversos domínios, por todos reconhecido, mesmo pelos mais insuspeitos cidadãos.

Não é esta, naturalmente, a altura própria para traçar em pormenor a acção do Dr. Isaltino Morais no domínio da Arqueologia em Oeiras, que, repito, tudo lhe deve: mas a mais elementar justiça impunha estas palavras, a quem, com critério, exigência e rigor, mas também com inesgotável criatividade e verdadeira paixão, traçou, dia a dia, a qualidade de que hoje disfrutam os munícipes de Oeiras forma de estar e de ser que, estou certo, terá a merecida continuidade.

Com a edição deste décimo volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* atinge-se um marco histórico na produção científica portuguesa no domínio da Arqueologia. De facto, raras são as publicações de índole exclusivamente arqueológica que, em Portugal, chegaram a tal patamar; menos ainda aquelas que correspondem à edição de volumosos tomos, recheados de extensas monografias que, por si só, chegariam para produzir um único volume, sem quebra da qualidade e apuro gráfico que desde o primeiro número se pretendeu conferir à Revista. Cumpre-me, a propósito, deixar também uma palavra de agradecimento ao Dr. Luís Macedo e Sousa, que acompanhou com o interesse e empenho, por todos reconhecido, a sua produção, desde o número um.

Nos Prefácios dos anteriores números – na maioria da autoria do Dr. Isaltino Morais – está exposta a filosofia que presidiu à criação e manutenção dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, constituindo verdadeiro estatuto editorial que tem pautado esta publicação. Ficou desde cedo claro, dado os limites geográficos concelhios, de carácter estritamente administrativo, serem desconhecidos das populações que outrora habitaram a região estremenha, que os estudos publicados, tomando embora como fulcro as investigações de âmbito local, não se deveriam circunscrever a tão restrito território, tendo presente a necessidade de serem enquadrados num domínio geográfico-cultural mais alargado. Assim, a Revista assumiu interesse e valor científico acrescidos, assumindo-se a nível nacional e, mesmo, internacional, como uma dos mais relevantes projectos editoriais portugueses no seu âmbito.

De facto, não existem hoje dúvidas em afirmar que, face ao pobre panorama nacional no domínio da Arqueologia, os *Estudos Arqueológicos de Oeiras* ocupam nele um papel de importância incontornável, sendo a revista de índole arqueológica editada por uma Autarquia de maior longevidade, relevo e prestígio, haja em vista a qualidade e quantidade das permutas estabelecidas com outras revistas de Arqueologia de diversos países. Se outros argumentos não houvesse, o simples facto de a Revista em boa parte justificar os investimentos realizados pelo valor das permutas recebidas, seria suficiente para justificar a sua manutenção, apesar das dificuldades orçamentais de momento sentidas.

É que as Autarquias, designadamente as de maiores recursos humanos e financeiros, não devem ser um mero contribuinte líquido para as investigações por outrém promovidas, através de protocolos de colaboração nem sempre equilibrados e equitativos. Antes se devem apresentar, na moderna sociedade de informação que é a nossa, como fadoras de produção científica própria, posta, logo que possível, à disposição de todos, especialmente nos domínios da História Local, do Património e da Arqueologia, negando preconceitos desusados os divisões maniqueístas entre quem detém o conhecimento da produção científica e quem possui os recursos financeiros para a subsidiar ou publicar. A obra desenvolvida pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Unidade Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras é paradigma concreto e objectivo deste ponto de vista.

Criado o Centro em 1988, por proposta apresentada pelo Dr. Isaltino Morais, sendo então um dos primeiros a nível autárquico, logo em 1991 se editaram dois números dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, destinados a dar público conhecimento da actividade entretanto desenvolvida; e as mais de quatro mil páginas impressas ao longo dos oito volumes seguintes, a que se soma um número especial, publicado em 1994, bem evidenciam a pujança da obra desde então aqui realizada.

Ao contrário de tantos e tantos projectos mais ou menos válidos ou sustentados, mas que o Tempo ou os Homens acabam por condenar, a plena afirmação do Centro e da sua Revista resultaram da conjugação de circunstâncias favoráveis, a saber: um Poder Autárquico estável e esclarecido; e uma pequena equipa coesa, dedicada, altamente preparada e disponível, a começar pelo signatário que, há que confessá-lo sem falsa modéstia, raro foi o dia desde 1991 em que não contribuiu, de forma directa, para o engrandecimento do legado científico correspondente ao acervo publicado.

Na procura incessante de colaborações que pudessem dar valor acrescido ao manancial de materiais recuperados do precioso arquivo escondido no solo, desenvolveram-se parcerias científicas que bem evidenciam o carácter pluridisciplinar dos modernos estudos arqueológicos; o presente volume é disso, aliás, bom exemplo, ao apresentar vários trabalhos de síntese, de carácter pluridisciplinar, feitos em co-autoria, dedicados ao estudo dos restos malacológicos e mamalógicos recuperados no povoado pré-histórico de Leceia, no decurso dos vinte anos de escavações ali dirigidas pelo signatário (1983-2002), constituindo marcos importantes dos estudos arqueozoológicos realizados até ao presente em Portugal. Outros contributos contidos neste volume, dão também continuidade à linha editorial traçada previamente: é o caso dos estudos dedicados a temas da História da Arqueologia em Portugal ou de índole biobibliográfica, relativos à vida e obra de ilustres arqueólogos já desaparecidos – que tão necessários se afiguram à formação das novas gerações de profissionais – bem como o estudo de colecções antigas, cujo valor, à falta de outras razões, bastava para a sua publicação em condições adequadas, além de artigos de índole monográfica, justificados pela importância científica das peças estudadas.

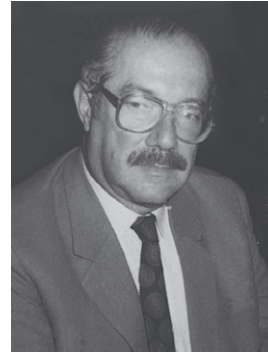
Tais são as razões objectivas que explicam o êxito alcançado e que legitimam e justificam a prossecução deste Projecto científico e editorial, nos exactos moldes em que foi delineado e concretizado, ano após ano. Que este sonho, já tornado realidade, continue a oferecer a todos os resultados do labor que, com todo o entusiasmo, se tem produzido, se a isso permitir a vida dos que a ele se dedicam e o querer daqueles que o vão tornando viável, são os votos que, neste momento tão importante para a vida da Revista, aqui se deixam registados.

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de
Oeiras e Responsável Científico dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

João Luís Cardoso

Barcarena, 23 de Novembro de 2002

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 11-37



ELOGIO DO PROF. DR. MANUEL FARINHA DOS SANTOS⁽¹⁾

João Luís Cardoso⁽²⁾

Senhor Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão
Exm^a. Família do Professor Farinha dos Santos
Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr.^a Teresa Pais Zambujo
Senhor Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões e Vice-Presidente da Academia
Portuguesa da História, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida
Ilustres Convidados
Senhores Académicos e Caros Confrades
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Cumpre-se hoje a obrigação de proferir o Elogio do Professor Manuel Farinha dos Santos, meu antecessor na cadeira n.º 9 desta Academia. É com emoção que o faço, pois habituei-me ao seu convívio amigo nesta mesma sala, que se estendia frequentemente à sua residência. Não esquecerei a insigne figura do humanista, que colocava, acima de tudo, o Ensino e a Ciência que tanto amou e serviu, mesmo na adversidade da doença que, a pouco e pouco, lhe ia retirando as forças. Nesta última fase da sua existência, todo o tempo era pouco para a leitura das últimas obras publicadas de Arqueologia, ciência que cultivou até ao último alento e que, apaixonadamente, continuava a comunicar aos seus alunos do Seminário de Arqueologia que o visitavam assiduamente, até à semana fatídica em que faleceu; assim se revelava o seu espírito: é que um Professor, que verdadeiramente sente e ama a sua profissão, como Farinha dos Santos a amou, só deixa de o ser depois de morto.

⁽¹⁾ Elogio lido na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Abril de 2002 da Academia Portuguesa da História, por ocasião da tomada de posse pelo signatário da Cadeira n.º 9, que pertenceu àquele ilustre Professor e Arqueólogo. Respondeu ao Recipiendário o Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida, Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa.

⁽²⁾ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

Ao saudar, em primeiro lugar, a Família, pretendo prestar um preito de homenagem à sua memória, já envolta em pungente saudade, e ao exemplo moral que constituiu toda a sua vida, devotadamente entregue ao estudo e ao ensino, superando-se a si próprio, com uma vontade e energia que distinguem os grandes espíritos. Evoco emocionado as múltiplas provas de amizade e de confiança que dele recebi, de que destaco a proposta que viabilizou a minha eleição como acadêmico correspondente, a 18 de Dezembro de 1996 e, depois, a vontade expressa para que lhe sucedesse na cadeira que tão brilhantemente ocupou. Tal sucessão ocorreu ainda em sua vida, depois de o Conselho Académico o ter distinguido, em sessão de 6 de Dezembro de 2000, com a sua ascensão a Académico de Mérito, pelos altos serviços prestados à Academia. É por isso que, doravante, usarei este colar que foi seu, e que agora me foi imposto por seu manifesto desejo. Nele, ao seu nome gravado, juntou-se o meu próprio nome. Usá-lo-ei, pois, como insígnia académica que é, dentro e fora desta Academia, com a responsabilidade acrescida de assim estar, também, a honrar a memória, sempre presente, do Amigo querido.

O Professor Manuel Luís de Macedo Farinha dos Santos nasceu a 24 de Agosto de 1923, na freguesia da Penha de França, da cidade de Lisboa, vindo a morrer nesta mesma freguesia a 29 de Setembro de 2001.

Seu pai, então com 25 anos, era tenente miliciano de Engenharia e engenheiro de máquinas pelo Instituto Superior Técnico e sua mãe, ao tempo com 17 anos, era aluna do Curso de Piano do Conservatório Nacional de Lisboa. A partir dos 15 dias de idade, em virtude de sua Mãe ter contraído tifo, passou a ser criado pelos avós maternos, com quem viveu até ao fim da adolescência. Entretanto, aos 10 anos, ficou órfão de pai, no mesmo ano em que morria também o avô com quem vivia, um dos “heróis da República” por ter comandado, como capitão, uma das forças que expulsou de Chaves, em 1912, Paiva Couceiro, com risco da própria vida, tendo sido então gravemente ferido por um tiro na cara.

Sua avó cedeu-lhe então junto ao quarto, um escritório com a biblioteca do falecido marido, constituída por centenas de livros e revistas de História e de Literatura, a maioria do século XIX. Dessas solitárias leituras, nasceu-lhe o gosto pelo estudo dessas matérias, que manteve pela vida fora.

A numerosa família vivia no mesmo casarão, de quatro andares, e tomava as refeições em conjunto na ampla sala de jantar. Nos anos seguintes, morreram outros familiares e os bens existentes foram dissolvidos. Assim, aos 16 anos viu-se obrigado a dar explicações e empregou-se, como dactilógrafo, num escritório da Baixa; aos 17 anos esteve, como assalariado, na 10^a. Repartição de Contabilidade do Ministério da Educação Nacional e com 18 anos, concorreu a 2^o. Escriturário da Contabilidade da Intendência Geral dos Abastecimentos onde chegou a 3^o. Oficial, cumprindo entretanto o serviço militar como Alferes de Infantaria. Entretanto, concluiu, o 7^o. Ano, no Liceu Camões onde, pela primeira vez se distinguiu na disciplina de Literatura.

Depois de desistir de ingressar no Instituto Superior Técnico, a que se candidatara por influência de sua Mãe, que o queria engenheiro, matriculou-se no curso de Ciências Histórico-Filosóficas, da Faculdade de Letras de Lisboa, em 1942, com 19 anos.

Em anos lectivos sucessivos, realizou, como aluno voluntário, as diversas disciplinas do curso. Entretanto, aos 23 anos, casou-se com senhora, de nome Esmeralda, sua devotada companheira até ao fim

da vida, que lhe sobreviveu escassos quatro meses. A sua presença assídua ao lado do marido, sobretudo quando este mais precisava da sua ajuda e apoio, o carinho com que o acompanhava em todas as circunstâncias, como escavações arqueológicas, simples saídas de campo ou congressos em Portugal ou no Estrangeiro, disposta a sujeitar-se a todos os sacrifícios, deve ser recordada e enaltecida, como exemplo ímpar de dedicação conjugal.

Entre os 25 e os 27 anos, nasceram o seu filho, Manuel, cuja morte sentiu duramente e sua filha Margarida.

Ao mesmo tempo, tirara, como aluno voluntário, os cursos de Árabe e de Sânscrito no Instituto de Línguas Orientais da Escola Superior Colonial, convivia com poetas e artistas, decorava extensos trechos de “Os Lusíadas” e de outros poemas, actuava no Grupo Coral do Clube da Estefânia, e embrenhava-se no estudo das principais religiões, dos seus livros sagrados e rituais, numa actividade intensa e polifacetada, condizente com a sua sede de participar, de aprender e de saber, fascinado pela natureza humana e seus mistérios.

Ao serviço do Ministério do Ultramar, partiu para o Oriente em Agosto de 1954; cumprida a missão oficial, regressou em Outubro de 1956, enriquecido pelos contactos com outras gentes e a visita a ruínas esquecidas de velhas civilizações, que lhe aguçaram a paixão pela Arqueologia.

Já com 34 anos, matriculou-se nas cadeiras que lhe faltavam na Faculdade e começou a pensar na dissertação de licenciatura, então obrigatória. Entre as múltiplas actividades referidas, tornando-se leitor atento das obras de Leite de Vasconcellos e frequentador de um curso livre de Arqueologia, ministrado por Afonso do Paço, que viria a ser seu antecessor na Cadeira nº. 9 desta Academia, num 1º Andar do Largo do Mitelo; resolveu-se, assim, a apresentar como prova final do Curso, uma dissertação em Arqueologia. Já então dispunha de dois ingredientes essenciais ao sucesso de qualquer empresa: a vontade de saber e a ânsia de realizar, atributos que viria a conservar pela vida fora.

Decidiu-se, para tal, a esperar um dia Manuel Heleno, à saída de uma aula e, informando-o do seu projecto, pediu-lhe para ser recebido, ao que aquele acedeu, depois de certa hesitação perante aluno que via pela primeira vez. Apesar do feito difícil, distante e severo daquele Professor, no dia seguinte já estava instalado na Biblioteca do Museu Etnológico a consultar livros e, coisa rara, com autorização para examinar as vitrines com espólios inéditos. Ao fim de alguns dias inteiramente dedicados à consulta de livros e observação de materiais arqueológicos, propôs ao Professor Heleno um estudo sobre as peças de “terra sigillata”, pertencentes às colecções daquele Museu. Este, que amiúde o observava, discretamente, quando atravessava a biblioteca para entrar no seu gabinete, aceitou tal temática, convidando-o, como o próprio declarou, com um sorriso que ainda não conhecia naquele semblante habitualmente severo e distante, para almoçar. Ao longo de seis meses foi-se perfilando a dissertação que, graças à orientação de Manuel Heleno e à ajuda gráfica de uma colaboradora do mesmo, Maria Graciana Dias Marques, hoje membro desta Academia, que então trabalhava ao lado do gabinete de Manuel Heleno no espólio de Leite de Vasconcellos, ficou concluída na data aprazada. Nessa altura, já se tinha radicado em Farinha dos Santos o valor pelas escavações metódicas, servindo-lhe a experiência adquirida nas explorações da Tróia de Setúbal, onde foi colaborador de Manuel Heleno, entre 1957 e 1963.

A partir de 1962, depois de tirar um curso de Espeleologia, no âmbito de Sociedade Portuguesa de Espeleologia, com Carl Harpsoe, então cônsul da Dinamarca em Portugal e o geólogo Jaime Martins Ferreira, explorou dezenas de grutas do maciço calcário estremenho, tendo, em muitas, reconhecido depósitos arqueológicos. Alguns desses resultados constam de relatórios inéditos entregues à Junta Nacional da Educação.

Entretanto, criara-se forte empatia entre o estudante e o Professor, mantida até ao fim da vida de Manuel Heleno. Fiel ao Amigo que o tinha ajudado, Farinha dos Santos traçou, sobriamente mas de forma límpida e objectiva, como era de seu timbre, o essencial da personalidade e actividade científica daquele Professor, em estudo bem documentado publicado por esta Academia, em 1987, salientando, corajosamente, os aspectos positivos da sua docência e investigação, quando era costume denegrir sistematicamente a sua obra, especialmente por parte de muitos sem autoridade moral para o fazer, como infelizmente é de norma. Para provar o desconhecimento por parte dos seus detractores e a falta de fundamento da maioria de tais críticas, bastaria referir a aquisição pelo Estado, através do Museu Nacional de Arqueologia, em 1998, por vários milhares de contos, dos seus cadernos de campo, repositório precioso de anos e anos de trabalhos de campo e de escavações arqueológicas.

Concluída a dissertação de Licenciatura, em Julho de 1958, com a nota final de Bom (numa época em que as classificações de Bom eram raras, mormente as atribuídas pelo severo Professor Heleno), Manuel Farinha dos Santos foi por este convidado para segundo assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, no ano lectivo de 1959/1960. Iniciou-se, então, nova etapa da sua vida. Ciente de que o ensino da Arqueologia requeria uma forte e exigente componente prática, mandou fazer uma grande mesa circular, com tampo rotativo, para as aulas práticas da disciplina de Pré-História, do novo curso de História e da de Arqueologia, da antiga reforma, ainda então vigente. Essa mesa ainda existe, no Museu Nacional de Arqueologia, então organismo anexo à Faculdade de Letras, onde as referidas aulas tinham lugar. No ano lectivo seguinte, assumiu a regência da disciplina de Pré-História, que manteve por sete anos, tendo, entretanto, acumulado em alguns anos com as de Antiguidade Oriental, Numismática e História da Arte, esta última depois da doença que atingiu o Prof. Mário Chicó.

Durante esse percurso como docente universitário, realizou no Museu Nacional de Arte Antiga o curso de Conservadores dos Museus Palácios e Monumentos Nacionais. Cabe aqui referir um episódio que lhe ouvi: no exame oral, para discussão do trabalho que submetera a apreciação, intitulado “O pintor Sousa Lopes”, o Prof. Manuel Heleno, conhecedor da personalidade forte do examinando, excedeu-se, deliberadamente, na forma do diálogo: isso provocou imediata reacção, de sinal contrário do examinando, manifestando-se este disposto a abandonar o exame. Quando tudo parecia perdido, aguardando-se, no exterior, o previsto veredicto negativo do júri presidido pelo Dr. João Couto, para surpresa de todos, Farinha dos Santos foi distinguido com a mais alta classificação. Inquirindo depois o Professor Manuel Heleno sobre as razões de tão insólito desfecho, este respondeu-lhe que, conhecendo muito bem a sua frontalidade, decidiu espicaçá-lo para, deste modo, melhor sobressaírem as suas qualidades de rigor e a segurança dos conhecimentos. A classificação obtida, de dezoito valores, valeu-lhe ser nomeado depois

professor daquele curso e, em 1968, Director do Panteão Nacional, cargo de que iniquamente foi afastado em 1975, para ser reintegrado com a mesma categoria em 1982, mas não ressarcido de todos os desgostos sofridos.

Entretanto, nos finais da década de 1970, despontavam as primeiras tentativas de ensino particular e cooperativo universitário. Não admira que o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão o tenha convidado, para com ele erguer, na Universidade Livre, a Licenciatura em História, cujo primeiro ano de funcionamento remonta a 1977/1978. Ali regeu as disciplinas de Arqueologia, e de Epigrafia e Numismática Greco-Romanas. Houve oportunidade de trocar impressões com alunos seus, nesta fase de arranque do ensino particular universitário em Portugal. Todos salientaram a visão do Professor, que entendia a que a Arqueologia, para ser bem ensinada, deveria ser obrigatoriamente acompanhada de aulas práticas, de preferência no campo, que é onde tudo deve começar. As suas escavações eram, assim, um modelo de rigor, correspondente à aplicação da metodologia previamente transmitida aos seus alunos. Ensinava com benevolência e precisão, onde à serenidade se irmanava indisfarçável entusiasmo, mas era exigente, consciente de que só um bom ensino poderia formar profissionais competentes. Ao contrário de muitos outros arqueólogos, não temia que os seus alunos procurassem outros colegas para, em trabalhos de campo mais ou menos prolongados, aperfeiçoarem os conhecimentos: incentivava mesmo essa procura, como testemunhei pessoalmente, em anos sucessivos, em escavações por mim orientadas.

Em 1986 tornou-se cooperador-fundador da Universidade Autónoma de Lisboa, tendo leccionado até ao ano lectivo transacto a disciplina de Pré-História e, até ao seu falecimento, o Seminário de Arqueologia. Ali desempenhou, sucessivamente, as funções de Assistente, de Professor Extraordinário e de Professor Catedrático Convidado. A investigação, que sabia dever acompanhar de perto o ensino, tanto da parte dos docentes como dos discentes, promovendo nestes a curiosidade e o desenvolvimento de iniciativas susceptíveis de fazerem despontar os mais capazes, levou-o à criação do Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade Autónoma de Lisboa, de que foi o primeiro Director, ao abrigo do qual muitos trabalhos de campo se fizeram. A excelência do seu labor, inclusivé em tarefas administrativas a que os docentes se vêm obrigados a aceitar, justificou público louvor, do então Director do Departamento de Ciências Humanas, Prof. Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, do seguinte teor:

“Tendo cessado funções no passado dia 24, como Subdirector do Dep. de Ciências Humanas para o Curso de História, o Prof. Dr. Manuel Farinha dos Santos, hei por bem louvá-lo publicamente, destacando a extrema dedicação e empenho com que, ao longo de cerca de 4 anos, exerceu os cargos de Vogal do Dep. de História (1991-1992) e Subdirector do Departamento de Ciências Humanas para o Curso de História (1993-1995). Lisboa, 26 de Julho de 1996”.

Verdadeira figura de referência, por quem os alunos sentiam verdadeira admiração como tive por várias vezes oportunidade de presenciar, e de quem sempre recebiam palavras de estímulo, despertava vocações, sempre com o espírito atento e disponível, concedendo apoio objectivo a todos os que o procuravam para progredirem nos seus trabalhos: a sua biblioteca pessoal encontrava-se sempre franqueada a quem dela tivesse necessidade. A sua acção prestigiou o ensino da Arqueologia em Portugal, que o mesmo é dizer, a Universidade Autónoma de Lisboa.

Estas qualidades, que distinguem o simples professor, enquanto mero agente transmissor de conhecimentos, do Mestre prestigiado criador de Escola, justificou a homenagem de que foi alvo, por parte da Universidade que serviu, a 28 de Maio de 1998. Repleto o auditório do pólo da Boavista, a saudação esteve a cargo do Reitor, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida que, significativamente, a intitolou “Manuel Farinha dos Santos: uma vida consagrada à Arqueologia (40 anos de actividade cultural)”. Nesta cerimónia, o papel de sua esposa, foi convenientemente salientado; a sua inquebrantável dedicação, repita-se, mesmo nas horas amargas, quando a injustiça se abateu sobre Farinha dos Santos, constituiu o seu principal sustentáculo anímico, e explica, em grande parte, a grandeza da obra e a simplicidade do homem.

Com o surto de desenvolvimento tecnológico e industrial que o País conheceu nos inícios da década de 1970, a sua visão dos acontecimentos, servida por um espírito objectivo e sempre atento, manifestou-se de forma inovadora e, como sempre, com resultados práticos. Refiro-me à criação do Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines, em Junho de 1972. É escusado salientar o pioneirismo desta iniciativa, a primeira que, com bases sólidas e alicerçada institucionalmente, se organizou a nível nacional, com o objectivo de estudar, valorizar e divulgar o património arqueológico de uma vasta área, interessada pela construção do gigantesco complexo urbano-industrial e portuário de Sines e respectivas vias de acesso. Foi então organizado um ambicioso programa de trabalhos, que passaram pela prospecção de campo, pela escavação das estações mais importantes e, enfim pela valorização e publicação das mesmas.

Hoje, quando a chamada “Arqueologia de Salvamento” e os estudos de impactes ambientais estão na ordem do dia, incluindo a componente arqueológica, não será de mais salientar o esforço solitário de há precisamente trinta anos: já então o Professor Farinha dos Santos tinha posto em prática idêntica tarefa, que hoje se nos afigura desmesurada para tão limitados recursos, mas cujo êxito se encontra plenamente demonstrado pelos resultados do trabalho desde então desenvolvido, por si e depois pelos seus valiosos colaboradores, os Drs. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares que continuam a trabalhar na região: é caso para dizer que a semente então lançada à terra germinou e multiplicou-se, sob a forma de dezenas de publicações, da mais alta valia científica, para além de outras consequências, de ordem imaterial, difíceis de contabilizar.

Durante dez anos, de 1964 a 1974, foi vogal da sub-secção de Arqueologia da Junta Nacional da Educação, órgão consultivo do Ministério da Educação Nacional a quem competia emitir pareceres sobre a actividade arqueológica. Os numerosos pareceres por si apresentados, sempre gratuitamente, mostram bem a ponderação e equilíbrio com que eram elaborados, com a preocupação primordial da defesa do nosso rico património arqueológico, que o aludido surto de desenvolvimento punha cada vez mais em causa.

A salvaguarda desse rico manancial, ainda quase totalmente por estudar, sabia que só se poderia fazer com base na instrução generalizada de todas as classes sociais, a quem deveria chegar informação acessível, mas carregada de forma exacta e rigorosa. Assim se explica as dezenas de palestras sobre Arqueologia que proferiu aos microfones da Emissora Nacional e, mais tarde, sob a forma de entrevistas na Televisão, as múltiplas conferências e palestras que apresentou por todo o País, sempre que era para tal convidado, numa tão notável quanto desinteressada actividade de extensão cultural e, sobretudo, a direcção das colecções da

Editorial Verbo “Historia Mundi” e “Biblioteca das Civilizações Primitivas”, no âmbito das quais saíram, respectivamente, 40 e 14 volumes. Este esforço extraordinário de fazer chegar a preços acessíveis e à generalidade de uma população cada vez mais interessada em conhecer as suas próprias raízes, que o mesmo é dizer, as origens e desenvolvimento da Humanidade, beneficiou muitos e muitos daqueles que, hoje, fazem da Arqueologia a sua actividade de todos os dias ou, simplesmente a consideram como uma das suas áreas de interesse geral. Verdadeiramente de iniciação foi o livro, por si especialmente escrito para a segunda daquelas colecções, intitulado “Pré-História de Portugal”, com três edições (1972, 1974 e 1985). Este livro marcou uma época. Ali se revelou, para muitos, pela primeira vez, como foi o meu caso, ainda aluno do 5.º Ano do Liceu Normal de Pedro Nunes, o portentoso passado pré-histórico de Portugal. Elaborado com os objectivos já aludidos, servido por escrita tão despreziosa quanto cuidada e acessível, constituiu contributo inestimável cujas consequências, para o conhecimento e defesa do nosso património, pelas vontades e interesses que conseguiu mobilizar por todo o País, a começar pelos investigadores locais, são hoje difíceis de contabilizar.

Nessa linha de preocupações pela formação de todos, mais ou menos jovens, se inscreve a leccionação, entre 1966 e 1972, de diversos cursos livres de Iniciação à Arqueologia, nos quais tive, em 1972, o privilégio de escutar, pela primeira vez, no Centro Piloto de Arqueologia do Secretariado para a Juventude do Ministério da Educação Nacional, instalado então no rés-do-chão deste mesmo palácio onde nos encontramos. Foi ainda com esse objectivo, que abraçou entusiasticamente o projecto dirigido pelo Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, dos Cursos Livres de Santarém, nos inícios da década de 1980, nos quais regeu, aos sábados, as disciplinas “Iniciação à Arqueologia do Ribatejo”, “Iniciação à Arqueologia da Península Ibérica” e “Arqueologia Romana em Portugal”, abertos a todos os que pretendiam aumentar e melhorar os seus conhecimentos no domínio da História de Portugal.

Mais tarde, na Universidade Autónoma, promoveu o Curso de especialização em Arqueologia, com duas edições, em 1990/1991 e 1991/1992, a que se seguiu, mais tarde os Cursos Livres “Arqueologia da Estremadura”, em 1997/1998, e de “Arqueologia de Portugal, com duas edições (1998/1999 e 1999/2000), sempre com o propósito de fazer chegar a todos os interessados – e muitos foram – uma informação actualizada sobre o muito que, em Portugal, se ia fazendo no domínio em apreço.

A qualidade do seu trabalho foi desde cedo reconhecida além fronteiras. A convite do Prof. Martin Almagro, proferiu duas conferências na Universidade Complutense de Madrid e uma outra no CSIC. Estabelecendo boas relações de amizade com os mais eminentes arqueólogos do país vizinho, entre outros com o Prof. Francisco Jordá-Cerdá, Catedrático de Arqueologia de Salamanca, isso reverteu a favor de terceiros, com a viabilização do doutoramento em Arqueologia, naquela Universidade, de diversos discípulos, para além de outros benefícios, que ainda hoje se fazem sentir na sua Universidade, como a recente criação dos cursos de Mestrado e de Doutoramento em Arqueologia, em parceria com aquela prestigiada universidade espanhola bem evidencia.

É também digna de destaque a sua actividade na Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde ingressou como sócio efectivo da secção de Pré-História em 1967. Ali desenvolveu intensa actividade, tanto de carácter científico, consubstanciada nas comunicações publicadas no órgão da Associação, a revista

“Arqueologia e História”, como associativo. Em Julho de 1969, foi eleito em uma direcção presidida pelo Prof. Doutor Fernando de Almeida e da qual faziam parte o Dr. Alberto Iria, o Doutor O. da Veiga Ferreira e o Dr. José Timóteo Montalvão Machado. Essa direcção foi reeleita, excepção feita a Veiga Ferreira, em 1972; durante os seis anos que esteve à frente dos destinos da centenária Associação, foram apresentados trabalhos da mais alta valia, todos regularmente publicados. Mas onde a sua actividade mais se distinguiu, no seio daquela Associação, foi na Secção de Pré-História. Em 25 de Novembro de 1969, foi eleito seu Presidente, para o mandato de 1969-1972. Logo se fez sentir o seu dinamismo, pois no decurso do ano associativo de 1970 todos os meses, de Janeiro a Junho, se apresentaram comunicações, todas de elevado interesse, e organizou-se um Colóquio, em Maio, dedicado à problemática da terminologia arqueológica. A pujança desta Secção aumentou no ano seguinte, conforme se deduz do circunstanciado relatório de sua autoria, publicado em 1971: de Outubro de 1970 a Junho de 1971, todos os meses foram preenchidos por comunicações de sócios, a maioria delas publicadas nas páginas da revista já mencionada; ao mesmo tempo, houve a preocupação de fazer ecoar tais reuniões nos órgãos de comunicação social da época: o Diário de Notícias, República, A Capital, Primeiro de Janeiro, O Século, A Voz, Diário da Manhã, Jornal de Notícias, Diário de Lisboa, Novidades, Época, O Comércio do Porto, Jornal do Comércio, e outros, noticiaram regularmente as sessões, como se refere no Relatório desse ano, levando o nome da Associação ao conhecimento do grande público. E o mesmo se verificou no ano associativo seguinte (1971-1972). Não espanta, assim, que Manuel Farinha dos Santos tenha sido reeleito como Presidente da Secção de Pré-História para novo mandato, na Assembleia Geral de 3 de Novembro de 1972, que deveria terminar em Novembro de 1975. Porém, apenas até 1974 a secção funcionou com o dinamismo e a regularidade, mercê da acção de Manuel Farinha dos Santos. O último volume da IX Série da referida Revista, respeitante a 1973, foi impresso em Agosto de 1974; o seguinte, só veria a luz do dia em ... 1990!

Entretanto, tomou posse como director do Museu da Associação, em Fevereiro de 1971, tendo-se, de imediato, ocupado das tarefas consideradas mais urgentes, a saber: a inventariação da colecção de numismática e o restauro da colecção de estatuetas pré-colombianas, oferecidas pelo Conde de São Januário, em finais do século XIX, e que veio encontrar embrulhadas em jornais. Foi, ainda, Secretário-Geral das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que decorreram de 13 a 15 de Outubro de 1972, cujas actas foram prontamente publicadas em 1973 e 1974, ainda sob sua orientação.

Há realmente pessoas que, pela sua actividade, esforçada, empenhada e desinteressada em prol de uma causa comum, se tornam, em determinadas épocas, indispensáveis à vida normal de muitas instituições, em especial das que perseguem fins puramente científicos. Por mais de uma vez lhe ouvi referir os esforços incríveis que possibilitaram o quase milagre da edição regular da Revista, viabilizada por subsídios que, pessoalmente, Farinha dos Santos ia solicitando às entidades competentes, com destaque para a Câmara Municipal de Lisboa. Claro está que esta fase brilhante da vida associativa impunha, a todos, dedicação, disciplina e esforço desinteressados, nunca regateados pelo próprio, mas nem sempre aceites ou compreendidos: num momento em que o materialismo exacerbado domina os interesses dos homens, mesmo na actividade científica, de onde aquele deveria estar mais arredado, é de destacar o exemplo de Farinha dos Santos: assim ele fique, aqui e agora, devidamente registado.

Manuel Farinha dos Santos foi recebido na Academia Portuguesa da História em 23 de Janeiro de 1970, como Académico Correspondente, tendo sido elevado a Académico de Número em 18 de Abril de 1980, por eleição. Entre 21 de Maio de 1971, e 17 de Março de 1999, apresentou dezanove comunicações, das quais foram publicadas sete.

A assiduidade da sua presença, bem expressiva é da devoção que consagrava à Instituição; não se inscrevia, felizmente, no grupo daqueles que gostam, sobretudo, de se ouvir falar, mais do que ouvir falar os outros. As suas comunicações denunciavam actualização do próprio nos progressos científicos verificados nas respectivas matérias, exemplarmente expressa na comunicação de 9 de Abril de 1997 intitulada “Principais acontecimentos e descobertas na Arqueologia Pré-Histórica em Portugal na década de noventa”. Da mesma forma, intervinha regularmente nos debates, sempre com a objectividade de todos conhecida, indo directamente ao essencial da questão, quando entendia dever objectar, rectificar ou pedir esclarecimentos, não se limitando às palavras de circunstância que alguns julgam serem as únicas ouvidas nas Academias, designadamente os que a elas não pertencem.

Tais circunstâncias levaram a que, por falecimento do Prof. Doutor Fernando de Almeida, ocorrido a 29 de Janeiro de 1979, o Conselho Académico propusesse que a cadeira n.º 9, fosse ocupada por Manuel Farinha dos Santos, pelo seu mérito próprio, pelas múltiplas provas dadas de interesse pela vida académica, bem como pela garantia de que a obra científica do antecessor teria o Elogio Histórico merecido, dadas as relações de franca colaboração e estreita amizade de há muito existentes entre ambos. Tal viria a verificar-se a 18 de Abril de 1980. Logo no ano seguinte, a 20 de Fevereiro de 1981, foi eleito Secretário Geral, cargo que desempenhou no triénio de duração do mandato, de forma exemplar e dedicada, sendo o Conselho Académico presidido pelo Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, tendo por Vice-Presidentes o Prof. Alberto Iria e Banha de Andrade e, como vogais, os Drs. José Timóteo Montalvão Machado e Vítor Braga Paixão.

Retomando a sua condição de Académico de Número, continuou a participar activamente na vida da Academia. Por ocasião das comemorações do cinquentenário da restauração da Academia Real da História Portuguesa, apresentou, em 24 de Outubro de 1986, a comunicação “os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História”, numa sessão evocativa dos arqueólogos que foram Vice-Presidentes da Academia ou seus Membros, a qual viria ulteriormente a ser publicada, em 1987, nos respectivos Anais. No ano seguinte, representou oficialmente a Instituição, no Simpósio Bronze Final na Beira Interior, realizado por iniciativa da Câmara Municipal de Mação. Nesse mesmo ano, sujeitou-se a uma melindrosa operação cirúrgica, cujas probabilidades de sucesso eram baixas. Felizmente, conseguiu vencer o mal, mas jamais recuperou a robustez física de que anteriormente gozava. Tal facto impediu-o de entregar para publicação uma das mais importantes comunicações por si apresentadas à Academia, em 1985, dedicada aos resultados das escavações por si dirigidas na estação mesolítica da Fonte da Moça, Almeirim. Mais tarde, a 16 de Fevereiro de 1990, já em parte restabelecido, foi-lhe endereçado convite pelo presidente da Academia, para proferir a saudação ao Académico espanhol José Carro Otero, Catedrático da Universidade de Santiago de Compostela, que cumpriu com a usual sobriedade. Como preito de gratidão para com o seu Mestre, Prof. Manuel Heleno, apresentou em 1994 a sua evocação, por ocasião do centenário do seu

nascimento; fiel e grato aos seus Amigos, colaborou nos Volumes de Homenagem dedicados aos Prof. Doutores Joaquim Veríssimo Serrão e Justino Mendes de Almeida, ambos saídos do prelo em 1999, com estudos em que tive a honra de com ele partilhar a autoria. Foram estes os derradeiros trabalhos que publicou na Academia. Mas o labor aqui desenvolvido, se bem que intenso, foi apenas uma parte da sua prodigiosa actividade, impossível de ser adequadamente caracterizada nesta curta evocação, tal o volume e a diversidade da obra publicada.

A actividade científica de Manuel Farinha dos Santos, que dispensa forte adjectivação, ascende a 150 trabalhos, redigidos ou publicados entre 1958 e 1999.

É lugar comum o de o bom professor, para o ser, ter forçosamente de desenvolver investigação pessoal das matérias por si leccionadas, às quais se deve dedicar em exclusividade.

Sem dúvida que onde Farinha dos Santos mais se notabilizou foi no difícil domínio da arte pré-histórica, pelo qual sentia verdadeiro fascínio. Ali, os aspectos recônditos da mente humana, expressavam-se em figuras mais ou menos naturalistas ou simbólicas, dando lugar à pura interpretação cognitiva de dados arqueológicos que, melhor do que quaisquer outros, eram o reflexo directo da humanidade primitiva e da sua dura luta pela sobrevivência, dos seus dramas, anseios, crenças, temores e tradições, no seio de uma Natureza quantas vezes hostil, regida por forças desconhecidas, das quais dependia em absoluto.

Não espanta, pois, que tenha sido a gruta do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo, como a estação arqueológica a que se dedicou com mais afinco, celebrizando-a internacionalmente: ainda hoje, constitui a única gruta do ocidente peninsular com manifestações artísticas do Paleolítico Superior, entre as quais se podem observar silhuetas de cavalos, representações de touros selvagens, símbolos abstractos, figuras híbridas, algumas de marcado simbolismo. Limito-me, para não alongar demasiadamente esta resenha, a evocar uma bem conhecida cena, gravada a traço contínuo na parede da gruta, representando a “maternidade”, em que de uma corça, representada pela cabeça e tronco longilíneo, parece desprender-se uma cria, de muito menores proporções. Pintadas e gravadas nas paredes rochosas da cavidade, deve-se a Manuel Farinha dos Santos o mérito de ter estudado e publicado tais representações, em Portugal e depois, em França, recorrendo à colaboração do malgrado Padre Glory.

É de forma emotiva que o próprio nos descreve, em 1964, as condições da descoberta: “No fim da tarde de 17 de Abril de 1963, os operários que trabalhavam na pedreira da herdade da Sala (...), ao desprender um bloco de mármore com um tiro de pólvora, viram abrir-se um buraco onde se podia introduzir, com facilidade, um homem. (...).

Um desses operários, de nome Valentim Domingos Fernandes, penetrou na cavidade servindo-se de fósforos como meio de iluminação e descendo a rampa ali existente chegou a uma grande sala em cuja superfície viu crânios, ossos longos e vasos. Surpreendido e momentaneamente atemorizado, voltou ao exterior e contou aos seus camaradas o que observara.

Estava descoberta a gruta do Escoural!”

A importância científica da gruta resumia-se, de início, à existência de uma vasta necrópole que, no Neolítico, se instalou em um grande sala, denunciada à superfície pelos referidos despojos humanos e

materiais arqueológicos. Impondo-se, de imediato, a tomada urgente de providências, Farinha dos Santos, com o apoio de Manuel Heleno, iniciou os trabalhos preliminares, que se prolongaram ininterruptamente, de 28 de Abril a 11 de Setembro de 1963. A partir de 12 de Setembro, concluídos os levantamentos das galerias conhecidas, deu-se início à escavação propriamente dita. Entretanto, os traços muito sumidos, a vermelho e negro, observados nalguns locais da gruta, despertavam o interesse de muitos arqueólogos que visitavam o local, sem saberem interpretá-los; foi só a 10 de Outubro que Farinha dos Santos, resolvendo suspender da parte da manhã a escavação em curso, voltou a examinar os traços conhecidos, lembrando-se de os avivar, borrifando-os com água: nova e emocionante descoberta se lhe deparou, segundo palavras do próprio: “Ao salpicar um conjunto de traços sumidos, de interpretação duvidosa e já observados muitas vezes, apareceu, com toda a nitidez, uma espantosa figura híbrida e itifálica, como que a anunciar, por recursos de magia, uma arte paleolítica que durante cerca de seis meses se recusara a mostrar-se...”.

Pela sua relevância científica e patrimonial, foi a gruta do Escoural classificada como Monumento Nacional, pelo decreto 45 327, de 25 de Outubro de 1963 firmado pelo Ministro da Educação, que assim serviu os superiores interesses da Ciência. Hoje em dia, quanto tanto se fala – e bem – da defesa e salvaguarda do Património, a celeridade do processo de classificação do Escoural, ficará como paradigma da defesa eficaz e consequente do nosso Património Arqueológico e exemplo que convinha mais vezes ver seguido.

Nas décadas seguintes, as investigações prosseguiram na gruta vindo a descobrir-se mais gravuras rupestres, cujo levantamento exaustivo ficou, porém, por concluir, e estenderam-se ao outeiro adjacente, no qual se identificou um importante povoado fortificado calcolítico, bem como um santuário rupestre do final do Neolítico, abandonado aquando da instalação do povoado pré-histórico. De tais descobertas, nos dão conta importantes estudos, publicados no país vizinho, em co-autoria. A necrópole neolítica, cuidadosamente levantada por Farinha dos Santos, e primorosamente desenhada, sob sua orientação, por técnico posto à sua disposição por Manuel Heleno, não teve, porém, a mesma sorte: impedido, circunstancialmente, por razões de saúde, de elaborar a sua sonhada e jamais esquecida monografia, os referidos originais, guardados naquela Instituição, acabaram por ser aproveitados por terceiros ...sem que, sequer, o seu nome fosse referido no sítio próprio. Farinha dos Santos, por saber de experiência feita, conhecedor das grandezas e misérias do género humano, suportou mais este episódio em silêncio, senão mesmo com genuíno desprendimento. Nesta, como em outras situações, afirmou-se o seu carácter superior e sereno, certo de que o juízo da História, acabará por ser inexoravelmente feito.

Farinha dos Santos dedicou apenas duas notas à ocupação neolítica da gruta do Escoural, ambas publicadas nas Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Coimbra, em 1970, além de entrada publicada em Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, em 1968. Uma delas é particularmente importante, por documentar a presença, em pleno interior alto-alentejano, de fragmentos de cerâmicas decoradas pela impressão da concha do *Cardium edule* (o vulgar berbigão) e por isso chamadas de cerâmicas cardiais, dos primórdios do Neolítico Antigo, remontando à segunda metade do VI milénio a. C. quando, então, se julgava que tais materiais se confinavam à orla costeira. Deste modo, tais achados vinham abrir

novas perspectivas sobre os mecanismos que presidiram à neolitização da parte meridional do território português, designadamente a existência de uma via de difusão interior, oriunda da alta Andaluzia/Extremadura espanhola, a qual só muito recentemente voltou a ser reequacionada, mercê da descoberta do povoado aberto do Neolítico Antigo de Valada do Mato, no concelho de Évora.

Outro aspecto importante da gruta do Escoural, e que não passou despercebido a Farinha dos Santos, infelizmente reduzido a curta referência em comunicação apresentada ao XVII Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Zaragoza em 1985, foi menção à existência de materiais mustierenses, recolhidos *in situ*, na brecha da base do enchimento, cuja importância não lhe passou despercebida, ainda que até época recente, fosse muito difícil reconhecer a intencionalidade do talhe em tal tipo de materiais: uma vez mais, impunha-se o seu espírito analítico e objectivo.

Mas a arte rupestre tinha-o definitivamente seduzido; até ao fim, ocupou lugar primordial entre os seus interesses científicos, publicando, entre outros, sozinho ou em co-autoria, notícia sobre a estação de arte rupestre de Fratel, sobre o Tejo, na prestigiada revista londrina *Antiquity*, em 1973; os podomorfos de Peroliva, do concelho de Reguengos de Monsaraz, em comunicação apresentada ao I Congresso Internacional de Arte Rupestre, reunido em Caspe, Zaragoza, publicado em 1986/1987; a Fraga das Passadas, do concelho de Valpaços, na revista *Zephyrus*, da Universidade de Salamanca, em 1994 e, finalmente, em 1996/1997, nos Anais da Universidade Autónoma de Lisboa, o estudo “Gravuras rupestres do distrito de Bragança: elementos para a sua localização e estudo”, precioso repositório de informações que, cedo ou tarde, aproveitará a alguém.

Neste âmbito, merece destaque a extensa entrada publicada na *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, em 1980, de nove páginas, dedicada à “Arte rupestre em Portugal”, para além de muitas outras, sobre os principais sítios europeus com arte parietal paleolítica, de que se tornou aplicado cultor. Mas era à sua querida gruta do Escoural que voltava, sempre, às suas preocupações: daí a justa homenagem que o distinguiu, em Outubro de 1988, com a realização de um Colóquio Internacional comemorativo dos 25 anos da descoberta da gruta do Escoural, organizado pela Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, cujas actas se publicaram dois anos volvidos.

Nesta rápida peregrinação pelos temas científicos que mais queridos foram a Farinha dos Santos, não poderíamos deixar de referir os importantes estudos sobre o Mesolítico. No vale do Sado, descobriu e publicou os concheiros mesolíticos do Barranco da Moura e de Fonte da Mina. Na qualidade de Conservador-adjunto do Museu Nacional de Arqueologia, lugar desempenhou a título gratuito, a convite do Prof. Doutor Fernando de Almeida, quando este assumiu a direcção do mesmo, teve acesso aos espólios e levantamentos de campo das escavações efectuadas em outras estações congéneres do vale do Sado. Do labor então desenvolvido, resultaram estudos valiosos, em co-autoria com C. Tavares da Silva e J. Soares, sobre as estações do Cabeço do Pez e da Barrada do Grilo.

Outra área de interesse do Professor Farinha dos Santos foi a do megalitismo. Em particular, os monumentos do verdadeiro paraíso megalítico de Monsaraz, na expressiva designação do nosso saudoso confrade José Pires Gonçalves, deslumbraram-no, pelas relações patentes em alguns deles com a arte pré-histórica.

Não tenho dúvidas em admitir o fascínio que, em Farinha dos Santos, despertou a grandiosidade daqueles vastos espaços abertos, pontuados por enormes pedras que, erguidas do chão, pareciam querer despertar, pela mão dos arqueólogos, de um sono várias vezes milenário. É de sua autoria um belo artigo de síntese, publicado no número de Abril de 1974 da Revista francesa *Les Dossiers de l'Archéologie*, inteiramente dedicado a Portugal, intitulado “Dolmens et Menhirs de l'Alentejo”, a que se seguiu outro, em co-autoria com Pires Gonçalves, “Menhirs et cromlechs de l'Alentejo” apresentado ao IX Congresso da União Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Nice em Setembro de 1976. Com este seu Amigo e confrade, publicou ainda “O polidor rupestre num. 1 da Herdade da Capela (Reguengos de Monsaraz – Portugal)”, peça raríssima, senão única, da pré-história portuguesa: trata-se de um pequeno afloramento granítico de grão muito fino, com numerosas depressões em cuvetas oblongas, resultantes do afeiçoamento de artefactos de pedra polida, dado a conhecer no XV Congresso Nacional de Arqueologia, cujas actas se publicaram em 1979.

A Idade do Cobre também o interessou, tendo co-dirigido escavações, nos inícios da década de 1980, com alunos seus, num sector do povoado fortificado do Escoural, coroando o outeiro onde se abre a gruta já mencionada. Ainda no Escoural, escavou um monumento funerário colectivo de falsa cúpula, repleto de materiais arqueológicos intactos, com destaque para a riquíssima colecção de placas de xisto decoradas, talvez construído e utilizado pelos habitantes do povoado, publicando-o com O. da Veiga Ferreira, nas páginas de *O Arqueólogo Português*, em 1969. Aliás, a colaboração científica com este eminente arqueólogo, fora expressa, pela mesma altura, nas duas campanhas de escavações realizadas em 1968 e 1969 na Lapa da Rainha, no Vimeiro, com ocupação humana do Paleolítico Superior e abundantes faunas quaternárias, em comunicação apresentada às I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, cujas actas se publicaram em 1970.

A Idade do Bronze e, em particular, o chamado Bronze do Sudoeste, ou Bronze Meridional Português, na expressão acertada de Fernando Nunes Ribeiro, deve-lhe importantes contributos: destaca-se a publicação, em 1972 e em 1974, da necrópole da Provença, Sines, com C. Tavares da Silva e J. Soares, cuja descoberta e escavação integral – estendida à vizinha necrópole da Quitéria, do mesmo tipo e época – é facto excepcional, no contexto da Arqueologia portuguesa, e por isso mesmo digno de ser devidamente registado e salientado. Outro contributo neste âmbito, foi a publicação de uma tampa sepulcral insculturada do Bronze do Sudoeste, recolhida em Castro Verde, e guardada no Museu Nacional de Arqueologia.

A Idade do Ferro foi também contemplada pelas suas preocupações. É o caso da comunicação apresentada a 19/2/1982 à Academia, intitulada “A inscrição indígena da Cerca do Curralão (Almodôvar) e seu enquadramento num corpus do SO peninsular”, tendo então apresentado a distribuição geográfica das ocorrências conhecidas, sua possível cronologia e tipologia, sublinhando a necessidade de uma cooperação interdisciplinar entre arqueólogos e filólogos, com o propósito de alcançar a desejada decifração, ainda não conseguida: o nosso malgrado confrade Coronel Aboim Sande Lemos, chegou a confidenciar-me que considerava este tema como verdadeiro desígnio nacional da nossa investigação histórica: e é-o, de facto!

Digno de destaque é também o estudo sobre as fibulas recolhidas no castro da Cabeça de Vaia Monte, perto de Monforte, povoado fortificado cuja ocupação da Idade do Ferro abrange quase todo o I milénio a. C., até

à época romana republicana. Objecto de extensas escavações ordenadas por Manuel Heleno, entre 1951 e 1964, a quem não passou despercebida a importância ímpar do sítio, do seu opulento espólio destaca-se o conjunto estudado por Manuel Farinha dos Santos, constituído por mais de duas centenas de fíbulas, que subdividiu em seis grupos principais. Foi publicado nos Anais, em 1973, primorosamente ilustrado por 26 estampas com desenhos das principais peças. Bastaria este trabalho para confirmar a ímpar capacidade analítica do seu autor, servida por um espírito crítico indispensável a quem se abalança a estudos de carácter tipológico especializado.

A Numismática foi outro dos seus campos maiores de investigação. O *oppidum* referido serviu-lhe de ponto de partida para sucessão de artigos que, sozinho ou em colaboração, dedicou à numária dos primeiros tempos da dominação romana da Península Ibérica:

- “Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte” (1972), também publicado nos Anais desta Academia;
- “Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal)” (1973), em colaboração com C. Tavares da Silva e J. Soares. Trata-se de um dos primeiros estudos publicados sobre numária hispânica em que os respectivos materiais são integrados no contexto arqueológico do qual faziam parte integrante, valorizando deste modo as conclusões respectivas. A prática, infelizmente tão frequente entre nós, devido em parte à praga dos pesquisadores de tesouros, é a de se omitirem, ou mistificarem, por razões óbvias, as condições dos achados, senão mesmo os locais das descobertas, inutilizando, deste modo, o valor científico dos numismas enquanto documentos históricos e não apenas como meras peças de coleccionismo;
- “Moedas com inscrições púnicas de quatro oficinas hispânicas do litoral, pertencentes á colecção do Museu de Évora” (1977), publicado nas Actas do XIV Congreso Nacional de Arqueología, de colaboração com Graciana Marques. Este artigo inaugura a série, ainda hoje em curso de publicação pela sua distinta e dedicada colaboradora, sobra a colecção reunida por D. Frei Manuel do Cenáculo, e ainda hoje guardada na cidade de que foi arcebispo. No referido trabalho, reconheceu numismas de Abdera, Gades, Malaca e Sexsi, tendo ainda o mérito de apresentar a inventariação das 513 moedas hispânicas que constituem a referida colecção, distribuídas por 79 oficinas monetárias.

No seguimento desta linha de investigação, e de novo nos Anais da Academia, publicou, em 1979, “A oficina monetária lusitano-romana de Mérida e sua representação no Museu de Évora”, identificando 56 exemplares, cuidadosamente descritos, classificados e primorosamente desenhados, concluindo assim: “Um melhor conhecimento da circulação monetária na Península Ibéria, durante a Antiguidade, além de, por vezes, enriquecer a problemática cronológica, ajuda a compreender certos aspectos da vida económica e social das populações que habitaram a Hispânia desde os últimos séculos da Idade do Ferro até aos alvares do período medieval”.

Estes artigos, que tiveram continuidade na sua colaboradora Graciana Marques, a quem generosamente, como aliás era seu timbre, Farinha dos Santos deu apoio e estímulo para continuar, foram coroados pela excelente síntese, de 1980, publicada na Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura intitulada

“Numismática em Portugal”, que preenche sete densas páginas desta obra de referência. Em 1982 publicou, em sucessivos números da revista *Filatelia e Numismática*, o último desta série de estudos, “Algumas oficinas monetárias hispânicas representadas no Museu de Évora”.

No conjunto, constituem um dos mais notáveis contributos sobre numismática antiga peninsular, de todos os até ao presente publicados em Portugal, bastantes para notabilizar Farinha dos Santos neste tão difícil domínio, sobretudo quando é tratado com espírito científico, a única maneira, aliás, susceptível de merecer aceitação.

O período mais recente que o interessou foi, curiosamente, o primeiro a que, como arqueólogo, se dedicou: trata-se da dissertação de licenciatura, magnífico estudo das peças de “terra sigillata” conservadas no Museu Nacional de Arqueologia. Simplesmente, como era seu timbre, intitolou tal obra “Contribuição para um melhor conhecimento da “terra sigillata” encontrada em Portugal. Caso esta obra tivesse sido na altura publicada – ela ainda hoje é de leitura proveitosa – certamente os conhecimentos sobre o assunto teriam progredido muito mais rapidamente, reflectindo-se os seus efeitos ainda na actualidade; mas tal não aconteceu, para prejuízo dos estudos de Arqueologia Clássica em Portugal.

Vale a pena reler os três primeiros parágrafos de introdução, qual declaração de uma profissão de fé que estava destinado a brilhantemente cumprir:

“Quando em Agosto de 1954 parti para o Oriente, levei na bagagem alguns livros de Arqueologia.

Durante os dois anos de permanência naquelas paragens, aproveitei todos os momentos livres para os ler e consultar, com assiduidade, e aos da secção arqueológica da Biblioteca do Instituto Vasco da Gama da cidade de Goa. Também nessa altura o meu Amigo, Doutor Panduronga Pissurlencar, Director do Arquivo Histórico do Estado da Índia, teve a gentileza de me emprestar vários livros desta especialidade.

Cumprida a missão oficial, regresssei a Lisboa em Outubro de 1956 com bastantes apontamentos, um bom ficheiro, alguma preparação e ... muitos sonhos: pretendia entrar em contacto com os arqueólogos portugueses, aprender com eles as técnicas das escavações e acompanhá-los nos trabalhos de campo”.

Na última parte da dissertação, podem ler-se as seguintes palavras, que nas décadas seguintes se esforçou por transmitir às centenas de jovens, seus alunos de Arqueologia:

“O solo encerra preciosos testemunhos no seu seio. Para os compreender é preciso saber escavar, camada por camada, esse registo rigoroso da Natureza.

Constatee experimentalmente essa necessidade de usar técnicas apropriadas nas pesquisas arqueológicas, quando no Verão de 1957 participei, como principiante, na campanha de Tróia.

Aprendi nesses trabalhos de campo que se deve anotar todos os pormenores, conjugar a imaginação do poeta com a minúcia do relojoeiro, utilizar largamente a fotografia, o desenho e o metro e ... não ter pressa.”

Este estudo constituía, à época, o mais completo inventário sobre a “terra sigillata” do território português: ali se registam produções de variadas épocas e partes do Império, representadas por peças notáveis, que só muitos anos depois, e por outros investigadores, vieram a ser publicadas.

Na actividade arqueológica de Manuel Farinha dos Santos, avultam ainda estudos de índole geral, de carácter regional, ou mesmo nacional, como é o caso de um belo ensaio, publicado em 1962, nas actas do I Colóquio Portuense de Arqueologia, intitolado “Algumas reflexões a propósito os problemas da Pré-História portuguesa”. Nele passa em revista, de forma objectiva, temas que mantém plena actualidade, como actuais

são, ainda a larga maioria das considerações respeitantes a cada um deles: Pré-História regional. A Pré-História nas Universidades. Institutos de Arqueologia anexos às Faculdades de Letras. Museu Etnológico. Especialistas e amadores. A educação do Público. Coleções de Pré-História. Trabalho de Equipa. Organismos protectores. Conclusões.

Recorde-se que esta comunicação sucedeu de perto à reforma das Faculdades de Letras que introduziu a disciplina obrigatória anual de Pré-História, declarando, a propósito, entusiasmado:

“Trata-se de uma medida do maior alcance e que permite o ensino daquela ciência com bastante desenvolvimento.

Quantas vocações não despertará esse estudo!

Cabe aos professores e assistentes a missão de escolher e preparar, entre os mais capazes e os mais interessados, os futuros pré-historiadores, atraindo-os para o trabalho dos Institutos, fortificando-lhes o entusiasmo, ensinando-lhes as técnicas, fazendo deles seus directos colaboradores e discípulos.

Um ano de regência desta disciplina na Faculdade de Letras de Lisboa, a lidar com cerca de uma centena de alunos, mostrou-me que está aqui o futuro da Pré-história portuguesa.”

O seu espírito visionário mas firmemente alicerçado na realidade, levou-o ainda a defender, quando o Museu Etnológico era simplesmente um organismo anexo à Faculdade de Letras, acumulando o Professor Catedrático de Arqueologia, por inerência, o lugar de seu Director, um estatuto verdadeiramente nacional para o mesmo, incompatível com a sua sujeição a um estabelecimento de ensino, o que só se veio a verificar muito mais tarde.

Ainda sobre a implementação da prática arqueológica, a nível nacional, defendendo que esta se deveria apoiar nos Institutos de Arqueologia criados no âmbito das Universidades, e de outros estabelecimentos centrais, declarou: “Distribuídos ao longo do país, se forem dotados de pessoal especializado e meios necessários, podem ser a vanguarda das actividades pré-históricas em todo o território nacional.” Este desígnio só veio a verificar-se muito depois, com a criação do IPPC e, depois, do IPPAR, e, enfim, em 1997, com a do Instituto Português de Arqueologia, e mesmo assim de forma limitada, que a mais não permitiram as dotações alocadas, a capacidade humana de resposta e as atribuições conferidas. Felizmente, temos hoje nas Autarquias, como a de Oeiras, um exemplo concreto da realização desse verdadeiro desígnio nacional, como ele próprio não se cansava de enaltecer, incitando-me a prosseguir, certo de que o exemplo seria rapidamente seguido por outras Câmaras Municipais, como de facto veio a acontecer.

Quanto à prática científica da Arqueologia, é igualmente profética a sua posição, numa altura em que o individualismo e as metodologias, já então obsoletas, de estudar os testemunhos arqueológicos eram a prática corrente em Portugal: “Temos de acabar, de uma vez para sempre, com o trabalho individual em pré-história.

A pesquisa deve ser feita por grupos de especialistas, preparados nas diversas técnicas. (...). Sem esta actividade colectiva, não vale a pena proceder a trabalhos de campo.”

Só nos nossos dias passou a ser obrigatória a previsão das diversas especialidades a que o arqueólogo se deve socorrer e o modo de as garantir, para a realização dos seus trabalhos.

E a concluir, declarou: “Se os problemas esboçados não forem vistos de frente, com decisão reformadora, é mais útil à Ciência deixar as antiguidades adormecidas, no seu sono muitas vezes milenar e esperar, com certa melancolia, que se criem melhores condições à pré-história portuguesa ...”.

Este notável documento, verdadeiro projecto de reestruturação nacional da actividade arqueológica, faria recuperar a Arqueologia Portuguesa do seu endémico atraso e amadorismo. O seu mérito, à época, é tanto maior, quanto é certo que partia de um simples segundo assistente recém-contratado. Como era de prever, estes considerandos não agradaram a Manuel Heleno, personalidade fechada e suspicaz: mas a frontalidade com que foram apresentados, e o respeito mútuo entre o Professor e o Assistente, fizeram com que a demissão deste durasse apenas ... duas horas, como o próprio um dia me contou.

A preocupação de Farinha dos Santos em introduzir na Arqueologia em Portugal uma prática pluridisciplinar, mediante a aplicação de novas técnicas, já então usuais em outros domínios, encontra-se bem expressa em dois estudos: “Aplicação da fotografia aérea no levantamento de cartas arqueológicas” (1965), publicado no Arquivo de Beja e “Possibilidades de aplicação do método da resistividade eléctrica na prospecção arqueológica” (1966), na revista *Ethnos*, de colaboração com o Eng. Joaquim Moura Esteves, decorrente de uma experiência concreta efectuada em área próxima da gruta do Escoural. Foi esta a primeira vez que se aplicaram métodos geofísicos à prática arqueológica, em Portugal. Merecem, por ainda hoje manterem plena actualidade, as considerações de Manuel Farinha dos Santos: “O que até agora se conseguiu com a aplicação dos métodos de prospecção geofísica permite-nos admitir que numa das próximas décadas vai alcançar-se elevado rigor científico na localização dos vestígios arqueológicos (...). Estamos no limiar de uma nova era de actividade arqueológica em que o trabalho lento, ao sabor das circunstâncias e preso a processos tradicionais deve ser substituído por uma investigação acelerada, eficiente e cada vez mais exacta.

Se não conseguirmos convencer as entidades responsáveis, e os menos esclarecidos, da necessidade de reformar, de alto a baixo e depressa, a metodologia arqueológica sujeitamo-nos a assistir, impotentes, à destruição do que resta do tomo sedimentado no subsolo”.

A visão estratégica de Manuel Farinha dos Santos, antecipando os acontecimentos e encontrando-se, deste modo, preparado para os resolver na altura própria, encontra-se expressa, não só pela sua actuação na criação do Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines, em 1972, mas também na prioridade dos trabalhos arqueológicos a desenvolver no âmbito da construção da barragem de Alqueva, de que foi um dos primeiros, senão o primeiro a chamar a atenção: remonta a 1976 preclaro depoimento, intitulado “Salvamento arqueológico da área a submergir pelo conjunto do Alqueva”, publicado em quatro números sucessivos, de 10 de Março a 21 de Abril do jornal eborense “A Defesa”. Todos nós tivemos conhecimento das recentes polémicas suscitadas a propósito do estudo científico deste valioso património arqueológico; poucos saberão que, há já mais de um quarto de século, Farinha dos Santos tinha chamado a atenção para o problema, quando a construção da obra era ainda mais do que incerta.

A sua preocupação com a salvaguarda do património arqueológico nacional, no seu todo, encontra-se também expressa na colaboração dada ao levantamento arqueológico-bibliográfico do País, solicitado ao Prof. Doutor Fernando de Almeida pela então Direcção-Geral do Planeamento Urbanístico, ao qual Farinha dos Santos, de imediato, se dispôs a conceder o seu contributo. Trata-se de importante repositório, feito com base nas cartas militares à escala de 1/25 000, que infelizmente não teve o merecido desenvolvimento. Mais tarde, já em 1990, e também por iniciativa da referida Direcção-Geral, colaborou em equipa que efectuo

idênticos trabalhos nos concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Lagos, sob o título “Estudos de Integração do património histórico-urbanístico para a reabilitação urbana.

Importa ainda salientar uma faceta da actividade científica de Manuel Farinha dos Santos não menos importante que as anteriores: os seus trabalhos sobre a história da Arqueologia em Portugal e os dedicados à vida e obra de eminentes arqueólogos, alguns deles seus amigos, iniciaram-se em 1965, com a publicação, na revista *Ethnos*, de “O Abade de Baçal e a arqueologia pré-histórica de Trás-os-Montes”. Mais tarde, nos *Anais da Academia*, em 1980, publicou “Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880”, importante repositório de informações, cuidadosamente coligidas e organizadas, sobre uma temática que só hoje, a pouco e pouco, vem sendo estudada como merece. Logo a seguir, no Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, cujas actas se publicaram em 1981, traçou a “Contribuição de Martins Sarmiento para a Arqueologia Pré-Romana de Portugal”, e, no ano seguinte, publicou singela homenagem bio-bibliográfica do seu Amigo Prof. Doutor António Alberto Banha de Andrade, que exercia, à data do seu passamento, em Junho de 1982, o cargo de 2.º Vice-Presidente desta Academia.

Em 1987, deu à estampa dois contributos na mesma área, “Antropologia Pré-Histórica em Portugal”, onde inventariou e caracterizou, indicando a respectiva bibliografia, as mais importantes estações arqueológicas que, até à data, tinham fornecido restos humanos no País, e “Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História”, lida numa das sessões comemorativas do cinquentenário da Academia e depois publicada nas respectivas actas. Ali traçou os percursos de Afonso do Paço, Eugénio Jalhay, Manuel Heleno, Mário Cardozo, e Fernando de Almeida, de quem viria a fazer o elogio, feito neste mesmo local, no dia 28 de Novembro de 1980, aquando da sucessão da cadeira ocupada por aquele ilustre arqueólogo, seu Amigo e de quem era, de há muito, colaborador.

Enfim, deve registar-se as muitas entradas que preparou para a *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, sobre estações da Pré-História portuguesa e europeia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O Prof. Dr. Manuel Farinha dos Santos desapareceu definitivamente do nosso convívio. Mas esse desaparecimento foi apenas físico. Na verdade, os homens só morrem quando deles tiver desaparecido a recordação de quem os estimou e respeitou em vida, procurando seguir o seu exemplo de probidade, criatividade, dignidade e dedicação a um ideal, qualidades que foram expressas ao mais alto grau, pelo Mestre e Amigo. Dele brotavam naturalmente a simpatia do trato e a genuína alegria, que transbordava com os êxitos dos seus discípulos ou amigos, como se fossem seus: e eram, na verdade seus, pelo muito que queria a todos eles. Não tive a sorte de ser seu aluno; orgulho-me, porém, de ter sido seu Amigo e colaborador próximo; e conto-me entre os seus admiradores sinceros, recordando, em cada dia que passa, o seu carácter digno, a tenacidade na acção e a bondade da sua alma. Na ausência do Homem, permanece a Obra, para benefício de todos e o exemplo de uma vida íntegra, preenchida sem mácula.

BIBLIOGRAFIA DE MANUEL FARINHA DOS SANTOS

1958

1 – *Contribuição para um melhor conhecimento da “terra sigillata” encontrada em Portugal – A “terra sigillata” do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos.* Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Copiografada. 245 pp.

1961

2 – *O pintor Sousa Lopes.* Dissertação apresentada no exame final do Curso de Conservadores dos Museus, Palácios e Monumentos Nacionais. Copiografada. 2 vol., 192 pp. e 234 fot.

1962

3 – Algumas reflexões a propósito dos problemas da Pré-História portuguesa. Actas do I Colóquio Português de Arqueologia (Porto/Guimarães, 1961). *Stvdivm Generale*. Porto. 9 (1), pp. 159-166.

4 – *Sousa Lopes.* Lisboa. Catálogo da Liga dos Combatentes, pp. 13-69.

5 – A educação artística das classes populares. *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga.* Lisboa.

1964

6 – Vestígios de pinturas rupestres descobertos na gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série II, 5, pp. 5-51.

1965

7 – Aplicação da fotografia aérea no levantamento de cartas arqueológicas. *Arquivo de Beja.* Beja. 22, pp. 137-142.

8 – Coleções de pré-história. *Arquivo de Beja.* Beja. 22, pp. 157-159.

9 – Recensão: Le geste et la parole. *Revista de Etnografia.* Porto, pp. 247-249.

10 – O abade de Baçal e a arqueologia pré-histórica de Trás-os-Montes. *Brotéria.* Lisboa. 80 (4), pp. 509-518.

11 – O abade de Baçal. *Ethnos.* Lisboa. 4, pp. 59-62.

12 – La grotte ornée d’Escoural. *Bulletin de la Société Préhistorique Française.* Paris. 62, pp. 110-117 (de colaboração com abbé Glory e M. Vaultier).

1966

13 – Possibilidades de aplicação do método da resistividade eléctrica na prospecção arqueológica. *Ethnos.* Lisboa. 5, pp. 313-335.

1967

- 14 – Noções de Pré-História. *Arquivo de Beja*. Beja. 23/24, pp. 3-50.
- 15 – Novas gravuras rupestres descobertas na gruta do Escoural. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 87 (1/2), pp. 18-34.
- 16 – *Arqueologia do concelho de Montemor-o-Novo – Realizações, problemas, perspectivas*. Montemor-o-Novo. 19 pp.
- 17 – A necrópole do tipo “tholos” de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 1, pp. 107-113.
- 18 – Concheiro mesolítico do Barranco da Moura, Grândola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série III, 1, pp. 113-114.
- 19 – Mário Tavares Chicó. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 5, p. 244.
- 20 – Homem de Cro-Magnon. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 6, pp. 427-429.
- 21 – Datação. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 6, pp. 802-805.
- 22 – Dendrocronologia. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 6, p. 997.
- 23 – Deusa-Mãe. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 6, p. 1188.

1968

- 24 – Concheiro mesolítico do Barranco da Moura, Grândola. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 183.
- 25 – Pré-História do Egipto. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 189-195.
- 26 – Enxó. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, p. 627.
- 27 – Ertebollense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 812-813.
- 28 – Técnicas de escavação. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 870-874.
- 29 – Gruta do Escoural. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 940-943.
- 30 – Pré-História de Espanha. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 1080-1096.
- 31 – Estação. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 7, pp. 1344-1345.

1969

- 32 – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, pp. 37-62 (de colaboração com O. da Veiga Ferreira).
- 33 – O. da Veiga Ferreira. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 645-646.
- 34 – Fíbula. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 738-739.
- 35 – Datação pelo fluor. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, p. 1092.
- 36 – Foice. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 1133-1135.
- 37 – Gruta de Font-de-Gaume. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 1196-1198.
- 38 – Fotografia aérea. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 1359-1362.

- 39 – Práticas funerárias. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 1809-1810.
40 – Gruta da Furninha. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 8, pp. 1818-1821.

1970

- 41 – Notícia preliminar sobre as escavações na Lapa da Rainha (Vimeiro). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa. 1, pp. 271-288 (em colaboração com J. Roche, Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira).
42 – Protecção dos testemunhos da arte rupestre pré-histórica. *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969). Lisboa, 2, pp. 459-462.
43 – Ídolo eneolítico dos arredores de Lisboa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 4, pp. 61-64.
44 – Iberos. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 10, pp. 731-742.

1971

- 45 – A cerâmica cardial da gruta do Escoural. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 1, pp. 93-94.
46 – Manifestações votivas da necrópole da gruta do Escoural. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 1, pp. 95-96.
47 – Relatório da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses relativo ao ano associativo de 1970/1971. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 3, pp. 361-368.
48 – Lâmina. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 11, pp. 1389-1390.
49 – Gruta de Lascaux. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 11, pp. 1489-1496.
50 – Magdalenense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 12, pp. 1027-1031.
51 – Arte pré-histórica em Portugal. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 38.

1972

- 52 – Pré-História de Portugal. Lisboa: Editorial Verbo. 174 pp.
53 – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão-Vale do Sado). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, pp. 163-192 (em colaboração com Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva).
54 – Região mediterrânica. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 174-179.
55 – Arte funerária megalítica. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 190-198.
56 – Megalitismo. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 198-202.
57 – Menir. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 342-345.
58 – Mesolítico. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 429-431.
59 – Mustierense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 1617-1620.
60 – Natufense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 13, pp. 1728-1730.

61 – II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, pp. 315-319.

62 – Moedas hispânicas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo). *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 21, pp. 491-511.

1973

63 – As II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. 1, pp. 7-9.

64 – Aestela decorada de Castro Verde. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. 1, pp. 223-227.

65 – Moedas hispânicas do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). Lisboa. 1, pp. 307-318 (de colaboração com Joaquina Soares e C. Tavares da Silva).

66 – Fíbulas recolhidas na Cabeça de Vaiamonte (Monforte, Alto Alentejo). *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 22, pp. 187-197.

67 – Prehistoric rock engraving at Fratel, Portugal. *Antiquity*. Londres. p. 238.

68 – Gruta de Niaux. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 14, pp. 67-70.

69 – Manuel Afonso do Paço. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 14, pp. 1012-1013.

70 – Abrigo de Pala Pinta. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 14, pp. 1098-1099.

71 – Palinologia. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 14, p. 1152.

1974

72 – Bibliografia arqueológica de Joaquim Fontes (1910-1960). *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972). 1, pp. 9-16.

73 – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (vale do Sado – Torrão). Primeira notícia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto. 1, pp. 173-189 (de colaboração com Joaquina Soares e C. Tavares da Silva).

74 – Necrópole da Provença. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série IX, 5, pp. 69-99.

75 – *Pré-História de Portugal*. 2ª. Edição. Lisboa. Editorial Verbo, 175 p.

76 – Dolmens et menhirs de l'Alentejo. *Les Dossiers de l'Archéologie*. Paris. 4, pp. 10-18.

77 – Pré-História. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 15, p. 995.

78 – Proto-História. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 15, p. 1282.

79 – Resistividade. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 16, p. 408.

80 – Grutas de Rio Maior. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 16, pp. 642-643.

81 – Arte rupestre. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 16, pp. 962-967.

82 – Sangoense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 16, p. 1246.

1975

83 – A necrópole da Idade do Bronze da provença, Sines. *Actas XIII Congreso Nacional de Arqueologia* (Huelva, 1973). Zaragoza, pp. 417-432. (em colaboração com Joaquina Soares e C. Tavares da Silva).

84 – Smithfieldense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 17, pp. 341-342.

85 – Talaiota. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 17, p. 987.

86 – Tardenoisense. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 17, pp. 1061-1062.

87 – Arte rupestre do Tassili. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 17, pp. 1084-1087.

88 – Tipologia. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 17, pp. 1573-1575.

1976

89 – Salvamento arqueológico da área a submergir pelo conjunto do Alqueva. *A Defesa*. Évora. 10 e 24 de Março e 7 e 21 de Abril.

90 – A fotografia aérea ao serviço da Arqueologia. *A Defesa*. Évora. 28 de Julho, 4 e 25 de Agosto e 1 de Setembro.

91 – Menhirs et cromlechs de l’Alentejo (Portugal). *Actas do IX Congresso da União Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas* (Nice, 1976). Résumés des Communications, supplément, p. 65 (em colaboração com José Pires Gonçalves).

1977

92 – Moedas com inscrições púnicas de quatro oficinas hispânicas do litoral, pertencentes à colecção do Museu de Évora. *Actas do XIV Congreso Nacional de Arqueologia* (Vitoria, 1975). Zaragoza, pp. 795-810 (em colaboração com G. Marques).

93 – Gruta de Tuc d’Audoubert. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 18, pp. 199-200.

1978

94 – Ajazida arqueológica da Horta da Arraieira (Reguengos de Monsaraz). *A Defesa*. Évora (separata do Grupo dos Amigos de Monsaraz, 5 pp).

1979

95 – O polidor rupestre n.º 1 da Herdade da Capela (Reguengos de Monsaraz). *Actas XV Congreso Nacional de Arqueologia* (Lugo, 1977). Zaragoza, pp. 375-384 (em colaboração com José Pires Gonçalves).

96 – A oficina monetária lusitano-romana de Mérida e sua representação no Museu de Évora. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 15, pp. 421-465.

97 – Gruta de Bedeilhac. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa. 1.º Volume do Suplemento (19), pp. 456-459.

- 98 – Mont Bégo. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 460-464.
- 99 – Buriil. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 607-608.
- 100 – Gruta de Combarellas. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 840-843.
- 101 – Gruta de Ebbou. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 1102-1104.
- 102 – José Camarate França. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 1349-1351.
- 103 – Gruta de Gabillou. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 1º. Volume do Suplemento (19), pp. 1385-1388.

1980

- 104 – Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural (Évora, Portugal). *Altamira Symposium*. Madrid, pp.205-243.
- 105 – Gruta de La Pileta. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 310-312.
- 106 – Georg Klauss Leisner. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 353-354.
- 107 – Vera Leisner. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 353-354.
- 108 – Gruta de Marsoulas. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 466-468.
- 109 – Gruta de Nerja. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 625-627.
- 110 – Numismática em Portugal. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 664-670.
- 111 – Gruta de Portel. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 873-875.
- 112 – Leonel Ribeiro. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 1051-1052.
- 113 – Gruta de Rouffignac. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 1084-1087.
- 114 – Arte rupestre em Portugal. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 1093-1101.
- 115 – Terra Amata. *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. 2º. Volume do Suplemento (20), pp. 1328-1330.

116 – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 26 (2), pp. 253-297.

117 – Estudos de Pré-História em Portugal no primeiro quartel do século XX. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 44.

1981

118 – Contribuição de Martins Sarmento para a Arqueologia pré-romana de Portugal. Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. Guimarães. 4, pp. 127-135.

1982

119 – *Prof. Doutor António Alberto Banha de Andrade. In Memoriam*. O Montemorense. Série III, ano 1 (8) e Boletim do Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo, 32-33. Separata da Academia Portuguesa da História. Lisboa. 6 pp.

120 – Algumas oficinas monetárias hispânicas representadas no Museu de Évora. *FN – Filatelia e Numismática*. Lisboa. 10, 11, 12.

121 – Antropologia Pré-Histórica em Portugal. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 27, pp. 131-158.

122 – A inscrição indígena da Cerca do Curalão (Almodôvar) e seu enquadramento no *corpus* do SO peninsular. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 46.

1983

123 – A estatueta feminina paleolítica descoberta em Setúbal no quadro da fenomenologia mágica da arte quaternária. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 47.

124 – O santuário exterior do Escoural. Sector NE. (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*. Salamanca. 36, pp. 287-307 (de colaboração com Rosa e Mário Varela Gomes).

125 – Estatueta paleolítica descoberta em Setúbal. Setúbal Arqueológica. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7 (1980/1981, publicado em 1983), pp. 29-37.

1985

126 – Ajazida epipaleolítica do vale da Fonte da Moça (Almeirim). *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 49.

127 – Manifestações neolíticas no contexto dos testemunhos pré-históricos do Outeiro da Herdade da Sala (Escoural, Montemor-o-Novo, Portugal). *Actas do XVII Congreso Nacional de Arqueologia* (Logroño, 1983), Zaragoza, pp. 135-144.

128 – O povoamento pré-romano do distrito de Castelo Branco, arqueologia da beira Baixa. *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa* (Castelo Branco, 1979). Castelo Branco (publicadas em 1983), pp. 12-29.

129 – *Pré-História de Portugal*. 3ª. Edição, actualizada. Lisboa. Editorial Verbo, 214 pp.

130 – *Elogio do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida*. Academia Portuguesa da História. Lisboa. 57 pp.

1986/1987

131 – O podomorfo de Peroliva (Reguengos de Monsaraz, Portugal), no contexto das pegadas humanas rupestres do território português. *Bajo Aragon Prehistoria* (Actas I Congreso Internacional de Arte Rupestre). Caspe (Zaragoza). 7/8, pp. 273-278 (em colaboração com J. M. F. Rolão e M. G. D. Marques).

1987

132 – Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História. *Actas do Cinqüentenário da Academia Portuguesa da História* (Lisboa, 1986). Lisboa. Pp. 313-332.

1988

133 – Pré-História do Baixo Tejo: sondagem 1/87 da jazida epipaleolítica n.º 2 do Vale da Fonte da Moça (Almeirim). *Simpósio “O Bronze Final na Beira Interior”* (Mação, 1988). Resumos das comunicações (em colaboração com M. G. D. Marques e J. M. F. Rolão).

134 – Aspectos morfológicos de uma vértebra humana do Calcolítico (necrópole da Buraca da Moura – Torres Novas). *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu* (Viseu, 1988). Viseu, pp. 143-148 (em colaboração com T. Mota, J. Vaz e A. S. Cunha).

1989

135 – Duas novas jazidas epipaleolíticas do Baixo Tejo: n.º 1 e 2 do vale da Fonte da Moça (Almeirim), sua exploração arqueológica e salvaguarda. *Actas do 1.º Congresso do Tejo* (Lisboa, 1987). Lisboa. 1, pp. 33-38.

136 – Primeira notícia sobre a arte mobiliária epipaleolítica do baixo Tejo. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 51, pp. 237-239.

1990

137 – *Estudos de integração do património histórico-urbanístico para a reabilitação urbana* (coordenação de J. M. Silva Passos). Lisboa, DGOT. 1 – Aljezur, Vila do Bispo, Monchique e Lagos. Levantamentos em 119 cartas, à escla de 1/25 000.

138 – Artefactos do Paleolítico Superior da gruta do Escoural. *Almensor*. Montemor-o-Novo. 8, pp. 15-36 (de colaboração com M. V. Gomes e J. L. Cardoso).

1991

139 – Dois artefactos de osso, pós-paleolíticos da gruta do Escoural (Montemor-o-Novo). *Almonsor*. Montemor-o-Novo. 9, pp. 75-94 (em colaboração com M. V. Gomes e J. L. Cardoso).

140 – Saudação ao Professor Doutor José Carro Otero. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 52.

1991/1992

141 – Centenário da morte de Estácio da Veiga: Estácio da veiga, arqueólogo. *Boletim da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 53, pp. 233-234.

142 – Seixos gravados da jazida epipaleolítica do vale da Fonte da Moça (Almeirim). *Mediterrâneo*. Lisboa. 2, pp. 233-244 (Actas do I Congresso Mediterrâneo de Etnologia Histórica, Lisboa, 1991).

1994

143 – Notícia preliminar sobre “Fraga das Passadas” (Valpaços. Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 47, pp. 353-363 (de colaboração com A. Freitas e J. M. Rolão).

144 – Lisboa pré-romana. *Dicionário da História de Lisboa* (dir. F. Santana e E. Sucena). Lisboa, pp. 499-503.

145 – Paleolítico de Torres Vedras. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa. 2, pp. 10-18 (de colaboração com A. Carolino).

146 – Paleolítico Superior tardio da jazida do Camarnal (Alenquer). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa. 2, pp. 25-30 (de colaboração com J. M. Rolão).

147 – O santuário exterior do Escoural – sector SE (Montemor-o-Novo, Évora). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa. 2, pp. 93-108.

1996/1997

148 – Gravuras rupestres do distrito de Bragança: elementos para a sua localização e estudo. *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa – série História*. Lisboa. 3 / 4, pp. 105-113.

1999

149 – Um notável biface acheulense da serra do brunheiro (Chaves). *Stvdivm Dilectvm. Colectânea de homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida*. Lisboa. Academia Portuguesa da História, pp. 251-263 (em colaboração com J. L. Cardoso).

150 – Riqueza e diversidade do registo arqueológico: o caso do litoral a Norte da praia de Santa Cruz (Torres Vedras). *Fraternidade e Abnegação, a Joaquim Veríssimo Serrão, os Amigos*. Lisboa. Academia Portuguesa da História. 2, pp. 673-683 (em colaboração com J. L. Cardoso).

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 39-47

SOBRE A PRESENÇA DE MAMUTE, *MAMMUTHUS PRIMIGENIUS* (BLUMEMBACH, 1799) EM PORTUGAL: DESCOBERTA DE UMA LAMELA DENTÁRIA EM DEPÓSITOS PLISTOCÉNICOS DO FUNDO DO ESTUÁRIO DO TEJO (CRUZ QUEBRADA, OEIRAS)

João Luís Cardoso¹ & Frederico T. Regala²

1 – INTRODUÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO ACHADO

Em Abril de 1999, o pescador Pedro M. A. Pereira, no decurso de operação de arrasto para a pesca de amêijoas em zona defronte de Cruz Quebrada (Oeiras), deparou na draga (gadanha) com a peça que será objecto deste estudo. Despertando-lhe natural curiosidade, pela sua bizarra morfologia, guardou-a, vindo a entregá-la para estudo, por intermédio do Assistente de Arqueólogo Marco Calado, a quem se agradece a comunicação que dela prontamente fez, a um de nós (F. T. R.).

Não foi possível averiguar a exacta posição do achado, tendo em consideração as condições em que este se efectuou. É, contudo, possível inscrevê-lo na zona a sombreado indicada na Fig. 1, entre 23 e 37 m de profundidade (ponto central a 30 m de profundidade).

2 – DESCRIÇÃO

Trata-se de uma lamela de dente molar de indivíduo da Família Elephantidae GRAY, 1821, muito bem conservada e intacta, sem indícios de desgaste, embora com ligeiras fracturas na base, correspondente à cavidade pulpar (Fig. 2). A ausência de desgaste permite afirmar que não estaria funcional na altura da morte do indivíduo, tratando-se, pois, de um germe.

A configuração sigmóide da lamela, quando vista em perfil lateral, indica pertencer a um molar inferior; mais detalhadamente, a relação existente entre o comprimento e a largura máximos permite atribuí-la a um M/1 ou M/2.

⁽¹⁾ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).*

⁽²⁾ *Instituto Português do Património Arquitectónico.*

A face distal encontra-se parcialmente coberta, à excepção do terço basal, por uma placa dura e lustrosa de coloração castanho-chocolate, com uma espessura irregular, que nalguns pontos ultrapassa 4,5 mm de espessura, a qual se estende pelos bordos lingual e vestibular, cobrindo a extremidade oclusal (não usada). A face mesial conserva localmente vestígios desta placa, em especial em pequena zona central circunscrita. Trata-se de uma concreção ferruginosa formada em época recuada, parcialmente desaparecida por acções físico-químicas, que terá garantido a excelente conservação da peça.

O interior da cavidade pulpar encontra-se parcialmente preenchido por sedimento não calibrado, castanho-acinzentado e siltoso, com fragmentos de conchas, embalando materiais mais grosseiros, incluindo raros elementos de dimensão superior a 8 mm, como um seixo de quartzito, amarelo-acastanhado, muito bem rolado, com o formato de pequena amêndoa com o comprimento de cerca de 8 mm. O referido enchimento apresentava-se solto na região central da cavidade e compacto nas porções laterais.

Por toda a superfície, dispersam-se colónias de briozoários e habitáculos de anelídeos poliquetas sedentários, que atestam a sujeição da peça ao ambiente imerso de onde efectivamente proveio.

As dimensões são as seguintes:

- Comprimento (H): 129,5 mm
- Largura máxima (A): 64,5 mm
- Largura na base (Ab): 55 mm

A hipsodôncia (H/A) é, portanto, de 2,00.

O comprimento máximo depende, como é evidente, da posição da referida lamela no dente; no caso presente, a ausência total de desgaste confere representatividade ao valor encontrado.

A espessura do esmalte é parâmetro muito importante segundo E. Aguirre (AGUIRRE, 1968/1969) e o de maior interesse, no presente caso, por se tratar de uma lamela isolada. Como foi por outros salientado (BEDEN, 1980), os valores de tal parâmetro variam com o local da lamela onde é feita a medição; daí que seja necessário obter várias leituras em diversos locais da peça. Dado que neste caso não existem fracturas que sectionem, extensivamente, o esmalte, de modo a possibilitar a medição directa da espessura deste, nem desgaste oclusal, que também viabilizaria a obtenção daquelas medidas, recorreu-se, para o efeito, à tomografia axial computadorizada (TAC), por deferência da Dr.^a Ana Catela e do técnico de radiologia João Carrapiço, da Clínica de Santo António, a quem cumpre prestar sinceros agradecimentos.

Desta forma, realizaram-se diversos cortes transversais (Fig. 3) que permitiram estabelecer a espessura média do esmalte da presente lamela em 1,75 mm.

3 – IDENTIFICAÇÃO TAXONÓMICA

Como adiante se verá, o valor médio obtido para a espessura do esmalte é anormalmente baixo para *Elephas antiquus* e, mesmo, para *Mammuthus primigenius*. Este facto condicionou, por outro lado, o apertado pregueado do esmalte, observado na presente lamela. Segundo E. Aguirre, em *Mammuthus meridionalis*, o

esmalte é pouco pregueado, por comparação com a morfologia típica de *Elephas antiquus*; deste modo, se é de afastar a hipótese de o presente exemplar pertencer àquela espécie, pela mesma razão deverá ser ponderada a possibilidade de corresponder a *M. primigenius*. Com efeito, os valores médios obtidos para a espessura do esmalte em lamelas dentárias de *E. antiquus* recolhidas em território português são os seguintes (CARDOSO, 1993, 1996):

Condeixa-a-Velha – 2,20 mm;
Foz do Enxarrique – 2,47 mm;
Casal do Torquato – 2,10 mm;
Figueira Brava – 1,90 mm;
Mealhada – 1,90 mm;
Almonda – 1,90 mm;
Presente exemplar – 1,75 mm

Verifica-se, pois, que a espessura da lamela dentária em estudo é mínima face à conhecida para outros exemplares, incluindo os pertencentes a *Mammuthus primigenius*, caracterizados, como se disse, por espessuras mais finas do esmalte dentário. De facto, em Predmost, obteve-se, para exemplares desta espécie, o valor médio de 2,0 mm e em Jaurens, 2,1 mm (BEDEN, 1980), ainda assim superiores aos correspondentes ao exemplar em apreço. Conhecem-se porém lamelas dentárias de *M. primigenius* cujo esmalte possui espessuras inferiores; é o caso de dois terceiros molares superiores do mesmo indivíduo, recolhidos em depósito do início da última glaciação em Treviso (NE de Itália), cuja espessura média é, respectivamente, de 1,68 mm e 1,73 mm.

A atribuição da presente lamela dentária a *M. primigenius*, sendo possível, deverá ser equacionada com a presença de outros testemunhos, em território português.

Até ao presente, tais testemunhos são muito duvidosos e baseiam-se sobretudo na respectiva cronologia, considerada incompatível com a de *Elephas antiquus*, espécie extinta em época anterior, entre 33 000 e 31 000 anos antes do presente: trata-se de pequeno fragmento de lamela dentária recolhido na gruta da Figueira Brava, morfologicamente idêntico a outros pertencentes a *Elephas antiquus*, situável em torno de 31 000 anos antes do presente (ANTUNES & CARDOSO, 1992), cerca de 2000 anos mais recente que o mais moderno exemplar pertencente a *E. antiquus*, a lamela recolhida na Foz do Enxarrique (Vila Velha de Ródão); e um fragmento de grande osso longo, oriundo do Algar de João Ramos (Turquel, Alcobaça), cujos restos que, presumivelmente, o acompanhavam (visto tratar-se de escavações antigas, sem registo estratigráfico), foram datados de cerca de 14 000 anos antes do presente (CARDOSO, 1993), cronologia claramente incompatível com a presença do elefante antigo.

Verifica-se, pois, que foram, sobretudo, critérios cronológicos, que ditaram a possibilidade de os dois restos supra-referidos se inscreverem em mamute; vistos do ponto de vista morfológico, não são discriminantes.

Importa, pois, discutir, por critérios geológicos, a cronologia da lamela dentária da Cruz Quebrada, por um lado e, por outro, a existência de outros critérios morfométricos susceptíveis de apoiarem a classificação taxonómica.

Começando por estes últimos, no gráfico que relaciona a espessura média do esmalte (e) com a hipsodôncia (K) e embora tal gráfico se reporte apenas a dentes completos ou quase, a lamela em apreço cai claramente no campo de *M. primigenius* (Fig. 4), conforme elementos reunidos por E. AGUIRRE (1968/1969). Porém, face aos três exemplares portugueses em que é possível a correlação entre estes dois parâmetros – lamela da Foz do Enxarrique e dentes de Condeixa e de Casal do Torquato (Alenquer) – verifica-se que apenas a primeira cai dentro do domínio característico de *E. antiquus*; as duas outras peças situam-se em zona de fronteira entre os domínios de *M. primigenius* e *E. antiquus*, embora sejam reportáveis a esta última espécie (CARDOSO, 1993, Fig. 21), por critérios cronológicos.

Um outro argumento biométrico concorre a favor de *M. primigenius*: trata-se da relação entre a espessura média do esmalte e a largura máxima do dente (CARDOSO, 1993, Fig. 22). Uma vez mais, a lamela em apreço situa-se, pela fraca espessura do esmalte, no domínio estrito de *M. primigenius*, tal como se verificou no gráfico anterior. Deste modo, pode concluir-se que aquela característica é determinante na atribuição específica do presente exemplar a *M. primigenius*.

Vejamos agora se a cronologia geológica é susceptível de corroborar tal conclusão. Os fundos da parte terminal do estuário do Tejo, correspondentes a zona de recolha da peça em estudo, são essencialmente arenosos (VANNEY & MOUGENOT, 1981). Porém, localmente, é de admitir a ocorrência de fundos constituídos por sedimentos depositados no decurso da última glaciação, ou ainda por rochas mais antigas, as quais foram reconhecidas na zona da embocadura (ANDRADE, 1937, Est. VIII), embora estudos mais recentes as não assinalem (MOUGENOT, 1989).

Compulsando o registo das sondagens realizadas na década de 1930 por iniciativa de diversas entidades, em parte publicadas por C. Freire de Andrade (ANDRADE, 1937, pp. 162 e seg.), verifica-se que o leito do rio Jamor, que actualmente desagua na Cruz Quebrada, defronte do local de recolha da peça em estudo, no decurso do seu máximo escavamento, a cerca de 2000 m da foz, se encontrava entalhado nos calcários duros do Cretácico, 4 m abaixo do actual zero hidrográfico. Mais para jusante, a cerca de 1200 m da actual margem direita do estuário, o antigo vale apresentava-se de perfil mais apertado que na secção anterior e o fundo do leito, igualmente escavado nos calcários cretácicos, encontrou-se cerca de 12 m abaixo do zero hidrográfico. A sondagem realizada na Cruz Quebrada, ainda mais para jusante, a cerca de 600 m da actual confluência mostrou que o leito do antigo Jamor se situava perto dos 20 m abaixo do zero hidrográfico. Enfim, as sondagens efectuadas perto da ponte de caminho de ferro evidenciaram que o antigo leito fluvial se situava a quase 26 m abaixo do zero hidrográfico, correspondendo-lhe rocha basáltica, a qual aflora actualmente, na maré baixa, entre a Cruz Quebrada e Caxias. O perfil longitudinal do leito fóssil do rio Jamor, reconstituído a partir dos resultados das sondagens mencionadas, sugere que, no local do aparecimento da lamela, cerca de 1,5 km da foz actual do rio Jamor, aquele se situaria próximo da profundidade a que se efectuou a colheita. O local corresponderá, pois, a uma “janela” de sedimentos plistocénicos flúvio-marinhos, relacionados com o traçado do antigo leito do Jamor, colmatado com depósitos de granulometria predominantemente grosseira, que os detritos móveis carreados pelo Tejo actual não cobriram na totalidade. Trata-se, de situação plenamente aceitável, conforme a opinião do Dr. J. Hipólito Monteiro, especialista em Geologia Marinha, do Instituto Geológico e Mineiro, que muito se agradece.

As camadas basais da sequência plistocénica evidenciada pelas sondagens, imediatamente assentes no substrato rochoso, eram predominantemente constituídas por areias e burgaus (seixos miúdos) com alguma argila, características que se observam exactamente na pequena amostra conservada no interior da cavidade pulpar da lamela. Esta, por seu turno, ao não exibir qualquer rolamento susceptível de indiciar transporte significativo, indica que se trata de peça coeva da formação onde jazia e da qual foi arrancada pelo ancinho da draga que a recolheu.

Toma-se como certo que o máximo escavamento do leito do rio Jamor foi contemporâneo do último máximo glaciário, verificado entre 19 000 e 18 000 anos antes do presente, quando o nível marinho desceu um pouco abaixo de -120 m do zero hidrográfico actual (DIAS, RODRIGUES & MAGALHÃES, 1997), situação que é compatível com um paleo-Jamor desaguando nessa antiga linha de costa, vencendo a distância de 16 km para além do litoral actual graças ao desnível verificado até à antiga zona de confluência com as cabeceiras do chamado “canhão de Lisboa” (VANNEY & MOUGENOT, 1981, Fig. 20).

Assim sendo, a lamela dentária em estudo corresponde a fósil que ficou cimentado no depósito detrítico por certo correlativo daquele episódio regressivo, o qual aflora na actualidade, ainda que em pequena extensão, na zona onde se efectuou a dragagem, ascendendo, deste modo, a sua cronologia a um intervalo entre 19 000 e 18 000 anos antes do presente.

É óbvio que esta hipótese só poderá ser confirmada por uma análise de radiocarbono, a realizar sobre a peça em causa a qual, por requerer a recolha de uma amostra do esmalte dentário, se encontra de momento inviabilizada.

A cronologia indicada – ou mesmo outra, eventualmente mais antiga, que se poderá reportar à degradação climática verificada entre 20000 e 30000 anos antes do presente, obriga, naturalmente, a afastar a hipótese de se tratar de uma lamela de *Elephas antiquus*, espécie então já totalmente extinta (CARDOSO, 1993). Deste modo, é a *Mammuthus primigenius* que o exemplar em apreço deverá ser reportado, conclusão corroborada pelas características do esmalte dentário, cuja espessura só tem paralelo conhecido nesta espécie. Assim sendo, a lamela recolhida ao largo da Cruz Quebrada, no actual concelho de Oeiras, constitui, até ao presente, o testemunho mais credível da presença do mamute em território português, no decurso da última fase dos tempos glaciários.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, E. (1968/1969) – Revision sistemática de los Elephantidae por su morfología y morfometria dentaria. 1ª, 2ª, e 3ª Partes, *Estudios Geologicos*. Madrid. 24, pp. 109-167; 25, pp. 123-177 e pp. 317-367.
- ANDRADE, C. Freire de (1937) – *Os vales submarinos portugueses e o diastrofismo das Berlengas e da Estremadura*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, 235 pp.
- ANTUNES, M. Telles & CARDOSO, J. L. (1992) – Quaternary elephants in Portugal: new data. *Ciências da Terra* (UNL). Lisboa. 11, pp. 17-37.

- BEDEN, M. (1980) – Le gisement pléistocène supérieur de la grotte de Jaurens à Nespouls, Corrèze, France: le mammoth. *Nouvelles Archives Muséum d'Histoire Naturelle de Lyon*. Lyon. 18, pp. 103-109.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 567 pp.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Nota sobre uma lamela de molar de elefante da gruta do Almonda (Torres Novas). *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, pp. 169-174.
- DIAS, J. M. Alveirinho; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, pp. 53-66.
- MOUGENOT, D. (1989) – *Geologia da margem portuguesa*. Lisboa: Instituto Hidrográfico, 259 pp. (Documentos Técnicos, 32).
- VANNEY, J.-R. & MOUGENOT, D. (1981) – La plate-forme continentale du Portugal et les provinces adjacentes: analyse geomorphologique. *Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 28, 86 pp.

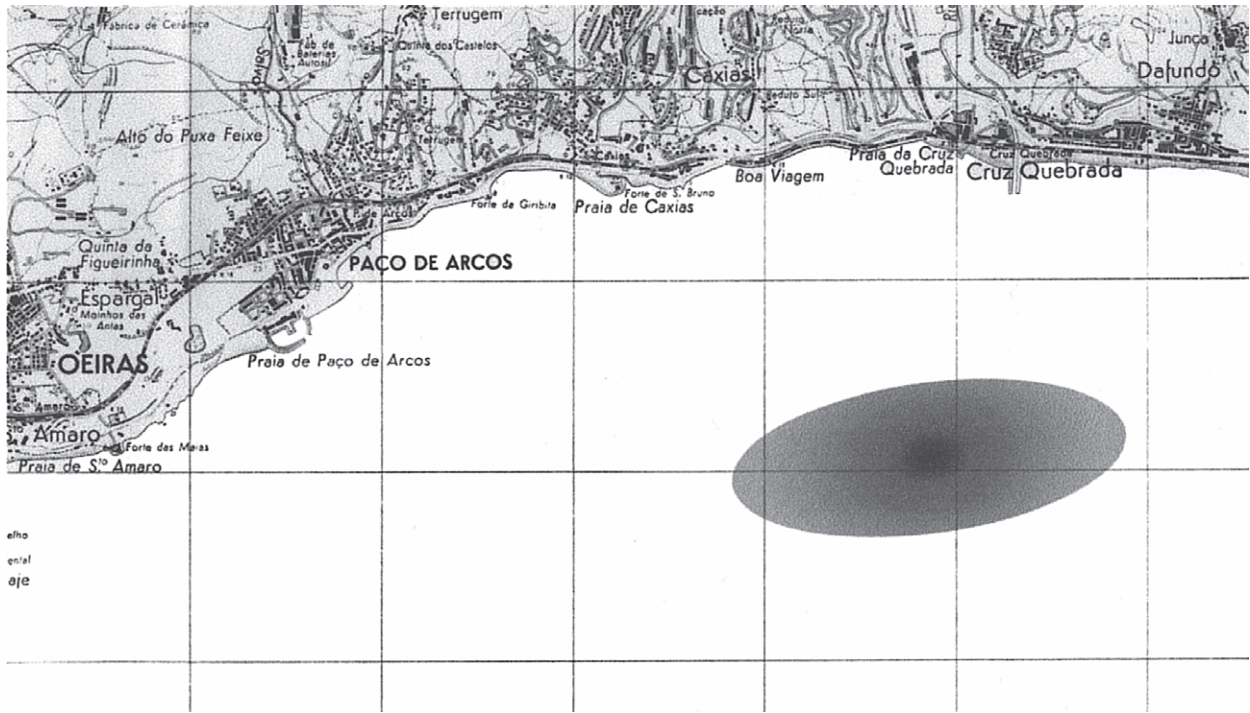
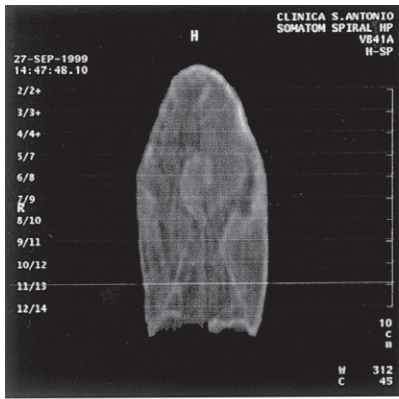


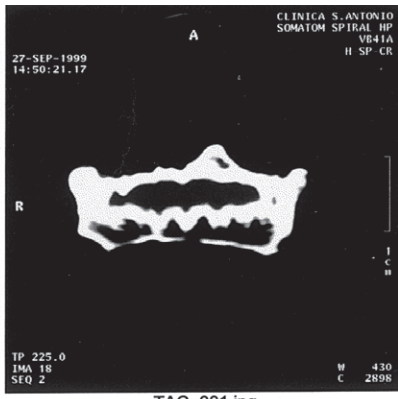
Fig. 1 – Localização aproximada do achado da lamela de mamute, defronte da Cruz Quebrada, a cerca de 45m de profundidade (base: Carta Militar de Portugal à escala 1/25000. Folha 430 (Oeiras). Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1970).



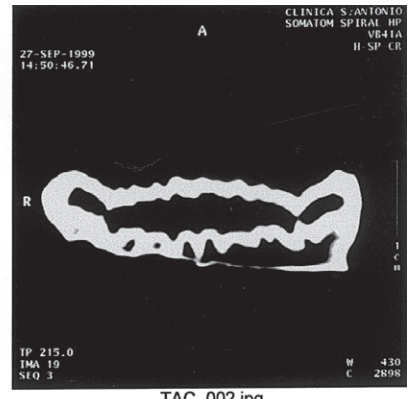
Fig. 2 – A lamela de mamute vista pelas duas faces principais. À esquerda: vista mesial; à direita: vista distal (fotos de J. L. Cardoso).



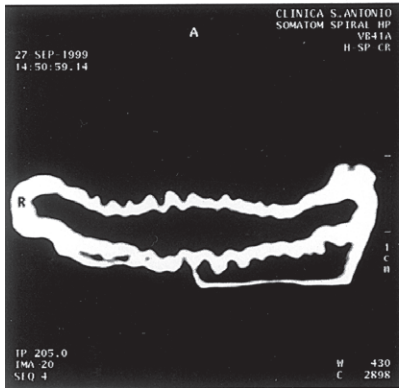
TAC_000.jpg



TAC_001.jpg



TAC_002.jpg



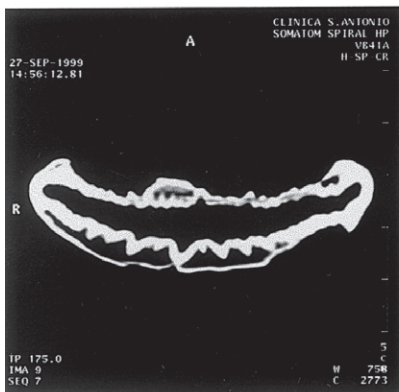
TAC_003.jpg



TAC_004.jpg



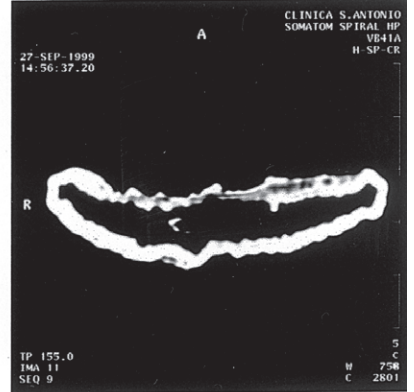
TAC_005.jpg



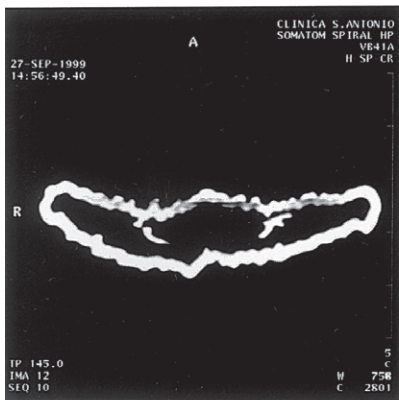
TAC_006.jpg



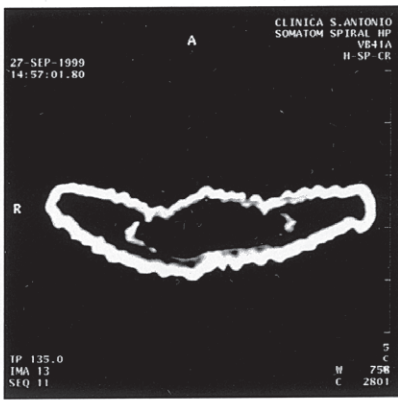
TAC_007.jpg



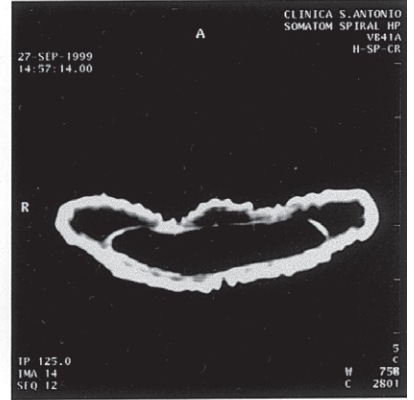
TAC_008.jpg



TAC_009.jpg



TAC_010.jpg



TAC_011.jpg

Fig. 3 – Seções transversais da lamela dentária de mamute, obtidas por TAC, sucessivamente, da extremidade oclusal (em cima) para a cavidade pulpar (em baixo).

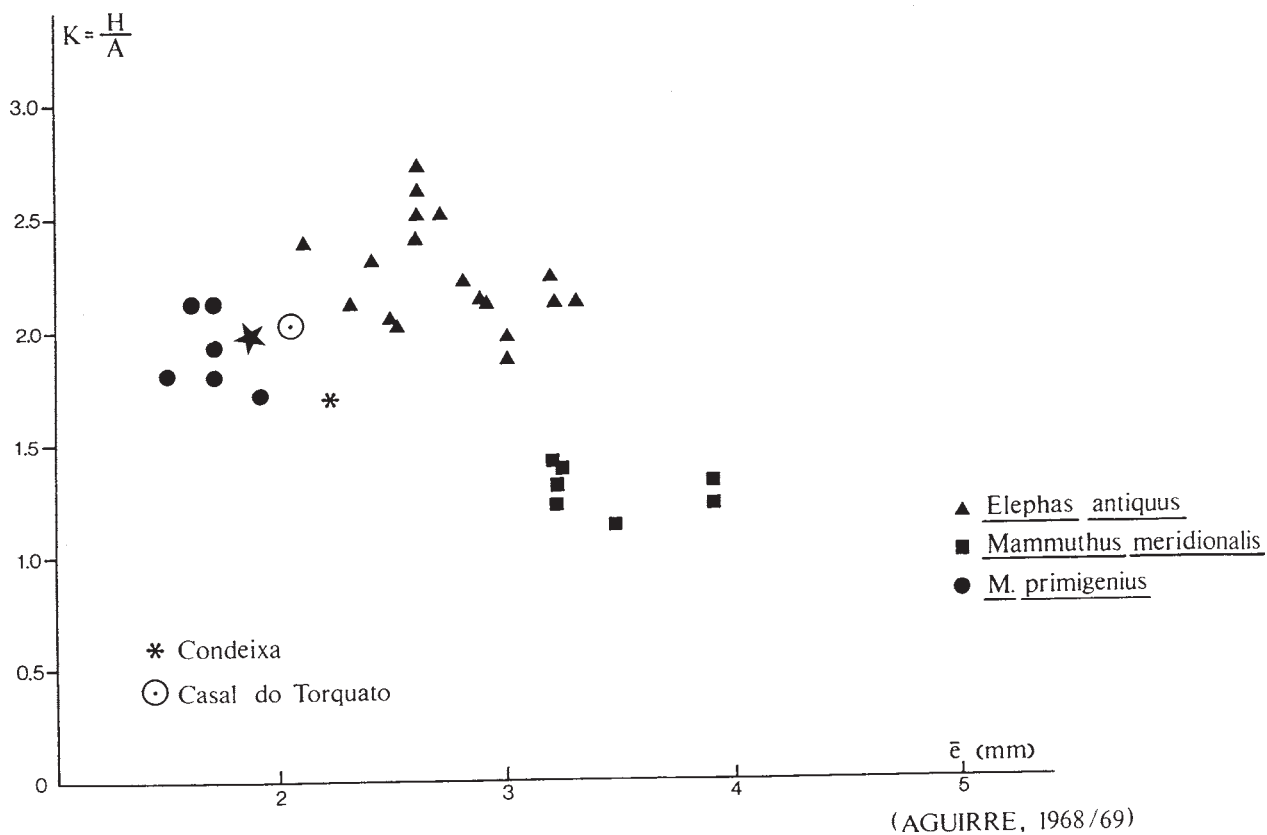


Fig. 4 – Relação entre a espessura média do esmalte (\bar{e}) e a hipsodôncia (K) em *Elephas antiquus*, *Mammuthus meridionalis* e *M. primigenius*. Note-se a posição correspondente à lamela dentária da Cruz Quebrada (assinalada com “estrela”) no domínio de *M. primigenius*, apesar da proximidade biométrica dos exemplares de Condeixa e do Casal do Torquato (Carregado, Alenquer).

ANÁLISE DE ALGUNS FRAGMENTOS DE ARTEFACTOS EM HASTE DE CERVÍDEO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS): CABOS E CAIXAS

Maria Clara Salvado¹
João Luís Cardoso²

1 – INTRODUÇÃO

A pequena colecção que se apresenta é composta por 13 artefactos, todos de haste de veado, provenientes do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras).

Este estudo obedeceu a vários objectivos. Primeiro, sentiu-se a necessidade de apresentar a matéria-prima que deu origem aos artefactos. A haste é utilizada com alguma frequência na elaboração de artefactos, tanto no Neolítico como no Calcolítico, mas existem poucas informações na bibliografia portuguesa que refiram as suas características e particularidades, bem como as origens anatómicas dos artefactos que a utilizam. Pretendeu-se, assim, contribuir para uma normalização dos termos utilizados, a fim de permitir uma melhor compreensão da utilização daquela matéria-prima no fabrico dos materiais estudados, incluindo a determinação, caso a caso da sua localização anatómica nas hastes primitivas.

Este estudo surge na continuidade das considerações metodológicas para o estudo de artefactos sobre haste de veado, apresentadas em estudo anterior do outro autor (SALVADO, 2000). Assim, estabeleceu-se agora um código de classificação para estes artefactos, com a finalidade de tornar mais eficiente a identificação das suas funcionalidades, da origem da matéria-prima utilizada, da morfologia e, quando possível, dos gestos técnicos que se adoptaram no seu próprio fabrico.

Obtida dos veados, a haste, quer seja de abate ou de muda, era uma matéria que existia com frequência no meio ambiente da época. Segundo J. L. Cardoso (CARDOSO, 1997, p. 38), a caça ao veado era uma das actividades cinegéticas das populações que, durante mais de mil anos, desde o Neolítico Final, na segunda metade do IV milénio AC, até ao final do Calcolítico Pleno, na segunda metade do

⁽¹⁾ Mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

⁽²⁾ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)

milénio seguinte, ocuparam o povoado de Leceia. Daí que o aproveitamento desta matéria-prima fosse natural.

Segue-se a apresentação das diversas possibilidades de utilização da haste na elaboração de artefactos, com particular ênfase nos de carácter utilitário, por serem os que mais interessam a este estudo.

Por último, apresenta-se a descrição e análise morfo-técnica das treze peças em estudo, para as quais se propuseram duas funcionalidades principais distintas, como cabos (8 exemplares) e como caixas (3 exemplares); para os dois restantes fragmentos não foi possível propor com segurança qualquer funcionalidade. Foram ainda adiantadas algumas considerações sobre os dois grupos de artefactos referidos, com uma proposta de classificação e o correspondente estabelecimento de subtipos, sugeridos pelas respectivas características.

Das treze peças agora estudadas, doze provêm da Camada 2, correspondente ao Calcolítico Pleno, situável em Leceia entre cerca de 2600/2500 e 2300/2200 anos AC. Apenas uma provém da Camada 3, do Calcolítico Inicial, situável entre 2900/2800 e 2600/2500 anos AC (CARDOSO, 1997, p. 26; CARDOSO & SOARES, 1996).

2 – MATÉRIA-PRIMA E TÉCNICAS DE FABRICO

A matéria-prima das peças aqui analisadas é, exclusivamente, a haste de veado. Proveniente de animais abatidos ou de recolha das armações de muda, tal como acontecera no Paleolítico, a haste continuou a ser uma boa fonte de matéria-prima para a elaboração de artefactos. Sam-Yong Choi (CHOI, 1999:570) refere que a grande frequência da utilização de hastes de veado, nomeadamente no Neolítico final e no Calcolítico da Provença, se deve não a uma actividade intensiva de caça, mas a um aproveitamento de matéria-prima disponível, através da recolha das hastes de muda. Em condições favoráveis, cada veado fornece, anualmente, uma nova armação pronta a ser utilizada, o que era, sem dúvida, um aspecto económico importante na escolha da matéria destinada ao fabrico de artefactos.

Antes da análise da pequena colecção que aqui apresentamos, impõem-se algumas considerações prévias sobre esta matéria-prima. A sua constituição, algo semelhante aos ossos, é formada por cálcio e fósforo. Como a regeneração das hastes é anual, o animal tem de ingerir grandes quantidades de alimentos ricos nestes dois elementos. Tomando como base o artigo de André Billamboz (BILLAMBOZ, 1979, pp. 93-129), apresenta-se uma adaptação da terminologia por ele utilizada para a identificação dos vários componentes da haste.

As hastes de veado (*Cervus elaphus* L., 1758) são formações ósseas em constante mutação. Como só surgem nos machos, constituem um dimorfismo sexual desta espécie. Fixam-se em dois apêndices perenes, os espigões, que estão localizados no crânio, na sua zona frontal. Cada haste tem um centro gerador próprio, directamente ligado a um dos testículos, o que leva a um desenvolvimento independente nem sempre igual, a uma queda anual nem sempre sincrónica e a uma morfologia diferente ao longo dos vários estádios de evolução da vida do animal. Se se castrar um veado este não conseguirá regenerar a sua armação ou fá-la de forma bastante incompleta.

As hastes crescem em ciclos anuais e tomam aspectos diferentes consoante a idade. Assim, ao longo do primeiro ano de vida, durante o Outono, os espigões desenvolvem-se formando duas pequenas “almofadas” cobertas pela pele, visíveis na zona dianteira da cabeça.

No final do primeiro ano, nascem as primeiras hastes (Fig. 1). O jovem ainda vive com a mãe e as suas hastes têm um único tronco, sem ramificações, ligeiramente curvo. A queda destas hastes dá-se um pouco mais tarde do que nos adultos, por volta de Março ou Abril.

Com cerca de dois anos e meio, o jovem adulto está pronto a reproduzir-se. As hastes são agora mais alongadas, surgindo várias ramificações. As pontas ainda são rombas, porosas, com uma calcificação incompleta, o que não lhe permite rivalizar com os adultos na altura do acasalamento.

Entre os 4, os 5 e os 15 anos, os veados formam as grandes armações, mais separadas, devido ao crescimento do crânio que leva ao afastamento dos espigões, com um desenvolvimento relacionado com a sua capacidade reprodutora. O nascimento de cada nova muda de hastes dá-se entre Abril e Junho, e a roçagem que liberta o veludo que as cobre é feita em Julho. A partir de Agosto, a haste está pronta e em Setembro-Outubro o animal está em cio. A queda dá-se em Março.

Estes períodos são “padrões” para animais saudáveis, com uma boa alimentação e em ambiente próprio. Daí que cada caso seja particular, dependendo do meio em que o animal se desenvolveu, das doenças que sofreu ao longo do seu crescimento e das condições ambientais.

A partir dos 15 anos e até aos 18-20 anos, tempo médio de vida dos veados, as hastes entram num período de declínio. Surgem hastes com ramificações muito afiadas e com formas não padronizadas.

Na Fig. 2, baseada no desenho esquemático apresentado por Billamboz (*op.cit.*, p. 96), estão identificadas as partes constituintes da haste de um animal adulto.

A haste é constituída por três grandes zonas:

1 – **Zona basilar ou proximal** é composta por:

- *espigão*, formação óssea que cresce no crânio do animal. Tem uma secção circular, um aspecto ósseo, mas não tem canal medular;
- *medalhão*, face inferior da haste de muda, ou seja daquela que cai por processos naturais, e pode ter uma superfície côncava ou convexa;
- *coroa com as granulações*, zona onde a calcificação é mais intensa, que separa a haste do espigão;
- *tronco central inferior*, que se estende da coroa à ramificação central. Tem uma secção irregular. Ao longo deste tronco, principalmente na face externa, surgem as *goteiras*, paralelas, por onde se faz a irrigação da haste, com *nodosidades*, que se tornam mais visíveis com a idade do animal. A face interior deste tronco é relativamente plana, correspondendo a uma superfície de roçagem do animal, para se libertar do veludo que cobre a haste. Tem uma aresta longitudinal entre a ramificação basilar e a central, o que acentua o contorno irregular do perfil. A sua curvatura é pouco acentuada;
- *ramificação basilar* tem igualmente uma secção irregular na zona de inserção com o tronco central inferior, com uma zona proximal direita e uma curvatura na zona distal que se acentua com a idade do animal. Possui finas goteiras e nodosidades que desaparecem na ponta;

- *ramificação suprabasilar* só surge em armações muito grandes e complexas nos adultos. Tem um polimorfismo acentuado, pelo que não se pode descrever um tipo “padrão”. É em geral frágil e parte-se com frequência nas lutas entre machos, deixando uma cicatriz. Contudo tem uma curvatura mais regular do que a ramificação basilar e mantém a série de goteiras e nodosidades finas e paralelas que desaparecem na zona distal.

2 – **Zona mesial** é composta por:

- *tronco central superior*. Este tronco estende-se da ramificação central ao candelabro, zona distal de toda a haste. Tem uma secção circular, com um perímetro menor do que o do tronco central inferior e uma curvatura regular, com uma ligeira torsão para o interior. Apresenta filas paralelas de goteiras e de nodosidades bem marcadas. A zona cortical é relativamente espessa na zona proximal, tornando-se mais fina na ligação ao candelabro;
- *ramificação central*, que emerge da zona proximal deste tronco central superior, tem uma secção circular, uma curvatura regular e fileiras paralelas de goteiras e de nodosidades que se extinguem na terça parte distal.

3 – **Zona distal ou candelabro** tem origem no tronco central superior, que na sua zona distal já apresenta uma secção trilobada, dando origem às várias ramificações que compõem esta zona. As *ramificações do candelabro* são direitas ou com uma curvatura muito suave. Não tem, nomeadamente na zona mesial e distal de cada ramificação, goteiras nem nodosidades. O número de pontas do candelabro depende da idade do animal e do seu estado de desenvolvimento, sendo tanto maior quanto melhores forem as condições de vida do veado.

A estrutura interna das hastes é característica. Composta pela zona esponjosa, com alvéolos que formam uma rede de malha variável, relativamente compacta, passando gradualmente à zona cortical.

No aproveitamento feito desta matéria-prima, quando a superfície não foi inteiramente afeiçãoada pelo homem, a secção do artefacto, a orientação das nodosidades e das goteiras, assim com o seu grau de desenvolvimento, podem dar importantes indicações sobre a origem anatómica da zona aproveitada, a idade do animal e até a orientação da peça. No entanto, se a peça foi inteiramente afeiçãoada, ou seja, se todas as características particulares da haste foram “apagadas”, é muito difícil determinar se se trata desta matéria ou de osso. A única indicação possível de avançar é que, ao tacto, no polimento total, a haste é mais suave do que o osso.

O homem pré-histórico aproveitaria de forma frequente as hastes de muda, resultantes da queda anual, ou as de massacre, serradas da cabeça dos veados abatidos. Hoje, é impossível concluir qual destes tipos de armação foi mais utilizado, excepto se os fragmentos mantiverem o medalhão intacto, sem vestígios de serragem. Neste caso há a certeza de que se trata de uma haste de muda, como é o caso da peça representada na Fig. 4, n.º 2.

As séries tipológicas dos artefactos sobre haste têm uma importância semelhante às da indústria cerâmica (BILLAMBOZ & SCHLICHTERLE, 1985, p. 163) para a caracterização de um determinado período. E, tal como na indústria lítica, podem-se observar peças concluídas, esboços e restos de debitagem, ou seja, toda

a sequência operatória, que permite o estudo sobre as técnicas utilizadas que conduziram aos produtos finais obtidos. O primeiro daqueles autores (BILLAMBOZ, 1999, pp. 209-214), apresentou um estudo sobre um ateliê de debitação de haste de cervídeo encontrado na Suíça, em Auvernier-Port. Ali, foram encontrados não só restos dessa debitação, como vários fragmentos líticos, que teriam servido para a técnica de percussão, a mais utilizada, segundo o autor, neste tipo de matéria-prima.

As técnicas utilizadas para a execução dos artefactos são, regra geral, as mesmas para o osso e para a haste, já propostas em trabalho precedente (SALVADO, 2000). Assim, para o esboço inicial das peças, utilizava-se a incisão, com elemento lítico ou metálico (hipótese válida para todas as peças de Leceia do Calcolítico Pleno, época em que se generalizou o uso do cobre), para orientar a posterior percussão, directa ou indirecta, individualizando-se o segmento a trabalhar. Também se podia utilizar a serragem, igualmente com recurso a elemento lítico ou de cobre, dando à superfície do corte um perfil em V, ou com elemento vegetal, dando um perfil em U. Muitas vezes esta serragem podia ser orientada por uma incisão prévia. Se a serragem não fosse completa, poder-se-ia utilizar a flexão, como forma de concluir o gesto técnico. Parece ter sido o caso observado na peça da Fig. 4, n.º 1, onde são visíveis vestígios dessa flexão numa pequena imperfeição que surge na zona de serragem.

O vazamento da esponjosa e afeiçoamento da superfície interna da peça deveria ser feito ou com uma ponta lítica, se fosse incompleto, ou com uma lâmina lítica, deixando, por vezes, vestígios do corte da lâmina na superfície interna da peça, chegando a atingir a zona cortical, como é o caso observado na peça da Fig. 5, n.º 2. Pode admitir-se que também fosse utilizada uma ponta metálica, sendo aí o vazamento mais completo. É o caso do exemplar da Fig. 4, n.º 3, totalmente vazado, apesar do seu pequeno diâmetro e grande comprimento. Para a regularização da superfície interna, utilizar-se-ia um elemento vegetal ou de origem animal, uma corda ou um tendão não obrigatoriamente associado à adição de grãos abrasivos.

A forma poderia ser obtida através do desbaste, executado com lâmina lítica.

Para regularizar a superfície de serragem ou de desbaste, procedia-se à abrasão. Por vezes esta abrasão também se destinava a apagar as irregularidades da superfície externa provenientes das goteiras e das nodosidades ou, até, para anular as granulações. A abrasão seria executada com um elemento abrasivo humedecido, como areia ou arenito, utilizando-se, para uma abrasão mais cuidada, uma pele humedecida, impregnada de um elemento abrasivo de grão muito fino.

Nenhuma das peças aqui analisadas sofreu polimento. O polimento é uma técnica idêntica à abrasão. A diferença está não na forma como é executada, mas na intenção com que é executada, uma vez que o polimento se destina a dar um aspecto cuidado, “estético”, ao artefacto, utilizando sempre um elemento abrasivo de grão muito fino. É uma técnica de acabamento.

3 – APROVEITAMENTO DA HASTE

A haste tem, como já foi referido, várias morfologias, conforme a idade do animal ou a zona utilizada, que se adaptaram a aproveitamentos diferentes. A. Billamboz (BILLAMBOZ, 1979, p. 126) apresentou em quadro

esquemático os aproveitamentos possíveis das várias zonas da haste do veado para a elaboração de artefactos do quotidiano.

A zona basilar, com o medalhão como base, serviu para a elaboração de recipientes (CAMPS-FABRER & RAMSEYER, 1993d, pp. 180-183), como os provenientes de estações neolíticas francesas. Igualmente a partir da zona basal, mas sem o aproveitamento do medalhão, utilizando-se em sua substituição, para formar o fundo do recipiente, um qualquer material, como por exemplo a cortiça ou a pele, fabricar-se-iam recipientes como o da Fig. 5, n.º 2.

As hastes de animais jovens, podiam ser utilizadas para a elaboração de cabos, como é o caso, por exemplo, da peça representada na Fig. 4, n.º 2. Como se pode observar neste caso, muitas vezes as granulações são eliminadas por abrasão, que regularizaram a superfície. Devido ao aspecto compacto desta zona da haste, pode-se propor também a sua utilização como elemento de percussão, como, por exemplo, um exemplar neolítico proveniente da gruta IIA da Senhora da Luz (Rio Maior) (SALVADO, 2000, p. 181).

Da inserção do tronco central inferior com a ramificação basilar podem-se igualmente obter cabos, para peças líticas de dimensões consideráveis, muitas vezes segundos cabos que seriam inseridos num toro de madeira, utilizado como primeiro cabo (consulte-se subcapítulo “Cabos”, adiante apresentado).

Certos autores (FERRER-JOLY, coord., s.d., pp. 62-63) referem exemplares de artefactos provenientes desta zona anatómica, aproveitada não para segundos cabos, mas também como picos, peças que utilizavam a ramificação basilar com função perfurante, sendo o tronco central inferior utilizado como cabo.

Do tronco central superior e das ramificações, podiam-se obter cabos, de tamanhos muito diversos e, por isso, destinados igualmente a suportar diversas matérias-primas, obviamente com finalidades também diferentes. Dispõe-se de classificação para os vários tipos de cabos que se podem extrair das hastes de veado, com base numa colecção da Suíça do Neolítico Final (RAMSEYER & BILLAMBOZ, 1979, p. 132). Existem vários exemplares em Portugal, provenientes de estações neolíticas e calcolíticas (SALVADO, 2000, p. 189).

S.-Y. Choi (CHOI, 1999, 2, Est. 316 a 338) apresentou uma colecção significativa proveniente do Midi francês, que engloba peças provenientes do Neolítico e do Calcolítico, algumas ainda em processo de fabrico, que fornecem informações muito precisas sobre as técnicas utilizadas na sua elaboração.

Ainda como elemento receptor, neste caso como suporte de foice, a haste foi aproveitada pelo perfil encurvado das suas ramificações, tanto a basilar como a central. Foi ainda referido o facto de a curvatura natural das ramificações formarem um arco de círculo, propício ao suporte dos elementos líticos que constituem as foices (BELDIMAN, CAMPS-FABRER & NANDRIS, 1993, p. 84). Neste caso, uma ranhura que seguisse essa curvatura seria suficiente para nela se inserirem os elementos líticos da foice.

Este tipo de matéria-prima foi igualmente utilizado para a elaboração de artefactos com outras funcionalidades, geralmente ligadas a actividades do quotidiano uma vez que para os artefactos simbólicos parece ter-se preferido o osso ou o marfim. É contudo interessante recordar que as manifestações funerárias de caçadores-recolectores utilizam muitas vezes a haste completa presumivelmente com um significado simbólico que hoje desconhecemos.

Em povoados com ocupações longas, como Pragança, Outeiro de São Mamede ou Espargueira, que abrangeram o Neolítico Final e as várias fases do Calcolítico, surgem diversos artefactos onde esta matéria-

-prima foi utilizada (SALVADO, 2000), à semelhança do que sucedeu em Leceia. Estes artefactos são longos, abrangendo as categorias dos rombos, biselados e pontiagudos, como é o caso, respectivamente, das espátulas-alisadores, dos cinzéis, dos furadores, das pontas de zagaia e dos anzóis. Para estas categorias foram utilizados fragmentos dos troncos centrais, com um grau de afeiçoamento variado, chegando muitas vezes a ser difícil a identificação da matéria utilizada.

Quando a transformação é quase total, apenas algum vestígio remanescente da esponjosa pode ajudar o investigador a identificar com um mínimo de segurança a matéria-prima, sem utilizar métodos destrutivos. Por outro lado, em fragmentos com pouco afeiçoamento, onde as transformações antrópicas são ténues, muitas vezes estas peças foram confundidas com meros restos faunísticos, tornando a sua percentagem nas colecções inferior àquela que realmente teria, dado às potencialidades e à frequência desta matéria-prima.

4 – ANÁLISE DAS PEÇAS ESTUDADAS

As propostas de identificação e de funcionalidade dos 11 dos 13 fragmentos de artefactos é feita sob reservas, devido ao seu estado de conservação. Os dois restantes, por maioria de razão, mantêm-se indeterminados.

A primeira etapa para identificar as peças como artefactos teve como critério o facto de todas mostrarem marcas de afeiçoamento, que resultaram de um seccionamento intencional, com posterior afeiçoamento, recorrendo à abrasão, que constitui um dos mais expressivos indicadores da intervenção humana em matéria-prima de origem animal.

Pela análise das 11 peças classificáveis, conjugando a zona da matéria-prima aproveitada, a sua morfologia e morfometria, e comparando com outras peças representadas na bibliografia consultada ou por observação directa, concluiu-se que correspondem invariavelmente a elementos receptores, para os quais são possíveis duas funcionalidades distintas: 8 fragmentos fariam parte de cabos e 3 teriam pertencido a caixas.

4.1 – Cabos

Os cabos são elementos passivos que servem ou facilitam o manejo de outras peças (RODANÉS VICENTE, 1987, pp. 176-177). Têm uma ampla distribuição, quer geográfica, quer cronológica, com os primeiros exemplares a surgirem já no Paleolítico Superior. Destinam-se ao encabamento de artefactos em outras matérias-primas, como a pedra, o metal ou até o próprio osso.

Numa definição mais lata (SALVADO, 2000, p. 55), foi proposto que um cabo seja todo o elemento que se interpõe entre a mão do utilizador e o artefacto perfurante ou cortante que está a utilizar.

Tem, como principais funções, proteger a mão, dar uma maior precisão ao corte ou à perfuração, no caso dos machados e das enxós ou dos picos, respectivamente e, sobretudo, ampliar a força dos impactos assim produzidos; na maioria dos casos, o cabo é o prolongamento da parte activa da peça. Assim sendo, entrariam

na classificação de cabos não só as peças em madeira, em osso ou em haste fabricadas para este efeito, como também as fibras vegetais ou matéria de origem animal que se aderiam às zonas proximais das facas líticas, por exemplo, destinadas à protecção da mão. Esta proposta de definição afasta-se um pouco da que foi apresentada por diversos autores, nomeadamente por BARGE-MAHIEU *et al.* (1993a, p. 23), CAMPS-FABRER & RAMSEYER (1993b-c, pp. 69, 73 e 79) ou Y-S. CHOI (1999, pp. 452 e 459), que limitam os cabos apenas aos elementos receptores dos gumes líticos.

Em geral, as morfologias e as morfometrias dos cabos são muito variadas, dependendo da matéria-prima utilizada e da funcionalidade a que se destina o artefacto.

Em haste, existem cabos de inserção longitudinal. Destinam-se ao encabamento de facas e pontas líticas ou metálicas. Pode-se aproveitar um segmento do tronco central inferior, do tronco central superior ou de uma das ramificações, que conserve parte da sua extensão rectilínea.

São **primeiros cabos**, ou seja, cabos que se destinam a ser directamente manuseados pelo utilizador. Existem, igualmente, cabos de inserção transversal, que se destinam ao encabamento de facas e raspadores líticos, ou a elementos de foice, aproveitando, como já foi referido, a sua curvatura natural. Também estes são primeiros cabos.

Os **segundos cabos** são elementos intermediários entre o primeiro cabo, geralmente em madeira e a peça a encabar, nomeadamente os machados e as enxós em matéria lítica. É este o caso de muitos artefactos executados sobre haste, aproveitando segmentos do tronco central inferior ou superior. Na bibliografia francesa utiliza-se duas terminologias diferentes. Para nomear os primeiros cabos, “manche”, e os segundos cabos “gaine de hache”, neste caso apontando directamente para a sua funcionalidade, o que pressupõe uma divergência no critério de análise inicial, que deve ser evitada.

Optando pela corrente estruturalista defendida por CAMPS-FABRER (1979, p. 23), a análise desta pequena colecção obedeceu essencialmente à observação da sua morfologia. Também se procedeu a uma tentativa de identificação da zona da origem anatómica, da morfometria, do estado de conservação e de uma proposta dos gestos técnicos utilizados na sua elaboração.

Em trabalho precedente (SALVADO, 2000, pp. 45-48), foi apresentada proposta de classificação dos artefactos em matéria dura de origem animal.

Seguindo-a, os cabos pertencem à macrocategoria dos que têm apenas uma zona definida. Estão neste caso os artefactos em que toda a sua forma contribui para a funcionalidade da peça, não se podendo identificar uma zona passiva, proximal, nem uma zona activa, distal. De facto, os cabos constituem a zona proximal do próprio artefacto que encabam.

Podem ser, depois, inseridos na categoria dos cilíndricos ocos. Nesta classificação atendeu-se não à funcionalidade da peça, mas à sua morfologia geral. Atendendo a que os artefactos executados neste tipo de matéria-prima raramente têm uma secção ou uma forma que obedecem a formas geométricas puras, excepto se o afeiçãoamento foi total, o facto de se nomear esta categoria de “cilíndricos” não significa que se trate de um cilindro perfeito, com uma secção circular bem definida. O adjectivo “oco” é utilizado porque todos estes artefactos têm de possuir uma zona de inserção, intencionalmente vazada, para a funcionalidade a que se destinam.

8 das 11 peças identificáveis funcionalmente da colecção estudada pertencem ao tipo dos cabos, servindo-nos de novo da sua proposta de funcionalidade. Mas, devido às várias morfologias que os cabos podem apresentar, sente-se a necessidade de elaborar um conjunto de subtipos que melhor definam cada uma das peças analisadas.

A “construção” dos subtipos é algo que deverá estar, permanentemente, em aberto, uma vez que se vão identificando sempre novas peças, que poderão ter morfologias semelhantes ou diferentes das que constam dos subtipos propostos. Neste último caso, a construção de um novo subtipo poderá ajudar a identificar melhor o que foi descoberto e a organizar o estudo de outras peças encontradas que se revelem idênticas.

Assim, tomando por base proposta já anteriormente apresentada (SALVADO, 2000, p. 55), actualizou-se a parte relativa aos subtipos dos cabos. A proposta foi feita com base na matéria-prima utilizada, no tipo de inserção e no do encaixe, no caso das inserções transversais e, ainda, na morfologia geral.

Anteriormente, o tipo dos cabos, apresentava apenas o subtipo 2.1 “Haste, inserção longitudinal”. Uma vez que alguns dos exemplares analisados neste trabalho apresentam morfologias e tipos de inserção diferentes, é necessário ampliar o subtipo atrás referido. As peças da Fig. 3, n.º 1, 2, 3 e 4 e a da Fig. 4, n.º 1, pertencem ao subtipo 2.1.1, definido como “Haste de inserção longitudinal sem medalhão”. A peça da Fig. 4, n.º 2, pertence ao subtipo 2.1.2, definido como “Haste de inserção longitudinal, com medalhão”. A peça da Fig. 4, n.º 3, pertence ao subtipo 2.1.3, definido como “Haste, de inserção longitudinal tubular”. Por último, a peça da Fig. 4, n.º 4, pertence ao subtipo 2.2.1, com a designação de “Haste de inserção transversal com encaixe simples”.

Passa-se agora a uma breve descrição dos fragmentos de artefactos analisados, para os quais se propõe a funcionalidade como cabos.

Fig. 3, n.º 1 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.1, “Haste, inserção longitudinal sem medalhão”) – Artefacto que teria, presumivelmente, a forma geral cilíndrica, com vestígios da esponjosa na face posterior e vestígios de vazamento intencional para regularizar a superfície interna. O que se conserva não chega a ser 50% do perímetro total da peça.

Embora seja difícil determinar a origem anatómica de onde foi extraído o artefacto, pela observação parece poder concluir-se que se trata de um segmento do tronco central inferior, uma vez que não tem a curvatura mais acentuada da do tronco central superior.

É interessante verificar que junto à fractura do bordo esquerdo houve um desbaste com vestígios de abrasão posterior; à primeira vista sem uma funcionalidade definida, chegando mesmo a fragilizar a peça, uma vez que lhe diminuiu a espessura. Assim, não é provável que tenha sido executado o desbaste no tempo de vida útil da peça como cabo, mas sim posteriormente, quando este já se tinha fracturado longitudinalmente. As fracturas longitudinais dos cabos são frequentes e uma das marcas de uso deste tipo de artefactos, devido à pressão exercida nas paredes pelo objecto encabado.

A superfície exterior tem várias marcas que poderão resultar da roçagem ou de acidentes pós-depositacionais.

Devido ao diâmetro da perfuração que a peça teria, propõe-se que se destinasse ao encabamento de uma peça lítica. A orientação das goteiras determinou a orientação da peça longitudinalmente e a zona de serragem determinou a face superior. Na bibliografia consultada, encontram-se vários exemplares semelhantes, como por exemplo os provenientes da Suíça, apresentados por CAMPS-FABRER & RAMSEYER (1993a, pp. 44-45).

A única dimensão que se poderá obter, devido ao estado de conservação da peça, é o comprimento máximo do fragmento conservado (78 mm), não sendo, por isso, possível determinar os vários índices previstos para este tipo de artefactos, os de alongamento (comprimento total/largura máxima), espessamento (espessura máxima X 100/comprimento total), massividade (largura máxima/espessura máxima) e, para os segundos cabos, o índice de inserção (profundidade da cavidade de inserção/comprimento da coroa).

Os gestos técnicos para a obtenção da peça devem ter sido, primeiro, a serragem com elemento lítico, devido ao perfil conservado da face superior (com uma inclinação oblíqua ascendente, o que leva a supor que o perfil do corte seria em V). Depois, a abrasão da face superior, com elemento abrasivo de grão médio/fino, o que regularizou a superfície, sendo visível os traços dessa técnica, paralelos e oblíquos em relação ao eixo longitudinal da peça.

Desbaste no bordo esquerdo, feito com elemento lítico, com abrasão grosseira posterior, com elemento abrasivo de grão médio/grosso, visível por traços paralelos, maioritariamente com orientação longitudinal. No vazamento interno não há vestígios de uma abrasão cuidada para regularizar a superfície.

Como apontamento importante, adiantamos que classificamos o tipo de elemento abrasivo utilizado na abrasão sofrida por uma superfície, através da observação directa ou com recurso a uma lupa de fraca ampliação (SALVADO, 2000, p. 39). Assim, o elemento abrasivo será de “grão fino” quando, pela sua textura, deixou traços finos, paralelos entre si, e quase imperceptíveis. A utilização de um abrasivo inicial com uma textura mais agressiva para a superfície, observada directamente, deixa traços razoavelmente profundos, também paralelos entre si, com um vazamento de traçado irregular, classificado como “grão grosso”.

Os abrasivos intermédios, aqui classificados como “grão médio”, à observação directa podem abranger um leque de impressão visual e táctil, que os classificarão como “médio-grosso” ou “médio-fino”, de acordo com a sua aproximação aos limites de classificação atrás definidos.

Apenas uma observação sistemática, recorrendo à lupa binocular, permitirá uma classificação mais objectiva, baseada em dados mensuráveis da profundidade, regularidade e direcção dos traços deixados pela abrasão. Contudo, numa primeira aproximação científica à peça, essa etapa de investigação poderá ser adiada, por não trazer informações prioritárias para a classificação da peça. É contudo muito importante, quando se pretendem aprofundar as conclusões relacionadas com a técnica de fabrico e, eventualmente, com a funcionalidade de um artefacto ou de um fragmento que consideramos significativo, para além de nos fornecer elementos muito importantes para o conhecimento dos abrasivos utilizados.

Fig. 3, n.º 2 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.1, “Haste, inserção longitudinal sem medalhão”) – Este artefacto é constituído por um fragmento de haste, presumivelmente de indivíduo jovem, uma vez que não são visíveis nem as goteiras nem as nodosidades. Nota-se alguma porosidade na face externa o que, segundo A. Billamboz (BILLAMBOZ, 1979, p. 110), é

característico das hastes dos animais jovens, onde existe uma insuficiência da calcificação na altura do crescimento da haste. No entanto, pode igualmente tratar-se de um fragmento de uma das ramificações, devido à pouca espessura do córtex. Neste caso, é impossível determinar a que ramificação pertenceria, embora as ausências atrás referidas possam propor que se trate de uma das ramificações do candelabro, que não desenvolve este tipo de características morfológicas anatómicas.

Tem vestígios do vazamento da esponjosa mas sem uma regularização cuidada da superfície.

É difícil propor uma funcionalidade segura para esta peça, devido à extensão do fragmento conservado. No entanto, devido ao vazamento sem afeiçoamento cuidado, parece estar afastada a hipótese de se tratar de um recipiente. Poderia tratar-se, então, de um cabo. A única dimensão possível de obter é a do comprimento total do fragmento (49mm).

Das técnicas de fabrico, para isolar o fragmento desejado poder-se-ia ter executado um dos seguintes gestos técnicos: ou uma serragem com elemento vegetal, ou uma percussão orientada por incisão prévia. A face superior foi depois completamente regularizada, presumivelmente com elemento abrasivo de grão médio/fino; esta observação baseia-se no terço esquerdo conservado da face superior.

Fig. 3, n.º 3 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.1, “Haste, inserção longitudinal sem medalhão”) – Artefacto muito semelhante ao anterior, pelo que os comentários relacionados com a origem anatómica e proposta de funcionalidade são idênticos. É interessante verificar, comparando os dois fragmentos, que os gestos técnicos de fabrico utilizados são os mesmos e que o elemento abrasivo para regularizar a superfície da face superior também terá sido idêntico, assim como a orientação dos traços de abrasão paralelos e obíquos em relação ao eixo longitudinal da peça. Uma vez que o local de proveniência das duas peças, a camada (camada 2) e o ano de escavação é o mesmo, poder-se-ia propor que sejam fragmentos de um mesmo artefacto, embora não coincidentes.

Esta peça manteve conservada uma fracção maior da face superior, em relação ao artefacto n.º 2, mas a única dimensão possível de obter é o comprimento do fragmento (52mm).

Fig. 3, n.º 4 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.1, “Haste, inserção longitudinal sem medalhão”) – O que se conservou deste artefacto é composto por dois fragmentos que se encontram colados.

Esta peça foi obtida de uma haste de animal adulto, onde são bem visíveis as goteiras e as nodosidades. Presumivelmente trata-se de uma zona de inserção da ramificação central com o tronco central inferior. Esta proposta deve-se à orientação das goteiras que formam um V invertido, dando lugar a uma área de nodosidades desordenadas e ao facto da pequena extensão de perímetro, visível no que se conservou, indicar que a secção não seria circular.

A face interior sofreu uma abrasão razoável, presumivelmente com elemento vegetal ou com um elemento de origem animal, como um tendão ou uma pele, que regularizou a superfície esponjosa.

Tal como nas peças anteriores, a única dimensão possível de se obter é o comprimento total do fragmento (61 mm).

Os gestos técnicos necessários para a obtenção do fragmento a trabalhar seriam a serragem com elemento lítico, devido ao perfil da face superior com uma inclinação oblíqua ascendente e a abrasão que regularizou a superfície de serragem, com elemento abrasivo de grão médio/fino. Na esponjosa, com elemento vegetal ou animal, fez o seu vazamento e abrasão.

Fig. 4, n.º 1 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.1, “Haste, inserção longitudinal sem medalhão”) – Para este artefacto propõe-se a utilização de um segmento do tronco central superior ou de uma haste de animal jovem, onde a separação apresentada entre o tronco central inferior e superior ainda não está bem definida (Fig. 1). Tem vestígios insipientes de goteiras e de nodosidades.

Na face interior, para além do vazamento, tem vestígios de uma regularização grosseira. Algumas fissuras longitudinais parecem resultar de processos tafonómicos.

A única dimensão possível de obter é a do comprimento total do fragmento (61mm).

Os gestos técnicos utilizados para a elaboração do artefacto seriam os que se passam a descrever. Serragem do fragmento a utilizar, presumivelmente com elemento vegetal, visível na secção em U, com um perfil do corte ligeiramente oblíquo descendente. A conclusão da segmentação deverá ter sido executada por flexão – existem vestígios dessa flexão num pequeno troço, visível no terço esquerdo da face superior. A proposta de serragem é feita devido à posterior flexão, uma vez que, se fosse usada a percussão que é, como já foi afirmado, o gesto técnico mais usual na haste, não haveria necessidade de uma posterior flexão. Depois de individualizado o segmento a trabalhar, seguiu-se a abrasão da zona de serragem, com elemento abrasivo de grão médio/grosso, que não foi completa. O tratamento abrasivo incompleto na zona de serragem pode indiciar que o artefacto terá sofrido um acidente no acto de fabrico, ou, então, o insuficiente acabamento da face superior não terá sido obstáculo para a funcionalidade da peça.

Fig. 4, n.º 2 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.2, “Haste, inserção longitudinal com medalhão”) – Artefacto obtido de uma haste de animal muito jovem com cerca de 1 ano, 2 anos de idade. Na face inferior, nota-se o medalhão em forma convexa que, segundo A. Billamboz (BILLAMBOZ, 1979, p. 116), é uma marca da juventude do animal, mas pode igualmente ser encarado, como referiu Bubenik (citado por Billamboz), como um processo individualizado de crescimento da haste. Ainda segundo A. Billamboz (*op. cit.*: 114), estas hastes caracterizam-se por ter uma superfície externa quase lisa, onde as granulações da coroa ainda estão em processo de formação.

No entanto, neste exemplar, nota-se que os vestígios dessas granulações foram eliminados por uma cuidada abrasão que regularizou a superfície, dando-lhe um aspecto liso, quase polido, com uma ligeira diferença na coloração. Observada à lupa, identificam-se traços de abrasão executados com elemento abrasivo de grão fino, regulares, paralelos entre si e oblíquos em relação ao eixo longitudinal da peça. Devido ao comprimento da secção escolhida, nota-se a ausência da ramificação basilar, o que leva a propor com mais clareza que seria uma haste de um jovem no final do seu primeiro ano de vida. Também para se sublinhar esta proposta, verifica-se a suave curvatura da peça, o seu pequeno diâmetro e a quase ausência de goteiras e de nodosidades.

A presença do medalhão calcificado mostra que se trata de uma haste de muda e não de abate, porque a actividade osteoclástica provocara já a ruptura entre o espigão e a haste.

Junto à face superior, notam-se 4 incisões regulares, antrópicas, que poderão resultar de tentativas de incisão com lâmina lítica para a orientação da serragem, que foram abandonadas. Se assim for, mais uma vez se identifica, como gesto técnico de individualização do fragmento a trabalhar, a serragem e não a percussão. A serragem definitiva foi executada com lâmina lítica, com um perfil na face superior oblíquo ascendente e uma abrasão imperfeita.

Na face anterior existem alguns vestígios de abrasão, com elemento de grão fino, principalmente no bordo esquerdo da peça, que seriam tentativas de regularizar uma superfície onde as goteiras eram vestigiais e se mantiveram quase intactas no bordo direito.

Na face interior o vazamento foi executado até ao nível da coroa, mas não houve regularização da superfície.

Propõe-se, como cadeia de produção deste artefacto, a seguinte sequência:

- obtida a haste de muda, procedeu-se à serragem com lâmina lítica, com alguns gestos falhados por parte do artesão, conseguindo-se, assim, o segmento necessário para a elaboração da peça;
- com elemento abrasivo de grão médio/grosso, fez-se uma primeira regularização da superfície serrada;
- com elemento abrasivo de grão fino, eliminaram-se os vestígios das granulações, das goteiras e das nodosidades;
- com faca lítica ou elemento metálico procedeu-se ao vazamento da profundidade necessária à inserção do artefacto a encabar – na face interior é visível um profundo sulco longitudinal, executado até ao nível da coroa, que pode ser interpretado como um vestígio do uso do artefacto aí encabado.

As dimensões possíveis de se retirarem desta peça, e dado que se conservou metade do seu perímetro, são as seguintes: comprimento total: 68 mm; largura máxima: 40 mm; largura da perfuração: 20 mm; profundidade da perfuração: 37 mm. O único índice possível de calcular é o de alongamento: 1.70.

Fig. 4, n.º 3 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.1.3, “Haste, inserção longitudinal tubular”) – Artefacto com uma forma geral cilíndrica, executado sobre fragmento de haste, presumivelmente da ramificação central. Esta proposta deve-se ao comprimento da zona seleccionada, à sua secção circular, à suave curvatura que apresenta e à quase ausência de goteiras e nodosidades. Pode-se ainda propor que se trata de uma haste de adulto jovem, ou então de um adulto, quando se dá um alongamento das ramificações. Toda a superfície externa da peça sofreu abrasão, com elemento abrasivo de grão grosso, talvez para aumentar a aderência na apreensão do artefacto, na altura de ser manuseado.

A proposta de funcionalidade desta peça, que tem a particularidade de possuir tanto a face superior como a inferior afeiçãoadas, é a de cabo duplo.

J. M. Rodanés Vicente (RODANÉS VICENTE, 1987, p. 126) classifica este tipo de peças como “tubo cilíndrico”, atribuindo-lhe, na sua tipologia, o n.º 38. Refere que surgem predominantemente em contextos campaniformes e são comuns a todo o Mediterrâneo.

Em Portugal existem peças com uma morfologia semelhante, embora executados sobre osso como, por exemplo, no Castro do Zambujal (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981: 1.59, referidos por Rodanés Vicente), nas grutas artificiais do Casal do Prado (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961, p. 39 e Pl. E, n.º 4), e na *tholos* da Praia das Maças (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, p. 37 e Pl. F n.º 42 e 49). Nestes casos, segundo os respectivos autores, seriam cabos em osso destinados à inserção de pontas em cobre, tal como os exemplares recolhidos no Castro de Vila Nova de São Pedro (PAÇO, 1960, p. 109 e Fig. 2, 1 a 6), nas grutas do Poço Velho, em Cascais (PAÇO, 1942, p. 101 e Est. XXI, f e g) ou no Outeiro de São Mamede (SALVADO, 2000, p. 188). Para nenhum destes exemplos apresentados é proposta a funcionalidade de duplo cabo, pelos autores que os analisaram.

Outros autores (BARGE-MAHIEU, CAMPS-FABRER & CHOI, 1993b, p. 59) referem que este tipo de artefactos distribuem-se do Paleolítico à Idade do Bronze, com uma grande repartição por toda a Europa. Outros (CAMPS-FABRER & RAMSEYER, 1993a, p. 39), classificam-nos como cabos sobre segmento de ramificação, de inserção longitudinal. A peça aqui analisada encontra-se dentro dos padrões da morfometria apresentados por estes autores para este tipo de artefactos. Possui uma particularidade interessante: junto a uma das faces, neste caso considerada aleatoriamente como face superior, surgem duas depressões paralelas e perpendiculares ao eixo longitudinal da peça. A funcionalidade destas depressões seria para ajudar a adesão de um qualquer elemento, presumivelmente vegetal ou de natureza animal, que fixaria a peça a encabar. No entanto, estas depressões não parecem ter sofrido preparação prévia, pelo menos a inferior. A superior poderá ter sido feita por um pequeno entalhe. Teria sido a pressão do fio de fixação que afundou e burilou as depressões, o que é sugerido pela sua concavidade irregular.

Ainda na face superior, a peça parece ter sofrido uma ligeira exposição ao fogo, devido à diferença de tonalidade, o que não abrangeu toda a peça, provando que foi intencional e não um acidente na vida do artefacto. Seria interessante também analisar a origem da tonalidade mais escura que se observa no interior das duas depressões acima referidas, a fim de se verificar se se trata de algum produto para a adesão, utilizado na fixação do fio. Também poderia ser essa a origem da tonalidade mais escura observada no bordo, e não a acção do fogo. Na face inferior observa-se a mesma coloração, o que parece comprovar a utilização da peça como cabo duplo, embora o estado de conservação desta zona não permita uma observação tão pormenorizada como na face superior.

As fissuras que são visíveis na face interior poderão ser traços de utilização, sendo paralelas ao eixo longitudinal da peça.

Foi possível estabelecer a morfometria deste artefacto, devido ao seu estado de conservação e considerando que a secção é circular, sendo, por isso, a largura idêntica à espessura. Assim, o comprimento total é de 109 mm, a largura e a espessura 22 mm.

Em relação aos gestos técnicos para a elaboração do artefacto, propõe-se que para seccionar o fragmento a utilizar se teria feito uma serragem com elemento lítico. Procedeu-se a uma abrasão da face exterior, com elemento abrasivo de grão grosso. Foi feito o vazamento da esponjosa, primeiro com elemento lítico ou metálico e, depois, com elemento vegetal ou animal, que regularizou a superfície interna. Os pequenos entalhes, junto à face superior, teriam sido obtidos com elemento vegetal ou animal, devido

ao seu perfil em U, ou seriam, como já foi referido, resultado do uso do artefacto e da fricção de elementos aderentes.

Fig. 4, n.º 4 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – cabo; **subtipo** – 2.2.1, “Haste, inserção transversal encaixe simples”) – Desta pequena colecção, esta peça é a única que pertence à Camada 3 que, como atrás foi referido se inscreve na primeira metade do III milénio AC, correspondendo-lhe o Calcolítico Inicial.

É também o único segundo cabo aqui analisado que, como acima foi referido, se destinava a receber o artefacto a ser encabado na zona distal, enquanto que, na sua zona proximal, se encaixava num primeiro cabo, presumivelmente de madeira.

Certos autores (BILLAMBOZ & SCHLICHOTHERLE, 1985, p. 165, Fig. 2), designam este tipo de cabos como “gaine à tenon simple”, indicando que surgem não só na Suíça ocidental e norte oriental, como também em Franche-Comté, no Neolítico, com uma datação entre os meados e o final do 4º milénio AC. Na descrição feita pelos autores (*op. cit.* 164, fig. 1), trata-se de um cabo de machado de encaixe simples, coroa direita e inserção distal. Ainda segundo estes autores (*op. cit.* 163), foi J. Déchelette que, em 1908 fez a primeira tentativa de classificação dos segundos cabos.

D. Ramseyer (RAMSEYER, 1993, p. 115) descreveu tais artefactos como elementos intermediários entre o primeiro cabo (de madeira) e a lâmina lítica (de pedra), destinados a reforçar o utensílio, na altura da sua utilização. Segundo este autor, foi Boucher de Perthes que os identificou, pela primeira vez, em 1847. Na legenda da página em que este investigador do séc. XIX apresenta os cabos lê-se *Instrumens Celtiques en Corne de Cerf*. D. Ramseyer adianta que estes machados são comuns no Neolítico Médio do centro da Europa; na Anatólia, foram encontrados exemplares do 6º milénio AC. Trata-se de exemplar de tipologia inédita nos inventários portugueses

Na orientação desta peça, assim como de todos os cabos aqui apresentados, não se seguiu a indicação adiantada por certos autores (CAMPS-FABRER & STORDEUR, 1979, p. 9), que orientam para a parte inferior da estampa a face que sofreu afeição para a inserção do artefacto a encabar. Esta alteração deveu-se ao facto de se considerar que na representação de qualquer peça, em matéria dura de origem animal, se deve sempre orientar para o topo da estampa a sua zona activa. De facto, esta é a regra geral apresentada pelas autoras acima referidas. Não se compreende a excepção aberta para os cabos, uma vez que é a partir da face afeiçãoada para o encabamento que parte a zona activa do artefacto. Parece que houve uma alteração de critério, passando-se da regra geral, que apresenta uma indicação da funcionalidade da peça, para uma tentativa de a orientar na posição em que seria utilizada.

Assim, nesta peça, orientou-se para a parte superior da estampa a sua face superior, onde seria embutida a lâmina, e para a parte inferior da estampa o encaixe, que seria inserido no primeiro cabo.

Também é interessante verificar que esta peça, apesar de ser classificada, como todos os cabos, na macrocategoria dos que têm 1 zona definida, pode morfologicamente ser observada em 3 zonas distintas: a zona de inserção da lâmina, a coroa, de bordos paralelos; o entalhe, elemento de travagem, transversal ao eixo longitudinal da peça, que abrange presumivelmente todo o seu perímetro, que diminuiu não só a espessura

da peça, como delimitou a terceira zona; o encaixe, destinado a ser inserido no primeiro cabo. Este apontamento é necessário, porque é a única peça nesta colecção com estas características morfológicas e que terá uma morfometria própria.

As dimensões obtidas foram: comprimento total do fragmento conservado, 32,5 mm; comprimento da coroa, 20,5 mm; largura e espessura máximas da coroa, uma vez que se admite ter uma secção circular, 26 mm; espessura máxima da parede da coroa, 9 mm; largura no entalhe, 24,5 mm; comprimento do encaixe conservado, 12 mm; largura do encaixe conservado, 22 mm; espessura máxima da parede do encaixe, 6 mm.

Como este artefacto se encontra, na sua face exterior, completamente afeiçãoado, não é possível determinar com segurança a origem da zona anatómica da matéria-prima. No entanto, e devido ao facto da secção do artefacto ser presumivelmente circular e com um fraco diâmetro, pode-se propor que se trata de um segmento de uma das ramificações, a central, ou do candelabro.

Para a elaboração desta peça, propõe-se que teriam sido executados os seguintes gestos técnicos: para a obtenção do fragmento a trabalhar, deve-se ter procedido a uma serragem com lâmina lítica, orientada por incisão prévia; o entalhe foi obtido por incisão profunda ao longo do perímetro, com elemento lítico, devido ao perfil em V. Deve-se ter procedido, em seguida, a um desbaste, igualmente com lâmina lítica, para se obter uma menor espessura na zona do encaixe; a zona de serragem sofreu uma abrasão cuidada, com elemento abrasivo de grão médio-fino. A face exterior da coroa foi completamente regularizada, presumivelmente por abrasão, embora o estado de conservação da peça não permita uma conclusão muito segura. Foi feito o vazamento e a regularização da esponjosa.

Na observação do artefacto, presume-se que ele se terá partido no uso, devido às fissuras que apresenta, no bordo direito quer na face externa, quer na face interna, elemento que constitui, vulgarmente, uma marca de uso. Este cabo, elemento intermédio, está sujeito a uma pressão intensa pelo uso, uma vez que uma das suas principais funcionalidades é a de absorver grande parte da força do impacto, evitando a fractura do cabo de madeira.

4.2 – Caixas

Optou-se por denominar “caixas” todos os artefactos que, pela sua morfologia e morfometria tivessem capacidade para conter um qualquer produto.

Podem ser inseridos na macrocategoria dos que têm 1 zona definida, uma vez que toda a sua morfologia contribui com igual peso para a análise da peça. Em relação à categoria, pertencem, tal como os cabos, aos cilíndricos ocos (SALVADO, 2000, p. 56).

Em Portugal, este tipo de artefactos encontra-se bem representado, principalmente em estações do Calcolítico inicial, com maior incidência nas necrópoles. São, em geral, peças com um acabamento muito cuidado, executadas em osso longo de animal de grande porte ou em marfim, muitas vezes com uma decoração elaborada. Estão neste caso, por exemplo, os exemplares do Castro de Vila Nova de S. Pedro (PAÇO, 1960/1961, pp. 176-178), da *tholos* de Pai Mogo (GONÇALVES, 1998, p. 321), da *tholos* de S. Martinho

(SALVADO, 2000, p. 191, Estampa VII), da *tholos* da Praia das Maças (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Pl F, n.ºs 44 a 47) e das grutas artificiais do Casal do Prado (Leisner, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961, Pl E, n.º 1), entre outros.

A matéria-prima utilizada na execução deste tipo de artefactos é, como já foi referido, o osso, o marfim e, nas peças aqui apresentadas, a haste. É necessário acrescentar que, da bibliografia consultada, até ao momento, sobre os materiais encontrados em estações deste período em território português, não foram encontradas referências a outros exemplares de caixa executados sobre haste. Assim, e devido às pequenas dimensões dos fragmentos que serão aqui apresentados e ao seu estado de conservação, a proposta da sua inserção no tipo das “caixas” é feita com algumas reservas.

CAMPS-FABRER & RAMSEYER (1993d, p. 175), em relação às caixas executadas em haste, denominam-nas como “gobelets”, ou seja, copo ou taça, definindo-os como recipientes com paredes que se adelgaçam do fundo para o topo, em geral completamente polidos, com uma ou duas perfurações situadas junto à face superior. Segundo estes autores, foi Troyon que em 1860 os identificou pela primeira vez, atribuindo-lhes a funcionalidade de copos.

Em relação à zona de origem anatómica, estes mesmos autores propõem (*op. cit.*: 178) a zona da coroa até ao início da ramificação basilar, a zona distal do tronco central inferior, junto do início da ramificação central ou a zona distal do tronco central superior, junto ao início do candelabro. Assim, as caixas em haste teriam uma morfologia diferente, consoante a zona aproveitada para a elaboração do artefacto.

As caixas que utilizaram a zona basilar, nela incluindo o medalhão, aproveitaram-no para formar o fundo do recipiente. As que foram executadas sobre os troncos centrais, teriam de possuir uma solução para o fundo, que poderia ser, por exemplo, cortiça ou outro elemento vegetal, pele ou mesmo barro.

Uma diferença significativa destes recipientes em haste, em relação aos de osso, encontra-se na forma como seriam tapados. A maioria dos que são em osso, apresentam uma “gola” única ou com entalhes escadeados, onde se faria a fixação do elemento que constituía a tampa. Nos que são executados sobre haste, parece que esse elemento morfológico está ausente, o que levaria à necessidade das perfurações.

Os autores supracitados (*op. cit.*: 184) apresentam várias propostas de utilização para estas peças, fundamentando-se em opiniões de terceiros. Assim, uma das hipóteses seria a de lâmpadas defendida por Sauter (1943), outra a de copo, embora esta autor considere que a capacidade seria muito pequena para que se tornasse funcional a sua utilização. Poderiam ter sido igualmente pequenos recipientes destinados a recolher resina, como admite Wiss (1969), utilizada muitas vezes como cola para a aderência de fibras na fixação dos cabos aos artefactos a encabar ou, segundo os próprios autores do artigo, como pequena taça para bebidas fermentadas.

A utilização destes artefactos, sem dúvida, seria múltipla, o que é facilmente presumível, atendendo à sua classificação como recipiente.

Em estudo precedente (SALVADO, 2000, p. 58), foi proposta por um dos autores uma classificação para os subtipos das caixas. Como já foi afirmado, em relação aos cabos, esta proposta foi feita com base nos artefactos estudados em depósito no M.N.A. Como o estabelecimento dos subtipos deve estar sempre em

aberto para a inclusão de novas formas ou de outras matérias-primas que entretanto se venham a analisar, e para os 3 fragmentos que se apresentam neste trabalho, executados sobre haste, verificou-se a necessidade de criação de novos subtipos.

Assim, para os artefactos sobre haste, tipo “caixa”, foram criados os subtipos “Haste sem perfuração, com medalhão” (2.1.1), “Haste com perfuração com medalhão” (2.1.2), “Haste, sem perfuração extraída de um dos troncos centrais” (2.2.1) e “Haste, com perfuração extraída de um dos troncos centrais” (2.2.2).

Dos artefactos analisados nesta pequena colecção, apenas para 3 se propõe a sua funcionalidade como caixas. Essas peças serão a seguir apresentadas.

Fig. 5, n.º 1 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – caixa; **subtipo** – 2.2.1, “Haste, sem perfuração extraída de um dos troncos centrais”) – Artefacto executado sobre haste de cervídeo adulto, devido à morfologia da face exterior, com as goteiras e as nodosidades bem visíveis. A zona de origem anatómica seria o tronco central inferior, devido à grande amplitude que se pode observar do fragmento do perímetro conservado e a uma inclinação que não pressupõe que tivesse uma secção circular. Devido à extensão do fragmento conservado, também não é provável que tenha sido extraído da zona basilar junto à coroa.

Também devido ao perímetro elevado, em relação à espessura conservada das paredes, leva a afastar a hipótese de funcionalidade como cabo, demasiado frágil para a espessura do elemento a encabar, apontando antes para que se trate de uma caixa.

A zona inferior do artefacto, no seu bordo direito, sugere que se procedeu a um afeiçoamento em ponta romba, notando-se uma leve abrasão grosseira. Propõe-se que este afeiçoamento fosse posterior à fractura do recipiente, tendo-se procedido ao reaproveitamento da matéria-prima para uma funcionalidade diferente, presumivelmente de um artefacto pontiagudo, por exemplo destinado à decoração cerâmica.

A face exterior manteve a sua estrutura anatómica inalterada, mas a face interior sofreu, para além do vazamento da esponjosa, um trabalho de regularização que quase atingiu a zona cortical, diminuindo significativamente a espessura da peça. Esta espessura é semelhante em toda a extensão do fragmento.

Assim, propõe-se como fases da “vida” deste artefacto o que se passa a expor. Para a sua primeira funcionalidade, como caixa, procedeu-se à serragem ou à percussão orientada do fragmento a trabalhar. Não é conclusivo qual destes gestos técnicos foi utilizado, uma vez que a abrasão que regularizou a superfície de corte foi executada de forma cuidada, com elemento abrasivo de grão médio/fino, que apagou qualquer vestígio do gesto antecedente. Sobre esta primeira abrasão, parece ter sido executada outra, com grão fino, que conferiu aos bordos da face superior um perfil arredondado. A abrasão, em peças que se querem mais cuidadas, pode não ser executada num único momento. Por vezes procede-se a uma primeira abrasão que regulariza uma superfície de corte, para lhe anular as imperfeições e, numa fase de acabamento da peça, procede-se a uma segunda abrasão, com elemento abrasivo de grão semelhante ou mais fino, que anula total ou parcialmente os traços do anterior, conferindo um aspecto mais perfeito ao trabalho final.

Procedeu-se, depois, ao vazamento da face interior, presumivelmente com artefacto lítico, a que se seguiu um trabalho de regularização da superfície, com elemento vegetal ou de origem animal. Este trabalho foi intenso, sendo praticamente anulada a esponjosa.

Depois da caixa se ter quebrado, foi feito um desbaste com lâmina lítica, que regularizou ambos os bordos da fractura, e formou uma ponta romba. Em seguida foi feita uma abrasão grosseira, com elemento abrasivo de grão grosso.

As únicas dimensões possíveis de serem obtidas neste fragmento são o seu comprimento total, 61 mm, e a sua espessura média, 6 mm.

Fig. 5, n.º 2 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – caixa; **subtipo** – 2.2.1, “Haste, sem perfuração extraída de um dos troncos centrais”) – Artefacto constituído por dois fragmentos que se encontram colados. A origem anatómica desta peça é, presumivelmente, o tronco central inferior, entre a ramificação basilar e a central. Esta proposta baseia-se nas indicações de A. Billamboz (BILLAMBOZ, 1979, p. 109) que refere que a secção desta zona não é circular, mas possui uma protuberância longitudinal característica que lhe dá um ângulo arqueado. Pertencerá à haste de um jovem adulto, com as gotearas relativamente marcadas e algumas nodosidades, desordenadas no bordo esquerdo, provavelmente anunciando o início de uma das ramificações.

A orientação da peça foi aleatória, uma vez que não existem elementos morfológicos e morfométricos que permitam indicar a face superior e inferior. Optou-se por estabelecer como face inferior a que mostra uma imperfeição no gesto de serragem, junto à fractura do bordo esquerdo, formando um ligeiro “degrau” afeiçoado posteriormente.

De entre os 3 exemplares aqui analisados, integrados no tipo das caixas, esta peça é a única que tem afeiçoamento nas faces superior e inferior. É semelhante ao artefacto já publicado (CAMPS-FABRER & RAMSEYER, 1993d, p. 177), proveniente de Concise (Suíça), de um contexto Neolítico. Não tem a perfuração da peça apresentada por estes autores mas, como se trata de um fragmento, não é conclusivo se teria ou não uma perfuração. Foi com esta base que se inseriu a peça no subtipo proposto das caixas sem perfuração.

Esta peça possui traços dos gestos técnicos de fabrico muito significativos. Para se individualizar o segmento a trabalhar, procedeu-se à serragem. No entanto, o processo parece não ter sido idêntico nas faces inferior e superior. Assim, na face inferior, deve-se ter utilizado na serragem um elemento lítico, devido ao perfil oblíquo ascendente que esta face possui. Na face superior, poder-se-ia ter procedido à percussão, para seccionar o fragmento. Se se pretendesse estabelecer uma ordem na cadeia operatória de fabrico deste artefacto, propõe-se que a percussão teria sido o primeiro gesto técnico de seccionamento e a serragem o segundo, uma vez que a percussão, mesmo sendo indirecta, ou seja, com o auxílio de uma cunha, é uma operação que fragiliza a matéria-prima, que se poderia fragmentar.

Obtido o segmento, deve-se ter procedido ao vazamento da esponjosa, primeiro com elemento lítico e, posteriormente, com elemento vegetal ou de origem animal que regularizou a superfície, diminuindo a espessura, quase atingindo a zona cortical. Na face superior, junto ao bordo, na face interna, são visíveis alguns traços profundos que poderão resultar do aprofundamento do vazamento, dispersos no terço esquerdo e concentrados no terço direito do bordo superior.

As superfícies de corte foram regularizadas por abrasão. Esta abrasão foi executada com elementos abrasivos diferentes. Assim, na face inferior, de grão grosso, visível em alguns traços profundos, com uma orientação que acompanha a forma circular da face. Posteriormente, procedeu-se a uma nova abrasão, neste

caso com grão médio-fino, com traços menos profundos, mais abundantes, paralelos entre si e oblíquos em relação ao eixo longitudinal da peça. Numa zona restrita, parece ter existido uma imperfeição na serragem da peça. Para a regularizar, procedeu-se a uma terceira abrasão, com grão médio-fino, com traços muito juntos, paralelos e perpendiculares em relação ao eixo longitudinal da peça.

A face superior também apresenta uma regularização feita em várias fases. A primeira com elemento abrasivo de grão médio-grosso, visível com alguns traços esparsos e a segunda, com elemento abrasivo de grão médio-fino, feita em várias direcções, sendo visíveis traços paralelos, com várias orientações. Na intercepção da face anterior com a superior, em algumas extensões, notam-se traços de abrasão que anularam a aresta. São também visíveis traços profundos, já referidos, que poderão resultar dos gestos técnicos falhados no vazamento da esponjosa.

As dimensões que podem ser retiradas deste tipo de artefactos são o comprimento total, a largura máxima e a espessura máxima ou diâmetro (no caso de secção ser circular). Podem-se retirar outras dimensões que se considerem importantes, como o diâmetro da face inferior ou da face superior, a espessura das paredes, os diâmetros internos. Os índices são, tal como nos cabos, o do alongamento, o do espessamento e o da massividade.

Para este artefacto foram obtidas as seguintes dimensões: comprimento total, 41mm; largura máxima, 58 mm; largura da face inferior, 55 mm; diâmetro interno na face inferior, 43 mm; diâmetro da face superior; 52 mm; diâmetro interno da face superior 41mm, espessura das paredes na face inferior varia entre 50 e 90 mm; espessura das paredes na face superior varia entre 60 e 80 mm.

Fig. 5, n.º 3 (**macrocategoria** – 1 zona definida; **categoria** – cilíndrico oco; **tipo** – caixa; **subtipo** – 2.2.1, “Haste, sem perfuração extraída de um dos troncos centrais”) – As reduzidas dimensões do fragmento conservado não permitem uma conclusão segura sobre a sua zona de origem anatómica na haste. A superfície da face exterior é porosa, sem vestígios das nodosidades nem das goteiras, o que aponta para se tratar de um segmento de uma ramificação de um animal jovem. Esta proposta não é coincidente com a indicada por CAMPS-FABRER & RAMSEYER (1993d: 178) para a origem anatómica da matéria-prima das caixas. No entanto, e como foi afirmado, o fragmento não permite uma conclusão segura. Por outro lado, tratando-se de um pequeno recipiente, poder-se-ia aproveitar um segmento de uma haste para a sua elaboração; neste caso, obviamente, ter-se-ia de criar um novo subtipo para a integrar.

A proposta de funcionalidade como caixa, e não como cabo, deve-se ao cuidado aplicado no vazamento da esponjosa. Tal como se observa na peça da Fig. 5, n.º 1, este vazamento sofreu uma posterior regularização que diminuiu a espessura das paredes da peça, chegando à zona cortical e quase eliminando as malhas da esponjosa.

Para se obter o fragmento a trabalhar, deve-se ter procedido à serragem com elemento lítico, devido à inclinação da face superior, oblíqua ascendente. Procedeu-se em seguida à abrasão da zona de serragem, com elemento abrasivo de grão médio-grosso, visível em traços relativamente fundos, paralelos entre si e acompanhando a forma circular da face superior. O vazamento teria sido executado primeiro com elemento lítico, regularizado depois intensamente com elementos de origem vegetal ou animal.

Neste artefacto as únicas dimensões possíveis são o comprimento total do fragmento, 37 mm, e a espessura média, 5,5 mm.

4.3 – Artefactos indeterminados

Duas das peças que fazem parte desta pequena colecção foram mantidas como artefactos indeterminados. De facto, tratam-se de pequenos fragmentos cujas características não permitem a sua inclusão com um mínimo de segurança no tipo dos cabos, das caixas ou de outros. Contudo, possuem elementos que comprovam a intervenção antrópica para obtenção de um segmento e seu afeiçãoamento posterior.

Fig. 5, n.º 4 – Pelo fragmento conservado, parece tratar-se de um segmento do tronco central inferior, devido à amplitude que se presume da secção e à irregularidade da face anterior. As goteiras e as nodosidades são vestigiais. Houve um vazamento da esponjosa, com uma regularização pouco intensa. O seccionamento do fragmento a trabalhar foi feito por serragem com elemento vegetal ou por percussão, por não possuir o característico perfil oblíquo ascendente que resulta da serragem com elemento lítico. Seguiu-se uma abrasão que regularizou a superfície de corte, com elemento abrasivo de grão médio-fino.

O comprimento total do fragmento é 29,3 mm.

Fig. 5, n.º 5 – Fragmento de haste não sendo possível atribuir-lhe uma zona de origem anatómica. Tem vestígios ténues de goteiras e de nodosidades. A curvatura longitudinal no fragmento conservado é pouco acentuada.

Para seccionar a zona a trabalhar, deve-se ter procedido a uma serragem com elemento lítico, visível pelo perfil oblíquo ascendente da face superior. Foi feita uma abrasão para a regularização da superfície de corte, com elemento abrasivo de grão médio-fino.

O comprimento total do fragmento é 33,3 mm.

5 – CONCLUSÕES

Pelo que ficou exposto, conclui-se que qualquer fragmento onde haja vestígios de uma transformação operada pelo Homem pode exhibir elementos que permitam uma melhor compreensão das funcionalidades e das técnicas utilizadas na manipulação da matéria-prima em estudo.

Apesar da consciência de que boa parte das observações aqui adiantadas são meras propostas, constituem um contributo para um melhor conhecimento do processo de fabrico de qualquer artefacto ósseo, dos gestos técnicos utilizados e da utilização final que se lhe conferiu, para responder às necessidades do quotidiano.

Este trabalho exemplifica como, a partir do estudo de uma colecção homogénea, constituída a partir de exemplares reunidos pelas suas características comuns (neste caso a matéria-prima utilizada), se podem extrair resultados relevantes. Enfim, no concernente aos artefactos obtidos, da sua análise resultou uma proposta classificativa original, particularmente no caso das “caixas”. Com efeito, foi esta a primeira vez em

Portugal que se identificaram exemplares em haste de veado, cuja natureza funcional, estreitamente ligada ao quotidiano, é indicada pela sua ocorrência em contexto habitacional. Quanto aos cabos, é igualmente de registar a ocorrência de exemplares de tipologia até ao presente inédita e Portugal, com destaque para o único exemplar oriundo da Camada 3, correspondente a elemento intermédio entre o cabo e a lâmina lítica, apenas com alguns paralelos conhecidos além-Pirinéus.

BIBLIOGRAFIA

- BARGE-MAHIEU, H.; BELDIMAN, C.; BUISSON, D.; CAMPS-FABRER, H.; CHOI, S.-Y.; NANDRIS, J. G.; PELTIER, A.; PROVENZANO, N.; RAMSEYER, D. (1993a) – 3.0. Fiche générale manches. In CAMPS-FABRER, H., eds. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 23 – 31.
- BARGE-MAHIEU, H.; CAMPS-FABRER, H.; CHOI, S.-Y. (1993b) – 3.3. Fiche manches en os à insertion longitudinale. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 59 – 68.
- BELDIMAN, C.; CAMPS-FABRER, H.; NANDRIS, J. G. (1993) – 3.7. Fiche corps de faucille. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 83 – 88.
- BILLAMBOZ, A. (1979) – Les vestiges en bois de cervidés dans les gisements de l'époque holocene. Essai d'identification de la ramure et de ses différentes composantes pour l'étude technologique et l'interprétation paléthnographique. In *L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux. Premier réunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique*. Paris: CNRS Éditions, pp. 93 – 129.
- BILLAMBOZ, A. (1999) – Un atelier de bois de cerf dans la station littorale néolithique d'Auvernier-Port (Ne, Suisse). In *Préhistoire d'Os. Recueil d'études sur l'industrie osseuse préhistorique*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, pp. 209 – 214.
- BILLAMBOZ, A.; SCHLICHTERLE, H. (1985) – Les gaines de hache en bois de cerf dans le Néolithique du sud-ouest de l'Allemagne. Contribution à l'histoire de l'emmanchement de la hache au nord des Alpes. In *L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux. Troisième réunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique*. Paris: CNRS Éditions, pp. 163 – 189.
- CAMPS-FABRER, H. (1979) – Principes d'une classification de l'industrie osseuse Néolithique et de l'Âge des Métaux dans le Midi Méditerranéen. In *L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux. Premier réunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique*. Paris: CNRS Éditions, pp. 17 – 26.

- CAMPS-FABRER, H.; STRODEUR, D. (1979) – Orientation et définition des différentes parties d'un objet en os. In *L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux. Premier réunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique*. Paris: CNRS Éditions, pp. 9–15.
- CAMPS-FABRER, H.; RAMSEYER, D. (1993a) – 3.2. Fiche manches en bois de cervide à insertion longitudinale. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 39–46.
- CAMPS-FABRER, H.; RAMSEYER, D. (1993b) – 3.4. Fiche manches en bois de cervide à insertion transversale. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 69–72.
- CAMPS-FABRER, H.; RAMSEYER, D. (1993c) – 3.5. Fiche manches coudes a douille ou a tenon en bois de cerf. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 73–78.
- CAMPS-FABRER, H.; RAMSEYER, D. (1993d) – 7.2. Fiche gobelets en bois de cerf. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes: Editions Cedarc, pp. 175–185.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). In *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. Trabalhos de Etnologia Peninsular, 35: 1, pp. 115–129.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.*. Lisboa, Oeiras. MNA, Câmara Municipal de Oeiras. 128 pp.
- CHOI, Sam-Yong (1999) – *Outillages en matière dure animale du Néolithique ancien au Chalcolithique dans le Midi de la France – Etude technique et morphologique*. Marseille: Université de Provence (Aix-Marseille I). 2 volumes.
- FERRER-JOLY, Fabien, coord. (s.d.) – *Guide du Musée des Tumulus de Bougon*. Bougon: 148 pp.
- GONÇALVES, V. S. (1998) – Pai Mogo, na Lourinhã, um *tholos* “exemplar”. In GONÇALVES, V. S., ed. – *História de Portugal*. Lisboa: Ediclube. I, pp. 320–323.
- LAURENT, P. (1977) – Le dessin de l'industrie osseuse préhistorique. In *Deuxième Colloque International sur l'Industrie de l'os dans la Préhistoire. Méthodologie appliquée à l'Industrie de l'os Préhistorique*. Paris, Éditions du CNRS, pp. 27–47.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1961) – *Les Grottes Artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal. Memória n° . 8 (Nova Série). 62 pp.

- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da V. (1969) – *Les Monuments Préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal. Memória nº16 (Nova Série). 100 pp.
- PAÇO, A. do (1942) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 22, pp. 45-84.
- PAÇO, A. do (1960) – Castro de Vila Nova de São Pedro – XII – alguns instrumentos de osso e de marfim. *Zephyrus*. Salamanca. 11, pp. 105 – 117.
- PAÇO, A. do (1960-1961) – Castro de Vila Nova de São Pedro – XIII – Recipiente de osso e de calcário. *Conimbriga*. Coimbra. 2 – 3, pp. 166 – 179.
- RAMSEYER, D. (1993) – 3.4. Fiche gaines de haches. In CAMPS-FABRER, H., ed. – *Fiches typologiques de l'industrie osseuse préhistorique. Cahier VI: Eléments récepteurs*. Treignes Editions Cedarc, pp. 115 – 132.
- RAMSEYER, D.; BILLAMBOZ, A. (1979) – L'industrie en bois de cerf de la Suisse Occidentale. Les gaines de hache. Présentation d'une typologie morphologique. In *L'industrie en os et bois de cervidé durant le Néolithique et l'Âge des Métaux. Premier réunion du groupe de travail n° 3 sur l'industrie de l'os préhistorique*. Paris: CNRS Éditions, pp. 131 – 148.
- RODANÉS VICENTE, J. M. R. (1987) – *La industria osea prehistorica en el Valle del Ebro. Neolítico – Edad del Bronce*. Zaragoza. 264 pp.
- SALVADO, Maria Clara (2000) – *Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa – As coleções do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento nº. 2 de *O Arqueólogo Português*). No prelo, 319 p.

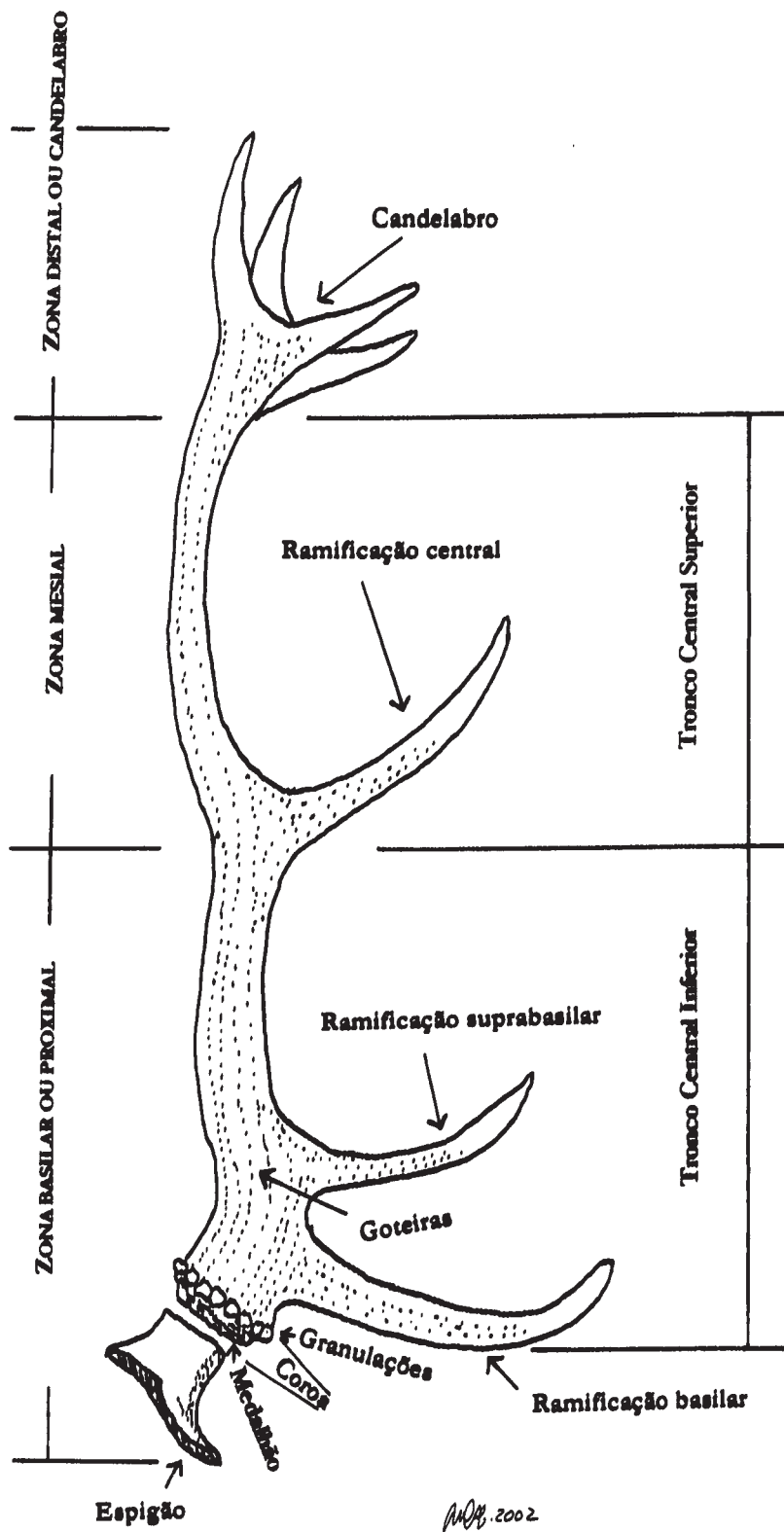
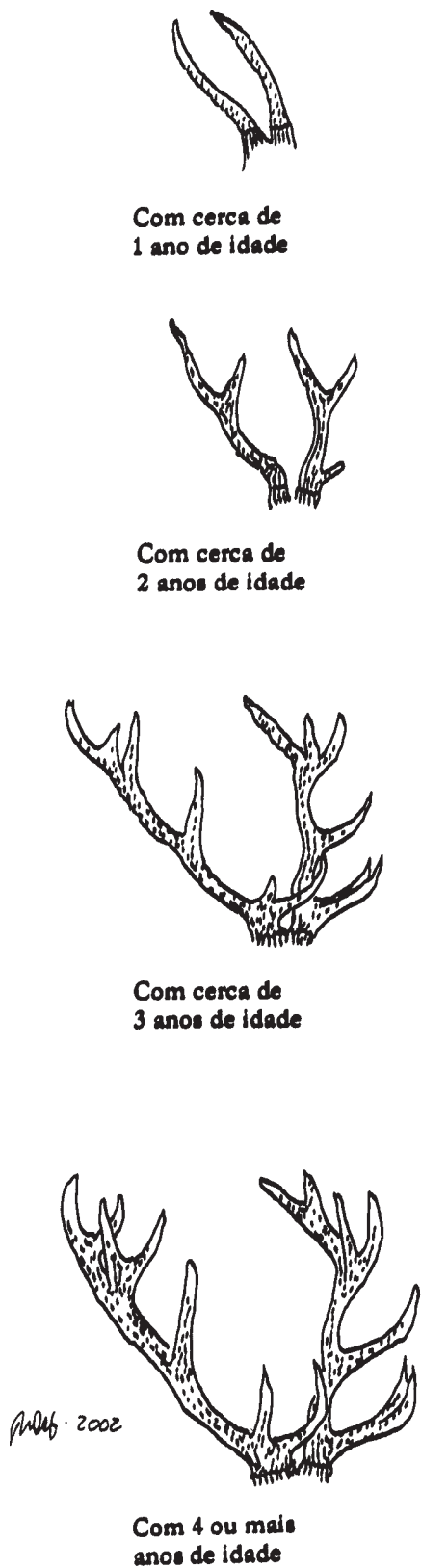


Fig. 1 – A evolução das hastes do veado.

Fig. 2 – Elementos constituintes de uma haste de veado adulto.

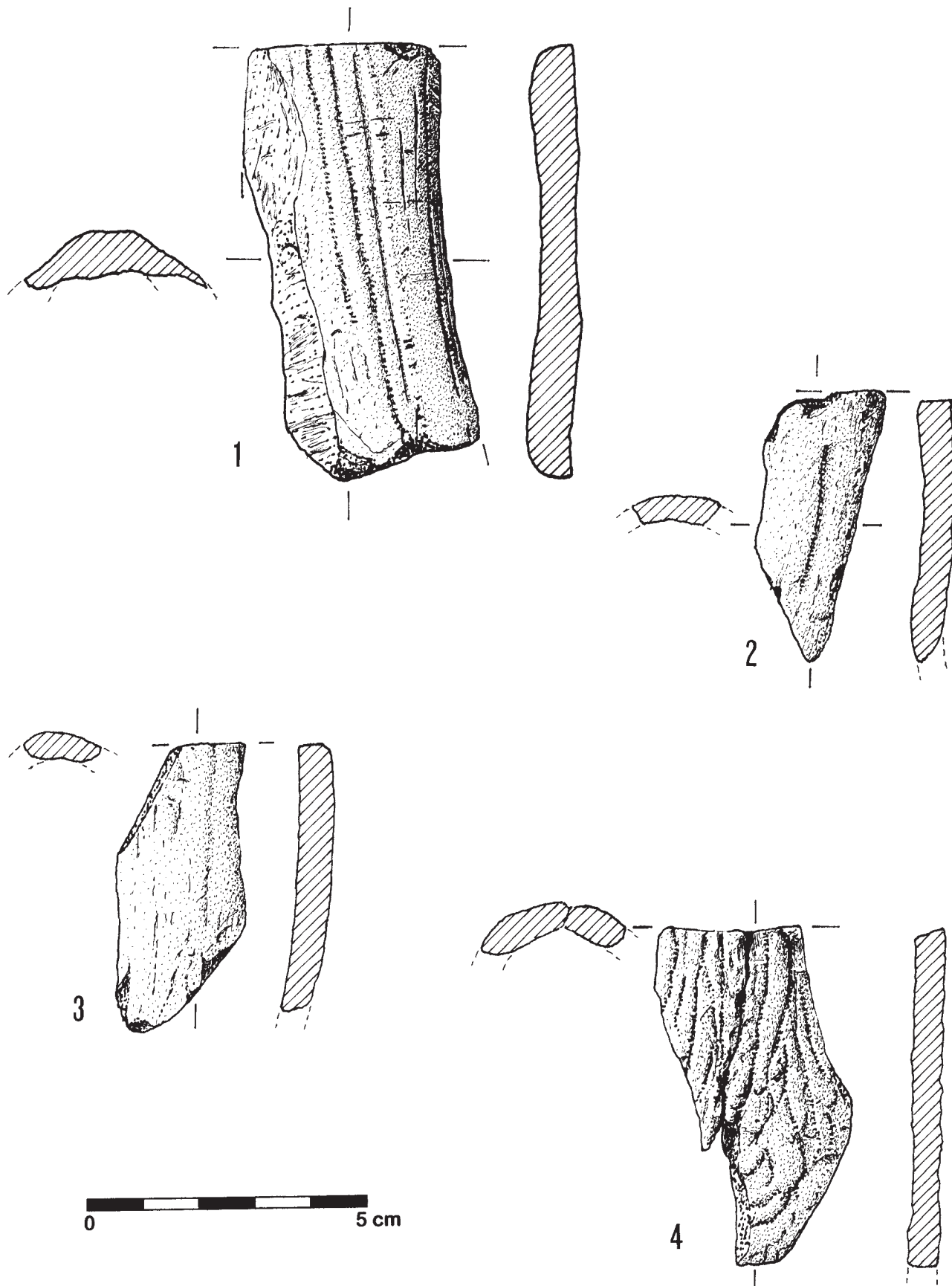


Fig. 3 – fragmentos de cabos, subtipo “Inserção longitudinal sem medalhão”. Calcolítico Pleno (Camada 2)

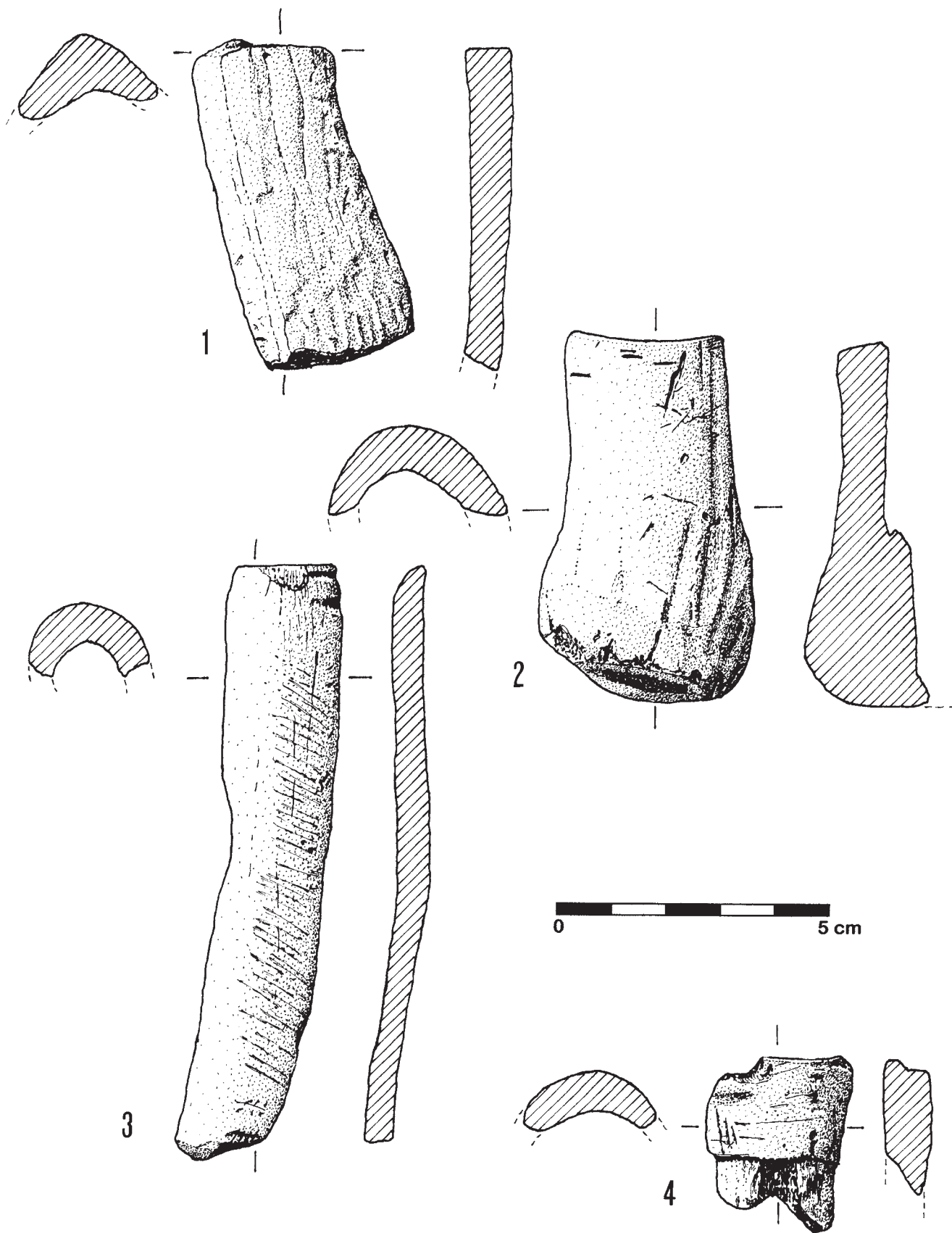


Fig. 4 – 1 – fragmento de cabo, subtipo “Inserção longitudinal sem medalhão”; 2 – fragmento de cabo, subtipo “Inserção longitudinal com medalhão”; 3 – Fragmento de cabo, subtipo “Inserção longitudinal tubular”; 4 – Fragmento de cabo, subtipo “Inserção transversal com encaixe simples”. Calcolítico Pleno (Camada 2), salvo n.º 4, do Calcolítico Inicial (Camada 3).

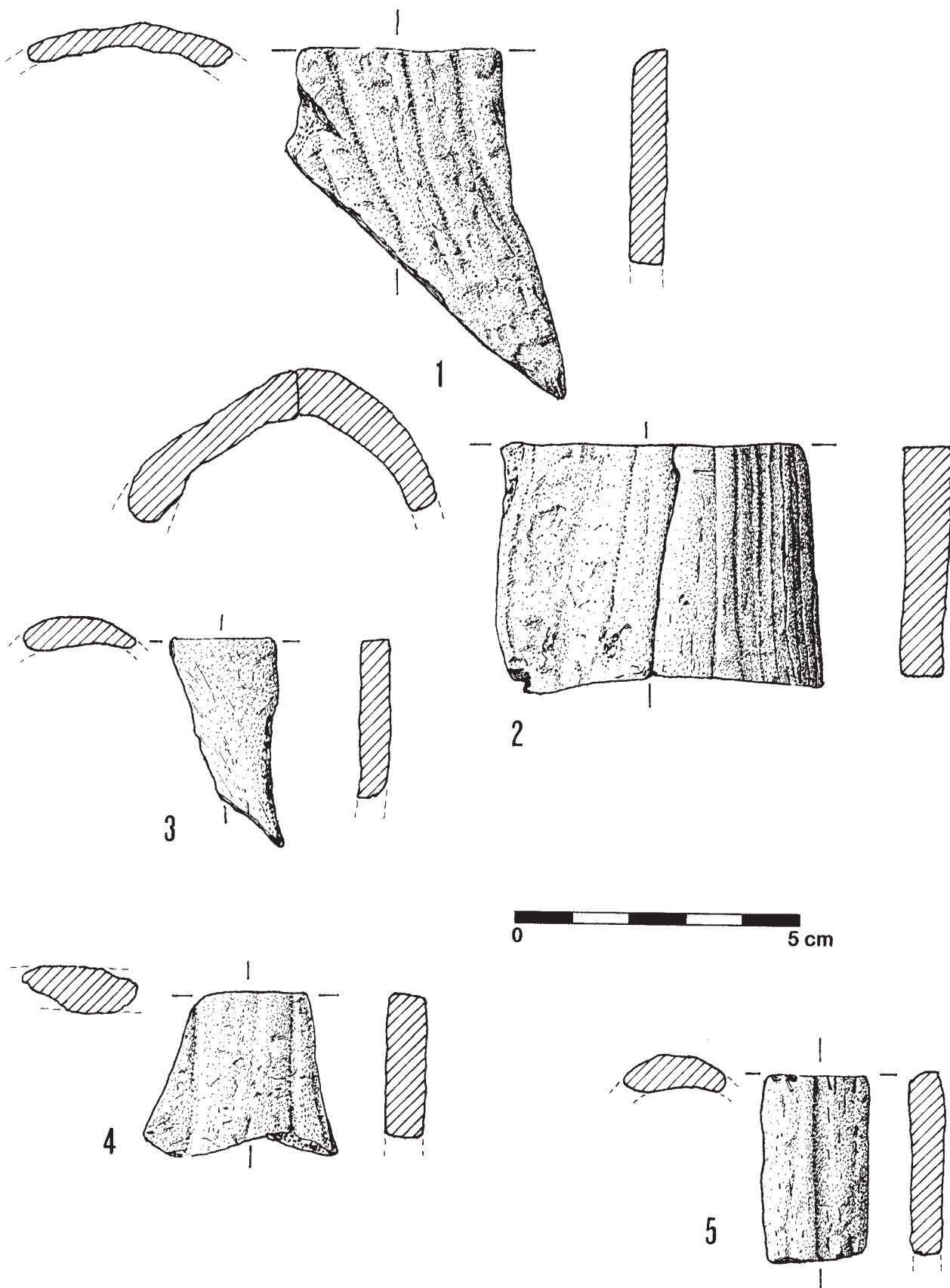


Fig. 5 – 1, 2 e 3 – fragmentos de caixas, subtipo “Sem perfuração extraída de um dos troncos centrais”; 4 e 5 - fragmentos de artefactos indeterminados. Calcolítico Pleno (Camada 2).

OS ESFERÓIDES DE CALCÁRIO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS) E SUAS POSSÍVEIS FINALIDADES

João Luís Cardoso¹

1 – INTRODUÇÃO

Ao longo de sucessivas campanhas de escavações dirigidas no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) pelo signatário, foram recolhidos diversos artefactos esferoidais de calcário, para os quais, até ao presente, não se encontrou explicação satisfatória. Tal não é, também, o objectivo principal deste contributo, confinados como estamos ao campo das conjecturas sobre tão enigmáticos objectos, mas tão-somente o de os dar a conhecer, chamando a atenção para paralelos de outras estações pré-históricas portuguesas, discutindo-se, com base nas principais características identificadas, as suas possíveis finalidades. Tomando como determinante a matéria-prima utilizada (o calcário ou o calcarenito brando), não serão considerados os exemplares produzidos noutros tipos rochosos, como o arenito silicioso (de que se conhece um exemplar, entre outros, de Leceia, oriundo de antigas colheitas), ou o basalto, correspondente a corpos naturais relacionados com projecções lávicas. Um exemplar destes foi recolhido em Leceia, com a superfície totalmente ocupada por vacúolos correspondentes a libertações gasosas, no decurso do arrefecimento e um outro na sepultura da Bela Vista (Colares), considerado pelos autores como “esfera de funda de arremesso” possuindo o diâmetro de 41 mm (MELLO *et al.*, 1961, pp. 242). Seja como for, a presença de um corpo desta natureza, ainda que natural, num monumento funerário implantado em meio geológico ocupado por rochas granitóides, deixa antever uma particular importância conferida a tal objecto, que deve ser devidamente sublinhada.

2 – INVENTÁRIO

As peças esferoidais de calcário inventariadas distribuem-se pelas Camadas 4, 3 e 2, pertencentes, respectivamente, ao Neolítico Final, ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno da Estremadura, cujas balizas

¹ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (C.M.O.)*

cronológicas já por diversas vezes foram apresentadas (CARDOSO, 1997, 2000). Uma análise dimensional empírica conduziu à sua separação em três grupos dimensionais, a saber:

- esferóides de tamanho pequeno – até cerca de 45 mm de diâmetro máximo;
- esferóides de tamanho médio – até cerca de 75 mm de diâmetro máximo;
- esferóides de grande tamanho – acima de 75 mm de diâmetro máximo.

A distribuição estratigráfica das peças em apreço é a seguinte (ver Fig. 4 para a sua localização na área escavada):

Camada 4 (Neolítico Final)

- 1 – Pequeno esferóide completo, com a superfície finamente polida. Diâmetro máximo: 45 mm (Fig. 1, n.º 2);
- 2 – Grande esferóide limitado a uma calote, de superfície muito irregular, toscamente afeiçãoada por percussão e picotagem. Diâmetro máximo calculado: cerca de 95 mm (Fig. 1, n.º 5);

Camada 3 (Calcolítico Inicial)

- 3 – Grande esferóide completo, totalmente afeiçãoado por picotagem e ulterior polimento. Diâmetro máximo: 108 mm (Fig. 1, n.º 1);
- 4 – Esferóide de tamanho médio, limitado a cerca de metade, totalmente afeiçãoado por picotagem e ulterior polimento. Diâmetro máximo calculado: cerca de 70 mm (Fig. 1, n.º 4);
- 5 – Grande esferóide quase completo, totalmente afeiçãoado por picotagem e ulterior polimento. Diâmetro máximo: 120 mm (Fig. 2, n.º 1);
- 6 – Grande esferóide, de tendência achatada, totalmente afeiçãoado por picotagem e ulterior polimento. Diâmetro máximo: 130 mm (Fig. 2, n.º 2);
- 7 – Grande esferóide de tendência achatada, totalmente afeiçãoado por polimento. Diâmetro máximo: 125 mm (Fig. 3, n.º 1);
- 8 – Grande esferóide totalmente afeiçãoado por polimento, com pequenas zonas denunciando prévia formatação por picotagem. Diâmetro máximo: 108 mm (Fig. 3, n.º 2);
- 9 – Esferóide de tamanho médio, limitado a porção de calote, totalmente polido. Diâmetro máximo calculado: 70 mm (Fig. 3, n.º 3);

Camada 2 (Calcolítico Pleno)

- 10 – Fragmento de esferóide de tamanho médio, afeiçãoado por picotagem e ulterior polimento grosseiro. Diâmetro máximo calculado: cerca de 72 mm (Fig. 1, n.º 3);

- 11 – Esferóide de tamanho médio, reduzido a cerca de um quarto do seu volume inicial, apresentando a superfície cuidadosamente afeiçãoada por polimento. Diâmetro máximo: 64 mm (Fig. 1, n.º. 6);
- 12 – Fragmento de esferóide de tamanho médio, com a superfície picotada e grosseiramente polida. Diâmetro máximo: 72 mm (Fig. 3, n.º. 4);
- 13 – Pequeno esferóide achatado, reduzido a cerca de metade, quase totalmente polido (Fig. 3, n.º. 5).

3 – COMPARAÇÕES

Os treze esferóides estudados distribuem-se pelas seguintes camadas:

- Camada 4 (Neolítico Final) – 2 exemplares;
- Camada 3 (Calcolítico Inicial) – 7 exemplares;
- Camada 2 (Calcolítico Pleno) – 4 exemplares.

No concernente à distribuição por classes dimensionais, verifica-se o seguinte:

- dois são pequenos (até cerca de 45 mm de diâmetro);
- cinco são médios (até cerca de 75 mm de diâmetro);
- seis são grandes (superiores a 75 mm de diâmetro).

Evidencia-se uma particular concentração dos grandes exemplares na Camada 3, a que pertencem cinco, dos seis inventariados.

Sobre a respectiva funcionalidade, é de admitir que os dois exemplares de menores dimensões, pudessem ser utilizados como balas de funda. Foi essa a atribuição feita ao mais pequeno dos dois, da Camada 2, em estudo anteriormente publicado, sendo então o único conhecido (CARDOSO, 1989, Fig. 103, n.º. 4). Já Carlos Ribeiro tinha reportado a tal função dois esferóides de calcário oriundos do dólmen da Pedra dos Mouros (Sintra) (RIBEIRO, 1878, Fig. 11, 12) com, respectivamente 49 mm e 61 mm de diâmetro. Porém, a regularidade de um deles, de calcário sub-cristalino branco e o seu excelente acabamento (por observação pessoal, no Museu do Instituto Geológico e Mineiro), deixa em aberto outra possibilidade, a de constituírem peças de particular interesse e utilização especial, justificando-se deste modo a sua presença em contextos funerários como oferendas.

Foram compulsados outros exemplares análogos, oriundos de diversos monumentos dolménicos alentejanos:

- do dólmen de S. Gens (Nisa), de onde provém uma esfera de mármore perfeita, finamente polida, com 75 mm de diâmetro, seg. LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 1, 1, 4; trata-se de lapso, já que a peça possui cerca de 40 mm de diâmetro e, de acordo com a etiqueta nela aposta na época da descoberta, provém do dólmen de Vendas, do referido concelho (coleções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro);
- do dólmen de Sobreira 1 (Elvas), que forneceu também uma esfera perfeita de mármore branco, de dimensões semelhantes (45 mm de diâmetro) e de acabamento mais grosseiro que a anterior (LEISNER

& LEISNER, 1959, Tf. 10, 2, 9); convém, no entanto, referir que esta peça deve, na verdade, reportar-se ao vizinho dólmen de Texugo 2, conforme é indicado pelos autores da publicação original (DEUS & VIANA, 1953, Fig. 22 b).

- do dólmen de Entreáguas 1 (Mora), de onde provém exemplar muito parecido com o anterior e também com 45 mm de diâmetro (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 23, 4, 16).

Com efeito, o facto de todos os exemplares ostentarem cuidado acabamento, sugere a hipótese de corresponderem a peças destinadas a funções de carácter muito específico. Idêntica atribuição é válida para os diversos exemplares homólogos, todos de calcário ou de calcário cristalino a sub-cristalino (mármore), recolhidos em diversos monumentos funerários estremenhos.

Sem preocupações de exaustividade, compulsaram-se as seguintes ocorrências:

- três esferas, uma com 69 mm, outra com 45 mm e a última com 53 mm de diâmetro, das *tholoi* de S. Martinho (Sintra) (LEISNER, 1965, Tf. 30, n.º 17), evidenciando picotagem e polimento das superfícies;
- duas esferas (uma incompleta) da sepultura complexa, parcialmente escavada na rocha, da Praia das Maças (Sintra), uma com 75 mm e a outra com 81 mm de diâmetro.

Tendo presentes as classes dimensionais anteriormente definidas, verifica-se que três das peças se inscrevem na categoria de menor tamanho (a única que seria compatível com a hipótese de balas de funda), quatro pertencem ao grupo de tamanho médio e apenas uma corresponde a exemplar de grandes dimensões.

Ainda na Estremadura, encontram-se registados diversos esferóides de calcário ou de calcarenito em grutas naturais utilizadas como necrópoles no decurso do Neolítico e do Calcolítico.

Da gruta da Casa da Moura (Óbidos), provém quatro exemplares, alguns de calcarenito muito fino, respectivamente com os diâmetros máximos de 29 mm (2), 38 mm e 65 mm, todos eles com superfícies regularizadas por polimento, embora o maior com marcas evidentes de picotagem (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002). Importa referir que, daquela gruta, provém uma placa com concavidade em calote de esfera, correspondente ao negativo de um dos esferóides de menores dimensões, com 45 mm de diâmetro; o conjunto pode, deste modo, ser interpretado como destinado á moagem de cosméticos, corantes ou unguentos.

Da gruta do Carvalhal de Aljubarrota provém duas esferas de calcário, com superfície picotada e corroída (particularmente numa delas), com respectivamente 69 mm e 56 mm de diâmetro (SPINDLER & FERREIRA, 1974, Abb. 15, n.º 108 e 109).

Da gruta da Cova da Moura (Torres Vedras) provém também esferas de calcário, regulares e bem acabadas, uma com 36 mm de diâmetro, outra com 48 mm (SPINDLER, 1981, Tf. 10, n.º 102 e 103).

Também das grutas do Poço Velho (Cascais) provém uma esfera de calcário perfeita, finamente polida (PAÇO, 1941, Est. XIX, c), com o diâmetro de 68 mm.

4 – AS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Do exposto, parece poder excluir-se que a análise das peças em apreço deve atender, por um lado, ao tamanho, e, por outro, à maior ou menor perfeição do acabamento, sempre por picotagem, seguida nalguns casos de polimento. Verifica-se que a presença de acabamento cuidado, por polimento, é independente do tamanho; peças de grandes dimensões, como algumas de Leceia, evidenciam cuidado polimento. Esta característica, não é suficiente para afastar a hipótese dos exemplares mais perfeitos serem balas de funda (no caso das menores), ou corresponderem às chamadas “bolas” de arremesso, para caçar, fixadas à extremidades de cordas que se volteavam no ar antes do arremesso sobre a presa, utilizadas por todo o Velho Mundo e em África desde o Paleolítico Inferior (no caso dos exemplares de tamanho médio) e, ainda em época sub-actual, na América do Sul (CLARK, 1955, Pl. VI).

Na procura de explicações para a utilização destas peças, foi anteriormente apresentada a possibilidade de poderem corresponder a marcas ou pedras de jogo (CARDOSO, 1997, p. 63), designadamente os exemplares de grandes e médias dimensões, independentemente do seu grau de acabamento. Na verdade, a insistente presença de esferóides de calcário no povoado pré-histórico de Leceia, que contrasta, como seria de esperar, com a escassez de objectos de carácter ritual indubitável, própria dos sítios habitados, indica a ligação de tais peças ao quotidiano dos habitantes do povoado; mais concretamente, não custa relacioná-las com as múltiplas actividades lúdicas seguramente ali desenvolvidas pelas muitas centenas de pessoas que, sucessivamente, o ocuparam, desde o Neolítico Final ao Calcolítico Pleno.

Assim se explicaria, também, a presença de algumas peças similares, depositadas como oferendas rituais em sepulcros da época, a par de muitas outras de uso quotidiano, sem afastar a hipótese de os exemplares de menores dimensões poderem efectivamente corresponder a balas de funda, compatíveis com as suas características específicas. A este propósito, importa ter presente as numerosas balas de pedras esféricas (pelo menos 10), de época indeterminada, mas seguramente proto-histórica, ou já histórica, achadas na alcáçova de Santarém (ARRUDA, VIEGAS & ALMEIDA, 2002, p.167), cujos diâmetros variam entre 25 mm e 85 mm: a sua função, como projecteis, é indubitável.

Enfim, certos casos particulares, como a bela esfera marmórea de acabamento particularmente cuidado da anta de Vendas (Nisa), conservada no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, não poderá deixar de sugerir utilização simbólica, até por corresponder a matéria-prima exógena ao local.

As possíveis finalidades das bolas de pedra de recolha avulsa, efectuadas por Estácio da Veiga no Algarve, com destaque para exemplar oriundo de Cacela, de calcário com “picado fino e polido” e para uma outra, de maiores dimensões, que o mesmo encontrou no monumento 1 de Alcalar foram abordadas e discutidas, com inegável cuidado e perspicácia por aquele grande arqueólogo; importa, por isso, transcrever algumas passagens do que então escreveu, a este propósito (VEIGA, 1887, pp. 399-401); depois de rejeitar, acertadamente, a hipótese de Carlos Ribeiro do exemplar da Pedra dos Mouros, acima referido, ter servido como molde para a confecção de recipientes esféricos, declara: “as bolas de pedra, e principalmente as de grande diametro, como era a que descobri no *dolmen coberto* de Alcalá, podem ter tido um culto religioso na

antiguidade, como representando uma idéia, uma superstição, talvez mesmo a configuração da lua (...), ao passo que outras esferas de menores dimensões, como é a de Cacella (...) permettent antes suppor que o *jogo da bola* tivesse origem n'esse tempo, e se transmitisse aos numerosos povos que ainda hoje o conservam”.

As observações do eminente arqueólogo oitocentista permanecem actuais, só podendo ser reforçadas por outras, ulteriores, que insistem no significado mágico destas esferas, associadas a cultos litolátricos e telúricos com origens no Paleolítico.

É, com efeito, nesta linha que foram interpretadas as esferas, todas de calcário (exceptuando algumas bolas de sílex do topo da acumulação), constituindo um amontoado regular e intencional, encontrado *in loco* com numerosos artefactos de sílex mustierenses à mistura, nas proximidades de uma nascente em El-Guettar, no sul da Tunísia (GRUET, 1955). Deste modo, o autor conclui que “Le cairn d'El-Guettar est édifié avec des sphères et non avec des caillou informes; ce fait renforce encore notre idée qu'il s'agit d'un cairn d'offrande. Les pierres sphériques et lisses (...) sont de “bonnes pierres”, des pierres plaisantes, des pierres bénéfiques pour tous les primitifs (...). Quelle que soit son explication, ce lien de sympathie entre la pierre lisse et l'homme incline alors ce dernier à faire de celle-ci le support et le messenger de ses intentinos, se ses vœux, de ses prières.

C'est ainsi que les Berbères peu arabisés d'Afrique du Nord déposent empilés près des tombes des saints hommes, ou en d'autres lieux consacrés (...), des sphères de pierre de la grosseur du poing pour matérialiser leurs prières. Ce sont les kouer (sing. Koura). Ces pierres s'imprègnent alors de l'influence bénéfique du lieu sacré; en les touchant, en les reprenant, on s'assurera la contagion de cette baraka”. Este costume teve outrora equivalente no nosso País, nas pedras atiradas pelos viandantes da serra do Marão para junto das cruzes funerárias que pontuam os caminhos (CHAVES, 1917, p. 72). Retomando a transcrição do autor francês, lê-se: “Les Nagas de l'Assam ont en honneur quantité de pierres régulièrement polies qui sont pour eux la résidence d'un esprit ou d'une puissance. Les plus ovoïdes de ces pierres assurent à leur propriétaire abondance de riz comme la Koura des berbères assure abondance de blé.

La baraka en tant qu'influence mystique s'apparente aussi à cet autre pouvoir occulte que R.-H. Codrington nous a fait connaître sous le nom de “mana” chez les Mélanésiens qui eux aussi font un grand usage de pierres dont les formes lisses ou évocatrices révèlent la puissance.

(...). Le *genius loci* auquel s'adressait l'hommage des boulets polis, des os et des sílex du cairn d'El-Guettar, est évidemment l'esprit de cette source artésienne dont la puissance et la vie étaient révélées par la danse perpétuelle du sable soutenu par ses eaux agitées”.

Esta longa transcrição justifica-se por ilustrar a função ritual, ligada à produção de cereais em populações actuais ou sub-actuais de artefactos similares aos recolhidos em Leceia, para além de outras, com destaque para os cultos telúricos ligados à renovação da vida, com raízes muito mais profundas desde, pelo menos, o Paleolítico Médio, como é ilustrado pelo achado de El-Guettar. Será nestes termos que as esferas de Leceia podem ser também interpretadas, como testemunho material de cultos agrários ou telúricos; se assim é, encontra-se justificada a sua relativa escassez em contextos funerários, contrastando com a sua relativa abundância neste importante povoado calcolítico.

Mas a particular concentração, evidenciada em Leceia, de exemplares de grandes dimensões, na Camada 3 (Calcolítico Inicial), correspondente à época de edificação e utilização da imponente fortificação ali identificada, poderá revelar, ainda, uma utilização prática relacionada com o uso de catapultas, ou outras armas neurobalísticas, no decurso de eventuais assédios à fortaleza. Com efeito, embora não esteja comprovada arqueologicamente, a existência de tais armas não seria de estranhar, visto já então se encontrar plenamente conhecido, através de arcos de flechas, o efeito propulsor produzido pela tensão de troncos ou fibras vegetais.

Em suma: os esferóides ora estudados, embora sejam peças de morfologia e acabamento semelhantes e produzidos em matérias-primas idênticas, poderiam destinar-se a uma gama diversificada de utilizações, sem ignorar a possibilidade de significado mágico-simbólico, sendo, neste aspecto, particularmente sugestiva a esfera marmórea recolhida na anta de Vendas (Nisa). Tomando como princípio um destino essencialmente funcional e ligado ao quotidiano, até por ser frequente a sua ocorrência em Leceia, teríamos, para os menores, utilização provável como balas de funda; os de tamanho médio, poderiam ser usados como “bolas” de volteio à maneira dos seus homólogos sul-americanos, aplicadas tanto na caça como na guerra ou, ainda, simplesmente como marcas de jogo; enfim, os exemplares de maiores dimensões poderiam ser utilizados como projecteis de catapulta, dada a particular concentração destas peças no momento de plenitude da fortificação calcolítica de Leceia; tudo isto sem esquecer, obviamente, o significado litolátrico ou telúrico destes corpos esféricos, ou/e a sua conotação a ritos agrários.

Seja como for, uma realidade avulta, da análise conjunta destes exemplares: a escolha de uma matéria-prima fácil de trabalhar foi deliberada, tendo presente o objectivo final de produzir peças esféricas e de superfícies regulares, correspondentes a uma gama muito diferente de dimensões, que faz pressupor diversas finalidades, entre as quais as acima indicadas.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. & ALMEIDA, M. J. (2002) – De Scallabis a Santarém. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 215 pp.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultado das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 146 pp.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado pré-histórico de Leceia sentinelado do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 pp.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10.

- CHAVES, L. (1917) – Sobrevivências neolíticas de Portugal. Vestígios líticos, em concordância ou paralelismo, e na toponímia. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. Lisboa. 4, pp. 55-81.
- CLARK, J.-D. (1955) – The stone ball: its associations and use by Prehistoric Man in Africa. *Actes du II Congrès Panafricain de Préhistoire* (Alger, 1952). Paris, pp. 403-417.
- DEUS, A. Dias de & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, pp. 227-240.
- GRUET, M. (1955) – Amoncellement pyramidal de sphères calcaires dans une source fossile moustérienne a El-Guettar (sud tunisien). *Actes du II Congrès Panafricain de Préhistoire* (Alger, 1952). Paris, pp. 449-460.
- MELLO, O. A. P. de; FORTUNA, V.; FRANÇA, J. C. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – O monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, pp. 237-249.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Tafeln. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen Band 1/3).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen Band 1/2).
- PAÇO, A. do (1941) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 22, pp. 45-84.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia. 86 pp.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura*. Verlag Philip von Zabern (Madrider Beiträge, 7). Mainz am Rhein.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. da Veiga (1974) – Das vorgeschichtliche Fundmaterial aus der gruta do Carvalho/Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 15, pp. 28-76.
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1887) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2, 609 pp.

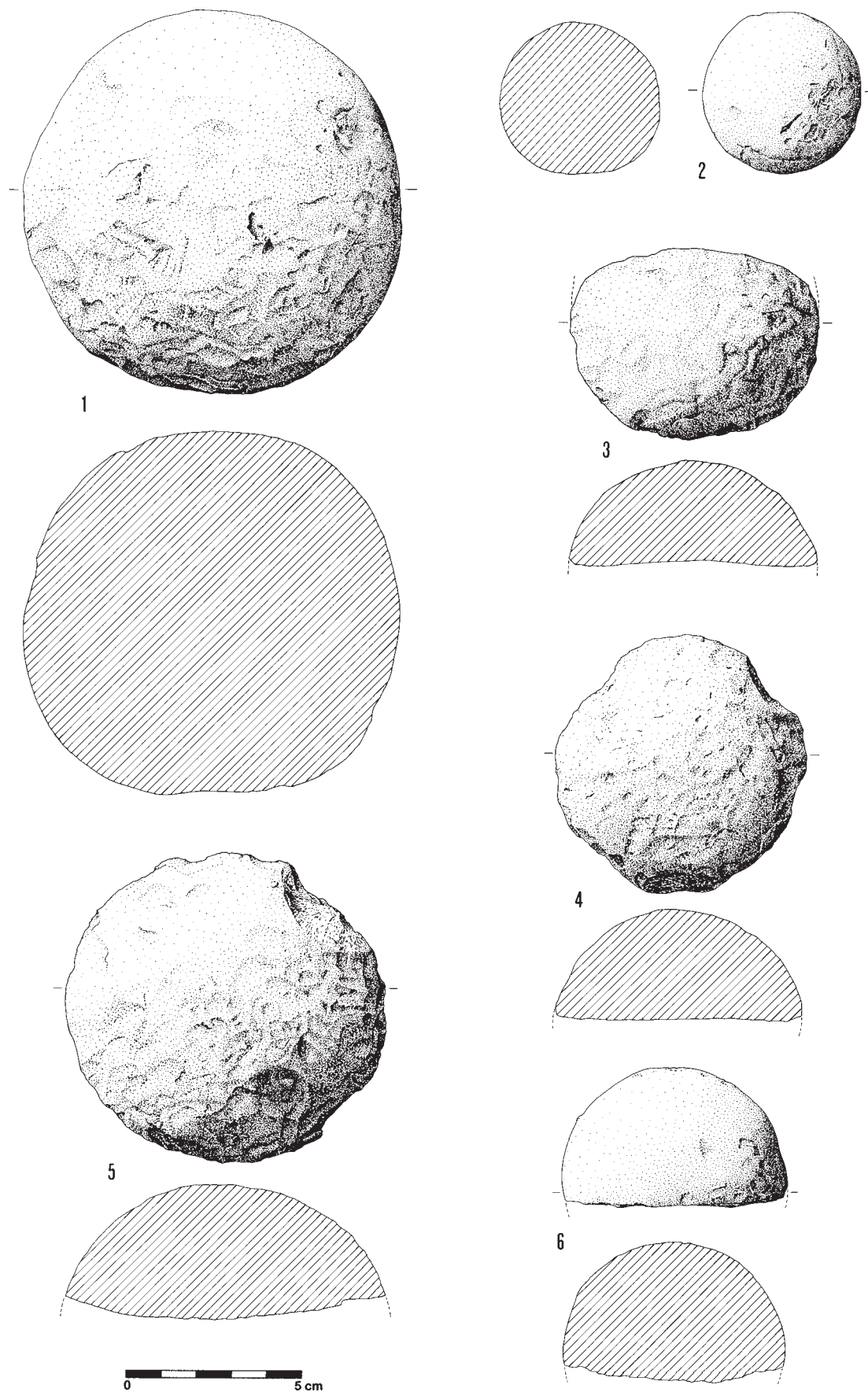


Fig. 1 – Esferóides de calcário do povoado pre-histórico de Leceira (Oeiras)

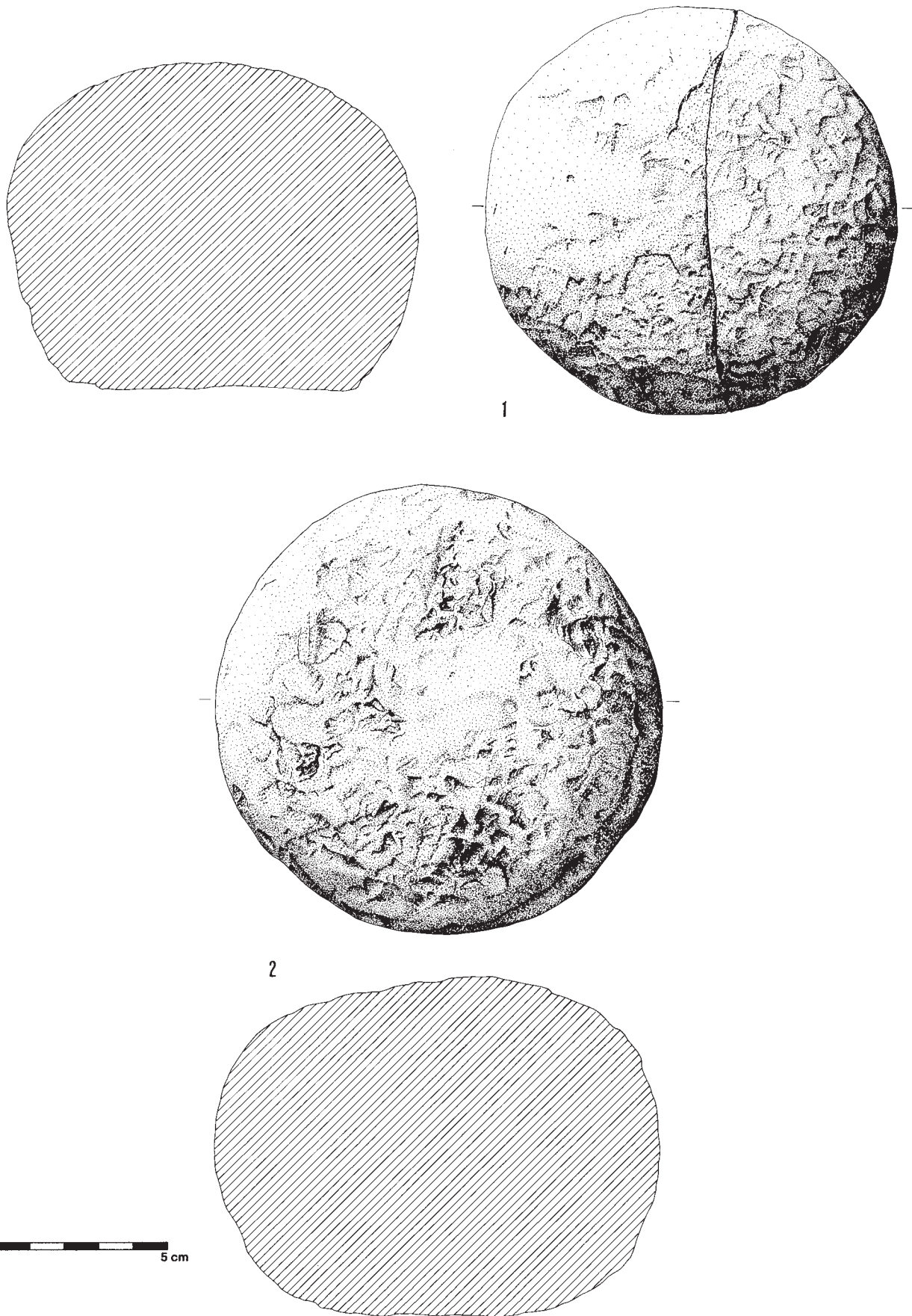


Fig. 2 – Esferóides de calcário do povoado pre-histórico de Leceira (Oeiras)

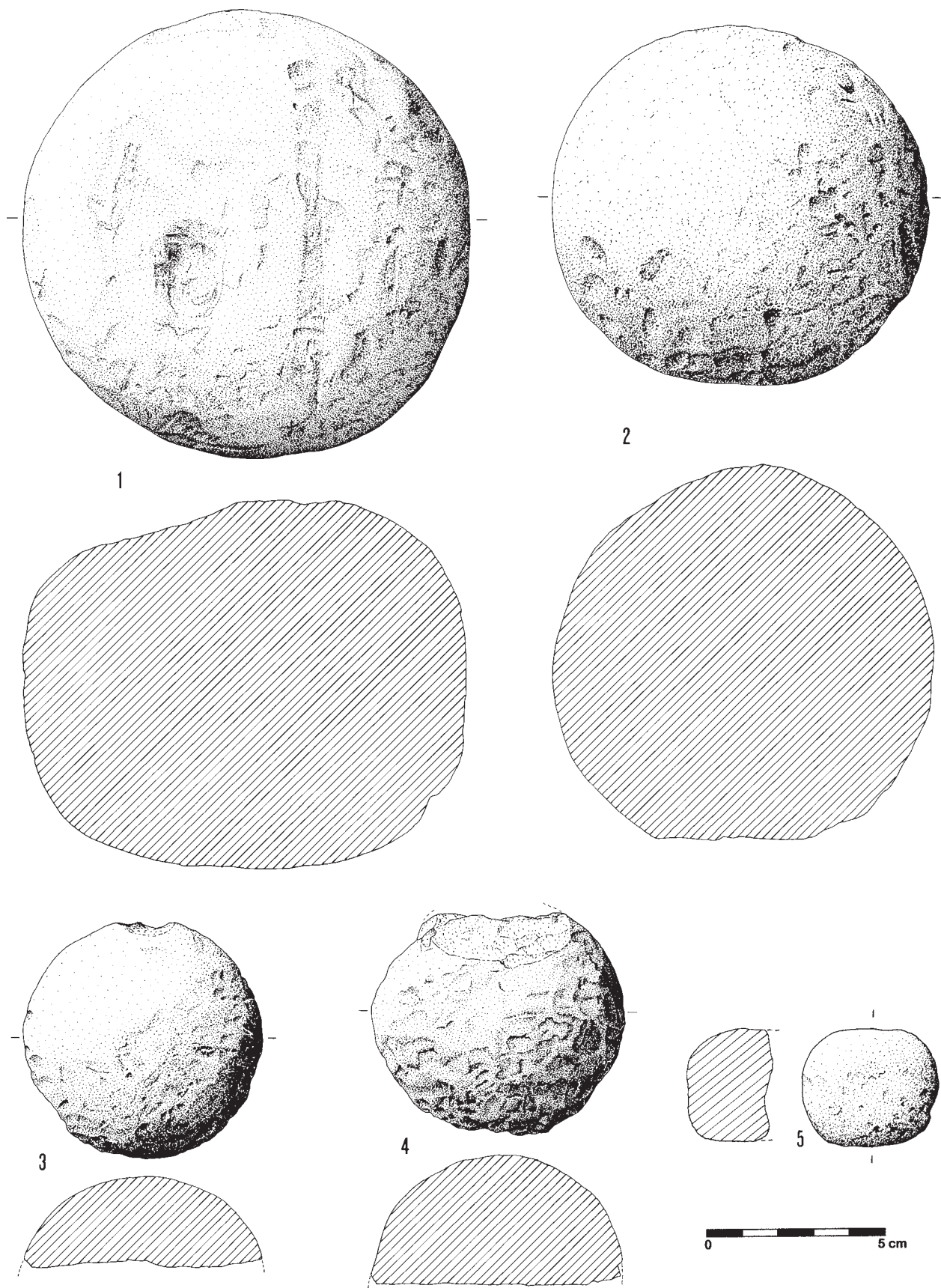


Fig. 3 – Esferóides de calcário do povoado pre-histórico de Leceira (Oeiras)

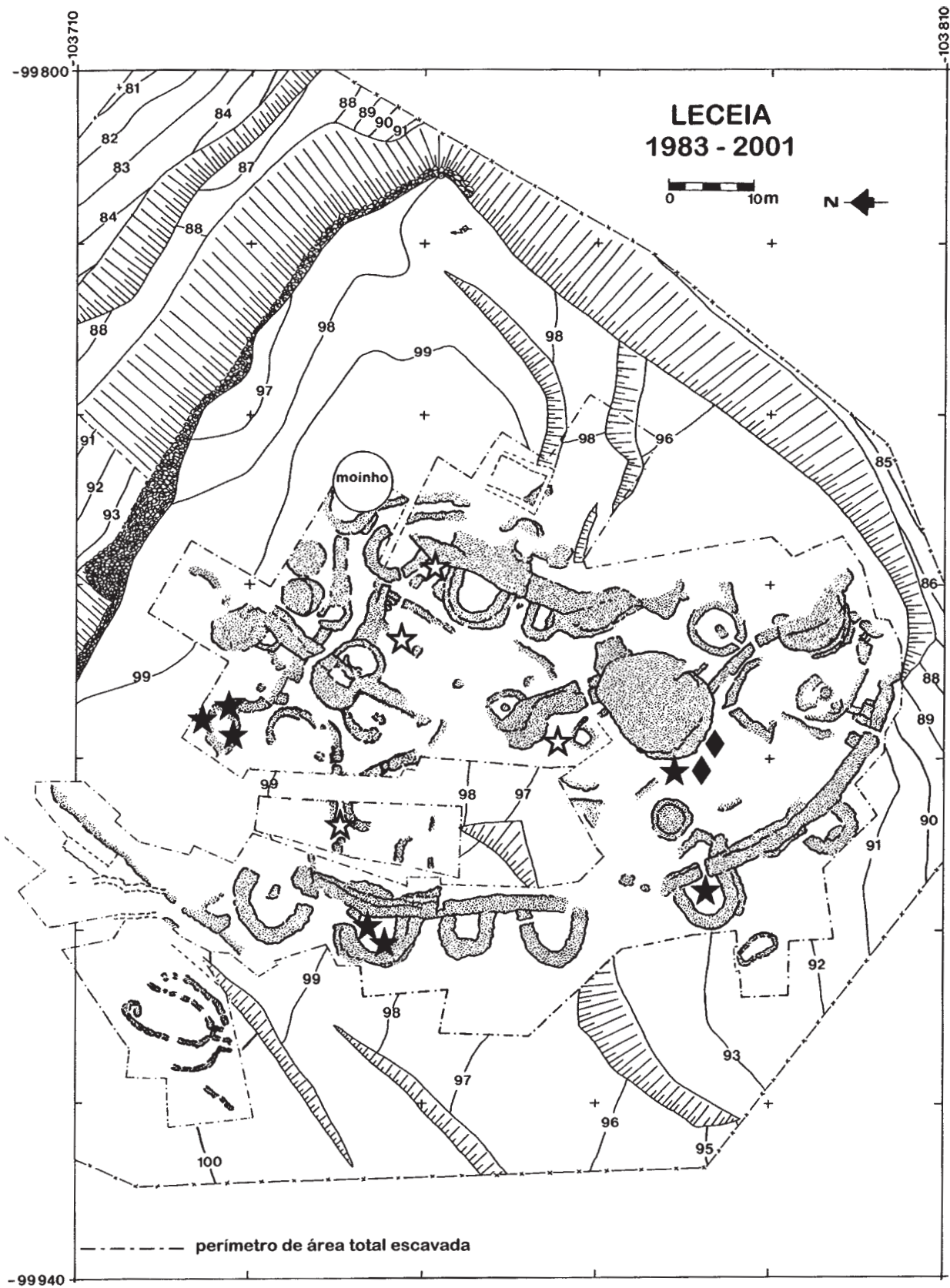


Fig. 4 – Distribuição dos esferóides de calcário recolhidas no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) pela área escavada.

A FAUNA MALACOLÓGICA ENCONTRADA NO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS). ESTUDO SISTEMÁTICO E RESPECTIVO SIGNIFICADO

António Guerreiro & João Luís Cardoso¹

1 – INTRODUÇÃO

Neste estudo proceder-se-á à análise da totalidade dos restos malacológicos recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, desde 1983 até 2000, correspondentes, pois, a dezoito campanhas de escavações, ali realizadas sob a direcção de um de nós (J. L. C.). Encontram-se, deste modo, excluídos os exemplares recolhidos nas duas últimas campanhas de escavações, realizadas em 2001 e 2002, as quais, aliás, proporcionaram um número de restos que não é susceptível de alterar as considerações decorrentes do estudo dos vários milhares de peças obtidos nas campanhas anteriores.

Este contributo pretende, assim, dar resposta ao objectivo de se proceder ao estudo integral dos restos recolhidos neste povoado pré-histórico peninsular de primeira importância, de modo a permitir o conhecimento, tão fiável quanto possível, do quotidiano dos seus antigos habitantes, incluindo a sua economia e a caracterização dos territórios de captação ou exploração dos respectivos recursos dos quais dependia a sua própria subsistência.

Nesta medida, o presente estudo, dedicado à fauna malacológica ali recolhida, constitui achega importante para o conhecimento de tais aspectos, sendo certo que tal componente representou, ao longo das sucessivas fases de ocupação do povoado, um complemento apreciável, sempre presente, da alimentação proteica das sucessivas comunidades pré-históricas que ocuparam o local. Com efeito, mercê da proximidade do estuário do Tejo, a cerca de 4 km de distância, o qual, aliás, se divisa ao longe, a partir do antigo povoado, poder-se-ia obter um recurso alimentar de fácil colheita, tendo presentes as grandes potencialidades de uma vasta área estuarina como esta. Por outro lado, o seu acesso seria então facilitado, ao longo da ribeira de Barcarena, utilizada como meio de circulação por pequenas embarcações fluviais, beneficiando de um caudal mais abundante que o actual (em resultado de uma maior humidade, sugerida por outros

¹ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras.)*

indicadores disponíveis, como a fauna de grandes mamíferos) e, sobretudo, por não se encontrar então assoreada.

No concernente à classificação sistemática, da responsabilidade de um de nós (A. G.), também autor dos desenhos que ilustram este estudo, é de referir que a maioria dos exemplares observados se encontram em mau estado de conservação ou fracturados, o que, naturalmente, limitou a segurança das determinações. Com efeito, os caracteres discriminantes referidos na bibliografia, no que diz respeito às conchas, apresentavam-se por vezes mais ou menos obliterados, quer por se tratar apenas de fragmentos, quer devido ao mau estado de conservação dos exemplares; tal situação deve imputar-se, quase sempre, à acção antrópica, relacionada com a respectiva preparação culinária e ulterior consumo.

Com efeito, nos exemplares que atingiram o desenvolvimento máximo, para uma dada espécie, as primeiras voltas da concha, ou se encontram profundamente erodidas, ou faltam, apresentando-se frequentemente o perístoma grosseiramente truncado. Nessa ordem de ideias é mais uma prova da finalidade alimentar do conjunto em apreço, devendo-se a destruição intencional da concha ao acesso às partes moles que seriam consumidas. Outros exemplares estão reduzidos a uma ou duas voltas da teleoconcha, pelo que é de admitir serem simples exemplares mortos, recolhidos na praia, ocasionalmente, sem um propósito bem definido. A dissolução de alguns pormenores da morfologia externa e interna da concha de *Patellidae*, devido a erosão ante e pós deposicional, obriga a que as identificações propostas sejam tomadas sob reserva.

Deverá referir-se, no que diz respeito às quantificações, que só foi possível atingir algum rigor no grupo dos gastrópodes, porque o grupo dos bivalves se encontra profundamente fracturado, sendo baixíssimo o índice de conexão entre os fragmentos. O conseqüente remeximento dos exemplares, ulteriormente à deposição, terá acentuado a fragmentação e dispersão, com eventual perda de alguns dos fragmentos, aumentando as dificuldades de contagem rigorosa dos indivíduos deste grupo.

Enfim, em numerosos exemplares, existem sinais nítidos de carbonização que, na nossa opinião, se devem certamente a exposição ao fogo directo, como forma de confecção culinária.

2 – MATERIAL E MÉTODOS

Foram examinados 364 lotes, agrupados por anos, estratigrafia e locais de recolha, perfazendo mais de 4000 exemplares, provenientes das Camadas 2, 3, e 4, pertencentes, respectivamente, ao Calcolítico Pleno, Calcolítico Inicial e Neolítico Final. Encontram-se depositados no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

No estudo descritivo e comparativo da concha, foram utilizados os seguintes caracteres: tamanho; perfil da concha; perfil da espira; escalonamento das voltas; e textura.

Os resultados da aplicação dos caracteres mencionados, comparativamente aos observados nas faunas actuais, permitiram concluir que, no período a que se referem as amostras estudadas, as faunas malacológicas eram fundamentalmente semelhantes às actuais do estuário do rio Tejo. Será de assinalar, no entanto, que algumas espécies referidas, na actualidade, se distribuem a maiores profundidades, facto que se deve imputar

mais à maior pressão humana, que a eventuais alterações, físicas ou químicas do meio marinho, quanto à salinidade, temperatura ou circulação oceânica. Com efeito, a acção antrópica terá sido determinante na migração para maiores profundidades de algumas das espécies, outrora abundantes no estuário a menores profundidades. É o caso da amêijoia, que, na região de Cacilhas, vive a profundidades não acessíveis, recorrendo às técnicas de recollecção tradicionais.

3 – INVENTÁRIO

Camada 2 (Calcolítico Pleno)

Patella vulgata Linnaeus, 1758
Patella depressa Pennant, 1777
Patella aspera Röding, 1798
Monodonta lineata Linnaeus, 1758
Phalium saburon Bruguière, 1792
Charonia lampas (Linnaeus, 1758)
Cymatium cutaceum (Linnaeus, 1758)
Cymatium corrugatum (Lamarck, 1816)
Cymatium parthenopeum (von Salis, 1793)
Ocenebra erinaceus (Linnaeus, 1758)
Nassarius reticulatus Linnaeus, 1758
Thais haemastoma (Linnaeus, 1758)
Siphonaria pectinata Linnaeus 1750
Cepaea nemoralis (Linnaeus, 1758)
Glycymeris glycymeris Linnaeus, 1758
Mytilus edulis Linnaeus, 1758
Pecten maximus Linnaeus, 1758
Chlamys varia Linnaeus, 1758
Anomia ephippium Linnaeus, 1758
Ostrea edulis Linnaeus, 1758
Laevicardium crassum (Gmelin, 1791)
Cerastoderma edulis (Linnaeus, 1758)
Acanthocardium tuberculatum (Linnaeus, 1758)
Spisula solida (Linnaeus, 1758)
Lutraria magna (da Costa, 1778)
Lutraria lutraria (Linnaeus, 1758)
Eastonia rugosa (Helbling, 1779)

Cymbium olla (Linnaeus, 1758)
Solen marginatus Pennant, 1777
Venus verrucosa Linnaeus, 1758
Callista chione Linnaeus, 1758
Chamelea gallina (Linnaeus, 1758)
Clausinella fasciata (da Costa, 1778)
Tapes decussatus (Linnaeus, 1758)
Panopaea glycymeris (Born, 1778)

Camada 3 (Calcolítico Inicial)

Patella vulgata Linnaeus, 1758
Patella depressa Pennant, 1777
Patella aspera Röding, 1798
Monodonta lineata Linnaeus, 1758
Charonia lampas (Linnaeus, 1758)
Cymatium cutaceum (Linnaeus, 1758)
Cymatium corrugatum (Lamarck, 1816)
Ocenebra erinaceus (Linnaeus, 1758)
Fasciolaria cf. *lignaria* Linnaeus, 1758
Nassarius reticulatus Linnaeus, 1758
Thais haemastoma (Linnaeus, 1758)
Cymbium olla (Linnaeus, 1758)
Siphonaria pectinata Linnaeus, 1750
Mytilus edulis Linnaeus, 1758
Pecten maximus Linnaeus, 1758
Chlamys varia Linnaeus, 1758
Anomia ephippium (Linnaeus, 1758)
Ostrea edulis Linnaeus, 1758
Laevicardium crassum (Gmelin, 1791)
Cerastoderma edulis (Linnaeus, 1758)
Acanthocardium tuberculatum (Linnaeus, 1758)
Eastonia rugosa (Helbling, 1779)
Solen marginatus Pennant, 1777
Venus verrucosa Linnaeus, 1758
Callista chione Linnaeus, 1758
Tapes decussatus (Linnaeus, 1758)
Patella depressa Pennant, 1777

Charonia lampas (Linnaeus, 1758)
Cymathium parthenopeum von Salis, 1793
Thais haemastoma (Linnaeus, 1758)
Pecten maximus Linnaeus, 1758
Ostraea edulis Linnaeus, 1758
Laevicardium crassum (Gmelin, 1791)
Cerastoderma edulis (Linnaeus, 1758)
Mactra corallina (Linnaeus, 1758)
Venus verrucosa Linnaeus, 1758
Tapes decussatus (Linnaeus, 1758)
Panopaea glycymeris (Born, 1778)
Lutraria lutraria (Linnaeus, 1758)
Lutraria magna (da Costa, 1798)
Spisula solida (Linnaeus, 1758)
Phalium saburon (Bruguière, 1798)

Camada 4

Patella depressa Pennant, 1777
Charonia lampas (Linnaeus, 1758)
Cymathium parthenopeum von Salis, 1793
Thais haemastoma (Linnaeus, 1758)
Pecten maximus Linnaeus, 1758
Ostrea edulis Linnaeus, 1758
Laevicardium crassum (Gmelin, 1791)
Cerastoderma edulis (Linnaeus, 1758)
Mactra corallina (Linnaeus, 1758)
Venus verrucosa Linnaeus, 1758
Tapes decussatus (Linnaeus, 1758)
Solen marginatus (Pennant, 1777)

A lista apresentada evidencia a grande semelhança faunística entre os conjuntos pertencentes ao Neolítico Final, Calcolítico Inicial e Calcolítico Pleno, mostrando que a estratégia de captação de recursos marinhos vigente no decurso daqueles períodos cronológico-culturais era idêntica. A menor variedade das espécies presentes na camada mais antiga deve-se, sobretudo, imputar, ao facto de a área escavada daquela camada ter sido menor, já que é o depósito mais profundo.

Há ainda a registar a presença de três espécies de moluscos terrestres, *Theba pisana* (Müller, 1774), nas Camadas 2 e 3, *Cepaea nemoralis* Linnaeus, 1758 e *Rumina decollata* Linnaeus, 1758, na Camada 3.

Desconhece-se se tais indivíduos foram objecto de consumo ou se a sua presença se deve, simplesmente, à ocupação do mesmo biótopo onde se construiu o povoado pré-histórico fortificado.

4 – INDICAÇÕES PALEOGEOGRÁFICAS DO CONJUNTO

Família Patellidae

Patella (Patella) vulgata Linnaeus, 1758 (Fig. 1, n.º 1, 2, 3).

Espécie mediterrânica-lusitânica característica do supra e médio litoral rochoso. Resiste até salinidades de 30‰. Prefere o modo calmo.

Patella (Patella) depressa Pennant, 1777 (Fig. 1, n.º 4 a 15)

= *Patella intermedia* Jeffreys, 1865

Espécie mediterrânico-lusitânica característica dos níveis médio e supra litoral algo agitado.

Patella (Patella) aspera Röding, 1798. Fig. 2, n.º 1 a 6

= *Patella ulissiponensis* Gmelin, 1791

Espécie mediterrânico-lusitânica característica dos níveis médio e supra litoral suportando intenso hidrodinamismo.

Família Trochidae

Monodonta lineata Linnaeus, 1758 (Fig. 2, n.º 7)

Espécie mediterrânico-lusitânica, característica do supra e médio litoral, moderadamente agitado, utilizando o substrato rochoso.

Os exemplares desta espécie encontram-se em geral bem conservados; as frequentes truncagens do péristoma relacionam-se com a actividade de recolção para fins alimentares, visto provocarem a distensão muscular e, conseqüentemente, o destaque do substrato rochoso.

Família Cassidae

Phalium (Semicassis) saburon (Bruguière, 1792) (Fig. 2, n.º 8, 8a)

Espécie mediterrânico-atlântica, com distribuição para Norte até à Biscaia e para Sul até ao Ghana, Açores, Madeira e Canárias. Característica do andar médio e infra litoral, pode atingir maiores profundidades. Vivendo sobre fundos predominantemente lodosos pode, a menores profundidades, utilizar fundos mistos de areia e lodo ou, mais raramente de rocha.

Família Ranellidae

Charonia (Lampas) lampas Linnaeus, 1758 (Fig. 3, nº. 1 a 5).

= *Charonia nodifera*

Espécie de distribuição muito alargada presente desde o médio litoral até grande profundidade. Utilizador de substratos mistos de areia e rocha ou de lodo e rocha.

Com a excepção de um exemplar quase completo, todos apresentam truncagem do perístoma que aparentemente intencional, com a finalidade atrás referida.

Cymatium parthenopeum von Salis, 1793 (Fig. 4, nº. 1 e 2).

Espécie atlântica com distribuição muito alargada e para sul até Angola. Típica dos andares médio e infra litoral em modo calmo na biocenose das algas fotófilas.

Exemplar muito mal conservado; além de muito dissolvido, não apresenta a última volta da espira.

Cymatium corrugatum (Lamarck, 1816) (Fig. 4, nº. 5, 6 e 7).

Espécie de distribuição mediterrânico-atlântica frequente no médio e infra litoral utilizando a biocenose das algas fotófitas predominantemente em substrato misto de areia e lodo.

Os exemplares observados estão bem conservados a nível da escultura apresentando truncagem nas primeiras voltas de espira, pelas razões atrás referidas.

Cymatium cutaceum (Lamarck, 1767) (Fig. 4, nº. 3, 4).

Espécie lusitano-mediterrânica utilizadora do médio e infra litoral tanto substrato rochoso como móvel do tipo misto areia lodo. Exemplares muito bem conservados.

Família Muricidae

Ocenebra erinaceus Linnaeus, 1758 (Fig. 4, nº. 8)

Espécie muito variável na forma e na cor, com uma vasta repartição desde o sul da Noruega até Marrocos seguindo até ao Rio do Ouro e Mediterrâneo estando ausente no Mar Negro; com uma distribuição batimétrica dos 0 aos -150 m, em substrato rochoso ou, com menos frequência, em fundos lodosos. A forma representada corresponde à variedade *Tarentina* Lamarck, 1822.

Thais haemastoma (Linnaeus, 1758) (Fig. 6, nº. 1, 2, 3)

Espécie mediterrânico-atlântica com distribuição no nível médio e infra litoral sobre fundos rochosos com hidrodinamismo acentuado.

Comparativamente a todos os outros elementos estudados no âmbito do presente trabalho, o estado de conservação destes exemplares é muito bom, com excepção das grosseiras truncagens do perístoma que denunciam, como anteriormente já se referiu, o processo utilizado para extracção do conteúdo, como é visível na Fig. 6, nº. 2. Alguns exemplares apresentam nítidos sinais de carbonização, tanto no interior como no exterior, os quais indicam sujeição ao fogo directo.

Família Fascioliariidae

Fasciolaria cf. lignaria Linnaeus, 1758 (Fig. 5, n.º 1, 2, 3)

Espécie mediterrânico-lusitânica utilizadora do substrato rochoso infra e médio litoral.

Comprimento total do fragmento: 45 mm correspondendo a um exemplar completo de aproximadamente 60 a 65mm.

O exemplar representado é único; sua presença a norte do cabo de S. Vicente é na actualidade raríssima, o mesmo se verificando nos depósitos quaternários. No presente, é espécie pouco frequente, estando praticamente confinada na costa portuguesa ao Algarve oriental.

Família Nassariidae

Nassarius reticulatus Linnaeus, 1767 (Fig. 4, n.º 4, 5)

Espécie muito variável e de vasta repartição atlântica, ultrapassando as costas da Noruega, Mar do Norte, e para sul até aos Açores. Por todo o Mediterrânico e Mar Negro.

A variedade presente em Leceia é a *nitida* de Jeffreys (1867, Brit. Conch. m pl.87, fig. 57A), a qual vive no andar supra e médio litoral calmo sobre fundo vasoso ou misto de vasa e areia.

Na generalidade, os exemplares recolhidos encontram-se bem conservados, mercê de uma assinalável resistência da concha.

Dimensões – 15 a 35 mm

Família Volutidae

Cymbium olla Linnaeus, 1758 (Fig. 5, n.º 6)

Espécie mediterrânico-atlântica, distribuindo-se para Sul até Marrocos. Desde o limite inferior do andar supralitoral, até profundidades que ultrapassam os 50 m: utiliza quase exclusivamente os fundos de areia onde permanece semienterrado.

O único fragmento que observamos, poderia corresponder a um exemplar de 100mm.

Família Siphonariidae

Siphonaria pectinata Linnaeus, 1750 (Fig. 7, n.º 1, 2, 3, 4)

Espécie mediterrânico-lusitânica da zona superior das marés, sobre substrato rochoso. Trata-se de uma espécie extremamente abundante entre os materiais estudados distribuindo-se com regularidade ao longo das Camadas 2 e 3.

As dimensões dos exemplares observados variam entre os 15 e os 35 mm.

Família Subulinidae

Rumina decollata (Linnaeus, 1758) (Fig. 7, n.º 10)

Espécie mediterrânica que se estende até ao SW de França. È um carnívoro que habita preferencialmente espaços abertos, relativamente secos e predominantemente sobre solos calcários.

Nos exemplares jovens a concha encontra-se sem a obliteração típica dos adultos.

Família Helicidae

Cepaea nemoralis (Linnaeus, 1758) (Fig. 7, n.º 5, 6, 7)

Espécie oeste-europeia com habitat muito variado. Apresenta extrema variabilidade cromática, normalmente relacionada com o habitat e o tipo de predadores a que esta exposto.

Theba pisana (Müller, 1774) (Fig. 7, n.º 8, 9)

Espécie mediterrânica com distribuição ao longo das costas europeias até à Irlanda. Habita lugares secos e pedregosos em ambiente marítimo ou sub marítimo mais ou menos expostos. É vulgar sobre plantas nos sistemas dunares.

Família Glycymerididae

Glycymeris glycymeris Linnaeus, 1758 (Fig. 8, n.º 1)

Espécie atlântico-mediterrânica do médio e infra litoral arenoso.

Família Mytilidae

Mytilus galloprovincialis Lamarck, 1819 (Fig. 8, n.º 2)

Espécie com distribuição Atlântica boreal ártica, estando presente também nas costas do Pacífico Norte. Habita toda a zona de marés desde o andar supra ao médio litoral, por vezes a maiores profundidades, em substrato rochoso. Apresenta grande variabilidade em função das condições ecológicas. Os mexilhões dos rochedos, na zona entre marés apresentam uma forma alongada muito estreita – var. *acrocyrta* ou muito larga e triangular – var. *dilatata*, sendo a primeira típica dos modos mais batidos em ambiente marinho, e a segunda mais usual no modo calmo e salobro.

A maior parte dos exemplares observados estão profundamente fracturados apresentando nítidos sinais de cozimento ou exposição ao calor a qual originou disjunção das camadas de nácar.

Família Pectinidae

Pecten maximus Linnaeus, 1758 (Fig. 8, n.º 5, 6)

Espécie atlântica central que se distribui para norte até ao canal de Inglaterra e, para sul, até à Madeira Açores e Canárias.

Vive desde o médio litoral, até grandes profundidades em substrato arenoso ou misto de areia e lodo.

Chlamys varia Linnaeus, 1758 (Fig. 8, n.º 3, 4)

Espécie atlântica, distribuindo-se desde a Noruega (Mar do Norte) até ao Senegal e Mediterrâneo excepto no Mar Negro. Pouco variável na forma. Desde o médio litoral até mais de 1000 m de profundidade em fundos detríticos mistos.

Família Anomiidae

Anomia ephippium (Linnaeus, 1767) (Fig. 9, n.º 2, 3)

Espécie atlântica com distribuição desde a Noruega até ao Gabão, por todo o Mediterrâneo, e da América do Norte ao Brasil. Intimamente ligada aos variados organismos e objectos aos quais adere fortemente, adaptando-se às suas diversas formas. Adquire, deste modo, grande variabilidade na forma e cor. Vive do supra ao infra litoral, atingindo por vezes grandes profundidades.

Família Ostreidae

Ostrea edulis Linnaeus, 1758 (Fig. 9, n.º 1)

Ostrea edulis (bem como as suas numerosas variedades geográficas) habita as regiões litorais marinhas, desde a Noruega até Marrocos (Cabo Ghir). Não penetra no mar Báltico, muito salobro, onde se extinguiu durante o Plistocénico. No Mediterrâneo encontram-se a generalizada, incluindo o Mar Negro (com excepção do Mar de Azov) e nas regiões do NO. As condições óptimas de temperatura e salinidade para assegurar a reprodução variam, respectivamente, entre 13 a 18 °C e 24‰ a 28‰.

A presença desta espécie em Leceia é regular, ao longo das três camadas identificadas, embora sempre por pequeno número de exemplares.

Família Cardiidae

Laevicardium crassum (Gmelin, 1791) (Fig. 10, n.º 5, 6, 7, 8)

Espécie mediterrânico-atlântica do médio litoral detritico arenoso, distribuindo-se até ao arquipélago de Cabo Verde.

As dimensões dos exemplares estudados variam entre os 25 e os 75 mm.

Cerastoderma edulum Linnaeus, 1758 (Fig. 10, n.º 4)

= *Cardium glaucum* Bruguière, 1789

Espécie atlântico-mediterrânica com distribuição alargada ao Atlântico Norte e Central. Vive no supra e médio litoral em modo predominantemente calmo, até ao extremamente agitado, em substrato de areia.

Acanthocardium tuberculata (Linnaeus, 1758) (Fig. 10, n.º 1, 2, 3)

Espécie mediterrânico-lusitânica, ausente no Mar Negro. Comum nas biocenoses de areias finas terrígenas, no médio e infra litoral, podendo atingir profundidades apreciáveis (além dos 500 m).

As dimensões dos exemplares observados variam entre 65 e 85 mm.

Família Mactridae

Mactra corallina (Linnaeus, 1758) (Fig. 11, n.º 1, 2)

Espécie atlântica com distribuição da Noruega às Canárias estendendo-se até ao Mediterrâneo e Mar Negro. Não penetra no Báltico. Vive no médio litoral, em substrato de areia.

Spisula solida (Linnaeus, 1758) (Fig. 11, n.º 3)

Espécie atlântica do supra e médio litoral desde o modo calmo ao agitado em substrato arenoso ou misto de areia e lodo.

Lutraria magna (da Costa, 1778) (Fig. 11, n.º 4)

Espécie atlântica do infralitoral que vive profundamente enterrada no substrato arenoso ou, menos frequentemente, em substrato lodoso.

O único fragmento que foi reconhecido no material estudado é o representado: corresponderá a um exemplar com cerca de 120 mm.

Dimensões – de 100 a 150 mm.

Lutraria lutraria (Linnaeus, 1758) (Fig. 11, n.º 5)

Espécie atlântica do médio e infra litoral arenoso.

Tal como a espécie anterior, o fragmento representado é o único nos lotes observados e corresponderá a um exemplar com as dimensões entre 100 e 120mm.

Eastonia rugosa (Helbling, 1779) (Fig. 12, n.º 1, 2, 3, 4)

Espécie atlântica do médio e infra litoral, em zonas de algum hidrodinamismo de detrito grosseiro. A sua ocorrência no Mediterrâneo é muito rara.

Família Solenidae

Solen marginatus Pennant, 1777 (Fig. 13, n.º 4, 5, 6)

Espécie com distribuição atlântica desde a Noruega aos Açores, penetrando no Mediterrâneo e no Mar Negro. Vive nas areias e areias vasosas do nível supra ao infra litoral.

Família Veneriidae

Venus verrucosa Linnaeus, 1758 (Fig. 12, n.º 5, 6, 7)

Espécie atlântico-mediterrânica com distribuição para sul até ao Arquipélago de Cabo Verde, chegando ao norte de Angola. Vive em fundos de areia e vasa desde o supra litoral até aos fundos do largo.

Callista chione Linnaeus, 1758 (Fig. 13, n.º 1)

Espécie atlântico mediterrânica típica do médio litoral lodoso.

Chamalea gallina (Linnaeus, 1758) (Fig. 13, n.º 2)

Espécie atlântica com distribuição desde a Noruega a Marrocos penetrando no Mediterrâneo e Mar Negro, característica de biocenoses de areias e areias lodosas do médio e infra litoral.

Clausinella fasciata (da Costa, 1778) (Fig. 13, n.º 3)

Espécie atlântica com distribuição meridional até ao golfo da Guiné. Característica do médio e infra litoral, onde é bastante escassa. É um utilizador dos sedimentos móveis mistos de areia e lodo. Atinge por vezes grandes profundidades.

Tapes (Ruditapes) decussatus (Linnaeus, 1758) (Fig. 13, n.º 7, 8, 9, 10)

Espécie atlântica que se distribui a partir de Inglaterra até à Mauritânia, mas que não penetra no Báltico. No Mediterrâneo, a sua distribuição é generalizada, com excepção do Mar Negro.

Vive enterrada no sedimento cerca de doze centímetros a uma profundidade máxima que não ultrapassa uma dezena de metros, geralmente menos. Sobre as costas atlânticas, é característica de areias vasosas do médio litoral. Esta espécie faz parte da comunidade onde *Cardium edule* é a espécie dominante juntamente com *Scrobicularia plana* e *Tapes aureus*, sendo ao longo da costa portuguesa característica da biocenose de areias vasosas do modo calmo da zona infra-litoral.

A forma típica é a indicada na 13ª edição do *Syst. Nat.* por Gmelin como *mediterranea* com referência às figuras de Chemnitz (1784, VII, 43, fig. 455, 456), que representa a forma alongada à qual Locard deu o nome de *Tapes extensus* Locard, 1886 (p. 249, Pl.7, fig. 2).

Esta espécie é das mais abundantes juntamente com as espécies das Famílias Petellidae e Ostreidae, facto que se considera muito sugestivo em relação aos critérios ou preferências de utilização dos moluscos na alimentação das populações de Leceia.

Família Hiatellidae

Panopaea glycymeris (Born, 1778) (Fig. 11, n.º 6, 7)

Espécie atlântico-mediterrânica ocidental. Escava os fundos arenosos e lodosos ocultando-se no sedimento até profundidades superiores a 1 m. Normalmente ocupando o infralitoral, pode atingir maiores profundidades.

Ocorre actualmente nos estuários do Tejo e Sado.

O fragmento representado, que é único em toda a amostragem, corresponderá a um exemplar com dimensões entre os 180mm e os 200mm.

3 – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

A província lusitânica, dependência zoogeográfica desprovida de fundos faunísticos verdadeiramente originais, é a que interessa directamente a este trabalho. Atinge, a Sul, a província mediterrânica e, para Norte, faunas boreais da província céltica; pode subdividir-se em zona lusitânica propriamente dita, mediterrânica e canária, tendo esta, como limite meridional, o cabo Bojador. Desta forma, distinguiremos três grandes grupos de espécies:

O primeiro grupo compreende moluscos cuja área de repartição é mais vasta, penetrando na zona céltica, indo por vezes para além do canal da Mancha.

O segundo grupo integra as faunas mistas lusitânicas e mediterrânicas.

O terceiro grupo engloba as faunas de características mediterrânicas e canárias, com distribuição na África Ocidental, para além da zona sub-saariana.

Deste modo, pode concluir-se que o conjunto faunístico em questão está mais próximo do da região norte-atlântica, sendo, no entanto, esta setentrionalidade compensada pelo elevado número de bivalves, de características mais mediterrânicas, situando-se, em conformidade, no grupo das faunas mistas lusitânicas e mediterrânicas.

Em conclusão:

- 1 – Das observações paleoecológicas apresentadas para as espécies presentes no conjunto malacológico recuperado em Leceia, verifica-se que este não é tipicamente estuarino. Somente dois dos géneros presentes sobreviveriam a salinidades inferiores a 18‰ (*Mytilus* e *Ostrea*);
- 2 – Trata-se de espécies típicas do andar supra e médio litoral costeiro;
- 3 – Todas as espécies são residentes na região na actualidade, mas com diferente distribuição batimétrica;
- 4 – Todos os bivalves à excepção dos géneros *Mytilus* e *Ostrea* são típicos do substrato móvel;
- 5 – Nos gastrópodes, estão presentes os utilizadores de fundos detríticos (*Thais* e *Ocenebra*), de substratos de areia e dois géneros exclusivos do substrato rochoso (*Patella* e *Monodonta*).
- 6 – O aspecto deprimido da generalidade das *Patella*, sugere exposição a acentuado hidrodinamismo, de resto também observável no desgaste dos pormenores das conchas de outras espécies.
- 7 – Pela observação das espécies associadas no conjunto e em vista do anteriormente observado, poderemos adiantar, com a reserva que a questão impõe, que a zona de recolha principal deveria corresponder a um trecho estuarino francamente aberto ao oceano, com fundos detríticos de granulometria grosseira a fina e bem calibrado, com algumas rochas parcialmente descobertas na maré baixa. Esta conclusão confirma, deste modo anteriores observações (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996), segundo as quais não seria necessário percorrer mais de 5 km do litoral adjacente, para se obterem exemplares de todas as espécies representadas.
- 8 – Importa referir que as três Famílias mais abundantes da amostragem, vistas globalmente, ou isoladamente, camada a camada, são, por ordem decrescente: Patellidae; Veneriidae; e Ostreidae. À primeira, com larga vantagem sobre as restantes, pertencem as diversas espécies de "lapas", por vezes identificadas em acumulações que indicam corresponder a refeições constituídas exclusivamente por tais moluscos. Na segunda das Famílias referidas, avulta a "amêijoia" e o "pé de burro"; a forte presença desta última indicia sobrerrepresentação, devida à forte robustez da concha. Enfim, as "ostras" sugerem a exploração da pequena enseada que, à época, existiriam na confluência da ribeira de Barcarena com o estuário do Tejo, cujos fundos areno-vasosos, com numerosos elementos pedregosos que os pontuariam, eram propícios à fixação destes moluscos. A insistência da presença em Leceia de exemplares destes três grupos de moluscos revela, por um lado, a sua abundância nas correspondentes biocenoses da época e, por outro, a preferência que lhes era dada pelos habitantes de Leceia, tendo presentes as potencialidades dos recursos proteicos que proporcionavam. Deverá ainda

ter-se presente, para a explicação do predomínio aludido, a maior resistências destas conchas face a outras, cuja facilidade de colheita era igualmente evidente, como os “mexilhões”.

A escassez de outras espécies presentes, eventualmente de maior interesse alimentar que as referidas, como as “vieiras”, explica-se pela maior dificuldade de captura: com efeito, não poderiam ser recolhidas directamente nas rochas ou na praia, nas áreas expostas na maré baixa. A sua presença sugere, outrossim, a utilização de pequenas embarcações, a partir das quais, com a ajuda de ancinhos, se revolia o fundo arenoso, permanentemente imerso, mas a pequena profundidade, na maré baixa. É de assinalar a raridade do “berbigão”, o qual parece dever-se a efectiva escassez na época, na área em causa, bem como de outras espécies estuarinas, como a *Scrobicularia plana*, actualmente abundantes no estuário do Tejo, mas mais a montante.

- 9 – É igualmente importante o facto de alguns moluscos – especialmente os de fundos móveis – encontrados, não terem qualquer interesse alimentar, apesar de não evidenciarem nenhuma alteração da concha, susceptível de admitir a sua utilização como objectos de adorno. Talvez constituíssem simples brinquedos infantis, ou peças que, pela sua beleza, se traziam da praia. É o caso, por exemplo, dos pequenos búzios da espécie *Nassarius reticulatus*, os quais, nalguns casos, foram transformados em contas. Do mesmo modo se explica a presença de alguns dos exemplares comestíveis, de pequenas dimensões, igualmente desprovidos de interesse alimentar.
- 10 – Enfim, as grandes dimensões de alguns dos exemplos, principalmente se os compararmos com as dimensões dos homólogos actuais, explica-se por uma menor pressão antrópica na recollecção da época, a que se poderiam juntar acessoriamente outras causas, como a poluição e a degradação dos biótopos. Neste particular, importa referir que a diminuição do tamanhos das valvas de amêijoia (*Tapes decussatus*), identificadas nas estações do Neolítico Médio e Final de Comporta (Tróia, Grândola), foi reportada a causas antrópicas, relacionadas com o aumento de pressão humana sobre os recursos recolectáveis (SILVA *et al.*, 1986).

BIBLIOGRAFIA

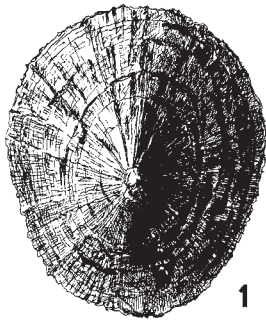
- CARDOSO, J. L., SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 47-89.
- FRETTER, V. & GRAHAM, A. (1962) – *British Prosobranch Molluscs*. Ray Society. London. 755 pp.
- GARCIA-TALAVERA, F. (1981) – *Los moluscos gasterópodos anfiatlánticos*. Univ. La Laguna. Monografias, 10, 352 pp., 7 lám.
- KREPL, K. (1997) – *Recent Cassidae*. Verlag Christa Heumen: 16-17.
- MITCHEL – THOME, R.C. (1976) – *Geology of the middle Atlantic islands*. Gebrüder Borntraeger. Berlin, Stuttgart. 382 pág.

- NOBRE, A. (1938 – 1941) – *Fauna malacológica de Portugal. I. Moluscos marinhos e das águas salobras*. Companhia Editora do Minho, Barcelos, 806 pp., 87 Pls.
- ROLAN, E. (1983) – *Moluscos de la Ria de Vigo. Gasterópodos*. Thalassas 1 (1) anexo 1, 383 pp.
- SAUNDERS, G. D. (1980 – 1981) – A reconciliation of available information on the superfamily Cymatiacea in the waters around Europe, in the Mediterranean sea, and the Eastern Atlantic Ocean. *La Conchiglia*, Part I, 12(134 – 135), pp. 3 – 10 e Part II, 13 (146 – 147), pp. 3 – 6.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S. & REIS, C. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas C 14 e paleoambientais). *Arqueologia*, 14, pp. 59-82.
- THIELE, J. (1929) – *Handbuch der Systematischen Weichtierkund*. Band I, Erster Teil, Gustav Fischer, Jena, 376 p.
- TRYON, G. W. (1879/1898) – *Manual of Conchology*, 17 vol. Acad. Nat. Sci. Philadelphia.

(Nota: todos os desenhos que ilustram este artigo são da autoria do segundo signatário).

Fig. 1

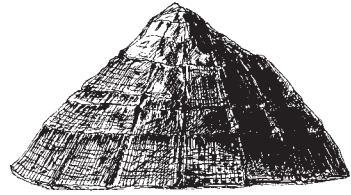
- 1–*Patella (Patella) vulgata* Linnaeus, 1758 – 42 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 2–*Patella (Patella) vulgata* Linnaeus, 1758 – 45 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 3–*Patella (Patella) vulgata* Linnaeus, 1758 – 45 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 4–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 50 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 5–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 50 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Pleno)
- 6–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777
pormenor da escultura da concha anterior (x3)
- 7–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 35 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 8–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 48 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 9–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 34 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 10–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 33 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 11–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 45 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 12–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 40 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 13–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 27 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 14–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 28 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 15–*Patella (Patella) depressa* Pennant, 1777 – 34 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)



1



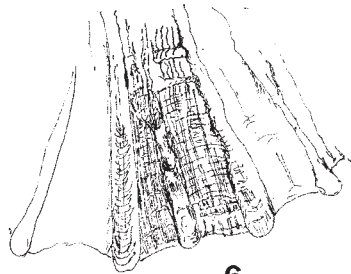
2



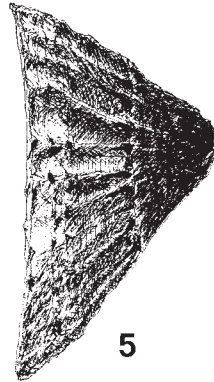
3



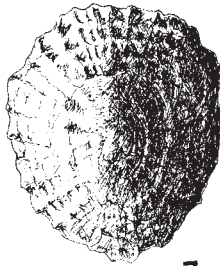
4



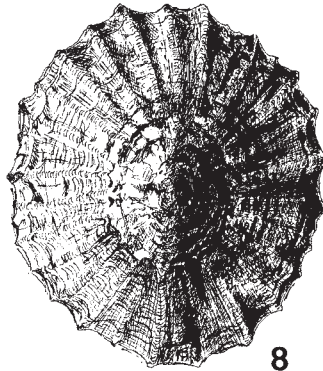
6



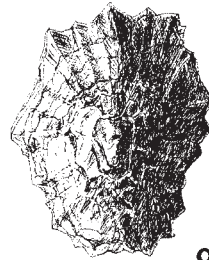
5



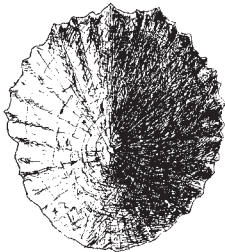
7



8



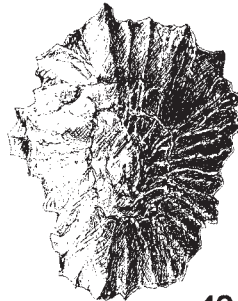
9



10



11



12



13



14



15

Fig. 2

1 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 60 mm
LC /88 C2 (Calcolítico Pleno)

2 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 50 mm
LC /89 C3 (Calcolítico Inicial)

3 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 60 mm
LC /87 C2 (Calcolítico Pleno)

4 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 54 mm
LC /88 C3 (Calcolítico Pleno)

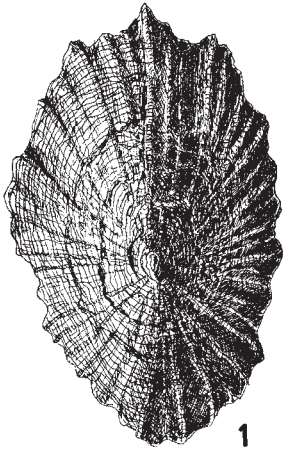
5 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 45 mm
LC /85 C2 (Calcolítico Pleno)

6 – *Patella (Patella) aspera* Röding, 1798 – 42 mm
LC /90 C3 (Calcolítico Inicial)

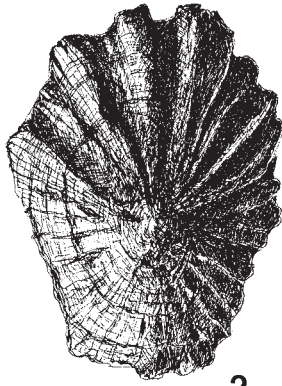
7 – *Monodonta lineata* Linnaeus, 1758 – 25 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

8 – *Phalium saburon* Bruguière, 1798 – 75 mm
LC /90 C3 (Calcolítico Inicial)

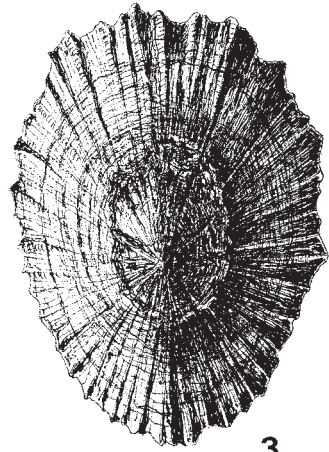
8a – *Phalium saburon* Bruguière, 1798
Vista interior do fragmento do número anterior



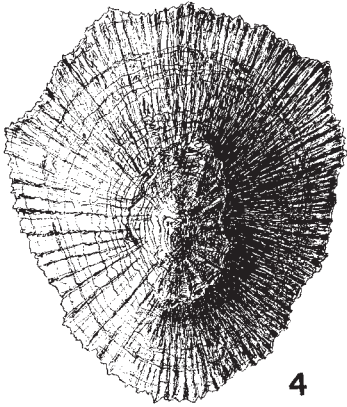
1



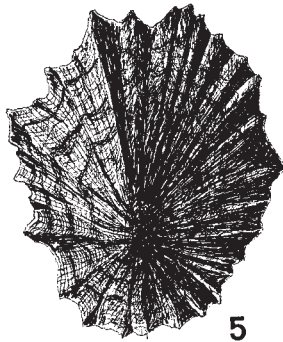
2



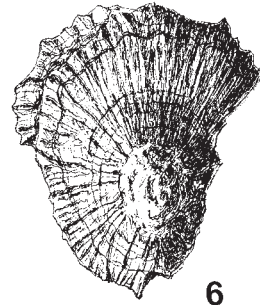
3



4



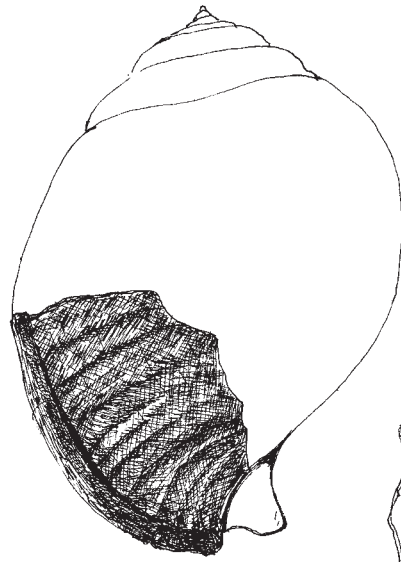
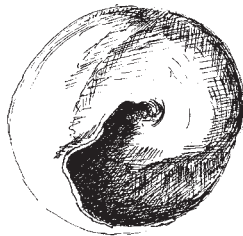
5



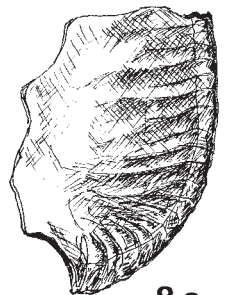
6



7



8



8 a

Fig. 3

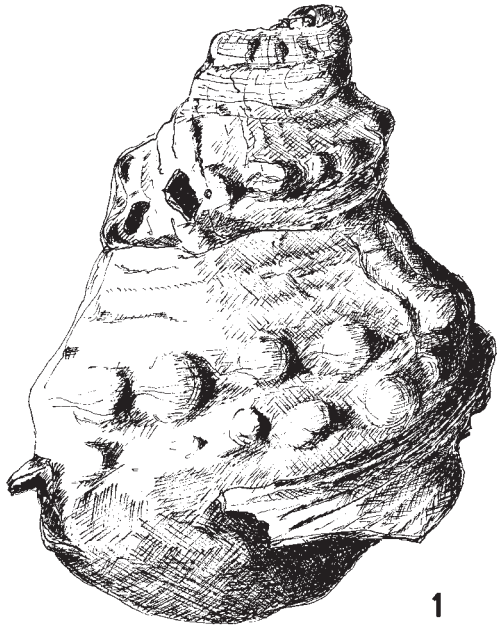
1 – *Charonia nodifera* Lamarck, 1822 – 84 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)

2 – *Charonia nodifera* Lamarck, 1822 – 84 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)

3 – *Charonia nodifera* Lamarck, 1822 – 90 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)

4 – *Charonia nodifera* Lamarck, 1822 – 125 mm
LC/93 C3 (Calcolítico Inicial)

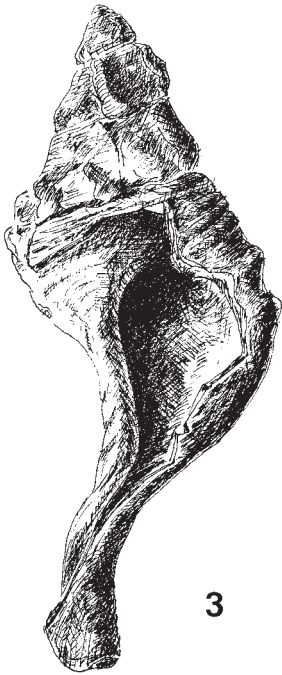
5 – *Charonia nodifera* Lamarck, 1822 – 68 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)



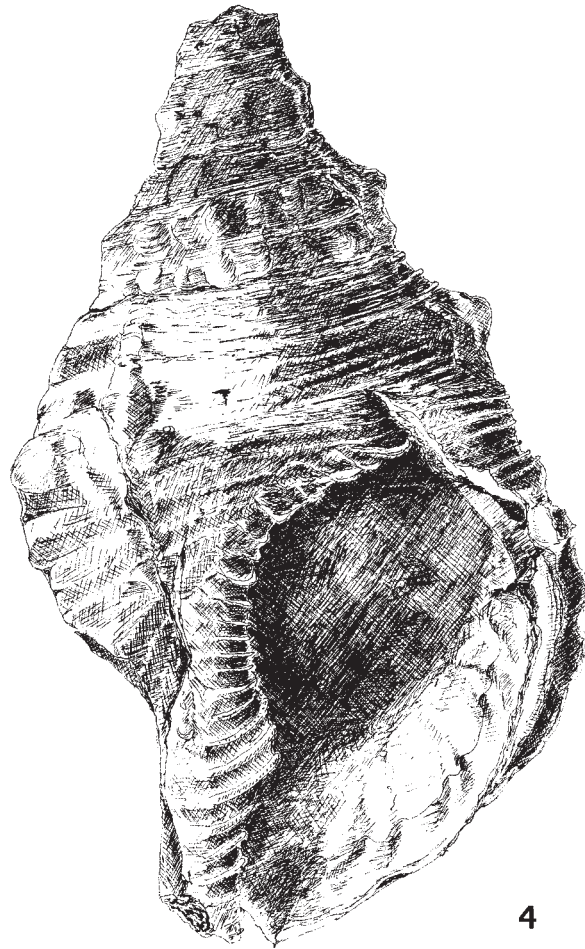
1



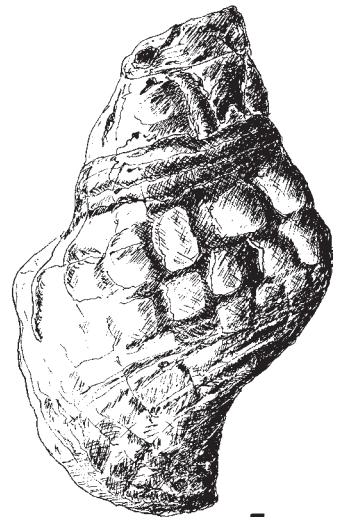
2



3



4



5

Fig. 4

1 – *Cymatium partenopeum* (von Salis, 1793) – 65 mm
LC/95 C2 (Calcolítico Pleno)

2 – *Cymatium partenopeum* (von Salis, 1793) – 65 mm
LC/95 C2 (Calcolítico Pleno)

3 – *Cymatium cutaceum* (Lamarck, 1767) – 30 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)

4 – *Cymatium cutaceum* (Lamarck, 1767) – 35 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)

5 – *Cymatium corrugatum* (Lamarck, 1816) – 70 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

6 – *Cymatium corrugatum* (Lamarck, 1816) – 62 mm
LC/87 C2 (Calcolítico leno)

7 – *Cymatium corrugatum* (Lamarck, 1816) – 47 mm
LC/87 (Calcolítico Pleno)

8 – *Ocenebra erinaceus* Linnaeus 1758 – 35 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

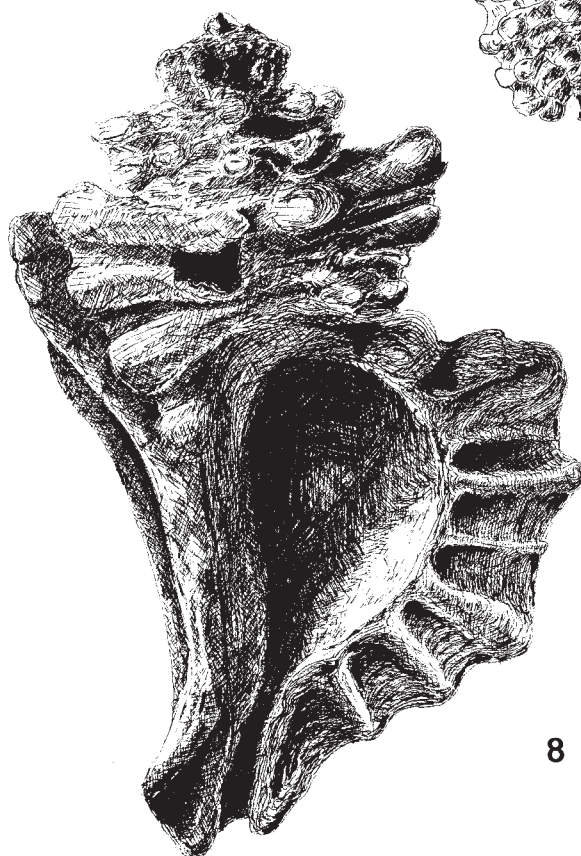
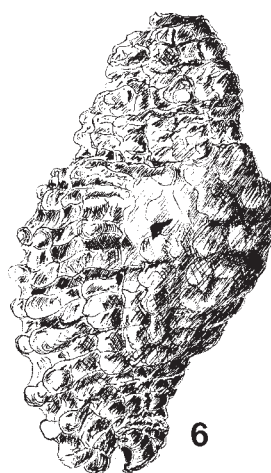
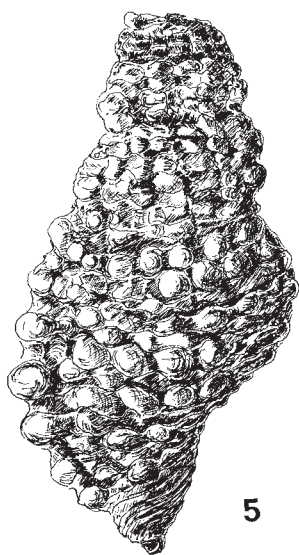
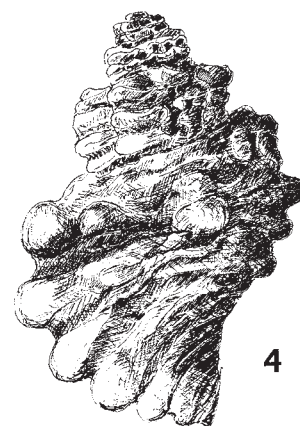
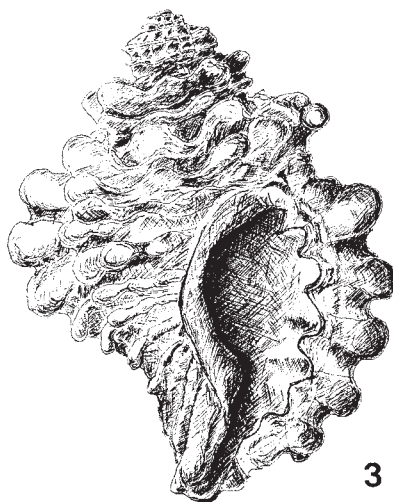
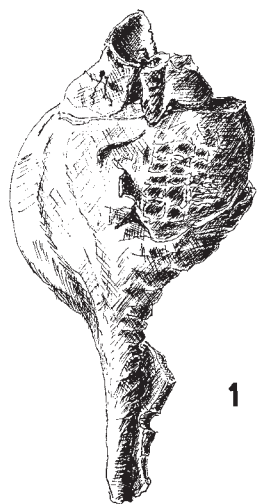


Fig. 5

1 – *Fasciolaria lignaria* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

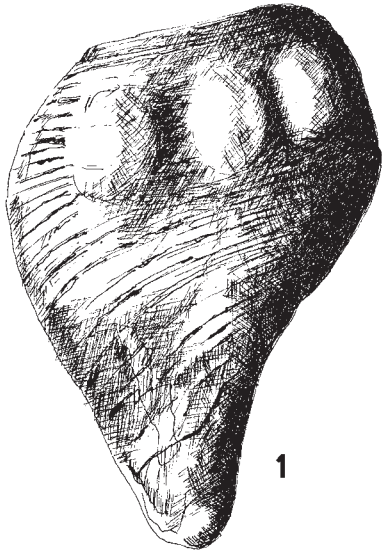
2 – *Fasciolaria lignaria* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

3 – *Fasciolaria cf. lignaria* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

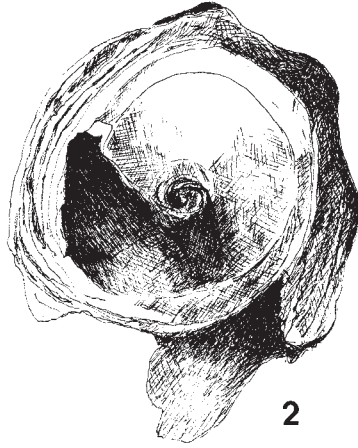
4 – *Nassarius reticulatus* Linnaeus, 1758 – 20mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

5 – *Nassarius reticulatus* Linnaeus, 1758 – 20mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

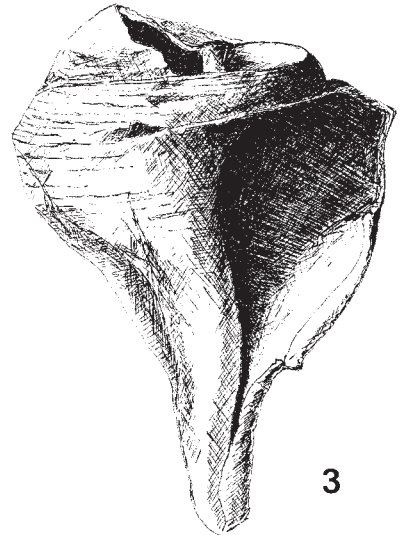
6 – *Cymbium olla* Linnaeus, 1758 – 72 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)



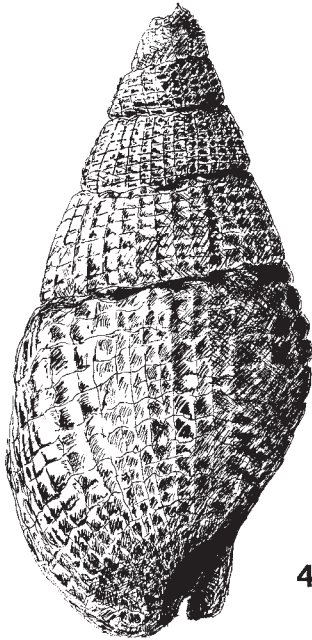
1



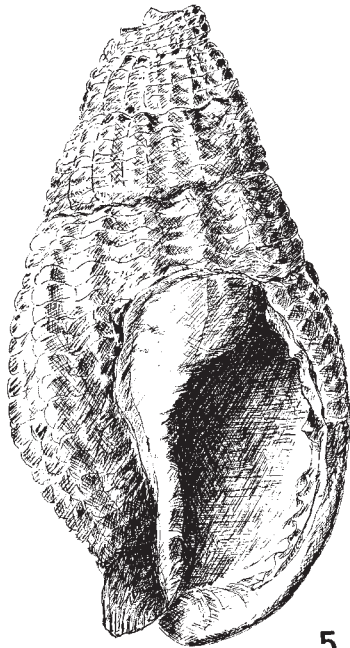
2



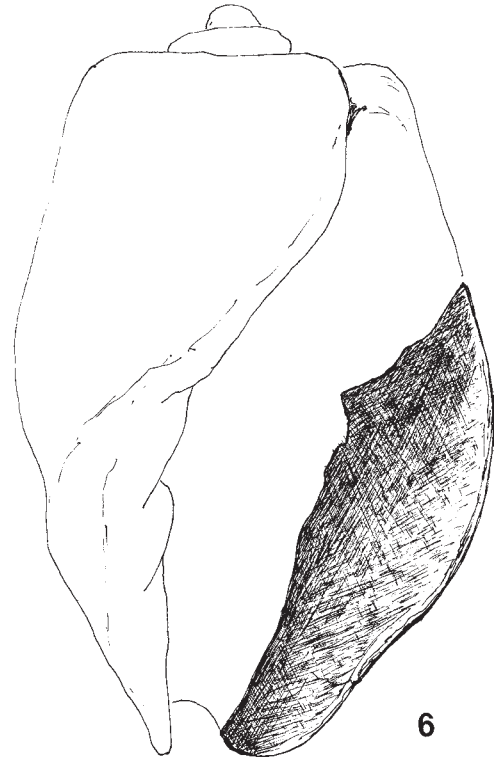
3



4



5



6

Fig. 6

1 – *Thais haemastoma* (Linnaeus, 1758) – 80 mm
LC/92 C2 (Calcolítico Pleno)

2 – *Thais haemastoma* (Linnaeus, 1758) – 90 mm
LC/92 C2 (Calcolítico Pleno)

3 – *Thais haemastoma* (Linnaeus, 1758) – 90 mm
LC/92 C2 (Calcolítico Pleno)



1



2



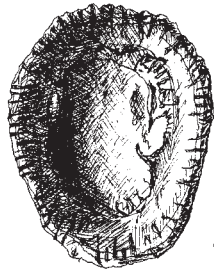
3

Fig. 7

- 1** – *Siphonaria pectinata* Linnaeus, 1758 – 35 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 2** – *Siphonaria pectinata* Linnaeus, 1758 – 35 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 3** – *Siphonaria pectinata* Linnaeus, 1758 – 32 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 4** – *Siphonaria pectinata* Linnaeus, 1758 – 35 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 5** – *Cepaea nemoralis* Linnaeus, 1758 – 27 mm
LC/85 C3 (Calcolítico Inicial)
- 6** – *Cepaea nemoralis* Linnaeus, 1758 – 27 mm
LC/85 C3 (Calcolítico Inicial)
- 7** – *Cepaea nemoralis* Linnaeus, 1758 – 27 mm
LC/85 C3 (Calcolítico Inicial)
- 8** – *Theba pisana* Müller, 1774 – 15 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 9** – *Theba pisana* Müller, 1774 – 10 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 10** – *Rumina decollata* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)



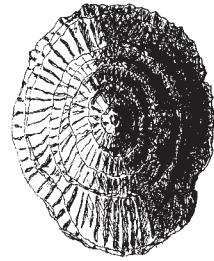
1



2



3



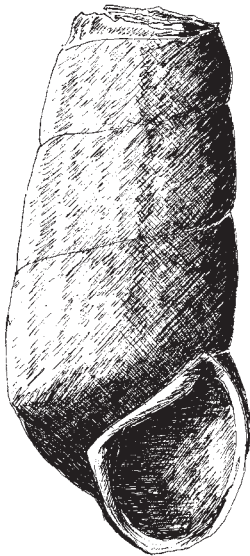
4



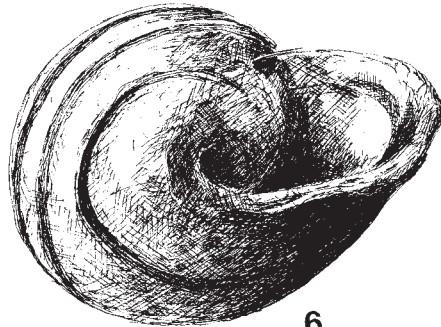
5



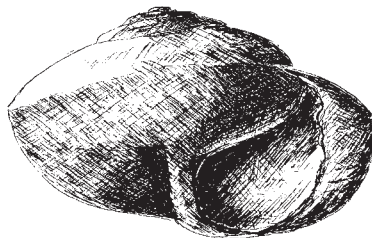
7



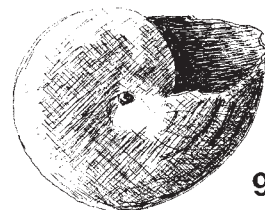
10



6



8



9

Fig. 8

1 – *Glycymeris glycymeris* Linnaeus, 1758 – 52 mm
LC/84 C2 (Calcolítico Pleno)

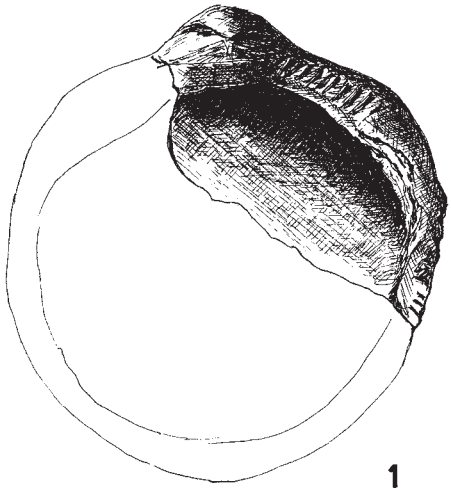
2 – *Mytilus edulis* Linnaeus, 1758 – 95 mm
LC/84 C2 (Calcolítico Pleno)

3 – *Chlamys varia* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/93 C3 (Calcolítico Inicial)

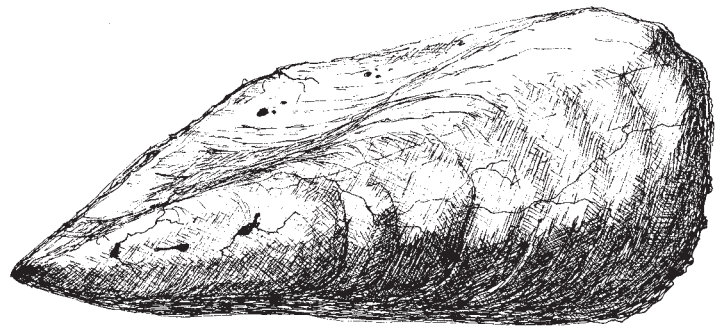
4 – *Chlamys varia* Linnaeus, 1758 – 40 mm
LC/93 C3 (Calcolítico Inicial)

5 – *Pecten maximus* Linnaeus, 1758 – 73 mm
LC/84 C2 (Calcolítico Pleno)

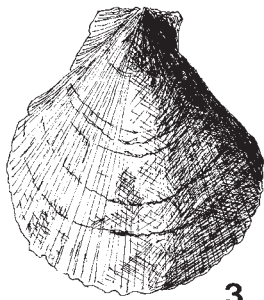
6 – *Pecten maximus* Linnaeus, 1758 – 73 mm
LC/89 C2 (Calcolítico Pleno)



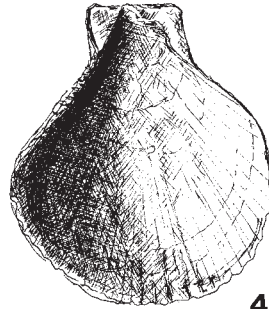
1



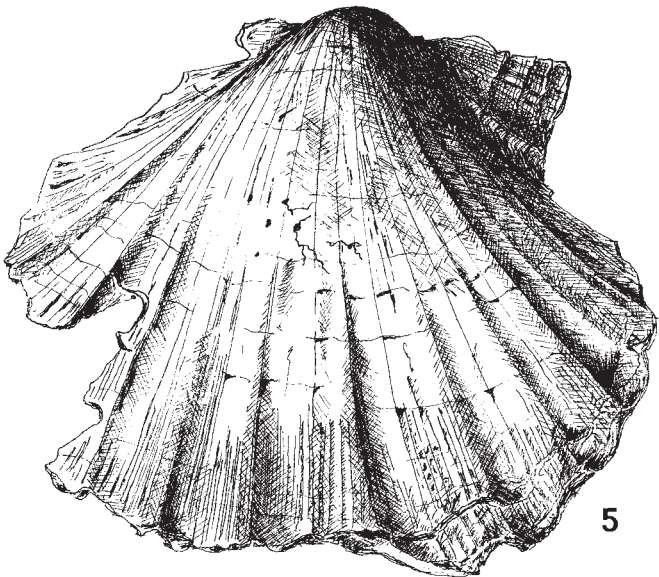
2



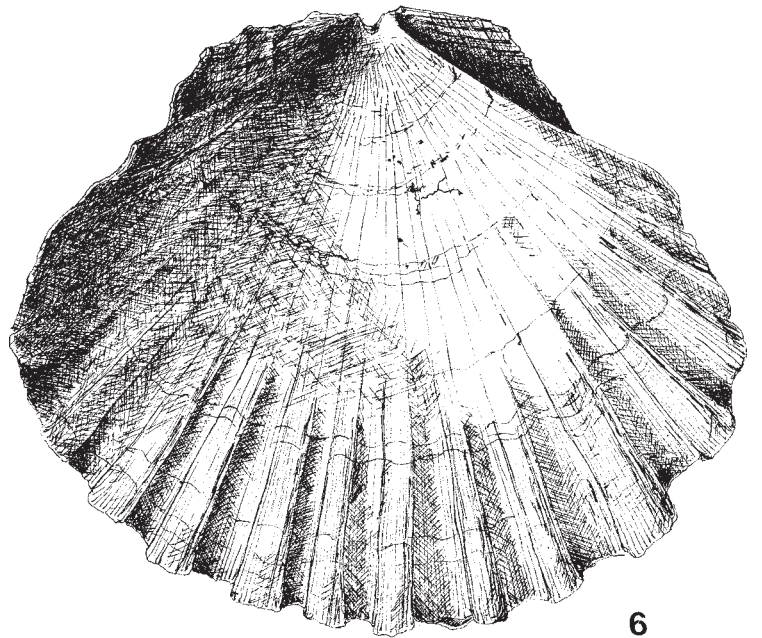
3



4



5

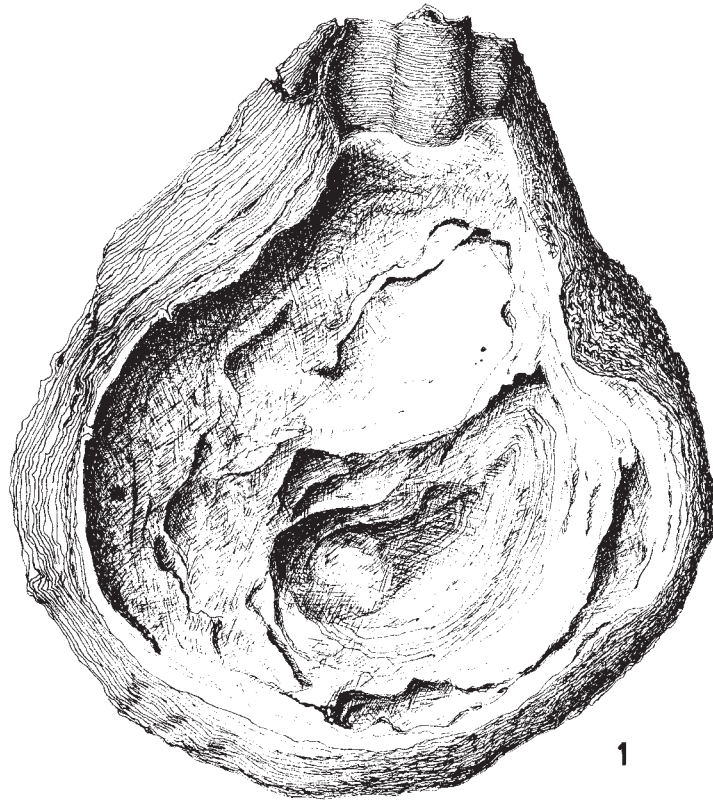


6

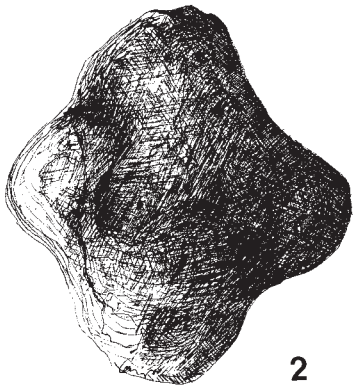
Fig. 9

1 – *Ostrea edulis* Linnaeus, 1758 – 105 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

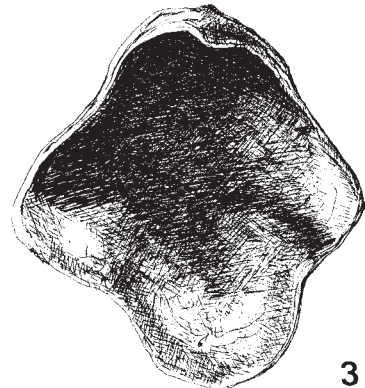
2, 3 – *Anomia ephippium* Linnaeus, 1758 – 50 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)



1



2



3

Fig. 10

1 – *Acanthocardium tuberculatum* (Linnaeus, 1758) – (x2)
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

2 – *Acanthocardium tuberculatum* (Linnaeus, 1758) – 63 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

3 – *Acanthocardium tuberculatum* (Linnaeus, 1758) – 54 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

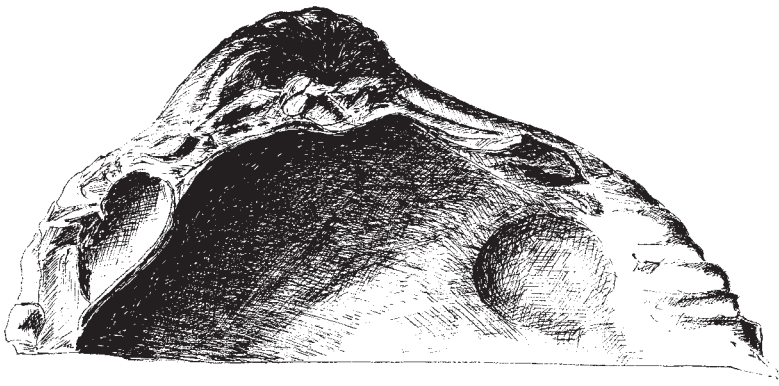
4 – *Cerastoderma edulis* Linnaeus, 1758 – 28 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

5 – *Laevicardium crassum* (Gmelin, 1791) – 45 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

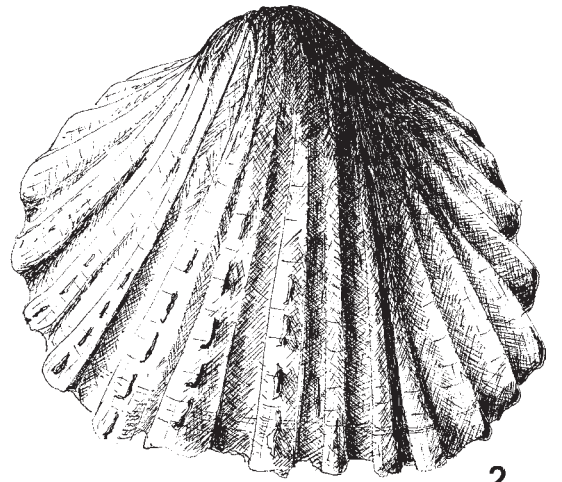
6 – *Laevicardium crassum* (Gmelin, 1791) – 63 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

7 – *Laevicardium crassum* (Gmelin, 1791) – 75 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)

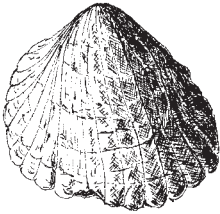
8 – *Laevicardium crassum* (Gmelin, 1791) – 40 mm
(exemplar muito dissolvido e carbonizado)
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)



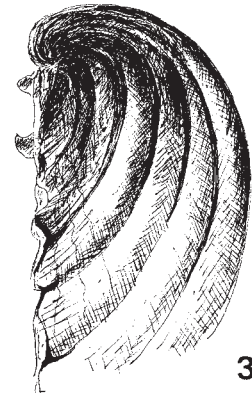
1



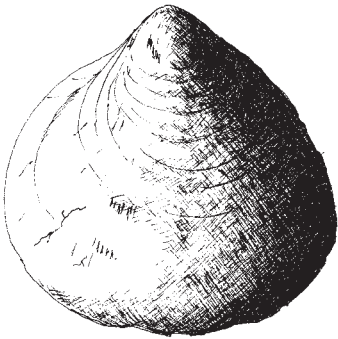
2



4



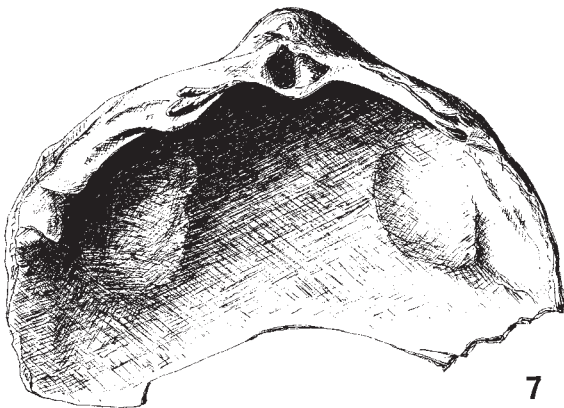
3



5



6



7



8

Fig. 11

- 1** – *Mactra corallina* Linnaeus, 1758 – 50 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 2** – *Mactra corallina* Linnaeus, 1758 – 50 mm
Pormenor da charneira ligeiramente ampliada.
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 3** – *Spisula solida* Linnaeus, 1758 – 30 mm
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 4** – *Lutraria magna* (da Costa, 1778) – fragmento 1:1
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 5** – *Lutraria lutraria*, Linnaeus, 1758 – fragmento 1:1
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 6** – *Panopaea glycymeris* (Born, 1778). Representa-se a posição
do fragmento conservado na concha completa
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)
- 7** – *Panopaea glycymeris* (Born, 1778) – fragmento 1:1
LC/86 C3 (Calcolítico Inicial)

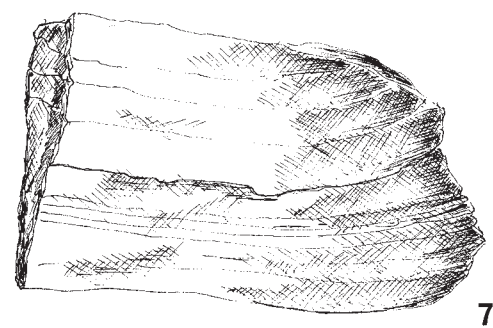
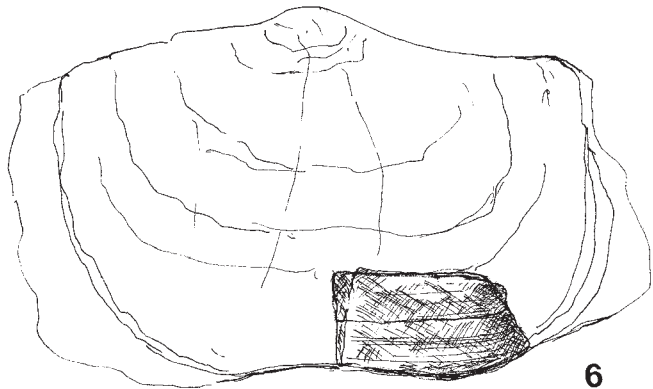
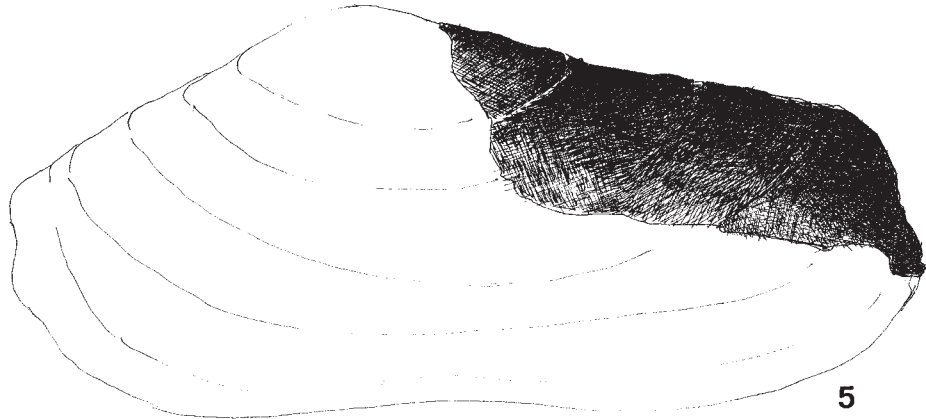
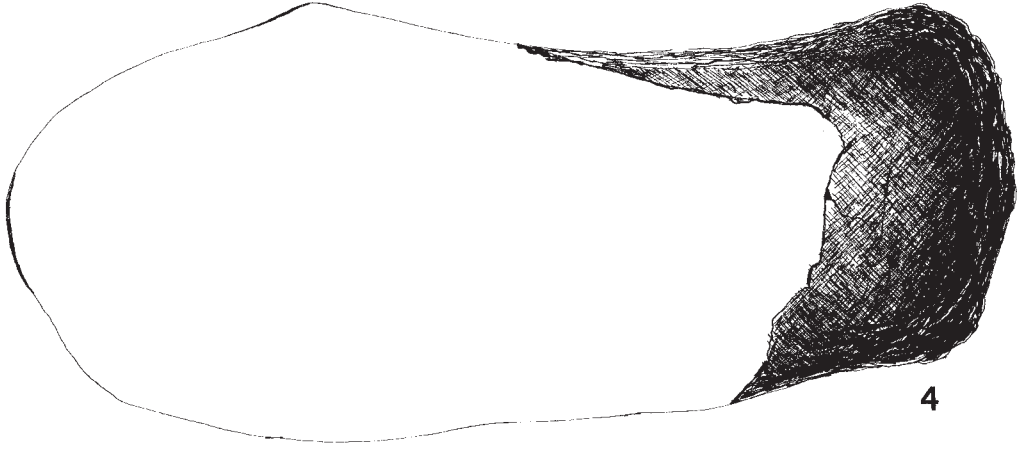
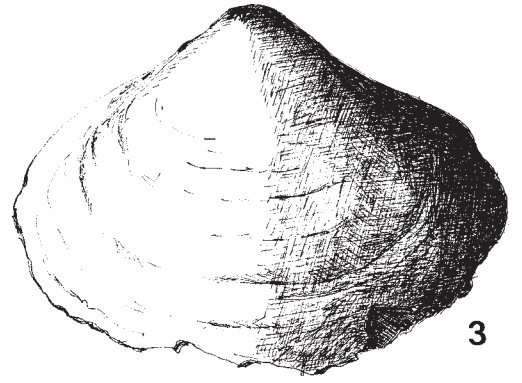
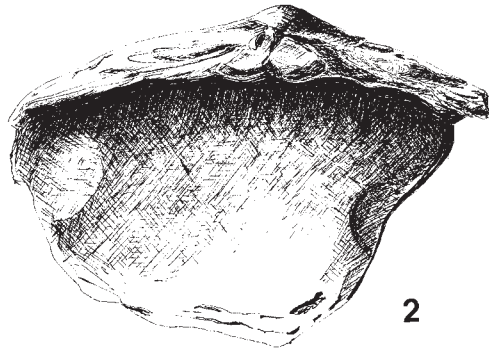
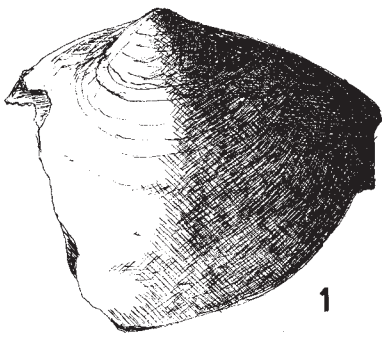
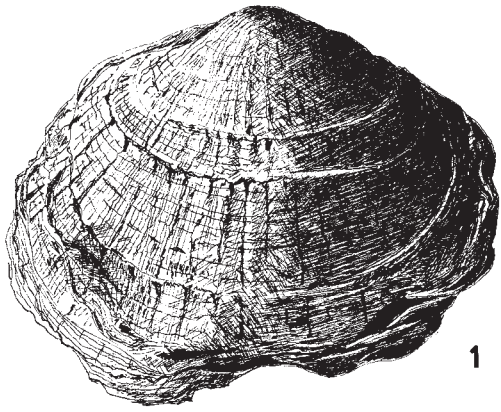
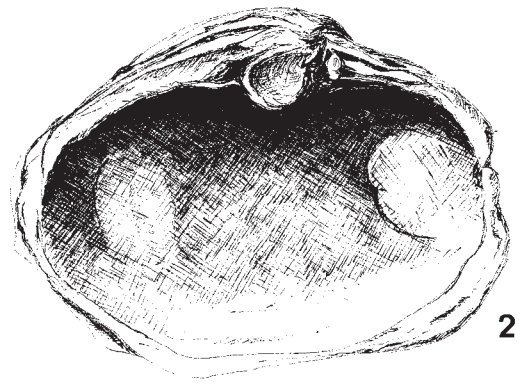


Fig. 12

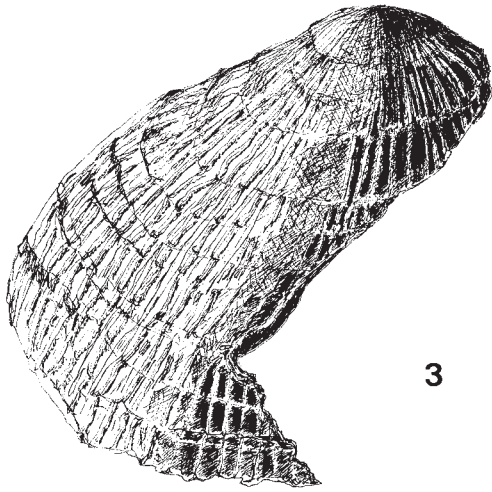
- 1** – *Eastonia rugosa* (Helbling, 1779) – 48 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 2** – *Eastonia rugosa* (Helbling, 1779) – 48 mm
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 3** – *Eastonia rugosa* (Helbling, 1779). Fragmento 1:1
LC/87 C2 (Calcolítico Pleno)
- 4** – *Eastonia rugosa* (Helbling, 1779). Fragmento 1:1
LC/88 C3 (Calcolítico Inicial)
- 5** – *Venus verrucosa* Linnaeus, 1758 – 56 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)
- 6** – *Venus verrucosa* Linnaeus, 1758 – 55 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 7** – *Venus verrucosa* Linnaeus, 1758 – 57 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)



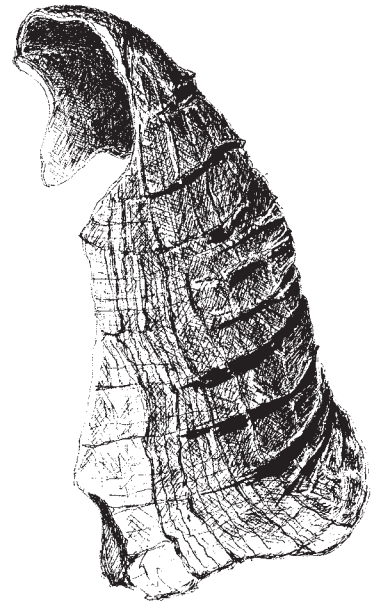
1



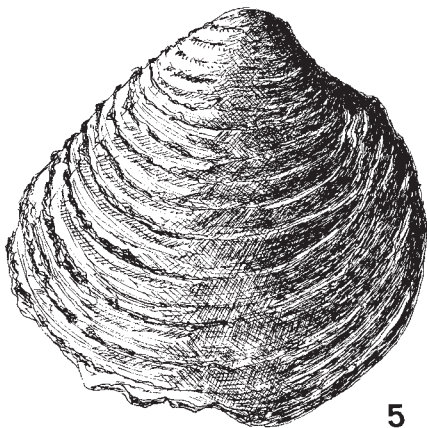
2



3



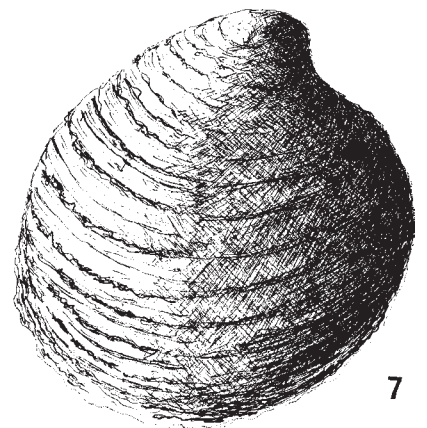
4



5



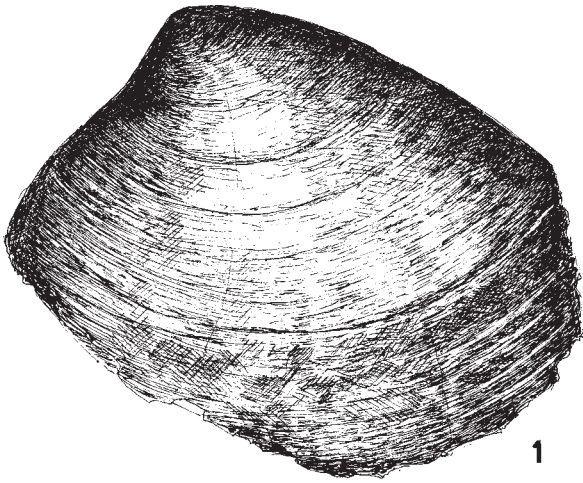
6



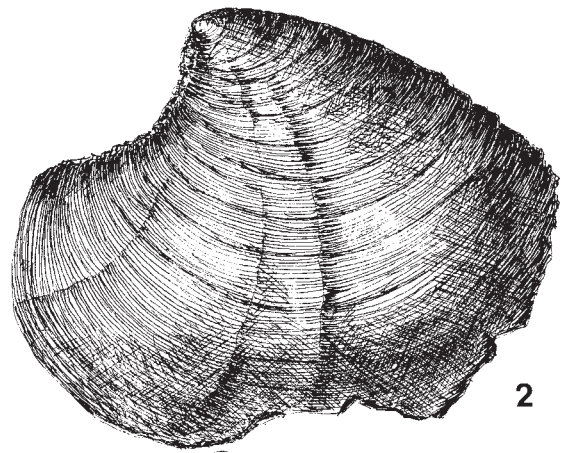
7

Fig. 13

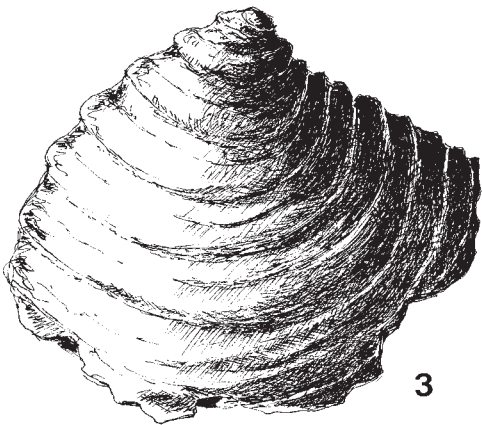
- 1** – *Callista chione* Linnaeus, 1758 – 63 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)
- 2** – *Chamelea gallina* (Linnaeus, 1758) – 20 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)
- 3** – *Clausinella fasciata* (da Costa, 1778) – 15 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)
- 4** – *Solen marginatus* (Pennant, 1777). Fragmento 1:1
LC/92 C4 (Neolítico Final)
- 5** – *Solen marginatus* (Pennant, 1777). Fragmento 1:1
LC/92 C4 (Neolítico Final)
- 6** – *Solen marginatus* (Pennant, 1777). Fragmento 1:1
LC/92 C4 (Neolítico Final)
- 7** – *Tapes (Ruditapes) decussatus* Linnaeus, 1758 – 39 mm
LC/90 C3 (Calcolítico Inicial)
- 8** – *Tapes (Ruditapes) decussatus* Linnaeus, 1758 – 36 mm
LC/93 C2 (Calcolítico Pleno)
- 9** – *Tapes (Ruditapes) decussatus* Linnaeus, 1758 – 37 mm
LC/92 C3 (Calcolítico Inicial)
- 10** – *Tapes (Ruditapes) decussatus* Linnaeus, 1758 – 392 mm
LC/92 C4 (Neolítico Final)



1



2



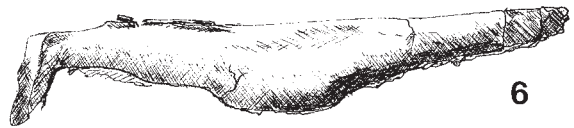
3



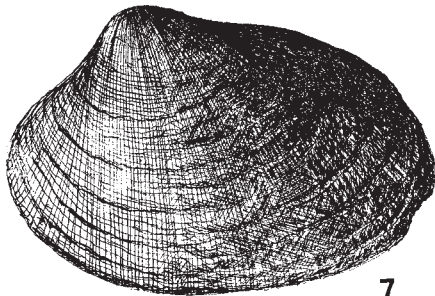
4



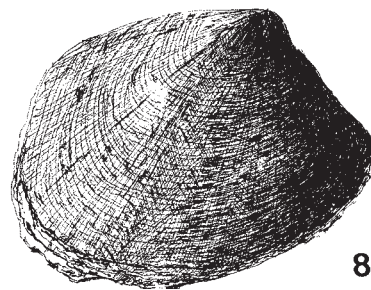
5



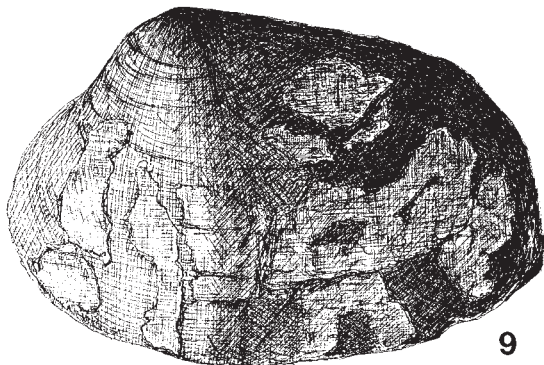
6



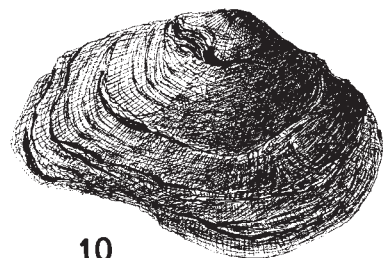
7



8



9



10

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 131-182

ESTUDO ARQUEOZOLÓGICO DOS RESTOS DE UNGULADOS DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS)^(*)

João Luís Cardoso ⁽¹⁾
Cleia Detry ⁽²⁾

1 – INTRODUÇÃO

1.1 – Aspectos gerais

Pode definir-se como objecto da Arqueozoologia o estudo dos restos de animais recolhidos em sítios arqueológicos. A Arqueozoologia tem, no entanto, inúmeras definições que variam de autor para autor. Para MENIEL & CHAIX (1996) esta é uma disciplina que aborda as relações do homem com o mundo animal no passado. Independentemente da definição, os objectivos centram-se no reconhecimento da paleoecologia, da paleoeconomia e do comportamento cultural das populações humanas do passado (MATEUS, 1995).

Muitos outros termos também foram e são usados para definir esta área de estudo, como Zooarqueologia, Paleozoologia, Arqueosteologia, Osteoarqueologia. A Etnozoologia parece focar mais o ponto de vista antropológico das relações das populações humanas com os animais. Por outro lado, a Osteoarqueologia aplica-se ao estudo de ossos de animais em sítios arqueológicos; no entanto, esta parece ser uma definição que limita o estudo a um grupo mais restrito de animais, excluindo os invertebrados, que muitas vezes também constituem parte importante do material recolhido num sítio arqueológico. Veja-se o exemplo dos bivalves num concheiro, ou os restos de escamas ou de insectos. A par da Arqueozoologia, o termo Zooarqueologia é usado nos meios anglo-saxónicos. A Arqueozoologia, significa, literalmente, os estudos de animais antigos, marcando mais a importância do elemento zoológico. A Zooarqueologia, por outro lado, significa à letra a arqueologia dos animais, dando mais importância ao aspecto arqueológico da questão. Embora o ICAZ (International Council of Archaeozoology) tenha escolhido o termo Arqueo-

⁽¹⁾ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

⁽²⁾ Doutoranda em Pré-História pela Universidade de Salamanca/Universidade Autónoma de Lisboa.

^(*) O presente trabalho foi realizado ao abrigo de uma bolsa de pós-graduação, concedida pela Câmara Municipal de Oeiras à segunda signatária, sob orientação do primeiro signatário

zoologia, ambos os termos servem os mesmo objectivos e a questão principal é a sua posição vinculada aos objectivos da Arqueologia, sendo nesse ponto, aliás, em que se destaca da Paleontologia zoológica (ESTEVEZ, 1991).

A Arqueozologia viu o seu grande desenvolvimento como disciplina propriamente dita nos últimos 40 anos (DAVIS, 1987); no entanto, o seu começo, ainda que, incipiente deu-se no século XIX, prendendo-se intimamente com a Paleontologia, a qual conheceu um grande desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX, sobretudo após o esclarecimento da idade da Terra e da origem das espécies. Durante esse tempo foi fazendo muitas vezes o papel da Arqueozologia, estudando materiais fósseis relacionados com ocupações humanas. Estas sobreposições começaram por se verificar principalmente nos sítios datados do Paleolítico. O estudo das faunas começou por ter um papel de definição da cronologia dos sítios arqueológicos do Quaternário (ESTEVEZ, 1991, 1995), já que a partir das espécies presentes nos sítios arqueológicos foi sendo possível estabelecer uma cronoestratigrafia do Quaternário.

O primeiro trabalho considerado como verdadeiramente de índole arqueozoológica foi o de Rutimeyer, datado de 1862, sobre a fauna de povoações neolíticas dos lagos da Suíça, explorando, aliás, pela primeira vez, também a questão dos animais domésticos (CHAIX *et al.*, s/d; GAUTIER, 1983; DAVIS, 1987).

Pela mesma altura, foram também feitos outros estudos com objectivos arqueozoológicos. Assim, GAUTIER (1983) refere os estudos das faunas dos concheiros mesolíticos da Dinamarca, cujos resultados foram publicados em 1851. É nesta mesma linha que se integra, em Portugal, um dos primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a fauna de um sítio arqueológico: F. Pereira da Costa descreveu, em 1865, as espécies que foram encontradas nas primeiras escavações feitas no concheiro do Cabeço da Arruda, discutindo a idade a que pertenceriam os restos faunísticos e humanos ali encontrados (COSTA, 1865).

Posteriormente, ao longo do século XX, publicaram-se variados trabalhos, que cada vez mais se aproximaram dos objectivos actuais da Arqueozologia, dando cada um deles o seu contributo para a construção de uma nova disciplina. Este desenvolvimento acompanhou, obviamente, de muito perto, o da Arqueologia, sofrendo, conseqüentemente, a influência das várias correntes da Arqueologia. Na primeira parte do século XX, foram ainda incipientes os desenvolvimentos, mas a partir dos anos 80 este novo ramo pôde desenvolver-se em pleno e produzir novas metodologias científicas aplicáveis à análise destes materiais arqueológicos. L. Binford, por exemplo, para além de introduzir novas vias na pesquisa arqueológica, produziu uma forte influência nos objectivos e metodologia dos estudos de arqueofaunas.

Em Portugal a análise faunística de materiais de contextos arqueológicos tem sido assegurada por muito poucos, apresentando-se, até época recente, apenas listas de espécies, como as elaboradas por G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira (CARDOSO, 1996). Para o final do Século XX devemos sobretudo referir os trabalhos desenvolvidos por M. Telles Antunes e por um de nós (J. L. C.).

A Arqueozologia de hoje obedece a metodologias cada vez mais especializadas e complexas, pretendendo-se, assim, obter maior e melhor informação acerca do seu objecto de estudo, em resultado de um já longo processo de maturação.

A análise arqueozoológica fornece informações valiosas e essenciais sobre as populações humanas responsáveis pela acumulação dos correspondentes restos faunísticos; deste modo, é evidente a crescente

necessidade de incluir esta análise em qualquer estudo arqueológico, só possível caso o escasso número de especialistas disponíveis em Portugal crescer e, sobretudo, se se institucionalizar a sua prática, tanto nas Universidades como nos diversos organismos de investigação arqueológica, incluindo as autarquias com gabinetes ou centros de Arqueologia.

1.2 – Arqueozoologia e Paleoeconomia

Os elementos osteológicos recolhidos em sítios arqueológicos, salvo raras exceções, são testemunhos da actividade humana ali desenvolvida e dela resultam directamente. Por isso, constituem potenciais indicadores sobre vários aspectos da vivência das populações que os produziram, reflectindo, naturalmente, o seu comportamento.

Assim sendo, a análise qualitativa da fauna informa de imediato sobre as espécies presentes em determinado sítio arqueológico, e, deste modo, sobre a subsistência das correspondentes populações.

Posteriormente, a quantificação das várias partes do esqueleto pode contribuir para o esclarecimento de questões como o carácter sazonal de determinada ocupação, em conjunto com a estrutura de idades. BINFORD (1978), nos seus estudos de Arqueologia Experimental sobre os esquimós da tribo Nunamiut, apercebeu-se de determinados comportamentos quanto à escolha das peças a transportar do acampamento de caça para o acampamento de base, com directa incidência no número final das várias partes do esqueleto presentes em cada um dos referidos locais. Assim, quando um animal de grande porte é capturado longe do acampamento de base, os caçadores, após desarticularem a carcaça do animal transportariam apenas os elementos de maior utilidade nutritiva, como os membros anterior e, sobretudo o posterior, ao contrário de elementos como o crânio, mandíbula e ossos das extremidades dos membros.

A determinação da estrutura etária da população animal pode também fornecer dados sobre o carácter sazonal de determinada ocupação, sendo definida através da fusão dos elementos longos ou, de um modo mais rigoroso, através da dentição. As idades dos animais selvagens presentes podem ajudar a conhecer a época do ano em que foram caçados; no entanto, as conclusões assim obtidas deverão ser completadas com outros elementos arqueozoológicos. No caso das espécies domésticas, o conhecimento das idades dos animais encontrados pode definir o tipo de utilização dada a essa espécie. Se os animais eram utilizados exclusivamente para a produção de carne, como o porco, então seriam tendencialmente abatidos assim que chegassem a jovens adultos; ao contrário, caso fossem utilizados para a obtenção de outros produtos, como o leite, a lã ou para trabalhos de tracção, seriam mantidos até uma idade mais avançada.

Os tipos de marcas de corte e a sua distribuição nos ossos, permitem definir padrões de desarticulação das carcaças: as marcas de corte que se distribuem junto das articulações, correspondem ao desmembramento, sobretudo com finalidade alimentar; ao contrário, as observáveis nas partes inferiores dos membros podem indicar a recuperação das peles dos animais (LYMAN, 1994).

Através de dados arqueozoológicos é possível estudar o aparecimento das espécies domésticas e sua evolução. A distinção entre espécies domésticas e selvagens tornou-se, por isso, também um aspecto de

pertinente abordagem em trabalhos desta natureza. Aquela proporção pode revelar até que ponto a população se encontrava dependente do meio ambiente, através do controlo da sua economia com recurso à criação de espécies domésticas.

A natureza dos restos osteológicos podem, também, reflectir o grau de estratificação social, de comércio a nível regional ou de trocas intra ou inter-grupos. Com efeito, CLARK (1987) definiu vários modelos de organização social e sua correspondência em termos de composição de conjuntos faunísticos identificados, face às características das estruturas sociais e à existência de trocas comerciais.

Outra questão importante relacionada com a domesticação, refere-se à revolução dos produtos secundários. Após o aparecimento da agricultura e dos primeiros animais domésticos, deu-se uma segunda revolução no Neolítico Final; aqueles passaram de uma utilização exclusivamente alimentar para outros fins, com destaque para a tracção (GREENFIELD, 1989). Esta alteração, que se revelou muito significativa no modo de exploração dos animais, viria a produzir um novo impulso no desenvolvimento das sociedades de economia agro-pastoril. A agricultura passou a beneficiar da energia animal para trabalhar os campos e para o transporte de materiais e de pessoas. O leite e seus derivados, dariam origem a um acréscimo de extrema importância nutritiva na dieta das populações e a lã viria a proporcionar a produção de vestuário e de tecidos. As populações aumentaram, assim, em termos demográficos e, a pouco e pouco, protagonizaram a sua própria estratificação e diferenciação sociais. Tais alterações de carácter social podem, deste modo, encontrar-se expressas no registo faunístico, justificando-se, também por esta via, a importância deste tipo de estudos na caracterização económica e social das populações do passado.

1.3 – Arqueozoologia e Paleoecologia

A análise arqueozoológica pode indicar algumas características essenciais do meio ambiente circundante da estação arqueológica em apreço e do modo como aquele condicionava a actividade humana ali desenvolvida.

A reconstituição paleoecológica pretende, a partir das espécies identificadas, e da sua proporção quantitativa, caracterizar os biótopos circundantes do sítio arqueológico em estudo, na altura da sua ocupação. Para esta reconstituição, será necessária não só a determinação das espécies presentes mas o cruzamento de dados de natureza diferente como a Palinologia, ou estudo das sementes e pólenes, campo que se revela de extrema importância no conhecimento dos ecossistemas, visto indicar a cobertura vegetal presente nesse sítio arqueológico aquando da sua ocupação. Cada espécie animal possui valências ecológicas determinadas; a sua distribuição no ecossistema depende de determinados requisitos específicos, que se prendem com a sua alimentação, condições de reprodução, defesa contra predadores, de temperatura e precipitação, entre outros. Assim, a cada espécie presente correspondem determinadas condições ecológicas (biótopos) bem definidas. No entanto, há espécies que contribuem com informações mais precisas do que outras, visto que são mais exigentes em termos ecológicos. Os micromamíferos, por exemplo, contribuem de um modo importante, já que possuem muitas vezes distribuições precisas, correspondentes a características

ecológicas bem definidas. Para além disso, só excepcionalmente eram caçados e transportados de outros biótopos, sendo, na maioria das vezes, autóctones. Os anfíbios também desempenham um papel semelhante, por serem altamente sensíveis à temperatura e humidade.

No caso das espécies domésticas, estas indicações podem ser mais delicadas, mas pode-se no entanto partir do princípio que o porco será indicador de um biótopo de bosque arbustivo, os grandes ruminantes como o boi doméstico indicador de pastos amplos, e os pequenos ruminantes de biótopos mais pobres como o montado (GAUTIER, 1983). A ovelha, por exemplo, tem tendência a adaptar-se melhor a climas mais húmidos ao contrário da cabra, com possibilidades de viver em climas mais secos.

1.4 – Tafonomia

A definição de Tafonomia, é o estudo das leis (*nomos*) do enterramento (*taphos*) (LYMAN, 1994); por outras palavras, significa o estudo dos fenómenos que afectam os animais desde a sua morte até ao momento em que os respectivos restos são descobertos e retirados do seu contexto sedimentar. Esta é uma área da Arqueozoologia com grande relevância, pois foi sendo cada vez mais evidente a necessidade de identificar os fenómenos que podiam afectar e, conseqüentemente, alterar, um determinado registo faunístico. É quase impossível fazer afirmações e obter conclusões coerentes, sem que antes se perceba de que maneira a erosão, o transporte e a sedimentação, a par da acção dos animais, e de outros fenómenos, alteraram o registo faunístico. Por exemplo, ao analisarmos uma amostra osteológica é importante perceber se determinado elemento tem tendência a aparecer em número reduzido devido a estar mais sujeito às acções destruidoras, por ser um elemento mais frágil, ou se por ter havido algum critério de escolha prévia.

Este ramo científico foi introduzido por I. A. Efremov, sendo de início aplicado à Paleontologia. Com o desenvolvimento da Arqueozoologia, foi facilmente perceptível a necessidade de integrar tais critérios na análise dos restos faunísticos de sítios arqueológicos.

2 – ENQUADRAMENTO CULTURAL DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO FORTIFICADO DE LECEIA

Este trabalho constitui um contributo concreto para o conhecimento dos vários aspectos da economia, modo de vida e comportamento das populações que habitaram de forma continuada e intensa o povoado pré-histórico fortificado de Leceia, desde o Neolítico Final até ao Calcolítico Pleno.

As escavações no povoado fortificado de Leceia têm sido realizadas desde 1983 até à actualidade por um de nós (J. L. C.). O espólio resultante destas dezanove campanhas arqueológicas é numeroso e muito valioso, tendo contribuído, de modo importante, para o conhecimento do Neolítico Final e do Calcolítico em Portugal, correspondendo a um intervalo situável entre a segunda metade do IV milénio AC e os finais do milénio seguinte.

Foi possível a distinção de três camadas estratigráficas relativas a outras tantas épocas culturais distintas: a Camada 2, do Calcolítico Pleno; a Camada 3, pertencente ao Calcolítico Inicial; e a Camada 4, do Neolítico final.

O estudo dos vários grupos de fauna encontrados no povoado de Leceia tem vindo a ser realizado ao longo da última década com a ajuda de vários especialistas. A avifauna foi analisada por GOURICHON & CARDOSO (1995), a ictiofauna por ANTUNES & CARDOSO (1995) e os pequenos mamíferos foram objectos de estudo de CARDOSO, MEIN & ANTUNES (1996).

A fauna de ungulados, sobre a qual versa este artigo, é constituída por espécies domésticas e selvagens, estando assim presentes a ovelha (*Ovis aries*), cabra (*Capra hircus*), javali (*Sus scrofa*), porco (*Sus domesticus*), auroque (*Bos primigenius*), boi doméstico (*Bos taurus*) e ainda o veado (*Cervus elaphus*), no grupo dos Artiodáctilos. Quanto à ordem Perissodactyla esta encontra-se representada apenas por um género, *Equus* sp.

As referidas espécies constituem a parte essencial da economia doméstica da população e do seu dia-a-dia, podendo o seu estudo carrear informações importantes, a começar pelo conhecimento das bases de subsistência e relações mantidas com o meio envolvente, do qual dependia, em parte a sua própria sobrevivência. Para além disso, beneficia de uma grande quantidade de material, que só foi possível obter pela escavação da quase totalidade do sítio, ultrapassando actualmente os 11000 m², ao longo dos últimos 20 anos, condições inéditas em Portugal, no concernente a qualquer outro sítio arqueológico objecto de análise arqueozoológica. Desta forma, Leceia afirma-se, a partir de agora, também neste domínio científico específico, como uma das estações arqueológicas de referência a nível peninsular.

3 – METODOLOGIA

3.1 – Aspectos gerais

Um trabalho desta natureza, começa sobretudo no campo; o arqueozoólogo, ao estudar material de um sítio arqueológico, deve conhecer a sua estratigrafia e o modo como foi escavado. É, por isso, importante a sua presença na escavação, visto que só assim poderá conhecer directamente as condições tanto de jazida como de recuperação dos achados que serão objecto do seu estudo.

Após a recolha do material, é necessário analisá-lo face ao objectivo do estudo e meios disponíveis. A identificação morfológica do elemento osteológico é acompanhada pela respectiva classificação taxonómica. Neste aspecto, é de referir a utilidade das colecções de referência que permitem uma análise mais fácil e rigorosa, a par da utilização de obras de referência, como as de SCHMIDT (1972) e PALES & GARCIA (1981). Outro aspecto a ter em conta é o de nem todos os ossos possuem o mesmo valor discriminante. As vértebras (com excepção do atlas e áxis) e costelas têm, por exemplo, um interesse diminuto, relativamente aos restantes elementos (MORALES, 1988).

Esta primeira fase, é acompanhada, normalmente, da recolha biométrica de dados. Existem alguns manuais que definem os parâmetros-padrão a serem medidos, como os de DESSE *et al.* (1986) e DRIESCH

(1976); este último foi adoptado pelo ICAZ (International Council for Archaeozoology). Estes dados são parte essencial da caracterização das espécies, pois é frequente espécies semelhantes só serem possíveis de distinguir através de diferenças biométricas, como algumas espécies selvagens e os seus equivalentes domésticos. Mais uma vez, é necessário definir à partida que tipo de análise importa fazer para, depois, se adoptarem os procedimentos mais adequados para obtenção das respostas pretendidas.

As metodologias na Arqueozoologia são cada vez mais variadas, por vezes tão variadas quantos os autores existentes. É necessário, pois, definir à priori as metodologias que melhor se adaptam a cada época e a cada tipo de sítio, antes de se aplicarem sistematicamente ao conjunto que se pretende estudar.

No caso em apreço, o estudo foi realizado ao longo de todo o ano de 2001, tendo sido analisados os elementos recolhidos desde a primeira campanha de 1983 até à de 2001, ano em que se deram por terminadas as escavações no interior da área fortificada, de onde provém a totalidade da fauna analisada.

O material estudado no presente artigo encontra-se depositado no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO/CMO) e as informações coligidas ao longo do trabalho de análise foram armazenadas numa base de dados Access elaborada para o efeito.

3.2 – Identificação

A identificação foi levada a cabo através da comparação com material de referência devidamente identificado, já que seria impossível transportar todo o material para outra instituição com uma colecção de comparação. Foram também utilizados auxiliares bibliográficos na identificação como os manuais de SCHMIDT (1972) e de PALES & GARCIA (1981).

Foram contabilizados apenas os elementos cuja superfície articular se encontrava presente em mais de 30% e sempre que as condições de conservação permitiam a identificação com razoável fiabilidade. Todos os restantes não foram tidos em conta devido à possibilidade de erro de identificação ser demasiado elevada. As costelas e vértebras também não foram consideradas já que, como MORALES (1988) refere, estes elementos possuem um reduzido valor discriminante, sendo difícil a sua identificação na ausência de uma colecção de referência completa. Opções desta natureza são por vezes necessárias de tomar já que seria impossível uma análise detalhada de cada fragmento recolhido.

Em relação à distinção das espécies domésticas das espécies selvagens, nomeadamente entre boi doméstico (*Bos taurus*) e auroque (*Bos primigenius*) e entre javali (*Sus scrofa*) e porco (*Sus familiaris*), também os respectivos restos não foram distinguidos numa primeira abordagem, classificando-os apenas ao nível do género – *Bos* e *Sus* – respectivamente. Numa etapa ulterior, procurou-se fazer essa distinção através da osteometria.

A ovelha e a cabra apresentam morfologias muito semelhantes, tendo sido identificadas numa primeira fase num mesmo grupo e, posteriormente, analisadas em detalhe de modo a distinguir as duas espécies. Para fazer esta distinção recorreu-se sobretudo às características morfológicas já que as medidas não se revelaram discriminantes, pelo que se seguiram os critérios definidos em BOESSNECK, MULLER &

TEICHERT (1964) e PAYNE (s/d). Para esta distinção ao nível específico, foram escolhidos apenas os elementos osteológicos cujas superfícies articulares se encontravam presentes em mais de 90% e não deterioradas pela erosão, já que são estes que fornecem maior grau de fiabilidade numa distinção que já é, à partida, difícil.

Elementos pertencentes a ovelha e a cabra, como as extremidades proximal e distal do rádio, ossos da bacia, extremidade distal da tíbia e extremidades proximais dos metacárpicos não foram possíveis de distinguir, dado que as características distintivas definidas pelos autores anteriores não se mostraram aplicáveis nestes casos com suficiente clareza.

Por fim, foi registado, quando possível, o estado de ligação das epífises às diáfises, de modo a obter uma aproximação à idade de abate do indivíduo. Foram assim, tais exemplares classificados em fundidos e não fundidos. Nos casos em que a epífise se encontrava já fundida mas que a linha epifiseal estava ainda presente, foi classificada também como elemento fundido.

3.3 – NRD E NMI

O Número de Restos Determinados (NRD) constitui o número total de restos identificados do ponto de vista taxonómico e morfológico segundo os critérios descritos anteriormente.

O Número Mínimo de Indivíduos (NMI) foi obtido escolhendo o número mais elevado de elementos com simetria esquerda ou direita, pertencentes a uma mesma espécie. Embora este parâmetro não corresponda a uma grandeza real, já que não indica o verdadeiro número de indivíduos que foram depositados neste sítio arqueológico, fornece um limite inferior para aquele valor.

3.4 – Osteometria

As medidas foram realizadas de acordo com os parâmetros adoptados em CARDOSO (1993). Nos elementos longos e nas primeiras e segundas falanges, obtiveram-se nas articulações e diáfises (quando presentes) o diâmetro ântero-posterior (DAP) e diâmetro transversal (DT), bem como o comprimento máximo do osso. No calcâneo, foram medidos o DAP e DT da epífise e ainda o DAP máximo e o DT máximo e mínimo. No astrágalo, mediu-se o DAP lateral e mesial, o DT máximo e o comprimento máximo. Na falange III mediu-se o DAP da base e do bordo superior e o DT da articulação.

Os dentes não foram incluídos no estudo osteométrico com excepção do terceiro molar de *Sus* em que foi medido o comprimento do dente (diâmetro méso-distal – DMD) e a largura do primeiro lóbulo (diâmetro vestibulo-lingual – DVL).

Foi utilizada uma craveira que se estima possuir um erro de cerca de 0,5 mm. Não foram medidos os elementos ósseos de juvenis, desde que reconhecidos como tal.

3.5 – Alterações na superfície do osso

Procurou-se identificar os fenómenos a que foi sujeito este conjunto osteológico, fossem eles de ordem natural, animal ou antrópica e assim definir quais os mais importantes.

Foi dada especial atenção à identificação de vestígios de utilização humana, como a presença de cortes e também a localização dos mesmos.

Procedeu-se, ainda à identificação de material com vestígios de fogo, de coloração anegrada ou calcinado.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

As espécies encontradas nas três camadas são idênticas, com uma excepção para a lebre (apenas presente na Camada 2) e os equídeos (*Equus* sp.), dos quais não foi identificado nenhum exemplar na Camada 4. Resta ainda saber qual espécie representada desta Família: se do cavalo (*Equus caballus*) ou do zebro (*Equus hydruntinus*); seja como for, trata-se de espécie selvagem, já que a presença do cavalo doméstico é apenas provável, no território português, a partir do final do Calcolítico (CARDOSO, 1995). Esta conclusão encontra-se reforçada pelo baixíssimo número de restos presentes, denotando a dificuldade de captura destes animais: na hipótese de serem domésticos, os efectivos presentes seriam certamente muito superiores, tanto em Leceia, como em outros povoados calcolíticos do território português (MORALES *et al.*, 1996).

4.1. Distribuição por camadas

4.1.1 – Camada 4 – Neolítico final (Fig. 1 a 7)

Embora possuam valores aproximados aos restantes, os suínos são o grupo mais abundante, seguido pelos bóvidos e em terceiro os ovicaprinos. Exceptua-se o grupo dos veados, a que corresponde um número muito baixo de restos.

O facto dos suídeos serem os animais mais frequentes, sendo utilizados essencialmente na alimentação, indica uma população fortemente sedentarizada, já no início da vida do povoado. Animais de onde se poderiam obter produtos secundários, como os ovicaprinos os quais, além da carne, forneciam o leite e a lã, ocorrem em menor número.

No caso do boi doméstico, além do leite, avultava o aproveitamento da sua força de tracção na atrelagem, tanto aplicada ao de mercadorias e pessoas, como na lavoura (arado). Esta realidade, já antes reconhecida em Leceia, explicará a relativa abundância da espécie (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996), desde o Neolítico Final; por outro lado, tendo presente o volume cárnico fornecido por um indivíduo – mesmo admitindo-se que se tratava de animais de pequenas dimensões, correspondentes a raça não melhorada –

facilmente se conclui que, no Neolítico Final, era a esta espécie que se devia o maior contributo proteico da alimentação dos habitantes do povoado.

Quadro 1 – Distribuição dos restos ósseos identificáveis (NRD) da Camada 4 (Neolítico Final) e cálculo do número mínimo de indivíduos (NMI)

	<i>Ovis/Capra</i>		<i>Bos</i>		<i>C. elaphus</i>		<i>Sus</i>		<i>O. cuniculus</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Maxilar	2	0,9	0	0,0	0	0,0	9	3,3	0	0,0
Mandíbula	18	8,2	2	0,9	0	0,0	13	4,8	3	17,6
Dentes soltos	104	47,5	83	37,6	4	57,1	54	20,1	0	0,0
Atlas	1	0,5	0	0,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0
Áxis	2	0,9	0	0,0	0	0,0	1	0,4	0	0,0
Omoplata	6	2,7	2	0,9	0	0,0	29	10,8	0	0,0
Húmero completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Húmero proximal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9
Húmero distal	13	5,9	3	1,4	0	0,0	13	4,8	1	5,9
Rádio completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Rádio proximal	9	4,1	6	2,7	0	0,0	15	5,6	0	0,0
Rádio distal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Cúbito	4	1,8	0	0,0	1	14,3	20	7,4	1	5,9
Metacárpico completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	21	5,6	0	0,0
Metacárpico proximal	3	1,4	3	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metacárpico distal	4	1,8	3	1,4	1	14,3	0	0,0	0	0,0
Bacia	9	4,1	0	0,0	0	0,0	11	4,1	4	23,5
Fémur completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fémur proximal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,4	1	5,9
Fémur distal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,7	2	11,8
Tíbia proximal	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	5,9
Tíbia distal	16	7,3	7	3,2	1	14,3	1	0,4	2	11,8
Rótula	0	0,0	0	0,0	0	0,0	11	4,1	1	5,9
Astrágalo	4	1,8	22	10,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Calcâneo	9	4,1	11	5,0	0	0,0	10	3,7	0	0,0
Metatársico completo	1	0,5	0	0,0	0	0,0	23	8,6	0	0,0
Metatársico proximal	2	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metatársico distal	5	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metápodo distal	1	0,5	11	5,0	0	0,0	9	3,3	0	0,0
Falange I	5	2,3	37	16,7	0	0,0	7	2,6	0	0,0
Falange II	1	0,5	20	9,0	0	0,0	3	1,1	0	0,0
Falange III	0	0,0	11	5,0	0	0,0	2	0,7	0	0,0
TOTAL	219		221		7		269		17	
NMI		10		11		1		15		3

O número de elementos atribuídos ao veado (*C. elaphus*) é reduzido, tal como se verifica no coelho-bravo (*O. cuniculus*), revelando que ambas as espécies constituíam apenas elementos vestigiais na dieta destas populações. Quanto ao veado, no estudo supracitado, o número de restos contabilizado foi de onze, por então terem sido considerados como elementos independentes fragmentos de hastes, os quais, no entanto, podem pertencer a um único exemplar.

Quanto ao caso particular da ovelha e da cabra (Fig. 7), é possível verificar que a proporção destas duas espécies é muito desigual sendo tal situação mais acentuada nesta camada. A ovelha apresenta-se bem mais numerosa, constituindo cerca de 95% dos elementos com interesse para a diagnose específica; esta diferença pode dever-se ou ao clima, já que a ovelha está adaptada a climas mais húmidos e a cabra a climas mais secos, ou por estas fornecerem produtos secundários diferentes, tendo pois interesse económico distinto, já que a lã é apenas retirada da ovelha. A nítida predominância da ovelha sobre a cabra, na camada do Neolítico Final de Leceia, tinha já sido anteriormente verificada (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996).

4.1.2 – Camada 3 – Calcolítico Inicial (Figs. 8 a 15)

A partir desta camada, as proporções entre as espécies presentes no registo faunístico de Leceia tornam-se diferentes. A cabra e a ovelha passam a dominar a distribuição, em termos de número de restos identificados, seguidas dos suídeos e dos bovídeos. Esta alteração das proporções pode dever-se à plena afirmação da “revolução dos produtos secundários”, só então verificada: animais como a ovelha e a cabra passaram a ter mais importância devido ao leite que produziam, nas duas espécies, e à lã, no caso da ovelha. Os suídeos continuam a deter importância elevada, apesar de serem utilizados apenas para a produção de carne: os efectivos elevados correspondentes ao género na Camada 2 mostra que eram deles que os habitantes obtinham o maior número de proteínas na sua alimentação. Os grandes bovídeos passam a ser o terceiro grupo, em número absoluto de animais presentes; sendo um dos componentes principais na alimentação, continuarão, por certo, a ocupar primordial importância na economia do povoado, ao fornecerem leite e força motriz no transporte e no trabalho dos campos.

Os equídeos estão representados nesta camada por duas falanges I e um pré-molar superior. Este número indica importância muito reduzida nas bases de subsistência da época, já que correspondem a animais selvagens. Tal escassez é, repita-se, indício que se trata de uma ou várias espécies selvagens, de captura certamente difícil, dada a sabida velocidade que, em campo aberto, poderiam atingir.

O veado e o coelho-bravo continuam com números muito baixos sublinhando a dependência destas populações das espécies domésticas.

Na Camada 3, a proporção da ovelha e cabra (Fig. 15) é algo diferente da verificada na Camada 4. Apesar de se verificar um acréscimo da cabra, a grande maioria dos elementos anatomicamente discriminantes continua a pertencer à ovelha (cerca de 85%). Deste modo, no Calcolítico Inicial parece ter havido um maior aproveitamento da cabra do que no Neolítico; as razões para tal diferença não são, no entanto, claras. É necessário ter em conta o número reduzido de elementos classificados, pertencentes à Camada 4.

Quadro 2 – Distribuição dos restos ósseos identificáveis da Camada 3 (Calcolítico Inicial) e cálculo do número mínimo de indivíduos (NMI)

	<i>Ovis/Capra</i>		<i>Bos</i>		<i>C. elaphus</i>		<i>Sus</i>		<i>O. cuniculus</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Maxilar	13	0,7	0	0,0	0	0,0	45	3,1	2	1,8
Mandíbula	70	4,0	2	0,9	0	0,0	51	3,5	8	7,1
Dentes soltos	913	52,4	83	37,6	4	57,1	402	27,8	0	0,0
Atlas	7	0,4	0	0,0	0	0,0	8	0,6	0	0,0
Áxis	16	0,9	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Omoplata	61	3,5	2	0,9	0	0,0	123	8,5	6	5,3
Húmero completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,1	2	1,8
Húmero proximal	1	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	2,7
Húmero distal	103	5,9	3	1,4	0	0,0	59	4,1	7	6,2
Rádio completo	5	0,3	0	0,0	0	0,0	3	0,2	0	0,0
Rádio proximal	59	3,4	6	2,7	0	0,0	53	3,7	4	3,5
Rádio distal	16	0,9	0	0,0	0	0,0	7	0,5	2	1,8
Cúbito	41	2,4	0	0,0	1	14,3	99	6,8	6	5,3
Metacárpico completo	4	0,2	0	0,0	0	0,0	108	7,5	0	0,0
Metacárpico proximal	31	1,8	3	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metacárpico distal	14	0,8	3	1,4	1	14,3	0	0,0	0	0,0
Bacia	29	1,7	0	0,0	0	0,0	42	2,9	25	22,1
Fémur completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Fémur proximal	6	0,3	0	0,0	0	0,0	5	0,3	9	8,0
Fémur distal	11	0,6	0	0,0	0	0,0	12	0,8	4	3,5
Tíbia proximal	12	0,7	0	0,0	0	0,0	9	0,6	17	15,0
Tíbia distal	56	3,2	7	3,2	1	14,3	35	2,4	8	7,1
Rótula	2	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Astrágalo	41	2,4	22	10,0	0	0,0	57	3,9	0	0,0
Calcâneo	35	2,0	11	5,0	0	0,0	71	4,9	2	1,8
Metatársico completo	3	0,2	0	0,0	0	0,0	95	6,5	7	6,2
Metatársico proximal	34	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metatársico distal	27	1,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metápodo distal	23	1,3	11	5,0	0	0,0	31	2,1	1	0,9
Falange I	82	4,7	37	16,7	0	0,0	80	5,5	0	0,0
Falange II	22	1,3	20	9,0	0	0,0	29	2,0	0	0,0
Falange III	5	0,3	11	5,0	0	0,0	18	1,2	0	0,0
TOTAL	1742		221		7		1446		113	
NMI		52		23		1		78		11

4.1.3 – Camada 2 – Calcólítico Pleno (Figs. 16 a 23)

Os restos ósseos identificáveis recolhidos na Camada 2 (Calcólítico Pleno), e respectiva distribuição anatómica por espécies apresenta-se no Quadro 3.

Quadro 3 – Distribuição dos restos ósseos identificáveis da Camada 2 (Calcólítico Pleno) e cálculo do número mínimo de indivíduos (NMI).

	<i>Ovis/Capra</i>		<i>Bos</i>		<i>C. elaphus</i>		<i>Sus</i>		<i>O. cuniculus</i>		<i>Lepus sp.</i>	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Maxilar	39	0,7	2	0,9	0	0,0	162	4,6	4	0,8	0	0,0
Mandíbula	266	5,1	18	8,2	3	2,4	162	4,6	83	16,0	0	0,0
Dentes soltos	2846	54,3	104	47,5	24	19,4	1076	30,6	9	1,7	0	0,0
Atlas	14	0,3	1	0,5	0	0,0	12	0,3	0	0,0	0	0,0
Áxis	26	0,5	2	0,9	0	0,0	12	0,3	0	0,0	0	0,0
Omoplata	174	3,3	6	2,7	3	2,4	255	7,3	16	3,1	1	16,7
Húmero completo	7	0,1	0	0,0	0	0,0	2	0,1	11	2,1	0	0,0
Húmero proximal	16	0,3	0	0,0	0	0,0	2	0,1	15	2,9	1	16,7
Húmero distal	312	5,9	13	5,9	8	6,5	165	4,7	44	8,5	0	0,0
Rádio completo	9	0,2	0	0,0	0	0,0	4	0,1	1	0,2	0	0,0
Rádio proximal	30	0,6	9	4,1	0	0,0	106	3,0	13	2,5	0	0,0
Rádio distal	40	0,8	0	0,0	0	0,0	16	0,5	2	0,4	0	0,0
Cúbito	79	1,5	4	1,8	5	4	185	5,3	28	5,4	0	0,0
Metacárpico completo	10	0,2	0	0,0	1	0,8	281	8,0	1	0,2	0	0,0
Metacárpico proximal	124	2,4	3	1,4	3	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metacárpico distal	50	1,0	4	1,8	5	4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bacia	100	1,9	9	4,1	2	1,6	62	1,8	81	15,6	1	16,7
Fémur completo	1	0,02	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Fémur proximal	23	0,4	0	0,0	0	0,0	7	0,2	49	9,4	0	0,0
Fémur distal	48	0,9	0	0,0	0	0,0	20	0,6	20	3,9	0	0,0
Tíbia proximal	44	0,8	0	0,0	0	0,0	12	0,3	50	9,6	0	0,0
Tíbia distal	171	3,3	16	7,3	7	5,7	81	2,3	30	5,8	1	16,7
Rótula	9	0,2	0	0,0	0	0,0	1	0,03	0	0,0	0	0,0
Astrágalo	129	2,5	4	1,8	13	10,5	133	3,8	1	0,2	0	0,0
Calcâneo	103	2,0	9	4,1	8	6,5	155	4,4	11	2,1	2	33,3
Metatársico completo	7	0,1	1	0,5	0	0,0	281	8,0	1	0,2	0	0,0
Metatársico proximal	60	1,1	2	0,9	4	3,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metatársico distal	46	0,9	5	2,3	3	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Metápodo distal	94	1,8	1	0,5	6	4,8	97	2,7	6	1,2	0	0,0
Falange I	180	3,4	5	2,3	18	14,5	201	5,7	5	1,0	0	0,0
Falange II	69	1,3	1	0,5	5	4	87	2,5	0	0,0	0	0,0
Falange III	19	0,4	0	0,0	6	4,8	42	1,2	0	0,0	0	0,0
TOTAL	5245		219		124		3512		519		6	
NMI		184		50		8		137		49		2

As proporções relativas das diversas espécies presentes mostram que os ovicaprinos acentuam a sua presença. Tais resultados parecem indicar o aumento da dependência dos produtos secundários que estas espécies poderiam fornecer e, sobretudo, confirmam o sucesso deste tipo de economia. Com efeito, o registo arqueológico reforça tal conclusão: os fragmentos de cinchos, para o fabrico do queijo, são exclusivos da Camada 2 e a ocorrência de placas de barro com perfurações nos cantos, relacionadas com a tecelagem só excepcionalmente é que foram reconhecidas na Camada 3, sendo características da Camada 2 (CARDOSO, 1997).

Deste modo, pode afirmar-se, com segurança, que a diversificação e especialização das produções, relacionada, por seu turno, com o pleno desenvolvimento da “revolução dos produtos secundários”, continuou, no decurso do III milénio AC, tendo mesmo sofrido um acréscimo na viragem da 1ª para a 2ª metade do referido milénio.

Na Camada 2, os equídeos estão representado por duas extremidades distais de rádio e de tibia e por três dentes soltos; embora este número seja superior ao da Camada 3, o significado residual deste grupo só pode explicar-se por corresponder a animais esporadicamente caçados, apesar da sua potencial abundância na região envolvente do povoado pré-histórico.

O veado e o coelho-bravo apresentam-se representados por escassos exemplares, tal como foi verificado anteriormente.

Na Camada 2, a proporção entre ovelha e cabra (Fig. 23) é bastante semelhante aos valores obtidos na Camada 3 (Fig. 15); no entanto, os valores absolutos são bastante superiores, demonstrando que o sucesso da economia agro-pastoril desenvolvida pela população residente em Leceia, a partir do Neolítico Final, atingiu o seu auge no Calcolítico Pleno.

No conjunto, a distribuição do número de restos determinados (NRD) e do correspondente número mínimo de indivíduos pode ser resumida no Quadro 4:

Quadro 4 – Número de restos determinados (NRD) e Número mínimo de indivíduos (NMI) de todas as espécies estudadas, por camadas.

	Camada 2				Camada 3				Camada 4			
	NRD		NMI		NRD		NMI		NRD		NMI	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>Ovis/Capra</i>	5245	47,6	184	48,4	1742	41,8	52	33,3	219	30,6	10	27,0
<i>Bos</i> sp.	2135	19,4	50	13,2	945	22,7	23	14,7	221	30,9	11	29,7
<i>Sus</i> sp.	3512	31,9	137	36,1	1446	34,7	78	50	269	37,6	15	40,5
<i>Equus</i> sp.	2	0,02	1	0,3	2	0,05	1	0,6	0	0,0	0	0,0
<i>C. elaphus</i>	124	1,1	8	2,1	31	0,7	2	1,3	7	1	1	2,7
TOTAL	11018		380		4166		156		716		37	

Estes resultados podem ser vantajosamente observados na Fig. 24. No conjunto, verifica-se um acréscimo constante do grupo *Ovis/Capra* do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno (respectivamente, das Camadas 4 a 2), o qual é acompanhado por declínio dos outros dois grupos mais importantes, o dos grandes bovídeos e o dos suídeos, o qual é mais acentuado naquele do que neste. Finalmente, os animais caçados (cervídeos e equídeos) não se afiguram relevantes como fontes alimentares.

Importa discutir estes resultados: o aumento constante da importância de rebanhos de ovinos e caprinos (com predominância nítida dos ovinos) parece demonstrar o reforço de uma economia agro-pastoril, e a crescente importância do aproveitamento dos respectivos produtos secundários, para além da carne; esta, seria obtida, cada vez mais deste grupo, em detrimento dos grandes bovídeos, cuja manutenção se justificava, sobretudo como animais de tracção. Enfim, os suídeos, como animais exclusivamente produtores de carne, veriam também a sua importância progressivamente diminuída: de um máximo logo no Neolítico Final, passaram a um mínimo, no Calcolítico Pleno. Estes resultados, ao demonstrarem inequivocamente o crescente papel dos rebanhos de cabras e ovelhas revestem-se, pois, do maior interesse para o conhecimento da evolução das bases de subsistência e da economia de uma grande comunidade estremenha, entre a 2^a metade do IV milénio AC e os finais do milénio seguinte.

4.2 – Distribuição por segmentos anatómicos

4.2.1 – Dentes

Os dentes são, nos três conjuntos considerados, os elementos anatómicos mais abundantes, chegando em alguns casos a constituir 50% do NRD. Parece claro que este número se deve à elevada resistência destes elementos e, também, ao seu elevado número no esqueleto.

4.2.2 – Outros segmentos do esqueleto

As proporções dos restantes elementos do esqueleto parecem ser semelhantes dentro da mesma espécie, entre as várias camadas. Mandíbula, omoplata, extremidades distais do húmero e da tíbia e a falange I, são dos elementos mais abundantes, facto que se deve imputar à elevada densidade e resistência, relativamente aos restantes. As falanges I, parecem dever também a sua presença ao facto de existirem num número superior, no esqueleto dos Artiodáctilos.

Estas discrepâncias entre a presença/ausência dos referidos elementos face aos restantes parece, pois, ficar a dever-se apenas a razões tafonómicas e não ao processo de esartejamento ou local de abate, como aliás seria de esperar no caso das espécies domésticas, todas elas apascentadas na adjacência imediata do povoado. No concernente às espécies selvagens, a sua captura, talvez com excepção do auroque, seria também efectuada nas vizinhanças. É o que parece denunciar o estudo da distribuição anatómica dos restos de veado. Assim, na Camada 4, os escassos elementos encontrados correspondem aos membros que são

também elementos que aparecem em grande número nas camadas seguintes devido à sua resistência. No entanto, nas Camadas 3 e 2 encontram-se elementos como a mandíbula e as falanges (bem como os ossos da bacia, no caso da Camada 2), que tenderiam a não ser transportados para o povoado, caso os animais tivessem sido caçados longe. A presença de tais elementos parece, pois, indicar a presença desta espécie em biótopos próximos, sendo as carcaças transportadas para o povoado e só aí desarticuladas. Não é de excluir no entanto, que ambas as situações tenham ocorrido.

O coelho-bravo mostra a particularidade de possuir um número muito reduzido de elementos das partes inferiores dos membros, situação facilmente explicável pelo facto de serem elementos muito pequenos, que escapam às malhas do crivo e da visão da maioria dos escavadores. Para além disso, as proporções dos seus elementos esqueléticos não parecem oferecer nenhum aspecto especial, já que mesmo que fossem caçados longe, seriam transportados inteiros para dentro do povoado.

4.3 – Idades de abate

Este tipo particular de análise não produziu dados precisos já que pode ser influenciado, mais do que quaisquer outros aspectos, por factores tafonómicos. Os elementos pertencentes a juvenis, nomeadamente com as epífises por fundir, são menos densos e, conseqüentemente, mais sujeitos à destruição; assim, é de esperar que estejam subrepresentados, sendo prudente partir do pressuposto que, inicialmente, existiriam mais juvenis dos que os conservados na amostra. Outro aspecto a ter em conta é o número reduzido de certos elementos, como as extremidades proximais do húmero e do fémur, em resultado da sua maior fragilidade, particularmente nos juvenis. Assim, a validade da análise efectuada, deve ser limitada apenas nas comparações entre o material de uma mesma estação já que aquele foi sujeito aos mesmos factores, determinantes da sua própria conservação.

Quadro 5 – Distribuição das extremidades epifisiais fundidas de *Ovis/Capra*, por camadas.

	Percentagem dos elementos com epífise fundida			Idade aproximada de fusão
	Camada 2	Camada 3	Camada 4	
Húmero proximal	87,4	92,4	93,3	3-6 meses
Húmero distal				
Tíbia distal	78	90,3	96,3	12-18 meses
Metápodo distal				
Falange II				
Fémur proximal	70,6	76,1	100	18-26 meses
Fémur distal				
Tíbia proximal				
Falange I				
Calcâneo	65,0	64,7	66,7	36 meses
Áxis	7,1	55,6	100	4-5 anos

Quadro 6 – Distribuição das extremidades epifisais fundidas de *Bos*, por camadas.

	Porcentagem dos elementos com epífise fundida			Idade aproximada de fusão
	Camada 2	Camada 3	Camada 4	
Omoplata	100	100	100	7-10 meses
Bacia				
Húmero distal	98,2	97,9	100	15-18 meses
Rádio proximal				
Falange II				
Falange I	95,3	93,5	86,5	20-24 meses
Tíbia distal	85,8	87,7	70,0	24-30 meses
Metápodo distal				
Fémur proximal	67,7	100	75,0	36 meses
Calcâneo				
Húmero proximal	57,1	100	0,0	40-48 meses
Rádio distal				
Fémur distal				
Tíbia proximal				
Áxis	77,8	0,0	0,0	4,5-5 anos

Quadro 7 – Distribuição das extremidades epifisais fundidas de *Sus*, por camadas.

	Porcentagem dos elementos com epífise fundida			Idade aproximada de fusão
	Camada 2	Camada 3	Camada 4	
Omoplata	78,3	80,0	80,9	12 meses
Húmero distal				
Rádio proximal				
Falange II				
Falange I	65,1	71,4	100	13 meses
Tíbia distal	51,7	49,5	64,9	24 meses
Metápodo distal				
Fémur proximal	100	0,0	100	36 meses
Húmero proximal	83,0	32,3	12,5	42 meses
Rádio distal				
Cúbito				
Fémur distal				
Tíbia proximal				
Áxis	7,7	0,0	0,0	4-7 anos

A primeira conclusão a reter é a de que, em todas as espécies e em todas as camadas o número de elementos fundidos diminui no sentido dos que fundem mais tarde, como seria, aliás, de esperar.

O género *Bos* apresentou valores, em geral, mais elevados em todas as camadas do que o grupo *Ovis/Capra*. Esta situação parece relacionar-se com o aproveitamento da força motriz, particular aos bovídeos, que justificava a sua manutenção pela vida fora.

Ao grupo dos suídeos correspondem, ao contrário, as percentagens de elementos fundidos mais baixas. Tal situação revela as funções reservadas a este grupo: assim, o porco, que apenas é aproveitado pela sua carne, era normalmente abatido mais cedo, logo que os animais chegassem a jovens adultos ou sub-adultos, quando atingissem o óptimo do seu tamanho.

Em conclusão: as espécies domésticas presentes em Leceia, que eram utilizadas para outras funções, para além do abastecimento em carne, seriam mantidas até mais tarde, como se demonstra claramente pelos resultados obtidos.

Analisando agora cada um dos referidos grupos em termos diacrónicos, verifica-se que a ovelha e cabra parecem diminuir o número de elementos fundidos em todas as classes de idades da Camada 4 para a Camada 2: ou seja, a longevidade dos indivíduos, e a sua manutenção nos rebanhos é máxima na fase inicial da ocupação do povoado; quanto aos bovídeos, os números parecem ser semelhantes nas Camadas 2 e 3, com diminuição na Camada 4, exactamente o contrário do verificado nos ovinos e caprinos: isto pode significar uma diferença na utilização dos grandes bovídeos, existindo proporcionalmente animais mais jovens no Neolítico Final em que eram abatidos mais frequentemente para a alimentação, enquanto que, no Calcolítico, passaram a ser usados mais intensamente na tracção, sendo, por isso, mantidos até uma idade mais avançada para serem abatidos. Esta é outra conclusão de relevância económica, demonstrando-se, também por esta via, que o fenómeno da “revolução dos produtos secundários” se intensificou ao longo de todo o Calcolítico.

4.4 – Aspectos biométricos aplicados à distinção de espécies selvagens e domésticas

Os gráficos de dispersão construídos com base na biometria raramente conduziram a distinções entre espécies selvagens e a sua equivalente doméstica, o que vem confirmar a opinião de vários autores de que esta distinção é difícil, já que as dimensões das fêmeas selvagens se confundem e sobrepõem frequentemente com as dos machos da espécie doméstica correspondente, ainda que a maioria das espécies, aquando da domesticação, tenha sofrido uma diminuição do tamanho. A morfologia é pouco útil nestes casos, pois trata-se de estádios recentes de domesticação. Para além disso, os elementos encontrados são, na maior parte, fragmentos, que não permitem distinguir um fenótipo diferente, apenas eventualmente possível na presença de um esqueleto completo.

4.4.1 – Auroque (*Bos primigenius*) vs. *Boi doméstico* (*Bos taurus*)

O boi doméstico possui dimensões inferiores às do auroque; no entanto, são difíceis de distinguir, dado que as medidas das fêmeas de auroque se sobrepõem, por vezes, às dos machos de boi doméstico (BÖKÖNYI

& BARTOSIEWICZ, 1987). Segundo MENIEL (1984), as duas espécies possuem diferenças de tamanho mais acentuadas no Neolítico Médio; no caso de Leceia, a ocupação dá-se a partir do Neolítico Final e continua no Calcolítico Inicial até ao Calcolítico Pleno, não sendo por isso, talvez, visível uma diferença significativa. Poderia ainda pôr-se a hipótese de não estarem representados elementos da espécie selvagem, hipótese pouco provável já que algumas das medidas superiores relativas a vários elementos se enquadram perfeitamente no intervalo de medidas de sítios do Mesolítico, como os concheiros de Muge (DETRY, 2000). Por outro lado, o bem conhecido dimorfismo sexual observável nos grandes bovídeos, desempenha um papel limitador acrescido na diferenciação da espécie selvagem face à doméstica.

Ao comparar-se as medidas da Falange I obtidas em Leceia do género *Bos*, com as obtidas por DRIESCH & BOESSNECK (1976) no castro do Zambujal podemos discutir cabalmente tal questão: nas Figs. 25 e 26, é possível verificar que apenas um número reduzido de elementos se situa dentro das medidas pertencentes a auroque. Assim parece possível admitir, que apenas os elementos que se destacam superiormente no seio das distribuições biométricas pertencem à espécie selvagem. Estes resultados reforçam a conclusão de que a população sediada em Leceia dependia, sobretudo, das espécies domésticas, como aliás seria de esperar, já que a ocupação do povoado se verificou apenas a partir do Neolítico final, época em que a domesticação dos grandes bovídeos se encontrava já plenamente concretizada.

4.4.2 – Javali (*Sus scrofa*) vs. Porco doméstico (*Sus domesticus*)

No caso da diferenciação do porco do javali, segundo PAYNE & BULL (1988), as dimensões osteológicas estão sujeitas a variações relacionadas com a idade, dimorfismo sexual e variabilidade individual. Acresce que o javali é uma espécie muito plástica, cujo tamanho depende estreitamente das características ecológicas da região onde vive: assim, um macho adulto que, na Península Ibérica dificilmente ultrapassa os 90 kg, pode atingir, na Europa Oriental, quase o triplo deste valor (CARDOSO, 1993); esta realidade constitui, deste modo, e na ausência de valores dimensionais bem estabelecidos para a região em apreço, uma dificuldade acrescida, e quase inultrapassável, no estado actual dos nossos conhecimentos, para a pretendida diferenciação.

O parâmetro mais adequado para distinguir as duas espécies, por possuir menor influência destes factores de variação parece ser, no esqueleto pós-craniano, o diâmetro transversal distal da tibia e, no crânio, o terceiro molar. Quanto à tibia (Fig. 27), parece apenas distinguir-se superiormente dois elementos na Camada 2, sendo o conjunto restante uniforme. Nas Camadas 3 e 4, os grupos de pontos parecem também pouco divididos e com a mesma tendência de distribuição dos valores. Poderá concluir-se, com alguma certeza, que esses dois elementos pertencem à espécie selvagem, podendo talvez serem os únicos identificados em Leceia.

Ao recorrer a cálculos propostos por PAYNE & BULL (1988), utilizando as medidas relativas ao terceiro molar, foi possível identificar a presença de um número reduzido de valores próximos aos da espécie selvagem: na Fig. 27 é possível verificar apenas a existência de um elemento na Camada 2. Este último resultado parece corroborar a ideia avançada em cima de que apenas uma ínfima percentagem dos restos de suídeos encontrados em Leceia pertencem a javali; a população residente dependeria quase exclusivamente

do porco doméstico para a sua alimentação, como aliás parece acontecer também com o auroque face ao boi doméstico.

5 – ALTERAÇÕES NA SUPERFÍCIE DO OSSO

5.1 – Marcas de corte

As alterações mais comuns nas superfícies dos ossos deste conjunto são sem dúvida as de origem antrópica. Estas são na sua maioria constituídas por marcas finas, muitas vezes múltiplas e seguidas, produzidas por utensílios líticos, nomeadamente de sílex, aquando do desmanche da carcaça do animal. Raramente, encontram-se, também, marcas de maior espessura provocadas pela acção de um objecto cortante e contundente como um cutelo. Outras peças osteológicas aparecem serradas transversalmente à diáfise do osso longo, muitas vezes com funções de utensílios. O polimento é outra alteração clara de influência antrópica produzida pelo uso das peças e com o intuito de produzir utensílios; são disso bons exemplos os inúmeros furadores encontrados em Leceia.

Quanto aos cortes, os mais comuns, são os mais finos (Figs. 30, 31, 33 e 34); terão sido produzidos com o intuito de desarticular os corpos dos animais, com vista a retirar-lhes a carne, a gordura e a pele. A posição dos cortes nas peças ósseas e a presença de um padrão pode indicar a técnica de esquartejamento então adoptada. Existem ainda marcas de corte por “cutelo”, que poderia ser um machado de pedra bem afiado ou um seu equivalente metálico.

No caso de Leceia, a maioria dos cortes parece agrupar-se nos ossos longos e junto às articulações, os quais, segundo LYMAN (1994), se relacionam com a desarticulação da carcaça (Figs. 29, 32, 35, 38 a 41). Os cortes junto dos metápodos e falanges, seriam produzidos, geralmente, aquando da esfola do animal; a relativa escassez de tais marcas parece indicar que não existia uma preocupação especial com esse sub-produto. É excepção o veado, onde os ossos com cortes das extremidades dos membros são mais frequentes. Apesar do reduzido número de elementos disponíveis nas Camadas 3 e 4, é nítida a distribuição de cortes no astrágalo e no calcâneo, comuns também às restantes espécies: ao contrário, as extremidades distais, como a do metacárpico, ostentam cortes frequentes, que não se observam nos homólogos das restantes espécies, sugerindo, uma vez mais, a maior incidência no aproveitamento da pele dos veados. Noutros casos, recorreu-se a objecto cortante/contundente, como um “cutelo”, talvez correspondente a machado de pedra muito afiado, ou de cobre (Figs. 36, 37).

Observaram-se diversos tipos de alterações nas superfícies dos ossos, de origem natural, como a acção de vermes, de morfologia tubular, e marcas deixadas pela acção química de raízes.

Foram encontradas ainda marcas evidentes, devidas à acção de carnívoros. Algumas extremidades encontravam-se intensamente roídas e outras apenas pontualmente (depressões punctiformes na tábua óssea) indicando a presença de animais de porte médio, nomeadamente de cães, já que são o grupo de animais que normalmente adopta este comportamento (Figs. 42, 43). Com efeito, registou-se

a presença de cão doméstico e, residualmente, de raposa, no conjunto dos carnívoros presentes em Leceia.

Elevado número de restos possuía perfurações da tábua óssea formando pequenos orifícios mais ou menos circulares, provocados certamente pela acção de carnívoros: mas será necessário um estudo aprofundado destas marcas para que seja identificada a sua verdadeira origem, já que, na maioria dos casos, estas ocorrem em locais que se repetem, aparentemente, de forma intencional, e os bordos mostram-se por vezes boleados (devido a acções mecânicas ou químicas?) (Fig. 45).

5.2 – Vestígios de fogo

A Fig. 44 apresenta a distribuição por espécies dos ossos com vestígios de fogo recolhidos nas Camadas 2 e 3. Trata-se de ossos escurecidos pelo calor. Num único caso, uma falange I de *Bos* observa-se coloração cinzento-clara. Para que um osso fique com tal coloração, é necessário que tenha sido exposto ao fogo durante um longo período de tempo e a elevadas temperaturas, o que quer dizer que esta falange não terá sido queimada no decurso de simples churrasco, mas antes largada como despojo na fogueira após o seu aproveitamento. Esta prática foi identificada noutros contextos pré-históricos do nosso país.

As percentagens de elementos com vestígios de fogo são reduzidas para as 3 camadas, variando entre 0,5% e 2% na camada 2, e entre 0,5% e 4% na camada 3; na camada 4, apenas foram detectados dois elementos com vestígios de fogo, ambos de *Ovis/Capra*, constituindo apenas 0,9% da amostra. Estes valores reduzidos demonstram que os vestígios de fogo se reportam a circunstâncias aleatórias relacionadas com o modo de preparação alimentar, em grelhados ou churrascos, correspondendo as partes incarbonizadas a zonas mais expostas ao calor, dos correspondentes nacos ou peças de carne.

6 – PALEOECOLOGIA

As espécies de ungulados presentes no povoado fortificado de Leceia são todas de clima temperado, como seria de esperar, pois a ocupação daquele deu-se em época em que tais condições eram semelhantes às actuais.

Os grandes bóvidos são indicadores de pastagens amplas onde encontrariam alimento adequado. A cabra e ovelha correspondem a pastos mais confinados, existentes na adjacência do povoado. A dominância da ovelha sobre a cabra poderá corresponder a condições algo mais húmidas que as vigentes na região na actualidade, às quais a ovelha estaria melhor adaptada. Com efeito, o clima, no decurso do III milénio AC poderia ser um pouco mais húmido e pluvioso que o actual.

O porco embora seja espécie doméstica e por vezes confinada a espaços reduzidos, poderia ser criado na periferia de bosques de folhosas que existiam nas imediações. O javali, que também está presente, indica a presença de manchas florestais de folha caduca, ou mista, alternadas com espaços abertos de gramíneas.

O veado, espécie que se espalha numa grande variedade de biótopos, pode ser encontrado normalmente em bosques ou florestas de caducifólias ou coníferas e, também, em zonas abertas.

O coelho-bravo distribui-se por uma grande variedade de ambientes como franjas de campos agricultados, bosques e ainda solos arenosos abertos, tendendo a evitar as florestas de caducifólias. A lebre é abundante em campos agricultados, utilizando bosques para repousar. Um número tão reduzido de lebres pode apenas demonstrar a maior dificuldade em ser caçada. Por outro lado, esta diferença pode dar também uma indicação paleoecológica já que a lebre se encontra melhor adaptado a espaços mais abertos, podendo significar a escassez de um biótopo de vegetação rala nas zonas envolventes do povoado pré-histórico.

Assim, parecem ter existido diversos biótopos, que integrariam a paisagem, na envolvência da estação arqueológica. Tratava-se de bosques, sobretudo de caducifólias, alternando com pradarias de coberto herbáceo que permitiam o pastoreio dos grandes ruminantes, mas também o aparecimento de espécies como o auroque, o cavalo ou zebro, que ali encontravam as condições necessárias à vida em manada. Com efeito, os vastos espaços de topografia suave, correspondentes aos férteis solos basálticos que envolvem de quase todos os lados o povoado pré-histórico, são propícios à retenção de água a pequena profundidade e, deste modo, ao desenvolvimento de rica e nutritiva cobertura de gramíneas (CARDOSO, 1997).

7 – CONCLUSÕES GERAIS

Com este trabalho foi possível conhecer em pormenor a evolução da alimentação dos habitantes do povoado pré-histórico de Leceia, essencial à compreensão do Calcolítico em Portugal. Com efeito, tão grande número de material ósseo estudado, sendo excepcional a nível peninsular e mesmo europeu, contribuiu com informações esclarecedoras e decisivas para o conhecimento da economia e bases de subsistência de uma população que já manipulava o meio ambiente através da agricultura e da criação de espécies domésticas; o sucesso desta economia agro-pastoril encontra-se expresso, no que a este trabalho diz respeito, pelo aumento de restos de grandes mamíferos identificados, desde o Neolítico Final ao Calcolítico Pleno.

Dominavam esmagadoramente as espécies domesticadas: o porco, o boi doméstico, a ovelha e a cabra constituíam a base da estrutura alimentar proteica das sucessivas comunidades que em Leceia se instalaram, ao longo de mais de mil anos. A análise da evolução quantitativa dos efectivos domésticos, evidencia claramente um aumento da importância relativa de ovelha/cabra, acompanhado por um decréscimo dos grandes bovídeos e, de forma menos acentuada, dos suídeos, desde o Neolítico Final ao Calcolítico Pleno. Esta realidade tem explicação na própria evolução económica-social, das sucessivas comunidades humanas que ali se estabeleceram. Com efeito, ela parece decorrer da plena adopção, ao longo de todo o III milénio AC, das inovações tecnológicas associadas à chamada “revolução dos produtos secundários”. Assim sendo, aos rebanhos de ovinos e caprinos seria dada natural primazia, enquanto produtores de leite e de lã (no caso particular dos ovinos), para além da carne, em detrimento dos dois outros grupos.

A primazia do grupo dos grandes bovídeos, no Neolítico Final não se pode explicar apenas pelo seu interesse alimentar, devendo relacionar-se com o aproveitamento da sua força de tracção na agricultura (arado)

e no transporte de pessoas e mercadorias (carro). Seja como for, mesmo no Calcolítico Pleno, quando a presença dos grandes bovinos face aos ovinos e caprinos atingiu o seu valor mais baixo, em termos de carne consumida, aqueles continuaram a ocupar o primeiro lugar, tendo presente o peso de cada bovino – mesmo considerando o pequeno tamanho dos exemplares da época – face ao peso unitário médio de uma ovelha ou cabra.

Que este modelo de desenvolvimento económico, de carácter agro-pastoril, foi bem sucedido, é o que indica o já aludido aumento dos quantitativos absolutos de todas as espécies domésticas, do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno. Esta realidade encontra-se, aliás, confirmada pelo espólio arqueológico. Com efeito, foi sublinhado o facto de, apesar da última fase de ocupação do povoado de Leceia corresponder ao declínio generalizado do dispositivo fortificado, ser justamente então que se observou o auge da vida económica da população ali sediada, denunciado pela abundância e variedade do espólio exumado, onde ocorrem, pela primeira vez, artefactos de cobre produzidos localmente (CARDOSO, 1997).

Tal situação mostra a ausência de relação entre o fenómeno de fortificação e o de intensificação económica, que percorreu todo o Calcolítico: podendo-se admitir que a fortificação seja a consequência mais visível da intensificação económica, esta não determina necessariamente aquele: por outras palavras, o modelo de desenvolvimento adoptado pelas comunidades que, no Calcolítico Pleno, ocuparam a Estremadura portuguesa, ainda que evidenciando uma especialização sempre crescente das produções, a qual, por seu turno se pode relacionar com a plena afirmação da diferenciação social inter-comunitária, dispensava a construção de importantes fortificações, que, construídas em fases anteriores do Calcolítico, se afiguravam então desnecessárias, por razões ainda pouco conhecidas (CARDOSO, 1998). Nesta medida, os resultados obtidos do estudo exaustivo dos muitos milhares de peças ósseas recuperadas em Leceia – sem dúvida o mais completo de todos os realizados em Portugal – concorrem inquestionavelmente para o conhecimento das condições de ordem económica e social daquelas populações.

A estrutura etária da população animal definida, ainda que de um modo pouco preciso, através dos restos ósseos disponíveis, contribuiu para a percepção do modo de exploração das espécies domésticas. Foi possível verificar a utilização diferencial dada ao porco sendo este abatido em idades mais jovens que as restantes espécies por ser aproveitado apenas para a alimentação.

Enfim, as espécies selvagens, como o auroque, o javali e o veado, que fizeram parte da alimentação das sucessivas comunidades instaladas em Leceia, de modo ocasional, é certo, bem como os equídeos ainda no estado selvagem e os leporídeos, contribuem para o conhecimento do ecossistema que rodeava o povoado, constituído por bosques de caducifólias alternando com pastagens e vastas pradarias. Condições ideais para o estabelecimento e sobrevivência de uma população que, certamente, também aproveitaria o vale fértil da ribeira de Barcarena para o cultivo de pequenas hortas irrigadas.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV – Mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica*. VIII: 103-144.

- ANTUNES, M. T. & MOURER-CHAUVIRÈ, C. (1992) – The roman site (2nd to 5th centuries a.d.) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): Vertebrate Faunas. *Setúbal Arqueológica*. IX-X: 375-382.
- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (1995) – Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 187-192.
- BINFORD (1978) – *Nunamiut ethnoarchaeology*. Londres. Academic Press.
- BOESSNECK, J.; MULLER, H.-H. & TEICHERT, M. (1964) – Osteologische Unterscheidungsmerkmale zwischen Schaf (*Ovis aries* LINNÉ) und Ziege (*Capra hircus* LINNÉ). *Kuhn-Archiv*. 78: 1-129.
- BOKONI, S. & BARTOSIEWICZ, L. (1987) – Domestication and Variation. *Archaeozoologia*. 161-170.
- CARDOSO, J. L. (1993) – Contribuição para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: Estudo dos restos mamalógicos das mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. 2: 103-107.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Os ídolos de falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 213-232.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 pp.
- CARDOSO, J. L. (1998) – O povoado fortificado pré-histórico de Leceia (Oeiras), exemplo de desenvolvimento não sustentado na Estremadura no III milénio a. C. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 16: 97-110.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Les mamifères d'Abul. In F. Mayet & C. Tavares da Silva, *Le site Phénicien d'Abul (Portugal)*. *Comptoir et Sanctuaire*. Paris, De Boccard: 281-291.
- CARDOSO, J. L.; ANTUNES, M. T. & MEIN, P. (1996) – Pequenos mamíferos do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6: 121-133.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6: 47-89.
- CHAIX, L. & MÉNIEL, P. (1996) – *Éléments d'Archéozoologie*. Paris: Éditions Errance.
- CHAIX, L. *et al.* (s/d) – Archéozoologie. In *Les Sciences à la recherche du passé*. Presses Universitaires de Lyon: 109-133.
- CLARK, G. (1987) – Faunal remains and economic complexity. *Archaeozoologia*. Pp. 183-194.
- DAVIS, S. M. (1987) – *La Arqueologia de los Animales*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, S.A.
- DETRY, C. (2000) – *Estudo Arqueozoológico dos Concheiros de Muge*. Relatório de Estágio profissionalizante da Licenciatura de Biologia Aplicada aos Recursos Animais, Variante Terrestres. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

- DESSE, J.; CHAIX, L. & DESSE-BERSET, N. (1986) – “OSTÉO”. *Base-réseau de données ostéométriques pour l'archéozoologie*. Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), 161 pp.
- DRIESCH A. (1976) – *A Guide to the measurement of Animal Bones from Archaeological sites*. Peabody Museum of Archaeology and Ethnology. Harvard University.
- DRIESCH, A. v. d. & BOESSNECK, J. (1976) – *Die Fauna vom Castro do Zambujal*. Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel. Institut für Paleoanatomie, Domestikationsforschung und Geschichte der Tiermedizin der Universität München. 5: 4-157.
- ESTEVEZ, J. (1991) – Cuestiones de fauna en Arqueología. *Arqueología*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas: 57-81.
- ESTEVEZ, J. (1995) – Una Història inacabada: L'estudi de restes animals arqueològiques davant un gran rept. *Cota Zero*. 11: 13-24.
- GAUTIER, A. (1983) – L'apport de l'étude des vestiges animaux à la reconstitution archéologique: une introduction à l'archéologie. *Vie Archéologique*. 11: 27-46.
- GREENFIELD, H. J. (1989) – Zooarchaeology and aspects of the secondary products revolution: a central Balkan perspective. *Archaeozoologia*. III/1,2: 191-200.
- GOURICHON, L. & CARDOSO, J. L. (1995) – L'avifaune de l'habitat fortifié chalcolitique de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 165-186. Oeiras.
- LYMAN, R. L. (1994) – *Vertebrate Taphonomy*. Cambridge University Press.
- MATEUS, A. (1995) – La Zooarqueología en el discurso arqueológico. *Zephyrus*. XLVIII: 349-359.
- MENIEL, P. (1984) – *Contribution à l'histoire de l'élevage en picardie*. Société de Préhistoire du Nord et de Picardie, 56 pp.
- MORALES MUÑIZ, A. (1988) – Identificación e identificabilidad: cuestiones básicas de metodología zooarqueológica. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie I, Prehistoria*, 1: 455-470.
- MORALES *et al.* (1996) – A preliminary Catalogue of Holocene Equids from the Iberian Peninsula. *Atti del XIII Congresso UISPP (Forlì, 1996)*. 6, 1: 65-82.
- O'CONNOR, T. (2000) – *The Archaeology of animal bones*. Texas A & M University Press.
- PALES, L.; GARCIA, M. A. (1981) – *Atlas osteologique pour servir à l'identification de Mammifères du Quaternaire*. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. 2 vols. Paris.
- PAYNE, S.; BULL, G. (1988) – Components of variation in measurements of pig bones and teeth, and the use of measurements to distinguish wild from domestic pig remains. *Archaeozoologia*, II/1, 2: 27-66.

- COSTA, F. Pereira da (1865) – *Da existência do Homem em épocas remotas no valle do Tejo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- PRUMMEL, W. & FRISCH, H-J. (1986) – A guide for the distinction of species, sex and body side in bones of sheep and goat. *Journal of Archaeological Science*. 13: 567-577.

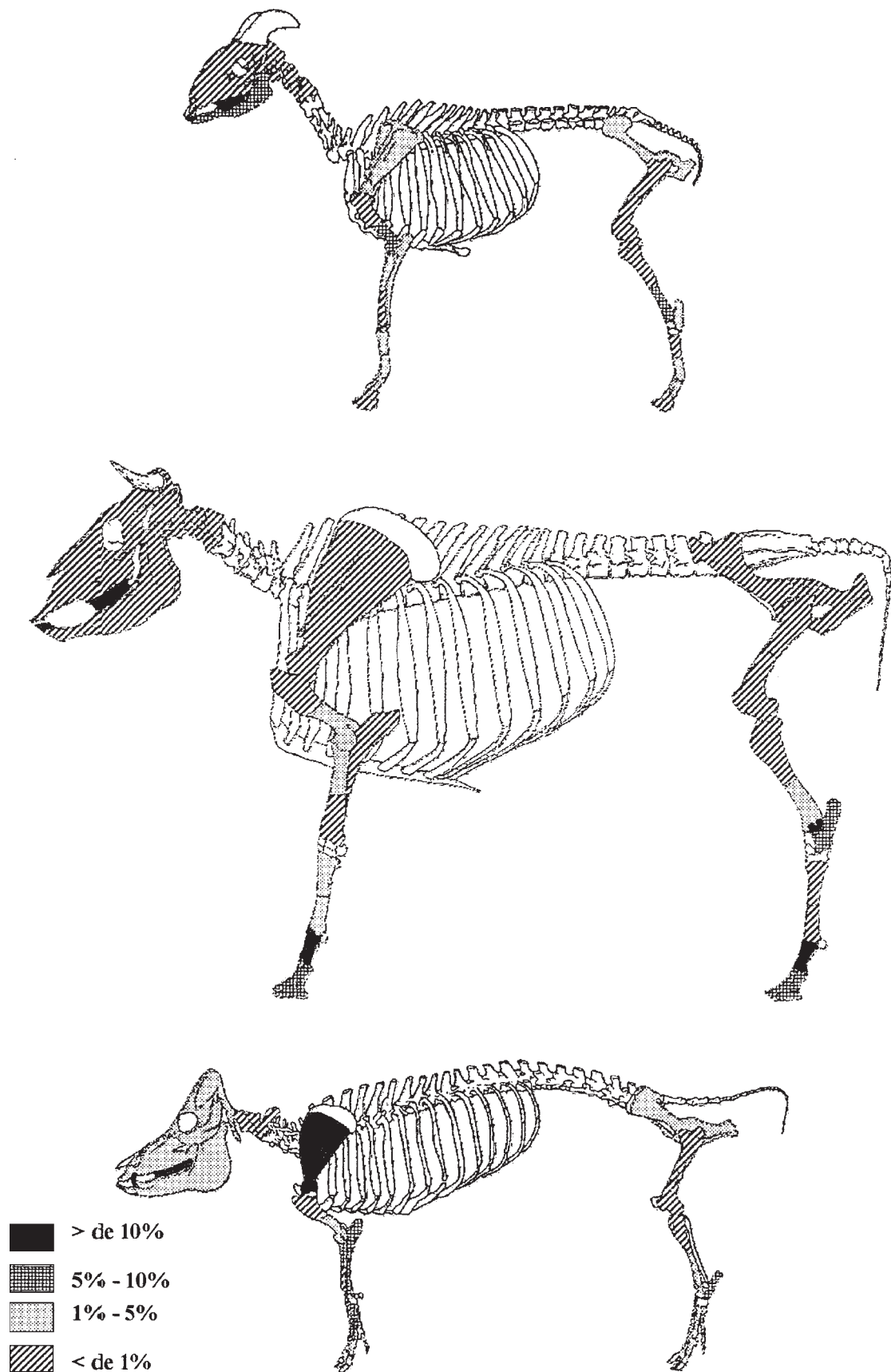


Fig. 4 – Distribuição percentual dos elementos anatómicos recuperados na Camada 4 (Neolítico Final). De cima para baixo: de *Ovis/Capra*; *Bos* sp. e *Sus* sp.

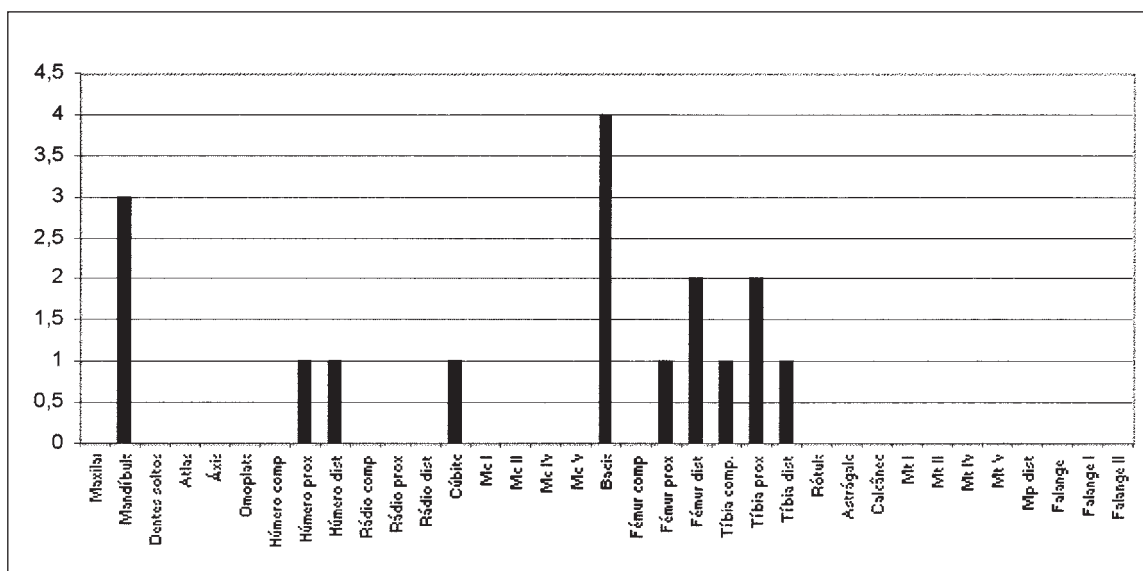


Fig. 5 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Oryctolagus cuniculus* da Camada 4 (Neolítico Final).

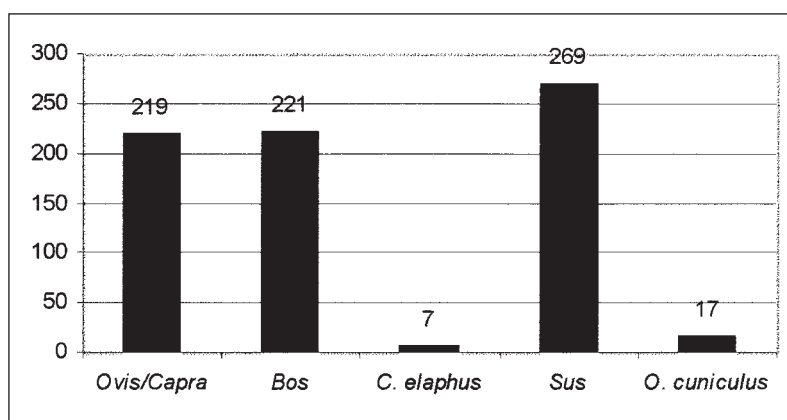


Fig. 6 – Histograma de distribuição dos 5 grupos considerados na Camada 4 (Neolítico Final).

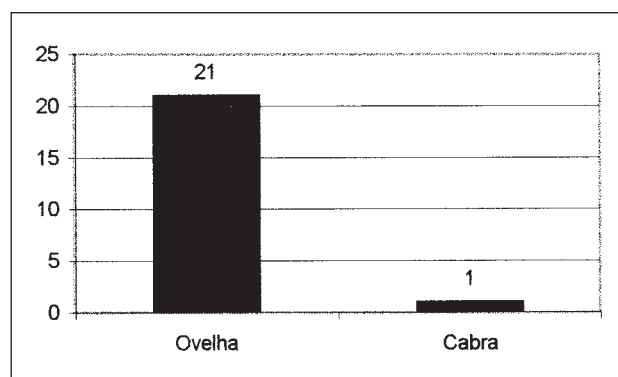


Fig. 7 – Proporção de elementos de cabra e ovelha identificados na Camada 4 (Neolítico Final).

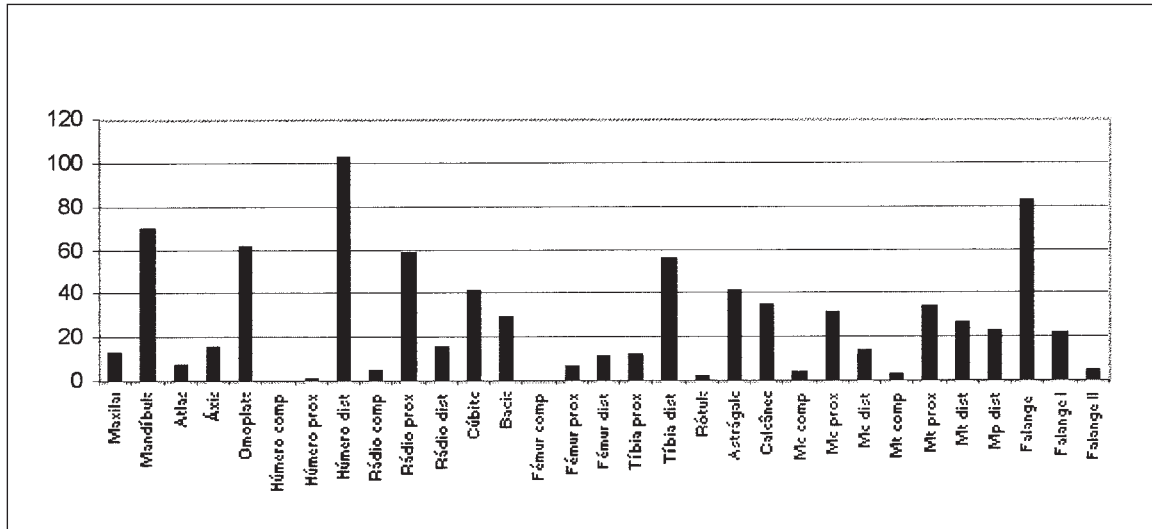


Fig. 8 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Ovis/Capra* da Camada 3 (Calcolítico Inicial).

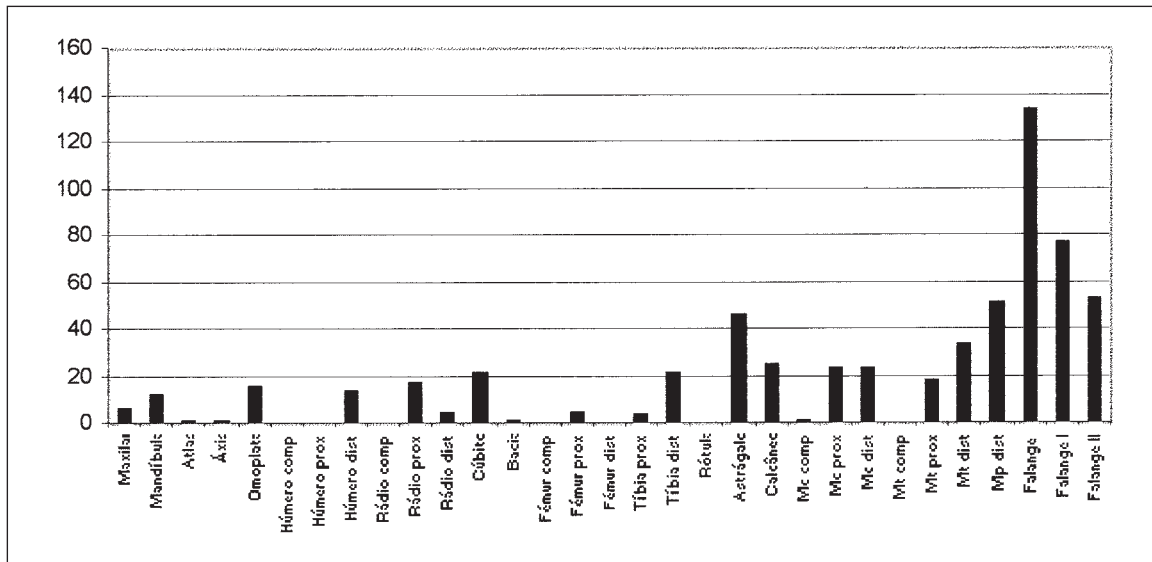


Fig. 9 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Bos sp.* da Camada 3 (Calcolítico Inicial).

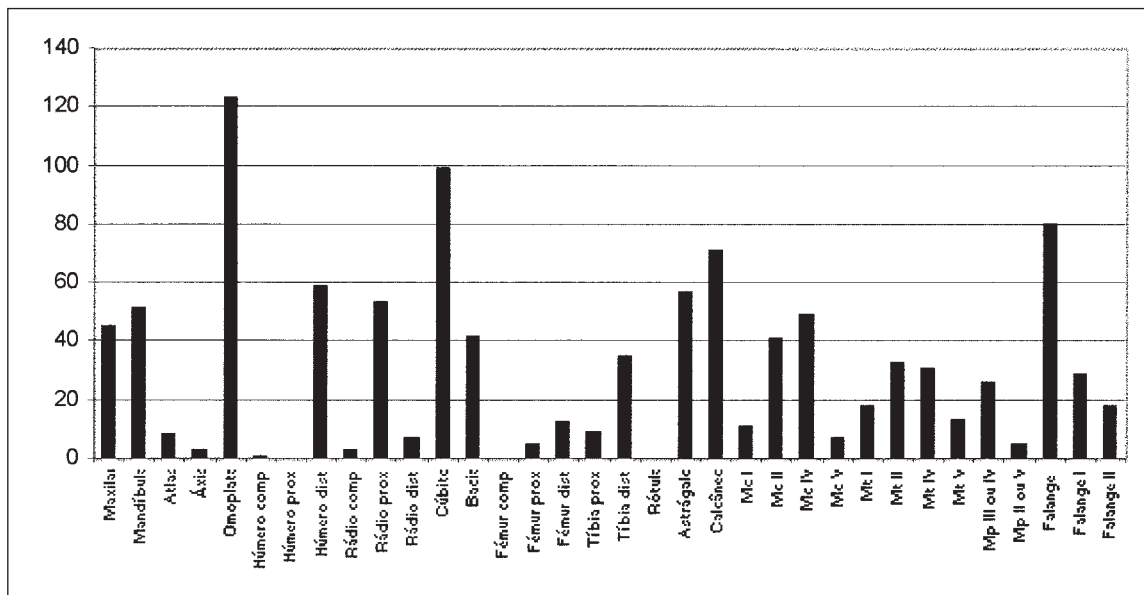


Fig. 10 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Cervus elaphus* da Camada 3 (Calcolítico Inicial).

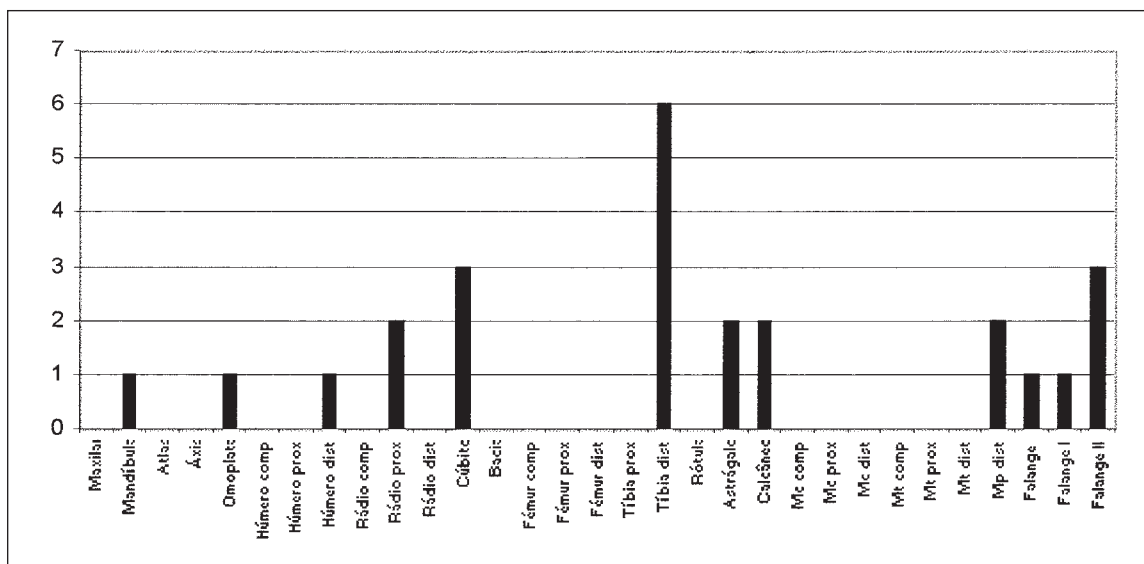


Fig. 11 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Sus sp.* da Camada 3 (Calcolítico Inicial).

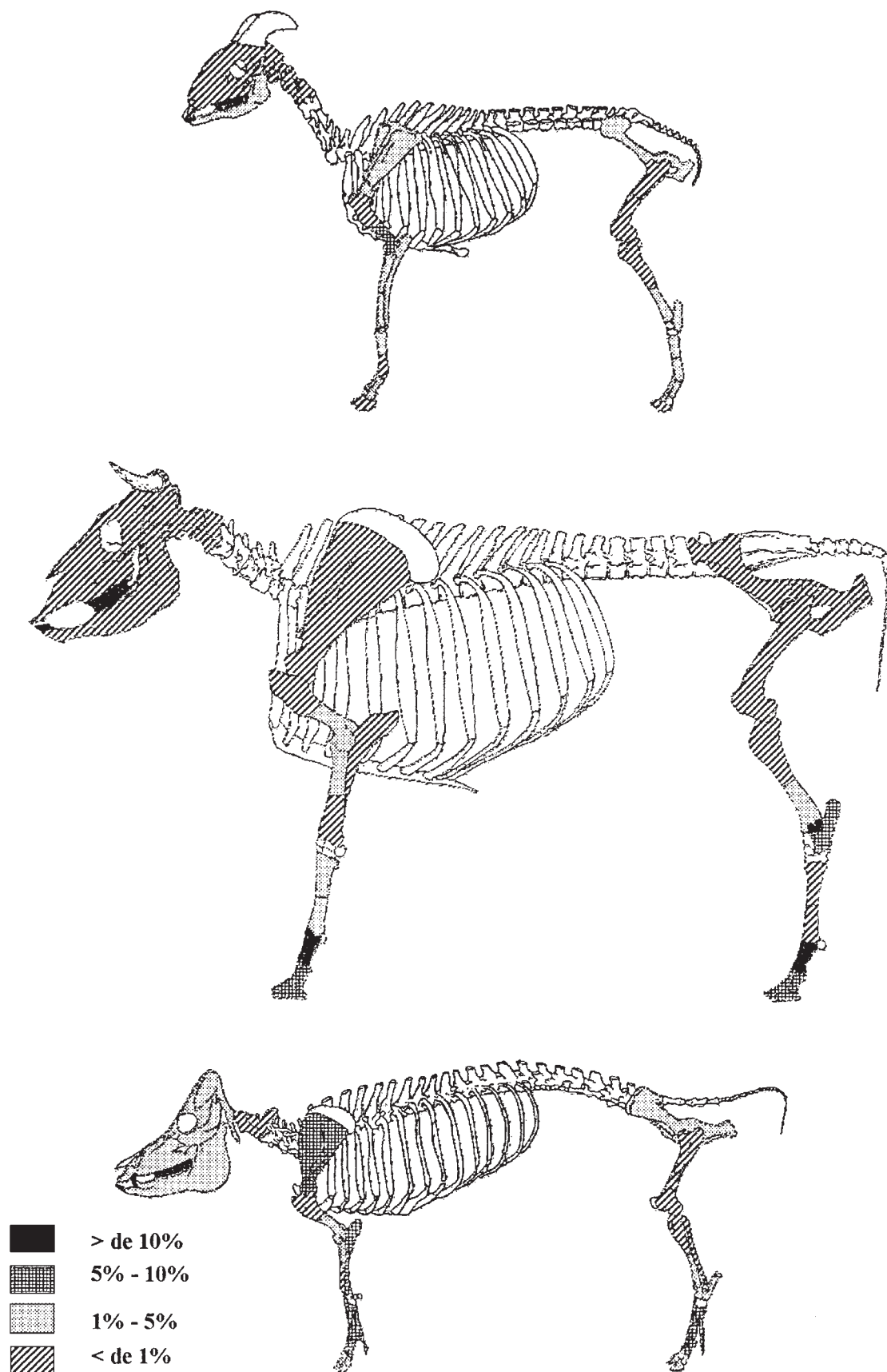


Fig. 12 – Distribuição percentual dos elementos anatómicos recuperados na Camada 3 (Calcolítico Inicial). De cima para baixo: *Ovis/Capra*; *Bos* sp. e *Sus* sp.

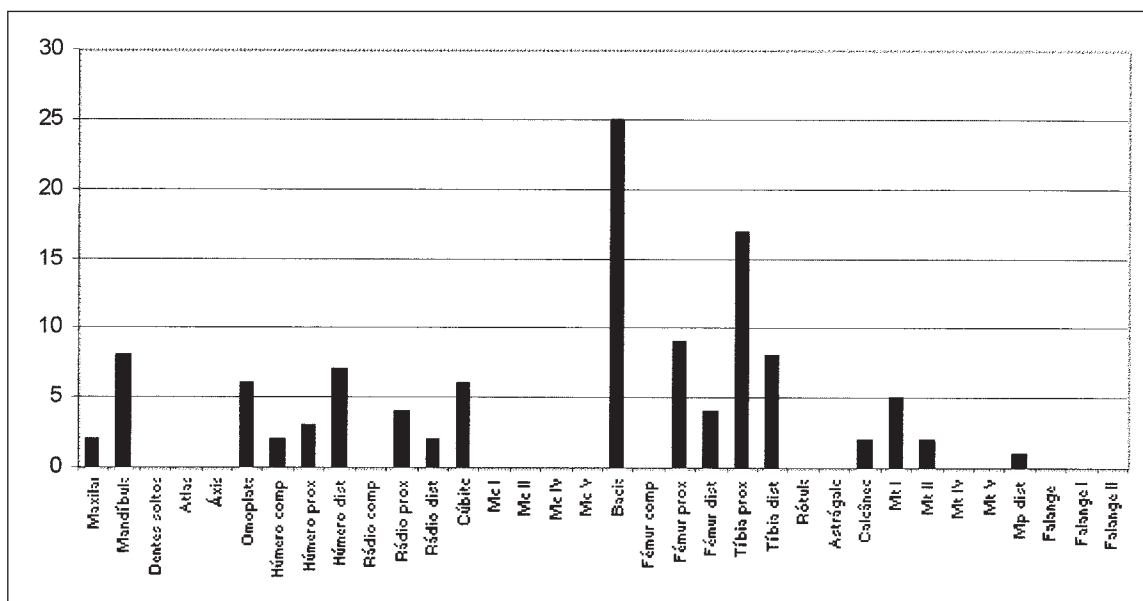


Fig. 13 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Oryctolagus cuniculus* da Camada 3 (Calcolítico Inicial).

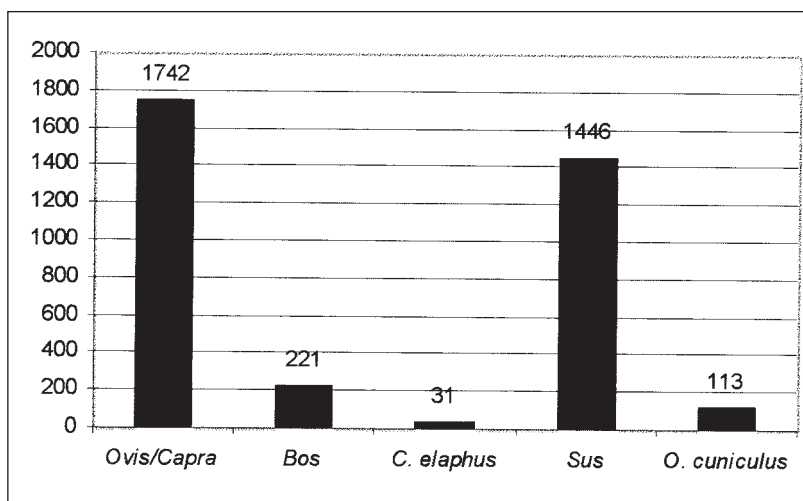


Fig. 14 – Histograma da distribuição dos 5 grupos faunísticos considerados na Camada 3 (Calcolítico Inicial).

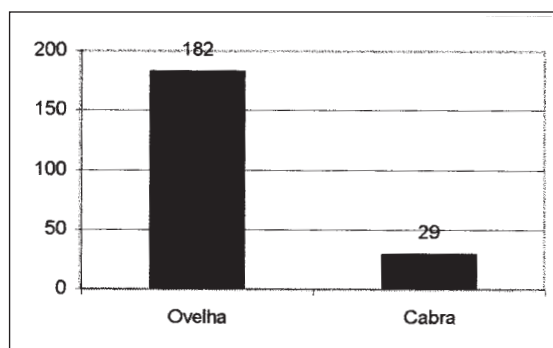


Fig. 15 – Proporção de elementos de cabra e ovelha identificados na Camada 3 (Calcolítico Inicial).

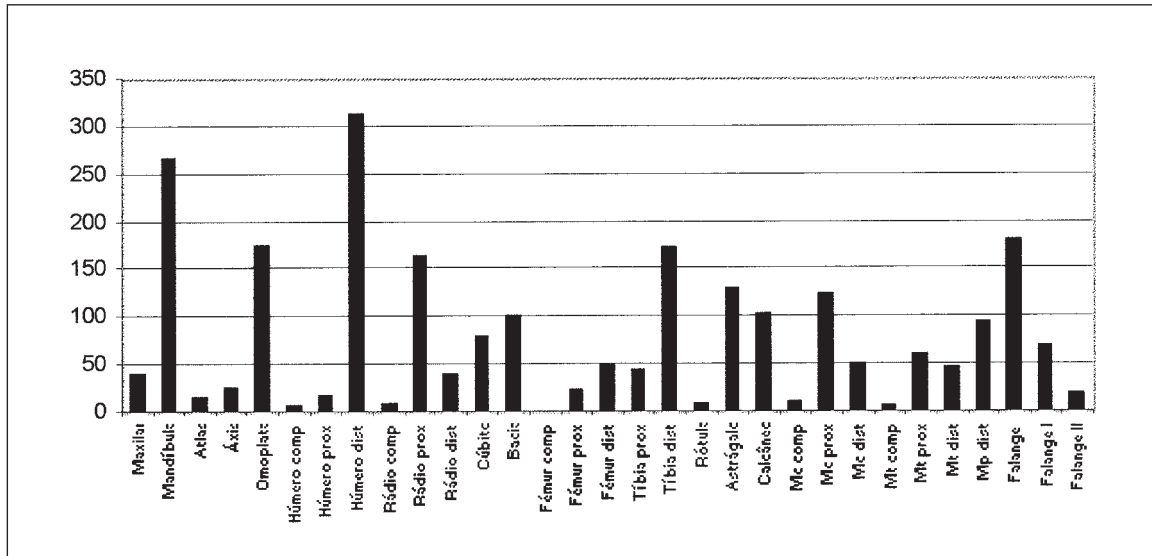


Fig. 16 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Ovis/Capra* da Camada 2 (Calcolítico Pleno).

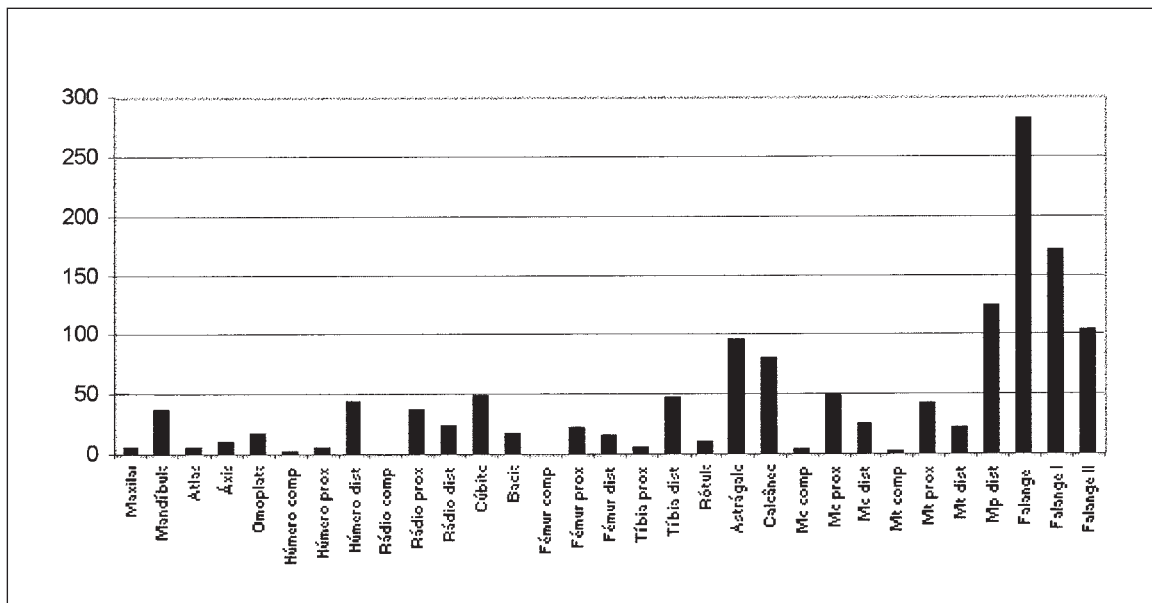


Fig. 17 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Bos sp.* da Camada 2 (Calcolítico Pleno).

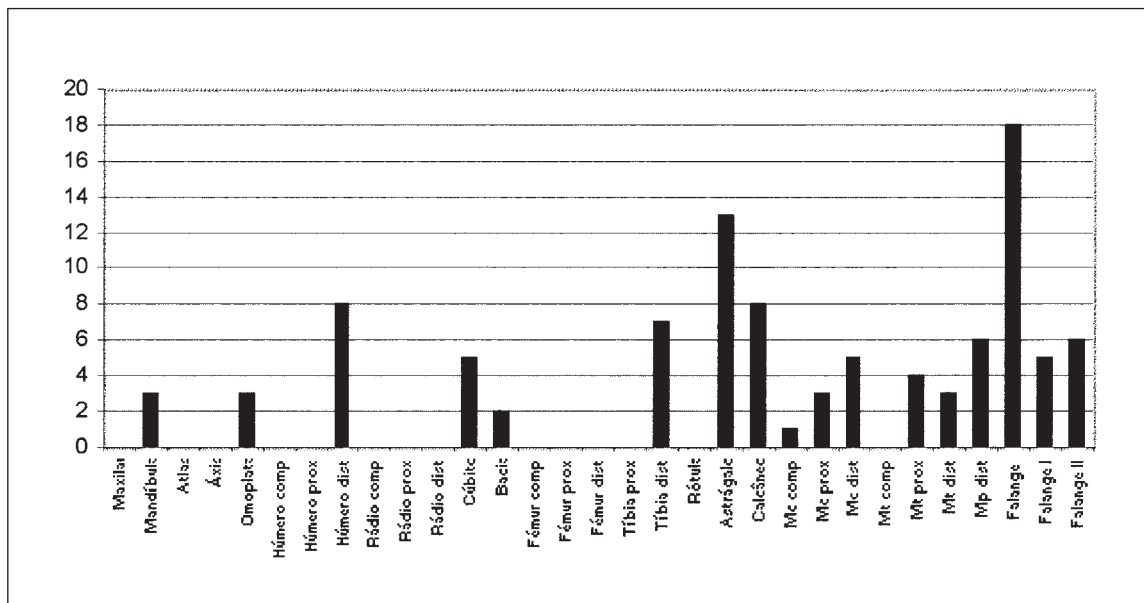


Fig. 18 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Cervus elaphus* da Camada 2 (Calcolítico Pleno).

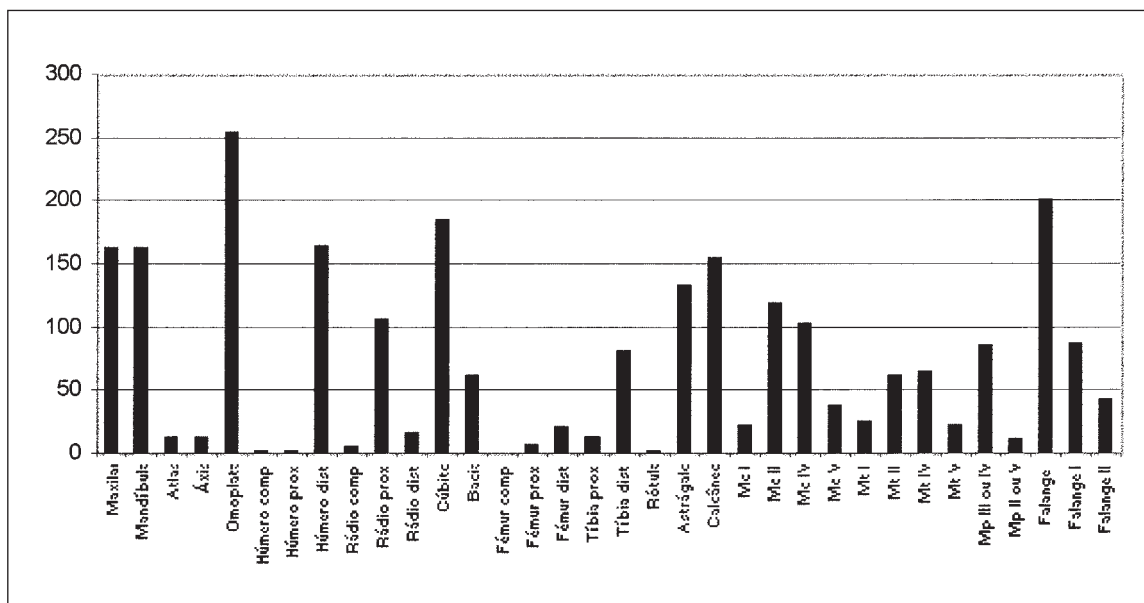


Fig. 19 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Sus sp.* da Camada 2 (Calcolítico Pleno).

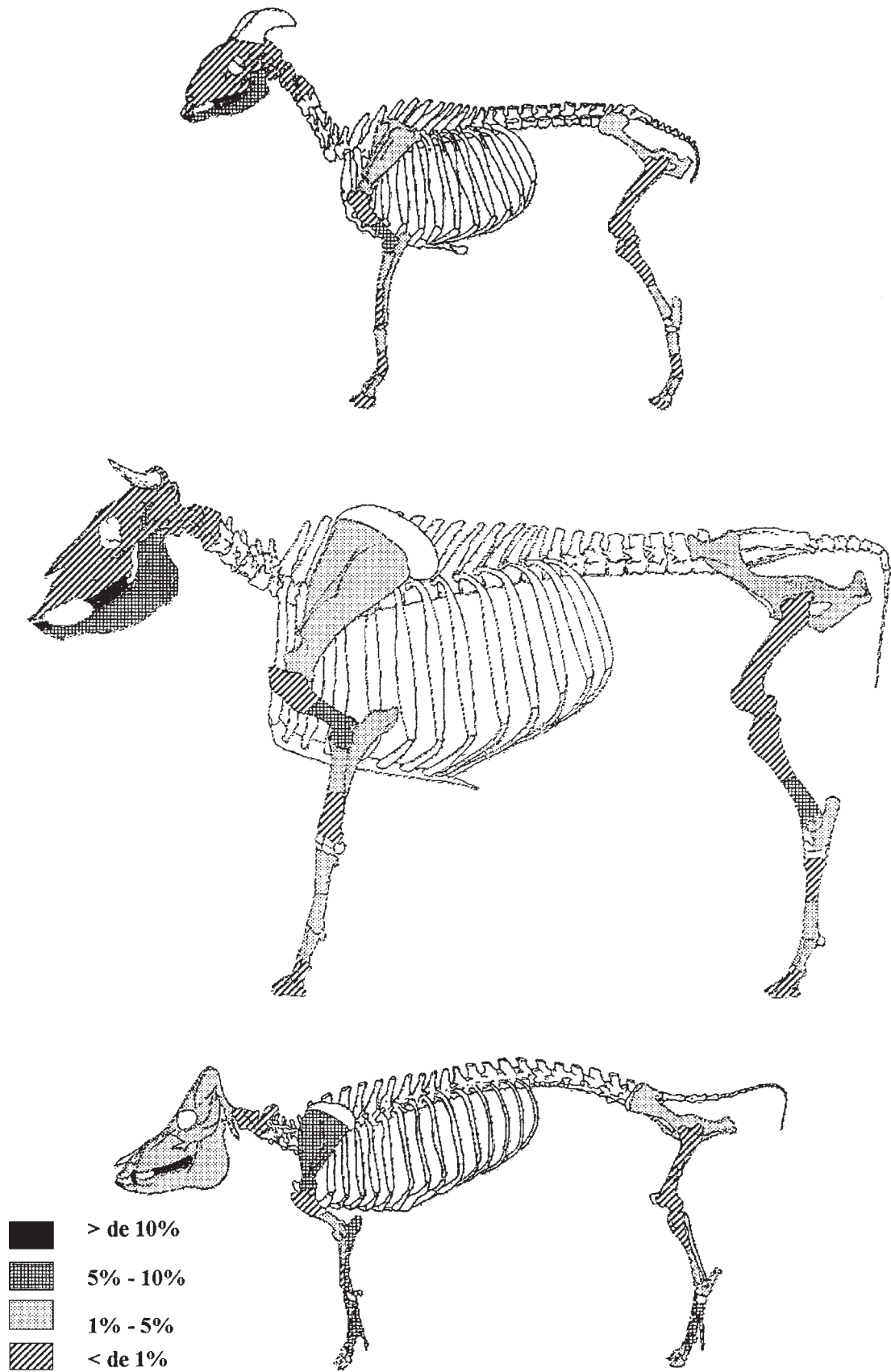


Fig. 20 – Distribuição percentual dos elementos anatómicos recuperados na Camada 2 (Calcolítico Pleno). De cima para baixo: de *Ovis/Capra*; *Bos* sp. e *Sus* sp.

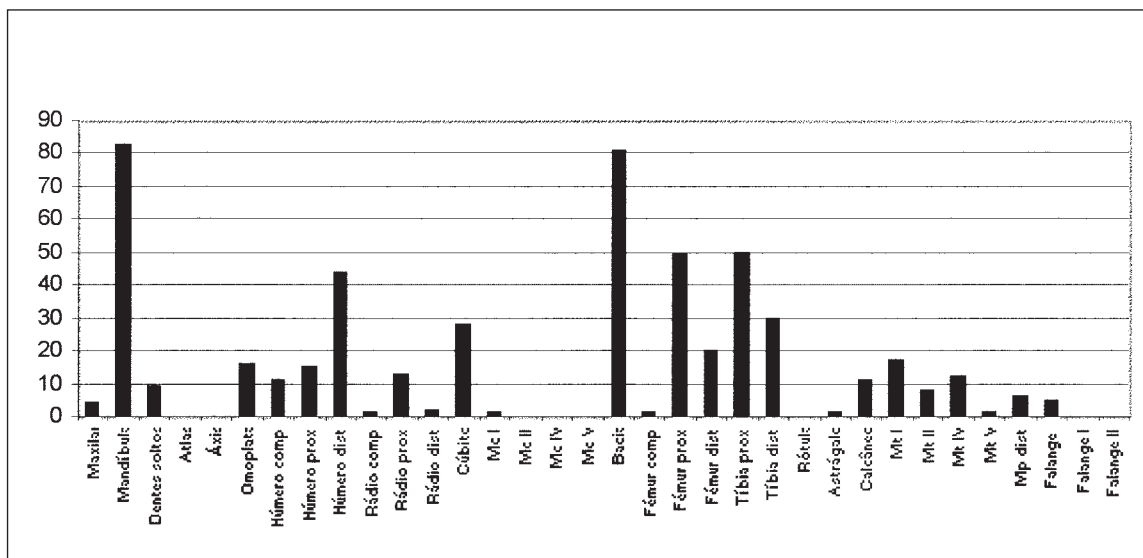


Fig. 21 – Histograma da distribuição dos segmentos anatómicos de *Oryctolagus cuniculus* da Camada 2 (Calcolítico Pleno).

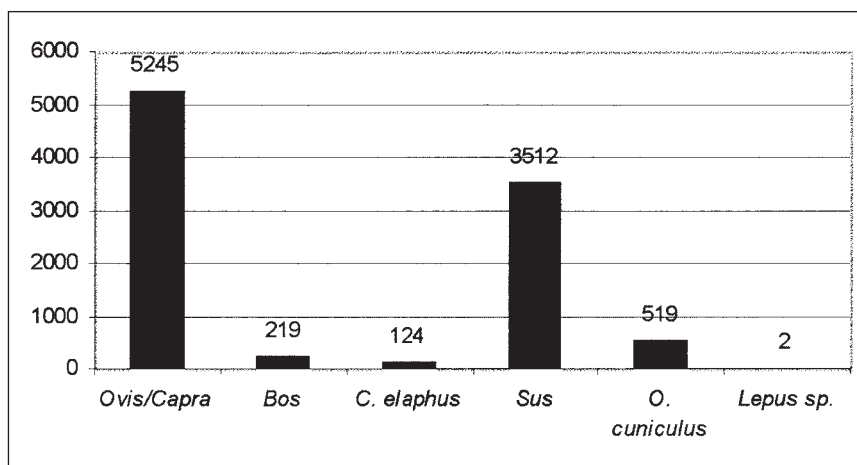


Fig. 22 – Histograma da distribuição dos 5 grupos considerados na Camada 2 (Calcolítico Pleno).

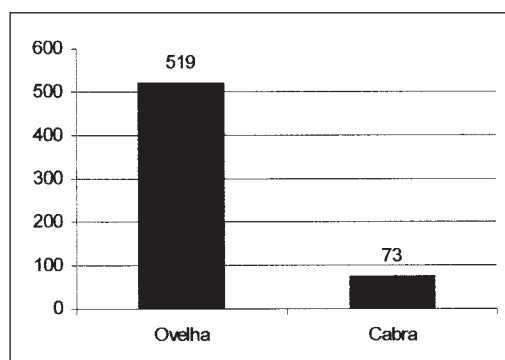


Fig. 23 – Proporção de elementos de Cabra e Ovelha identificados na Camada 2 (Calcolítico Pleno).

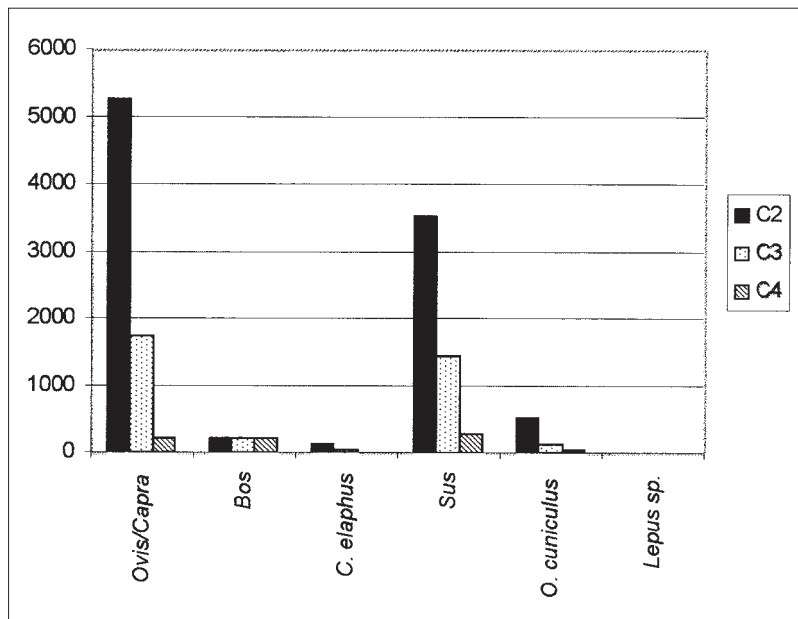


Fig. 24 – Distribuição absoluta dos restos das espécies estudadas (NRD), por camadas.

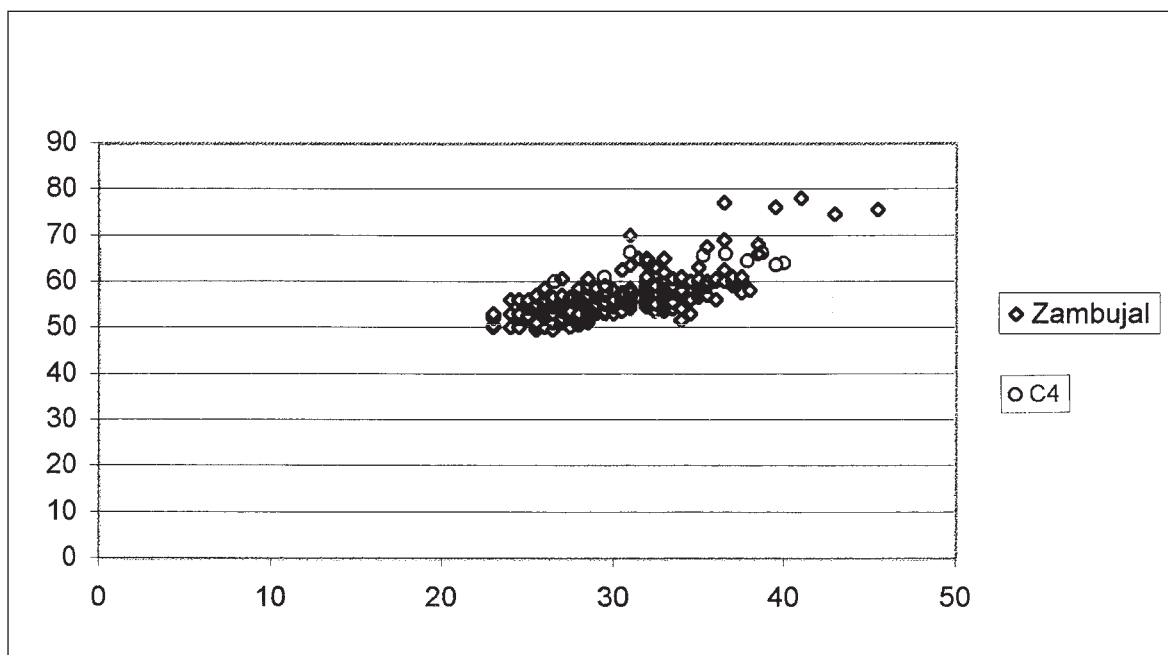


Fig. 25 – Gráfico de dispersão das dimensões da Falange I de *Bos* sp. do Zambujal (in BOESSNECK & DRIESCH, 1976) e da Camada 4 de Leceia. Eixo das abcissas: DT proximal. Eixo das ordenadas: Comprimento máximo (H). Medidas em mm.

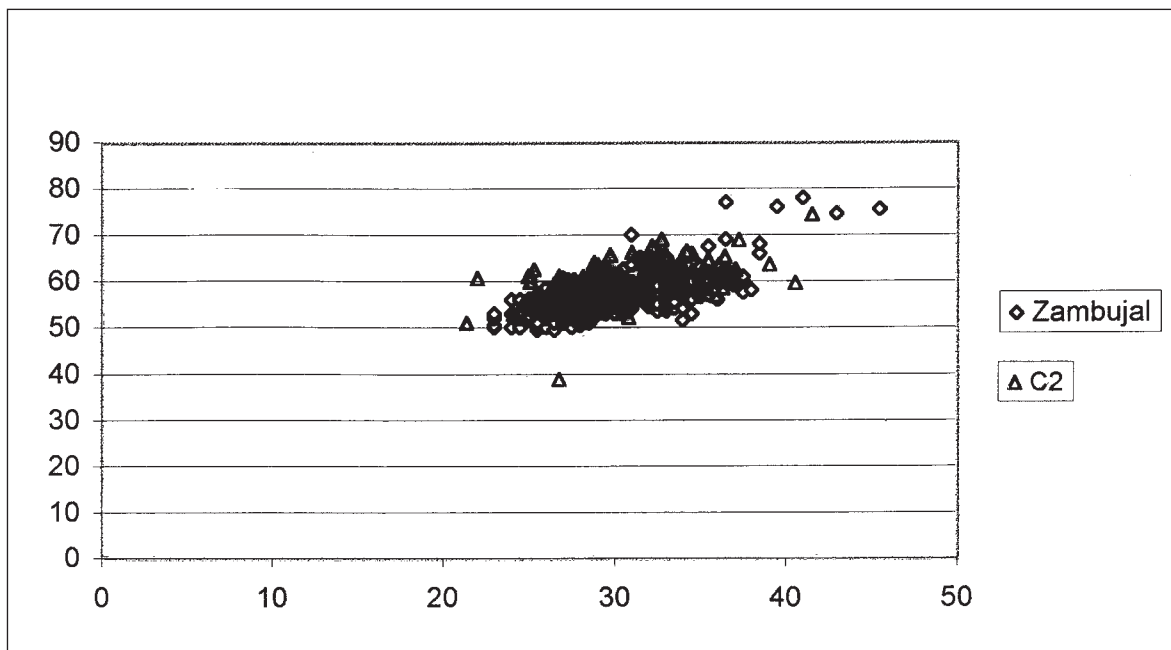
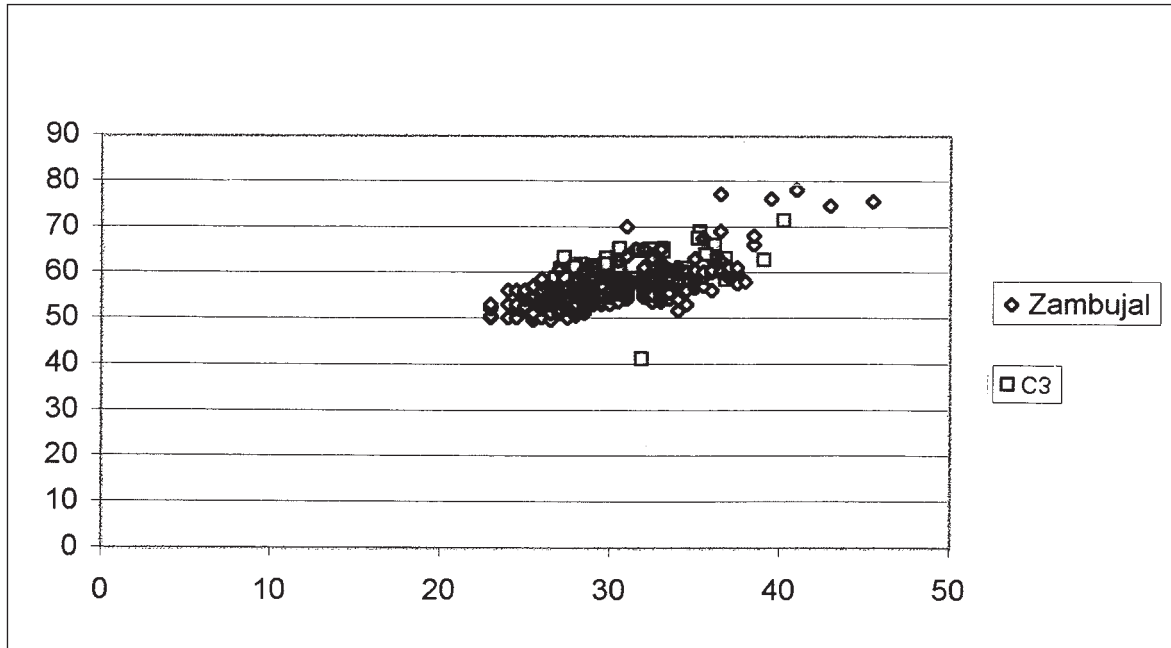


Fig. 26 – Gráficos de dispersão das dimensões da Falange I de *Bos* sp. do Zambujal (in BOESSNECK & DRIESCH, 1976) e das Camadas 3 e 2 de Leceia. Eixo das abcissas: DT proximal. Eixo das ordenadas: comprimento máximo (H). Medidas em mm.

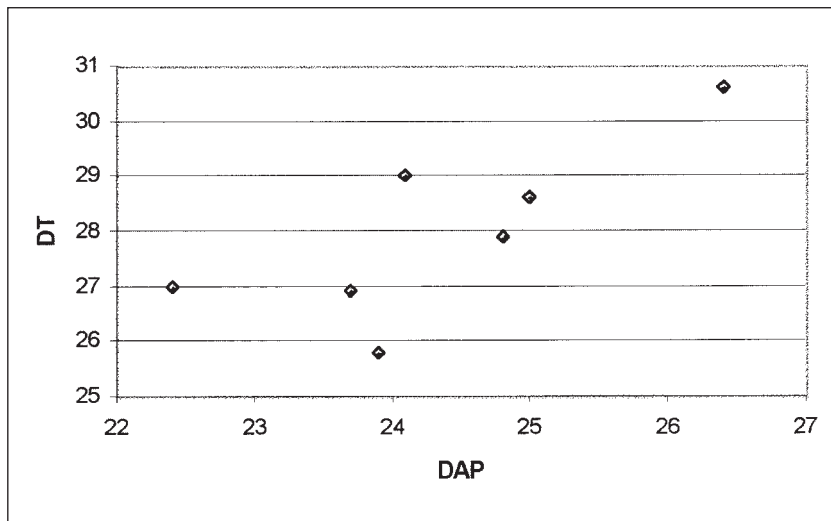
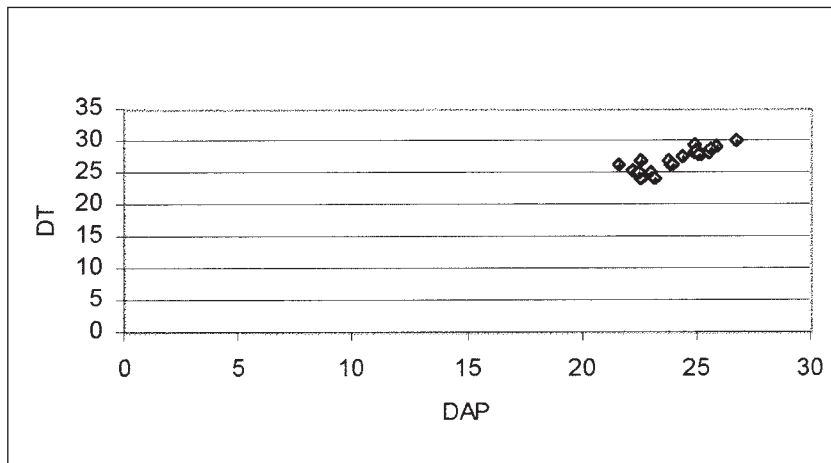
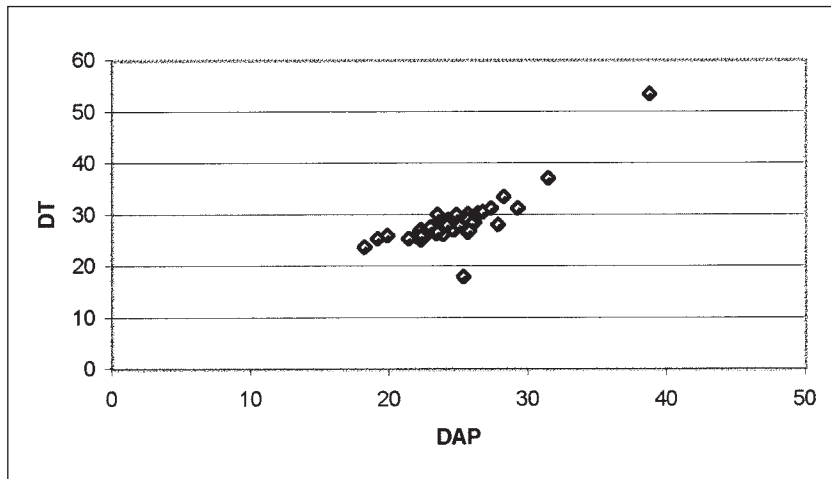


Fig. 27 – Medidas relativas à parte distal da tíbia de *Sus* sp. das Camadas 2 (em cima), 3 (ao centro) e 4 (em baixo), DT – diâmetro transversal. DAP – diâmetro ântero-posterior.

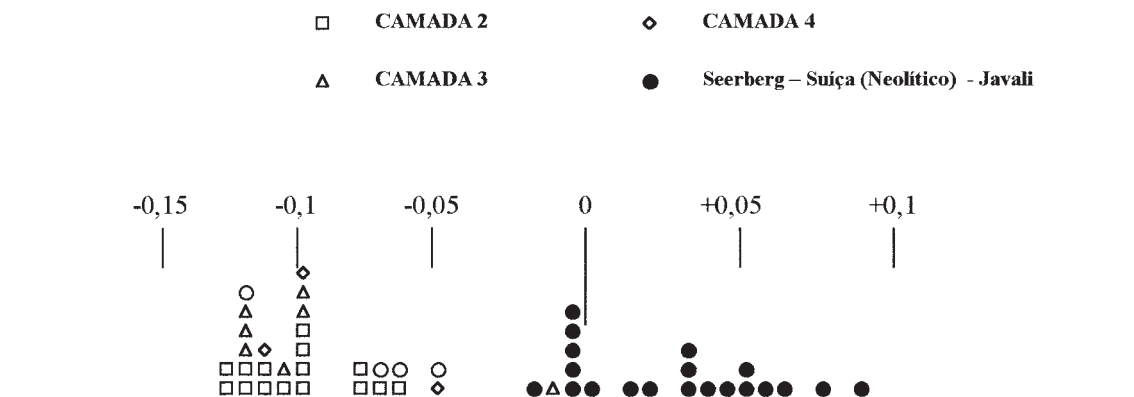


Fig. 28 – Comparação das medidas (DMD – diâmetro méso-distal) do terceiro molar inferior de *Sus sp.*, modificadas através de cálculos logarítmicos segundo PAYNE & BULL (1988), das Camadas 2, 3 e 4 de Leceia com as obtidas no material relativo a javali do Neolítico (Seerberg – Suíça).

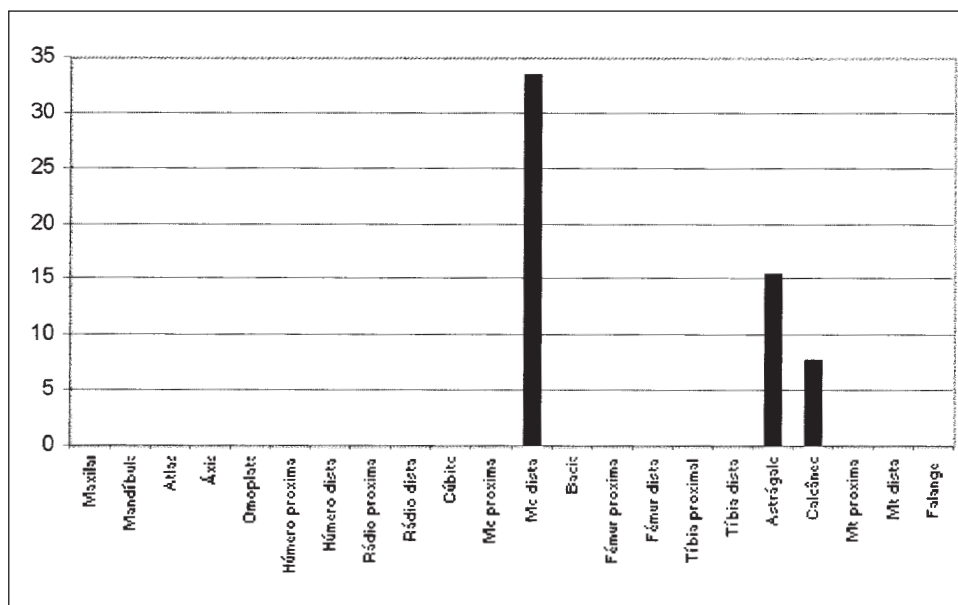


Fig. 29 – Distribuição das frequências dos elementos ósseos de *Cervus elaphus* com marcas de corte, da Camada 2.



Fig. 30 – Extremidade proximal de rádio direito de *Ovis/Capra* evidenciando numerosas marcas de corte, por faca. Camada 2 (Calcolítico Pleno).



Fig. 31 – Extremidade proximal de rádio esquerdo de *Ovis/Capra*, com numerosas marcas de corte, por faca. Camada 2 (Calcolítico Pleno).

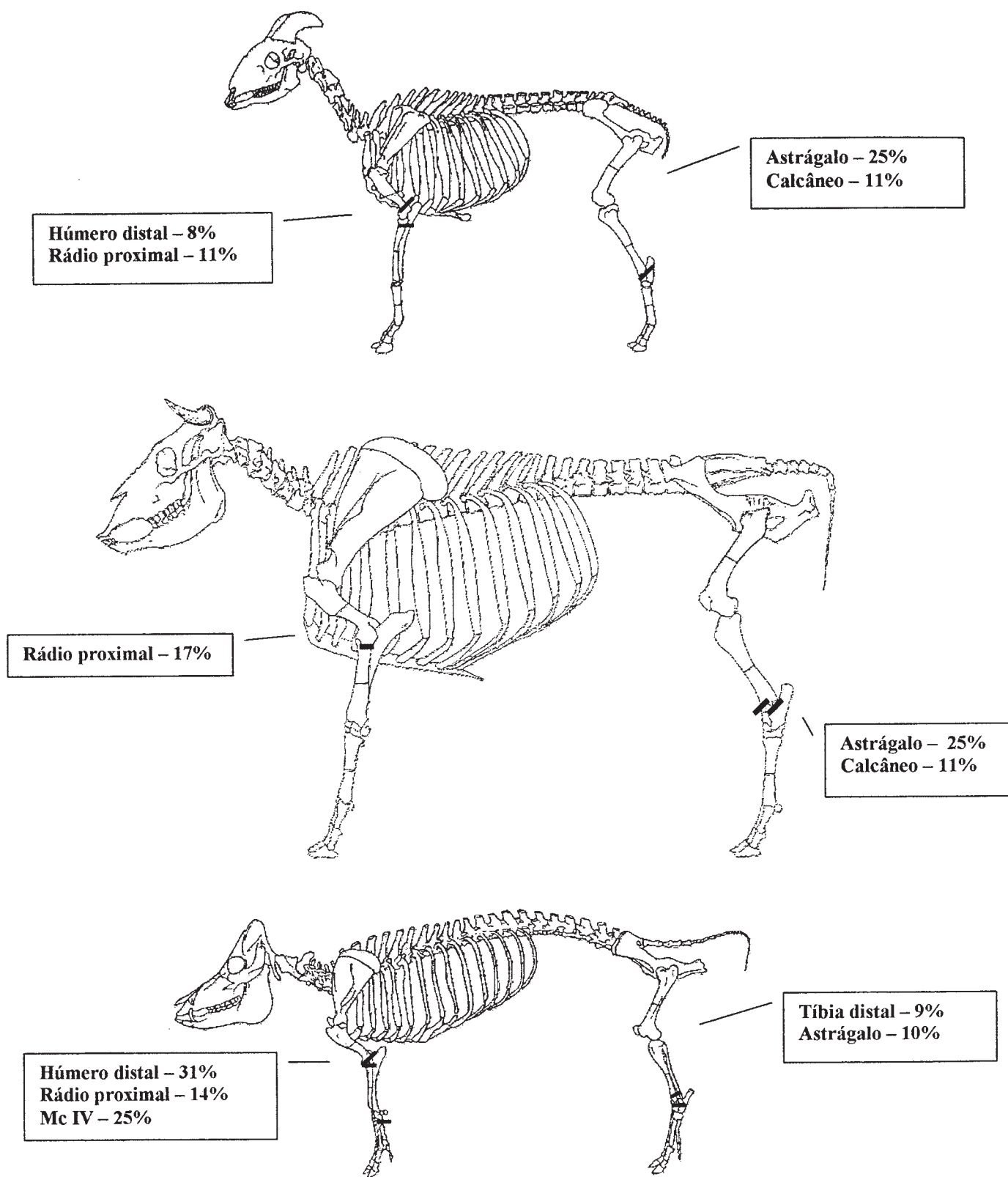


Fig. 32 – Distribuição das principais marcas de corte observadas em ossos da Camada 4 (Neolítico Final). Em cima: de *Ovis/Capra*; ao centro: de *Bos* sp.; em baixo: de *Sus* sp.



Fig. 33 – Astrágalo esquerdo de *Sus* sp. com marcas de corte, por faca. Camada 2 (Calcolítico Pleno).



Fig. 34 – Áxis de *Sus* sp. com marcas de corte profundas, do lado esquerdo, por faca. Camada 4 (Neolítico Final).

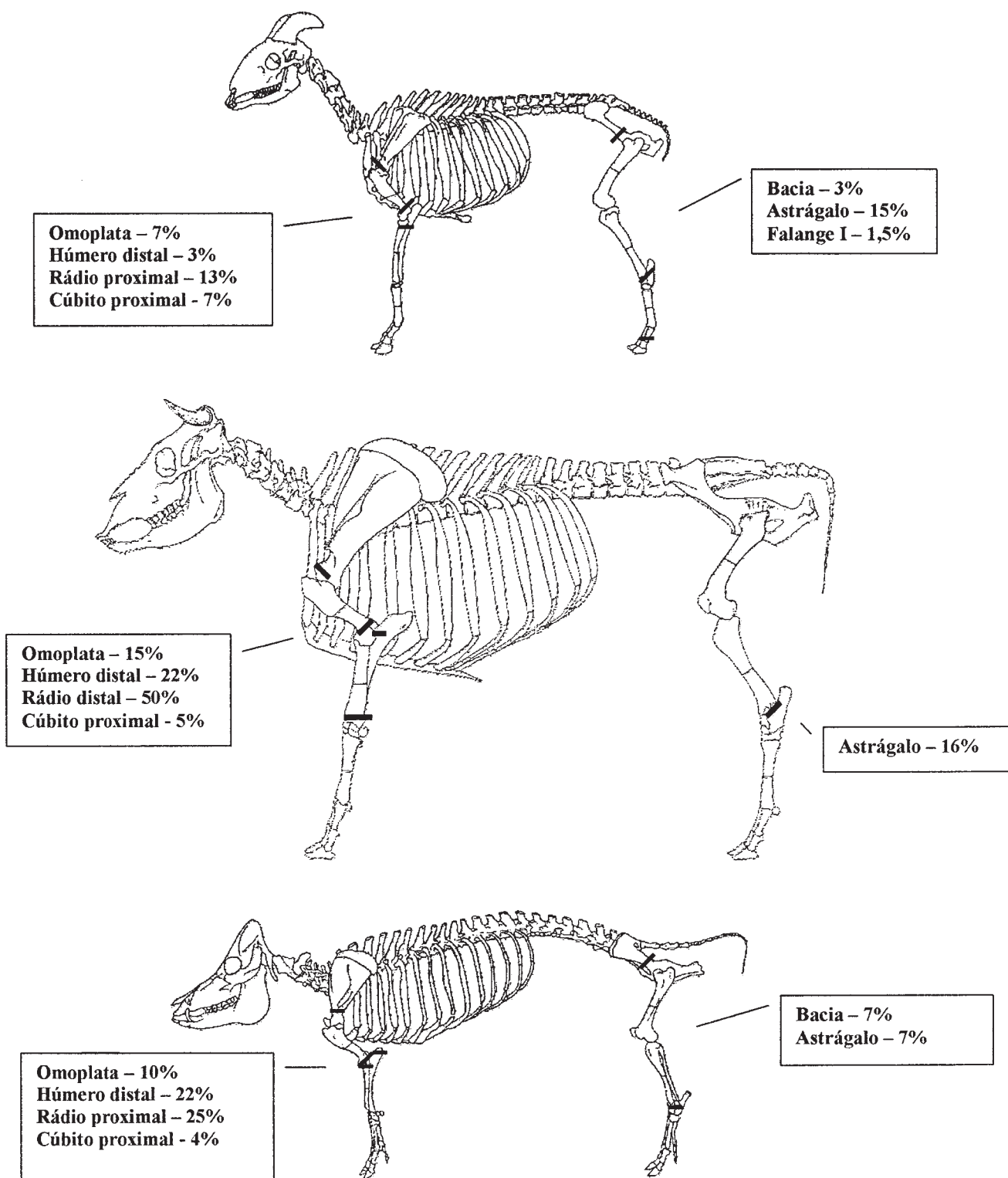


Fig. 35 – Distribuição das principais marcas de corte observadas em ossos da Camada 3 (Calcolítico Inicial). Em cima: de *Ovis/Capra*; ao centro: de *Bos sp.*; em baixo: de *Sus sp.*



Fig. 36 – Tíbia esquerda de *Ovis/Capra*, com marcas de corte por “cutelo”, na diáfise. Camada 3 (Calcolítico Inicial).



Fig. 37 – Primeira falange de *Bos taurus*, com marcas de corte por “cutelo”, de um dos lados. Camada 2 (Calcolítico Pleno).

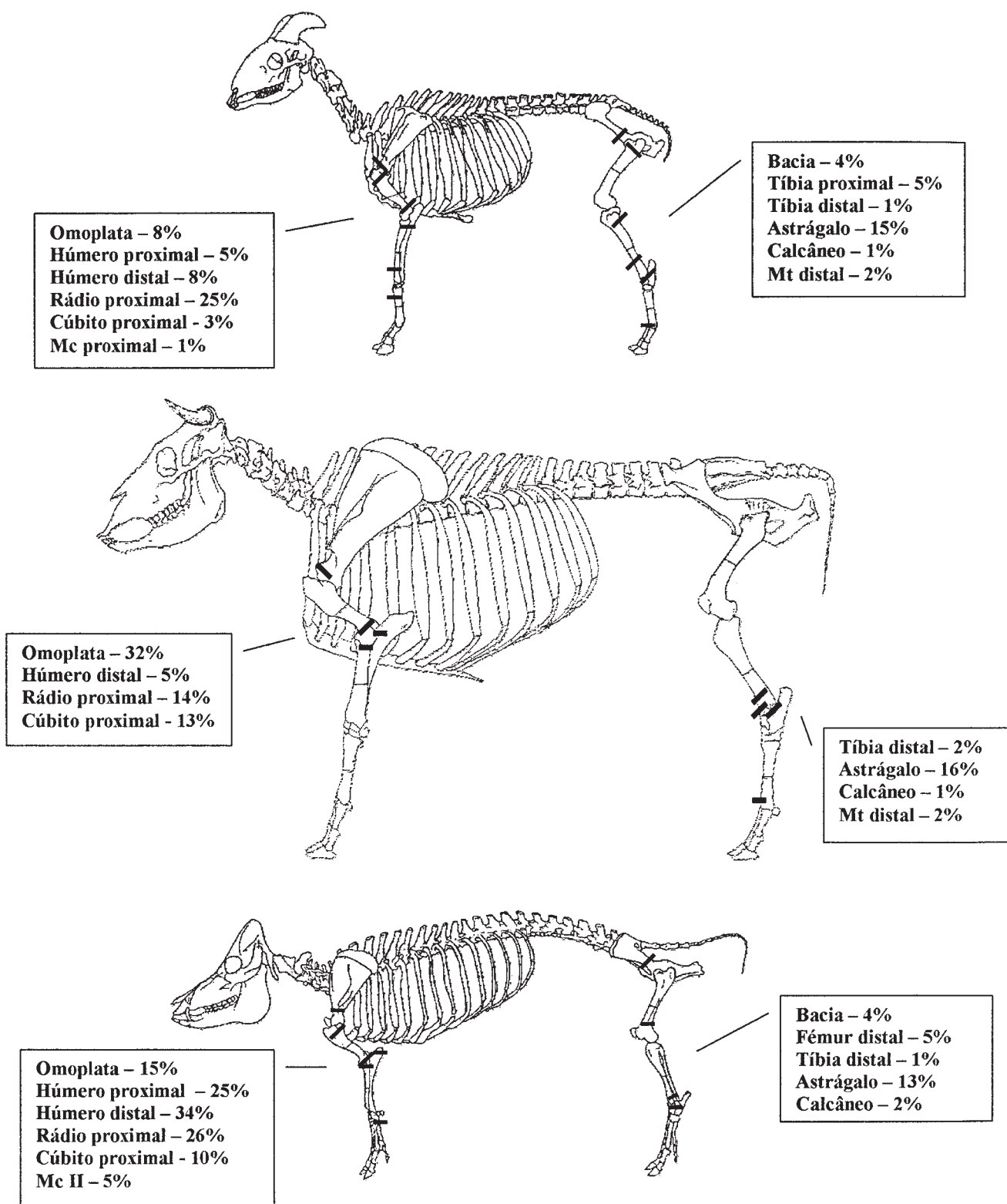


Fig. 38 – Distribuição das principais marcas de corte observadas em ossos da Camada 2 (Calcolítico Pleno). Em cima: de *Ovis/Capra*; ao centro: de *Bos sp.*; em baixo: de *Sus sp.*

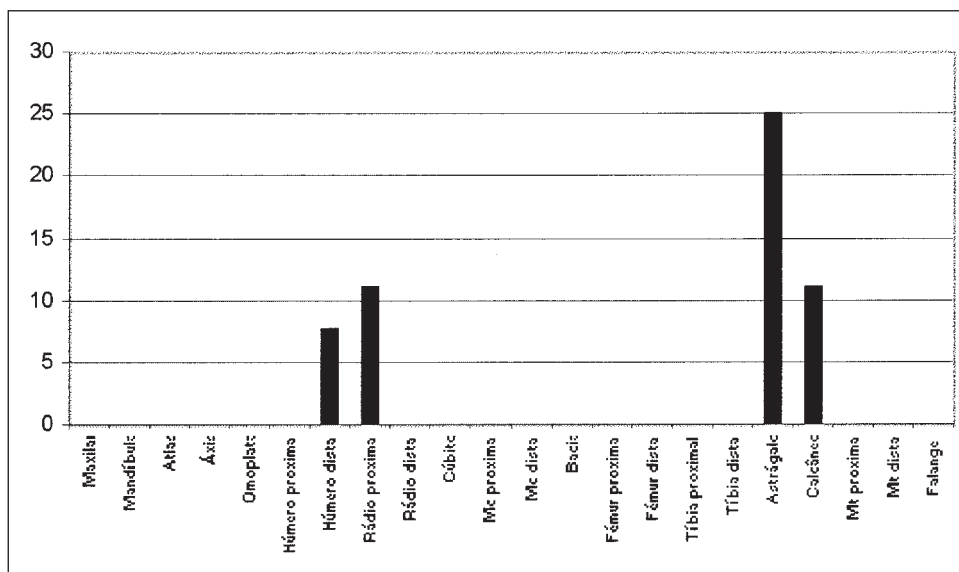
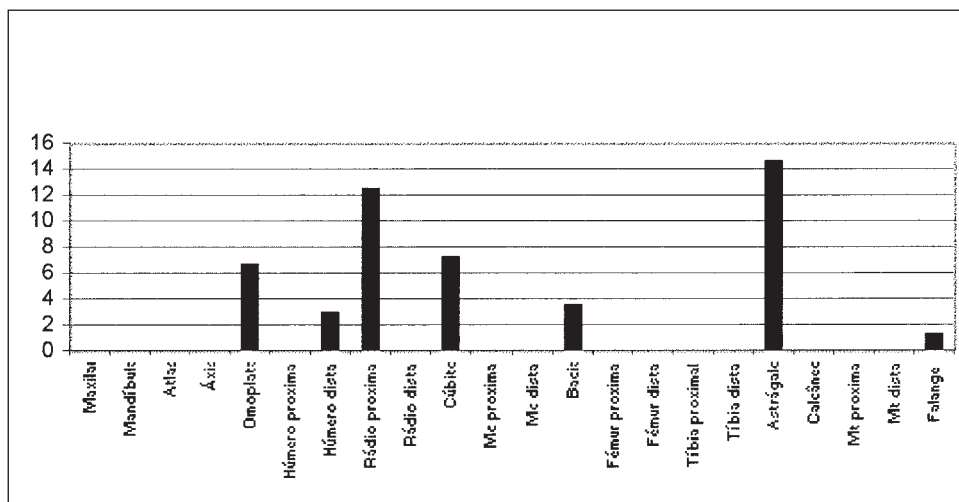
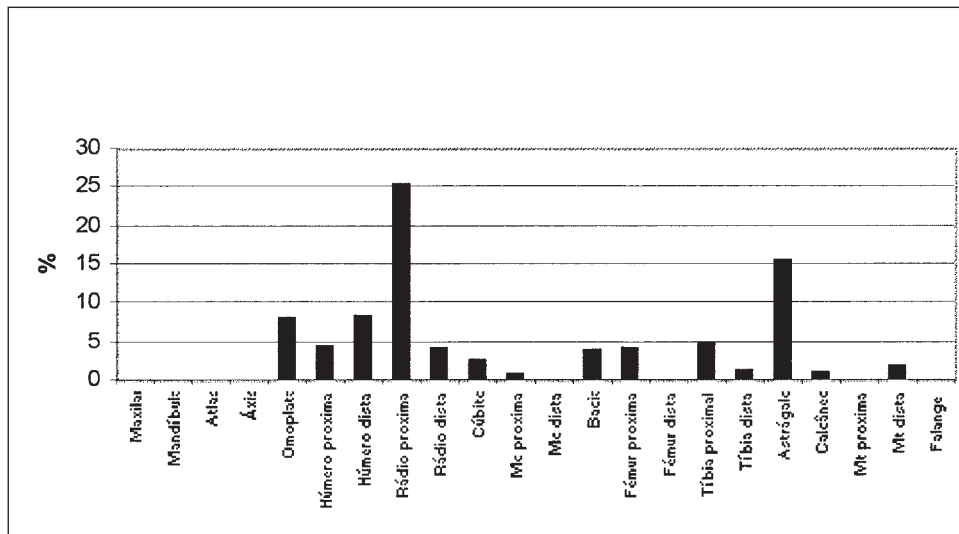


Fig. 39 – Distribuição das frequências dos elementos ósseos de *Ovis/Capra* com marcas de corte, das Camadas 2 (em cima), 3 (ao centro) e 4 (em baixo). Note-se a dominância de tais marcas no astrágalo, logo seguidas pela extremidade proximal do rádio.

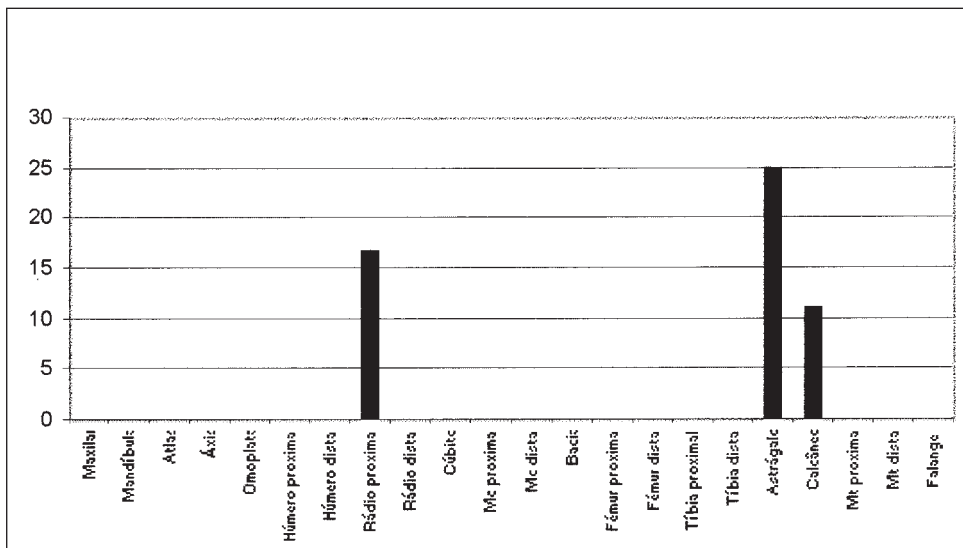
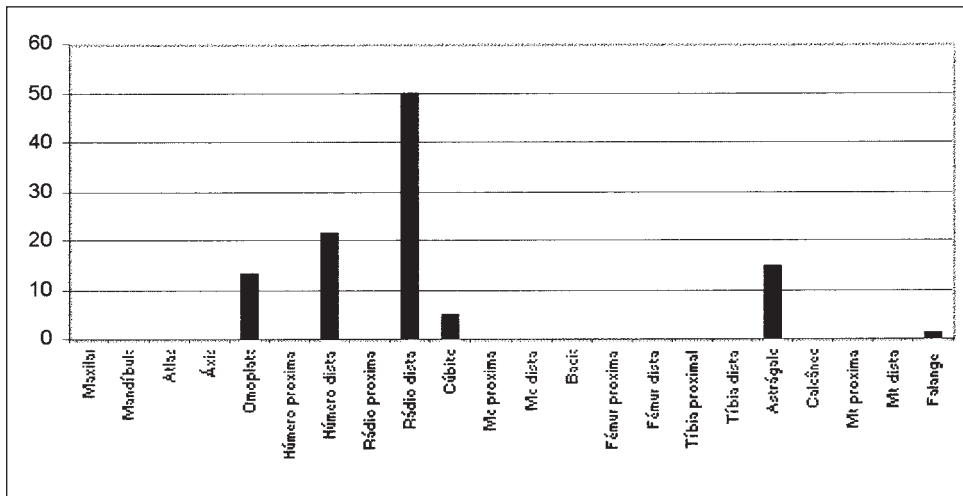
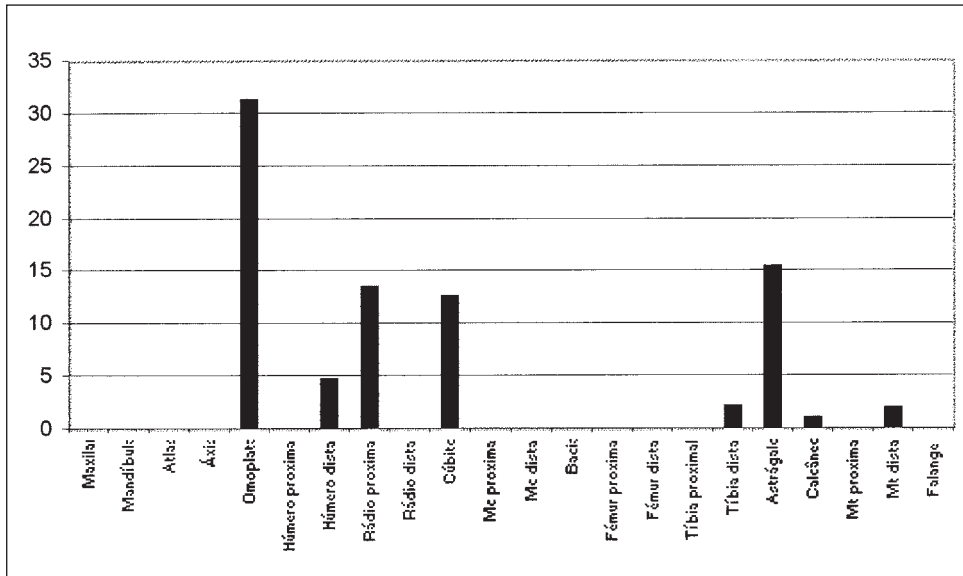


Fig. 40 – Distribuição das frequências dos elementos ósseos de *Bos* sp. com marcas de corte, das Camadas 2 (em cima), 3 (ao centro) e 4 (em baixo).

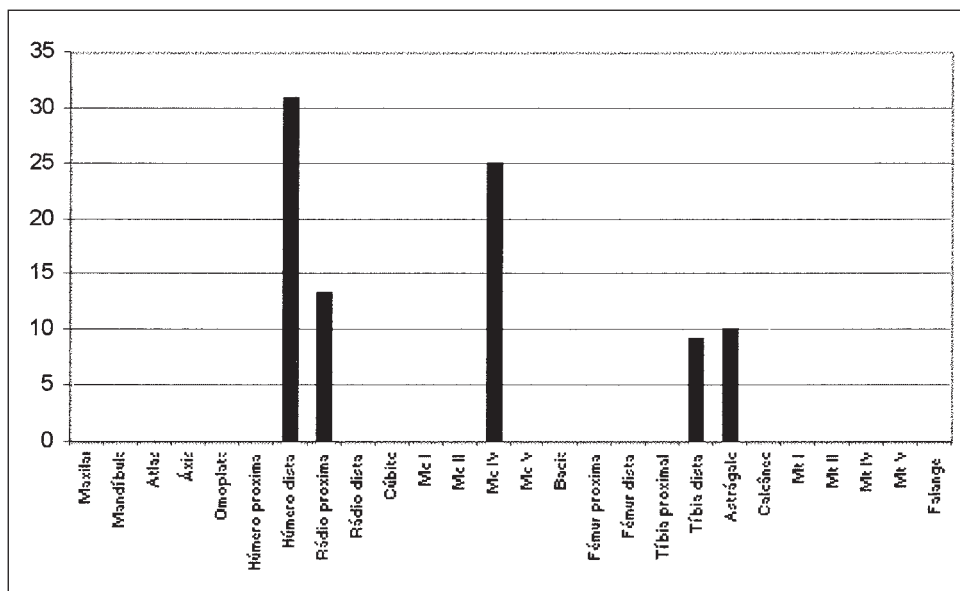
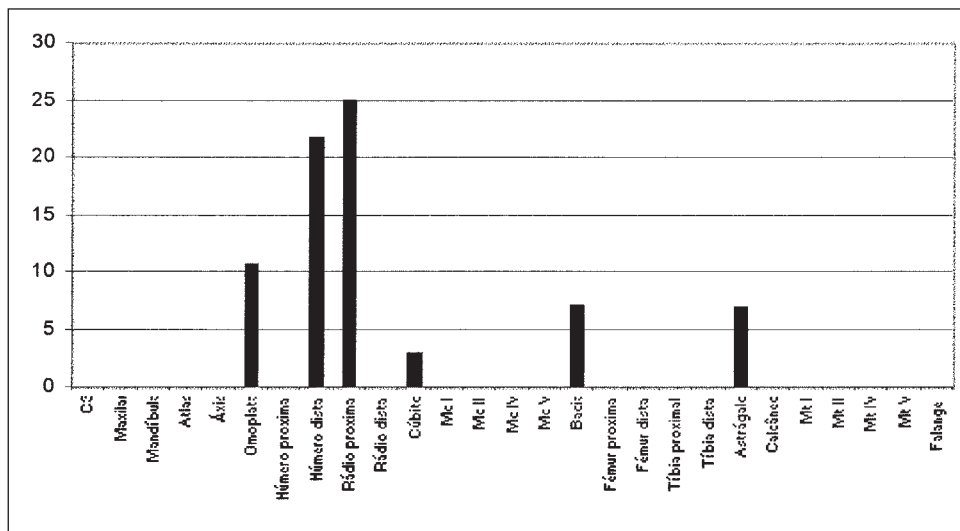
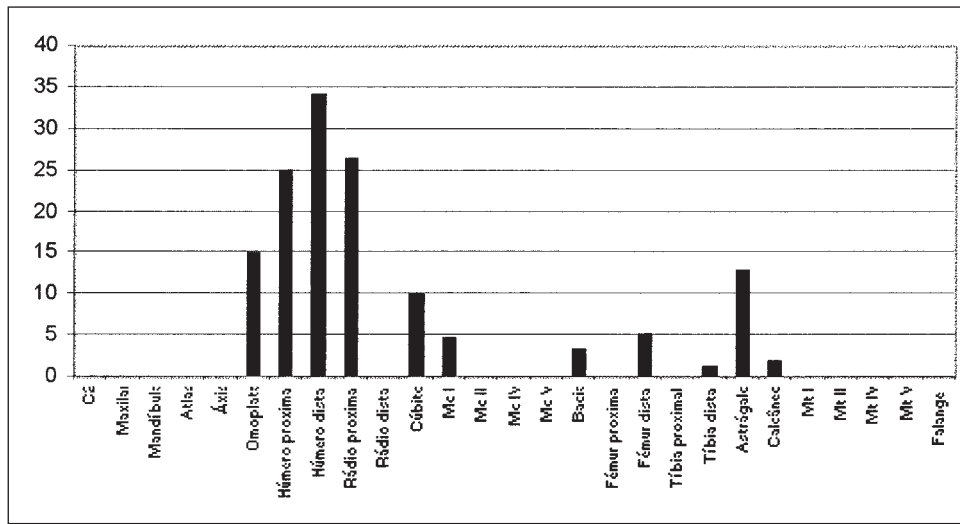


Fig. 41 – Distribuição das frequências dos elementos ósseos de *Sus* sp. com marcas de corte, das Camadas 2 (em cima), 3 (ao centro) e 4 (em baixo).



Fig. 42 – Extremidade distal de húmero de *Sus* sp. com abundantes marcas de dentes de carnívoro, resultantes do aproveitamento secundário de ligamentos a ele aderentes, depois do consumo humano. Camada 2 (Calcolítico Pleno).



Fig. 43 – Porção proximal de omoplata direita de *Sus* sp., com duas depressões bem marcadas, punctiformes, devidas a dentes de carnívoro. Camada 2 (Calcolítico Pleno).

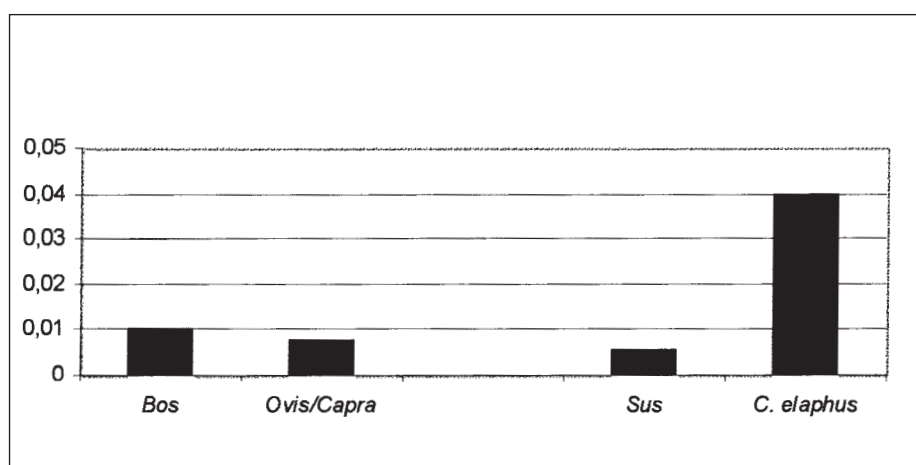
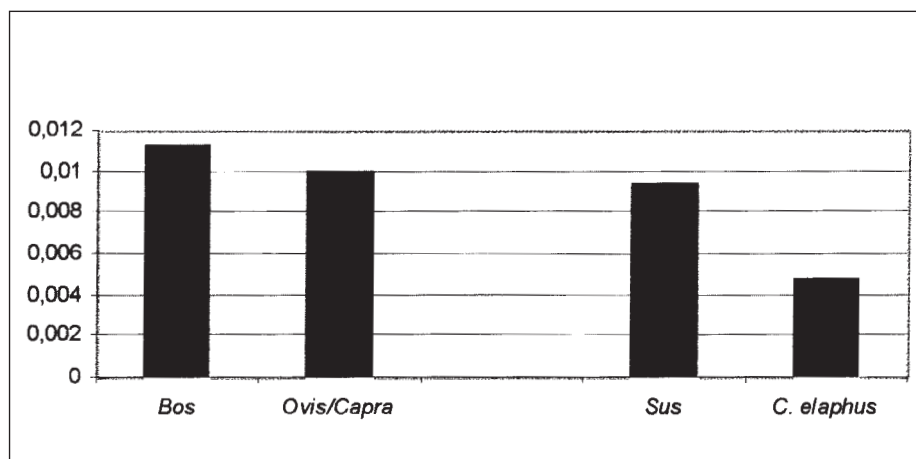


Fig. 44 – Distribuição percentual por espécies dos ossos com vestígios de fogo, da Camada 2 (em cima) e da Camada 3 (em baixo).

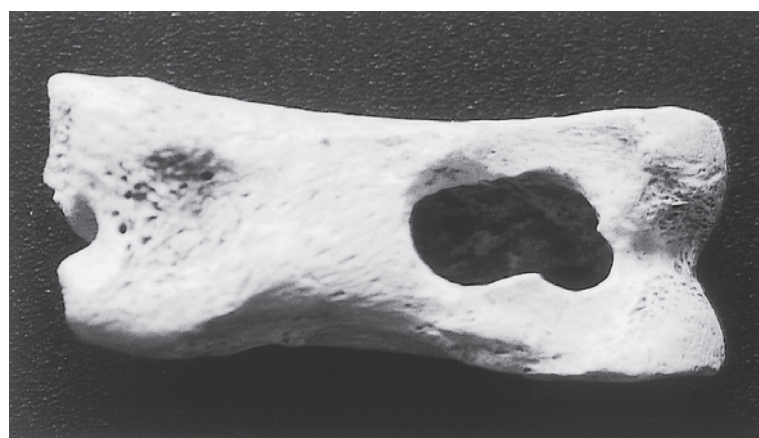


Fig. 45 – Falange I de *Sus* sp. exibindo perfuração de natureza enigmática, na face posterior. Camada 2 (Calcolítico Pleno).

ESTUDO ARQUEOZOOLÓGICO DOS CARNÍVOROS DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS)

Filipa Pires¹

João Luís Cardoso²

Francisco Petrucci-Fonseca³

1 – INTRODUÇÃO

A Arqueozoologia é tida como um dos ramos da Arqueologia e refere-se ao estudo de restos animais encontrados em sítios arqueológicos. Reflete não só a perspectiva antropológica cultural decorrente do estudo dos restos faunísticos dos arqueossítios, no sentido de obter informação sobre o comportamento humano, mas também proporciona informação acerca desses mesmos animais.

Assim sendo, a Arqueozoologia não é mais que uma ligação entre a Paleontologia (que estuda fósseis de etapas anteriores) e a Antropologia/Arqueologia.

Sendo a Estremadura uma região favorável à fixação humana, por apresentar condições naturais propícias, entre as quais o clima, a proximidade com o litoral e os estuários dos rios Tejo e Sado (vias de penetração para o interior do território), cedo foi uma área de estudo da presença calcólica. Como tal, são de avultada importância os resultados já obtidos em estudos feitos em locais como Leceia (Oeiras), considerado um dos mais expressivos povoados calcólicos da Estremadura ao lado do povoado do Zambujal (Torres Vedras) e do de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja).

Assistiu-se, na primeira metade do 3.º Milénio a.C., ao eclodir de um processo civilizacional que se traduz, a nível arquitectónico, na construção de fortificações, de diversos tipos, em redor de povoados, como resultado da sedentarização e das transformações de base económica correspondentes e do ambiente social mais competitivo. Situado no vale da ribeira de Barcarena a 4 Km do rio Tejo, o povoado fortificado calcólico de Leceia é disso exemplo.

⁽¹⁾ Licenciada em Biologia Aplicada aos Recursos Animais pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

⁽²⁾ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

⁽³⁾ Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A sequência estratigráfica identificada no povoado pré-histórico de Leceia, materializa-se em diversas fases culturais, entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno (entre cerca de 3500 e 2500/2200 a.C.) (CARDOSO, 1997).

Trata-se de arqueossítio bem conhecido do mundo científico desde 1878, altura da publicação de uma monografia de Carlos Ribeiro, sendo durante muito tempo a única obra portuguesa desta natureza dedicada a um povoado pré-histórico. Em 1963, foi classificado como “imóvel de interesse público” (CARDOSO, 1994).

Tendo sido retomadas as escavações duas décadas depois desta classificação, por um de nós (J.L.C.), as campanhas têm-se sucedido nestes últimos 19 anos originando uma vasta bibliografia publicada na sequência e como resultado das escavações realizadas.

Os trabalhos já realizados no âmbito específico da Arqueozoologia abordam o estudo da Avifauna e da Ictiofauna do povoado pré-histórico de Leceia (CARDOSO, 1995), para além do publicado neste número (CARDOSO & DETRY, 2001/2002).

Com o presente trabalho pretende-se estudar os carnívoros recolhidos em Leceia dando-se particular importância a *Canis familiaris*. Para tal procedeu-se à identificação anatómica e taxonómica de material osteológico disponível bem como ao seu estudo biométrico. Nunca esquecendo o significado cultural da amostra conseguida, direccionou-se no entanto o estudo para a sua vertente biológica.

A análise do material agora estudado, recuperado por um de nós (J. L. C.) nas escavações por si dirigidas desde 1983 no povoado pré-histórico de Leceia, efectuou-se no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras onde se encontram depositados.

2 – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

O povoado pré-histórico localiza-se numa plataforma da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, perto da actual povoação de Leceia. Sendo a ribeira de Barcarena um pequeno afluente do Rio Tejo, o lugar de Leceia dista deste último cerca de 4 Km, e 7 Km a Oeste de Lisboa.

Encontra-se bem documentada, em Leceia, a presença humana no decurso de mais de um milénio, representando a mais completa sucessão cronológica e cultural até à data definida num povoado da área centro/sul de Portugal (CARDOSO, 1994).

O povoado estabeleceu-se numa plataforma constituída por bancadas de calcários recifais do Cretácico, então aflorantes (CARDOSO, 1997). Contudo, a sua ocupação não foi um processo contínuo, observando-se curtos episódios de abandono, podendo ou não estes episódios ser extensivos a toda a área ocupada.

As diversas fases culturais representadas na área ocupada apresentam uma expressão estratigráfica bem definida, reconhecendo-se na área escavada, uma sequência estratigráfica constituída por três camadas arqueológicas principais designadas por camadas 2, 3 e 4 (CARDOSO, 1994).

De um modo geral, pode observar-se uma camada superior de coloração acastanhada e textura terrosa com abundantes blocos que resultam da destruição contínua das estruturas da camada subjacente. Trata-se

da Camada 2 e corresponde à terceira e última fase cultural da sequência geral definida, o Calcolítico Pleno. Imediatamente abaixo, encontra-se a Camada 3, correspondente à segunda fase cultural – Calcolítico inicial, exibindo uma cor amarela-esbranquiçada e uma textura argilo-margosa, apresentando-se por vezes muito compacta. Esta camada pode assentar ou sobre a Camada 4 ou sobre o substrato geológico do Cretácico. Correspondendo à fase cultural mais antiga da área escavada (Neolítico Final), a Camada 4 é caracterizada por apresentar uma cor vermelho-acastanhada. Esta assenta no substrato geológico constituído por bancadas de calcários recifais, preenchendo as suas irregularidades e fossilizando a antiga topografia.

A ausência local da Camada 4 em certas zonas, sugere um período de erosão, transporte e acumulação de materiais que corresponde a abandono do local antes da construção das primeiras estruturas calcolíticas. Esta lacuna na ocupação, observável entre as duas primeiras fases culturais, pode também detectar-se entre a segunda e a terceira fases culturais, mas de forma menos nítida.

3 – A OCUPAÇÃO HUMANA DO POVOADO CALCOLÍTICO DE LECEIA

O período frio e regressivo que terminou há cerca de 10 000 anos foi sendo substituído progressivamente por um aquecimento climático generalizado e rápida transgressão (DIAS *et al.*, 1997).

Esta modificação drástica marca o limite entre o Tardi-glaciário (extremo fim do Plistocénico e da última glaciação alpina, Würm) e o Pós-glaciário (Holocénico).

De um modo geral, pode dizer-se que o clima se tornou cada vez mais temperado e menos seco devido ao aumento da quantidade de água no estado líquido, com conseqüente subida do nível médio do mar, estabilizando numa época designada por “Optimum climaticum” pós-glaciário atingido no período Atlântico (8000 BP – 5000BP).

Condições temperadas, mais húmidas que as actuais e também mais quentes cerca de 2 a 3° C caracterizaram este “Optimum climaticum” (CARDOSO, 1994, 1995). Tais condições climáticas bem como as que lhes terão sucedido a partir de 5000 BP (menos quentes e mais secas, características do período Sub-boreal) eram propícias ao desenvolvimento de manchas florestais de certa importância constituídas por bosques de pinheiros e caducifólias entremeando espaços ocupadas por pastagens (CARDOSO, 1994).

Foi este o ambiente natural que as primeiras comunidades humanas encontraram aquando da sua fixação no esporão de Leceia, no decurso da 2ª metade do IV milénio a.C..

A localização do povoado foi determinada não só pela geomorfologia da zona e recursos existentes mas também pelas condições de defesa da plataforma onde aquele foi construído e pela existência do próprio vale da ribeira de Barcarena (CARDOSO, 1997). A ocupação de locais em altura, como foi o caso do esporão de Leceia, revela, por parte da comunidade ali instalada, evidentes necessidades de defesa.

O admissível nível médio das águas situado talvez um pouco acima do actual (DIAS, 1985 *in* CARDOSO, 1994) atingido há cerca de 5000 anos no decurso do Neolítico Final proporcionou condições de boa navegabilidade na ribeira de Barcarena, constituindo a referida linha de água um óptimo meio de circulação de pessoas e bens desde a zona do povoado até ao estuário do Tejo e vice-versa.

Tratava-se de uma comunidade detentora de uma economia essencialmente agro-pastoril aquela que se instalou na plataforma de Leceia no Neolítico Final, no decurso do último quartel do IV milénio AC.

Com necessidades de defesa, provavelmente para protecção dos bens resultantes da acumulação de excedentes de produção agrícola só então tornados possíveis graças à introdução de um conjunto de inovações tecnológicas (arado, carro e força de tracção animal – bovídeos domésticos) (CARDOSO, 1997), instalaram-se em zonas altas e naturalmente defendidas. Este processo de intensificação económica acentuar-se no início do Calcolítico; com efeito, não foram identificados neste povoado (nem noutros desta altura) estruturas defensivas relativas ao Neolítico Final, no decorrer do qual ocorreu a primeira ocupação (CARDOSO, 1997).

Após um período de abandono de algumas dezenas de anos construiu-se de uma só vez uma importante fortificação, situada cronologicamente, pelas datas de radiocarbono obtidas, em torno de 2800 anos AC e, do ponto de vista cultural, integrada no Calcolítico Inicial.

A necessidade de defesa dos excedentes agrícolas associada à sedentarização da comunidade proporcionada pelo reforço da sua dependência relativamente ao território próximo do povoado (vias de circulação naturais, solos com elevada aptidão agrícola e fertilidade) justifica o investimento de esforço na fortificação (CARDOSO, 1994) como resposta a um ambiente social mais competitivo.

Rearranjos, restauros e acrescentos vão ocorrendo ao longo deste período, denotando um clima de tensão e instabilidade sociais, que caracterizam todo o III milénio AC na Estremadura e, de um modo geral, no território português.

O abandono do fortificado dá-se por volta de 2200 BC no final do Calcolítico Pleno, fase cultural iniciada cerca de 2600 BC após um pequeno período de abandono, que poderia não ter sido total, isto é, poderia apenas ter abrangido uma parte da área anteriormente ocupada (CARDOSO, 1997).

A correlação da estratigrafia com a sequência cultural supradescrita é a seguinte (CARDOSO, 1994, 1997):

- Camada 4 – Neolítico Final
- Camada 3 – Calcolítico Inicial
- Camada 2 – Calcolítico Pleno.

4 – MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo incidiu sobre os carnívoros, principalmente canídeos, felídeos e uma espécie da família Ursidae. No decurso deste trabalho foi analisado material osteológico recolhido nas 18 campanhas de escavações realizadas entre 1983 e 2000, o qual se encontra depositado no Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras sediado na antiga Fábrica da Pólvora em Barcarena.

A identificação do material analisado foi levada a cabo com o auxílio de atlas osteológicos nomeadamente os de Elisabeth Schmid (SCHMID, 1972) e de L. Pales e M.A. Garcia (PALES & GARCIA, 1981). Posteriormente, para os Canidae, procedeu-se à comparação osteológica com elementos esqueléticos de espécies modernas, existentes no Museu Nacional de História Natural – Museu Bocage, de modo a confirmar a identificação feita.

Para a análise dos dados do grupo faunístico em questão o número total de restos (NTR) que constituem o conjunto da amostra foi transformado numa outra unidade, o Número de Restos Determinados (NRD). Esta unidade é obtida através da contagem dos espécimes que foram identificados não só anatómica como taxonomicamente.

O método utilizado é quantitativo e oferece facilidade de cálculo e valor directamente observável. Contudo, pode apresentar certas desvantagens na medida em que é um índice que pode ser influenciado não só por diferenças de conservação devidas às diversas resistências apresentadas pelos elementos de diferentes grupos como por técnicas de manipulação (escavação e em laboratório). Pode ainda ser passível de oferecer dificuldades na percepção do seu significado, quando utilizado como meio de comparação inter-espécies, resultante das diferenças anatómicas apresentadas por espécies afastadas (presença de elementos diferentes ou diferenças numéricas de certos elementos) (REITZ & WING, 1999). Algumas destas desvantagens atenuam-se quando é utilizado conjuntamente com um outro índice, o Número Mínimo de Indivíduos (NMI).

O NMI representa o número de indivíduos necessário para englobar todos os espécimes identificados. Para o seu cálculo é necessário ter em conta a paridade entre os elementos do esqueleto (ao fémur direito corresponde um fémur esquerdo, etc.), pois o número mais elevado de um elemento esquerdo ou direito será o NMI.

Este índice é uma medida analítica e não um número real. É um número derivado do material identificado e conjuntamente com o NRD limitam inferior e superiormente (respectivamente) o intervalo no qual o número real de animais, que deu origem aos elementos identificados, se pode situar (VALENTE, 1997).

5 – RESULTADOS

O conjunto ósseo foi sujeito a análise sendo identificadas seis espécies de três famílias da ordem Carnívora que de seguida se passam a enumerar.

Classe Mammalia

Ordem Carnivora

Família Ursidae

Ursus arctos L., 1758 (Urso pardo)

Família Felidae

Felis silvestris Schreber, 1777 (Gato bravo)

Lynx pardina (Temminck), 1824 (Lince-ibérico)

Família Canidae

Vulpes vulpes (L.), 1758 (Raposa)

Canis lupus L., 1758 (Lobo)

Canis familiaris L., 1758 (Cão)

O material ósseo estudado proporcionou um total de 122 restos dos quais 118 (96,72%) foram analisados anatómica e taxonomicamente. Os restantes 4 restos (3,28%), foram unicamente estudados anatomicamente por impossibilidade de identificação, dada a inexistência de elementos de comparação, sendo a sua classificação duvidosa.

Como se pode observar no quadro 1 os 118 restos ósseos, provenientes de três níveis, Calcolítico Pleno (Camada 2) – nível que forneceu mais restos; Calcolítico Inicial (Camada 3) e Neolítico Final (Camada 4), encontram-se distribuídos pelas seis espécies referidas representando um número mínimo de 20 indivíduos diferentes (Quadro 2).

Quadro 1 – Distribuição do total de restos por espécie e por camada

	Cam.2	cam.3	cam.4	niv.ind.	Total
<i>Canis familiaris</i>	59	16	2	4	81
<i>Canis lupus</i>		1			1
<i>Vulpes vulpes</i>	18	10			28
<i>Lynx pardina</i>	6				6
<i>Felis silvestris</i>		1			1
<i>Ursus arctus</i>	1				1
não identificados	2			2	4
<i>Total</i>	86	28	2	6	122

Quadro 2 – Valores de NRD e NMI (ver Anexo A, quadro1 e 2) para as espécies de carnívoros estudadas nos níveis arqueológicos

	Camada 2		Camada 3		Camada 4		Cam. indeterminada	
	NRD	NMI	NRD	NMI	NRD	NMI	NRD	NMI
<i>U. arctos</i>	1(1,19%)	1(8,33%)						
<i>L. pardina</i>	6(7,14%)	2(16,67%)						
<i>F. silvestris</i>			1(3,57%)	1(16,67%)				
<i>V. vulpes</i>	18(21,43%)	1(8,33%)	10(35,71%)	2(33,33%)				
<i>C. lupus</i>			1(3,57%)	1(16,67%)				
<i>C. familiaris</i>	59(70,24%)	8(66,67%)	16(57,14%)	2(33,33%)	2(100%)	1(100%)	4(100%)	1(100%)
<i>Total</i>	84(100%)	12(100%)	28(100%)	6(100%)	2(100%)	1(100%)	4(100%)	1(100%)

Salienta-se o facto de o maior número de restos, em qualquer uma das camadas, ser proporcionado pela única espécie doméstica identificada neste conjunto de carnívoros, o cão, num total de 81 restos, sendo as cinco espécies selvagens responsáveis por apenas 37 restos (Quadro 2).

Pela análise dos quadros nota-se o facto da Camada 4, do Neolítico Final, proporcionar um reduzido número de restos e, mais ainda, pertencentes exclusivamente à espécie doméstica mencionada.

A raposa (*V. vulpes*) é a espécie selvagem para a qual foi encontrada maior número de restos em qualquer uma das camadas. Todas as outras espécies estão representadas por um número muito reduzido de espécimes que no total (Camadas 2 e 3) não ultrapassam os 10 restos.

Nos Quadros 3, 4 e 5 refere-se a distribuição anatómica dos restos de cada uma das espécies encontradas em cada uma das Camadas referidas.

Quadro 3 – Distribuição anatómica e taxonómica dos restos identificados na Camada 2

Elemento	<i>U. arctos</i>	<i>L. pardina</i>	<i>V. vulpes</i>	<i>C. familiaris</i>	total
Maxilar				2	2
Mandíbula		1		10	11
Dent.soltos	1			21	22
Úmero				1	1
Úme.prox				1	1
Úme.dist		2		3	5
Rád.prox				1	1
Rád.dist				1	1
Cúbito prox.		1	1	2	4
Metacárpicos			5	1	6
Mc prox.			2	1	3
Fémur prox				3	3
Fémur dist				2	2
Metatársicos				2	2
MT prox			1	4	5
Metápodos ind.			2	2	4
Astrágalo		1		1	2
Falange		1	7	1	9
Total(NRD)	1	6	18	59	84
%	1,19	7,14	21,43	70,24	100
NMI	1	2	1	8	12

Quadro 4 – Distribuição anatômica e taxonômica dos restos identificados na Camada 3

Elemento	<i>F. silvestris</i>	<i>V. vulpes</i>	<i>C. lupus</i>	<i>C. familiaris</i>	total
Maxilar		2		1	3
Mandíbula		1	1	1	3
Dent. soltos		2		2	4
Úmero prox				1	1
Úmero dist	1			1	2
Rádio		2			2
Cúbito prox		2		3	5
Metacárpico		1		2	3
MC prox				2	2
Fémur prox				1	1
Fémur dist				1	1
Metápodos ind.				1	1
Total(NRD)	1	10	1	16	28
%	3,57	35,71	3,57	57,14286	100
NMI	1	2	1	2	6

Quadro 5 – Distribuição anatômica e taxonômica dos restos identificados na Camada 4

Elemento	<i>C. familiaris</i>	total
Dent. solto	1	1
Metacárpico	1	1
Total(NRD)	2	2
%	100	100
NMI	1	1

No caso do cão salienta-se, para as Camadas 2 e 3, uma distribuição relativamente homogênea dos restos destacando-se, contudo, para a Camada 2, uma predominância de certos elementos relativos à região esquelética da cabeça, principalmente mandíbulas e dentes soltos. Os membros encontram-se relativamente bem representados, observando-se apenas a ausência de tíbias e a predominância de algumas extremidades de certos elementos em relação a outros, como é o caso do úmero distal, fémur proximal e cúbito proximal, principalmente na Camada 2. Da mesma forma, os ossos das patas encontram-se relativamente bem representados, havendo uma predominância dos ossos das patas traseiras na camada 2 e dos ossos das patas dianteiras na Camada 3.

Os restos de raposa encontrados são predominantemente ossos das patas, no caso da Camada 2, e elementos da cabeça e do membro anterior na Camada 3.

6 – DISCUSSÃO

Tal como em Leceia os restos de mamíferos encontrados em escavações de outros povoados do Calcolítico da Península Ibérica são numerosos, prendendo-se este facto com a actividade agro-pastoril já desenvolvida naquele período. Assim, escassa presença de restos de animais selvagens justifica-se pelo facto de as necessidades proteicas da comunidade se encontrarem cobertas essencialmente pelas espécies domésticas ligadas à pastorícia sendo complementadas pela caça de espécies selvagens de maior porte como certos ungulados selvagens, dentre os quais o veado e o javali eram os mais importantes, sem esquecer o boi selvagem, representado por um menor número de restos.

Do reduzido número de restos de carnívoros identificados (118 restos), apenas 37 dizem respeito a espécies selvagens, valor este que se enquadra nos números apresentados por vários autores para sítios arqueológicos do período calcolítico como é o caso de A. v. d. Driesch e A. Morales (DRIESCH & MORALES, 1978) para o povoado de Terrera Ventura (Almería), em que os restos do respectivo grupo não ultrapassam as três dezenas. No nosso país, M. T. Antunes (ANTUNES, 1987) e J. M. Arnaud (ARNAUD, 1993) referem, para o povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba e para o povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), que a presença de carnívoros selvagens é praticamente inexistente não ultrapassando no primeiro caso os 11 espécimes. O mesmo se verifica no povoado do Zambujal, onde se identificam 70112 restos de mamíferos domésticos, contra apenas 10396 de mamíferos selvagens (DRIESCH & BOESSNECK, 1981), dos quais, 6818 são de coelho (o qual nada indica ser exclusivamente selvagem).

A espécie selvagem mais identificada (n=18 na camada 2; n=10 na camada 3) é a raposa, ao contrário do que acontece noutros sítios arqueológicos do mesmo período, como os atrás mencionados, onde os restos desta espécie são pouco frequentes. É o caso do povoado calcolítico fortificado do Zambujal, com apenas 4 restos identificados (DRIESCH & BOESSNECK, 1981). Todavia, o número mínimo de indivíduos desta espécie por camada (um mínimo de 1 indivíduo na Camada 2 e de 2 indivíduos na Camada 3) é muito menor do que quando se considera apenas o NRD.

Também J. Clutton-Brock (CLUTTON-BROCK, 1969) nos dá conta para o sítio arqueológico de Jericho Tell (Israel), com uma ocupação bastante longa (do Mesolítico à Idade do Bronze e período Bizantino), da diminuição gradual do número de restos de raposa bem como da sua importância para a dieta das comunidades estabelecidas, apesar de ser igualmente o carnívoro selvagem responsável em todos os períodos pelo maior número de restos.

A presença desta espécie no povoado de Leceia pode dever-se a vários factores: seria caçada pela sua pele ou por troféus bem como pela sua carne ou apenas como resultado do seu carácter oportunista, sendo morta como simples intruso, como também salienta J. Clutton-Brock (CLUTTON-BROCK, 1969) para esta espécie nos períodos mais recentes de Jericho Tell.

A presença de restos de lince (6 restos identificados) e de urso pardo (1 resto identificado) na Camada 2 leva a crer que fossem objecto de caça como se verifica noutros sítios arqueológicos do mesmo período, actividade essa provavelmente esporádica que se deve não tanto à sua escassez no período Calcolítico mas sobretudo à dificuldade de captura justificando deste modo, em parte, o número reduzido de restos: no

Zambujal, cujo enquadramento ecológico era semelhante, recolheram-se, 32 restos de lince, tal como em Leceia, apenas um de urso (DRIESCH & BOESNECK, 1981).

O número de restos de urso pardo bem como de lince é coincidente com os valores apresentados, 2 e 7 restos respectivamente, para a última fase de ocupação (Calcolítico: 2400 – 2000 BC) de Terrera Ventura (DRIESCH & MORALES, 1978).

Também o lobo e o gato bravo estão representados por um número muito reduzido de restos (n=1) na Camada 3. No caso do lobo não se pode, com certeza, afirmar que tivesse sido alvo de caça pois o resto encontrado corresponde a uma hemimandíbula pertencente a uma cria. Os baixos valores apresentados para *Felis silvestris* são semelhantes aos encontrados nos sítios arqueológicos portugueses e espanhóis do mesmo período já mencionados. No caso do lobo, este encontra-se ausente dos sítios mencionados.

A quantidade relativamente pequena de carnívoros selvagens revela a pouca importância que estas espécies sempre tiveram na dieta destas populações pré-históricas, pela quantidade reduzida de carne que poderiam proporcionar não justificando o esforço de caça despendido. Já o mesmo não sucedia com as peles, objecto de utilização apreciada.

Como já foi dito, a espécie doméstica (*Canis familiaris*) é, por si só, responsável pela maior parte dos restos de carnívoros identificados. Contudo, apesar de ser uma presença constante também noutros sítios arqueológicos portugueses do mesmo período surge, de uma forma geral, em quantidades pequenas.

O total de restos desta espécie no povoado de Leceia (n=81) aproxima-se dos números apresentados para o povoado fortificado do Zambujal onde foram identificados 175 restos de cão entre mais de oito dezenas de de milho de restos, comparação esta impossível de fazer para o sítio arqueológico em estudo neste trabalho, onde estes últimos ainda não estão contabilizados na totalidade.

Em relação a outros povoados do Calcolítico o valor encontrado é relativamente maior quando comparado, por exemplo, com os valores apresentados por M. T. Antunes (ANTUNES, 1987) para o povoado fortificado do Monte da Tumba onde o cão se encontra representado por apenas um resto, ou com os valores relativos ao povoado do Calcolítico de Porto Torrão onde esta espécie é responsável por apenas 2,5 % do total de restos (ARNAUD, 1993). Também num povoado do Calcolítico espanhol, Terrera Ventura (DRIESCH & MORALES, 1978) esta espécie não ultrapassa os 6 restos.

Sendo o cão mais omnívoro do que se possa pensar e considerando por isso o seu carácter de possível competidor directo em relação ao homem, a presença deste só é tolerada como parte integrante da comunidade biossocial, se esta apresentar um excesso de produção de alimento (REED, 1969).

Pode ser esta uma das justificações para a significativa presença do cão em Leceia (pelo menos 11 indivíduos no conjunto das 3 Camadas), tendo em conta a economia exercida proporcionar a existência de excedentes, como aliás se verifica no povoado do Zambujal.

A relação existente entre o cão e o homem numa comunidade deste tipo pode ser considerada de carácter mutualista. O homem proporciona alimento ao cão permitindo que este actue na limpeza dos restos alimentares e este desempenha funções auxiliando na guarda e condução de rebanhos ou mesmo na caça.

Outra hipótese a considerar é a do cão também poder constituir uma fonte de alimento para o povoado além de ser utilizado nas funções supracitadas. Os ossos apresentam-se bastante fracturados e um dos restos (uma hemimandíbula) apresenta marcas de corte (Ver Figs. 14 a 17). Contudo, caso esta espécie tenha sido

alvo de consumo, é de salientar a sua importância como alimento ser ocasional, a avaliar pelo número reduzido de restos.

Observa-se a presença de certos elementos roídos pertencentes a esta espécie e a *L. pardina* (ver Figs. 21 e 22) responsabilizando-se, sobretudo, o cão por este tipo de marcas, usando os carniceiros e os caninos, provocando sulcos irregulares ou perfurações, a partir das extremidades.

De uma forma geral, e não apenas relativamente à espécie doméstica, os restos identificados encontram-se bastante fracturados revelando possível consumo.

A fractura intencional dos elementos, em associação com factores de conservação relacionados, com a densidade estrutural apresentada pelas partes do esqueleto bem como pelas diferentes partes do mesmo osso influenciam a preservação condicionando a sua presença nos inventários arqueofaunísticos.

Segundo Kreutzer (*in* LYMAN, 1994) há variações taxonómicas na densidade estrutural dos ossos. Tendo em conta que os estudos de medição da densidade dos diferentes elementos têm sido realizados maioritariamente em herbívoros, fica por fazer a confirmação das diferenças de densidade dos ossos dos carnívoros que possa justificar a presença dominante de certos elementos em relação a outros, conforme foi observado.

O facto de haver uma maior predominância, na espécie doméstica, de elementos esqueléticos da cabeça e, no caso da raposa, de elementos constituintes das patas prende-se com a provável estrutura mais densa deste tipo de ossos também nestas espécies.

O cão terá tido influência na presença diferencial de certos elementos cujas partes menos densas poderiam ter sido alvo de consumo por parte desta espécie, facto confirmado pela existência de certos elementos roídos, como já foi referido.

Deste modo, a predominância de certos elementos no conjunto de restos analisados, como se pode observar nos Quadros 3, 4 e 5, poderá ser resultante da acção conjunta dos vários processos tafonómicos que influenciam a presença do elemento, nomeadamente a diferente fractura intencional, para alimentação ou utilização, o consumo das partes esqueléticas menos densas por parte dos carnívoros (principalmente o cão) determinados pela densidade estrutural das diferentes partes esqueléticas.

O facto de a espécie doméstica apresentar uma distribuição relativamente homogénea dos diferentes restos poderá prender-se com o seu hipotético estatuto de parte integrante da comunidade apresentando-se de uma forma permanente no povoado.

O número de restos relativamente baixo correspondente às espécies selvagens não pode representar um reflexo da abundância de cada uma das espécies na região. Seja como for, espelham a importância relativamente baixa dada pela comunidade a estes animais, principalmente a nível alimentar.

Apesar de tudo, estas espécies constituem uma prova indirecta da riqueza faunística da zona e por outro lado, das características do coberto vegetal. O lince (*Lynx pardina*), bem como o gato bravo (*Felis silvestris*) encontram-se mais ligados a florestas de caducifólias, bosques abertos e com clareiras naturais (MACDONALD & BARRIET, 1999). O urso pardo (*Ursus arctos*) parece apontar mais para uma floresta mista, aglomerando caducifólias e coníferas. A raposa é uma espécie de fácil adaptação a qualquer habitat não sendo por isso grande indicador de um tipo específico de vegetação, mas ocupa preferencialmente florestas, nomeadamente de coníferas e campos agrícolas.

A presença destas espécies vem confirmar a caracterização das condições naturais existentes em Leceia no período Calcolítico atrás referidas (CARDOSO, 1997), dominando manchas florestais constituídas por bosques de coníferas e caducifólias, que se desenvolvem em vales e margens de linhas de água, intercalados por clareiras naturais, que poderiam ter assinalável extensão (pradaria).

7 – ANÁLISE BIOMÉTRICA

Material e Métodos

Após o estudo anatómico procedeu-se à análise biométrica dos elementos ósseos usando para o efeito uma craveira de precisão.

Procedeu-se à medição de todas as peças em que tal foi possível com base em metodologia publicada (DRIESCH, 1976) efectuando-se para os ossos longos/ossos dos membros medições em três sectores: nas extremidades proximal e distal (epífises) e a meio da diáfise. Nas extremidades foi considerado o diâmetro transversal (DT) e o diâmetro ântero-posterior (DAP). Sempre que possível foi também medido o comprimento máximo do elemento, visto a maioria dos ossos longos não se encontrarem completos.

Para alguns ossos procedeu-se adicionalmente ou em substituição a outras medidas descritas por A. Driesch (DRIESCH, 1976). Exemplo disso é o caso do fémur no qual além das medidas descritas atrás foi também considerado o DT da cabeça do fémur. No caso do úmero, em lugar do diâmetro transversal da extremidade proximal considerou-se o diâmetro ântero-posterior. Outra excepção para os ossos dos membros foi o cúbito no qual foi medido, segundo procedimento descrito por J. L. Cardoso (CARDOSO, 1993), o DAP e DT da superfície articular e do olecrânio.

Para outros ossos, como os metacarpos e os metatarsos, considerou-se o comprimento máximo e o DT da extremidade distal. No caso do astrágalo foi apenas medido o comprimento máximo.

As falanges não foram estudadas por falta de material comparativo que proporcionasse uma identificação fidedigna dos restos encontrados.

Em relação aos dentes seguiu-se o procedimento descrito por A. v. d. Driesch (DRIESCH, 1976) para os carniceiros superior (P^4) e inferior (M_1) bem como para os molares superiores (M^1 e M^2) e inferiores (M_2 e M_3), medindo-se o diâmetro méso-distal (DMD) e o diâmetro vestibulo-lingual (DVL) ao nível do cingulo. Procedeu-se também às mesmas medições para todos os outros pré-molares inferiores e superiores encontrados. Foram ainda considerados, para a mandíbula e maxilar, outros parâmetros, também descritos por A. v. d. Driesch (DRIESCH, 1976).

Depois de efectuadas as medições no material ósseo procedeu-se à análise de colecções de comparação, através da medição de parâmetros homólogos, disponíveis no Museu Bocage e pertencentes às espécies *Canis lupus* e *Vulpes vulpes*.

Foi ainda determinado o valor médio de cada um dos parâmetros considerados, quer para a amostra arqueológica quer para a amostra actual, procedendo-se à comparação através de representações gráficas,

sendo a mais utilizada a dos “ratio-diagrams” (SIMPSON, 1941 *in* REITZ & WING, 1999) ou diagramas de Simpson. Estes diagramas foram construídos para a raposa e o cão tendo como base a fórmula: $d = \ln X - \ln Y$ (CARDOSO, 1993), onde Y é a média dos valores do parâmetro considerado na espécie de referência e X a média dos valores ou simplesmente o valor do parâmetro considerado da amostra arqueológica.

As diferenças logarítmicas, **d**, originam valores positivos no caso de os valores dos parâmetros considerados da amostra a comparar serem relativamente maiores que os da espécie de referência, ou valores negativos no caso contrário. A diferença assim obtida tem uma expressão gráfica na qual à espécie de referência corresponde o valor zero.

Este tipo de diagramas permite a comparação rigorosa de um conjunto de parâmetros considerados nas peças da amostra arqueológica com os seus homólogos da espécie de referência. Permite também a comparação entre peças homólogas de diversas jazidas, procedimento este levado a cabo para alguns restos de cão de Leceia.

Procedeu-se ainda ao estudo dos fragmentos de maxilares e mandíbulas encontradas de modo a avaliar a sua diminuição e “grau de sobreposição dentária”, respectivamente, por forma a melhor separar as peças de *Canis familiaris* das do seu homólogo selvagem.

Calculou-se, assim, para os maxilares, segundo método descrito (BALLELIO, 1979), a razão entre o comprimento do carniceiro (P^4) e o comprimento total dos dois molares (M^{1+2}), ($DMD P^4 / DMD M^{1+2}$). Esta razão será igual ou superior à unidade (de 1,00 a 1,05) se o comprimento do carniceiro for igual ou superior ao comprimento dos dois molares, valores atribuídos a *Canis lupus* (GAUDRY & BOULE, 1892 *in* BALLELIO, 1979). Se a razão proporcionar valores inferiores à unidade, o que acontece quando o comprimento do carniceiro é inferior ao conjunto dos dois molares, estes são atribuídos a *Canis familiaris* (GAUDRY & BOULE, 1892 *in* BALLELIO, 1979).

De modo a avaliar o “grau de sobreposição dentária” mandibular, foi calculado um “índice de sobreposição” segundo procedimento descrito (DAVIA & VALLA, 1978). Avaliou-se, deste modo, a razão entre o comprimento de M_1 (ao nível do cíngulo) e o comprimento alveolar dos pré-molares inferiores ($DMD M_1 / \text{compr. alveolar } P_1 \text{ a } P_4$). Estas relações, tanto a nível do maxilar como a nível mandibular, não devem por si só ser conclusivas, mas antes ser tomadas em conta e integradas no estudo de todas as restantes dimensões.

Ainda no caso do cão, a fim de se ter uma ideia mais clara do tamanho dos animais estudados e na tentativa de compará-los com raças portuguesas actuais, calculou-se a altura no garrote, para o que é necessário ter ossos longos inteiros. Este cálculo da altura no garrote apresenta limitações devido principalmente às variações individuais existentes na relação ossos longos / altura no garrote (DRIESCH & BOESSNECK, 1974 *in* ALTUNA, 1980). Por isso os resultados são apenas aproximações.

Para o cálculo da altura ao garrote foram utilizados factores calculados por Koudelka (1885 *in* ALTUNA, 1980) e R. A. Harcourt (HARCOURT, 1974). Os factores utilizados foram:

- Segundo Koudelka:
 - Úmero: (3,37 x comprimento total)
 - Fémur: (3,01 x comprimento total)
 - Rádio: (3,22 x comprimento total)

- Segundo Harcourt:
 - Úmero: (3,43 x comprimento total) – 26,54
 - Fémur: (3,14 x comprimento total) – 12,96
 - Rádio: (3,18 x comprimento total) + 19,51

Dos restos que constituem o material ósseo encontrado apenas um úmero se encontra inteiro e passível de ser usado no cálculo da altura no garrote. No cálculo desta medida, tendo por base os outros ossos longos, que na amostra não se encontravam completos, procedeu-se à análise de regressão simples para a qual se considerou como variável dependente o comprimento total de fémur e como variável independente, num caso o diâmetro transversal da sua extremidade proximal, e noutra caso o diâmetro transversal da extremidade distal. Para a análise foram utilizadas medidas conhecidas (de lobo e de cão) dos parâmetros atrás mencionados, medidas essas que no caso do cão foram retiradas de bibliografia consultada.

Obtiveram-se deste modo rectas de regressão que melhor se ajustavam aos dados utilizados, bem como as respectivas equações de regressão. Através destas equações calculou-se o comprimento total de cada osso em questão, caso estivesse completo. Com os valores estimados procedeu-se finalmente ao cálculo da altura no garrote.

O mesmo procedimento foi utilizado para o rádio, no material ósseo, apenas representado por uma extremidade distal.

Ainda de modo a aumentar o conhecimento sobre o tamanho do cão então existente, procedeu-se à análise da relação alométrica entre uma dimensão corporal e uma dimensão esquelética. Esta relação é aplicada para estimar dimensões corporais como por exemplo o peso total, a partir de medições de peças esqueléticas como o diâmetro da cabeça do fémur, entre outros (REITZ & WING, 1999). A relação alométrica é usada para relacionar o tamanho do animal com a dimensão de uma parte. Esta relação é feita de acordo com equações alométricas (SCHMIDT-NIELSEN, 1984 *in* REITZ & WING, 1999).

A fórmula toma a forma geral de $Y = aX^b$ mas a forma logarítmica, $\log Y = \log a + b(\log X)$, simplifica a computação. Neste caso Y é o peso total; X uma dimensão, como a dimensão da peça esquelética, diâmetro da cabeça do fémur; **a** e **b** são constantes alométricas obtidas a partir de um conjunto de indivíduos com pesos corporais e dimensões esqueléticas conhecidas. A constante **a** corresponde à intercepção com Y e **b** à inclinação da recta. Para as duas variáveis utilizadas os valores destas constantes encontram-se já calculados: $\log a = 0,696$; $b = 2,78$ (REITZ & WING, 1999).

Para as espécies com menor número de restos, nomeadamente, *Canis lupus*, *Ursus arctos*, *Felis silvestris* e *Lynx pardina*, procedeu-se à comparação, dos valores obtidos nos parâmetros considerados nos espécimes em estudo, com valores apresentados na bibliografia consultada.

Os dados obtidos nas medições dos elementos osteológicos da espécie *Canis familiaris* e *Vulpes vulpes*, encontram-se agrupados nos quadros 6 e 7, respectivamente.

Os dados relativos às espécies *Felis silvestris*, *Lynx pardina* e *Ursus arctos* apresentam-se no Quadro 8.

Quadro 6 – Medições de *Canis familiaris* (mm) (DMD – diâmetro méso-distal; DVL – diâmetro vestíbulo-lingual; comp.máx. - comprimento máximo; DT – diâmetro transversal; DAP – diâmetro ântero-posterior; prox. - proximal; dist. – distal; diáf. – diáfise; artic. - articulação; olecr. - olecrânio; Larg.R.Mand. - largura do ramo mandibular)

Elemento	Medida	N	Média	Max.	min.	Medições
úmero	DAPprox.	3	34.67	38	31.5	31,5; 34,5; 38
	DTprox.	2	26	28	24	24; 28
	DAPdiáf.	4	12.5	14	11.5	11,5; 11,5; 13; 14
	DTdiáf.	4	11	12.5	9.5	9,5; 10; 12; 12,5
	DAPdist.	3	21.83	23	20	20; 22,5; 23
	DTdist.	3	27.5	29	26	26; 27,5; 29
	comp.máx.	1				146
Fémur	DAPprox.	1				16
	DTprox.	3	40.33	52	34	34; 35; 52
	DTcabeça	4	18.38	24	14.5	14,5; 17; 18; 24
	DAPdiáf.	1				10
	DTdiáf.	1				13
	DAPdist.	3	28	30	27	27; 27; 30
	DTdist.	3	29.17	31.5	28	28; 28; 31,5
Rádio proximal	DAPprox.	1				12
	DTprox.	1				20.5
Rádio distal	DAPdist.	1				10
	DTdist.	1				18
Cúbito	DAPartic.	4	17.75	18.5	16	16; 18; 18,5; 18,5
	DTartic.	4	13.5	14.5	13	13; 13,5; 14; 14,5
Astragalo	comp.máx.	1				23
Metacárpico II	DAPprox.	3	13.17	13.5	13	13; 13; 13,5
	DTprox.	3	9.83	10.5	9	9; 10; 10,5
	DAPdiáf.	2	6.75	7.5	6	6; 7,5
	DTdiáf.	2	7.75	8.5	7	7; 8,5
	DAPdist.	1				9
	DTdist.	1				11
	comp.máx.	2	72.25	75	69.5	69,5; 75
Metacárpico III	DAPprox.	2	12.25	12.5	12	12; 12,5
	DTprox.	2	8.75	9	8.5	8,5; 9
	DAPdiáf.	2	6			6; 6
	DTdiáf.	2	7.5	8	7	7; 8
	DAPdist.	2	9.25	10	8.5	8,5; 10
	DTdist.	2	9.25	9.5	9	9; 9,5
	comp.máx.	2	70	72	68	68; 70



Quadro 6 – continuação

Elemento	Medida	N	Média	Max.	min.	Medições
Metacárpico V proximal	DAPprox.	1				10
	DTprox.	1				10
	DAPdiáf.	1				5
	DTdiáf.	1				7
Metatársico III	DAPprox.	2	15			15; 15
	DTprox.	2	10.5	11	10	10; 11
	DAPdiáf.	2	6.25	6.5	6	6; 6,5
	DTdiáf.	2	8			8; 8
	DAPdist.	2	10			10; 10
	DTdist.	2	9.5	10	9	9; 10
	comp.máx.	2	73.5	75	72	72; 75
Metatársico IV proximal	DAPprox.	3	12	13	11	11; 12; 13
	DTprox.	3	8.67	9	8	8; 9; 9
	DAPdiáf.	3	6.33	7	6	6; 6; 7
	DTdiáf.	3	6.67	7	6	6; 7; 7
Metatársico V proximal	DAPprox.	1				9
	DTprox.	1				7
	DAPdiáf.	1				4.5
	DTdiáf.	1				5
Pré-Molar 3 superior	DMD	1				9.5
	DVL	1				4
Pré-Molar 4 superior	DMD	3	17.17	17.5	17	17; 17; 17,5
	DVL	3	8.67	10	8	8; 8; 10
Molar 1 superior	DMD	3	12.33	13	12	12; 12; 13
	DVL	3	13.67	15	13	13; 13; 15
Molar 2 superior	DMD	1				5.5
	DVL	1				8
Canino superior	DMD	4	10.13	10.5	10	10; 10; 10; 10,5
	DVL	4	6.38	7	6	6; 6; 6,5; 7
	comp.máx.	4	39.88	40.5	39	39; 40; 40; 40,5
Maxilar	medida 16*	1				16
Pré-Molar 2 inferior	DMD	2	8	8.5	7.5	7,5; 8,5
	DVL	2	4			4; 4



Quadro 6 – continuação

Elemento	Medida	N	Média	Max.	min.	Medições
Pré-Molar 3 inferior	DMD	2	9.5			9,5; 9,5
	DVL	2	4.5			4,5; 4,5
Pré-Molar 4 inferior	DMD	3	9.67	11	9	9; 9; 11
	DVL	3	5			5; 5; 5;
Molar 1 inferior	DMD	7	20.14	22	19	19; 19; 19; 20; 20; 22; 22
	DVL	7	8	9	7	7; 7; 8; 8; 8; 9; 9
Molar 2 inferior	DMD	6	8.42	9.5	8	8; 8; 8; 8; 9; 9,5
	DVL	6	6.42	7	6	6; 6; 6; 6,5; 7; 7
Canino inferior	DMD	5	9.6	10	8	8; 10; 10; 10; 10
	DVL	5	6.6	7	6	6; 6; 7; 7; 7
	comp.máx.	3	37.33	39	35	35; 38; 39
Mandíbula	medida 7*	3	64.17	69.3	60	60; 63; 69,3
Mandíbula	medida 8*	2	58.25	61.5	55	55; 61,5
Mandíbula	medida 9*	3	56	60.5	50.5	50,5; 57; 60,5
Mandíbula	medida 10*	4	28.38	31	26.5	26,5; 27,5; 28,5; 31
Mandíbula	medida 11*	3	33.67	39	30	30; 32; 39
Mandíbula	medida 12*	4	30.13	33.5	25.5	25,5; 28,5; 33; 33,5
Mandíbula	medida 17*	6	10.92	12	10	10; 10,5; 10,5; 11; 11,5; 12
Mandíbula	medida 18*	1				46
Mandíbula	medida 19*	5	20.5	22	17.5	17,5; 20,5; 21; 21,5; 22
Mandíbula	medida 20*	7	17.43	20	15	15; 15,5; 17; 17; 18,5; 19; 20
Mandíbula	Larg.R.Mand.	3	28.17	31	26.5	26,5; 27; 31

(*) Cf. DRIESCH (1976).

Quadro 7 – Medições de *Vulpes vulpes* (mm) (DMD – diâmetro méso-distal; DVL – diâmetro vestibulo-lingual; comp.máx. - comprimento máximo; DT – diâmetro transversal; DAP – diâmetro ântero-posterior; prox. - proximal; dist. – distal; diáf. – diáfise; artic. - articulação; olecr. - olecrânio; Larg.R.Mand. - largura do ramo mandibular)

Elemento	Medida	N	Média	Max.	min.	Medições
Rádio	DAPprox.	2	7.5	8	7	7; 8
	DTprox.	2	11.5	12	11	11; 12
	DAPdiáf.	2	5			5; 5
	DTdiáf.	2	7.75	8	7.5	7,5; 8
	DAPdist.	2	8.5	9	8	8; 9
	DTdist.	2	15	16	14	14; 16
	comp.máx.	2	114.25	119	110	109,5; 119
Cúbito	DAPolecrâ.	2	13.75	14	13.5	13,5; 14
	DTolecrâ.	2	6.25	6.5	6	6; 6,5
	DAPartic.	3	14.67	16	14	14; 14; 16
	DTartic.	3	10.17	11	9.5	9,5; 10; 11
Metacárpico II	DAPprox.	3	7.33	8	6	6; 8; 8
	DTprox.	3	5			5; 5; 5
	DAPdiáf.	3	4.17	5	3	3; 4,5; 5
	DTdiáf.	3	4.67	5	4	4;5; 5
	DAPdist.	2	5.5	6	5	5; 6
	DTdist.	2	6.5	7	6	6; 7
	comp.máx.	2	38.25	40.5	36	36; 40,5
Metacárpico III proximal	DAPprox.	1				8.5
	DTprox.	1				6
	DAPdiáf.	1				4
	DTdiáf.	1				5
Metacárpico IV	DAPprox.	1				9
	DTprox.	1				5
	DAPdiáf.	2	5			5; 5
	DTdiáf.	2	5			5; 5
	DAPdist.	2	7			7; 7
	DTdist.	2	6.5			6,5; 6,5
comp.máx.	1				47	
Metacárpico V	DAPprox.	2	7.75	8	7.5	7,5; 8
	DTprox.	2	7.75	8	7.5	7,5; 8
	DAPdiáf.	2	4			4; 4



Quadro 7 – continuação

Elemento	Medida	N	Média	Max.	min.	Medições
	DTdiáf.	2	5.5			5,5; 5,5
	DAPdist.	2	7			7; 7
	DTdist.	2	7			7; 7
	comp.máx.	2	37.75	38	37.5	37,5; 38
Metatársico IV proximal	DAPprox.	1				9.5
	DTprox.	1				5.5
	DAPdiáf.	1				5
	DTdiáf.	1				4.5
Pré-Molar 4 superior	DMD	3	14.5	15	13.5	13,5; 15; 15
	DVL	3	6.33	7	5	5; 7; 7
Molar 1 superior	DMD	2	9.25	9.5	9	9; 9,5
	DVL	2	13			13; 13
Molar 2 superior	DMD	1				6
	DVL	1				9
Canino superior	DMD	1				6
	DVL	1				4
	comp.máx.	1				27.5
Maxilar	medida 15*	1				53.5
	medida 16*	1				15
	medida 17*	1				41
Pré-Molar 3 inferior	DMD	1				9
	DVL	1				3.5
Molar 1 inferior	DMD	1				15.5
	DVL	1				6.5
Mandíbula	medida 17*	1				7.5

(*) Cf. DRIESCH (1976).

A metodologia aplicada às restantes espécies de Carnívoros (ver Quadro 8) foi, de uma forma geral, distinta não só pelas diferenças encontradas no número de restos pelo qual cada espécie se encontra representada como pelo número de medidas que por isso foi possível registar. Optou-se então pelo estudo de cada espécie em particular, apresentando separadamente para cada uma delas os respectivos resultados e consequente discussão. Este procedimento visou uma melhor organização e compreensão da análise feita para cada espécie.

Quadro 8 – Medições relativas aos restantes carnívoros (mm) (DMD – diâmetro méso-distal; DVL – diâmetro vestibulo-lingual; comp.máx. - comprimento máximo; DT – diâmetro transversal; DAP – diâmetro ântero-posterior; prox. - proximal; dist. – distal; diáf. – diáfise; artic. - articulação;)

Elemento	Parâmetro	N	Medições
<i>Felis silvestris</i>			
úmero	DAPdist.	1	10
distal	DTdist.	1	17.5
<i>Lynx pardina</i>			
úmero	DAPdist.	1	17
distal	DTdist.	1	27
cubito	DAP artic.	1	25
proximal	DT artic.	1	15.5
Mandíbula	medida 10*	1	15.5
Pré-Molar 3	DMD	1	8
inferior	DVL	1	4
Pré-Molar 4	DMD	1	11
inferior	DVL	1	5
<i>Ursus arctos</i>			
Pré-Molar 3	DMD	1	21
inferior	DVL	1	16

(*) Cf. DRIESCH, (1976).

7.1 – Cão (*Canis familiaris*)

Os restos de *Canis familiaris* encontrados nas várias camadas foram estudados como um único conjunto. As figuras 1, 2, 3 e 4 são o resultado da comparação entre os valores obtidos na medição dos diferentes parâmetros considerados nos restos encontrados relativos a esta espécie (Quadro 6), e os valores resultantes da medição dos mesmos parâmetros em peças homólogas da colecção de comparação observada, constituída por exemplares de lobo actual (ver Anexo B).

De uma forma geral, relativamente às quatro figuras resultantes, observa-se que os valores dos parâmetros considerados nos espécimes da amostra de Leceia são menores quer considerando a média dos exemplares da amostra de comparação quer considerando o menor exemplar de lobo usado.

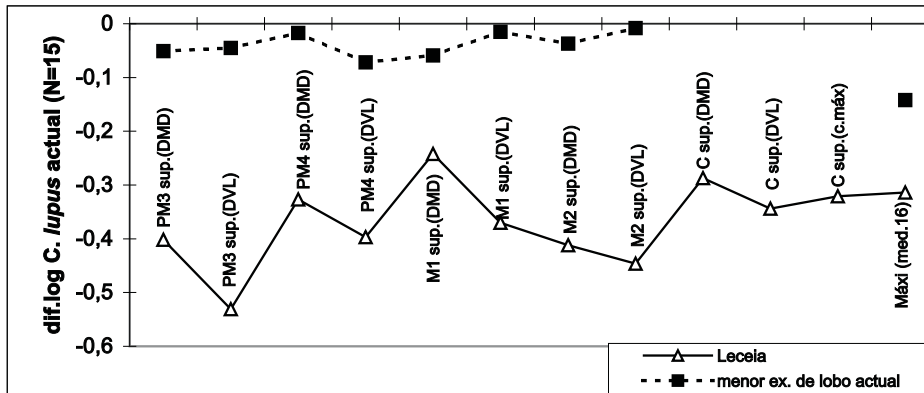


Fig. 1 – Diferenças logarítmicas da dentição superior de cão em Leceia (P³ n=1; P⁴ n=3; M¹ n=3; M² n=1; C n=4 e Med.16 n=1) relativamente ao lobo actual (Cf. DRIESCH, 1976)

Em relação à Fig. 1 salienta-se o facto de o P⁴ da amostra de Leceia ser o único dente a apresentar declive gráfico (relação entre DMD e DVL) semelhante ao apresentado pelo menor exemplar de lobo actual, apesar das suas dimensões serem consideravelmente menores. É de salientar ainda o seu DMD que se apresenta inferior ao valor da medida 16 (cf. DRIESCH, 1976).

Os P³, M¹ e M² apresentam declives gráficos contrários aos apresentados pelo menor exemplar de lobo, principalmente relacionado com a grande diminuição do DVL relativamente ao DMD, daí resultando a expressão gráfica aludida.

No que diz respeito à Fig. 2 observa-se igual declive gráfico, do cão em relação aos exemplares da colecção de referência, em apenas dois dentes: o P₄ e o M₁. Os restantes dentes apresentam-no discordante do exibido pelos exemplares de comparação, principalmente devido à diminuição desproporcional dos seus DVL.

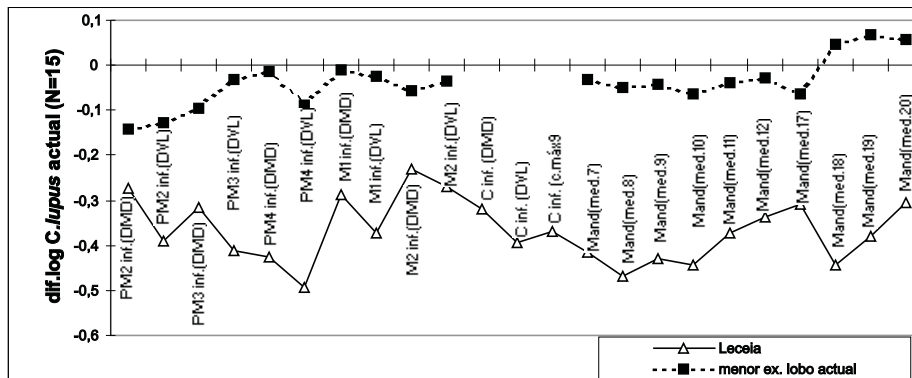


Fig. 2 – Diferenças logarítmicas da dentição inferior e parâmetros mandibulares de cão em Leceia relativamente ao lobo actual (cf. DRIESCH, 1976)

Salienta-se também, da observação desta figura, a diminuição desproporcional do parâmetro mandibular 8 em relação aos parâmetros mandibulares 7 e 9, bem como a diminuição do parâmetro mandibular 10 em relação aos parâmetros 11 e 12, comparativamente ao declive gráfico apresentado pelo exemplar de comparação. Observa-se ainda valor desproporcionadamente baixo apresentado pelo parâmetro 18 comparativamente à média actual e ao menor exemplar de lobo, e de o parâmetro 19 apresentar uma maior diminuição proporcionalmente ao parâmetro 20 (DRIESCH, 1976, Fig. 23a).

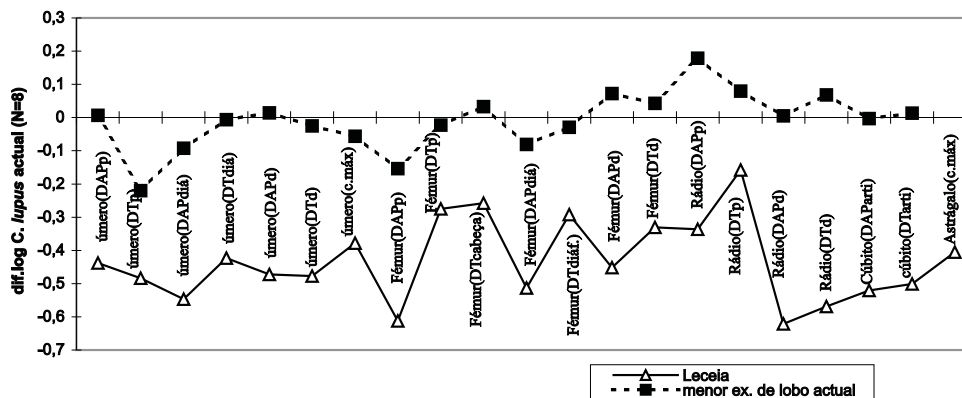


Fig. 3 – Diferenças logarítmicas de elementos pós-cranianos de cão em Leceia relativamente à média do lobo actual

Comparativamente ao menor exemplar de lobo da amostra actual, os declives gráficos exibidos pela espécie doméstica apresentam algumas dissimilaridades resultantes da diminuição bastante marcada de certos parâmetros, nomeadamente do DAP da diáfise do úmero, dos dois parâmetros de úmero distal, do DAP de fémur distal e da DAP de rádio proximal, em relação aos outros com eles relacionados, como se pode observar na Fig. 3.

Também se observam valores bastante baixos do DAP do fémur distal bem como do rádio distal.

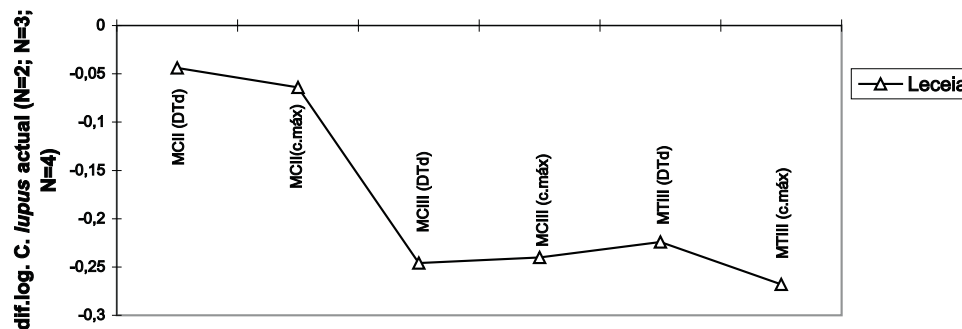


Fig. 4 – Diferenças logarítmicas de metápodos de cão em Leceia relativamente à média do lobo actual

Em relação à Fig. 4 salienta-se o número bastante reduzido de exemplares que constitui a amostra de comparação, o qual não é constante para nenhum dos elementos considerados: MC II (n=2), MC III (n=3) e MT III (n=4), razão pela qual não foi possível eleger o menor exemplar para comparação.

Ainda na tentativa de observação de semelhanças ou dissemelhanças na morfologia dos espécimes de Leceia em relação a vários exemplares usados para comparação, procedeu-se mais uma vez à construção de diagramas de diferenças logarítmicas relativos a ossos longos. As Figs. 5 e 6 são o resultado da comparação dos espécimes de Leceia com elementos homólogos pertencentes, não só ao considerado menor exemplar de lobo da amostra actual de comparação, como a cães encontrados em sítios arqueológicos do País Basco (ALTUNA, 1980) (ver Anexo B). Nestas figuras apenas constam parâmetros considerados por A. v. d. Driesch (DRIESCH, 1976) relativos aos elementos em questão, por serem, de uma forma geral, os adoptados na maioria dos trabalhos arqueozoológicos.

Da observação da Fig. 5 salienta-se, em relação ao úmero, a proximidade dos valores de Leceia face aos correspondentes ao cão do Calcolítico de Urtiaga (ALTUNA, 1980), apesar de menores, observando-se apenas o maior valor de Leceia em relação a DT da diáfise. Os valores de Leceia relativos a este elemento são também bastante menores que os obtidos no cão do Neolítico de Marizulo (ALTUNA, 1980).

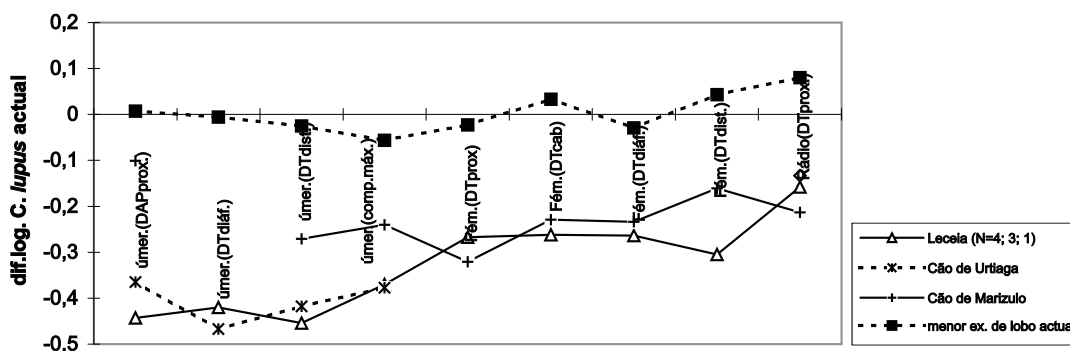


Fig. 5 – Diferenças logarítmicas de elementos pós-cranianos de cão em Leceia relativamente à média do lobo actual. Usando como comparação valores retirados de Altuna (1980) (Ver Anexo B)

No que diz respeito ao fémur, os valores de Leceia aproximam-se dos apresentados pelo cão de Marizulo (ALTUNA, 1980), sendo de uma forma geral menores que os por este apresentados.

Salienta-se, o DT proximal do fémur de Leceia, que é ligeiramente superior, e o de DT distal bastante inferior.

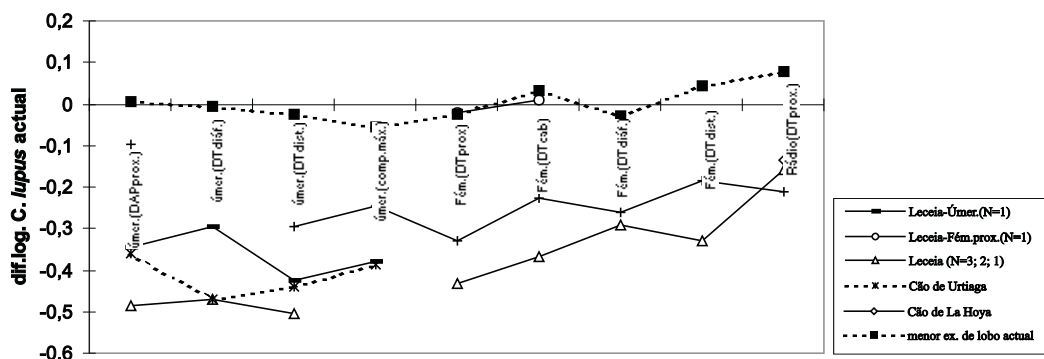


Fig. 6 – Diferenças logarítmicas de elementos pós-cranianos de cão em Leceia relativamente à média do lobo actual (utilizaram-se como comparação valores retirados de Altuna (1980) – Ver Anexo B)

A Fig. 6 refere-se individualmente a um úmero completo e uma extremidade proximal de fémur. No caso do úmero, trata-se do único elemento completo; quanto à extremidade de fémur, foi separada por possuir dimensões muito superiores às dos restantes exemplares de Leceia.

Quanto ao úmero, o de Leceia é maior que o de Urtiaga; os restantes exemplares de Leceia assemelham-se ao valor apresentado pelo cão de Urtiaga (ALTUNA, 1980). O fémur proximal individualizado da média de Leceia apresenta dimensões bastante próximas, não só da média da amostra actual, como do menor exemplar de lobo.

No que diz respeito ao índice de sobreposição da dentição inferior e à razão relativa aos dentes superiores (DMD de P^4 / DMD M^{1+2}), passíveis de serem calculados nos exemplares de Leceia, os resultados são apresentados nos Quadros 9 e 10, onde são comparados com outros valores calculados, não só para cães actuais como para os lobo actuais e do Plistocénico.

Quadro 9 – Cálculo da razão DMD P^4 /DMD M^{1+2} para um exemplar de Leceia e exemplares de comparação actuais e pré-históricos. Valores do DMD em mm

		DMD P^4	DMD M^{1+2}	DMD P^4 /DMD M^{1+2}
Cão	Leceia	17	17,5	0,971
	Star Carr (pré-boreal-Mesolítico: 7538 ± 350 BC) ^a	20	21	0,952
	Senckenberg (pré-boreal) ^a	19,5	21	0,929
	Ogaard (boreal: 6810 ± 70 BC) ^a	20,5	20	1,025
Lobo	Actual ^b	25,6	24,3	1,053
	Actual ^b	23,4	22,8	1,026
	Lunel-Viel (Plistocénico superior) ^c	22,3	22,3	1,000
	Observatoire (Plistocénico superior) ^c	25,9	25	1,036
	Jaurens (Plistocénico superior) ^d	27,4	25,2	1,087
	Jaurens (Plistocénico superior) ^d	28,4	26,4	1,076

^(a) (Degerböl, 1961); ^(b) (coleção de comparação); ^(c) (Cardoso, 1993); ^(d) (Balleisio, 1979).

Quadro 10 – Cálculo do índice de sobreposição dentária inferior para exemplares de Leceia e de comparação actual e pré-históricos. Valores do DMD em mm

		DMD M ₁	DMD P ₁₋₄	DMD M ₁ / DMD P ₁₋₄
Cão	Leceia	19	30	0,63
	Leceia	19	33	0,58
	Leceia	19	32	0,59
Lobo	Actual ^a	27	47	0,57
	Actual ^a	27	50	0,54
	Actual ^a	30	51,5	0,58
	Jaurens (Plistocénico superior) ^b	30,8	54,2	0,57
	Jaurens (Plistocénico superior) ^b	30	53,6	0,56
	Jaurens (Plistocénico superior) ^b	30	56,8	0,53

^a (Colecção de comparação); ^b (Ballesio, 1979).

No que diz respeito aos dentes superiores, o valor obtido para o exemplar de Leceia, para o qual foi possível o cálculo, apresenta-se inferior à unidade, da mesma forma que os correspondentes à maioria dos cães de comparação.

Da observação do Quadro 10, correspondente aos valores resultantes do cálculo do índice de sobreposição da série dentária inferior, constata-se a presença de apenas um valor realmente diferente dos restantes, em um dos exemplares de Leceia.

De modo a descortinar algo mais sobre a dimensão dos indivíduos outrora existentes em Leceia, com base nos restos relativos a ossos longos, tentou-se estimar a sua altura no garrote. Apenas foi possível fazê-lo de uma forma directa em um caso, tendo por base o único elemento longo completo encontrado, um úmero. A estimativa da altura no garrote do indivíduo correspondente será mais à frente apresentada, juntamente com outras levadas a cabo, utilizando rectas de regressão já atrás objecto de referência.

O primeiro estudo de regressão simples teve como variáveis dependente e independente, o comprimento máximo de fémur e o seu DT da extremidade proximal, respectivamente, de uma amostra de 12 exemplares (Ver Anexo B, Quadro 6). Estas foram sujeitas a transformação logarítmica no sentido de obter um factor de correlação (r) mais elevado. Obteve-se uma recta de regressão $Y=2,1404+0,82978*X$ (ver Fig. 7) onde Y é $\ln(\text{Comp. Máx.})$ e X é $\ln(\text{DTprox.})$, com um $r = 0,99394$ e $r^2 = 0,98793$.

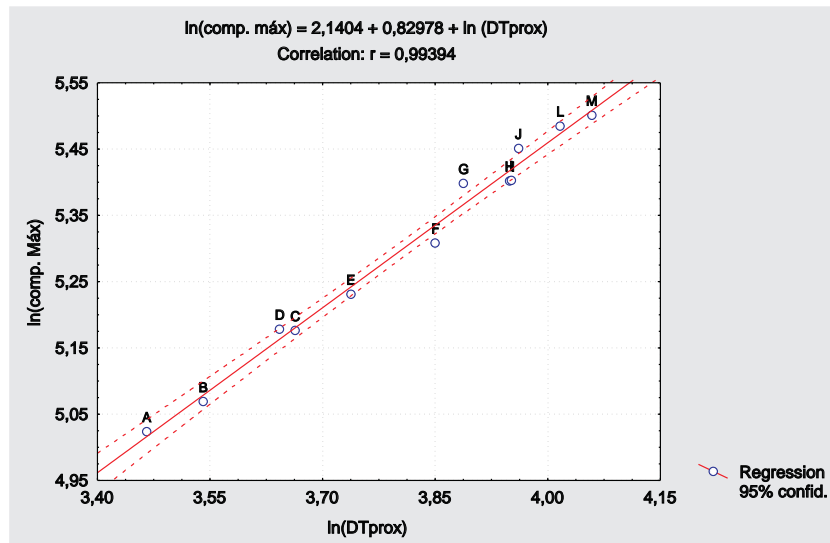


Fig. 7 – Análise de regressão simples. V.dep. – $\ln(\text{comp.máx})$; V.indep. – $\ln(DTprox)$, do fémur

Com base nesta recta calculou-se o possível comprimento máximo relativo ao DT proximal das extremidades de fémur constituintes da amostra de Leceia (Quadro 11).

Quadro 11 – Valores de comprimento máximo (mm) obtidos através da equação de regressão $Y=2,1404+0,82978*X$

Espécime de Leceia	Dtprox (mm)	Comp.Máx. (mm)
Fémur proximal	34	159,098
	35	163,108
	52	225,435

A segunda análise de regressão simples teve por base o comprimento máximo de fémur e o seu DT distal como variáveis dependente e independente, respectivamente, de uma amostra de 14 exemplares (Ver Anexo B, Quadro 6).

As variáveis foram sujeitas a logaritmização de modo a obter um valor de correlação (r) mais elevado. A recta de regressão obtida foi $Y=2,1152+0,88085*X$ (ver Fig. 8), onde Y é $\ln(\text{comp.Máx.})$ e X é $\ln(DT \text{ distal})$, com um $r = 0,96697$ e $r^2 = 0,93502$.

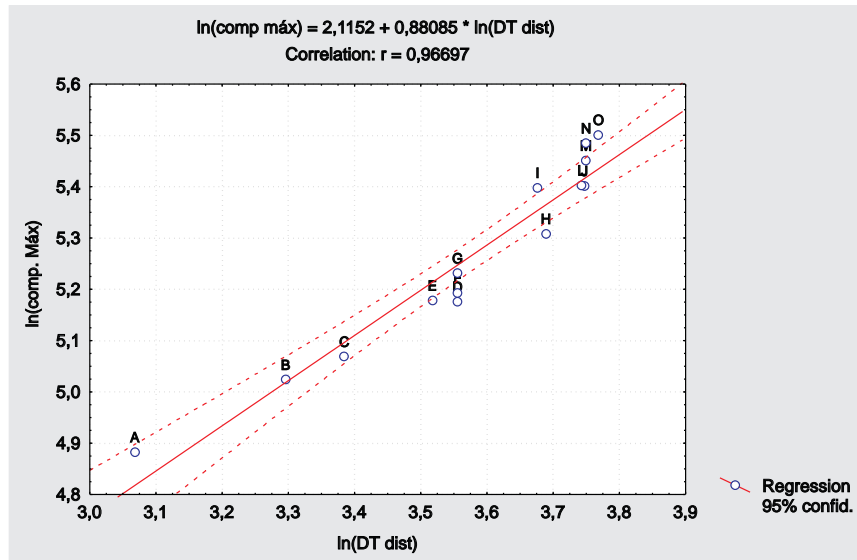


Fig. 8 – Análise de regressão simples. V.dep. – $\ln(\text{comp.máx})$; V.indep. – $\ln(\text{DTdist})$, de fémur

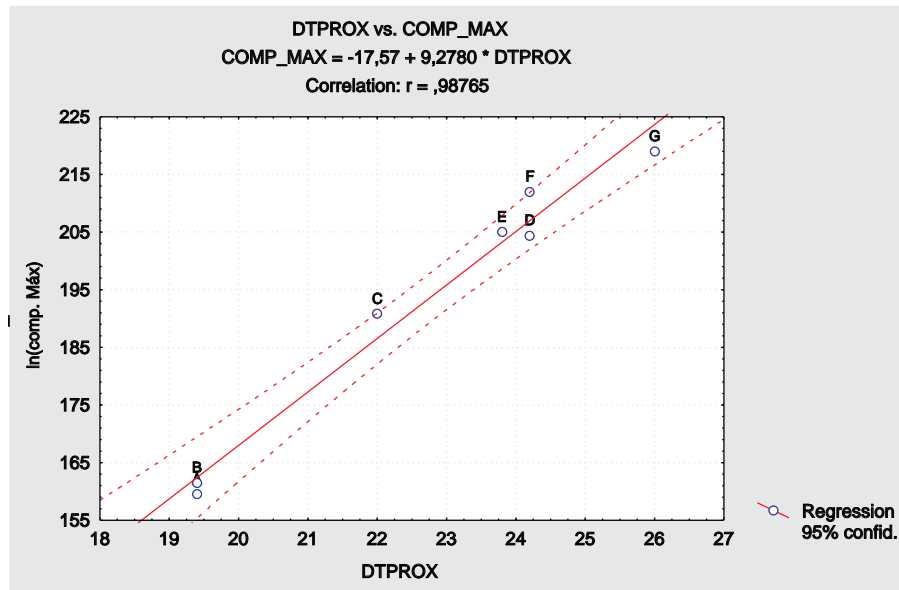
De novo, calculou-se o possível comprimento máximo inerente ao DT distal das extremidades de fémur da amostra de Leceia (Quadro 12).

Quadro 12 – Comprimento máximo do fémur (mm) calculado através da equação de regressão $Y=2,1152+0,88085*X$

Espécime de Leceia	Dtdist (mm)	Comp.Máx. (mm)
Fémur distal	28	156,05
	28	156,05
	31,5	172,993

Para o rádio seguiu-se o mesmo procedimento, apesar do tamanho da amostra que serviu de base ao estudo de regressão simples ser bastante menor, 7 exemplares apenas (ver Anexo B, Quadro 7).

Como resultado da análise, na qual o comprimento máximo de rádio e o seu DT proximal foram as variáveis dependente e independente, respectivamente, obteve-se a recta de regressão $Y=-17,57+9,2780*X$ (ver Fig. 9), onde Y é o comprimento máximo e X o DT proximal, com um valor de correlação de $r = 0,98765$ $r^2 = 0,97545$.



Fi. 9 – Análise de regressão simples. V.dep. – comp.Máx; V.indep. – DTprox, de rádio

O possível comprimento máximo para o espécime de Leceia apresenta-se no Quadro 13.

Quadro 13 – Comprimento máximo do rádio (mm) calculado através da equação de regressão $Y = -17,57 + 9,2780 * X$

Espécime de Leceia	Dtprox (mm)	Comp.Máx.
Rádio proximal	20,5	172,629

Com base nos comprimentos máximos calculados para o fémur e para o rádio, e nas dimensões do único úmero completo, procedeu-se à estimativa da possível altura no garrote dos cães de Leceia, recorrendo às fórmulas e aos factores já mencionados. Os resultados do cálculo da altura no garrote obtidos, utilizando os factores apresentados por Koudelka (KOUDELKA, 1885 in ALTUNA, 1980) e R. A. Harcourt (HARCOURT, 1974), encontram-se reunidos no Quadro 14.

Quadro 14 – Valores de altura no garrote obtidos mediante factores de Koudelka (1885 in ALTUNA, 1980) e HARCOURT (1974)

Elemento	Comp.Máx (mm)	Altura no Garrote (cm)	
		Koudelka	Harcourt
Úmero	146	49,2	47,42
Fémur	156,05	46,97	47,7
	156,05	46,97	47,7
	159,098	47,89	48,66
	163,108	49,09	49,92
	172,993	52,07	53,02
	225,435	67,86	69,49
Rádio	172,629	55,59	56,85

No Quadro 15 referem-se os valores encontrados para o peso dos cães de Leceia e os valores de peso estimados para exemplares de lobo e para um exemplar de cão da Idade do Bronze (RIQUELME, 1989/1990).

Quadro 15 – Peso estimado com base no DT cabeça de fémur de espécimes de Leceia e de exemplares de comparação pré-históricos e actuais do fémur

Elemento: fémur proximal	Dtcabeça do fémur (mm)	Peso (Kg)
Cão de Leceia	14,5	8,41
	17	13,08
	18	15,33
	24	34,12
Cão da Idade do bronze ^a	13	6,21
Lobo actual ^b	21,9	26,45
	23,6	32,56
	24,7	36,96
	25,3	39,51

^a(RIQUELME, 1989-90); ^b(coleção de comparação)

Observa-se nitidamente no Quadro 15 a separação, em 3 grupos distintos, dos 4 espécimes de Leceia passíveis de serem submetidos a este estudo.

DISCUSSÃO

Analisando as Figs. 1, 2, e 3, verifica-se uma marcada menor dimensão dos exemplares de Leceia relativamente à amostra de comparação constituída por exemplares de *Canis lupus*. Amostra assim constituída

por falta de indivíduos em número suficiente pertencentes à espécie doméstica e na dificuldade encontrada na obtenção de exemplares distintos a nível racial.

Esta comparação foi feita tendo em conta estudos genéticos recentes que confirmam a relação entre lobo e cão, apesar da elevada diversidade fenotípica actual deste último, e sustentam a hipótese de ser o lobo o ancestral selvagem do cão (VILÁ *et al.*, 1997).

A amostra de Leceia revela uma menor robustez média dos dentes superiores, resultante da diminuição desproporcional do valor médio do parâmetro DVL em relação à diminuição sofrida pela média do parâmetro DMD, comparativamente à espécie selvagem.

Só o carniceiro superior (P^4) apresenta uma diminuição proporcional dos valores médios dos seus parâmetros, em comparação com a espécie selvagem, revelando uma robustez semelhante, apesar da sua dimensão ser bastante inferior.

Em apenas uma porção do maxilar (da amostra de Leceia) foi possível o cálculo da razão entre o DMD de P^4 e o comprimento da série molar. O valor obtido, inferior à unidade, como acontece com outros dois exemplares de comparação (ver Quadro 9) revela o decréscimo daquele dente relativamente ao comprimento dos dois molares, acompanhando uma provável diminuição do focinho, relativamente à espécie selvagem, resultante do processo de domesticação (BATE, 1937 *in* DEGERBÖL, 1961; BALLELIO, 1979). Contudo, não deve ser o resultado desta razão o único factor diagnosticante da presença da espécie doméstica, o que pode ser comprovado pelo valor apresentado pelo outro exemplar de cão, onde o comprimento deste dente é maior que o comprimento da série molar.

Deve ter-se em conta o reduzido material estudado bem como o seu tipo e estado, sendo impossível fazer em tais circunstâncias afirmações sobre a dimensão do focinho dos exemplares em apreço.

De uma forma geral também os dentes inferiores, presentes na amostra de Leceia, apresentam uma menor robustez média relativamente aos seus homólogos selvagens actuais de comparação, resultante de uma maior diminuição na largura em relação à diminuição observada pelo comprimento.

Nos dentes P_2 , P_3 e M_2 essa diminuição de robustez aparenta ser mais marcada por comparação com o declive gráfico apresentado pelo exemplar actual selvagem, onde os dentes em questão são, comparativamente, bastante robustos.

Os dentes P_4 e M_1 foram aqueles onde a referida diminuição dimensional é mais evidente.

O valor médio do comprimento da série molar, bem como o da altura do ramo mandibular atrás de M_1 mostra uma assinalável diminuição relativamente à média actual do lobo e ao declive gráfico apresentado pelo menor exemplar de lobo, superior à observada na série pré-molar (medidas 11, 12 e 20), revelando uma maior diminuição da parte posterior da mandíbula e um maior adelgaçamento desta porção do osso mandibular relativamente à parte anterior. Funcionalmente poderá indicar menor esforço na mastigação quando comparados com lobo actual (TCHERNOV & VALLA, 1997).

A diminuição que se fez sentir no valor médio do DMD do dente M_1 , comparativamente ao menor exemplar de lobo, parece ter acompanhado a diminuição da porção posterior, no que diz respeito ao comprimento da série molar, não implicando a sobreposição dos molares, que seria de esperar com a maior redução desta zona.

No tocante à série pré-molar, as reduções dimensionais não são tão marcantes quanto as da série molar.

Analisando todos estes factos, conjuntamente com os valores apresentados no Quadro 10 relativos ao índice de sobreposição dentária de alguns espécimes de Leceia, verifica-se que em apenas um espécime o valor obtido revela uma leve sobreposição dentária (0,63) aproximando-se os outros valores dos apresentados quer do lobo actual quer do lobo pré-histórico. Não quer isto dizer, para os outros indivíduos de Leceia, que estejamos perante exemplares de lobo mas tão só que a diminuição do focinho, que geralmente acompanha a diminuição do tamanho corporal na passagem da espécie selvagem para a doméstica (BÖKÖNYI, 1974) se encontra, naqueles exemplares, acompanhada pela diminuição dos dentes.

Uma das características da domesticação de Canídeos, segundo S. Bökönyi (BÖKÖNYI, 1974), é a redução geral do tamanho dos dentes, o que não se verifica na maioria dos cães de períodos mais antigos (Mesolítico de Starr Carr) em que, segundo o mesmo autor, a sobreposição dentária é muito marcada.

Segundo D. F. Morey (MOREY, 1992) e outros (TCHERNOV & VALLA, 1997) uma perspectiva alternativa a ter em conta é a do tamanho corporal ter-se alterado mais rapidamente que o tamanho dos dentes, justificando-se assim uma certa sobreposição dentária nos cães mais antigos. Este facto é comprovado por D. F. Morey (MOREY, 1992) quando salienta, depois de estudos realizados em raças mais recentes sujeitas a manipulação artificial por parte do homem, a existência de proporção inversa do tamanho dos dentes em relação ao tamanho corporal.

Tais afirmações tendem a valorizar mais as diferenças, nos valores obtidos para este índice, nos três espécimes de Leceia observados. Mostra-se tentadora, nunca esquecendo o número reduzido da amostra de Leceia neste âmbito e as possíveis diferenças inter-indivíduo, a hipótese de se estar perante duas raças de cão doméstico com períodos de evolução distintos.

Apesar de, em apenas três exemplares, ser possível o cálculo do índice, outros exemplares menos completos também apresentam variação na posição dos seus pré-molares (Fig. 18).

Conclui-se, contudo, que a nível dentário, os espécimes de Leceia revelam as mudanças características da domesticação dos canídeos. A diminuição dos dentes carniceiros (P^4 e M_1), principalmente de P^4 , em relação aos molares, evidenciam mudanças de uma dieta puramente carnívora, no parente selvagem, para uma dieta omnívora na espécie doméstica. Também as mudanças observadas na parte posterior do ramo mandibular, a sua diminuição e o seu adelgaçamento, resultariam da alteração da dieta, sendo essa porção funcionalmente menos importante que na espécie selvagem, estritamente carnívora.

Os valores médios dos parâmetros considerados nos espécimes de Leceia, relativos a elementos longos, apesar de menores, seguem, de uma forma geral, as correspondentes ao menor exemplar de lobo, revelando, genericamente, o decréscimo proporcional do tamanho dos vários elementos com a diminuição do tamanho corporal. Contudo certos parâmetros apresentam uma redução bastante marcada relativamente a outros. É o que acontece no caso do DT da extremidade distal do úmero relativamente ao DT da diáfise do mesmo elemento. A redução verificada a nível do DT distal de úmero é acompanhada de perto pela diminuição, igualmente bastante acentuada, do DAP da mesma extremidade. Estas diminuições traduzem a redução sentida em toda a zona de articulação com outros elementos longos, da parte inferior do membro, e de ligação

de músculos extensores e flexores das patas, devendo-se provavelmente, a uma diminuição na mobilidade do indivíduo (TCHERNOV & VALLA, 1997).

A redução sentida, no que diz respeito ao DT da diáfise do úmero, resultou muito provavelmente da diminuição da dimensão corporal e, tendo em atenção o declive gráfico apresentado em relação ao do exemplar selvagem, seria tentador afirmar ser uma redução proporcional à dimensão apresentada. Contudo, o facto de se estar perante exemplares domésticos reflecte-se na diminuição de robustez do elemento, mais acentuada que a diminuição da correspondente corpulência do animal.

Em relação ao rádio, a amostra de Leceia é constituída por apenas dois exemplares, podendo não ser por isso representativa. Salienta-se, ainda, não pertencerem as duas extremidades ao mesmo animal.

O exemplar proximal pertence, provavelmente, a um indivíduo de maior dimensão, comparativamente com as proporções apresentadas pelo exemplar distal. Este último, apesar de muito menor, segue as proporções do exemplar selvagem. O mesmo não acontece com a extremidade proximal, cuja diminuição do seu DAP não é proporcional à do DT, diminuindo deste modo a área de articulação com o úmero e de ligação para os músculos flexores e extensores dos elementos das patas, revelando uma menor mobilidade, tal como verificado com o úmero.

No caso do fémur a situação é completamente diferente. As proporções correspondentes aos valores médios dos parâmetros considerados aproximam-se das do exemplar selvagem demonstrando, de uma forma geral, uma diminuição proporcional deste elemento.

O valor bastante baixo do DAP proximal prende-se, provavelmente, com o facto de a amostra relativa a este parâmetro ser constituída por um único valor. Também o valor do DAP da diáfise se apresenta bastante baixo relativamente ao DT, resultando não só da razão apontada atrás como da provável diminuição de robustez deste osso, em consequência da domesticação. Contudo, em relação aos outros elementos, o fémur aparenta ter sido o elemento que menos diferenças sofreu relativamente ao seu homólogo da espécie selvagem, sendo a diminuição sofrida pelos parâmetros do elemento doméstico, provavelmente, proporcional ao tamanho corporal dos exemplares de Leceia. O mesmo foi verificado por outros autores (TCHERNOV & VALLA, 1997), quando afirmam existir uma elevada correlação entre o fémur e o tamanho corporal nos cães do Natufiano de Israel, por eles estudados, tal como acontece nos lobos actuais.

Nas Figs. 5 e 6 é possível observar a variação dos parâmetros dos elementos longos, já falados, em relação também aos de outros cães pré-históricos da Península Ibérica (País Basco). A proximidade apresentada pelos valores médios da amostra de Leceia dos valores do cão do Neolítico de Marizulo (dimensão semelhante à do actual Dálmata (ALTUNA, 1980)) é diminuída quando se destaca da amostra estudada uma extremidade proximal de fémur. Fica em aberto a integração específica dessa extremidade proximal, mas tendo em conta que a tendência dimensional subjacente à domesticação inicialmente foi na direcção da diminuição do tamanho corporal e que só mais recentemente (Idade do Ferro – Período Romano) a criação deliberada de raças teve início (BÖKÖNYI, 1974) abrindo o leque dimensional para um intervalo de estaturas que, segundo R. A. Harcourt (HARCOURT, 1974), estaria entre 23 e 72 cm, a tendência seria classificar este resto como *Canis lupus* e não como *Canis familiaris*.

A grande proximidade do úmero de Leceia aos valores do cão do Calcolítico de Urtiaga, já observada na Fig. 5, é reforçada na Fig. 6 aquando da separação do espécime completo de úmero, da amostra de Leceia. O elemento de Leceia apresenta valores muito semelhantes na maioria dos parâmetros e valor nitidamente maior no DT da diáfise, arriscando-se a afirmação de se estar perante um elemento mais robusto revelando talvez maior mobilidade do indivíduo que o possuía mas que, apesar de tudo, deveria apresentar estatura aproximada à do cão de Urtiaga. A restante amostra de Leceia relativa a este segmento anatómico, apesar de apresentar valores menores nos parâmetros relativos às extremidades, aproxima-se do cão de Urtiaga no que diz respeito à diáfise revelando elementos de menores dimensões mas pouco delgados.

Como já foi mencionado, tendo em vista a necessidade de conhecer um pouco mais sobre a dimensão dos exemplares da espécie doméstica de Leceia, procedeu-se a um estudo com o objectivo principal de fazer corresponder as dimensões estimadas aos valores vários parâmetros considerados. Sentiu-se a necessidade de proceder a estudos estimativos dada a falta de elementos de biometria osteológica de raças de cães portugueses.

A primeira tentativa de estudo de regressão simples foi direccionada ao úmero. Procurou-se para a espécie doméstica, na bibliografia consultada, valores correspondentes aos parâmetros tidos como variáveis dependente e independente, comprimento máximo e DT das extremidades, respectivamente. A amostra conseguida para o estudo de regressão não permitia fazer a previsão do valor pretendido (comprimento máximo) para os valores constituintes da amostra de Leceia relativos às extremidades do elemento em questão, pelo facto destes saírem fora do intervalo do conjunto reunido.

Focou-se o estudo no fémur por várias razões, não só por se possuir uma quantidade relativamente grande de restos como por, segundo E. Tchernov e F. R. Valla (TCHERNOV & VALLA, 1997), verificar-se haver uma elevada relação entre o fémur e o tamanho corporal. Através de consulta bibliográfica obteve-se uma amostra constituída por 14 exemplares de cães actuais e pré-históricos e lobos actuais. O facto de ser uma amostra constituída pela espécie doméstica e selvagem levantou dúvidas quanto ao comportamento dos valores dos parâmetros numa e noutra espécie quando submetidos a cada estudo de regressão. Procedeu-se então ao estudo de regressão em separado, bem como de linearidade dos resíduos e, tendo-se verificado a manutenção dos pressupostos nos dois casos e elevado valor de correlação (r) e de coeficiente de determinação (r^2), optou-se por proceder ao estudo conjunto.

Os estudos de regressão simples foram levados a cabo tendo como variáveis dependentes e independentes, como já foi mencionado, o comprimento máximo de fémur e o DT da extremidade proximal e distal, respectivamente. Obteve-se para estas análises elevados valores de correlação. Os elevados valores de determinação (r^2) indicam, como é sabido, que percentagem da variação total da variável dependente é explicada pela recta de regressão. Sabe-se, contudo, das limitações deste tipo de estudo pois a equação de regressão apenas diz respeito à amostra obtida e ao que se passa dentro desses intervalos, podendo não representar o que se passa na população, como tal os valores de comprimento máximo não são mais que estimativas.

O mesmo se passa com a análise feita para o rádio, cuja amostra conseguida para o estudo de regressão é bastante reduzida.

Através dos comprimentos máximos estimados e do único obtido por medição directa (úmero) foram calculadas alturas no garrote com base em factores desenvolvidos para o efeito por Koudelka e Harcourt. O

de Harcourt não é mais do que um aperfeiçoamento dos factores de Koudelka, tendo assim as duas perspectivas.

Deve ter-se em conta que o uso deste tipo de factores para o cálculo da altura no garrote, a partir do comprimento dos ossos longos, é uma técnica útil, mas não deve ser esquecido que é apenas uma estimativa. Mesmo em animais vivos é difícil determinar esta medida com exactidão, obtendo-se valores ligeiramente diferentes quando medidos por pessoas diferentes em alturas distintas. Também é importante não esquecer que em cães com a mesma altura a contribuição de cada osso, de cada par de ossos longos anterior ou posterior, pode variar bastante (HARCOURT, 1974).

Para a altura no garrote obteve-se um valor que se destaca completamente dos restantes (ver Quadro 14), 69,49 cm (segundo factor de HARCOURT, 1974) que corresponde à extremidade proximal de fémur que provavelmente pertence a *Canis lupus*. Esta altura no garrote estimada está de acordo com o intervalo de valores conhecido para lobo actual, 65-80 cm (MACDONALD & BARRET, 1999), isto tendo em conta que a tendência da domesticação seria para a diminuição de tamanho e que o aparecimento de maior número de raças se deu bem mais tarde. Então de certo que esta dimensão estaria próxima de duas das nossas raças, sendo elas Serra da Estrela – “...uma das raças caninas mais antigas da Península Ibérica...perdendo-se no tempo a sua origem.” (MARQUES, 1934) e Rafeiro do Alentejo (BRANCO, 1969), cães de guarda de rebanhos.

Outro grupo de valores, entre 47,42 cm e 49,92 cm (ver Quadro 14), destaca-se de outros dois, um pouco maiores, 53,02 cm e 56,85 cm. Duas hipóteses podem ser colocadas, ou considerar separadamente estes valores formando dois grupos dimensionais, um primeiro constituído pelo intervalo de valores entre 47,42 cm e 49,92 e outro pelos outros dois valores, 53,02 cm e 56,85 cm, ou integrar todas estas dimensões num só grupo, tendo em conta as variações que possam existir de indivíduo para indivíduo e o dimorfismo sexual. No entanto, estas dimensões aproximam-se de algumas das raças portuguesas como o Cão Serra de Aires (cão de gado), o Perdigueiro Português, o Podengo médio (BRANCO, 1969). Tendo em conta a economia base da comunidade de Leceia, agro-pastoril, apontar-se-ia mais para um cão de gado.

Deste modo, a segunda hipótese apresentada parece ser, no concernente ao elemento em causa, a mais sensata, tendo em conta, não só as razões já apresentadas mas também o facto de a altura no garrote ser uma aproximação, visto a maior parte dos valores calculados provirem também da estimativa do comprimento dos ossos longos.

Contudo, os valores resultantes parecem estar de acordo com as conclusões obtidas em relação à dentição inferior e quanto à provável existência de duas raças distintas de cães.

As afirmações neste âmbito não são, de forma alguma, definitivas mas simples constatações, devendo sempre proceder-se ao cruzamento entre si visando a identificação de situações contraditórias. O assunto permanece assim em aberto, que a mais não permite a pobreza dos elementos disponíveis.

Tendo em conta, como já foi mencionado, a proporcionalidade existente entre a variação dimensional do fémur e o tamanho corporal, sendo por isso a sua diminuição proporcional ao peso apresentado pelos indivíduos (TCHERNOV & VALLA, 1997) e que em todos os mamíferos terrestres o DT da cabeça deste elemento está directamente relacionado com o peso corporal (REITZ & WING, 1999), foi levado a cabo o estudo do peso com base em alguns espécimes (extremidades proximais) passíveis de suportarem tal estudo.

Observam-se três grupos distintos de valores (ver Quadro 15), verificando-se que o maior peso estimado (34,12 Kg) se enquadra nos valores obtidos para lobo actual, também calculados para comparação. Este valor refere-se à maior extremidade proximal de fémur já mencionada, apontando, mais uma vez, para *Canis lupus*. O valor mais baixo (8,41 Kg) poderia levantar dúvidas quanto à classificação do exemplar como pertencente à espécie doméstica, no entanto, ao ser comparado com o valor bastante mais baixo relativo a um cão da Idade do Bronze, essas dúvidas dissipam-se revelando a presença de um indivíduo de pequenas dimensões, ou mesmo um juvenil. Os outros dois valores, quando comparados com pesos de raças actuais, aproximam-se bastante do Cão Serra de Aires, cujo peso varia entre 12 a 18 Kg (BRANCO, 1969), afastando-se das outras raças portuguesas.

Sumariamente, em termos de esqueleto pós-craniano, os espécimes de cão doméstico de Leceia parecem representar indivíduos de dimensões médias. Apresentam certos parâmetros, como extremidades de elementos, que revelam uma diminuição da mobilidade, comparativamente com o que se passa com a espécie selvagem *Canis lupus*, provavelmente provocada pela falta de necessidade de procura de alimentos. Contudo, outros parâmetros, como os relativos à diáfise, revelam indivíduos com uma robustez osteológica superior à dos canídeos domésticos de comparação, revelando, provavelmente, não ter sido assim tão marcada a redução da mobilidade. Coloca-se, então, a hipótese da utilização dos indivíduos, não apenas como guarda e companhia mas, sobretudo, como auxílio na pastorícia, uma das bases da economia da altura. A aproximação dimensional e em termos de peso a uma raça actual de guarda de gado vem reforçar a hipótese de, já naquela altura, esta espécie ser usada como tal e de o homem ter já a capacidade de reconhecer a sua utilidade neste campo e de transmitir ensinamentos e ordens nesse sentido. Sendo a espécie doméstica detentora de uma estrutura social agregada e baseada na hierarquia, herdada do seu congénere selvagem, não é difícil de imaginar o cão tendo o homem como seu superior hierárquico, o que segundo Clutton-Brock (1978, *in* DAVIS, 1989) esteve na base da domesticação, submetendo-se às suas ordens.

7.2 – Raposa (*Vulpes vulpes*)

Os gráficos de diferenças logarítmicas (Figs. 10, 11 e 12), são o resultado da comparação levada a cabo entre os valores obtidos, relativos aos parâmetros considerados nos espécimes encontrados (Quadro 7), e os valores obtidos nas peças homólogas da colecção de comparação actual (constituída por 23 raposas, Anexo B) bem como com valores relativos ao Plistocénico português (CARDOSO, 1993).

No caso da amostra sujeita a comparação foram considerados num único conjunto os espécimes encontrados nas Camadas 2 e 3.

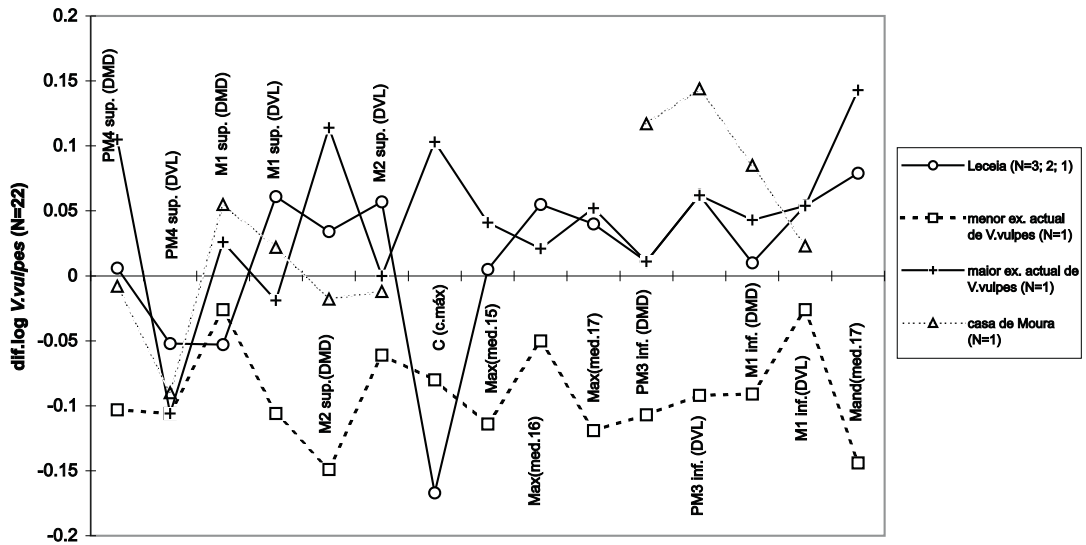


Fig. 10 – Diferenças logarítmicas da dentição superior e inferior da raposa, em Leceia, relativamente à raposa actual

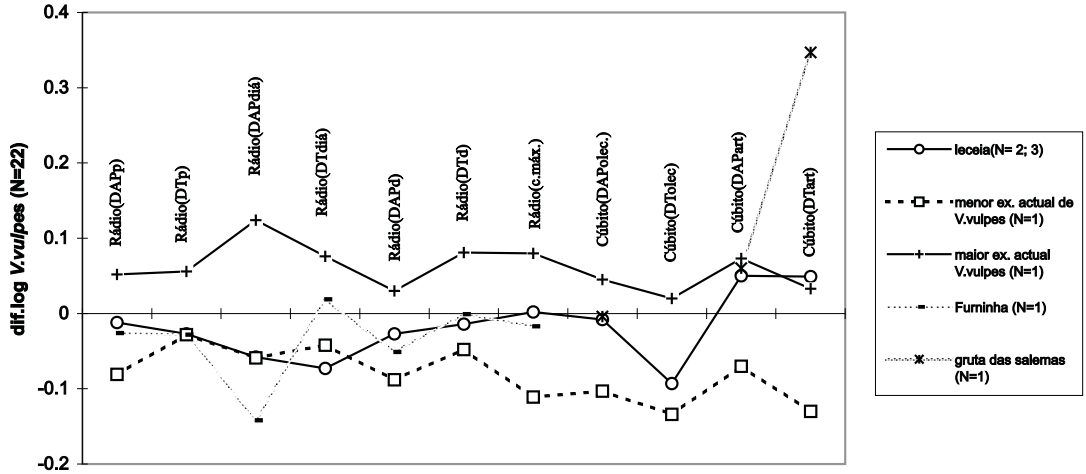


Fig. 11 – Diferenças logarítmicas de elementos pós-cranianos da raposa, em Leceia, relativamente à raposa actual

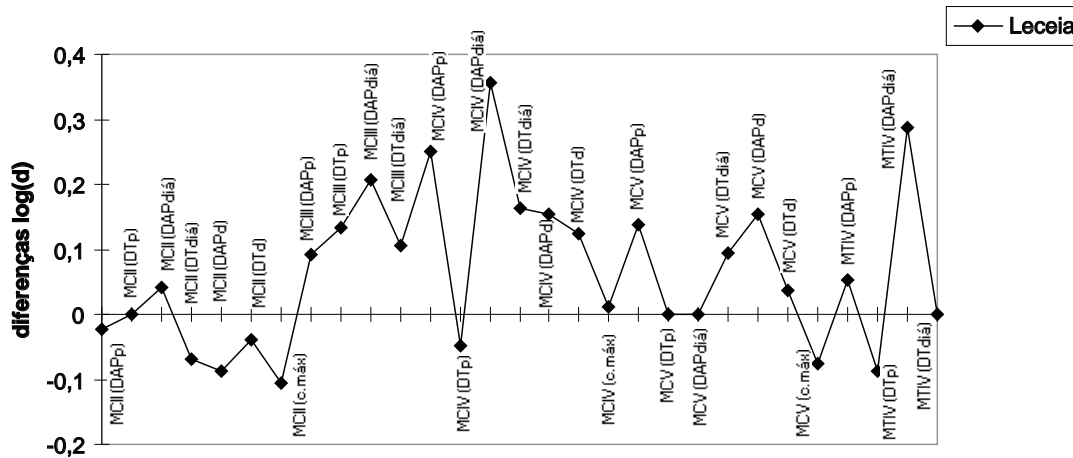


Fig. 12 – Diferenças logarítmicas de metapodos da raposa, em Leceia, relativamente à raposa actual

De uma forma geral, da observação da Fig. 10 salienta-se, relativamente aos parâmetros considerados ao nível da dentição inferior, a concordância dos valores obtidos com as dimensões apresentadas pelo maior exemplar da colecção actual de comparação, apenas com pequenas variações no que diz respeito ao DMD de M_1 e à espessura da mandíbula sob M_1 (medida 17, cf. DRIESCH, 1976). Constata-se assim que os valores de Leceia se encontram acima da média actual, ainda que sejam bem menores que os apresentados pelo exemplar do Plistocénico da gruta da Casa de Moura.

Em relação à dentição superior salienta-se, genericamente, o facto de os valores relativos aos parâmetros dos dentes P^4 e M^2 proporcionarem um gráfico semelhante ao apresentado pelos elementos de comparação actuais e do Plistocénico. Ainda no que diz respeito a estes dois dentes, os valores de Leceia apresentam-se, de uma forma geral, superiores aos dos elementos com os quais foram comparados.

Comparativamente, o P^4 relativo ao maior exemplar de *V. vulpes* da amostra actual, apresenta um formato bastante esbelto, salientando-se o maior valor de DVL do exemplar de Leceia relativamente aos outros com que foi comparado.

No caso do M^1 de Leceia, o declive gráfico apresentado pelos valores dos seus parâmetros é contrário ao apresentado pelos outros exemplares actuais e do Plistocénico, resultando da relação entre DMD e DVL. Este dente apresenta, um DVL maior relativamente ao DMD.

Relativamente aos parâmetros maxilares (medidas 15, 16 e 17, cf. DRIESCH, 1976) os valores de Leceia são próximos dos apresentados pelo maior exemplar da amostra de comparação actual, sendo, de uma forma geral, superiores aos valores médios desta.

Por sua vez, a Fig. 11 diz respeito a alguns elementos do esqueleto pós-craniano, salientando-se o facto de as médias dos parâmetros considerados relativos a Leceia se encontrarem, de uma forma geral, abaixo da

média dos valores apresentados pela amostra de comparação actual. Os valores dos rádios encontrados em Leceia aproximam-se bastante dos valores apresentados pelo exemplar do Würm antigo da Furninha. Em relação ao cúbito salienta-se o facto de os valores de Leceia se encontrarem bastante próximos quer dos valores apresentados pelo exemplar de maiores dimensões da amostra de comparação actual quer dos valores apresentados pelo exemplar Würm recente da Gruta das Salemas.

De uma forma geral os valores médios apresentados pelos exemplares de Leceia relativos a estes parâmetros encontram-se quase sempre enquadrados no intervalo de valores entre os exemplares actuais máximo e mínimo.

Da Fig. 12 salienta-se a maior dimensão geral dos valores dos parâmetros considerados nos metacárpicos e metatársicos, relativamente à média dos valores actuais, não podendo esquecer, porém, que a dimensão da amostra de comparação é constituída por apenas dois exemplares.

Relativamente à dentição inferior, os exemplares de Leceia caracterizam-se pela grande dimensão, face aos valores apresentados pelo maior exemplar da amostra de comparação actual e os relativos ao exemplar do Würm recente da gruta da Casa da Moura.

No que diz respeito à dentição superior, os exemplares de Leceia apresentam-se, de uma forma geral, pequenos, à excepção do M^2 , que apresenta um tamanho considerável relativamente ao exemplar da Casa da Moura e à média da amostra actual. O declive gráfico resultante da relação DMD – DVL dos dentes P^4 e M^2 é semelhante ao apresentado pelos elementos de comparação, revelando alguma semelhança a nível de robustez, apesar desta se apresentar ligeiramente superior no caso do P^4 de Leceia.

Ainda de acordo com a relação entre DMD – DVL, o declive gráfico apresentado por M^1 materializa-se numa maior robustez, revelando este dente um formato menos esbelto.

Por sua vez, em relação aos elementos pós-cranianos em estudo, os valores apresentados pelos parâmetros considerados nos espécimes de Leceia são, de uma forma geral, baixos, encontrando-se balizados, genericamente, pelos valores do menor exemplar da amostra actual sendo perceptíveis as pequenas proporções dos espécimes, seguidos de perto pelos valores do exemplar da Furninha.

Assim, a amostra de Leceia caracteriza-se por dentição inferior de grandes dimensões, dentição superior relativamente pequena (com excepção da M_2 de grande dimensão) e espécimes pós-cranianos, como o rádio e o cúbito, igualmente pequenos.

No que diz respeito aos metápodos constata-se a maior dimensão apresentada graficamente pela maioria dos valores dos parâmetros considerados, não sendo esta conclusiva, não só devido à pequena dimensão da amostra em estudo (N=3; 2 e 1) bem como pela dimensão da amostra de comparação actual, constituída por apenas dois exemplares. Mais valores de comparação actuais da raposa ibérica foram procurados sem sucesso.

Tal como acontece com a maior parte dos carnívoros, a variação de tamanho de *Vulpes vulpes* está de acordo com a lei de Bergman, aumentando com a latitude, ou por outras palavras aumentando com a diminuição da temperatura (correlação inversa tamanho/temperatura (KURTEN, 1965 in KLEIN & CRUZ-URIBE, 1984). Observou-se o aumento do seu tamanho no decorrer da última glaciação (Würm), do Würm

antigo para o Würm recente (CLOT, 1980 in CARDOSO, 1993) interpretando esse aumento como resultante da passagem para condições climáticas mais rigorosas, características da fase final da última glaciação (período frio). Com a passagem do Plistocénico Tardio para o Holocénico o tamanho diminui, coincidindo com a transição do período frio, característico do Würm recente, para um clima mais temperado, característico do Holocénico.

Seria tentador justificar a posição intermédia dos valores de Leceia relativos aos elementos dentários inferiores, entre os valores médios actuais e os do Würm recente de Casa da Moura, como resultantes da diminuição de tamanho com o progressivo aumento da temperatura, bem como o seria na tentativa de explicar a proximidade dos valores dos parâmetros do rádio, em Leceia, com os valores do exemplar do Würm antigo da Furninha correspondentes a um clima mais temperado.

Contudo, deve-se ter em conta o número reduzido de espécimes que constitui a amostra em estudo, a qual em certos parâmetros se resume mesmo a um único exemplar. Desta forma não é possível fazer conjecturas sobre o padrão calcolítico da espécie com base em tão pequeno número de restos, bem como sobre a sua dimensão relativamente à actual.

5.3. Urso Pardo (*Ursus arctos*)

O resto identificado como pertencente à espécie *Ursus arctos* (ver Quadro 8) corresponde a um terceiro molar inferior (M_3) (CARDOSO, 1989) e apresenta as seguintes dimensões: DMD: 21 mm; DVL: 16 mm.

O diâmetro méso-distal obtido da medição do resto encontrado foi comparado com um conjunto de intervalos dimensionais relativos a esse parâmetro (CARDOSO, 1993) para a espécie actual (ver Quadro 16). O autor faz também corresponder a cada intervalo dimensional o número de indivíduos por ele encontrados nessa classe de valores, de modo a ser visível a sua distribuição.

Quadro 16 – Dimensões do DMD (mm) de M_3 de *Ursus arctos* actuais (CARDOSO, 1993)

Intervalo dimensional	nº. de exemplares
14,1 a 15 mm	1
15,1 a 16 mm	2
16,1 a 17 mm	3
17,1 a 18 mm	5
18,1 a 19 mm	1
19,1 a 20 mm	4
20,1 a 21 mm	4
21,1 a 22 mm	4
22,1 a 23 mm	2
23,1 a 24 mm	0

O valor do DMD do dente em estudo insere-se nas duas classes dimensionais que abrangem os valores entre 20,1 e 21 mm.

Procedeu-se também à comparação dos valores obtidos, com medidas publicadas (CARDOSO, 1993) para a espécie, relativas ao Plistocénico português (ver Quadro 17), de modo a observar a possível variação de tamanho sofrida.

Quadro 17 – Valores de DMD e DVL (mm) relativos a M_3 de *Ursus arctos* do Plistocénico português da gruta da Furninha (Würm antigo) (CARDOSO, 1993)

	M_3	
	DMD	DVL
N	18	18
Média	22,1	15,8
Máximo	25,8	18,6
Mínimo	18,2	15,0

O DMD do exemplar de Leceia é ligeiramente menor que a média plisticénica, apesar do seu valor se encontrar dentro do intervalo de variação apresentado. O valor do DVL é muito semelhante ao da média plisticénica e também se enquadra perfeitamente no intervalo de variação da amostra de comparação.

Da observação dos intervalos dimensionais e respectivo número de exemplares salienta-se a tendência bimodal da distribuição dos valores actuais que resulta da falta de homogeneidade apresentada pela população actual de comparação devido a origens distintas (populações diferentes) (CARDOSO, 1993).

Apesar do dente em estudo se encontrar concordante com o maior grupo dimensional, é impossível, dado o número reduzido de restos encontrados relativos a *U. arctos*, saber se seria esse o padrão dimensional da espécie no Calcolítico na região em apreço.

Da comparação feita com o material do Plistocénico, observa-se a diminuição do valor do DMD do exemplar calcolítico relativamente à média da gruta da Furninha.

O facto de o valor do DMD do exemplar calcolítico se enquadrar no grupo dimensional actual de maiores proporções e de se apresentar menor que a média do Plistocénico levaria a supor uma posição intermédia dimensional do exemplar em relação aos valores dos dois conjuntos referidos.

É conhecida a redução do tamanho médio dos carnívoros com o decréscimo da temperatura (KLEIN & CRUZ-URIBE, 1984) de acordo com o efeito de Bergman, que diz, como já se referiu, que dentro de dada espécie os indivíduos que vivem em climas mais frios apresentam uma tendência para uma maior corpulência (correlação inversa tamanho/ temperatura). De acordo com o efeito de Bergman certas espécies sofreram, ao longo do Holocénico, uma diminuição no seu tamanho, directamente relacionado com o aumento progressivo da temperatura desde o final da última glaciação. Sabe-se da redução do tamanho desta espécie no Holocénico (CARDOSO, 1993), não podendo, contudo, aplicar tal realidade à identificada em Leceia tendo em conta que se trata de apenas um único exemplar.

5.4. Gato Bravo (*Felis silvestris*)

O único resto encontrado pertencente a esta espécie é uma extremidade distal do úmero (Fig. 25), com um DT de 17,5 mm (Quadro 8). Este valor é comparado com valores actuais obtidos por J.L. Cardoso (CARODO, 1993) dos quais, como na maior parte dos trabalhos arqueozoológicos, apenas foi possível ter acesso à média, máximo e mínimo.

Média de DT distal de úmero (N = 7): 20,6 mm; máximo: 22,4 mm; mínimo: 19,2 mm.

Como resultado da comparação constata-se que o valor do parâmetro correspondente ao resto encontrado sai fora dos valores apresentados por aquele autor.

Dos dois parâmetros possíveis de serem medidos no resto encontrado destaca-se o DT distal visto ser este em geral o considerado, na maior parte dos trabalhos de arqueozologia.

Verifica-se que a medida obtida é bastante menor que o menor valor obtido por Cardoso (1993) podendo este facto dever-se a vários factores. Pode prender-se com o tamanho da amostra de comparação que, ao ser relativamente pequena, poderia ter deixado de fora indivíduos de menores dimensões.

A pequenez do resto conservado, poderá, por hipótese, justificar a sua inclusão na espécie doméstica, o que no contexto calcolítico, seria considerado uma intrusão, tendo em conta esta espécie teria sido desenvolvida no Egipto a partir de Gato Bravo, dando-se a sua introdução na Europa muito mais tarde. A sua introdução na Irlanda, por exemplo, deu-se nos primeiros séculos depois de Cristo (van WIJNGAARDEN-BAKKER, 1973 in DAVIS, 1989) e na Grã-Bertanha a presença de Gato doméstico é assinalada por Harcourt (1979 in DAVIS, 1989) num sítio arqueológico ocupado durante a segunda metade do primeiro milénio antes de Cristo (Idade do Ferro). Esta hipótese parece a menos provável visto tratar-se de um resto recolhido da Camada 3, a camada intermédia.

Outra hipótese, a de ser resto pertencente a um indivíduo juvenil da espécie selvagem, afigura-se a mais provável. Em geral os ossos de indivíduos juvenis, além de mais porosos e de apresentarem uma estrutura mais esponjosa, são mais brilhantes/claros do que os ossos de indivíduos adultos (DRIESCH, 1976), característica esta presente no espécime encontrado. A fusão da epífise à diáfise, característica diagnosticante da idade do indivíduo detentor do espécime em questão, não refuta a hipótese de pertencer a um indivíduo juvenil visto, segundo A. v. d. Driesch (DRIESCH, 1976), o úmero distal ser uma das extremidades dos ossos longos que mais cedo se funde, apresentando-se já fundida com a diáfise quando as outras extremidades ainda não o estão.

Por *F. silvestris* estar representado por um único resto pertencente a um indivíduo juvenil, não se pode nem deve fazer qualquer constatação acerca da dimensão da espécie no Calcolítico.

5.5. Lince Ibérico (*Lynx pardina*)

Um único úmero, medido na extremidade distal (Fig. 25) (DT distal: 27 mm); também em relação ao cúbito se refere apenas o DT da articulação proximal (DT artic.: 15,5 mm) (ver Quadro 8). Estes valores foram

comparados com os valores actuais apresentados por J. L. Cardoso (CARDOSO, 1993) relativo a um único exemplar: diâmetro transversal de úmero distal: 30,6 mm e diâmetro transversal da articulação proximal do cúbito (Fig. 21): 15,6 mm (CARDOSO, 1993).

Mais valores, relativos a exemplares actuais, foram procurados em bibliografia consultada tendo-se encontrado alguns, mas não correspondentes aos parâmetros seleccionados.

Procedeu-se também à comparação com valores obtidos por J.L. Cardoso (CARDOSO, 1993) relativamente a exemplares do Plistocénico português (ver Quadro 18).

Quadro 18 – *Lynx pardina* da gruta da Furninha (Würm antigo). Valores relativos ao Úmero e ao Cúbito (mm) (CARDOSO, 1993)

Úmero distal	DT distal
N	5
Média	35,8
Máximo	39,2
Mínimo	33
Cúbito proximal	DT artic.
N	5
Média	17,3
Máximo	19,6
Mínimo	14,8

O valor do DT distal do único úmero encontrado é menor que o valor apresentado por J.L. Cardoso (CARDOSO, 1993) para o único homólogo actual observado.

No que diz respeito aos valores relativos ao conjunto do Würm antigo da gruta da Furninha, o espécime de Leceia apresenta-se bastante menor, não se enquadrando no intervalo de valores apresentado.

Em relação ao DTartic.prox. considerado no cúbito, o valor de Leceia apresenta-se bastante próximo do valor actual apresentado enquadrando-se no intervalo do conjunto plistocénico da Furninha, sendo um pouco menor que o seu valor médio.

Relativamente à porção de mandíbula e respectivos dentes pré-molares 3 e 4 procedeu-se de novo à comparação com valores actuais e do Plistocénico português (CARDOSO, 1993) (ver Quadro 19).

Quanto aos parâmetros mandibulares, à altura da mandíbula à frente de P_3 , corresponde um valor (15,5 mm) inferior ao do menor exemplar da reduzida amostra de comparação actual e fóssil. Relativamente aos dentes, apenas o DMD de P_4 (11 mm) se apresenta maior que o máximo indicado por J. L. Cardoso (CARDOSO, 1993) para este parâmetro, todos os outros valores enquadram-se no intervalo de valores de comparação actuais.

Quadro 19 – *Lynx pardina* – Valores relativos (mm) a parâmetros dentários e mandibulares de exemplares actuais e gruta da Furninha (CARDOSO, 1993)

		P ₃		P ₄		Medida 10*
		DMD	DVL	DMD	DVL	
Actual	N	3	3	3	3	3
	Média	8	4,4	10,2	5	17,6
	Máximo	8,5	4,7	10,6	5,2	18,5
	Mínimo	7,5	4,1	9,7	4,7	16,2
Furninha (Plistocénico)	N	5	5	6	6	2
	Média	8,8	5	11,0	5,7	19,5
	Máximo	9,1	5,3	11,8	6,4	20,8
	Mínimo	8,6	4,8	10,3	5,4	18,2

Comparativamente com os valores relativos ao conjunto da gruta da Furninha, os valores dos parâmetros respeitantes a P₃ mostram-se nitidamente menores e apenas o DMD de P₄ é concordante com as dimensões do lote plistocénico.

Em relação aos parâmetros considerados quer no úmero quer no cúbito pode afirmar-se ser maior a diferença dimensional entre os valores dos exemplares de Leceia e os plistocénicos do que a existente entre aqueles e os exemplares actuais, principalmente no caso do cúbito. Relativamente à porção de mandíbula, o exemplar calcolítico caracteriza-se por apresentar um P₃ de proporções concordantes com as actuais e um P₄ de grande tamanho, enquadrado nos valores plistocénicos. Destaca-se o facto de, apesar de ser pequena a amostra usada para comparação (principalmente nos parâmetros relativos aos elementos pós-cranianos), os valores médios actuais correspondentes a esta espécie serem concordantes com os apresentados por Kurtén & Graquis (1978 in CARDOSO, 1993) com base numa amostragem muito maior, permitindo considerá-los representativos. Contudo, a reduzida amostra em estudo não permite afirmar ser este o padrão calcolítico da espécie nem concluir sobre a variação dimensional sofrida por esta neste período, apesar dos valores obtidos serem concordantes com uma redução semelhante à verificada nos carnívoros em geral na passagem do Plistocénico para o Holocénico.

Em relação ao parâmetro mandibular considerado, o menor valor do exemplar calcolítico pode, provavelmente, em parte, prender-se com erros de medição visto esta ser uma medida difícil de obter devido à curvatura do bordo inferior e à do diastema (CARDOSO, 1993).

5.6. Lobo (?) (cf. *Canis lupus*)

O único espécime encontrado, para além da extremidade proximal de fémur atrás referida, é uma hemimandíbula, de um juvenil bastante novo, pelo que não foram tiradas medidas (Fig. 20).

Considerou-se apenas o DMD do ultimo molar de leite (dm_4 ou carniceiro de leite), com um valor de 12 mm, o qual se optou por inserir num gráfico (Fig. 13) apresentado por S. Davis & F. R. Valla (DAVIS & VALLA, 1978) para comparação com valores, relativos ao mesmo parâmetro, relativos a outros juvenis de lobo e de cão actuais.

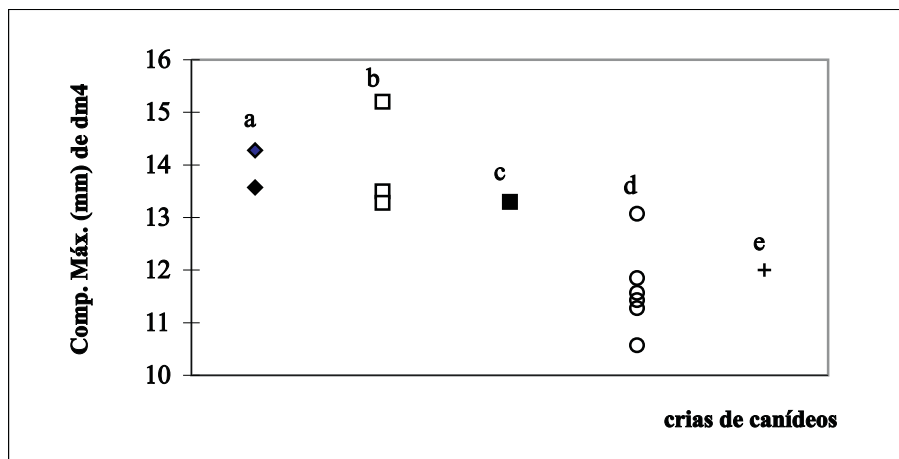


Fig. 13 – Comprimento máximo (mm) do último molar de leite inferior (dm_4 , carniceiro de leite) de crias de canídeos. a – dois lobos da Turquia; b – três lobos de Israel; c – cachorro de Mallaha; d – seis cães da Turquia, Israel e Egipto (DAVIS & VALLA, 1978); e – lobo de Leceia

Observa-se o seu tamanho relativamente maior comparativamente com os valores apresentados pelos juvenis de cão e a menor dimensão em relação aos juvenis de lobo.

Este espécime, no tocante a comparações biométricas mais detalhadas, não foi considerado. Segundo A. v. d. Driesch (DIESCH, 1976), apenas devem ser objecto de tal procedimento os restos de animais adultos. A medição de restos de animais jovens só deve ser feita em casos excepcionais não deixando nunca de ser assinalado como tal.

O exemplar c, designado cachorro de Mallaha, com idade dentária estimada entre 4-5 meses, foi indicado por S. Davis e F. R. Valla (DAVIS & VALLA, 1978) como podendo pertencer tanto a um cachorro de cão como de lobo, não sendo a sua posição no gráfico conclusiva.

Apesar de o carniceiro de leite estudado apresentar dimensão superior à da maioria dos cachorros de cão apresentados no gráfico, é menor que os dm_4 de cachorro de lobo e que o do cachorro de Mallaha. Deste modo também a sua posição no gráfico não é totalmente conclusiva, o que significa que a presença de lobo em Leceia é meramente hipotética, mesmo considerando a extremidade de fémur já mencionada.

No entanto, o estado dentário apresentado e a dimensão da mandíbula, comparativamente a outras encontradas em Leceia pertencentes a cão adulto, bem como a comparação efectuada no museu Bocage

com um infantil de lobo, levam à conclusão de ser mais provável a hipótese de o exemplar pertencer a *Canis lupus*.

6. VESTÍGIOS ANTROPOGÉNICOS

Suscitou particular interesse o facto de, em todo o conjunto, embora constituído por restos bastante fracturados, uma peça apresentar marcas nitidamente antropogénicas, sob a forma de finos traços de corte (Figs. 14 a 17). Reforça o provável consumo desta espécie doméstica por parte do homem de Leceia. Porém, tendo em conta o número de restos de cão identificados e a escassez de marcas de corte, a importância que poderia ter a nível alimentar é, naturalmente, diminuta.

Aliás, marcas de corte (Figs. 14 a 17) observadas na porção posterior de uma mandíbula e no seu bordo inferior, são do tipo de marcas que, segundo Binford (1981 *in* LYMAN, 1994), se devem ao processo de remoção da pele, “esfolamento”, não significando necessariamente o ulterior consumo do animal. Esta actividade pode provocar marcas de corte não só ao longo do bordo inferior da mandíbula, como também no crânio e na diáfise dos ossos longos da parte inferior dos membros e falanges. Contudo, tais marcas apenas foram encontradas naquele espécime.

Não são poucas as referências à presença de marcas de corte em cão doméstico, incluindo ou não, o aproveitamento da carne, em várias épocas e com uma vasta expressão geográfica.

M. Degerböl (DEGERBÖL, 1969) é da opinião que, não só os cães mais antigos eram usados como alimento, mas que também poderiam ter sido especialmente criados com este propósito, como precaução contra épocas de maior escassez. Ossos de cão com marcas de corte têm sido encontrados e descritos em vários sítios arqueológicos como no Mesolítico de Star Carr (DEGERBÖL, 1969), no Neolítico da Hungria e Neolítico Antigo – Idade do Cobre da Suíça (BÖKÖNYI, 1974) e, mesmo, no Mesolítico da região de Muge (RIBEIRO, 1884; OLIVEIRA, 1888/1892).

Em vários arqueossítios, não só em Portugal mas na Península Ibérica em geral, a presença de cão é uma constante, apesar do seu número relativamente reduzido quando comparado com o total número de restos, como já antes tinha sido salientado.

Várias são as referências ao aproveitamento da carne desta espécie em povoados fortificados do Calcolítico espanhol. No povoado de Los Castillejos de Montefrío (Granada) foram encontrados ossos de cão no nível do Calcolítico Final/Bronze Inicial que, com o escasso número de restos pertencentes à espécie no nível Neolítico Recente/Final, atingem cerca de 3% do total de restos identificados e onde o aproveitamento alimentar é uma realidade (ZIEGLER, 1990 *in* CARDOSO & GOMES, 1997). Também no povoado Calcolítico fortificado de Los Millares o seu uso alimentar foi assinalado, tendo-se recolhido cerca de 600 restos de cão (PETERS & DRIESCH, 1990 *in* CARDOSO & GOMES, 1997). Em Portugal estes carnívoros domésticos atingiram grande importância desde o Calcolítico (caso do povoado fortificado do Zambujal, já atrás referido) até ao Bronze Final com clara função de caracterização social do proprietário, não esquecendo o papel como guardador de gado (CARDOSO & GOMES, 1997).

A presença de um único resto com marcas que podem associar-se a intencionais, num conjunto de restos bastante fracturados relativos a esta espécie, não é à partida conclusivo quanto ao seu uso na dieta da comunidade de Leceia. Poderá querer dizer que, apenas, se procedeu à remoção da pele e possível descarnamento do animal (HARCOURT, 1974); mas a existência dos paralelos aludidos do Calcolítico do Sul peninsular onde o aproveitamento culinário da espécie foi demonstrado, obriga a admitir tal possibilidade.

Por outro lado, o facto de certos espécimes pertencentes à espécie doméstica se encontrarem roídos (Fig. 21), como já foi mencionado, provavelmente por indivíduos da própria espécie dado o tipo de marcas apresentado (também já atrás salientado), ilustra bem o carácter comensal do cão, no interior da própria comunidade humana sediada em Leceia.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de integração das duas componentes subjacentes à prática da arqueozoologia, avaliou-se a amostra de carnívoros reunida em Leceia à luz do seu significado arqueológico/antropológico e biológico.

Direccionou-se a análise nesse sentido não só por a amostra deste grupo ter sido recuperada em contexto estritamente arqueológico, representando este facto por si só o peso da directa relação com a população ocupante do povoado, como por ser em grande parte constituída por um conjunto de restos referentes à espécie doméstica *Canis familiaris*, desde sempre com o homem relacionada.

Só olhando de uma forma integrada e interdisciplinar para a amostra em estudo será possível obter uma justificação para a sua própria presença, no contexto arqueológico em apreço.

Os restos encontrados em sítios arqueológicos não são mais que as “sobras” da alimentação humana ou o resultado das suas associações sociais e culturais. Isto significa que a maioria dos restos osteológicos não se conservou, ou foram, na própria época, objecto de evacuação intencional do espaço habitado.

Numa tão evoluída comunidade, como era a que então ocupava o povoado fortificado de Leceia, com uma economia de produção baseada na agricultura e na pastorícia, não é de admirar tão reduzido número de restos correspondentes a certas espécies (urso, lince, gato bravo, lobo) que apresentariam para a população uma proporcionalidade inversa entre o teor proteico proporcionado e o esforço de caça requerido.

Assim sendo, a quantidade de restos encontrados não reflecte necessariamente a sua abundância na natureza mas tão só a importância que aquela comunidade lhes dispensava. Apesar de tudo, e tendo em conta a vertente biológica, a amostra é o espelho da riqueza faunística da zona, no que diz respeito à presença de carnívoros, numa época não tão longínqua quanto isso e cujo clima estaria próximo do actual, permitindo de certa forma avaliar o biótopo onde se integravam, retratando e recriando o ecossistema da altura.

A vertente zoológica do estudo das espécies selvagens, analisando-as de uma perspectiva evolutiva, ficou à partida prejudicada, visto não ser possível, com tão reduzido número de restos pertencentes a cada espécie, avaliar a evolução, nomeadamente dimensional, de cada uma delas ao longo do Holocénico, nem isso seria de esperar, tendo nós conhecimento prévio do material a estudar e das suas naturais características e limitações. No que diz respeito aos restos de carnívoros selvagens, foi apenas possível uma avaliação individual e sua

discussão com os seus homólogos plistocénicos e actuais. Contudo, no respeitante ao cão, o cenário foi um pouco diferente. O maior número de restos permitiu avaliar a sua dimensão, que nada tem a ver com a lei de Bergman mas sim com o seu estado domesticado.

Os estudos biométricos efectuados, nos restos pertencentes a esta espécie, revelaram, de uma forma geral, uma redução dimensional, comparativamente ao parente selvagem, associada ao processo de domesticação. Certos estudos efectuados, quer ao nível mandibular quer ao nível de elementos pós-cranianos, permitiram levantar a hipótese de estarem presentes em Leceia duas raças de cão diferentes quer pela morfologia do focinho (mais longo numa que noutra) quer pelo tamanho. Contudo, o tamanho da amostra não permitiu afirmações definitivas permanecendo assim o assunto em aberto. Os resultados revelaram ainda, não só o tamanho dos indivíduos detentores de tais elementos como a semelhança com certas raças portuguesas, nomeadamente as tidas como raças de cão de gado.

De qualquer modo, a sua presença não pode ser descontextualizada da vertente económica e cultural e do peso que esta acarreta na compreensão, à luz dos resultados obtidos, da sua posição como membro da comunidade humana de então.

O cão em Leceia aparenta apresentar um estatuto um pouco paradoxal, é admitido na comunidade, sendo uma constante no povoado, contudo os seus restos apresentam-se bastante fracturados, com marcas antropogénicas e de acção animal. Parece corresponder a uma raça de trabalho, de ajuda, não aparentando haver à sua volta qualquer conotação especial, caracterizadora do estatuto social de quem os possuía.

Numa época em que cada vez mais se caminha para a especialização, este estudo mostrou o interesse em fazer convergir diferentes disciplinas necessárias para a compreensão da amostra, enquanto resultado de indivíduos pertencentes a espécies que coexistiam numa mesma região, umas reflectindo o ambiente pretérito e outras sujeitas a transformações morfológicas e biométricas em resultado do comportamento humano e das necessidades quotidianas das sucessivas comunidades que ocuparam Leceia entre a 2^a metade do IV milénio a.C. e os finais do milénio seguinte.

A Arqueozoologia, é cada vez mais o convergir de áreas científicas que tendiam a caminhar paralelas sem que os seus conhecimentos se cruzassem. Esse cruzamento de conhecimentos proporcionou novas perspectivas e metodologias tentando atingir um mesmo objectivo, o da compreensão das relações sempre existentes entre o homem e as espécies, que têm ditado a distribuição e o desaparecimento de algumas delas.

BIBLIOGRAFIA

- ALTUNA, J. (1980) – Historia de la domestication animal en el Pais Vasco desde sus origenes hasta la romanización. *Munibe*, 32: 1 – 164
- ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV – mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica*, 8, 103 – 144

- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vípasca*, 2, 41 – 60
- BALLESIO, R. (1979) – Le gisement Pléistocène Supérieur de la grotte de Jaurens à Nespouls, Corrèze, France : Les Carnivores (Mammalia, Carnivora) I – Canidae et Hyaenidae. *Nouv. Arch. Mus. Hist. Nat. Lyon*, 17 : 25 – 55
- BÖKÖNYI, S. (1974) – History of domestic Mammals in Central and Eastern Europe. *Budapest: Akadémici Kiado.*
- BRANCO, M. C. (1969) – Criação de cães. *Editorial Noticias – Empresa Nacional de Publicidade*, vols. 1 e 2.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*”. Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983 – 1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras – CMO* (número especial): 164 pp.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Para o conhecimento da agricultura no concelho de Oeiras: do Neolítico ao Período Romano. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 87-96
- CARDOSO, J. L. (1997) – O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do tejo no terceiro milénio AC. *Estudos Arqueológicos de Oeiras – CMO*: 1 – 128
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4, 126 pp.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. V. (1997) – O consumo de cão, em contextos fenício-púnicos, no território português. *Estudos Orientais*, VI (Homenagem ao Professor António Augusto Tavares) pp. 89-117.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S.; AGUIAR, D. (1991) – O homem pré-histórico no Concelho de Oeiras – Estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2, 85 pp.
- CASTAÑOS, P. (1989) – Estudio de los restos oseos del castro de Ubierna (Burgos). *Kobie* (Serie Paleoantropologia), 18, pp 87-97.
- CLUTTON-BROCK, J. (1969) – Carnivore remains from the excavation of the Jerico Tell. In: Ucko P. J. – Dimbleby, G. W. (eds), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, London (1969), pp. 337-345.
- DAVIS, S. J. M. (1989) – “*La Arqueologia de los animales*”. Ediciones Bellaterra, s.a., Barcelona.
- DAVIS, S. J. M. & VALLA, F. R. (1978) – Evidence for domestication of the dog 12,000 yaers ago in the Natufian of Israel. *Nature*, 276, pp. 608-610.

- DEGERBÖL, M. (1961) – On a find of a Proeboreal domestic dog (*Canis familiaris*) from Star Carr, Yorkshire, with remarks on other Mesolithic dogs. *Proc. of the Prehist. Soc.*, 27, pp. 33-55.
- DIAS, J. M. A.; RODRIGUES, A.; MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*, 1, pp. 53-66.
- DRIESCH, A. v. d. & MORALES, A. (1977) – Los restos animales del yacimiento de Terrera Ventura (Tabernas, Almería). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, 4, Univ. Autónoma Madrid, pp. 15-34.
- DRIESCH, A. v. d. (1976) – A guide to the measurement of animal bones from Archaeological sites. *Peabody Museum Bulletin*, 1. Peabody Museum of Archeology and Ethnology, Harvard University.
- HARCOURT, R. A. (1974) – The dog in Prehistoric and early Historic Britain. *Journal of Archaeological Science*, 1, pp. 151-175.
- KLEIN, R. & CRUZ-URIBE, K. (1984) – *The analysis of animal bones from archaeological sites*. Chicago, University of Chicago Press, 266 pp.
- LYMAN, L. (1994) – *Vertebrate Taphonomy*. Cambridge University Press. Cambridge.
- MACDONALD, D. & BARRET (1999) – *Mamíferos de Portugal e Europa*. Guias Fapas Portugal.
- MARQUES, M. F. (1934) – O cão da Serra da Estrela – Estalão da Raça. Separata nº268 da revista de Medicina Veterinária, 37 pp.
- MOREY, D. F. (1992) – Size, shape and development in the evolution of the domestic dog. *Journal of Archaeological Science*, 19, pp. 181-204.
- OLIVEIRA, F. de Paula e (1888/1892) – Nouvelles fouilles faites dans les Kjoekkenmoedings de la vallée du Tage. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*, 2, pp. 57-81.
- PALES, L. GARCIA, M. A. (1981) – *Atlas osteologique pour servir à l'identification de Mamifères du Quaternaire*. Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique. 2 vols. Paris
- REED, C. A. (1969) – *The pattern of animal domestication in the prehistoric Near East*. In: Ucko, P. J. Dimbleby, G. W. (eds.), *The domestication and exploitation of plants and animals*, London, pp. 361-380.
- REITZ, E. J. & WING, E. S. (1999) – *Zooarchaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RIBEIRO, C. (1884) – Les Kjoekkenmoedings de la vallée du Tage. C.-R. IX Sessão Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisboa, 1880). Lisboa, pp. 279-290.
- RIQUELME, J. A. (1989-1990) – Aproximación al estudio faunístico en el yacimiento de Acinipo, Ronda (Malaga). *Cuadernos de prehistoria de la Universidad de Granada*, 14-15, pp. 181-207.

- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973. Vol. 1 (Text); Vol. 2 (Tafeln): Mainz, Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge Bands).
- SCHMID, E. (1972) – *Atlas of animal bones (for Prehistorians, Archaeologists and Quaternary Geologists)*. Elsevier Publishing Company, Amsterdam – London – New York.
- TCHERNOV, E. & VALLA, F. R. (1997) – Two new dogs, and other Natufian dogs from the Southern Levant. *Journal of Archaeological science*, 24, pp. 65-95.
- VALENTE, M. J. (1997) – A quantificação faunística: principais unidades, alguns parâmetros, regras e problemas. *Estudos do Quaternário*, 1, APEQ, pp. 83-96.
- VILÁ, L.; SAVOINEN, P.; MALDONATO, J. E.; AMORIM, I. R.; RICE, J. E.; HONEYCUTT, R. L.; CRANDALL, K. A.; LUNDEBERG, J.; WAYNE, R. K. (1997) – Multiple and ancient origins of the domestic dog. *Science*, vol. 276, pp. 1687-1689.

ANEXO A

Quadro 1 – Classificação taxonómica e anatómica dos restos referentes à Camada 2 tendo em atenção a sua simetria. Valores a negrito indicam o NMI

Elemento	Simetria	<i>L. pardina</i>	<i>V. vulpes</i>	<i>C. familiaris</i>
Maxila	Esquerda			1
	Direita	1		1
Mandíbula	Esquerda			2
	Direita			8
Úmero	Esquerda			1
	Direita			1
Úme.prox	Esquerda			1
	Direita			1
Úme.dist	Esquerda			1
	Direita	2		2
Rádio prox	Esquerda			1
	Direita			1
Rádio dist	Esquerda			1
	Direita			1
Cúbito prox	Esquerda		1	1
	Direita	1		1
Metacarpo	Esquerda		2(MCII;MCIV)	1(MCIII)
	Direita		3(MCI; MCIV; MCV)	
MC prox	Esquerda		1(MCIII)	1(MCII)
	Direita		1(MCII)	
MC dist	Esquerda			
	Direita			
Fémur prox	Esquerda			2
	Direita			1
Fémur dist	Esquerda			1
	Direita			1
Metatarso	Esquerda			1(MTIII)
	Direita			1(MTIII)
MT prox	Esquerda		1(MTIV)	3(2MTIV; MTV))
	Direita			1(MTIV)
Astrágalo	Esquerda	1		1
	Direita			
subtot.restos		5	9	35
Dent.soltos				21
Metápodos			2	2
Falanges		1	7	1
total		6	18	59

Quadro 2 – Classificação taxonómica e anatómica dos restos referentes à Camada 2 tendo em atenção a sua simetria. Valores a negrito indicam o NMI.

Elemento	Simetria	<i>F. silvestris</i>	<i>V. vulpes</i>	<i>C. lupus</i>	<i>C. familiaris</i>
Maxilar	Esquerda		1		
	Direita		1		1
Mandíbula	Esquerda				
	Direita		1	1	1
Úme. prox	Esquerda				
	Direita				1
Úme. dist	Esquerda				1
	Direita	1			
Rádio	Esquerda		1		
	Direita		1		
Cúbito prox	Esquerda		2		2
	Direita				1
Metacárpico	Esquerda		1(MCII)		
	Direita				2(MCII; MCIII)
MC prox	Esquerda				1(MCII)
	Direita				1(MCV)
Fémur prox	Esquerda				1
	Direita				
Fémur dist	Esquerda				
	Direita				1
subtot.restos		1	8	1	13
dent.soltos			2		2
metápodos ind					1
total		1	10	1	16

ANEXO B

Quadro 1 – Medições (mm) em elementos pós- cranianos de *Canis lupus*. DAP – diâmetro ântero-posterior; DT – diâmetro transversal; prox – proximal; diáf. – diáfise; dist. – distal; comp.máx. – comprimento máximo; artic. – articulação – valores a negrito – correspondentes ao menor exemplar utilizado como padrão nas diferenças logarítmicas.

Referência*	87.05.37	84.01.11	83.00.18	00.00.55	83.00.18	84.02.17	85.10.38	84.00.13	Média Total	
sexo	M	M	M	M	M	M	F	?		
idade	A	A	A	A	A	A	A	A		
Elemento	Medidas									
Úmero	DAPprox		50.2	57.8	54.1	57.9	50.1	54.5	51.5	53.7
	DTprox		37.8	44.4	41.3	44.5	39	45	43.4	42.2
	DAPdiáf		23.4	22.5	19.7	23.3	17.6	21.2	23.4	21.6
	DTdiáf		16.5	17.7	16.7		16.1	17.5	16.5	16.8
	DAPdist		32.6	38.4	35.5		32.4	36	35	35.0
	DTdist		38.4	49.6	43.2		41.9	47.2	45.5	44.3
	Compmáx		216	230	201.4		198	221	211.5	213.0
Rádio	DAPprox	14.9		20.1	15.7		16.2	17.3		16.8
	DTprox	23.8		26	24.2		22	24.2		24.0
	DAPdist	18.1		19.9	18.7		17.5	18.6		18.6
	DTdist	31.3		35.3	30.9		29.7	31.8		31.8
Cúbito	DAPartic.			31.6	29.8		28	30.1		29.9
	Dtartic.			24.8	23		21	22.1		22.7
Fémur	DAPprox	34.4	38	26.4	25.3		24.5	28.5		29.5
	DTprox	52	48.8	57.9	51.9		52.5	55.5		53.1
	DTcabeça	23.6	21.9	25.3	24.7		23.4	24		23.8
	DAPdiáf	16.1	16.4	16.7	15.4		18	17.4		16.7
	DTdiáf	16.6	16.1	18.1	16.9		18.6	17.8		17.4
	DAPdist	26.5	41.2	50	47.3		49.5	49.5		44.0
	DTdist	42.2	30.4	43.3	42.4		42.5	42.5		40.6

(*) Coleção de comparação do Museu Bocage (Lisboa).

Quadro 2 – *Cannus lupus* actual. Dentição superior (mm). DMD – diâmetro méso-distal; DVL – diâmetro vestibulo – lingual. Valores a negrito correspondentes ao menor exemplar utilizado como padrão nas diferenças logarítmicas.

Referência*	Sexo	Idade	C		P ³		P ⁴		M ¹		M ²	
			DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL
83.00.18	M	A	13.8	9.6	13.2	6.4	24.7	14.0	15.5	19.5	8.5	12.5
93.00.71	M	A	12.9	8.2	14.9	6.4	25.6	12.8	15.6	20.5	8.7	13.2
93.00.72	M	A			14.3	7.5	24.2	13.5	15.7	19.7	7.6	11.6
91.12.73	M	A	15.1	9.4	16.2	8.3	25.5	13.8	16.4	21.6	9.4	14.4
89.00.63	M	A	13.0	8.5	13.5	6.6	22.6	12.6	15.4	19.6	8.2	12.4
90.10.69	M	A	12.8	9.1	14.2	7.6	25.1	12.7	16.8	20.5	8.8	12.9
91.11.74	F	A	13.3	8.0	14.5	6.6	23.5	12.1	16.5	19.8	8.2	12.2
87.01.45	F	A			13.2	6.6	21.7	12.7	15.0	19.6	8.0	12.4
85.10.38	F	A	12.3	8.3	13.5	6.5	23.4	12.0	14.8	19.5	8.0	12.4
87.12.28	F	A	11.2	8.1	12.7	6.3	21.6	12.4	14.1	18.8	7.8	11.7
91.06.60	F	A	12.5	8.4	15.5	7.0	23.4	12.5	16.4	19.4	8.4	12.2
00.00.07	F	A	12.6	8.3	14.6	6.6	24.5	14.8	15.7	20.1	7.7	12.2
93.00.75	?	A	13.6	7.8	13.4	6.6	22.8	13.2	15.4	19.5	7.6	11.6
90.00.66	?	A	13.7	8.5	14.2	6.6	23.1	11.5	15.6	19.2	8.9	12.6
90.00.67	?	A	12.1	8.2	15.3	6.7	25.0	13.4	17.2	19.5	8.8	13.1
Xtotal			13.0	8.5	14.2	6.8	23.8	12.9	15.7	19.8	8.3	12.5

(*) Coleção de comparação do Museu Bocage (Lisboa).

Quadro 3 – *Cannus lupus* actual. Parâmetros relativos à dentição superior (mm). 16* – ver DRIESCH, 1976; comp. – comprimento total. O valor a negrito corresponde ao menor exemplar utilizado como padrão nas diferenças logarítmicas.

Referência*	Sexo	Idade	16*	canino comp.
83.00.18	M	A	24	55
00.00.55	M	A	21	53.5
86.09.46	?	A	21	52
91.09.62	?	A	21	
85.10.38	F	A	19	47
87.11.48	M	J	21.5	47.5
89.02.47	M	J	24	57
00.00.37	M	J	22.5	57.5
00.00.53	?	J	23	
82.09.09	F	J		
Xtotal			21.9	52.8

(*) Coleção de comparação do Museu Bocage (Lisboa).

Quadro 4 – *Canis lupus actual*. Dentição inferior (mm). DMD – diâmetro méso-distal; DVL – diâmetro vestibulo – lingual. Coleção de comparação. Valores a negrito correspondentes ao menor exemplar utilizado como padrão nas diferenças logarítmicas.

Referência	Sexo	Idade	C		P ₂		P ₃		P ₄		M ₁		M ₂	
			DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL	DMD	DVL
83.00.18	M	A	13.7	9.6	5.1	4.2	14.1	7.5	15.3	8.1	30.0	14.2		
93.00.71	M	A	13.1	10.0	11.8	5.9	13.8	6.6	15.5	8.0	28.5	11.5	10.8	8.7
93.00.72	M	A	13.1	8.9	10.9	6.5	13.2	8.1	14.5	8.1	26.7	11.5	9.5	8.1
91.12.73	M	A	14.2	10.5	12.2	6.8	14.3	7.8	16.0	9.7	28.3	13.4	11.1	9.4
89.00.63	M	A	13.3	9.2	10.7	6.0	12.4	6.5	14.4	7.5	27.5	12.2	10.6	8.1
90.10.69	M	A	12.0	10.6	11.7	6.8	13.5	7.0	15.2	8.4	25.3	12.6	11.3	8.6
91.11.74	F	A	12.8	9.1	11.2	5.8	13.2	6.9	15.6	7.9	27.2	11.2	10.5	8.5
87.01.45	F	A	11.7	9.0	9.2	5.3	12.1	6.0	13.7	7.1	26.5	11.2	10.5	8.3
85.10.38	F	A	13.1	8.6	9.7	5.2	11.8	6.6	14.6	7.5	26.4	11.3	10.0	8.1
87.12.28	F	A	11.0	9.0	10.3	5.7	11.7	6.2	13.5	7.2	24.8	10.9	10.3	8.1
91.06.60	F	A	13.3	9.7	11.2	6.4	12.5	6.7	14.9	7.7	26.3	11.0	10.9	7.8
00.00.07	F	A	12.2	11.5	11.2	5.7	13.1	6.2	15.2	7.4	27.3	11.2	11.0	8.1
93.00.75	?	A	12.0	9.1	10.8	6.4	12.8	6.4	14.1	7.5	26.0	11.0	9.3	8.1
90.00.66	?	A	13.2	9.1	10.2	6.0	12.6	6.5	14.2	8.5	25.2	10.8	11.0	8.6
90.00.67	?	A	11.9	9.2	10.9	5.5	13.5	6.4	15.3	11.7	26.6	9.5	11.8	9.5
X total	12.7	9.5	10.5	5.9	13.0	6.8	14.8	8.2	26.8	11.6	10.6	8.4		

Quadro 5 – *Canis lupus actual*. Parâmetros mandibulares (mm), seg. DRIESCH, 1976. Valores a negrito correspondentes ao menor exemplar utilizado como padrão nas diferenças logarítmicas.

Referência	sexo	idade	7	8	9	10	11	12	17	18	19	20	Can.comp.
83.00.18	M	A	104	96.5	90	45	51.5	45	16	81.5	34	30	54
86.09.46	?	A	103	95	89	46	49	43	15	73.5	30	23	52
91.09.62	?	A	98	94.5	87.5	43.5	51	45	15	69	30.5	21	
85.10.38	F	A	94	88.5	82.5	41.5	47	41	14	75	32	25	48
87.11.48	M	J	93.5	92	84	43	50	42	13	70	27	20	45
89.02.47	M	J	97	95	88.5	47.5	48	42	16	69.5	29.5	25	53
00.00.37	M	J	100	96.5	90	45.5	51.5	45	14.5	76	31.5	24	53.5
00.00.53	?	J	97	92	86.5	45	47	41.5	16	73			
82.09.09	F	J	88	86	77	41.5	45	35.5	14.5	57.5	25	23	
total			97.17	92.89	86.11	44.28	48.89	42.22	14.89	71.67	29.9	23.6	50.92

Quadro 6 – Valores de cão actual e pré-histórico e de lobo relativos a parâmetros do fémur (mm) utilizados nas Figs. 7 e 8.

Elemento: Fémur		Comp.Máx.	Dtprox	Dtdist.
Cão pré-histórico	Svaerdborg ^a	152	32	27
	Ogarde ^a	180		35
	Bundso ^a	132		21.5
	Cão de Marizulo ^c	177.4	38.2	33.7
Cão actual	Greenland CN175 ^b	202	47	40
	Greenland CN4437 ^a	187	42	35
	Sochalin ^a	177	39	35
Lobo	actual ^d	221	48.8	39.5
		221.5	51.9	42.4
		222	52	42.2
		233	52.5	42.5
		241	55.5	42.5
		245	48.8	39.5

^a (Degerböl, 1961); ^b (Altuna, 1980); ^c (coleção de comparação do Museu Bocage).

Quadro 7 – Valores (mm) de parâmetros medidos no rádio utilizados na Fig 9. Variáveis independente (Dt. prox) e dependente (Comp. Máx.), relativos a cão pré-histórico e lobo actual.

Rádio		Dtprox	Comp.Máx.
Cão	pré-histórico ^a	19.4	159.5
		19.4	161.5
		22	190.8
		24.2	204.4
lobo	actual ^b	23.8	205
		24.2	212
		26	219

^(a) (Altuna, 1980); ^(b) lobo actual, coleção de comparação (Museu Bocage).

Quadro 8 – Coleção de comparação (Museu Bocage) constituída por 22 exemplares de Raposa actual. Valores em mm.

Referência	84.01.85	84.01.86	84.01.89	84.01.88	84.01.86	84.01.85	84.01.84	84.01.55	84.01.55	84.01.57	84.01.84	84.01.87	84.01.88	84.01.81	84.02.77	84.02.76	84.02.75	84.02.74	84.02.73	84.02.72	84.01.71	84.01.70	84.01.67	Média		
Sexo	M	M	M	M	M	M	M	M	M	F	F	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?	?			
Idade	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A			
Rádio	DTprox(BP)	12.5	13	12.5	12	11.5	11.5	12	12.5	12.5	12	12	12	11	11	11	11	12.5	12	12.5		11.5	10	11.5	11.82	
	DAPprox.			8		8	7.5		8	8	8	9			7	7	7	8	8	8		7	6	7	7.59	
	DAPdiáf.	5.5	5	5.5	6	5.5	5	5.5	6	5.5	5	5.5	5	5	5	5	5	6	5.5	5.5		5	4.5	5	5.30	
	DTolátr(SD)	8.5	8	9	9.5	8.5	8.5	9	9	8.5	8.5	8.5	8	8	7.5	7.5	7.5	8.5	9	9		8	7	8	8.34	
	DAPoist	9.5	10	9	9	9	9	10	9	9.5	9	8	8.5	8.5	9	7	7.5	9	9	9		8	7.5	8	8.73	
	DTolátr(BD)			16	15	15	15.5		16.5	16	15	15	15.5	15	15	14	13.5	17	16	16		14.5	13.5	15	15.21	
	compmáx(GL)	119	117	121	118.5	113.5	117	125	123.5	116	111.5	117	112	105.5	114	103	101.5	117	117.5	121.5		102	101.5	113	113.98	
Cúbito	SDO	14.5	14	14	13	14.5	13	13.5	14	13.5	14	13	13.5	12.5	13	12	12	14	13.5	13.5		12	11	13	13.23	
	DPA	17	17	16.5	15.5	16.5	15.5	16.5	17	16	16	16	15.5	14.5	16	14.5	14	16.5	16.5	16.5		14.5	13.5	15.5	15.77	
	BPC	10	11	10.5	10.5	11	10		10	9.5	9	10			9	8	9	10	9	10		8.5	9	8.5	9.61	
	DAP olecrâneo	14.5	16.5	15	13.5	14.5		14	14.5	15	15	14	13	13.5	13	13	12	14	15	14		12.5	11	13.5	13.86	
	DT olecrâneo	7.5	7.5	7.5	7	7	7	7.5	7	7.5	7.5	7	7	6	6	6.5	6	7	7	7		6	6	6.5	6.86	
	DAP articulação	14	15	15	14	14.5	13	14	15	15.5	14.5	14	14	13	14	12	12.5	15	15	13		13	13	14	13.95	
	DT articulação	10	11	10.5	11	11	10	10.5	10	9.5	9	10	10	9.5	9	8	9	10	9	10		8.5	9	8.5	9.68	
compmáx(GL)	140	140	144.5	140	135		146.5	146	139.5	132.5	133	133	123	134	123		139	139.5	142.5		120		131	135.89		
MC II	DTolátr(BD)								7	6.5															6.75	
	DAPoist.								6	6																6
	DTolátr.								5	5																5
	DAPdiáf.								4	4																4
	DTprox.								5	5																5
	DAPprox.								7.5	7.5																7.5
	compmáx(GL)								44.5	40.5																42.5
MC III	DTolátr(BD)								6	6																6
	DAPoist.								6	6																6
	DTolátr.								4.5	4.5																4.5
	DAPdiáf.								3.5	3																3.25
	DTprox.								5	5.5																5.25
	DAPprox.								8	7.5																7.75
	compmáx(GL)								50.5	50.5																50.5
MC IV	DTolátr(BD)								5.5	6																5.75
	DAPoist.								6	6																6
	DTolátr.								4	4.5																4.25
	DAPdiáf.								3.5	3.5																3.5
	DTprox.								5	5.5																5.25
	DAPprox.								7	7																7
	compmáx(GL)								48	45																46.5
MC V	DTolátr(BD)								6.5	7																6.75
	DAPoist.								6	6																6
	DTolátr.								5	5																5
	DAPdiáf.								4	4																4
	DTprox.								7.5	8																7.75
	DAPprox.								6.5	7																6.75
	compmáx(GL)								42.5	39																40.75
MT IV	DTolátr(BD)								5.5	6																5.75
	DAPoist.								6	6																6
	DTolátr.								4.5	4.5																4.5
	DAPdiáf.								3.5	4																3.75
	DTprox.								6	6																6
	DAPprox.								9	9																9
	compmáx(GL)								65	62.5																63.75

Quadro 9 – Coleção de comparação (Museu Bocage) constituída por 22 exemplares de Raposa actual. Valores em mm.

*** para os parâmetros considerados nas porções de maxilares, cf. DRIESCH, 1972.**

Refer.	S	I	15*	16*	17*	P ⁴		M ¹		M ²		canino comp.
						comp.	larg.	comp.	larg.	comp.	larg.	
84.01.85	M	A	52.5	15	39	14.5	7	10	13	6	9.5	
84.01.86	M	A	53	14	41	16	7	10	13	5	8	
84.01.69	M	A	56	14	42	14.5	7	9.5	12	5	8.5	
84.01.68	M	A	56	14	43	15.5	7	9.5	13	5.5	9	
84.01.66	M	A	52.5	13	39.5	14	7.5	9.5	12	6	8.5	
84.01.65	M	A	53	13	40	14	6.5	9.5	12	5	8	
84.01.64	M	A	53.5	14	39.5	14.5	7	10	12.5	6	9	
84.01.55	M	A	55.5	14.5	41.5	16	6	10	12	6.5	8.5	36
84.01.57	F	A	56	14.5	42	15	6.5	10	12	6	8	
84.01.84	?	A	54.5	13	42	14.5		10	12	5	7	
84.01.87	?	A	53.5	14	40	15	6	10	13	7	9.5	
84.01.88	?	A	50.5	14.5	37	14	6.5	9.5	12.5	6	9.5	
84.01.81	?	A	53	13.5	37.5	14.5	6.5	9.5	12.5	5.5	9	
84.02.77	?	A		14	39	13.5	6.5	9.5	11.5	5.5	8.5	
84.02.76	?	A	50	15	35	14	6.5	10	11.5	6.5	8.5	30
84.02.75	?	A	55	16.5	39	14	7	10.5	13.5	6.5	9	34
84.02.74	?	A	55	15	40	14.5	6	9.5	12	6	8.5	33
84.02.73	?	A	55	15	40	14	7.5	10	13	6	8.5	35
84.02.72	?	A	55	14	41	14	6.5	9.5	11.5	5.5	7	33
84.01.70	?	A	49	13.5	37	14	7	9	11.5	6	8.5	29.5
84.01.67	?	A	52	15	37	14	6.5	10	12	6	8.5	
84.01.71	?	A	47.5	13.5	35	13	6	9.5	11	5	8	30
Xtotal			53.24	14.20	39.41	14.41	6.67	9.75	12.23	5.80	8.50	32.50

Quadro 10 – Coleção de comparação (Museu Bocage) constituída por 22 exemplares de Raposa actual. Valores em mm.

*** para os parâmetros considerados nas porções de mandíbulas, cf. DRIESCH, 1972.**

Refer.	S	I	P ₃			M ₁	
			17*	comp.	larg.	comp.	larg.
84.01.85	M	A	8	9	3	16	6
84.01.86	M	A	7	10	3.5	16	6.5
84.01.69	M	A	7	9	3.5	15	6.5
84.01.68	M	A	7	9.5	3.5	16	6.5
84.01.66	M	A	7	9	3.5	15	6.5
84.01.65	M	A	7	9	3.5	16	6
84.01.64	M	A	6.5	9	3	15.5	6
84.01.55	M	A	8	9	3.5	16	6.5
84.01.87	?	A	7	9	3.5	16	6
84.01.88	?	A	7.5	8.5	3	15	6
84.01.81	?	A	6.5	8.5	3.5	14.5	6
84.02.77	?	A	7			15	6
84.02.76	?	A	7	9	3	15	6
84.02.75	?	A	6.5	8.5	3.5	16	6.5
84.02.74	?	A	7	9	3.5	15.5	6
84.02.73	?	A	7	9	3	16	6.5
84.02.72	?	A	6.5	9	3.5	15	6
84.01.71	?	A	7	8	3	14	6
84.01.70	?	A	6	9	3	14.5	6
84.01.67	?	A	6.5	8	3	15	6
84.01.57	F	A	6.5	9.5	3	15.5	6
84.01.84	F	A	7	8.5	3.5	15	6
Média			6.93	8.90	3.29	15.34	6.16

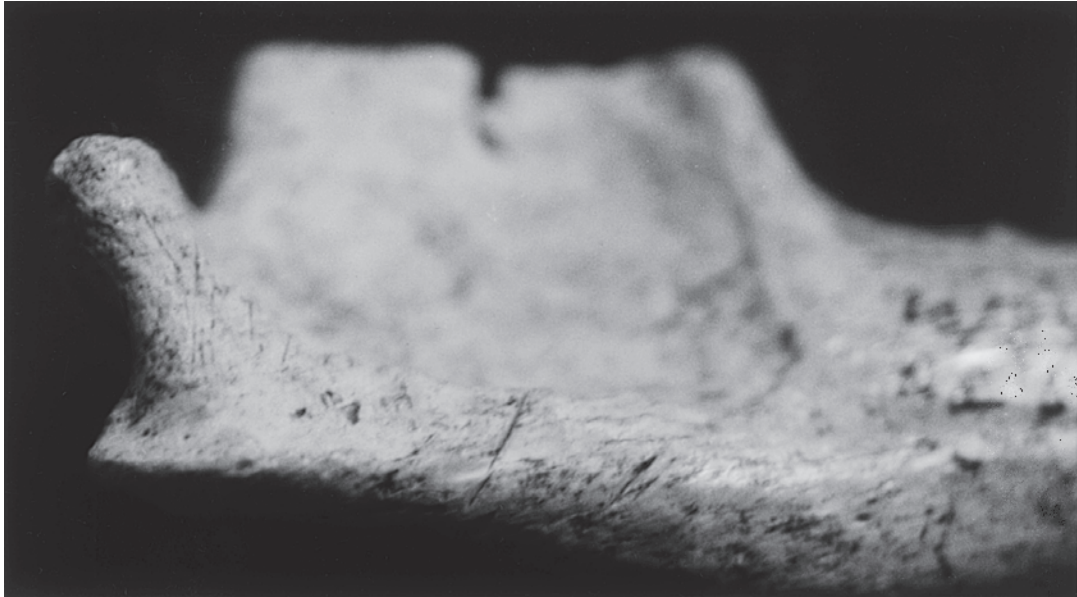


Fig. 14 – Porção lingual posterior de hemimandíbula de cão (*Canis familiaris*) apresentando numerosas marcas de corte no bordo inferior.



Fig. 15 – Porção posterior de hemimandíbula de cão (a mesma da figura anterior), vista de uma perspectiva superior, apresentando marca de corte, no côndilo da articulação.

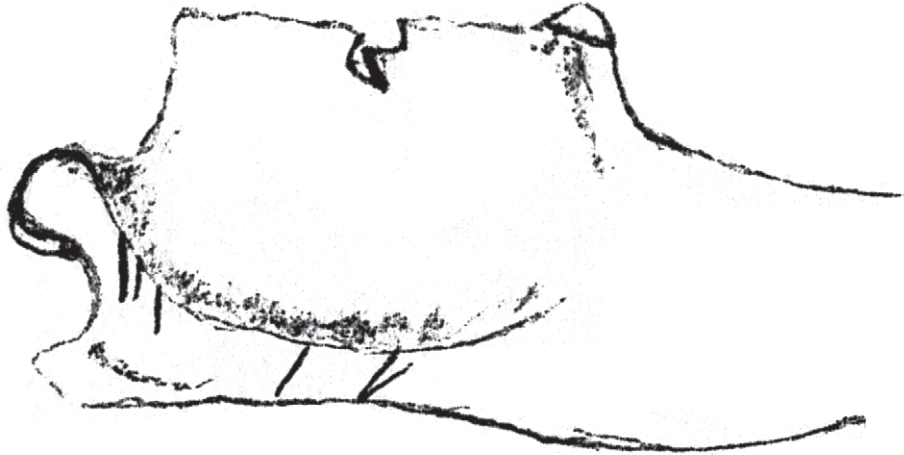


Fig. 16 – Ilustração do fragmento de hemimandíbula, representada na Fig. 14, apresentando marcas de corte no bordo inferior. Desenho de F. Pires.

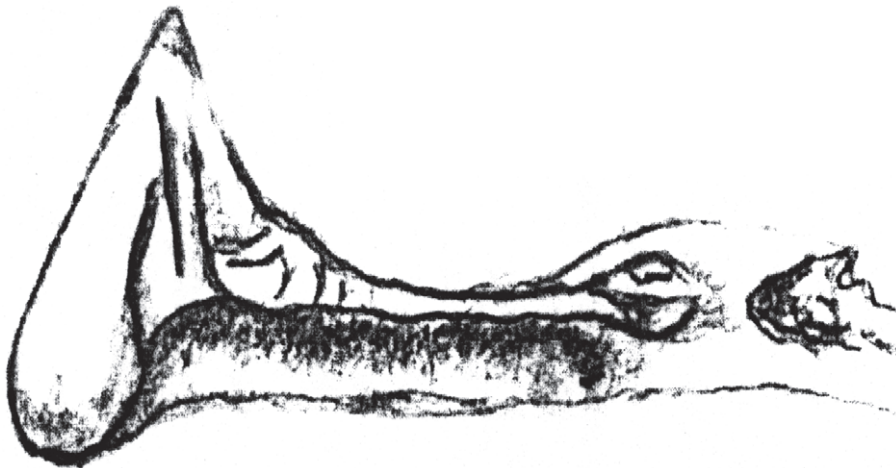


Fig. 17 – Ilustração da porção posterior do mesmo fragmento de hemimandíbula, vista de uma perspectiva superior (representada na Fig. 15), apresentando marcas de corte. Desenho de F. Pires.

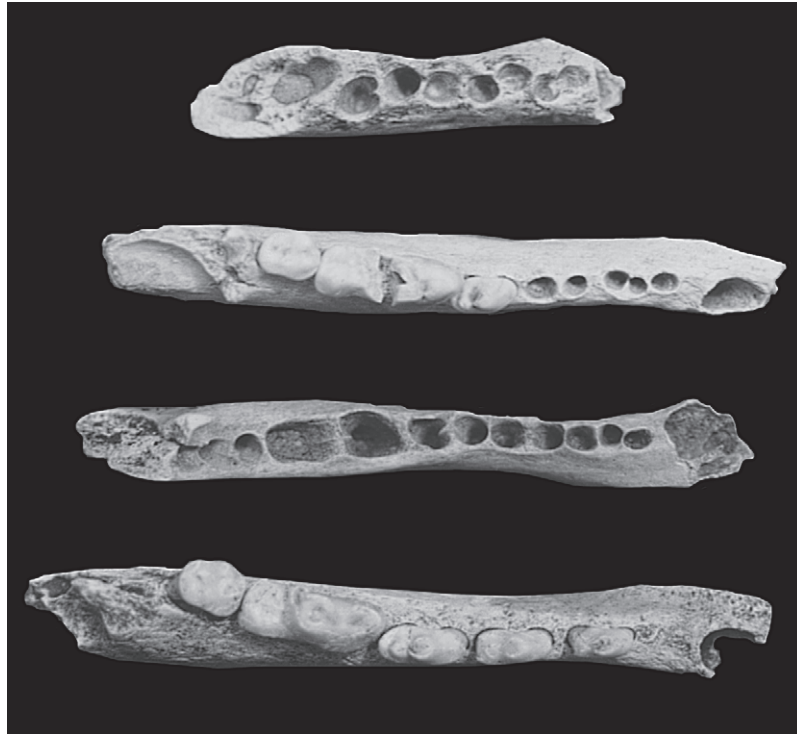


Fig. 18 – Vista oclusal de hemimandíbulas pertencentes a *Canis familiaris*. Observa-se no primeiro espécime superior o encavalitamento dos alvéolos dos pré-molares.

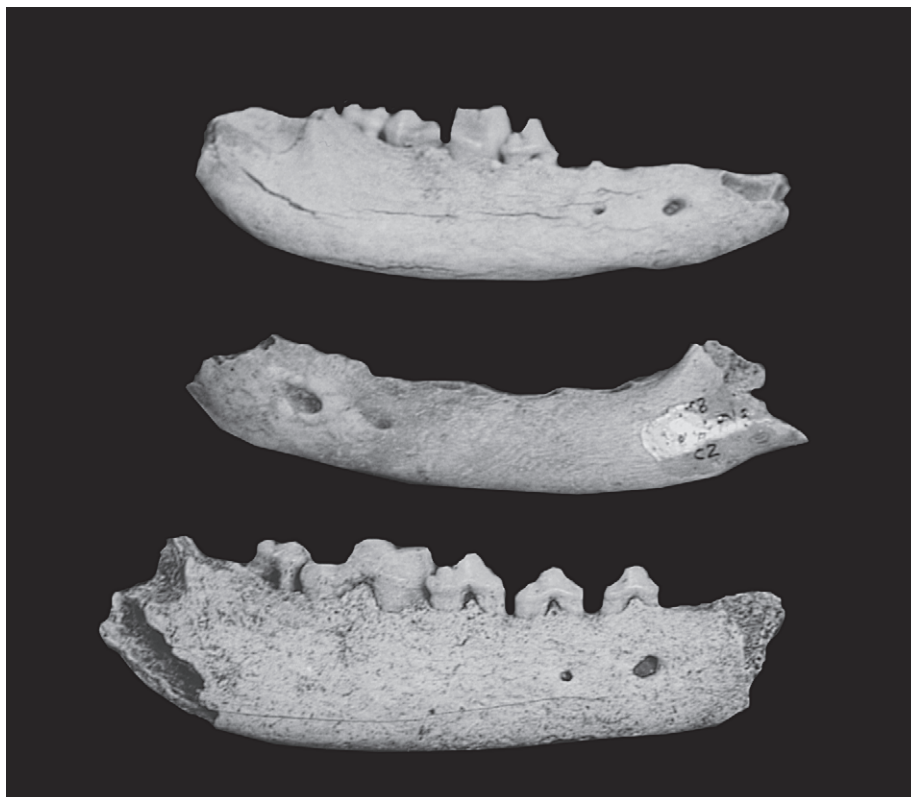


Fig. 19 – Três hemimandíbulas de *Canis familiaris* em vista labial (as três inferiores da Fig. 18).

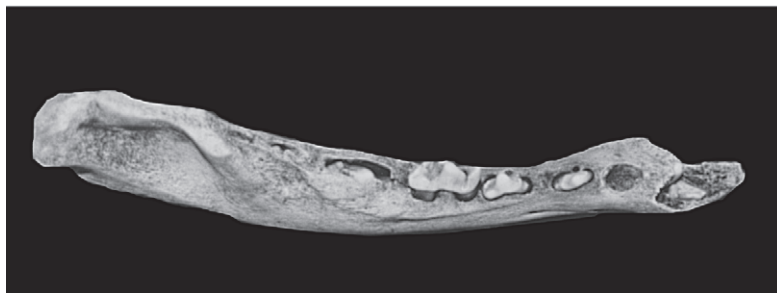
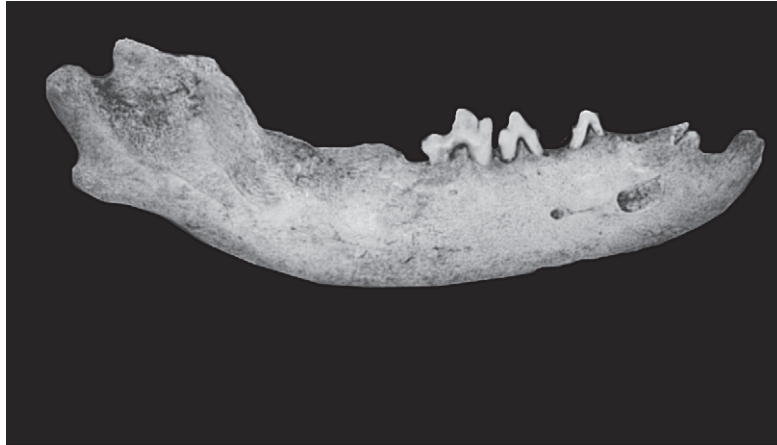


Fig. 20 – Vista labial (em cima) e oclusal (em baixo) de hemimandíbula juvenil, provavelmente de lobo (cf. *Canis lupus*).



Fig. 21 – Extremidades proximais de cúbito roídas. À esquerda, de *Lynx pardina*; ao centro e à direita, de *Canis familiaris*.



Fig. 22 – Extremidades articulares distais de fêmur (à esquerda) e de úmero (à direita) de *Canis familiaris*, com marcas punctiformes perforantes devidas à acção dos caninos de outros carnívoros, provavelmente também de canídeos domésticos.



Fig. 23 – Porções proximais e distais de fêmures de *Canis familiaris*.



Fig. 24 – Úmeros de *Canis familiaris*.

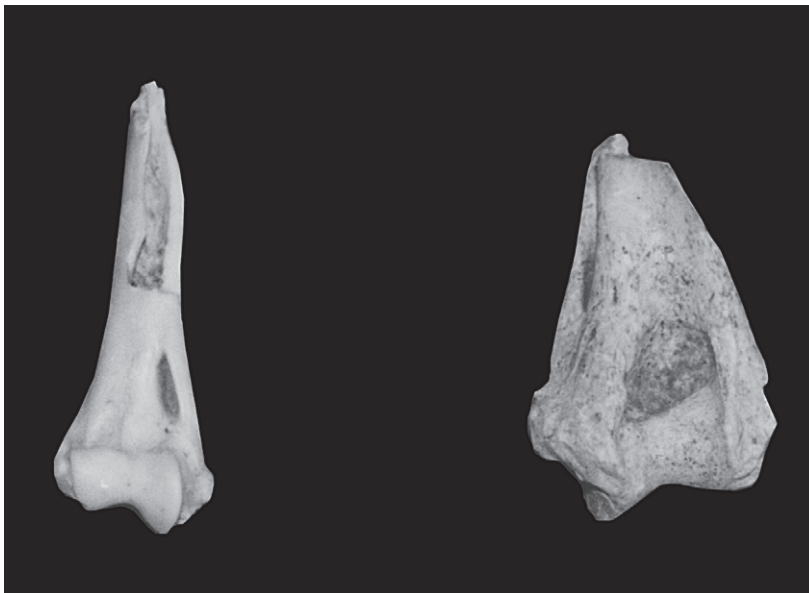


Fig. 25 – Extremidades distais de úmeros de *Felis silvestris* e de *Lynx pardina*, à esquerda e à direita, respectivamente.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 249-361

A GRUTA DA CASA DA MOURA (CESAREDA, ÓBIDOS) E SUA OCUPAÇÃO PÓS-PALEOLÍTICA

Júlio Roque Carreira
João Luís Cardoso⁽²⁾

1 – LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS GEOLÓGICAS, GEOMORFOLÓGICAS E ESPELEOLÓGICAS

A gruta da Casa da Moura, perto do lugar de Cesareda, ou Cesaredas, do concelho de Óbidos, possui as seguintes coordenadas geográficas (Fig. 1):

Latitude – 39° 19' 36'' lat. Norte

Longitude – 9° 15' 14'' long. Oeste de Greewich

Do local onde a gruta se abre, domina-se vasta paisagem para Norte, embora a entrada daquela se encontre dissimulada pelos próprios afloramentos de calcários do Jurássico Inferior, sendo apenas visível de muito próximo. Com efeito, encontra-se voltada para o céu, correspondendo-lhe uma pequena chaminé interior.

Situa-se a cerca de 160 m de altitude, no rebordo setentrional do planalto das Cesaredas, distando apenas cerca de 25 m da escarpa limítrofe daquela vasta superfície, que constitui a linha divisória entre a bacia hidrográfica do Tejo e as bacias dos cursos de água que afluem ao Oceano, situado para Ocidente cerca de 6 km.

O planalto das Cesaredas, que é parte integrante dos contrafortes setentrionais da serra de Montejunto, corresponde a unidade geomorfológica de contorno alongado, de orientação geral Nordeste-Sudoeste, dominando o vale da Columbeira, a Norte, e o de S. Bartolomeu, a poente, os quais se encontram ligados por uma profunda depressão, que completa, daquele lado, o seu limite. Do lado oriental, a elevação das Cesaredas prolonga-se por outras, mais baixas, que formam o flanco esquerdo do vale do rio Real. A sul, liga-se ao Alto das Castelhanas, constituído por arenitos neocomianos.

⁽²⁾ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*

Do ponto de vista espeleológico, a estreita chaminé quase vertical, supra referida, com uma largura máxima de 3 m e uma altura de cerca de 4 m, dá acesso a uma sala, de planta irregular, separada de uma outra, mais interior, por um grande bloco, abatido do tecto (Fig. 2). Porém, ambas as salas comunicam através de dois estreitos corredores laterais, existentes ao longo do bloco tombado, bem como por uma galeria superior.

A soleira da primeira sala, onde actualmente aflora na sua totalidade o substrato geológico, inclina para o interior do maciço rochoso, acompanhando o andamento geral do tecto, baixo e irregular; ao contrário, na segunda sala, aquele forma cúpula com cerca de 6 m de altura. O tecto desta segunda sala possui uma estreita fenda vertical, que comunica com a superfície (o “ouvido da Casa da Moura”), actualmente entaipada (Fig. 2). Por seu turno, esta sala vai estreitando e inclinando, até terminal num provável poço vertical, colmatado, cuja terminação não foi reconhecida.

A gruta da Casa da Moura integra-se numa região de abundantes vestígios arqueológicos: para ocidente, avulta a já referida gruta da Furninha, cerca de 10 km para WNW; outras grutas situadas no aro da cavidade em apreço são as da Senhora da Luz, próximo do limite do concelho de Rio Maior com o das Caldas da Rainha, exploradas em 1935 por Manuel Heleno, situadas cerca de 9 km para Este. A monografia a elas dedicada (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996), evidenciou uma ocupação desde o Neolítico Antigo à Idade do Bronze, com peças revelando muitas semelhanças com as agora estudadas. Outra gruta, situada nas proximidades, é o Abrigo Grande das Bocas, cujos espólios abarcam uma ainda maior diacronia (CARREIRA, 1994). São ainda de mencionar as grutas situadas na ribeira dos Crastos (Caldas da Rainha), igualmente exploradas na mesma época das antecedentes, que forneceram materiais neolíticos e calcolíticos, com destaque para os campaniformes (FERREIRA, NORTH & LEITÃO, 1977), ausentes da Casa da Moura. Todas estas cavidades, com ocupações pré-históricas de carácter sepulcral, têm correspondência em diversos povoados da região, como o Outeiro da Assenta (PEREIRA, 1915), 9 km para ENE e o Outeiro de S. Mamede, 7,5 km para ESE, cujos espólios, em boa parte inéditos, revelam assinaláveis semelhanças com os da Casa da Moura.

2 – TRABALHOS REALIZADOS

A escavação da gruta deveu-se a J. F. Nery Delgado (1835-1908), na altura em que era Adjunto da Comissão Geológica de Portugal, à época da primeira exploração, sob a presidência conjunta de F. Pereira da Costa e de Carlos Ribeiro, a qual, aquando da segunda intervenção, era apenas dirigida por Carlos Ribeiro.

A primeira exploração remonta a 1865, sendo Nery Delgado então jovem Tenente; a exploração da primeira sala da gruta permitiu-lhe atingir um depósito inferior, de idade pliocénica, de coloração avermelhada, com uma potência média estimada em 2,0 m; encontrava-se mais ou menos endurecido e concrecionado pela precipitação de carbonato de cálcio, resultante da circulação das águas de infiltração na cavidade. Continha numerosos restos de aves, de carnívoros e de lagomorfos. Assentava em camada estalagmítica basal, constituindo uma espécie de soleira, regularizando a rocha viva, constituída, como se referiu, por calcários jurássicos.

Na época, este depósito pareceu isento de presença humana; porém, é a ele que deverão reportar-se diversos instrumentos do Paleolítico Superior, separados por critérios estritamente tipológicos das peças mais modernas, primeiro por H. Breuil, aquando da sua primeira deslocação a Portugal (BREUIL, 1918), depois por sucessivos especialistas que sobre os mesmos se debruçaram (ROCHE, 1951; FRANÇA, ROCHE & FERREIRA, 1961; ZILHÃO, 1987, 1997; CARDOSO & GOMES, 1994).

Em 1987, com o objectivo de se obterem novos elementos susceptíveis de uma melhor caracterização cultural da ocupação paleolítica – atribuída, segundo os autores, ao Gravettense, Solutrense e ao Magdalenense – foi efectuada sondagem limitada em local onde ainda se conservava retalho do depósito plistocénico. Os resultados obtidos (STRAUS *et al.*, 1988) permitiram não só confirmar a sequência descrita por Nery Delgado, mas também datar a ocupação basal da cavidade, correspondente essencialmente a um covil de lobos e de outros carnívoros: uma mandíbula de lobo deu o resultado de TO – 1102 – 25090±220 BP, anterior, portanto, à ocupação humana mais antiga detectada, com base na tipologia dos artefactos.

O depósito mais recente, separado do anterior por um leito estalagmítico apresentava-se, ao contrário daquele, muito pouco consolidado, possuindo coloração anegrada devido à matéria orgânica. Além dos abundantes restos humanos neolíticos, possuía muitos despojos arqueológicos, objecto deste estudo.

Os trabalhos de Nery Delgado na Casa da Moura podem considerar-se como precursores da moderna investigação arqueológica, seguindo o método científico, mesmo a nível internacional, por vários motivos. Sendo uma acção isolada, iniciada em Janeiro de 1865, integra-se, contudo, no reconhecimento geológico da região, do qual a avaliação da sua ocupação pré-histórica constituía, à época, parte integrante. Tal situação explica a exploração de outras grutas com ocupações pré-históricas do planalto das Cesaredas, como a gruta de Malgasta e a Lapa Furada, também por iniciativa de Nery Delgado, cujos espólios se mantiveram inéditos até época recente (CARREIRA & CARDOSO, 1992a). Mais tarde, em 1879/1880, Nery Delgado voltou a realizar trabalhos arqueológicos na gruta, com o propósito de aumentar as colecções da Comissão Geológica, tendo em vista a sua apresentação aos participantes na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas; com efeito, com a dissolução da 2ª. Comissão Geológica, em 1868, em consequência dos desentendimentos criados entre os dois membros-directores da mesma, Carlos Ribeiro e F. Pereira da Costa, as colecções até então reunidas – nas quais se integravam as peças recuperadas nas escavações de 1865 da Casa da Moura – foram transferidas para o edifício da Escola Politécnica, onde Pereira da Costa era Lente de Mineralogia e de Geologia.

Os trabalhos de escavação mais modernos, foram acompanhados por outros, na vizinha gruta da Furninha (Peniche), também dirigidos por Nery Delgado. O rigor científico com que esta última escavação foi executada, ainda hoje se evidencia pela forma como as peças se encontram individualmente etiquetadas, com a menção das respectivas camadas e profundidades de colheita. De igual modo, algumas peças da Casa da Moura ostentam marcações que indicam ter sido o espaço escavado dividido por quadrícula (letra) e registada a respectiva profundidade (ou o afastamento horizontal a qualquer linha de referência), correspondente ao número inscrito a seguir às referidas letras. O conjunto depositado no Museu do Instituto Geológico e Mineiro (e só este) possui, no verso, peça a peça, uma ou duas etiquetas, com uma letra alfabética minúscula,

seguida de uma medida em metros (variando esta entre 0,20 m e 2,0 m). A segunda etiqueta, quando existe, refere-se a uma data, que se supõe ser a da intervenção arqueológica.

A escavação de 1865 – entre as primeiras, senão a primeira escavação em uma gruta com ocupação pré-histórica na Península Ibérica – deu origem a uma notável monografia arqueológica, publicada em 1867 (DELGADO, 1867, cujo título desde logo evidencia a principal preocupação do seu Autor, aliás em sintonia com uma das questões filosóficas e científicas mais candentes da sua época: a demonstração da antiguidade da espécie humana, por critérios científicos. O título, “Da existencia do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opusculo – Noticia ácerca das grutas da Cesareda”, é bem expressivo da influência da obra de Charles Lyell, cuja primeira edição inglesa, de 1863, foi logo no ano seguinte traduzida para francês, “The geological evidences of the antiquity of Man”. Nela, o Autor explicita o cuidado em decapar as camadas arqueológicas, preocupação que, na época, poucos arqueólogos europeus possuíam, designadamente os de formação geológica, como Nery Delgado: “Levantado o entulho, uma camada após outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n’um ou n’outro ponto da gruta” (DELGADO, 1867, p. 46). Caso a publicação de Nery Delgado tivesse atingido um público mais alargado, talvez que o morfotipo humano de Cro-Magnon fosse conhecido, actualmente, por nome português, dada a descoberta de um crânio, poder efectivamente provir do depósito inferior (o Autor dá-o como recolhido “na parte mais profunda do entulho remexido”, *op. cit.*, Fig. I). Infelizmente, esta peça extraviou-se, sendo, pois, impossível avaliar a sua idade absoluta. Mas o impacto desta publicação foi, apesar de tudo, significativo. Ela mereceu a W. Boyd Dawkins, na sua célebre obra “Cave Hunting, researches on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe” (DAWKINS, 1874) uma desenvolvida referência de duas páginas e meia (pp. 145-147). Importa referir algumas passagens em pormenor, dado o seu evidente interesse, não apenas histórico. A propósito do crânio supra referido, o Autor apresenta os seguintes comentários:

“A human skull with lower jaw was dug out of the deepest part, but, since the matrix had been disturbed, it had probably been interred after the accumulation of the deposit.

It is recognized by Professor Busk (*Ethnol. Journ. N. N. 7, p. 43*) as belonging to the same long type as the skulls of the caves of Gibraltar and the Basque graveyard, measuring in length 6.7 inches, in breadth 5.3, in height 5.5, and therefore possessing cephalic and latitudinal indices of .785 and .820.”

Verifica-se, pois, que já na época era atribuída a devida importância – embora com as reservas já expressas quanto à sua antiguidade – a este achado.

Boyd Dawkins faz também desenvolvidos comentários aos materiais recolhidos por Nery Delgado no depósito superior, realçando as centenas de restos humanos, todos muito fragmentados e incompletos, a ponto de não ser possível reconstituir totalmente um único esqueleto, discutindo, ainda, a questão da antropofagia, com base nas marcas conservadas nos ossos longos: referindo-se à ausência sistemática das extremidades articulares nos ossos longos, às fracturas longitudinais que ostentam e às marcas de corte e de raspagem observadas em alguns deles, sustenta aquela hipótese, a qual foi rebatida por Busk. A discussão em torno do tema referido constituiu um dos assuntos principais do Congresso de 1880, reunido em Lisboa: Nery Delgado mostrou-se, então, um seu declarado defensor, com base nos materiais exumados nas diversas

escavações por si realizadas, com destaque para os da gruta da Furninha. Como já tivemos (J.L.C.) oportunidade de referir noutro lado, os dados de observação aludidos estavam correctos: de facto, a superfície dos ossos humanos poderia ostentar marcas de raspagem, ou mesmo de corte (descontando as devidas a pequenos carnívoros ou roedores), a que se poderiam somar até marcas de fogo; contudo, a interpretação apresentada teve de ser revista à luz das práticas rituais funerárias vigentes à época, entretanto reconhecidas, mesmo em estações portuguesas, as quais passavam frequentemente pela descarnação dos cadáveres e pela deposição dos despojos em verdadeiros ossuários, por vezes acompanhada de rituais de fogo, como o observado na Lapa do Fumo por E. da Cunha Serrão e G. Marques.

Boyd Dawkins faz ainda referência a uma ponta de Palmela (Fig. 62, n.º 4) e a uma placa de xisto ornamentada com triângulos e “zig-zags”, que foram atribuídos por John Evans à Idade do Bronze, “probably to an early stage, when stone was being superseded by bronze, since many stone celts were found in the same spot” (*op. cit.*, p. 147).

A importância internacional granjeada ao tempo pelas investigações arqueológicas desenvolvidas pela Comissão Geológica de Portugal, encontra-se bem evidenciada pela correspondência trocada entre os seus membros e os mais eminentes arqueólogos europeus, a qual se estendia, frequentemente, à permuta de espécimes arqueológicos. É essa prática, então comum, que justifica o envio a John Evans de uma colecção de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2000, carta n.º 8), entre os quais alguns da Casa da Moura. Tais materiais ainda hoje se encontram expostos, no Ashmolean Museum, de Cambridge, onde foram observados por um de nós (J.R.C.).

A grande abundância do material antropológico exumado justificou, por seu turno, uma curta nota de F. de Paula e Oliveira, publicada a título póstumo, a qual apresenta apenas a descrição e classificação de crânios e mandíbulas, mais ou menos completos, sem mais comentários (OLIVEIRA, 1888/1889). No concernente ao espólio arqueológico, não obstante a extraordinária riqueza e importância do mesmo, este jamais viria a ser objecto de estudo, tendo-se mantido inédito até à actualidade, com excepção de algumas peças consideradas mais significativas. Assim, E. Cartailhac reproduz diversos desenhos das seguintes peças da Casa da Moura (CARTAILHAC, 1886):

- calote craniana com marcas de trepanação incompleta (Fig. 81, 82); conserva-se actualmente no Museu do Instituto Geológico e Mineiro;
- duas lâminas e três pontas de seta (Fig. 83 a 87); actualmente, das lâminas apenas se conserva uma (Fig. 83) e das pontas de seta, duas (Fig. 84 e 86);
- duas grandes alabardas de sílex, uma do tipo “Casa da Moura” (Fig. 88), que se conserva, outra de base bicôncava, desaparecida (Fig. 89);
- alabarda ou punhal de folha larga, com dois chanfros de encabamento laterais basais (Fig. 90), que se conserva;
- lâmina retocada com ambas as extremidades em raspadeira (Fig. 91) e raspadeira sobre lasca (Fig. 92), a segunda desaparecida;

- goiva (Fig. 94 e 95); conserada;
- báculo (Fig. 96, 97); conservado;
- quatro placas de xisto decoradas (Fig. 100 a 104), todas ainda conservadas;
- cinco contas de diversas rochas e minerais (Fig. 109 a 111, 114 e 115), das quais se identificaram duas (Fig. 109 e 111);
- dois botões de tipo “tartaruga”, campaniformes, de osso (Fig. 112, 113), ambos conservados;
- um alfinete com cabeça espatulada a qual, dado o seu desenvolvimento, justifica a sua inclusão neste grupo (Fig. 117), ainda conservada;
- um fragmento de alfinete com cabeça postíca, lisa (Fig. 117), também ainda conservado.

O desaparecimento de algumas das peças desenhadas, desde a época em que E. Cartailhac as observou, é consequência directa das vicissitudes que a colecção de Pré-História da Comissão Geológica sofreu; com efeito, a transferência do recheio reunido para a Escola Politécnica, em consequência da sua extinção em 1868 (de onde jamais retornou, mesmo depois de novamente restaurada, no ano seguinte, soma-se o envio de algumas peças para o Museu Nacional de Arqueologia, então dirigido por J. Leite de Vasconcellos, aonde também foram parar algumas das transportadas para a Escola Politécnica. Deste modo, os materiais reunidos por Nery Delgado dispersaram-se por três instituições, não sendo de estranhar que, em tais circunstâncias, algumas das peças – não necessariamente as melhores, como se verificou – se tenham extraviado.

Em 1880, A. Bensaúde apresentou à IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa, um estudo, para a época pioneiro, sobre a natureza mineralógica e petrográfica de artefactos pré-históricos conservados no Museu da Secção dos Trabalhos Geológicos. Da Casa da Moura, publicou uma conta bitroncocónica de fluorite, materiais de pedra polida de fibrolite e um fragmento de possível conta de colar de amazonite (variedade de microclina). Todas estas peças são de materiais desconhecidos no actual território português (BENSAÚDE, 1884).

Ainda no âmbito da história das investigações realizadas na gruta da Casa da Moura, importa salientar que parte significativa das peças reproduzidas numa colecção de belas litografias coloridas, executadas por ordem de F. Pereira da Costa provem da Casa da Moura. Tais gravuras, que só muito recentemente foram publicadas (CARREIRA & CARDOSO, 1996), representam diversas peças, actualmente conservadas no Museu Nacional de Arqueologia e agora estudadas. Destinavam-se à ilustração de um catálogo, a ser distribuído aquando da Exposição Universal de Paris, de 1867. A razão para o actual paradeiro foi já apresentada no citado trabalho: com efeito, em 1905, por acordo entre Jacinto Pedro Gomes, Director da Escola Politécnica e J. Leite de Vasconcellos, deram entrada no Museu então dirigido por este último, os exemplares de carácter arqueológico, correspondentes ao material exumado em 1865 por Nery Delgado, ficando apenas na Escola Politécnica o espólio de interesse estritamente paleontológico da Casa da Moura,

entretanto destruído pelo incêndio que ali deflagrou em 1978. Dentro destas premissas, é-se levado a concluir que, tanto o espólio arqueológico quanto o paleontológico, actualmente conservado no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, resultou da segunda campanha de escavações, realizada em 1879/1880, enquanto que o espólio arqueológico existente no Museu Nacional de Arqueologia foi, como se disse, obtido na campanha de 1865, conclusão reforçada pelo facto de ser, apenas, neste conjunto, que se encontram peças reproduzidas nas litografias mandadas executar por Pereira da Costa, antes de 1867.

Impunha-se, deste modo, a preparação de um estudo que integrasse a totalidade dos materiais actualmente existentes, uns no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, outros no Museu Nacional de Arqueologia, os quais, com excepção dos pertencentes ao Paleolítico Superior, foram remetidos a um imerecido esquecimento, mantendo-se, na sua quase totalidade, inéditos. É para dar a conhecer a totalidade do espólio arqueológico ainda existente destas pioneiras investigações – já que o espólio paleontológico foi já objecto de estudo sistemático (CARDOSO, 1993) – que se elaborou, ao longo de vários anos e sempre que as circunstâncias o permitiam – o presente contributo. Este trabalho justifica-se pela importância científica dos materiais, e ainda por resultarem da primeira escavação arqueológica conduzida em Portugal em uma gruta pré-histórica: quase cento e quarenta anos volvidos desde que foram descobertos, pelo esforço pioneiro de Nery Delgado, a sua publicação à poderá ser, também, entendida como uma homenagem àquele que foi um dos mais notáveis arqueólogos e geólogos europeus do seu tempo, cuja obra foi já devidamente realçada, tanto do ponto de vista geológico (CHOFFAT, 1908) como arqueológico (ZILHÃO, 1993; CARDOSO, 1999/2000).

5 – ESTUDO DOS MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

1.1 – Indústria de pedra polida

Ascende a várias dezenas de artefactos a utensilagem de pedra polida exumada por Nery Delgado na Casa da Moura. A exemplo de outras necrópoles coevas é essencialmente constituída por machados e enxós, estando ainda presentes alguns outros tipos, menos frequentes, como as goivas.

Machados (Fig. 3, nº. 1 a 8; Fig. 4, nº. 1 a 6; Fig. 5, nº. 1 a 5; Fig. 6, nº. 1, 2, 5 a 9; Fig. 7, nº. 1 a 3, 6, 7 e 9)

Nas estampas supracitadas representam-se machados de pedra polida de tipologia diversa que foram agrupados da seguinte forma:

1 – machados de secção subcircular a circular. Revelam na generalidade um polimento essencialmente reduzido à proximidade do gume conservando o corpo picotado (Fig. 3, nº. 4, 7 e 8; Fig. 6, nº. 6; Fig. 7, nº. 7);

2 – machados de tendência prismática e secção subquadrangular, ostentando nas faces maiores um polimento desenvolvido, com os topos sumariamente regularizados. Os gumes não se apresentam

significativamente desenvolvidos relativamente à largura média das peças. Trata-se do grupo mais numeroso, estando representado pelos exemplares das Fig. 3, nº. 1 a 3, 5 e 6; Fig. 4, nº. 2; Fig. 6, nº. 8);

3 – machados de tendência mais espalmada, com gumes arqueados mais desenvolvidos que os do grupo anterior, conferindo-lhes contorno subtrapezoidal; o polimento apresenta-se mais elaborado, ocupando a quase totalidade das faces maiores estendendo-se aos topos (Fig. 4, nº. 3 a 6; Fig. 5, nº. 2 a 5; Fig. 6, nº. 1, 2, 5, 7 e 9; Fig. 7, nº. 1 a 3, 6 e 9).

No critério evolutivo admitido por vários autores, o último subtipo corresponde ao mais recente, dos três considerados. No conjunto, a maioria dos machados da Casa da Moura afiguram-se arcaicos, mal polidos, de secções sub-quadrangulares mais ou menos irregulares ou sub-circulares, características compatíveis com a tipologia dos exemplares do Neolítico Antigo da gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992, Fig. 7.7). Existem formas de transição como as representadas pelos exemplares das Fig. 4, nº. 1 e Fig. 5, nº. 1, os quais exibem secções elípticas, contornos subtrapezoidais e polimento deficiente. Nesta perspectiva, estes exemplares colocam-se entre o primeiro e terceiro dos grupos considerados.

Um exemplar mutilado, de secção cilíndrica, evidencia picotagem generalizada, vestígio de etapa da inicial de formatação do utensílio, sobretudo evidente nos machados de secção rectangular; tais indícios foram parcialmente eliminados por um polimento posterior, destinado à regularização da peça.

Como seria de esperar em contexto funerário, os vestígios de utilização, nomeadamente massacramento dos talões e gumes, revelam-se raros.

A existência de rede de distribuição das matérias primas, onde dominam largamente as rochas de alto grau de metamorfismo do grupo dos xistos anfibolíticos, sugere comércio estável e duradouro, a nível transregional, de características semelhantes ao já descrito para o povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), situado cerca de 70 km para Sul (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995; CARDOSO, 1999/2000). Tal como ali, são evidentes as relações estabelecidas com o Alto Ribatejo (Abrantes) – região de onde mais perto poderiam provir tais rochas e o Alto Alentejo. Admitindo-se que parte deste conjunto remonte ao Neolítico Antigo, é interessante verificar que o abastecimento de rochas duras poderá remontar a tal época, à semelhança do observado na gruta do Caldeirão, Tomar (ZILHÃO, 1992), embora os afloramentos de rochas anfibolíticas se encontrassem, neste caso, muito mais próximos do local da jazida arqueológica.

Directamente conectado com o comércio destas peças, importa discutir o processo de transporte da matéria-prima, a qual poderia revestir a forma de lingotes líticos, ulteriormente transformados em diversos artefactos, de acordo com as necessidades locais, sentidas em cada momento; tal realidade foi, aliás demonstrada em Leceia, ao ocorrerem lingotes sumariamente desbastados, o que não invalida, porém, que alguns possam ter sido já importados na forma final, prontos a serem utilizados. A presença de lingotes para a confecção de artefactos de pedra polida, foi, aliás, de há muito identificada por A. do Paço, no povoado de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), e adequa-se a uma perspectiva económica que não parece de dispicienda aplicação aos tempos pré-históricos.

A segunda opção, do transporte de peças já manufacturadas implicaria, de qualquer modo, que o encabamento fosse feito apenas no local de utilização final.

Alguns exemplares revelam zonas rugosas ou sem polimento nas faces laterais; estas, mais do que uma imperfeição ou arcaísmo, podem relacionar-se com a procura de um encaixe mais adaptado ao suporte.

Enxós (Fig. 5, nº. 6 a 9; Fig. 6, nº. 3 e 4; Fig. 7, nº. 4, 5 e 8; Fig. 8, nº. 1 a 7; Fig. 9, nº. 1 a 8)

As enxós constituem um grupo tipologicamente mais monótono que o dos machados. Trata-se sempre de peças espalmadas, não encurvadas, mas apenas ligeiramente dissimétricas quando vistas em secção longitudinal, dissemetria que se acentua no gume, constituindo elemento de diagnose tradicionalmente utilizado na sua separação dos machados (CARDOSO, 1999/2000). Quanto ao contorno, verifica-se a existência de exemplares rectangulares mais ou menos alongados e de tendência subtrapezoidal e subtriangular. Esta forma e tipo de acabamento manteve-se inalterada desde o Neolítico Antigo, estando presente no povoado de Salema, Sines (SOARES & SILVA, 1979, Fig. 20) e no de Cabranosa (CARDOSO, CARVALHO & NORTON, 1998, Fig. 16), até o Neolítico Final, onde são muito frequentes, na Baixa Estremadura, em diversos tipos de necrópoles, como a Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992).

No caso da utilização de xistos siliciosos muito finos, verifica-se a presença de amplos negativos de lascagem de uma fase preliminar de regularização do lingote, antecedendo imediatamente o polimento final.

A utilização de rochas relativamente brandas na produção de enxós, nomeadamente xistos siliciosos, cuja origem é provável que se situe no Maciço Calcário Estremenho, evidencia a vantagem de materiais que, embora sem grande dureza, ou resistência, pudessem ser facilmente divisíveis em lâminas (de reduzida espessura), que possibilitavam, por sucessivos e simples reavivamento dos gumes por polimento simples, a continuidade da sua utilização.

A exemplo do sucedido noutros lugares funerários, as enxós parecem evidenciar uma maior variabilidade petrográfica relativamente aos machados. Porém, faltam estudos sistemáticos e de classificação rigorosa das rochas em apreço, com recurso à observação ao microscópio de luz polarizada, para que sejam possíveis maiores certezas.

Goivas (Fig. 10, nº. 4)

Representa-se na Fig. 10, nº. 4, o único exemplar de goiva proveniente da Casa de Moura. Trata-se uma peça de secção quase circular de anfíbolito, totalmente polida, de contorno alongado, embora sem atingir as grandes dimensões de alguns exemplares provenientes de diversos monumentos megalíticos alentejanos. Georg e Vera Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951), consideravam tais exemplares como pertencentes a um grupo diferenciado dos de menores dimensões, dominantes nas jazidas neolíticas do litoral ocidental, onde esta gruta se insere. Com efeito, no Calcolítico da Estremadura, as goivas rareiam assinalavelmente. Assim, no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), onde foram recolhidos mais de um milhar de machados a frequência de goivas era aproximadamente cem vezes menor (JALHAY & PAÇO, 1945).

Apesar de não poder ser considerada rara, a presença de goivas em contextos funerários é, por regra, reduzida e limitada circunstância que sugeriu a E. Cartailhac – que reproduziu, como atrás se disse o

presente exemplar – (CARTAILHAC, 1886: 175) a hipótese de serem utensílios caracteristicamente portugueses.

Outros artefactos de pedra polida

Na Fig. 10, nº. 1 a 3 e 5 a 7, representam-se diversos machados de pequenas dimensões, com excepção do último, totalmente polidos, de fibrolite. Relembre-se que tal tipo petrográfico tinha já sido assinalado, na Casa da Moura, por A. Bensaúde (BENSAÚDE, 1884). Trata-se de rocha ultrametamórfica, constituída por silimanite fibrosa, com origem em pelitos ricos de alumina, desconhecida no território português, sobretudo em massas suficientemente importantes que permitam a confecção de tais utensílios. Um estudo sobre a distribuição de artefactos de fibrolite no território português foi apresentado há cerca de cinquenta anos por O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1953); ali se referem três dos artefactos agora estudados. Verifica-se a ocorrência de utensílios desta natureza em todo o território português, porém com duas concentrações mais evidentes, uma na Estremadura – por certo em consequência de maior incidência das pesquisas – outra na Beira Interior (*op. cit.*, Fig. 1), neste caso talvez em consequência de uma maior proximidade das fontes de matéria-prima.

A importância desta rocha que é, segundo o autor, abundante em zonas da Meseta, com destaque para a região de Somosierra, justificar-se-ia não tanto por razões de dureza, mas sobretudo por outras, de ordem estética ou simbólica. Com efeito, a fibrolite ostenta frequentemente belas tonalidades, evidenciadas pelo polimento, podendo ser, deste modo, aproveitada para o fabrico utensílios de características ou destinados a usos especiais; os gumes, em geral intactos, mesmo nos raros exemplares oriundos de contextos habitacionais, parecem justificar finalidade essencialmente votiva ou simbólica.

5.2 – Indústria de pedra lascada

A indústria de pedra lascada exumada na Casa da Moura revela assinalável diversidade de tipos e formas. No conjunto da utensilagem, dominam as pontas de seta e as lâminas e, em menor proporção, outros tipos líticos como os micrólitos, os punhais e as alabardas.

A exemplo de outros sítios estremenhos, a Casa da Moura apresenta no conjunto do espólio um numeroso quantitativo de artefactos de sílex, facto a que não será estranho a relativa abundância desta matéria, sob a forma de nódulos, nos calcários jurássicos e cretácicos que constituem a ossatura da Estremadura, da Arrábida ao Cabo Mondego (Maciço Calcário Estremenho).

Lâminas

Apresentam secções triangulares e rectangulares. No que se refere aos retoques, estes apresentam-se em geral marginais e contínuos em ambos os bordos, só excepcionalmente desenvolvidos sobre a face inversa. As extremidades só apresentam-se trabalhadas em dezanove exemplares por retoques abruptos ou

semi abruptos, dando origem a truncaturas subrectilíneas ou a gumes convexos, apenas apontados em dois exemplares (Fig. 13, n.º 16 e Fig. 14, n.º 10). Não parece evidenciar-se mutilação intencional das lâminas assinalada em outros contextos funerários (LEISNER & LEISNER, 1951, pp. 163).

Assim, embora os segmentos conservados possuam a extremidade proximal, em geral, com o bolbo de percussão por vezes eliminado intencionalmente, as fracturas que ostentam parecem dever-se a causas naturais ou acidentais. Um dos raros segmentos laminares medianos – que poderia sugerir aquela mutilação – possui vestígios de utilização na face inferior (Fig. 13, n.º 8), denunciado por brilho nacarado intenso. Outra lâmina possui idêntica pátina (Fig. 13, n.º 6), embora circunscrita a sector intermédio do gume.

As lâminas são artefactos líticos largamente divulgados em contextos funerários megalíticos do Baixo Tejo, em proporções que não encontram paralelos noutras regiões do País: esta abundância é directamente conectada com a proximidade das fontes desta matéria-prima.

Em função da abrangência do retoque, o conjunto foi dividido em três categorias:

- a) lâminas não retocadas. Dos grupos definidos, é o melhor representado. A sua cronologia revela-se essencialmente neolítica (LEISNER & LEISNER, 1951, pp. 59). Os mesmos investigadores evidenciam um aumento das dimensões médias destes utensílios para momentos avançados do megalitismo. As suas secções revelam-se sobretudo triangulares e, com menor frequência, trapezoidais;
- b) lâminas de retoque marginal;
- c) lâminas de retoque reentrante. Revelam, relativamente aos tipos anteriores, secções maioritariamente trapezoidais e mais espessas. A sua cronologia é essencialmente calcolítica. Embora com frequência registadas em ambientes neolíticos, é sobretudo no Calcolítico que a sua presença aumenta significativamente.

De registar, ainda, alguns pequenos troços de lâminas, claramente em resultado de fractura após a feitura da peça, restando apurar se foram consequência de acto intencional ou de mero acidente.

Lamelas

As lamelas encontram-se representadas por diversos exemplares (Fig. 11, n.º 26 a 29), que revelam, a exemplo do sucedido para as lâminas, frequentes mutilações, em resultado da sua fragilidade.

Com excepção de duas peças de reduzidas dimensões, em cristal de rocha, as restantes lamelas foram executadas em sílex, de coloração predominantemente cinzento avermelhada, comum a tal matéria-prima na região de Rio Maior, onde é muito abundante.

Presentes um pouco por toda a fachada atlântica, evidenciam uma cronologia adstrita ao Neolítico Final. A exemplo de outros contextos funerários coevos, as lamelas, na Casa da Moura, constituem um utensílio subrepresentado no conjunto da indústria lítica, sem que tal facto se possa imputar a deficientes técnicas de recolha.

Micrólitos

Os trapézios constituem o grupo de micrólitos exclusivo da Casa da Moura. Apresentam-se, em geral, executados sobre lâminas de secção triangular ou trapezoidal. Identificaram-se trapézios de base recta (Fig. 11, n.º 1 a 5), e dois com retoque inverso, como o documentado na gruta II da Senhora da Luz (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, pp. 202).

A maioria das truncaturas é rectilínea, produzidas por retoques semi abruptos, correspondendo a formas de contorno assimétrico; mais raramente, uma das truncaturas apresenta-se côncava, dando origem a extremidades, por vezes, pronunciadas (Fig. 11, n.º 6 e 16). Apenas um exemplar possui um entalhe lateral basal (tipo “Monchique”) (Fig. 11, n.º 25).

É de assinalar a ausência de crescentes e de triângulos.

Os trapézios são artefactos frequentemente integrantes dos espólio de monumentos megalíticos de feição arcaica, em associação a machados de pedra de polida de secção circular, como foi comprovado há muito, tanto no Alto como no Baixo Alentejo (SILVA & SOARES, 1983). Na Estremadura, encontram-se sobretudo documentados em cavidades naturais e ainda noutros sítios funerários do Neolítico Final, como as grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, onde a sua riqueza e diversidade permitiu ensaio de classificação tipológica (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961). Foram conectados com o nível de fundação e na câmara ocidental do monumento da Praia das Maças, também reportável a uma gruta artificial, já que se encontra em boa parte escavado no substrato calcário (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969), em associação com pontas de seta, essencialmente de base recta ou pedunculada, placas de xisto e alfinetes de cabeça postíça, lisa ou canelada.

Comuns até o Neolítico Final, começam então a ser progressivamente substituídos pelas pontas de seta, artefactos de funcionalidade parcialmente sobreponível.

Os trapézios com “encoche” na base menor, também designados por trapézios tipo “Monchique”, constituem o tipo 5 da tipologia de Georg e Vera Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951, pp. 58), que os consideram uma forma tardia no conjunto deste utensílios e derivada da “influência da ponta de seta de base côncava” (*op. cit.*, pp. 54).

Foram referenciados, entre outros sítios arqueológicos, no monumento megalítico da Palhota, Melides, Santiago do Cacém, atribuído à fase média do megalitismo regional (SOARES & SILVA, 1976/1977, pp. 109), na Gruta do Lugar do Canto (LEITÃO *et al.*, 1987, pp. 46 e 47) e em vários megálitos escavados por Manuel Heleno Alto Alentejo siglados por GN, KP, ES, BJ, DE, ES, GU (coleções do Museu Nacional de Arqueologia). A sua presença na gruta artificial n.º 3 da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961), poderá estar relacionada com o horizonte de fundação daquele monumento. Segundo G. e V. Leisner, constituiu um tipo pouco frequente nas antas de corredor (LEISNER & LEISNER, 1951, pp. 58). A impressão transmitida é a de que se trata de tipo de distribuição alargada ao Sul e à Estremadura, que atingiu o Neolítico Final, mas cujo apogeu poderá ter-se verificado na etapa inicial desta fase cultural, em consonância, aliás, com a data recentemente obtida para a Gruta do Lugar do Canto: Sac – 1715 – 4046-3752 cal BC, onde são muito abundantes, por um de nós (J. L. C.).

Um dos micrólitos da Casa da Moura apresenta ponta pronunciada, ulteriormente partida, constituindo uma variante assinalavelmente rara designada pelos mesmos investigadores como “micrólito de ponta lateral”.

De referir que todos os micrólitos se encontram elaborados em matérias siliciosas de colorações diversas, dominado a cinzenta.

Pontas de seta

É abundante o volume e a diversidade das pontas de seta exumadas na Casa da Moura. Com exceção de raros exemplares elaborados em quartzo, o sílex, de coloração essencialmente acinzentada, de origem regional, aparece como a matéria prima dominante.

Em função da conjugação da morfologia basal e do contorno, foram definidos os seguintes grupos:

Pontas de seta de base bicôncava

Este grupo engloba um significativo número de exemplares figurados (Fig. 16, nº. 16 e 18; Fig. 17, nº. 1 a 9; Fig. 19, nº. 1 a 9). Possuem, em geral, contorno especialmente alongado, as escassas pontas de pedúnculo pouco saliente, bem como trabalho bifacial cuidado. A larga maioria das pontas de seta que ostentam pedúnculo mais proeminente são de tendência mais curta e larga. Os bordos nunca se apresentam serrilhados, sendo em geral subretilíneos, ou ligeiramente convexos. O retoque é invasor, embora nalguns casos se conservem superfícies originais dos suportes, especialmente na zona central do reverso. De realçar um exemplar com pedúnculo proeminente (Fig. 16, nº. 15) que encontra paralelos próximos na Gruta II da Senhora da Luz (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 21, nº. 14).

Pontas de seta de base triangular

Neste grupo consideraram-se os exemplares cuja base possui os bordos laterais mais ou menos retilíneos (Fig. 16, nº. 17; Fig. 17, nº. 10 a 21; Fig. 18, nº. 1 a 3; Fig. 19, nº. 10 a 24). É de salientar a ocorrência de variantes de pequeno comprimento e morfologia quase losânguica (Fig. 17, nº. 12 e 13). Outros exemplares possuem base proeminente (Fig. 17, nº. 16).

Pontas de seta de base ogival ou arredondada

Integram este grupo vários exemplares (Fig. 18, nº. 4 a 12). Ostentam bordos laterais invariavelmente retilíneos e retoques pouco desenvolvidos. As bases são maciças, curtas e de contorno romboidal.

Pontas de seta com aletas laterais incipientes

Possuem bases convexas ou triangulares (Fig. 18, nº. 14 a 17; Fig. 20, nº. 1 a 9). As pontas de seta munidas de aletas, embora de comprimento muito diferente, parecem corresponder a formas proporcionalmente mais esbeltas e alongadas que as anteriores, embora não se notando, ao nível do acabamento, diferenças

evidentes. Pelo contrário, coexistem exemplares retocados ao lado de outros apenas sumariamente trabalhados que conservam ainda as arestas longitudinais dos suportes laminares primitivos (Fig. 20, n.º 4, 8 e 9).

Pontas de seta de base côncava

Tal como o anterior, trata-se de grupo tipologicamente heterogéneo, ostentando bordos rectilíneos (Fig. 20, n.º 10 a 19), côncavos (tipo torre Eiffel de A. do Paço, Fig. 20, n.º 11) ou convexos. Neste último conjunto se integram diversos exemplares mitriformes, dos quais o mais típico apresenta pronunciado espigão terminal, ainda que incompleto (Fig. 20, n.º 19).

Punhais e alabardas

O lote de punhais e alabardas exumado na Casa da Moura (Est. 21, n.º 5 a 7; Est. 22; Est. 23) constitui, pelo seu número, variedade e qualidade de execução, um dos mais notáveis conjuntos do género conhecidos em território português. A clássica interpretação destes artefactos como um cópia de protótipos metálicos (SCHMIDT, 1915) não foi confirmada, pelo menos para o território peninsular, já que a sua presença é nitidamente anterior à introdução local da metalurgia do cobre, sendo característica de contextos do Neolítico Final ou, no limite, do Calcolítico Inicial, que é anterior à produção de peças metálicas na Estremadura.

Várias destas peças, sobretudo os exemplares de contorno regular simétrico, ou formas próximas, revelam polimento mais ou menos desenvolvido em ambas as faces. Com esta operação, que é relativamente comum nos exemplares estremenhos, e feita por via de regra na fase imediatamente anterior ao retoque dos bordos, conseguia-se, para além de um sensível adelgaçamento da espessura das peças, e conseqüente maior eficácia, uma redobrada beleza estética. Note-se que o polimento do sílex, se bem que não fosse operação difícil, era seguramente morosa e demorada, muito mais que o lascamento. Esta realidade só evidencia o carácter de excepção conferido a estas peças, as quais, pela sua fragilidade, deveriam deter finalidades ligadas a cerimónias culturais.

De salientar algumas, a exemplo, aliás, do verificado para certas pontas de seta, exibem por vezes uma coloração rosada, resultante de aquecimento controlado destinado a proporcionar uma maior facilidade do trabalho de retoque, técnica, aliás, já utilizada desde os tempos paleolíticos.

Punhais

Neste trabalho, consideraram-se como punhais os exemplares da Fig. 21, n.º 1 a 4. Em dois dos casos observam-se entalhes laterais junto à base, destinada à fixação do cabo (Fig. 21, n.º 2 e 3). As bases dos dois restantes exemplares são bicôncavas; noutra é convexa. O exemplar da Fig. 21, n.º 3 conserva parcialmente o suporte laminar primitivo, integrando o subtipo f) da tipologia de O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1957), do qual foi escolhido como protótipo. Por seu turno, os exemplares da Fig. 21, n.º 2 e 4, foram considerados como protótipo do tipo d) da mesma classificação, caracterizado por possuir espigão de encabamento. Por

sua vez, o exemplar da Fig. 21, n.º 1, que possui diversos paralelos em outras estações estremenhas, representa o protótipo do tipo c).

Segundo a presente tipologia, os quatro exemplares da Casa da Moura integram nada menos de três tipos diferentes, facto que bem evidencia a sua relevância e diversidade no âmbito da produção de tais artefactos.

Alabardas

A gruta da Casa da Moura forneceu um notável lote de alabardas de morfologia diversificada, que agrupámos segundo os seguintes subtipos:

Alabardas munidas de dois entalhes laterais junto à base

Este subgrupo encontra-se representado por três exemplares (Fig. 21, n.º 5 a 7), ambos com polimento conservado no centro das faces. Tais entalhes, num dos casos profundamente marcados, destinavam-se a facilitar a fixação a um cabo perpendicular ao eixo da peça. De referir que o exemplar referido (Fig. 21, n.º 7) apresenta uma mutilação recente na base, a qual era recta, de acordo com a ilustração de E. Cartailhac (CARTAILHAC, 1886: fig. 90).

Alabardas de base bicôncava desprovida de polimento

Integram este subgrupo diversos exemplares (Fig. 22, n.º 2, 3 e 6); todos se apresentam finamente lascados por séries de retoques cobridores que ocupam a totalidade da superfície de ambas as faces. De assinalar o pequeno comprimento do exemplar da Fig. 22, n.º 5, similar ao proveniente da Cova da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981, Tf., 14, n.º 207), o qual, tal como o presente exemplar, se encontra integralmente lascado. No exemplar de maior comprimento (Fig. 22, n.º 3) é de assinalar o fino retoque secundário executado ao longo de ambos os bordos laterais.

Alabardas de base convexo-côncava

Trata-se do tipo “Casa da Moura”, definido por O. da Veiga Ferreira (FERREIRA, 1970; Fig. I, n.º 5). Representadas por quatro exemplares caracterizados por fino e amplo polimento em ambas as faces (Fig. 22, n.º 1; Fig. 23, n.º 3 a 5), todos eles de assinalável beleza estética. Trata-se de subgrupo bem conhecido na Estremadura, onde se encontra representado por numerosos exemplares. Entre outros, cita-se um da Cova da Moura (SPINDLER, 1981: Tf. 14, n.º 206) e outro da Gruta II da Senhora da Luz (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, fig. 28). Alguns foram executados em placas de sílex regularizadas previamente por polimento que atingiu a quase totalidade de ambas as faces, ulteriormente sujeitas a retoques periféricos de tipo cobridor, feitos por pressão orientada e ou percutor elástico.

Alabardas de base arredondada

Correspondem a subtipo frequente na região estremenha. Os dois exemplares identificados nesta cavidade (Fig. 23, n.º 1 e 2) apresentam ambos os bordos laterais convexos e polimento central conservado

apenas em superfície reduzida, estreita e alongada. O maior exemplar, de contorno convexo, encontra paralelo próximo na grande peça do dólmen de Casainhos, Loures (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969: Pl. XIV, n.º 196).

Outros artefactos líticos

No espólio da Casa da Moura regista-se ainda a presença de vários núcleos de lâminas e lamelas de sílex, ou, mais raramente, de cristal de rocha, em ambos os casos não figurados. A sua presença não deve ser entendida como prova da existência de talhe local, mas antes como uma oferenda funerária recorrentemente documentada em vários outros contextos similares, tanto neolíticos, como calcolíticos (de que é exemplo a *tholos* da Tituaria, Mafra, cf. CARDOSO *et al.*, 1996, Fig. 39, n.º 3). Não poderá dissociar-se o aspecto cristalino destes exemplares da crença na purificação do espírito dos mortos, na altura do seu renascimento.

A finalizar a utensilagem de pedra lascada, merece menção a presença de um pequeno elemento de foice de sílex, idêntico aos encontrados nos casais agrícolas do Bronze Final do Baixo Tejo, no caso também não figurado, e que documenta a utilização da cavidade, em tal época, à semelhança de muitas outras da Estremadura, aliás documentada por outros materiais, adiante caracterizados

5.3. Materiais cerâmicos

A exemplo de outras cavidades funerárias pré-históricas estremenhas, os materiais cerâmicos encontram-se bem representados, dominando as formas lisas relativamente às decoradas.

Cerâmica lisa

Esféricos (Fig. 27, n.º 1, 4, 8 e 10; Fig. 28, n.º 3 a 5; Fig. 34, n.º 5 e Fig. 35, n.º 3).

Ocorrem formas de reduzidas dimensões, a sugerir utilização como contentores de corantes ou unguentos (Fig. 27, n.º 1, 4 e 8).

Taças em calote (Fig. 27, n.º 2, 3, 5 a 7, 9 e 11; Fig. 28, n.º 1, 2 e 7; Fig. 29; Fig. 30, n.º 1 a 9; Fig. 31, n.º 1, 3 e 5; Fig. 32, n.º 5 e 6; Fig. 34, n.º 1 a 4; Fig. 35, n.º 1, 2 e 4).

Neste grupo inscrevem-se, em geral, recipientes de maiores dimensões que os anteriores, embora também se encontrem representados exemplares mais pequenos, com o menor deles a não ultrapassar os 5 cm de diâmetro máximo.

A maioria destas peças revela bordos simples, com especial relevância nas formas mais baixas. Outras ostentam bordos espessados ou revirados exteriormente "em aba" tão comuns no Neolítico Final estremenho (Fig. 33; Fig. 35, n.º 2), e, menos frequentemente, espessados interiormente (Fig. 34, n.º 2 a 4).

Algumas destas formas, pela sua especificidade, merecem atenção mais detalhada. É o caso da taça com ressalto na carena (Fig. 31, nº. 2) ou, ainda, a taça com bordo afilado, igualmente pouco frequente em contextos neo-calcolíticos estremenhos (fig. 31, nº. 3).

Taças carenadas (Fig. 36, nº. 1 a 4).

Identificaram-se exemplares de carena esbatida (Fig. 36, nº. 1), de carena alta, por vezes com o bordo ligeiramente espessado e extrovertido (Fig. 36, nº. 2 e 3) e, ainda, de carena média e saliente (Fig. 36, nº. 4). Todos possuem estreitos paralelos no Neolítico Final do Baixo Tejo.

Taças de boca elíptica

Uma taça (Fig. 29, nº. 8) apresenta boca de forma elíptica. Trata-se de recipientes lisos, por vezes almagrados, representados no Centro e Sul de Portugal (PEREIRA, 1976/1977), em contextos do Neolítico Final. No Norte de África, são conhecidos exemplares análogos, frequentemente executados em pedra polida, entre outros em Souk el Khmis des Ait Ouahi, Marrocos (BOLELLI, MARCAIS & PASCON, 1956; PUIGAUDEAU & SENONES, 1967). A presença de exemplares em ambos os lados do estreito de Gibraltar, sugere a existência de contactos marítimos entre as duas margens em tempos neolíticos, que prosseguem e se intensificam nos tempos calcolíticos, como atesta a existência de vários artefactos de marfim no sul da Península e de vasos campaniformes no Marrocos Atlântico.

Recipientes de carena alta e fundos parabolóides (Fig. 37, nº. 1 a 3)

Formas mal documentadas na Estremadura, encontram diversos paralelos, por regra decorados, na pré-história das Beiras, entre outros, na “sala 20” do Buraco da Moura de S. Romão (Seia), em ambiente anterior à Idade do Bronze (VALERA, 1993a: Fig. III, nº. 6 a 8). Em termos mais meridionais, fundos similarmente parabolóides estão documentados em contextos neolíticos; é o caso de um vaso, tipo garrafa com colo cilíndrico, proveniente do povoado das Salemas, Loures (CASTRO & FERREIRA, 1959) e de dois outros, de contextos megalíticos alentejanos, nomeadamente na anta 1 dos Gorginos (LEISNER & LEISNER, 1951: Fig. XXXII) e na anta 1 do Poço da Gateira (*Id., ibid.*: Fig. LVI). Esta realidade remete tais recipientes para época tardia do Neolítico Antigo ou o Neolítico Médio, cronologia indicada por A. C. Valera, no concernente à Beira Alta ao abordar, em estudo de conjunto, a neolitização da bacia do Alto Mondego (VALERA, 1998) e compatível com a época da construção da anta 1 do Poço da Gateira. Tal é a cronologia a que devem reportar-se os seus equivalentes decorados da Casa da Moura, adiante estudados.

Pratos

Trata-se de forma nem sempre fácil de separar das taças baixas, dificuldade que foi tentativamente ultrapassada com a adopção de índices, mais ou menos subjectivos, e que foram já ensaiados no espólio cerâmico do Calcolítico do Sudoeste por C. T. da Silva e J. Soares (SILVA & SOARES, 1976/1977).

No caso, integramos nesta categoria as formas das Fig. 30, n.º 10; Fig. 31, n.º 4 e Fig. 32, n.º 1 a 4. Revelam, por regra, bordos ligeiramente extrovertidos e com ligeiro espessamento, características, aliás, concordantes com as observadas nas taças baixas.

Vasos de paredes verticais

Apenas um exemplar de paredes verticais, ligeiramente reentrantes, e fundo arredondado se inscreve nesta categoria (Fig. 28, n.º 6), podendo considerar-se um antecedente dos clássicos “copos” do Calcolítico Inicial da Estremadura. Exemplar comparável provém do monumento dolménico baixo alentejano de Monte da Velha 2, Vila Verde de Ficalho, o qual foi relacionado com uma tumulação do Neolítico Final (SOARES & ARNAUD, 1984; p. 81, n.º 15).

Cerâmicas lisas da Idade do Bronze

No conjunto das cerâmicas lisas da Casa da Moura, algumas formas, pela sua tipologia, remetem inequivocamente para momentos mais tardios, já da Idade do Bronze (Fig. 36, n.º 5; Fig. 37, n.º 4 a 6).

As taças de carena média/ baixa esbatida (Fig. 36, n.º 5) possuem abundantes paralelos em ambientes culturais diversos da Idade do Bronze no Centro e Sul de Portugal. Assim, uma taça de bordo “em aba” (Fig. 37, n.º 5) encontra significativos paralelos na olaria da Idade do Bronze da bacia do Alto e Médio Mondego (SENNAMARTINEZ, 1989). Também merece referência uma outra forma fechada (Fig. 37, n.º 6), com dois mamilos em oposição sobre uma carena suave, cultural paralelos no Bronze do Sudoeste, nomeadamente, na sepultura IV (9) da necrópole de Atalaia (SCHUBART, 1975: Tf. 24/211) e no povoado do Catujal, Loures (CARREIRA, 1997). Também a este horizonte poderá ser associado um fragmento de bordo de um pote de colo alto e estrangulado (Fig. 37, n.º 4).

A finalizar este grupo refira-se um recipiente em total, de lábio revirado exteriormente (Fig. 39, n.º 6). Trata-se de forma peculiar, com a sua pasta e coloração acinzentada e tratamento das superfícies a sugerir integração na Idade do Bronze.

Cerâmicas decoradas

A presença de cerâmicas cardiais, referenciadas por Vera Leisner (LEISNER, 1983), certamente resultado de confusão com outros motivos e técnicas decorativas, não se confirmou; no entanto, é abundante e variado o lote de materiais cerâmicos reportáveis ao Neolítico Antigo, cujas técnicas e motivos decorativos serão a seguir objecto de análise e caracterização.

Cerâmica almagrada

A cerâmica almagrada (considerada esta técnica adentro dos motivos decorativos), encontra-se representada por três recipientes, dois esféricos e um de paredes verticais (Fig. 28, n.º 4 a 6). A fragilidade das películas almagradas, facilmente elimináveis por condições de conservação adversas, como os ambientes húmidos das

cavidades cársicas, deverão contribuir para uma subrepresentação desta técnica decorativa. Esta apresenta larga divulgação no Sudoeste peninsular, sobretudo na Andaluzia, onde é conhecida desde momentos antigos do Neolítico. Em território português, a sua cronologia parece centrar-se na transição do Neolítico Médio para o Neolítico Final. A presença no Abrigo das Bocas, Rio Maior (CARREIRA, 1994) de cerâmicas almagradas com impressões unguladas, parece comprovar a existência desta técnica no Baixo Tejo em momentos recuados do Neolítico. Porém a sua longevidade impede que seja utilizada como elemento cronológico preciso. Em território português, vasos esféricos de bordo ligeiramente revirado, análogos aos das Fig. 28, n.º 4 e 5, e igualmente decorados com almagre, foram encontrados nos níveis do Neolítico Final da Lapa do Fumo (SERRÃO & MARQUES, 1971, fig. 9, n.º 95), na anta 1 do Poço da Gateira (LEISNER & LEISNER, 1951: Fig. II, n.º 1, 3 e 5), datada por termoluminescência em meados do V milénio A. C. (SOARES & ARNAUD, 1984) e ainda na gruta sepulcral do Escoural, em contextos funerários do Neolítico Final (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995, p. 74).

Cerâmicas com decoração plástica

Neste grupo integram-se diversos fragmentos com apliques mamilares, por vezes agrupados, cuja finalidade decorativo/simbólica é evidente (Fig. 39, n.º 1 e 4). O primeiro exhibe dois pequenos mamilos achatados, alinhados verticalmente, um dos quais sobre o bordo; o segundo conserva dois outros apliques, alinhados horizontalmente a curta distância, eventualmente localizados na linha correspondente ao diâmetro máximo do recipiente. Aplicações plásticas densas destes elementos decorativos são conhecidas em vários sítios da Estremadura, como no Neolítico Final de Leceia (CARDOSO, 1994: fig. 112, n.º 1; fig. 119, n.º 5). Diversamente, outros fragmentos apresentam mamilos, que pelas suas dimensões, morfologia ou posição relativamente ao bordo, parecem possuir significado eminentemente funcional. Encontram-se neste caso os apliques do vaso em forma de saco da Fig. 38, n.º 1, munido de vários mamilos proeminentes de secção circular (2 ou 3), funcionando como pegas, o mesmo se verificando com o fragmento da Fig. 39, n.º 2. Outro mamilo, perfurado verticalmente, de vaso de parede reentrante (Fig. 39, n.º 3) teria utilidade semelhante, como aplique de suspensão.

Um fragmento de paredes espessas (Fig. 38, n.º 3), ostenta dois troços de cordões perpendiculares plásticos em relevo, que deveriam fazer parte de uma rede ortogonal bastante ampla, pertencente a um recipiente de armazenagem de grandes dimensões. Trata-se de decoração do Neolítico Antigo, possuindo diversos paralelos no Baixo Tejo: entre outros, foi identificada no povoado vizinho do Outeiro de S. Mamede (materiais inéditos do Museu Nacional de Arqueologia) no Abrigo Grande das Bocas (CARREIRA, 1994) e nas grutas do Cabeço da Ministra (NATIVIDADE, 1899/1903, Fig. XX, n.º 169; GONÇALVES, 1978: fig. 14, 15) e do Carvalhal de Aljubarrota (SPINDLER & FERREIRA, 1974: Abb. 28). Em Espanha, tem paralelo no espólio do Neolítico Antigo valenciano da Cueva de la Sarsa (SAN VALERO APARISI, 1950, Lám. III, n.º 1).

Um outro fragmento evidencia um pouco comum cordão de geometria sinusoidal (Fig. 46, n.º 2), de que não conhecemos quaisquer outros paralelos para o território português. Poderá filiar-se nas cerâmicas do

Neolítico Antigo, pese embora possuir um acabamento muito cuidado, não sendo de afastar, por isso, a hipótese de ser produção mais tardia.

Refira-se ainda um bordo com aplique mamilar, acima do qual se desenvolve uma canelura horizontal, pouco marcada, que recorda estreitamente alguns materiais do Neolítico Antigo evolucionado do povoado da Salema, Sines (SILVA & SOARES, 1979, fig. 71).

Cerâmica incisas

Neste capítulo incluem-se cerâmicas que possuem em comum a utilização da técnica incisa.

A momento avançado do Neolítico Antigo, ou de tradição antiga, da Estremadura, e mais especificamente conectável com o “horizonte da Furninha”, podem ser associados dois fragmentos de vasos em sacco (Fig. 40, n.º 1 e 2), de que em nenhum dos casos se conservou o bordo. Tanto as faixas subparalelas decoradas interiormente (Fig. 40, n.º 1), quanto os triângulos preenchidos interiormente (Fig. 40, n.º 2), possuem diversos paralelos na Estremadura portuguesa e na Andaluzia (CARREIRA & CARDOSO, 1995).

Um vaso fechado de carena alta, assimilável a formas de fundo parabolóide, como o exemplar da Fig. 48, n.º 1, exhibe faixas horizontais de linhas “em espinha” (Fig. 42, n.º 5), corporizando, neste particular, uma associação com significativos paralelos na gruta do Carvalhal de Aljubarrota (SPINDLER & FERREIRA, 1974), os integrados na Idade do Bronze. Trabalhos mais recentes, sobretudo levados a cabo no Centro e no Norte de Portugal, onde esta associação forma/decoração tem sido frequentemente registada, levam a reconsiderar aquela atribuição, admitindo-se, agora, uma cronologia anterior, do Neolítico Antigo (SANCHES, 1996). Com efeito, esta investigadora reproduz exemplares semelhantes recolhidos no abrigo da Fraga d’Aia, S. João da Pesqueira, pertencentes ao Neolítico Antigo (*op. cit.* fig. 11, n.º 3). O fragmento da Fig. 45, n.º 1 exhibe evidentes paralelos com o fragmento da Fraga d’Aia reproduzido, no referido estudo, na Fig. 11, n.º 4 e, ainda, com um outro da gruta do Carvalhal (SPINDLER & FERREIRA, 1974: Tf. 4/b). A cronologia do Neolítico Antigo ora proposta tem ainda sustentação na bacia do Alto Mondego; com efeito, é tal a semelhança formal com exemplares reproduzidos no recente estudo de síntese de A. C. Valera (VALERA, 1998), que outra conclusão não seria razoável.

Ainda no grupo das cerâmicas incisas, incluem-se alguns fragmentos com bordo tenuamente recortado (Fig. 45, n.º 2), forma decorativa frequente em recipientes do Neolítico Antigo, e que não se deve confundir com os clássicos bordos denteados do Neolítico Final da Estremadura, nem com os bordos recortados do Bronze Final da mesma região, ainda que ostente maiores semelhanças formais com estes últimos. No exemplar figurado, e sobre o bordo, foram feitas, verticalmente, várias incisões com uma ponta irregular, talvez um simples pauzinho ou um caule de gramínea.

Cerâmicas caneladas

Diferem das anteriores pela utilização de punção de extremidade mais larga. Reduzem-se a cinco exemplares (Fig. 42, n.º 4 e 6; Fig. 47, n.º 1 a 3): os dois primeiros apresentam-se decorados por agrupamentos de semicircunferências concêntricas organizados a partir do bordo, e os três seguintes com

sequências de linhas mais ou menos perpendiculares ao bordo. Em todos os casos, estamos perante produções assimiláveis, tal como as anteriores, ao Neolítico Antigo evolucionado, muito embora se conheçam padrões constituídos por grupos de semicírculos concêntricos obtidos por técnica canelada, realizada tanto no exterior dos recipientes, por exemplo no Calcolítico Inicial do povoado do Pedrão, Setúbal (SOARES & SILVA, 1975; Fig. 15, n.º 187), como no interior dos mesmos, conforme se observa numa taça de Leceia (CARDOSO, 1981; Fig. XVII, n.º 220). No entanto, o mesmo motivo ocorre já nos primórdios do Neolítico Antigo do território português, num grande vaso aberto da estação com cerâmicas cardiais da Cabranosa, Vila do Bispo (CARDOSO, CARVALHO & NORTON, 1998, Fig. 5). Tal como no exemplar da Fig. 42, n.º 4, o motivo do recipiente algarvio, desenvolve-se a partir do bordo do recipiente, embora seja diversa a sua técnica de execução (cordões em alto relevo). Acresce que um dos fragmentos (Fig. 42, n.º 6), possui o bordo interrompido por incisões, à semelhança dos exemplares supra referidos. A organização da decoração deste fragmento, tem paralelo próximo em um exemplar oriundo da gruta II da Senhora da Luz (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 46), o qual, na ausência de outros elementos, entretanto surgidos, fora então atribuído ao Calcolítico ou à Idade do Bronze, bem como em dois fragmentos da gruta do Cabeço da Ministra, Alcobaça (NATIVIDADE, 1989/1903, Est. XIX, n.º 155, 165; GONÇALVES, 1978, Est. XIV, n.º 1, 2), nestes últimos correspondentes a parte superior de vasos carenados, cuja inserção no Neolítico Antigo, é também indubitável.

A técnica canelada encontra-se ainda em três recipientes de provisões representados na Fig. 47, no último dos quais em associação à técnica penteada. Estas decorações caneladas, obtidas por punção rombo, proporcionam, na generalidade, motivos com fraca densidade de linhas, de orientação predominantemente vertical, ou quase vertical, limitados inferiormente por incisões curtas (Fig. 47, n.º 1), ou mesmo por linha contínua horizontal (Fig. 47, n.º 2). Apenas o terceiro exemplar ostenta decoração mais barroca, encontrando-se a parte superior, alternadamente, ocupada por linhas verticais e métopas penteadas horizontais, enquanto a parte inferior parece decorada com linha ondulada preenchida superiormente por faixas de caneluras. Uma vez mais, os trabalhos recentes conduzidos no interior Centro (bacia do Alto Mondego) e no Norte transmontano, vieram provar que se trata de materiais reportáveis ao Neolítico Antigo, ainda que, na já referida estação da Cabranosa, ocorram em quantidades diminutas, cerâmicas do mesmo tipo (CARDOSO, CARVALHO & NORTON, 1998, Fig. 9, n.º 1). Assim, tanto na Fraga d'Aia (SANCHES, 1996, Fig. 11, n.º 3), como no Penedo da Penha, Canas de Senhorim, Viseu (VALERA, 1998, Est. V) ocorrem exemplares com decorações similares. Aos fragmentos referidos da Casa da Moura, poder-se-á somar o da Fig. 45, n.º 1, com paralelo próximo no exemplar reproduzido por M. J. Sanches, da Fraga d'Aia, embora este, ao que parece, tenha sido incorrectamente orientado (SANCHES, 1996, Fig. 11, n.º 4).

Da gruta II da Senhora da Luz, Rio Maior (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 46), provém um fragmento em tudo idêntico aos referidos: é uma prova a somar às da sua ocupação, no Neolítico Antigo.

Cerâmicas de técnica “boquique” ou com “puncionamento arrastado”

Outra técnica decorativa presente na Casa da Moura é a do “boquique”. Tradicionalmente entendida na Idade do Bronze (ALMAGRO GORBEA, 1977), a sua cronologia tem vindo a ser progressivamente recuada, tanto em Espanha como em Portugal; em trabalho anterior, a propósito dos fragmentos ostentando tal técnica recolhidos na gruta do Correio Mor (Loures), admitiu-se, com efeito, a sua inclusão no Neolítico Antigo evolucionado (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). Aliás, J. Guilaine e O. da V. Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970) tinham já chegado à conclusão, em território português, da antiguidade desta técnica, a respeito de um exemplar proveniente das grutas de Eira Pedrinha, considerando-o, então, contemporâneo dos primeiros dolmens de corredor. Sem preocupação de exaurir as ocorrências conhecidas, importa referir que esta técnica decorativa foi, mais recentemente, reconhecida em estações do Neolítico Antigo do norte transmontano, como o povoado da Quinta da Torrinha, Vila Nova de Foz Côa (CARVALHO, 1999, Fig. 15, n.º 5), no Alto Ribatejo, no Abrigo da Pena d'Água, Torres Novas (CARVALHO, 1998, Fig. 11, n.º 1) e no Alto Alentejo, no sítio da Valada do Mato, Évora (DINIZ, 2001, Fig. 8), aqui associada a cerâmicas cardiais, o que remete a sua presença para época recuada do Neolítico Antigo. Na Beira Alta, foi também recentemente identificada a presença desta técnica decorativa no Neolítico Antigo, em fragmentos do Buraco da Moura de São Romão (VALERA, 1998, Est. 9, n.º 1 e 2).

No caso particular da Casa da Moura, a técnica “boquique” foi identificada em três motivos decorativos bem diferenciados.

Um primeiro grupo, é o das linhas quebradas ou em zigue-zague localizadas imediatamente abaixo do bordo, aplicadas em esférico de lábio recortado (Fig. 41, n.º 1).

O segundo, corresponde a semicírculos concêntricos ou grinaldas, presentes em dois fragmentos, aparentemente do mesmo recipiente (Fig. 41, n.º 2 e 3); o terceiro corresponde a faixa de linhas horizontais aplicada a esférico, cujo bordo não se conservou (Fig. 44, n.º 2). O primeiro e o segundo destes motivos ocorrem na Meseta, com esporádicas presenças em estações portuguesas. Assim, no dólmen da Granja de S. Pedro, Idanha-a-Velha, recolheu-se fragmento ostentando cinco linhas em zigue-zague (ALMEIDA & FERREIRA, 1971, Fig. IV, n.º 2), o qual integra associação coerente, indubitavelmente atribuída ao Neolítico Final. Também da Conheira do Penhascoso, Mação (PEREIRA, 1974, Est. XVI, n.º 36), estação atribuível ao Neolítico Final/ Calcolítico, provém um esférico com decoração de cinco semicírculos produzidos pela técnica de “boquique” pendentes de uma banda sob o bordo, estrutura decorativa análoga à presente (Fig. 41, n.º 2 e 3). Aliás, nesta estação do Alto Ribatejo, reconheceu-se, também, um esférico alto com grinaldas incisadas pendentes do bordo (PEREIRA, 1974, Est. XVI, n.º 37), idênticas a fragmento proveniente da camada D da gruta do Cadaval, Tomar (OOSTERBEEK, 1985: 159), igualmente pertencente a esférico alto; esta peça, que se encontra decorada pela técnica de boquique, deve ser integrada no Neolítico Antigo evolucionado, tendo presente a data de radiocarbono com a qual, supostamente, poderá relacionar-se: ICEN-464 – 5160±50 BP. Também do Cabeço da Ministra, gruta da região de Alcobaça explorada por Vieira Natividade, recolheram-se fragmentos de vasos fechados com vários semicírculos concêntricos incisados pendentes do lábio, estudados por V. Gonçalves (GONÇALVES, 1978, p. 15, Fig. XIV), que os atribuiu ao

Neolítico. Igualmente, da gruta do Carvalhal, Turquel, próxima das anteriores, provém um fragmento com assinaláveis similitudes estilísticas que, desde o trabalho de K. Spindler e O. da Veiga Ferreira (SPINDLER & FERREIRA, 1974, Abb. 17/130), tem sido incluído, como outros da mesma proveniência, erradamente, na Idade do Bronze. De facto, na região em causa, recentes descobertas estenderam, indubitavelmente, ao Neolítico Antigo, a presença do motivo de grinaldas pela técnica de “boquique”, identificado, por exemplo, no Abrigo da Pena d’Água (CARVALHO, 1998, Fig. 11, n.º 1).

O terceiro grupo corresponde a linhas paralelas ao bordo, presente no fragmento de esférico da Fig. 44, n.º 2, e no da grande taça da Fig. 41, n.º 1. Este motivo, pela sua simplicidade, possui paralelos mais numerosos, entre os quais o exemplar da gruta do Correio Mor, Loures, onde foi atribuído ao Neolítico Antigo evolucionado (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996, Fig. 7, n.º 3).

O que se pode concluir do levantamento não exaustivo acima apresentado, é que os fragmentos com decoração “boquique” reconhecidos no Ribatejo, Estremadura e Sul de Portugal, parecem deter uma assinalável diacronia, com início logo no Neolítico Antigo e prolongamento até o Neolítico Final ou Calcolítico Inicial. Porém, os elementos susceptíveis de fornecerem indicações cronológico-culturais mais precisas, levam à sua inclusão em etapas mais antigas que as propostas por estes investigadores, apontando para o Neolítico Antigo, cronologia ainda reforçada pela existência de fragmentos muito semelhantes no povoado ribatejano do Neolítico Antigo do Cabeço das Pias, Torres Novas (CARVALHO & ZILHÃO, 1994, Fig. 2, n.º 9). Enfim, o vaso de Casével (PESSOA; 1983), onde esta técnica se encontra presente, não deixa dúvidas sobre a sua ocorrência Neolítico Antigo do território português.

Refira-se ainda que a temática das grinaldas, incisas ou produzidas pela técnica de “boquique” é muito frequente em recipientes fechados de “Cultura de Las Cuevas”, da Andaluzia Oriental (NAVARRETE, 1976).

Cerâmicas impressas

Em consequência da utilização de matrizes diferentes, foram identificadas diversas variedades de impressões.

Um vaso de corpo parabolóide, com o fundo relativamente espessado, possuindo duas asas em oposição de secção quase circular, do Neolítico Antigo (Fig. 44, n.º 3), possui decoração de métopas, a partir do bordo, produzidas por impressões subtriangulares organizadas em densas linhas verticais. O fundo apresenta-se relativamente espessado, tal como exemplares do Penedo da Penha, Canas de Senhorim, Viseu (VALERA, 1998). Este tipo de recipientes, também representados na Casa da Moura por exemplares lisos a que já se fez referência, foram, pelo mesmo autor, atribuídos de início ao Calcolítico, com base em fragmentos da sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão, Seia (VALERA, 1993a, Est. III, n.º 6 e 8). Mais tarde, o mesmo autor situou-os em fase precoce do Neolítico regional (VALERA, 1997: 165), para, enfim, com base em materiais entretanto recolhidos no sítio do Penedo da Penha, os classificar no Neolítico Antigo regional (VALERA, 1998).

Impressões subrectangulares e cuneiformes, observam-se em outros fragmentos (Fig. 40, n.º 3; Fig. 42, n.º 1; Fig. 46, n.º 4; Fig. 49, n.º 5). Apresentam-se dispostas sobretudo em fiadas horizontais, por vezes

imediatamente sob o bordo, sendo inquestionavelmente do Neolítico Antigo ou de tradição antiga. Possuem abundantes paralelos, entre outros, em Montes Claros, Lisboa (CARREIRA & CARDOSO, 1992b: 17, Fig. 2, n.º 1; CARREIRA & CARDOSO, 1994, Est. 1, n.º 1 a 16) e no concheiro do Cabeço do Pez, Alcácer do Sal (SANTOS, SOARES & SILVA, 1974, Fig. I, n.º 20). Ao mesmo círculo cultural podem ser associados três outros fragmentos, recuperados nas escavações levadas a cabo em 1987, na Casa da Moura (KUNST *in* STRAUS *et al.*, 1988, Fig. 2.1, n.º 4 a 6). O autor, embora encontrando semelhanças desta técnica e temática decorativa, no povoado do Neolítico Antigo da Salema, Sines (SOARES & SILVA, 1979), optou, erradamente, pela inclusão destes exemplares em época mais tardia, na Idade do Bronze, tendo sobretudo em atenção a sua forma, a qual, no entanto, foi deficientemente representada graficamente, com o bordo avançado, como se de taça carenada se tratasse.

Foram identificadas também impressões circulares (Fig. 42, n.º 2), presentes num esférico, em torno da abertura, organizadas em duas fiadas, de onde partem, espaçadamente, fiadas verticais. Este tipo de impressões, executado com matrizes ocas, como o caule de uma planta, são muito frequentes e encontram-se documentadas em ambientes culturais diversos: em contextos neolíticos são conhecidas na Serra da Brenha, no Abrigo Grande das Bocas (CARREIRA, 1994), no povoado da Salema (SOARES & SILVA, 1979) e num vaso em forma de saco da Lapa do Suão, Bombarral (CORTES *et al.*, 1977, pp. fig. 2, n.º 9). Em ambientes calcolíticos a sua presença é mais discreta, atingindo, porém o campaniforme, como se verifica em uma caçola de ombro campaniforme do Outeiro de S. Mamede, Óbidos (peça inédita do Museu Nacional de Arqueologia), aparentemente associada a pontilhados geométricos. Na Beira Alta, a sua presença foi registada no povoado da Corujeira, Canas de Senhorim num fragmento decorado com incisões circulares aparentemente associado a penteados (VALERA, 1993a; Fig. IV). A associação de motivos penteados a impressões em coroa circular pode ser encontrado num fragmento de hemisférico proveniente do povoado calcolítico fortificado salamantino de Coto Alto, La Tala (LOPÉZ PLAZA, 1984: 62, fig. 12/b). Com efeito, a associação, no mesmo recipiente, de motivos impressos com matriz a decorações com pente – podendo, nalguns casos uma e outras terem sido obtidas com o mesmo objecto (CARDOSO, 1995) – é recorrente. Por outro lado, é frequente a associação de impressões circulares ou punctiformes, a ténues linhas incisas e irregulares, feitas provavelmente com o mesmo caule (de gramínea ?), como se verifica nos fragmentos da Fig. 42, n.º 3, 43, n.º 3 e 4, 45, n.º 1, e 49, n.º 2 e 4.

As impressões cuneiformes (Fig. 42, n.º 1), constituem motivo assinalavelmente raro, no caso apenas registado num exemplar, onde se organiza em fiada horizontal logo abaixo do bordo.

Cerâmicas penteadas

Sob esta designação cabem decorações feitas com uma matriz em forma de pente, arrastada pela pasta fresca da superfície dos recipientes: as linhas incisas, nalguns casos, são muito irregulares, finas e pouco profundas, tendo sido aparentemente produzidas por uma espécie de “escova”, constituída por um feixe de caules de gramíneas; o resultado foi uma decoração semelhante ao tratamento das superfícies “a cepillo”, comum na Idade do Bronze, embora em padrões mais organizados.

Os penteados constituem uma técnica decorativa de largo espectro cronológico cultural, sendo conhecidas desde o Neolítico Antigo até contextos proto-históricos, nesta última etapa essencialmente representados pelas já mencionadas decorações “a cepillo”.

No Neolítico Antigo, ocorrem tanto combinados com elementos da cerâmica cardial recolhida em Tânger, Marrocos (GILMAN, 1975: 42: fig. 46; 51: fig. 69) ou na Cueva d’Or, Andaluzia Oriental (BERNABEU, 1989: 8, 19 e 41), quanto com outros elementos decorativos impressos, como é o caso das peças do habitat alentejano da Salema, Sines (SOARES & SILVA, 1979). É, no entanto, em contextos calcolíticos, que parecem atingir a sua expansão máxima, agora com larga divulgação na Meseta espanhola, no Norte de Portugal e nas Beiras e com ocorrências esporádicas no Baixo Tejo. Assim, fragmentos com decorações penteadas foram registados nos povoados calcolíticos de Pragança, Cadaval (GONÇALVES, 1991), da Penha Verde, Sintra e de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1995), bem como, esporadicamente, na Beira Baixa (VILAÇA, 2000) e mesmo no Alto Alentejo, como no povoado de Pombal, Monforte (BOAVENTURA, 2001, Fig. 37, n.º 2).

A antiguidade desta técnica decorativa tinha já sido anteriormente admitida por J. Guilane e O. da Veiga Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970: 314-315), associando-a tanto à fase cardial como a outras, do Neolítico, mais ou menos recentes. Com efeito, discutindo a cronologia das cerâmicas decoradas do grupo Penha/ Mairós, onde ocorre em larga abundância a cerâmica penteada – como nos povoados de Vinha da Soutilha, Pastoria e Castelo de Aguiar, nos níveis calcolíticos (JORGE, 1986) – aqueles autores admitem origem longínqua no Neolítico, embora com prolongamento até pelo menos o Calcolítico, sem sofrerem modificações estilísticas consideráveis (*op. cit.*, p. 318). Esta posição vem, aliás, no seguimento das ideias expressas por H. N. Savory (SAVORY, 1968: 76, 78), admitindo que tradições técnicas e decorativas cerâmicas herdadas do Neolítico teriam localmente perdurado durante um longo espaço de tempo sem sofrerem mutações culturais importantes.

A relativa raridade dos penteados em contextos funerários permite questionar se, mais do que oferendas funerárias, não estaremos, antes, perante olaria de carácter essencialmente doméstico. Aliás, um elemento apontando nesse sentido seria as grandes dimensões de alguns desses recipientes, pouco próprios de contextos funerários, e isto um pouco a exemplo do que sucedeu com os grandes vasos globulares do Calcolítico estremenho. Não nos poderemos, contudo, esquecer que as necrópoles calcolíticas do Norte do País se encontram ainda numa fase de conhecimento incipiente; basta referir a grande abundância destes recipientes na gruta da Lorga de Dine, Vinhais, ainda inéditos, cujo carácter sepulcral parece incontestável.

Mas a cronologia de, ao menos, uma parte das cerâmicas penteadas da Beira Alta ficou claramente estabelecida no Neolítico Antigo, tanto no Penedo da Penha, Canas de Senhorim, como no Buraco da Moura de São Romão, Seia (VALERA, 1998, Est. 3, n.º 6; Est. 4, n.º 2 e 4; Est. 6, n.º 2; Est. 11, n.º 1); nas cerâmicas ali exumadas, importa destacar um recipiente, de fundo parabolóide, com decoração e forma em tudo idênticas a um exemplar da Casa da Moura (Fig. 48, n.º 1); por outro lado, na segunda daquelas estações, ocorre numa asa vertical de dupla perfuração horizontal, cuja cronologia é claramente do Neolítico Antigo, com ocorrências conhecidas em estações perto da Casa da Moura, como a gruta II da Senhora da Luz, Rio

Maior (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 40, n.º 2) e o Algar de João Ramos, Turquel, Alcobça (CARDOSO & CARREIRA, 1991, Fig. 2, n.º 1).

Em função do movimento do varrimento do pente, foram distinguidas as seguintes variantes decorativas:

a) varrimento rectilíneo. Com direcção vertical (Fig. 44, n.º 1; Fig. 46, n.º 1 e 3; Fig., 48, n.º 1; Fig. 51, n.º 3; Fig. 49, n.º 4 e 7), ou mista (Fig. 46, n.º 3; Fig. 47, n.º 3; Fig. 48, n.º 1; Fig. 49, n.º 1; Fig. 50, n.º 2), os motivos lineares constituem o principal desenvolvimento decorativo dos penteados. De assinalar que o exemplar de fundo parabolóide da estampa 48, n.º 1, conserva vestígios exteriores, junto da base, de uma película anegrada, certamente negro de fumo sugerindo utilização como recipiente de cozinha.

b) varrimento ondulado ou sinusoidal (Fig. 49, n.º 6; Fig. 50, n.º 1 e 3 e Fig. 51, n.º 1). Frequentemente associado à variante anterior, sobretudo aos penteados horizontais. Representado com certa insistência no Calcolítico do Norte do País, na região Centro-interior, como na sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão (VALERA, 1993a; Fig. III, n.º 5), cujos fragmentos foram depois atribuídos ao Neolítico Antigo (VALERA, 1998) e na região Centro-litoral, como na gruta da Eira Pedrinha (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949, Fig. XI, n.º 2), ocorrências também reportáveis ao Neolítico Antigo.

c) varrimento em “U” (Fig. 51, n.º 2). Menos frequente que os desenvolvimentos decorativos anteriores. O fragmento em causa é indubitavelmente do Neolítico Antigo, não só pela tipologia do recipiente, de fundo parabolóide, mas sobretudo pela característica peculiar de possuir os penteados em “U” marginados por impressões punctiformes, que não se conhecem em exemplares calcolíticos, as quais, ao contrário, têm paralelo em fragmentos do Neolítico Antigo da gruta do Correio Mor, Loures (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996, Fig. 9, n.º 3), embora a decoração, delimitada pelo mesmo processo, seja de linhas incisivas. A utilização de alinhamentos de pequenas impressões para delimitar espaços decorados por outros motivos, por regra incisivos, prolonga-se, no entanto, pelo Calcolítico. Paralelos significativos, entre outros, podem ser referenciados em duas taças caneladas do Calcolítico Inicial de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1989, Fig. 115, n.º 8), com paralelos próximos em Vila Nova de São Pedro e na Lapa da Bugalheira, Torres Novas (CARREIRA, 1996a, Est. 1, n.º 3). Por vezes os penteados, bem assim como as incisões simples verticais ou horizontais, aparecem enquadradas por pequenas impressões quase punctiformes de geometria circular, ou, menos comumente, em forma de rim.

Estruturas decorativas análogas, com a combinação da técnica impressas e incisiva constituem presença frequente em diversos contextos andaluzes neolíticos.

No Calcolítico, o padrão penteado em “U”, encontra-se documentado no povoado da Beira Alta da Corujeira, Canas de Senhorim (VALERA, 1993b, Fig. I, n.º 7).

No conjunto da olaria da Casa da Moura, as cerâmicas com decorações penteadas integram-se de forma harmoniosa nos grupos já descritos, tanto ao nível da tipologia dos recipientes, como no concernente, até, à coexistência de diversas técnicas no mesmo fragmento; devem, pois, ser integradas globalmente, em um mesmo conjunto, pertencente ao Neolítico Antigo.

Cerâmicas de bordos e cordões denteados

Sob esta designação, integram-se seis recipientes de bordo em aba com lábio denteado (Fig. 52, n.º 4 a 9) e duas taças com cordão horizontal denteado imediatamente abaixo do bordo (Fig. 52, n.º 2 e 3). De assinalar, no que respeita aos primeiros, a diversidade de soluções encontradas, não se reconhecendo dois exemplares idênticos. Tal facto encontra paralelo entre outros lugares com importantes ocupações do Neolítico Final, em Leceia, Oeiras, onde se recolheram centenas de espécimes com sensíveis diferenças entre si (CARDOSO, 1994, 1997). A cronologia destes exemplares encontra-se, pois, bem estabelecida; conjuntamente com as taças carenadas, também aqui bem representadas, corporizam o Neolítico Final estremenho. Não se devem confundir com os bordos recortados do Neolítico Antigo, presentes na Casa da Moura, que já anteriormente se referiram, os quais, sendo característicos de recipientes sem espessamento no bordo, foram produzidos por incisões perpendiculares a este, situação que os distingue dos exemplares do Neolítico Final, particulares de vasos com bordos em aba, espessados exteriormente. De igual modo, não devem confundir-se com os bordos denteados da Idade do Bronze, talvez representados, na Casa da Moura, pelo pequeno recipiente cilíndrico da Fig. 39, n.º 7, o qual possui grande semelhança com o da Fig. 39, n.º 6, já anteriormente inserido na Idade do Bronze. A incerteza desta atribuição resulta, por um lado, da falta de indicações estratégicas e, por então, da dificuldade de se apontarem paralelos bem datadas para ambos os recipientes.

Os elementos de prensão denteados são elementos pouco comuns, que na generalidade dos casos remetem para o Neolítico: é o caso de um grande fragmento de recipiente de paredes bombeadas sub-verticais, com decoração penteada (Fig. 44, n.º 1), munido de, provavelmente, quatro mamilos de prensão alongados, decorados por linhas incisivas verticais, com paralelo próximo em exemplar de Leceia, atribuído a fase precoce do Neolítico Final (CARREIRA & CARDOSO, 1994, Est. 3, n.º 9).

5.4 – Indústria óssea

A indústria óssea exhibe uma assinalável variedade de tipos. Para além dos exemplares desenhados, existem, nas colecções do Museu Nacional de Arqueologia, alguns outros, em geral incompletos, de reduzido interesse. Os artefactos pós-paleolíticos – os únicos que nesta monografia serão objecto de estudo – foram subdivididos nos seguintes grupos tipológicos:

Furadores

Constituem o utensílio mais comum da panóplia artefactual óssea exumada na Casa da Moura, sendo por regra executados sobre ossos longos.

Em função da inclinação do seccionamento da peça óssea face ao seu eixo principal, dividimos o conjunto em duas classes:

- a) furadores obtidos por seccionamento relativamente inclinado da diáfise de ossos longos (Fig. 24, n.º 2, 3 e 5 a 8). Corresponde a peças de ovinos/caprinos, avultando os metápodos, com três exemplares, cujas extremidades distais do osso original se conservaram sem afeiçoamento. De referir a existência de um furador executado sobre diáfise de um osso longo de ave (Fig. 24, n.º 1), provavelmente “ganso patola” (*Sula bassana*), á semelhança de exemplares recolhidos em Leceia (GOURICHON & CARDOSO, 1995, Fig. 5);
- b) furadores obtidos por seccionamento longitudinal de ossos longos (Fig. 24, n.º 4 e Fig. 25, n.º 1 a 8). Os elementos anatómicos susceptíveis de diagnose específica não se conservaram. No entanto, a maioria destes artefactos pertence, tal como o grupo anterior, a ovinos/caprinos. Nalguns casos, é provável que o polimento se tenha executado sobre esquirolas, mais ou menos desenvolvidas, resultantes de fragmentação de ossos longos.

Tanto quanto os dados disponíveis parecem indicar, os furadores executados sobre esquirolas longitudinais são pouco comuns em contextos neolíticos e mais raros ainda em contextos calcolíticos, onde parece verificar-se a sua substituição pelos exemplares com seccionamento oblíquo da diáfise, ainda que estes se encontrem já presentes no Neolítico Final em numerosas estações da Estremadura. Os furadores do primeiro tipo dominam largamente, ou são mesmo exclusivos, na gruta natural do Lugar do Canto, Alcanede (LEITÃO *et. al.*, 1987, Fig. 10), bem como nas vizinhas cavidades da Senhora da Luz, Rio Maior (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 29 e 30). Ocorrem também na Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992; Fig. 6, n.º 26; Fig. 11, n.º 7), nas grutas de Alcobaça (NATIVIDADE 1899/1903, Fig. 17, n.º 131 e seg.) e na gruta do Escoural, em associação com os furadores do grupo anterior (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995, Fig. 27 e 27). Qualquer dos casos referidos, com excepção do segundo, que é mais antigo, correspondem indubitavelmente a contextos do Neolítico Final.

As peças da Fig. 24, n.º 2, 4 e 6 e da Fig. 25, n.º 2, foram reproduzidas em litografias destinadas, como se disse anteriormente, à ilustração de obra a ser apresentada à Exposição Universal de Paris, de 1867, a qual jamais foi realizada. Tais ilustrações só recentemente foram publicadas (CARREIRA & CARDOSO, 1996).

Cabos

Neste grupo incluem-se peças morfologicamente distintas, e de funcionalidades discutíveis. Trata-se de diáfases de ossos longos de ovinos/caprinos seccionados diametralmente em ambas as extremidades (Fig. 26, n.º 2 a 4). Constituem, deste modo, peças tubulares, cuja utilização, para além da proposta, poderia relacionar-se por exemplo com a aspensão de corantes. Com efeito, não é evidente aqui, como noutros lugares, a existência de artefactos líticos de geometria e dimensões compatíveis com encabamento em tais peças. Resta a hipótese de serem cabos de peças ósseas, como furadores ou sovelas, ou dos seus equivalentes metálicos; mas estes faltam em absoluto. Os únicos casos compulsados na bibliografia referem-se a dois exemplares análogos, de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja, com dois punções de cobre ainda conservadas (PAÇO, 1960, Fig. 2, n.º 5, 6). Revelam-se comuns, encontrando-se associados a contextos do

Neolítico Final ou já calcolíticos, quer de natureza funerária como nas grutas de S. Pedro do Estoril (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964) quer de natureza doméstica, caso dos povoados da Rotura, Setúbal (GONÇALVES, 1971) e de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1980, 1981).

Dois grandes artefactos, um deles em chifre de veado, desbastados e polidos numa das extremidades, poderão ter sido utilizados como cabos; ambos foram representados nas antigas litografias mandadas executar por Pereira da Costa (Fig. 25, nº. 9 e Fig. 26, nº. 1). Um deles, o executado em chifre, pode, em alternativa, ser classificado como um escopro ou formão, dado possuir um bisel que, por se encontrar incompleto, impede uma atribuição segura; a ser assim, teria, nos numerosos exemplares recolhidos nos concheiros de Muge e, em particular, no do Cabeço da Arruda (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1947, Pl. 11, nº. 194, 195 e 197), os seus homólogos mais próximos.

Espátulas

Reconheceram-se quatro exemplares de espátulas: três foram afeioadas por polimento sobre esquirolas mais ou menos alongadas de diáfises de ossos longos de animais de porte igual ou superior a veado. A extremidade distal, correspondente à parte útil do artefacto, conserva-se apenas em três destes exemplares, estando um muito incompleto (Fig. 26, nº. 7). O maior tinha já sido representado numa das litografias mandadas executar por Pereira da Costa (cf. CARREIRA & CARDOSO, 1996: Fig. II.D); dele, actualmente, apenas se conserva o terço superior, no Museu do I.G.M. (Fig. 26, nº. 5). O de menores dimensões, ostenta como particularidade uma perfuração no terço inferior, destinada a fixação ou suspensão do objecto (Fig. 26, nº. 8). Refira-se ainda um último exemplar, totalmente afeioado por polimento, com um longo pedúnculo de secção rectangular e extremidade distal larga e espatulada que justifica a atribuição funcional proposta (Fig. 26, nº. 6). Com efeito, esta peça não deve ser confundida com os conhecidos alfinetes de cabelo, estes por regra de secção circular, tanto na haste como na extremidade distal. Trata-se, sem dúvida, de uma peça destinada a trabalhos delicados, talvez na preparação de substâncias medicinais, ou de cosméticos.

5.5 – Objectos de adorno

Alfinetes de cabeça postiça

Constituem um dos artefactos de osso mais característicos dos contextos funerários do Neolítico Final estremenho, acompanhando com frequência placas de xisto e pontas de seta de base convexa, recta ou pedunculada. No caso presente, encontram-se representados por dez porções ou fragmentos (Fig. 54, nº. 1 a 10), uns com cabeça lisa postiça (Fig. 54, nº. 8 e 9), outros com a mesma extremidade decorada com caneluras horizontais em número variável (Fig. 54, nº. 1 a 5). Os dois últimos exemplares afastam-se da morfologia que é usual em tais elementos amovíveis, visto possuírem apenas duas caneluras, à maneira de gola, acompanhando ambas as extremidades. Um deles apresenta ainda contorno bombeado; por tais motivos, poderia haver lugar à sua classificação como contas de osso. No entanto, a sua morfologia parece

preencher as extremidades de alguns alfinetes maciços calcolíticos, que reproduzem os seus antecedentes neolíticos nalguns casos (CARDOSO, 1997, pp. 96), razão acrescida para se lhes ter atribuído tal função.

Uma das associações artefactuais estremenhas onde estes artefactos detêm presença expressiva, encontra-se documentada na câmara ocidental do monumento complexo da Praia das Maças, Sintra (LEISNER; ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Pl. 6). Duas datações recentemente efectuadas sobre alfinetes de cabelo ali recolhidas, um com cabeça postiça lisa, outros canelada, forneceram, respectivamente os valores de: OxA-5509 – 4410±75 BP e um outro liso OxA-5510 – 4395±60 BP cuja calibração, a 2 δ , forneceu os intervalos de 3340-2880 cal BC e 3310-2890 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1995: 11); estatisticamente idênticos, tais resultados fazem corresponder estas peças a momentos avançados do Neolítico Final estremenho. No entanto, outras datas obtidas sobre peças similares, também publicadas no referido trabalho, remetem-nas para idade calcolítica; deste modo, ainda que a sua incidência seja máxima no Neolítico Final, trata-se de um tipo artefactual, seja de cabeça postiça canelada, seja lisa, cuja cronologia não pode garantir-se previamente.

Contas

As contas constituem outro grupo numericamente significativo, no conjunto dos artefactos da Casa da Moura.

Trata-se de matérias primas onde dominam os minerais verdes (Fig. 53, 1 a 4; 8; 10 a 17), designados genericamente por variscites, grupo mineralógico a que pertencem a maioria dos exemplares recolhidas em jazidas portuguesas (GONÇALVES, 1979). Apresentam, no caso, diversas colorações, resultantes de alteração superficial mais ou menos intensa, que não significa, necessariamente, espécies mineralógicas distintas. A utilização destas matérias esverdeadas, cujo simbolismo permanece oculto, parece remontar no território peninsular ao Neolítico Antigo, como está bem documentado nas minas de Can Tintorer, Barcelona (VILLALBA *et al.*, 1986). No caso português, estes produtos, largamente divulgados no Calcolítico, encontram-se já bem documentados no Neolítico Final. Esta situação encontra explicação no quadro da intensificação económica então verificada, associada à interacção cultural, entre populações de áreas geográficas distintas, de que resultou o estabelecimento de redes de troca a longa distância de diversos tipos de produtos e de matérias-primas, entre as quais se contava os minerais verdes, em bruto ou já manufacturados. Com efeito, estudos mineralógicos conduzidos em Espanha, conduziram à caracterização da difusão geográfica dos minerais explorados em Can Tintorer; outro tanto não se verifica em Portugal. Não obstante a ocorrência de minerais verdes do grupo da variscite ser conhecida em afloramentos silúricos do Norte de Portugal (MEIRELES *et al.*, 1987), admite-se que a disponibilidade de grandes massas de matéria-prima não fosse possível no território hoje português, o que só salienta a existências das aludidas redes de comércio transregionais. Uma possibilidade a ser devidamente confirmada por análises químicas, seria a sua difusão a partir das minas de Encinasola (Badajoz).

Também em matérias carbonosas, como o azeviche (variedade de hulha) ou, talvez com maior probabilidade, variedades compactas de lignite, se encontram afeiçoadas seis contas, de forma bitroncocónicas

(Fig. 53, n.º 22 a 27). Contas análogas são conhecidas em vários sítios funerários da Baixa Estremadura: na gruta da Cova da Moura, Torres Vedras (SPINDLER, 1981) e nas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril, Cascais (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964), na Lapa da Galinha, Alcanena (coleções inéditas do Museu Nacional de Arqueologia) e, a sul do Tejo, nas grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, FERREIRA & ZBYSZEWSKI, 1961) e na Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992). Formas similares com dimensões idênticas, mas executadas em cerâmica, são conhecidas também na já referida Lapa do Bugio e, ao que parece, acompanhando as duas tumulações campaniformes, no dólmen de Montum, Melides, Santiago do Cacém (FERREIRA *et al.*, 1975).

Pode, pois, concluir-se, que o tipo de contas referido, ocorre com certa frequência em estações funerárias da Baixa Estremadura, em contextos do Neolítico Final. Com efeito, a respectiva matéria prima pode ser encontrada naquela área geográfica, em formações continentais do Pliocénico Superior, especialmente na região de Rio Maior, mas, sobretudo, em depósitos detríticos mesozóicos particularmente expostos ao longo das arribas litorais onde, com facilidade, se poderiam recolher porções de caules arbóreos incarbonizados, ulteriormente transformados em tais produtos.

Merece destaque ainda uma grande conta de fluorite (Fig. 53, n.º 7), semelhante a exemplar da Lapa do Bugio (Sesimbra), já estudado (CARDOSO, 1992), com paralelos nas grutas do Poço Velho (Cascais) (PAÇO, BARTHOLO & BRANDÃO, 1959), bem como três contas, de menores dimensões, de rocha ou mineral anegrado (Fig. 53, n.º 5, 6 e 9). De referir que a conta de fluorite foi analisada por A. Bensaúde (BENSAÚDE, 1884), conservando-se ainda no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

No respeitante à forma destes elementos de adorno, podem distinguir-se três grupos principais, a saber: no conjunto das executadas em minerais verdes, estão representadas contas subcilíndricas (Fig. 53, n.º 1 a 4 e 8), bitroncocónicas (Fig. 53, n.º 5 a 7 e 9), forma exclusiva das carbonosas e discoidais (Fig. 53, n.º 12 a 17); diferem dos pendentes (Fig. 53, n.º 10, 11, 19 a 21) pela posição axial da perfuração. Esta revela-se invariavelmente bitroncocónica nos exemplares mais espessos e mesmo num dos exemplares achatados (Fig. 53, n.º 17). Nos restantes, a perfuração apresenta-se cilíndrica ou troncocónica (Fig. 53, n.º 12 a 16). Poucos são os elementos disponíveis concretos sobre o modo de execução das perfurações, sendo provável o recurso a matérias siliciosas, por exemplo, uma ponta aguçada de idêntica ou maior dureza que seria aplicada, por rotação, nas duas extremidades opostas da peça a perfurar, eventualmente com a utilização adicional de um abrasivo.

Pendentes

Nesta categoria agrupam-se peças de perfuração assimétrica ou de tendência marcadamente alongada, executados em minerais verdes (Fig. 53, n.º 10 e 11), ou de coloração acastanhada representado por um exemplar pouco comum em forma de lágrima (Fig. 53, n.º 18). Sendo raras, esta conta em forma de lágrima possui paralelo em um exemplar da *tholos* da Tituária, Mafra (CARDOSO, LEITÃO & FERREIRA, 1987) e em outro da Anta Grande da Comenda da Igreja, Montemor-o-Novo (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 27, 1, 33).

De azeviche, são três pendentes aplanados, de geometria diversa, dois subtriangulares (Fig. 53, n.º 19, 20) e um quase rectangular (Fig. 23, n.º 21). Peças semelhantes, muito menos comuns que as anteriores,

foram registadas nas grutas do Poço Velho, Cascais (PAÇO, 1941) e nas grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961).

No entanto, é em matéria óssea que foram elaborados o maior número de pendentes. Três deles apresentam-se executados sobre caninos de lobo, dos quais dois muito modificados por polimento (Fig. 54, nº. 13 a 15). De todos, salienta-se o exemplar da Fig. 54, nº. 12 correspondente a um quarto prémolar superior de lobo, provido de três perfurações na raiz para suspensão. O exemplar da Fig. 54, nº. 16 é um canino superior de *Panthera pardus*, igualmente munido de perfuração para suspensão na base da raiz. Nada garante a idade paleolítica ou mais tardia destes pendentes, com excepção do dente de *Panthera pardus* perfurado, que remonta seguramente ao Paleolítico Superior (FERREIRA & ROCHE, 1980).

A utilização de dentes de carnívoros perfurados como pendentes, constitui uma prática bastante divulgada em todas as épocas da Pré-História, cujo simbolismo deveria estar relacionado com as características de agressividade, bravura ou outras, reconhecidas nestes animais. Representados em várias cavidades estremenhas como a necrópole das Lapas, Torres Novas (CARREIRA, 1996b) e as grutas da Cova da Moura (SPINDLER, 1981), de Alcobaça (NATIVIDADE, 1899/1903), da Furninha (DELGADO, 1884), e do Poço Velho, Cascais (PAÇO, 1941) e ainda no Cabeço da Arruda 1 (LEISNER, 1965: Tf. 5/ 53), nas grutas artificiais Quinta do Anjo, Palmela (*Idem, ibidem*: Tf. 102/ 109) e no depósito da Samarra, Sintra (*Idem, ibidem*: Tf. 49/ 7). De um carnívoro das dimensões de um texugo é o canino, igualmente perfurado da Fig. 54, nº. 17, indicando que não seriam apenas os grandes predadores que despertariam o interesse no aproveitamento. De referir, a propósito, que em uma das vizinhas grutas da Malgasta ou da Lapa Furada, Nery Delgado recolheu um canino de raposa perfurado, cuja idade, à falta de indicações estratigráficas, é problemática (CARREIRA & CARDOSO, 1992a, Fig. 2, nº. 7).

Outros objectos de adorno

Na Fig. 54, nº. 11 representa-se um fragmento longitudinal de defesa de javali desprovido de indícios de suspensão. Poderia ser utilizado encastado ou fixado por meio de resinas ou produtos orgânicos. Possui numerosos paralelos em cavidades grutas sepulcrais do Neolítico estremenho, como a gruta II da Senhora da Luz (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 32, nº 7 a 10), a Lapa da Galinha (inédito, Museu Nacional de Arqueologia) e a Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992: Fig. 14, nº 6 e Fig. 36, nº 6), para só referir três ocorrências estremenhas.

Botões de perfuração “em V” de filiação campaniforme

Ainda no âmbito das peças de adorno ou de indumentária, refere-se a existência de dois botões do tipo “tartaruga” um deles já objecto de anterior referência (ROCHE & FERREIRA, 1961, pp. 68).

O primeiro exemplar, de morfologia relativamente comum revela um corpo central circular a partir do qual se desenvolvem dois apêndices opostos de geometria trapezoidal (Fig. 54, nº. 18). Integrável no clássico tipo “tartaruga”, possui paralelos em vários sítios que forneceram materiais cerâmicos campaniformes do Baixo Tejo, tanto povoados, como o Zambujal, Torres Vedras (JIMÉNEZ GÓMEZ, 1995: 176, Fig. 10, Nº. 7),

quanto necrópoles, como S. Pedro do Estoril, Cascais (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964: Fig. XIV, n.º 57 a 62) Verdelha dos Ruivos, Vialonga, V. F. Xira (LEITÃO *et al.*, 1984: fig. 2, n.º 8, 9 e 19), e da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961: Pl. VI, n.º 56), de onde provém um soberbo conjunto (Gruta 1), ao qual poderia ser acrescentado muitos outros exemplares.

O segundo exemplar (Fig. 54, n.º. 19), constitui tipo raro, sem paralelos conhecidos no território peninsular (USCATESCU, 1992).

Peças de carácter mágico-simbólico

1. Placas e báculos de xisto

A escavação da Casa da Moura forneceu um assinalável conjunto de placas de xisto ardósiano, constituído por 13 exemplares (Fig. 55 a 57) entre fragmentos e peças completas, na totalidade executadas em suportes líticos de coloração cinzento-escuro a negra.

De contornos subrectangulares a trapezoidais, apenas com um exemplar de corpo recortado (Fig. 57, n.º. 3), apresentam, em todos os casos, dois furos de suspensão bitroncocónicos.

A decoração concentra-se numa das faces, apresentando somente num dos casos extensão da decoração à segunda face (Fig. 57, n.º 4). No conjunto dos motivos decorativos dominam, no corpo inferior, os triângulos preenchidos interiormente (Fig. 55; Fig. 56; Fig. 57, n.º. 1, 2 e 4). Apenas a placa de cabeça recortada (Fig. 57, n.º. 2), ostenta motivo distinto constituído por faixas quebradas. O centro da parte superior apresenta-se, por regra, liso, de contorno triangular a subtrapezoidal, com duas, ou, mais frequentemente, apenas uma perfuração.

Dos exemplares decorados em duas faces merecem pela sua singularidade alguma atenção. O primeiro (Fig. 57, n.º. 4) revela no verso o cruzamento de duas faixas oblíquas, vulgo em “cruz de S. André”, elemento decorativo frequente nas placas recortadas, e que parece representar ataduras de vestuário. Motivo relativamente raro, pode ser sobretudo encontrado no Alto Alentejo oriental, na área do Crato. No Baixo Tejo é de destaca-se a presença de dois exemplares na Gruta da Galinha, Torres Novas (SÁ, 1959).

A presença de placas de xisto ardósiano no Baixo Tejo, região onde não são conhecidos afloramentos destas matérias, levanta de imediato algumas questões pertinentes, nomeadamente no que respeita ao modo como seriam importadas. Seriam as placas, tal qual as conhecemos, objecto de um comércio à distância? Ou, pelo contrário, seriam transportadas apenas sumariamente aparelhadas, sendo os motivos decorativos escolhidos fixados no destinatário? A segunda hipótese, supõe a existência de uma relação específica entre o estatuto do inumado e a decoração exibida por cada uma delas. Neste particular, explicaria a existência de diversas placas lisas, de xisto (CARDOSO, 1995). No entanto, a falta de dados de escavação, nomeadamente associações entre as características tipológicas de cada placa face ao sexo ou idade do inumado, dificultam o avanço nesse caminho, do mesmo modo que é evidente a grande homogeneidade de motivos entre as placas estremenhas e alentejanas, que contraria a hipótese de produções geográficas diferentes, ao nível da decoração. Com efeito, todos os exemplares exumados na Casa da Moura ostentam motivos decorativos muito comuns nos seus homólogos alto-alentejanos.

Apresença de um báculo na Casa da Moura (Fig. 58, n.º 1), dado a conhecer já no século passado por E. Cartailhac (CARTAILHAC, 1886, Fig. 96 e 97), constitui a ocorrência mais setentrional conhecida até ao presente para este tipo de artefacto. Mutilado e parcialmente reconstituído com gesso, apresenta-se decorado em ambas as faces, com elementos decorativos bem distintos. Revela uma sequência de três perfurações na base do cabo, que indicia uma utilização tanto pendente, no caso segundo uma orientação inesperada, que no entanto encontra paralelos em dois pequenos exemplares provenientes da Anta 1 do Paço, Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951) e em dois outros, um exemplar de calaíte um outro de xisto de reduzidas dimensões (c= 5 cm de altura) munido de duas perfurações na extremidade rectilínea, exumados na Lapa do Fumo. Peças perfuradas são sobretudo conhecidas no jazigo de Alcarapinha (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 1/11/97) e no de El Pozuelo (LEISNER & LEISNER, 1959, Tf. 1/11/97).

Um outro sentido para as perfurações poderá ser conectado com a fixação da peça a um cabo, como os actuais báculos episcopais, ou, simplesmente, para permitir a suspensão de adereços leves, como plumas, que naturalmente não se conservaram.

Nos exemplares de maiores dimensões, a frequente ausência de decoração na base (FERREIRA, 1985, Fig. 1), sugere que a preensão manual se faria por ali, circunstância que encontra apoio no exemplar proveniente do monumento da Herdade das Antas, Montemor-o-Novo, que apresenta um remate destinado à fixação da mão.

Placas e báculos são, pois, na Estremadura, uma das expressões mais evidentes das influências culturais, exercidas na Estremadura, ao nível da superestrutura cognitiva, da Cultura Megalítica do Alto Alentejo, no decurso do Neolítico Final.

5.6 – Outras peças de significado mágico-religioso

Esferóides e peças associadas

Neste grupo integram-se 4 esferóides de calcário, de dimensões diversas (Fig. 59, n.º 2 a 5) e uma peça achatada, atribuível a dormente, com concavidade em calote de esfera, correspondente ao negativo de um dos esferóides (Fig. 59, n.º 1).

Os esferóides menores possuem superfície áspera ao tacto, regularizada por polimento, e algo pulverulenta. O maior (Fig. 59, n.º 5), executado em rocha calcária mais compacta e dura, apresenta-se partido, ostentando uma superfície com marcados vestígios de picotagem.

As peças de menor diâmetro, como os exemplares da Fig. 59, n.º 2 a 4 podem relacionar-se com balas de funda (CARDOSO, 1989, fig. 183, n.º 4). No entanto, a perfeita adaptação de uma delas (Fig. 59, n.º 2) à concavidade do dormente, sugere uma complementaridade funcional, sendo o conjunto especialmente adaptado para a trituração de matérias macias, os corantes.

O exemplar de maiores dimensões (Fig. 59, n.º 5) sugere diferente funcionalidade. Com efeito, pode assimilar-se às enigmáticas bolas, cuja funcionalidade e significado foram objecto de artigo publicado neste mesmo volume (CARDOSO, 2001/2002).

Cilindros de calcário

Neste grupo incluímos as seguintes variantes:

Bétilos

Esta designação reporta-se às peças de corpo troncocónico, de faces laterais mais ou menos bombeadas, representadas por um exemplar de pequenas dimensões (Fig. 59, n.º 6). Apresenta uma superfície incompletamente polida e extremidades convexas sumariamente afeiçãoadas. Artefacto simbólico, correspondente à estilização máxima da figura humana, ocorre sobretudo em contextos funerários calcolíticos do Sudeste peninsular, revelando escassa divulgação em território português.

Cilindros s.s.

Conjunto constituído por oito exemplares em calcário: sete lisos (fig. 60, n.º 1 a 7) e um decorado (Fig. 62, n.º 1).

As dimensões dos exemplares inscrevem-se dentro dos parâmetros usuais destes tipos de peças, excepção feita a um deles, de pequeno tamanho (Fig. 60, n.º 7) e um outro, de altura invulgar, face ao respectivo diâmetro (Fig. 60, n.º 5).

Outra das peças (Fig. 60, n.º 2) revela duas pequenas depressões escavadas por abrasão, cujo significado não se afigura evidente. De referir, ainda, que dois dos cilindros lisos de maiores dimensões (Fig. 60, n.º 3 e 4) revelam mutilações antigas, aproximadamente a meio corpo, de significado talvez intencional, dada a relativa robustez destas peças. Situação análoga foi observada em cilindro recolhido na gruta II da Senhora da Luz, Rio Maior (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 36, n.º 1).

O único exemplar decorado (Fig. 62, n.º 1) ostenta dois pares de linhas curvas, motivo relativamente frequente neste tipo de peças no Calcolítico da Estremadura, em povoados e conjuntos sepulcrais e atribuído a tatuagens faciais.

Hemicilindros

Trata-se de um grupo representado por cinco exemplares de calcário, com a característica comum de possuírem secção aproximadamente plano-convexa (Fig. 61, n.º 1 e 3 a 7).

Na Casa da Moura, o único hemicilindro decorado, em calcário brando, fortemente erodido, ostenta, em alto relevo, sucessivas bandas de linhas horizontais transversais, apenas parcialmente perceptíveis (Fig. 61, n.º 7).

A raridade dos hemicilindros relativamente ao tipo anterior, que, com frequência, acompanha, pode em certa medida ser comparável à ainda maior raridade dos báculos face às placas. Nesta perspectiva, devem salientar-se alguns exemplares excepcionais, com decoração barroca de tipo geométrico, mas onde se reconhecem elementos da face humana, como é o caso do hemicilindro de origem desconhecida dos arredores de Lisboa (SANTOS, 1970) e do seu homólogo do dólmen de Casinhos, Loures (LEISNER,

ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Pl. Q), conotáveis com representação antropomórfica (coruja? mocho?), de índole funerária, variante da Deusa-Mãe calcolítica.

V. Leisner (LEISNER, 1965) referenciou, na década de 1960, onze ocorrências. A estes achados haverá que adicionar alguns outros, mais recentes, com destaque para o conjunto do Correio Mor, Loures, constituído por três peças, todas decoradas por bandas de linhas incisadas horizontais, semelhantes às do exemplar em apreço, com a diferença de não formarem cordões em alto relevo, como neste (CARDOSO *et al.*, 1995, fig. 9 e 10). Neste particular, salienta-se o exemplar fragmentado exumado no dólmen de Monte Abraão, Belas, Sintra, com decoração em tudo semelhante à do exemplar em apreço (RIBEIRO, 1880, Fig. 41).

Outros

No conjunto dos materiais votivos de calcário, merecem particular atenção dois fragmentos, não contíguos, pertencentes provavelmente a uma mesma placa de contorno curvilíneo (Fig. 62 n.º 2), com um deles a apresentar um peculiar estrangulamento na extremidade mais estreita. P Tem paralelo próximo em peça das grutas naturais do Poço Velho (PAÇO, 1941: Fig. XIX) e em outra da sepultura II do Cabeço da Arruda (LEISNER, 1965, Tf. 7, n.º 7). A outra extremidade exhibe três furos bitroncocónicos alinhados no corpo superior na proximidade da zona fracturada, perfurações inexistentes no seu paralelo de Cascais. Duas hipóteses se perfilam para a interpretação deste objecto e das perfurações que uma das suas possíveis partes ostenta. A primeira, faz corresponder as ditas perfurações a um restauro, após a fractura do objecto, servindo para a fixação de ambas as partes; o facto de o outro fragmento não possuir perfurações análogas, pode atribuir-se a desaparecimento da porção correspondente. Existem outros casos de peças de calcário restauradas pelo mesmo processo, após fracturas acidentais. É o caso de placa de calcário da necrópole de Carenque, Amadora (HELENO, 1933, Fig. 33; LEISNER, 1965, Tf. 59, n.º 18), da placa, também de calcário da *tholos* da Tituaria, Mafra (CARDOSO *et al.*, 1996, Fig. 41, n.º 3) e de uma outra, correspondente a fragmento de placa gravada em alto relevo recolhida na necrópole do Cabeço da Arruda, Torres Vedras (GALLAY *et al.*, 1973, Fig. 7). No caso da placa de Carenque, o restauro afigura-se evidente; com efeito, ao longo de uma das extremidades, que é oblíqua, executaram-se três perfurações, prolongadas na superfície da placa por sulcos, até à zona da fractura, destinados a facilitar a fixação das fibras que uniriam esta parte à que falta.

Tais restauros evidenciam, pois, a alta importância simbólica que era atribuída a estas peças, mesmo depois de danificadas, o que aconteceria com alguma frequência, dada a sua evidente fragilidade.

Machado votivo (?)

Possuindo significativas analogias com os machados, nomeadamente pela presença de um sulco transversal, destinado a reforçar a fixação ao cabo, mas diferenciando destes pela não definição de um extremidade activa, existe uma singular peça de calcário de contorno subelíptico, decorada com várias caneluras, paralelas entre si, numa das faces (Fig. 62, n.º 3). A sua execução num calcário brando confere-

-lhe natureza decididamente simbólica. Trata-se de uma peça já apresentada por Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1922: Fig. XV, n.º 33), que lhe atribuiu uma função utilitária, como enxada ou enxó. Para tal interpretação, concorreria a existência de um sulco transversal profundamente escavado numa das faces (*op. cit.*: 294) que se destinaria, segundo o autor, à fixação de um cabo. Tal hipótese afigura-se nos pouco razoável, seja pela ausência de uma extremidade privilegiada como gume, seja pela natureza da matéria prima, demasiado macia para utilização como instrumento de corte.

O paralelo mais próximo pode ser referenciado num curioso achado avulso, executado em quartzito, densamente decorado com faixas contíguas à canelura proveniente da Quinta da Foz (Benavente) e conservado no Museu Municipal de Benavente, onde se manteve até agora inédito. Também aqui estamos perante uma forma lítica com idêntica simetria lateral e longitudinal, possuindo uma secção subquadrangular espessa.

Um outro paralelo significativo provém da Estremadura espanhola: trata-se de exemplar do dólmen de corredor de Zafra II, Valência de Alcántara (BUENO RAMIREZ, 1988, pp. 88 e 107/108). Executado em granito, foi interpretado pela Autora como polidor, hipótese que, atendendo à sua natureza lítica, não parece a mais adequada. Na região de Huelva, assinala-se a ocorrência, em San Bartolomé de la Torre, em contexto calcolítico, de diversos exemplares análogos, tanto pela forma como pela presença de sulcos diametrais profundamente cavados, cercados nalguns casos por símbolos geométricos ou reticulados (ALMAGRO-BASCH *et al.*, 1975, Lám. 96, 97 e 190), os quais foram, igualmente, atribuídos a ídolos.

Braçal de arqueiro

Nesta categoria englobam-se dois exemplares de reduzidas dimensões (Fig. 62, n.º 6 e 7), ambos executados no mesmo tipo de arenito de grão fino. O primeiro, reduz-se a fragmento com uma única perfuração. O segundo (Fig. 62, n.º 7), um pouco menos espesso que o anterior, possui um orifício em cada extremidade, num caso apenas parcialmente conservado. De assinalar a existência, no topo da extremidade completa, de um pequeno sulco, perpendicular ao bordo, indicando a maneira como se efectuava a fixação da fibra. Embora, por regra, associados a contextos campaniformes no Baixo Tejo, a sua perduração em momentos posteriores encontra-se bem documentada em várias áreas culturais do Bronze peninsular. A natureza marcadamente abrasiva do arenito, matéria em que na maior parte dos casos se encontram manufacturados, permite admitir, em alternativa, uma utilização como placas amoladeiras para reavivamento dos gumes das pontas de Palmela, que frequentemente acompanham; tal hipótese não poderá estender-se, naturalmente, às placas feitas de rochas mais brandas. Aliás, a funcionalidade destas peças parece, na generalidade dos casos, corresponder à atribuição tradicional, visto conhecer-se um exemplar de ouro, recolhido em Vila Nova da Cerveira, sem contexto conhecido (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993, n.º 70).

Diversos

Regista-se ainda a presença de alguns seixos de quartzito de diversas dimensões cuja presença já fora assinalada por Nery Delgado (DELGADO, 1867). Na generalidade, evidenciam massacramentos, revelando utilização como percutores.

5.7. Materiais metálicos

A utensilagem metálica actualmente existente da Casa da Moura revela-se escassa, reduzindo-se a dois pequenos utensílios de cobre arsenical.

Da intervenção inicial provém uma ponta de Palmela (Fig. 62, n.º 4), encontrada, segundo o escavador a quatro metros de profundidade, quase sob o manto estalagmítico (DELGADO, 1867). Foi reproduzida em uma das antigas litografias da Comissão Geológica, recentemente dadas a conhecer (CARREIRA & CARDOSO, 1996; Fig. I E, n.º 1). Possui uma folha de dimensões medianas e pedúnculo bem marcado, obtido por estrangulamento do corpo, logo abaixo da linha do seu diâmetro máximo. A sua morfologia identifica-se com o subtipo B1 da tipologia de G. Delibes de Castro (DELIBES de CASTRO, 1977), bem representada em diversos contextos campaniformes meseténicos.

No território português, parece constituir um tipo relativamente tardio na série destes utensílios. Na Estremadura portuguesa são conhecidos exemplares análogos. De salientar, sobretudo, o achado de vários exemplares na Gruta das Redondas, Alcobaça, relativamente próxima, onde também não se encontra presente a olaria campaniforme (NATIVIDADE, 1899-1903/Est. XXII, XXIII). Forma análoga encontra-se referenciada em diversos contextos associáveis ao Bronze Inicial do Sudoeste, representado pelo “horizonte de Ferradeira” (SCHUBART, 1975, Fig. 9, d).

A outra peça metálica, também integrável no Bronze Inicial Pleno, é um punção (“alène”) relativamente alongado (10.8 cm) de lados rectos e forma losângica bem definida (Fig. 62, n.º 5). Uma análise química executada nos anos 60 revelou tratar-se de cobre, com impurezas por ordem decrescente de arsénio (2.58 %), prata e bismuto (JUNGHANS, SANGMEISTER & SCHROEDER, 1968, Análise 1798).

Constitui um tipo metálico que, apesar de pouco comum, está longe de ser considerado raro. Variantes diversas destes utensílios, sempre executados em cobre, são conhecidos sobretudo na metade meridional do país como em Vila Nova de S. Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, lám. XVII, n.º 9 e 10; Fig. XVIII, n.º 18, 19 e 20, no Abrigo Grande e povoado do Alto das Bocas (CARREIRA, 1994; Fig. XXXII, n.º 4 e 5; Fig. XXXIX, n.º 5 e 6), na Zambujeira (CARTAILHAC, 1886: fig. 288) e no Monte Novo dos Albardeiros (GONÇALVES, 1988/1989, Fig. 12 e 13). O mesmo tipo artefactual é conhecido no Bronze Inicial do sudoeste francês. Trata-se, pois, de um artefacto característico dos primórdios da Idade do Bronze (na terminologia portuguesa, até o Bronze Pleno), revelando marcadas influências meridionais – no caso português comprovadas pela ocorrência em necrópoles do Bronze do Sudoeste – mas ainda produzido em cobre, o que evidencia o atraso da introdução da metalurgia do bronze no sul peninsular, em resultado de, nessa época, ainda serem incipientes as redes de abastecimento meridionais do estanho oriundo das Beiras e do Norte de Portugal e de existir ali uma forte tradição da metalurgia do cobre, herdada do Calcolítico.

6 – CONCLUSÕES FINAIS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

Os materiais exumados na Casa da Moura evidenciam a utilização da cavidade ao longo de um período de tempo relativamente dilatado, desde, pelo menos, o Paleolítico Superior à Idade do Bronze.

A ocupação mais antiga dos tempos pós-glaciários – o único período que foi objecto de estudo – é do Neolítico Antigo; encontra-se representado por numerosas cerâmicas lisas e decoradas, conotáveis com uma datação de radiocarbono de 5900 ± 60 B.P., a que corresponde o intervalo, a dois sigma, de 4943- 4799 cal a.C. (STRAUS *et al.*, 1988: 70), obtida sobre um fragmento de cúbito humano. A tipologia dos recipientes cerâmicos não deixa dúvidas, actualmente, sobre a inclusão da sua quase totalidade naquele período cultural. Avultam, nas cerâmicas decoradas, padrões e técnicas quase desconhecidas no Neolítico Antigo da Baixa Estremadura e, muito menos, no sul de Portugal. Deste modo, é lícito admitir uma forte influência cultural, na Alta Estremadura, nas fases mais avançadas do Neolítico Antigo, da Beira Alta, tendo presentes as características do espólio cerâmico exumado.

Com efeito, até época recente, persistia a dúvida sobre a cronologia a atribuir ao conjunto de cerâmicas, erradamente seguida por outros, desde então impressas e decoradas por arrastamento de um pente, em recipientes fechados, de carena alta e reentrante e corpo parabolóide, muitas vezes munidas de asas em fita ou mamilos de prensão, as quais, na falta de melhor alternativa, e na ausência de paralelos estratigrafados, eram situadas na Idade do Bronze: foi essa a cronologia que, em 1972, K. Spindler e O. da Veiga Ferreira propuseram para os materiais da gruta do Carvalhal, Turquel, Alcobaça (SPIDLER & FERREIRA, 1972). A descoberta, em estratigrafia, de cerâmicas decoradas a pente, em povoados do Neolítico Final e do Calcolítico do Norte de Portugal (JORGE, 1986), teve como consequência, na Estremadura, a procura de exemplares comparáveis, o que foi conseguido em diversos povoados calcolíticos mais importantes, como Pragança, Penha Verde e Leceia (GONÇALVES, 1991; CARDOSO, 1995). Deste modo, as cerâmicas homólogas, entretanto estudadas, desprovidas de contexto estratigráfico, decoradas por tal técnica, de algumas grutas da região, como as grutas da Senhora da Luz, Rio Maior, passaram a situar-se no Calcolítico, ainda que se admitisse a sua sobrevivência na Idade do Bronze (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996).

Entretanto, a investigação do povoamento pré-histórico na bacia do Alto Mondego, conduziu à identificação de cerâmicas penteadas em diversos locais, tanto povoados como necrópoles. Tais cerâmicas, integradas, numa primeira fase das pesquisas, no Calcolítico (VALERA, 1993a, b) – certamente em consequência da cronologia estabelecida nos povoados do Norte de Portugal – foram, ulteriormente, pelo mesmo autor, reportadas aos inícios do processo de neolitização na região (VALERA, 1998), correspondente ao Neolítico Antigo regional. Foram, com efeito, naquela região do centro/norte interior do País, encontrados vasos de tipologia peculiar, de corpo parabolóide e fundo espessado, em tudo idênticos a exemplares da Casa da Moura; outros, entretanto, evidenciariam analogias – tanto na forma como nas técnicas incisa e impressa – com cerâmicas do interior transmontano, igualmente pertencentes ao Neolítico Antigo, como as encontradas na Fraga d’Aia (SANCHES, 1996). Enfim, ainda mais recentemente, foi detectada a técnica penteada no Neolítico Antigo na região do Alto Ribatejo, imediatamente adjacente da área onde se implanta a Casa da Moura: trata-se do abrigo da Pena d’Água, Torres Novas (CARVALHO, 1998).

No Sul do País, há muito que tal técnica havia sido identificada, ainda que muito esporadicamente, no Neolítico Antigo do litoral baixo-alentejano, no povoado de Salema, Sines (SOARES & SILVA, 1979), mas as evidências eram escassas e não se prestavam a maiores considerações.

Idêntica evolução conheceu a questão das cerâmicas com decoração “boquique”; tal como as cerâmicas penteadas acabadas de referir, é hoje inquestionável a sua existência generalizada no Neolítico Antigo, desde o interior transmontano, como a Quinta da Torrinha (CARVALHO; 1999), até ao interior alentejano (DINIZ, 2001), para além do já referido povoado de Salema, Sines, passando por diversas estações da Estremadura e Alto Ribatejanas, já atrás mencionadas.

Enfim, as cerâmicas incisas, ou com decoração canelada, sobretudo aplicada em recipientes fechados, de carene alta e corpo parabolóide têm paralelo, igualmente, nos contextos do Neolítico Antigo da bacia do Alto Mondego e era região do Alto Douro.

A conclusão a tirar, no concernente à Casa da Moura, desta rápida síntese sobre o progresso dos conhecimentos relativamente às cerâmicas do Neolítico Antigo português do Centro-Norte do País, é a de que, com toda a probabilidade, a larga maioria, senão a totalidade, das suas cerâmicas decoradas – com excepção dos bordos em aba denteados e afins, típicos do Neolítico Final exumadas na Casa da Moura – pertencerão ao Neolítico Antigo, numa época em que já se não utilizavam vasos cardiais, conclusão que, afinal, é concordante com a datação absoluta correspondente à formação da respectiva necrópole. Por outro lado, este conjunto cerâmico, de nítidas afinidades setentrionais, não ocorre isolado: nas vizinhas grutas de Alcobaça (Calatras, Cabeça da Ministra, entre outras), na Gruta do Carvalhal, Turquel, e ainda na Gruta II da Senhora da Luz e no Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior, recolheram-se exemplares homólogos, configurando, deste modo, um factor regional do Neolítico Antigo com expressão geográfica e arqueológica específicas, até ao presente desconhecido, cujos materiais acompanham outros, de há muito reconhecidos, como pertencentes ao Neolítico Antigo.

Sendo certamente dádivas funerárias, importa procurar noutros grupos de espólio, os elementos que as acompanhariam.

No concernente à indústria lítica existente, nenhuma conclusão positiva se poderá dela extrair, limitados apenas à análise tipológica dos materiais.

Quanto às indústrias de pedra lascada, todos ou quase todos os tipos artefactuais são característicos do Neolítico Final. O mesmo se poderia dizer dos artefactos de pedra polida: contudo, nada impede que alguns machados ou enxós não pertençam ao Neolítico Antigo: machados com secções sub-quadrangulares, irregulares, curtos e espessos, frequentes na Casa da Moura, foram reportados, na gruta do Caldeirão, Tomar, ao Neolítico Antigo (ZILHÃO, 1992, Fig. 7.7). Mesmo machados de secção sub-rectangular, e de contorno sub-trapezoidal, tradicionalmente considerados do Neolítico Final e do Calcolítico, pior representados na Casa da Moura, poderiam pertencer ao Neolítico Antigo, conforme A. F. Carvalho verificou no povoado transmontano da Quinta da Torrinha (CARVALHO, 1999, Fig. 11, nº. 10). Enfim, as enxós espalmadas, totalmente polidas, com gumes de perfil dissimétrico, frequentes na Casa da Moura, bem como em muitos outros contextos do Neolítico Final estremenho, remontam, seguramente, respeitando a mesma forma e acabamento, ao Neolítico Antigo, como se conclui pelos exemplares recolhidos no povado da Salema, Sines (SOARES & SILVA, 1979, Fig. 20) e no de Cabranosa, Vila do Bispo, aqui, tal como no caso anterior preferencialmente utilizadas para cavar (CARDOSO, CARVALHO & NORTON, 1998, Fig. 19).

Não restam dúvidas, pois, que, na fase final do Neolítico Antigo, a gruta da Casa da Moura conheceu uma importante utilização sepulcral, a qual, a acreditar pela importância dos materiais, foi mais intensa que as ocupações mais modernas nela identificadas.

A ocupação seguinte registada na gruta, por critérios tipológicos, remonta ao Neolítico Final: a ela pertencem, inquestionavelmente, os bordos em aba denteados, de recipientes por via de regra representados em estações da Baixa Estremadura com ocupações daquela época, podendo considerar-se como um bom indicador crono-cultural, a par das taças carenadas, também presentes na Casa da Moura (Fig. 36, n.º 1 a 4). Excelentemente representados na camada basal de Leceia (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996), encontram-se ainda em alguns monumentos funerários da região, como a gruta artificial II de Alapraia, Cascais (JALHAY & PAÇO, 1941, Fig. 38), indicando que a sua construção remontou ainda àquele período, conclusão aliás comprovada por datação de radiocarbono de ossos humanos de um hipogeu, actualmente destruído do Monte do Castelo, Leceia, Oeiras (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). O mesmo se verificou no monumento complexo da Praia das Maças, Sintra, também parcialmente escavado na rocha, com destaque para a sua câmara ocidental, de onde foram recentemente datados três alfinetes de cabelo situáveis no Neolítico Final (CARDOSO & SOARES, 1995). A intervenção conduzida no monumento por J. L. M. Gonçalves, no final da década de 1970, permitiu evidenciar diversas associações artefactuais, correspondentes a outros tantos horizontes culturais: os bordos denteados pertencem ao segundo desses horizontes, presente igualmente no *tumulus* do monumento (GONÇALVES, 1982/1983, Fig. 16, 17).

É ainda ao Neolítico Final que devem reportar-se as placas de xisto e o “báculo”, que denunciam uma evidente penetração cultural na Estremadura de povos que, à época, ocupavam o Alto Alentejo. Essa presença é extensiva à maioria dos espólios sepulcrais estremenhos, mostrando que, longe de corresponder a um fenómeno isolado e esporádico, possuiu, ao contrário, características intensas e generalizadas, a que não repugna associar a importância das trocas comerciais então estabelecidas: o sílex, abundante na Estremadura, seria permutado pelos anfíbolitos alentejanos além de outros produtos ou matérias-primas. Deste modo, de um processo intensificação económica, resultou, a curto prazo e em consequência directa daquele, fenómenos de interacção cultural de largo espectro. Importa, a este propósito, sublinhar a presença do “báculo”. Sendo inquestionavelmente uma peça de prestígio, só utilizada pelos membros mais destacados de cada comunidade, a ocorrência de diversos exemplares na Estremadura evidencia a apropriação de símbolos de poder exógenos, utilizados pelas comunidades alto-alentejanas do Neolítico Final, facto que denota a profundidade da adopção de práticas rituais oriundas daquela região, por parte das “elites” estremenhas, então em processo de rápida diferenciação social.

A fase cultural seguinte pertence ao Calcolítico. A sua presença encontra-se evidenciada pela panóplia de objectos ideotécnicos de calcário, sem que lhes seja possível associar qualquer outro espólio. Tais objectos, são usualmente relacionados com tumulações, em diversos tipos de sepulcros estremenhos (grutas naturais, artificiais, sepulturas de falsa cúpula e monumentos megalíticos); excepcionalmente, ocorrem agrupados, formando depósitos rituais não directamente associados a contextos funerários: é o caso do notável conjunto exumado na gruta do Correio-Mor, Loures (CARDOSO *et al.*, 1995), onde as evidências de outros materiais arqueológicos calcolíticos pré-campaniformes são também escassas. Deste modo, sendo

lícito conotar a sua presença com práticas rituais de carácter funerário, que teriam lugar em ambientes subterrâneos, não é sempre evidente, pelo menos nalguns casos, a sua associação directa a tumulações ali efectuadas: neste caso poderiam enquadrar-se as peças da Casa da Moura.

Ao Calcolítico Final poderão corresponder os dois braçais de arqueiro, os dois botões de osso de tipo tartaruga e a ponta de Palmela. No entanto, a ausência local de cerâmicas campaniformes deixa em aberto a hipótese de corresponderem, antes, a horizontes mais tardios, associáveis ao Bronze Inicial/inícios do Bronze Pleno, admitindo que o Bronze Inicial esteja representado, na Baixa Estremadura, pelo chamado “Horizonte de Montelavar”, do qual já não fazem parte os característicos recipientes campaniformes decorados. Nesta medida, ao conjunto referido poderá ser adicionado o punção losangular de cobre, o qual tem paralelos em necrópoles do Bronze do Sudoeste, bem como algumas, escassas, cerâmicas, as quais, por critérios estritamente tipológicos, foram separadas das suas congéneres mais antigas: é o caso de uma taça de carena suave (Fig. 36, n.º 5), bem como os recipientes da Fig. 37, n.º 4 a 6, o último dos quais com paralelos evidentes no Bronze do Sudoeste. Nestes termos, tais peças documentam influências meridionais no Bronze Pleno estremenho, cuja importância ultrapassa, em muito, a ocorrência de simples pelas isoladas como as que ora se publicam (CARDOSO, 1999/2000 c).

Com a conclusão desta monografia, crê-se ter atingido um dos objectivos que justificou o estudo de tão rico e variado espólio, desenvolvido ao longo de vários anos, tanto no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, como no Museu Nacional de Arqueologia (a cujos responsáveis endereçamos os devidos agradecimentos): com efeito, sendo uma das estações pré-históricas portuguesas mais precocemente escavadas, e, mesmo, uma das primeiras a nível peninsular a ser investigada, era injustificável o silêncio que, sobre os materiais dela provenientes, se abateu: até agora, não tinham sido objecto de estudo adequado, exceptuando algumas peças soltas, publicadas ainda no século XIX por E. Cartailhac (CARTAILHAC, 1886) e, depois, reproduzidas por diversos autores. Não só a sua importância intrínseca aconselhava a preparação de publicação condigna, mas também esta se tornava imperativa, dada a relevância que a estação, entretanto, merecidamente adquiriu, no quadro da história das investigações pré-históricas em Portugal.

Nota final: os desenhos que ilustram este trabalho são da autoria de Carlos Lemos, Helena Figueiredo, Bernardo L. Ferreira e Júlio Roque Carreira.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO-BASCH, M. *et al.* (1975) – *Huelva: Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional.

ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*. Madrid: CSIC/Universidad de Valencia (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 14).

ALMEIDA, F. de & FERREIRA, O. da Veiga (1971) – Um monumento pré-histórico na Granja de S. Pedro (Idanha-a-Velha). *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 1, pp. 163-168.

- ARAÚJO, A. C. & LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 8).
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria*. 1º. Volume. do Calcolítico à Idade do Bronze. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- BERNABEU AUBAN, J. (1989) – *La tradición cultural de las cerámicas impresas en la zona oriental de la Peninsula Ibérica*. Valencia: Servicio de Investigaciones Prehistoricas.
- BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. C.-R. IX Session Congrès Internationakl d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisboa, 1980). Lisboa. Actas, pp. 682-698.
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte). Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 20).
- BOLELLI, E., MARCAIS, J. & PASCON, P. (1956) – Note sur des vases de pierre découvert à Souk el Khmis des Ait Ouahi (Nord marocain), *Bull. Archeol. Marocaine*, 1, 157- 162.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*, 3, pp. 34-39.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Révision des industries mésolithiques de Muge et de Magos (collections du Service Géologique du Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 28, pp. 149-196.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dolmenes de Valencia de Alcantara*. Madrid: Ministerio de Cultura (Excavaciones Arqueologicas en España).
- CARDOSO, J. L. (1980) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 1ª. Parte. *Revista de Guimarães*, 90, pp. 211-304.
- CARDOSO, J. L. (1981) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 2ª. Parte. *Revista de Guimarães*, 91, pp. 120-233.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações efectuadas*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*, 9/10, pp. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pre-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, número especial.
- CARDOSO, J. L. (1995a) – Materiais arqueológicos das grutas de Carnaxide. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 67-86.

- CARDOSO, J. L. (1995b) – Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000a) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem Terciário”: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000b) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 241-323
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – *Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 355-413.
- CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Os esferóides de calcário do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e sua possível finalidade. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 10, pp. ??-??.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1991) – O espólio arqueológico do Algar de João Ramos ou gruta das Redondas, Turquel – Alcobaça. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), Lisboa, pp. 277-285.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. de Barros e (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, 123-151.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. V. (1994) – Zagaia do Paleolítico Superior português. *Portugália*, Nova Série, XV, p. 7-31.
- CARDOSO, J. L. & MELO, Ávila de (2001) – Correspondência anotada de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado: contribuição para a história da Arqueologia em Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 88, pp. 309-346.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*, Série 2, 4, pp. 10-13.
- CARDOSO, J. L., LEITÃO, M. & FERREIRA, O. da Veiga (1987) – Nota acerca de uma conta-amuleto encontrada na “tholos” da Tituaría (Mafra). *O Arqueólogo Português*, Série 4, 5, pp. 89-99.
- CARDOSO, J. L., CUNHA, A. Santinho & AGUIAR, D. de (1991) – *O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras*. *Estudos de Antropologia Física*. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. da Veiga (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 9-26.

- CARDOSO, J. L., FERREIRA, O. da Veiga & CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 195-256.
- CARDOSO, J. L., SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 47-89.
- CARDOSO, J. L., CARVALHO, A. F. & NORTON, J. (1998) – A estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*, Série 4, 16, pp. 55-96.
- CARDOSO, J. L., LEITÃO, M., NORTON, J., FERREIRA, O. da Veiga & NORTH, T. (1995) – O santuário calcolítico da gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 97-121.
- CARDOSO, J. L., LEITÃO, M., FERREIRA, O. da Veiga, NORTH, C. T., NORTON, J., MEDEIROS, J. & SOUSA, P. Fialho de (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 135-193.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, pp. 47-144.
- CARREIRA, J. R. (1996) – As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze da Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Nova Augusta*, 10, pp. 91-112.
- CARREIRA, J. R. (1997) – Catujal: um povoado do Bronze (Médio) à entrada da “ria de Loures”. Contribuição para o estudo das influências do Bronze do Sudoeste na formação do Bronze estremenho. *Vipasca*, 6, pp. 119-140.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992a) – Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 78 (2), pp. 145-173.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992b) – Testemunhos da ocupação neolítica da Serra do Monsanto. *Al-Mandan*, Série 2, 1, pp. 15-18.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1994) – Sobre a existência de cerâmicas impressas e incisas no Neolítico Final estremenho. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993), Lisboa, 2, pp. 69-78.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*, 82, pp. 145-168.
- CASTRO, L. de Albuquerque e & FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Vaso de tipo neolítico do Alto da Toupeira – Lousa. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), 1, pp. 109-110.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, Paris: Ch. Reinwald.

- CARVALHO, A. F. (1998) – O abrigo da Pena d'Água (Rexaldia, Torres Novas): resultados dos trabalhos de 1992-1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2), pp. 39-79.
- CARVALHO, A. F. (1999) – Os sítios de Quebradas e de Quinta da Torrinhã (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (1), pp. 39-70.
- CARVALHO, A. F. & ZILHÃO, J. (1994) – O povoado neolítico do Laranjal do Cabeço das Pias (Vale da Serra, Torres Novas). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa, 2, pp. 53-67.
- CHOFFAT, P. (1908) – Notice néologique sur J. F. Nery Delgado (1835-1908). *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*, Série 2, 7 (28), 14 pp. (separata).
- CORRÊA, A. Mendes & TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal
- CORTES, V., FERREIRA, O. da Veiga, FURTADO, A., MAURÍCIO, A. S. & MONTEIRO, J. A. (1977) – A Lapa do Suão (Bombarral). Relatório da campanha de escavações de 1970. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, Série 3, 83, pp. 219-237.
- DAWKINS, W. B. (1874) – *Cave Hunting. Research on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe*. London: Macmillan and Co.
- DELGADO, J. F. Nery (1867) – *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: Notícia acerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. Nery (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Materiaux pour l'Histoire Primitive et Naturel de l'Homme*, 2^a série, 11.
- DELGADO, J. F. Nery (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la IX Session* (Lisboa, 1880). Lisboa, pp. 207-278.
- DELIBES de CASTRO, G. (1977) – *La cultura del vaso campaniforme en la Meseta Norte española*. *Studia Archaeologica*, 46, Valladolid.
- DINIZ, M. (2001) – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), pp. 45-59.
- FERREIRA, O. da Veiga (1953) – Os instrumentos de fibrolite do Museu dos Serviços Geológicos. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 37, pp. 37-44.
- FERREIRA, O. da Veiga (1957) – Tipos de punhal lítico da colecção dos Serviços Geológicos de Portugal. *Revista de Guimarães*, 67 (1/2), pp. 185-91.
- FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Alguns objectos inéditos, bastante raros, da colecção do Professor Manuel Heleno. *O Arqueólogo Português*, Série 3, 4, pp. 165-173.

- FERREIRA, O. da Veiga (1974) – Acerca das cerâmicas neolíticas encontradas na parte superior dos concheiros de Muge (Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 58, pp. 191-196.
- FERREIRA, O. da Veiga (1985) – Acerca dos enigmáticos “báculos” da cultura neolítica do Alto Alentejo. *Arqueologia*, 12, pp. 86-93.
- FERREIRA, O. da Veiga & ROCHE, J. (1980) – Os elementos de adorno do Paleolítico Superior em Portugal. *Arqueologia*, 2, pp. 7-11.
- FERREIRA, O. da Veiga, NORTH, C. T. & LEITÃO, M. (1977) – O espólio arqueológico das grutas da Ribeira dos Crastos (Caldas da Rainha). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 61, pp. 5-11.
- FERREIRA, O. da Veiga, ZBYSZEWSKI, G., LEITÃO, M., NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. de (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 59, pp. 107-192.
- FRANÇA, J. Camarate, ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1951) – Sur l’existence probable d’un niveau solutréen dans les couches de la grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 45, pp. 365-370.
- GALLAY, G., SPINDLER, K., TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da Veiga (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- GILMAN, A. (1975) – *A Later Prehistory of Marocco*. American School of Prehistoric Research, Peabody Museum, Harvard University, Bulletin 29, Cambridge-Massachusetts.
- GONÇALVES, A. A. H. B. (1979) – Elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas. Importância do seu estudo mineralógico. *Actas da 1ª. Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal* (Porto, 1978). Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 209-224.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982/1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças. *Sintria*, I-II (1), p. 29-57.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991) – Cerâmica calcolítica da Estremadura. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1990), Lisboa, pp. 215-226.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobça*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- GONÇALVES, V.S. (1988/1989) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugália*, Nova Série, 9/10, pp. 49-61.
- GOURICHON, L. & CARDOSO, J. L. (1995) – L’avifaune de l’habitat fortifié chalcolithique de Leceia (Oeiras, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 165- 186.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 67 (1), pp. 304-322.

- HARRISON, R. J. (1977) – *The bell beaker cultures of Spain and Portugal*. American School of Prehistoric Research, Peabody Museum, Harvard University Bulletin 35, Cambridge-Massachusetts.
- HELENO, M. (1933) – *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)*. Lisboa.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*, 4, pp. 107-140.
- JALHAY, E. e PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vila Nova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 20, 91 pp. (separata).
- JIMÉNEZ GÓMEZ, M. C. (1995) – *Zambujal. Los amuletos de las campañas 1964 hasta 1973*. Verlag Philipp von Zabern, pp. 157-236 (Madrider Beiträge 5.3). Mainz am Rhein.
- JORGE, S. Oliveira (1996) – *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 3 vols.
- JUNGHANS, S., SANGMEISTER, E. & SCHRODER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der fruhen Metallzeit Europas*. Katalog der Analysen Nr. 985-10040. Studien zu den Anfängen der Metallurgie II, 3. Berlin.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal, *Arqueologia*, 7, pp.7-15.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Instituto para a Alta Cultura. Lisboa.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen, Band 1/2). Berlin.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgraber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter (Madrider Forschungen Band 1/3). Berlin.
- LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du Vase Campaniforme*. Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º. 8, Nova Série). Lisboa.
- LEISNER, V., PAÇO, A. do & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de S. Pedro do Estoril*. Lisboa.
- LEISNER, V., ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1969) – *Les monumentes préhistoriques de Praia das Maçãs et de Casinhos*. Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º. 16, Nova Série). Lisboa.
- LEITÃO, M., NORTH, C. T., NORTON, J., FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1984) – The prehistoric burial cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga, Portugal). *L'Âge du Cuivre européen* (ed. J. Guilaine), CNRS, pp. 221-240.
- LEITÃO, M., NORTH, C. T., NORTON, J., FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*, Série 4, 5, pp. 37-65.
- LÓPEZ-PLAZA, S. (1984) – Coto Alto. Nuevo yacimiento com cerámica campaniforme y de boquique en la Meseta Norte española. *Arqueología*, 9, pp. 54-67.

- MEIRELES, C., FERREIRA, N. & REIS, M. L. (1987) – Variscite occurrence in Silurian formations from northern Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 75 (1/2), pp. 21-27.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1899-1903) – As grutas de Alcobaça. *Portugália*, 1 (3), pp. 433-474.
- NAVARRETE ENCISO, M. (1976) – La Cultura de las Cuevas com ceramica decorada en Andalucia Oriental. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 1, pp. 59-73.
- OLIVEIRA, F. de Paula e (1888/1889) – Caracteres descriptivos dos crâneos da Cesareda. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, 2, pp. 109-118.
- OOSTERBEEK, L. (1985) – A fácies megalítica da Gruta do Cadaval, *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico* (Lisboa, 1985). 2, pp. 135-159. Lisboa.
- PAÇO, A. do (1941) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 22, pp. 45-84.
- PAÇO, A. do (1960) – Castro de Vila Nova de S. Pedro XII – Alguns objectos de osso e marfim. *Zephyrus*, 11, pp. 105-117.
- PAÇO, A. do, VAULTIER, M. e ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da nascente do rio Almonda, *Trab. Soc. Port. Antrop. e Etnol.*, XI (1-2), pp.171-187.
- PAÇO, A. do, BARTHOLO, M. L. & BRANDÃO, A. (1959) – Novos achados arqueológicos das grutas de Cascais. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), 1, pp. 147-159.
- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta. *O Archeologo Português*, 20, pp.107-115.
- PEREIRA, J. P. (1976/1977) – A gruta natural da Salvé Rainha (serra de Montejunto). *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 49-95.
- PEREIRA, M. A. H. (1974) – A conheira calcolítica de Penhascoso, *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972), 2, pp. 17-64.
- PESSOA, M. (1983) – Vaso neolítico de Casével. *Arqueologia*, 7, pp. 16-23.
- PUIGAUDEAU, O. & SENONES, M. (1967) – Vases de pierre polie du Maroc et du Sahara. I – Une septième écuelle marocain de Souq el- Khemis des Ait-Wahi. *Bull. Archéol. Marocaine*, 7, pp. 151- 155.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 88 pp. (separata).
- ROCHE, J. (1951) – Le niveau paléolithique supérieur de la grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 32 (1), pp. 103-122.
- ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – Révisión des boutons perforées en “V” de l’Énéolithique portugais. *L’Anthropologie*, 65 (1-2), pp. 67-73.
- ROCHE, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1980) – Os elementos de adorno do Paleolítico Superior de Portugal. *Arqueologia*, 2, pp. 7- 11.

- SÁ, M. C. Moreira de (1959) – A Lapa da Galinha. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), 1, pp. 117-128.
- SAN VALERO APARISI, J. (1950) – *La cueva de La Sarsa (Boicarente – Valencia)*. Valencia: Servicio de Investigacion Prehistorica (Serie de Trabajos Varios, 12).
- SANCHES, M. J. (1996) – *Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques (Serie Monografias y Estudios).
- SANTOS, M. Farinha dos (1970) – Ídolo eneolítico dos arredores de Lisboa. *O Arqueólogo Português, Série* 3, 4, pp. 61-64.
- SANTOS, M. Farinha dos; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do sado – Torrão). Primeira notícia. *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973), 1, pp. 173-189.
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal*. London: Thames & Hudson.
- SCHMIDT, H. (1915) – *Estudios acerca de los principios de la Edad de los Metales en España*. Comision de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas (Memoria nº. 8). Madrid.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. *Revista de Guimarães*, 81 (3/4), pp. 189-215.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Walter de Gruyter (Madrider Forschungen, 9). Berlin.
- SERRÃO E. da Cunha & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970), 1, pp. 121-142.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1976/1977) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve. *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 179-272.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo litoral. A sepultura de Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português, Série* 4, 1, pp. 63-88.
- SOARES, A. M. & ARNAUD, J. M. (1984) – Escavações do sepulcro megalítico MV2 (V. V. Ficalho, Serpa). *Arquivo de Beja, Série* 2, 1, pp. 67-82.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*, 1, pp. 53-153.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1976/1977) – O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 109-150.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1979) – Alguns aspectos do Neolítico Antigo do Alentejo litoral. *Actas da 1ª. Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal* (Porto, 1978). Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, pp. 9-50. Porto.

- SPINDLER, K. (1981) *Cova da Moura*. Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge, 7). Mainz am Rhein.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. da Veiga (1974) – Das vorgeschichtliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal/Portugal. *Madrider Mitteilungen*, 15, p. 28-75.
- STRAUS, L., ALTUNA, J., JACKES, M. & KUNST, M. (1988) – New excavations in Casa da Moura (Serra d’El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*, 18, pp. 65-95.
- USCATESCU, A. (1992) – *Los botones de perforacion em “V” en la Peninsula Iberica y las Baleares durante la edad de los Metales*. Temas de Arqueologia, 2, Ed. Foro.
- VALERA, A. C. (1993a) – A ocupação calcolítica da sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, pp. 37-53.
- VALERA, A. C. (1993b) – A Corujeira, Canas de Senhorim: vestígios de uma ocupação calcolítica. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, pp. 29-36.
- VALERA, A. C. (1997) – *O castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do alto Mondego*. Câmara Municipal de Fornos de Algodres (Textos Monográficos 1). Lisboa.
- VALERA, A. C. (1998) – A neolitização da bacia interior do Mondego. *Actas do Colóquio A Pré-História na Beira Interior* (Tondela, 1997). Viseu, pp. 131-148 (Estudos Pré-Históricos, 6).
- VASCONCELOS, J. Leite de (1922) – Encabamento de instrumentos de pedra prehistoricos. *O Arqueólogo Português*, 25, pp. 288-298.
- VILAÇA, R. (2000) – Registos e leituras da Pré-História recente e da Proto-História antiga da Beira Interior. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 4, pp. 162-182.
- VILLALBA, M. J., BANOLAS, L., ARENAS, J. & ALONSO, M. (1986) – *Les mines neolithiques de Can Tintorer Gavá-Excavaciones 1979-1980*. (Excavaciones Arqueologiquas a Catalunya, 6). Barcelona.
- ZILHÃO, J. (1987) – *O Solutrense da Estremadura portuguesa. Uma proposta de interpretação paleoantropológica*. Instituto Português do Património Cultural (Trabalhos de Arqueologia, 4). Lisboa.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 6). Lisboa.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da Arqueologia Paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*, Série 10, 3, pp. 111-125.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, 2 vols. Colibri. Lisboa.

DA EXISTENCIA DO HOMEM NO NASSO SOLO EM TEMPOS MUI REMOTOS
PROVADA PELO ESTUDO DAS CAVERNAS

PRIMEIRO OPUSCULO

NOTICIA

ACERCA DAS

GRUTAS DA CESAREDA

POR

J. F. N. DELGADO

COM A VERSÃO EM FRANCEZ

POR

M. DALHUNTY

LISBOA

TYPOGRAPHIA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS

1867

L'ANCIENNETÉ DE L'HOMME

PROUVÉE PAR LA GÉOLOGIE

ET

REMARQUES SUR LES THÉORIES

RELATIVES A

L'ORIGINE DES ESPÈCES PAR VARIATION

Par Sir CHARLES LYELL.

Membre de la Société Royale de Londres, auteur des *Principes de Géologie* et des *Éléments de Géologie*

TRADUIT AVEC LE CONSENTEMENT ET LE CONCOURS DE L'AUTEUR

Par M. M. CHAPER

ILLUSTRÉ DE NOMBREUSES FIGURES



Contient un jeune os siles trouvé à Neuchâumont, Abbayville.

PARIS

J. B. BAILLIÈRE ET FILS

LIBRAIRES DE L'ACADÉMIE IMPÉRIALE DE MÉDECINE

11ue Hautefeuille, 19

Membre

C. BAILLY-BAILLIÈRE — E. JUNG-TREUTTEL

Empis

1864

Tous droits réservés.

Fig. 1 – Páginas de rosto de duas obras clássicas, do início da 2.^a metade do século XIX, evidenciando a preocupação de demonstrar a antiguidade do Homem através do estudo integrado dos restos (paleontológicos e arqueológicos) exumados em grutas. Note-se a semelhança dos títulos, evidenciando-se a influência de C. Lyell em Nery Delgado, aquando da redacção da monografia dedicada à Casa da Moura.

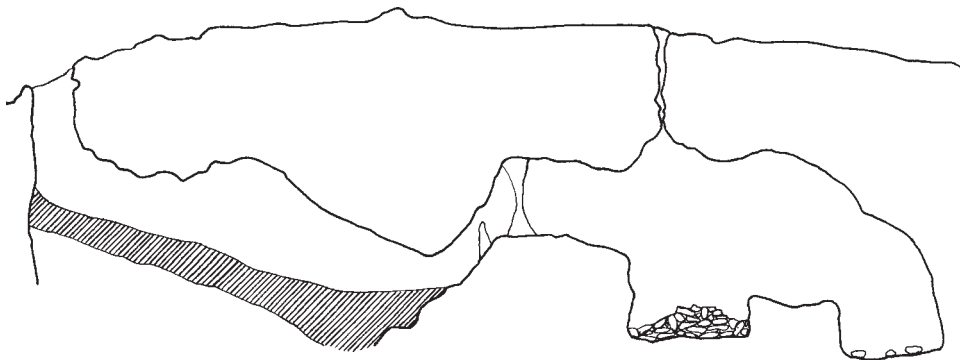


Fig. 2 – Em cima: G. Zbyszewski (à esquerda); M. Telles Antunes (ao centro) e O. da Veiga Ferreira (à direita) fazem segurança à descida da pequena chaminé da entrada da gruta; ao centro: visa parcial da sala principal, observando-se coluna estalagmítica/estalactítica assinadada, em baixo, no corte longitudinal. A zona a tracejado corresponde aos depósitos arqueológicos plistocénicos e holocénicos. Fotos de J. L. Cardoso (1987).

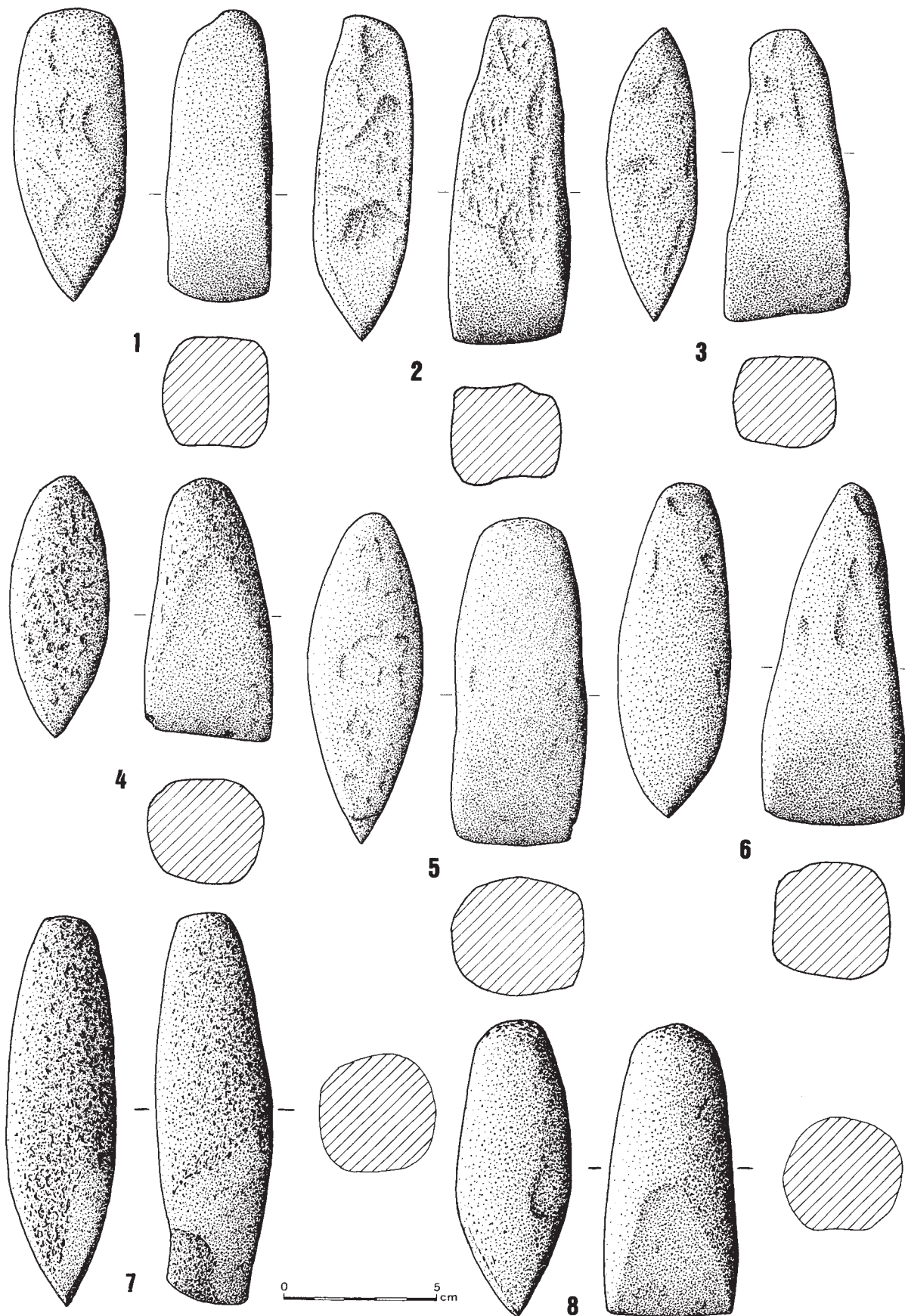


Fig. 3 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

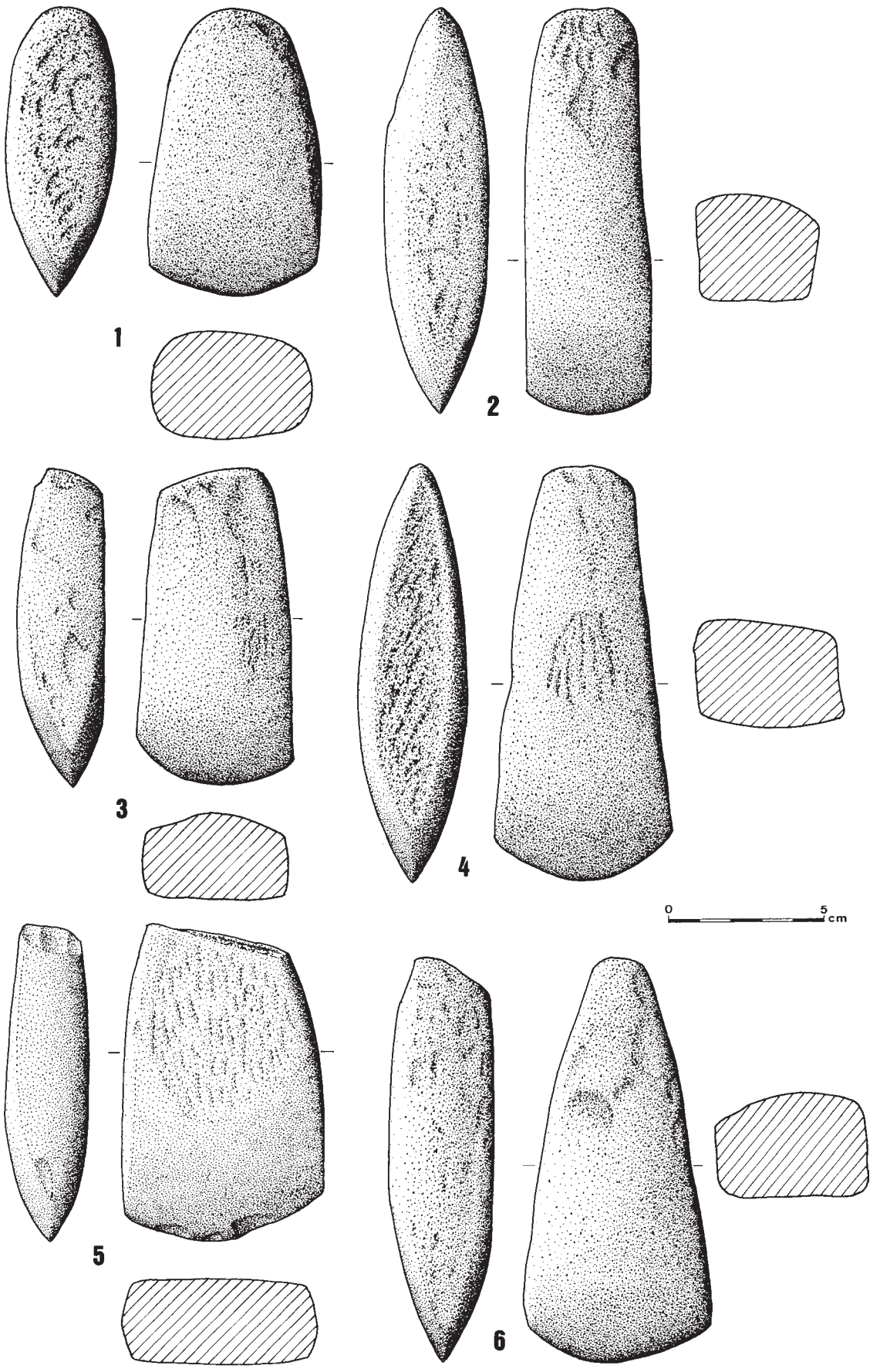


Fig. 4 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

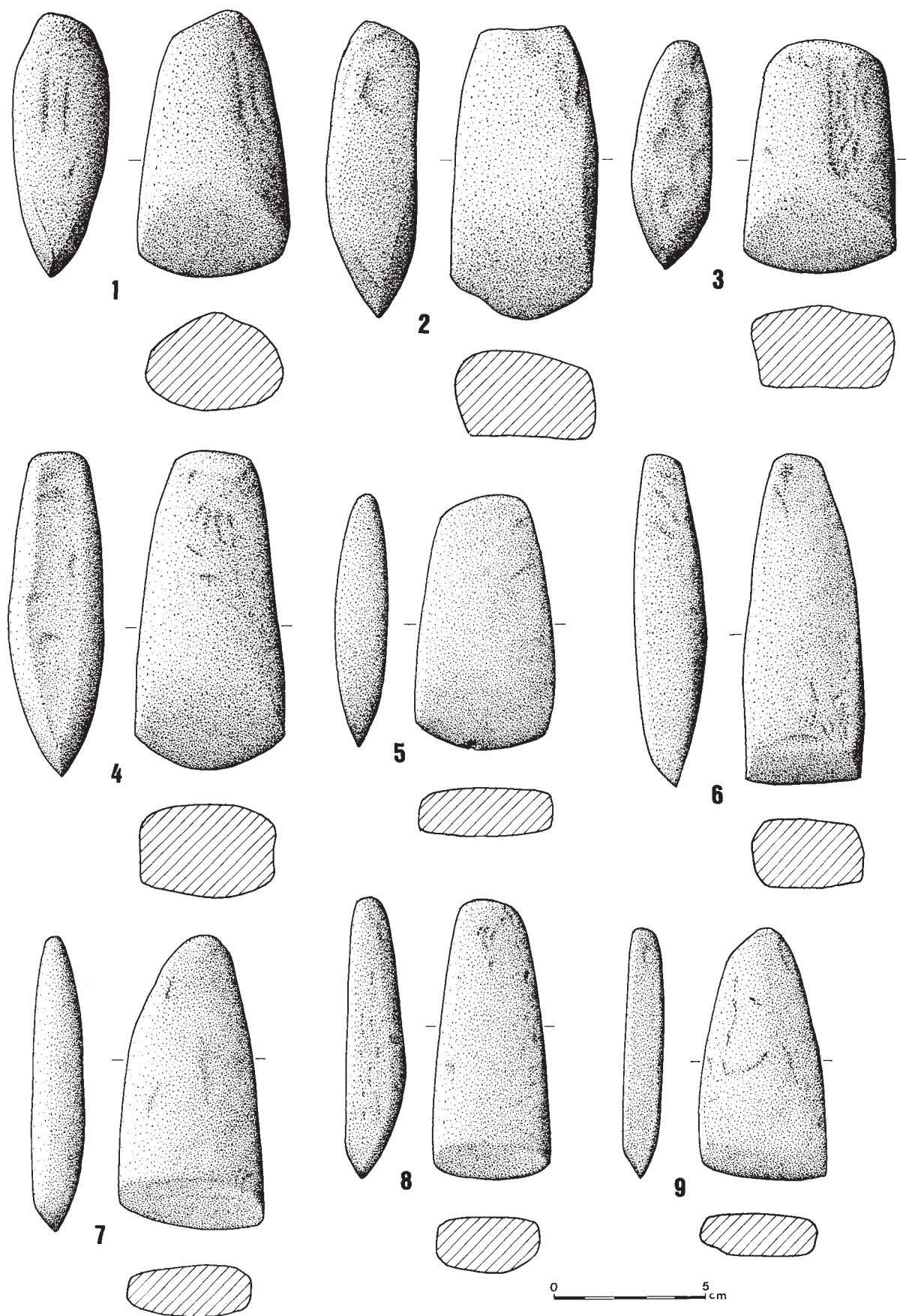


Fig. 5 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

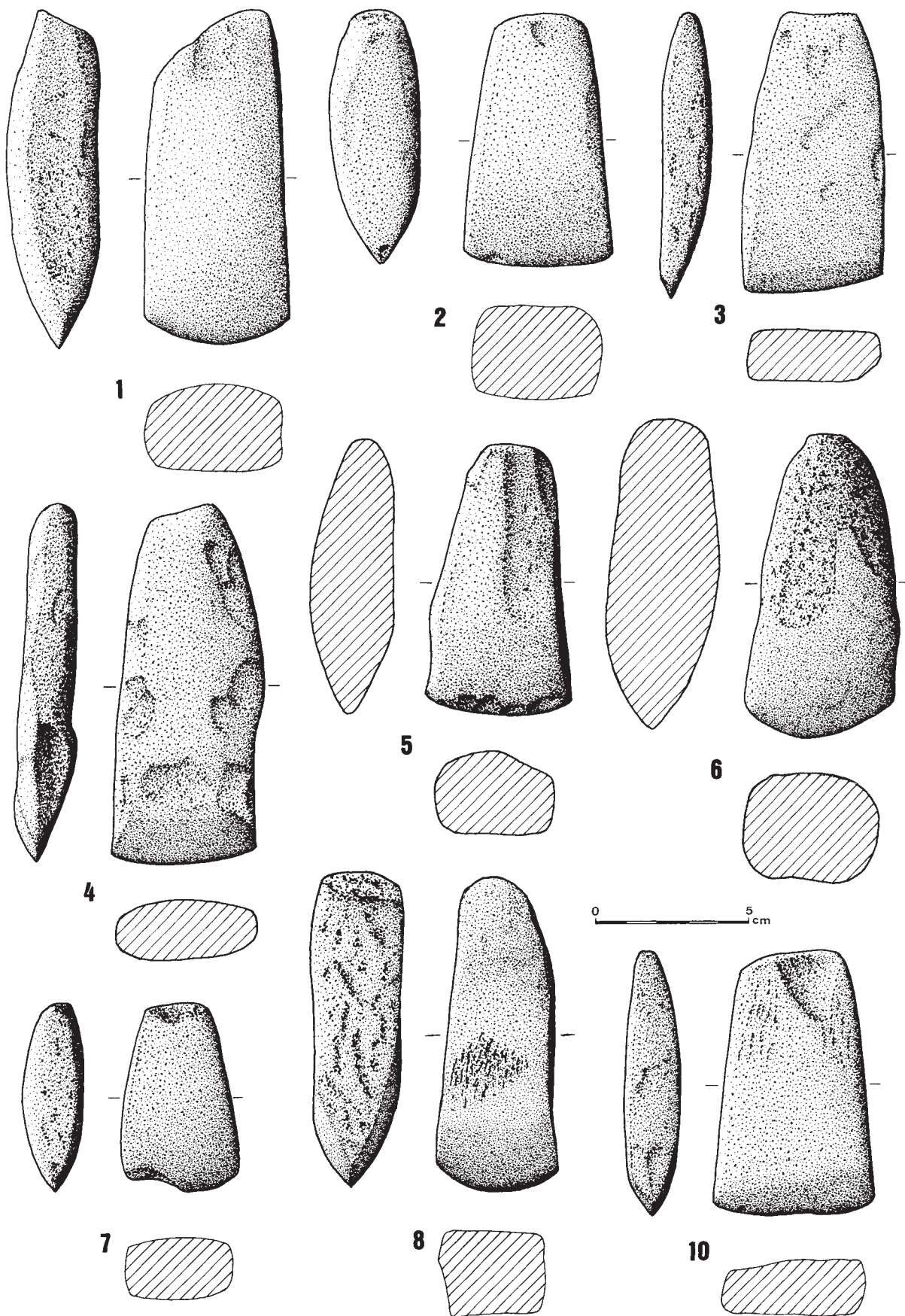


Fig. 6 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

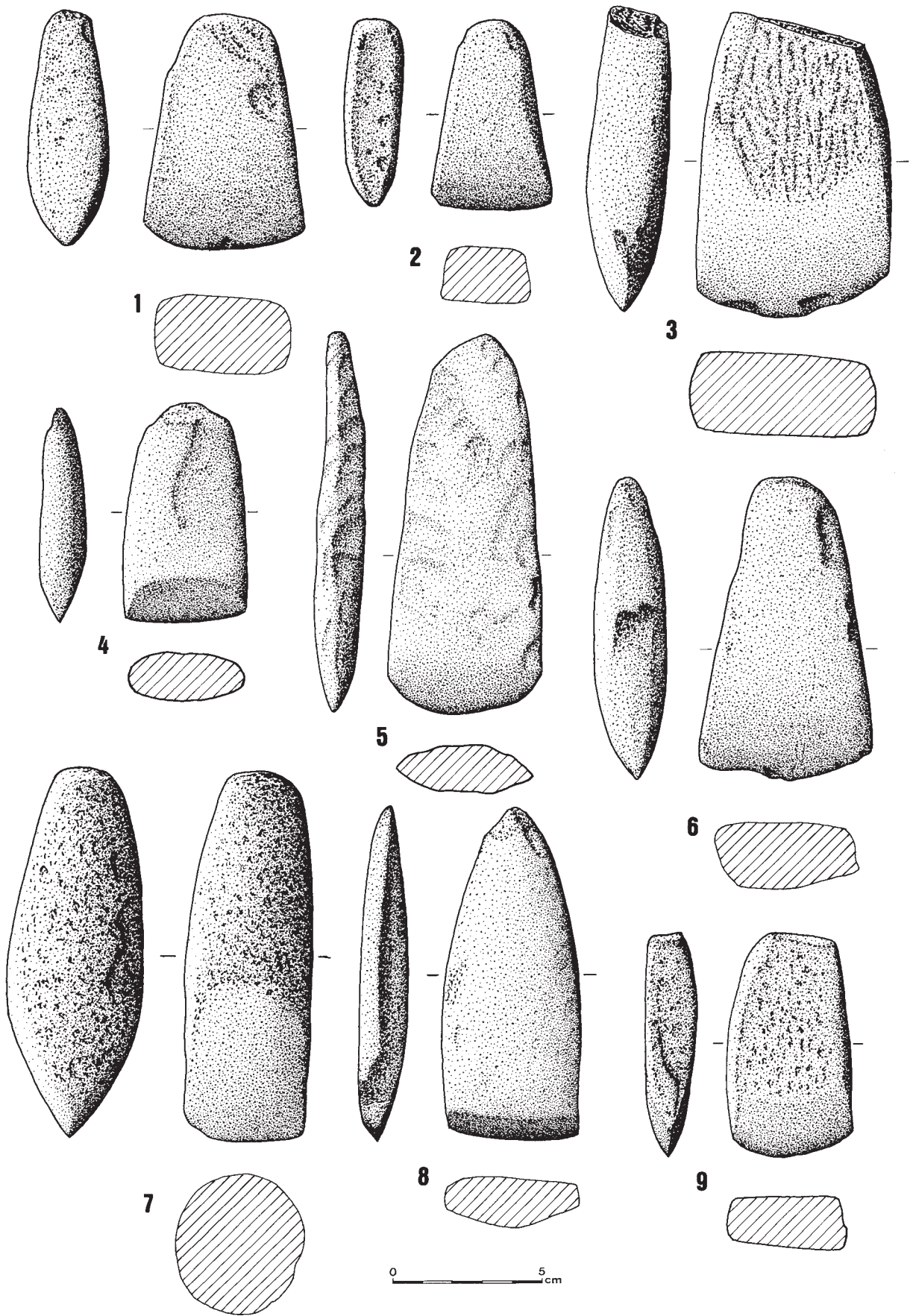


Fig. 7 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

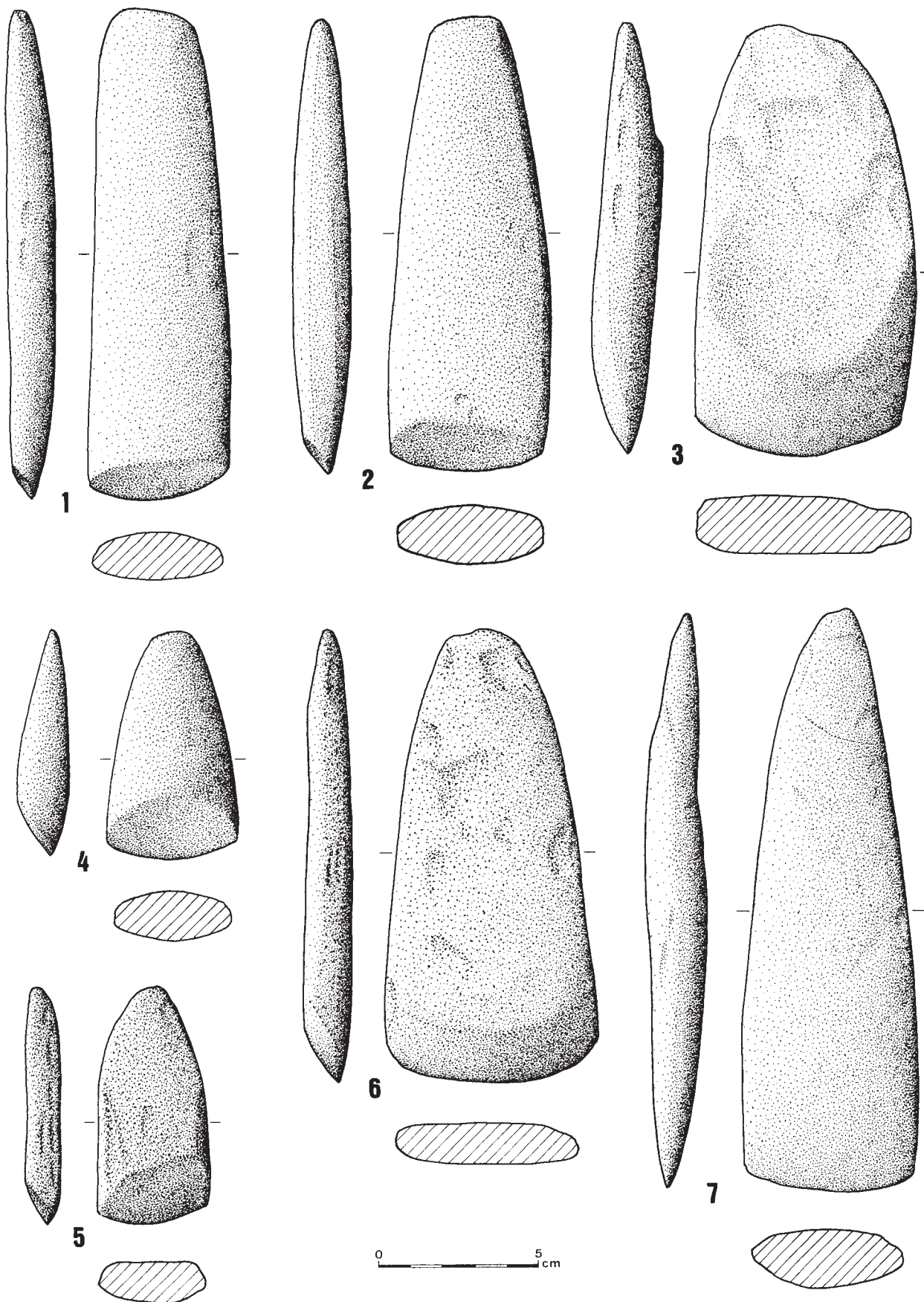


Fig. 8 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

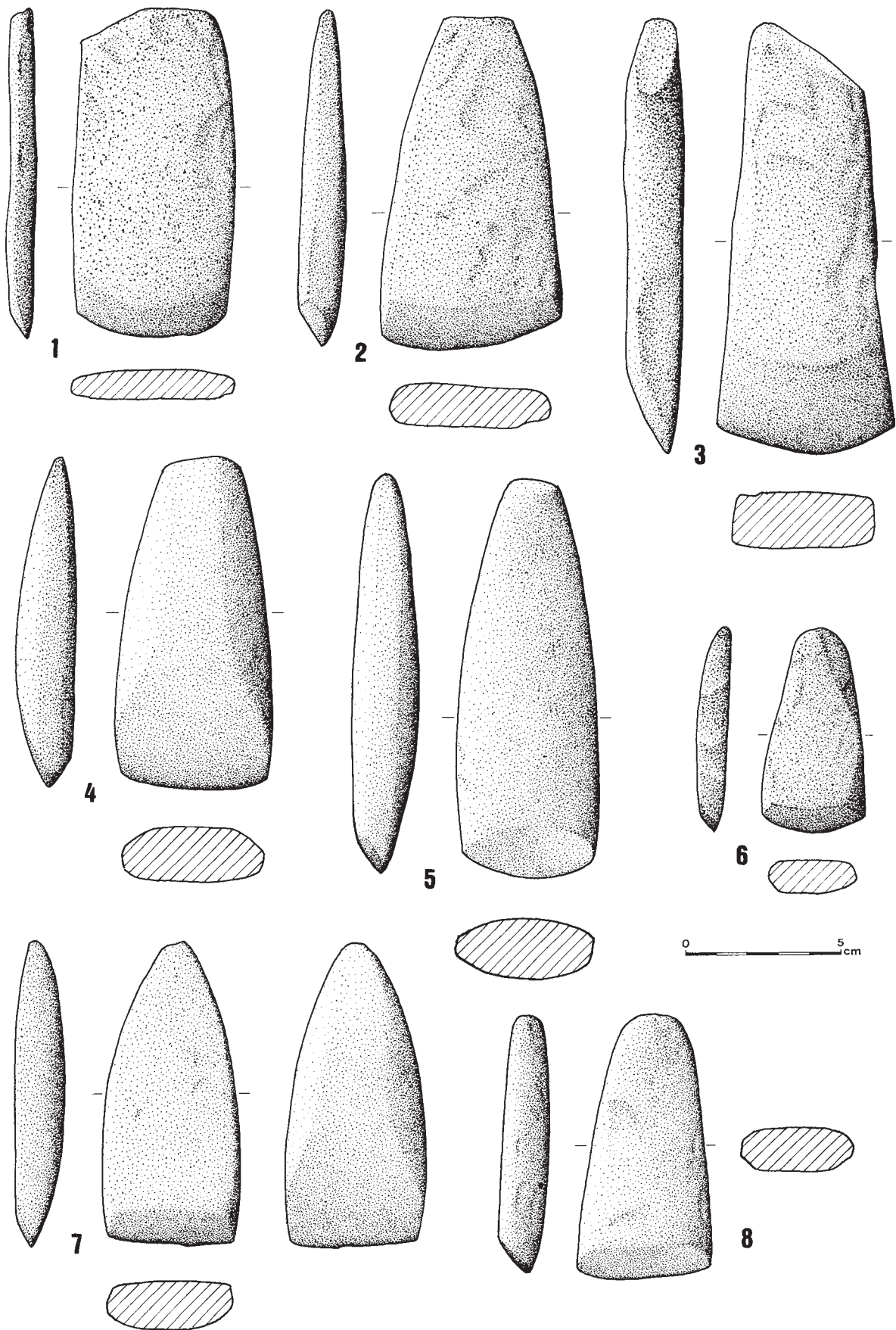


Fig. 9 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

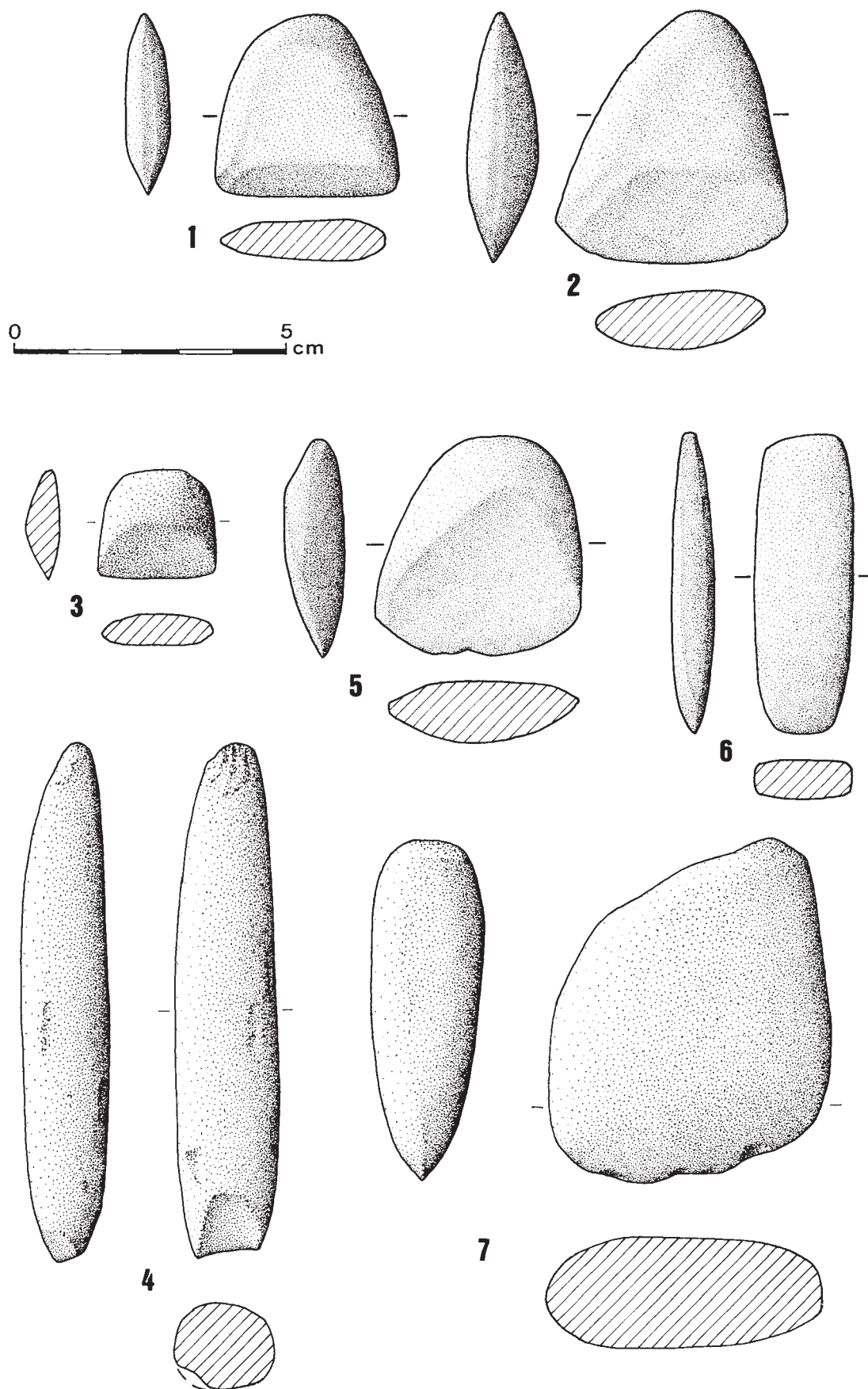


Fig. 10 – Indústria de pedra polida da gruta da Casa da Moura.

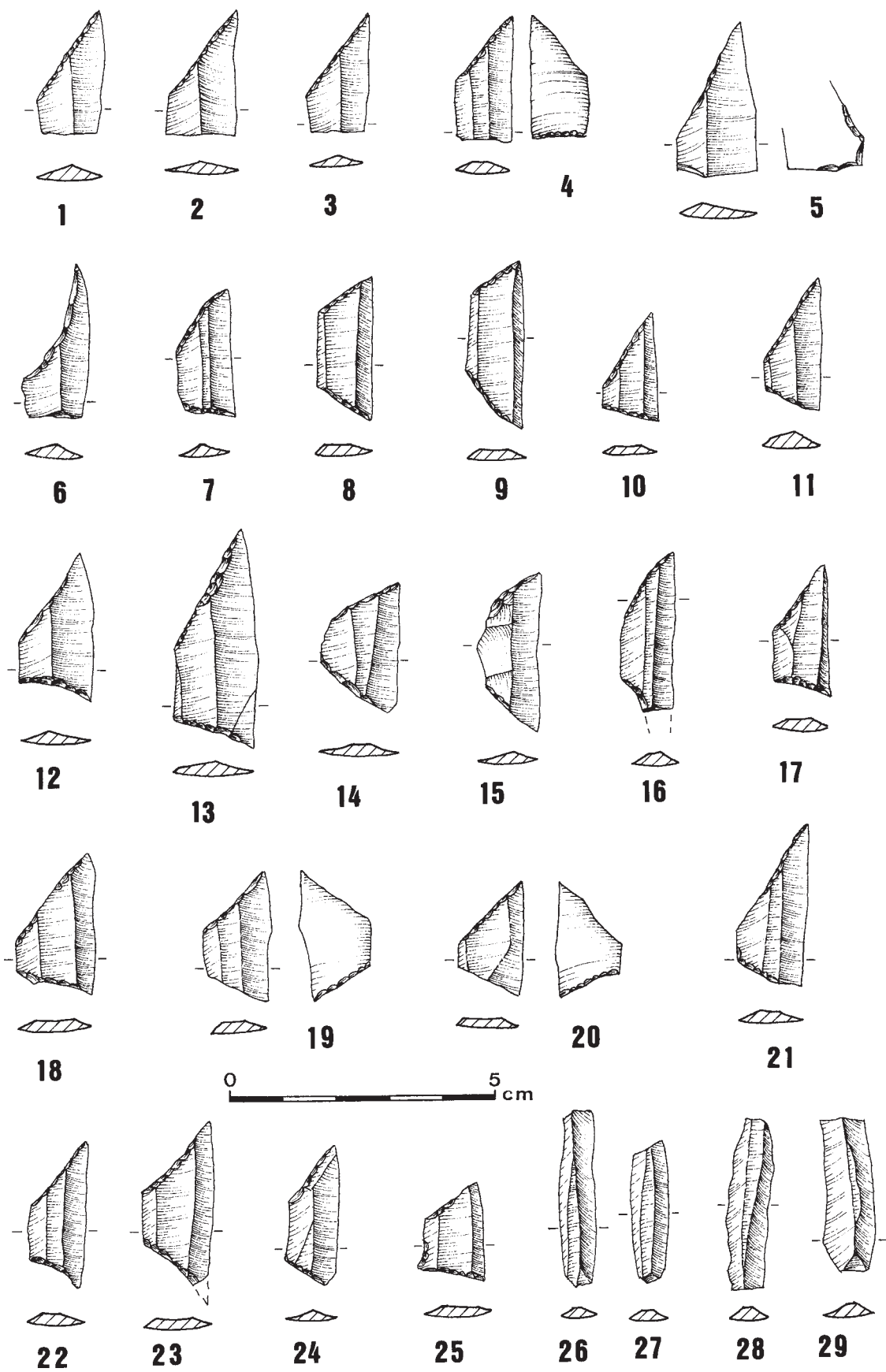


Fig. 11 – Geométricos e lamelas, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

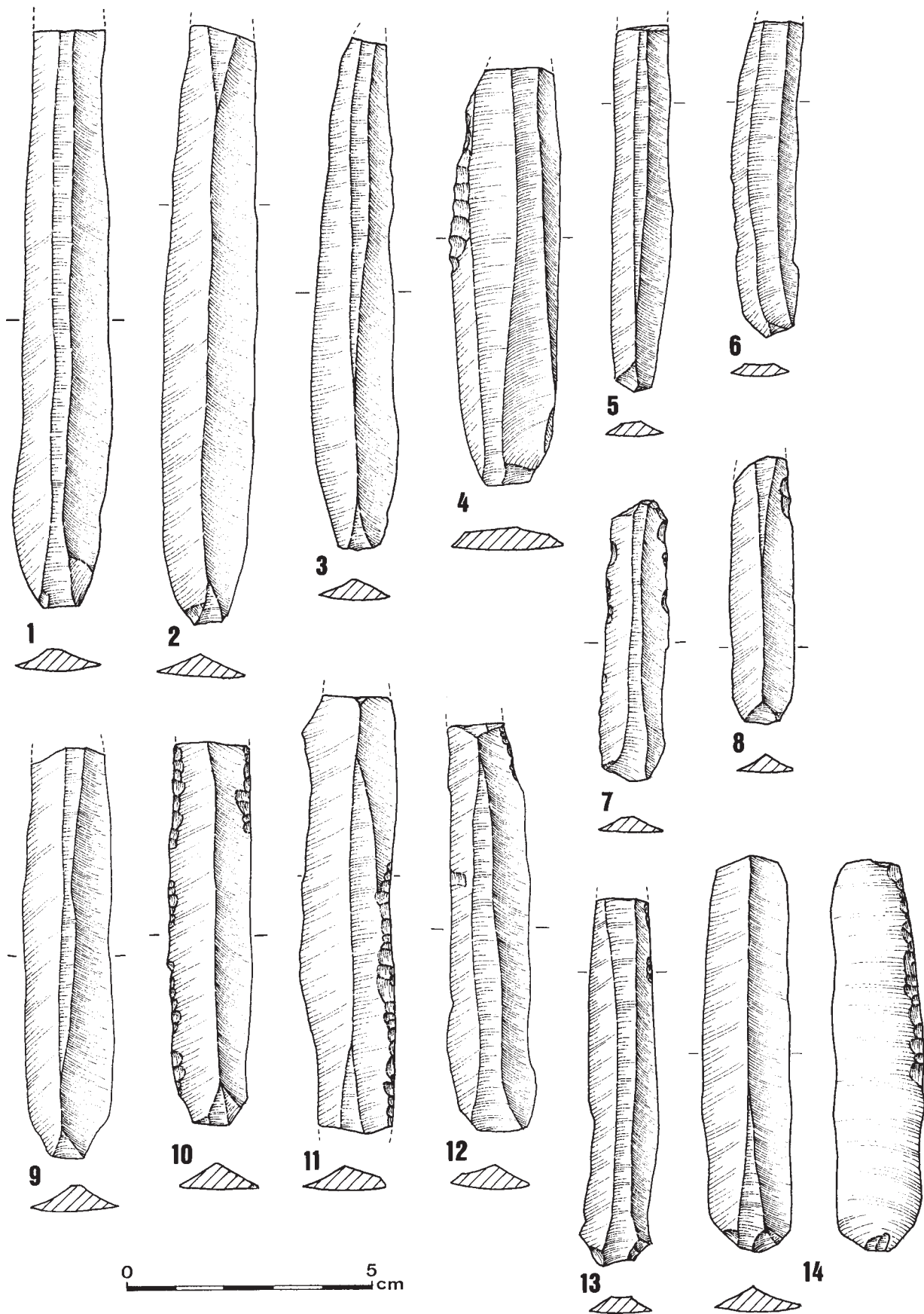


Fig. 12 – Lâminas não retocadas, ou com retoque parcial, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

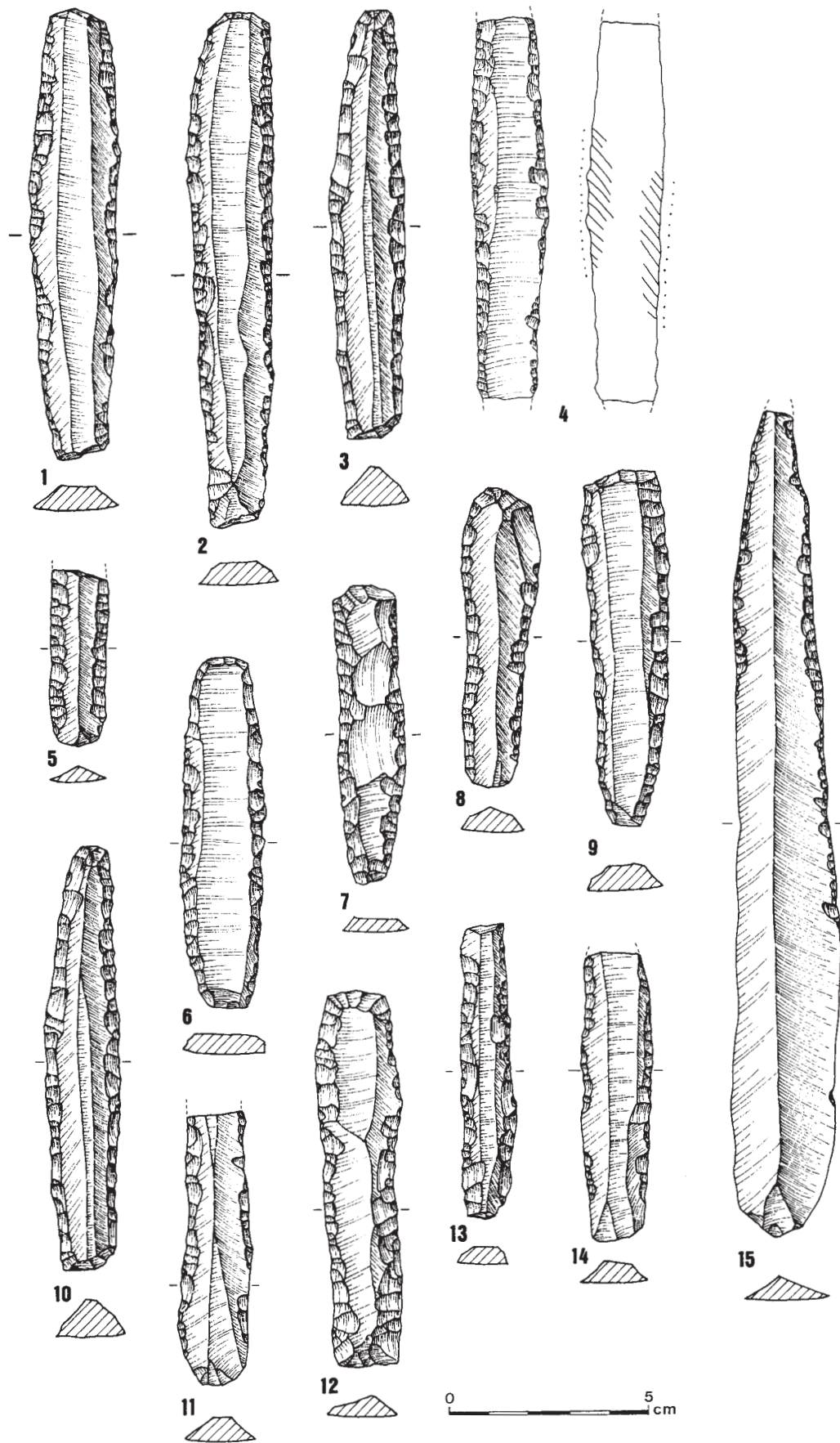


Fig. 13 – Lâminas com retoque contínuo total (apenas num caso parcial), de sílex, da gruta da Casa da Moura.

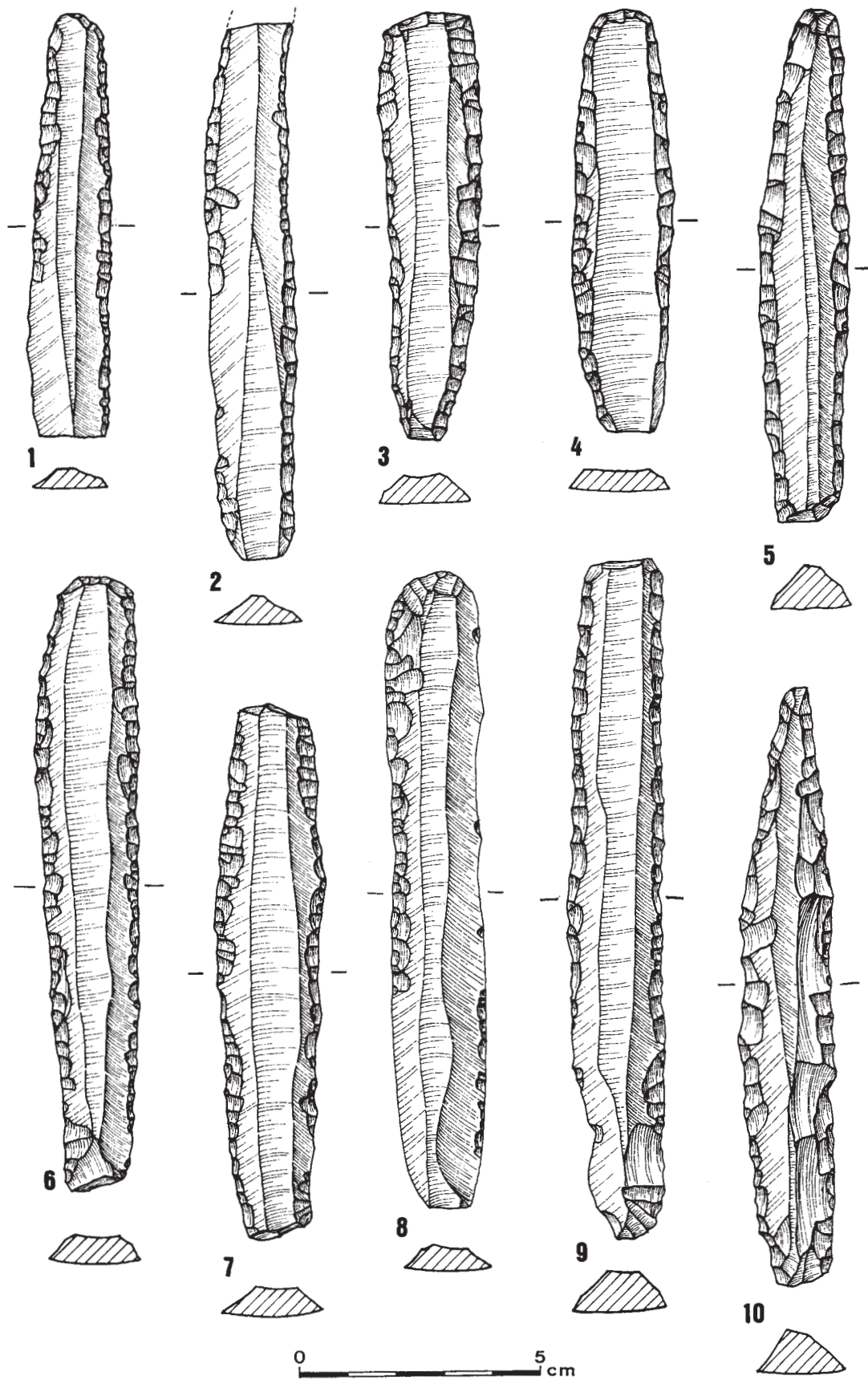


Fig. 14 – Lâminas com retoque contínuo total ou quase total, nalguns casos com extremidade em raspadeira ou em furador, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

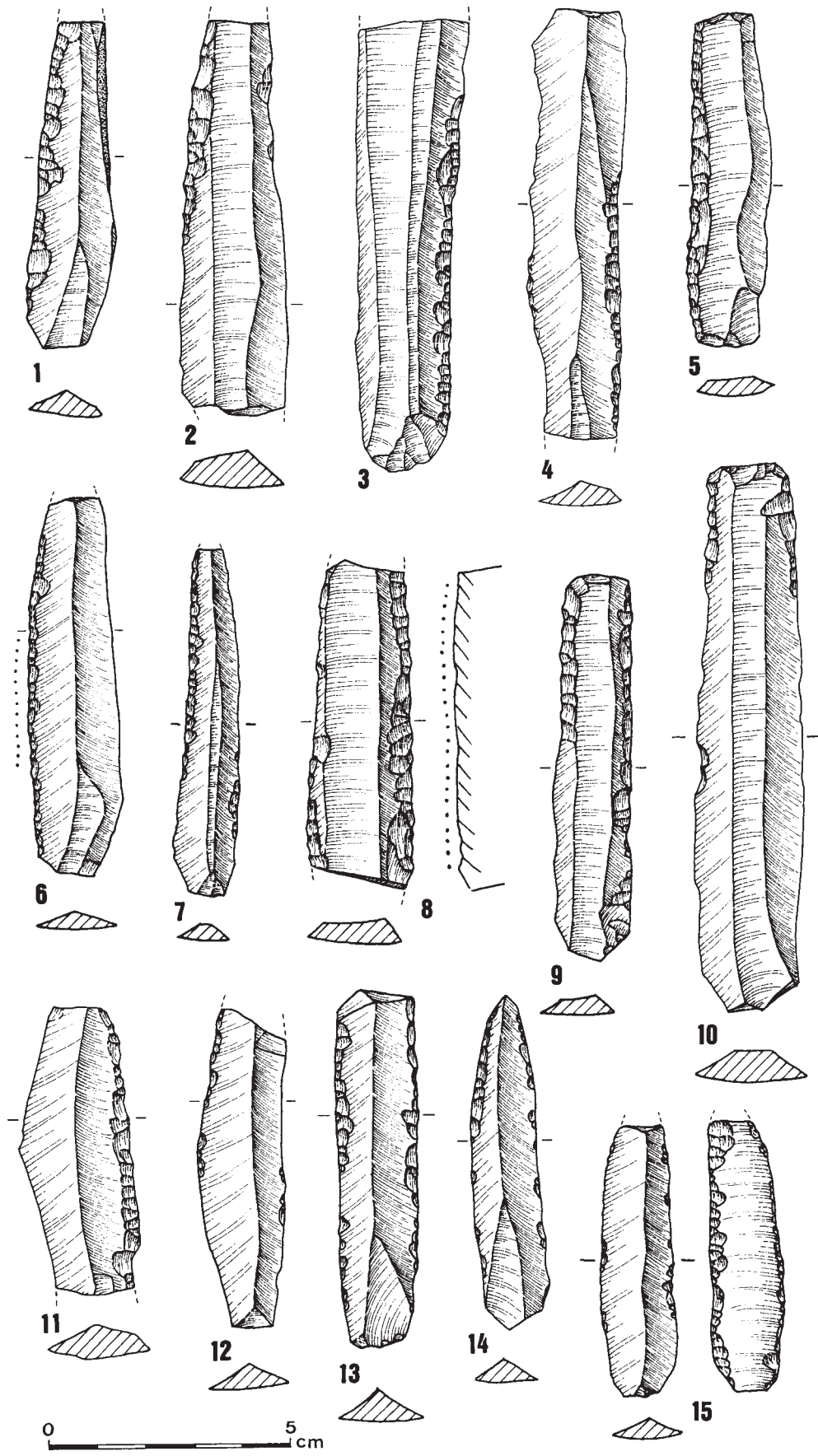


Fig. 15 – Lâminas com retoque parcial, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

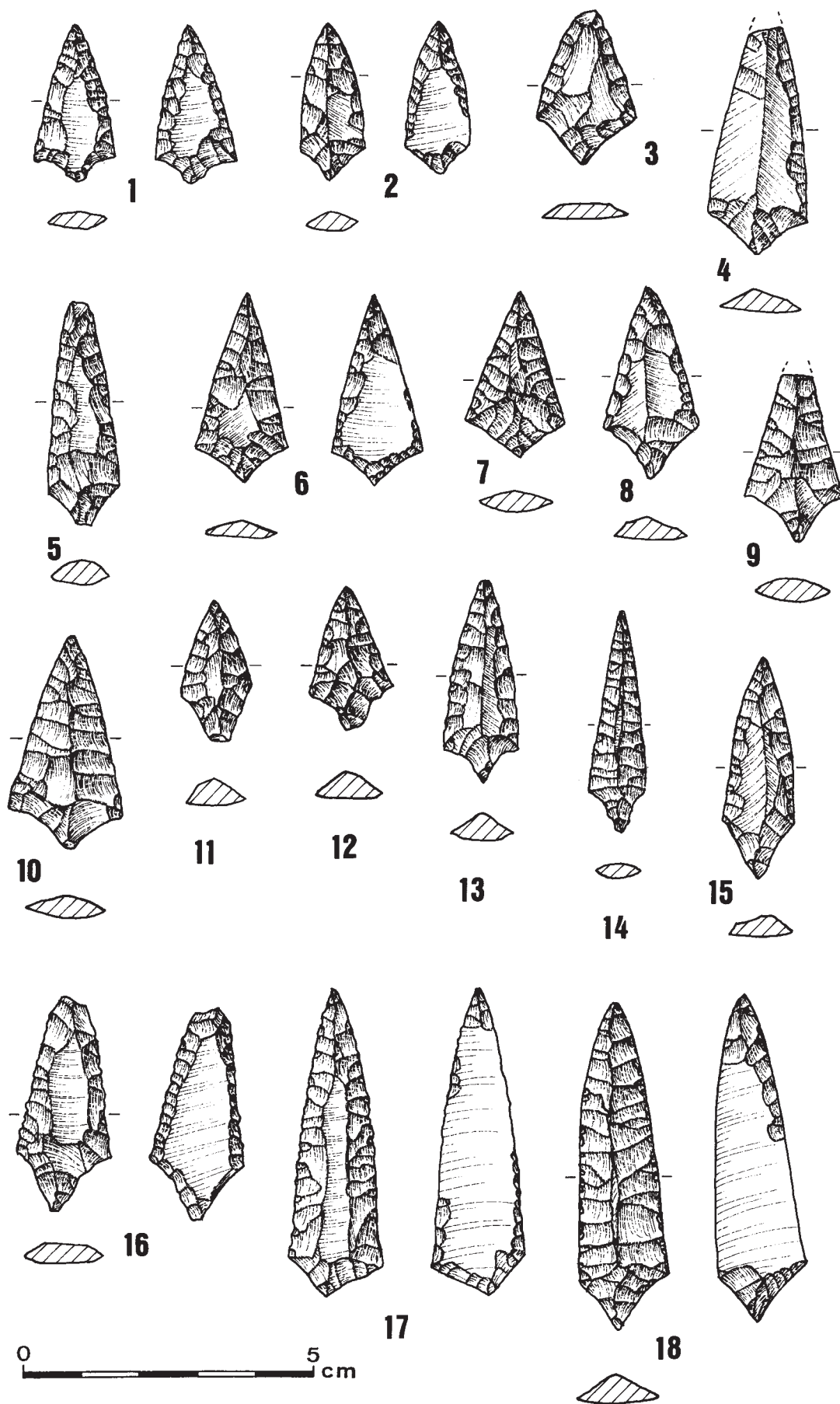


Fig. 16 – Pontas de seta, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

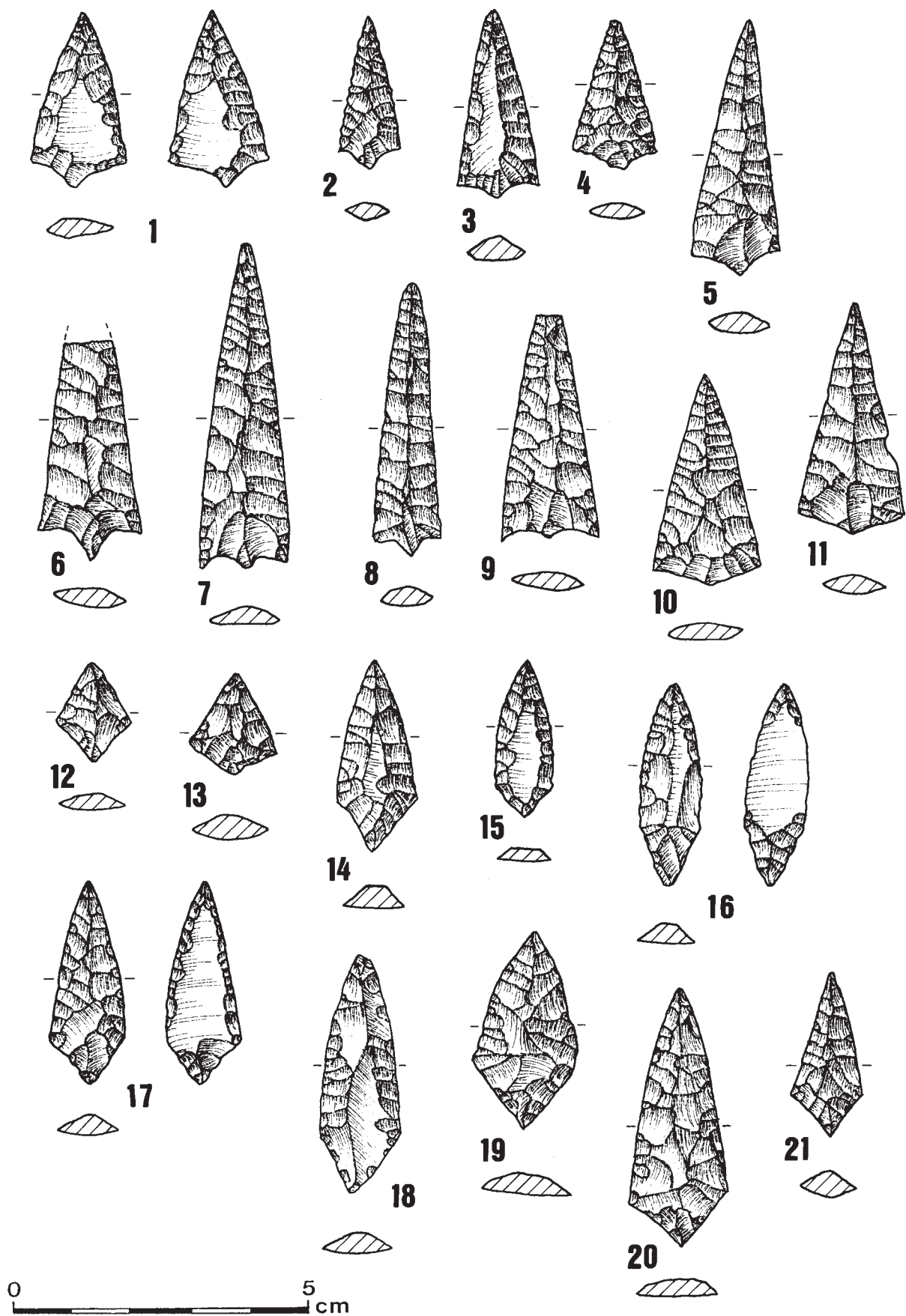


Fig. 17 – Pontas de seta, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

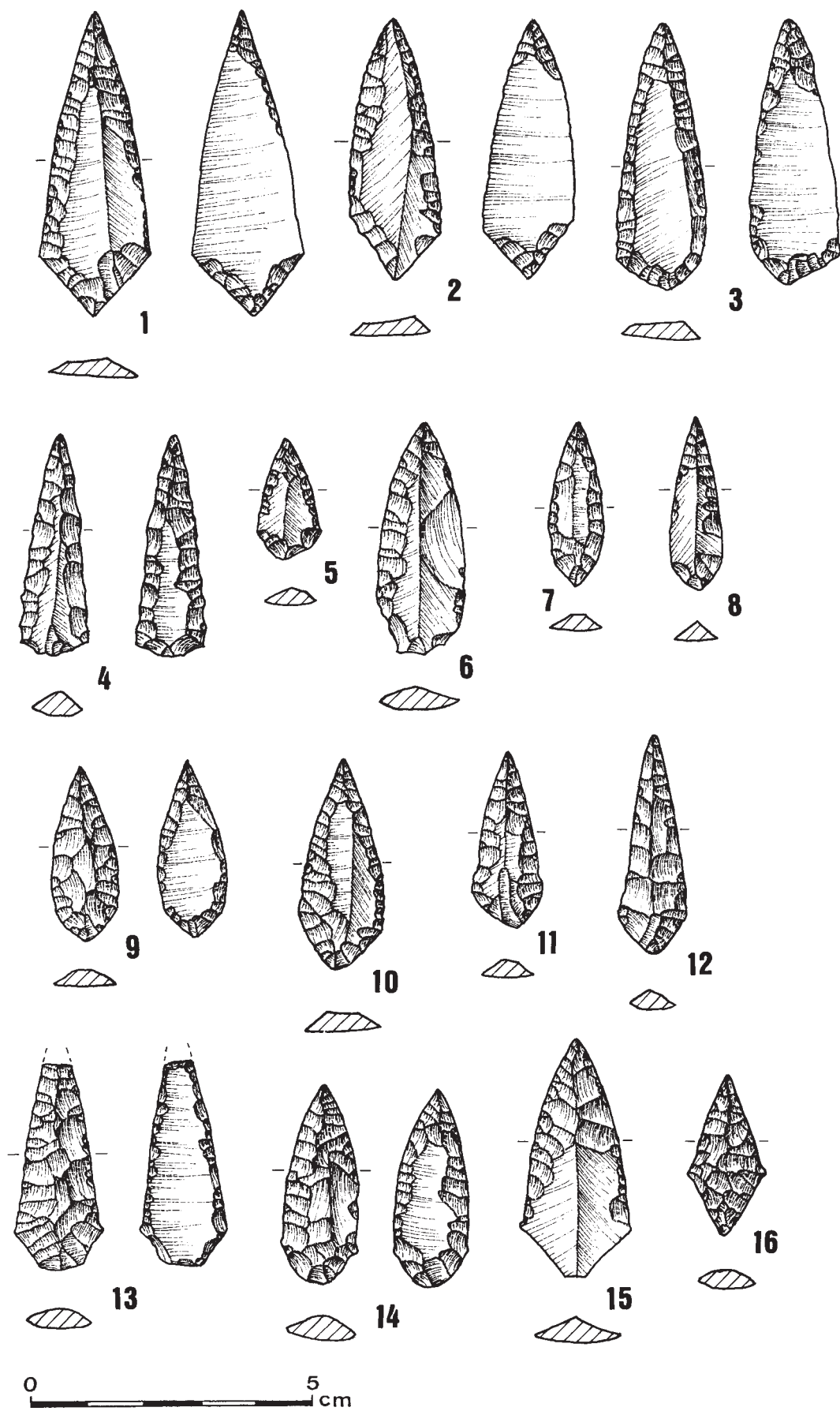


Fig. 18 – Pontas de seta, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

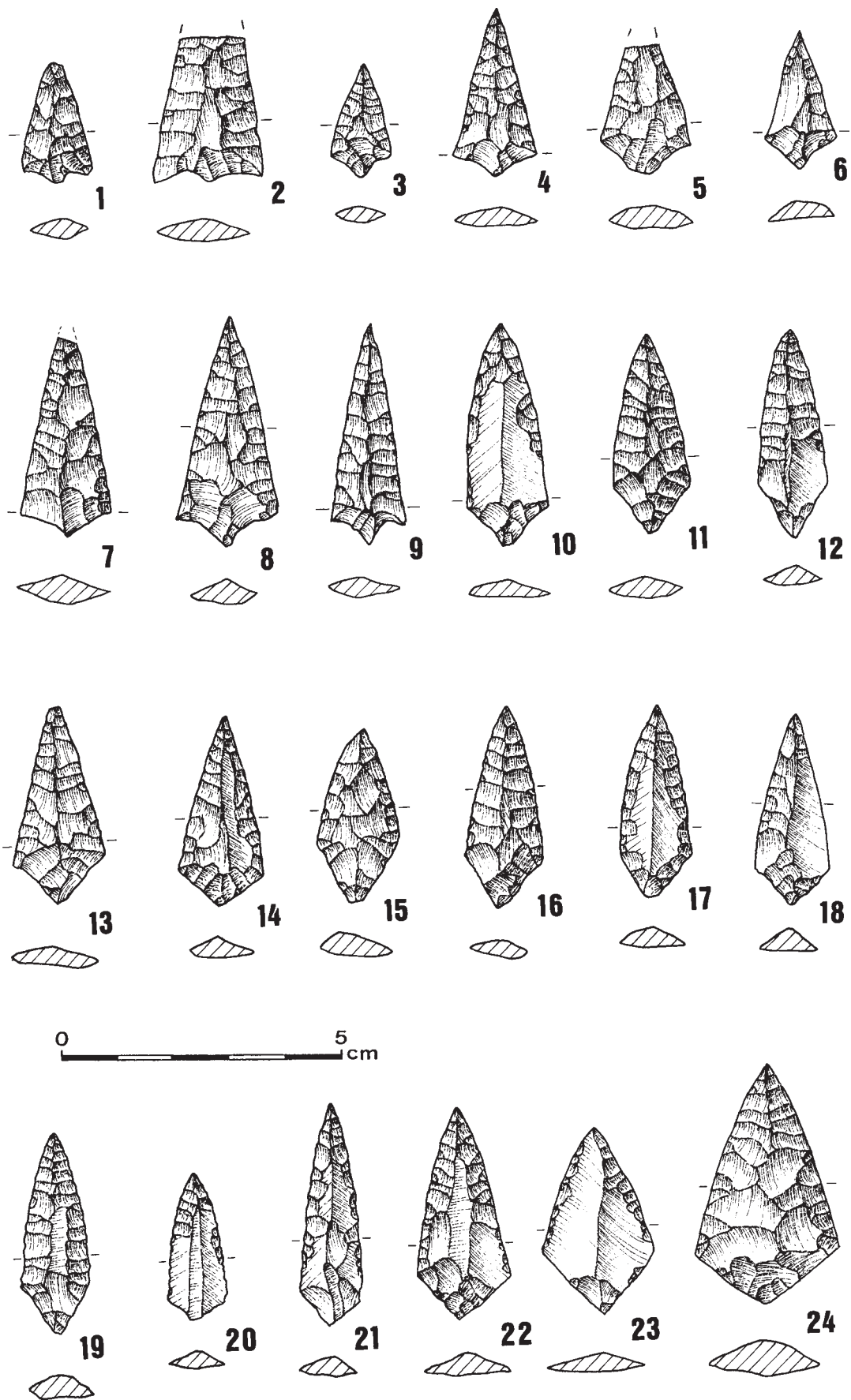


Fig. 19 – Pontas de seta, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

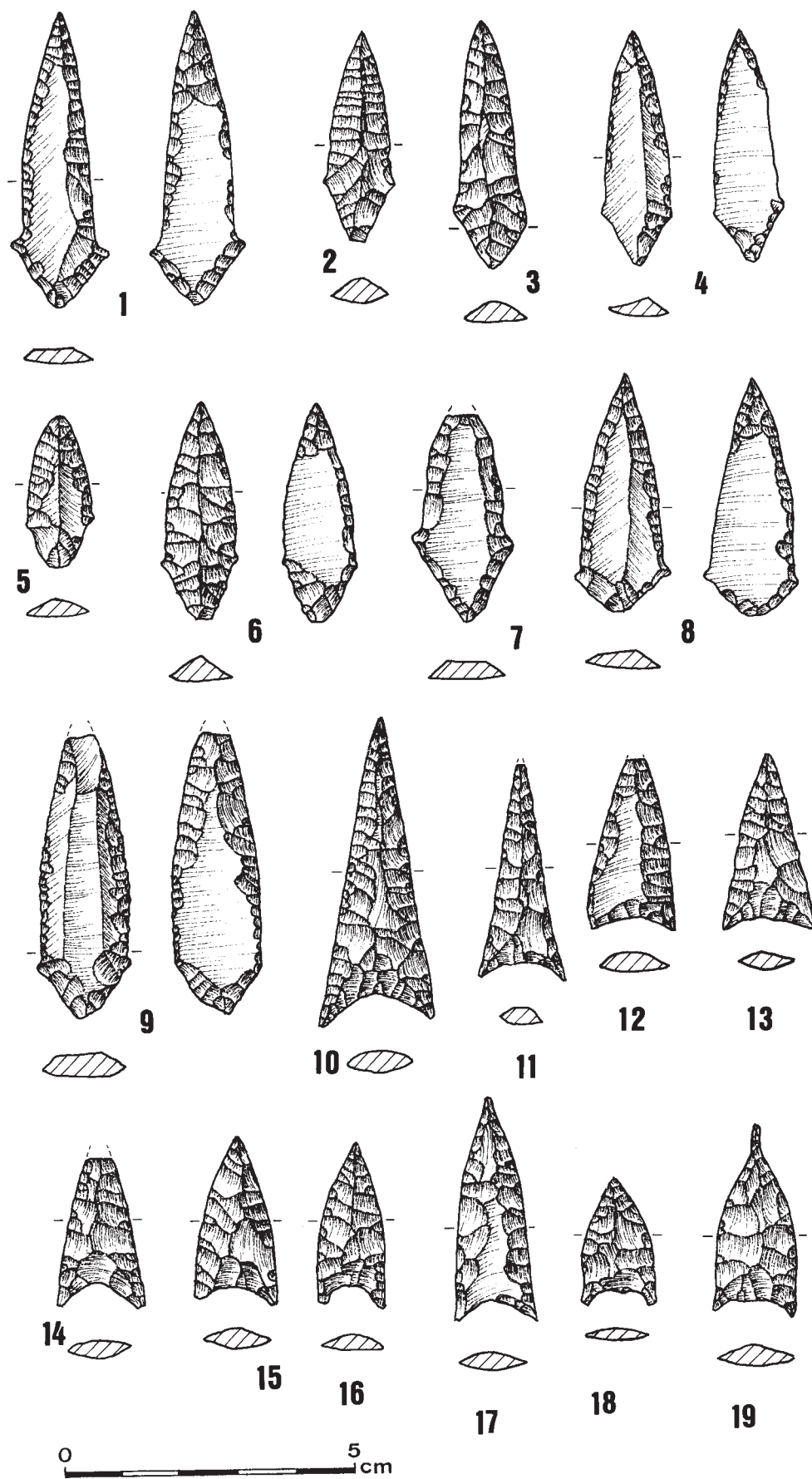


Fig. 20 – Pontas de seta, de sílex, da gruta da Casa da Moura.

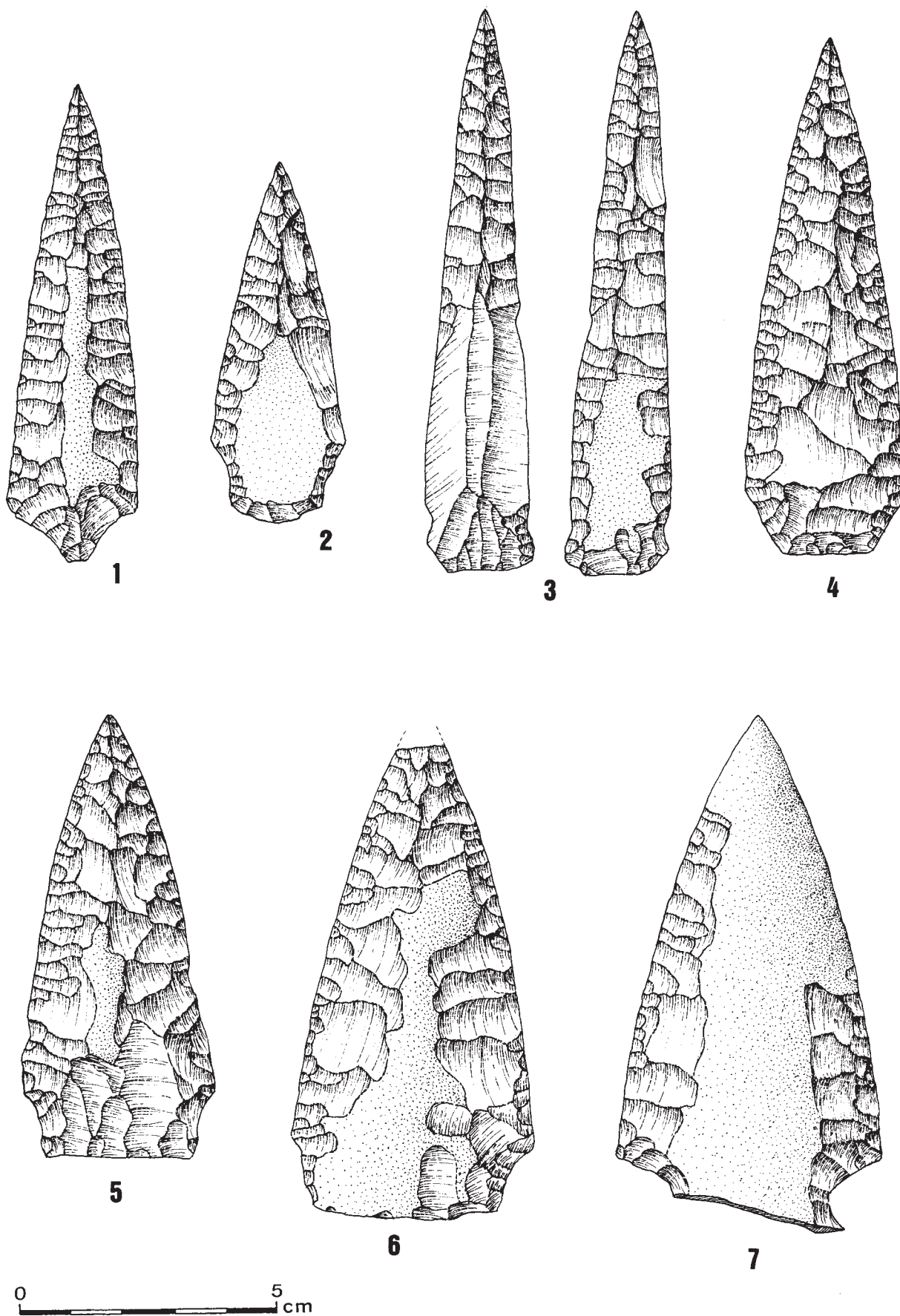


Fig. 21 – Punhais (em cima) e alabardas (em baixo), de sílex, da gruta da Casa da Moura.

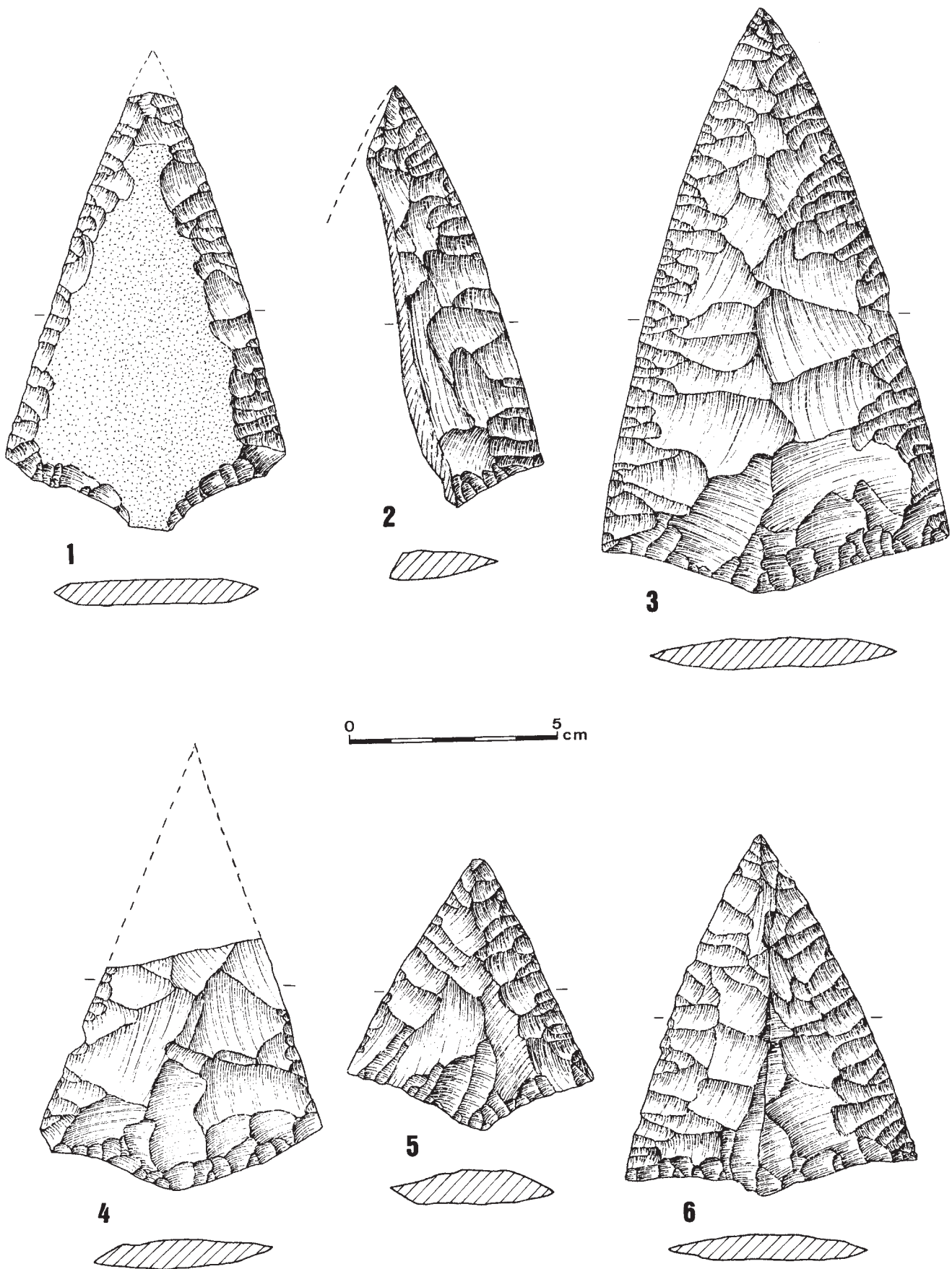


Fig. 22 – Alabardas de sílex da gruta da Casa da Moura.

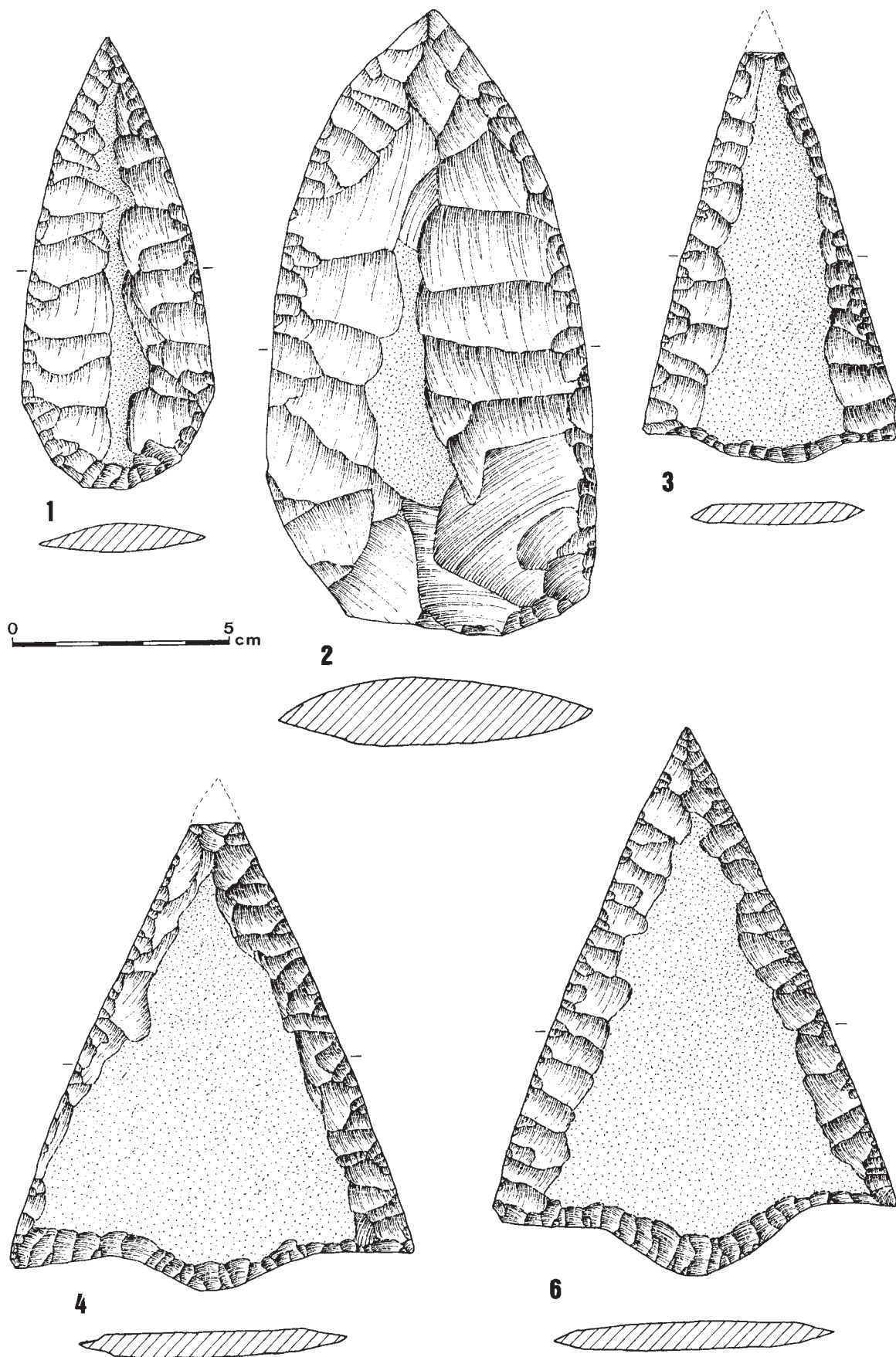


Fig. 23 – Alabardas de sílex, da gruta da Casa da Moura.

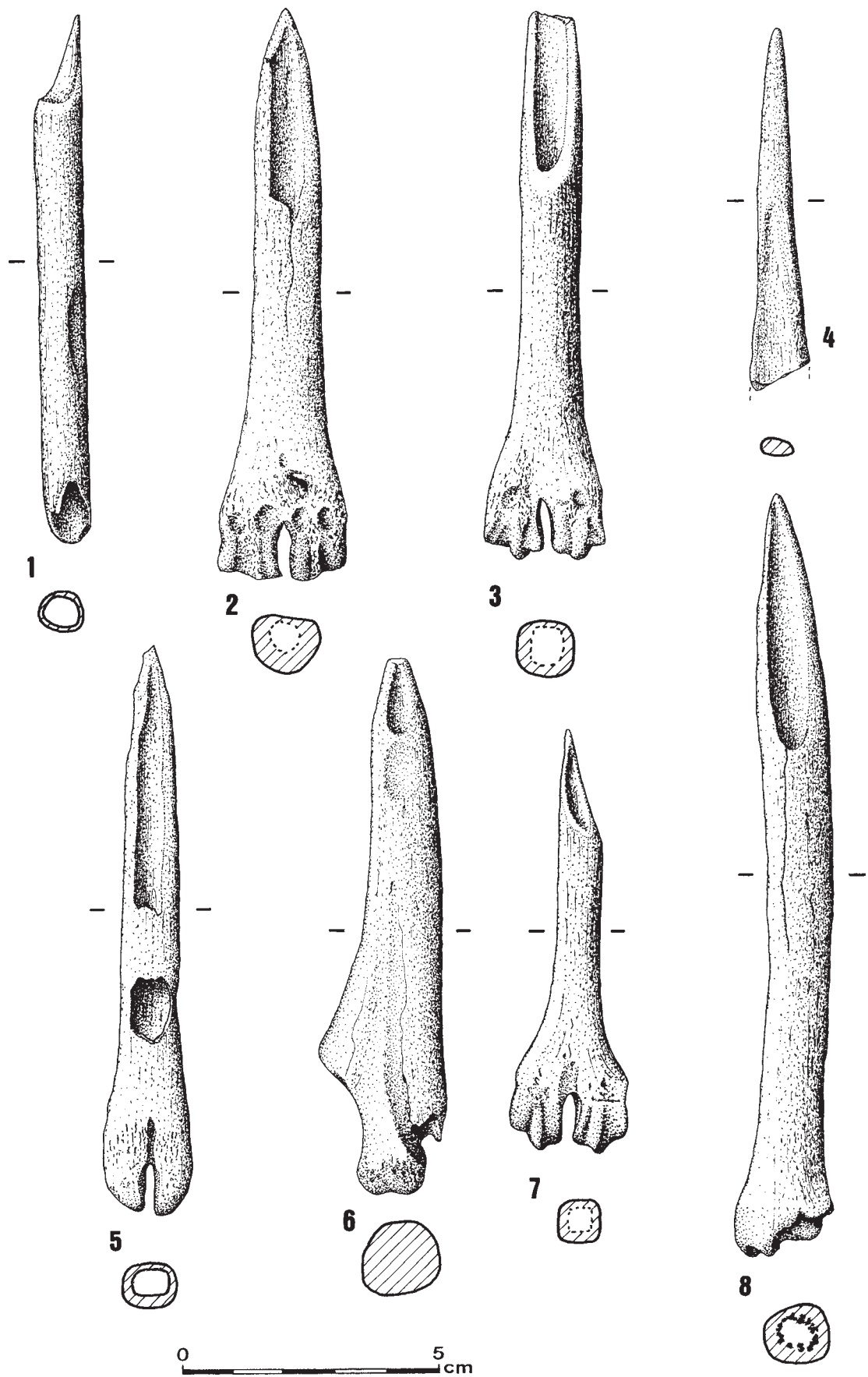


Fig. 24 – Indústria óssea da gruta da Casa da Moura.

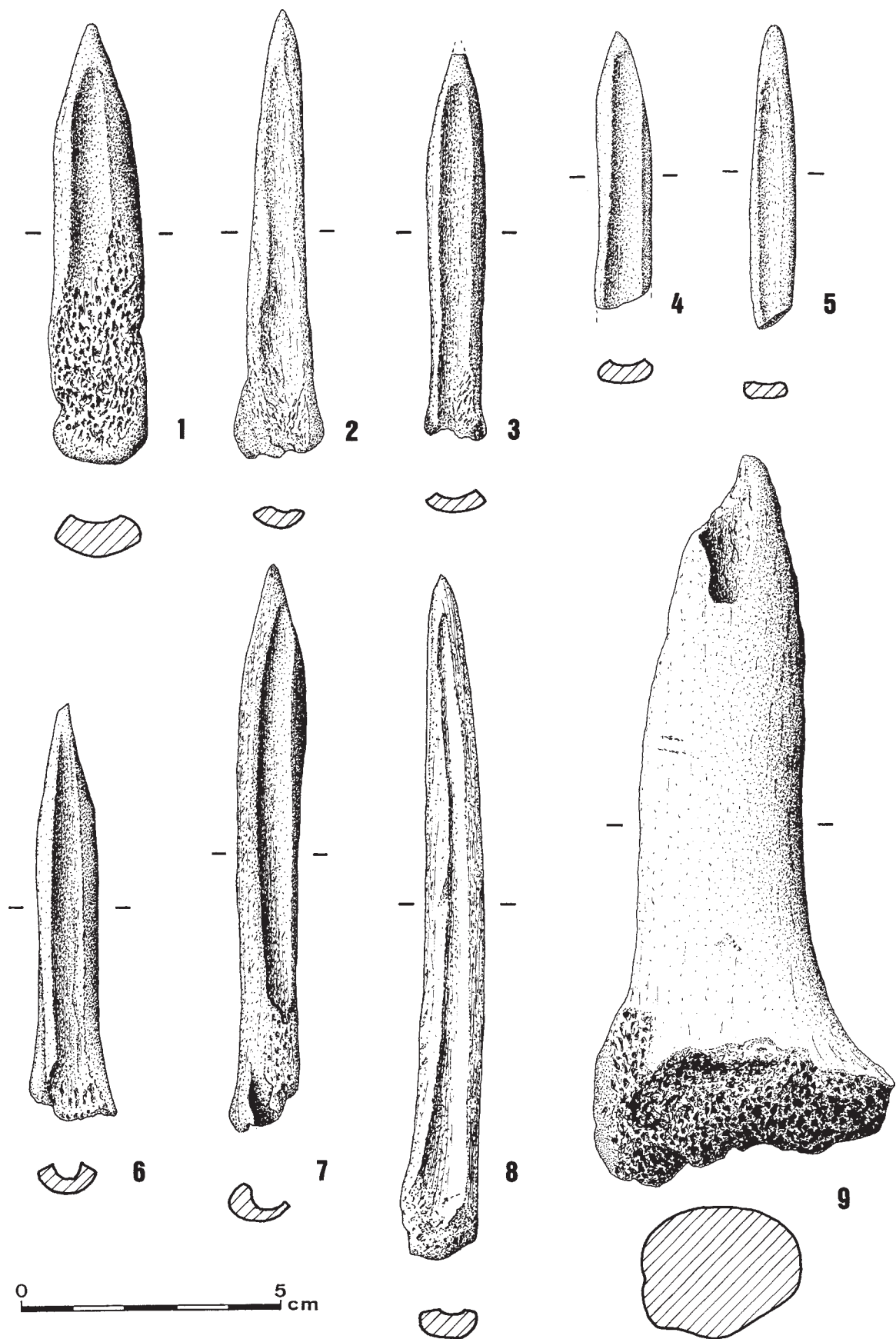


Fig. 25 – Indústria óssea da gruta da Casa da Moura.

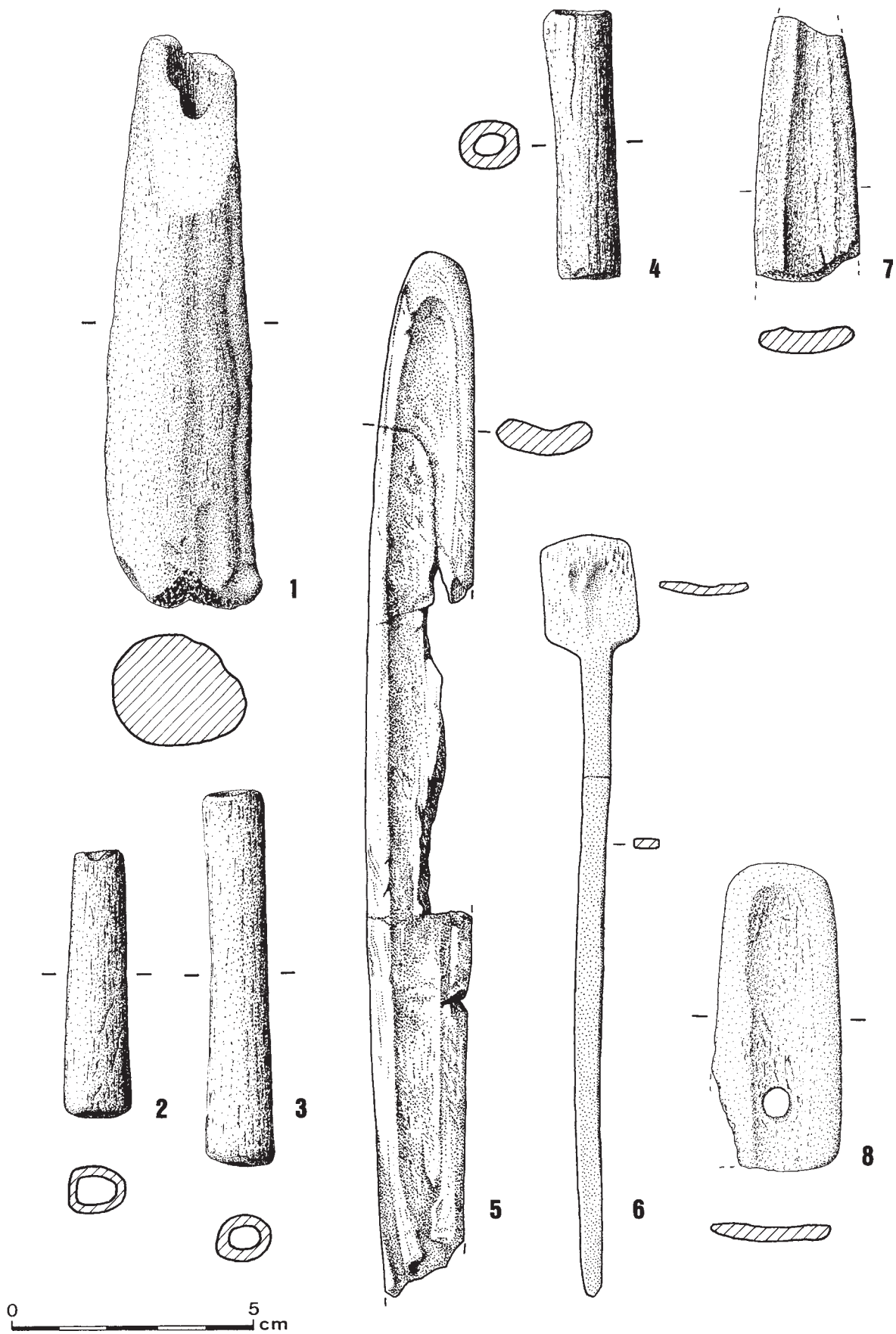


Fig. 26 – Indústria óssea da gruta da Casa da Moura.

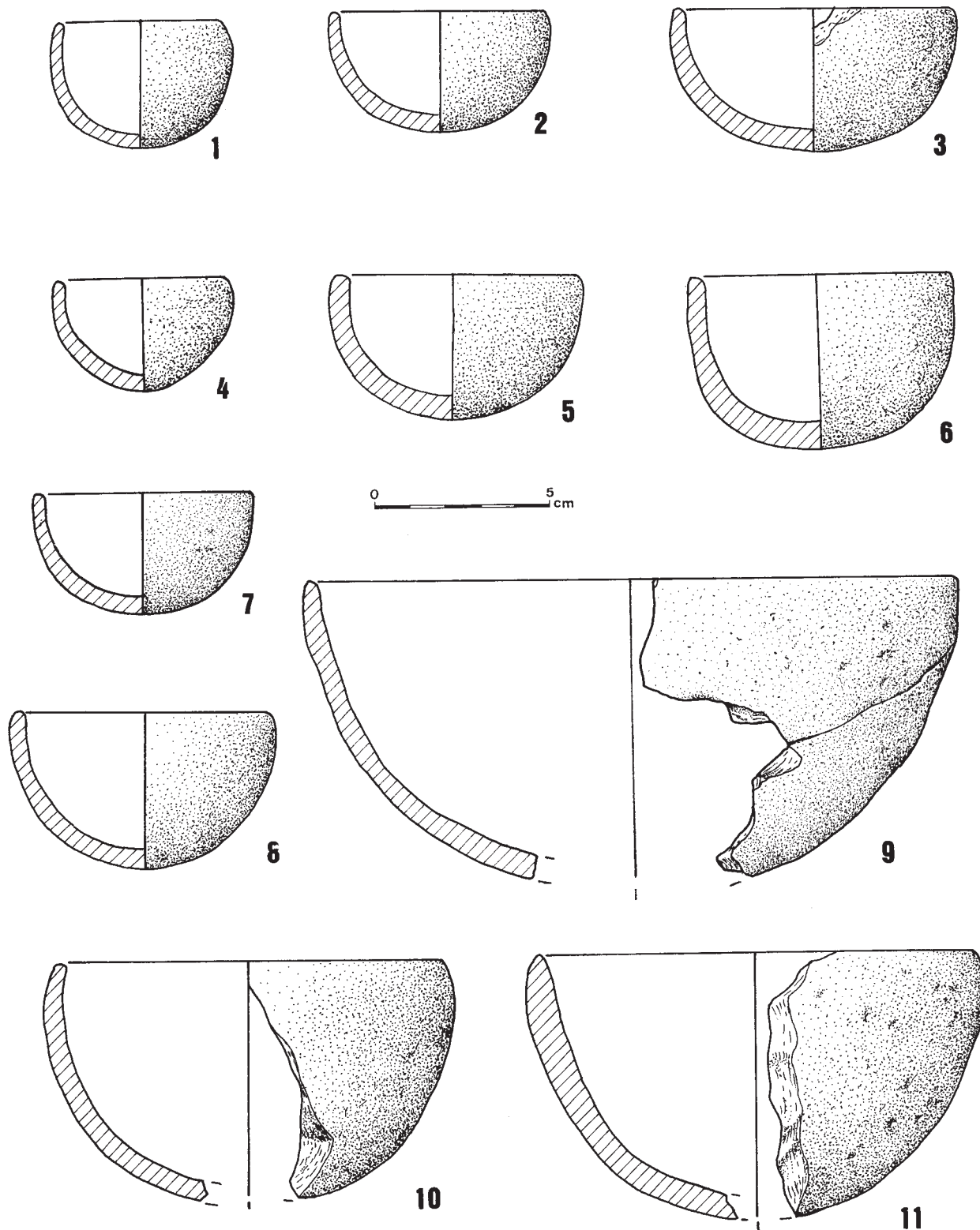


Fig. 27 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

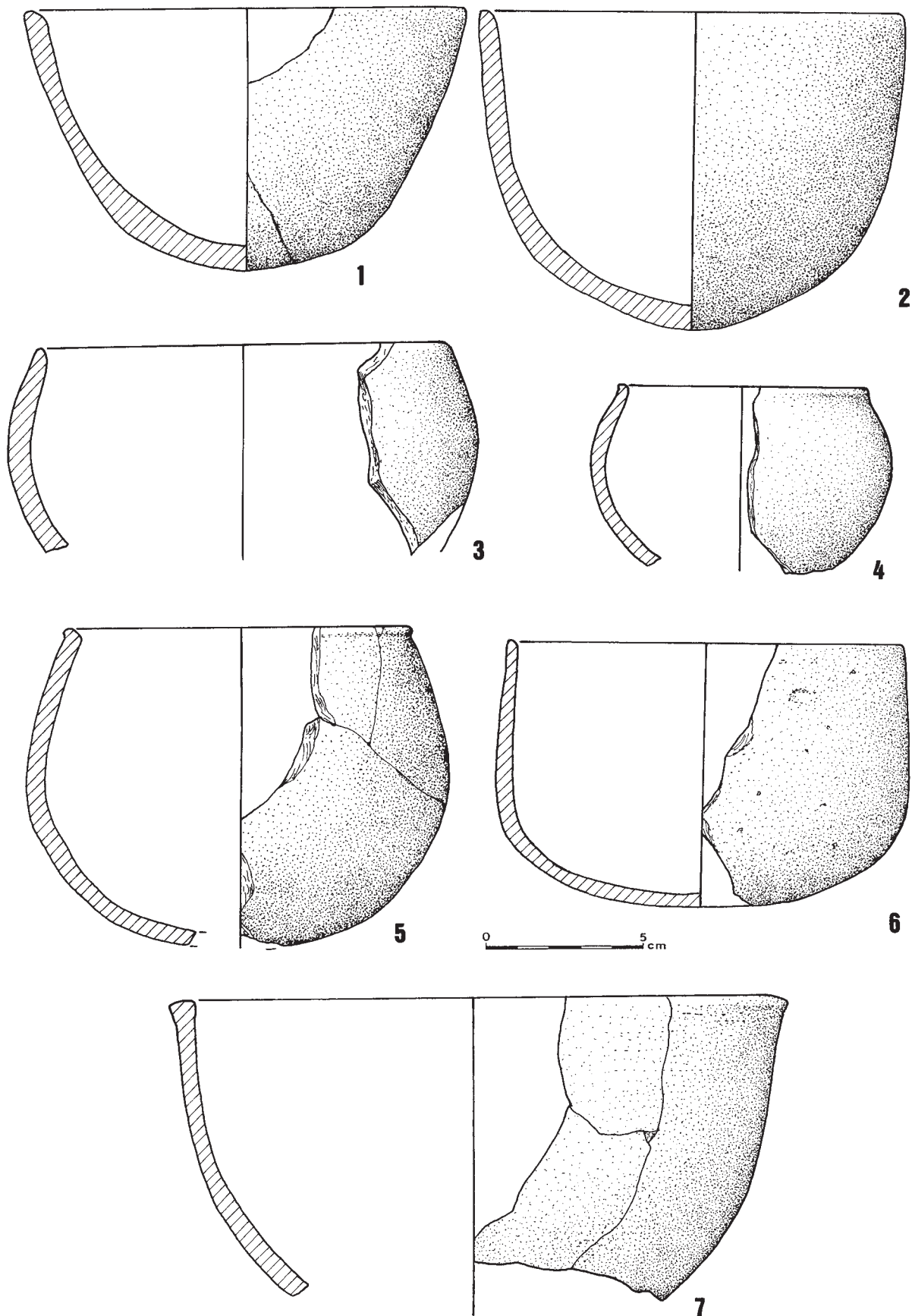


Fig. 28 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

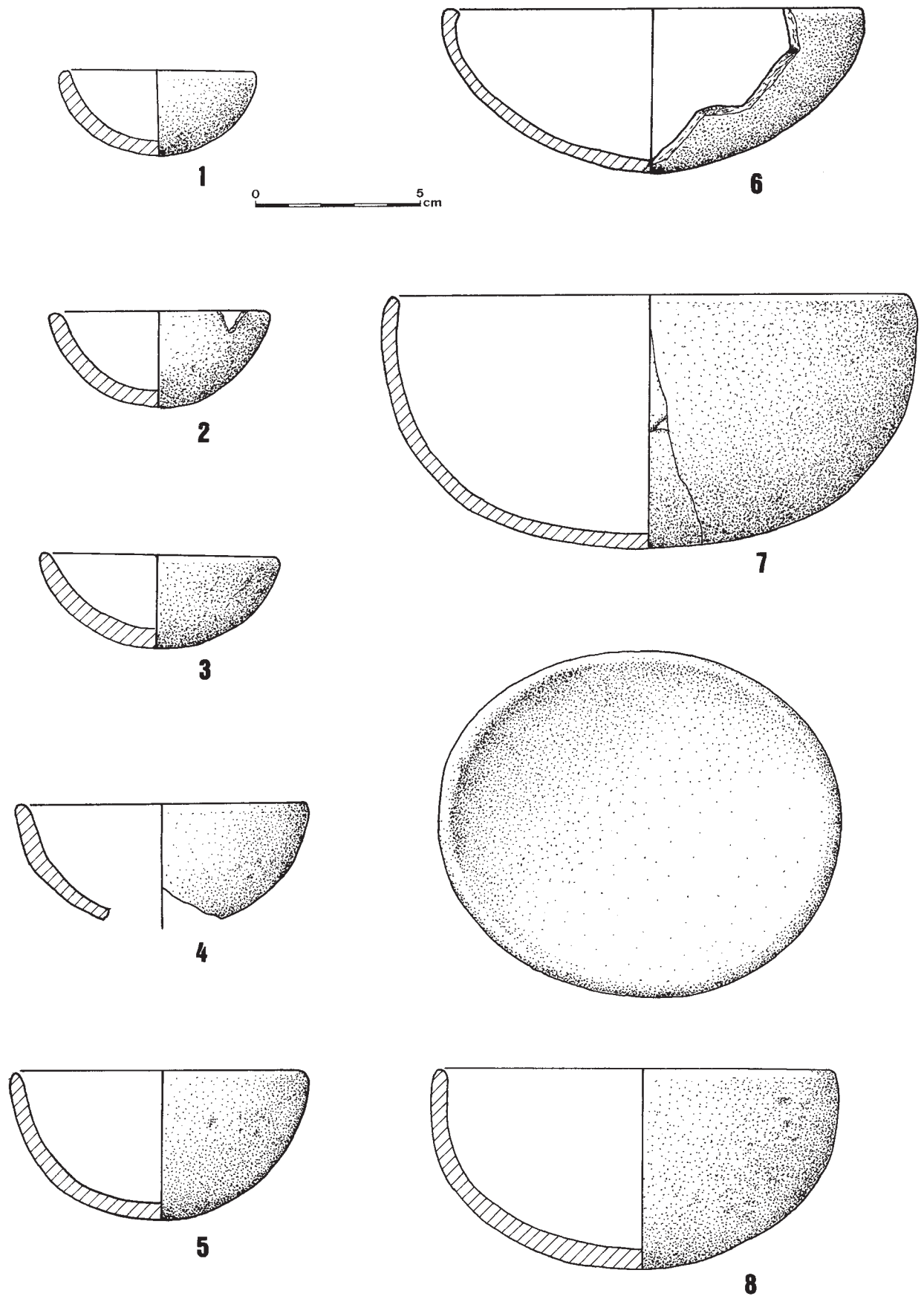


Fig. 29 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

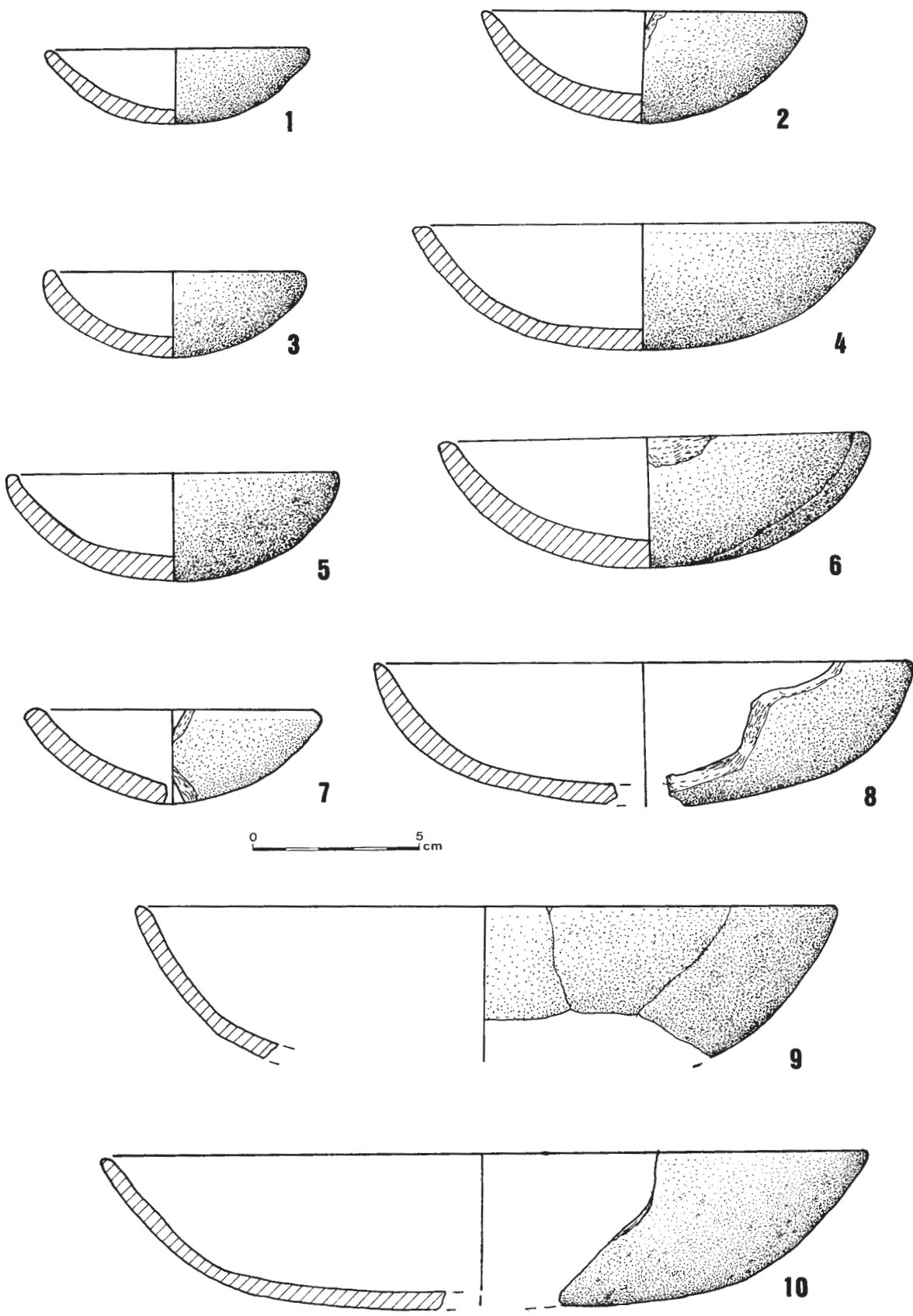


Fig. 30 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

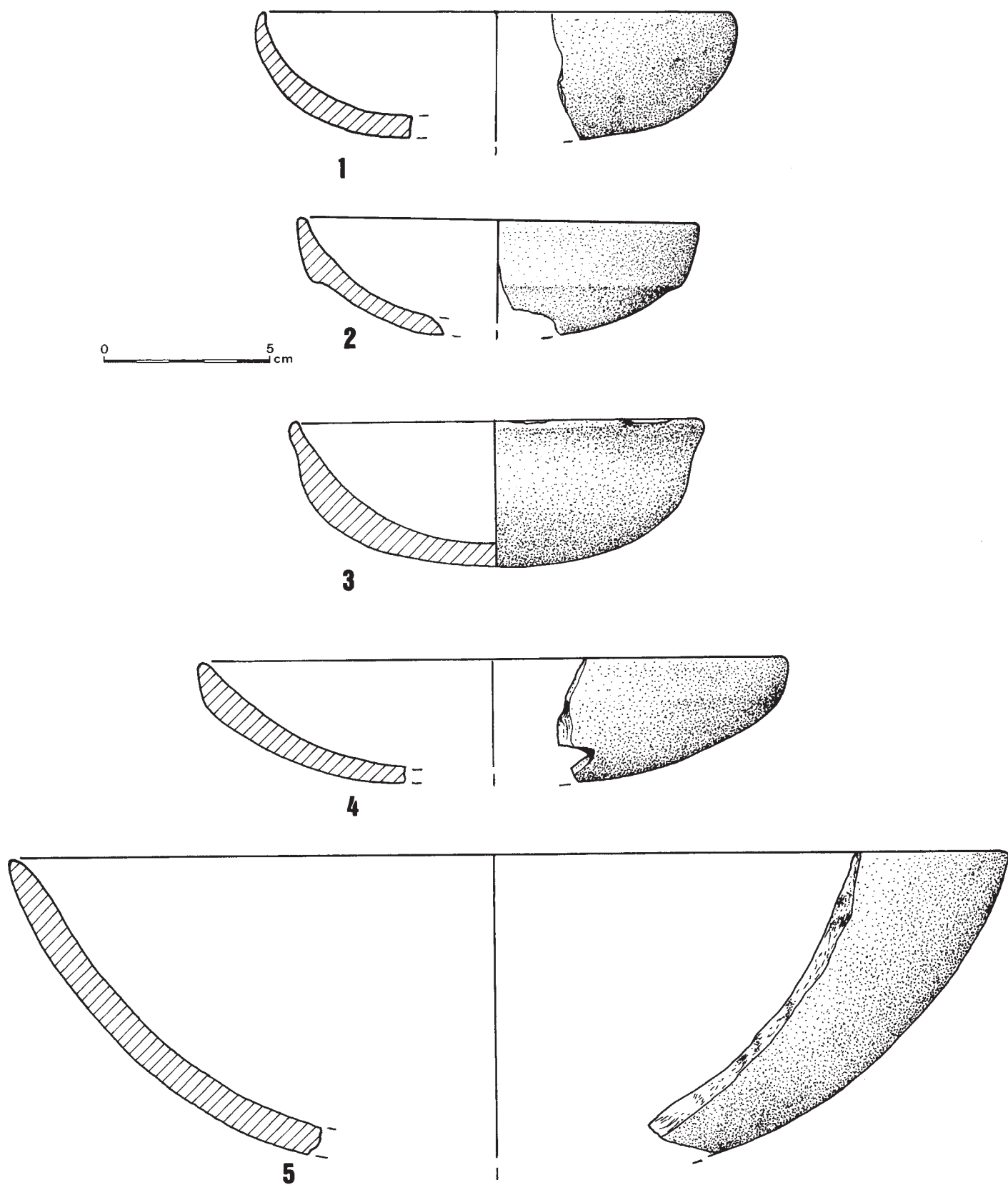


Fig. 31 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

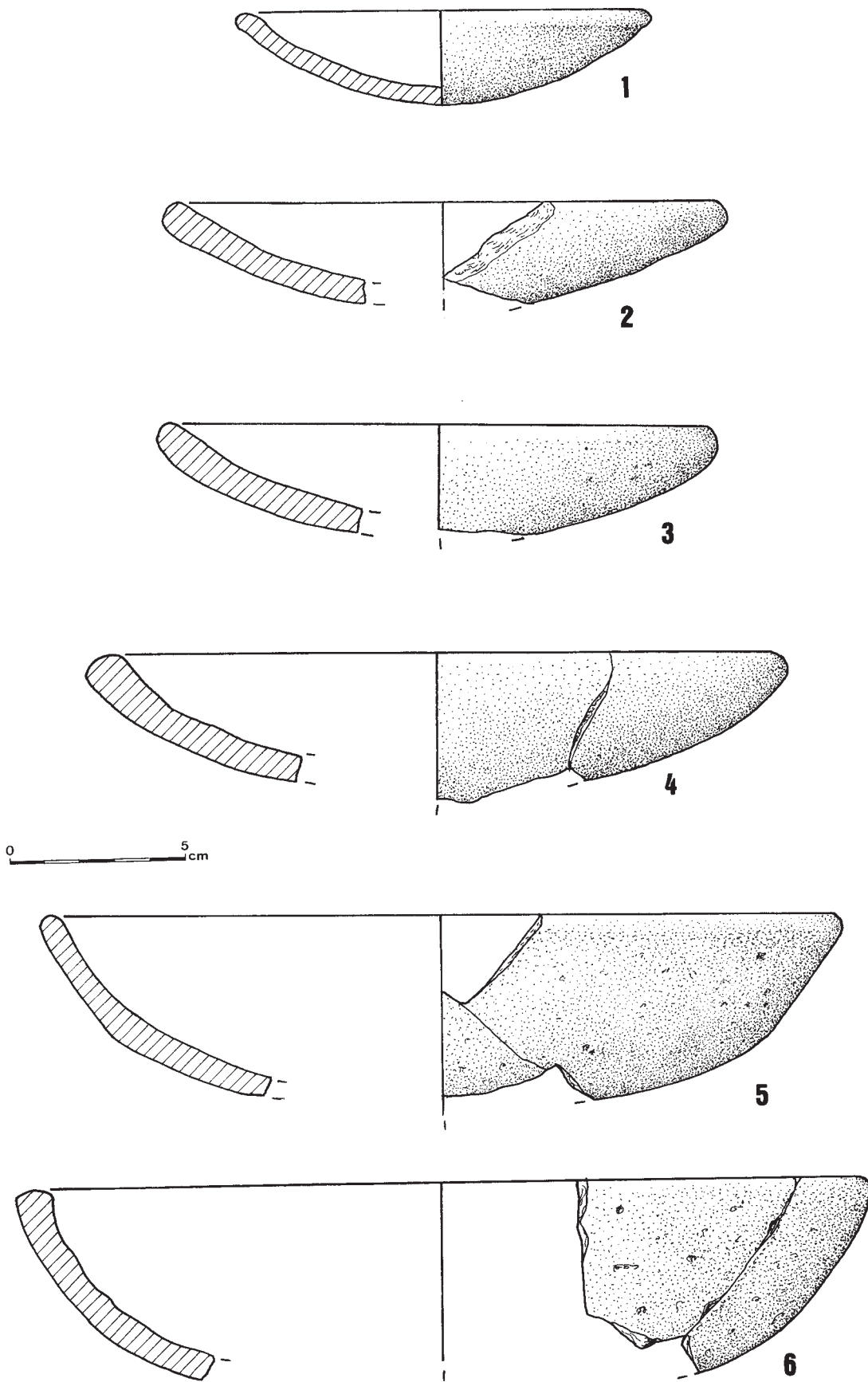


Fig. 32 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

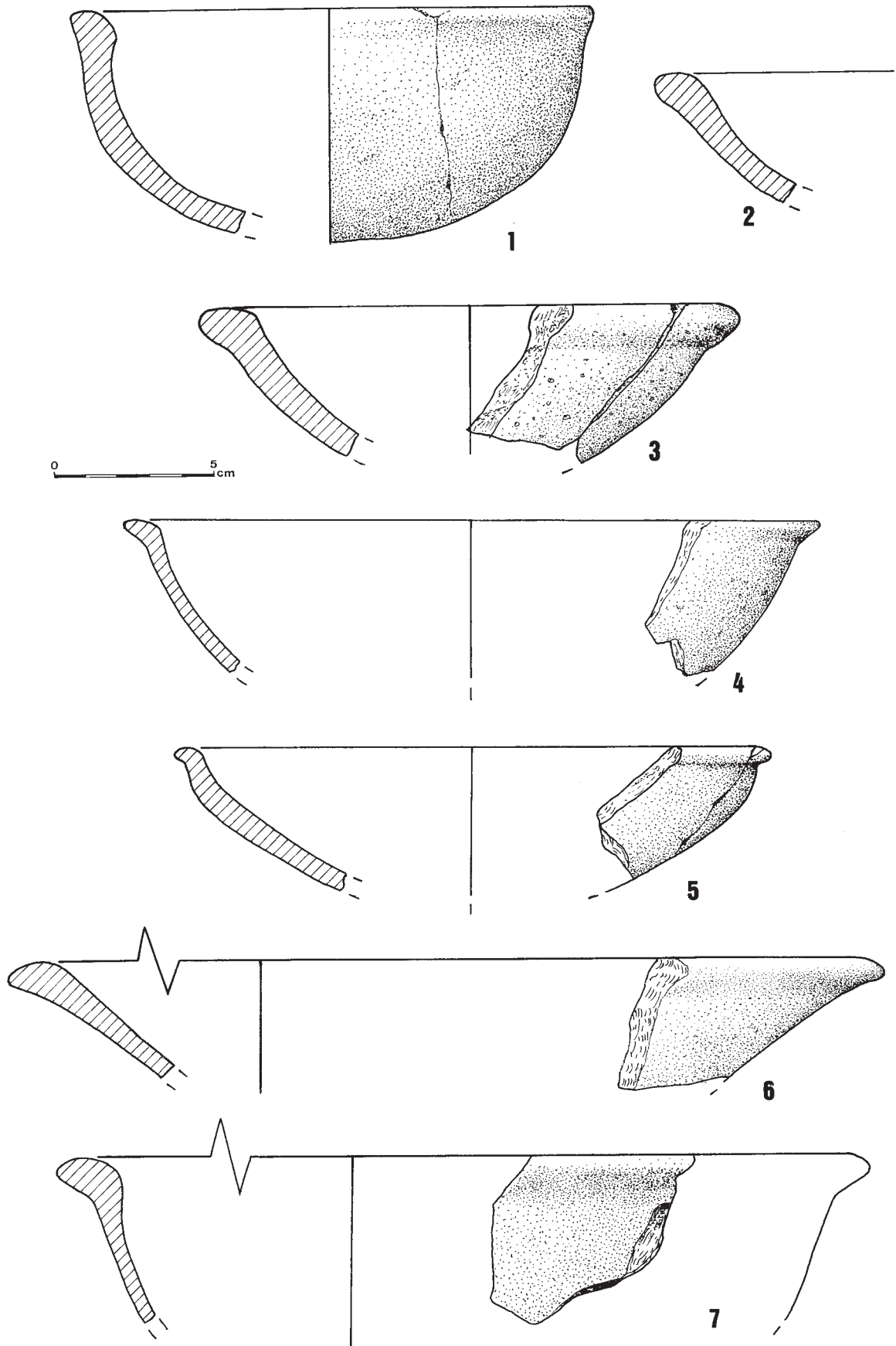


Fig. 33 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

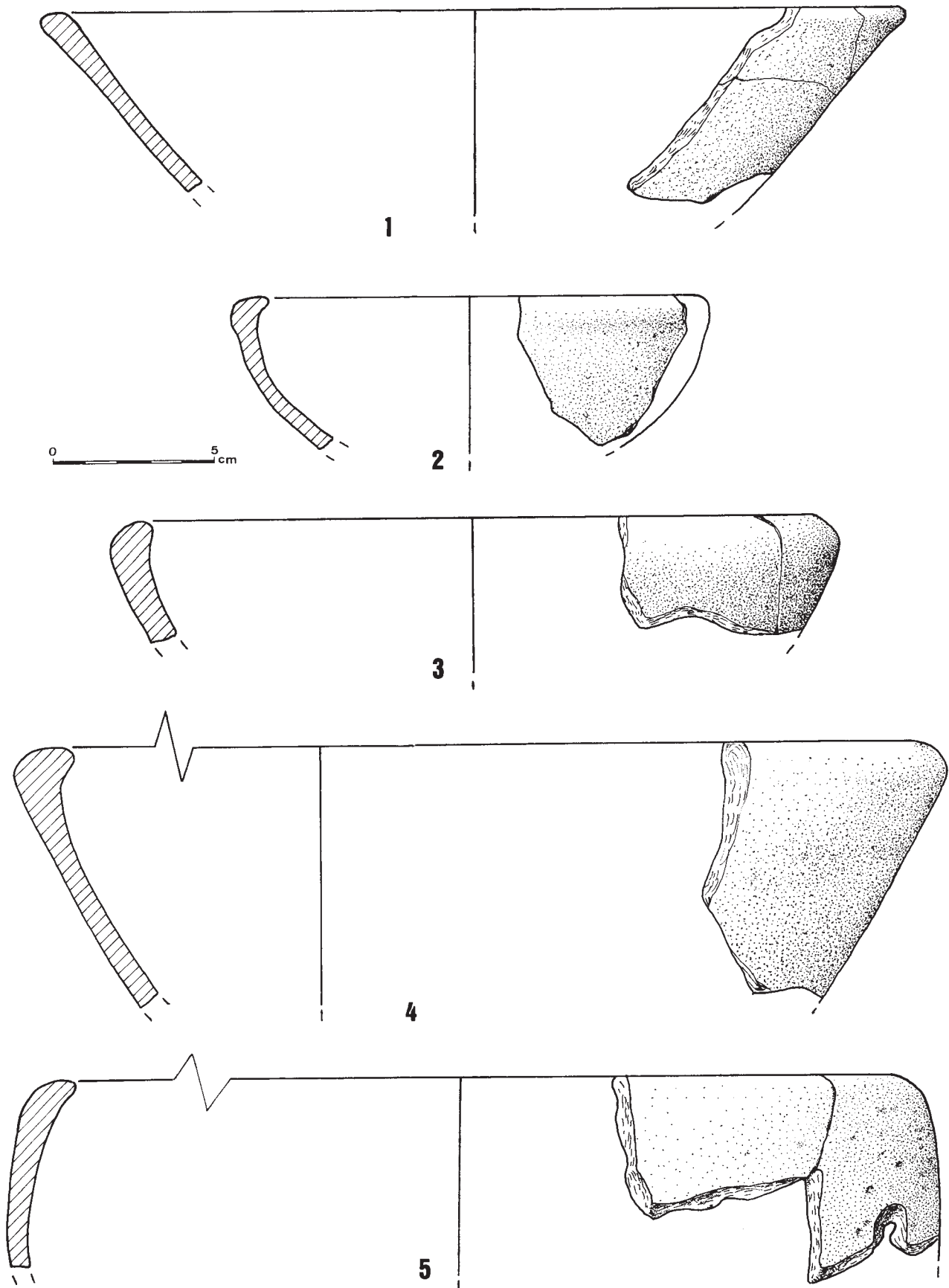


Fig. 34 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

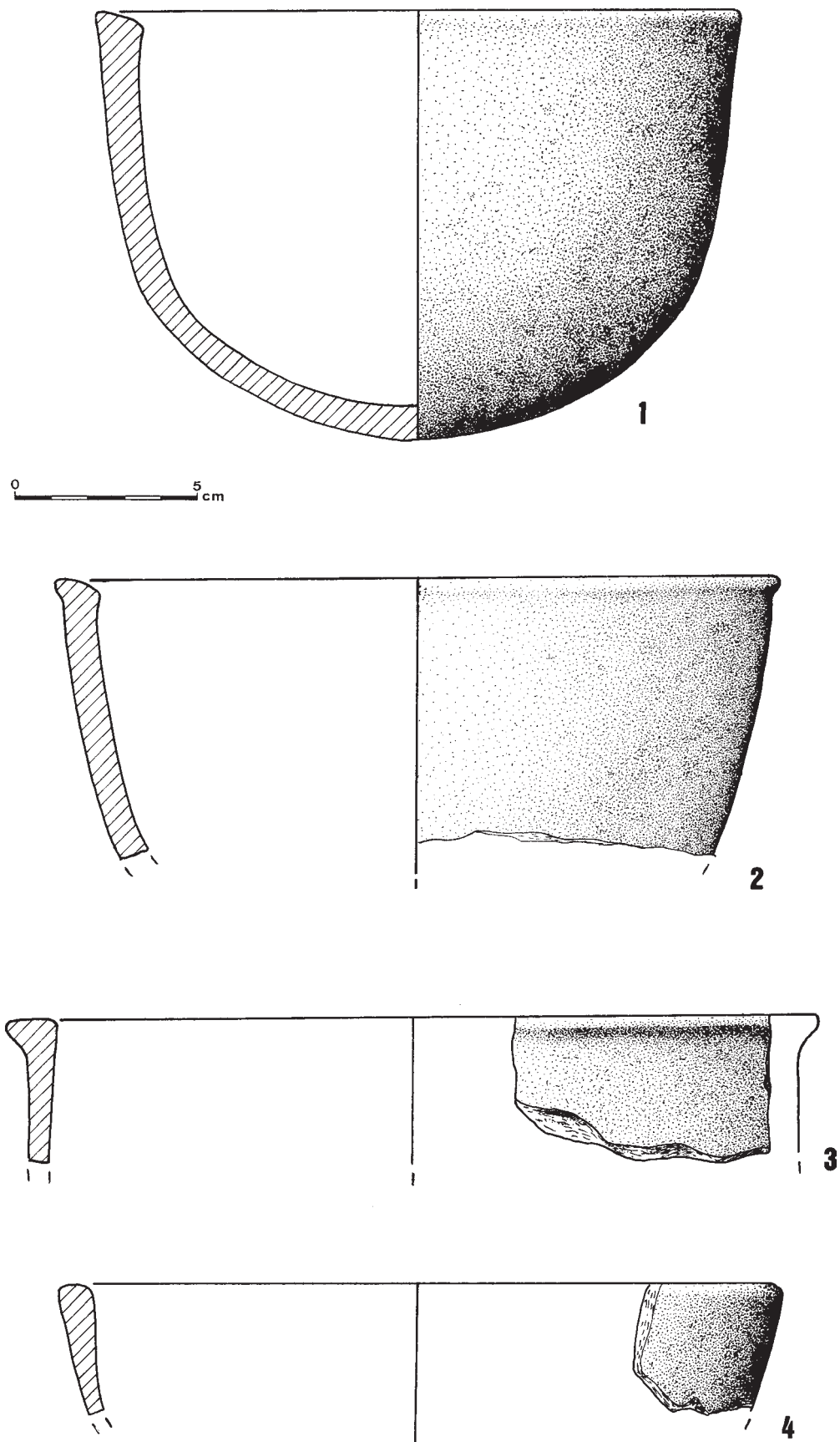


Fig. 35 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

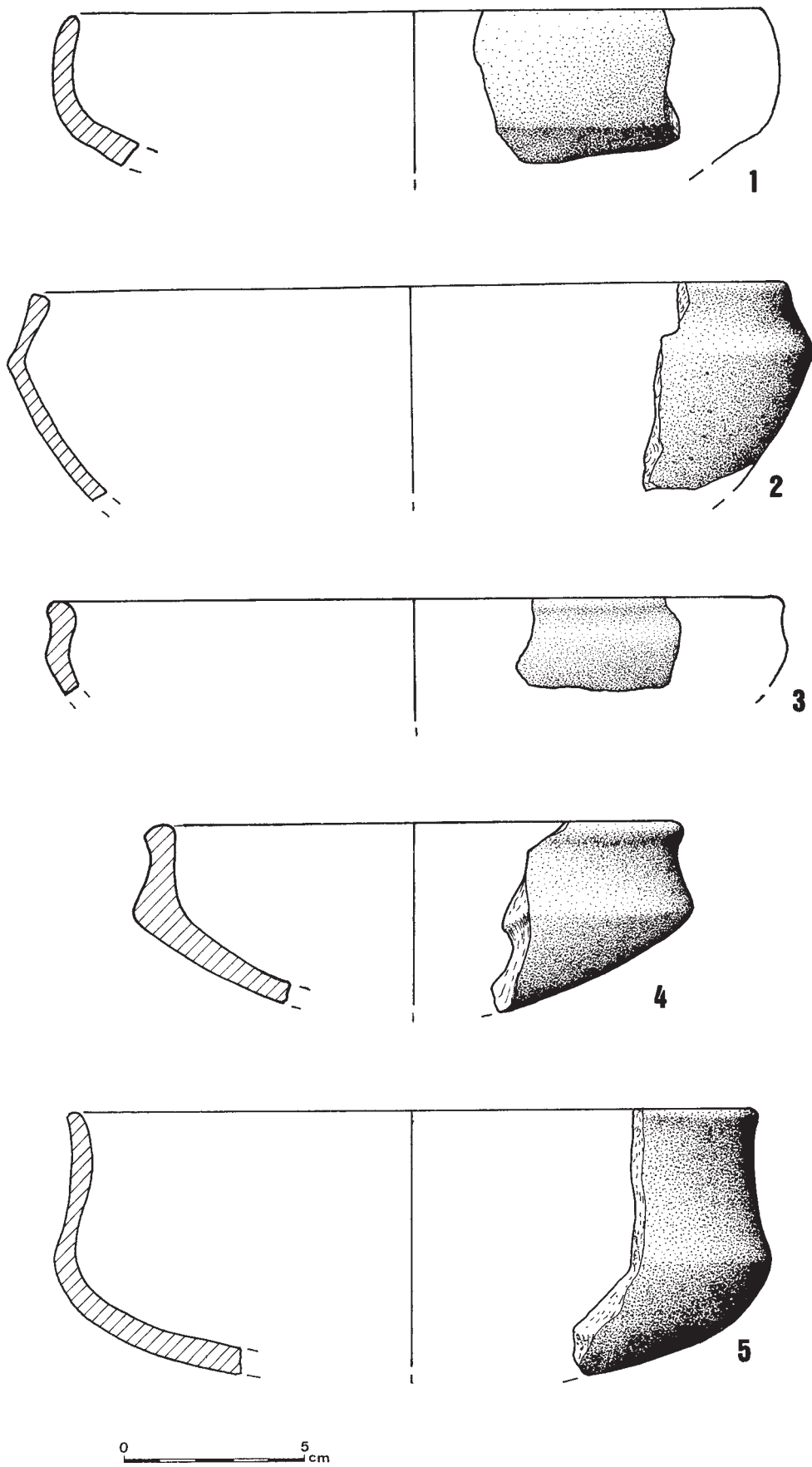


Fig. 36 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

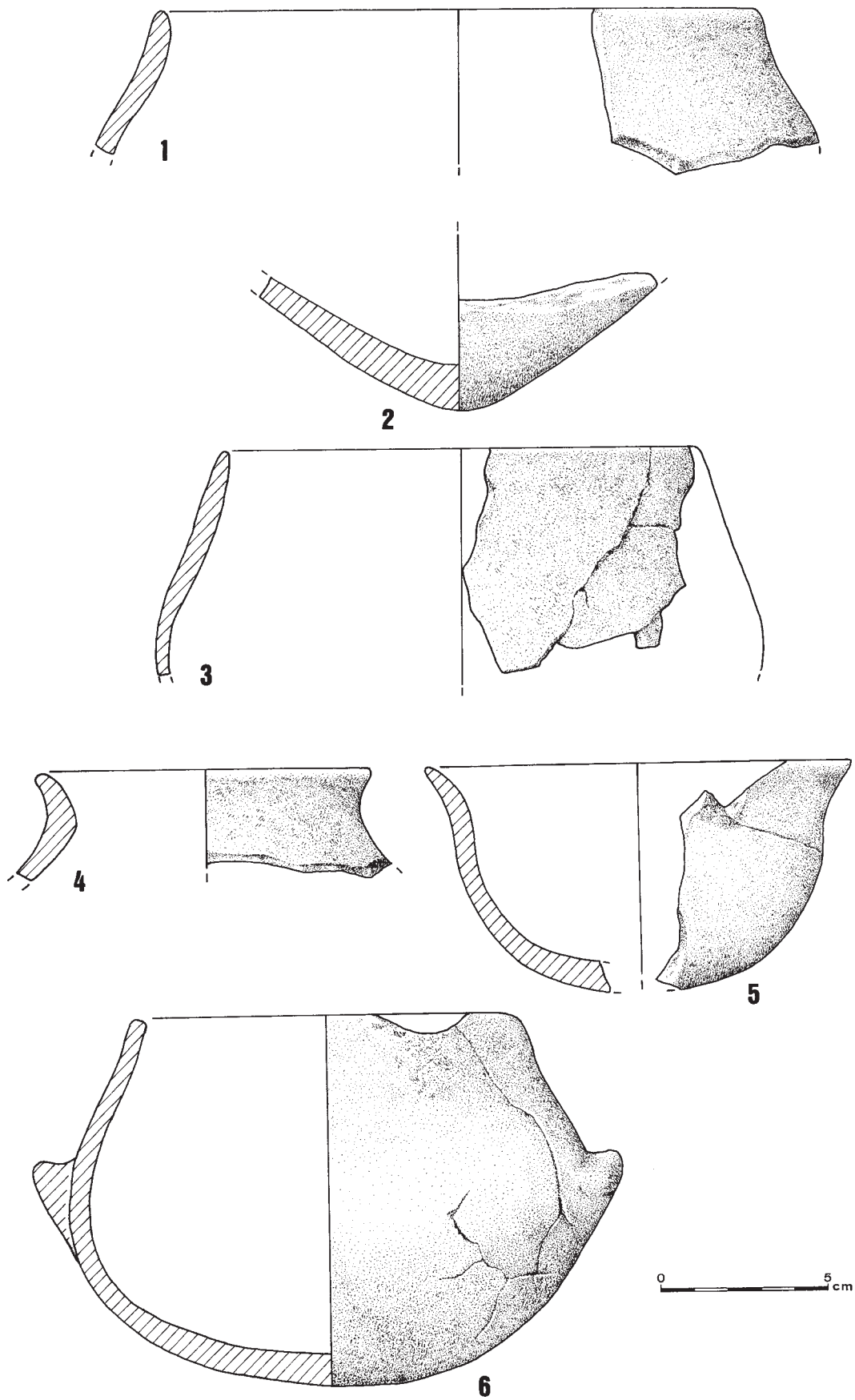


Fig. 37 – Cerâmicas lisas da gruta da Casa da Moura.

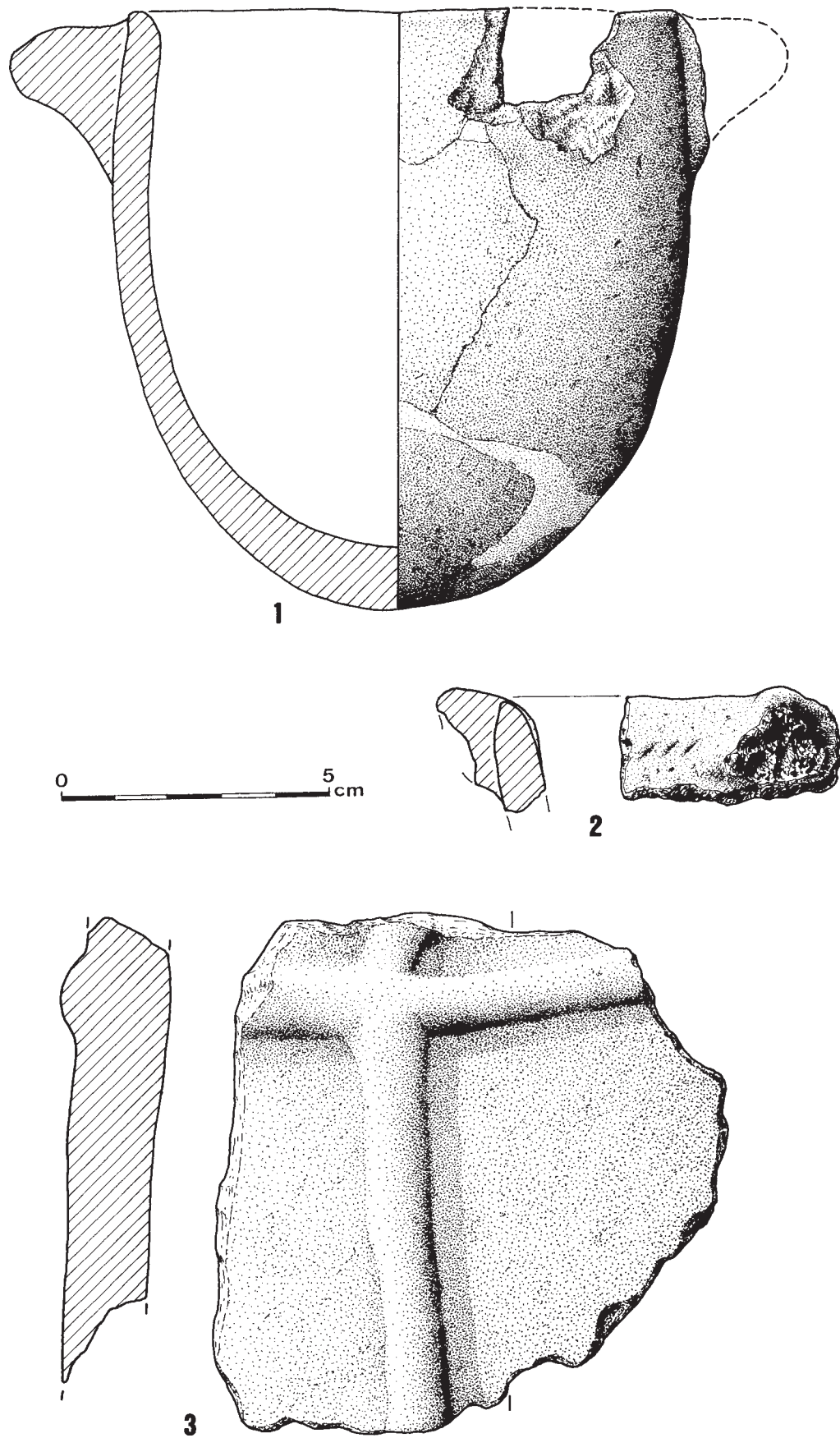


Fig. 38 – Cerâmicas lisas e decoradas da gruta da Casa da Moura.

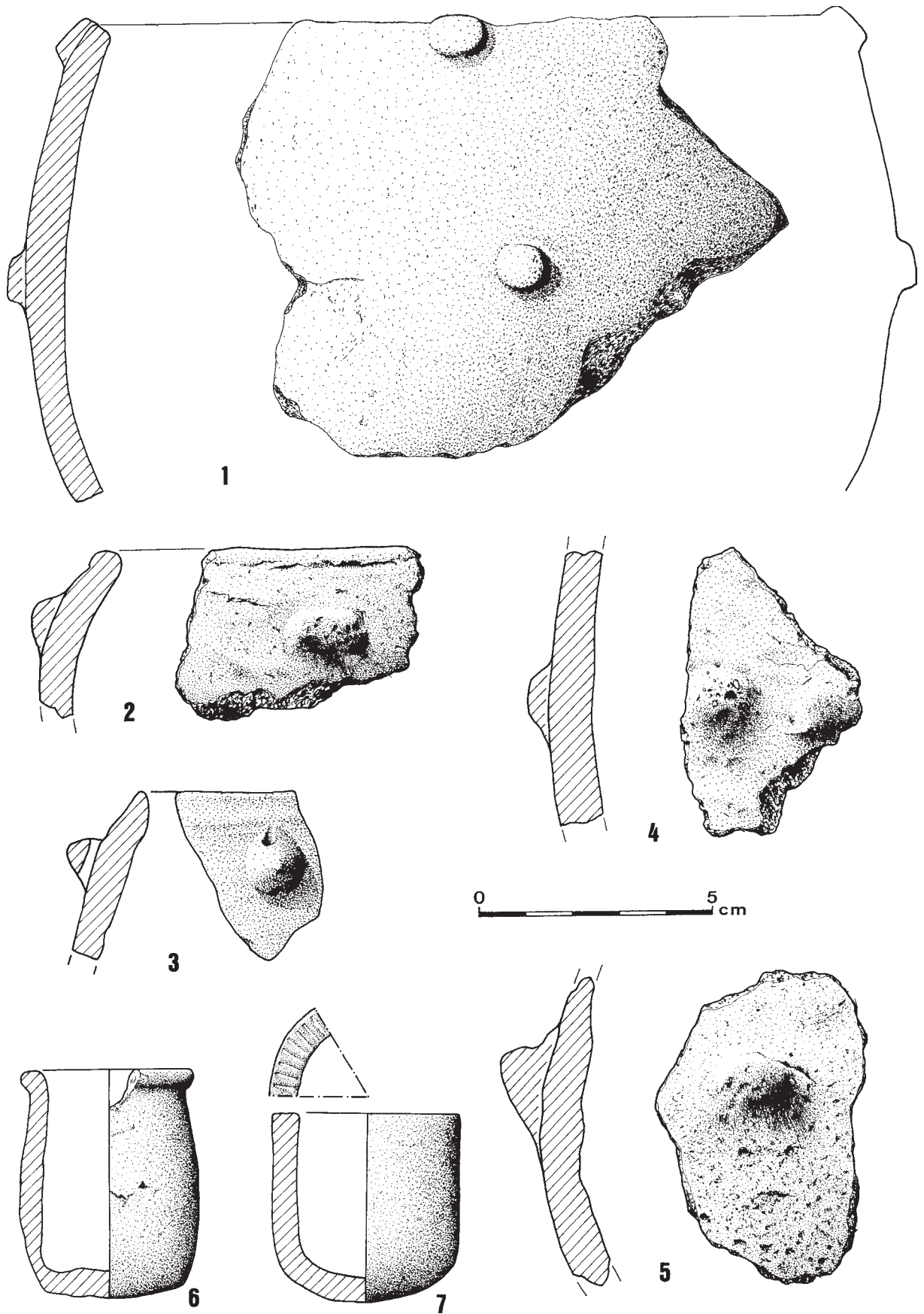


Fig. 39 – Cerâmicas lisas e decoradas da gruta da Casa da Moura.

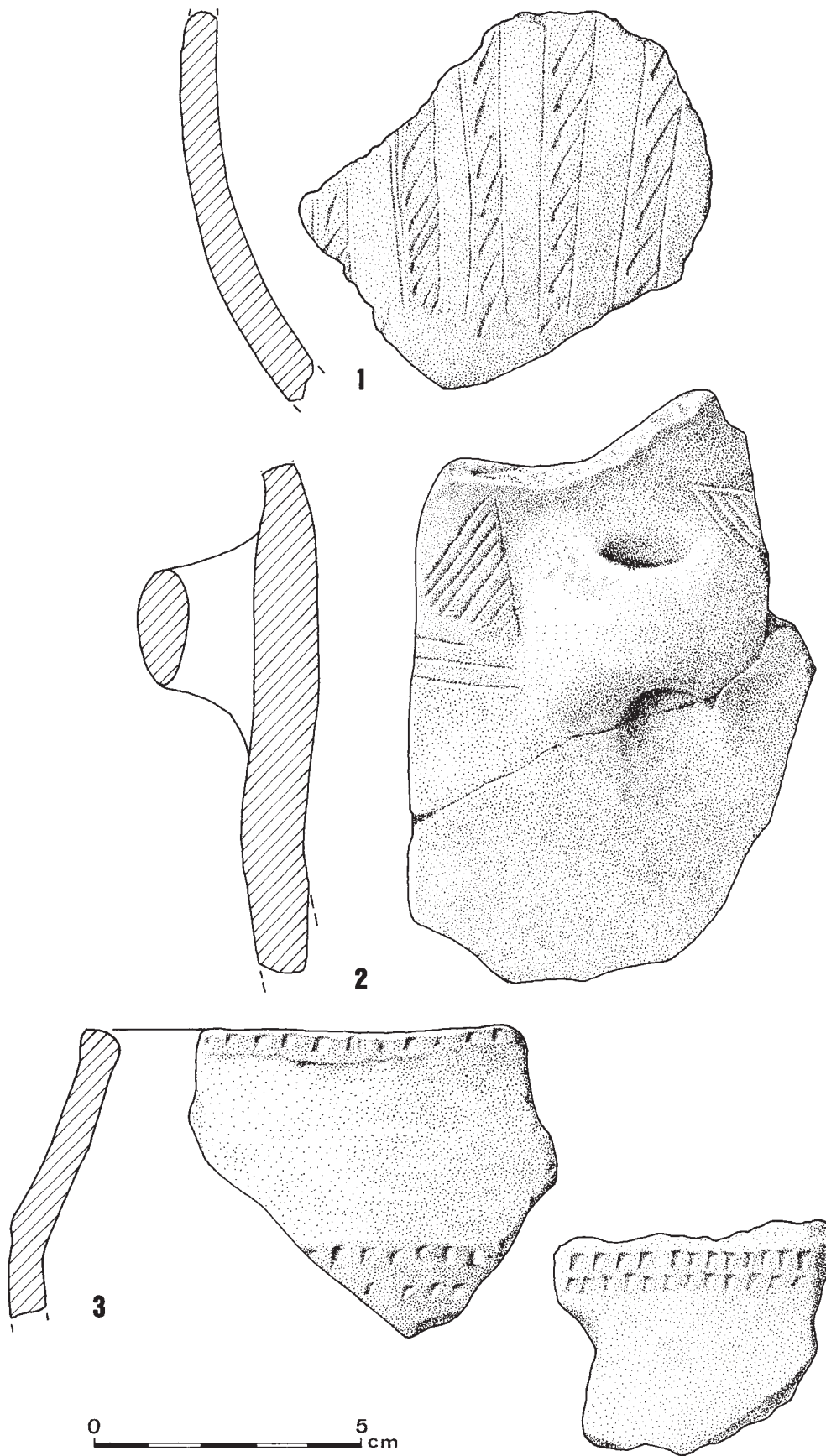


Fig. 40 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

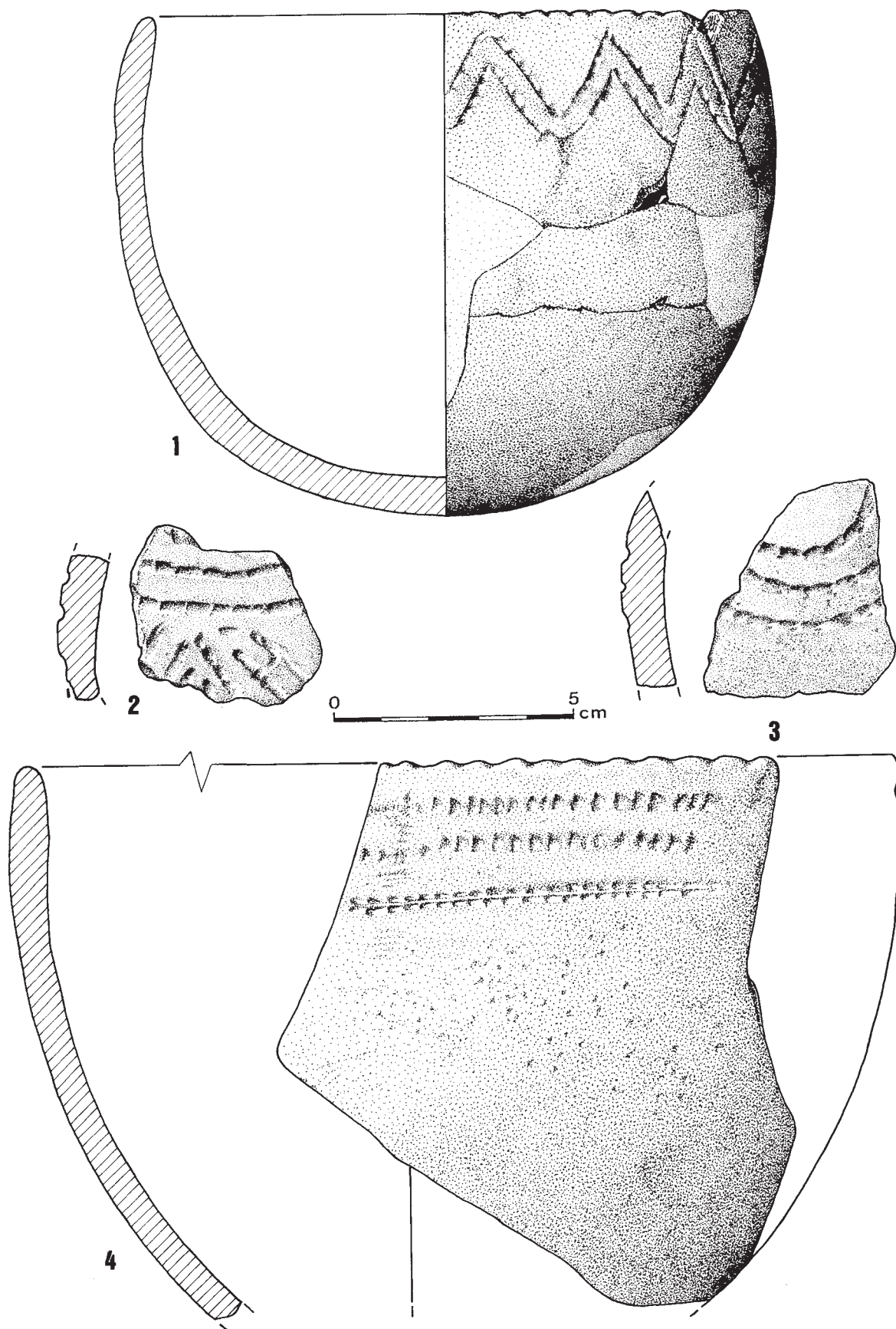


Fig. 41 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

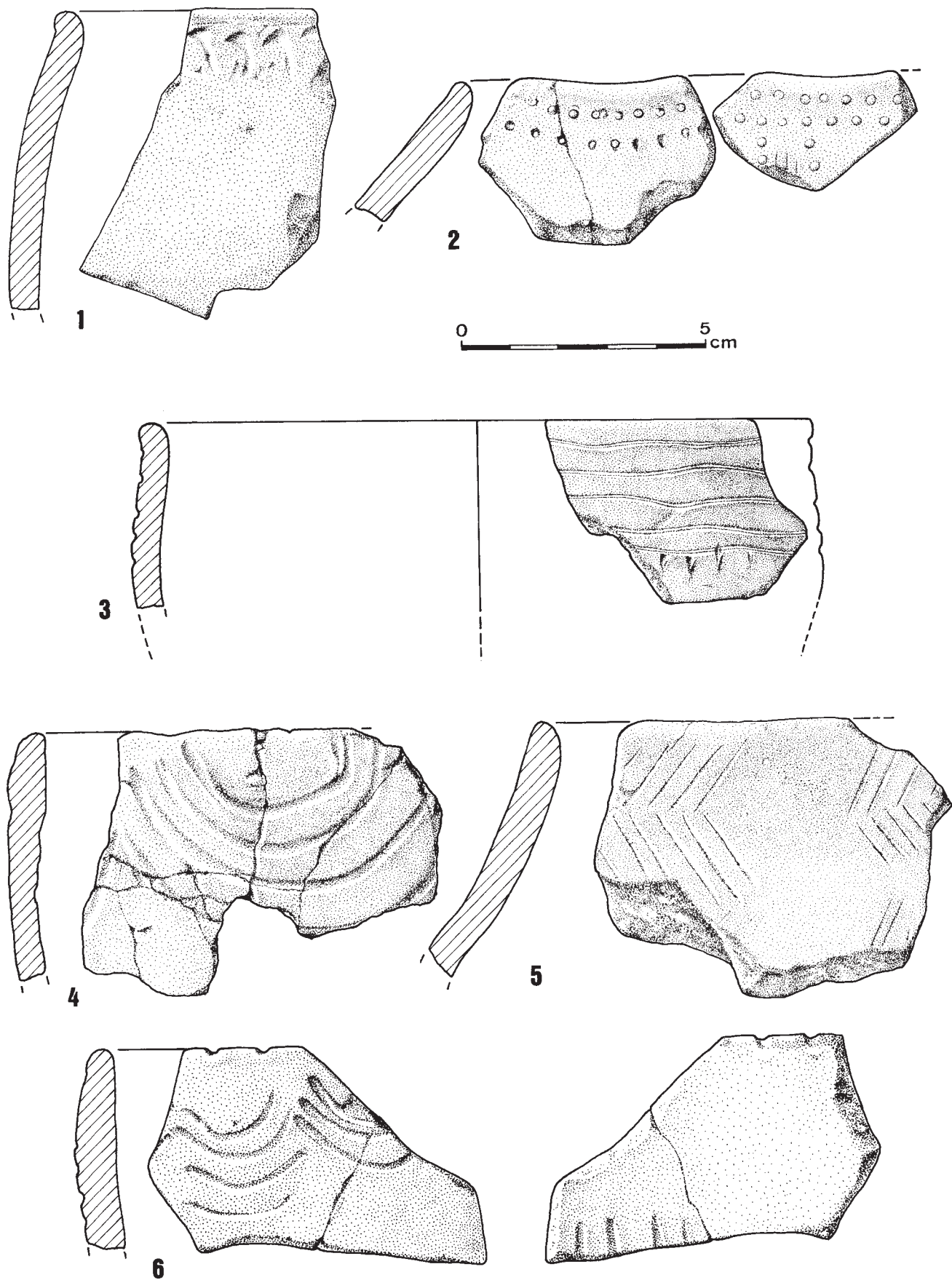


Fig. 42 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

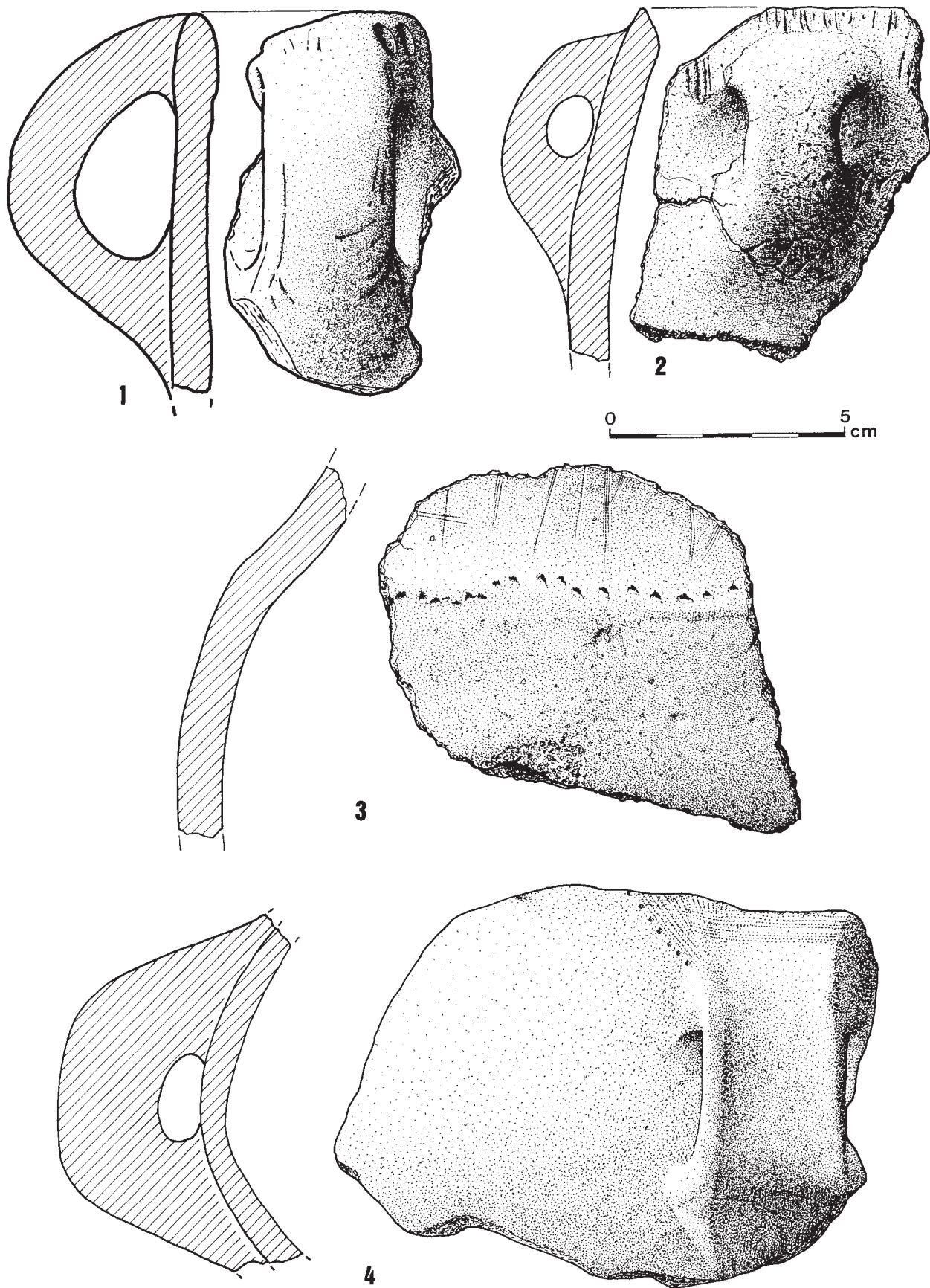


Fig. 43 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

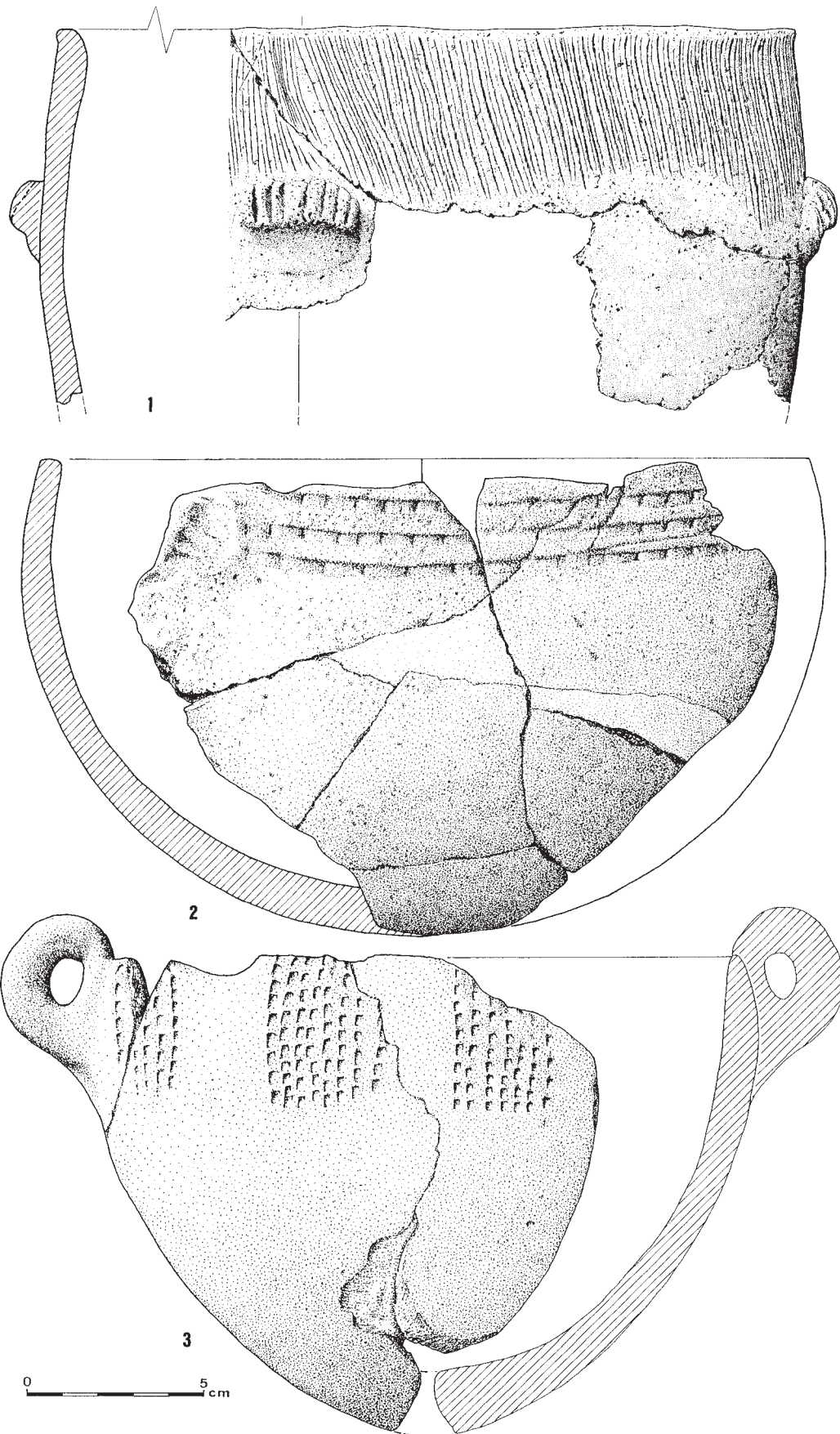


Fig. 44 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

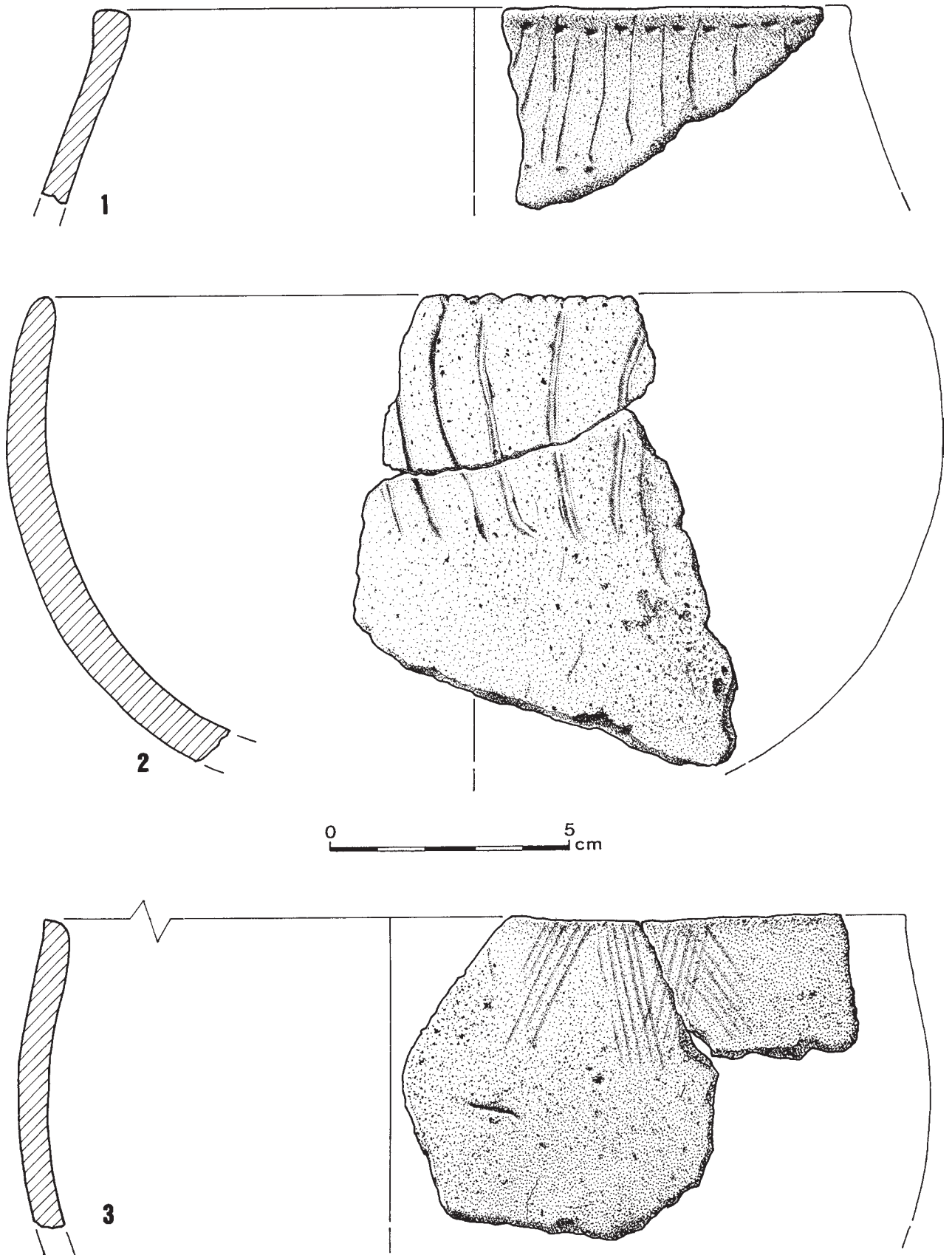


Fig. 45 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

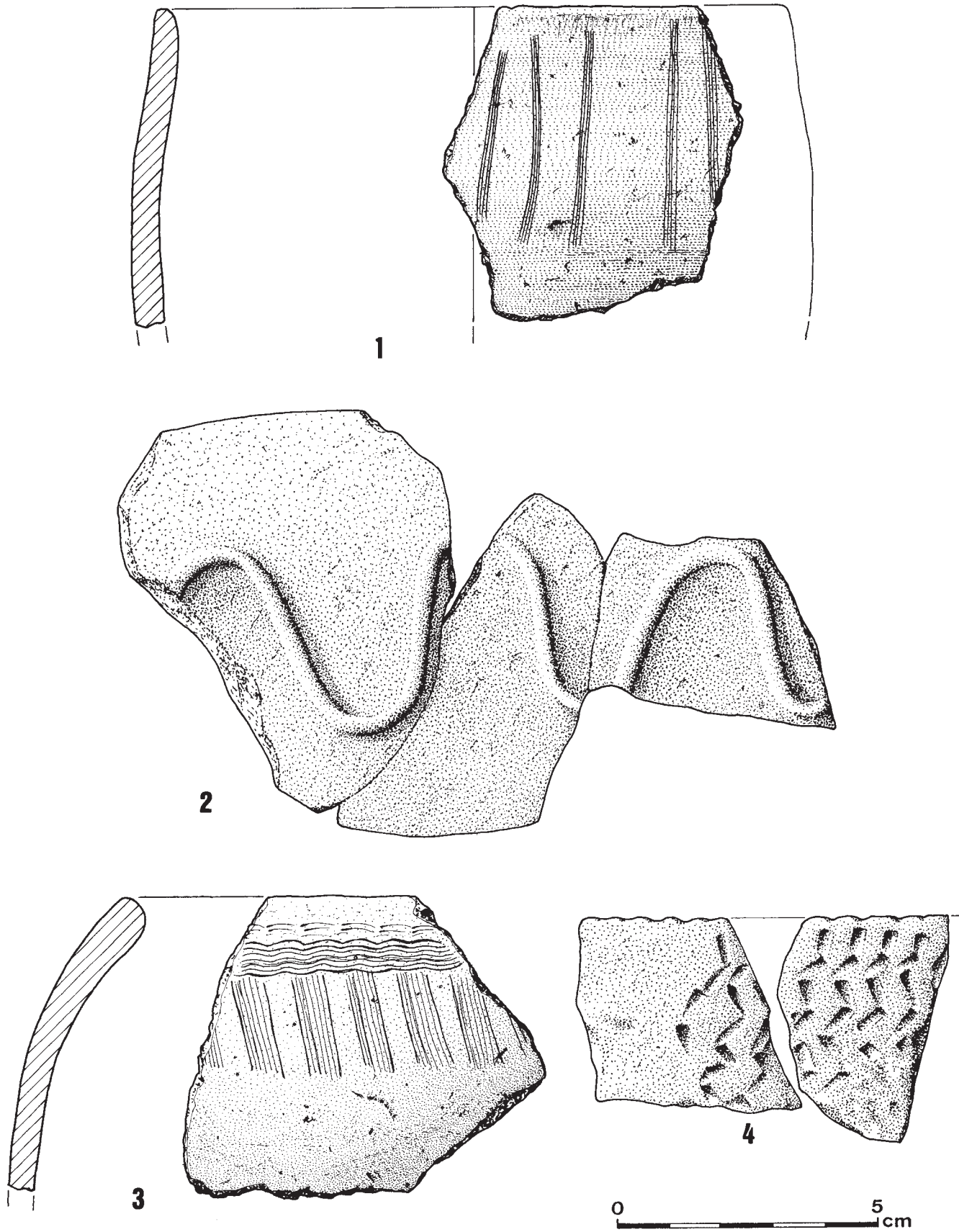


Fig. 46 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

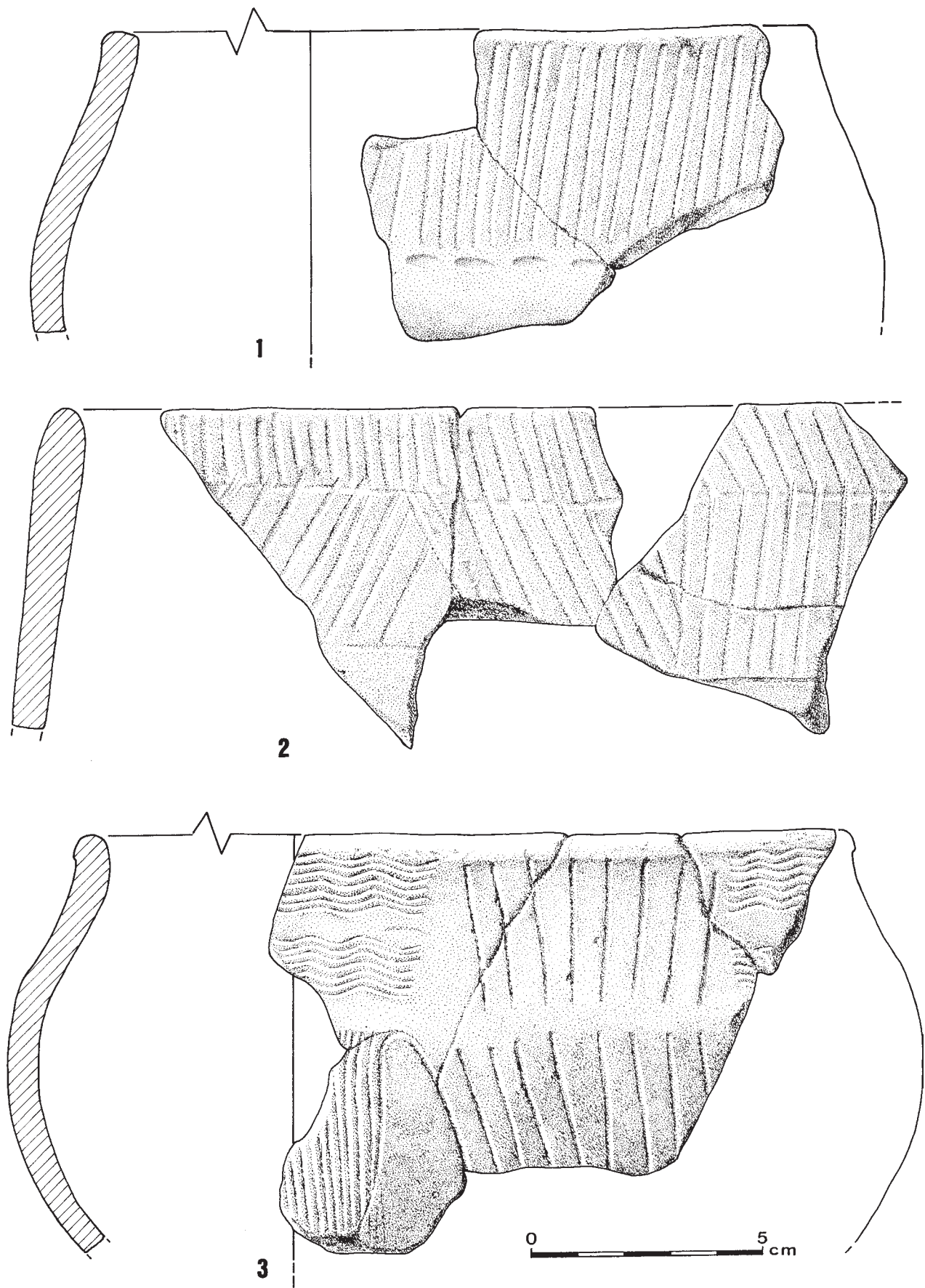


Fig. 47 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

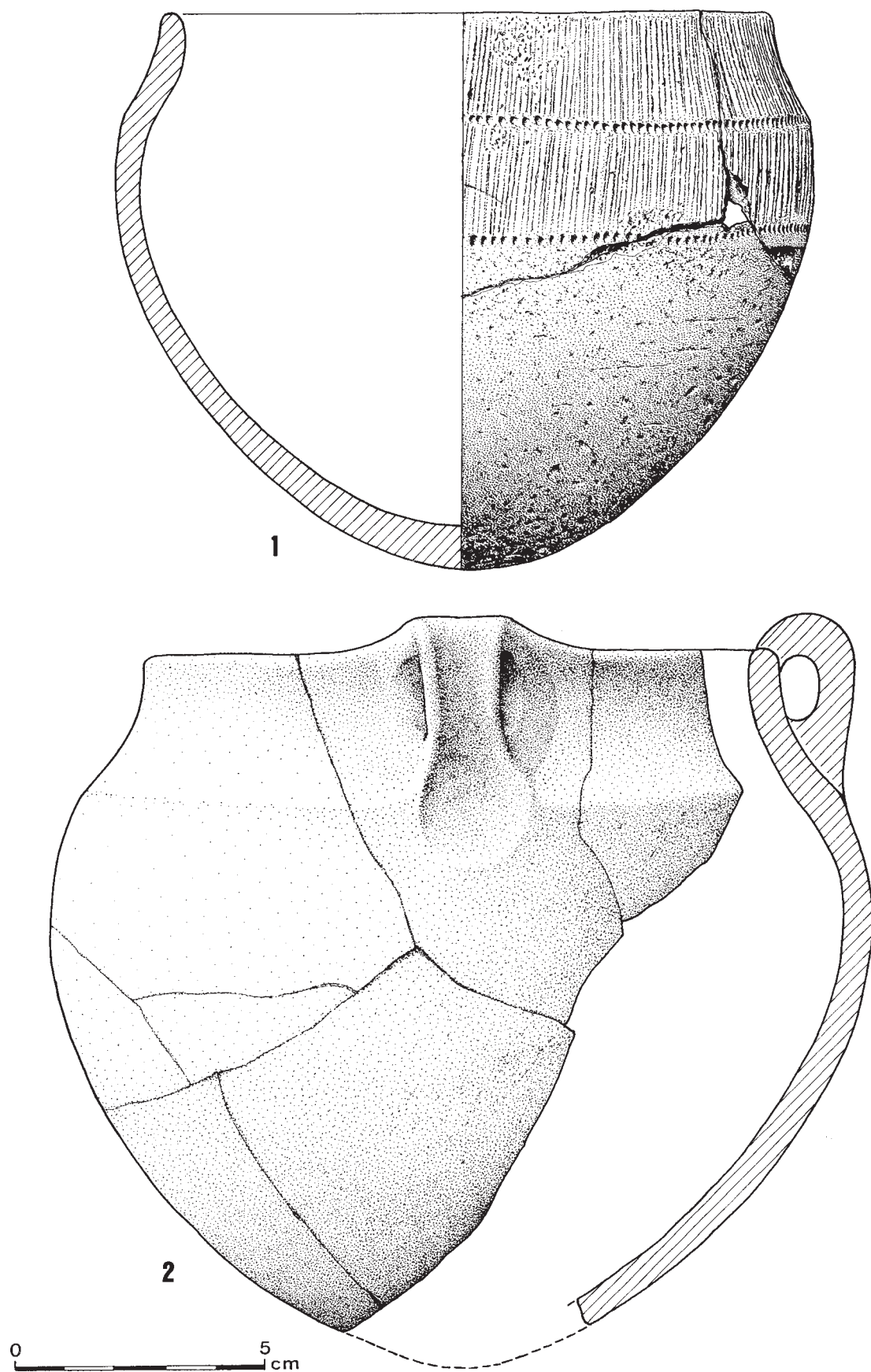


Fig. 48 – Cerâmicas decorada e lisa, com asa em fita, da gruta da Casa da Moura.

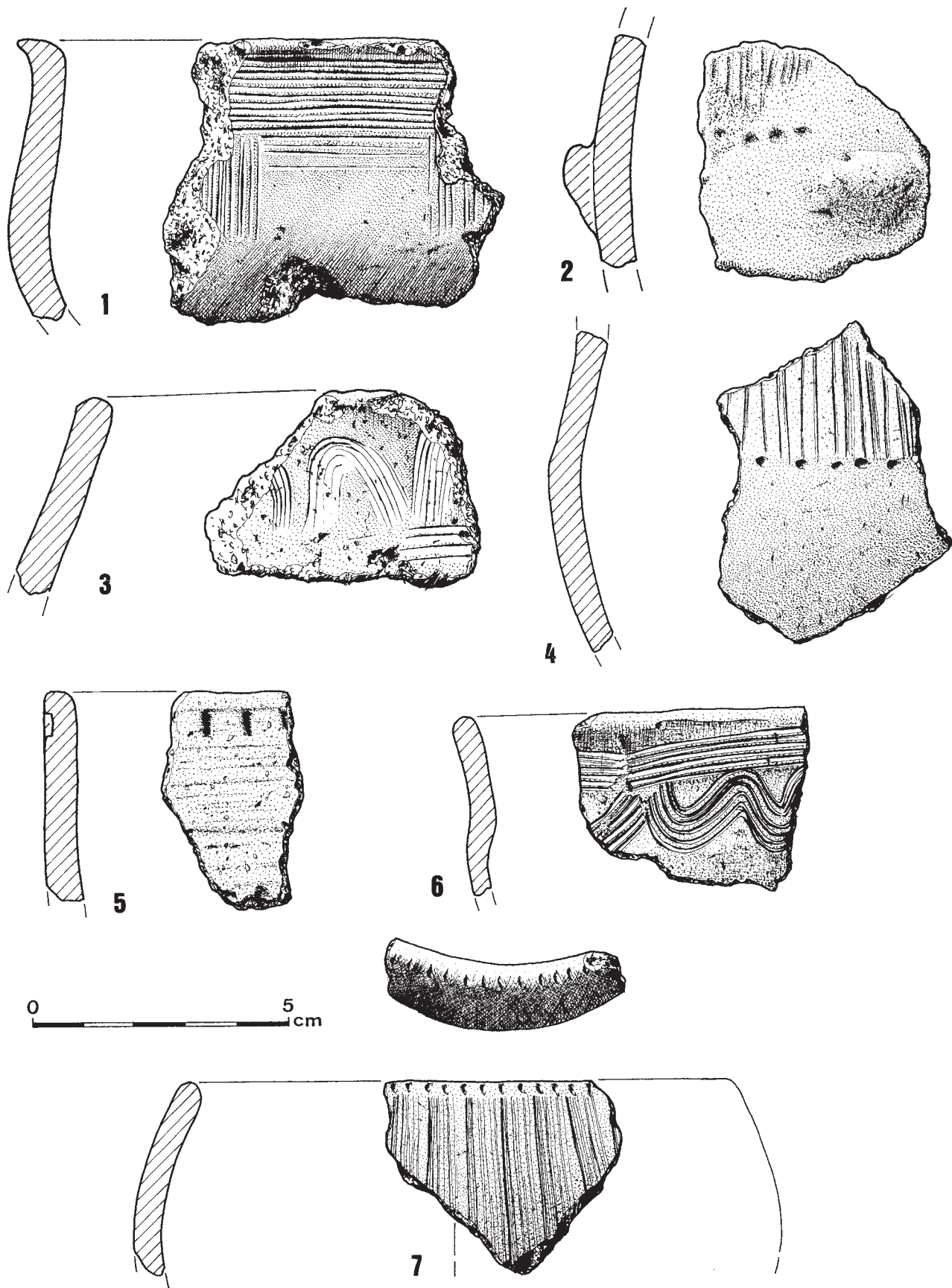


Fig. 49 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

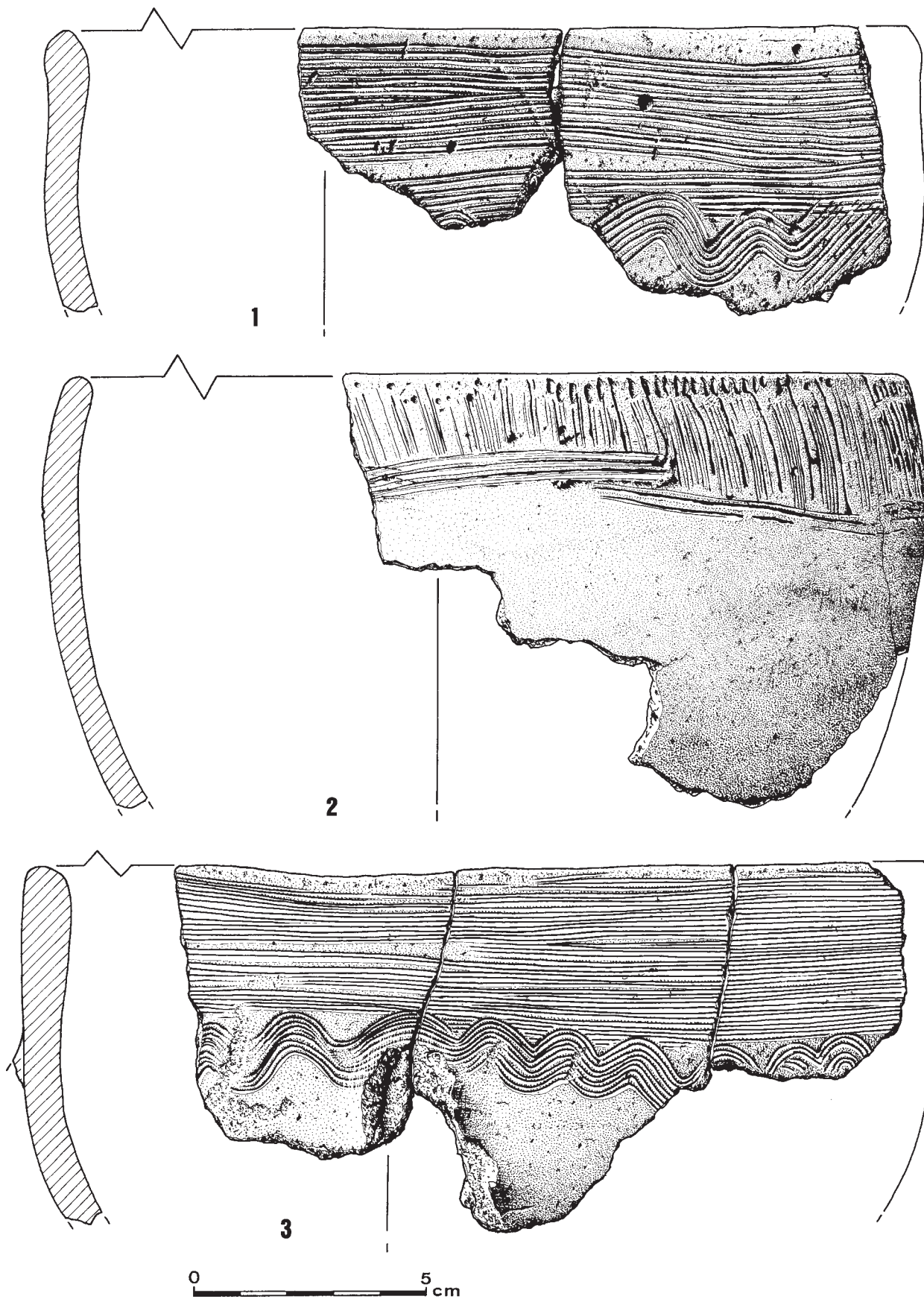


Fig. 50 – Cerâmicas decoradas da gruta da gruta da Casa da Moura.

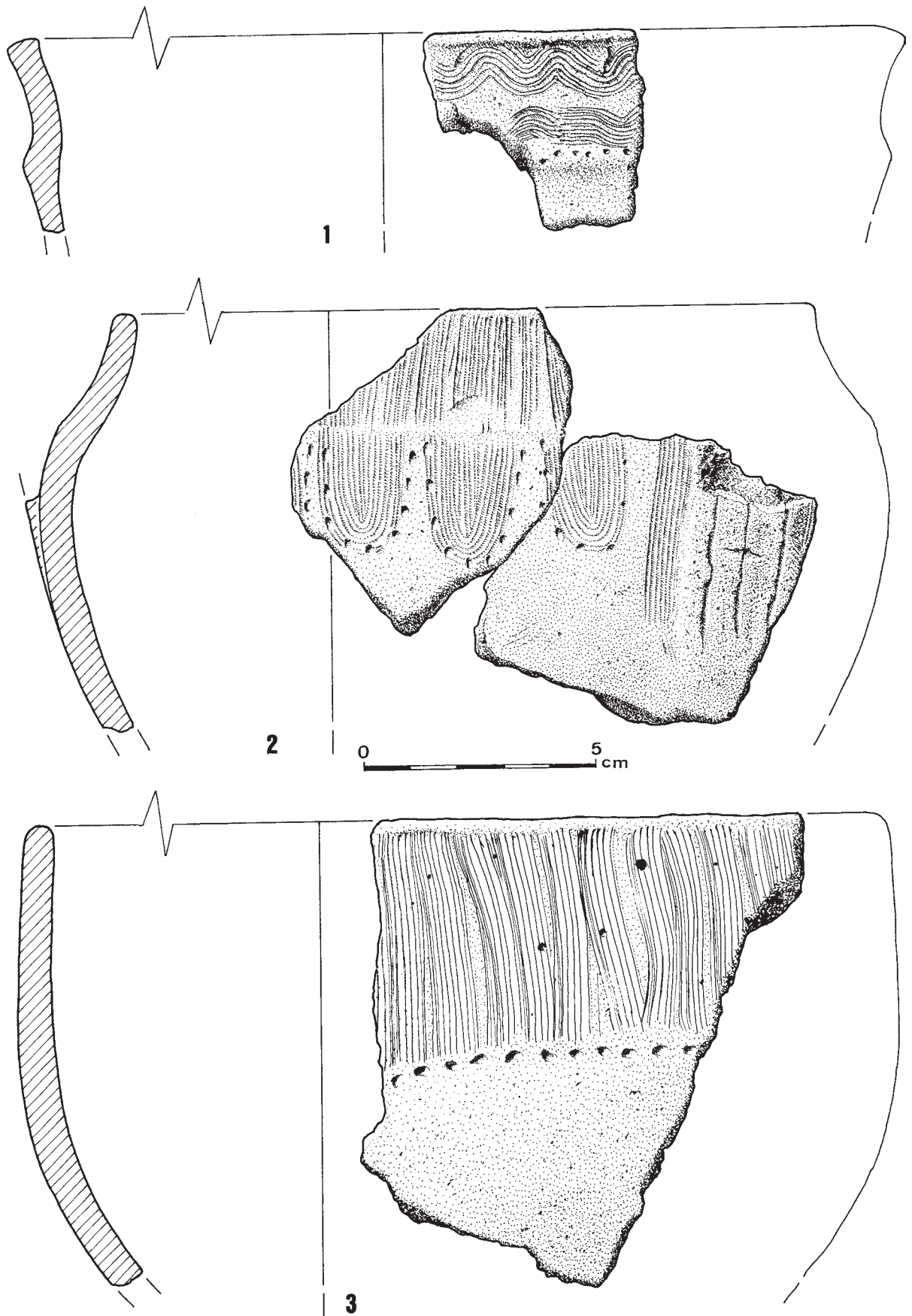


Fig. 51 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

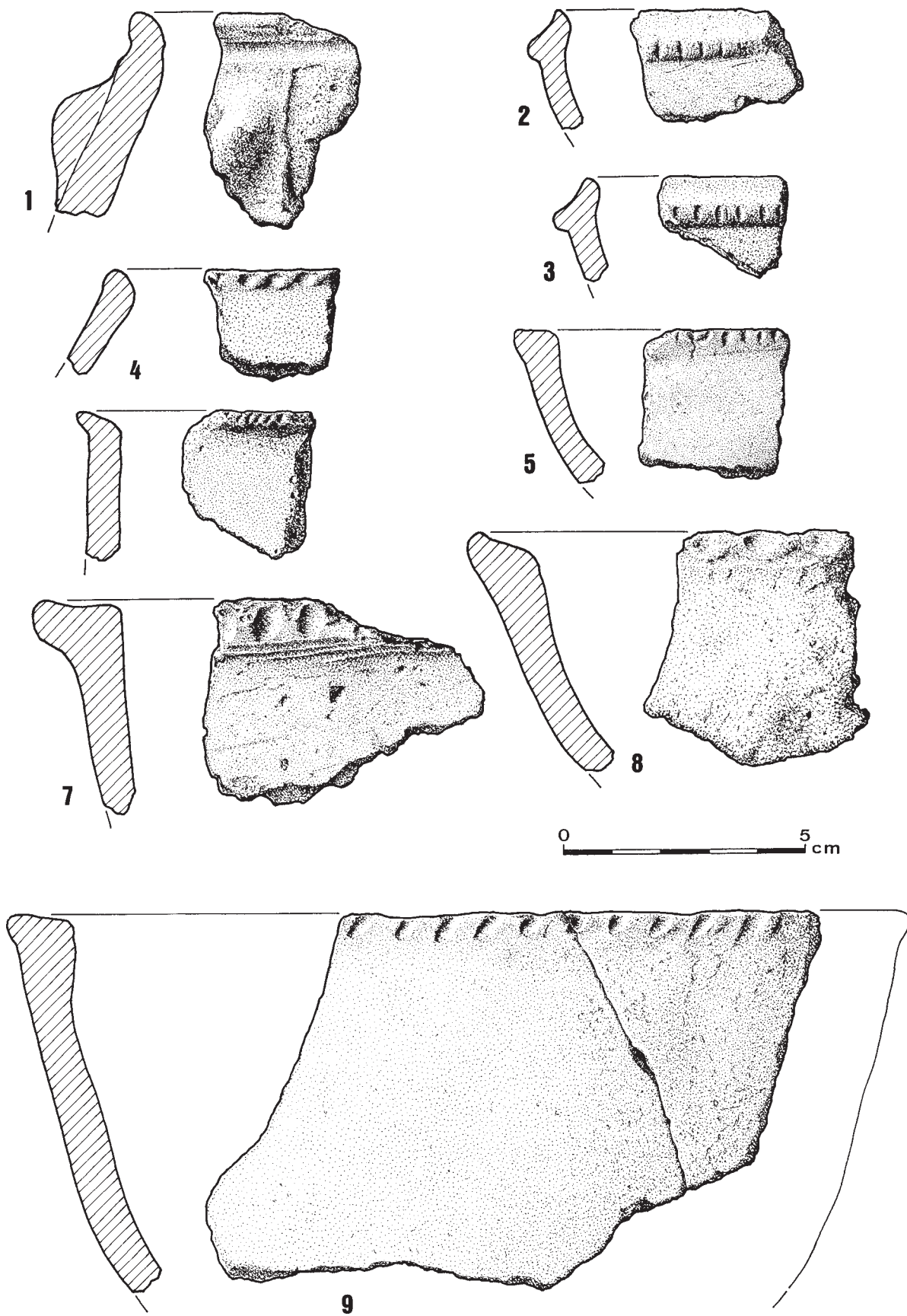


Fig. 52 – Cerâmicas decoradas da gruta da Casa da Moura.

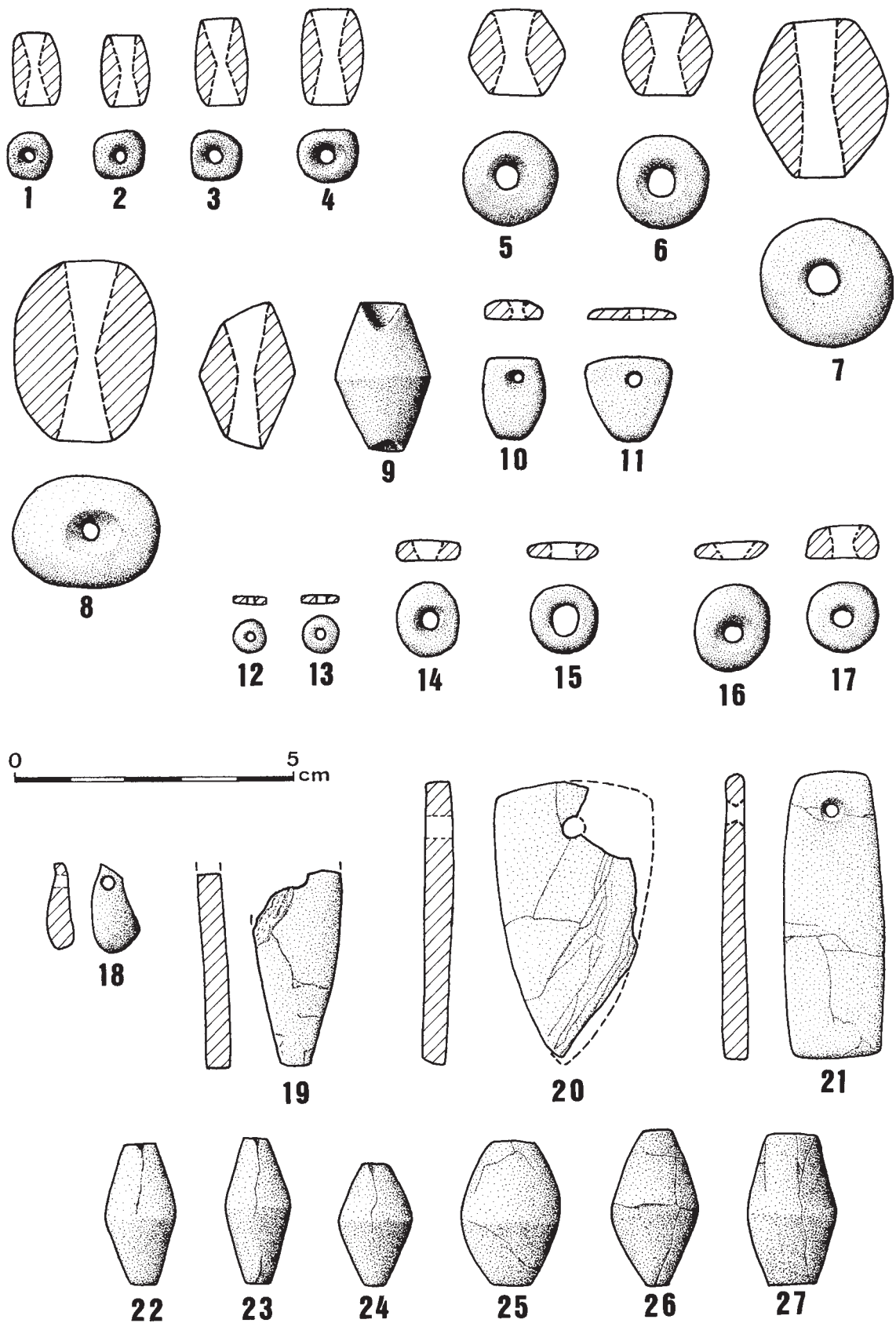


Fig. 53 – Contas e pendentis, de minerais verdes (1 a 4; 8; 10 a 17); de fluorite (7); de pedra negra (5; 6 e 9); de rocha acastanhada (18) e de madeira fóssil, lignito, ou hulha (azeviche) (19 a 27), da gruta da Casa da Moura.

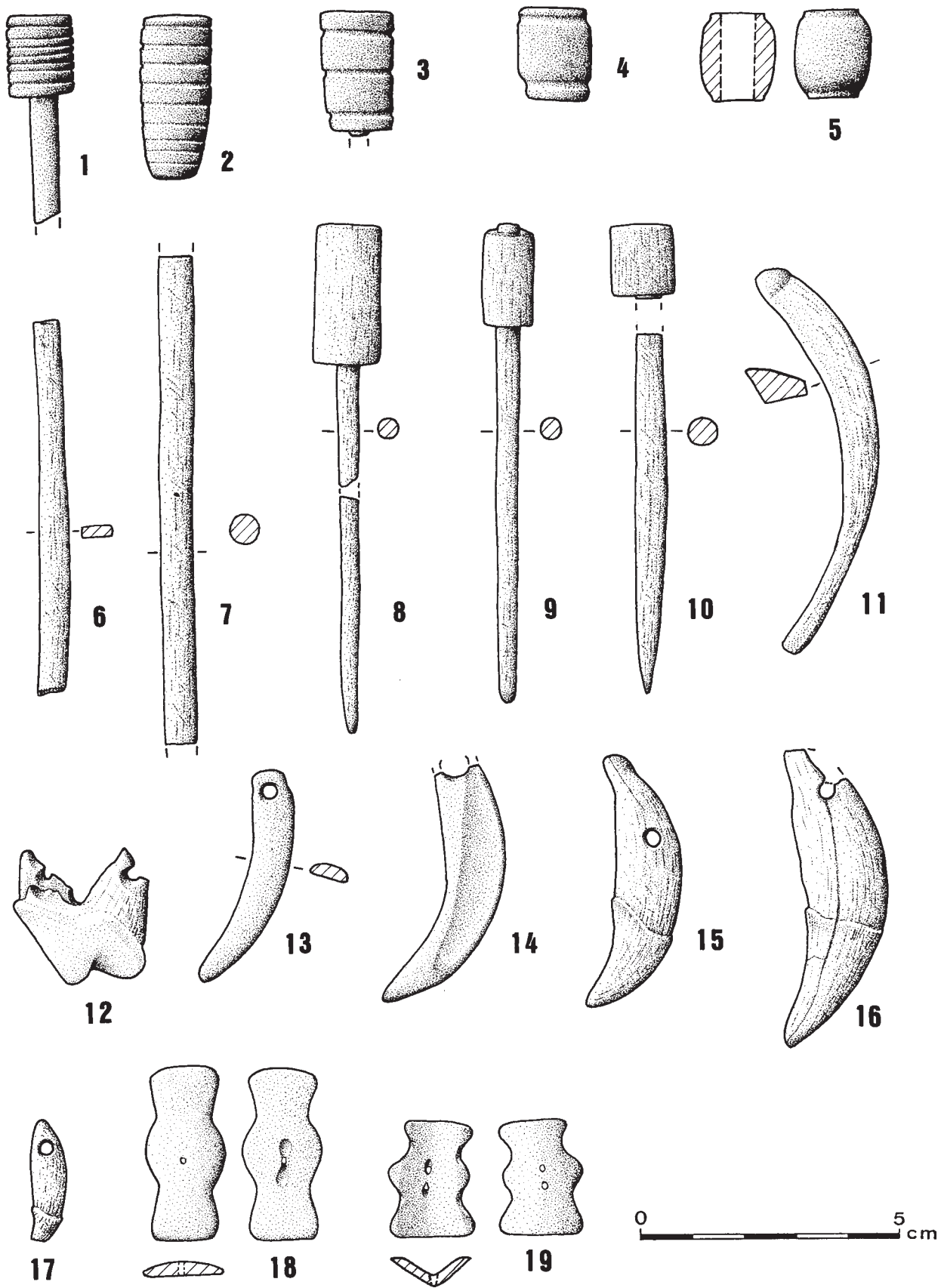


Fig. 54 – Adornos (alfinetes de cabelo e pendentes) e objectos da indumentária (botões de filiação campaniforme), de osso, da gruta da Casa da Moura.

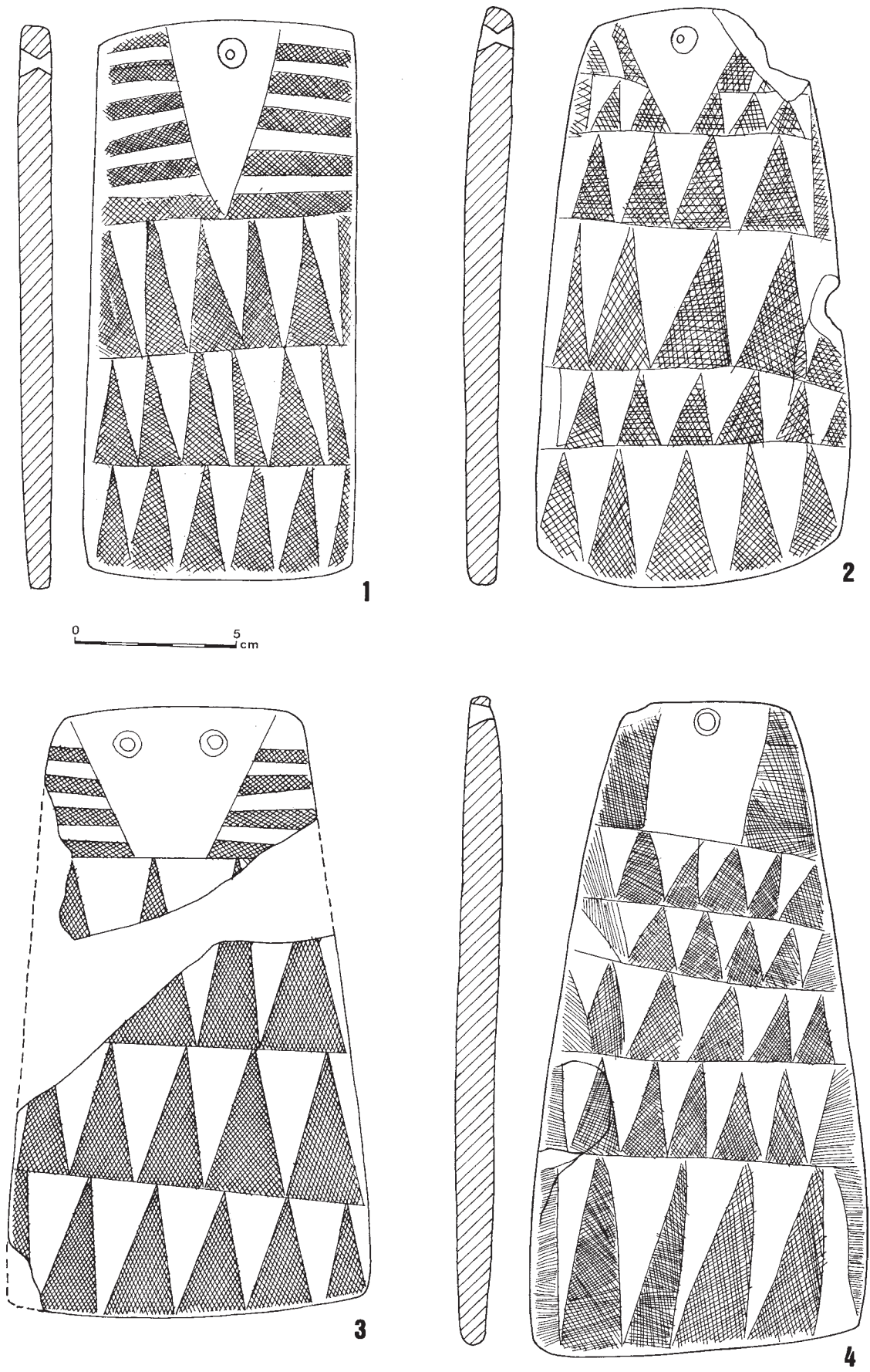


Fig. 55 – Placas de xisto da gruta da Casa da Moura.

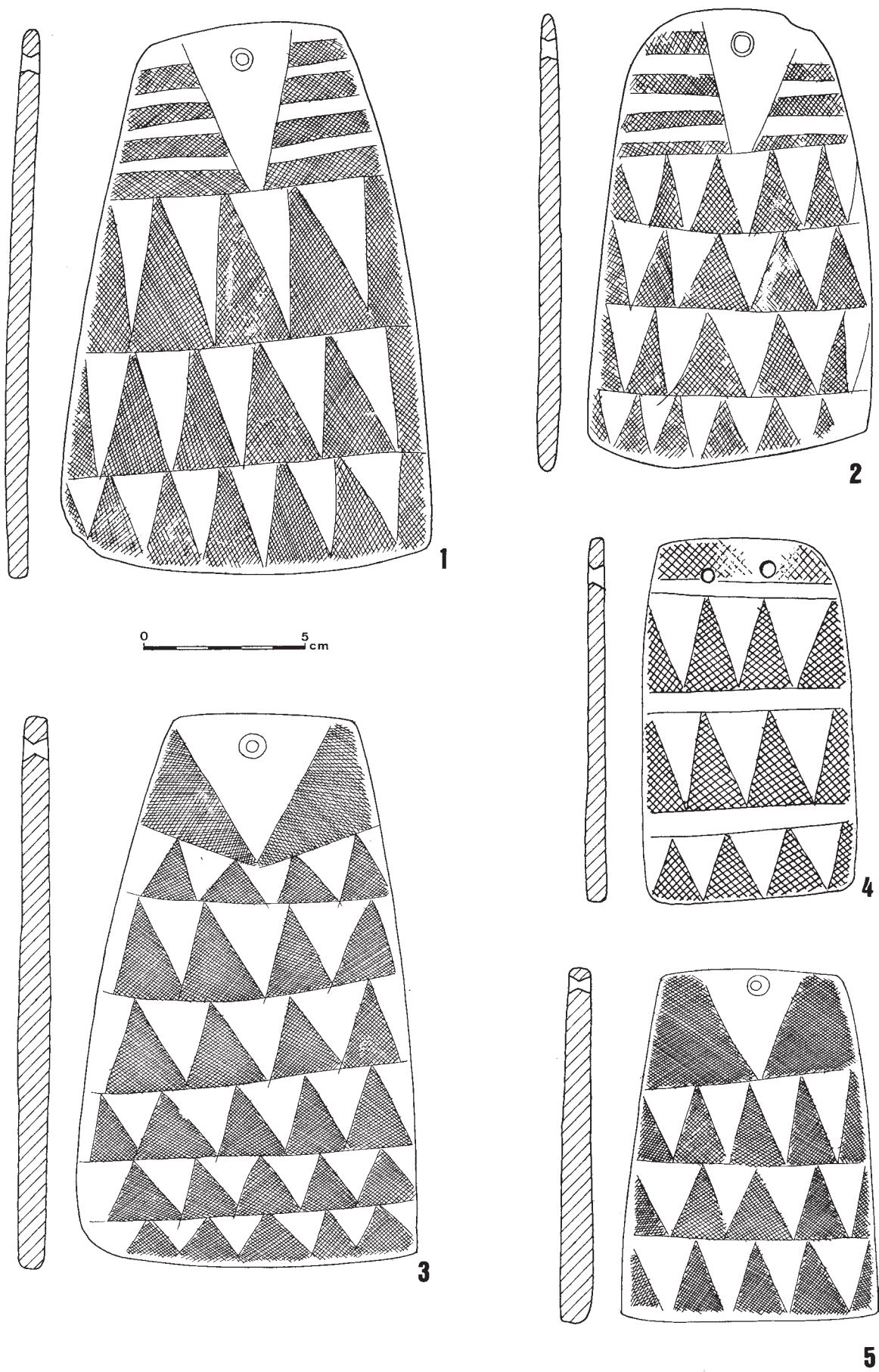


Fig. 56 – Placas de xisto da gruta da Casa da Moura.

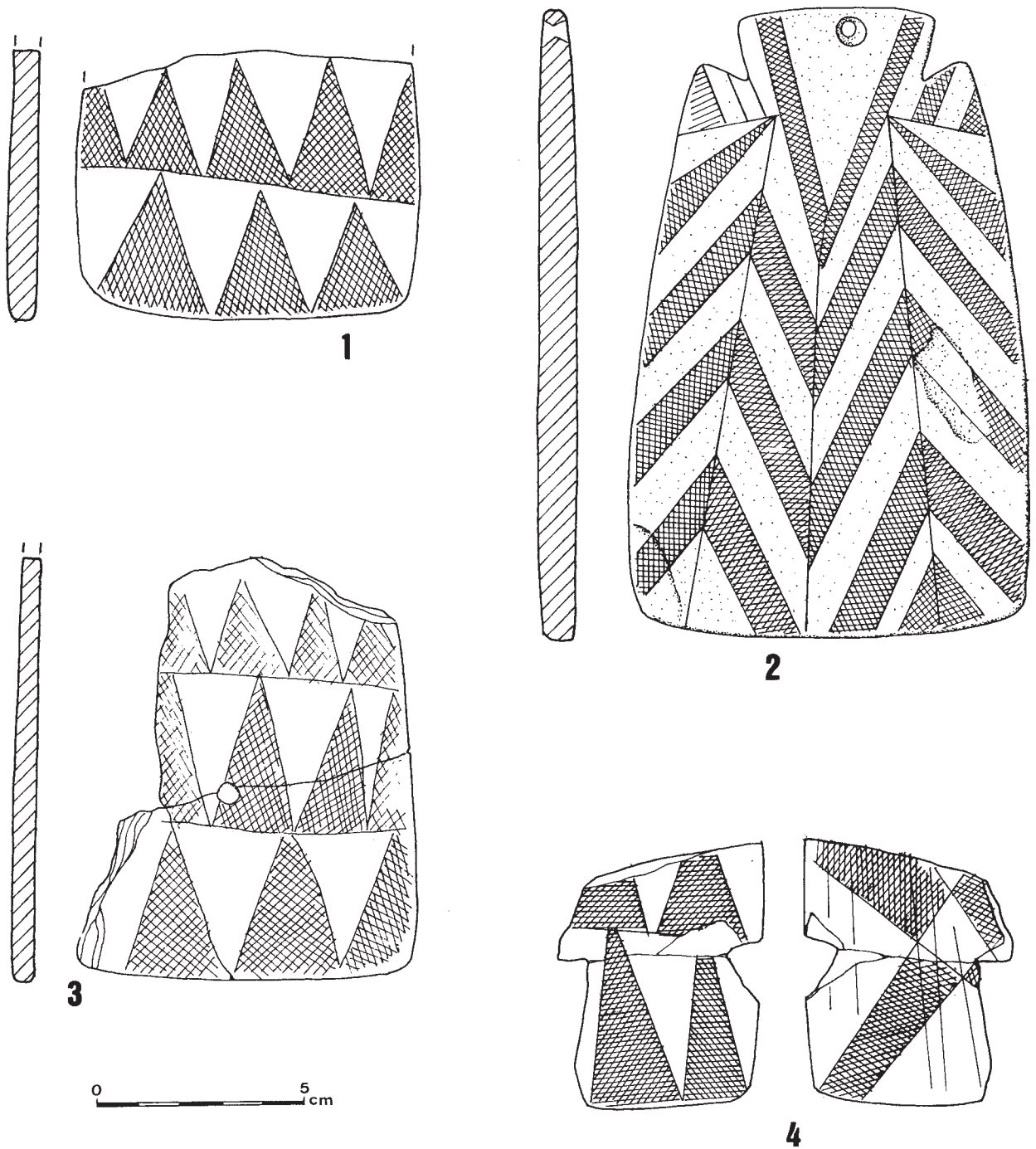


Fig. 57 – Placas de xisto da gruta da Casa da Moura.



Fig. 58 – “Báculo” de xisto decorado em ambas as faces e com uma fiada de perfurações junto à base, da gruta da Casa da Moura.

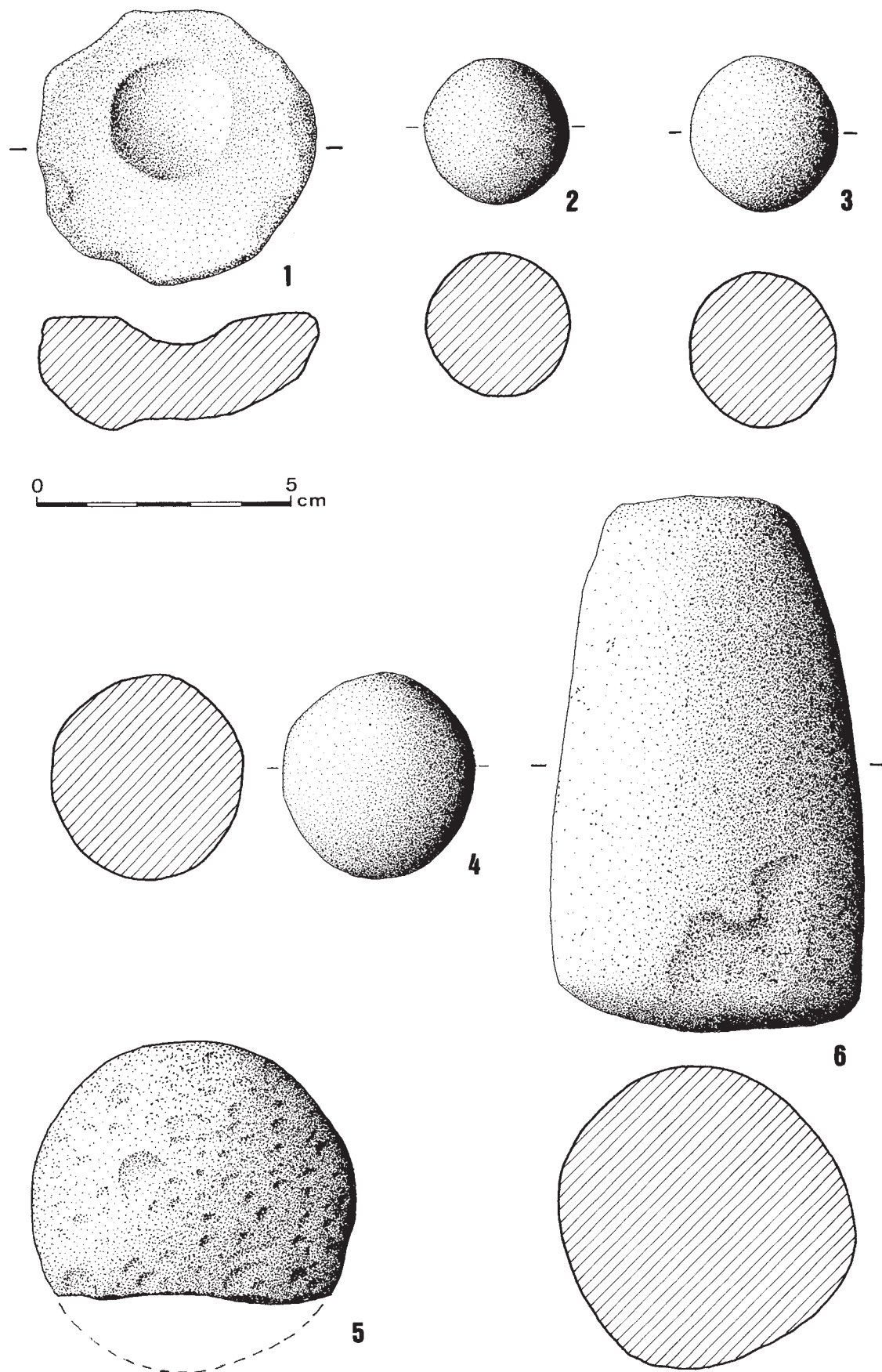


Fig. 59 – Amoladeira, esferóides e bétilo da Casa da Moura.

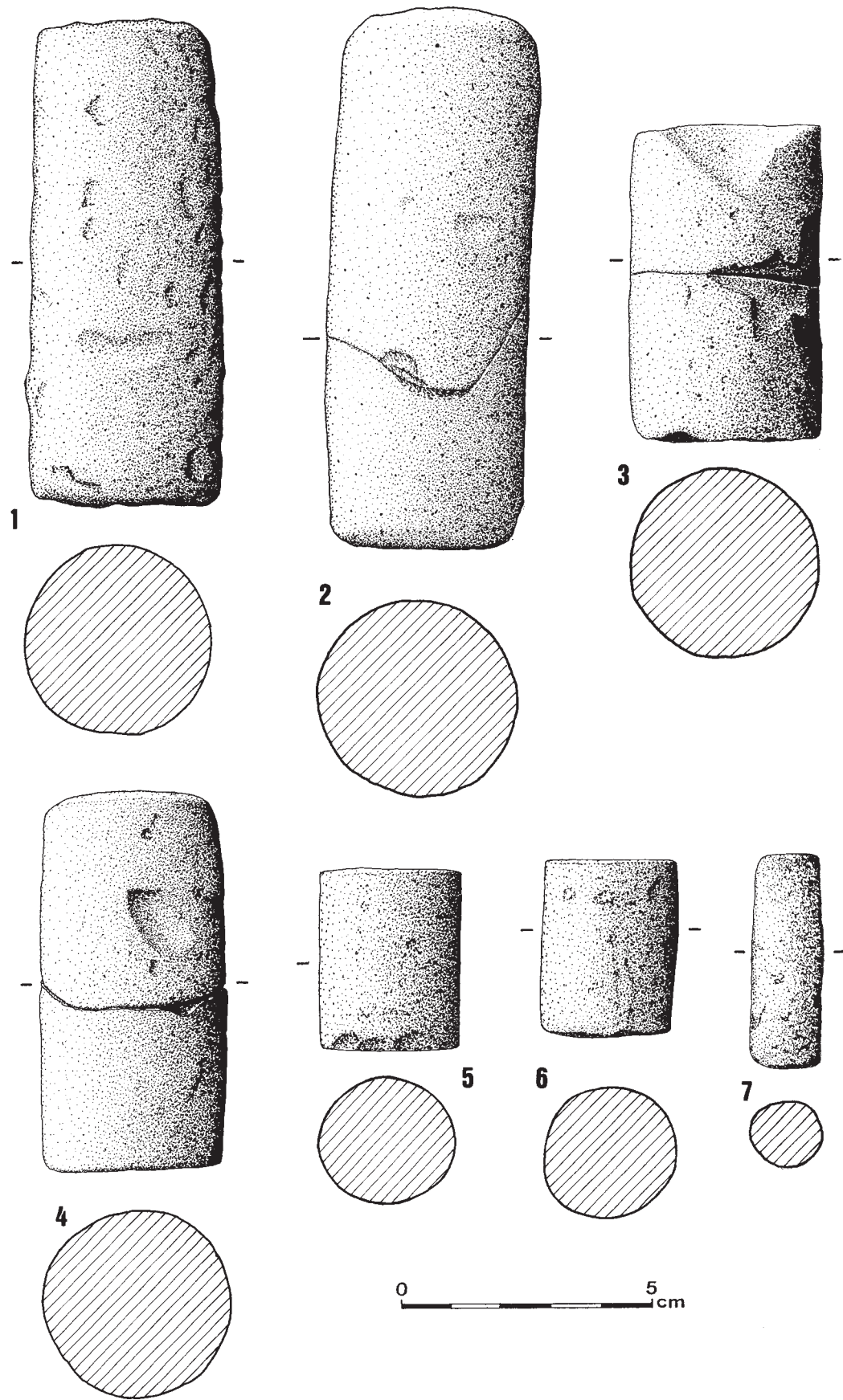


Fig. 60 – Cilindros de calcário lisos da gruta da Casa da Moura.

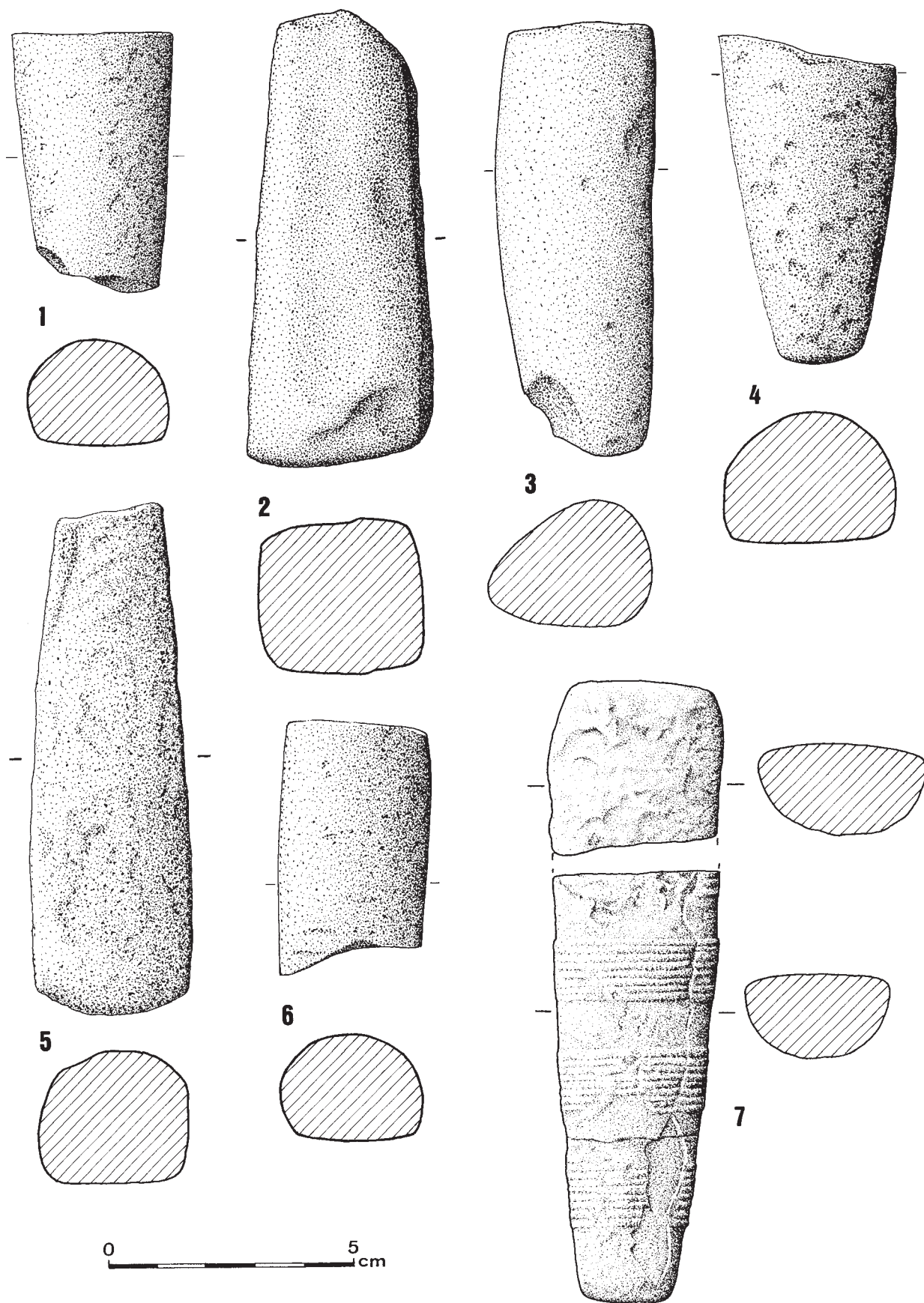


Fig. 61 – Hemicilindros de calcário lisos (incluindo um de secção quadrangular) e decorado da gruta da Casa da Moura.

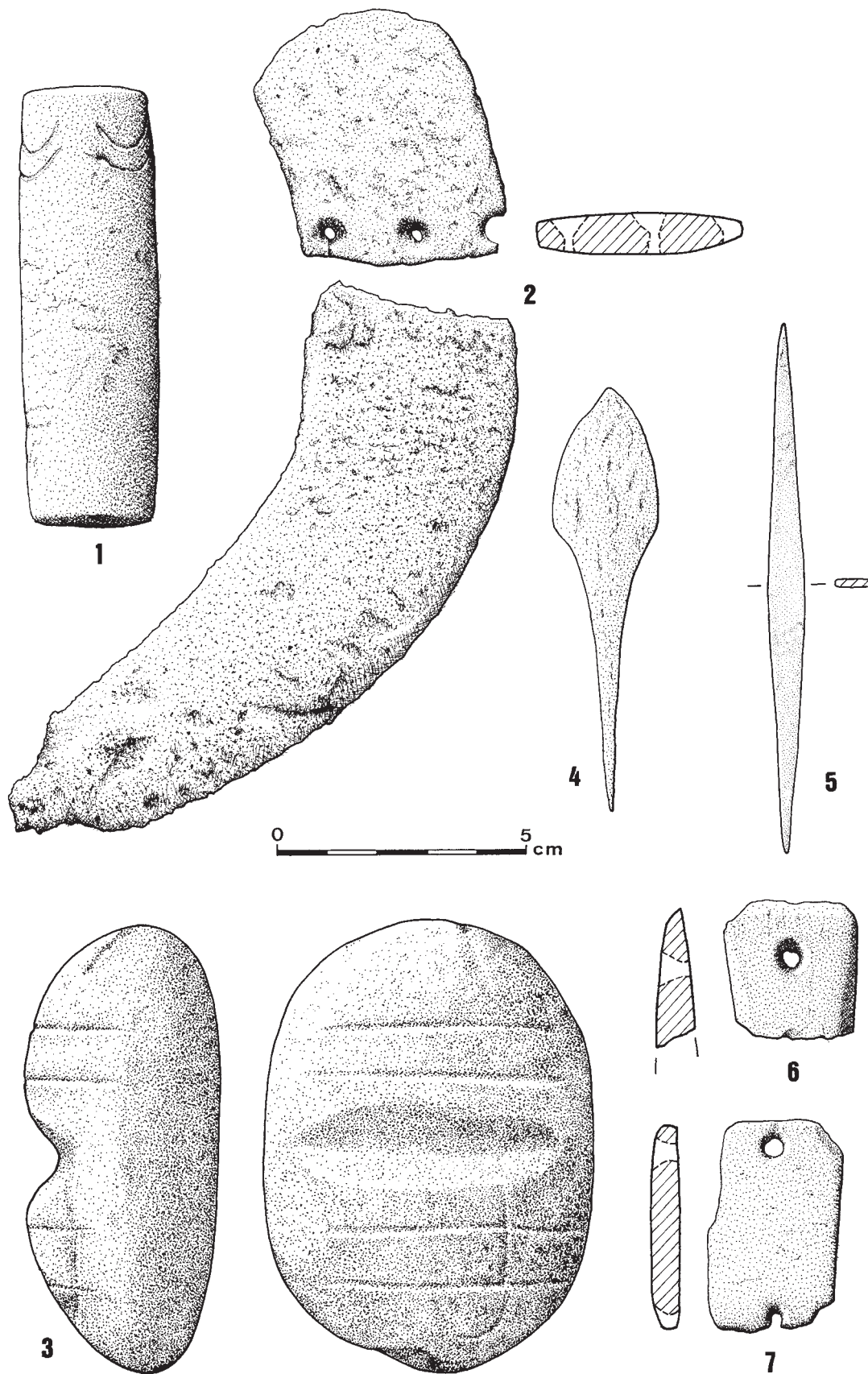


Fig. 62 – Peças de carácter ideotécnico de calcário (1 a 3), ponta Palmela (4), furador losânguic (5) e braços de arqueiro (6 e 7), da gruta da Casa da Moura.

PRESENÇA DO GÉNERO *CONUS* sp. NO NEOLÍTICO OU CALCOLÍTICO DA ESTREMADURA PORTUGUESA

João Luís Cardoso¹ & António Guerreiro

1 – INTRODUÇÃO

A presença do género *Conus* sp. foi identificada por um de nós (J.L.C.) nas colecções de Arqueologia do Museu do Instituto Geológico e Mineiro, na companhia do Amigo saudoso O. da Veiga Ferreira, a quem devemos as facilidades que permitiram o desenho dos materiais ora publicados. Trata-se de peças oriundas da gruta das Fontainhas (serra de Montejunto, Cadaval) e das grutas de Poço Velho (Cascais), utilizadas pelo homem pré-histórico, cujo presença e significado, até o presente, ainda não tinham sido devidamente valorizados, no âmbito das relações culturais e comerciais estabelecidas entre as populações estremenhas e o litoral algarvio e marroquino, apesar de tais materiais se encontrarem expostos ao público há mais de um século, no referido Museu.

2 – CONDIÇÕES DE JAZIDA E TAXONOMIA DOS EXEMPLARES

2.1 – Gruta das Fontainhas (Cadaval)

A gruta das Fontainhas é uma cavidade cársica existente na serra de Montejunto, cujo tecto abateu em época indeterminada. No século XIX foi objecto de explorações por ordem de Carlos Ribeiro, pouco antes da realização em Lisboa, em Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. O espólio exumado mostra que a gruta, provavelmente já então com o tecto abatido, funcionou como “armadilha” onde caíram numerosos animais, ou para onde foram arrastados os seus restos, no decurso da parte final da última glaciação (CARDOSO, 1993).

¹ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

A presença humana encontra-se documentada, através da tipologia de numeroso espólio arqueológico recolhido, desde o Neolítico Antigo ou de “tradição antiga” à Idade do Bronze, passando pelo Calcolítico Pleno e pelo período Campaniforme. Tendo presente a frequência relativa dos materiais reportáveis a cada um daquelas etapas cronológico-culturais, parece que as peças atribuíveis ao Neolítico Final são maioritárias, tendo presentes a abundância de lâminas de sílex (com e sem retoques), os machados e as enxós de pedra polida (GONÇALVES, 1990/1992). Será, pois, a esta etapa que se deverá reportar, com maior probabilidade, a peça que será objecto particular deste estudo.

Trata-se de concha de gastrópode do género *Conus*, com 102 mm de comprimento. A respectiva diagnose, efectuada por um de nós (A. G.) é a seguinte:

Conus pulcher Lightfoot, 1786
= *C. papylionaceus* Hwass, in Bruguière, 1792
= *C. prometheus* Hwass, in Bruguière, 1792

Descrição (Fig. 1, nº. 1)

Concha particularmente espessa nos exemplares adultos, composta por 10 voltas de espira, baixa e plana. Apex ligeiramente saliente. Sutura bem marcada. Ombro saliente anguloso ou sub-anguloso a arredondado. Lados de perfil quase plano. Abertura ligeiramente encurvada em direcção à base. Esta mostra-se ligeiramente rostrada, com cerca de 10 pequenos cordões espirais decorrentes posteriores, pouco conspícuos. Lábio fino um pouco curvado para dentro na parte superior da abertura e mais direito no sentido da base.

A ornamentação é muito variável: algumas séries de pontos ou manchas castanhas-creme contra um fundo branco, formando um número variável de bandas espirais, entre 15 a 20. Este padrão é constante em exemplares juvenis. Nos adultos são, por vezes, visíveis pontos muito maiores com distribuição irregular em toda a superfície.

Distribuição

Na actualidade, *C. pulcher* distribui-se das ilhas Canárias a Angola.

Ecologia

C. pulcher é endobêntico, utilizador dos substratos lodosos finos do médio e infralitoral desde os -2 m aos -20/30 m. Na base da sua alimentação estão os Nereídeos, os quais imobiliza com a rádula tóxica e engole sem mastigação. Raramente captura pequenos peixes bentónicos.

Torna-se progressivamente mais raro para Norte, até ao sul de Marrocos; atinge cerca de 70 mm na Canárias, mas, no Senegal pode chegar aos 140 mm e, ainda mais para sul, em Angola, exceder os 200 mm.

Discussão

Durante muito tempo, os pequenos exemplares desta espécie foram designados por *C. papylionaceus* e os grandes por *C. prometheus*. O único critério usado para tal separação baseava-se na ornamentação. Porém, nada

sugere que se esteja perante espécies distintas: ambos os *taxa* devem considerar-se sinónimos de *C. pulcher* Ligtfoot, 1786. Esta conclusão é extensiva a *C. byssinus*, cujo canal anal é absolutamente semelhante ao de *C. pulcher*, representando, simplesmente uma população do limite setentrional da distribuição geográfica espécie (ilhas Canárias).

C. pulcher encontra-se actualmente confinado desde as Canárias e sul de Marrocos a Angola. No nosso País, a presença de grandes espécies de *Conus* sp. foram assinaladas no Miocénico superior de Cacela, mas não pertencem, segundo verificou um de nós (A.G.), a esta espécie (COSTA, 1866; CHAVAN, 1940). A extraordinária conservação de alguns dos exemplares de Cacela, que nalguns casos exibem, ainda que muito esbatidas, as colorações originais da concha, poderiam justificar a possibilidade da peça em estudo corresponder a reaproveitamento de fóssil terciário; mas a total ausência de sedimento, mesmo nas partes mais recônditas da concha, como, sobretudo, a falta desta espécie em Cacela, conduzem a afastar tal hipótese. Por maioria de razão, é de eliminar a alternativa de o exemplar em estudo corresponder a uma recolha de fóssil nos afloramentos miocénicos da zona de Lisboa ou da serra da Arrábida; com efeito, embora o género *Conus* sp. tenha sido identificado em ambas as regiões, nem as espécies presentes correspondem, nem o tipo de fossilização é susceptível de suportar tal possibilidade (BOURCART & ZBYSZEWSKI, 1940).

Enfim, os cordões lumachélicos quaternários, identificados ao longo do litoral meridional da Arrábida não continham qualquer representante do género *Conus* sp. (CHOFFAT & DOLLFUS, 1904/1905), pelo que não poderão ser também considerados como origem da peça em estudo.

Em conclusão, o exemplar observado da gruta das Fontainhas deve ser atribuído a *C. pulcher*, conquanto exiba o lábio incompleto em toda a sua extensão e exiba total descoloração. A perfeita conservação da concha, bem como a ausência de preenchimento sedimentar ou a existência de concreções litoquímicas, que naturalmente deveriam observar-se nas pequenas rugosidades ou depressões produzidas por microorganismos na superfície ou indícios de mineralização da concha, afasta a hipótese de a peça corresponder a fóssil terciário, até porque esta espécie não se encontra presente em Portugal. Ao contrário, este exemplar deverá reportar-se a uma colheita na praia, de animal morto recentemente, dada a ausência de rolamento, senão mesmo apanhado vivo. Com efeito, não se reconhecem núcleos de digestão por litobactérias, nem perfuração activa de esponjas incrustantes, típica das conchas de moluscos abandonadas em condições costeiras.

A ser assim, a sua presença na gruta das Fontainhas, tendo presente a distribuição geográfica actual, indicará origem litoral norte-africana, sendo, por conseguinte, um indicador válido para documentar as relações existentes no na Pré-História – e, provavelmente, no Neolítico Final – entre aquela área geográfica e a Estremadura portuguesa.

2.2 – Grutas do Poço Velho (Cascais)

Estas cavidades cársicas, actualmente situadas em plena área urbana da cidade de Cascais, foram exploradas, tal como a gruta antecedente, pouco antes do Congresso de Lisboa, de 1880, por iniciativa de Carlos Ribeiro, que delas apresentou então sumária notícia, acompanhada de minuciosa planta (RIBEIRO, 1884); mas os materiais então exumados só foram estudados muito mais tarde (PAÇO, 1942). As escavações foram

pontualmente retomadas, em 1946/1947, das quais resultou a recolha de novos e importantes materiais arqueológicos (PAÇO, BÁRTHOLO & BRANDÃO, 1959). Mais tarde, O. da Veiga Ferreira identificou algumas peças de sílex, do Paleolítico Superior, com destaque para uma bela ponta de loureiro, estreita e muito alongada.

O restante espólio é dominado pelos materiais que, no Neolítico Final e no Calcolítico acompanharam as tumulações ali efectuadas, embora ocorram materiais mais antigos, presumivelmente do Neolítico Antigo, entre os quais um fragmento de vaso decorado (PAÇO, 1941, Est. 29, b) e mais modernos, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, objecto de estudo recente (CARREIRA, 1990/1992).

Tendo presente a tipologia da totalidade do espólio recolhido, é fácil concluir que a ocupação mais relevante, tanto pela abundância como pela qualidade e variedade dos materiais remonta ao Neolítico Final. É, pois, a esta fase cronológico-cultural que devem reportar-se as duas peças ora estudadas.

Trata-se de duas conchas da espécie *Conus mediterraneus* Hwass, in Bruguière, 1792, recolhidas nas escavações de 1879, partidas na zona apical, de modo a permitirem a passagem de uma fibra; teriam, deste modo, sido utilizadas como elementos de colar, hipótese reforçada pelo ténue uso e boleamento que possuem. Nas escavações mais recentes, recolheu-se, pelo menos, mais um exemplar, não observado.

Descrição (Fig. 1, nº. 2 e 3)

Concha pouco brilhante, composta por 9 a 10 voltas da espira. Sutura bem marcada, por vezes fortemente escalonada. Ombro largo e arredondado a sub-arredondado. Possui cerca de 10 cordões decorrentes pouco conspícuos na base. Perfil do lábio pouco encurvado, ligeiramente convexo nos topos. A cor é amarelo-esverdeada, com alguns pontos brancos muito variáveis na forma. Estes pontos normalmente seguem um padrão em zig-zag, formando bandas mais ou menos regulares sobre toda a extensão da última volta. A espira é por vezes branca, apresentando algumas manchas castanhas com distribuição variável.

Dimensões

O comprimento total da concha varia normalmente entre 20 e 30 mm, atingindo os 40 mm, ou pouco mais.

Ecologia

C. mediterraneus vive nos fundos brandos com pedra, fortemente povoados de algas, desde o mediolitoral até cerca de 15 m de profundidade.

Distribuição

Esta espécie distribui-se actualmente ao longo de todo o Mediterrâneo e, para Norte, até à ria de Vigo; para Sul, atinge o Senegal. Na costa portuguesa, esta espécie encontra-se limitada na actualidade à Ria Formosa, sendo escassos os exemplares recolhidos fora dessa zona algarvia.

Discussão

A presença em Portugal de conchas de *C. mediterraneus* encontra-se limitada, no que à Pré-História diz respeito, tanto quanto é de nosso conhecimento, às grutas do Poço Velho e à gruta de Ibn-Amar,

Mexilhoeira da Carregação (Lagoa), onde se recolheu pelo menos um exemplar, transformado em conta (COSTA, 1971). Porém, não é possível atribuir estes últimos exemplares a uma época específica, à falta de indicações dadas pelo autor citado, que colaborou na exploração da gruta. A análise directa dos materiais exumados, permitiu verificar que a gruta foi ocupada recorrentemente no decurso da Pré-História e de épocas ulteriores, com especial destaque no Neolítico Antigo e, menos intensamente, na Idade do Bronze, conforme se conclui dos respectivos materiais exumados (GOMES, CARDOSO & ALVES, 1995). Atendendo à existência da espécie na própria região onde se abrem as grutas, não será necessário recorrer ao comércio ou permutas de longa distância para explicar a ocorrência destes exemplares. Ao contrário, estranha-se que contas desta espécie não ocorram com mais abundância na importante necrópole calcolítica de Alcalar (Portimão), nem nos numerosos sepulcros pré-históricos algarvios; ao menos, não foi registada pelos sucessivos investigadores que sobre os mesmos se debruçaram.

Tal como no exemplar da gruta das Fontainhas, é de afastar, em qualquer dos casos, a hipótese de se tratar de reutilização de exemplares fósseis, tal o estado de frescura da concha.

A presença, nas grutas do Poço Velho, de um número de exemplares não inferior a três, conduz à hipótese de, por razões que nos ultrapassam, terem os indivíduos ali tumulados, estabelecido relações especiais com o litoral algarvio. Tais relações não seriam, naturalmente, frequentes nem contínuas: com efeito, bastaria contacto esporádico, eventualmente devido a apenas um único indivíduo, para explicar a presença destas raras conchas, utilizadas como contas de colar no Neolítico Final da Estremadura portuguesa.

3 – INTEGRAÇÃO CULTURAL

A presença de conchas de *Conus mediterraneus* intactas, ou transformadas em contas de colar, como os exemplares da gruta do Poço Velho, em contas de colar, em diversas estações calcolíticas do litoral da Andaluzia mostra a utilização desta espécie como elementos de adorno pré-históricos, à semelhança dos exemplares portugueses. Assim, nas *tholoi* de Los Millares (Almería), conhecem-se ocorrências nos monumentos 1 (1 ex.) (LEISNER & LEISNER, 1943, Tf. 8, 1, 9); 38 (1 ex. sem modificação) (*op. cit.*, Tf. 18, 1, 13); 17 (1 ex.) (*op. cit.*, Tf. 19, 1, 5); 20 (1 ex. sem modificação) (*op. cit.*, Tf. 21, 1, 6); 23 (1 ex. sem modificação) (*op. cit.*, Tf. 22, 4, 9); e 63 (1 ex. sem modificação) (*op. cit.*, Tf. 24, 2, 20). A maior abundância da espécie nos referidos contextos pré-históricos face aos portugueses explica-se, naturalmente, por ser também mais abundante nas respectivas biocenoses do litoral andaluz.

Por outro lado, a presença de *Conus pulcher*, reforça a existência, presumivelmente, no Neolítico Final, de contactos de cunho meridional ainda mais alargado, visto corresponder a espécie africana que, tanto quanto é de nosso conhecimento, jamais foi assinalada em qualquer estação pré-histórica peninsular. Esta circunstância confere o maior interesse ao exemplar da gruta das Fontainhas, considerado, deste modo, no âmbito dos contactos extra-peninsulares estabelecidos no Neolítico e no Calcolítico, designadamente com o litoral atlântico marroquino.

Na procura de mais indícios de tais contactos, importa valorizar a ocorrência de outro testemunho malacológico: trata-se de uma concha de *Patella* sp. oriunda do Calcolítico Inicial (?) do povoado do Pedrão,

Setúbal (SOARES & SILVA, 1975, Est. 18, n.º 237). É exemplar de contorno elipsoidal e de grandes dimensões (92 mm x 72 mm), mas com a altura de apenas 22 mm; apresenta-se cuidadosamente polida, tanto na superfície dorsal como ao longo do seu perímetro, o qual ostenta, numa das extremidades, uma protuberância obtida intencionalmente por recorte, a qual, embora fracturada, se destinava à fixação da peça num colar ou em outro adorno, possuindo talvez, na origem, um furo para suspensão. Trata-se de um exemplar igualmente único na Pré-História portuguesa, o qual não foi, até ao presente, devidamente valorizado. Embora o intenso afeiçãoamento tenha eliminado elementos de diagnose importantes, as dimensões e morfologia são compatíveis com *P. safiana* Lamarck. Esta espécie ocorre nas proximidades do Pedrão, no estado fóssil: foi, com efeito, identificada no nível lumachélico-conglomerático da paria elevada de 6 m, cerca de 200 m a SW do forte da Baralha (Azóia, Sesimbra), sobre o litoral da Arrábida (CHOFFAT & DOLLFUS, 1904/1905). Contudo, pelo seu excelente estado de conservação, este exemplar não parece ser dali oriundo, visto que o cimento endurecido que agrega aquelas conchas, impediria a extracção de uma concha em tão boas condições, como um de nós teve a ocasião de verificar pessoalmente (CARDOSO, 1994, Fig. 6): com efeito, é excepcional a existência de exemplares inteiros (o maior, das colecções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro, atinge apenas 74 mm de comprimento) e, quando tal acontece, a concha encontra-se fortemente incrustada de sedimento, cuja eliminação provocaria invariavelmente a sua fragmentação.

É uma espécie característica de águas quentes, que não ultrapassa actualmente o litoral marroquino (CARDOSO, 1993, p. 534), não se encontrando registada nos tempos pós-glaciários em nenhum depósito ou estação pré-histórica portuguesa. Deste modo, a confirmar-se, como tudo indica, a atribuição do exemplar em causa a tal espécie, ele corresponde a mais um indício da existência de contactos, ainda que esporádicos, da área estremenha com o litoral africano no decurso do Neolítico e do Calcolítico. Este exemplar tem equivalente próximo num outro, recolhido na cripta dolménica do monumento 1 da necrópole de Alcalar cujas grandes dimensões também justificaram o destaque que lhe conferiu Estácio da Veiga (VEIGA, 1887, p. 561): “Mede a referida concha gasterópode no eixo maior 0,082 m, no transversal 0,059 e de altura maxima 0,020 mm. Mostra pois maiores dimensões do que as espécies viventes que tenho colligido no Algarve. Parece porém ter sido rolada, se é que não foi intencionalmente desgastada na secção externa mais proeminente, ou alisada pelo attrito no uso que póde ter tido, se como colhér foi utilizada nas refeições quotidianas juntamente com as muitas facas de silex que a acompanhavam”. As suas dimensões são, com efeito, claramente compatíveis com *P. safiana*.

Ao ter-se verificado a presença de conchas de origem africana no território português, servindo como elementos de adorno ou a outros usos, importa integrá-las em contexto mais amplo, de trocas e de contactos comerciais, do qual fariam, naturalmente, parte integrante. Uma das evidências mais expressivas desta realidade é a presença do marfim, em bruto ou trabalhado, em contextos pré-históricos portugueses. A sua presença é de há muito conhecida, tanto em Portugal como, sobretudo, na Andaluzia (ALMAGRO-BASCH, 1959). No concernente ao território português são, porém, evidentes as dificuldades em destringir quais as peças feitas verdadeiramente de marfim, especialmente as de menores dimensões, dada a semelhança de tal matéria com o osso. Sem preocupações de exaustividade – até porque tal implicava a observação directa de numerosos exemplares referidos na bibliografia dispersos por múltiplas

colecções, mencionam-se, apenas aqueles susceptíveis de corresponder, com maior probabilidade, à referida matéria-prima.

Estácio da Veiga assinalou, no Algarve, dois desses artefactos: o primeiro, provém do monumento dolménico de Nora, Cacela (VEIGA, 1886, Est. 14, n.º 10). Trata-se de objecto em calote de esfera decorada na periferia a toda a volta por motivos reticulados incisos, que pode interpretar-se como remate do cabo de um punhal, cujas afinidades mediterrâneas foram já assinaladas (ALMAGRO & ARRIBAS, 1963, Lám. 188). O segundo, é um pente igualmente com decoração reticulada em toda a superfície, proveniente da *tholos* de Marcela, também pertencente à freguesia de Cacela (VEIGA, 1886, Est. 21, n.º 2). Mas, mais expressivo do abastecimento em marfim de origem certamente norte-africana – excluída a hipótese, por improvável, de se tratar de marfim fóssil, facilmente demonstrável ser incompatível com o estado de frescura e ausência de mineralização das peças em apreço – é a presença em diversos monumentos da necrópole de Alcalar, de porções de marfim não trabalhado. É o caso de peça recolhida no monumento 4, descrito por Estácio da Veiga (VEIGA, 1889, p. 213): “Era um fragmento cortado longitudinalmente de um dente de elephante: tinha por isso uma secção plana e outra convexa. O raio correspondente a esta curva mediu 0,05 m, e portanto o diametro do dente devêra ter o dobro. O único trabalho que recebeu foi o da serragem, e segundo parece estaria destinado para alguns artefactos”. Também desta notável *tholos* provém um núcleo de marfim, destacado do dente por serragem, “mui provavelmente para diversos artefactos” (VEIGA, 1889, p. 223).

As referências acima transcritas bastariam para demonstrar a existência do comércio calcolítico de marfim em bruto, ulteriormente transformado, nos locais peninsulares de destino, em diversos artefactos, ao gosto e necessidades específicas dos seus habitantes. Um de nós (J.L.C.), nas escavações realizadas em 2002 no povoado pré-histórico de Leceia, recolheu uma porção proximal de alfinete com cabeça maciça, indubitavelmente de marfim, na Camada 3, correspondente ao Calcolítico Inicial. Tal testemunho é o mais setentrional, de que se tem conhecimento, da ocorrência de marfim pré-histórico na Península Ibérica (podendo, no entanto, algumas peças publicadas por Afonso do Paço do povoado homólogo de Vila Nova de São Pedro, não observadas directamente, serem também em tal matéria-prima, (PAÇO, 1960).

A presença insistente de marfim, manufacturado ou em bruto, nos sítios algarvios referidos explica-se, pois, pela proximidade geográfica do norte de África, bem como dos mercados calcolíticos mediterrâneos: que tal comércio se estendeu à Estremadura, é-nos indicado por alguns objectos, naturalmente muito mais escassos que os reconhecidos no Algarve, com destaque para “uma grande conta de marfim”, recolhida por A. I. Marques da Costa na Gruta III da necrópole da Quinta do Anjo, Palmela (COSTA, 1907, Est. 16, n.º 386). A descrição do autor não oferece dúvida quanto à natureza da matéria-prima: “O marfim, de que é formada, está pela sua grande antiguidade a separar-se naturalmente em camadas cylindricas muito regulares, cujo eixo commum é paralelo ao da conta, mas não se confunde com elle”.

Os elementos supra referidos inscrevem-se no fluxo de objectos – sobretudo de adorno – oriundos do norte de África cuja sua presença seria, naturalmente, justificada com a permuta por materiais peninsulares coevos. A questão reside, pois, na identificação e cronologia destes últimos. O comércio pré-histórico de marfim norte-africano foi relacionado com a presença, em diversas estações litorais do Marrocos atlântico, de objectos campaniformes, com destaque para as características cerâmicas decoradas, acompanhadas de

produções metálicas igualmente características, como pontas Palmela e punhais de lingueta (POYATO HOLGADO & HERNANDO GRANDE, 1987). Contudo, se são grandes as evidências de contactos culturais comerciais, entre o litoral peninsular e o litoral marroquino, na época campaniforme, os testemunhos em períodos pré-campaniformes de tais contactos são duvidosos ou mesmo desconhecidos, não se encontrando registados na bibliografia. Assim, tanto P. Bosch-Gimpera (BOSCH-GIMPERA, 1955) como, mais tarde, A. Gilman (GILMAN, 1975), concordam com as provas materiais da presença peninsular no litoral marroquino, corporizada pelos testemunhos campaniformes, mas não indicam quaisquer outros mais antigos, compatíveis com a cronologia atribuível ao exemplar de *Conus pulcher* da gruta das Fontainhas: o Neolítico Final. O segundo dos autores referido, é conclusivo quanto a este aspecto: “We have seen that the bulk of the artifactual inventory of the Neolithic of the western Maghreb in general and of northern Morocco in particular has no significant resemblances to prehistoric materials in the Iberian peninsula. Two classes of artifacts are exceptions to this pattern. True Beaker pottery has been found at a number of prehistoric localities in the Maghreb. In addition, a number of metal artifacts, mostly found out of context, clearly resemble types of the Spanish and Portuguese Bronze Age” (*op. cit.*, p, 128). Porém, são as próprias evidências da presença campaniforme de origem peninsular no norte de África, que autorizam a admitir uma realidade comercial calcólica pré-campaniforme: assim se explicaria a presença de marfim norte-africano em estações do litoral meridional português, acima referidas, como nas *tholoi* de Alcalar, cuja cronologia deve ser reportada a época ante-campaniforme (não obstante a falta de manifestações campaniformes “clássicas” na região correspondente, tornando mais difícil uma resposta com segurança sobre a referida anterioridade), bem como a concha de *P. safiana* no Calcolítico Inicial (?) do povoado do Pedrão.

Em conclusão: os habitantes que, no Neolítico Final ou no Calcolítico ocuparam a Estremadura portuguesa, mantiveram contactos com populações que viviam tanto no litoral algarvio bem como, provavelmente, com outras, mais distantes: é essa a principal conclusão decorrente da presença de *Conus mediterraneus* nas grutas do Poço Velho (Cascais), como de *Conus pulcher* da gruta das Fontainhas (Cadaval), no qual constituirá um dos mais interessantes e expressivos testemunhos, dos contributos materiais norte-africanos no território português, provavelmente desde o Neolítico Final e plenamente afirmados no Calcolítico. A qualidade dos materiais inventariados neste estudo, todos eles conhecidos de há muito mais jamais valorizados como mereceriam, e que uma análise mais exaustiva de antigas colecções por certo aumentaria significativamente, faz crer que a relevância económica de tais contactos foi, superior àquela que, até ao presente, lhe tem sido conferida, com base nos elementos só esporadicamente reconhecidos.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO BASCH, M. (1959) – Elementos para la cronologia absoluta del Bronce I en la Península Ibérica. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 161-185.
- ALMAGRO, M. & ARRIBAS, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería)*. Madrid: Bibliotheca Praehistorica Hispana, 3, 475 pp.

- BOSH-GIMPERA, P. (1955) – Néo-Énéolithique espagnol et africain. *Actes du II Congrès Panafricain de Préhistoire* (Alger, 1952). Paris, pp. 503-508.
- BOURCART, J. & ZBYSZEWSKI, G. (1940) – La faune de Cacela en Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 21, pp. 3-60.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 567 pp.
- CARDOSO, J. L. (1994) – O litoral sesimbrense da Arrábida. Resenha dos conhecimentos da sua evolução quaternária e das ocupações humanas correlativas. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 4, pp. 5-12.
- CARREIRA, J. R. (1990/1992) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, pp. 229-245.
- CHAVAN, A. (1940) – Les fossiles du Miocène supérieur de Cacela. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 21, pp. 61-106.
- CHOFFAT, P. & DOLLFUS, G. F. (1904/1905) – Quelques cordons littoraux du Pleistocène du Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 6 (1), pp. 158-173.
- COSTA, F. A. Pereira da (1866) – *Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal*. Lisboa: Comissão Geologica de Portugal, 252 pp.
- COSTA, A. I. Marques da (1907) – Estações prehistoricas dos arredores de Setubal. *O Archeologo Português*. Lisboa. 12, pp. 206-217 e 320-338.
- COSTA, J. P. da (1971) – Estudo da fauna malacológica no espólio da gruta natural de Ibne Amar. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 2, pp. 599-616.
- GILMAN, A. (1975) – *A Later Prehistory of Tangier Morocco*. American School of Prehistoric Research. Peabody Museum. Harvard University, 181 pp. (Bulletin 29).
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ALVES, F. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa, 108 pp.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Erster Teil: Der Süden*. Tafelband. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Römische-Germanische Forschungen, Band 17).
- PAÇO, A. do (1941) – As grutas do Poço Velho ou de Cascais. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 22, pp. 45-84.
- PAÇO, A. do (1960) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. XII Alguns objectos de osso e marfim. *Zephyrus*. Salamanca. 11, pp. 105-117.
- PAÇO, A. do; BÁRTHOLO, M. L. & BRANDÃO, A. (1959) – Novos achados arqueológicos das grutas de Cascais. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 147-157.

- POYATO HOLGADO, C. & HERNANDO GRANDE, A. (1988) – Relaciones entre la península Ibérica y el norte de África: “marfil y campaniforme”. *Congreso Internacional “El Estrecho de Gibraltar”* (Ceuta, 1987). Madrid: UNED, 1, pp. 317-329.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, pp. 53-153.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1886/1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4 vols.

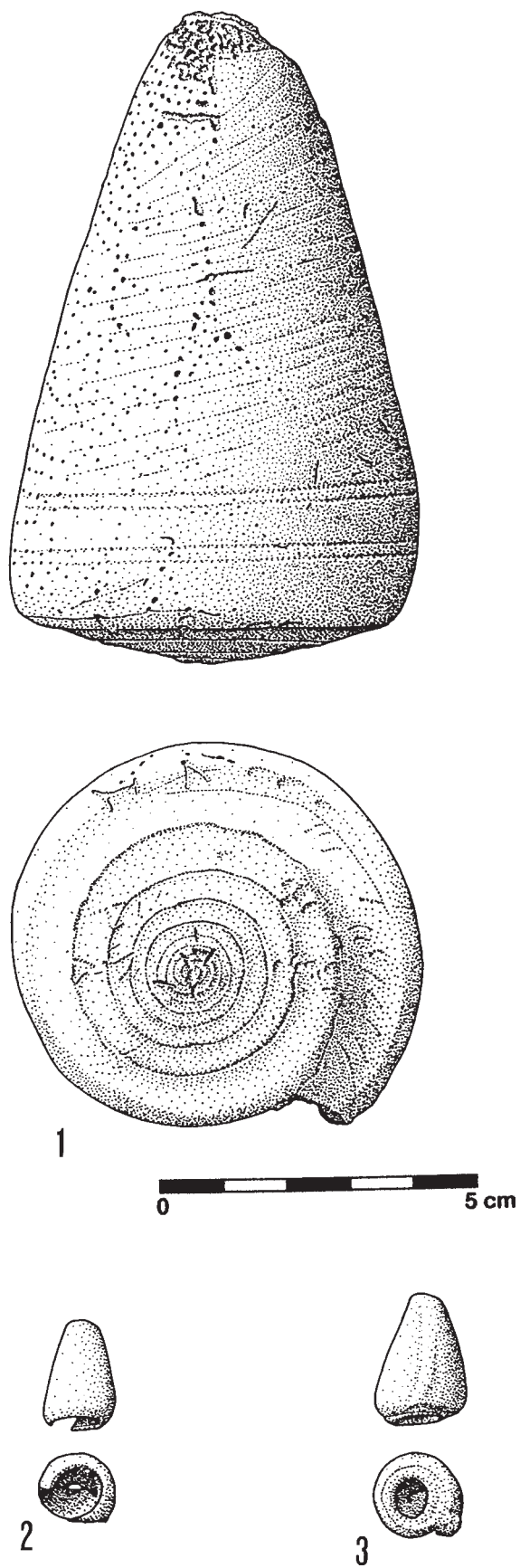


Fig. 1 – 1 – *Conus pulcher* LIGHTFOOT, 1786 da gruta das Fontainhas (Cadaval); 2 e 3 – *Conus mediterraneus* HWASS, in BRUGUIÈRE, 1792, utilizados como contas de colar das grutas do Poço Velho (Cascais).

UM NOTÁVEL ÍDOLO DE CALCÁRIO DO DÓLMEN DE CASAINHOS (LOURES)⁽¹⁾

João Luís Cardoso²
António Gonzalez
Guilherme Cardoso³

1 – INTRODUÇÃO E CONDIÇÕES DA DESCOBERTA

O raro artefacto pré-histórico que será objecto deste estudo, provém do dólmen de Casainhos (Fanhões, Loures), monumento de câmara poligonal definida por vários esteios apenas em parte conservados, e com um corredor, orientado para Sueste, em boa parte escavado no substrato geológico e provido de um nicho lateral, características que conferem à construção tumular particular interesse, ainda que comuns a outros monumentos dolménicos da região (FERREIRA, 1959).

A peça foi recolhida à superfície, no interior da antiga câmara megalítica, por um de nós (A. G.), num dos limites da área escavada nos finais da década de 1990, encontrando-se a sua presença denunciada por uma pequena zona decorada, que aflorava no terreno (Fig. 1).

As circunstâncias da descoberta podem considerar-se excepcionais, porquanto o interior do monumento megalítico foi objecto de escavação supostamente integral, em 1961 (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969), circunstância que o achado da presente peça veio mostrar ser falsa: aliás, nota-se bem o enchimento arqueológico ainda hoje conservado no interior da câmara, a merecer cuidada investigação. Talvez por ter-se tomado como adquirido o total esvaziamento do interior do recinto, as explorações ulteriores efectuadas em extensão, em pelo menos duas campanhas de escavações, na década de 1990, privilegiaram a área periférica do mesmo, já então muito degradada: com efeito, desde 1961, havia desaparecido a grande

⁽¹⁾ Trabalho realizado pelo primeiro signatário, com base na amável cedência da peça para estudo, devida ao segundo. O terceiro, forneceu diversas informações.

⁽²⁾ Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

⁽³⁾ Arqueólogo da Assembleia Distrital de Lisboa.

lage de cabeceira, bem como o maior dos esteios então conservados, situado do lado poente, subsistindo apenas dois dos quatro esteios registados na planta de 1961, ambos do lado nascente. Trata-se de mais uma evidência de como, em zonas de rápido crescimento urbano, não basta classificar para garantir a efectiva protecção dos monumentos: o dólmen de Casainhos foi classificado como Monumento Nacional (!), pelo Decreto 129/77, de 29 de Setembro, sem que algo tivesse sido feito para a salvaguarda devida a tão alto estatuto, assim adquirido... resta saber para quê.

As escavações da década de 1990 apenas revelaram, segundo os responsáveis, escassos e pouco relevantes materiais arqueológicos (ESTÊVÃO & DEUS, 2000). De referir, ainda, a pouca profundidade do substrato geológico, constituído por calcários do Cretácico, elemento adicional para reduzir as probabilidades do achado de tão rara peça. No entanto, o monumento forneceu em 1961 diversos artefactos ideotécnicos, alguns deles notáveis, coevos da peça agora publicada, guardados no Museu do Instituto Geológico e Mineiro, onde esta será depositada, por decisão do seu achador.

2 – DESCRIÇÃO DA PEÇA E SUA INTEGRAÇÃO CULTURAL

Tradicionalmente, os ídolos calcários que ocorrem por vezes em grande abundância na Estremadura, reportam-se ao Calcolítico. Tal atribuição baseia-se não só na sua pesença em monumentos funerários característicos dessa época, como as sepulturas de falsa cúpula, como também pela sua ausência em ambientes estritamente anteriores, como é o caso de certas grutas sepulcrais, como a do Lugar do Canto, Alcanena (LEITÃO *et al.*, 1987), ou de povoados, como o de Leceia, Oeiras, no qual a camada atribuível ao Neolítico Final não forneceu qualquer artefacto de calcário, contrastando com os encontrados nas camadas calcolíticas (CARDOSO, 1989, 1994, 1997). Tal não significa, porém, que tenham, forçosamente, uma origem exógena, tendo presente que, na referida camada neolítica de Leceia se encontraram exemplares de ídolos do tipo garrafa, de corpo tronco-cónico e cabeça achatada, de barro (CARDOSO, 1989, Fig. 110, n.º 2), protótipos dos seus congéneres calcolíticos, de calcário, osso ou marfim. Por outro lado, na gruta do Escoural, Montemor-o-Novo, foram recolhidas duas maças rituais de calcário, cuja integração no Neolítico Final parece não oferecer dúvidas (SANTOS, 1971). Assim sendo, pode concluir-se que o uso do calcário, como rocha preferencial para a confecção de peças ideotécnicas se terá iniciado, no sul do actual território português, ainda no Neolítico Final, do mesmo modo que os protótipos formais de tais peças remontam também a tal época, permitindo assim admitir a sua origem no Neolítico Final regional, ainda que influências posteriores, sem dúvida de origem mediterrânea, tenham produzido uma notável diversidade de formas, correspondentes a significados e funcionalidades também diferentes.

É neste último grupo que se insere a peça em apreço. Trata-se de um exemplar afeiçoado em calcário branco, compacto e subcristalino, presumivelmente oriundo de uma bancada do Cenomaniano Superior (Cretácico Médio), que aflora na própria área de implantação do monumento dolménico cujos esteios, aliás, são constituídos por blocos com aquela origem.

A peça, com o comprimento máximo de 123,5 mm, é formada por dois elementos principais (Fig. 2, 3): um corpo principal, de formato piriforme, com o comprimento de 66,7 mm e o diâmetro máximo (que

corresponde ao diâmetro máximo da peça) de 57,7 mm; e um pedúnculo, de formato cilíndrico, separado do corpo anterior por um sulco basal bem marcado, e rematado inferiormente por um pomo terminal, em forma de uma calote esférica, de maior diâmetro. As suas dimensões são as seguintes: comprimento total do pedúnculo: 56,8 mm; diâmetro na parte central: 28,8 mm; diâmetro do pomo terminal: 31,8 mm.

A decoração circunscreve-se, como é normal neste grupo de peças, à parte superior, piriforme, que apresenta uma teoria decorativa constituída por três campos, compartimentados entre si por três linhas onduladas de desenvolvimento vertical, convergentes no vértice, cujas extremidades, de contorno elipsoidal, contrastando com as extremidades inferiores, que são pontiagudas, indicam a representação de serpentes e não de simples serpentiformes (Figs. 2, 3). Os três répteis inscrevem-se integralmente apenas numa das metades do ídolo: dois deles desenvolvem-se ao longo de dois meridianos diametralmente opostos, ainda que não se afigurem simétricos, enquanto o terceiro ocupa meridiano situado a meia distância dos dois anteriores (Fig. 3). Tal disposição não resultou, naturalmente, de obra do acaso. O espaço assim compartimentado é ocupado por reticulado obtido por sulcos largos, de secção em “U”, abertos e pouco profundos, produzidos por abrasão, conferindo à superfície decorada um aspecto escamoso (Figs. 2, 3). A mesma técnica foi utilizada na feitura das serpentes. No conjunto, tanto estas, como os motivos reticulados, individualizaram-se da superfície da peça, pela técnica do baixo-relevo. O pedúnculo e respectivo remate são lisos.

3 – COMPARAÇÕES

Com base em trabalho anteriormente publicado por um de nós (CARDOSO, 1991), peças com as características da agora publicada são conhecidas apenas na área da Estremadura portuguesa, constituindo, deste modo, artefactos de características regionais bem marcadas. Inventariaram-se ocorrências nas seguintes estações, todas de calcário, exceptuando as duas da necrópole do Cabeço da Arruda, que são de arenito:

- Povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro/Azambuja – dois exemplares lisos;
- *Tholos* de Pai Mogo, Lourinhã – um exemplar liso;
- *Tholos* de Barro, Torres Vedras – um exemplar liso;
- *Tholos* da Serra das Mutelas, Torres Vedras – um exemplar liso;
- Necrópole do Cabeço da Arruda, Torres Vedras – dois exemplares lisos;
- Gruta natural da Cova da Moura, Torres Vedras – um exemplar liso;
- *Tholoi* de S. Martinho, Sintra – dois exemplares decorados e um liso;
- Necrópole da Serra das Baútas – um exemplar cuja presença carece de confirmação, de características desconhecidas;
- Grutas artificiais de Carenque – um exemplar decorado;
- Grutas artificiais de Alapraia – um exemplar decorado;
- Anta de Belas (monumento carecendo de localização mais precisa) – um exemplar decorado;
- Gruta natural da Lapa do Bugio, Sesimbra – dois exemplares decorados, dos quais um se afasta da tipologia das peças em causa, podendo corresponder à inflorescência de uma alcachofra.

Todos os exemplares inventariados apresentam evidentes similitudes entre si, sejam lisos ou decorados: apenas um dos recolhidos na Lapa do Bugio se afasta do conjunto, por sugerir uma inflorescência de alcachofra, conforme bem assinalou E. da Cunha Serrão (SERRÃO, 1975). Os restantes têm sido reportados à representação da pinha, semelhança que é reforçada pela existência das linhas cruzadas obliquamente nas peças decoradas, evocando a disposição das brácteas, nas pinhas dos pinheiros. Outras designações lhes têm sido adstritas, como a de “flor de palmeira”, referida por diversos autores portugueses; trata-se de hipótese pouco credível, por serem peças produzidas em região onde tais árvores não existiam, fundamentando-se apenas nas semelhanças formais com tais representações, profusamente executadas no Próximo Oriente com significado religioso (a palmeira mística), muitas vezes a ser tocada pelo “Deus Fecundador”, como ocorre em relevos assírios (ver por exemplo, SIRET, 1913, p. 281, 282). Enfim, outra hipótese, foi avançada por um de nós, em estudo já aludido: a de poderem representar o bolbo da flor de lótus, relacionado com a pureza e, tal como a pinha, com a renovação da vida, crença que bem se adaptaria ao acompanhamento dos mortos, papel reservado a estas peças (CARDOSO, 1991). Porém, também então se admitia como menos credível esta possibilidade, dada a ausência, igualmente verificada no nosso território, de tais plantas, para além de que as linhas cruzadas no corpo das peças não são compatíveis com a representação das pétalas, que deveriam antes representar-se através de linhas longitudinais.

4 – DISCUSSÃO

Pelas considerações atrás aduzidas, admite-se que estas peculiares peças do Calcolítico da Estremadura – exceptuando um dos exemplares da Lapa do Bugio – correspondam à reprodução de pinhas de pinheiro, as quais sempre detiveram, em diversas épocas e religiões, incluindo na antiga Grécia e em Roma, um significado estreitamente ligado à renovação da vida (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1994). A título de exemplo, Dioniso (Baco, no panteão romano), representava a vegetação, os frutos, a vinha, o vinho, a renovação das estações, numa palavra, a renovação da vida e a afirmação da fecundidade; assim se explicam algumas representações da época clássica com o deus segurando um bastão, encimado por uma pinha.

Símbolo da renovação e da vida, tal é também a explicação para a representação da pinha, isolada, em diversas lápides funerárias romanas, recolhidas em Portugal; é o caso, ainda, de uma árula dedicada ao deus Endovélico, oriunda de S. Miguel da Mota, a qual ostenta, em um dos seus lados menores uma pinha com pedúnculo e remate, em tudo semelhante às peças calcolíticas (LAMBRINO, 1967, p. 181; ENCARNAÇÃO, 1984, p. 588). Outro exemplo, agora constando a pinha com monumento funerário, em território português, é uma estela, onde tal símbolo ocupa a parte central do frontão, recolhida na Quinta do Marim, Quelfes, Olhão (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 99). Relembre-se, a propósito, que Endovélico foi conotado com Attis, o qual se associou também frequentemente à serpente (VAZQUEZ HOYS, GARCIA-VASO & POYATO HOLGADO, 1995). Como referem J. Chevalier e A. Gheerbrant, no culto a Cybele, em Roma, um pinheiro era abatido e transportado ao templo, no Palatino, envolvido como um cadáver, representando Attis (o esposo de Cybele), com grinaldas de violetas (simbolizando o sangue do próprio deus morto). O ressurgimento para a vida era

acompanhado por explosões de alegria da multidão delirante. O pinheiro simbolizava, pois, entre os Romanos, o corpo do deus morto e ressuscitado, imagem viva, da alternância das estações e do retorno à vida. Tal foi o verificado também em muitos outros povos antigos europeus, com reflexos na actualidade, nos seus rituais da Primavera (ELIADE, 1997, p. 386).

Em Portugal, o costume de associar as pinhas – como símbolo da regeneração e da vida – a algumas festas que ainda se praticam na Estremadura, estranhas ao catolicismo, tem o seu exemplo evidente no baile da “pinhata”, realizado no final de Fevereiro, após o Carnaval, com a colocação de uma grande pinha, no centro da sala. O cristianismo adoptou tal simbologia, ainda que dela já não conhecesse o significado primitivo: é o caso, como revelou um de nós (G. C.), da colocação no círio pascal, na noite de Sábado para Domingo de Páscoa, o dia da Ressurreição de Cristo, de cinco pinhas, simbolizando as cinco chagas de Cristo, conforme se pode ver no círio pascal da Igreja de Santo António do Estoril (CARDOSO, 1989), aliás colocado junto da pia baptismal, como que a marcar o renascimento para a nova vida, propiciada pelo baptismo.

Tendo ficado clara a simbologia da pinha, correspondente às peças em apreço, tanto pela forma como pela decoração que ostentam, representando as respectivas brácteas, importa discutir a presença das serpentes, representadas três vezes, na peça do dólmen de Casinhos. Trata-se da primeira vez que, numa peça deste tipo ocorre tal associação. A este propósito, importa referir que o exemplar morfologicamente mais próximo, recolhido na necrópole de hipogeus do Tojal de Vila Chã, Carenque, publicado por Manuel Heleno (HELENO, 1933, Fig. 20), se apresenta decorado por uma linha espiralada que, do ponto de vista simbólico, se pode conotar à serpente.

O significado da serpente, da Pré-História aos dias de hoje, através do estudo comparado das religiões das sociedades primitivas, ou das tradições ainda remanescentes nas sociedades ditas modernas, é de há muito objecto de atenção, tendo sido discutido por eminentes especialistas da História das Religiões; deste modo, seria descabido, neste contributo, repetir o que outros, com maior autoridade, já disseram.

A serpente, como animal sagrado, encontra-se estreitamente associada à noção de morte/regeneração e à fecundidade/renovação, articulando-se, directamente com outros elementos, como a água, e a lua (ELIADE, 1997, p. 220; TAVARES, 1967). Deste modo, a presença e a posição das três serpentes na peça em estudo – número que deverá também conotações simbólicas que nos dispensamos de desenvolver, por ser já tema devidamente tratado por outrém (CHEVALIER & GHEEBRANT, 1994, p. 654) – tem um significado que só reforça o da pinha, sendo, deste modo, perfeitamente compatível com a simbologia daquela.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distribuição deste tipo de artefactos, circunscritos a monumentos funerários da área estremenha – exceptuando dois oriundos do povoado de Vila Nova de S. Pedro, o que nada tem de excepcional, pois eram nos povoados que estas peças se fabricavam – parece corporizar a existência, no decurso do Calcolítico, de uma forma particular de culto à regeneração de vida, como convinha a oferendas fúnebres, destinadas a acompanhar os mortos na sua última viagem, que era também de renascimento para outra vida: a expressão

desta realidade recorreu à representação de elementos do mundo vegetal e animal expressivos de tais conceitos – no caso, a pinha e as serpentes – que corporizam uma curiosa recorrência, ao longo dos tempos e em áreas geográficas muito afastadas, que jamais tiveram relação entre si. Mais tarde, em época próxima da correspondente à peça em estudo, a serpente foi objecto de representações naturalistas, de grandes dimensões, gravadas por incisão ou em alto-relevo, em menires, estelas-menir, e mesmo nos esteios de monumentos megalíticos tanto do território espanhol, cronologicamente situáveis no Neolítico/Calcolítico, entre o IV/inícios do III milénio a.C. (BUENO RAMÍREZ & BALBÍN-BEHRMANN, 1995), como em Portugal: tal é o caso da grande estela-menir do Monte da Ribeira, Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, BALBÍN-BEHRMANN & BUENO RAMÍREZ, 1997), que ostenta uma grande serpente com cabeça bem individualizada, realizada por incisão na face mais decorada do monólito.

Em épocas ulteriores, as representações de grandes serpentes atingiram a sua máxima expressão nos finais da Idade do Ferro do Cento e Norte de Portugal (GOMES, 1999), denunciando a importância destes répteis na superestrutura religiosa das populações castrejas, a ponto de existirem referências nas fontes clássicas a um “povo das serpentes”, habitando o ocidente peninsular, os Sefes, que J. de Alarcão admitiu viverem na actual Estremadura, “entre o Tejo e o Mondego ou talvez, mais limitadamente, entre aquele rio e o cabo Carvoeiro” (ALARCÃO, 1992, p. 340).

Mais tarde ainda, representaram-se serpentes e/ou pinhas em monumentos funerários romanos da Lusitânia e numa árula dedicada a Endovélico.

É lícito, pois, ver nas duas representações idólatricas presentes na peça do dólmen de Casinhos, uma raiz original muito antiga, remontando ao Calcolítico, expressiva de culto de índole funerária então vigente em toda a actual Estremadura portuguesa, mais tarde adoptado por outras civilizações, e ainda com reflexos na actualidade, exactamente no mesmo território. Esta realidade, não pode, por outro lado, ser desligada de uma outra expressão do mesmo culto, remontando também pelo menos ao Calcolítico, e circunscrito à mesma região, em torno da serra de Cintra, o “Monte da Lua”. A lua (associada à serpente), pelas fases sucessivas que exhibe, no decurso dos vinte e oito dias correspondentes ao ciclo lunar completo, é, como a pinha ou a serpente, expressão da regeneração da vida, a cuja morte (lua nova), se sucede de novo, a vida (lua cheia): o vigor desta outra expressão material do mesmo culto, associado às cerimónias fúnebres que então teriam lugar, encontra-se comprovado pelas lúnulas, sejam recortadas em calcário, como os belos exemplares de Carenque (HELENO, 1935, Figs. 16, 17), ou em baixo relevo, como a representada no bem conhecido ídolo do monumento de Folha das Barradas, Sintra (RIBEIRO, 1880, Figs. 87, 88). São peças exclusivas de diversas necrópoles, cuja área de distribuição coincide com a dos ídolos-pinha (JALHAY & PAÇO, 1941).

Em conclusão, o ídolo calcolítico agora estudado, cuja descoberta resultou de um feliz acaso, pela suas características iconográficas e pelos interessantes comentários que proporcionou é, sem dúvida, uma das mais belas, expressivas e relevantes peças do mundo mágico-simbólico da Pré-História portuguesa, denunciando, ao mesmo tempo, a riqueza e a complexidade dos conceitos já então vigentes e praticados.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1992) – Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. *Paleoetnologia de la Peninsula Iberica* (M. Almagro-Gorbea & G. Ruiz Zapatero, eds.). *Complutum*. Madrid. 2/3, pp. 339-345.
- BUENO RAMÍREZ, P. & BALBÍN-BEHRMANN, R. (1995) – La graphie du serpent dans la Culture Mégalithique péninsulaire. Représentations au plein air et représentations dolméniques. *L'Anthropologie*. Paris. 100 (3), pp. 357-381.
- CARDOSO, G. (1989) – A pinha na simbologia. *Jornal da Costa do Sol*. Cascais (4 de Maio de 1989).
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas*. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1991) – Sobre os ídolos de calcário – “pinhas” – do Calcolítico da Estremadura – algumas considerações sobre dois exemplares da Lapa do Bugio (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 1, pp. 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras (número especial). Oeiras, 164 p.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. (1994) – *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa. Editorial Teorema, 727 p.
- ELIADE, M. (1997) – *Tratado de História das Religiões*. 3ª. Edição. Porto. Edições Asa, 572 p.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 1, 736 pp.
- ESTÊVÃO, F. & DEUS, M. M. de (2000) – A pré-história recente em Loures: dois projectos de investigação em curso. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 3, pp. 473-483.
- FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Inventário dos monumentos megalíticos dos arredores de Lisboa. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 215-224.
- GOMES, M. V. (1997) – A “Bicha Pintada” (Vila de Rei, Castelo Branco (“sic”)) e as serpentes na Proto-História do centro e norte de Portugal. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 7, pp. 221-240.
- GONÇALVES, V. S.; BALBÍN-BEHRMANN, R. & BUENO RAMÍREZ, P. (1997) – A estela-menir do Monte da Ribeira. *Brigantium*. A Coruña. 10, pp. 235-254.
- HELENO, M. (1935) – Joias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa. 1, pp. 229-257.

- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, pp. 107-140.
- LAMBRINO, S. (1967) – Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 1, pp. 123-217.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal, 100 p. (Memória n.º. 16 – Nova Série).
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. 81987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, pp. 37-65.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos*. Lisboa. Academia Real das Sciencias de Lisboa, 86 p.
- SERRÃO, E. da Cunha (1975) – Contribuições arqueológicas do sudoeste da península de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, pp. 199-225.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques. Tome 1 – de la fin du Quaternaire a la fin du Bronze*. Paris. Paul Geuthner, 504 p.
- TAVARES, A. A. (1983) – *Estudos da Alta Antiguidade*. Lisboa. Editorial Presença, 254 p.
- VAZQUEZ HOYS, A. M.; GARCIA-VASO, J. M. & POYATO HOLGADO, C. (1995) – Serpientes y Attis en una lapida sepulcral extremeña. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*. Madrid. 35, pp. 245-250.

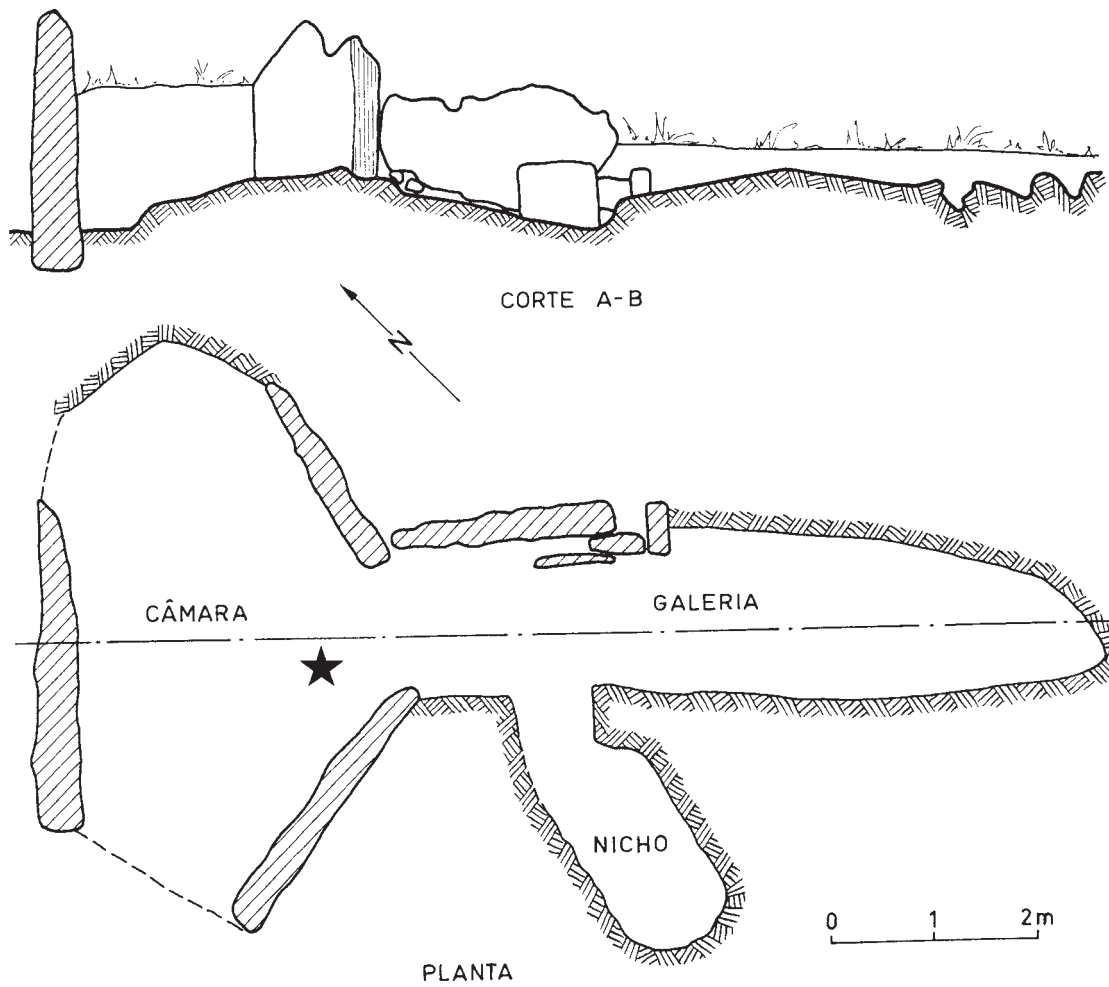


Fig. 1 – Localização da peça estudada na câmara do dólmen de Casainhos. Em cima, na planta publicada (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Planche N); em baixo, na área actualmente conservada do monumento (rectângulo branco) (foto de A. Gonzalez).

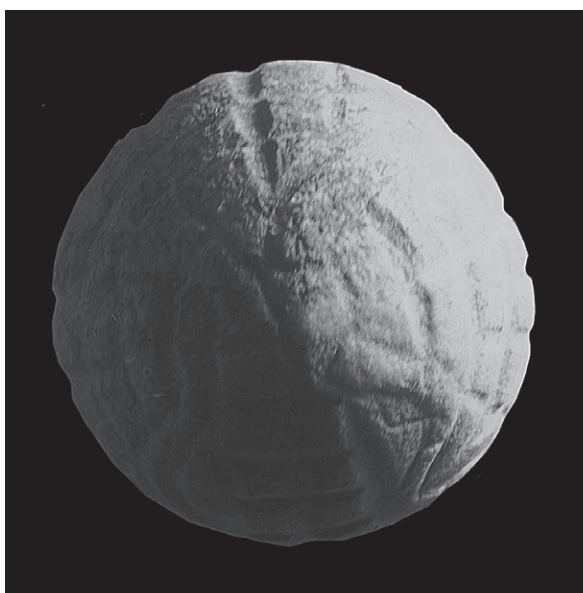


Fig. 2 – O ídolo-pinha do dólmen de Casaiinhos, visto em diversas posições. Na foto de topo, evidenciam-se as cabeças de duas das três serpentes nele representadas, todas visíveis nas fotos restantes (fotos de J. L. Cardoso).

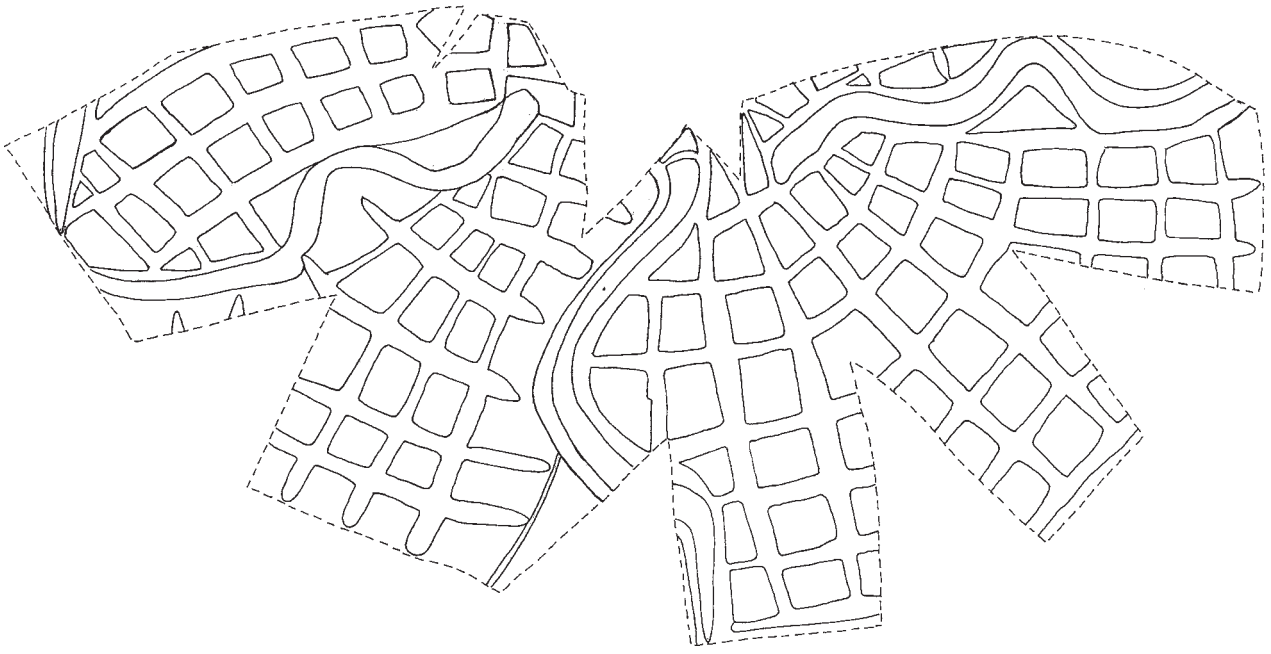
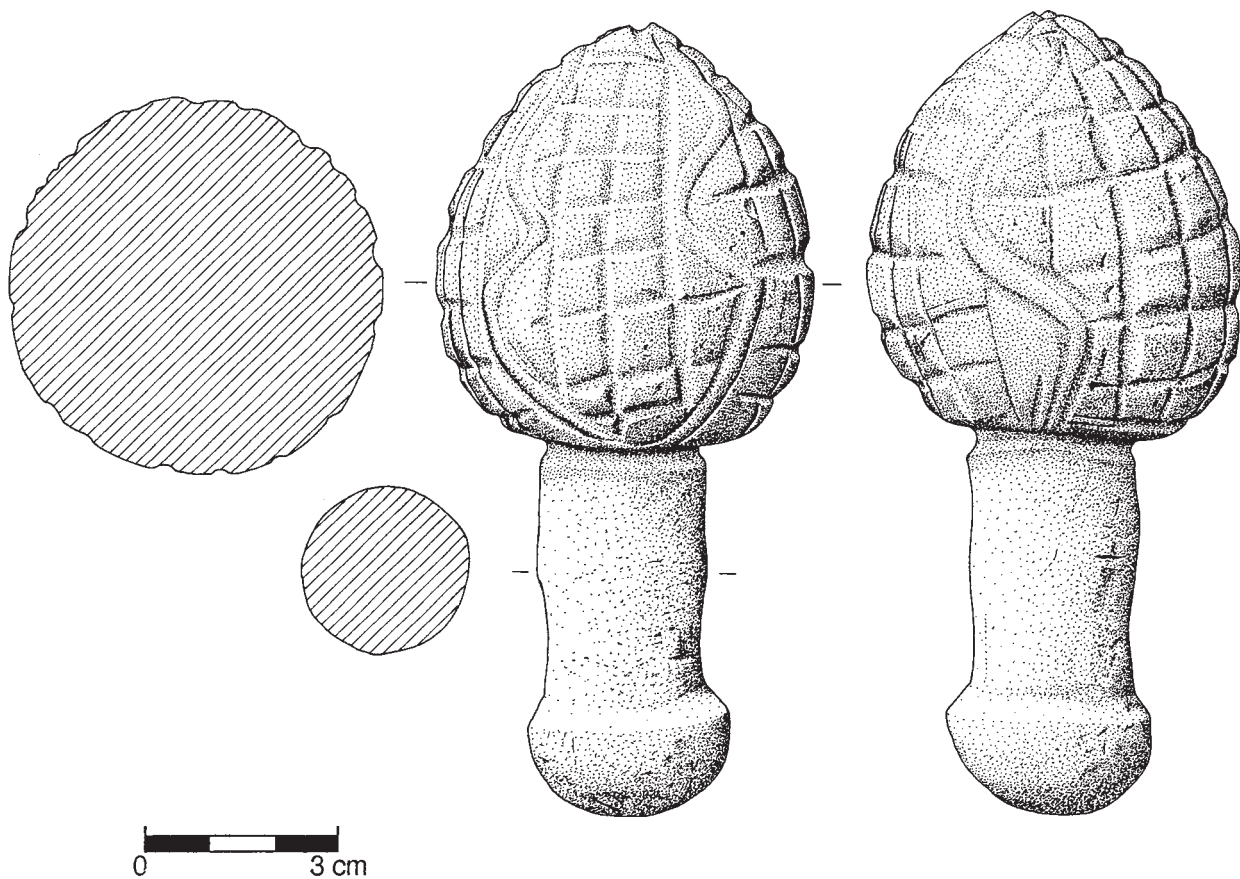


Fig. 3 – Em cima: duas vistas do ídolo-pinha do dólmen de Casainhos e respectivas secções; em baixo, planimetria da parte decorada.

DA IMAGINAÇÃO E DO RIGOR

José d'Encarnação¹

Diz o Povo: «Não há fumo sem fogo».

Quando Jorge de Alarcão redigiu a sua primeira síntese sobre a ocupação romana no território actualmente português, observou a propósito da obra de Mário Saa: «a ler com muita cautela» (1974, 214). Hoje, continuar-se-á a ler M. Saa com cautela, mormente devido às suas identificações fantasiosas das cidades antigas com as actuais (no que, aliás, seguia muito do que vinha da tradição anterior); no entanto, há dados concretos que o investigador deixou esparsos pelos seis volumes da sua obra a merecerem atenção. Foi assim, por exemplo, que tive ensejo de verificar a existência, na sua colecção, dos monumentos epigráficos de que falara (1995) e Fernanda Lapa estudou (1987) uma placa dada como procedente do concelho de Pombal, que, à partida, pela originalidade da onomástica nela presente, poderíamos ter incluído no rol dos monumentos inventados – e não o era.

De André de Resende († 1573) se sabe que inventou muitas inscrições para enaltecer Évora e a valentia dos Lusitanos, antecessores dos Portugueses, usando dos mais interessantes estratagemas (cf. ENCARNAÇÃO 1998, 29-56). Nem tudo, porém, o que ele aduz é falso e, hoje, o humanista é encarado também como importante fonte histórica, inclusive do ponto de vista de história das mentalidades (cf. FERNANDES 1996).

Desde sempre Frei Bernardo de Brito (1569-1617) foi tido na conta de visionário. A sua *Monarquia Lusitana* insere-se numa historiografia alcobacense que visa demonstrar quanto Portugal perdeu por estar unido a Castela, a lenda do milagre de Ourique e as célebres actas das Cortes de Lamego são os episódios mais celebrados desse forjar de acontecimentos a talante do que se pretende demonstrar. E Frei Bernardo bebe muito sobre a Antiguidade Clássica em André de Resende, ultrapassando-o mesmo na «invenção» de provas abonatórias. E se a primeira parte da sua obra contém «as histórias de Portugal desde a criação do mundo até ao nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo», onde, por conseguinte, tudo será de veras fantasioso e imaginado, há, porém, de permeio alguns apontamentos locais, minuciosamente descritos a que, se calhar, importaria doravante dar uma atenção maior.

Já tive ensejo por duas vezes (1969 e 1987) de me referir às obras que, entre nós, nos começos do século XVII, visaram engrandecer a cidade de Lisboa e o seu território, com a finalidade bem explícita de a ela

¹ Universidade de Coimbra.

chamar a Corte espanhola – concretamente, os livros de Luís Mendes de Vasconcelos e de Frei Nicolau de Oliveira. Que não nos importaria, parece, quedarmo-nos sob o domínio espanhol; interessaria era que a Corte viesse para cá, que Lisboa detinha mui excelentes condições para ser cabeça de todas as Espanhas, a fim de sermos, cada vez mais, os reinos de Portugal e de Espanha, detendo Portugal a primazia. Os encómios a Lisboa, ao Tejo, a Oeiras, a Sintra e a Cascais assumem, então, importância maior e, por conseguinte, desse ponto de vista algo há a ‘descontar’ nessas descrições.

E a longa história destas paragens, palco de antiquíssimas peripécias, visita obrigatória de heróis, dos próprios deuses do Olimpo... foi, evidentemente, posta em grande realce, não estivéssemos nós ainda na crista da onda que os humanistas haviam levantado.

Vêm estas considerações a propósito de a amabilidade do Prof. João Luís Cardoso me ter feito chegar às mãos cópia da edição de 1753, feita em Lisboa, na oficina de Manuel Soares, «com todas as licenças necessárias e privilégio real», da obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*. Oferecida «à fidelíssima e augustíssima majestade d’el-rei D. José I, Nosso Senhor, por seu mínimo vassalo, Manuel António Monteiro de Campos, e à sua custa impressa, escrita «pelo capitão Luís Marinho de Azevedo, natural da mesma cidade».

Pedia-me João Luís Cardoso que tecesse algumas considerações sobre o livro num artigo destinado aos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, que tão proficientemente dirige. Aceitei o desafio, mormente porque a referência a textos epigráficos era frequente e porque sabia ter sido este um dos livros consultados por Emílio Hübner, quando se propusera levar a cabo a edição do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Não esperava, porém, que o manancial fosse tão vasto; limitar-me-ei, pois, a algumas observações gerais; exemplificarei o valor histórico da obra com um comentário mais concreto acerca dos capítulos IV e V da II parte, ou seja, do livro III, impressa também em 1753, na oficina de Domingos Rodrigues.

LUÍS MARINHO DE AZEVEDO

Não vem referido Luís Marinho de Azevedo, que eu me tenha apercebido, no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; não mereceu «entrada» na Enciclopédia Verbo. No volume 3 (p. 924) da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, dele se referem as qualidades como capitão durante a Guerra da Restauração; conta-se que fez relatos das batalhas travadas nessa guerra no Alentejo; uma apologia de Francisco de Albuquerque, governador da Índia; e, a terminar, explica-se que escreveu «uma história da cidade de Lisboa recheada de fábulas e invenções».

Trata-se, afinal, de um personagem curioso, a merecer que sobre ele se procurem mais elementos biográficos, a fim de melhor se entenderem «fábulas e invenções». É, porém, tarefa a que, de momento, não poderei meter ombros – outros, aliás, melhor que eu o poderão fazer ou já fizeram. Não deixa, contudo, de ser curioso que seja precisamente devido a essa história «recheada de fábulas e invenções» que Luís Marinho de Azevedo hoje é citado.

Quanto ao livro que tenho, trata-se de uma reimpressão, como expressamente se indica nas licenças do Santo Ofício (29.5.1753), do ordinário (30.5.1753) e do Paço (4.6.1753) e como Manuel Monteiro de Campos o afirma logo a abrir o volume, dirigindo-se a el-rei, a cuja acção mecenática recorre – «devo buscar a real e soberana protecção de Vossa Majestade (...) pois (...) só da obra deste livro pode ser legítimo Mecenas a grandeza de Vossa Majestade a quem o dedico» – apontando como objectivo: «em acção de perpetuar a memória da fundação de Lisboa e várias antiguidades de Portugal nesta reimpressão».

No «Prólogo ao Leitor», explicita Luís Marinho de Azevedo que se inspirou em Damião de Góis e no já citado Luís Mendes de Vasconcelos; proclama ter sido o «amor da pátria» que o levou a «tão árdua empresa», designadamente para não ficar atrás dos estrangeiros que haviam escrito «excelências das suas» (e cita especialmente cidades espanholas), tendo deixado Lisboa sepultada «no abismo do esquecimento». Daí que, vencendo dificuldades e persuadido pelas razões de «muitos homens doutos deste Reino e fora dele», pôs mãos à obra, em que gastou quinze anos da sua vida:

«(...) Me convenceram a prosseguir esta empresa quinze anos, que nela trabalhei, com notável estudo e investigação de documentos, relações e livros, alguns dos quais mandei vir de Itália e Flandres.

Refere também, a dado passo, que o haviam aconselhado a «que imprimisse este livro na língua latina ou castelhana, porque sendo cada uma delas mais geral pudesse comunicar-se com todos, o que não podia ser com a Portuguesa, nunca bem vista nem entendida dos estrangeiros». A sua resposta foi, porém, peremptória:

«Em que me não resolvi, até que, aconselhando-me com alguns homens doutos deste reino, me estranharam querer fazer tal agravo à minha língua materna, quando, na gravidade dos idiomas e dialectos, fazia muitas vantagens a outras».

Aceita que, no final, lhe sejam feitas censuras; não se importa; adverte, todavia, «que, se desde o fim do ano de 1638, em que se deram as licenças para a impressão deste livro até ao presente, tiver saído outro em que se ache alguma das cousas que escrevemos neste, entenda que a invenção foi nossa».

Se transcrevo estas passagens faço-o com a finalidade de tentar – com os dados de que ora disponho, e só com esses – concluir que esta é obra a integrar no rol das que foram primordialmente pensadas para trazer a Corte a Lisboa (apesar de a Revolução de 1 de Dezembro de 1640 nos haver brindado já com a recuperação da independência), pois que, se Luís Marinho de Azevedo nesta gastou 15 anos, se em 1645 estava a escrever o cap. III do livro I (p. 12) e a licença de impressão data de 1638, encontramos precisamente na imediata tradição do período atrás referido: os *Diálogos do Sítio de Lisboa* de Luís Mendes de Vasconcelos saem a lume em 1608; o *Livro das Grandezas de Lisboa* de Frei Nicolau de Oliveira em 1620. Coincidem estes elementos com uma referência que lhe faz Leite de Vasconcelos nas *Religiões da Lusitânia*, vol. II (1905), em nota da p. 107, acerca da pedra preciosa chamada *ceraunium*, a que vulgarmente se associa a tradição das ‘pedras de raio’, assunto que, segundo Vasconcelos, Marinho de Azevedo trataria na p. 121 do vol. I. Nada comenta Leite de Vasconcelos a propósito da valia de tais referências e apresenta como data da edição 1652, ano, aliás, da morte do autor, a 25 de Novembro. Terá sido, portanto, a sua última publicação. Sirva-nos também esta referência para confirmar que a reimpressão não segue a mesma paginação, ou seja, que não é facsimilada, pois que o tema dessa «pedra cor de fogo» que «tinha virtude contra a força dos raios» vem, agora, na página 169.

Não serão as obras de L. Mendes de Vasconcelos, de Frei Nicolau de Oliveira e de L. Marinho de Azevedo fontes históricas no sentido próprio do termo. Situam-se num domínio da literatura fantasiosa, ou seja, não

são literatura, não são ficção, não são... História! Mas integram-se numa dada conjuntura histórica, são símbolos perfeitos de uma mentalidade sua contemporânea, vêm na linha directa de um André de Resende e de um Bernardo de Brito. Perpassa pelos seus escritos, como (creio) tive ocasião de demonstrar, toda uma intencionalidade política (a monarquia bipartida peninsular deveria ter Lisboa por capital) e religiosa (a tradicional rivalidade entre Dominicanos e Jesuítas).

A reimpressão em 1753 tem igualmente inteira razão de ser. Estamos em pleno Século das Luzes. A Antiguidade Clássica apresenta-se novamente como modelo (basta folhear a cronologia inserta no vol. IV do já referido *Dicionário de História de Portugal*, v. g., as páginas 716-722); o Latim passa a ser objecto de estudo com diversas gramáticas publicadas (o *Novo Método de Gramática Latina*, de Manuel Monteiro, Lisboa, 1746, por exemplo). E prossegue toda a actividade da Academia Real da História, criada a 8 de Dezembro de 1720 por D. João V. O ambiente era, pois, assaz propício a elucubrações históricas, a demonstrações de erudição, a divagações por um passado glorioso. E o livro de Marinho de Azevedo servia, nesse repasto, bem saborosos pitéus...

A OBRA

Compreender-se-á, desde logo, pelo que fica exposto, que haverá mil e uma formas de analisar a obra de Luís Marinho de Azevedo.

Aliás, logo o «catálogo dos autores que vão alegados no discurso deste livro», que ocupa oito páginas – só de nomes! – a duas colunas, poderia oferecer amplo estudo a quem se interessasse por literatura em geral e em particular, bibliotecas em uso, influências clássicas e modernas... Aí, a par de autores clássicos bem conhecidos como Estrabão, Plínio-o-Moço, Aulo Gélío, Apiano, Heródoto, Cícero, Juvenal; além dos Padres da Igreja; de historiadores peninsulares como o Ambrósio de Morales (1513-1591) das *Antigüedades de las Ciudades de España*, ou Francisco Bermudez de Pedraza, autor do livro *Antigüedades y Excelencias de Granada* (Granada, 1608), que acabo de ver citado por Mauricio Pastor Muñoz (2002, 12), o que me permitiu a sua identificação... que dizer de um Festo Pompeio, que terá escrito *De Verborum Significatione*? Ou de um Fr. Onuphrio Panuino, autor de comentários acerca da República Romana? Um manancial inesgotável!...

Todavia, para além deste aspecto da formação literária e conseqüente análise textual, há todo um rol de lendas a explorar do ponto de vista histórico-etnológico, os aspectos geográficos, a ideologia política, a mentalidade religiosa, o conceito de História que lhe está subjacente... mesmo que a abordagem se fizesse sempre dentro do prisma que o título deste nosso ensaio deixa antever e propõe: a dicotomia entre o imaginário e o real, entre a elucubração e o rigor.

Aliciante era, desde já, traçar uma panorâmica dos volumes, divididos em breves capítulos, cujo título destrinça bem o que neles se pretende tratar:

- «em que se prova a amenidade dos campos de Lisboa e fértil abundância de frutos e mantimentos dela»;
- «em que se prova que viveu Gerião na Ilha Erythia, que eram os campos de Lisboa, donde Hércules lhos roubou»;
- «em que se confirma ser Chelas Convento de Vestais com uma pedra e outras cousas a este propósito»;

– «de como os cidadãos dos municípios estavam agregados à tribo Galéria de Roma, como estavam os de Lisboa, o que se prova com algumas pedras de tempo de Romanos»...

Resisto à tentação, embora me permita quatro incursões, mais ou menos ao acaso, antes de exemplificar, com mais detença, a questão da imaginação e do rigor no que aos documentos epigráficos diz respeito. Elas nos permitirão, quiçá, ficar com uma ideia mais exacta a propósito do valor historiográfico do livro que ora nos ocupa.

QUATRO INCURSÕES

1 – *Eburobrittium*

Logrou José Beleza Moreira identificar, numa encosta sobranceira a Óbidos, por ocasião das sondagens preliminares ao traçado da auto-estrada, a cidade de *Eburobrittium*, pondo assim termo às conjecturas feitas ao longo dos tempos acerca da sua eventual localização. Registe-se, a título de exemplo, que, ainda em 1974, Jorge Alarcão opinava, contestando a identificação com Évora de Alcobaça:

«Mais provavelmente, porém, corresponde à povoação de Amoreira de Óbidos. À entrada da povoação existe uma igreja consagrada à Senhora de Abiobriz, na qual foi descoberta uma lápida funerária de Tólio Maximino, duúviro eburobriense» (p. 85).

Com base nos trabalhos arqueológicos aí desenvolvidos, defendeu J. Beleza Moreira dissertação de mestrado na Faculdade de Letras de Coimbra, que em breve teremos disponível em letra de forma: sobre a importância de algumas das suas epígrafes já tivemos ambos ocasião de chamar a atenção no Congresso do Bombarral, em Novembro de 2001, onde declarámos, a dado passo:

«Não admira, por conseguinte, que a cidade de *Eburobrittium*, junto a Óbidos, pela sua posição privilegiada ao fundo de uma lagoa que, ao tempo dos Romanos, teria fácil ligação ao oceano e excelente porto para a navegação de cabotagem, detivesse relevante papel na economia regional – e disso são significativo reflexo algumas das suas epígrafes».

Pois essa importância de que ora se toma consciência mais perfeita está documentada não apenas por os Eburobrienses se integrarem no suposto rol de povos que edificaram o templo ao Sol e à Lua, de que se falará de seguida, como pela seguinte passagem aduzida por Luís Marinho de Azevedo:

«Bem entendeu Décio Júnio Bruto qual era a última terra do Mundo, porque, sendo enviado pelo Senado romano, com exército consular, a pacificar as rebeliões de Lusitânia, aos 136 anos antes do nascimento de Cristo, relata dele Fr. Bernardo de Brito que conquistou a cidade Eburobrício, situada nos coutos de Alcobaça; e, no lugar da batalha que venceu, fundou templo ao Deus Neptuno, em cumprimento de voto que lhe tinha feito. De cujas ruínas se fundou a ermida de S. Gião, na qual se acha a memória da dedicação que Bruto fez, em que se contêm as seguintes letras» (p. 79).

Dá-se o presumível texto em latim, com suas siglas e abreviaturas, como é da praxe, e traduz-se:

«Memória consagrada a Neptuno. Este templo dedicou o cônsul Décio Júnio Bruto, por haver acabado felizmente a guerra contra os Eburobrienses e aldeãos que os socorreram, guardando seus soldados nesta última região da terra».

O texto serve um intuito geográfico, é seguramente forjado (por não obedecer minimamente às regras epigráficas), mas demonstra, sem dúvida, um elemento a provar que... «não há fumo sem fogo», como atrás escrevíamos. Certo é que Frei Bernardo de Brito, historiador de Alcobaça, queria chamar aos seus «coutos» a ocorrência de factos ilustres – neste caso não tão digno de memória como isso, pois que de uma derrota se tratava... A menção de *Eburobrittium* prova, no entanto, como, independentemente ou não da existência visível de vestígios arqueológicos, houve toda uma tradição que se manteve acerca da importância do local. Tradição que, porém, nunca parece ter sido tomada muito a sério. Na verdade, a campanha de Décimo Júnio Bruto mereceu a Jorge Alarcão duas páginas (1974, 35-37), onde Eburobrício não é trazida à colação, o mesmo acontecendo em 1988 (p. 22-23), em que se assinala, contudo, o não se ter ainda logrado «localizar uma cidade que parece ter sido fundação sua – *Brutobriga* –, cidade que cunhou moeda desde 133 a. C.». Em 1990, algo de novo é apontado por aquele historiador, pois que atribui a Bruto o iniciar de «uma nova estratégia, orientada agora não directamente contra os Lusitanos, mas contra os povos da fachada atlântica», admitindo que Brutobriga («ainda não localizada») se situe no «curso inferior do Tejo» (p. 348).

Carlos Fabião, por seu turno, ao historiar a mesma campanha (in MATTOSO 1993, 217-218), esclarece, sem entrar em pormenores:

«Os arqueólogos têm procurado sem grandes resultados descobrir os vestígios deixados pela campanha do “Galaico”» (p. 218).

Ora talvez também aqui, um dia, a imaginação possa vir em auxílio do rigor!

2 – O templo ao Sol e à Lua

Tece José Cardim Ribeiro, no catálogo da exposição sobre as religiões da Lusitânia (2002), oportunas considerações acerca da existência, numa plataforma sobranceira à foz da Ribeira de Colares, do celebrado santuário dedicado ao Sol e à Lua, para cuja fundação propõe a data provável de 148, «ocasião em que se comemoraram os 900 anos da fundação de Roma», tendo-se seguido à sua decadência «após o imperialato de Caracala», o «abandono no segundo quartel do século III, em período indeterminado». E opina, a concluir, que «apenas a redescoberta do santuário e a sua escavação e análise metódicas» «permitirão, um dia – que auguramos não longínquo –, responder objectivamente» às questões que o tema levanta.

Aí vem citado Luís Marinho de Azevedo. E valerá a pena dizermos o que nele se considera, com base (apenas) nos escritos de Resende e Bernardo de Brito.

Explicita-se, primeiro, a razão geográfica:

«Agora acabo de entender que, agradecidos os Lusitanos antigos e nossos Lisbonenses, aos benefícios que desses luminosos planetas [*sic*] recebiam – já fazendo-lhes os ares mais puros com luz que lhe comunicavam, já descansando do curso do dia e noite em seus mares; já sustentando-se de seus vapores – os quiseram ter mais propícios, edificando-lhes templo, onde, com sacrifícios consagrados à sua eternidade, perpetuassem a memória do reconhecimento devido a mercês tão soberanas. Esteve este templo (como escrevem Resende e Fr. Bernardo) nas vertentes da serra que faz nosso promontório olisiponense pela parte que se lança no oceano e dele estão algumas ruínas entre as areias da praia».

Dá conta, em seguida, da explicação apresentada por Bernardo de Brito: Santarém pediu autorização ao imperador Augusto para erguer um templo em sua honra; o imperador concedeu-lha; os cidadãos de Lisboa

não quiseram ficar atrás, mas o imperador a eles não deixou. Por isso, «em lugar da dedicação que lhe queriam fazer», optaram por levantar o templo ao Sol e à Lua. Prova disso é uma inscrição que Frei Bernardo de Brito transcreve na íntegra, no que Luís Marinho de Azevedo mostra alguma perplexidade, uma vez que «escrevendo André de Resende muito antes, confessa achar no mesmo sítio um cipo tão gastado do tempo e continuação das ondas do mar que apenas se conheciam quatro letras em cada regra, pelo que não pôde conjecturar delas cousa considerável» (p. 85).

Transcreve, porém, a inscrição (p. 86). Nela se explicita que foi o legado da Lusitânia Cesto Acídio que tomou a seu cargo o empreendimento e que nele financeiramente participaram:

- o município de Lisboa (*municipium Ulixbonensis*);
- o município de Alcácer do Sal (*municipium Salaciensis*);
- o município de Santarém (*municipium Scalabiensis*);
- o *oppidum Hierabricense*, que Azevedo diz ser o «lugar de Povos ou Alenquer (como querem outros);
- o *oppidum Tubucci*, Abrantes;
- o *oppidum Eburobricense*, «lugar de Eburobrício (que Vasconcelos diz ser Évora de Alcobaça e Fr. Bernardo Alfeizerão)».

Para o tema que particularmente nos interessa, assinala-se que não hesita Luís Marinho de Azevedo em afirmar: «Tem esta pedra algumas contrariedades que fazem suspeitoso o prontuário de Fr. Bernardo».

E aponta-as claramente, numa demonstração inequívoca que também ele sabe discernir a imaginação do rigor.

Assim, como é que se compreende que André de Resende haja visto «a pedra tão gastada que não pôde ler nela palavra que fizesse sentido e Fr. Bernardo a traz depois sem danificação, sendo que, por ter tanta leitura, é cousa mui considerável»? (p. 86-87).

Em segundo lugar, Santarém não é município, é colónia.

Finalmente, por que razão Augusto não queria templo em sua honra em Lisboa, quando se sabe que a outras cidades concedia, sem mais, tal pretensão?

E cita, de seguida, outra inscrição com menos texto mas idêntico e logo Marinho de Azevedo adverte:

«Se a primeira pedra que traz Fr. Bernardo não tivera tantas letras, pudéramos cuidar que era esta segunda, pois ambas fazem menção de Cesto Acídio, legado de Augusto e propretor da Lusitânia».

Contudo, apesar desta oportuna observação, argumenta que na primeira o legado estaria «para autorizar o voto com sua assistência e nesta segunda ocasião o faria por devoção ou voto particular» (p. 88).

3 – Gérion

Nada parece ter escapado à erudição de Luís Marinho de Azevedo. Daí que, no capítulo XXXVIII do Livro I (p. 155-160), se proponha explicar «donde foi natural Gerião, com tudo o que sua história tem de verdadeira ou fabulosa», prosseguindo, no capítulo seguinte (p. 161-165), com provas de «que viveu Gerião na Ilha Erythia, que eram os campos de Lisboa, donde Hércules lhos roubou», para concluir, no capítulo seguinte (p. 165-169), com que fecha o Livro I, de que eram os gados a riqueza de Gerião e que ele os trazia a pasto nos campos olisiponenses.

Este é um dos exemplos – dos muitos que se poderiam aduzir – em que uma narrativa totalmente mitológica é pelo autor colocada em nosso território, para realçar a sua importância:

«Isto se deve entender dos gados dos termos de Lisboa (...): quando pastam os restolhos, sendo então mais gordos, saborosas as carnes e de maior nutrimento as natas, queijos e leite, que delas se fazem; pelo que devemos presumir que nestes campos trazia Gerião os gados» (p. 168).

Dir-se-ia sem interesse esta incursão mitológica. Sê-lo-á apenas a uma primeira vista, pois o mito tem hoje os seus 'prolongamentos'. Não se desconhecerá, por certo, que a Universidade Complutense de Madrid iniciou, em 1983, a publicação de uma revista sobre História Antiga a que deu precisamente o nome de *Gerion*, com o objectivo – como expressamente se assinala na apresentação – de «integrarse en el mundo científico más allá de los límites de la Historia Regional, y que pretende ser vehículo de ideas más allá de los límites nacionales y de los que impone una lengua, abierta a todos los investigadores y tendencias, sin otra limitación que la más alta exigencia de calidad a la que cada día seamos capaces de llegar».

E logo o primeiro artigo da revista (p. 11-38), da autoria de J. M. Blázquez Martínez, se intitula «Gerión y otros mitos griegos en Occidente» e começa assim:

«La leyenda de Gerión, con el que Heracles luchó y le arrebató sus bueyes, fue situada en diferentes lugares del mundo conocido por los griegos, e entre ellos en la Península Ibérica, y más concretamente en las proximidades de Cádiz o en la misma ciudad».

Depois de analisar miudamente a lenda – tal como Luís Marinho de Azevedo havia feito – Blázquez Martínez acaba por referir que terá sido «provavelmente a riqueza pecuária do Sul da Hispânia que influenciou, de certo modo, a localização aí do roubo das manadas de touros», o que já Estrabão dera a entender (p. 38).

Bastaria esta anotação para mostrar como, afinal, não será assim tão despidianda a obra de Marinho de Azevedo, mesmo no âmbito da investigação séria, em pleno dealbar do III milénio.

Mas há mais!

Luis A. García Moreno, ao pensar no título a dar a uma colectânea de trabalhos seus, não hesitou em chamá-lhe *De Gerión a César (Estudios históricos y filológicos de la España indígena y Romano-republicana)* (Universidad de Alcalá, 2001) e nela inclui o artigo «El mito de Gerión – Una nueva hipótesis de su origen a la manera de Sir James» (p. 41-47), em que, com base em critérios filológicos, acaba por considerar a possibilidade de Gerião ter mesmo existido, como rei de Tartessos, «ubicada en el mediodía oceánico hispano» (p. 46). Afinal, Marinho de Azevedo era até capaz de ter razão!...

Finalmente, a actualidade desta pesquisa está bem patente no facto de a Casa de Velázquez, com apresentação de Joaquín Gómez-Pantoja, ter dado à estampa (Madrid, 2001) o volume de actas *Los Rebaños de Gerión – Pastores y Trashumancia en Iberia Antigua y Medieval*.

4 – A ponte de Alcântara

Como não poderia deixar de ser, Luís Marinho de Azevedo dedica ao rio Tejo as mais honrosas referências, nos capítulos XXI e XXII do Livro II. Não nos perderemos na análise filológica do hidrónimo, que poderia merecer alguma atenção, para apenas transcrevermos esta passagem:

«Entra em Portugal por Alcântara (que muitos querem seja a *Norba Caesarea* de Ptolomeu), vocábulo que, em língua arábica, quer dizer ponte, a qual tomou este nome da famosa, que a enobrece, obra antiquíssima de tempo dos Romanos, que excede na perfeição de arquitectura a todas as de Hispânia, para cuja fábrica contribuíram alguns povos de Lusitânia, como parece das inscrições que nela se conservam» (p. 79).

Será, no mínimo, curioso cotejar esta passagem com o que Vasco Mantas recentemente escreveu (2002, 117-119):

«(...) É, talvez, a mais impressionante das pontes romanas que se conservaram sem demasiadas reconstruções. Pela sua extraordinária monumentalidade tem estimulado a imaginação ao longo dos tempos e não faltam testemunhos de admiração, como o de Edrisi, que a considerava uma das maravilhas do mundo».

Apresentando sobre o monumento pormenorizada bibliografia, alude V. Mantas ao conteúdo e veracidade das inscrições, à autenticidade romana do templete (em seu entender) e aos problemas concretos de conservação das estruturas que poderão advir da entrada em funcionamento de uma nova barragem.

Como se vê, também aqui Marinho de Azevedo mantém actualidade.

O VALOR PROBATÓRIO DOS MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

Sirvam-nos os capítulos IV e V do Livro III para ficarmos elucidados a propósito do valor e do mérito do autor em matéria tão importante como a dos monumentos epigráficos. Ou, dizendo doutra forma, se o poderemos utilizar – e com que cautelas – como fonte para os estudos da epigrafia romana do *ager Olisiponensis*.

Inicia-se o capítulo IV com esta informação:

«As cidades a que o Senado concedia privilégios de municípios de cidadãos romanos haviam seus moradores de estar unidos e contados em uma das trinta e seis tribos (outros dizem que vinte e cinco) em que a cidade de Roma estava distribuída, à maneira das nossas freguesias, cujo primeiro instituidor foi Rómulo, para que nelas se fizessem os sacrifícios. [...] E ainda que um homem fosse lusitano ou de qualquer outra nação, dizendo ser de uma destas tribos era o mesmo que cidadão romano» (p. 13).

Inteiramente correcta esta afirmação. E continua Marinho de Azevedo, com justeza plena:

«O fundamento que achamos para dizer que os de Lisboa estavam incorporados na tribo Galéria são algumas pedras de tempo de Romanos nas quais se faz menção da tribo Galéria com as letras GAL, que é abreviatura do mesmo nome, e em cuja interpretação se enganou conhedidamente Fr. Bernardo de Brito, porque não se hão-de atribuir (como ele quer) à geração dos Galérios, senão à tribo Galéria» (p. 13).

Não se trata, porém, de ‘algumas’ mas de muitas pedras com essa informação: «(...) e acharem-se tantas pedras que o confirmam» (*ibidem*).

É sobre esse rol que ora nos vamos debruçar.

A primeira inscrição aduzida «está na parede da escada dos paços do castelo, da banda direita» «e tem as seguintes letras que há pouco se caíram»:

Q. HIRRIUS
M. F. GAL. MA.
TERNUS. H. S. E.

Não nos espante a grafia de U por V nem os pontos ao nível da linha, inclusive no final da l. 2 e da l. 3, quando tal não é comum. Trata-se, naturalmente, de um processo para melhor se compreenderem os nomes grafados e, quanto ao ponto, de uma questão gráfica: não se entendera ainda a importância de o ponto estar a meio da linha, como forma (inclusive) de se ajuizar da originalidade da inscrição.

Luís Marinho de Azevedo dá do texto uma boa tradução e Emílio Hübner aceitou, sem mais, este monumento como autêntico (CIL II 217 = ILER 5176 e 6170), pois nada havia nele que pudesse levantar suspeita. Talvez o gentílico *Hirrius* parecesse fora do comum. E é. Contudo, só no contexto da Península Ibérica, a darmos crédito ao levantamento efectuado por Juan Manuel Abascal (1994, 150), já se conhecem mais três testemunhos epigráficos.

Continuando a dar exemplos de textos em que surge a tribo Galéria, apresenta o autor logo de seguida uma outra, que «está na parede do quintal da sacristia do Mosteiro de Chelas; mas já tão gastada que haverá trinta e três anos, quando foi descoberta, se não puderam ler mais que estas letras:

[...] F. GAL. [...]
[...] A. Q. [...] FI [...]
I. S.

Somente se colige desta pedra que era sepulcral e da tribo Galéria o que nela estava sepultado» (p. 13-14).

Merece um comentário este apontamento. Primeiro, o seu carácter desprezioso: são poucas as letras, as bastantes porém para demonstrar o que se pretende e nada mais interessa. Depois, uma chamada de atenção para eventuais obras no sítio: pode acontecer que a pedra ainda esteja por lá. De resto, sublinhe-se o pormenor com que habitualmente Luís Marinho de Azevedo informa do contexto em que as pedras se encontram. É isso, por exemplo, o que também se passa com o letreiro apresentado a seguir:

«Detrás da igreja de São Tiago, junto à porta das casas de D. Pedro Fernandes de Castro está uma grande pedra de mármore vermelho jaspeado, a qual foi memória pública; e conserva ainda todas as letras inteiras» (p. 14):

D. D.
L. CANTIO . L. F.
GAL. MARIN
EDILL.
VIBIA MAXIMA
AVIA ET
MARIA. PROCVL.
MATER HONOR.
CONTENTÆ
D. S. P.

As letras em itálico significam que se trata de reconstituições, não se veriam já muito bem na pedra. Foi esta inscrição incluída por Hübner no CIL II, sob o nº 193 (= ILER 5547), considerando que, na l. 1, estaria a invocação aos deuses Manes, típica dos textos funerários. Acontece, no entanto, que – como o próprio Luís Marinho de Azevedo explicita – se não trata de epitáfio mas sim de «memória pública». Estaríamos, assim, em presença de um cipo honorífico destinado a ser colocado no fórum, tanto mais que o homenageado, Lúcio Cância Marino, foi edil. Não é nada hábito, de facto, que a fórmula *D(ecreto) D(ecurionum)* venha no início; neste caso, o local próprio seria após a menção do cargo ocupado, EDILI; contudo, apesar disso, afigura-se-me mais lógica essa interpretação que um forçado *D. M. S.*, pois que se trata, na verdade, duma homenagem pública de que avó (*Vibia Maxima*) e mãe (*Maria Procula*), *honore contentae*, isto é, satisfeitas com a honra outorgada, decidiram assumir as despesas (*de suo posuerunt*). E fica salientado o papel da mulher neste tipo de iniciativas (cf. Fernandes 1998-1999, 170-171).

A interpretação dada pelo autor está, no geral, correcta; oportuna a alusão ao facto de que sem a intervenção expressa dos decuriones «se não podiam levantar memórias públicas a pessoa particular»; a edilidade a que se reporta o texto não é, porém, a edilidade dos senadores mas sim a municipal, embora o autor explique bem e pitorescamente que «correspondia o seu exercício em parte ao de nossos almotacés, palavra arábica que significa o que tem mando sobre pesos e medidas, para que distribua o que a cada um toca sem fraude nem engano do comprador» (p. 15). Já não chegaram os seus conhecimentos para intuir que *avia* não era antropónimo mas a indicação do grau de parentesco: avó.

No comentário ao texto, não quis Marinho de Azevedo deixar passar a oportunidade de explicar que «com esta pedra se confirma ser o apelido *Marino* [donde o seu nome derivava – isto não o diz, mas nós intuímos-lo...] antiquíssimo, pois se acha também em outras do mesmo tempo, uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura: está no jardim de D. Maria da Silva, junto à igreja dos Anjos desta cidade, em que se lêem todas estas letras» (p. 15).

«Uma das quais partida, que parece foi coluna e epitáfio de sepultura», escreve Luís Marinho de Azevedo, sem se aperceber muito bem do alcance do que diz. É que, na verdade, não se trata de um só texto, mas de dois: o epitáfio de *Cornelia Gamice*, de 25 anos, e de seu irmão *Cornelius Victorinus*, de 15; e a memória erguida pelos herdeiros, em virtude de disposição testamentária, a Marco Aurélio Marino:

M. AVRELIO. M. F. GAL.
MARINO.
HEREDES EX TESTAMENTO

Levy Jordão, por exemplo, irá copiar tal e qual (1859, 202, nº 453), não se apercebendo que, mais adiante (p. 243, nº 565), repete, isolada, a inscrição de Marino (CIL II 203 = ILER 3746). Segundo os dados de que dispomos, o primeiro a referir-se ao epitáfio dos dois irmãos foi o autor do manuscrito da Biblioteca de Nápoles, conhecido por *Anonymus Neapolitanus* (que José Cardim Ribeiro considera ser Francisco de Holanda). Como relata uma viagem feita pelos arredores de Lisboa, desde a capital até Sintra, passando por Oeiras e Cascais, Justino Mendes de Almeida e F. Bandeira Ferreira consideram muito viável a hipótese de este monumento ter sido encontrado numa quinta em Caparide, pertença dos Pombeiros (cuja família ainda hoje está muito ligada a Cascais), donde veio para Lisboa, como aconteceu com outros monumentos de

Cascais (cf. Encarnação 2001, 61-63). Por isso a incluí no *corpus* das inscrições cascalenses (Encarnação 2001, 43-44). Como, porém, não tivera acesso ao livro de Luís Marinho de Azevedo, considerei, em nota (*ibidem*, p. 43), que pertencera a Levy Jordão essa ‘inadvertência’ de juntar na mesma duas epígrafes diferentes; afinal, a ‘confusão’ pode ter partido do próprio Luís Marinho de Azevedo. Esclarece, por seu turno, Maria da Luz Mouta (1958, 76):

«Castilho e outros referem-se ao documento como se ele fosse constituído por uma só lápide. Mas o arqueólogo Vieira da Silva, na sua *Epigrafia de Olisipo*, conclui que se trata de duas peças completamente distintas».

Já Hübner, porém, as apresentara distintas, como se sabe: CIL II 211 (= ILER 4741) e CIL II 203 (= ILER 3746).

Há, ainda, outras observações a fazer, no que concerne ao texto. É que, se a grafia ERATRI por FRATRI se poderia levar à conta de gralha tipográfica, como noutros casos acontece, o mesmo se não poderá dizer da idade de *Cornelius Victorinus*, que vem aqui claramente indicada: XV. Optei pela versão do *Anonymus Neapolitanus* e indiquei XXX. Fica a dúvida, mormente porque outras anomalias se verificam, como já foi salientado: a ausência do dedicante, porque FRATRI e SORORI são dativos; a fórmula H. S. E. no singular, quando os defuntos são dois e Luís Marinho de Azevedo traz bem: H. S. S. Por outro lado, vem omitido aqui o *praenomen* de *Victorinus*, que muito provavelmente estaria na lápide e que outras versões apresentam: L(*ucius*).

Aguardemos, pois, que, um dia destes, ao visitar-se com mais atenção o sítio, aos Anjos, onde estaria a casa que foi de D. Pedro de Castelo Branco, senhor de Pombeiro, se nos deparem, como ornamento do jardim, as duas pedras aí eventualmente guardadas desde, pelo menos, o século XVI – como já sucedeu com a inscrição de Cascais aí detectada pelo Doutor Vítor Serrão, pois que é esse o palácio onde hoje funciona a embaixada de Itália (cf. ENCARNAÇÃO 2001, 61-63).

Escreve Luís Marinho de Azevedo: «que parece foi coluna e epitáfio de sepultura». Não gostaria de forçar argumentos; contudo, afigura-se-me que a frase, como está redigida, nos poderá trazer uma outra indicação: porque não ler exactamente o que está escrito, ou seja: «coluna» e «epitáfio»? É que, neste caso, teríamos o ‘epitáfio’ dos irmãos e a outra inscrição, a de *Marinus*, estaria numa ‘coluna’, isto é, num cipo prismático, como é habitual em epígrafes olisiponenses. Enfim, uma conjectura mais...

Prosseguindo no seu empenho de dar conta dos testemunhos da tribo Galéria em inscrições romanas olisiponenses, apresenta Luís Marinho de Azevedo uma outra, que vem referida, diz, por André de Resende «nas anotações ao seu poema de S. Vicente», que a «viu no jardim que chamavam d’El-Rei, junto a Santos, que é de D. Francisco de Alencastre» (p. 16). Desconhece-se o seu actual paradeiro.

O texto (= CIL II 254 = ILER 3924) é o seguinte:

L. VALERIVS. GAL.
SEVERVS. AN. L.
H. S. E. S. T. T. L. FILI
PATRI. C. ET
Q. SERTORIVS
CALVVS. ATFINIS.

Tirando a questão dos pontos, já referida, verifica-se apenas uma gralha tipográfica: a ausência de espaço após PATRI, porque se trata da fórmula P. C. (*ponendum curavit*). Quanto à divisão em linhas (que J. Vives, decerto por lapso, traz completamente deformada), esta afigura-se nos aceitável.

Dá Luís Marinho de Azevedo a versão em português, correcta, traduzindo *atfinis* por «parente», e explica que alegara Resende «esta pedra para provar que muitas vezes os antigos usavam da letra I simplesmente como se foram dois, o que se vê no vocábulo *fili*, que, estando em nominativo, vale por dois o último I». E acrescenta, por distração, porque tal ocorrência aqui se não verifica: «e também na palavra *Valeri* da pedra arriba referida». Esta ocorrência de um só I por dois está, hoje, sobejamente documentada em Epigrafia: cf. CIL II p. 1187-1188, que apresenta dezenas de exemplos.

Há, ainda, dois pormenores a realçar, porquanto mostram o rigor com que esta documentação é observada: «E nesta se deve notar a ortografia de *atfinis*, em que, devendo escrever-se com dois ff, se usa do t em lugar do primeiro, e em Festo Pompério se acham muitos destes exemplos».

Festo Pompério (noutros locais designado por Festo Pompeio) é o tal autor de um tratado sobre o significado das palavras: e o que é curioso aqui é o cuidado posto na explicação. Habitualmente escreve-se *adfinis* para significar o ‘parente por afinidade’, vocábulo, aliás, não muito frequente na linguagem epigráfica: no conjunto do AE de 1961 a 1980, registam-se apenas três exemplos: cf. Lassère 1992, 618. Pode considerar-se, na verdade, a dissimilação t-f contudo, o mais normal é entendermos o uso do **t** em vez do **d**, de que a Epigrafia apresenta inúmeros testemunhos (cf. CIL II p. 1185, onde este caso não vem citado, por Hübner ter considerado como leitura mais correcta *adfinis* – cf. *ibidem*, p. 1200).

O outro pormenor é o seguinte comentário, perfeitamente oportuno, razoável e actual:

«Também se deve notar o chamar-se este homem Sertório, pela memória do outro, que tantas deixou em Évora, e a quem uma traição atalhou os passos porque caminhava a expelir de Espanha os Romanos que em seu domínio se tinham introduzido, e era coisa contingente que este fosse parente do outro e que viesse com ele a esta Província» (p. 16-17).

Trata o capítulo V (p. 17-21) «de outras pedras de cidadãos da tribo Galéria e da geração das Amenas». Resisto à tentação – que é grande – de comentar, uma a uma, as sete lápidas aí referidas, todas elas aceites e publicadas por Hübner, sob os números 252, 327, 212, 317, 219, 318 e 271 (por esta ordem). Limitar-me-ei a alguns comentários que se me afiguram pertinentes, dentro deste prisma que me propus de tratar «da imaginação e do rigor».

Assim, do epitáfio do *Olisiponensis M. Antonius Lupus* (CIL II 327 = ILER 5380) diz que estava «em um caderno de várias antiguidades, que foi do Mestre André de Resende», «cujo treslado tem em seu poder o Licenciado Jorge Cardoso em seus manuscritos» (p. 17). Ora, esta é uma das pedras que subsistem (Fig. 1); guarda-se no Museu Nacional de Arqueologia e a omissão do N que se regista na pedra ou nem se deu por ela ou, tendo-se dado, se levou em conta de lapso e na transcrição se pôs correctamente. Como se sabe, a grafia –*esis* em lugar de –*ensis* é assaz corrente (cf. CIL II p. 1189).

A propósito do epitáfio de CVRIA SEX(ti) F(*ilia*) FVNDANA – em que, certamente por gralha, o nome vem transcrito

CVRIA. SEX. FE
NDANA

– mandado lavar pelo marido *Trebonius Tuscus* e pela mãe *Amoena* (cf. CIL II 212 e p. 692 = ILLER 4847), a existência de heras a separar as palavras (as chamadas *hederae distinguentes*, vulgares em monumentos epigráficos) é pretexto para um comentário curioso:

«E se devem notar nesta pedra os dois corações na primeira e última regra, que, conforme o meu juízo, deve ser hieroglífico do grande amor que os pais, mães, filhos e maridos se tinham uns aos outros» (p. 18).

E creio não haver melhor fecho para este brevíssimo relancear de olhos pela densa obra de Luís Marinho de Azevedo, inclusive no que à epigrafia romana olisiponense diz respeito, do que a transcrição do que escreve acerca da que ele considera «a mais célebre de todas as pedras desta qualidade que se acharam nesta cidade» (p. 19):

D. ♀ M.
JULIA. MAX. UNICA
FIL. M. ANN. XXX.
H. S. E.
MAXIMA. MATER.
P. C. M. H. H. N. S.

Para além do texto em si, que já comentaremos, o interessante é a forma minuciosa como o autor descreve as circunstâncias do achado e a invulgar beleza do monumento. Vale a pena ler:

«E a mais célebre [...] foi uma nas casas dos Condes de Portalegre, quando, derribando-se o edifício antigo fabricado sobre os muros da cidade da banda do mar, se achou um cipo com as letras que logo referiremos, lavrado todo em roda de folhagens e, junto a ele, uma urna de vidro grossa quebrada e, entre algumas cinzas e carvões, muitas moedas de ouro e prata de tempo de Romanos, anéis, arrecadas, manilhas e outras jóias também de ouro. Descoberta a urna pelo pedreiro que trabalhava na obra e por um lacaio do Conde que assistia a ela e reconhecidas as moedas e peças que havia dentro, se escondeu tudo, de sorte que nada apareceu; antes, desapareceu o lacaio e não parou até entre Douro e Minho, donde era natural, e comprou fazenda e gado com que se remediou. A pedra se lançou no alicerce do edifício novo, e tendo dela notícia Valentim de Sá, cosmógrafo-mor que foi de Sua Majestade, como tão curioso, a viu e leu, antes que padecesse tal injúria» (p. 19).

Seria, pois, sepultura de faustoso recheio, ainda que, decerto, as moedas pudessem não ser de ouro mas de bronze; e o epitáfio apresentaria moldura decorada de motivos vegetalistas.

Comentando o texto, explica Luís Marinho de Azevedo que as abreviaturas finais querem dizer que nesta sepultura «se não hão-de enterrar os mais herdeiros», expressão que, embora correcta, é juridicamente «pouco rigorosa», pois que os descendentes também são herdeiros e, aqui, o que se pretende determinar é que desse túmulo se há-de excluir quem for nomeado herdeiro sem ser da família (cf. MARCOS 1990, 172, que expressamente refere este monumento). Trata-se de uma fórmula de tipo jurídico, registada apenas mais duas vezes, que eu saiba, no território nacional, uma das quais num monumento do concelho de Oeiras (cf. ENCARNAÇÃO 2002 – reproduzido nas páginas desta revista).

Acrescenta Luís Marinho de Azevedo que «a palavra ‘única’ se pode tomar em dois sentidos: ou que fora esta defunta única em perfeições e dotes da natureza ou que fora uma só que a mãe parira» (p. 19-20). Trata-se, na verdade, de um adjetivo muito raro em monumentos epigráficos: Hübner, que insere esta inscrição

no CIL II sob o n° 219 (= ILER 3706), não refere mais testemunhos peninsulares: L. Curchin, que estudou os adjectivos mais correntes na epigrafia romana peninsular (1982) e na da *Britannia* (1983), para caracterizar elogiosamente os familiares defuntos, não encontrou nada de semelhante e, aliás, até este exemplo lhe terá escapado, pois que não se lhe refere. Trata-se, na verdade, de um testemunho raríssimo, pelo que me é dado saber: todavia, o pormenorizado contexto em que é apresentada a sua descoberta e a presença do possessivo *mea* – FIL(ia) M(ea), na linha 2 – reforçado pela menção MATER por extenso, não havendo no contexto qualquer argumento para, por exemplo, se gabar a cidade ou as suas gentes, pois que tudo se passa a nível pessoal, serão razões para que se não lance sobre o monumento a suspeita de haver sido forjado.

CONCLUSÃO

Teria sido de bom tom que, numa revista de Oeiras, houvesse diligenciado no sentido de captar na obra de Luís Marinho de Azevedo referências expressas ao território oeirense. Há-as, de facto, no que concerne a aspectos da costa e, sobretudo, no encómio que se faz às «quintas de prazer e recreação» e do que «em algumas delas» existe: «edifícios, pinturas, arquitecturas tão magníficas que custaram mais de doze mil cruzados e é uma das superfluidades que os estrangeiros nos notam, pois havendo muitos moradores que em Lisboa não têm casa própria em que vivam, as têm nas quintas tão grandiosas, servindo-se delas a maior parte do ano os caseiros que as guardam» (p. 106). E, mais adiante:

«As murtas e tomilhos contrafazem naus, galés, gigantes, serpes e outros animais. Os sátiros, faunos, ninfas, tritões e sereias ministram águas puras e cristalinas aos tanques a que servem de fontes, abortando chuvas e rocios do Inverno. Aqui se disfarçam as penhas e rocas marítimas e os búzios, porcelanas, nácares, caracóis, caramujos e diferentes pedras formam embrechados de labores e debuxos em que a arte vencera a matéria, ainda que fora de ouro» (p. 106).

E logo se pensa em Oeiras e suas quintas.

Embrenhei-me, todavia, por outros jardins, travei conversa com outros deleites. Daí resultou o conhecimento de um Luís Marinho de Azevedo culto, erudito, que sabe balancear-se entre o imaginário e o real, duvidando no momento certo, criticando sempre que necessário. Discípulo, como não podia deixar de ser de um André de Resende e de Bernardo de Brito, certamente os grandes mentores daquela época; ciente da necessidade que ainda tinha de enobrecer Lisboa e, por meio dela, Portugal através da cultura e dum Passado glorioso, num momento em que, pelas armas, procurávamos manter escorraçado o inimigo que nos quisera aniquilar e, afinal, nem cidades tão famosas e tão dilectas dos deuses ousava apresentar...

Um Luís Marinho de Azevedo que tem plena consciência da importância dos monumentos epigráficos como inigualável fonte histórica singular. E foi aceite como autêntico quase na totalidade o rol das epígrafes que apresenta, ainda que hoje desaparecidas. Será ele, por seu turno, uma fonte histórica fiável? Não creio que, ao meter ombros à tarefa, tivesse sido essa a sua intenção, ser fonte histórica para os vindouros. Mas escreveu numa época, segundo os cânones nessa época vigentes, lançando mão dos documentos então considerados válidos, sobre eles discorrendo e dando seu parecer. Claro que, no que às epígrafes romanas diz respeito, nem sempre logrou ser rigoroso nas transcrições nem os tipógrafos da edição que seguiu fizeram

sempre obra ‘asseada’. Há, aqui e além, um ED que era ET, uma JULIA que era IVLIA, uma FITIAE em vez de FILIAE, uma TERENCEIA que dá mais ‘jeito’ que a latina TERENCEIA... Esses são, porém, os sinais. E esses há que auscultar – para nos apercebermos de como e porquê, também então, se partiu à descoberta do longínquo Passado romano. E não só.

BIBLIOGRAFIA

- ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Múrcia, 1994.
- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.
- ALARCÃO (Jorge), *Portugal Romano*, Editorial Verbo, Lisboa, 1974.
- ALARCÃO (Jorge de), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1988.
- ALARCÃO (Jorge de) [coord.], *Portugal das Origens à Romanização*, vol. I da *Nova História de Portugal* dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1990.
- BRITO (Frei Bernardo), *Monarquia Lusitana...*, Lisboa, 1ª edição I 1597 II 1609; 2ª edição: I e II 1690.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim, 1869 e 1892 (suplemº).
- CURCHIN (Leonard), «Familial Epithets in the Epigraphy of Roman Spain», *Mélanges Étienne Gareau = Cahiers des Études Anciennes* 14 1982 179-182.
- CURCHIN (Leonard), «Familial Epithets in the Epigraphy of Roman Britain», *Britannia* 14 1983 255-256.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Os Diálogos do Sítio de Lisboa de Luís Mendes de Vasconcelos», *Olisipo* 125-126 (Jan-Jun 1969) 37-51.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Um elogio político: Cascais visto por Frei Nicolau de Oliveira», *Arquivo de Cascais* 6 1987 85-97.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «A colecção epigráfica de Mário Saa no Ervedal», *Humanitas* 47 1995 629-645.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra 1998.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Câmara Municipal de Cascais, 2001.
- ENCARNAÇÃO (José d'), «Túmulo sumptuoso para o *aquilifer Flavius Quadratus* (CIL II 266)», *Aquila Legionis* 2 2002 19-32.
- ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beleza), «Epigrafia de *Eburobrittium*», comunicação apresentada no Congresso *A Presença Romana na Região Oeste* (Bombarral, 23 e 24 de Novembro de 2001) – a publicar nas respectivas actas.

- FABIÃO (Carlos): vide MATTOSO.
- FERNANDES (Luís da Silva), «A presença da mulher na epigrafia do *conventus Scallabitanus*», *Portugalia* n. s. XIX-XX 1998-1999 129-228.
- FERNANDES (R. M. Rosado) 1996: vide RESENDE 1996.
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.
- JORDÃO (Levy Maria), *Portugalliae Inscriptioes Romanae*, Lisboa, 1859.
- LAPA (Maria Fernanda Moreno), «Descendentes de legionários romanos viveram em Pombal», *Diário de Coimbra* 26-11-1987 p. 2.
- LASSÈRE (Jean-Marie), *Tables Générales de L'Année Épigraphique*, Paris, 1992.
- MANTAS (Vasco Gil), «Arqueologia e História Antiga: dos monumentos aos homens de ontem e de hoje», in ENCARNAÇÃO (José d') [coord.], *As Oficinas da História*, Coimbra, 2002, 103-129.
- MARCOS (Rui M. de F.), «Em torno do *ius sepulchri* romano. Alguns aspectos de epigrafia jurídica», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra* 63 1987 153-182.
- MATTOSO (José) [dir.], *História de Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa. No I volume, *Antes de Portugal*, 1993, Carlos Fabião assina o capítulo «O passado proto-histórico e romano» (p. 76-299).
- MOUTA (Maria da Luz), *Os Anjos – Freguesia de Lisboa*, Lisboa, 1958.
- PASTOR MUÑOZ (Maurício), *Corpus de Inscriptioes Latinas de Andalucía. Volumen IV: Granada*, Sevilha, 2002.
- RESENDE (André de), *As Antiguidades da Lusitânia*, F. C. Gulbenkian, Lisboa, 1996. (Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado FERNANDES).
- RIBEIRO (José Cardim), «*Soli Aeterno Lunae*: o santuário», *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, 235-239.
- SAA (Mário), *As Grandes Vias da Lusitânia*, 6 vol., Lisboa, 1956-1967.
- SILVA (Vieira da), *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa, 1944.



Fig. 1 – Uma das epígrafes aduzidas por Marinho de Azevedo para mostrar que os cidadãos de Lisboa estavam inscritos na tribo Galéria.

UMA INTERESSANTE INSCRIÇÃO ROMANA DE LAVEIRAS (OEIRAS)¹

José d'Encarnação*

«Esquecida no cunhal de uma casa modesta situada na Calçada de Laveiras, em Caxias, encontra-se uma lápida funerária do maior interesse histórico» – assim noticiava, na sua edição de 18 de Julho de 1962, um jornal de Lisboa, o «Diário Ilustrado», a existência de uma epígrafe romana. Aliás, o título da notícia era, desde logo, assaz significativo: «A memória de um lusitano que foi figura de destaque nas legiões romanas está em risco de perder-se».

Continuava o jornal escrevendo:

«A inscrição fora já identificada em 1735² pelo antiquário António José da Cunha que a trasladou para a sua *Lithologia Lusitana* e, já nessa altura, o historiador registava que a pedra se encontrava “no ângulo de uma casa, então de Joana Rebelo, passando da Cartuxa, a duas léguas de Lisboa a caminho de Laveiras”.

A nota jornalística alude, em seguida, ao estudo que sobre o monumento publicara, dois anos antes, Fernando Bandeira Ferreira. Trata-se de um dos apontamentos inserto, sob o número VII e com o título ‘A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*’, no artigo «*Varia Epigraphica*» citado na bibliografia. Daí vinha a referência à notícia de 1753, que, de resto, o próprio Emílio Hübner colheira para o CIL II 266.

No entanto, fora uma chamada de atenção feita, algum tempo antes, num jornal local chamado *A Cartuxa* que despoletara o alerta e o apelo às entidades governamentais para que evitassem que «este importante documento» continuasse «em risco de perder-se, sujeito às intempéries e aos descuidos de pessoas menos conhecedoras do seu valor». Sugeria-se, pois, que a pedra fosse removida para o então «Museu Arqueológico Dr. Leite de Vasconcelos, no Mosteiro dos Jerónimos, onde a valiosa estela poderia alinhar junto a outras

^(*) Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ O presente texto foi publicado – com o título «Túmulo sumptuoso para o *aquilifer Flavius Quadratus* (CIL II 266)» – na revista *Aquila Legionis*, 2, 2002, p. 19-32. Trata-se de uma edição de *Signifer Libros*, de Madrid, com o subtítulo «*Cuadernos de Estudios sobre el Ejército Romano*», dirigida pelo Prof. Sabino Perea Yébenes. *Quis o Prof. João Luís Cardoso ter a gentileza de me convidar a incluir também aqui essa nota, por se tratar de um tema local. Faço-o com todo o gosto, agradecendo o pronto acolhimento. A versão ora apresentada é praticamente a mesma que ali se publicou; mas incorporei agora algumas informações que obtive após a sua primeira elaboração.*

⁽²⁾ Sabino Perea (PEREA, 2001) corrige para 1753 a data do achamento, considerando que houve uma gralha tipográfica.

lápidas, algumas das quais não têm nem o valor nem o interesse desta que regista a presença de um lusitano entre os soldados de Roma onde ocupou um lugar do maior destaque na Legião».

O apelo foi ouvido. Assim, na sua edição de 12 de Agosto de 1963, sob o título «Salvou-se uma inscrição funerária latino-romana do século I da era cristã que estava na iminência de perder-se», o diário lisboeta *Novidades* informava:

“O «Diário do Governo», II série, de 5 do corrente, em nota publicada pela Direcção-Geral do Ensino e das Belas Artes, declara que, por despacho do Sr. Subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 29 de Janeiro último, fica sujeita ao regime estabelecido no artigo 2º e seu § único do Decreto-Lei 38.906, de 10 de Setembro de 1952, uma lápide, com a seguinte inscrição [...]».

Acrescentava-se que a «lápide estava situada numa parede do prédio nº 22 da Rua da Quintinha, à Estrada de Laveiras, em Caxias, concelho de Oeiras, e que dera «entrada, há meses, no Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, por sugestão e após diligências efectuadas pelo nosso colaborador José Maria de Almeida que, no jornal *A Cartuxa*, que se publica em Caxias, escreveu o seguinte, no número correspondente ao mês de Junho de 1962 [...]».

E transcreve os elementos, anotando que Bandeira Ferreira, o epigrafista que mais pormenorizadamente estudou o monumento no referido artigo da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, fora informado da sua existência, em Março de 1960, pelo Sr. Nicolau Pereira da Silva, filho do proprietário da casa em cujo muro a pedra se encontrava embutida.

O MONUMENTO

A epígrafe ainda hoje se mantém no acervo do Museu Nacional de Arqueologia.

Trata-se de uma ampla placa, sem molduração nem campo epigráfico delimitado, com 73 cm de altura, 118 de largura e 57 de espessura, apresentando-se em cunha na parte superior. Ou seja, serviu de elemento arquitectónico, a embutir em jazigo.

Está praticamente intacta, registando-se escoriações várias, nomeadamente nos vértices, uma das quais, no superior esquerdo, terá levado a sigla do *praenomen*.

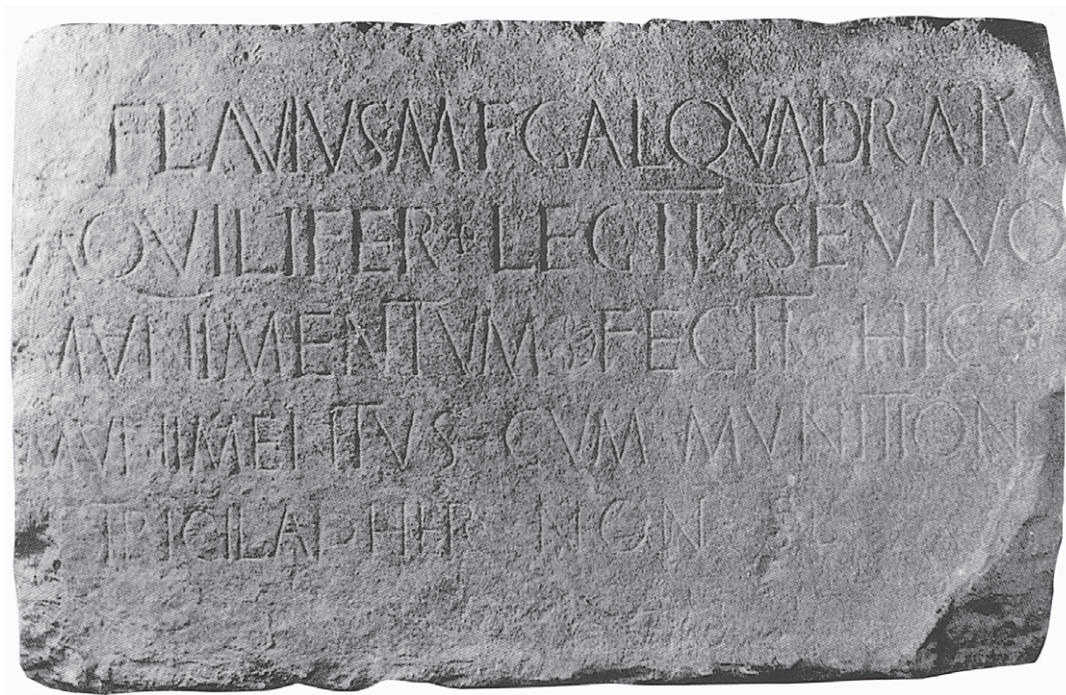
A leitura faz-se sem dificuldade, embora – como Fernando Bandeira Ferreira já muito bem assinalara – haja quem tenha cedido à tentação de proceder ao avivamento do letreiro, de modo que se tornaram pouco compreensíveis algumas das palavras, como se verá. Os acrescentos ficaram mais visíveis a nível dos sinais de pontuação – talvez só a esse nível –, primitivamente quicá heras (*hederae*) de fino recorte, que os curiosos transformaram em pequena cruz quadrada e num sol radiado, na linha 2, numa corola hexapétala inscrita num círculo e num círculo com uma espécie de estrela de cinco pontas, na linha 3.

A leitura é a seguinte:

[...] FLAVIVS · M(arci) · F(ilius) · GAL(eria tribu) · QVADRATVS / AQVILIFER · LEG(ionis) · II
(secundae) · SE VIVO / MVNIMENTVM · FECIT HIC / MVNIMENTVS [sic] · CVM · MVNITIONI(bus) /⁵
[ET] TRICILA [sic] · HER(redem) NON SE[quetur]

(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, em vida fez o monumento. Este monumento com munições e caramanchão não passam ao herdeiro.

Altura das letras: l. 1: 7,7; l. 2: 7,5; l. 3: 7 (T = 8); l. 4: 6,2 (T = 7); l. 5: 5,7. Espaços: 1: 8,8; 2: 3,1; 3: 3,3; 4: 2,8; 5: 3,8; 6: 14,5.



G. Cardoso

Fig. 1 – A lápide do aquilifer *Flavius Quadratus*.

Não se vislumbram restos da letra que indicaria o *praenomen*, que certamente existiria. A hipótese T(*itus*) é, sem dúvida, aliciante, porquanto é esse o prenome dos imperadores flávios e seríamos tentados a datar o monumento dessa época. Mas já lá vamos ao problema da datação.

Quanto às anomalias gráficas verificadas nas últimas duas linhas, não me parece viável atribuí-las a corrupções posteriores, mas sim a ignorância do lapicida ou má compreensão da minuta.

Escrever um eventual nominativo *munimentus* não é de estranhar: atrás se escrevera o acusativo e, no dia-a-dia, a terminação *-um* era para o acusativo e *-us* para o nominativo, não se apercebendo de que se estava perante um nome neutro. Aqui, o lapso tanto pode ser do lapicida como do encomendante. De facto, o S final saiu da mesma mão que o de *Flavius* ou *Quadratus*, não há que enganar.

A lasca que saltou no final da linha 4 levou a letra a seguir ao N. Distingue-se uma barra vertical, que tanto pode ser de um I como de um E. A pouca profundidade do traço sugere mais I que E, se compararmos com

os demais. Teríamos, assim, *munitioni(bus)*, um plural que se adequa ao contexto, embora se não concorde com Hübner, que sugere ter havido originalmente na pedra a sílaba final: *munitioni[bus]*. Não houve. Bandeira Ferreira opina, por seu turno, que o lapicida não abreviaria assim e propõe, por isso, o singular *munitione*. A minha argumentação estriba-se na forma como foi deixada incompleta – claramente incompleta –, na derradeira linha, a palavra *sequetur*, de que, a seguir à primeira sílaba *se*, se não enxerga, na verdade, qualquer indício de ter havido letras gravadas, pelo que também aqui se não poderá subscrever a interpretação de Hübner, que reconstitui [*sequetur*]. Por outro lado, a outra reconstituição hübneriana – *tri[cle]a[e]* – que José Vives segue (ILER 5625)³, não tem justificação.

Nessa linha 5, há, antes do T, leves indícios de outro T; o espaço e o alinhamento com o M da linha anterior permitem, portanto, a reconstituição do ET. Depois do A de *tricila* parece ver-se uma base vertical a que se seguiria, pegado, um O oblongo, dando a sensação de se poder ler um desajeitado P. Trata-se, a meu ver, de mais uma das intervenções a nível da pontuação, alterando eventual hera.

A paginação foi cuidada, com espaços interlineares praticamente homogéneos, puxada um tudo-nada acima porque se destinava a ser lida a partir de um nível inferior do olhar. O *ordinator* recorreu sabiamente à utilização do T mais alto para poupar espaço; o numeral indicativo da legião está devidamente encimado por travessão.

Os caracteres são do tipo actuário, de fino e elegante recorte, gravados com buril, seguramente com prévio desenho na superfície a epigrafar. Notável, a cauda muito alongada do Q (de corpo bem circular, como se de um O se tratasse); a simetria patente no desenho do A e do V, obtidos aliás a partir do mesmo escantilhão, usado ora numa posição ora noutra, do M e do S; a verticalidade das barras, acentuada pelos travessões horizontais que lhes são rigorosamente perpendiculares (vejam-se o F, o L, o E, o H).

O TEXTO

Antes de nos referirmos ao personagem e ao alcance das informações contidas na epígrafe, sublinhemos dois aspectos que de imediato nos cativaram.

Prende-se o primeiro com o uso da expressão *se vivo*. Ela não é, de facto, corrente, na epigrafia peninsular. Hübner (CIL II, p. 1202, no final da 1ª coluna) refere, além deste caso, vinte testemunhos, o que, na verdade, tantas são as epígrafes funerárias, não é estatisticamente relevante. No item anterior, indica Hübner as referências atestadas de *vivus fecit*, fórmula que é equiparada à que se regista no monumento de Oeiras, e assinala, entre parêntesis, que é tique epigráfico frequente na epigrafia de Sagunto. Recordo, por exemplo, que a expressão figura amiúde nas epígrafes que se expõem no Museu de Nîmes. Contudo, Gabriel Sanders (1989, 61), depois de referir que erigir um túmulo *sibi vivo* «tem as suas vantagens», acrescenta que também não é menos verdade que «as crenças supersticiosas olham com desconfiança» um túmulo mandado edificar

⁽³⁾ *Vives comete diversas incorrecções: omite toda a linha 3 e, nas tábuas de correspondência com o CIL II (p. 790), indica CIL II 266 por duas vezes – só a primeira é válida.*

antes do tempo. Trata-se, pois, de uma atitude invulgar, própria de quem já detém uma certa cultura e habituado a viver num ambiente urbano.

Já o uso de *monumentum* para indicar o local de sepultura é mais corrente, não sendo também raro que se lhe siga, como aqui, a expressão *heredem non sequetur* (cf. CIL II, p. 1203, que cita pouco mais de uma trintena de testemunhos).

Merece reflexão esta disposição testamentária. Ela significa que estamos perante um sepulcro familiar – em contraposição aos *sepulchra hereditaria* – e visava «garantir a reserva de inumação aos membros da família» (MARCOS, 1990, 174).

O MONUMENTO

Monumentum terá, sobretudo, uma conotação arquitectónica: é o edifício construído – e o papel determinante de *Quadratus* nessa construção encontra-se bem patente no uso, por extenso, da forma verbal *fecit*, «fez», como se ele próprio, com o seu labor, tivesse contribuído para tal. Se isso não aconteceu – e poderia, na verdade, ter acontecido – o certo é que revela um empenhamento pessoal profundo.

Não é, porém, um *mausoleum*, termo que incorpora uma noção de maior sumptuosidade, impregnada, não raro, de uma tonalidade áulica e sacra acentuada.

Claro que o sepulcro possuirá serventia derredor; mas só a necessária e suficiente para a manutenção periódica. Não estaremos, aqui, perante a existência «de amplas áreas adjacentes, com jardins, pomares, terrenos de cultivo, sem qualquer finalidade sepulcral, mas com o escopo de consignar o seu rendimento à conservação do monumento funerário e à recompensa dos libertos eleitos para a preservação fiel da memória do fundador» (MARCOS, 1990, 175)⁴.

No entanto, é também esse espaço envolvente que interessa a *Quadratus* e esse ele pretende igualmente acautelar quando se refere às *munitiones* e à *trichila*. *Muniones* é termo que se adequa bem ao contexto militar do proprietário, pois que significa os muros de defesa; *trichila* é o caramanchão. A circunstância de a palavra não ter sido bem lida até ao presente⁵ fez com que tivesse passado despercebido o carácter ímpar do monumento, mesmo do ponto de vista da linguagem epigráfica utilizada. *Quadratus* concebe o seu sepulcro como um reduto defensivo, onde calmamente deseja repousar, na sombra fresca de um caramanchão ou de uma latada, não sendo inverosímil que lá tivesse mandado plantar videira para de seus bagos de uva se inebriar no Além!... Será interessante encontrar paralelos – que, seguramente, sobretudo em textos literários se poderão detectar.

⁴ Nesse aspecto, pode aduzir-se a inscrição AE 1985, 297, de Spinazzola, Bari (Regio II), referente ao médico Cléon, em cuja linha 6 se enumeram os elementos constituintes de um domínio funerário completo, que compreendia uma pequena casa (domus) destinada ao guarda, o túmulo propriamente dito (sepulchrum), cuja manutenção era assegurada pelos rendimentos de um campo (ager) e de um horto (hortus).

⁵ Hübner interpretou tric[le]a[e]. Eu próprio (ENCARNAÇÃO, 1998, 77) optei pelo mais corrente – mas também inusitado neste contexto – triclina. Sabino Perea Yébenes (YÉBENES, 2001) preferiu triclilab(us).

UM MILITAR

Inscrito na tribo Galéria, *Quadratus* é cidadão olisiponense. Segundo Patrick Le Roux (LE ROUX, 1982, p. 62, n. 220), ainda que o monumento possa datar da época de Augusto, *Flavius Quadratus* «é, seguramente, originário da região em que mandou construir, em vida, o seu túmulo». Mais adiante, incluindo o texto entre os documentos relativos a legionários *ex Hispania* e considerando-o datável de um período que vai desde o reinado de Augusto ao imperialato de Calígula (p. 184, n.º 47), comenta:

«*Flavius Quadratus* serviu, pois, na Germânia ou na Bretanha» integrado na II Legião Augusta, «tendo sido recrutado em *Olisipo* na época júlia, como o indicam o seu desejo de ser enterrado na Lusitânia e o seu posto de aquilífero».

Não admira esta vontade de ser sepultado aqui. Além de ser natural que, terminado o serviço, o legionário volte para a sua terra natal, a região terá sido, já nessa longínqua era, um forte pólo de atracção populacional, inclusive para veteranos⁶. Temos, no vizinho concelho de Cascais, notícia epigráfica de um *veteranus* da XXII Legião (ENCARNAÇÃO, 2001, 47-49) e José Cardim Ribeiro (RIBEIRO, 1982-1983, p. 262-264) enumera e cartografa os testemunhos epigráficos de militares no município olisiponense, com a promessa (nota 56) de futuramente dar à estampa o estudo que está a preparar, «análise e comentários suficientemente desenvolvidos sobre vários testemunhos» que reuniu e que procurará relacionar com o território e os cidadãos de *Olisipo*.

E se, como escreve Forni (1974, 391), as informações de que dispomos «non permettono di affermare perentoriamente che le legioni fossero composte soltanto da bassi ceti, da poveri e diseredati»; e se, por outro lado, «soggiacendo ai limiti dell'informazione documentaria, scarsa e incompleta», não é também possível «generalizzare nel senso opposto», não há dúvida que esta placa monumental de Laveiras aponta, sobretudo, para uma condição economicamente desafogada.

Aliás, palavras como *munitiones* e *trichila* fazem-nos recordar os epitáfios que sabiamente Lidia Storoni Mazzolani coligiu, incitando a um convívio entre o defunto, seus amigos e familiares no próprio espaço sepulcral, quer por ocasião do ritual banquete fúnebre em dia de aniversário do passamento quer a pretexto de uma simples visita de romagem:

«Vita brevis, spes fragilis, venite. Accensus est. Dum lucet, bibamus, sodales».

«La vita è breve, la speranza fragile: entrate. Arde il lume: fino a che fa luce, beviamo, amici»⁷.

Não é comum a referência ao posto de *aquilifer* em inscrições romanas.

Se compulsarmos os índices de *L'Année Épigraphique* desde 1961 a 1980, verificamos que apenas se registam dois testemunhos: AE 1976 515 e 641 (LASSÈRE, 1992, 557).

Na Península Ibérica, o outro documento assinalado procede da área urbana de Córdoba, onde foi achado, em reutilização, numas obras levadas a cabo, em 1971, tendo integrado o espólio do respectivo

⁽⁶⁾ *Este facto é tanto mais relevante quanto, como afirma G. Forni, «gli oltre due decenni che i legionari erano tenuti a trascorrere in armi, finivano per soffocare il ricordo del sito da dove erano originari e favorivano il loro attaccamento con i luoghi dove erano stati così a lungo di guarnigione» (1974, 359).*

⁽⁷⁾ *Mazzolani, 1991, 118-119. Trata-se de inscrição sobre um copo, procedente de Klagenfurt (Áustria): cf. ILS 8607.*

Museo Arqueológico Provincial (nº 27.725). Trata-se, também, de uma placa moldurada, de mármore branco, destinada a encimar um jazigo de família, pois que a inscrição refere, para além do promotor da iniciativa, a sua contubernal e um filho natural, falecido aos dez anos e sete meses, assinalando – tal como acontece no monumento de Laveiras – *hoc monumentum heredem non sequetur* (HEp 2, 1990, nº 324). O texto viria a ser retomado por Sabino Perea (1993), que, pelo facto de vir indicada a tribo Papíria, considera o *aquilifer* natural de Mérida, sugerindo que, ao contrário do que antes se propusera (a *legio X Gemina*), ele poderia ter servido na *II Augusta* ou na *XX Valeria Victrix*. Escrevia, porém, Alicia Canto, em comentário a HEp 2 324:

«La indicación de *aquilifer* como función legionaria sin mención de esta es muy extraña, pero ciertamente la palabra no tiene paralelos en su uso como *cognomen*».

E acrescentava:

«Pudo estar inscrito en las legiones VI o X, ya que éstas formaron parte de *deductiones* augusteas en Mérida y Córdoba. La datación se aproximaría más al cambio de era».

Armín U. Stylow (CIL II²/7, 288), contestando a hipótese de o *aquilifer* ser originário da Península Itálica ou descendente de veterano instalado em Mérida, concorda com Sabino Perea quanto à probabilidade de o monumento ser da época de Cláudio⁸, até porque, escreve, «Septicius cognomine caret neque indicatur legio, cuius aquilifer fuit»; ou seja, a ausência de cognome e da menção da legião em que servira constituía garante de datação de primórdios do Império.

A questão principal reside, pois, no significado de *aquilifer*. É que o personagem mencionado na epígrafe é, claramente, *M(arcus) Septicius C(ai) filius) Pap(iria)*; segue-se-lhe a palavra *aquilifer*. E a pergunta é: trata-se de um *cognomen* ou da menção de um cargo? Stylow é peremptório:

«Vix cogitaveris de cognomine Aquiliferi inaudito» – é difícil pensar-se num cognome Aquilífero, nunca documentado.

Tal não é, todavia, a opinião de Alicia Canto, ao comentar (in HEp 5, 1995, nº 319) as reflexões de Sabino Perea:

«Creo que *Aquilifer* debe ser mejor *cognomen*, sobre todo a la vista de que no se menciona la legión y de que el del hijo, aún niño, evoca también el mundo militar».

Aliás, sublinha, a terminar, «*cognomina* parecidos y poco usuales» refere-os Kajanto (KAJANTO, 1965, 319-320).

Partilho da opinião de Alicia Canto em relação à inscrição de Córdoba, apesar de Patrick Le Roux⁹ se ter manifestado também contra Alicia Canto: não vejo por que, nesse caso, *Aquilifer* não possa ser, com toda a probabilidade, um *cognomen*.

⁽⁸⁾ Contudo, no texto de 2001, Sabino Perea precisa essa datação: «dos primeiros anos do reinado de Tibério», ou seja, entre 15 e 20 da nossa era.

⁽⁹⁾ Em correio electrónico que me enviou, a 23 de Agosto de 2002, a comentar a primeira versão deste meu texto – e P. Le Roux é, de facto, um especialista em questões de onomástica militar –, escreveu expressamente: «Je parle de Septicius et je répète qu'une familiarité avec l'épigraphie militaire de l'Occident romain de l'époque de César à Claude ne permet pas [...] de croire à un surnom sauf à démontrer que tous les grades sans légion ou unité sont à cette période des surnoms et à démontrer qu'*aquilifer*, relativement récent comme fonction est déjà un surnom à l'époque d'Auguste et même bien après».

Na verdade, embora se trate de um testemunho único até ao momento, a ocorrência – referida por Kajanto – de palavras como *Centurio*, *Optio*, *Sagittarius*, *Speculator* e outros, como antropónimos, quando claramente apontam para funções militares, é deveras significativa. Por outro lado, sendo muito sensível ao argumento da ausência de menção da legião, imprescindível segundo creio – e o monumento de Laveiras, curiosamente nunca trazido à colação, é prova disso, nele a legião vem mencionada –, há um outro argumento que pode ser complementar: a *contubernalis* será, de facto, uma escrava, pois que o filho de ambos foi libertado pelo pai; seu nome, *Sabina*, deve entender-se, pois, como nome único e não como *cognomen*; o filho, porém, apesar da tenra idade, já ostenta os *tria nomina*, *cognomen* incluído. Estar-se-ia numa altura de transição, dir-se-á, o pai não tem *cognomen* mas o filho já tem. Enfim, a dúvida persiste numa circunstância destas, em que o mais normal seria também não ser dado *cognomen* ao filho.

Em conclusão: quanto se sabe, a epígrafe de Laveiras constitui, até ao momento, o único testemunho garantido da existência de um *aquilifer* – o portador da águia legionária, símbolo máximo do poder militar romano – em terras peninsulares.

Um *aquilifer* que não quis deixar os seus créditos por mãos alheias e empregou no seu túmulo parte do pecúlio que lograra amealhar, na heróica defesa intransigente do símbolo maior que lhe fora confiado pelo legado imperial. Em terras sadias, Tejo à vista, o largo Oceano ao fundo, ali desejou fixar o início de uma longa viagem, em recordação das que fizera por outros mares e outras vias... Desta feita, uma viagem sem regresso. Sem águias à vista de terra ou na proa doutra galera. Mas sempre era bom ver o mar!...

BIBLIOGRAFIA

- ENCARNAÇÃO (José d'), «Tempo romano e Alta Idade Média no território oeirense», *1º Ciclo de Estudos Oeirenses «Oeiras, a Terra e os Homens»*, Oeiras, 1998, 73-79.
- ENCARNAÇÃO (José d'), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, 2001.
- FERREIRA (Fernando Bandeira), «Varia Epigraphica: VII – A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, série III, 4, 1960, 111-117.
- FORNI (Giovanni), «Estrazione etnica e sociale dei soldati delle legioni nei primi tre secoli dell'impero», *Ausstieg und Niedergang der Römischen Welt*, II, Walter de Gruyter, Berlim/Nova Iorque, 1974, 339-391.
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965.
- LASSÈRE (Jean-Marie), *Tables Générales de L'Année Épigraphique* (VIII^e série, 1961-1980), Paris, 1992.
- LE ROUX (Patrick), *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982.
- MARCOS (Rui M. de F.), «Em torno do *ius sepulchri* romano. Alguns aspectos de epigrafia jurídica», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, 64, 1988, 153-182.

- MAZZOLANI (Lidia Storoni), *Iscrizioni Funerarie Romane*, Milão, 1991. [Sobre o interesse deste volume, pode ver-se o que escrevi em *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, 131-134].
- PEREA YÉBENES (Sabino), «El aquífer M. Septicius en un inscripción de Corduba», *Habis*, 24, 1993, 297-305.
- PEREA YÉBENES (Sabino), «Dos inscripciones militares de Portugal a la luz de la *Lythologia Lusitana* de Antonio da Cunha», *Revista Sociedad Arqueológica de Extremadura*, 1, 2001, 71-78.
- RIBEIRO (José Cardim), «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*», *Sintria*, I-II (1982-1983), 151-476.
- SANDERS (Gabriel), «Sauver le nom de l'oubli: le témoignage des *CLE* d'Afrique *et aliunde*», *L'Africa Romana*, 6, Sassari, 1989, p. 43-79.
- VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 415-608

CORRESPONDÊNCIA ANOTADA DE ABEL VIANA A O. DA VEIGA FERREIRA (1947-1964)

À memória de Abel Viana

João Luís Cardoso¹

O presente estudo constitui o corolário do publicado anteriormente sobre a correspondência de O. da Veiga Ferreira para Abel Viana (CARDOSO, 1994/1994). Porém, trata-se de fonte documental ainda mais rica do que a representada por aquele acervo: ascende a oitenta e um documentos datados, quase todos cartas de significativa extensão (especialmente as mais recentes), dactilografadas ou manuscritas. Ficam por publicar algumas dezenas de postais manuscritos (destes, apenas uma ínfima parte foi agora dada a conhecer), por se considerarem de menor interesse.

A correspondência abarca um período de dezassete anos, entre 5/1/1947 e 11/2/1964, correspondente, pois, ao período do pós-guerra, época em que as prioridades do Estado Novo não passavam pela valorização do património arqueológico. Para o poder político da época, as iniciativas no domínio da valorização e da recuperação do Património Histórico-Arqueológico – exceptuando-se as grandiosas comemorações dos Centenários e do Congresso do Mundo Português (ocorridas ambas em 1940), altura em que se reuniu o primeiro congresso dedicado à Pré e à Proto-História portuguesas, correspondendo-lhe magnífico volume de actas – passariam sobretudo pela manutenção das fortalezas medievais, em boa parte reconstruídas nos anos anteriores, consideradas, e com razão, como elemento mais expressivo da Nacionalidade. Os apoios à prática da arqueologia – pressupondo a realização de escavações tinham expressão quase insignificante, limitando-se a uma ou outra estação arqueológica; eram essencialmente três as que se encontravam nessas condições, através da concessão de subsídios por parte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: o povoado pré-histórico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), escavado nas décadas de 1930 a 1950 por A. do Paço e E. Jalhay e, depois do falecimento do último, apenas por A. do Paço; a citânia de Briteiros (Guimarães), propriedade da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães, cuja manutenção auferia também de apoios financeiros daquela Direcção-Geral; e, por último, a cidade romana de Conímbriga (Condeixa-a-Velha), cujas escavações estavam, então, a cargo de Vergílio Correia, beneficiando, igualmente de apoios

¹ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta (Lisboa), Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).*

financeiros daquele departamento estatal. Nestas circunstâncias, facilmente se compreendem as dificuldades sentidas por Abel Viana, agravadas por não se encontrar vinculado profissionalmente a nenhuma instituição cujas atribuições incluíssem a prática de trabalhos arqueológicos, nem possuir curso superior (facto referido pelo próprio em diversos passos da correspondência). Só tardiamente, a partir de 1945, passou a receber alguma ajuda financeira por via de uma bolsa concedida desde Janeiro de 1945 pelo Instituto para a Alta Cultura, a que se somavam os apoios para as despesas dos trabalhos efectuados enquanto colaborador eventual do Centro e Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, sob a direcção do seu amigo e protector, o Prof. A. A. Mendes Corrêa.

Na década de 1950, obteve uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, que lhe permitiu, finalmente, dedicar-se em exclusividade à arqueologia, canalizando então todas as suas energias, até a morte o surpreender, para a exploração de dois importantes sítios do concelho de Ourique: a necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia e o castro da Senhora da Cola. Este generoso apoio, considerou-o Abel Viana como a recompensa por tantos e tantos anos de penúria, e de extemporâneas economias, que a própria correspondência evidencia: algumas missivas são dactilografadas alternadamente a negro e a encarnado, para poupar a fita da máquina; outras, utilizam papel amarelo de cópia, muito fino, para pesarem menos e para pouparem as preciosas folhas brancas, mais necessárias a outros fins; enfim, a O. da Veiga Ferreira são solicitados os mais variados materiais, como “punaises”, folhas brancas, lápis, etc. Compreende-se a gratidão de Abel Viana para com Calouste Gulbenkian, a cuja memória dedica a única monografia publicada do castro da Senhora da Cola, em 1960; a dedicatória impressa na folha de guarda da obra, ilustra bem aquele sentimento, sendo bom exemplo do estilo sóbrio mas muito expressivo usado por Abel Viana: importa transcrevê-la na íntegra, para melhor se compreender o ânimo do seu autor, em Março de 1961:

“Não era este mais que modesto trabalho aquele com que desejaríamos preitear a memória de Calouste Gulbenkian.

Não conhecemos pessoalmente o Homem: como tantíssima gente, beneficiamos do Benemérito.

Só no resvalar para a velhice começamos a ter alguns auxílios mais efectivos, em nossa actividade de observador e anotador arqueológico. Apenas um, todavia, nos facultou os meios materiais para a realização de uma das mais ambicionadas tarefas de toda a nossa juventude e maturidade da vida. Há que ser grato e não demorar muito em o manifestar publicamente. De certo ponto em diante, o mais cedo é o mais oportuno. Desta razão de urgência resulta a menor valia das páginas adiante enfeixadas. Também as circunstâncias em que são escritas excluem toda a concisão e segura que são timbre da prosa científica; há nelas, aqui e além, o tom sentimental a que não nos pudemos eximir. Fica explicado o motivo.

A instituição de Calouste Gulbenkian foi, igualmente, um acto do sentimento humano. Parecer-nos-ia monstruoso correspondermos-lhe aqui com a mecânica fria e dura de um mero relatório.” (VIANA, 1960).

Abel Viana era, até a morte o surpreender em plena actividade, um dos mais marcantes arqueólogos portugueses; com uma escrita fácil e incisiva, algumas das cartas ora publicadas são um fiel e expressivo retrato das condicionantes em que era obrigado a desenvolver a sua actividade arqueológica. Dotado de uma

personalidade enérgica fora do comum, que canalizava totalmente para a investigação, fosse de campo, fosse de gabinete, não rejeitava a emissão de opinião, mesmo que ela fosse do desagrado de outrem, designadamente de quem, à época, detinha grande poder. J. M. da Silva Passos – um dos raros estudiosos que publicamente chamaram a atenção para a importância do labor científico de Abel Viana nos diversos campos a que dedicou atenção – no caso a arqueologia urbana da cidade de Beja – questionava: “...o que faria trabalhar assim Abel Viana? Era creio eu a sua preocupação em transmitir, comunicar, no sentido de dar a conhecer a quem quisesse continuar a aprofundar a sua investigação. Era, talvez assim se possa resumir, um sentimento de pedagogo e de publicista.” (PASSOS, 1986, p. 10). A ele se deve, no campo da arqueologia urbana, de que foi pioneiro em Portugal, primeiro os notáveis achados romanos no largo da Sé, em Faro, e, depois, os que identificou e publicou da cidade de Beja, onde definitivamente se fixou, incluindo a reconstrução do arco romano das Portas de Avis, a partir dos blocos aparelhados que encontrou servindo de bancas no mercado de peixe.

Abel Viana, para afirmar a sua ímpar vontade de investigar e defender, dentro das suas possibilidades, o rico património arqueológico nacional, tinha o peso da sua obra científica e a autoridade da sua palavra corajosa, sempre disponível para intervir, mesmo na praça pública. Contudo, não era mais um dos muitos maldizentes nacionais daquela ou de outras épocas que, ao declararem que “tudo vai mal”, não produzem qualquer esforço pessoal para melhorar o estado das coisas, esperando que outros o façam; Abel Viana foi um dedicado cabouqueiro da nossa arqueologia, privando-se de quase tudo, mas, sem recusar ou ignorar os simples prazeres da vida, tantas vezes insuspeitos ao cidadão; nesta medida, foi, seguramente, um homem que sacrificou a família, a saúde e o dinheiro à satisfação de um superior desígnio, que ele próprio não sabia explicar.

Vale a pena transcrever do jornal “Notícias de Viana”, de Viana do Castelo, da sua edição de 29 de Agosto de 1963, em boa parte dedicado a homenagear Abel Viana, ainda em vida deste, a seguinte síntese, da responsabilidade da Redacção e que, de alguma forma, sintetiza muitos dos contributos de amigos, colegas, admiradores que, então, quiseram ali deixar registado o seu depoimento e testemunho sobre o vianense ilustre:

“Sempre infatigável Abel Viana tem percorrido o País de uma ponta à outra.

Conhece como ninguém, não só o Alto Minho, mas o Algarve e todo o Alentejo.

Em trabalhos de campo e nos de gabinete (em que severamente divide a sua existência há longos anos) a sua actividade é invulgar, assombrosa mesmo. Arqueólogo e etnógrafo, são as suas principais facetas mais conhecidas. A sua bibliografia eleva-o ao primeiro lugar dentre os escritores vianenses de todos os tempos. Mas a sua curiosa personalidade desdobra-se em muitíssimas outras direcções: conversador, memorialista, epistológrafo por exemplo, e em todas elas se revela homem de superior espírito.

Um vianense fora do comum! Um conterrâneo que preenche bem o seu lugar e que marca profundamente a época em que vive!

Possuidor de invejável cultura clássica, estilista nato, e sobretudo de temperamento eivado de umas velaturas de romantismo, Abel Viana imprime a todos os seus relatórios um encanto singular. Todas as suas obras, sobretudo as do último período, se lêem com crescente agrado além de geral proveito.

Com ele estamos muito longe de toda essa literatura fria, convencional, desoladoramente “científica” como lhe chamam os trincadores de alpista que retraçam com laboriosidades de parto uma teorias enfesadas e que nos pretendem impingir como a mais sã liguagem universitária.

Abel Viana é um autodidacta. Tudo o que conseguiu, deve-o ao próprio esforço: um grande mestre arqueólogo e etnógrafo pela graça de Deus”.

Nascido em Viana do Castelo, a 16 de Fevereiro de 1896, faleceu inesperadamente em Beja, a 13 de Fevereiro de 1964. A sua carreira profissional iniciou-a como professor do ensino primário (“mestre-escola”, como em uma das missivas da presente correspondência, com algum humor, se intitulava), concluído o curso do Magistério Primário, em diversas escolas do Minho, entre 1917 e 1933 e, depois, em Beja, de 1933 a 1951, com um interregno de 1933 a 1938, em que exerceu as funções de Inspector e Director do Distrito Escolar de Faro e em 1938, em que foi Director do Distrito Escolar de Setúbal. Estas actividades do âmbito escolar justificam a condecoração com o Oficialato da Ordem da Instrução Pública, pelo Presidente da República, em Faro, a 8 de Março de 1934.

A sua actividade arqueológica desponta ainda aquando da sua estadia no Minho, onde, a par de intensa colaboração de âmbito etnológico e folclórico publicada nos periódicos de carácter local ou regional, ensaia os seus primeiros passos com o artigo publicado em “Gente Minhota”, Braga, 1926, intitulado “A exploração metódica dos nossos castros”, a que se sucedem logo muitos outros, sobretudo sobre as indústrias asturienses. Começou, assim, uma brilhante carreira de publicista, que, no final da vida, ascendia a mais de trezentos títulos, envolvendo estudos sobre todos os períodos da Pré-História, da Idade do Ferro, da Época Romana, Visigótica e Muçulmana, bem como da Idade Média e da Idade Moderna portuguesas, nestes últimos casos sobre temas de História de Arte, cujo cômputo exacto está ainda por fazer. Tal actividade, tanto em quantidade, como em diversidade e qualidade, a que acresce os efectivos contributos, tanto no sentido da conservação das espécies como no progresso dos conhecimentos respectivos, valeram a Abel Viana o reconhecimento científico aquém e além fronteiras: era membro da Academia Nacional das Belas Artes, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, do Instituto de Coimbra, do Deutsches Archaeologisches Institut, da Real Academia de Ciencias y Nobles Artes de San Carlos (Valência), do Institut International d’Anthropologie, da Société Préhistorique Française, do Instituto de Coimbra, da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, etc.

Da nota necrológica publicada pelo destinatário desta correspondência, e seu dilecto discípulo e Amigo, respigam-se os seguintes parágrafos (FERREIRA, 1964, p. 173):

“Foi em 1944 que travei conhecimento com ele, já nessa altura residindo em Beja. Começaram então os nossos 20 anos de trabalhos e canseiras, descobertas, e de uma grande colaboração e amizade. Evoco, neste momento em que infelizmente já o não posso ter por companheiro, todas essas campanhas de Monchique, Alcalar, Faro, Ourique, Aljustrel, Senhora da Cola, etc., vinte anos de produtivo e fecundo labor, onde o seu conselho e a sua grande experiência de trabalhos de campo tanto contribuíram para as descobertas e estudos realizados.”

Durante esses vinte anos de intenso labor e de colaboração constante com O. da Veiga Ferreira, produziram-se trabalhos arqueológicos da mais alta valia científica, cuja menção, ainda que rápida, importa

deixar registada. O primeiro, por ordem cronológica, foi o que correspondeu à exploração das necrópoles megalíticas das Caldas de Monchique (as quais, na verdade, correspondem a um único grande conjunto coerente, tanto do ponto de vista arquitectónico, como no concernente à respectiva integração cronológico-cultural de cada um dos seus elementos). Em anos sucessivos de investigações, nos finais da década de 1940, escavaram-se numerosas cistas megalíticas, distribuídas por diversos núcleos (Belle France, Palmeira, Buço Preto ou Esgravatadoiro, Rencovo, etc.), mediante a constituição de uma equipa estável e cimentada pelo respeito e amizade dos seus constituintes: Abel Viana, José Formosinho e O. da Veiga Ferreira, cujos trabalhos se encontram amplamente referidos na Correspondência. O conjunto funerário das Caldas de Monchique detém, no contexto megalítico do sudoeste peninsular, uma evidente originalidade, particularmente no que concerne à arquitectura dos sepulcros – via de regra cistas cobertas por tumuli, isoladas ou agrupadas sob o mesmo montículo artificial – cuja cronologia, com raízes no Neolítico Médio regional, teve o seu auge no Neolítico Final. Como é frequente, algumas das sepulturas foram reutilizadas no Calcolítico – como é exemplificado pelo machado de cobre, envolto num pano de linho achado numa delas (túmulo n.º 1 de Belle France). Acessoriamente, foram investigados núcleos de cistas da Idade do Bronze (Alcaria), aos quais se encontrava associada a primeira navalha de barbear, de bronze, achada numa entulheira no Barranco do Velho e vestígios romanos e visigóticos, a começar pelos existentes nas instalações das próprias termas das Caldas de Monchique.

Outro dos contributos maiores de Abel Viana registados na Correspondência, foi o estudo do megalitismo, da Idade do Ferro e do Período Romano da região de Elvas, realizado em colaboração com António Dias de Deus, beneficiando do apoio da Fundação da Casa de Bragança, em cujas herdades a larga maioria das estações exploradas se localiza. Situado cronologicamente logo depois do ciclo das explorações de Monchique, as publicações sucaram-se, sobretudo na primeira metade da década de 1950, com prolongamento pelos inícios da metade seguinte, tanto em revistas portuguesas como, sobretudo, em actas de Congressos de Arqueologia do país vizinho. No que toca ao megalitismo, revelou-se a importância dos dólmenes e dos correspondentes espólios, resultantes das explorações por ambos levadas a cabo. Tal realidade é também extensiva às notáveis necrópoles de incineração romanas, nalguns casos constituídas por dezenas de sepulturas cuja plantas foram devidamente registadas, contendo ricos espólios, igualmente preservados e publicados, para além de importantes testemunhos de *villae*, nalguns casos possuindo mosaicos (Carrão). Mas onde os trabalhos de Abel Viana e A. Dias de Deus mais se destacaram foi na salvação de diversas necrópoles de incineração em urna, da II Idade do Ferro, como a de Chaminé, cuja relevância científica é desnecessário salientar. Embora as explorações não tenham decorrido segundo as regras da boa prática arqueológica da actualidade, importa, no entanto, destacar, por que tudo deve ser avaliado segundo os padrões vigentes na época, o facto de que, não fora a acção pronta e eficaz de A. Dias de Deus, quase toda aquela preciosa documentação se teria perdido. Seja como for, a situação foi aproveitada por Manuel Heleno, que, sabedor da valia arqueológica daqueles espólios e sítios, conseguiu obter oficialmente o encargo para a continuação das investigações ... a que não deu seguimento. Este episódio constituiu um dos momentos de maior tensão na carreira científica de Abel Viana, encontrando-se documentado na Correspondência que ora se publica.

Por ordem cronológica, o terceiro grande contributo que se deve a Abel Viana e O. da Veiga Ferreira, foi a descoberta e exploração de cerca de uma vintena de sepulturas colectivas calcolíticas do tipo *tholos* em diversos concelhos do Baixo Alentejo, região onde, até então, eram totalmente desconhecidas. Os trabalhos desenvolveram-se dos finais da década de 1950 até inícios da década seguinte. Foi, assim, possível, documentar a existência de uma área intermédia ocupada por tal tipo de monumentos, entre o litoral do Algarve, onde eram conhecidos desde o tempo de Estácio da Veiga, até à Estremadura, cujo primeiro exemplar (Monge, no cume da serra de Sintra) foi explorado ainda em data anterior, por Carlos Ribeiro, sugerindo deste modo progressão de Sul para Norte, que os autores relacionaram, e bem, com a progressão da exploração das jazidas cupíferas baixo-alentejanas e, portanto, com a difusão do Calcolítico. Importa referir, a tal propósito, que o trabalho de ambos, apresentado ao IV Congresso de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Madrid em 1954, apresenta aspectos de inegável relevância, não só relativos à referida progressão da metalurgia – que as datações absolutas, pelo método do radiocarbono, realizadas até ao presente em Portugal vieram dar razão – mas ainda no que concerne ao estatuto arqueológico que os autores atribuem à Idade do Cobre peninsular, em clara e corajosa oposição à desvalorização que, então, os arqueólogos espanhóis lhe atribuíam, inserindo-a na ambívia designação de “Bronze I”.

O derradeiro projecto de envergadura a que Abel Viana meteu ombros, consumindo-lhe quase todas as suas energias, a partir de 1958 até ao ano da sua morte, foi a escavação do castro da Senhora da Cola (Ourique). Em campanhas de vários meses, ali anualmente realizadas desde então, contando, ainda, com a colaboração amiga de O. da Veiga Ferreira, conseguiu por a descoberto, pela primeira vez em Portugal, uma fortaleza islâmica, recheada de notáveis estruturas, estratigrafias e materiais arqueológicos – com destaque para os espólios cerâmicos da época califal, então quase desconhecidos em Portugal, os quais, infelizmente, não teve já tempo de publicar. Tais peças aguardam ainda publicação: numa época caracterizada por uma actividade de escavações jamais atingida anteriormente, é situação tão lamentável quanto inexplicável, que conjuntos tão valiosos como o referido, permaneçam ainda inéditos.

A colaboração com O. da Veiga Ferreira teve, ainda, outros desenvolvimentos que, se bem que pontuais, nem por isso deixarem de constituir contributos da maior relevância para a arqueologia nacional; de todos, é de destacar a exploração do notável dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades), publicado por ambos em colaboração com L. de Albuquerque e Castro.

Bastariam os resultados obtidos em apenas um dos quatro projectos maiores em que Abel Viana esteve profundamente empenhado, todos eles tratados na Correspondência, para o situar, a par de O. da Veiga Ferreira, entre os escassos arqueólogos mais relevantes da arqueologia portuguesa do século XX; mas convém não esquecer que estes correspondem, apenas a uma parte da impressionante actividade científica desenvolvida pelo próprio, o que salienta ainda mais a sua dimensão científica.

Abel Viana não foi, ao contrário do que espírito desprevenido poderia julgar, um visionário incompreendido, um daqueles homens que, trabalhando isolados, tiveram a desdita de “ter razão cedo de mais”: pelo contrário, procurou ser um homem do seu tempo, atento às realidades político-sociais da época; amando sem limites a actividade que, por vocação, abraçou já na maturidade da vida, mercê do seu esforço laborioso,

onde mesmo as suas limitadas economias pessoais eram aplicadas, procurou, e conseguiu, mobilizar algumas vontades, criar e manter pela vida fora uma plêiade de amigos e admiradores e, o que é mais, de colaboradores e discípulos, entre os quais se destaca o destinatário desta Correspondência: mas ao deixar o seu nome indelevelmente associado à arqueologia, nem por isso foi devidamente lembrado; se a publicação desta correspondência é, pois, mais do que justificada pelo inegável valor histórico-documental que encerra, não deixa, também, de ser um acto de justiça: recorrendo às suas próprias palavras, na sua prosa quente e sugestiva transmitindo os sentimentos da sua personalidade expansiva e afectiva, evocá-lo, através das muitas cartas agora publicadas – muitas delas eivadas de amargura, mas jamais de demissão e desânimo, que a isso não permitia o seu espírito combativo – apenas de uma forma fria e estritamente científica, seria despropositado: a grandeza da obra não é separável da afectividade e da alma do seu criador, que, sem exageros nem favor, pode, talvez, ser considerado como o último sucedâneo do brilhante espírito renascentista português, sem deixar, como se disse, de ser um homem do seu tempo. É interessante registar que os seus interesses não se limitavam à área das ciências sociais e humanas; o gosto pelas ciências naturais, havia-o levado a publicar, logo no início da sua fecunda actividade como publicista, em 1925, na “Gazeta de Viana”, uma série de cinco artigos sobre Apicultura e, mais tarde, em 1928, na “Gazeta das Aldeias”, um estudo sobre A “bicha do milho”, *Caradrina exigua*, Hb. e, no ano seguinte, novo artigo sobre “Apicultura – condições desta indústria no distrito de Viana”, publicado no periódico “Notícias de Viana”. Muito mais tarde, no decurso das escavações no castro da Senhora da Cola, organizou uma colecção entomológica das numerosas espécies ali existentes, bem como uma zona herborizada com plantas endémicas da região, o que bem evidencia o cuidado dispensado ao enquadramento paisagístico da área arqueológica, quando tal tipo de preocupações não eram sequer suspeitadas pelos arqueólogos seus contemporâneos.

Profundamente empenhado na suas investigações, não ignorava as humildes gentes do Baixo Alentejo, de tudo carenciadas, que o rodeavam e com as quais partilhava a existência do seu quotidiano: isso mesmo transparece na carta escrita apenas dois dias antes de falecer, datada de 11 de Fevereiro de 1964 (Documento nº. 81). Assim, dando mostras do seu contentamento pelo sucesso da visita que, dias antes, vários membros do Governo e altos dirigentes tinham feito à Senhora da Cola, incluindo a possibilidade da instalação de um Museu Monográfico (infelizmente jamais concretizado), declara: “Olhe, veja amigo, foi um grande dia, e toda aquela gente teve a noção perfeita de que alguma coisa grande se estava a passar, de interesse para ela e, principalmente, para os filhos. Estou, ao mesmo tempo que faço o trabalho arqueológico, a bater-me pela melhoria das condições de vida de toda aquela gente, que bem precisa do nosso amparo, e que bem merece toda a nossa protecção e estima.” Ainda nesta mesma missiva, pode ler-se este trecho, de evidente carinho para com a gente que com ele trabalhava na Senhora da Cola: “A Helena tem mais dois irmãos, uma rapariga e um rapaz, este nascido em 19 de Janeiro; o Manuel Luz tem mais um rapaz, nascido há oito dias. De modo que a Sr^a. Antónia tem, neste momento, cinco netos e cinco netas. E eu lá estou a acompanhar esta evolução ... demográfica”. Com efeito, estas novidades eram familiares a O. da Veiga Ferreira, que, por autorização superior do Director dos Serviços Geológicos de Portugal, participou em diversas campanhas no castro da Senhora da Cola.

Importa, para melhor se compreenderem as duras condições em que Abel Viana era obrigado a realizar os seus trabalhos de campo na região de Ourique, mesmo no final da sua vida, quando, mercê estritamente do seu trabalho, tinha justamente granjeado uma posição ímpar nos meios culturais de então, transcrever alguns dos trechos mais significativos da sua correspondência.

De uma carta a Mário Cardozo (ver Documento n.º 77), datada de 2 de Julho de 1963, menos de um ano antes de morrer, já com sessenta e sete anos, a propósito das escavações da necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia, declara: “Trabalhei ali dois anos, fazendo a dupla travessia diária destes cerros e barrancos, debaixo de sol ardente, caminhando como animal, sem pensar, como irracional, atrás dos burros e das ferramentas, totalmente mecanizado. São esforços que jamais se esquecem! (...). E não me venham cá com interditos oficiais! Em sítios destes, Helenos fiscalizadores só poisam sapatos, por engano ou por capricho, uma vez na vida. Isto não são andurriais para manipanços da cátedra nem para pífios académicos: é lugar para HOMENS. Sejam sábios ou não.” Mais à frente, pode ler-se o seguinte trecho, significativo quanto às condições de trabalho que suportava, meses a fio, na sua querida Senhora da Cola: “Neste quarto onde escrevo e onde, fatigado e excitado, Deus permite que compartilhe umas migalhas do sono dos justos, há cobras no telhado, osgas nas paredes, tarântulas pelos buracos, e pela manhã, ao levantar-me, não esqueço de sacudir os sapatos, antes de os calçar. Não vá ter-se metido neles algum dos enormes lacraus que diariamente esmago lá fora”.

Também significativo quanto às dificuldades sentidas por Abel Viana, e a sua vontade em as vencer, é o excerto da carta de 19/7/1950 (Documento n.º 31):

“(...) Você vai singrando bem. Não precisa de armar em tolo, em susceptível, em criancinha irritável. Se armar banzé, seja de que jeito for, olhe que eles cascam-lhe; dar-lhe-ão, ao menos, muito incómodo e muito que fazer. Você está como eu desejaria estar. Não tive tal sorte. Até há pouco, trabalhei sempre sozinho, isolado, sem auxílio de quem quer que fosse. Muito elogio, muita palavra bonita mas, passe de largo ... O único porto em que eu me podia ter refugiado era o grupo do Porto, junto de M. Correia. Dispunha-me a fazê-lo, em começos de 1933, quando me atiraram para o Algarve e em condições de não poder cuidar de mais nada senão de Professores e escolas. Só agora, após quase trinta anos de actividade, pude chegar-me aos bons e verdadeiros amigos e comecei a ser auxiliado. Antes disso, os que mais próximo de mim andaram, o único cuidado que tiveram a meu respeito foi manterem-me convenientemente afastado (...).”

Esta invulgar dedicação a uma causa, apesar das contrariedades sofridas, a frontalidade das ideias expostas, servidas por prosa expressiva e directa, e as qualidades ímpares para o exercício da arqueologia, revia-as Abel Viana em O. da Veiga Ferreira. As evidentes afinidades de carácter entre ambos, tornaram, pois, mais fácil o estreitamento do seu convívio, mantido sem mácula durante quase vinte anos consecutivos, até à morte de Abel Viana. Este não se cansava, porém, de advertir O. da Veiga Ferreira, dado a fases de desilusão profunda, causadas por esperanças não concretizadas quanto à sua afirmação como arqueólogo no seio da Instituição a que pertencia, aliás com uma brilhante tradição nessa área, mas da qual, conscientemente, os então responsáveis se procuravam, progressivamente, desligar. Tais desilusões, que não raro eram acompanhadas de decisões precipitadas, eram confidenciais a Abel Viana que, dentro das suas possibilidades, procurava chamar o Amigo à razão, dando-lhe úteis conselhos que, seguramente, foram levados em consideração. É o caso dos que a seguir se transcrevem, da sua derradeira missiva (Documento n.º 81, de

11/2/1964): “(...) Não se descuide com o trabalho para o doutoramento. Quando você atingir essa meta, será das maiores felicidades da minha vida. Estude, prepare as coisas com toda a habilidade, não faça barulho, para não despertar despeitos e invejas (...). Percebeu! Bico calado, a fim de não despertar os lobos. E, se Deus quiser, você há-de triunfar (...).”

O destinatário desta expressiva e volumosa correspondência concretizou, na verdade aquela grande vontade de Abel Viana.

Com efeito, obteve, em 1965, o título de “Docteur de l’Université”, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, com uma tese principal intitulada “la Culture du Vase Campaniforme au Portugal”, perante um júri presidido pelo Professor Jean Piveteau. A bio-bibliografia de O. da Veiga Ferreira (1917-1997) já foi objecto de diversos estudos por parte do signatário, que deste modo pretendeu homenagear a figura ímpar do Homem e do Cientista devotado até ao âmago do seu ser à arqueologia; tal como Abel Viana, sacrificou a Família, o seu bem estar material e, até, a sua saúde (CARDOSO, 1997a, 1997b, 1997c; 1997/1998): não espanta, pois, que ambos se sentissem irmanados por uma estreita afinidade de princípios morais e éticos, pelos quais pautaram as suas vidas, tanto no plano pessoal como no científico. Tal como Abel Viana, O. da Veiga Ferreira conheceu dificuldades em desenvolver a sua actividade arqueológica no seio dos Serviços Geológicos; não se contesta tal opção da Instituição, mas ela não poderia deixar de ficar aqui registada, como uma das evidências da correspondência ora publicada; do mesmo modo, alguns indícios apontam também para a perda de capacidade interventora de G. Zbyszewski, com o desaparecimento do Director Eng. António Vianna, designadamente no domínio da arqueologia: prova disso é o número significativo de artigos preparados em colaboração com Abel Viana e que jamais foram publicados, por falta de disponibilidade do primeiro, como amargamente se queixa Abel Viana em mais do que uma das missivas enviadas a O. da Veiga Ferreira.

A trajectória científica no campo da arqueologia e o perfil humano de O. da Veiga Ferreira, explicam por que Abel Viana o elegeu como seu colaborador dilecto: na última das cartas, declara, a tal propósito, já em Aditamento (Documento n.º 81: “Se não lhe guiei os primeiros passos, pelo menos, acompanhei-lhe os segundos, e alguma coisa do meu entusiasmo lhe transmiti. Vá para a frente. Não se arrependa. (...)”

O signatário do presente trabalho deve-lhe, ainda, a oferta da correspondência ora publicada: sentindo que nela haviam elementos únicos não só para desvendar a personalidade fascinante de Abel Viana, mas também algo sobre a vida e a obra do Mestre, incluindo algumas das vicissitudes do seu labor arqueológico, um dia, em sua casa, no já longínquo ano de 1995, entregou-me, sem qualquer comentário ou pedido, o volumoso maço da Correspondência que ora se publica.

Como acontece quase sempre, a memória de Abel Viana não foi homenageada como mereceria, tanto em sua vida, como depois da morte. O. da Veiga Ferreira é excepção, a par do seu Amigo vianense José Rosa de Araújo, também referido na Correspondência, que, em 1968, apresenta perfil rigoroso de Abel Viana (ARAÚJO, 1968); mas foi O. da Veiga Ferreira quem, não só lhe apresentou o elogio histórico, embora resumido (FERREIRA, 1964), mas, muitos anos depois, em finais de 1989, o repete, em sessão pública de homenagem havida em Ourique – região a que dedicou particular atenção, como bem se comprova pela presente

correspondência – por iniciativa da respectiva Câmara Municipal, que incluiu o descerramento de uma placa, pelo senhor presidente da Autarquia.

Deste modo, a publicação do acervo da Correspondência trocada entre O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, que com este estudo se completa, é, também, um preito de homenagem à memória de ambos.

Numa altura em que a arqueologia portuguesa vive um período de pujança sem antecedentes – situação que se crê, felizmente, irreversível – mas também de algumas contradições e evidentes fraquezas, talvez resultantes de um crescimento demasiado rápido, entende o signatário que importa conhecer, cada vez mais e melhor – até para melhor perspectivar a situação actual e os desenvolvimentos futuramente desejáveis para a disciplina – os períodos passados, e o modo como a prática da arqueologia então se encontrava condicionada; crê-se que tal conhecimento seria especialmente vantajoso às novas gerações de alunos de arqueologia, antes de entrarem no mundo do trabalho.

A correspondência ora publicada, evidencia, expressivamente, as dificuldades da prática arqueológica em Portugal, no pós-guerra, especialmente por quem a realizava quotidianamente, como era o caso de Abel Viana; o progresso dos conhecimentos e a investigação e protecção do nosso rico património arqueológico exigiam sacrifícios hoje impensáveis, mesmo por parte daqueles habituados a árduos trabalhos de campo e de gabinete. Por isso, a obra publicada de Abel Viana se destaca, justamente, na penúria da investigação arqueológica do seu tempo.

Como já em outro local se referiu, “O campo da historiografia arqueológica em Portugal encontra-se quase por estudar; que este estudo contribua para o reconhecimento do efectivo estatuto científico de tal domínio, já plenamente afirmado além-fronteiras” (CARDOSO, 1999, p. 138).

Documento nº 1 – Carta dactilografada em folha branca com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

5/1/1947

Meu caro Veiga Ferreira:

Acabo de receber a sua carta de (?), com as fotografias que lhe juntou. Vieram mesmo muito a propósito. Não posso rigorosamente dizer que tenha perdido muito tempo em fazer intercalações no nosso trabalho, porque, afinal, tudo é completar e aperfeiçoar o estudo. De maneira que, à medida que o meu Amigo e o Formosinho me vão enviando materiais, vou acrescentando ou até refazendo o que já estiver redigido. Neste momento, temos 80 páginas de texto, dactilografado. Comecei ontem o capítulo final – o das conclusões. Estou dando volta à bibliografia portuguesa e estrangeira de que disponho – que ainda assim é razoável –, e talvez depois de amanhã possa começar a redigir em definitivo este último capítulo. Já recebi os últimos desenhos do Dr. Sousa Costa. São primorosos. Ele foi para o Porto e deve lá demorar-se até Fevereiro. Antes de partir, telefonou-me e tivemos longa conversa acerca da publicação deste trabalho. Vejo que ele tem desejo de desenhar uma capa, no caso de se arranjar possibilidade de se fazer uma separata, que alguém pagará...

Como estou para ir a Lisboa, lá trataremos deste particular. Por agora, o que interessa, é a publicação no boletim dos Serviços Geológicos. Fará o favor de dizer ao Dr. Zby que o nosso trabalho regula por 120 páginas de texto (dactilografado à maneira dos artigos “tecido – navalha de bronze”)¹, e levará 84 Estampas². Estas poderão ser reduzidas a 50 Estampas (páginas inteiras) dando o restante, em zincogravura, umas 40 ou 50 figuras que podem ir intercaladas no texto, ou também em Estampas, mas neste caso ocupando menor número. Calculando que, na ocasião em que o Dr. Zby me mande dizer para seguir para aí poderei levar tudo pronto³. Entretanto, será conveniente o amigo Veiga Ferreira pô-lo ao corrente de tudo isto, não vá ele julgar que eu, por qualquer motivo, levantei mão do trabalho. Além disso, é possível que ele precise de ter qualquer indicação para base de cálculo, se tiver de entrar já em linha de conta com o orçamento. Fico ciente do que me diz a respeito da gruta do Cerro do Algarve⁴. Não me admiro, pois eu pensei sempre assim. Por tal motivo, lhe fiz aquelas perguntas acerca da sondagem que o meu Amigo lá fez. Quanto a sepulturas, tanto em Monchique como em Alcalar, peço-lhe o grande favor de não as explorar sem eu estar também lá. As fotografias que me mandou agora são preciosas para o nosso trabalho. O que mais me tem embaraçado foi precisamente a falta de uma representação gráfica, completa, da arquitectura de todos os túmulos, assim como deficiente foi o aproveitamento (para desenho) de todos os bocaditos de cerâmica, sobretudo daqueles túmulos que não deram mais que insignificantes fragmentos. Tipo dos túmulos e tipo da cerâmica são os principais elementos para uma classificação capaz. É preciso aproveitar absolutamente tudo o que respeita a estas duas coisas. O Dr. Sousa Costa deu-me algumas informações (telefónicas) muito boas a respeito das ruínas das termas romanas⁵. Amanhã envio-lhe um pequeno aditamento ao artigo da navalha de bronze, pois descobri agora mais umas coisas respeitantes aos achados na Península, as quais não poderão ficar omitidas, sob pena de nos classificarem de ignorantes. O acréscimo é fácil de intercalar. Não obriga a alteração do que já está escrito. É favor pôr o Dr. Zby ao corrente de tudo isto. Estou trabalhando constantemente. Nem saio

⁽¹⁾ Ver Bibliografia: VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947. Trata-se de um pedaço de tecido de linho, que embrulhava um machado plano de cobre, depositado no túmulo n.º 1 da necrópole de Belle France, e de uma navalha de barbear, da Idade do bronze, o único exemplar publicado em Portugal até época muito recente, encontrado numa entulheira, já fora de contexto, no Barranco do Velho.

⁽²⁾ Trata-se de trabalho que não chegou a ser publicado nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Deverá corresponder a um extenso estudo dedicado às necrópoles de Monchique, então em curso de investigação por A. Viana, J. Formosinho e O. da Veiga Ferreira, só publicado em 1953/1954 nos Trabalhos de Antropologia e Etnologia (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954).

⁽³⁾ G. Zbyszewski, na época, detinha amplos poderes e responsabilidades delegadas pelo então Director dos Serviços Geológicos de Portugal, o Eng. António Vianna, incluindo a coordenação de artigos destinados a publicação na revista oficial da Instituição.

⁽⁴⁾ A gruta do Cerro do Algarve é uma cavidade cársica da Freguesia de Mexilhoeira, concelho de Portimão, referida pela primeira vez por S. P. M. Estácio da Veiga (VEIGA, 1886). É curioso verificar ter O. da Veiga Ferreira ali efectuado uma sondagem, cujos resultados, por inconclusivos, jamais foram publicados.

⁽⁵⁾ Trata-se das ruínas das instalações termas romanas das Caldas de Monchique, já conhecidas ao tempo das intervenções arqueológicas de Abel Viana e seus companheiros; o Sr. Sousa Costa era, à data, o gerente comercial das termas.

de casa, para nada. Dê-lhe também cumprimentos meus. Por hoje fico-me por aqui. Esta já vai longa e o trabalho está à espera⁶.

Seu muito grato amigo.

Abel Viana

Documento nº 2 – Carta dactilografada em folha branca com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. 19-7-1947

Meu caro:

Recebi os seus dois cartões. Como nada me diz dos seus, em especial da miuda que queria fazer de formiga⁷, presumo que encontrou todos bem. Antes assim. Quanto a mim, passei horrivelmente a primeira noite, ou seja, a do dia da chegada. Só consegui dormir das 3 às quatro horas, que para mais não deu o efeito do comprimido que tomei. Andei o resto da noite a fazer avenida em casa e a bochechar com água de malvas. No dia seguinte, logo que pude obter borato, comecei a bochechar com borato e água oxigenada, e ao começo da segunda noite as dores desapareceram. Não tive febre, salvo durante pouco tempo, na tarde de 15, mas talvez fosse por não ter dormido. Foi coisa leve e por pouco tempo. As dores foram violentas e prolongadas. Mesmo depois de terem passado as dores, fiquei com uma tromba de porco de primeira qualidade. O abcesso ainda não rebentou, mas a cara desinflamou e penso que amanhã já poderei fazer a barba. Naquele primeiro dia nada pude fazer, porque a dor não me deixava parar lugar, quanto mais trabalhar...Aí vai a lista das moradas dos espanhóis. Vim encontrar um telegrama do Formosinho, expedido de Viana. Um cumprimento muito reinadio.

Sei que gostou de lá estar. Mas ainda não tenho notícias directas dele. Nem sei mesmo se já está em Lagos. O Dr. Zby já me escreveu. Já nos não poderemos juntar neste mês, de modo que vou apressar as minhas coisas de maneira a poder seguir para o Norte no dia 26 ou 27 do corrente. Não passarei por Lisboa, porque tomarei a linha do Setil. Claro quer manteremos as ligações epistolares. Se resolver ir a Viana em Agosto ou Setembro, avise-me para Viana. De lá lhe escreverei. Já estão para lá o Mariano Feio, Carlos Teixeira, Orlando⁸. Tenciono apanhar lá pelo menos o Mariano. Escrevo hoje ao Dr. Zby a dar-lhe conta destas coisas. Não demore a entregar-lhe as fotografias ampliadas. Olhe que são elas que estão a atrasar o arranjo definitivo do nosso maior trabalho das Caldas⁹. Já recebi o romance do nosso amigo de Monchique. Escreveu-

⁽⁶⁾ *Por este e outros particulares da correspondência se aquilata o espírito verdadeiramente febril com que A. Viana se entregava à investigação arqueológica, no caso à redacção dos resultados das suas descobertas e indagações.*

⁽⁷⁾ *Refere-se certamente a uma das filhas de O. da Veiga Ferreira.*

⁽⁸⁾ *Os Doutores Mariano Feio, Carlos Teixeira e Orlando Ribeiro, deveriam então ter-se deslocado à região minhota no âmbito do estudo dos terraços quaternários do vale do Minho, que então tinham empreendido, integrado na cartografia geológica da região.*

⁽⁹⁾ *Ver nota 2.*

-me e, entre outras coisas, disse-me que já enviou para si o texto da notícia. Conto redigir em Viana o relato desta nossa última exploração.

Por hoje não o maço mais. Cumprimentos a Sua Ex.ma Esposa, beijos às miúdas (porque elas não estão vendo estas barbaças de oito dias) e um abraço para si.

Abel Viana

Documento nº 3 – carta dactilografada em folha branca com carimbo do centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

2/12/1947

Meu caro Amigo:

Terá imensa razão em estar aborrecido pelo facto de me ter já escrito duas vezes, sem eu até agora lhe ter dado a devida resposta. A verdade, porém, é que nem sempre se pode responder a tempo e horas, ou seja, quando se deve. O meu caro Veiga Ferreira nem fará ideia da carga de trabalhos que tenho tido desde que estive consigo em Monchique – nessa bela e inesquecível campanha de trabalho! Concluí, entretanto, uma data de tarefas, cada qual mais complicada, e só anteontem me foi possível pegar no nosso trabalho das Caldas. Comecei por copiar os elementos do seu caderno de campo. Trabalhei em um serão que se prolongou até à madrugada de hoje, de maneira a poder remeter-lhe o seu caderno quanto antes. Já não era sem tempo! Agora, até 22 ou 24 de Dezembro, não largarei isto de mão, a fim de ter tudo pronto dentro deste prazo. Estes primeiros dias são para ordenar o material e redigir os diversos capítulos. Depois, dactilografo tudo, em triplicado. Hoje mesmo escreverei ao Dr. Formosinho, pois ainda não me remeteu as fotografias ampliadas nem os desenhos que faltavam. À medida que me não fizerem falta os seus relatórios, aí lhe irão ter às mãos. Ao extrair os apontamentos do seu caderno de campo, notei que estão os calcos de umas moedas com a nota de serem de D. João III^o. São aquelas que mostram em uma das faces um “Y”. Ora estas moedas, segundo penso, não são de D. João III^o, mas sim de D. João I^o¹⁰. Não tive tempo de ir ver a minha livralhada numismática, mas parece-me que tenho razão. O mesmo caderno contém duas coisas que me interessam muito. Uma delas é a tal “lagariça” ou “alagariça”. Julgo ter já qualquer apontamento a respeito dela, não sei se de “O Archeólogo Português”, se no Estácio da Veiga, se no Ricardo Severo. Seja como for, é capaz de me informar a respeito do seguinte? 1^o – Onde fica essa alagariça? 2^o – É aberta na rocha nativa? 3.º Qual a espécie dessa rocha? 4^o – Os bordos são em relevo, ou é tudo absolutamente cavado, sem aqueles sobressaírem ao nível geral do rochedo? Tenho um estudo feito acerca de uma coisa idêntica, existente em Vilar de Mouros, no concelho de Caminha. Sei que próximo de Beja há também uma coisa desse género, mas

⁽¹⁰⁾ *O que é perfeitamente correcto.*

ainda não pude vê-la, porque... o tal próximo ainda é coisa para bastantes quilómetros. Muito lhe agradecia, pois, as explicações que lhe peço, para fins comparativos¹¹.

Outra coisa: Diz o meu Amigo, na breve anotação ao esboço de planta da gruta do Cêrro do Algarve, não lhe parecer que nessa gruta haja vestígios do Homem pré-histórico. O caso interessa-me imenso, também. Poder-me-á dizer: 1º – Em que ponto ou pontos escavou? 2º – Até que profundidade escavou? 3º – O solo tinha capa estalagmítica?

Quanto ao nosso trabalho propriamente dito, fará o favor de me mandar dizer: quanto mede, em centímetros, o seu palmo? Como sabe, houve um dia em que se perdeu a fita métrica, e houve que se medir tudo a palmos. O palmo adoptado... foi o seu. Tenho agora necessidade de fazer a conveniente redução de tais medidas. Também precisava que me mandasse dizer o que diz o seu caderno a respeito do espólio da sepultura n.º 1 de Belle France e da n.º 15 da Palmeira. A n.º 1 de B. France, diz: 1 machado de bronze; 4 facas; 1 fragmento de faca; 1 fragmento de faca?, 2 micrólitos. 1 fragmento cerâmico. E 2? // A n.º 15 da Palmeira diz: 2 contas cilíndricas, grandes; 1 pequeno machado de pedra polida; 1 conta oblonga, de serpentina, 1 faca de sílex, perfurada; 1?; 1 micrólito com ranhura; contas pequeninas de xisto.

Como vê, há uma coisa da Palmeira e outra de Belle France que não consegui determinar através da sua caligrafia apressada. Logo que possa, mande-me tudo isto que eu lhe peço, visto eu estar com a mão na massa e não desejar levantar mão dela. Meu caro Amigo, isto não é trabalho nem trabalhinho, é um trabalho! Isto é obra para nos levar... à imortalidade. Arqueológica, é claro. Parece-me que o nosso estudo ficará bem com a divisão que lhe pretendo dar. Veja lá¹².

Iº – (Capítulo preliminar) A arqueologia de Monchique, até 1946; a região (leva a história das escavações, etc., etc.).

IIº – O Bronze inicial (fase megalítica).

IIIº – O Bronze pleno.

IVº – Achados arqueológicos nas termas.

Vº – Outros achados na região.

VIº – Conclusões.

Evidentemente, esta primeira redacção levará modificações, depois de nos reunirmos: Veiga – Formosinho – Viana. Mas é preciso ter isto no tamanho natural, para efeitos de orçamento. Modificações que hajam não serão de molde a alterar a extenso material do trabalho.

Cá fico à espera das suas informações, notícias e o mais que entender mandar-me. Com certeza, durante esta tarefa, terei de lhe escrever mais vezes, a pedir-lhe esclarecimentos.

Receba um abraço do seu muito grato amigo,

Abel Viana

⁽¹¹⁾ Trata-se de uma lagariça ou lagareta, como muitas outras existentes no País, atribuíveis ao Período Romano ou a épocas ulteriores. Foi publicado por A. Viana em *Terra Lusa*, 3, 1952 esta ou outra ocorrência semelhante. Na região de Monchique, foram identificadas duas ocorrências, uma em Vidigal, outra no Cerro do Castanho.

⁽¹²⁾ Ver nota 2.

(Em separado)

Isto é para o trabalho especial a respeito dela. Para o trabalho geral, ou se aproveitaria esta mesma fotografia (para o que é preciso recuperá-la depois de feita a gravura para o artigo da Revista), ou o Dr. Zby tiraria outra fotografia, no tamanho exactamente natural. Creio que terá levado este objecto para Lisboa.

Isto apenas para não sair a mesma fotografia nos dois trabalhos.

Veja se, na altura própria, me pode mandar as provas tipográficas do artigo trapinho e navalha¹³.

Até 1 de Janeiro não sairei de casa, sempre às voltas com o trabalho de Monchique.

Documento nº 4 – Carta dactilografada em folha branca com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

10/12/1947

Meu caro Veiga Ferreira:

Acabo de receber a sua carta e tudo o mais que veio com ela. Fiquei satisfeitíssimo. Muito obrigado pelas informações que me dá.

O tal lagar está dentro do carácter habitual destas construções¹⁴. Com respeito à época a que devam ser atribuídas é que nada mais sei dizer senão que suspeito da sua construção e uso pelos tempos históricos já muito adiantados – pela Idade Média fora. É mais um elemento para a minha colecção de notícias a tal respeito. Quanto à gruta do Cerro do Algarve, estranhei ver no seu caderno de campo aquele seu parecer de que ela não teria interesse, do ponto de vista arqueológico. Por isso lhe perguntei pormenores a respeito das sondagens que o meu Amigo ali fez. Convenço-me precisamente do contrário. Ali deve haver, como nas grutas algarvias do mesmo tipo ou nas mesmas condições de entulhamento, grandes novidades para o Paleolítico português¹⁵. Verdadeiro balde de água fria no meu entusiasmo é a confirmação que me dá da capa estalagmítica se encontrar muito profunda. E sabe-se lá qual a espessura que ela apresentará... Enfim, sorri-me a ideia de que no próximo verão possamos lá fazer uma tentativa. Muito felizes seremos se conseguirmos apanhar uma simples amostra, porquanto a exploração, em grande escala, de uma gruta é, em qualquer parte, coisa muito dispendiosa. Mesmo a simples apalpadela oferece dificuldades técnicas, chamemos-lhe assim. Venha, pois, o próximo verão.

⁽¹³⁾ Ver nota 1.

⁽¹⁴⁾ Ver nota 11.

⁽¹⁵⁾ A confirmação do interesse arqueológico desta gruta está ainda por fazer. Só recentemente se encetou um programa sistemático de prospecções conduzido pelo Prof. N. F. Bicho, da Universidade do Algarve, que permitiu confirmar a presença de indústrias em estratigrafia do Paleolítico Superior no Algarve Ocidental, para além de outras descobertas, efectuadas no âmbito de minimização de impactes ambientais (componente arqueológica).

Falemos, agora, do nosso trabalho das Caldas de Monchique. Cá fico com a medida do seu palmo. Desde 3 do corrente que não faço mais nada que cuidar disto. Fechei-me em casa. Estou verdadeiramente recluso. Quero ver se consigo ter tudo alinhavado até 20 do corrente, visto o Dr. Zby me ter dito que precisava de ter lá isto até o dia 25. Há que contar com possíveis demoras do correio, para mais nessa quadra do ano. Já tenho ordenado e passado a limpo a descrição de todo o material. Faltam umas pequenas coisas que hoje mesmo mandei pedir ao Dr. Formosinho (descrição da estatueta de bronze, uma sùmula a respeito da ara votiva, mais algumas fotografias, etc.). De si, pelo menos por enquanto, não preciso de mais nada senão isto... que não é pouco! A quantidade de desenhos é grande e estou a ver que não terei tempo de os fazer todos, isto é, passar a limpo na totalidade. Quer o meu Amigo encarregar-se de fazer todos os que respeitam à necrópole da Alcária?

Bastava que repetisse as que estão nos seus dois relatórios, mas com a condição de os desenhar em papel inteiramente branco, sem letras como essas que estão no papel da D.G. de Minas. E que não tenham, também os números de ordem escritos em cima dos próprios objectos, como vejo neste seu segundo relatório. Parece-me que este nosso original devia levar já preparados, prontos a seguir para gravura, todos os desenhos e fotografias que lhe respeitam, e é nesse propósito que estou a orientar a preparação do texto. Estou-me referindo ao desenho das cistas. Quantos aos objectos que constituíam o espólio, julgo que o meu Amigo os levou todos para Lisboa. Se o Dr. Zby os fotografou, claro que os desenhos não farão falta. Mas das sepulturas é que os desenhos são imprescindíveis, porquanto as fotografias que temos delas são poucas e além de poucas são fracamente elucidativas. Quanto às de Belle France, só temos o rascunho. Dos túmulos da Palmeira, só estão devidamente passados à escala os primeiros..... Não é nada disto. Desculpe. Falta passar à escala o n.º 15, ou seja, o último. Dos outros 14, tratarei eu de copiar para o papel definitivo.

De modo que pretendo de si o seguinte: – Desenho das sepulturas e dos objectos da Alcária; idem dos túmulos de Belle France; idem do n.º 15 da Palmeira. No entanto, se me mandar dizer que o desenho do tacho (sertã), ferro de lança e o mais que já desenhou no seu primeiro relatório está bem, encarregar-me-ei de passar tudo isto ao papel definitivo. Fará, então, somente o desenho das sepulturas. Agora, repare no que lhe vou propor. Acho que o nosso trabalho deve levar logo no capítulo de abertura três mapas: Iº – Cópia da carta arqueológica de Estácio da Veiga, na parte relativa à zona da Serra de Monchique e imediações; IIº – Carta da zona das Caldas, com indicação do local de tudo o que por lá se encontrou até agora, inclusivé os achados meus e do Formosinho; IIIº – Mapa da necrópole da Palmeira (aquele que o Veiga já fez, mas adicionando agora a localização do túmulo 15º. Mando-lhe à parte uns apressados rabiscos, para me fazer entender melhor. Diga de sua justiça. Cá fico esperando o que daí me disser. Importante! IMPORTANTÍSSIMO! TOME BOA NOTA. Olhe que aquele ferro velho que eu apanhei na sucata que estava fora, junto ao barracão, e que me disseram ter sido apanhado nos entulhos da Fonte da Pancada, n.º 2, e que eu disse ser uma navalha de barbear da Época do Bronze, É DE FACTO O QUE EU DIZIA¹⁶. MAIS, AINDA, É O PRIMEIRO EXEMPLAR IDENTIFICADO EM PORTUGAL E EM 1942 APENAS SE CONHECIAM CINCO EM ESPANHA. Veja Santa-Olalla:

⁽¹⁶⁾ Ver nota 1.

“Esconderijo de la Edad del Bronce Atlantico en Huerta de Arriba (Burgos)”, in “Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria”, Tomo XVII, Madrid, 1942. págs. 148 a 155, Lámina IX. Nos serviços deve haver esta publicação. Talvez o Dr. Zby a tenha.

Como o nosso Amigo Sr. Cláudio¹⁷ ia jurar que se tratava de uma simples escápula velha, e até os seus Amigos se mostraram cépticos, fiquei em cuidados. Veja se põe essa peça em lugar mais seguro. Creia que vale mais que a tal estatueta¹⁸. Incomparavelmente mais, sem dúvida nenhuma. Vou ler estes seus dois relatórios e tirar alguns apontamentos. Dentro de dois dias lhos devolvarei. E por hoje nada mais. Agradeço o abraço do Dr. Zby e o seu. Retribuo-lhes, de todo o coração. Seu muito grato,

Abel Viana

Manuscrito a tinta azul:

P.S. Pela sua dignissima saúde lhe peço que não abra o tal novo túmulo do Buço Preto... sem eu lá estar também!!! Não pode guardar isso para Janeiro, por exemplo? Veja se pode. Gostaria de acompanhar essa coisa. Deixe-me acabar este nosso trabalho. Em Janeiro já estarei completamente livre. É só mandar-me dizer, que eu avanço imediatamente para lá. Faz-me este jeito? A respeito da tal morada, não tive tempo de ir à Biblioteca Pública de cá, ver o Teixeira de Aragão. No entanto... juro-lhe que a moeda é de João I°. O tal 3 que o Amigo vê lá é... qualquer coisa como um 3... mas não é 3, nem terceiro. Nem nessa época se usavam algarismos nas moedas portuguesas.

A. Viana

Documento nº 5 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 12 de Dezembro de 1947

Meu caro Veiga Ferreira:

Passei todo o dia de ontem e parte do de ante-ontem a dar uma volta ao nosso trabalho acerca do trapinho de Monchique¹⁹. O achado merecia, realmente, papelucho à parte. A sua ideia foi magnífica. Eu não havia proposto isso só porque julguei que os meus Amigos Veiga e Formosinho entendessem não se dever antecipar qualquer pormenor do trabalho das Caldas. Visto, porém, o caro Veiga Ferreira ter tomado essa feliz

⁽¹⁷⁾ *Colaborador local nas escavações das necrópoles de Monchique.*

⁽¹⁸⁾ *Trata-se de estatueta de bronze recolhida nas termas romanas das Caldas de Monchique e publicada pelos autores (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954, Est. XXXI).*

⁽¹⁹⁾ *Ver nota 1.*

deliberação, concordo com todo o meu aplauso e tenho a certeza de que o Formosinho vai gostar. Em todo o caso, é preciso ter muita cautela com estas páginas, que sempre ficarão sendo as primeiras. Claro que a revista em que vão ser publicadas não é de responsabilidade arqueológica, mas o assunto é de arqueologia e nós – os insignes arqueólogos das Caldas... – temos graves responsabilidades, seja qual for o lugar em que os nossos prestigiosos nomes apareçam. Isto é que é modéstia! Ora bem. Este pequeno trabalho vai nos colocar na berlinda. Se ele sair froixo, ficamos mal colocados, não só agora como para o futuro. Se escorregarmos em inexactidões, equívocos ou contradições, muitíssimo pior.

Seria a nossa desgraça... Pregavam-nos uma taponna... Em face disso, passei revista a todo o texto, desfazendo como pude alguns lapsos de redacção. O meu Amigo pode comparar os dois textos, mas sempre lhe vou indicar as principais alterações que me pareceram convenientes.

– Acrescentei, no capítulo “Cronologia” uma referência ao Santa-Olalla tanto mais que ela só pode corroborar a conclusão que propomos. Omiti-lo num caso destes, e sobretudo depois de citarmos o Martin Almagro, seria o diabo...

– Acrescentei mais umas coisas a respeito de tecidos achados em várias épocas. Parece-me que a respigada em Obermaier e Bellido é muito oportuna. A de Setúbal (Tróia) também não será desengraçada.

– Na “explicação das gravuras não será conveniente insistir no facto do paninho ser o primeiro achado em Portugal. Isto já está dito no texto, e a própria publicação deste artigo não é devida a outra circunstância. Temos de estar alerta contra estas pequeninas coisas que nas mãos alheias logo se transformam em grandes.

– Acertei e completei as transcrições do Figuiet. As transcrições devem sempre ser exactas.

– É PRECISO ASSENTARMOS DEFINITIVAMENTE SE O PANO ESTAVA DOBRADO EM DOIS SE EM QUATRO. Eu iria jurar que estava em 4. As duas superficiais desfizeram-se-me nos dedos cheios de terra, quando passei estes sobre a superfície do machado, para examinar o que eu à primeira vista supunha ser uma tessitura de raízes radiculares. Temos de assentar nisto, até porque esta dúvida de “ser em 2 ou em 4” não soa bem ao rigor científico dos parceiros... que aliás têm todo o direito de filar o olho em nós.

– Também me parece que a situação do machado era junto ao ângulo esquerdo da sepultura, no topo voltado ao Norte. Tinha uma pedra por cima, sobre a qual estava a metade do vaso, e outra idêntica por baixo, que eu ainda esperei que cobrisse também outra qualquer coisa de jeito. Tive o cuidado de reparar bem nestes pormenores. Em todo o caso...

– Não se pode chamar “herdade” à Belle France. No Algarve não há herdades – o que se chama tipicamente herdade. Para ser quinta, falta-lhe o muro característico. Aquilo, para lhe falar verdade, nem sei que seja, por isso proponho que se chame “propriedade” que é chamadioiro aplicável a tudo.

– O Santa-Olalla leva hífen a separar as duas palavras. Dólmen sub tumuli não está bem como singular. Este latinório anda muito deturpado por vários que tinham obrigação de saber mais latim que eu, que não sei nenhum. O melhor é seguirmos Leite de Vasconcellos, que também nisto foi Mestríssimo: no singular – um

⁽²⁰⁾ Refere-se ao manual de Louis Figuiet “O Homem Primitivo”, com tradução portuguesa (FIGUIET, 1886), o qual, na página 401, publicou diversas indumentárias pré-históricas de lã, que os autores reproduzem no trabalho dedicado a esta rara peça arqueológica (ver nota 1).

dólmen sob tumulus; no plural – dois, três ou muitos dólmens sob tumulis (sic). Creio que assim já se não revoltarão os ossos de Cícero e de Vergílio... O latim fica apenas no tumulus – tumuli e livramo-nos de trapalhadas com os negregados casos da gramática latina. CUEVA DE MENGA, e não da Menga.

É preciso o máximo cuidado com as citações de nomes de autores, títulos das obras e transcrições de textos. Tudo isto tem de ser exactíssimo. Não tenho elementos à mão para ver se estão certas algumas coisas, tais como:

- Nota 23: Ver o ano (data) desse volume de “Investigación y Progreso” (só com um “s”).
- Nota 14: Ver o nome certo desse italiano. No seu original não está claro e eu não conheço nem o autor nem a obra. Ver também o ano em que foi publicado (ano e local).
- Nota 24: O trabalho de Pericot está na “História de Espanha” ou na “Historia General de España”? Repare bem nisto, porque eu não tenho cá essa coisa. É preciso que saia tudo muito certinho e sem deficiências de fácil emenda. Poderei ver a prova tipográfica? Não demora nada. Devolvê-la-ei logo na volta do correio. Outra coisa. Isso está a pedir Separata. Mande fazer um cento para cada um de nós. Vale-nos bem a pena, esteja certo disso. 300 exemplares creio que devem chegar, visto que ofereceremos exemplares em comum, pelo menos em grande parte. Acho que será bom mostrar este novo texto ao Dr. Zby. Mando-lho pelo correio de hoje, registado. Quanto ao outro trabalho, que é um relatório seu, oficial, mando-lho também com umas pequenas advertências a lápis, que o meu caro Veiga verá. Uma coisa, porém não está certa, segundo me parece. Diz a págs. 3 que nas Caldas nunca apareceu cerâmica decorada com mamilos. Vasos com mamilos aparecem em diversas épocas e eu não sei bem se o Veiga Ferreira se está a referir exclusivamente às da época dos túmulos de Belle France e da Palmeira. Da época das cistas, eu e o Formosinho publicamos um belo exemplar que está na posse de um cavalheiro de Olhão. Esse vaso era das cista digo, da cista do Mirante da Mata. Apresentá-mo-lo em desenho e em fotografia²¹.

O caco achado na Belle France pode não ser do túmulo, tanto mais que foi achado fora do esteios. Mas isso também não pode ser levado em conta de certeza, pois nos túmulos da Palmeira surgiram muitas coisas fora dos esteios e são contemporâneos dos túmulos. Em suma, tudo isto é muito delicado e precisamos de estar alerta com estas pequenas coisas, não nos vão acusar de contraditórios.

Naqueles seus desenhos esquemáticos das cistas e túmulos parece-me que o V. Ferreira apara demasiadamente as pedras. Dão ideia de serem aparelhadas a cinzel. Não ficaria melhor faze-las mais toscas, de bordos irregulares? Bem sei que se trata de uma, digamos assim, uma estilização. Em todo o caso, essas esquematizações dão uma forte impressão visual – que é, afinal, o que com elas se pretende –, e em face desses desenhos do seu relatório tem-se a impressão de que as pedras são perfeitamente esquadriadas sendo

⁽²¹⁾ Trata-se do exemplar reproduzido na Fig. 51 do estudo de FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954, de colo alto, decorado com linhas verticais de mamilos e fundo em forma de “saco”.

preciso anular tal impressão mediante a leitura do texto. É uma coisa que facilmente se remedeia. Para o nosso trabalho grande, veja se se cinge mais um pouco à realidade. Neste a respeito do fragmento de tecido também há uns esquemas das sepulturas e das cistas. Seria bom que os alterasse, caso os tenha feito no estilo dos deste seu relatório.

Não deixe de mandar fazer a separata. A tal navalha de barbear também mereceria uma notazita especial, atendendo a que também é raridade, e em ser o primeiro exemplar encontrado ou identificado em Portugal²². Já mandei pedir ao Formosinho uma boa ampliação da fotografia e vou preparar o texto, para também publicarmos isto, em qualquer parte. É certo que me parece não haver muito que dizer, além do que disse Santa-Olalla no I.º “Cuadernos de Historia Primitiva”²³. O Amigo Veiga Ferreira veja, no entanto e entretanto, se descobre mais alguma coisa a tal respeito. Fale no caso ao Dr. Zby, pode ser que ele nos preste qualquer informação, útil como todas as informações dele. Peço-lhe não abra o novo túmulo do Buço Preto sem a minha companhia. Avise-me com tempo.

Acabo de receber as fotografias dos objectos da Palmeira, Belle France e Alcaria, que o V. Ferreira tinha levado para Lisboa. Soberbíssimas! E a propósito: falta a fotografia do machado de bronze, o tal “amortalhado”. Então esse cavalheiro não devia também figurar no trabalho especial a respeito do tecido? Parece-me que sim. Esse figurão deve acompanhar a roupa que o vestia, tanto mais que é o machado quem dá a certidão ao bocado de tecido. Se o trapito não estivesse agarrado a ele não teria sobrevivido, assim se tivesse aparecido separado dele, em outro ponto do túmulo, arriscar-se-ia a que nem déssemos pela sua existência. Porque não há de entrar também o machado²⁴?

Estou, como lhe disse, enclausurado em casa, desde manhã até altas horas da noite, a tratar exclusivamente da nossa campanha das Caldas. Já vejo que o trabalho não pode ser entregue absolutamente pronto até 20 do corrente. É inteiramente impossível. Mas pode ir um projecto completo, ou seja, uma porção de texto regularmente alinhavado, todas as fotografias e todos os projectos de desenhos.

De maneira que se possa calcular com a possível exactidão o número de páginas e o de gravuras.

Ainda bem – para que tudo não seja mal... – que o Dr. Zby ainda me não quer em Lisboa, pois assim vou andando com isto para diante, a todo o vapor.

Sabe dizer-me se os dois caixotes que mandei para os Serviços já lá chegaram? O Dr. Zby ainda me não mandou dizer nada.

É favor pô-lo ao corrente de tudo isto, a fim de as coisas correrem com perfeito conhecimento e entendimento de todos.

⁽²²⁾ Ver nota 1.

⁽²³⁾ Nada consta neste número da citada revista com relevância para o estudo das navalhas de barbear da Idade do Bronze. Terá havido lapso de A. Viana na referência: J. M. Santa-Olalla apresenta considerandos sobre o assunto na sua obra de síntese “Esquema Paletnológico de la Península Hispánica (SANTA-OLALLA, 1946) cuja edição se inscreveu nas “Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre”, de Madrid. Dada a similitude dos títulos é plausível a hipótese de confusão de A. Viana.

⁽²⁴⁾ Como de facto veio a verificar-se na correspondente publicação (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947, Fig. 29, n.º 30).

Meu caro, já me doem os dedos de tanto tocar piano... Vai ver-se e desejar-se para ler e tomar nota de tudo isto que lhe mando dizer. Mas assim é preciso, para interesse da respeitável firma OFA: Oct. Form. Ab.. Veja lá se decifra esta lápide.

Olhe que estou entusiasmadíssimo com o artigo a respeito do farrapo.

Que saia o melhor possível, a todos os respeitos.

Que se faça uma separatona.

Recomendações ao Dr. Zby.

Um abraço para si.

Basta por hoje.

Basta.

Seu muito grato amigo,

Abel Viana

P.S. Agora reparo que a fotografia do machado de bronze também veio. Seria bom arranjar outra cópia da fotografia, só da parte relativa ao machado, para a notícia relativa ao tecido.

Abel Viana.

Documento nº 6 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo “Abel Viana – Beja”, datada. 17/1/1948

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi a sua carta, o trabalhito da fivela, os desenhos, etc., etc.. Acho tudo muito bem e vou sem demora pôr mão à obra. Em Portugal há, de facto, poucos exemplares conhecidos, mas sempre há mais alguma coisa que o citado pelo meu Amigo. Amanhã ou depois principiarei a volta pela livralhada. E não será hoje mesmo porque daqui a pouco vou tirar um dente que muito me tem atormentado estes últimos dias. Ontem tirei outro, mas este é bastante pior que o outro. Escrevo-lhe logo pela manhã porque logo pode ser que esteja com os queixos muito maçados e em má disposição para escrever. Fiquei muito satisfeito por saber que já obteve autorização a fim de ir a Faro. Logo a seguir a esta vou escrever para Faro, a preparar as coisas. O local é ameno e, por isso, tinha eu pensado a princípio instalarmo-nos em uma casa a poucas centenas de metros do sítio. Neste caso, e se sempre nos pudessem oferecer cama e arranjar quem cozinhasse, é de crer que poupássemos alguma despesa. Por outro lado, a dormida em Faro seria mais cómoda, e a questão da alimentação menos complicada, pois levaríamos todos os dias o almoço para o sítio, vindo jantar à pensão²⁵.

⁽²⁵⁾ Não se encontra registada na bibliografia dos Autores qualquer publicação relativa a estas escavações. Tão-pouco se localizou na bibliografia o aludido estudo sobre a fivela, feito em co-autoria por A. Viana e O. da Veiga Ferreira.

Terá, porém, que um automóvel nos levar todas as manhãs ao sítio e que nos ir buscar ao fim da tarde. Talvez seja o preferível. Perguntarei para Faro, todavia, o que por lá se afigurará melhor. Creio que o trabalho será coisa para 5 ou 6 dias, o máximo, trabalhando com 4 homens, 2 a cavar e os outros dois a crivar. É essencial, porém, que o crivo seja bom, isto é, que dê bom despacho. Os dos Serviços Geológicos são muito pequenos. Convinha-nos arranjar dois, como aqueles que o Cap. Afonso do Paço e o R.^o Jalhay empregam em Vila Nova de São Pedro. Fale com o Dr. Zby a este respeito ou, se vê que pode arranjar crivos em outra parte... Mas convém que sejam daqueles que são para levar uma pessoa de cada lado. Nas costas desta desenharei o traste. Pode-se dizer que o trabalho consiste quase todo em crivar terra, e é preciso «que se não deixe nenhuma por crivar. Já vê que com crivos “de gabinete” nada faremos. É preciso, também, que eles sejam despachados para Faro em grande velocidade, de modo que já lá estejam quando chegarmos. Sem eles não faremos mais que perder tempo. Cá espero a separata. Já acrescentei à lista os nomes que mandou agora. Logo que receba informações de Faro voltarei a escrever-lhe, a fim de o pôr ao corrente de tudo. Mas vá tratando dos crivos, desde já. Olhe que sem eles é como ir à caça sem espingarda.

Seu Amigo,

Abel Viana

Nota manuscrita, por debaixo do desenho do crivo:

Mandar fazer em Faro, nem pensar nisso, pois qualquer trabalho de carpintaria lá é muito caro.

Documento nº 7 – Carta manuscrita em folha branca, datada.

Beja, 27/1/48

Meu caro:

Cheguei ontem aqui, pouco depois do meio-dia, completamente assado. Com a moedeira que trazia e com a trabalhadeira do concurso das cantorias, não me foi possível procurar as fotografias e escrever-lhe nelas mesmo. Seguem agora. Mando-lhas tais como o Dr. Formosinho mas enviou. Arranje-as lá como melhor lhe pareça.

Vai também uma que, pelo aspecto, pertencerá aos caminhos romanos²⁶. Veja bem o que é e meta-a no trabalho a que respeitar, visto que a fotografia é boa, muito clara. Vou tratar de tudo o mais que se combinou aí. Os meus cumprimentos a sua Exma. Esposa e beijos às miúdas. Para si, um abraço do dedicado e grato amigo,

Abel Viana

P.S. Cuidado com a galinha careca do vizinho!

Não se esqueça do meu livro: Gordon Childe²⁷.

Faça favor de emendar sua bibliografia do nosso trabalho da fivela uma citação em que está Faculdade, em vez de Facultad, com “T”. É a nota 17. Facultad.

⁽²⁶⁾ Trata-se de estudo dedicado aos caminhos romanos da região das Caldas de Monchique (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948b).

⁽²⁷⁾ Trata-se, por certo, das clássicas obras de V. Gordon Childe, “Man Makes Himself, What Happened in History” e “Progress and Archaeology”, traduzidas em 1947 para a língua portuguesa sob o título genérico “O Homem Faz-se a Si Próprio”, Lisboa, edições Cosmos (tradução de Vitorino Magalhães Godinho e Jorge Borges de Macedo), 504 p.

Documento nº 8 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 2/4/1948

Meu Caro Veiga Ferreira:

Não estranhe o meu silêncio, pois que desde o meu regresso de Lisboa tenho trabalhado noite e dia na caterva de coisas que trouxe para ultimar com urgência e remeter ao Dr. Zby. Preciso de me deitar ferozmente a tudo isto, com sacrifício inexorável de tudo o mais, do contrário não conseguirei vencer a tarefa. O Dr. Formosinho ainda me não mandou as fotografias. Enquanto não chegam, vou adiantando o resto. Estou, além disso, a vigiar a ultimização deste número do “Arquivo de Beja”. Revejo 32 páginas por dia, mas ainda falta rever muita coisa – cento e tal páginas e os índices. Calculo que dentro de dez dias estará pronto o “Arquivo”. Restar-me-á, ainda, a expedição do mesmo, coisa que me empata durante uns dez dias. Vai ser esse o período em que tentarei pôr em dia a minha correspondência (e a do “Arquivo” também). Ora, meu Veiga Ferreira, tome bem nota nisto, para não haver aumento de trabalho:

- Diga-me sem demora quantos números do “Arquivo” lhe mandei (n.º e Ano), assim como quantos dos meus folhetos (título abreviado).
- Vou mandar ao correio fazer o vale dos 180\$00, a fim de se levantar a separata. O Veiga Ferreira poderá ficar aí com os 25 exemplares e mandar ao Dr. Formosinho 25 exemplares, também. Os restantes 250 mandava-mos para cá, ou em pacotes de encomenda postal (mas muitíssimo bem protegidos), ou, o que seria preferível, dentro de um pequeno caixote e pelo caminho de ferro, em tarifa. É mais barato e não se arriscam a chegar cá com os cantos amarrotados, além de outras possíveis avarias. Só dá mais o trabalho de arranjar o caixote, mas vale bem a pena – mesmo comprando-o. Veja, pois, se pode mandar em tarifa pelo caminho de ferro. Se não quiser mandar daí ao Formosinho, mande-mos todos, que eu daqui expedirei para Lagos.
- Junto a lista das minhas ofertas. Adicione-lhe os nomes que entender.

Mando ao Formosinho lista igual, para ele juntar os que entender. Acho que não há conveniência nenhuma em cortar nomes, ainda que não tenhamos relações directas com alguns. O meu Amigo conta o número de nomes que aí vão e fica lá com essa lista, para ficar sabendo a quem se mandou o folheto. Manda-me para cá uma lista dos que deseja que eu acrescente. Soma isso tudo e dos exemplares que me mandar (os tais 250), põe: “Oferta dos autores” (com “A” pequeno – “autores”), e assina. Faz isto, é claro, só em tantos números quantos os da lista minha e sua, e ainda em mais 10, que tantos poderão ser os números novos do Formosinho.

- Em os tendo eu cá, assino também e... para não estar com mais demoras, trabalhos e despesas, e trambulhões com os folhetos daqui para Lagos e de Lagos para aqui, imito muito bem a rubrica do Formosinho e... pronto! Não será esta falsificação que me levará à cadeia.
- Depois, vem a despesa dos selos, dos envelopes, etc., e como o folheto é magro de corpo, na maioria chega ao destino todo amarfanhado pelas meigas carícias dos sacos do correio: às vezes até com as capas ilustradas a cisco, e até rasgadas. Sucede, porém, que toda essa gente recebe o “Arquivo de

Beja”, e enrolado com este já o nosso folheto irá bem protegido, além de se evitar o gasto de envelopes grandes ou de papel para o meter. E não se gasta mais selo, porque a franquia do “Arquivo” dá sempre margem para mais uns 50 ou 60 gramas. Como vê, esta vantagem não é para desprezar. Além disso, o “Arquivo” para o estrangeiro vai registado. Necessário é, porém, que o meu Amigo enxote tudo isso para cá, com sua assinatura e o mais, até 15 do corrente, sem falta.

– Quero despachar-me destas coisas mais urgentes até o fim do corrente.

Logo nos primeiros dias de Maio, se o Dr. Zby estiver disponível, irei passar com ele mais uns quinze dias, aí em Lisboa, para continuarmos com o nosso trabalho. Mas... há uma outra coisa, a qual me parece que devia fazer-se logo nos primeiros dias de Maio, ou até não seria mau que se fizesse nos últimos dias, ou última semana de Abril corrente. Trata-se da exploração da estação mesolítica do Ludo, junto a Faro²⁸. O Dr. Zby disse-me que esse serviço devia fazê-lo eu consigo. Claro que a gente apita ao nosso rico parceirinho de Lagos e ele dará também lá uma saltada, se não para nos acompanhar todos os dias, pelo menos em dois ou três dias. Ora, meu velho amigo e jovem companheiro, a exploração daquilo só pode ser feita em condições em tempo tal que a grande torreira algarvia não seque de todo o solo, pois do contrário o terreno aperta e não se poderá fazer crivagem capaz. Como sabe, este género de exploração consiste justamente em cavar e crivar. Veja, pois, se dispõe a sua vida e se obtém a aquiescência do seu admirável Chefe, de maneira que possamos empreender mais este importante cometimento logo na última semana deste Abril ou na primeira de Maio. Olhe que é coisa para dar tanto brado como o caso das Caldas de Monchique. Sou eu quem lho garante, eu, esta formidável autoridade..... Ou ficamos em Faro e vamos ao local todos os dias () 6 ou 8 dias devem chegar (), ou nos instalamos no próprio local. Para isto, porém, é preciso que assentemos na ida, e o Veiga Ferreira me avise com tempo, para os meus Amigos de Faro nos prepararem homens (bastam 4), acomodações, etc., etc. Veja se consegue entregar-se a este trabalho nesta data que indico. Não se devem gastar mais de 8 dias. Talvez mesmo 6 bastem. Quatro homens, dois para cavar e dois para crivar. Diga-me o que puder dizer. Olhe que aquilo não se deve deixar para mais tarde. Vale mais este certo que o problemático de Alcalar, ainda com a circunstância de se tratar de uma coisa absolutamente inédita do Tejo para o Sul, visto o mesolítico de Alcácer parecer... uma lenda²⁹. Seu Amigo,

Abel Viana

P.S. Mando também o “Arquivo” aos seus Chefes mas, para estes, deve o meu Amigo fazer dedicatória especial e entregá-los pessoalmente. Mas envie para cá, a fim de eu os assinar também. Depois lhos devolvo com as publicações que vão para si... que serão em mais de um pacote.

– Diga-me se concorda com tudo isto.

Abel Viana

⁽²⁸⁾ Ver nota 25. Na verdade, de tal exploração não há qualquer registo, nem dela se conhece publicação.

⁽²⁹⁾ Referia-se, por certo, aos concheiros mesolíticos do vale do Sado, os quais foram descobertos pelo Eng. Lerenio Antunes Barradas, ainda na década anterior (BARRADAS, 1936), os quais foram ulteriormente explorados (na década de 1950) por iniciativa do Prof. Manuel Heleno.

Documento n.º 9 – carta dactilografada em folha branca, com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

27/4/1948

Meu Caro:

Recebi o seu cartão e cá fico à espera que a separata venha daí na próxima quarta-feira. Por ela não ter chegado ainda todas aquelas pessoas a quem oferecemos estão à espera do n.º do “Arquivo de Beja”, agora em distribuição. E eu fico entretanto com a casa atravancada com esta coisa, morto por ver isto desembaraçado. Cá fico esperando, pois. Já sei, por mal de meus pecados, o que são tipografias. Vamos, agora, ao que respeita ao nosso próximo trabalho de Beja, digo, de Faro³⁰. Recebi carta a informarem-me que o dono do terreno, ou seja, quem pode falar em nome da Sociedade a que o terreno pertence é o Sr. Francisco Perry Vidal, pessoa que, a julgar pelo nome e apelidos, será filho ou parente do Director da Biblioteca da Ajuda. Seja quem for, mora na Rua da Bela Vista, à Lapa, n.º 67 – 1.º. Ora, é preciso que o meu Amigo tenha incómodo de dar uma saltada a casa dele e, com toda a diplomacia, pedir-lhe, em nosso nome e invocando o carácter oficial da nossa missão, obter dele licença e as mais facilidades que ele puder conceder, dizendo-lhe que se trata de uma pequena escavação em sítio que não é cultivado nem situado em qualquer caminho ou carreiro da propriedade. É em um local completamente improdutivo e pode dizer-lhe também que o intento da exploração é inteiramente científico. O mais que poderão aparecer são ossadas e lascas de pederneira, sem qualquer valor material ou artístico. De maneira nenhuma a escavação prejudica a propriedade. É coisa para quatro ou cinco dias, atendendo a que os cavadores seremos nós, etc., etc..

No entanto, veja se tem aí alguém que o conheça para o apresentar, mesmo mediante um cartão. Veja mesmo aí na sua repartição ou nos Serviços Geológicos se arranja alguém para isso. Claro que me parece de toda a conveniência assegurarmo-nos de tal autorização, visto que, embora se trate de coisa de pouca importância, seria muito aborrecido, depois de começarmos o trabalho, sermos embargados pelo feitor ou Gerente da Sociedade, ou de qualquer maneira nos estranharem o procedimento. Não deixe, pois, de se pôr em campo, e quanto antes melhor, afim de termos tempo de remover qualquer dificuldade que por esse lado nos surja. Outra coisa de que é preciso tratar a valer é da questão dos crivos. Como me não diz nada a tal respeito, fico na suposição de que já tratou ou está tratando disso. Escrevi a respeito de tudo isto ao Dr. Zby. Não recebi resposta. Anda fora de Lisboa, certamente. Seria bom que o Amigo telefonasse para os Serviços, de vez em quando, a fim de averiguar do dia em que ele ali regressasse. Até mesmo no que respeita à autorização para se cavar convinha que ele fosse ouvido. Talvez ele mesmo possa encaminhar melhor as coisas, seja directamente seja por intermédio de outrem. Quanto a marcar dia, por enquanto não poderemos contar senão com esta ideia vaga de que será no começo de Maio. Ora bem. Os três primeiros dias do mês são em churrilho de feriados, de modo que o meu Amigo preferirá estar então em Lisboa. Independentemente disto, o tempo

⁽³⁰⁾ Ver notas 25 e 28.

está de chuviscos e a ameaçar chuva. É certo que duvido de que no Algarve chova nesta ocasião, mas... Pode por excepção chover e, por isso, será melhor aguardar mais uns dias. Debaixo de chuva é que se não pode fazer em termos um trabalho daqueles. Enquanto se trata da autorização, da nossa instalação e outras particularidades que precisam de ser previamente tratadas, o tempo melhorará. Julgo que a nossa partida poderá em princípio ficar marcada para 10 de Maio – saída sua de Lisboa, no comboio da manhã e saída minha aqui de Beja, sendo possível em comboio que nos permita reunirmo-nos aqui na estação de Beja, a fim de chegarmos a Faro juntos. Se vê, porém, que por qualquer razão convém antecipar, trataremos de ir, então, uns dias mais cedo. Mais tarde que o dia 10 é que não convirá muito, porque o tempo aquece e o terreno fica demasiado duro. Vou, ainda esta semana, pegar no artiguelho que me mandou já alinhavado (fivela)³¹. Mande o mais que quiser. Mas não publique sem me mostrar, pois há sempre alguma coisa a modificar ou a acrescentar. Quatro olhos vêem mais.

O Dr. Formosinho não me mandou nada respeitante a Alcária³². Mandou, sim, relativamente ao Buço Preto e Belle France. E uma observações preciosas, quanto a alterações e emendas que se têm de fazer no texto do nosso trabalho das Caldas. Eu, durante estes oito dias, estou abafado pela expedição do “Arquivo”. Recebeu os dois pacotes que lhe mandei, registados? Diga-me se sim ou não. Vá falar ao Sr. Perry Vidal. Fale ao Dr. Zby. Mande a separata. Mande o tal artigo que diz ter. Mande tudo o que entender e não se esqueça de nada disto que eu lhe mando dizer. Seu grato amigo,

Abel Viana

Documento nº 10 – Carta manuscrita em folha branca, com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

30/4/1948

Meu caro:

Recebi a sua última carta (sem data, como de costume). Se a tipografia não lhe entrega as separatas, como é que eu me poderei zangar consigo? Na verdade, a demora está causando transtorno. A primeira consequência é eu não ter remetido ainda o “Arquivo” às pessoas e entidades a quem mandamos as nossas (...?) arqueológicas... A segunda é alterar o ritmo do meu trabalho, pois quanto mais depressa estiver livre da expedição do “Arquivo” mais depressa estarei com o sossego necessário para outras empreitadas. Pelo correio de hoje seguem, registados e dirigidos à Direcção Geral de Minas, dois pacotes com os volumes 2º

⁽³¹⁾ Ver nota 25 (fim).

⁽³²⁾ Alcária é uma necrópole da Idade do Bronze do Sudoeste da região de Monchique com reutilização de algumas das sepulturas no Baixo Império (época tardo-romana) ou já no período visigótico, que foi objecto de publicação (FORMOSINHO & FERREIRA, 1947; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948 a).

e 4º do “Arquivo”, para o Sr. Eng.º Acciaiuoli³³. Os vols. 1º e 3º enviarei em breve, porque ainda vou à procura dos números que o formam, podendo desde já dizer que o n.º 2 do vol. 1º será difícil desencantá-lo. Em todo o caso fico com a lista das pessoas a quem só falta este número, para ver se lhes consigo completar a colecção. O seu exemplar do número agora saído ainda não seguiu. Mas deve ir hoje mesmo, ou amanhã, se a tipografia me mandar tarde de mais a dose de hoje.

O meu Amigo não me manda dizer se recebeu os pacotes registados que eu lhe enviei. De modo que... Peço-lhe o favor de comunicar ao Sr. Eng.º Acciaiuoli que os dois volumes remetidos, assim como o mais que eu lhe mandar, vão oferecidos em nome do Presidente da Câmara de Beja, a quem ele, se quiser, pode mandar dizer que recebeu. Embora seja eu quem alvitra estas ofertas, de um modo geral, pois o Presidente tem muitos mais que fazer e em que pensar, é ele, em todo o caso, que autoriza ou decide. A ele, pois, é que são verdadeiramente devidos quaisquer agradecimentos. Os que foram para si, seguiram à margem da lista. Nada tem, pois, que piar. Ao Sr. Conde de Castro e Solla³⁴ foi remetido o n.º 1-2 do vol. 2º, que ele devolveu mesmo sem abrir. Prova de que não desejava assinar. Ignoro se ele gostaria de ter a colecção ou se lhe não interessa a publicação. Caso lhe interesse – e o meu Amigo se tiver possibilidades sondá-lo-á, tratarei de lhe mandar o que puder, mas o Amigo avisa-o de modo que ele não devolva outra vez.

Não sei se, ao receber esta, já terá ido falar com o Sr. Perry Vidal. Eu escrevi acerca do caso ao Sr. Perry Vidal, Director da Biblioteca da Ajuda, na presunção de que seja parente do outro. Escrevi também a um amigo meu, a tratar do mesmo assunto. Mas você não deixe de ir também, visto eu não me fiar do resultado das duas missivas. Nada me diz dos crivos. Veja lá se está disposto a crivar com os dedos... Veja lá se o dia que indiquei convém. Cá pelo sul ainda chove, com chuva, nada. Mas isto não deve durar muitos dias. O calor rompe aí de um dia para o outro. Nada sei do Dr. Zby. Veja se o apanha logo que ele regresse a Lisboa. É preciso ver onde a gente arranja o dinheiro, para os quatro homens que temos de empregar durante quatro, cinco ou seis dias. A ver se arranjam uns 1.200\$00 ou 1.300\$00. As minhas despesas pago-as eu, mas os outros gastos são pesados de mais para mim. O Dr. Zby certamente nos arranja esta verba³⁵. Claro que o material, seja qual for, vai todo para os Serviços Geológicos. Vá-me dizendo o que já fez, quanto aos crivos e em falar ao Sr. Perry Vidal. Não demore a separata nas suas mãos. Fique lá com 25 exemplares e mande directamente ao Dr. Formosinho outros 25. Sem lhes pôr nada. Seu amigo,

Abel Viana

⁽³³⁾ Eng. Luiz de Menezes Acciaiuoli, funcionário Superior da então Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

⁽³⁴⁾ Eng. Luiz de Castro e Solla, então Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos.

⁽³⁵⁾ Mais uma evidência do peso institucional do Doutor Georges Zbyszewski nos Serviços Geológicos de Portugal é esta alusão à capacidade que ele teria de desbloquear verbas para trabalhos de campo de índole arqueológica, como o que A. Viana e O. da Veiga Ferreira pretendiam realizar no Algarve.

Documento nº 11 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 8 de Junho de 1948

Meu caro Veiga Ferreira:

Desejo-lhe saúde, assim como a sua Ex.ma Esposa e filhinhas. Pelo correio de hoje lhe remeto, finalmente, a empreitada das nossas estradas romanas³⁶. Parece-me que o trabalho deve ficar assim. A descrição dos cacos em nada o valorizará. Pelo contrário, vai torná-lo pesado. Não tem interesse especial. O desenho da boca da ânfora fica melhor em outro escrito nosso no qual estudemos em especial as formas das cerâmicas. Não concorda? Quero pedir a sua atenção para duas coisas importantes: Iº – Não mexer em uma única palavra do texto. Vai tudo cuidadosamente pensado e revisto, palavra a palavra.

IIº – Rever, palavra a palavra, as indicações bibliográficas, pois algumas obras que indica estavam erradas no título e nome de autor, e quanto a outras não posso agora verificar. Verifique-o o meu Amigo, mas com a máxima cautela. Deixe-se dessa maneira de trabalhar a meia-bola e força, porque dá péssimo resultado. Todas as citações devem ser cautelosas e rigorosas. Rigorosíssimas! Repare em algumas emendas que tive de fazer:

Itnerarium-----Itinerarium

Monumentais-----Monumentaes (Assim é que está no título da obra).

M. Lister Franco-----Mário Lyster Franco (Respeite o “Y” do nosso Amigo).

Vidal de la Blanche-----Vidal-Lablanche (Tenho obras do autor).

Fernandes Martins-----Será o Dr. Alfredo Fernandes Martins? Veja como realmente está indicado na capa do livro.

Este livro é de “Edição Cosmos” ou da “Biblioteca Cosmos”? Veja lá.

Meta no sítio próprio o n.º ... dos números da “Revista” em que saíram os artigos de Veiga F. e Dr. Formosinho. A menos que não sejam numerados. D. João II não viajou das casas do Ataíde de Alvor para as Caldas. Foi ao contrário. Meti Rui de Pina e Resende na citação da nota 5, porque o Ataíde de Oliveira é fraquíssima autoridade. Já que fala na monografia de Alvor, abra isso na pág. 70 e repare naquela lindeza.

Diz que o Rei partiu e foi dormir a Ferreira em 15 de Outubro. No outro dia chegou à Messejana (e não Mességana); no outro a Monchique, onde esteve dois dias. Depois desceu às Caldas, onde passou 5 dias. Depois um dia na viagem para Alvor, morrendo ali 9 dias depois de ter lá chegado – e foi a morte em 25 de Outubro. Não vê a trapalhada? O Rei está em Ferreira do Alentejo em 15 de Outubro, morre 18 dias depois, a 25 do mesmo mês... De que tamanho eram esses dias, que se podiam meter 18 entre 15 e 25?

Escreve em um sítio Portus Anibalis (que raio é isto?) e em outro Porthus Annibalis; o nome do cavaleiro é: Portus Hannibalis³⁷. Muita conta com o Promunturium Sacrum³⁸, a que muitos sabichas de caca chamam Promontorium...

⁽³⁶⁾ Ver nota 26.

⁽³⁷⁾ Topónimo conotável com local situado no litoral próximo da actual cidade de Portimão.

⁽³⁸⁾ Este topónimo refere-se ao Cabo de São Vicente.

Quanto a Mon Sicus... deitei-o fora. Não nos faz cá falta o cisco para coisa nenhuma. Isso é invenção de outra casta de sabichas que, não tendo mais que fazer, inventavam estes disparates. Veja lá se um Leite de Vasconcellos ligou importância ou deu confiança a um Mon Sicus! Isso é para uns professores e escritores muito ilustres, que escrevem muito bem, etc. e tal, que são famosos na cátedra, na clínica e na sociedade, e até nos institutos científicos, mas que, em lhes dando para se meter no imenso que não sabem e que julgam saber (porque de todos os lados lhes berram que são sábios), fazem esta linda figura, de companhia com o Mon Sicus e mais patacoadas do mesmo jaez.

Amiguinho, precisamos de toda a cautela. Nós não somos sábios, e não queremos a ridícula glória dos sabichas. Se nos apanham ancorados em Porthus Anibalis... metem-nos a pique!

Ao meu Amigo, põem-no no olho da rua; a mim e ao Formosinho, demitem-nos da Arqueologia – o que seria grande perda para nós e desgosto das respectivas famílias.....

Em conclusão: NÃO BULA NO TEXTO; REVEJA PALAVRA POR PALAVRA; LETRA POR LETRA, OS TÍTULOS DAS OBRAS CITADAS E NOMES DOS AUTORES. E pronto. Peço-lhe o favor de me mandar a prova tipográfica disso. Mais duas coisas: as nossas assinaturas devem ir no fim do artigo; isso de os colocar no princípio, como já fazem todos os cães, gatos, ratos, macacos e asnos das nossas Letras e Ciências, é simplesmente pretensiosismo caricato. Também não devem levar adiante a indicação profissional ou cargos que desempenhamos. Isso deve ficar para as notícias necrológicas, para a ocasião em que, depois de mortos, os que nos deram coices e nos trataram de burros, nos venham a classificar de talentosos, para que depois lhes chamem a eles, talentosíssimos.

Bem. Vou agora para a Alcaria. Dentro de dias aí terá este outro artigo. Depois, quero-me agarrar à conclusão do outro trabalho, do nosso grande trabalho. Vai-me dar um trabalhão, pois terei de refundir aquilo tudo, graças à amiga e paternal exigência do nosso precioso deus tutelar, Dr. Zby. Já estive com ele? Mostre-lhe estas estradas romanas. Peça-lhe ajuda para rever o latinório das citações bibliográficas. Pergunte-lhe, da minha parte, quando quer que eu vá a Lisboa. Estou às ordens dele. E trate também de dispor as coisas de modo a irmos para Monchique e Alcalar logo no começo de Julho. Logo no começo, porque em Agosto aquilo é intolerável, além de que eu tenho de avançar para o Minho. Mas gostaria de que, entretanto, o Dr. Zby me chamasse para trabalhar com ele. Eu não o quero maçar com cartas, por isso, fale-lhe em meu nome. Como lhe disse, mandei a nossa separata a todas a gente que estava indicada nas listas de nós três, e a mais algumas pessoas, de que lhe vou mandar outra lista. Por hoje mais nada, que já não é pouco. Está a chover, aqui em Beja.

Extraordinário, na verdade. Ainda não pude escrever ao nosso Amigo, seu colega de Faro, a agradecer. Cumprimentos a sua Ex.ma Esposa. Beijos às miúdas e pragas à chupeta. Um abraço do amigo dedicado,

Abel Viana

Em nota manuscrita:

P.S. Da revista dos Srs. Engenhocas tenho somente o número em que saiu a sua 1ª obra arqueológica. Faltam-me, pois, mais três: Dois deles com os artigos seus e do Formosinho; o outro é do artigo do traé do

artigo do trapinho e da barbeirinha, que nós os três tivemos a suprema glória de inventar. Mande-me esses três números, se não quer que o rache de meio a meio e o faça num par de Veigas Ferreiras.

Abel Viana

Documento nº 12 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 13 de Junho de 1948

Caro Amigo:

Pelo correio de hoje segue, registado, o meu artigo a respeito da exploração do Largo da Sé, de Faro³⁹. Como ele é bastante comprido e tem muitos bonecos, será conveniente, talvez, reparti-lo por dois números da Revista. Mas, como eu desejo separata, será preciso parti-lo de forma que na primeira dose fiquem páginas mais ou menos completas. Isso só na tipografia poderão calcular com aproximação. Quanto às gravuras, à primeira vista a quantidade é... assustadora. É preciso notar, porém, que além disso poder ir em dois números, a grande maioria dos desenhos é para reduzir, na gravura, a metade, o que dá muito menos, e algumas, mesmo, a um terço, pelo que ficarão muitíssimo mais pequenas e, portanto, pouco dispendiosas. O meu Amigo mais o Sr. Bueno lá verá isso e a ambos confio inteiramente o devido amparo a este meu parto arqueológico. Façam, pois, como melhor entenderem. Hoje o resto do dia é para pôr em actualização um bocado da minha correspondência atrasada, que não é pouca. Amanhã, logo de manhã (oito horas), começo às voltas com a nossa querida fivela da Alcaria, e não a largarei mais da mão, até concluir o nosso estudo. Até o fim da próxima semana pode contar em receber aí o original prontinho a entrar no forno⁴⁰. No pacote com o artigo do Largo da Sé vai um exemplar do trabalhito do Lyster Franco e meu, a respeito do cemitério... Cúprico da Ferradeira⁴¹. Recebi o número da Revista e muito obrigado. Julgava eu que o meu Amigo e o Formosinho tinham publicado outra coisa, além da tal que você indica e que eu já tenho. Mas vamos a ver melhor o caso. Então só saiu aquele artigo seu, em que fala do Buço Preto, etc., etc., em que o autor é apenas você, ou há ainda um outro, em que são autores você e o Formosinho? É aí que está a minha dúvida. Se não há tal artigo, seu e do Formoso Amigo Formosinho, então desculpe a minha confusão, mas se há, então salte para cá essa coisa, e muito depressinha⁴². Gostei de ter notícias do Dr. Zby, mas não gostei da informação que o V. F. me deu, de que eu podia tirar do sentido a hipótese de poder ir trabalhar com ele ainda este mês. Emfim,

⁽³⁹⁾ Artigo publicado em diversos números da “Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores” (VIANA, 1949), do qual se fez separata.

⁽⁴⁰⁾ Ver notas 25 (fim) e 31.

⁽⁴¹⁾ Trata-se de importante contributo para o conhecimento da arqueologia funerária do Calcolítico algarvio (FRANCO & VIANA, 1948), devidamente valorizado em trabalho ulterior de H. Schubart (SCHUBART, 1971) que baptizou o referido documento cronológico cultural com o nome de “Horizonte de Ferradeira”.

⁽⁴²⁾ Existe de facto artigo assinado por O. de Veiga Ferreira e J. Formosinho relativo às necrópoles da Idade do Bronze de Monchique e à estação de Alcaria (FORMOSINHO & FERREIRA, 1947).

paciência. Eu tenho sempre imenso que fazer, mas esses trabalhos com o Dr. Zby quero pô-los em primeiríssimo lugar – com perdão da tal trindade de Lagos – Monchique, etc., muito do meu respeito, que são três grandes pontarrões.

Mas como são também bons rapazes, relevar-me-ão esta primazia que dou ao meu trabalho com o Dr. Zby. Só há um que é capaz de se escamar – o tal Abel Viana –, mas esse é mandá-lo à fava. Veiguinha amigo, trate de mexer os cordelinhos com toda a arte e habilidade, de modo a poder-se reunir o terceto de Monchique logo nos primeiros dias de Julho. Olhe que eu preciso de lavar os pézinhos naquelas benditas águas captadinhas por você e outros tão bom zinhos como vocemecê, o mais cedo possível, a fim de em Agosto poder encontrar-me no Norte com o Eng.º M. Feio e talvez com o Dr. Zby também. Há por lá muito cascalho para ver e pesar. Peça ao seu maravilhoso Chefe lhe consinta dispor as coisas de maneira a podermos estar em Monchique, nas Caldas do dito ou lá onde é, nos primeiros dias de Julho próximo. Vá-me prevenindo do que lhe for possível prevenir a tal respeito, para eu ir ordenando a minha vida. Vamos, agora, às nossas soberbas estradas romanas das Caldas, todas estradas muito lampeiras e todas Caldas... O tal Promunturium é nada mais nada menos que fabrico do grande Leite de Vasconcellos, que tal forma usou no 3º vol. das “Religiões da Lusitânia”. Em todo o caso, como essa forma, que o Mestre foi decerto buscar a qualquer historiador ou geógrafo antigo, pode engulhar o pagode, mude-a para Promontorium, que também está certo.

Folgo de o ter obrigado a vasculhar o seu latim. Quanto ao Vidal-Lablanche, assim é que o homem assinou em grandes letras nos seus magníficos atlas. Mas também é certo que se assinou Vidal de La Blanche em outras ocasiões. De modo que venha o diabo e escolha. Agora, quem me obrigou a andar atrás do Blanche foi o meu Amigo.

Quanto ao mais, estamos de acordo em que o meu Amigo tem de ter todo o rigor no chamadoiro das obras e no dos autores, assim como, ao transcrever períodos, tem de o fazer letra por letra, tal qual lá está, porque o contrário é puramente inadmissível, seja para quem for, quanto mais para homens insignes... como noses. E pronto.

Quando tiver provas do artiguelho, faça o favor de as mandar para cá.

Quando puder, trate desse meu artiguelho, e veja quanto custa, mais ou menos, uma separata de 300 exemplares. Publicar em dois ou três pedaços, senão puder ser de uma só vez.

Toca a andar para as Caldas em Julho, logo nos princípios, se puder ser.

Quanto à outra coisa que me diz para mandar, mande-a já, se puder ser.

Quanto ao nosso artigalhaço da fivela, irá no fim da semana, se puder ser.

Quanto a pôr nomes no fim, e não no princípio, isso é só quanto a nós, e não a respeito de outros, se puder ser. E passe muito bem, se puder ser.

E se puder ser, fale com o Dr. Zby. Disseram-me aqui que ele regressava em breve para França, para não voltar... Calcule como estou inquieto com o caso. Veja o que há de verdade ou de mentira nisto. Agradeço-lhe imenso o que me puder averiguar. Parece que me não esquece nada. Esteja descansado que a fivelinha não se perde nem se enferruja.

Um abraço do amigo, colega, camarada, companheiro, parceiro, sócio, consócio, etc.,

Abel Viana

Documento nº 13 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 20/6/1948

Meu caro:

Recebi a sua carta e fiquei zangado consigo, indignado, danado, furioso, escamadíssimo... Então você, grande marotoço, alaparda-se nas Caldas, vai vendo todas aquelas coisas, muito regaladamente, e depois manda-me para cá o retrato, para me fazer água na boca! Palavra que tive pena de que não me avisasse, afim de eu ir consigo. Claro que, na próxima ida lá, teremos de rever tudo isso. O Dr. Formosinho deve partir, com a Esposa, amanhã ou depois, para Coimbra. Dali segue até ao Porto e tenciona dar uma volta, de fugida, pelo Minho (Guimarães, Braga e Viana do Castelo). Segundo o programa estabelecido, deve estar de regresso a Lagos a 11 ou 12 de Julho. Parece-me que não deveremos esperar por ele, do contrário faz-se muito tarde. Tanto mais que ele terá mais interesse no trabalho de Alcalar, e aí é que ele nos é verdadeiramente indispensável. Sendo assim, nós poderíamos ir para Monchique no dia 4 (Domingo) ou 6 (Terça-feira) de Julho e começaríamos logo com as coisas romanas. Ocupados nisto os primeiros 5 ou 6 dias, passaríamos ao Buço Preto – e aí já o Formosinho estará de volta e poderá comparecer. Estando eu de volta em 14 ou 16 de Julho, desejaria passar o resto desse mês em Lisboa, com o Dr. Zby, se ele estiver disponível. Veja lá se isto pode ser assim. O Dr. Zby ainda me não escreveu. Preciso de ir ter com ele, a dar-lhe conta dos nossos trabalhos e do estado em que tenho todas estas tarefas em que ando metido. Eu não sei se ele estará agora aí. Seja como for, na próxima quinta-feira, dia de São João, vou a Lisboa. Devo seguir no correio, de modo que às 14 horas já aí estarei. Vou para a Pensão Astória, como de costume. Não o procurarei no seu Bairro porque não sei a que horas estará em casa, e escuso de perder tempo em ir lá em vão. De modo que, se puder e não lhe custar, sendo 17 horas estarei nos Serviços Geológicos – ou, o que é melhor: como ainda há tempo, mande-me dizer na volta do correio, em um simples postal, onde quer que o procure. Indique um café qualquer na baixa, e marque a hora. Fiquemos assim combinados – aguardo que me mande dizer onde quer que o espere e a que hora mais ou menos certa. Só me demorarei aí dois dias, ou seja, voltarei para Beja na tarde de Sábado. É só para ver se consigo falar ao Dr. Zby e ir ao Museu Etnológico passar uma vista de olhos por aquilo. Levarei comigo o trabalho da fivela, que me tem dado que fazer, muito mais do que eu contava. Tenho muito receio de deitarmos tolice. Mal de nós se tal acontecesse. Toda a cautela é pouca. Nestas coisas, em se perdendo uma vez o crédito, nunca mais se pode readquiri-lo. Veja o que tem acontecido a outros que muito bem conhece. Se não lho puder enviar antes, leva-lo-ei comigo⁴³. De qualquer das maneiras, teremos de o ler ambos, e gostaria de que tivesse à mão os dois trabalhos que indica a respeito dos três períodos em que J. Supiot e Santa-Olalla, assim como o Heiss e o Camps Cazorla dividem o visigótico. Vá preparando isso, de maneira a podermos conferir tudo isso com muito cuidado. O Veiga Ferreira já se enganou em uma citação ao Félix Alves Pereira, onde o que ele disse é diferente do que o meu Amigo lhe atribui. Como tenho cá o trabalho indicado, descobri o engano. Mas quanto aos mais acima indicados, não tenho por onde verificar.

⁽⁴³⁾ Ver notas 25 (fim), 31 e 40.

Faremos, portanto, aí essa coisa mesmo de noite, de manhã, de tarde, onde quiser. Quanto ao meu trabalho de Faro, fico-lhe infinitamente grato, assim como ao Sr. Bueno. Dividam como quiser, façam como quiser, contanto que se não deixe de tirar a separata. Quatrocentos exemplares. Certamente as gravuras irão todas no fim do texto, na separata, não é assim? Seja como for, fica-lhes o assunto entregue. Quanto a estas coisas que me manda agora de Monchique, acho-as interessantíssimas. O Dr. Formosinho é que é capaz de acreditar tanto nelas como nas estradas romanas... O caso é bem digno de ser estudado e eu estou com a sua opinião. Será um castro, talvez não romano mas visigótico. A tal foice parece-me coisa medieval. Tudo o mais (Dolia, opus signinum, etc.), pode ser também medieval – visigótico certamente. E aí encontraremos, possivelmente, a explicação da estranha mistura da necrópole da Alcária⁴⁴. Mas tudo isto tem de ser muito bem observado e meditado. Aí falaremos sobre o assunto.

Bem. Até quinta-feira. Entretanto escreva-me a marcar local de encontro. Esta vai escrita a toda a pressa, a fim de seguir hoje mesmo.

Seu dedicado amigo,

Abel Viana

Documento nº 14 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 25 de Julho de 1948

Meu caro Veiga Ferreira:

Já não tencionava escrever-lhe senão de Viana do Castelo, para onde sigo, como já lhe mandei dizer, na próxima terça-feira. Mas recebi a sua carta e as fotografias, de modo que me parece conveniente continuarmos a assentar ideias. Vou ainda esta noite ver se consigo recortar as fotografias ampliadas, a fim de organizar definitivamente as estampas.

Bom foi tê-las mandado, porque assim já poderei continuar o trabalho. Mas o meu Amigo ia estragando o arranjinho. Mandou as fotografias envolvidas em um simples cartão, demasiado delgado para proteger um conteúdo tão delicado. O resultado foi essa espécie de tubo que o Amigo fez chegar cá chato como um figo, e as quatro fotografias, que são em papel bastante espesso, ficarem com dois fortes vincos a todo o comprimento. Meti-as logo em uma prensa, mas duvido de que alguns dos objectos sobretudo facas, não tenham ficado prejudicados, pois o vinco é forte e deve aparecer na fotogravura. Havia o remédio de pedir outras fotografias ao Formosinho, mas você está a ver; mais despesas, mais demoras, os habituais esquecimentos do Formosinho, as demoras do fotógrafo, a remessa para aí, afim de serem retocadas, etc., etc.. Meu caro, seja o que Deus quiser: com vincos ou sem eles, a coisa fica assim e, para a outra vez, lembrar-se-á dos boléus que as coisas costumam levar nos correios.

⁽⁴⁴⁾ *Ver nota 32.*

Apreciei muito as suas fotografias. As dos túmulos estão bem boas. As que representam cenas de piratas, também não estão más. As minhas é que demorarão ainda um pouco, porque ainda tenho o rolo metido na máquina. São dois rolos. Vou completar o que está na máquina, disparando hoje e contra o que aparecer, a fim de os poder mandar revelar imediatamente. Esteja descansado que lhe não faltarão as fotografias que eu tirei.

Remeti hoje ao Dr. Zby o meu trabalho acerca da mamoa de Carreço⁴⁵. Para Viana, a fim de o completar lá, levo o nosso trabalho grande de Monchique⁴⁶, assim como conto redigir o relato da nossa campanha deste mês. Faz falta, portanto, que me mande para Viana os desenhos que são para este outro trabalho. Faça, pois, desenhos dos três túmulos, assim como das peças miúdas. Dos objectos de pedra polida não vale a pena. As fotografias e os desenhos que eu fiz bastam. Agora quanto aos micrólitos, pontas de seta, e chapa de xisto (ídolo-placa), isso é que, além de boa fotografia, merece também desenho bem feito, isto é, muito claro e muito fiel. Veja se pode fazer isso o mais depressa possível, a fim de eu poder entregar o trabalho com toda a brevidade. Temos que aproveitar o tempo, pois temos uma caterva de coisas a dar à estampa. E com certeza vamos acumular ainda mais coisas, dentro de pouco tempo. Estimo saber que o Dr. Zby tenciona ir ter comigo a Viana. O pior é se lhe aparece qualquer coisa extraordinária, que venha perturbar os nossos planos. O trabalho acerca do paleolítico minhoto é muito importante, e eu bem desejaria dar-lhe um bom avanço ainda este ano. Quanto ao desejo do Dr. Zby, de nos acompanhar em uma das campanhas do Algarve⁴⁷, quem me dera que de facto isso se pudesse realizar! Mas o Dr. Zby é pessoa que quase não pode dispor de si mesmo, de modo que, receio bem, infelizmente, que a ida dele para nos acompanhar e tomar parte activa nos trabalhos não venha a passar de puro desejo. A nós só muito nos honrava a companhia e assistência dele. Tenho a certeza de que ele havia de gostar e de que fará a diligência em converter em realidade tal projecto. Vá o meu Amigo martelando a ideia junto dele. Aperte bem com ele, do contrário o tempo correrá sem ele dar por isso, e por fim não irá connosco. Quanto à publicação dos nossos dois principais trabalhos das Caldas, deixe-o manobrar à vontade. Logo que eu regresso do Minho, tratarei de ultimar a dactilografia dos dois trabalhos e irei pessoalmente a Lisboa. Lá trataremos do caso, de modo decisivo e de acordo e sob a direcção do nosso bom amigo e Mestre⁴⁸. O maroto do Dr. Formosinho ainda não me acusou o regresso a Lagos nem me mandou dizer nada das suas impressões do Norte. Veja lá o Veiga Ferreira se se resolve a dar uma saltada a Viana com sua Esposa, na ocasião das festas.

Olhe que se não arrependirão. E eu lá estarei para os acompanhar e para tratar de lhes facilitar tudo o que estiver ao meu alcance. Não perca a ocasião de ver coisas tão belas como a parada do traje e outras coisas, que no seu ambiente próprio são na verdade encantadoras. Resolva-se, pois. Aqui de Beja vão diversas pessoas. Como lhe digo, levo para lá os nossos trabalhos e conto terminá-los lá. Isto em Beja é que já se vai tornando impossível de aturar. O calor excessivo debilita física e mentalmente. Todo o esforço intelectual é

⁽⁴⁵⁾ Ver *Bibliografia* (VIANA, 1955).

⁽⁴⁶⁾ Ver nota 2.

⁽⁴⁷⁾ Ver notas 25 (fim), 31, 40 e 43.

⁽⁴⁸⁾ *Estas e outras expressões são bem demonstrativas do respeito e da profunda amizade que unia Abel Viana a Georges Zbyszewski.*

penoso, neste ambiente sufocante. Mas não deixe de me mandar os desenhos. Tome nota da minha morada (aliás de meu cunhado) – ABEL VIANA – RUA DE MANUEL ESPREGUEIRA, 225 – VIANADO CASTELO. Agora, não se engane, nem se esqueça.

Creio ter-lhe falado em tudo o que refere na sua carta. Para Espanha não irá nada. Tem graça o seu argumento, a respeito do Formosinho ser Delegado da 6.^a Secção (Escavações, etc. e tal). É que eu também o sou. É um dos meus empregos honoríficos, muito bom para... coisa nenhuma. Dá-nos o direito de andar pelas estradas da China, se o Chang Kai Chek nos der licença para isso. Não, Amigo. O lugar não dá qualquer garantias, nem no papel, de modo que, verdadeiramente, também não há deveres tão rígidos que nos impeçam de publicar lá fora o produto do nosso trabalho. Começa, até, pelo facto de tal Secção nos não publicar coisa nenhuma. Se fora o contrário, não teria eu aqui inéditos e perdidos para sempre os meus mais extensos e melhores trabalhos. Assim os espanhóis ou até os patagões ou os hotentotes mos publicassem!... Até à vista. Os meus queixos escapam. O abcesso ainda cá está, mas não dói, e isso é o principal.

Em manuscrito:

Os meus cumprimentos a sua Ex.ma Esposa e para si um abraço do amigo dedicado

Abel Viana

Documento nº 15 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 30/9/1948

Meu caro Veiga Ferreira:

Acabo de receber a sua carta de (pelo carimbo do correio) ontem. Cheguei a Beja na segunda-feira passada, 27 do corrente⁴⁹. Bastante maçado da viagem, que foi directa, pelo Setil, e vindo cá encontrar correio acumulado nestes dois últimos meses, tendo levado estes três dias a desfazer malas, a abrir livros, jornais e revistas... e a dormir. Parti do princípio que a anormalidade do meu regime de trabalho, derivada da minha viagem ao Norte, durará até hoje. Só amanhã retomarei o ritmo habitual. Principiarei por pôr em ordem a trapalhada arqueológica e etnográfica que trouxe do Minho. Depois, tomarei o primeiro contacto com os trabalhos interrompidos em 27 de Julho passado. Isto levar-me-á dois ou três dias, após o que me lançarei a todo o pano dentro das nossas águas... de Monchique. Nada mais farei até fins de Novembro. Tenho, entretanto, que acabar o presente número do “Arquivo de Beja”, que está preso à tipografia pelas últimas páginas, e de o expedir. Nada mais desejo fazer depois, que tratar dos nossos dois trabalhos monchiquenses⁵⁰. Julgo, mesmo, que muito antes do fim de Novembro terei as coisas prontas a entregar aí em Lisboa. Claro que o meu Amigo cuidará aí em Lisboa dos pormenores que lhe ocorrerem e que possam ser tratados por

⁽⁴⁹⁾ *Viagem de regresso, por comboio de Viana do Castelo.*

⁽⁵⁰⁾ *Ver nota 2 e 46.*

si, ou dos que eu daqui lhe indicar. Estes serão, possivelmente, quanto à parte gráfica, visto que os meus olhos já refilam contra as minhas pretensões de desenhista. Como o meu Amigo ainda tem bom olho, não terá remédio senão aplicá-lo. Vamos, agora, ao conteúdo da sua carta. Cá espero a separata. Sempre tratou da maneira do Dr. Formosinho assinar as ofertas por meio de chancela? Chegou a escrever-lhe a este respeito? Se o não fez, era favor fazê-lo.

Eu também lhe falarei nisso, mas convém que você também o faça. Encarregue-se da oferta aos seus bons Chefes e nossos estimados protectores. Mas deixe-me assinar também. Mande-me esses exemplares a eles destinados, que eu os assinarei e devolverei imediatamente. Quanto à outra separata – a do trapo⁵¹ – suponho que o V. F. Ainda tenha alguns exemplares. Se os não tiver, porém, mande-me dizer, porque eu imediatamente lhe enviarei os que tenho cá e que precisamente ficaram destinados à oferta aos seus Chefes. O culpado fui eu, porque, devido a esta labuta contínua, seguida da minha ida para o Norte, me esqueci de os enviar, como tantas vezes lhe disse a si que o faria. Fico, de facto, envergonhado como o caso, tanto pelo justo ressentimento que seus Chefes podiam criar a seu respeito como pelo direito que eles podem ter de registar uma injustificável falta de cortesia da minha parte e da parte do Dr. Formosinho. O amigo Veiga Ferreira tentará remediar o mal, e como nada melhor para merecimento de perdão que a confissão da culpa, conte a verdade.

Recebi os desenhos que me mandou para o nosso trabalho do Buço Preto (nova série de explorações)⁵². Creio que lhe acusei a recepção, na mesma carta em que lhe dizia que de Beja lhe enviariam o vale do correio. A carta foi escrita de Viana e dirigida para a sua Repartição. Pois cá tenho os desenhos. Dentro de dias lhe mandarei dizer se é preciso mais alguma coisa a respeito do Buço Preto. E nada mais vejo que na sua carta reclame resposta. Registo o seu regresso ao lar – que ainda é a melhor das praias, a melhor das termas e a melhor estância de repouso. Ao menos para os que já são velhotes, como eu. Tomo nota, igualmente, da presença do Dr. Zby em Lisboa. Gostei de saber do seu regresso e estimarei que esteja de plena saúde. Agora, já poderemos começar, ou melhor, recomeçar a moer-lhe a paciência. Ande que ele vai para o Céu, com certeza, e nós contribuimos largamente para o bilhete de entrada... Eu ainda tive esperança de que ele me aparecesse em Viana nos últimos dias deste mês. Mas já havia por lá muitos neveiros e por vezes tempo muito fresco, anunciadores de invernia próxima. Ainda assim, consegui apanhar material com que fiz quatro caixotes a despachar para o Museu de Belém⁵³. Para os Serviços Geológicos tenho dois, com novidades paleolíticas e coisas escolhidas. Dei umas voltas no vale do Minho, pelos arredores de Vila Nova de Cerveira, assim como uma outra, que andava adiada de ano para ano, pela Veiga de Bertandos, no vale do Lima, próximo de Ponte de Lima. É claro que o trabalho a fazer lá com o Dr. Zby não é de urgência. Pode bem ficar para o

⁽⁵¹⁾ Ver nota 24 e Bibliografia (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948 a).

⁽⁵²⁾ Trata-se de uma importante necrópole pré-histórica de Monchique, explorada e publicada pelos Autores em diversos trabalhos, citados na Bibliografia.

⁽⁵³⁾ Nesta data, a inimizade com o Prof. Manuel Heleno ainda não era manifesta, como se confirma pela oferta para o Museu por aquele dirigido de materiais arqueológicos, por de Abel Viana. Regista-se, contudo, a declaração que para o Museu dos Serviços Geológicos seguiriam “coisas escolhidas”. Tais materiais foram, ulteriormente estudados por diversos investigadores (H. Breuil e colaboradores, F. Sande Lemos, etc.).

próximo ano. O meu caro Veiga Ferreira fará o favor de lhe dar conta sumária destas coisas, visto eu não lhe poder escrever por enquanto. Ele que me mande dizer se lhe convém que eu vá a Lisboa, a fim de adiantarmos qualquer dessas coisas que eu e ele andamos fazendo. E meu caro Veiga Ferreira, este relatório – para si uma estopada – já vai passando dos limites razoáveis em que se pode amolar a paciência do parceiro. Cá fico às suas ordens e às do nosso preclaríssimo Dr. Zby. Vou agarrar-me ao trabalho, ao trabalhinho, ao trabalhão. Diga-me de sua justiça sempre que seja preciso, ou que entenda fazê-lo. Os meus respeitosos cumprimentos a sua Esposa. Beijos às miúdas. Um apertado abraço para si, do seu muito grato e dedicado amigo e companheiro,

Abel Viana

Documento nº 16 – Carta manuscrita em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. 21/10/1948

Meu caro:

Recebi ontem as provas, e remeti-lhas hoje, meticulosamente revistas. Agora, é ter apenas cuidado em que façam todas as emendas e que a enestar uma coisa não desencestem outra. Vi e revi com todo o cuidado, de maneira que lhe peço não bulir mais no texto. Cautela com aquela nota (já quase no fim), onde está Facultad em vez de Faculdad, que é como deve ser⁵⁴. Não mandei ao Formosinho nem me parece que seja preciso mandar. De futuro, o que é conveniente e mandar-lhe cópia do original, antes que este siga para a tipografia. Desta vez não se fez isto pela muita urgência com que você pediu o original. E valha a verdade que, no fim de contas, havia tempo bastante para ele se ter pronunciado.

Claro que se lhe mandássemos agora estas provas o meu Amigo não as veria aí tão cedo... E ainda que as recebesse, era o nosso bom Formosinho capaz de alterar de tal modo o texto que no fim representava... um artigo novo.

O Formosinho, além do escrúpulo e da “modéstia”, tem um medo terrível de botar tolice ou de fazer má figura. Sabe pouco destas coisas, isto é que é verdade, ou antes, está pouco actualizado. Tens tido pouco ou nenhum contacto com boa e abundante bibliografia. O que mais lhe enche a cabeça são as suas próprias congeminções, perante o mistério dos objectos que consegue alcançar para o seu Museu, tanto os que lhe são dados, como os comprados, ou provenientes das suas próprias escavações. Põe-se a arquitectar coisas, apenas norteado pelo Estácio da Veiga e mais alguns livros antiquados. Surgindo-lhe, agora, este mundo de coisas, fica perplexo, atordoado, e para afinar, ou mesmo para aceitar qualquer juízo nosso, que ele tenha de subscrever também, precisa de que nós lhe demos prazo suficiente para ele averiguar se as coisas estão certas, para desfazer todas as suas dúvidas, para, enfim, ele... fazer um curso de arqueologia. Mas nós temos

⁵⁴ Ver o P.S. ao Documento nº 6, relativo à preparação de artigo dedicado à fivela, o qual não chegou a ser publicado (ver notas 25 [fim], 31, 40, 43 e 47).

o dever de trabalhar com ele assim mesmo, e de usar para com ele de toda a delicadeza. Não creio que ele esteja zangado consigo. Eu já lhe escrevi a falar do caso, mas ele só respondeu a uma outra carta que eu lhe tinha enviado dia antes. Vou-lhe escrever novamente. Quanto a este artigo de agora, mande já para a tipografia e não perca mais tempo. Veja quanto levam pelos 300 exemplares da separata. Acho que devem também fazer separata disto. Sempre é mais um folheto para nos tornar-mos lembrados aos amigos. Estou distribuindo a outra. Ainda não mandei a todos porque estou à espera de que me dêem a chancela do Formosinho, que já mandei fazer. A recomposição do nosso trabalho grande vai em mais de meio. Devo ter tudo concluído até o fim da próxima semana.

Fico cá com o original das estampas do visigótico porque há nele uns bonecos que talvez adapte ao nosso trabalho grande⁵⁵.

Estou arreliado, porque não me mandaram o tal passaporte para eu ir a Badajoz. O congresso para que fui convidado começou ontem, 20, e termina em 24. Hoje seria o dia das excursões a lugares históricos e arqueológicos. Enfim, uma sensaboria. Estimarei que sua filhinha já esteja boa. Não deixe de a tratar, porque um ataque de vermes não deixa de ter seus perigos. Cumprimentos a sua Ex.ma Esposa.

Para si um abraço.

Abel Viana

P.S. Recomende-me ao Dr. Zby. De Viana ainda não despacharam os tais caixotes⁵⁶. Também não é pressa, mas sempre seria melhor que já estivessem aí. Mantenho a ideia de vir a Lisboa logo que tenha concluído o nosso trabalho grande⁵⁷.

Documento nº 17 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. Beja, 15/1/1949

Meu caro:

Ainda bem que teve a boa ideia de me escrever. Eu também estava para fazê-lo, e só esperava poder sair um bocado da cama. Tive de empregar a última quinzena de Dezembro e os primeiros dias do corrente a pôr em ordem outros trabalhos, que haviam sido posto de lado em virtude do nosso trabalho grande de Monchique⁵⁸. Calculei ter tudo pronto até 6 do corrente e assim aconteceu. Vieram, porém, estes dias de frio intenso e eu, temendo desafinar a carcassa, resolvi esperar que a vaga de frio passasse. Afinal, apesar de todas as minhas cautelas, adoeci e terei agora de esperar o regresso da normalidade física. Eis a razão porque não

⁽⁵⁵⁾ Ver *Bibliografia* (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948 a).

⁽⁵⁶⁾ Ver nota 53.

⁽⁵⁷⁾ Ver nota 2.

⁽⁵⁸⁾ ver nota 2.

segui para Lisboa logo no dia 7 ou 8 do corrente. Estou ainda muito atacado. Penso que em menos de oito dias não estarei convenientemente afinado. Tão depressa me encontre capaz, porém, partirei para aí. Claro que prevenirei o Dr. Zby e o meu Amigo. Vamos, entretanto, entrar nos vários assuntos em que andamos associados.

- O trabalho das moedas: Mandei o seu trabalho ao Dr. Lyster Franco, dias depois de o ter recebido. Foi em carta registada. Expliquei-lhe bem do que se tratava. Isto vai há perto de um mês e Amigo Lyster ainda me não respondeu. Ele, e não eu, é que deve andar atarefado com as eleições. Aqui em Beja só têm trabalhado os do bota-abaixo.

Os outros ainda se não mexeram. Ora, eu não sou do bota-abaixo... Vou escrever novamente para Faro. Conveço-me, porém, que o Lyster estimará a publicação no jornal⁵⁹.

- Trabalho das Caldas de Monchique: O Dr. Zby mandou-me dizer o que se passava com este nosso trabalho. Não calcula quanto me satisfez a notícia. Como sabe e já com certeza apreciou, eu não dos que se entusiasma perante palavras, ou simples promessas, mas desta vez senti real satisfação. Bem. O caso está admiravelmente entregue⁶⁰.

Com o nosso Dr. Zby ao leme e com o Dr. M. C⁶¹. Na ponte de comando... não será preciso mais para nos evitar um naufrágio. Não escrevi imediatamente ao Dr. Zby porque contava estar em breve em Lisboa, e aí teríamos tempo bastante para conversar. Com o Dr. Zby tenho ainda que falar a respeito de outras publicações, mas já vejo que sou forçado a enviar-lhe algumas linhas, antes de eu aí chegar. Se estiver com ele, dê-lhe recomendações e notícias minhas.

- A nossa separata das coisas visigóticas⁶². Enviei-lhe a importância que o meu Amigo indicou. Um engenheiro aqui de Beja já me falou no artigo, pois é assinante da Revista. Eu é que nada recebi. Veja se podem dispor de um número e mande-mo. Quanto à separata, pode-se fazer como da outra vez. Mande exemplares assinados por si. Eu já tenho cá uma boa chancela do Formosinho, de modo que já não é preciso falsificar-lhe a firma. Dentro de uns vinte dias terei de distribuir o n.º 3 – 4 do vol. Vº do “Arquivo de Beja”. Com raríssimas exceções, as pessoas e entidades a quem mandamos as separatas recebem o “Arquivo”, e este, para o Brasil e Espanha vai sempre registado.

Será, pois, uma boa ocasião para distribuir a separata, quer porque se poupa papel e – o que se tornou mais importante – despesa de correio, quer porque, tratando-se de um frágil folheto, indo enrolado com o “Arquivo” não se amarrota pelo caminho. Resolva como entender. Não deixe de me mandar o número da Revista.

- O meu artigalhaço de Faro: Então quando começa a sair essa coisa? Contava em receber provas por estes dias. O assunto está nas suas mãos. Com o Amigo Sr. Bueno, claro que... bueno! Bueno! Não é

⁽⁵⁹⁾ Trata-se de pequeno artigo sobre duas moedas visigóticas de ouro (*trientes*) publicado no jornal *Correio do Sul*, de Faro, em 1949.

⁽⁶⁰⁾ Ver nota 2.

⁽⁶¹⁾ Trata-se do Doutor António de Medeiros-Gouvêa, então Secretário do Instituto para a Alta Cultura.

⁽⁶²⁾ Ver nota 55.

preciso mais nada⁶³. É dos raros casos de o nome dizer com a pessoa. Logo que haja provas, é mandar para cá, salvo se for em ocasião em que de facto esteja em Lisboa.

- Os nossos restantes trabalhos: Tudo quanto tenho recebido, desde as fotografias e desenhos que me enviou para Viana, está posto em ordem, devidamente apartado do resto da minha papelada. Dentro de dois ou três dias – isto é, logo que me possa manter fora da cama durante mais umas horas – vou começar com tudo isto. Fique descansado. Começarei pela nossa última campanha das Caldas, que é de tudo o mais importante e o que merece mais longa preparação⁶⁴. Precisamos de ter infinita cautela com deslizos. Estamos demasiadamente em foco para que nos sejam perdoadas asneiras. Como sabe, não vale nada estar a encher folhas de papel e a rabiscar bonecos: é preciso dizer qualquer coisa que valha a pena ser dita. Não se trata de fugir a alguma vergastada da crítica; trata-se, sim, de evitar que ela nos dê qualquer pancada justa⁶⁴. O P. Jalhay enviou-me um número da “Brotéria”, e o mesmo fez ao Formosinho. Este escreveu-me imediatamente, muito indignado pela observação que o Jalhay fez a uma tolice que nos escapou. Tentei demonstrar ao Formosinho que a emenda do Jalhay foi inteiramente razoável. Quando se trabalha a sério, tem de ser assim. A crítica do Jalhay, de resto, é bem elogiosa e honrosa para nós. Tem categoria e prova que nós também a merecemos, do contrário nem se dignaria falar do nosso trabalho em uma publicação como aquela.

E não devemos pensar que lá fora também nos não venham ao pêlo, sempre que o merecermos..., independentemente da estima ou simpatias pessoais. Dentro da crítica séria estas só podem influir em medida muito limitada. Em jornalismo é que se pode vomitar toda a casta de sandices, porque aí há uma infinidade de asnos mais asnos do que nós, para nos acharem maravilhosos. O que é preciso é trabalhar com segurança e cautela. Pensar, repensar, ver, rever, confrontar, pesar tudo muito bem pesado. Ora estes 3 nossos folhetos (assim como aqueles seus e do Formosinho) foram feitos a mata-cavalo ou seja, com demasiada precipitação⁶⁵. Convém não proceder agora do mesmo modo.

- Nossas campanhas futuras. Com que então aparecia-nos um sócio? Essa é muito boa! Sócio para quê? Para os carros? Você há-de-me explicar melhor essa piada. Claro que devemos fazer muita coisa, este ano, mas deixe passar o rigor do inverno. Acho bem a sua candidatura a bolseiro. É justo. Poderemos ficar ainda mais sócios. Sirva-se do meu nome para o que quiser, se acha que ele vale qualquer coisa para tal efeito. Por hoje, ponto final. Já não escrevo a mais ninguém. Regresso à cama, pois já me sinto arrefecer. Recomende-me ao Dr. Zby. Diga-lhe como estou. Cumprimentos a Sua Exc. Esposa. Beijis às suas miúdas. E um abraço para si, do grato companheiro e amigo,

Abel Viana

Nota manuscrita:

P.S. Também tenho cá um livrito para si, e meia dúzia de cartões de visita. Quando aí for lhas levarei.

Abel Viana

⁽⁶³⁾ Ver nota 39.

⁽⁶⁴⁾ este artigo deverá corresponder ao publicado em 1953 e dedicado às campanhas de escavação nas Caldas de Monchique de 1948 e 1949 (Viana, Ferreira & Formosinho, 1953).

⁽⁶⁵⁾ Trata-se dos seguintes artigos: VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948 a; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948 b (ver Bibliografia).

Documento nº 18 – Carta manuscrita em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. Beja, 9/2/1949

Meu caro: Cá recebi a sua carta e as fotografias. Muito obrigado. Assim fiquei sabendo que já regressou a Lisboa. Eu estava para lhe escrever, mas aguardava a certeza do meu Amigo estar aí. Queria contar-lhe uma coisa mas, palavra que nem sei com que cara o faça... Tem de ser, porém, por isso, lá vai. Recebi um bilhete do Lyster Franco, no qual me dizia ter recebido qualquer coisa sua, a respeito do artigo da moeda.

Dizia ele: “Pois claro que quero o artigo mas... eu é que não tenho cá artigo nenhum. Um de nós três está maluco!” Ora, o único maluco era eu! Estava absolutamente persuadido que lho tinha mandado e, afinal, conservava-o guardado com os nossos trabalhos em preparação!⁶⁶ Claro que fiquei encavacado. Mande logo o artigo ao Lyster Franco e dei-lhe explicação do caso. O Veiga Ferreira há-de perdoar-me este engano, como o Lyster Franco me perdoa eu ter-lhe atribuído culpas, sem razão nenhuma. Agora não deverá demorar a publicação. Tem de mandar fazer as duas gravuras das moedas, e talvez mais aquelas cruzinhas – se não tiver qualquer artifício tipográfico que dê o mesmo efeito. Li atentamente a sua carta. Segue-se que temos então cistas cavadas na rocha acompanhadas de cistas feitas de lousas. Claro que, sem mais espólio que a tal vasilha, pouco se poderá adiantar. Essas que são cavadas, no chão fazem-me lembrar, pela sua descrição, aquelas que eu já descrevi no “Arquivo de Beja”, e que apareceram na serra de Serpa.

Mande-me as fotografias, medições e o mais que tiver a tal respeito, para eu ir pondo tudo isso em ordem. Logo que estejamos em Monchique, iremos ver isso. Fico contente em saber que o Formosinho sempre conseguiu obter o tal espólio visigótico. Evidentemente que nos convém ter aqui fotografias, descrição do local, data do aparecimento e o mais que se conseguir saber acerca do assunto. Escreva sem demora ao Dr. Formosinho a pedir-lhe essas coisas. Se quiser, de que mas envie directamente. Mas peça-lhe urgência e aperte com ele, senão ficamos todos a ver navios. Vou propor-lhe uma coisa. Estou com ideias de me inscrever nos 1º Congresso Nacional de Arqueologia e Vº Congresso Arqueológico del Sudeste Español, que se realizam em Almeria, de 18 a 21 de Abril.

Se o V. Ferreira e o Formosinho concordarem, levarei lá uma breve notícia acerca dos túmulos das Caldas, e apresentá-la-ei em nome dos três. Concorda, da sua parte? Uma coisa, muito ligeira, mas que dê ideia da coisa⁶⁷.

Cá fico à espera da sua resposta. Se tiver ocasião de escrever ao Formosinho, fale-lhe nisto, também. Se o V. Ferreira pudesse ir comigo, seria oiro sobre azul. O itinerário era – Sevilha, Cádiz, Almeria, Málaga e regresso por Granada. Em oito dias fazemos isso e estudamos uma caterva de museus. E dos bons. Sobretudo os que mais de perto se ligam com as coisas das Caldas. Eu arranjo-lhe as pesetas baratas. Aí com 1.200\$00 cada um fazemos a festa. E ainda traremos livros. Veja lá se se resolve a isso. Quanto a passaportes, trataremos de arranjar o oficial, que não custa nada e ainda nos isenta da obrigação de gastar aquela quantidade

⁽⁶⁶⁾ Ver nota 59.

⁽⁶⁷⁾ Foi, de facto, apresentada ao referido Congresso uma comunicação dedicada às necrópoles de Monchique (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950).

de pesetas diárias a que em Espanha obrigam os excursionistas estrangeiros. Vá pensando no caso. Muito obrigado pelas fotografias das estelas e o mais que enviou. Eu já tinha desenho das estelas discóides⁶⁸. É pena as fotografias não estarem mais nítidas. Se estiver com o Dr. Zby, diga-lhe que eu lhe lembro outra vez o pedido que lhe fiz, de me obter uma fotografia (cópia da chapa que já lá está), da pedra antropomorfa da mamoa de Carreço⁶⁹. Escrevi-lhe ontem mas esqueceu-me tornar a falar-lhe nisto. São 1\$00 que se poupam... Você sempre irá para os Serviços? Oxalá tal sucedesse! Então é que você podia vir a fazer grandes coisas, com o Dr. Zby ao lado. Veja lá se arranja isso⁷⁰.

Nada me disse a respeito da sua pretensão à bolsa de estudo. Desistiu disso?⁷¹ Eu irei a Lisboa logo que passe o dia 13 do corrente. Levar-lhe-ei o único exemplar que tenho em duplicado das “Memórias de los Museos”. Os outros que tinha dei-os ao Formosinho a ano passado. Parece que ele já arranjou o resto da colecção. Este, agora, é para si, assim como outro mais que de futuro me venha. Não se esqueça do meu artigo na Revista da Engenharia⁷².

Logo que tenha provas, mande-mas para cá. E veja logo, também, por quanto fica a separata. Aí em Lisboa combinaremos a época para a nossa primeira ida do Algarve, neste ano. Precisamos de trabalhar muito lá, neste ano. Cumprimentos para sua Esposa e um abraço para si.

Abel Viana

Documento nº 19 – Carta manuscrita em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. Beja, 12/3/1949

Meu caro: Respondo ao seu postal de hoje, na volta do correio. Outra vez, parece-me que estou abusando da sua paciência mas, encha-se de resignação. Gostaria de que o meu Amigo respeitasse à risca os apontamentos que tomámos no local, dos túmulos, tanto do Buço Preto como da Eira Cavada.

O túmulo B do Buço Preto, que não é outra coisa senão uma galeria coberta do tipo do célebre monumento de Nora, tanto pela arquitectura, como pelo espólio, e até... pelas dimensões, peço ao meu Amigo oriente o desenho pelo esboço que junto lhe envio. Em baixo vai indicado o perfil do fundo do monumento. Veja se mete no desenho todas as indicações que eu aponto. Não sei se o Amigo tomou nota das pequenas pedras que formavam o pequeno corredor de entrada. Eu tenho cá isso bem apontado. No da Eira Cavada, é favor fazê-lo torto, tal como ele é na realidade. Eu disse que ele havia sido feito torto porque o terreno também o era. Mas isso não justifica que o endireitemos. Nos da Palmeira e Belle – France houve desmaziada endireitadela,

⁽⁶⁸⁾ Trata-se das estelas discóides do Museu de Beja, que foram estudadas por Abel Viana (VIANA, 1949 a).

⁽⁶⁹⁾ Trata-se de monólito conservado na sala de Arqueologia do actual Museu do Instituto Geológico e Mineiro, em Lisboa.

⁽⁷⁰⁾ Refere-se à transferência de O. da Veiga Ferreira da sede da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos para uma das suas Subdirecções-Gerais, os Serviços Geológicos de Portugal, efectivada em 1950, no ano seguinte ao da presente missiva.

⁽⁷¹⁾ Trata-se de pedido para concessão de bolsa de estudo ao Instituto para a Alta Cultura, apresentado por O. da Veiga Ferreira e ulteriormente deferido.

⁽⁷²⁾ Refere-se ao artigo dedicado às descobertas de níveis romanos na área urbana de Faro, publicado em números sucessivos da referida Revista (VIANA, 1949 b).

porque já se não pôde fazer coisa melhor. Repare, porém, que eu chamei-lhes desenhos esquemáticos só para disfarçar a deficiência.

O esquema só deve ser usado em duas circunstâncias: 1ª quando não há tempo para fazer um desenho tanto quanto possível rigoroso (ou quando se não sabe desenhar); 2ª – Quando os túmulos a desenhar são muitos, e se pretende condensar em um só desenho as características gerais, comuns a todos. Mas não é este o nosso caso. Nós... (toca a inchar o papo!) sabemos desenhar, razão porque estamos a fazer um esboço de cada túmulo. Se queremos dar a planta de cada túmulo, não há cabimento razoável para desenhos esquemáticos (quero dizer, deformados por razão de ordem didática, ou com o fim de sintetizar). Tenha paciência, pois. Faça-me um desenho de cada túmulo, e cada um com sua fisionomia própria. Também é bom não esmerar de mais os desenhos, ou seja, não fazer bonitos. Correctos, mas simples. O que se quer é exactidão e clareza, e não trabalho para exposição de arte. Mas agora é que o Veiga Ferreira vai dar um pulo aos arames! Calma, calma!

É que eu preciso dos desenhos em duplicado: um para Espanha⁷³, e outro para o nosso trabalho definitivo da 2ª campanha, que eu pretendo dar pronto ainda este mês⁷⁴. Já que o estado de saúde não me deixa ir já para Lisboa, quero aproveitar todo este tempo. Não lhe mando o Esboço da sepultura A do Buço Preto, nem o corte e perfil do túmulo B (a tal 2ª edição da galeria coberta de Nora), porque o meu Amigo tem aí coisa igual. Na planta que o meu Amigo levou, segundo me parece, é que não está indicado o corredor de entrada, se bem me lembro porque este não cabia no pedaço de papel. Mas eu registei-o à parte, e agora liguei-o devidamente.

Os desenhos são pois, incluindo o do corte e perfil, nada menos de quatro: em duplicado – 8! Mas é bom fazê-los já, para que o duplicado saia perfeitamente igual. Como isso vai, provavelmente, ser publicado em dois sítios, é preciso não se registar a mínima divergência. Nesta questão da representação gráfica dos túmulos temos que ser muito mais cuidadosos e completos que o fomos na Palmeira⁷⁵. E a culpa foi do São Formosinho, que só tinha olhos para ver... o que podia dali sair para o Museu de Lagos!!! Grande marotaço que ele foi. O meu caro Amigo nessa altura... era um pichoto, um anjinho, e deixou-se levar naquele entusiasmo comunicativo de ver o que aparecia dentro daquelas caixas de pedra. Mas agora já tem o desenvolvimento suficiente. Qualquer dia, ao subir para os Serviços Geológicos, escorrega pela escada e cai... na Academia. E será bem feito. Bem.

Basta de paleio. Estimo a melhora das galinhas, mas estimo muitíssimo mais o restabelecimento da sua miúda. Não é porque aí os ares não sejam bons. Mande-me os seus desenhos (8), e as fotografias dos túmulos que não esqueçam também. As que eu tirei já mandei reproduzir. Hoje tem-me doído o coração, todo o dia.

Acredite que não é paixão, é uma dor aborrecida, pura e simplesmente. Talvez efeito do tempo, ou das injeções que estou levando. Cumprimentos ao Dr. Zby, se estiver com ele. Os meus cumprimentos para sua Esposa. Beijos às miúdas e um abraço para si. Seu grato amigo,

Abel Viana

P.S. Para as galinhas, milho ou panela...

⁽⁷³⁾ Ver nota 67.

⁽⁷⁴⁾ Ver nota 64.

⁽⁷⁵⁾ Trata-se de uma das necrópoles de Monchique, cujas sepulturas foram publicadas em trabalho anterior dos Autores (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947).

Documento nº 20 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

Beja, 11 de Abril de 1949

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi ontem o envelope que mandou, com a cópia do trabalho de Almeria⁷⁶ e as provas do meu artigo de Faro⁷⁷. Ontem mesmo devolvi as provas as Sr. Sanchez Bueno. Não podia, pois, andar com maior prontidão. Mas fico muito preocupado com a publicação do trabalho, porque, além de verificar que não compuseram as notas respeitantes a essa parte do trabalho que sai agora, vejo que a composição desse bocado está inçado de erros. Que espécie de compositor é o dessa tipografia, que tendo um original tão bem dactilografado, deturpa tudo, dá saltos inexplicáveis, em suma, pinta o diabo? Estou a ver que, ao emendar umas coisas, vai desacertar outras. Tanto mais que, como comeu palavras em vários sítios, terá de recorrer linhas inteiras, em diversos sítios. Presumo que vai ser uma tragédia, a não ser que o nosso bom Amigo Bueno se agarre a sucessivas provas, até tudo aquilo estar certo – o que é difícil, além do trabalhão que dá. Eu tenho já uma péssima impressão dessa tipografia em que é impressa a vossa Revista. É ver as imperfeições do que já temos publicado e de outras coisas que vejo em outros artigos. Tudo pessimamente aldrabado... Recomendei ao Sr. Bueno umas coisas, mas repeti-las (“sic”) ao Veiga Ferreira, pedindo-lhe, pela sua rica saúdinha, que ajude a vigiar essa complicada tarefa. Eis o que lhes peço:

- Desejo 400 exemplares da separata;
- Que esta seja em papel um pouco melhor que o da Revista;
- Que tenham cuidado na impressão, para que as fotogravuras não fiquem reduzidas a simples borrões, completamente inúteis, como acontece em algumas das nossas separatas;
- Que se suprima na separata aquela indicação: – “Pelo Professor Abel Viana”. Isto na separata não tem cabimento, como sabe. O nome do autor deve ir na capa.
- Que metam as notas, da parte já composta. Vejo que as não puseram no fim de cada página, conforme indiquei. Agora, para as meter, teriam de escangalhar a paginação já feita. O melhor será, pois, colocá-las todas a seguir, no fim dessa parte do artigo. Mas cautela! Na separata terão de ir para o final de tudo. Estas recomendações seriam ociosas para uma tipografia capaz, e para tipógrafos dignos desse nome, mas pelo que tenho visto e estou vendo, todas as recomendações são poucas e mesmo assim temo que saia asneira. Não é pequeno aborrecimento gastar umas boas centenas de escudos em uma coisa que não fique decente e capaz de se apresentar.

Não falo de perfeições, mas da correcção natural que deve ter todo o trabalho tipográfico, quando conscienciosamente feito. Ora o que eu vejo na Revista e nas nossas separatas é apenas “meia bola e força” e venham de lá as massas...

⁽⁷⁶⁾ Ver notas 67 e 73.

⁽⁷⁷⁾ Ver nota 72.

Veiga amigo, Bueno amigo: deem-me mão a isso com todo o cuidado!

Não sei se o Veiga ainda estará em Lisboa, quando esta aí chegar. Mas se tiver saído, aí encontrará esta carta e o meu aflitivo apelo. Eu estou em brasas, porque até agora ainda não me chegou o passaporte, e estou com imenso receio de que não venha a tempo de eu estar em Almeria no dia 18. Se não puder ir, fico com muita pena. Não é o passeio, não é a representação nem outras larachas, que para mim têm reduzido valor.

O que para mim representará uma perda real, é não aproveitar esta ocasião para uma visita a El Argar e a Los Millares, acompanhado por pessoas especializadas no estudo daquelas estações. Como sabe, são coisas directamente ligadas às nossas das Caldas de Monchique. Ainda que muito lhe pese e muito nos pese, nós, a tal respeito, pouco sabemos, em relação aos espanhóis. Dizer ou acreditar o contrário será pretensão ridícula, ou triste ignorância. As coisas são o que são. Pruridos patrióticos, simpatias ou antipatias, nada valem, porque ciência é ciência e o resto é zero. Em Espanha estuda-se a valer em inúmeras estações. Aqui em Portugal (aparte Zby, Vaultier e Olivier – que são franceses), apenas se contam os trabalhos de Jalhay e Afonso do Paço, uma outra coisa isolada, lá de vez em quando, de um ou de outro, as misteriosas investigações do Dr. Heleno, e pouco mais que nada. Brilha, depois, um Breuil, ou um Leisner – estrangeiros. Por isso os nossos honestos esforços nas Caldas de Monchique oferecem real valor e devem, pelo menos, merecer o respeito dos outros⁷⁸.

Aparte os poucos que o meu Amigo sabe, o resto da arqueologia é... reportagem jornalística: as famosas furnas de Monsanto... e agora essa história do Vale do Âncora, em que aparece uma empresa de (...) estrangeiros, ao que parece predestinada a descobrir coisas espantosas...

Em suma, temos muito que aprender, se quisermos ficar ao par dos nossos compinchas do lado de lá da fronteira.

Não me desampare o meu artigo. Veja se arranja um papel semelhante ao desta separata do Fomento Mineiro. Isto já é papel decente. Sabe que este seu último trabalho tem a gravíssima deficiência de não mostrar sequer uma fotografia das sepulturas de Albufeira? Não se admire se, em face disto, lhe forem à mão. E o caso de você não se importar com isso, ou de barafustar contra os que fizerem reparo, nada importa – porque as coisas são o que são, ou melhor, neste caso são o que devem ser⁷⁹. Não se esqueça de nada do que lhe peço.

Um abraço do

Abel Viana

⁽⁷⁸⁾ Estes considerandos são expressivos do verdadeiro estado de subdesenvolvimento em que, nos finais da década de 1940, se encontrava a Arqueologia e, particularmente, os estudos de Pré-História, em Portugal.

⁽⁷⁹⁾ Trat-se de artigo publicado por O. da Veiga Ferreira e L. de Albuquerque e Castro sobre a necrópole de cistas da Idade de Bronze de Vale de Carro (Albufeira), que A. Viana criticou por ser desprovido de documentação fotográfica, por ele considerada essencial. Na verdade, tal falta afigura-se perfeitamente justificável pelo desenho perspectivado e em planta das referidas sepulturas (FERREIRA & CASTRO, 1948).

Documento nº 21 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

20/7/1949

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi os desenhos e fotografias, as suas cartas, etc., etc.. Muito obrigado por tudo. Tome bem nota desta minha carta, porque é um programa. Nós devemos andar sempre com um programa afinado, se quisermos tirar o melhor rendimento dos nossos trabalhos. Para as coisas que vamos agora apresentar não preciso de mais nada, a não ser de algumas explicações suas, ou do Formosinho, a respeito de qualquer pormenor que eu ignore ou do qual me não lembre. É possível que neste momento o Formosinho já lhe tenha mandado a cópia da comunicação para Faro⁸⁰. Como verá, trata-se de uma coisa simples. Aquele congresso não tem categoria científica, por isso é conveniente não sobrecarregar o trabalho com longas descrições. Assim como está creio que bastará. Para o Congresso Luso – Espanhol o caso muda de figura. É necessário fazer um estudo em termos. Trataremos, apenas, do que fizemos em Monchique desde 1948 para cá⁸¹; por outras palavras, esta comunicação será a continuação do trabalho que entregamos ao Instituto para a Alta Cultura⁸². Para ele tenho já o suficiente, pois, através de tanta escrituração que se tem feito este ano a respeito das Caldas, guardei sempre os melhores materiais para este trabalho, que é o principal. Logo que esteja consigo – suponho que será em Agosto próximo -, conversaremos acerca da tal tentativa de intromissão nas operações das Caldas. Não faço ideia nenhuma da qualidade ou categoria do pretendente. Seja quem for, porém, já piaria tarde de mais.

Tive o cuidado de tornar bem constado o nosso labor exploratório. Além do trabalho entregue ao Instituto, estão em vias de publicação outros relatos mais ou menos desenvolvidos: o que foi para Madrid, para a Revista Espanhola de Arqueologia (digo, “Arquivo Esp. de Arq.”)⁸³; o que foi para o Congresso de Almeria e será publicado no volume das respectivas Actas⁸⁴; o que vai para o Congresso Algarvio e, agora, o que se vai fazer para o Congresso Luso – Espanhol. Esteja, pois, descansado, que ninguém nos porá o pé adiante, seja quem for. Nem vale a pena estar a pensar, ou ter preocupações, a propósito de qualquer usurpação ou de qualquer tentativa de sociedade à força. Visto me mandar dizer que o Dr. Zby só me quer aturar em Agosto, vou aproveitar este resto do mês em concluir o meu arrasoado acerca de Ossónoba⁸⁵. Também me calha bem, porque estou com o “Arquivo de Beja” em mais de meio, e já agora posso ficar livre dele antes de sair daqui.

⁽⁸⁰⁾ Não publicada.

⁽⁸¹⁾ Ver Bibliografia (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1953).

⁽⁸²⁾ Deve tratar-se da grande publicação só vinda a lume em 1953/1954, na revista “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, na verdade financiada pelo Instituto para a Alta Cultura (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954).

⁽⁸³⁾ Ver Bibliografia (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1949).

⁽⁸⁴⁾ Ver nota 67.

⁽⁸⁵⁾ Deve referir-se à redacção dos trabalhos de escavação da necrópole romana do Bairro Letes, em Faro (Viana, 1951).

Ora, eu gostaria de ir até Lisboa aí por um ou dois de Agosto, o mais tardar, visto que em 15 ou 16 do mesmo mês preciso de dar uma saltada a Viana do Castelo, a fim de ver minha mãe e trazer cá para baixo meu filho mais velho, que está lá desde meados de Junho. Em Viana não estarei mais de oito ou dez dias. Na volta, convir-me-ia estar outra vez em Lisboa, com o Dr. Zby, não digo que a tomar todo o tempo ao Dr. Zby, mas a fazer uma coisas a que ele de vez em quando pudesse lançar as vistas. Uma coisa conviria poder-se assentar desde já: – Quando vamos para Monchique? É em Setembro? Em Outubro? Em Novembro? Pode saber desde já quando será a nossa ida? Isto seria para mim muito importante, a fim de regular as minhas coisas. Se souber em que mês, e em que altura do mês podemos ir, era grande favor avisar-me desde já. Peço-lhe, também, o favor de perguntar ao Dr. Zby em que dia de Agosto posso avançar. Logo no dia 1? No dia 2? Cá fico à espera da resposta a estas duas perguntas. Muito lhe agradeço, e ao nosso bom Amigo Bueno, o que puderam fazer a respeito do meu trabalho algarvio. Oxalá tudo corra, agora, sem mais precalços. Também agradeço o número do Boletim da C. P., com o curioso artigo do Sr. Pedro de Carvalho Costa. Peço-lhe o favor de lhe apresentar os meus agradecimentos e os meus desejos de que ele escreva mais e... me envie mais. Creio que lhe deixo aqui tudo o que de mais importante, relativamente aos nossos trabalhos, tinha para lhe dizer. Recapitulando: Não preciso de mais nada para os nossos trabalhos, por enquanto. Perguntar ao Dr. Zby se posso seguir para Lisboa em 1, 2, 3, etc. de Agosto. Mande-me dizer quando, ao certo, seguimos até às Caldas. Agradecer aos Srs. Bueno e Pedro de Carvalho Costa. Vamos, agora, a outra ordem de ideias. Não lhe escrevi carta comprida há mais tempo porque tenho tido imenso que fazer. Além disso, vi-me obrigado a tratar-me novamente com outra dose de injeções, a fim de me pôr em condições de sair de Beja sem risco de me ver atrapalhado lá por fora.

Por causa de tudo isto, não me foi possível ir a Elvas, como tencionava. O meu desejo de lhe escrever era a respeito dessa sua tal neurastenia... Mas que pontarrão você me saiu! Com que então com a neura? Tenha juízo. Tenha calma.

Isso de neura não dá resultado a ninguém. Só serve para maçar o próprio e aborrecer os outros. Se está atravessando quaisquer contrariedades, não esteja a pensar sempre nelas; lembre-se, de preferência, nas coisas em que o Amigo tem sorte. Você não está rico, mas consegue o estritamente necessário para ir andando (quantos não vegetam para aí de pernas partidas!), a saúde é, pelo menos, regular, tem uma esposa que gosta de si e você não vê outra coisa senão a ela, tem duas garotas que são um encanto, tem livros, tem quintal, tem galinhas, pombos, um cão, uma vizinha a quem você mata os gatos, outra que lhe manda as galinhas escangalhar o que você tem no quintal, tem as ruas desimpedidas e os eléctricos às ordens, desde que tenha tostões para os bilhetes..... que raio quer você mais! Quer ser Director Geral? Espere, lá irá. Quer ser capitalista? Espere, lá chegará. Ou talvez não chegue. A mim sucede-me o mesmo. Estou a desconfiar de que não chego mesmo. Mas não desato os nervos por uma coisa tão insignificante. Vale lá a pena a gente ralar-se em duplicado! Não me fale mais em neura, do contrário, deito pela borda fora a consideração que tenho por si. Até sou capaz de lhe chamar maricas! Ainda que passe por mentiroso porque com essa cara que você tem ninguém o acreditará. Amigo Veiguinha, você está a brincar comigo, com essa história da neura. Deve ser uma neura sintética, falsificada. Que Deus o livre dos desgostos, das adversidades esmagadoras, das perdas irreparáveis que podem conduzir um homem à verdadeira neurastenia. Fique-se com esta e... trate de

me responder antes de se pôr ao fresco para a praia. Quer que lhe passe a escrever para a repartição? Os meus respeitosos cumprimentos a sua Esposa, beijos às miúdas (antes que elas cresçam mais, porque depois já não pode ser) e um apertado abraço para si, deste velho amigo que, apesar de velho, não se quer ver entalado entre dois falsos neuras: você dum lado e o Formosinho do outro⁸⁶...

Abel Viana

P.S. Chegaram agora mesmo os números da “Revista”⁸⁷. Muito obrigado.

Viana

Documento nº 22 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja, datada.

13/8/1949

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi a sua carta, mas só hoje lhe posso responder, tão violento tem sido o meu trabalho destes últimos dias. Estou de mala feita, pois sigo amanhã de manhã para Viana do Castelo, via Setil. Desta vez não me demorarei no Norte dois meses, mas apenas duas semanas. Tratarei de ver minha Mãe e meus irmãos, dar uma saltada às estações paleolíticas de Melgaço, a ver se consigo aumentar um pouco a colecção que lá colhi em 1928 ou 29, e refrescar-me um pouco destes formidáveis calores que estou apanhando por aqui há quinze dias, muito especialmente nos oito dias que estive em Elvas. Saiba que fui encontrar em Vila Fernando e na Terrugem um manancial formidável. Enorme e variadíssimo: Bronze, Ferro, época romana e época visigótica. No Bronze não temos nada que se compare às nossas coisas das Caldas, mas quanto ao Ferro, o caso é importantíssimo. É das melhores coisas da Península. Trata-se de um riquíssimo campo de urnas, admirável pela quantidade e qualidade do espólio⁸⁸. O visigótico é também do melhor, sobretudo no respeitante a objectos de ferro e de bronze. O nosso espólio da Alcaria à beira daquilo não passa de uma pobre migalha. Nós devemos ter algures, em Monchique, uma coisa assim. Oxalá tenhamos a sorte de dar com ela. Tanto em Vila

⁽⁸⁶⁾ *Os momentos de desânimo sentidos por O. da Veiga Ferreira e confessados pelo próprio em missiva anterior, eram combatidos eficazmente, de forma quase paternal, por Abel Viana, como se evidencia da presente missiva. Torna-se claro que, entre ambos, já se encontrava cimentada uma profunda amizade, que em muito ultrapassava o mero respeito intelectual.*

⁽⁸⁷⁾ *Trata-se dos números da “Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores” onde, sucessivamente, foram publicados trechos de artigo de Abel Viana dedicado aos vestígios romanos postos a descoberto na área urbana de Faro (VIANA, 1949 b). Ver nota 72.*

⁽⁸⁸⁾ *Trata-se de diversas necrópoles de incineração de relevante interesse, da Idade do Ferro, descobertas por A. Dias de Deus e publicadas por Abel Viana, na maioria conjuntamente com o seu descobridor (VIANA, 1950; VIANA & DEUS, 1950, 1951, 1953, 1956). Com o mesmo colaborador publicou trabalhos de mérito sobre necrópoles romanas da região elvensse (VIANA & DEUS, 1955 a; 1955 b).*

Fernando como no Museu de Elvas, onde parte dos achados se encontram, tirei um cento de boas fotografias e fiz muitos desenhos. Vai dar um bellissimo trabalho. Você está a ver – o trabalho das Caldas, o de Ossónoba e mais este de Elvas, tudo a fazer até 6 ou 8 de Outubro... se não formos mais cedo para as Caldas... Em 31 do corrente terei de estar novamente em Beja e encerrar-me todo o mês de Setembro, para ter tudo isto pronto ao cabo dos 30 dias desse mês. Não vale a pena ir ter com o Dr. Zby nesta ocasião, visto ele ter ainda muito que fazer, além de estar às voltas com o casamento. Bem merece que o deixem em paz, ao menos por algum tempo. Só o procurarei quando ele regressar de França. Claro que, entretanto, não me falta que fazer. Vamos agora ao caso que se passa consigo, e que tão injustificadamente o arrelia. O meu Amigo fará o favor de seguir os conselhos que lhe deu o Dr. Zby. Faça o jeito de quem acata as ordens ou insinuações, não reponte, não refile.

Uma tal atitude seria extremamente grave para si. Talvez não creia, mas é assim mesmo. Quando se está num lugar oficial, tem-se a impressão que em se saindo dele não falta onde nos empregarmos e ainda muito melhor. Mas o certo é que quase todos os que estão fora de empregos do Estado ambicionam apanhá-los ainda que os vencimentos sejam menores. Além disso, se deixarmos uma repartição por incompatibilidade com os chefes, ou com a nota de rebeldes ou coisa assim parecida, é uma espécie de lepra que nos cai em cima; todos nos repelem, todos nos evitam.

E não é o Estado o culpado, nem o Governo, nem as instituições a causa desta injustiça. É o próprio funcionalismo, a burocracia que se defende – note bem, A BUROCRACIA, que é a mesma em toda a parte, em todos os povos, em todos os regimes, em todos os tempos. Não caia na asneira de incorrer nas suas antipatias, porque será corrido de toda a parte. Muita prudência. O meu caro Veiga Ferreira está ainda muito puro, desculpe-me que empregue esta palavra – muito ingénuo. Proceda com todo o tacto e cautela. Faça-se sonso e arranjará tudo. Bem sei que lhe custará tomar atitudes que lhe não são habituais. Uma árvore cultivada, para ser árvore, tem de sujeitar à poda. Um homem, na sociedade civilizada, tem de se mutilar a si próprio, isto é, tem de sujeitar à pode que as circunstâncias lhe imponham. Que tal está este manual filosófico da... poda! Bem. Ao menos ria-se um bocado disto tudo, que rir faz bem. Quero acreditar que o meu Amigo é suficientemente inteligente para proceder com todo o juízo⁸⁹.

Vamos a outro assunto. Não sei se lhe disse já que o ano passado me emprestaram em Viana um livrito inglês (não o encontro agora e fico pensando se já não lho teria entregue quando você passou por aqui); dizia eu, um livrito inglês de vulgarização pré e proto-histórica. Ora, como o Veiga Ferreira tem habilidade e paciência para o desenho, lembrava-me fazermos uma coisa semelhante, para o nosso País. Eu trataria do texto e o meu Amigo dos bonecos. Estes formariam uma 20 ou 25 páginas zincogravadas, agrupando-se os desenhos cronologicamente. Podíamos talvez começar no Paleolítico e ir até os tempos históricos – época visigótica. Mas tudo com material exclusivamente português. Nada de exemplos com coisas estrangeiras. Nem mesmo da Espanha embora a nossa arqueologia seja mais peninsular que portuguesa ou espanhola. O

⁽⁸⁹⁾ *Estes conselhos bem necessários se tornavam, dado o carácter impulsivo, independente, algo rebelde, que O. da Veiga Ferreira conservou até à morte, sempre avesso a aceitar a autoridade, quando apenas conferida e legitimada pela hierarquia, como a vigente no funcionalismo público, a que pertencia.*

livrito não teria mais que umas 50 páginas, no formato de oitavo pequeno, 25 páginas de texto e outras tantas de bonecos. Não seria difícil arranjar editor, e nós podíamos ganhar uns justos cobres. Que lhe parece? Seria até uma boa distração para si. Se está pelos ajustes, vá passando os olhos pelos livros portugueses. Um tanto de peças do Paleolítico superior, outras do inferior, Mesolítico, etc., etc.. Vasilhas, peças metálicas, estelas, cipos, etc.. Cada boneco deverá ser feito em papel à parte, e em tamanho que permita alguma redução para a gravura. Depois se colariam os desenhos de cada página, dando-lhes a disposição conveniente. Também poderia desenhar algumas coisas em face de fotografias. Talvez de Viana lhe mande um esquema do texto, para o meu Amigo se orientar. Mas é preciso que me diga se está ou não está disposto a tal trabalho⁹⁰. Creio que já lhe entreguei o tal livro. É mais propriamente um folheto. Escreva-me para Viana do Castelo: Rua de Manuel Espregueira, 225. Enviei-lhe aí para a repartição o seu exemplar do “Arquivo de Beja”. Com a sobrecarga de trabalho destes últimos dias não tomei nota de certas coisas e assim, ignoro se mandei o exemplar do Sr. Bueno. Se não mandei, você me avisará, para eu o mandar logo que regresso de Viana. Aí aos chefes sei que não mandei, por me ser impossível fazê-lo agora. Não concluí a distribuição. O resto será feito quando voltar do Norte.

Cumprimentos para sua Ex.ma Esposa e para si um abraço.

Abel Viana

Documento nº 23 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

9 de Outubro de 1949

Ex.mº Senhor
Engenheiro Luís de Castro e Solla
Ilustre Director Geral de Minas e Serviços Geológicos
Lisboa

Como é do conhecimento de V.^a Ex.a, venho de alguns anos procedendo a explorações arqueológicas nas Caldas de Monchique, trabalho em que tenho tido o eficaz patrocínio da Direcção Geral de Minas e a valiosa colaboração do Agente Técnico, Sr. Octávio da Veiga Ferreira.

Pretendia eu concluir esse trabalho este ano, em tempo de poder apresentar nos primeiros dias do próximo mês de Dezembro, ao Instituto para a Alta Cultura, o respectivo relatório.

Em vista de outras investigações que tenho marcadas no Alto e no Baixo Alentejo, só na segunda quinzena do corrente mês de Outubro se me ensejará possibilidade de permanecer alguns dias nas Caldas de Monchique, estando eu já preparado para iniciar as escavações no dia 18.

⁽⁹⁰⁾ *Esta obra não viria a concretizar-se, apesar do seu evidente interesse, dada a total ausência, à época, de publicações desta índole, dedicadas à Arqueologia Portuguesa.*

Pela muita falta que me faz a cooperação do Sr. Octávio da Veiga Ferreira, e contando antecipadamente com a benevolência de V.^a Exc.^a, ousou solicitar a V.^a Exc.^a licença para que o mesmo dedicado cooperador, como funcionário da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos, possa compartilhar nesta última fase das minhas pesquisas⁹¹.

Subscreve-se, com toda a consideração, o de V.^a Exc.^a muito At.^o V.^{or} e grato admirador,

Meu caro: Eis o que hoje remeto ao seu Chefe. Creio estar bem assim. Como vê, eu armo também em... chefe, digo que as escavações são minhas, que as investigações são minhas, que o Veiga Ferreira é meu, que tudo é meu... e o Céu também. Meu Amigo, se a gente não toma ares de pessoa importante, não chupa nada. Custa-me ter de me dirigir assim em ares de seu patrão, mas receio de que, se eu lhe chamasse companheiro, camarada de trabalho, sócio da mesma empresa, homem igual a si e no mesmo nível que o meu Amigo, talvez me mandassem bugiar e ficássemos a ver navios. Nem invoco o Formosinho, pelo receio de complicar a coisa. Eram capazes de me dizer que podia ir para as Caldas sem você e que o Formosinho me tirasse o medo... Vamos a ver o que sai disto. Palavra que, se você não vai, eu desanimo. E se o Formosinho também não puder ir? Sem você, o aborrecimento é enorme; sem os dois, será para mim um castigo andar nas escavações. É preciso, todavia, que este ano se faça ali alguma coisa. Já escrevi (ontem) ao Formosinho.

Se o tempo correr ameno e a saúde me não faltar, demorarei desta vez em Lagos.

Tenho agora uma ótima máquina fotográfica (uma Rolleicord), capaz de tirar tudo o que for preciso. Seria boa ocasião para arrancar do anonimato tudo aquilo que no Museu de Lagos se encontra à espera de alma caridosa que o revele⁹². Nós em Monchique, certamente, não demoraremos muito. Talvez seja trabalho para três ou quatro dias. Estaríamos depois em Lagos outros quatro. O principal, agora, é arrancar a autorização do Seu Chefe, para você poder lá ir. Tomara eu vê-lo nos Serviços Geológicos. Não se esqueça de me prevenir logo que chegue o Dr. Zbyszewski. Não se esqueça, também, de apresentar cumprimentos meus ao nosso bom Amigo Sr. Bueno. E não desampare os artiguinhos que lá estão, a respectiva separata⁹³, etc..

Eu ainda este ano preciso de trabalhar muito consigo. Logo que chegue o Dr. Zby, e que este me possa aturar um pouco, meto-me para Lisboa, com toda a nossa papelada às costas, e teremos de fazer aí uns bons

⁽⁹¹⁾ *Esta missiva foi combinada antecipadamente com O. da Veiga Ferreira, como se conclui da leitura da carta deste a Abel Viana, já publicada (CARDOSO, 1993/1994, Documento n.º 5). Daí o modo como se encontra apresentado o assunto, dando a entender que O. da Veiga Ferreira é um simples colaborador, trabalhando sob a estrita orientação de Abel Viana. Era o argumento de autoridade que se encontrava subjacente à forma adoptada, evitando, a todo o custo, a impressão de que ambos detinham idênticas responsabilidades nos trabalhos arqueológicos em causa, como aliás, Abel Viana teve o cuidado de explicar a O. da Veiga Ferreira na presente missiva.*

⁽⁹²⁾ *Objectivo concretizado numa publicação conjunta de Abel Viana, José Formosinho e O. da Veiga Ferreira, intitulada "De lo Prerromano a lo Arabe en el Museo Regional de Lagos" (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 a) e, no mesmo ano, por uma outra, reservada ao estudo dos espólios Calcolíticos e do Bronze do Sudoeste, recolhidos em diversos monumentos funerários da região (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 b).*

⁽⁹³⁾ *Ver nota 39.*

serões. Já para as Caldas, se o cúmulo do azar não impedir a sua ida, levarei algumas coisas, para irmos vendo. As tardes já são pequenas e as noites longas, de modo que se poderá aproveitar bem o tempo.

Cumprimentos para Sua Ex.ma Esposa e beijos às miúdas.

Um abraço do dedicado amigo,

Abel Viana

Documento nº 24 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

9/11/1949

Meu caro: Ainda lhe não escrevi porque tenho tido imenso que fazer durante as poucas horas em que me tem sido possível trabalhar. Saiba que além do ataque bronquítico, trouxe do Algarve uma tremenda diarreia. Só agora me vai passando e permitindo que eu trate da bronquite. Estou levando injeções. Espero que dentro de uns 8 ou 10 dias fique na normalidade. Aí vão as fotografias dos três túmulos⁹⁴. Por elas fará os desenhos e logo que os tenha prontos, era favor mandar-me os desenhos e fotografias, a fim de eu aproveitar este enclausuramento forçado, em casa, e ir adiantando o trabalho. Das fotografias que tirei aproveitaram-se 224. Muitas delas são esplêndidas. Depois lhas mostrarei, quando as puder mandar ampliar.

Só em fotografia foram-se perto de 500\$00 escudos. Mas ficamos com imenso material, para muito tempo e muitíssima coisa! Já escrevi a agradecer ao Director Geral⁹⁵. Quanto ao Chefe, não escrevi. Não é por falta de consideração – longe disso. Mas por uma questão de diplomacia, e até de disciplina. Se eu agradecesse ao Chefe, teria o Director-Geral direito a melindrar-se. Pois se foi ao Director Geral que eu escrevi, é a este que eu tenho de dar contas. Se o meu pedido tivesse sido dirigido ao Chefe, nada teria eu que escrever a agradecer ao Director Geral. Assim é que as coisas são (ou devem ser). Cá por mim, escreveria um agradecimento para um, dois, três, ou quantos fossem os interventores no assunto, mas receio que por excesso de delicadeza caia precisamente na incorrecção. Percebeu? Outro assunto – Não reconhece o meu Amigo que ferveu em pouca água? Você saiu-me um grande ponto. É um exaltado. Sobe às nuvens por uma coisa de nada, às vezes por uma simples suspeita, por uma ilusão que se lhe mete na cabeça. Por isso me tem à perna, e ao Formosinho... Ou nós o domesticamos, seu grande selvagem, ou damos conta de si...

Bom, isto é a brincar. Mas, falando a sério, creia que é conveniente mais serenidade, sobretudo quando se trata de coisas que são sempre sérias, ou de que podem resultar consequências muito graves. Ainda não fiz contas com o Dr. Formosinho. Também, pela fartura das sobras, não é pressa nenhuma! Também ainda não fotografei os objectos que trouxe de Alcalar. Por hoje não posso ser mais extenso. Aí vão as fotografias. Não

⁽⁹⁴⁾ *Trata-se de fotografias das escavações efectuadas em Monchique no mês de Outubro, nas quais O. da Veiga Ferreira participou (ver nota 91).*

⁽⁹⁵⁾ *Ver nota 91.*

se esqueça, quando mas devolver com os desenhos, de me mandar os apontamentos que tomou em campo, ou de mandar cópia deles.

Estimo as melhoras de Sua Ex.ma Esposa.

Um abraço do amigalhão,

Abel Viana

P.S. – Ouviu a lição do Dr. Orlando⁹⁶? Se estiver com o Dr. Zby, dê-lhe notícias minhas. Conte-lhe o que fizemos agora. Escrevi-lhe, mas ele não me respondeu ainda, segundo o costume... Se vir o França⁹⁷, dê-lhe um forte abraço meu.

Documento nº 25 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 23/11/1949

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi a sua carta. Antes de mais nada, desejo as melhoras de sua Esposa. Isso é que tem sido uma maçada. Não há maior arrelia nem pior contratempo que a doença. Oxalá ela se restabeleça depressa, para sossego de ambos. É claro que, enquanto você estiver preocupado com sua Esposa, deixe de lado os desenhos. Tem tempo. Que vai você fazer ao Algarve nesta altura? Vai às Caldas? Se estiver lá antes de receber esta minha carta, lá verá uma das fotografias que junto lhe envio. Mandei-a ao Cláudio. Também mandei ao Formosinho, assim como a outra em que você está. É a de Alcalar. Verificará que me preocupei mais em focar o monumento que os bípedes... Tinha de ser mas, mesmo assim, é uma recordação. Creio já lhe ter mandado dizer que as fotografias do Museu de Lagos ficaram no geral muito boas, até com uma boa percentagem de ótimas. Vamos fazer muito fogo com isto. Mas, primeiro, preciso de me desembaraçar dos trabalhos que tenho com o Dr. Zby. São coisas pequenas que eu julgo poder despachar depressa. Como perdi os óculos e os novos que mandei fazer, bifocais, levaram muito tempo, porque foi preciso fabricar uma das lentes, de propósito, estive todo este tempo sem poder desenhar. E assim se atrasaram os tais trabalhos com o Dr. Zby. Você, logo que tenha tempo e disposição para isso, dê uma saltada aos Serviços e veja se consegue do Dr. Zby que o atenda e faça o estudo do material mesolítico do Ludo⁹⁸. Como sabe, foi tudo para Lisboa: as primeiras coisas que lá se colheram levou-as logo o próprio Dr. Zby; as que nós colhemos depois, levou-

⁽⁹⁶⁾ Doutor Orlando Ribeiro, Professor de Geografia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, amigo e companheiro de trabalhos de campo de Abel Viana (ver nota 8).

⁽⁹⁷⁾ Dr. José Camarate França (1923-1963), geólogo e arqueólogo, funcionário dos Serviços Geológicos de Portugal, companheiro de trabalho de O. da Veiga Ferreira.

⁽⁹⁸⁾ Trata-se do espólio recolhido nas prospeções de superfície realizadas por Abel Viana e G. Zbyszewski e por ambos sumarimante publicado anteriormente (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1949). Ver nota 28.

as você. Aquilo é fácil de descrever. O Dr. e você em meia tarde dão conta disso. Mais um bocado de tempo levará a fotografar as peças que o Dr. entenda que se devem reproduzir. Quanto ao resto da conversa, tenho eu cá todos os apontamentos tomados. Mas como o material não está cá, nada mais, pelo menos por agora, poderei fazer. Ora, eu tenho muita vontade de ir a Lisboa, onde não me falta que fazer, mas não estou ainda em condições de saúde para me meter em pensões. A bronquite ainda está assanhada, e os intestinos e estômago – molas que até agora sempre tinham funcionado bem – ainda não entraram na normalidade. Que diabo nos teria impingido a tal pensão de Lagos, para me pôr neste estado? Você também andou lá com dores de estômago. Já a levava de Lisboa ou foi lá que ela lhe apareceu? O que não resta dúvida é que foi lá que me desafinei a este ponto. Por outro lado, como tenho imenso trabalho a continuar e a completar, não lucro nada em sair de casa e em estar a acumular mais materiais.

Olhe que só de Lagos temos imensas coisas. Nem sei onde possamos publicar tanto estudo⁹⁹. Com respeito às minhas tarefas em Elvas e Vila Fernando, está-se-me o assunto a complicar. Se o Veiga Ferreira estiver com o Dr. Zby, ele que lhe conte, pois levar-me-ia bastante tempo a repetir o que mandei dizer ao nosso bom Amigo Dr. Mas o Veiga Ferreira não faça uso do que o Dr. Zby lhe contar. O melhor é deixar correr os fados. No fim, tudo se há-de ajeitar... Você, no meu lugar, iria às nuvens e seria capaz sei lá de quê.

Terei que seguir outro processo. Creio que me não darei mal com ele¹⁰⁰.

Recebi um caixote com as separatas¹⁰¹. É trabalho muito mais apresentável que os do sucateiro que fez as três das Caldas¹⁰². Também não levou barato. O que mais estranho na conta é a verba de 50\$00 para embalagem e transporte para a estação. O caixote não teria custado mais que 10\$00. O caixote, da tipografia para a estação, talvez não gastasse mais de outros 10\$00, e talvez até podia ter ido de táxi! Francamente, carregaram a unha. Julgam que estão a tratar com o Estado ou com as repartições públicas, carregando em tudo. Um caixote, quatro papéis velhos, já servidos de outras coisas, um frete para a estação e, pronto – 50\$00!

Aqui paguei trinta e tantos – visto que foi despachado com portes a pagar – e mais cinco ao homem que me trouxe o caixote da estação cá para casa. Vou pagar a conta, mas o meu Amigo não deixe de lembrar lá que a tal história da embalagem e do mais foi dura para quem como eu faz grande sacrifício para desembolsar esta quantia¹⁰³. Vou mandar um exemplar para si, outro para o Sr. Bueno e para mais algum que o Veiga

⁽⁹⁹⁾ Ver nota 92.

⁽¹⁰⁰⁾ Refere-se às graves desavenças que, na altura, sobrevieram entre, por um lado, o Prof. Manuel Heleno, e, por outro, Abel Viana e António Dias de Deus, a propósito das escavações das necrópoles de incineração da II Idade do Ferro da região de Elvas. Ver, a tal respeito, a carta de Abel Viana ao Prof. A. A. Mendes Corrêa, já publicada (CARDOSO, 1999) e os comentários que, sobre o assunto, ali se apresentam. A este episódio se refere, ainda, pequena brochura de Abel Viana, dedicada à memória de António Dias de Deus, intitulada “Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas” (VIANA, 1956). Ver nota 88.

⁽¹⁰¹⁾ Ver nota 39.

⁽¹⁰²⁾ Ver nota 65.

⁽¹⁰³⁾ Por este desabafo se conclui que Abel Viana pagaria, pelo menos em parte, do seu bolso não só as despesas com a preparação dos seus artigos (fotografias, etc.) como as próprias separatas, não tendo qualquer instituição ou verba especial a suportar tais encargos.

Ferreira veja ser conveniente. Mas só no pessoal da Redacção, a quem devo, entre outros, o favor de me terem publicado isto e de me terem seguido o trabalho na tipografia. Mandarei ao Dr. Zby e... a um raríssimo um ou outro. O resto é para vender, a ver se posso recuperar algum dinheiro. Se a Câmara de Faro não me fica com alguns exemplares, estou tramado. Claro que nunca poderei recuperar a despesa feita, mas quero ver se me reembolso de alguma parte. Sendo assim, não posso estender-me em ofertas. Os exemplares são apenas 400, como sabe.

Bem. Hoje fico por aqui. Renovo os meus votos para que sua Esposa volte à saúde normal. Não se esqueça do que lhe peço, quanto a ir aos Serviços e ver se o Dr. Zby tem possibilidades em fotografar e descrever as coisas do Ludo.

Para si, um abraço do seu dedicado e grato amigo,

Abel Viana

P.S. As tais instruções para a régua de calcular?

Documento nº 26 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do Centro de Estudos do Alto Alentejo / Beja, datada.

29/12/49

Sr. Doutor Mendes Corrêa,
Meu Ex.mo e Ilustre Amigo¹⁰⁴:

Informara-me de que o Sr. Dr. Manuel Heleno apresentou na Junta Nacional da Educação uma queixa contra os Srs. António Dias de Deus, Domingos Lavadinho e contra mim, por motivo das escavações arqueológicas realizadas pelo primeiro em Vila Fernando.

Mais me informam de que o Sr. Dr. Heleno pretende que a Junta me aplique qualquer sanção cominatória, com fundamento em responsabilidades que o mesmo Sr. Dr. Heleno, injusta e precipitadamente, me imputa. Suponho que a Junta, antes de tomar qualquer decisão a tal respeito, me permita apresentar-lhe explicações acerca do caso, no entanto, visto o meu Ex.mo Amigo ser um dos ilustres membros da Junta, desde já lhe rogo o favor de me aceitar os seguintes esclarecimentos:

- Nada tenho que ver com as explorações do Sr. Dias de Deus, desde 1934 – data em que ele as iniciou – até Junho de 1949, data em que fui a Vila Fernando.
- Logo que tomei conhecimento exacto do que se passava em Vila Fernando, pedi ao Sr. Dias de Deus não fizesse mais escavações, e se limitasse a salvar o que aparecesse durante os trabalhos agrícolas.

⁽¹⁰⁴⁾ Esta missiva e a seguinte foram endereçadas, não a O. da Veiga Ferreira, mas ao Prof. A. A. Mendes Corrêa. Por se crer que constituam elementos de relevante interesse para a cabal compreensão dos graves incidentes a que se reporta a nota 100, aqui se transcrevem, na íntegra. A clareza com que os assuntos se encontram apresentados, dispensa mais comentários.

- Quanto ao procedimento do Sr. Dias de Deus e meu, relativamente aos interesses da Arqueologia nacional e seu património, ficará tudo minuciosamente explicado e documentado nos estudos e relatos que ambos estamos preparando e vamos publicar.
- Quanto ao meu procedimento e do Sr. Domingos Lavadinho, em relação aos nossos deveres para com a Junta, envio ao meu Ex.mo Amigo dois exemplares do jornal de Elvas, nos quais parece suficientemente provado que o Sr. Lavadinho comunicou oportunamente à Junta, e isto depois de eu o esclarecer a respeito da verdadeira importância das estações de Vila Fernando e da Terrugem, de modo que este Sr. não deixou de cumprir sua obrigação.
Eu e Sr. Dias de Deus, por nossa parte, tencionávamos – e tencionamos – apresentar à Junta uma exposição circunstanciada.
- Não me parece que o Sr. Domingos Lavadinho, pessoa idosa e doente, considerada e respeitadíssima pelos relevantes serviços que presta na importante Biblioteca Municipal de Elvas, mereça qualquer censura ou advertência.
Por muito ponderosos motivos, não lhe seria ou será fácil observar directamente o que se passa a respeito de estações arqueológicas do concelho em que é Delegado da Junta; no caso presente, forneci-lhe, a seu pedido, elementos para a comunicação que, segundo ele me disse, desejava apresentar à Junta. Creio bem que ele a tivesse enviado. Ainda que se houvesse esquecido de o fazer, o que não creio, não me competia duvidar, tanto mais que o jornal de Elvas se pronunciou pela afirmativa.
- Quanto à necrópole de urnas, da Idade do Ferro, ponto em que, segundo me dizem que a escavação do Sr. Dias de Deus foi feita pouco antes de eu ir a Vila Fernando, e que o Sr. Lavadinho estava muito longe de conhecer a natureza e de avaliar a importância dessa estação.

Foi em face do relato que eu lhe fiz, tanto de viva voz como por carta que lhe enviei logo que regresssei a Beja, que o Sr. Lavadinho redigiu a sua comunicação à Junta.

Fico inteiramente à disposição da Junta Nacional de Educação para as explicações, esclarecimentos e provas que ela entender necessárias.

Desculpar-me-á da maçada que lhe dou e da pressa com que esta vai escrita. Desde já tudo lhe agradece o seu admirador muito dedicado e grato,

Abel Viana

Documento nº 27 – Carta dactilografada em folha branca com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo, datada.

29/12/1949

Meu Ex.mo Amigo:

Regresssei ontem a Beja. Voltarei a Lisboa logo que tenha boas fotografias da cerâmica pintada, de Vila Fernando. Mesmo de Lisboa escrevi para lá, a fim de me mandarem os fragmentos e são poucos. Não devem demorar. Entretanto, estou redigindo mais uns períodos para acrescentar ao trabalho.

Se na Pensão Astória receberem a resposta do Lavadinho, mandarão entregar ao Dr. Zby, o qual, por sua vez, a enviará ao Ex.mo Amigo. Qualquer que seja, porém, a resposta de Elvas, bastam os dois números do jornal de Elvas, que à parte envio registado, para se demonstrar que eu em nada deixei de cumprir para com a Junta. Ainda bem que essas coisas se publicaram em devido tempo!

Parece-me que elas também ilibam de responsabilidade o Lavadinho. Não houve ninguém (dos três de Elvas, chamemos-lhes assim) que deixasse de proceder com honestidade, zelo e boas intenções.

E até com bom senso...

Custa-me a crer, todavia, que o Dr. Heleno desconhecesse esses e outros números do jornal. Convenço-me de que o Lavadinho lhos enviaria. Persuado-me, igualmente, de que o Lavadinho comunicou à Junta, conforme o declara no jornal.

Se comunicou, ou sonegaram a comunicação ou não a consideraram devidamente. Salvo se, no entender do Heleno, o Lavadinho tinha obrigação de comunicar aquilo de que não tinha conhecimento exacto, ou que mesmo desconhecia por completo.

O que o Heleno pretende, bem o sei; toda a gente calcula o que seja. Aquilo é doença. Incurável.

Numa carta, creio que ao Dr. Zby, hesitei em escrever a palavra “mentiroso”, aplicada a um homem que é professor universitário.

Relendo estes dois jornais de Elvas, dilui-se-me toda a ideia de arrependimento. Junto outra carta, redirigida em termos de poder ser utilizada na Junta, se o meu Ex.mo Amigo o julgar conveniente. Sinto-me bem entregue.

Boa passagem do ano lhe deseja o dedicado e gratíssimo

Abel Viana

Documento nº 28 – Dactilografado em folha branca com carimbo do Centro de Estudos do Baixo Alentejo / Beja.

CÓPIA DE PARTE DE UMA CARTA DE ANTÓNIO DIAS DE DEUS, PARA ABEL VIANA¹⁰⁵

...“Estou cada vez mais aborrecido com o procedimento do Sr. Dr. Heleno. Não merecia, da parte dele, tantas desconsiderações.

Tratei-o com cortesia; recebi-o com todas as atenções; prestei-lhe todos os esclarecimentos; fiz-lhe algumas ofertas valiosas; enfim, desfiz-me em amabilidades para, afinal, ter tão má recompensa! Creia, meu amigo, sinto-me tão magoado que, se não fosse o meu amigo e o Lavadinho, poria toda a arqueologia de parte. Só arrelias e dissabores tenho recebido. O meu esforço e até o meu trabalho bem mal compreendido é! Alguém falaria no Carrão, na Chaminé e na Terrugem, se eu não desse a conhecer as preciosidades que encerram?

⁽¹⁰⁵⁾ Documento endereçado ao Prof. A. A. Mendes Corrêa acompanhante dos dois anteriores e com eles directamente relacionado.

Em que estado se encontrariam os mosaicos do Carrão, se eu lhes não acudisse? Outro tanto se poderia dizer do campo de urnas e do cemitério da Terrugem. A maioria dos objectos que se encontram fragmentados já foi retirada nesse estado. Só eu é que retirava qualquer vasilha ou outro objecto.

Poderá faltar-me a teoria, mas a prática forneceu-me elementos bem mais preciosos do que aqueles que a mesma teoria ensina. Vândalo, eu, que cautelosamente, religiosamente, recolhia qualquer fragmento, por mais insignificante que fosse! Infelizmente, esses que assim me alcunham, só têm língua para ordenar, pois faltam-lhes os braços, ou aquele amor que eu sinto, para o executar. Enquanto eu faço um exame directo a tudo o que vai aparecendo, ele ou eles, curam por informações e por elas fazem as suas deduções. Repito, os agravos que me dirigem suportem os com resignação na esperança de que um dia se faça justiça. Vou escrever ao Dr. Heleno, rogando-lhe o obséquio de me devolver aqueles cacos que me pediu emprestados – os melhores*.”

*(Nota (de Abel Viana): – Refere-se a fragmentos de cerâmica pintada, da necrópole de urnas, da Chaminé).

Documento nº 29 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 27/4/1950

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi, finalmente, notícias suas. Imaginei, de facto, que andasse fora de Lisboa, mas não excluí outras hipóteses. Recebi, também, a separata do artigo publicado na Revista de Guimarães¹⁰⁶. Parabéns. Vejo que você já vai acertando o passo... Compare essa coisa com a primeira que publicou a respeito do Buço Preto, por exemplo¹⁰⁷... Agora já tem mais cuidado na prosa, e no rigor das citações. Assim é que é. Compreendeu que isto não é questão de meia bola e força? Dá mais trabalho, lá isso dá, mas escrever atabalhoadamente não presta para nada. É preferível, sem dúvida, nada publicar. Há, até, muito “sábio” que o “é” precisamente porque nunca se lhes viu coisa publicada! Em contrapartida, outros que sabem alguma coisa, passam por incompetentes devido ao pouco cuidado com que publicam as suas investigações. Você entrou no bom caminho, portanto. Tendo aí à beira um Mestre competente e solícito, trate de o aproveitar. Nada me disse ainda das separatas que lhe mandei. Que tais? Reparou no ponto em que me refiro ao homem de Belém¹⁰⁸? É logo nas primeiras páginas, quando acabo de falar na Chaminé¹⁰⁹. Eu tinha fatalmente de dizer que ali caíra a Cortina de Ferro... da Arqueologia Portuguesa. O mal que você aponta não é derivado de exigirem para tudo

⁽¹⁰⁶⁾ Deve ser lapso quanto ao nome da revista, porquanto o primeiro artigo que O. da Veiga Ferreira publicou na Revista de Guimarães data apenas do ano seguinte.

⁽¹⁰⁷⁾ Refere-se ao primeiro trabalho de arqueologia publicado por O. da Veiga Ferreira, em 1946 (FERREIRA, 1946).

⁽¹⁰⁸⁾ Trata-se, naturalmente do Prof. Manuel Heleno.

⁽¹⁰⁹⁾ Trata-se de artigo geral, dedicado à arqueologia elvense, no qual são referidas as notáveis necrópoles sidéricas, objecto da discórdia atrás mencionada, entre as quais a da Chaminé (ver nota 100).

um curso superior – se bem que em Portugal se cuide mais em saber quais os cursos que um homem tem, do que de averiguar o que ele realmente sabe. Mas o mal não procede daí. A origem de tudo está na acção lenta, muito tenaz, e muito feliz para ele, de um cavalheiro que foi preparando e adensando as coisas a seu jeito, levando na curva a Ministros e outras entidades, até se constituir em sólida cortina de ferro da arqueologia portuguesa, querendo que todos lhe sirvam de criados, e não deixando trabalhar “legalmente” os que não nasceram para servos de tão burrinal senhor! Só houve duas pessoas que ele não conseguiu sujeitar a seu domínio: o M. C. e o P. J¹¹⁰.

Mas repare que mesmo estes nunca dispuseram da liberdade de movimentos que deviam ter. Estes deviam actuar livremente, sem a mínima sombra de concessão ou de transigência perante o idiota de Belém. As tristes figuras do seu lastimável assistente e da parva discípula¹¹¹ são prova eloquente do maléfico cabotino. Esquecia-me dizer-lhe uma coisa: Pode afirmar ao Dr. M. C., da minha parte, que o próprio B. Ferreira me disse a mim, em Espanha, que foi o Heleno quem o meteu na Junta. O Oleiro¹¹² também me disse que ele próprio fora indicado pelo Heleno. E teve aquele embusteiro miserável a desfaçatez de declarar, sem que ninguém lho inquirisse, que não havia metido prego nem estopa para a nomeação dos dois novos membros!!! Os burros de boa raça julgam sempre que burros são os outros... Porque não meteram o Afonso do Paço? Este tem uma obra, em parte independente da do Jalhay. Além disso, é um oficial superior do Exército, e não um garotóide, como o tal assistente, pobre irresponsável pelas honras que lhe estão pondo no lombo, como vistosa albarda onde possa escarranchar-se o Sancho de Belém. Nomeação bem merecida, apesar de se tratar de um rapaz muito novo, foi a do Oleiro. Esse, sim. É muito novo, mas é muito digno. É daqueles que nasceram já com jeito de homem. Esse pode representar lá fora seja o que for, que o sabe fazer com modéstia e distinção, com aprumo consciencioso. Nem o alarve que o indicou sabe bem o que este rapaz vale! E tenho a certeza, mesmo, de que se enganou redondamente quanto a outras maquiavélicas suposições! Passemos ao outro, ao de Espanha. Não há que ralar-se nem que ofender-se a gente das irritaçõeinhas próprias de temperamentos feminis. Sabe-se lá quando a culpa é do mês-truo? Junto lhe envio uma fotografia, que você me devolverá, na qual está o semi... a cascar no Breuil e seus seguidores, e eu ao lado, assim como quem está com ganas de o deitar abaixo do monte de seixos. A fotografia está escura. É pena não se ver bem a minha cara, que seria de “poucos amigos”. A cena passa-se no terraço médio do Manzanares. Na assistência está apenas um terço dos congressistas, porque as outras caminhetas haviam-se perdido no caminho, de modo que só chegaram ao local quase uma hora depois.

Por tal motivo, dos portugueses, só eu e o Dias de Deus ouvimos a conversa. Oleiro, B. Ferreira, Russell¹¹³ e a rapariga chegaram muito mais tarde. Dos que assistiram, só estava presente, creio eu, uma

⁽¹¹⁰⁾ Trata-se do Prof. A. A. Mendes Corrêa e do Padre E. Jalhay.

⁽¹¹¹⁾ Trata-se do Dr. Bandeira Ferreira e da Dr^a Irisalva Moita, os quais, ulteriormente, vieram, também, a ter dificuldades de relacionamento com o Prof. Manuel Heleno.

⁽¹¹²⁾ Trata-se do Dr. J. M. Bairrão Oleiro (1923-2000), investigador do Período Romano e fundador, anos mais tarde (1955), do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Museu Monográfico de Conímbriga, de que viria a ser o seu primeiro Director.

única pessoa que entendia do caso – o Salvador Vilaseca. Manifestei a este a minha reprovação. Deu-me toda a razão e esteve de acordo comigo em que o Santa-Olalla está bastante fora da matéria. Na parte dos terraços que eu vi, não notei qualquer discordância dos estratos. Apenas, aqui e além, algum pequeno revolvimento que, a meu ver, não altera o tom geral das formações. Conforme mandei dizer ao Dr. Zby, não protestei perante todos porque, sendo eu ali tão sinceramente estimado não quis tomar atitudes que possam colidir com a minha situação de hóspede. Apesar de que, pelo menos, para uma grande maioria, não seria desagradável ver alguém a contraditar o homem, de tal modo ele é detestado. Muitos, porém, inclusive o Vilaseca, estão-lhe subordinados, visto serem delegados provinciais do maníaco director geral de escavações. Fiz bem, pois, em limitar-me a mostrar má cara... Atirei-lhe no fim, com a pergunta: “Conhece os terraços de Alpiarça?”. Ao que a meia fêmea respondeu: “Si, pero lo que he visto no esta de acuerdo con lo que escriben ni con lo que me han dicho”¹¹⁴. Restava-me, somente, mandá-lo a Mérida, ou a Mértola. Não lho disse, mas pensei-o, e voltei-lhe as costas. Enviei as duas separatas ao França¹¹⁵. Que notícias há dele? Estou a trabalhar nas nossas coisas de Lagos. Isto vai devagar, porque me vejo obrigado a intercalar uns longos períodos de repouso. Espero que dentro de dias me encontre completamente restabelecido. Resolvi fazer os artigos por localidades, e não por épocas. Faz mais jeito assim. Dentro de três ou quatro dias começarei a redigir. Lá irá ter uma cópia. É preciso não alongar muito os artigos. Calculei dispor a matéria em três artigos, um para “Zephyrus” (Salamanca), outro para a “Revista de Guimarães” e o outro para a tal revista que vai sair, do D. S. Pessanha¹¹⁶.

Diga-me ao Dr. Zby que se não esqueça do nosso paleolítico, tanto dos Arredores de Beja como do Guadiana¹¹⁷. Veja se lhe dá uma ajuda, tanto no resto das fotografias que falta tirar como no arranjo das estampas. Junto do Dr. M. C. vá lembrando sempre o nosso trabalho de Monchique. Olhe que ele tem imenso que fazer e é possível que se esqueça. Se você é tão activo nisso como tem sido em mandar-me a fotografia em que estamos com o Abbé Roche, estou bem servido... Será possível, que o raio dessa película ainda ande dentro da chocolateira? Tal máquina, tal fotógrafo. Não se esqueça, pois. Ao Dr. ZBY – paleolítico de Beja e

⁽¹¹³⁾ Trata-se do Dr. F. Russell Cortez, então investigador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, anexo à Universidade do Porto, então dirigido pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa.

⁽¹¹⁴⁾ O Prof. J. M. Santa-Olalla era poderosa figura da arqueologia espanhola, desempenhando à data o cargo de Comissário Geral de Escavações Arqueológicas do Ministério da Educação Nacional de Espanha. Vê-se, pelo exposto, que discordava dos métodos de H. Breuil no estudo dos terraços fluiviais quaternários e das correspondentes indústrias líticas. No seu “Esquema Paleontológico de la Península Hispánica” (Madrid, 1946), as importantes formações de Alpiarça não são sequer mencionadas; recorreu a designações por si criadas, como Isidrense, Matritense, para a caracterização do Paleolítico Inferior e Médio peninsular; as quais, não tiveram, naturalmente, seguimento (SANTA-OLALLA, 1946). No tocante à pergunta concreta de Abel Viana, ao que parece, J. M. Santa-Olalla admitia em Alpiarça apenas a presença de indústrias do final do Acheulense Superior (Micoquense) (cf. “Tablas Cronológicas” no final do volume referido), ao contrário de H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZYSZEWSKI, 1945) que, sem as negarem, reportam as mais antigas – e numerosas – ao Acheulense Antigo (Mindel convencional).

⁽¹¹⁵⁾ Ver nota 97.

⁽¹¹⁶⁾ Na verdade, foi apenas um o artigo publicado sobre tal matéria.

⁽¹¹⁷⁾ O artigo sobre o paleolítico dos arredores de Beja foi publicado em 1952 (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1952). O segundo, igualmente resultante de colaboração entre ambos, jamais foi ultimado para publicação.

do Guadiana. Ao DR. M. CORRÊA – Trabalho de Monchique. Estimei saber que gostou da mantilha, digo, do véu. Eu bem dizia ao Dias de Deus: preciso de encontrar uma coisa bonita, porque a esposa de fulano é uma rapariga bonita. Já vê que, se desagradasse, podia eu limpar as mãos à parede, com as minhas preocupações de bom gosto. A realidade, todavia, é esta: essas coisas ficam sempre bem... a quem ficam. E mudemos de conversa, não vá você continuar a babar-se.

Esqueci-me de contar ao Dr. Zby este pormenor: No final do seu aranzel, o Santa-Olalla citou um investigador qualquer, não sei se francês se inglês, o qual, segundo o mesmo Santa-Olalla, escreveu algures que “o método de Breuil para a classificação do Paleolítico inferior só devia ser utilizado em último lugar, por ser o menos científico de todos”. Foi assim que o homem concluiu a catilinária. A melhor resposta a dar-lhe, salvo se ele publicar alguma vez tais afirmações, é nós publicarmos quanto antes o nosso Paleolítico. Por isso, peço-lhe lembre de vez em quando ao Dr. Zby a calhoada de Beja e do Guadiana – pelo menos, pois nós devíamos tratar ainda este ano do material do Norte, isto é, do Minho¹¹⁸. Bem. Esta já vai muito longa e eu tenho imenso que fazer. Não se esqueça de tudo quanto lhe peço. Trate também de queimar esta carta depois de lida, pois vai muito suja... Ou, então, peça aí em baixo na Academia que lha arquivem, na secção das boas peças literárias.

Veiguinha amigo, adeusinho. Não se esqueça das minhas e das nossas coisas. Acabo de receber carta do Dias de Deus, a dar-me conta de novos achados. Mais dois restos de antas, em uma das quais colheu nada menos de 19 (dezanove!) machados. A Revolução continua, ainda que o de Belém esperneie. O Dr. Zby que se não esqueça também dos nossos trabalhos mais pequenos. A ver se os enfia em qualquer parte.

Os meus cumprimentos a sua Esposa e beijos às miúdas (às minhas sobrinhas).

Para si um abraço.

Abel Viana

Documento nº 30 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 1 de Junho de 1950

Meu caro Veiga Ferreira

Isto de andar com as nossas assinaturas de cá para lá e de lá para cá é uma trapalhada e obriga a grande perda de tempo.

Mando-lhe 20 exemplares, os quais o meu Amigo enviará a quem muito bem quiaser, assinando a dedicatória em nome dos três. Procure, no entanto, combinar com o Dr. Formosinho, para não acontecer cada qual enviar um exemplar à mesma pessoa. Entendam-se entre os dois e digam-me o nome das pessoas a quem se encarregam de enviar. Cá por mim, remeti para¹¹⁹:

⁽¹¹⁸⁾ Trabalho que só viria a ser publicado – e apenas o relativo à estação de Carreço – em 1962, já sem a colaboração de Abel Viana (BREUIL et al., 1962).

⁽¹¹⁹⁾ Esta lista tem interesse por revelar as individualidades às quais Abel Viana entendia dever fazer chegar as suas publicações. Deve reportar-se ao envio da separata “Necropolis de las Caldas de Monchique”, publicada nesse mesmo ano (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950).

- Dr. Zby.
- Eng. ° Mariano Feio.
- França.
- Mendes Corrêa.
- Jalhay.
- Afonso do Paço.
- Virgínia Rau.
- Ass. Dos Arq. Portugueses.
- Inst. Port. de Etn. H. e Arqueol. (Belém).
- “Brotéria”
- Centro de Estudos Geográficos.
- Eng. ° D. A. de Castelo Branco.
- Serviços Geológicos.
- Dr. C. Teixeira.
- Dr. Mendeiros Gouvêa.
- Dr. G. Cordeiro Ramos.
- Vaultier.
- Jean Ollivier.
- Coron. Mário Cardoso.
- Revista de Guimarães
- Soc. Port. De Antropologia
- Dr. Santos Júnior.
- Russel Cortez.
- Dr. Mário Lyster Franco.
- Dr. Justino Bivar

E sem saber a quem vocês mandaram não mando a mais ninguém.
 Fica assim combinado? Pois âtão lumi no olho. Isto custou caro.
 Temos ao todo 150 exemplares.

Abel Viana

**Documento nº 31 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.
 Beja, 19/7/1950**

Meu caro Veiga Ferreira:

Vai a encarnado mas, tenha paciência... É preciso poupar despesas. Não respondi logo à sua primeira carta. Calculará porquê. Eu só não lhe respondo logo na volta do correio por me ser materialmente impossível fazê-lo. Acabei hoje mesmo a preparação do novo número do “Arquivo de Beja”. Devo mandar entregar todo o original – que é um bom pacote de papel, desenhos e fotografias – logo à tarde, à tipografia.

Por causa disto, há duas semanas que não trato de mais nada. Interrompi tudo quanto trazia entre mãos, e só hoje vou recomeçar. Principiarei pelo tal capacete, visto ser coisa pequena. Creio ter aqui todos os elementos precisos, sem necessitarmos de mais informações do Formosinho¹²⁰. A seguir, tratarei dos apontamentos dos cadernos de Carlos Ribeiro e Nery Delgado – remodelação de uma coisa que já estava mais ou menos feita, mas que precisa de ser completada e melhorada. É um trabalho para os Serviços e, por isso, tenho obrigação de o acabar o mais rapidamente possível¹²¹. Ainda esperava mais umas instruções do Dr. Zby mas, como ele não respondeu a umas perguntas que eu lhe fiz, parto do princípio que ele mantém sem alteração o que antes me mandou dizer em uma carta. Em todo o caso, fale com ele a este respeito. Eu queria que o trabalho fosse agora completamente em condições.

De maneira que, segundo o meu programa, temos:

Iº – O artigo do Capacete; IIº – cadernos de campo de C. Ribeiro¹²¹, etc.

Abro aqui um parêntesis, para falar propriamente de mim. Como sabe, apanhei grande estafa em Espanha. Como tenho ainda muita força muscular, e muita força de vontade, esqueço-me de que o coração e os brônquios, sobretudo estes, já não estão em condições de entrar em folias desportivas... As visitas de Sagunto e de Tarragona foram muito violentas: dias inteiros sempre a andar, após noites inteiras sem dormir. Para eu, estando em Barcelona, por assim dizer a dois passos, desistir de ir a Gerona e Ampúrias, se calculará o meu estado de fadiga, nessa altura. Só me recompus quando tornei a Madrid, pois aí o trabalho foi já mais descansado. O pior, todavia, foi a minha chegada a Beja, com tempo frio e húmido, a formidável constipação que apanhei e o conseqüente agravamento da asma e dos brônquios. Passei quase dois meses em que só podia trabalhar estando em casa sentado. Nessas circunstâncias, aproveitei quanto pude para ler e escrever. Na semana passada, saí algumas vezes, embora com imenso custo, ofegante, quase sem respeitar. No dia 9 deste mês, fui de manhã ao Castelo tirar umas fotografias, e tive uma meia dúzia de escarros sanguíneos. Após o que me senti mais aliviado. Ante-ontem de manhã repetiu-se a brincadeira, e fiquei então com melhoras extraordinárias. Ora, eu é que não fiquei satisfeito com tal manifestação de cura. Esta história de escarros sanguíneos começou no Guadiana, quando fiz num dia, com o Eng.º Mariano e o Dr. Patrício, trinta quilómetros de marcha, quase todos por caminhos do diabo e com um respeitável calor¹²². A segunda vez foi em Córdoba, estando eu lá no Congresso Luso – Espanhol. Foi em 1944. Depois, repetiu-se não mais que uma vez por ano, e só nesta ocasião é que sucedeu serem duas vezes, apenas com intervalo de poucos dias. Há mais de seis anos que, para fugir a despesas e maçadas, e também a perdas de tempo, armei em médico de mim próprio. Resolvi, portanto, procurar a medicina. Fui ontem a uma clínica onde fui examinado por três médicos. Radiografaram-se. Hoje fazem a análise da espectoração.

⁽¹²⁰⁾ Trata-se de um notável capacete de bronze, da II Idade do Ferro, achado na encosta da colina do castelo de Aljezur e conservado no Museu Regional de Lagos (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953).

⁽¹²¹⁾ Não terá sido, de facto, concluído, visto jamais Abel Viana ter publicado algo sobre tais Cadernos.

⁽¹²²⁾ Trata-se do Doutor Mariano Feio e do Dr. Amílcar Patrício, geógrafos que, com Abel Viana, calcorream o rio Guadiana do Ardila até à foz, missão que deu origem a trabalhos de índole geológica e arqueológica de grande mérito e para a época, pioneiros. De Abel Viana, foram publicados importantes contributos sobre as indústrias líticas recolhidas no decurso de tal missão (VIANA, 1945; 1945/1946/1947).

Entretanto mandam-me tomar cálcio e fazer repouso. Se for coisa de natureza pulmonar, chegam-me a estreptomomicina e a cura não será trabalhosa nem difícil. Mas não creio que isto seja de natureza pulmonar. Dê-m-lhe o nome que lhe derem e as explicações que quiserem, estas espectorações com sangue são... hemoptises, embora de carácter benigno. Tuberculoso não creio que seja, pois é coisa que não consta em pessoas da minha mais que numerosíssima família. Além disso, esta minha cor, de tal ordem que poucos acreditam em que eu sofra a valer de falta de ar, este meu apetite, sempre pronto, graças a Deus, e a ausência absoluta de febre, mesmo quando estou mais atrapalhado dos brônquios e da asma, depõem em contrário. E se for coisa que leve jeito de para aí caminhar, a cura estava assegurada, sem trabalhos de maior. Mas o que eu realmente devo ter, é um grave destroço dos brônquios, resultante de uma bronquite que me acompanha desde os vinte de idade: de uma vida nem sempre bem regrada no descanso, ou mesmo nada regrada...; de uma pneumonia dupla aos vinte anos, de uma broncopneumonia em Faro e outra aqui em Beja, esta há sete ou oito anos. Sendo assim, como creio que seja, o tratamento deve ser mais difícil. Seja como for, o que não devo é continuar a deixar correr o marfim, como há tanto tempo venho fazendo, sempre confiante na minha rijeza natural e na impunidade das milhentas e milhentas tolices que contra a saúde tenho praticado ao longo da vida. Toca a fazer tratamento sério e a evitar cavalarias altas, tendo sempre em vista que já conto 54 anos feitos em Fevereiro passado... O meu estado presente é tão razoável que tenciono seguir depois de amanhã para Vila Fernando e Elvas. O tempo está quente e seco, não levo bagagem pesada, tenho muitas horas para fazer repouso nas caminhetas, que são cómodas. Lá, farei todo o trabalho que se puder fazer sentado, menos o de fotografia que, claro está, me obrigará a certo movimento. Mas o Dias de Deus já tem lá tudo bem ordenado, para me facilitar o serviço e poupar-me tempo e esforços. Calculo demorar quatro ou cinco dias, apenas. Ainda que pese aos Helenos, coca – bichos e cabotinos, aquilo continuará a dar-nos muito que fazer. E havemos de fazê-lo, tanto mais que temos a boa escora que o Amigo sabe. Esses cavalheiros hão-de continuar a ver como a Arqueologia é e deve ser feita! Basta de atitudes misteriosas, mais próprias de alquimistas medievais que de cientistas de nossos tempos. Pela minha parte, estou resolvido a lutar quanto possa contra monopólios prejudiciais e estúpidos. E fiquem-se os herméticos com suas mexerufadas bizantinas, para deleite dos parvos e próprio. Quanto a nós, trabalharemos às claras.

Voltando ao nosso programa de trabalho. Conforme lhe disse, tratarei primeiro do capacete de Lagos e dos Apontamentos de C. Ribeiro. Remodelarei depois o artigo sobre a “Cova da Moura”, visto de Barcelona me terem manifestado desejo de o publicarem logo que eu o reenvie devidamente reduzido¹²³. Seguir-se-ão, depois, os dois trabalhos que tenho com o Dr. Zby, sobre cerâmica do Monge e de Oeiras, dois estudos que estão quase concluídos¹²⁴. Quero dizer, os desenhos e a descrição do material já estão feitos. Faltam apenas

⁽¹²³⁾ *Trata-se de um monumento megalítico, assim denominado, da freguesia de Carreço, concelho de Viana do Castelo publicado nas Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia, reunido na Galiza em 1953 (VIANA, 1955).*

⁽¹²⁴⁾ *Trata-se de dois trabalhos só publicados muito mais tarde, reunindo as observações sobre os espólios das duas estações pré-históricas, a cuja autoria se agregou O. da Veiga Ferreira (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 a; ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 b) e que não dão particular destaque ao conjunto cerâmico, ao contrário do que era, em 1950, a intenção do Autor.*

umas tretas de introdução, não muito longas, mas que precisam de cuidado, de uma boa vista por tudo quanto conheço acerca dessa cerâmica. Retomarei, depois, o nosso trabalho a respeito de..... nada disto. Retomarei, depois, o meu estudo a respeito dos últimos trabalhos que realizamos, eu e o Dias de Deus, em Elvas, a fim de o apresentarmos no próximo Congresso Luso – Espanhol¹²⁵. Quanto ao nosso, das Caldas de Monchique, está pronto. Como, antes do Congresso, irei a Lisboa, eu próprio o levarei comigo e deixaremos-o entregue ao Dr. M. Corrêa¹²⁶. Tanto este trabalho, como o do Dias de Deus e meu, acerca de Elvas, acho que os devemos apresentar por intermédio da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. É esse o meu desejo e creio que você o aplaudirá, assim como o Formosinho. Quanto ao Dias de Deus, tenho a certeza de que não pretenderá que o meu e dele vá por intermédio do... Heleno. Quero ver se faço tudo isto antes de Outubro, porque ainda este ano quero concluir o trabalho do paleolítico do Guadiana, assim como o dos arredores de Beja (Zby – Viana) e estar, ainda, lá para Novembro e Dezembro, aí em Lisboa, a fim de preparar com o Dr. Zby o paleolítico minhoto¹²⁷. Procurarei, além disso, aprontar algumas “pequenas – grandes” coisas do material do Museu de Lagos. Acho que é preferível, para mais facilidade de publicação, dividirmos por uma série de coisas pequenas, seja por estações ou grupos de estações, seja por épocas. Entretanto, irei apertando o Formosinho. Ele tarda mas acabará por nos fornecer o que dele precisamos – que por sinal é relativamente pouco. O principal já está apontado, e já temos feito o trabalho fotográfico (bem bom, por sinal). Como o capacete já vai isoladamente, poderemos fazer o mesmo relativamente a outras peças¹²⁸. Este ano não vou ao Minho. Terei, portanto, muito tempo para trabalho de gabinete. Bem sabe que tenho pouco tempo para escrever cartas. Fique com esta arquivada, para a todo o tempo ver qual é o nosso programa. Passemos a outros assuntos.

– Oxalá o França¹²⁹ seja feliz em terras africanas. Estou certo de que a actividade dele vai ser considerável. Quando você me enviou estas duas últimas cartas, ia a caminho um postal meu em que manifestei a minha opinião acerca das coisas de Tomar.

Parece-me que, em vista do França nos ter deixado carta branca, a primeira coisa a fazermos é publicar o material dele, se possível for – isto é, a menos que ele se oponha – em nome dele. Eu sei perfeitamente onde são as estações, porque ele mas foi mostrar¹³⁰.

Não tenho dificuldade alguma em encontrá-las no terreno, se lá formos. Depois, na mesma ocasião de lá irmos, poderemos fazer também uma sondagem por nossa conta. A exploração é fácil, porque as furnas e abrigos são numerosos, e o material é abundantíssimo, começando a aparecer logo à entrada. Claro que uma exploração em regra será tarefa para muita gente e para muitos anos! Aquele manancial deve ser praticamente inesgotável! Mas sobre este assunto precisamos de continuar em contacto com

(125) *O que de facto veio a acontecer. Ver Bibliografia (VIANA & DEUS, 1953).*

(126) *Ver nota 2.*

(127) *Ver nota 119.*

(128) *Ver notas 92 e 120.*

(129) *Ver nota 97.*

(130) *Trata-se de propósito que jamais se concretizou.*

o França e, principalmente, de saber qual a opinião do Dr. Zby. Este decidirá do que temos a fazer, do modo como o faremos, etc.. Fale, pois, com ele. Se houver qualquer diligência a fazer junto de qualquer pessoa ou entidade, o Dr. Zby tratará disso.

- Recebi há dias a obra do Dr. Bellido, acerca de escultura romana de Portugal e Espanha. São dois grandes volumes, um de texto outro de gravuras¹³¹. Ainda não sei quanto custou, mas é coisa para 300 pesetas ou um pouco mais. Vale bem a pena. Como deixei em Madrid 1.000 pesetas das que me sobraram da viagem, lá me pagaram com esse dinheiro, mas ainda não me mandaram dizer quanto foi. Também mandei vir um bellissimo livro sobre Numância. Não é coisa actualizada, visto na altura em que foi publicado a parte escavada ser muito menor que a de hoje. Mas nunca imaginei que um livro de tal tamanho, com tal riqueza de estampas, muitas delas a cores, pudesse vender-se por 50 pesetas (25\$00). É um magnífico álbum, com mapas desdobráveis, etc..
- Fiquei satisfeitíssimo com a sua nova situação. Nunca imaginei tal hipótese, por isso, a surpresa foi grande, e o contentamento também. Aí nos Serviços é onde você ficará melhor e onde melhor se poderão aproveitar as suas possibilidades¹³². Convém que você deixe a repartição. Mas em boa paz. Precisa de sair “por cima”, sem deixar sinal de atrito. Claro que deixará atrás de si, certamente, detractores ruins, invejas mesquinhas. Entretanto tentarão, talvez, excitá-lo, de qualquer maneira, a ver se você põe o pé na casca de laranja, a ver se dá o flanco por onde o ataquem eficazmente. Seja esperto, mais sabido que eles. Traga-mos debaixo de olho mas finja que nem os vê. É o mais cómodo e o mais seguro para si. Eles conhecem-lhe o feitio e decerto não deixarão de o provocar, para que você se desmanche, se coloque mal, do ponto de vista disciplinar. Só lhe digo isto: aprenda com eles a ser espertalhão, do contrário, ferram-lhe a partida. Cautela. Você vai singrando bem. Não precisa de armar em tolo, em susceptível, em criancinha irritável. Se armar banzé, seja de que jeito for, olhe que eles cascam-lhe; dar-lhe-ão, ao menos, muito incómodo e muito que fazer. Você está como eu desejaria estar. Não tive tal sorte. Até há pouco, trabalhei sempre sózinho, isolado, sem auxílio de quem quer que fosse. Muito elogio, muita palavra bonita mas, passe de largo... O único porto em que eu me podia ter refugiado era o grupo do Porto, junto de M. Correia. Dispunha-me a fazê-lo, em começos de 1933, quando me atiraram para o Algarve e em condições de não poder cuidar de mais nada senão de Professores e escolas. Só agora, após quase trinta anos de actividade, pude chegar-me aos bons e verdadeiros amigos e comecei a ser auxiliado. Antes disso, os que mais próximo de mim andaram, o único cuidado que tiveram a meu respeito foi manterem-me convenientemente afastado. Presentemente,

⁽¹³¹⁾ É a obra monumental “*Esculturas Romanas de España y Portugal*” de António García y Bellido, editada em dois volumes pelo Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid (GARCÍA Y BELLIDO, 1949). Conclui-se desta e doutras afirmações que Abel Viana mantinha permanente actualização bibliográfica, aliás evidenciada pelas citações dos seus trabalhos, designadamente no respeitante à produção arqueológica espanhola, não se furtando a despesas, pagas parcial ou totalmente, do seu bolso.

⁽¹³²⁾ Refere-se à transferência de O. da Veiga Ferreira da sede da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos para os Serviços Geológicos de Portugal (ver nota 70).

tenho tido amigos, e os restantes cavalheiros, que já se cansaram, que já se fartaram, já me não molestam, porque eles colheram já os gloriosos loiros de notáveis arqueólogos... de ca-ca-ra-cá¹³³.

Nem conseguiram atingir a estatura que deviam, nem consentiram que outros, como eu, viessem a aprender um bocadinho. Olhe que em Espanha há algumas rivalidades, é certo, mas nenhum dos grupos faz caixinha, nenhum afugenta os novos, antes os criam e desenvolvem activamente. Em Espanha, neste papel de protectores e criadores de actividades, há vários Mendes Corrêas. Em Portugal temos só um, e já é uma sorte! Não esqueço o Dr. Zby, nem a belíssima acção do Instituto para a Alta Cultura. Fora disso são quase todos helenos mais ou menos disfarçados. Tinha falado ao França para que este recomendasse, da minha parte, ao Dr. M. C., o Dr. João Manuel Bairrão Oleiro, para a Sociedade Portuguesa de Antropologia. Peça-lhe fale nisto ao Dr. M. C. Suponho que o França já não teve tempo de falar nisto, pois foi muito à última hora. Tome nota: João Manuel d'Oliveira Bairrão Oleiro, Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, Bolseiro do I. A. C. em Madrid, especializado na Época romana¹³⁴. Um abraço.

Veja lá esse nosso trabalho grande das Caldas de Monchique¹³⁵. Ainda não será publicado este ano? E ainda há quem aponte, para nos apoucar, que só temos publicado folhetos, coisinhas de nada!

P.S. Já sabe que faleceu o irmão do Cláudio¹³⁶? Sabe também que casa hoje a Maria do Carmo, filha mais velha do Lyster Franco¹³⁷?

Cumprimentos a sua Esposa. Dê notícias minhas ao Dr. Zby. O mesmo ao Dr. M. Corrêa.

Abel Viana

Documento nº 32 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. Beja, 26/9/950

Meu caro:

Recebi a sua carta de 21. Já estranhava o seu silêncio.

Cheguei a pensar que tinha ido com a família retemperar o corpo e o espírito em qualquer praia ou sítio campestre.

⁽¹³³⁾ *Este conjunto de conselhos confirmam a amizade filial que Abel Viana sentia por O. da Veiga Ferreira, reconhecendo-lhe os méritos, mas também franqueza do seu carácter, propício a prejudicá-lo nas suas relações de trabalho com colegas e superiores (ver nota 89). São, por outro lado, o espelho das dificuldades sentidas por Abel Viana na sua afirmação como arqueólogo, constituindo deste modo um precioso depoimento pessoal, feito na primeira pessoa.*

⁽¹³⁴⁾ *Este último ponto desta extensa missiva mostra que Abel Viana se encontrava perfeitamente ciente do valor dos poucos jovens que, então, despontavam para a Arqueologia, do mesmo modo que era crítico face aos que então, a dominavam. O seu apreço pelo Dr. J. M. Bairrão Oleiro vem confirmar anteriores declarações a seu respeito (ver nota 112).*

⁽¹³⁵⁾ *Ver nota 2.*

⁽¹³⁶⁾ *Ver nota 17.*

⁽¹³⁷⁾ *Dr. Mário Lyster Franco, investigador da história e arqueologia algarvia, director do Correio do Sul (ver nota 59).*

Afinal, o menino, muito egoisticamente, andava a laurear sozinho nos vergeis, minhotos, talvez a meter-se no verdasco e quejandos saborosos desmandos... Isso é feio. Muito mais feio, porém, é eu não ter ido também até lá acima. O trabalho do “Arquivo” e a comunicação sobre as coisas de Elvas não mo consentiram¹³⁸. As minhas extravagâncias de verão, este ano, resumiram-se numa ida à feira de Moura e outra à feira de Cuba, assistindo nesta a menos de meia tourada à vara larga, espectáculo que eu nunca presenciara. Tirei 24 fotografias durante os dois primeiros toiros. Depois, farto de ver pobres diabos atirados às nuvens, ou a fazerem de ventoinha nos cornos do bicho, abandonei o poiso. Enquanto me dominou o ardor fotográfico, todo o meu cuidado esteve em surpreender os momentos mais trágicos ou picarescos da lide. Mas depois, estar ali, friamente, a deleitar-me com tanta pancadaria, tanto tipo a sair em braços e aos berros pela mãe... Raios os partam! Fora isto, passei todo o tempo aqui amarrado à banca, a ler, a reler e a escrever. Ao mesmo tempo que preparava o trabalho de Elvas, fui colhendo elementos para o estudo comparativo de alguns dos objectos de Lagos, assim como para a cacaria a publicar com o Dr. Zby. (Monge e Oeiras)¹³⁹. Concluí ontem o trabalho de Elvas. Terei de lá ir por estes dias, por causa dos achados da Idade do Bronze. Por sugestão minha e concordância da “Fundação da Casa de Bragança”, o Dias de Deus conseguiu adquirir em Coimbra, à viúva do seu antigo companheiro de explorações, os valiosos espólios achados quase todos em antas do Alto Alentejo. Vamos, agora, fazer o rol descritivo desses objectos, antes deles serem entregues à Fundação¹⁴⁰. Parece-me que é assim que de facto se “salva” o património arqueológico nacional, ou a sua validade científica. Vamos à sua carta. O artigo do capacete – Julgo ter sido bom não o quererem na tal Revista. Esta deve ter um público muito circunscrito e, como é natural, mais interessado nas especialidades da profissão que em outras. O artigo ficaria ali sepultado sob a técnica das estradas ou lá o que é. Mostre-o, pois, ao Dr. Zby, ou ao Dr. M. Correia. E porque não o apresentaremos ao Luso – Espanhol?¹⁴¹ Vá ao Inst. para a Alta Cultura, onde funciona a Secretaria do Congresso, e inscreva-o Trate de regularizar essa coisa. Estou persuadido de que não o rejeitarão. Em todo o caso, fale primeiro com o Dr. M. Correia ou com o Zby. E siga o caminho que eles aconselharem. Talvez tenhamos mais a ganhar que a perder com a rejeição. Ô Veiga Ferreira, você tem de refrear um pouco essa freima de querer arqueologizar toda a Direcção Geral de Minas! Cá me parece que o

⁽¹³⁸⁾ Ver nota 88.

⁽¹³⁹⁾ Ver nota 124.

⁽¹⁴⁰⁾ Além das numerosas publicações relativas às necrópoles de incineração da II Idade do Ferro da região elvense, a que se somaram os estudos preliminares sobre diversas estações do Período Romano da mesma região, Abel Viana e A. Dias de Deus publicaram importantes estudos sobre o megalitismo regional (VIANA, 1950; VIANA & DEUS, 1952; DEUS & VIANA, 1953; VIANA & DEUS, 1955/1957; VIANA & DEUS, 1957). O último dos artigos citados, refere-se precisamente aos materiais da secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, gerido pela “Fundação da Casa de Bragança”.

⁽¹⁴¹⁾ Ver nota 120. Pelo que se pode concluir, o artigo terá sido primeiramente submetido para publicação na “Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores”, que não o terá aceite: depois deste episódio, O. da Veiga Ferreira apenas publicou um último artigo de índole arqueológica na referida publicação, em 1955, contrastando com a colaboração frequente dos anos anteriores. Tal não obstou a que mantivesse, até ao fim, excelente amizade do responsável pela parte editorial da Revista, o Eng. Bueno, também referido nesta Correspondência. O referido trabalho veio, de facto, a ser apresentado ao XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, tendo sido publicado nas respectivas Actas.

único arqueologizável seria o Acciaiuoli, mas só em arqueologia aquática, aquosa, aguada, termo-líquida, ou coisa assim parecida. Com esse, porém, não se entende você, por ter mais preferência pela arqueologia sólida, desta que se cava à enxada e tem coelhos bravos ao lado... Desista, pois, de tal intento. Se persiste, vai para o martiriológico, pela certa! Você já lhes deve cheirar a ossada romana, defunto visigótico, sei lá! Tenha cuidado. São capazes de lhe arranjar um funeral... Inscrição no Congresso – O título do nosso trabalho é: “Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique – Investigações de 1948 e 1949”. Sabe que eu embirro com títulos compridos. Título complicado, monumental, é sinal de escrito que não presta, de autor vaidoso e burro¹⁴².

Ida ao Minho – Parabéns. Foi pena não ter encontrado o Rosa de Araújo¹⁴³. Ele devia estar em casa, em Santa Marta, mas logo no começo da freguesia, coisa de meia hora de caminho – por sinal muito lindo. E ele, decerto, cascava-lhe logo nos queixos com um naco de bom presunto, para começar... Mas, pelo visto, você andou por ali em velocidade excessiva. Assim não presta. O Minho quer-se saboreado pausadamente, em êxtase bucólico. Nem o vinho verde se pode beber com a pressa com que se bebe água. Inexperiência!

Quanto aos amavios de Guimarães, muito me conta. Agradeço pela parte que me toca, mas toca um pouco a rachado. E soa desafinado porque eu ainda não aprendi latim. Verdade seja que em Maio, ao regressar de Espanha, vim encontrar em casa um folheto com dedicatória amabilíssima, vinda do vimaranense. Por coincidência, aguardava-me outra, com igual dose de amabilidade dedicante, do tal que me acusou de querer “comer tudo”. Vá lá que se contentou em chamar-me Sebastião, metaforicamente. Só falta um dos componentes do terceto – o rabequista de Belém¹⁴⁴. Deve estar a estudar a partitura. Como sabe, os partos desse costumam ser difíceis. Esses cavalheiros têm um latim estupendo!

Moedas visigóticas¹⁴⁵ – Você está equivocado. Do Vives possuo o catálogo das moedas arábico-hispânicas. Do que lhe interessa, tenho “Las monedas visigodas del Museo Arqueológico Nacional”, por Felipe Mateu y Llopis. É um volume de 440 páginas, com muitos mapas e grande quantidade de desenhos e estampas, editado pelo Museu Arqueológico de Madrid. Parece-me indispensável a quem queira tratar do assunto. Veja se o encontra em Lisboa. Com a peseta preta, é barato. Veja também a coleção de “Ampúrias”, a do “Archivo Español de Arqueología” e a das “Memórias de los Museos Arqueológicos Provinciales”. Há lá muita coisa sobre moeda visigótica. Cá no Museu de Beja não há moedas visigóticas. Nem uma para amostra. De vez em quando aparecem algumas nos terrenos cá do distrito. Como são de ouro, custam caras e... a Junta de Província não as compra para o Museu. Formosinho – Não me manda nada, nem sequer tem respondido às minhas cartas e postais. É um chato. Estou desanimado. Só indo lá, mas é uma despesa grande e uma perda de tempo. Confesso não saber se é só preguiça ou se há também da parte dele o desejo de não publicarmos

⁽¹⁴²⁾ Ver bibliografia (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1953).

⁽¹⁴³⁾ Trata-se de José Rosa de Araújo, investigador local e grande Amigo de Abel Viana, sobre o qual publicou dois textos in memoriam (ARAÚJO, 1963/1964; ARAÚJO, 1968).

⁽¹⁴⁴⁾ Trata-se, naturalmente, do Prof. Manuel Heleno, com quem Abel Viana definitivamente se desentendera após os desagráveis incidentes relatados anteriormente (ver notas 100, 104 e 105).

⁽¹⁴⁵⁾ Ver nota 59. O interesse de O. da Veiga Ferreira pela numismática parece não ter esmorecido após a publicação, em 1949, de nota sobre dois trientes visigóticos.

aquilo. Como sabe, ele está cheio de ideias abstrusas e, ao mesmo tempo, inferna-o o receio de que digamos asneiras. Aperte-o daí. Diga-lhe que eu já estou neurasténico, de tanto esperar. Diga-lhe qualquer coisa. Diga-lhe o que quiser, contanto que ele se despache. O trabalho de Monchique – Fiquei satisfeitíssimo com as boas esperanças que me dá de vermos em breve publicado esse nosso trabalho.

Será mais um enormíssimo favor que ficaremos devendo ao Dr. Mendes Correia. Sem o patrocínio dele o mais certo seria isso ir morrer num caixote do lixo. Nada que mais me custe que estar com tanto trabalho, a encher papel, sem finalidade de publicação. Estas coisas, quando demoram muito a aparecer, perdem a oportunidade. Calculará, pois, quanto fiquei contente pela boa notícia que me dá¹⁴⁶.

Agora, conforme lhe disse, vou-me empregar a fundo na conclusão dos artigos com o Dr. Zby. Ele não respondeu à minha última carta, nem me manda dizer se posso ou não dispor o artigo dos “cadernos de campo”¹⁴⁷ conforme a cópia que lhe mandei. Veja se pode estar com ele e fale-lhe nisto. Diga-lhe que se pronuncie apenas quanto à disposição, e que não faça caso de alguns erros na distribuição dos lugares pelas respectivas províncias. Adquiri um bom mapa, devidamente actualizado, pelo qual me posso guiar em definitivo. De nada posso tratar, porém, sem ele me dizer se concorda ou não. Certamente ele não tem estado em Lisboa, ou estará ocupado, esquecendo-se de mim. Trate-me disto. Não se esqueça. Estou à espera da tal fotografia que ficou de me mandar (isto agora é consigo). Relativamente à minha saúde, isto vai andando menos mal. Oxalá, se não puder ser melhor, eu me conservasse sempre assim. Para o Congresso aí me tem¹⁴⁸. Devo mesmo ir para aí dias antes, pois aproveitarei em fazer outras coisas nos Serviços Geológicos. Uma delas será acabar de identificar os exemplares fotografados, do paleolítico dos arredores de Beja¹⁴⁹ e, seguidamente, identificar também os relativos ao Guadiana. Quase que só falta isso e, por tão pouco, mais vale deixar logo tudo completo, embora seja tarefa que eu possa fazer sem a assistência do Dr. Zby. Entretanto, continuarei trabalhando cá, e darei uma saltada a Elvas, enquanto o tempo corre razoável. Suporto muito melhor o tempo invernososo em Lisboa que em Elvas. Não sei se acerto em deprender da sua carta que você está sem notícias do França. Eu não tenho nenhuma, nem directa nem indirecta. Já lhe pedi a si o favor de me mandar dizer alguma coisa, logo que a tenha. É natural que ele tenha muitas ocupações, entre elas talvez uns estudos comparativos entre os grandes ús (“sic”) das pretas – estudo considerável, em peso e colorido. Se anda por lá a organizar qualquer sociedade espeleológica¹⁵⁰, estamos bem arranjados, nunca mais o veremos à superfície da terra. Ainda estou sem saber se ele levou ou não a família. Por hoje, basta de paleio.

Não perca de vista o nosso trabalho de Monchique. O Dr. M. Corrêa tem imenso que fazer. Não pode lembrar-se de tudo. Ainda ante-ontem o ouvi pela rádio, a improvisar com uma facilidade extraordinária, que lhe é muito própria, uma despedida aos caçadores que foram a Angola, largando-lhes um a propósito gracejo,

⁽¹⁴⁶⁾ Ver nota 2.

⁽¹⁴⁷⁾ Trata-se de um projectado estudo em colaboração com G. Zbyszewski, já anteriormente referido, sobre os cadernos de campo de Carlos Ribeiro, o qual não se concretizou (ver nota 121).

⁽¹⁴⁸⁾ Trata-se do XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950).

⁽¹⁴⁹⁾ Ver nota 117.

⁽¹⁵⁰⁾ J. Camarate França era espeleólogo e pertencia à Sociedade Portuguesa de Espeleologia.

logo atenuado com elegante amabilidade. O que não acredito é que a Marquesa e as filhas¹⁵¹ tenham ido para matar leoas também. Estarão com ideias de empreender qualquer exploração agrícola em África? Não se esqueça de escrever ao Formosinho. Não se esqueça de falar ao Dr. Zby.

Cumprimentos a sua Ex.ma Esposa, ao Dr. M. Corrêa e ao Dr. Zby. Para si um abraço.

Abel Viana

Documento nº 33 – Carta dactilografada em folha branca, do tamanho dum bilhete postal, datada. Beja, 8/10/1950

Meu caro: No regresso de Vila Fernando, Vila Viçosa e Évora, encontro a sua carta de 4 do corrente. Fico ciente de tudo. Vou dedicar a tarde de hoje à reprodução fotográfica das moedas que vem no Vives. Vamos a ver se me saio satisfatoriamente. Foi bom meter o capacete no Congresso. Com respeito às lápides com letras indígenas, no museu de Beja há somente uma, que está fotografada e desenhada no Arquivo de Beja. Também lá vem a reprodução das que Cenáculo diz ter achado no Baixo Alentejo, as quais se perderam. Você tem a colecção. Folheie-a de cabo a rabo e lá encontrará tudo. (Posso levar-lhe as fotografias, ou as provas das gravuras, de tudo isto). Em Faro há uma grande, do Ameixial, publicada por Leite de Vasconcellos na Revista de Arqueologia (dirigida pelo Cordeiro de Sousa).

Tem mais uns fragmentos que eu publiquei com o Lyster Franco (Vid. “O espólio arqueológico de José Rosa Madeira”¹⁵² – folheto que você tem). Disse-me o Heleno que estes bocaditos fazem parte de outras lápides que o Rosa Madeira lhe deu para o Etnológico. Acho possível, mas o Heleno limita-se a espreitar o ensejo de levar os tais bocados, em vez de publicar as lápides que diz ter, e que se completam com estes bocaditos. Finalmente, conheço o que está em Lagos. Como vê, está tudo ao seu alcance¹⁵³. Cá estou para Sintra, Tomar, e o mais que for preciso. Tenciono seguir para aí no dia 15 do corrente, caso não faça mau tempo. O que você me não disse foi o que entende o Dr. Zby acerca do trabalho dos apontamentos do C. Ribeiro... Esqueceu-se?

Fale com ele e mande-me dizer qualquer coisa. Queria levar isto pronto¹⁵⁴. Recebi carta do Formosinho. Só me manda informes a respeito do capacete, que nada adiantam. Piou tarde. Quanto ao mais... Diz que está com uma preguiça invencível, para tudo. Desconfia que é velhice, ou doença...

Estou a ver que terei de lá ir. Na minha companhia fica bem disposto para o trabalho. Saiba que comprou um automóvel. O nosso Formosinho de automóvel! Está a ver, por cima da preguiça, uma automobilite aguda!

⁽¹⁵¹⁾ Trata-se da Marquesa de Cadaval, D. Olga di Robillant Álvares Pereira de Mello, proprietária dos terrenos onde se encontram os concheiros do vale da ribeira de Muge.

⁽¹⁵²⁾ Ver Bibliografia (VIANA & FRANCO, 1945).

⁽¹⁵³⁾ Trata-se, aparentemente, de elementos que O. da Veiga Ferreira pretendia reunir para um estudo sobre a escrita do Sudoeste que, no entanto, jamais publicou.

⁽¹⁵⁴⁾ Ver notas 121 e 147.

O seu trabalho de Évora está a compor¹⁵⁵. Assim mo disseram lá. Eu estive a pique de ir visitar a herdade do Eng.º Portas, mas deixei isso para mais tarde, pois não queria deixar o Dr. A. Luis Gomes¹⁵⁶, com quem me encontrei em Vila Viçosa. Aí em Lisboa lhe contarei outras coisas. Diga-me o que ordena o Dr. Zby a respeito dos “Apontamentos”. Mas sem demora.

Envio-lhe estes dois retratos tirados pela minha máquina. Eu foquei e minha mulher disparou. É em fralda de camisa e com 30 graus à sombra que eu trabalho parte do ano. Junte lá isso ao seu documentário¹⁵⁷. Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 34 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 12/11/1950

Meu caro Veiga Ferreira:

Você mandou-me dizer que só voltava a Lisboa a 14, por isso, esta vai a tempo.

Desde que regresssei daí não tenho feito outra coisa, desde as 8 da manhã à meia noite, senão tratar do “Arquivo de Beja”, que a tipografia resolveu, finalmente, meter ao prelo, após cinco meses de estagnação, e pôr em ordem o paleolítico dos arredores de Beja e do Guadiana, trabalhos que se arrastam há três anos e que eu quero entregar ao Dr. Zby quanto antes. Têm sido horas e horas a fio amarrado à máquina de escrever. Apenas tenho tirado uma horas para tratar da minha correspondência, que anda atrasadíssima. Entretanto, escrevi ao Dr. M. Corrêa, a dar-lhe as minhas impressões acerca do Congresso¹⁵⁸, e a pedir-lhe protecção para os nossos trabalhos. Claro que em carta não pude ser minucioso.

Mesmo assim a carta saiu-me grande de mais. Creio que você lhe terá contado como as coisas se passaram. Ele fez imensa falta. Também escrevi ao Formosinho. Vamos a ver se ele agora se resolve. Passemos à sua última carta:

⁽¹⁵⁵⁾ Trata-se de artigo dedicado à arqueologia de Estremoz e de Vila Viçosa, publicado na revista “A Cidade de Évora” (FERREIRA, 1950).

⁽¹⁵⁶⁾ Presidente do Conselho Administrativo da “Fundação da Casa de Bragança”. A Fundação era uma grande proprietária na região de Elvas, pertencendo-lhe boa parte dos terrenos onde A. Dias de Deus encontrou as estações que publicou, conjuntamente com Abel Viana. Tais espólios foram, depois, repartidos entre o Museu de Elvas e o Museu de arqueologia que, por iniciativa da Fundação, se organizou e montou, primeiro no Paço Ducal, depois no Castelo, tomando então a designação de Museu Arqueológico de Vila Viçosa.

⁽¹⁵⁷⁾ Trata-se de fotografia de Abel Viana, datada de Setembro de 1950 com a seguinte dedicatória autógrafa, escrita no verso: “Ao Querido Amigo, Octávio da Veiga Ferreira. Pianando os nossos relatórios, com 30º à sombra. Beja, setembro de 1950”.

⁽¹⁵⁸⁾ Ver nota 148.

Iº – Vaso de Monchique. Tenha paciência mas... nada de pressas. O vaso é curioso mas só por si não vale um momento... Deixe-me respirar um pouco e arranjar tempo para dar uma sossegada volta a esta livralhada toda. Não terá graça nenhuma fazer isto de afogadilho e, depois, descobrir coisas que escaparam à busca. Tempo ao tempo, portanto, que não falta que fazer e há coisas muito mais importantes a tratar primeiro. Descanse, que o vaso não nos foge.

IIº – Moedas do Vives¹⁵⁹. Junto lhe mando as quatro fotografias que tirei, à experiência. Como saíram satisfatórias, vou tirar as duas que faltam. Mando-lhe também as respectivas películas para você mandar ampliar. Creio que ampliadas no triplo ficam em condições de você ver bem o que são as fotogravuras do Vives. Nas costas de cada prova vão as indicações. Algumas não interessam ao seu caso; as que lhe devem aproveitar são as de EBORA, PAX IULIA, DIPO e OSSONOBIA. Falta tirar as de SALACIA, SIRPENS; MYRTILIS e BAESURIS. Veja se estas lhe servem, a fim de, caso afirmativo, tirar as outras. Copiar-lhe-ei, também, o texto relativo a estas moedas. Vou também procurar uma fotografia que tenho dos exemplares do Museu de Beja. Quanto a Vives creio, portanto, que está semi-servido. Realmente estou bem servido com os parceiros que arranjei... Um anda menos que um caracol e é o cabo dos trabalhos para o levar a fazer alguma coisa; o outro dispara a cem à hora, e é o cabo dos trabalhos para lhe meter os travões... Nunca se deixe adormecer, mas é preciso também não se precipitar.

III – Elementos sobre o Minho. Remeti-lhe, há dias, registado, dois volumes do “Anuário do Distrito de Viana”, obrázita de que eu fui um dos directores, com o máximo de trabalho e sem qualquer lucro (pois este foi para os outros dois, ao tempo mais atrapalhados financeiramente que eu). Como verá, tem artigos de valor, entre os quais um do nosso Dr. M. Corrêa. Eu tinha aqui três exemplares.

Julgava que já tinha dado um a si. O outro exemplar é para me fazer o favor de entregar nos Serviços Geológicos, para a Biblioteca. Entregá-lo-á ao Sr. D. António. Não se esqueça. E tenha muita cautela com a capinha, que é linda e muito frágil. Nesse livro encontrará o que pretende. Lá está o tal mapa arqueológico. No texto vai resumido o que ao tempo eu sabia a tal respeito¹⁶⁰. Depois disso, o José Rosa de Araújo localizou mais coisas¹⁶¹. Vou ver se consigo obter-lhe mais qualquer coisa. Mas olhe que já tem aí bem com que se entreter.

Quanto ao Distrito de Braga, há uma carta arqueológica, creio que do Mário Cardoso, na “Homenagem a Martins Sarmento” (?). Não é aí, mas sim na “Correspondência entre Hübner e M. Sarmento”. Também no Vol. Iº das Comunicações do Congresso do Mundo Português há um mapa proto-histórico do concelho de Guimarães, trabalho do Dr. Luís de Pina – coisa séria, portanto. Tudo isto lhes deve aproveitar. Acerca de minas no Vale do Lima, veja se entra em contacto com Roberto Pinto de Gouveia, São Lourenço da Montaria (Serra de Arga) – Viana do Castelo. É ele que dirige a exploração da mina de estanho de São Lourenço da

⁽¹⁵⁹⁾ Ver nota 145. No caso, trata-se de moedas hispano-romanas cunhadas em território hoje português. O trabalho sobre tais moedas só viria a ser publicado muitos anos volvidos (FERREIRA & FERREIRA, 1973).

⁽¹⁶⁰⁾ Abel Viana foi Director do “Anuário do Distrito de Viana do castelo”, em 1932, com Manuel Couto Viana e Alberto Meira. Refere-se ao artigo “Carta pré- e proto-histórica do Distrito de Viana do Castelo” (VIANA, 1932).

⁽¹⁶¹⁾ Ver nota 143.

Montaria. Ele deve poder-lhes dar informações úteis. É rapaz novo, excelente pessoa, desempoeirado. Vale a pena conhecê-lo e naturalmente se passa a estimá-lo. Ele vive mesmo na Serra. Tem carro. Vive em uma casa onde eu gostaria de passar um bom pedaço da vida. Escreva-lhe.

IV – Planta das manchas mineiras. Trate de acabar isso, e o mais que julgar conveniente, e de me mandar para cá logo que possa. Isso é mais importante que o penico, digo, que o vaso de Monchique, por isso deve ter precedência. Saiba que hoje mesmo remeto para Madrid a minha inscrição, e a de você, no IIº Congresso Nacional de Arqueologia¹⁶². Realiza-se na próxima primavera. Deve ser no mês de Abril. Prepare-se para ir também! Veja se amealha umas centenas de escudos, que lhe devem chegar. Indo comigo, eu lhe direi como estar muito bem em Madrid sem grande dispêndio. Além das sessões de estudo, que são lições admiráveis (comparado com estes congressos, o Luso – Espanhol é uma miséria), há excursões a Numância, Termância, Duraton, etc.. Você precisa de conhecer coisas destas. A inscrição é apenas de 25 pesetas (13 ou 14 escudos!). Pois é para tal lugar que nós devemos preparar o assunto da Idade do Cobre. Ali mesmo. Deixe que eu terei a diplomacia necessária para que o trabalho seja bem recebido¹⁶³. Com o Dias de Deus apresentarei um estudo sobre a cultura megalítica na região de Elvas. Você bem sabe do magnífico material que temos a tal respeito. E não é só o que lhe mostrei. Há muito mais¹⁶⁴. Por enquanto, sobre o nosso trabalho (Idade do Cobre), apenas tenho pensado. Só depois desta gestação puramente mental me resolverei a ler e a redigir. Antes de Abril estará pronto e irá às suas mãos, para os devidos efeitos. Descanse, pois.

V – Pontas de seta e outros objectos de cobre. Desenhe quanto possa, e o mais fielmente possível. Copie do Leisner. Eu copiei alguma coisa, mas relativamente pouco, e não foi uma reprodução rigorosa. Apenas uns rabiscos para me orientar. Faça agora coisa fiel.

Veja lá como se escreve “cobre” em alemão, e faça uma estatística de todo o cobre citado pelo Leisner. É capaz disso? Creio piamente que sim.

E nada mais tenho, creio eu, que dizer relativamente à sua última carta. Tome bem nota deste programa. Deixe-me, entretanto, adiantar estas coisas que estou fazendo com o Dr. Zby. Dentro de um mês terei tudo pronto. Depois me virarei absolutamente para as nossas, embora eu vá, desde já, fixando alguns tópicos.

Como sabe, estou às ordens do Dr. Zby. Logo que ele me mande avançar para Lisboa, seguirei para aí. Mas não quero ir com as mãos a abanar. Tenho de trabalhar imenso para dar cumprimento a tudo isto. É necessário acabar com o paleolítico alentejano, para poder começar a tratar do minhoto.

Não esqueça entregar ao Sr. D. António de Castelo Branco o exemplar do “Anuário de Viana do Castelo”.

Mande-me dizer se sempre mandou ao Heleno as separatas do bronze das Caldas. Se você não mandou, mando eu. Mas diga-me primeiro se sim ou não¹⁶⁵.

⁽¹⁶²⁾ Realizado em Madrid, em 1951, cujas actas se publicaram no ano seguinte.

⁽¹⁶³⁾ Abel Viana e O. da Veiga Ferreira vieram efectivamente a apresentar ao IV Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Madrid em 1954 importante trabalho sobre tal assunto (FERREIRA & VIANA, 1956).

⁽¹⁶⁴⁾ Ver bibliografia (VIANA & DEUS, 1952).

⁽¹⁶⁵⁾ Na carta de 1 de Junho de 1950 (Documento nº 30) não consta o nome do Prof. Manuel Heleno, mas sim o do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia: seria, pois à instituição e não ao seu Presidente que as separatas eram oferecidas, o que se compreende dadas as relações difíceis existentes entre aquela e Abel Viana.

E basta de conversa, por hoje. Parece-me que não me esquece nada. Dê notícias minhas ao Dr. Mendes Corrêa, D. António¹⁶⁶, Zby e C. Teixeira¹⁶⁷. Cumprimentos a sua Esposa. Beijos à minha “sobrinha” e também à que não é minha sobrinha. Para si um abraço.

Abel Viana

P.S. Aproveite do Leisner o mais que puder¹⁶⁸.

Documento nº 35 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 1/3/1951

Meu Exm^o. Amigo:

Os meus cumprimentos.

Recebi, há uns quinze dias, um ofício do Secretário da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, a perguntar-me se eu, para publicação, entregara a qualquer revista os trabalhos que apresentei ao XX Congresso Luso – Espanhol¹⁶⁹. Respondi que não. Disse, mais, que tanto o trabalho de colaboração com o Dias de Deus como os dois de colaboração com Formosinho e Veiga Ferreira desejava eu fossem publicados no volume das Memórias do Congresso.

Como, certamente, o meu Exec.^{mo} Amigo será consultado a respeito das publicações do Congresso, venho prevenir da pergunta que me fizeram e da resposta que dei, rogando-lhe nos patrocine a publicação dos três trabalhos.

Já mandei para a “Brotéria” o artigo sobre a exploração da necrópole romana do Bairro Letes, em Faro¹⁷⁰. Peço se não esqueça do pequeno subsídio que o Director da Revista indicou, para ajuda das gravuras.

Isto é só pedir... pedir... pedir... Queira perdoar.

De Madrid avisam-me estar marcado para 28, 29 e 30 deste mês o II Congresso Nacional de Arqueologia. Tenciono lá ir, principalmente pela visita a Numância, Termância e outras estações. Vou começar hoje a redigir os trabalhos que desejo lá apresentar, de sociedade com os colaboradores do costume¹⁷¹.

⁽¹⁶⁶⁾ Eng. António de Castello-Branco, Director dos Serviços Geológicos de Portugal, que sucedeu na chefia destes ao Eng. António Vianna, falecido em 1949.

⁽¹⁶⁷⁾ Doutor Carlos Teixeira, Professor de Geologia, Estratigrafia e Paleontologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e antigo discípulo do Prof. A. A. Mendes Corrêa. No início da sua carreira, dedicou-se intensamente à Arqueologia, tendo publicado numerosos trabalhos de mérito; manteve até ao fim da vida (f. 1982) manter cordiais relações com os arqueólogos portugueses da sua geração.

⁽¹⁶⁸⁾ Refere-se à monumental obra de G. Leisner e V. Leisner, “Dir Megalithgräber der Iberischen Halbinsel – der Süden”, publicada pela casa editora Walter de Gruyter, de Berlim, em 1943.

⁽¹⁶⁹⁾ Trata-se, não do XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, mas sim do XIII, ao qual Abel Viana e O. da Veiga Ferreira apresentaram diversos trabalhos, que foram publicados nas respectivas Actas (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1953).

⁽¹⁷⁰⁾ Ver Bibliografia (VIANA, 1951).

⁽¹⁷¹⁾ Esta passagem é significativa do modo de preparação dos artigos a que Abel Viana, generosamente, associava os nomes de companheiros de trabalho, apesar de quase todo o esforço ter sido seu, na maioria dos casos.

Recebi ontem os dois tomos do Vol. XII do “Boletín Bibliográfico de Antropología Americana”, relativo a 1949 e publicado em 1950.

O meu Exc.^{mo} Amigo com certeza já os recebeu. No entanto, direi: a págs. 304 do Tomo I, vem uma referência aos “Trabalhos de Antropología e Etnología”; a págs. 247 do Tomo II, está uma recensão de “La posición sistemática de los Amerindios”.

Neste mesmo Tomo vejo que Gimpera não se conforma com as teses revolucionárias de Santa-Olalla.

Este enviou-me, há dias, o riquíssimo volume – “Acta Arqueologica Hispanica – V” (Chamartin de la Sierra – Avila). Bela homenagem à memória de Cabré!¹⁷²

Por hoje não o maço mais.

Mande as suas ordens ao muito grato e dedicado

Abel Viana

Documento nº 36 – Carta manuscrita em folha branca, datada.

Beja, 8/3/951

Meu caro:

Faça-me o favor de classificar esse molusco que dá essas conchinhas brancas em forma de presunto: (desenho). Aí na Sala de Arqueologia¹⁷³, no mostrador da fila da esquerda, para quem entra, se me não engano no 5º mostrador, onde estão coisas de vários sítios (Monte Abraão, S. Geus, Porto Covo, etc.), há objectos do “Dólmen de Vila Fernando”. Entre esses objectos, estão algumas conchinhas destas. De modo que, além da fotografia, você tem aí o objecto próprio.

Mande-me isto na volta do correio, se lhe for possível.

Cumprimentos para todos.

Sempre vai a Espanha¹⁷⁴?

Continuo aguardando a sua decisão.

Cumprimentos para todos.

Um abraço.

A. Viana

⁽¹⁷²⁾ Trata-se da obra monumental “El castro y la necropolis del Hierro Celtico de Chamartin de la Sierra (Avila), publicada em 1950 pela Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas, de Espanha, dirigida pelo Prof. J. M. Santa-Olalla, na qual Juan Cabré Aguiló figura, a título póstumo, como primeiro autor. O facto do Prof. J. M. Santa-Olalla ter enviado esta importante obra a Abel Viana mostra o respeito que este lhe merecia, apesar da má impressão que Abel Viana dele reteve em encontro anterior (ver nota 114).

⁽¹⁷³⁾ Referia-se à Sala de Arqueologia do Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

⁽¹⁷⁴⁾ Trata-se da participação já antes referida, no II Congreso Arqueológico Nacional, reunido em Madrid nesse mesmo ano de 1951.

Documento nº 37 – Carta manuscrita em folha branca (em parágrafo grande), datada.
Beja, 4 de Junho de 1951

Meu caro: Como passa? E os seus? E a gente dos Serviços? Eu vou andando, mas ainda bastante atrapalhado. No entanto, trabalha-se. Pedi-lhe, há dias que fizesse aqueles desenhos, agrupados conforme indiquei.

Hoje, segue mais esta maçada para si. Depois dos artigos em que tratamos dos objectos do Museu de Lagos – artigos que são três –¹⁷⁵, vamos tratar do conjunto da região de Lagos. Para isso, precisaremos de uma pequena carta, em termos que vou expor: Faça-me, pela carta de 1/50.000, um extracto dos arredores de Lagos, desde a Figueira (extremo Oeste, na costa), até à Foz do Arade, um pouco para além de Ferragudo (extremo Leste, tal como na folha 29-C da carta do Estado Maior). Para Norte, faça um limite um pouco acima de Bensafrim e de Alcalar, afim de podermos assinalar os vários pontos destes sítios de onde temos achados arqueológicos.

Localize somente as sedes das freguesias, ou aldeias principais, os cursos de água, as estradas principais, o caminho de ferro, as falésias e as praias arenosas, algumas cotas no litoral e os pontos com marco geodésico no interior. Apenas isto.

Não carregue muito, porque precisamos de deixar espaço em branco para localizar todos os pontos que o Estácio da Veiga assinala nas duas Cartas Arqueológicas, isto é, na Pré-histórica, publicada nas “Ant. Mon.” Vol. I, e na Histórica, publicada no “Archeólogo Português”, vol. XV. Você mesmo poderá fazer essa localização. Mas ponha só o nome do sítio, e as letras B., F. R. (Bronze, Ferro, Romano). Nada daqueles sinais convencionais do Estácio, a fim de tornar a coisa menos confusa. Mas para já, preciso desse quadrado do que vai indicado a lápis, que é para o artigo acerca do Monte Molião¹⁷⁶. Veja se me pode mandar este bocado dentro de uma semana, o mais tardar. E como vão as nossas coisas? O trabalho de Monchique? Publica-se ou não?

E as coisas de Tomar, fazem-se ou não se fazem?

Parece-me que você, absorvido pelo novo mundo em que entrou, já não faz caso do resto... Os três artigos estão quase prontos. Devo mandá-los ao Formosinho dentro de 10 ou 12 dias. Mas desta vez não os demorará, porque, se for preciso, vou a Lagos buscá-los! Cumprimentos para sua Esposa. Recomende-me ao Dr. Mendes Corrêa e ao Dr. Zby¹⁷⁷.

Um abraço.

A. Viana

⁽¹⁷⁵⁾ Ver bibliografia (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1952; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 a; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 b).

⁽¹⁷⁶⁾ Ver Bibliografia (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1952). Efectivamente, no artigo citado, publica-se uma figura que corresponde a uma zona da carta antes pedida a qual, porém, não chegou a publicar-se em nenhum dos artigos dedicados ao estudo dos materiais do Museu Regional de Lagos (ver nota 175).

⁽¹⁷⁷⁾ Os frequentes pedidos de transmissão de cumprimentos ao Dr. A. A. Mendes Corrêa compreendem-se: no decurso da década de 1950, O. da Veiga Ferreira desempenhou as funções de secretário particular, encontrando-se regularmente com Mendes Corrêa na Sociedade de Geografia de Lisboa, a que este último presidia.

Documento nº 38 – carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

Beja, 27/7/1951

Meu caro:

Recebi a sua carta de ante-ontem e acabo de receber agora outra. Preparava-me para lhe responder, quando recebi a segunda carta. Não repare nos erros que esta vai ter, pois está um calor tremendo. São 11 horas da manhã e a coisa deve andar já à roda dos 30 graus. O pior é o vento que está a soprar de Leste. É o tal “Levante”, que põe a gente a pão e laranja. Assim custa imenso trabalhar. Anda-se atordoado, verdadeiramente doente. Vamos já ao caso de que trata na segunda carta. Quando preciso de ter dinheiro em Espanha, escrevo para uma casa comercial de Vila Real de Santo António, a dizer: Peço me mandem para Madrid... tantas pesetas. Lá da casa escrevem para Ayamonte, ou para Sevilha, e de lá remetem para Madrid um vale do correio no valor das pesetas que indiquei. Depois, de Vila Real, mandam-me dizer quanto tenho a pagar em dinheiro português – importância que daqui lhes remeto em vale do correio. O valor da peseta tem oscilado, nestes últimos seis anos, entre \$90 e \$55. É conforme a ocasião. Acresce mais uns 5 ou 6 escudos, do trabalho da remessa do vale espanhol. O processo é cómodo, mas algumas vezes é moroso, ou porque em Vila Real se esqueçam do pedido, ou por qualquer outra razão. Em Madrid tenho várias pessoas que me podem receber as pesetas, sendo necessário, porém, eu previamente avisar, porque eles recebem lá o vale expedido por um nome que não conhecem (assim como eu também fico sem conhecer). Portanto, mando dizer de cá: Se receber de tal ou tal parte um vale do correio na importância de X, esse vale é meu. E pronto. Actualmente quem me serve de “caixa” em Madrid é a secretária do Bellido, uma rapariga chamada Angústias Cazorla, sobrinha do Camps Cazorla, que o Dr. M. C. bem conhece. O tio, claro está. Neste momento sei que ela só conserva 30 das minhas ricas pesetas, e que estou lá devendo umas cento e tantas... Preciso, pois, por estes dias, de recorrer a Vila Real, a fim de reforçar os meus “fundos” no mercado externo... Ora, para o caso de que me fala, terei muito gosto em tratar das coisas, mas não aconselho este expediente, pela simples razão de que em Vila Real podem demorar, e as pesetas não estarem em Madrid na data precisa, que é relativamente próxima. Só por esta razão, que me parece muito ponderável. Ainda se eu estivesse próximo de Vila Real, para dar ali uma saltada, ou se tivesse lá pessoa de confiança para apressar o caso. Mas é longe e não tenho lá a pessoa necessária para tal diligência.

Mas, vamos pensar bem no caso de que se trata. A Senhora pode levar consigo, legalmente, 10.000 pesetas. Pois pode levar outras 10.000, ou 30.000 porque ninguém a incomodará. Às vezes, na fronteira, nem chegam a perguntar quanto levamos. Quando perguntam, se levamos as 10.000 ou menos, dizemos que levamos 3, 4, 5 mil ou quantas forem. E se levamos mais, dizemos que só levamos as 10.000. Nunca exigiram, a mim ou a qualquer outra pessoa, nas tantíssimas vezes que tenho passado a fronteira, em diversos pontos, que abrissemos as carteiras, ou mostrássemos os bolsos. Nem mesmo uma vez que, no momento em que o funcionário espanhol me perguntou quantas pesetas levava, em respondi muito lampeiro – trezentas! Ao que le advertiu: Mas o Sr. Sabe que não é permitido! E eu emendei: Eu não levo peseta alguma; supunha que me

perguntava quantas pesetas eu desejava adquirir aqui na fronteira. Riram-se da minha confusão, devida à pouca prática no castelhano. Mas o certo, a verdade, é que eu, além das tais 300 pesetas que disse querer comprar, a fim de coonestar a minha entrada em Espanha, levava na carteira 4.000 pesetas pretas... Isto foi no tempo em que se não podia levar nenhuma. Podia citar aqui outros factos corroborantes da desnecessidade de a Senhora colocar primeiro as pesetas em Espanha. Pode, e até é mais cómodo levá-las consigo. Põe 10.000 na carteira, outras 10.000 numa bolsa, etc.. Eles não espiolham essas coisas. Mesmo no tempo em que não era permitido levar peseta alguma eles bem sabiam que raro seria aquele que as não levasse. Ainda há pouco foram daqui, em excursão, várias pessoas, algumas das quais me vieram pedir informações a respeito disso e de outras coisas. Um casal sei eu que levou 50.000, isto é, 30.000 a mais que a conta legal. Ninguém os incomodou. Claro que a Senhora, se lho perguntarem, declarará que leva apenas as 10.000. E não liga mais ao caso. Nem faz confidências a quem quer que seja. Faz agora um ano que um Amigo meu, de Setúbal, o poeta e capitalista Leonardo Pereira, sofreu o seguinte incidente, só acontecível a quem anda na Lua, como costumam os poetas... Foi a Sevilha no carro dele, com a esposa. No regresso, ao chegar a Ficalho (isto é, a Rosal de la Frontera), perguntando-lhe o espanhol que dinheiro trazia, despejou a carteira diante dele, e pôs-se a contar. Claro que pelo papel dos câmbios se via quantas pesetas ele havia comprado em Espanha, e ele não tinha mais que responder – comprei o que aí está indicado, de modo que do dinheiro português sobraram-me X escudos (O que ele à entrada declarara que levava, menos o que estava indicado no papel dos câmbios). Eles contentam-se com esta simples resposta, e não pretendem verificar se de facto trazemos pesetas de retorno, ou se há qualquer falta de verdade nas nossas declarações. Ora, o bom do meu amigo Leonardo, pôs-se a contar e viu nada menos que o seguinte: cinco notas de mil pesetas e oito contos em moeda portuguesa, além do que ele havia declarado à entrada! Fora o guarda-livros dele que, à última hora, lhe metera mais este dinheiro na carteira, sem ele, Leonardo o saber, ou... ter-se-ia esquecido, se o guarda-livros lho disse. O funcionário espanhol era um principiante e atrapalhado com o caso, levantou o auto e, depois, consultou para Madrid. De lá observaram-lhe particularmente, que ele abrisse os olhos de mais... Mas foi tarde. O Leonardo, a Senhora e o automóvel ficaram detidos uns dias no Rosal, legalmente “presos”, mas tão presos que aproveitaram mais uns passeios por terras fronteiriças de Espanha, até o assunto ficar solucionado. Imagine que até vieram passear a Beja, vindo ele e a esposa a minha casa, mais o aduaneiro português em Ficalho e o tal aduaneiro espanhol que o “prende” e autuou, e fomos almoçar juntos. O bom do espanhol estava entupido, aborrecidíssimo. Conto isto só para salientar que não convém fazer-se mais do que nos mandam ou nos pedem. As senhoras, porém, têm nestas coisas mais senso que os homens. Se fosse a esposa do Leonardo quem levasse o dinheiro não iria espalhar as notas diante do alfandegário...

Não há que temer a “apalpadeira”. Os funcionários da fronteira são psicólogos. Quando submetem alguém à apalpação é porque sabem que a pessoa é contrabandista, ou têm denúncia sobre ela.

Tratando-se de uma senhora distinta, à simples vista, sem cara de comprometida, e sem arrogância, nem portuguesas nem espanhóis a molestam.

Para não fazer muito volume, convém levar notas de mil, ou de quinhentas pesetas. Eu não sei o tempo que a Esposa do Doutor lá demora. Se demora bastante tempo, pode levar as 10.000, e depois lá receberá o resto. Mas, repito, julgo completamente desnecessário fazer-se isto.

Agora, uma coisa: Tem o Doutor em Lisboa quem lhe venda as pesetas? Se não conhece aí quem lhas arranje, posso eu obter-lhas aqui, embora as tenha de lhas levar a Lisboa. Nem isso é preciso. Quem mas vender encarrega-se de as mandar entregar em casa do Doutor, sem despesa de maior. Se quiser que lhas compre, é favor avisar-me já na volta do correio, pois nem sempre o vendedor dispõe, aqui em Beja, de grandes quantidades, tendo de as mandar vir de alguma das vilas fronteiriças. Cá fico, pois, às ordens, para o que for preciso. Como sabe, o comércio de pesetas, sejam brancas ou pretas (elas são todas iguais!), está legalmente autorizado¹⁷⁸.

Em devido tempo recebi os desenhos das coisas de Lagos, os quais ficaram excelentes. Também recebi o mapa. Tal e qual o que eu pretendia. O primeiro artigo que fiz com o material do Museu de Lagos trata em especial do Molião. Já mandei o trabalho para o Formosinho. Segundo ele, teve de virar tudo do avesso... Certo é que algumas coisas precisavam de ser corrigidas em pormenor, pois só ele deve saber bem o que por ele foi feito. O pior é que ele quer manter opiniões dele próprio, e as opiniões dele, como sabe, nem sempre são aceitáveis, por ter cristalizado no Déchelle¹⁷⁹ e no Estácio. Recebi hoje carta dele, na qual me diz que hoje mesmo deve mandar o artigo definitivamente dactilografado. Creio que desta vez não faltará ao prometido. Não sei se sabe que há pouco faleceu a sogra dele, que com ele vivia. Deve ter passado um bocado bastante desagradável. Depois, teve a eleição presidencial¹⁸⁰. Como o V. F. sabe, ele é o Presidente da comissão concelhia da União Nacional. Mas agora já está livre de tudo. Eu é que ainda não tive tempo de concluir os dois restantes artigos¹⁸¹. Tenho tido muitas outras coisas a fazer e, além disso, por razões de saúde o meu rendimento de trabalho diminuiu imenso. De 14 ou 16 horas de trabalho intenso, por dia, desci para três ou quatro, e mesmo assim muito molemente. Já vou muitíssimo melhor. Agora, porém, é o calor. Meu caro, com mais de 30 à sombra é muito difícil manter energias físicas e intelectuais. Nem me atrevo a ir a Elvas, onde a minha presença seria conveniente. Só tenciono lá ir para Setembro, ou Outubro. O calor ali é também infernal.

Como me mandou dizer que estaria fora de Lisboa durante certo tempo, eis a razão porque ainda lhe não havia escrito. Pelo Vaultier¹⁸² soube que o Dr. Zby ia até aos Açores. Você completou a informação. De modo que em Lisboa nada tenho, por enquanto, que fazer. Estive aí por duas vezes. A primeira foi na ocasião do tal cortejo dos Santos Populares. O Governador Civil encarregou-me de acompanhar a representação do Baixo Alentejo e vigiar os acontecimentos. Apanhámos o 3º prémio, entre 18 distritos. Nada mau. Fiquei desolado com a pobreza das manifestações folclóricas que andam por aí fazendo. Não são manifestações folclóricas, mas

⁽¹⁷⁸⁾ *Esta longa descrição das vicissitudes que condicionavam a obtenção de pesetas, em Portugal, bem como as limitações ao seu uso no país vizinho, é uma realidade que, vista à distância de 40 anos, se nos afigura caricata, mas que, à época, era ditada pelo forte proteccionismo económico vigente em Espanha.*

⁽¹⁷⁹⁾ *Refere-se ao "Manuel d'Archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine", de J. Déchelette, publicado em quatro tomos, entre 1908 e 1914 (Paris: Librairie Alphonse Picard et fils).*

⁽¹⁸⁰⁾ *Refere-se à eleição para Presidente da República.*

⁽¹⁸¹⁾ *Ver nota 175.*

⁽¹⁸²⁾ *Maxime Vaultier, industrial francês e entusiasta da Arqueologia, autor de diversos trabalhos, em colaboração ou realizados individualmente de carácter arqueológico, com os mais activos arqueólogos portugueses da época.*

sim mistificações. Até a representação de Viana do Castelo se apresentou falsificada! Os organizadores, honra lhes seja, não se deixaram ir no embrulho. Estive aí dois dias, no fim do mês passado, portanto. Voltei a Beja e, dois dias depois, tornei a Lisboa. Foi na ante-véspera do encerramento da Feira das Indústrias, certame que eu desejava ver. Fui, também, ao Etnológico, ver as coisas da Idade do Ferro (Alcácer, Bensafrim, etc.), finalmente expostas... Lá contemplei, igualmente, os objectos da Chaminé, com o honestíssimo letreiro segundo o qual foram depositados (à força, ou por manha!), pelo Dias de Deus¹⁸³.

Não passei, portanto, do salão de baixo, até uns 30 metros a contar da porta de entrada. Lá me encontrou o Luis Chaves, com quem conversei um bom pedaço. Aí estive outros dois dias, mas acompanhado de minha mulher, que desde a Exposição do Mundo Português não voltara a Lisboa. Dei com ela grandes voltas, a fim de lhe mostrar as mais salientes novidades da Capital: Exposição das Indústrias, Jerónimos (desde então transformados pelo Baltasar¹⁸⁴), Aeroporto, Estádio, Viaduto Duarte Pacheco, Jardim Zoológico, cinema São Jorge (onde vi uma fita aflitiva – “Trágico amanhecer”), Feira Popular, da qual minha mulher não fazia a mínima ideia; Arieiro, Alvalade; zona da rua da Palma e Praça da Figueira. Do Aeroporto, metemo-nos no autocarro, para lhe mostrar mais de perto o Bairro da Encarnação¹⁸⁵. Foi nos primeiros dias deste mês. Você não devia achar-se então em Lisboa. O Zby também não, por isso não fui aos Serviços.

Estou preparando as coisas a fim de seguir para Viana no dia 8 de Agosto. Pela primeira vez vai comigo minha mulher. Vou-lhe pregar uma fartada de Minho. Há-de pisar os terraços do Minho, do Lima e, possivelmente, do Cávado, não falando nos da Costa marítima. Ela anda muito bem e gostará de me acompanhar naquelas caminhadas por sítios de uma beleza como ela ainda não viu. Estarei lá até aos fins de Agosto, a não ser que qualquer descoberta aconselhe a demorar-me mais alguns dias. Antes de seguir tornarei a escrever-lhe, evidentemente. Estou pensando no tal programa de realizações no Oeste algarvio. Logo que acabe de pensar, escrevo. E quanto a Tomar? Afinal você nada de concreto me manda dizer. Que foi lá, que cheirou isto, que cheirou aquilo...

Mas que conversa é essa? Então fica só em cheiradelas? A não ser que você tenha lá encontrado um capitão que acompanhou o França, duvido que possa acertar com todos os pontos pesquisados por aquele nosso Amigo¹⁸⁶. Folgo do que me diz do Santos Simões. Estou de acordo com as suas impressões. Ainda há uma circunstância para admirar: que ele seja assim, sendo tão rico. Sabe e é modesto. Na verdade ele é meu amigo e eu tenho também por ele muita estima e admiração. Se algum dia formos para Tomar (coisa de que duvido muito.....), vai-nos ser um auxiliador indispensável.

Ó Veiga Ferreira, quando é que você deixa de sonhar tanto com os olhos abertos? Quando é que você encurta um bom pedaço essa GARGANTA? Lá a fazer projectos é você um alho! Porque não organiza você em Portugal a Comissão Organizadora de Excursões Inter-planetárias? Ficava-lhe a matar. O que você merecia era... meio quilo de bom presunto nos queixos. Depois, fosse lá beber cerveja à sua custa.

⁽¹⁸³⁾ Ver notas 100 e 109.

⁽¹⁸⁴⁾ Trata-se do Dr. Baltasar Rebelo de Sousa, que era, à data, membro do Governo.

⁽¹⁸⁵⁾ Bairro Social construído pelo Estado, onde O. da Veiga Ferreira já residia à época.

⁽¹⁸⁶⁾ Ver nota 130.

Diga-me uma coisa: O Dr. M. Gouvêa deixou a Secretaria do I. A. C.? Ouvi a Emissora designá-lo por “antigo Secretário do I. A. C.” ... Que quer dizer este “antigo”?

E basta. Que calor! Cumprimentos a Sua Esposa, ao Sr. Doutor M. C. e a quem por mim perguntar. Saúde. Um abraço. Beijos às minhas sobrinhas.

Abel Viana

Documento nº 39 – Carta manuscrita em folha branca, datada.

Beja, 17/10/951

Meu caro:

Recebi a sua carta de ontem. Bela notícia para quem começa a convalescer! Eu não posso ir a Lisboa, nem a parte nenhuma, nestas duas ou três semanas mais chegadas, de modo que o Veiga Ferreira tenha paciência, trate sozinho da afinação do original do nosso trabalho. O Dr. Zby dar-nos-á a sua preciosa ajuda. Como se trata da disposição das gravuras, respeitem a orientação que ele der. Faça tudo conforme ele indicar. Claro que se houver alteração na numeração das estampas, ou do número das figuras de cada estampa, é preciso ir ao texto fazer a respectiva mudança. Não é isto, porém, coisa difícil. E se de todo em todo você tiver dúvidas, uma vez que as estampas estejam devidas e definitivamente ordenadas, mandava-me tudo para cá, a fim de eu fazer a tal mudança de numeração no texto. Meu caro, o essencial, agora, é o seguinte:

1º – Tratar imediatamente do arranjo definitivo das estampas. 2º – Seguir à risca as indicações do Dr. Zby. 3º – Ouvir também a opinião do Prof. Mendes Corrêa, visto ser ele, afinal, o juiz supremo da questão, tudo de modo que da nossa parte não haja sequer um segundo de demora¹⁸⁷.

Que ninguém tenha de esperar por nós.

E o trabalho do Paleolítico de Beja¹⁸⁸? O Dr. Zby tem andado com ele? Você deu-lhe ajuda? Não se tormente de ter muito trabalho. Coisa horrível é estar-se proibido de trabalhar, de ler, de escrever, até de falar! O médico ainda não me deu licença para escrever. Esta vai de contrabando, e a lápis, para me fatigar menos. É a primeira que escrevo desde o começo deste mês. Estou a fazer um tratamento por meio de uma injeção – vacina. Deu-me uma reacção de tal ordem que se na tarde do dia 3 do corrente o médico não me acode com aminofilina, efedrina, coramina, brunquisban – um sumo de injeções, comprimidos, etc. fenicilina e estreptomina em banda, eu tinha ido desta para melhor. Na tarde de 3 estive algumas horas quase inconsciente. Seguiram-se dias em estado muito grave.

Há quatro dias que me sinto rerguer, mas estou fraquíssimo, e vejo que o tratamento tem de continuar – Não me posso alongar mais. Rogo-lhe faça como acima digo, a respeito do nosso trabalho grande. Recebi uma comprida carta do Formosinho, à qual não pude responder ainda.

⁽¹⁸⁷⁾ *Trata-se do extenso artigo publicado no volume 14 dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, relativo ao ano de 1953/1954 (ver nota 2).*

⁽¹⁸⁸⁾ *Ver nota 117.*

Ele vai para Abrantes uns dias e, depois, passará outros, aí em Lisboa. Contem com ele nos Serviços. Quer as coisas de Monchique para o Museu de Lagos? Vou ver se, entretanto, o levo a pôr de parte essa triste ideia. Mas não o posso fazer já. Acho que lhe podiam dar tudo, menos o machado de bronze, o trapo de linho e a navalha¹⁸⁹.

Recomende-me a todos. Um abraço deste seu amigo que escapou milagrosamente.

Abel Viana

Documento nº 40 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 25/11/51

Amigo Veiga Ferreira:

Desejo que tenha chegado bem a Lisboa. Eu vou melhorando, mas ainda não pude ir ao médico, porque o estado do tempo não o permite. Continuo com as injeções de cálcio. Isto, no entanto, vai muito melhor. Já trabalho algumas horas por dia e, como tive certo descanso, a cabeça está fresca, em óptimas condições. Ainda não chegou cá o tal papel preto. Venha isso logo que seja possível, a fim de eu tratar disto já. Até me faz mal ver isto aqui parado... Venha, pois, o tal papel¹⁹⁰. A relação que fizemos há dias, dos trabalhos que estou fazendo nos Serviços com o Dr. Zby, segundo creio, não foi completa. Ora tome nota, e faça o favor de conferir com o Dr. Zby¹⁹¹:

- Paleolítico das margens do Guadiana;
- Monumento do Monge.
- Estação da Ponte da Lage (Oeiras).
- Paleolítico do Alto Minho.
- Material de Vila Nova de Milfontes.
- Material de Odemira.
- Material de Castro Marim.
- Material de Ferreira do Alentejo.

⁽¹⁸⁹⁾ São peças estudadas anteriormente pelos Autores, oriundas das necrópoles pré-históricas de Monchique (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1947), que se conservaram, efectivamente, em Lisboa, na Sala de Arqueologia do Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

⁽¹⁹⁰⁾ Deve referir-se a pedido de cartolina preta em que foram montadas numerosas estampas fotográficas do trabalho referido na nota 187.

⁽¹⁹¹⁾ Esta extensa lista é bem expressiva da febril actividade arqueológica de Abel Viana, aqui apenas retratada por defeito daquela que na realidade desenvolvia, sózinho ou em colaboração, como é o caso de G. Zbyszewski. Importa, no entanto, referir que, devido por certo às ocupações profissionais deste último – que, antes de mais, desenvolvia intensos trabalhos como geólogo – apenas os materiais da tholos do Monge (Sintra) e da gruta da Ponte da Lage (Oeiras) foram publicados por ambos, em colaboração com O. da Veiga Ferreira (ver nota 124).

- Material de Serpa.
- Gruta do Carvalhal (Turquel).
- Gruta do Zambujal (Melides).
- Material da Fonte da Rotura.
- Dólmen de Alcácer do Sal.

Quanto ao Paleolítico das margens do Guadiana, o que o Dr. Zby tem aí é uma cópia, a fim de verificar se a ordem por que dispus as estações está bem, e para se regular no que falta da fotografia do material. Logo que faça as anotações que entender convenientes, era favor devolver-me essa cópia, para eu lhe remeter o original definitivamente arranjado.

Vou fazer, e já, um paleio de entrada, que se ajeite à descrição introdutória do trabalho¹⁹².

Antes do fim do ano, enviarei ao Dr. Zby o Paleolítico do Alto Minho, o Monge, a Gruta de Oeiras e grande parte das outras coisas, que, de resto, são pequenas.

Transmita-me tudo isto ao Dr. Zby e dê-lhe um abraço meu.

Cumprimentos para sua Esposa e para as miúdas. Cumprimentos para o Professor Doutor Mendes Correia, ao Ex.mo Sr. Director dos Serviços, Eng.º Moitinho, etc. etc.. Informe o Dr. M. Correia de que o meu estado é satisfatório, quase normal. Salvo o não poder ainda sair de casa, e de me acautelar com certas coisas, já trabalho muitas horas diárias, com magnífica disposição. E por hoje nada mais. Um abraço.

Abel Viana

P.S. – O cabrito chegou com os cornos inteiros? Agora me lembro que não é cabrito, mas sim corça... Se calhar também ela os tem... Não esqueça o papel preto.

2ª Carta:

Ainda não respondi ao Formosinho. É para castigo dele. Fica pelas muitas vezes que ele também demora em responder. Começarei amanhã o meu relatório para a Junta, digo, para o Instituto para a Alta Cultura.

Até 3 ou 4 de Dezembro deverei remetê-lo ao Instituto, e a respectiva cópia para o Dr. M. Correia e Dr. Zby¹⁹³. Bem desejaria que os Serviços me considerassem, oficialmente, claro está, cooperador eventual, (...?) como queiram, contanto que, de facto, se pudesse indicar oficialmente o meu fraco préstimo nessa casa. Há muito tempo que falei nisso aí. Agora, sinto-me embaraçado, pois não vão levar-me a mal insistir. Se não puder

⁽¹⁹²⁾ *É estranho que, estando este artigo concluído, ou muito próximo disso, jamais tenha sido publicado.*

⁽¹⁹³⁾ *O referido relatório vem mostrar que Abel Viana era, à data, bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura, órgão que o financiava nas suas investigações. Pelo seu currículo, publicado pelo próprio neste mesmo ano de 1951 (VIANA, 1951) verifica-se, de facto, que tal situação teve início em 1945.*

ser, paciência, não se falará mais no caso¹⁹⁴. Consulte a este respeito o Dr. Zby. Olhe a tal fotografia tirada em Alpiarça! Não se me (...?) um faz mas não faz!

Mande o papel... Já viu o 1º número da Terra Lusa? Afinal sempre saiu¹⁹⁵.

Abel Viana

Como o “Arquivo de Beja” se encontra, presentemente, em fase de “vacas magras”, vou mandar o artigo com os objectos romanos da Mina de Aljustrel (Algares) – os que estão nos Serviços e os que estão no Museu de Beja, para o Porto, ao Prof. Guimarães. Pergunte ao Dr. Zby se acha bem¹⁹⁶.

Esse artigelho está só a meu cargo.

Documento nº 41 – Carta manuscrita em folha branca, datada.

Beja, 3/12/951

Caro Veiga:

Nem papel preto¹⁹⁷ nem notícias suas... Terá falecido a cabra de barro? Que pena! Vou indo cada vez a melhor. Já trabalho em pleno desde que você aqui esteve, tenho dado bem ao dedo.

Já concluí três trabalhos e tenho outros quase acabados. Junto envio a cópia do relatório. É favor dizer ao Dr. Zby que, dentro de poucos dias, lhe remeto a introdução ao Paleolítico do Guadiana (projecto de introdução, já se vê), os Materiais paleolíticos do Alto Minho, as duas conversas do Monge e da gruta da Ponte da Lage e o Dólmen de Alcácer. Tudo isto lhe estará nas mãos antes do Natal¹⁹⁸.

O resto também irá depressa. Mas não pegarei em mais nada sem mandar para aí tudo o que respeita a trabalhos com o Dr. Zby. Antes de meados de Janeiro devo ter tudo isto pronto.

Depois, vamos às nossas coisas – às de Lagos, a tal história do cobre peninsular (uns bons cobres, peninsulares, insulares ou continentais, é o que nos fazia um jeitão...) e às coisas de Elvas, que são muitas e importantes. A Livraria Morais fez agora um leilão em Lisboa, da importante Livraria que pertenceu a um funcionário superior do Banco de Portugal. Sabe quanto deram pelo “Neolítico

⁽¹⁹⁴⁾ *Este desejo jamais se concretizou, ao contrário do que se verificou com o Centro de Estudos de Etnologia peninsular, sob direcção do Prof. A. A. Mendes Corrêa, que o agregou como “colaborador eventual” (VIANA, 1951).*

⁽¹⁹⁵⁾ *Ver nota 11.*

⁽¹⁹⁶⁾ *Trata-se de artigo que não chegou a publicar-se. É provável que este tenha sido refundido com outros elementos, dando origem a um importantíssimo estudo sobre a arqueologia mineira do Período Romano, publicado apenas em 1954 (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1954), nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”. No “Arquivo de Beja” foi ulteriormente publicada outra versão do mesmo assunto (VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1956).*

⁽¹⁹⁷⁾ *Ver nota 190.*

⁽¹⁹⁸⁾ *Ver nota 191.*

de Pavia”, do Vergilio Correia? 100\$00! Eu oferecera 50\$00¹⁹⁹. As nossas separatas ainda hão-de valer fortunas!!!

Mas só depois de esticarmos a perna. No entanto, nossos netos andarão a pé... se não sofrerem dos calos. Mostre o relatório ao Dr. Zby e entregue-o ao Dr. Mendes Correia. Então essa coisa de colaborador eventual do Centro de Est. Peninsulares não mete nomeação, ofício, etc.?²⁰⁰ Se eu, sem prova documental, alegar em público tal qualidade, podem prender-me... E aí nos Serviços não se arranja nada? Nem como presente de Natal? Sou capaz de pôr na chaminé todos os pares de botas ferradas que tenho rebentado em busca de calhaus lascados, mas não queria pô-los em vão. Você andou com sorte, quando veio aqui a Beja. Tenho aqui três lindos coups-de-poing que trouxe este ano de Areosa. Era para você mos levar ao Dr. Zby, mas esqueceu-me. Como você se livrou deste lastro! E você precisa mesmo de lastro, para ser pessoa de peso. Quanto mais lastro, mais peso.

Já estou a perder tempo. Papel preto. Quero ver-me livre desta geringonça das Caldas. Fale com o Dr. Zby e com o Dr. M. Correia. Mexa-se. E a famosa fotografia com o Pe. Roche??? É uma rocha! Saúde. Cumprimentos para todos.

Um abraço.

Abel Viana

P.S. = Há uns trabalhos do Dr. C. Teixeira e outros sobre coisas das Ilhas e Ultramar. Não se pode arranjar isso? É uma coleção de meia dúzia de volumes, ou mais. O Dr. M. C. não nos arranja isso?

Documento nº 42 – carta dactilografada em folha branca, de dimensões próximas da de um bilhete postal, datada.

Beja, Domingo de Entrudo de 1952

Veiguinha Amigo:

E então? Que novidades hão? A publicação dos nossos trabalhos vai bem encaminhada? O de Monchique? Já acabou de preparar os desenhos e de retocar as fotografias? E os do Congresso Luso – Espanhol²⁰¹? Estou ansioso por saber de tudo isto.

Quanto a saúde, vou andando muito regularmente. Tenho saído todas estas últimas tardes, para fotografar, em série, todos os objectos de prata e ouro do Museu, assim como várias coisas das secções arqueológicas

⁽¹⁹⁹⁾ Trata-se de uma rara edição, correspondente à Memória nº 27 da Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales, 1921), da obra “El Neolítico de Pavia”, do Prof. Vergilio Correia, a qual, pelos vistos, já na década de 1950 era muito procurada.

⁽²⁰⁰⁾ Ver nota 194.

⁽²⁰¹⁾ Ver bibliografia (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1953).

que até hoje ainda não havia fotografado ou desenhado. Ando, pois, em rodagem... O médico quer que eu me vá exercitando a pouco e pouco, antes de me abalançar a sair de Beja para qualquer parte onde tenha de me sujeitar a caminhadas e outros esforços. Vou, entretanto tomar mais algumas injeções de cálcio. Depois, logo que o tempo esteja um pouco mais quente, vôo (é o termo) para as bandas de Vila Viçosa e Elvas, onde há imenso que fazer, e com urgência.

Depois do serviço em Elvas, irei até Lisboa, caso o Dr. Zby não esteja ausente.

Entretanto estou trabalhando muito. Tenho uma porção de coisas em marcha, algumas quase prontas, dependendo o acabamento apenas por um ou outro pormenor. Entre as quase concluídas estão várias daquelas que respeitam à minha colaboração com o Dr. Zby, sobre materiais dos Serviços²⁰².

As minhas consigo e com o Dr. Formosinho também estão adiantadas. Tudo isto sofreu atraso, como é natural, com a minha doença, mas há outro motivo que causou mais atraso que a doença. Você bem sabe que, por oferta e por compra, os meus livros de arqueologia aumentaram imenso. A quantidade é já tal que não posso confiar apenas à memória a sua utilização.

Perdia imenso tempo à procura de elementos aqui e além. Os verbetes feitos eram já muitos, mas ainda em número muitíssimo insuficiente. Tive, em primeiro lugar, de fazer nova catalogação dos meus livros. Seguidamente, verbetei quanto pude, relativamente ao Paleolítico, Neolítico, Bronze e Ferro. Faltam-me o Romano, Visigótico, Epigrafia, Numismática, etc., mas como estas coisas são menos urgentes, deixo-as para outra ocasião. Já terminei este serviço e, agora, já me posso mexer melhor na continuação dos nossos trabalhos.

E a respeito do Paleolítico de Beja? Que me diz?

E o do Guadiana? O Dr. Zby sempre fez as fotografias que faltavam? E os tais apontamentos de Carlos Ribeiro?

E a minha inscrição para a compra do livro de Abbé Breuil, sobre arte rupestre?

Pergunte-me tudo isto ao Dr. Zby, e responda-me por ele, que ele terá mais que fazer para poder dar-me resposta.

Agora, um pedido meu.

Preciso de um desenho como este que lhe envio junto a esta. Como vê, é um decalque dos arredores de Tavira, sobre a carta de 1/100.000. Precisava desse boneco muito bem feito, como você é capaz de fazer, visto os meus olhos falharem já para coisas muito miúdas.

É favor alargar o boneco mais um centímetro para cima e para os lados esquerdo e direito. No lado do mar ficará como está. Quanto a indicações, bastam as que vão assinaladas. Pode completar a rede das linhas de água e pôr uma ou outra indicação orográfica. Quanto ao mais, deixe como está, a fim de salientar melhor a parte onde assentam as ruínas de Balsa, que ficarão sinaladas pelo tracejado. Apenas uns pontos com números. A legenda explicativa coloque-a sobre o mar (como quem diz...). Apenas isto: 1 – Torre d’Ares. 2 – Ondas. 3 – Pedras d’El-Rei. 4 – (sepulturas). 5 — Carretera. /..... Ferro – Carril. Assim mesmo,

⁽²⁰²⁾ Ver nota 191.

em espanhol. Cautela, que no boneco que envio El-Rei vai errado. Veja se me pode fazer isto com urgência²⁰³.

Cumprimentos meus para sua Esposa e para os nossos excelentíssimos e bons Amigos. Para si, um abraço.

Abel Viana

Documento nº 43 – carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada. Beja, 27/5/1952

Meu caro Veiga Ferreira:

Cá estou novamente a escrever-lhe, porque há assuntos importantes a tratar. Você diz que não sabe para onde se voltar. A mim acontece-me o mesmo, mas acho que isto é bom sinal.

Depois da belíssima campanha de Vila Fernando – Vila Viçosa, que me vai proporcionar, e ao Dias de Deus, um trabalho até hoje, creio eu, não realizado entre nós, sobre aquela época luso-romana²⁰⁴, surge-me inesperadamente o episódio de Odivelas, verdadeiramente notável.

Ora oiça. O tractor cortou de travéz o corredor de um dólmen. O dono da propriedade mandou cavar nesse ponto e tirou daí 24 ídolos-placas, 3 machados de pedra e muitas ossadas. Cavaram uns dois metros na extensão do corredor, mas sem se aperceberem do que se tratava.

Como perto afloravam as pontas de umas pedras, cavaram aí também e acharam nada menos que um grande monumento de falsa cúpula, tipo perfeito de Los Millares. Estou certo de que em Portugal ainda se não achara monumento megalítico com tal arquitectura. Lembra, de certo modo, o monumento de Nora. Dentro da câmara, muito vasta e ligeiramente ovalada na direcção do corredor, colheram 24 ídolos-placas, 32 facas e fragmentos de facas de sílex, 4 cabeças torneadas, de agulhas de osso (grandes), 8 vasilhas completas, vários dentes de javali, alguns deles perfurados, dois pequeninos búzios (“beijinhos”)²⁰⁵ com perfuração dupla e ossadas que deviam pertencer a cerca de uma centena de indivíduos! Esta descoberta foi em Agosto do ano passado.

Os proprietários da herdade resolveram vender os achados. Informados, talvez, pelo Armando de Lucena, foram ao Etnológico. Levaram as 24 placas achadas no corredor e duas cabeças de agulha. O Heleno disse-lhes que pagava cada placa a 100\$00. Os donos concordaram, mas o Heleno, por fim, deu-lhes os 2.000\$00, ficando incluídos na conta as duas cabeças de osso. Levaram também três machados, mas esses não os

⁽²⁰³⁾ *Pode concluir-se, por este e outros trechos da correspondência, que O. da Veiga Ferreira passaria a limpo desenhos de mapas destinados a ilustrar artigos assinados unicamente por Abel Viana. Era uma forma de retribuir as ajudas frequentes prestadas por este, no âmbito de indicações bibliográficas ou fornecimento de fotografias, solicitadas pelo primeiro.*

⁽²⁰⁴⁾ *Ver bibliografia (VIANA & DEUS, 1955 a, 1955 b).*

⁽²⁰⁵⁾ *Trata-se do molusco Cypraea (Trivia) europaea.*

quiseram lá deixar, a menos que o Heleno os pagasse por fora. Vieram-se embora e, como não simpatizaram com o Heleno, procuraram informar-se, através do Lucena de, qual o verdadeiro valor que teria o resto do espólio. Lucena disse-lhes que não entendia do assunto, mas que conhecia pessoa capaz de os informar. Foi então que vieram todos a minha casa. Ontem fui a Odivelas, conforme ficara combinado. Na altura em que vieram a minha casa, trouxeram-me 3 ídolos-placas, duas facas, um formão e uma das vasilhas mais pequenas, como amostra. Logo que vi os objectos, colhi as informações que pude a respeito das circunstâncias do achado, mostrei-lhes desejo de ir estudar o caso no local e pedi-lhes que me deixassem ficar cá em casa os objectos que traziam, afim de os desenhar e fotografar. Eles acederam a tudo. Não me haviam dito nada, então, do negócio feito no Etnológico. Disseram-me, sim, que ainda tinham em casa muita coisa. Ontem, quando lá cheguei e vi a quantidade do material, ateí as mãos à cabeça! Estava tudo muito cheio de concreções calcárias, tudo a precisar de cuidadosa limpeza. Vi logo não me ser possível fazer o trabalho lá em Odivelas, a menos que lá ficasse vários dias. Pedi que me deixassem trazer tudo para Beja, ao que prontamente acedera. Eu levei toda a abundante tralha para fotografar: lentes especiais, filtros, panos negros, fotómetro, tripés, plasticina, alfinetes, percevejos, cola, etc., além dos petrechos de medir. Uma mala cheia.

Levei também comigo um dos empregados do Museu de Beja, visto estar ontem de folga. O rapaz é habilíssimo, despachado, e prestou-me grandes serviços. Metido tudo em dois grandes cestos, que eu e o rapaz trouxemos pessoalmente... fomos, depois, ao local do sinistro... Os homens revolveram tudo, vasculharam tudo, minuciosamente. Não crivaram a terra, mas vê-se que a coaram pelos dedos, apesar da sua enorme quantidade, pois estivemos três pares de olhos, mais de meia hora, cata que cata, e não lobrigamos nada. Os donos da herdade são dois irmãos, pessoas espertas e instruídas, destas que não são dadas a fantasias e em cujas informações se pode confiar. De papel e lápis na mão foram rabiscando e descrevendo o que viram, de modo que ficamos com elementos de certa confiança, ainda que na maior parte sejam de memória. Claro que a planta da câmara lá está marcada no terreno, de maneira a não deixar dúvidas. Todo o pedregulho que pertenceu ao monumento lá permanece também. O meu trabalho foi fácil. Repare, porém, que o sabichas de Lisboa não curou disso: limitou-se, unicamente, a chatinar sobre os objectos que lhe levaram, como qualquer negociante de ferro velho! Que grande arqueólogo! Da minha observação directa resultou também o seguinte. Os achadores julgaram que o pedaço de corredor que a charrua cortou nada tinha que ver com a câmara. Vi, porém, que entre esse ponto e a câmara há cinco metros de extensão, por explorar, e talvez mais alguma coisa, no sentido oposto. É isso que eu, oportunamente, vou dirigir. Como vê, amigo Veiga, razão tive para me dar ao sacrifício de comprar o calhamaço do Leisner, pois o Bronze não me quer largar²⁰⁶ ...

Vamos, agora, a dois pontos importantes:

Iº – Os lavradores notaram que o Heleno e outros que estavam com ele tiveram uns risinhos maliciosos, lá uns com os outros, o que agravou a má impressão que lhes deu logo à entrada o homem de Belém. Não ficaram com vontade de lá voltar. Penso em falar à Junta de Província de cá, a ver se querem adquirir o resto do espólio, para o Museu de Beja. No caso de não quererem comprar, quererão aí os Serviços adquirir o que

⁽²⁰⁶⁾ *O estudo deste magnífico espólio foi efectivamente realizado por Abel Viana, dando origem a publicação (VIANA, 1953).*

resta? Veja atrás o que consta deste resto. Mas repito, acertando a conta: 24 ídolos-placas, 8 instrumentos de pedra polida, 9 vasilhas inteiras e alguns fragmentos, três dentes de javali perfurados e oito não perfurados, três fragmentos de cilindros de osso, duas cabeças de alfinetes, de osso, duas conchas de marisco, perfuradas. Isto é com os Serviços²⁰⁷. Agora, com o Doutor Mendes Corrêa:

IIº – Num grande caixote que os lavradores tinham em casa, assim como no montão que ficou junto do monumento²⁰⁸, escolhi os seguintes ossos: dois crânios, muito bons, completos, em magnífico estado de conservação; vários maxilares inferiores e fragmentos dos mesmos; vários ossos longos (extremidades); alguns fragmentos de omoplatas, uma dúzia de vértebras. Pergunto: Posso mandar isto para o Dr. Ataíde (Instituto de Antropologia do Porto)²⁰⁹? Tenho isto em minha casa. É só encaixotar e mandar para a estação do caminho de ferro. Preciso, porém, de que o Dr. M. C. me autorize ao envio. Diga-me também ao Dr. M. C. que os crânios visigóticos da Terrugem, assim como alguns restos obtidos em dólmenes de Elvas, que estão em poder do Dias de Deus, seguirão brevemente para o Instituto de Antropologia, se o Dr. M. C. disser que também podem ser remetidos. Fale portanto com ele e mande-me a resposta. Que me desculpe de não lhe escrever directamente, mas, além de lhe não roubar tempo com cartas, tenho o prazer de... o ouvir pela Emissora.

Faça de conta que esta carta não é só para si, mas também para o Doutor M. Corrêa e para o nosso querido Zby. É um relatório.

E vou-me ao trabalho. Isto marcha direitinho a Salamanca²¹⁰, mais um artigo nosso (você, Formosinho e eu) e outro meu e do Dias de Deus. Quero ver se faço isto tudo antes do dia 3 de Junho, data em que penso ir até Lisboa.

E vá engordando os borrachos²¹¹.

Um abraço.

Abel Viana

⁽²⁰⁷⁾ Os Serviços Geológicos de Portugal não chegaram a efectuar a pretendida aquisição deste espólio arqueológico.

⁽²⁰⁸⁾ A enorme abundância de ossos humanos, correspondentes aos sepultamentos no interior do monumento colectivo é bem visível numa das fotos publicadas (VIANA, 1953, Est. III, n.º 12).

⁽²⁰⁹⁾ Trata-se do Dr. Alfredo Ataíde, naturalista do referido Instituto.

⁽²¹⁰⁾ Ver nota 206. Na verdade, no vol. 4 da revista "Zephyrus", de Homenagem ao arqueólogo salmantino P. Cesar Moran Bardon foram publicados três trabalhos arqueológicos tendo A. Viana por primeiro ou único signatário (DEUS & VIANA, 1953; VIANA, 1953; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 b).

⁽²¹¹⁾ Alusão jocosa à prática de O. da Veiga Ferreira capturar pombos na janela do seu gabinete de trabalho dos Serviços Geológicos de Portugal, que depois preparava na sua casa do Bairro da Encarnação, sendo particularmente apreciados por Abel Viana (CARDOSO, 1993/1994).

**Documento nº 44 – Carta dactilografada em folha branca, com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.
Beja, 12/2/1953**

Meu caro Veiga Ferreira:

Pelo correio de hoje segue, registado, o trabalho de Aljustrel²¹², arranjado na maneira que você indicou. Não repeti a dactilografia de tudo porque, no caso de serem necessárias mais alterações, não estar a gastar papel inutilmente. A propósito: Não me poderá arranjar aí algumas folhas de papel de máquina, assim com também algumas de desenho? A verdade é que eu tenho gasto e continuo gastando considerável quantidade de papel nestas coisas, isto é, em trabalhos de coisas respeitantes aos Serviços. Até aqui não tenho maçoado com pedidos, mas a minha vida tornou-se mais apertada. Imagine que o actual Governador Civil e o actual presidente da Junta de província resolveram cortar-me, por simples medida económica, os subsídios mensais que me davam: de 300\$00 a Junta, e de 100\$00 o Governo Civil, a fim de eu olhar pelo Museu e aturar outras coisas. Era, com vê, uma fartura! Não querem saber do Museu. Que o Estado tome conta dele... Entretanto, não se lhes dá que o Museu caia! O patife do meu cunhado rico, que está aí em Lisboa, decidiu também cortar a mesada de 250\$00 que dava para ajuda do sustento do pai. Claro que sou eu, agora, quem sozinho tem de andar com as despesas do velho, do pobre velho que não tem mais ninguém que olhe por ele. Em suma, este 1953 começa para mim bastante mal. Você imaginará o que é perder 650\$00 mensais quem não tem de ordenado mais de 1.600\$00, e dois filhos sem emprego. Veja, pois, se me pode mandar algum papelinho. Não é preciso muito. Basta a porção calculada para os trabalhos a fazer²¹³.

Você estará lembrado de ter ido comigo à Casa Havanesa, no Chiado, trocar por umas senhas alguns livros vazios, de zigue-zague. Uma dessas senhas, a que junto lhe remeto, está premiada duas vezes, ou seja, tem a dezena de um dos prémios e a centena de outro. No caso não darem dois prémios, o que será natural, entendo que posso optar pelo prémio da dezena, que é melhor (ou deve ser) que o da centena. O da dezena é uma dúzia de lenços; o da centena é uma lapiseira. Claro que prefiro os lenços. Peço-lhe o favor de me passar por lá e tomar conta deles, e de mos enviar para cá, em encomenda, pois lhe enviarei em selos do correio a importância que você gastar – ou lho pagarei quando aí for – como você quiser. Não encarrego disto o meu rapaz porque é com dificuldade que ele pode sair do quartel, a tempo de apanhar aberta a tabacaria. Além disso, como é rapaz, podem intrujá-lo. Desculpe-me a incumbência, mas faça-me este favor.

⁽²¹²⁾ É o artigo publicado em 1954 nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal” e, logo no ano seguinte, no “Arquivo de Beja” (ver nota 196).

⁽²¹³⁾ As dificuldades sentidas por Abel Viana de toda a ordem, incluindo as de carácter financeiro são hoje dificilmente imagináveis pelos arqueólogos portugueses, quase todos habituados a assinalável desafogo financeiro o que, em si mesmo, não significa, naturalmente, mais e melhor produção científica... O exemplo de Abel Viana aí está, sempre presente, a demonstrar exactamente como, com meios quase nulos, onde até a folha de papel era cuidadosamente aproveitada, se pode construir uma obra notável. Mas a situação não deixa de ser chocante, sobretudo quando se pensa o que este incansável trabalhador científico poderia ter feito caso lhe tivessem cedido apenas uma pequena parte dos meios alocados, na actualidade, a diversos arqueólogos... justamente aqueles que, como de costume, mais se queixam... da falta de meios!

O chato do Afonso do Paço não dá sinal de si. Talvez ele achasse que eu resumi de mais o trabalho, quando é certo que quanto mais compridas forem as coisas muito mais custam publicar-se. Seja como for, já era tempo de ele mandar dizer qualquer coisa²¹⁴. Recebi já os convites para o próximo Congresso Luso-Espanhol, que se realiza em Outubro, em Espanha (Oviedo), e para o III Congresso Nacional de Arqueologia, a realizar em Julho, na Galiza. Para o primeiro tenciono remeter qualquer coisa minha, de menos importância, pois tais congressos, quando realizados em Espanha, morrem sem deixar livros de actas; cá em Portugal, embora com grandes atrasos, sempre publicam alguma coisa, e quanto ao último só por muito pouca sorte nossa não publicarão também os trabalhos que apresentamos. Ao III Congresso Nacional de Arqueologia, se você está pelos ajustes, apresentaremos o trabalho acerca do cobre, porque tais congressos têm sempre publicado qualquer coisa. Já me lembrei de o mandar para Zephyrus, mas esta publicação, segundo creio, já há bastante tempo que não sai²¹⁵. A propósito: Como os Serviços também recebem a “Ampúrias”, manda-me você dizer qual foi o último número aí recebido? É que desconfio que não mo enviaram, ou se extraviou – a menos que também esteja muito atrasada. Não se esqueça – diga-me qual foi o último número de “Ampúrias” recebido pelos Serviços.

Ainda a respeito do trabalho de Aljustrel: Meti no texto o conteúdo de algumas coisas que eu tinha posto em notas, mas não foi nos sítios que você indicava, uma vez que aí destruíam a sequência da prosa. No sítio onde enxertei essas coisas fica bem. Não troque nem meta mais palavras no texto. Olhe que logo de entrada uma emenda sua fazia com que aparecesse a palavra “dar” repetida, uma logo adiante da outra, no mesmo período. Em outro sítio, encaixou a palavra onde, onde de maneira nenhuma fica bem, por desnecessária e por incorrecta. Há também que respeitar o estilo. Já escrevi outra vez ao Formosinho a recomendar-lhe que não perca de vista os novos achados de Monchique²¹⁶. Não sei se a Mãe dele melhorou. Oxalá tal tenha acontecido. Estou certo de que ele, logo que possa, se porá em campo. Como já enviou o que faltava para o nosso terceiro artigo sobre objectos do Museu de Lagos²¹⁷, vou hoje mesmo retomar a papelada, a fim de concluir o trabalho. De resto, está preso por pouco. Talvez ainda este mês o possa enviar ao Dr. Bellido. Para a Revista de Guimarães tem, cuidou eu, bonecada de mais. Talvez o M. Cardoso não tenha verba suficiente para as gravuras, que são algo numerosas. Em todo o caso, talvez lho envie, antes de o mandar para Espanha, a ver o que ele diz²¹⁸. O Mariano veio ontem visitar-me, conversámos bastante. Há pouco enviou-me um

⁽²¹⁴⁾ *Refere-se certamente ao trabalho publicado em co-autoria com A. do Paço e O. da Veiga Ferreira, “Antiguidades de Fontalva: Neo-Eneolítico e Romano” (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957).*

⁽²¹⁵⁾ *De facto, Abel Viana apresentou ao III Congresso Nacional de Arqueologia, que se realizou na Galiza em 1953, um estudo sobre a citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo (VIANA & OLIVEIRA, 1955). Quanto ao “trabalho acerca do cobre”, veio a lume em 1956, nas Actas do IV Congresso de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Madrid em 1954 (FERREIRA & VIANA, 1956). Ver nota 163.*

⁽²¹⁶⁾ *Desconhece-se se estes novos achados foram publicados, porquanto o último trabalho dedicado pelos autores à arqueologia de Monchique foi publicado no ano seguinte (1954) e menciona, estritamente, no próprio título, os achados efectuados de 1937 a 1949 (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954).*

⁽²¹⁷⁾ *Ver nota 175.*

⁽²¹⁸⁾ *Deve corresponder ao artigo intitulado “De lo Prerromano a lo Arabe en el Museo Regional de Lagos”, publicado no volume relativo ao ano em curso (1953) no Archivo Español de Arqueologia (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953 a).*

exemplar da tese, a qual vou ler com o interesse que você calculará²¹⁹. Os meus cumprimentos para sua Esposa e suas filhinhas. Cumprimentos também para o Sr. Eng.º Director, ao Eng.º Moitinho e ao C. Teixeira²²⁰, se por aí aparecer. Para si, um abraço.

Abel Viana

P.S. – Recomende-me também ao Dr. M. Corrêa. Não se esqueça: os tais lenços e número de “Ampúrias”.

Do Dr. Zby não falo, pois julgo não estar aí. Cá em Beja não me apareceu. Anteontem devolvi provas tipográficas do Paleolítico dos Arredores de Beja²²¹. Foram daqui no mesmo dia em que as recebi.

Documento nº 45 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 9/3/1953

Veiga amigo:

A notícia relativa aos nossos trabalhos do Congresso Luso-Espanhol deixa-me bastante aborrecido, mas não vale a pena esmorecer e muito menos desesperar. Faz mal à saúde... Precisamos de andar no meio de tudo isto com muita serenidade. Deixe-me desde já dizer-lhe uma coisa: sempre desconfiei de que os trabalhos não fossem publicados tal e qual como os apresentamos; no entanto, foram mais além do eu contava²²². Este tal Luso-Espanhol para o P. das Ciências é, sem dúvida, o pior dos congressos, talvez por meter muita coisa ao mesmo tempo. A secção de Arqueologia costuma ser uma miséria, assim como outras mais. Dão mais importância a outras secções. E aqui em Portugal ainda publicam alguma coisa; nos realizados em Espanha o costume é nada publicarem e, ainda por cima, darem sumiço aos trabalhos apresentados.

Bem me preveniu o Dr. António Sousa Câmara, em Córdoba, que não caísse nunca na tolice de entregar desenhos e fotografias que dão muito trabalho e despesa a organizar, por que o mais certo era darem cabo de tudo. E foi assim mesmo, porque as 24 fotografias e 8 desenhos que para lá enviei desapareceram. Bem. Andou acertadamente em deixar lá ficar o artigo do “capacete”²²³.

⁽²¹⁹⁾ O Prof. Mariano Feio publicou a sua dissertação de doutoramento dedicada ao estudo da evolução do relevo do Baixo Alentejo e do Algarve em 1952, no ano anterior ao desta missiva (Feio, 1952). Antes, tinha publicado magnífico estudo sobre os terraços do Guadiana a jusante do Ardila (FEIO, 1946), resultante da missão conjunta com Abel Viana. Este, viria a publicar, no mesmo ano artigo sobre o Paleolítico do mesmo troço fluvial, ali cartografando as ocorrências de materiais líticos então detectadas (VIANA, 1946; 1945/1946/1947). Ver nota 122.

⁽²²⁰⁾ A menção, frequente ao Prof. Carlos Teixeira, como individualidade a quem desejava enviar cumprimentos, através de O. da Veiga Ferreira evidencia as cordiais relações mantidas por ambos com aquele Professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, as quais, ulteriormente, se degradaram.

⁽²²¹⁾ Ver nota 117.

⁽²²²⁾ Abel Viana e colaboradores viriam a ver publicadas três comunicações nas Actas do referido Congresso (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1953; e VIANA & DEUS, 1953).

⁽²²³⁾ Ver nota 120.

Deixe-os lá reduzir as gravuras como quiserem. Quanto ao de Monchique, ele é tão importante que convém não o perder²²⁴. Parece que devemos, primeiro, tentar a sua publicação cá em Portugal. O meu parecer é que você o envie ao Mário Cardoso, a ver se ele no-lo publica. Se ele disser que sim, fica o caso resolvido. Se disser que o não pode publicar, então mande-mo para cá a fim de eu o remeter ao Maluquer. Mas em todas essas andanças pelo correio acondicione-o de maneira que as estampas se não prejudiquem. Você tem aí material suficiente para embrulhar isso com todas as condições de segurança. Não aconteça o mesmo que com o papel, que chegou cá reduzido a papa.

Portanto, quanto ao trabalho de Monchique, parece-me que o caminho a seguir é este: I^o apresentá-lo ao Mário Cardoso, e só depois dele nos dizer que não o pode publicar é que seguirá para Espanha. Digo isto porque, além de ser mais próprio publicá-lo cá, as coisas em Espanha também já não correm de tanta feição como dantes²²⁵. Os dois trabalhos que foram para “Ampúrias” já estão em Madrid, à minha disposição, porque o Almagro, embora pedindo mil desculpas, foi dizendo que os trabalhos são muito grandes e que não tem verba... Só o Bellido continua a publicar-nos tudo, mas só trata do pré-romano para cá²²⁶. Um dos trabalhos que lá tinha era sobre os dólmenes de Elvas, e outro é o tal da Cova da Moura, que eu já reduzira à terça parte do tamanho primitivo. Esse vou mandá-lo vir, a ver se o Zby me arranja a ser publicado pelos Serviços, uma vez que tem paleolítico à mistura, e que todo o material está aí nos Serviços²²⁷. O outro, vou ver se a Fundação da Casa de Bragança mo publica, uma vez que o material descrito lhe pertence²²⁸. Preciso de saber, portanto, quando o Dr. Zby aí está, porque darei uma saltada a Lisboa e levarei o trabalho comigo, a fim de com o Dr. Zby submetê-lo à apreciação do Sr. D. António de Castelo Branco. Agora, meu caro Veiga, acho que devemos substituir esse trabalho que você retirou, por uma nota, com as tais duas páginas de gravuras. Não lhes perdoemos a coisa!!! Vá-me ter já com o tal cavalheiro que trata das publicações do Congresso e diga-lhe, da minha parte, que vamos reduzir o trabalho a “proporções convenientes” (chamemos-lhe assim), e que não demoraremos a fazer-lhe entrega dele. Entretanto, vou fazer um resumo da prosa. E pregamos-lhe com as tais duas páginas de figuras: uma com a planta do túmulo n.º (?) do Buço Preto, e outra com as pontas de seta. E pronto. Deixe que eu depois de amanhã começo já com isso. A planta desse túmulo tenho eu cá. Será preciso, porém, que você me arranje outra fotografia das pontas de seta. Como sabe, essas fotografias

⁽²²⁴⁾ *Trata-se, efectivamente, de comunicação publicada nas Actas correspondentes (Viana, Ferreira & Formosinho, 1953).*

⁽²²⁵⁾ *Ver nota 224.*

⁽²²⁶⁾ *O Doutor António García y Bellido era o responsável, à data, pela edição do “Archivo Español de Arqueología”.*

⁽²²⁷⁾ *Projecto gorado: o referido estado foi publicado nas Actas do III Congreso Nacional de Arqueología, realizado na Galiza no ano da presente missiva (1953), cujas actas saíram em 1955 (VIANA, 1955). Dá a impressão de existirem crescentes dificuldades, por parte de G. Zbyszewski, de conseguir publicar nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal” trabalhos de índole arqueológica, agravados quando tais contributos tinham origem em pessoas estranhas à Instituição, como era o caso de Abel Viana, que jamais conseguiu ser considerado como simples colaborador (oficial ou não). Ver nota 194.*

⁽²²⁸⁾ *Trata-se do estudo “Mais alguns dolmens da região de Elvas”, o qual viria a ser apresentado ao IV Congreso Nacional de Arqueología, reunido em 1957, do qual a Fundação da Casa de Bragança custeou a edição da separata (VIANA & DEUS, 1957).*

arranjou-as você aí nos Serviços. As chapas devem estar aí. Mande-me para cá as fotografias e dentro de 8 ou 10 dias já você terá aí o resumo e leva-lo-á ao Instituto.

Farei o resumo de forma a não prejudicar a posterior publicação integral do trabalho que aí tem. Nada de desanimar. Desertar, nunca! Não lhe parece? Toca a acalmar os nervos e vamos para diante. Quanto ao meu trabalho (meu e do Dias de Deus), vou proceder de forma idêntica²²⁹. Faça-me o favor de mandar o nome da pessoa que está encarregada das publicações, a fim de eu lhe escrever. O que estranho é que não mandem dizer qualquer coisa, como seria natural. Diga-me quem é o cavalheiro, a fim de lhe escrever. Nome completo, já se vê. E é para o Instituto de Alta Cultura que tenho de me dirigir? Tenha paciência, mas informe-me disto. Cá fico à espera da sua resposta. Não a demore. Esta já não irá hoje, dia 9. É demasiado tarde para a poder mandar ao correio. Tenho que me deitar cedo, pois amanhã, às sete da manhã, vou a uma herdade próximo de Beja, com um dos empregados do Museu, a fim de extrair uns restos de mosaico romano. Conheço a técnica, mas nunca tive ocasião de a experimentar. Você calculará como estou ansioso por experimentar a coisa. Serei bem sucedido? A ver vamos. Além do que tenho lido, seguirei as instruções do nosso belo camarada Formosinho. Depois lhe contarei o resultado. Outro assunto. O Sousa Oliveira, que havia ido para São Miguel com mês e meio de licença, ainda não voltou, passados 3 meses e, o que é pior, sem nunca mais ter escrito a ninguém, nem para a Câmara de Viana, nem aos Amigos. Aninguém, absolutamente. O Fragoso de Lima, em carta que me remeteu de Ponta Delgada, a 26 do mês passado (há 11 dias, portanto), diz-me que esteve com ele várias vezes, e que foi com a esposa visitá-lo aos Arrifes, que é a terra do Oliveira. E nada mais diz. No entanto, corre em Viana o boato, não se sabe com que fundamento, que o rapaz se suicidou. Não quero crer em tal, mas é realmente muito estranho o silêncio dele. Você imaginará como estou aborrecido com o caso. Ele embarcou para os Açores creio no dia imediato àquele em que você o acompanhou aí aos Serviços. Essa visita encantou-o. Disse-me que no regresso tornaria a ir aos Serviços, e que daria uma saltada aqui a Beja. Nunca me escreveu, apesar de, quando estava em Viana, me escrever muitas vezes, sempre cartas muito extensas, a trocar impressões comigo, acerca das coisas do museu de que ele é, como você sabe, director. Temos, até, em preparação, dois estudos, um sobre azulejos antigos, outro sobre a citânia de Santa Luzia²³⁰. Já escrevi ao Fragoso de Lima, por avião, a ver se consigo ter notícias do rapaz. É uma grande maçada. Porque apesar de tudo sinto-me inquieto²³¹. E os meus lenços? Ainda não os foi buscar? Um dos meus rapazes vai depois de amanhã a Lisboa. Se tiver tempo, irá como tropa aí aos Serviços, mas não é certo. Ele tem de voltar no mesmo dia. Portanto, de quinta-feira em diante não espere que ele vá lá. Mande-me os trapos pelo correio, mas não caia em enviá-los como livros ou papéis, porque ficarei sem eles. Mande-me como amostra, ou como encomenda postal, que eu lhe mando em selos a importância do porte. E por hoje nada mais. Vou-me deitar que são horas. Um abraço.

Abel Viana

⁽²²⁹⁾ *A pertinácia de Abel Viana contrastava com a facilidade com que O. da Veiga Ferreira, dados a grandes entusiasmos e verdadeira dedicação que punha em tudo o que fazia, chegava ao desânimo. No caso, tal qualidade foi coroada de êxito (ver nota 222).*

⁽²³⁰⁾ *Ver bibliografia (VIANA & OLIVEIRA, 1955) e nota 215.*

⁽²³¹⁾ *A manifestação destas e de outras preocupações é mais uma prova do afecto que Abel Viana votava aos amigos e seus colaboradores da “faina arqueológica”.*

Documento nº 46 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 21/6/1953

Meu caro Veiga Ferreira:

Acabo de receber a sua carta, no momento em que estou de mala pronta para Vila Viçosa e Vila Fernando²³². Já não tenho tempo de avisar para lá, onde está tudo preparado, à minha espera. Está o Dias de Deus, e está o automóvel da Fundação, no qual durante três dias terei de percorrer os locais de escavações. Além disso, já há muito que recebi dinheiro da Fundação, a fim de ir a Vila Viçosa observar as obras do Castelo e dar o meu parecer... e já parece mal eu ter embolsado a importância e não haver feito o serviço que me pediram. Era para ir lá em 29 do mês passado, mas como o Dias de Deus teve de ir nessa altura ao Porto, em serviço oficial, aproveitei para ir a Coimbra, onde estive até 8 do corrente.

MAS FICA ASSIM COMBINADO – SIGO PARA VILA VIÇOSA AMANHÃ, ÀS 8 DA MANHÃ. NA TERÇA-FEIRA, JÁ ESTAREI EM VILA FERNANDO. VOCÊ ESCREVE PARA VILA FERNANDO, A DAR-ME INSTRUÇÕES. Eu tinha de fazer, em Vila Fernando, para 8 dias, mas faço apenas o que for mais urgente, e de Vila Viçosa sigo logo directamente a Lisboa. FAREI TODA A DILIGÊNCIA EM PARTIR PARA LISBOA NA TARDE DE QUINTA-FEIRA. Você fará o favor de me esperar na estação do Terreiro do Paço. Creio que o comboio deve lá chegar cerca das 21 horas e pico. De Vila Fernando lhe escreverei, ou mesmo telegrafarei, a dizer-lhe que sigo para aí.

VOCÊ, TODAVIA, VERÁ SE AINDA VOU A TEMPO, PORQUE, SE NA QUINTA JÁ FOR TARDE, CLARO QUE ESCUSO DE IR AÍ GASTAR TEMPO E DINHEIRO INUTILMENTE. Diga-me, pois, NA VOLTA DO CORREIO E PARA VILA FERNANDO, se na Quinta ainda vou a tempo.

Suponho que devo ir a tempo. A reunião projectada não deve ser para já, isto é, para daqui a umas poucas semanas. Creio mesmo que não deverá ser antes do fim de Julho, pois de 18 desse mês a 24 é o Congresso na Galiza, e a esse congresso, que é o IIIº Nacional, de Espanha, vão Santa-Olalla, Bellido, Almagro, Pericot, Castillo, etc., isto é, todos os “grandes” de Espanha.

É evidente que terei todo o interesse em estar com o Prof. Mendes Corrêa.

Você é levado dos diabos! Só sabe avisar-me à última hora!

Já não fui a Muge por me ter escrito à última hora. Depois, fechou-se em copas... Nem eu sabia se vocês lá continuavam. Pois eu passei na estação, digo, no apeadeiro de Muge em 29 de Maio, ao meio-dia e meia hora, e tornei a passar em 8 do corrente, cerca das 17. Fartei-me de pensar em Abbé Roche e em si²³³. Se

⁽²³²⁾ Trata-se da resposta a uma missiva de O. da Veiga Ferreira, datada de 19/6/1953, solicitando a ida ao Porto de Abel Viana, a pedido do Prof. A. A. Mendes Corrêa, no âmbito da preparação de uma reunião, ao mais alto nível, naquela cidade, de arqueólogos portugueses e espanhóis (ver Documento nº 19, CARDOSO, 1993/1994). A total disponibilidade de Abel Viana, evidenciada, nos parágrafos seguintes da missiva, em interromper trabalhos de há muito programados de âmbito arqueológico, no caso custeados pela Fundação da Casa de Bragança, dá bem a noção da importância que atribuía a qualquer solicitação oriunda do Prof. Mendes Corrêa, o qual, em situações anteriores, tinha já acudido em sua defesa (ver notas 100, 104 e 105).

⁽²³³⁾ Nessa altura do ano de 1953, O. da Veiga Ferreira e Jean Roche realizavam campanha de escavações arqueológicas no concheiro da Moita do Sebastião, Muge (ver CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000).

para Viana do Castelo, pois não deverei correr o risco de fazer viagem directa daqui a Orense. Tenho estado em tratamento, quase todos os meses. No mês de Maio e em Junho, e até mesmo na segunda metade de Abril, tenho feito muita coisa fora de Beja: Faro, Amareleja, Serpa, Barrancos, Mértola, Moura, e aqui pelos arredores de Beja.

Basta de conversa, tenho muito que arranjar, até à hora de partida. Avise-me para Vila Fernando – Abel Viana – Ao cuidado do Sr. A. Dias de Deus; Colónia Correccional de Vila Fernando (ALENTEJO). Não deixe de pôr ALENTEJO, senão arrisca-se a ir parar a Trás-os-Montes. Percebeu?

Até breve. Um abraço.

Abel Viana

P.S. – Já sabe que faleceu a Mãe do Formosinho? Se não sabia, escreva-lhe já. O falecimento foi já há uns 15 dias.

Documento nº 47 – Carta manuscrita em folha de caderno pautada, datada.

Viana, 16-7-1953

Meu caro Veiga Ferreira:

Saúde. Cá estou, pronto a seguir para a Galiza²⁴⁰ amanhã de manhã.

Estou satisfeito porque, além de ter assegurado a companhia do Dias de Deus e de P.º Henrique Sousa, o Director do Museu de Viana também vai, pois tem já toda a papelada em ordem²⁴¹.

Estive ontem com o Presidente da Câmara de cá de disse-lhe que a excursão do Congresso passaria por Viana. Ele ficou satisfeito mas, ao mesmo tempo, preocupado, pois deseja receber a excursão em termos capazes e, por isso, necessita de saber com antecipação do dia e hora em que os excursionistas chegam cá. Disse-lhe que, de Espanha, o informarei, por telegrama, ou por telefone, pois sem ouvir o Beltran²⁴² de nada posso informar ao certo. Por outro lado, creio que, relativamente ao programa respeitante a Portugal, é o Dr. Mendes Corrêa quem tudo decide. Combinemos, pois, o seguinte: 1º – Em Orense, falo com o Beltran, procurando assentar as coisas em princípio; depois, em Guimarães, ou Braga, o Dr. M. Corrêa resolverá em definitivo.

Ao Presidente da Câmara disse que a paragem em Viana seria muito curta. Logo que cheguem aqui, sobem a Santa Luzia, até à Citânia, aonde os autocarros chegam mesmo à beira das ruínas. Olham para aquilo e, depois, em frente à Basílica, de onde o panorama é surpreendente, os ranchos populares exibirão umas

⁽²⁴⁰⁾ Ver nota 238.

⁽²⁴¹⁾ Ver nota 231.

⁽²⁴²⁾ Trata-se do Doutor Antonio Beltrán, Professor da Universidade de Zaragoza e organizador das sucessivas edições do “Congreso Nacional de Arqueologia”, de cujas actas era, também, o editor.

danças e apresentarão alguns trajes. Em fim, será coisa muito breve, pela força das circunstâncias, isto é, por não ser possível haver demora, mas que certamente impressionará vivamente os congressistas. Para não retardar a informação disto, vá com este meu bilhete ao Dr. Mendes Corrêa. Se ele pode desde já mandar dizer qualquer coisa para cá, era favor escrever ao Dr. Araújo Novo – (Dr. José Gonçalves de Araújo Novo). Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Claro está que a mim muito pesaria que os congressistas não passassem por cá, certo como estou de que a sua passagem aqui será coisa muito diferente das estopadas que o Russel lhes preparava em Talábriga, no acampamento romano e adjacências²⁴³...

Eu só volto a Viana em 27 ou 28, segundo creio. Trate-me disto.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 48 – Carta manuscrita em folha de caderno pautada, datada.

Viana, 30/7/1953

Meu caro Veiga Ferreira:

Estimo que você e sua Esposa tenham regressado a Lisboa o melhor possível.

Tive imensa pena de não poder acompanhá-los um bocado no Porto. Mas eu estava completamente arrasado com a violência que foi a série das jornadas do Congresso, tanto em Espanha como em Portugal. Cheguei ao Porto extenuado, muito doente. Logo que deixei os congressistas, aqui em Viana, na tarde de 26, meti-me na cama dois dias.

Tenho aqui bastante que trabalhar com o Dr. Sousa Oliveira²⁴⁴. Minha mulher deve chegar aqui em 4 ou 5 de Agosto.

Veja se me pode receber este dinheiro, e o outro da ida a Lisboa.

Mande-me para cá, logo que seja possível, pois em breve me fará bastante falta.

Vou publicar na “Brotéria” o tal paleio que tinha a dizer no Porto e que, por excelência da organização, ficou no saco...

Então as provas tipográficas do nosso trabalho das Caldas de Monchique não vêm para eu ver²⁴⁵?

É você quem revê? Olhe que o mais certo é você deixar escapar qualquer coisa... Digo isto porque, nos trabalhos exclusivamente seus, não há um só que não tenha lapsos muito lamentáveis. Demais, a triste experiência tem-me provado que os “homens de ciência” por via de regra, escrevem pessimamente e, o que

⁽²⁴³⁾ *Dr. Fernando Russel Cortez (ver nota 113).*

⁽²⁴⁴⁾ *Ver notas 231 e 241.*

⁽²⁴⁵⁾ *Trata-se do extenso artigo dedicado à Arqueologia de Monchique, publicado nos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA 1953/1954). Ver nota 2.*

é pior, têm a mania de emendar o que está bem e foi escrito por quem, na realidade, sabe escrever alguma coisa...

Francamente, gostaria de ver as provas.

Um abraço de

Abel Viana

Documento nº 49 – Carta manuscrita de três folhas, duas de caderno pautada, datada. A última folha é um papel de rascunho do Banco de Portugal (Agência de Viana do Alentejo).

Viana do Castelo, 3/8/953

Meu caro Veiga Ferreira: Oxalá você e os seus se encontrem bem. Eu vou indo muito razoavelmente. Já descansei bastante mas ainda tenho sono! O Congresso foi uma verdadeira Volta a França em bicicleta! Os nossos Amigos espanhóis, como previ com muita antecipação, arranjaram um programa extenuante. Já comecei a trabalhar aqui, mas com legítima prudência.

Minha mulher deve partir de Beja na próxima 4^a-feira, chegando ao Porto no fim da tarde do mesmo dia. Vamos lá tratar da nossa vida.

1^o – Separatas. – Quando regressar a Beja remeter-lhe-ei 50 exemplares, pelo menos, e você irá distribuindo. Tomará nota, porém, das pessoas e entidades a quem dá. Pergunte ao Formosinho sobre o destino que deu aos 20 exemplares que lhe enviei.

2^o – Recibos. – Já lhe mandei o recibo da despesa do Porto. Quanto ao recibo da despesa que fiz em Lisboa, tenha paciência, mas procure-o, porque você já o tem aí. Enviei-lhe de Beja, devidamente selado. Foi na altura em que lhe mandei as separatas. Tem-no aí, com toda a certeza.

3^o – Provas tipográficas. – Remeti-lhe ontem as 2.^{as} provas, devidamente emendadas. Pela sua riquíssima saúde, mande para o Porto só a 2^a prova, vista por mim, e não lhe toque.

Aterra-me a ideia de que você faça publicar qualquer parte do trabalho, sem eu ver a 2^a prova.

Por amor de Deus não me altere o texto. Perdoe-me dizer-lhe que o meu caro Veiga não está com condições para emendar a minha prosa, nem mesmo outras pessoas a quem muito admiro, mas que neste capítulo nada me têm a ensinar. Você tem-me emendado sistematicamente maneiras de dizer que Alfredo Pimenta, Aquilino, Agostinho de Campos e outros me têm gabado em cartas que eu não costumo mostrar a ninguém.

E vem o meu Amigo, que nunca ensinou português a ninguém (lembre-se de que sou mestre-escola...), que nunca procurou saber escrever, que nunca leu os clássicos, que não tem o costume de ter continuamente ao lado os bons dicionários e o vocabulário oficial, sempre que escreve, emendar quem desde os 14 anos de idade fez tudo isso! Vamos. Cada qual em seu ofício. Em um papel ao lado dou-lhe alguns exemplos para os quais peço a sua atenção. Não leve a mal este meu protesto. Lembre-se de que eu é quem tinha razão para me zangar. Deixe a prosa comigo, meu caro. É evidente que eu posso cometer um ou mais lapsos,

mas você emenda precisamente o que está bem, para ficar mesmo bem, e às vezes, até, para ficar muito mal²⁴⁶. Mande a massa. Um abraço.

Abel Viana

1º

Em suas = nas suas

Em um dos túmulos = num dos túmulos

A forma sublinhada é que é português correcto.

A segunda só se deve empregar em certos casos, sobretudo para variar as maneiras de dizer.

2º

Constitutiva do = que constitui

A primeira forma tinha a vantagem de suprimir um que, esse negregado que característico dos que escrevem sem saber escrever. Os que escrevem mal suspeitam sempre da legitimidade das formas que desconhecem. Assim acontece, por exemplo, com os que julgam aprender seguindo a prosa... dos jornais, ou das revistas técnicas, onde escrevem engenheiros, arquitectos e outras sumidades técnicas que, para terem uma prosa mais decente, deviam regressar à escola primária.

3º

Mamôa – mamoa

O meu Amigo acentuou a palavra, sempre que a encontrou, e foram muitíssimas vezes. O tipógrafo, porém, ou o revisor da tipografia, mais sabedores de ortografia, não emendaram para errado, no que fizeram muito bem. Mamoa, Lisboa, Goa, etc., não levam acento circunflexo.

4º

Polido – pulido

Não me perdoou o pulido, mudando sempre para polido. Ora ambas as formas significam alisamento, lustramento, etc., e delicado, de boas maneiras, etc.. Em todo o caso, polido está mais de acordo com a pronúncia, razão porque prefiro esta forma. Ao menos, se a palavra sair diante dos olhos de um locutor da Emissora, não haverá risco de ele (de ele, note bem, e não dele!) pronunciar pó-li-do, tal como já pronuncia tá-len-to, sá-bi-do, etc. (à brasileira). Pulido estava muito bem, Amigo. E ao cabo deixou escapar em uma das páginas – pulimento! Veja lá como é a sua disciplina ortográfica!

5º

Teve olhos para matar estas pulgas e, no entanto, deixou escapar muitas trocas de letras, entre as quais, um título em que ficou Mirante da Mala, em vez de Mirante da Mata. Olha a mala! Olha a mala!....

Veiguinha amigo, tenha confiança em mim!

Olhe que eu não trago a minha fala estragada com a convivência assídua com franceses e, além disso, estudei muito a nossa língua.

IMPORTANTE – Veja, pelo original, se a legenda da Fig. 59 está certa. Mas veja bem, letra por letra, nas palavras estrangeiras. Tenha cuidado em não pôr acentos em títulos de obras antigas, como fez, por exemplo, no subtítulo das “Antiguidades” do Estácio da Veiga.

Títulos das obras e nomes dos autores reproduzem-se sem a menor alteração.

E o mesmo se deve fazer nos trechos que se transcrevem, salvo quando se adverte o leitor de que a ortografia da transcrição vai actualizada.

Mas nos títulos das obras, isso nunca se faz.

Documento nº 50 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 28 de Setembro de 1953

Meu caro Veiga Ferreira:

Escrevi-lhe ontem um postal e enviei-lhe as provas tipográficas do trabalho de Monchique (quartas provas). Deve ter recebido isto hoje²⁴⁷.

- Conforme lhe disse, inste com a tipografia para fazer as 300 separatas para o Dr. Sousa²⁴⁸. Ponha em acção toda a sua argúcia e diplomacia. O trabalho bem merece ser o mais divulgado possível, por isso, esses 300 exemplares têm toda a importância.
- Pelo correio de hoje segue um pacote com 40 exemplares do trabalho de Lagos. Vinte e sete exemplares levam dedicatórias; os treze restantes vão apenas assinados por mim.
- Diga-me quantos exemplares do trabalho de Odivelas lhe mandei, isto é, quais as pessoas a quem ofereci por seu intermédio.
- Fora do pacote com os exemplares de Lagos, remeto-lhe também o exemplar de Odivelas.
- Quanto à exploração em Aljustrel, marque data.
- Vou dar-lhe a lista das pessoas a quem já ofereci o trabalho de Lagos, e outra das pessoas a quem se oferece agora, com indicação das respectivas moradas, pois é possível você ignorar algumas.

Pessoas a quem já ofereci (sem contar o que foi por seu intermédio, isto é, sem contar os 20 exemplares que mandei a si e os 15 que mandei ao Formosinho)²⁴⁹:

⁽²⁴⁶⁾ *É curioso que, não obstante o estilo incisivo utilizado por Abel Viana para com O. da Veiga Ferreira, nesta e em outras missivas, ele não chocava o seu destinatário; ao contrário, acatava tais indicações, ele próprio se pautando também pela frontalidade nas suas relações com os outros, especialmente com aqueles que estimava e admirava: a amizade com aquele a quem chamava de Mestre (CARDOSO, 1993/1994), manteve-se, pois, até ao fim.*

⁽²⁴⁷⁾ *Ver nota 245.*

⁽²⁴⁸⁾ *Pode ser qualquer um dos três trabalhos publicados sobre materiais do Museu Regional de Lagos (ver nota 175).*

⁽²⁴⁹⁾ *Uma vez mais, se destaca o interesse desta lista de personalidades e entidades, por evidenciar as relações pessoais e científicas mantidas à data por Abel Viana e seus colaboradores (ver nota 120).*

- | | |
|---|-------------------------------------|
| 1 – Dias de Deus | 21 – Russel Cortez |
| 2 – P.º Henrique Louro | 22 – Bandeira Ferreira |
| 3 – Dr. Lyster Franco | 23 – Dr. Maximino Correia |
| 4 – Dr. Justino de Bívar Weinholtz | 24 – Dr. Orlando Ribeiro |
| 5-6 – “Brotéria” (2 exemplares) | 25 – Dr. Carrington da Costa |
| 7 – António Jorge Dias | 26 – Dr. Pereira Dias |
| 8 – Jaime Lopes Dias | 27 – Instituto de Coimbra |
| 9 – Fernando de Castro Pires de Lima | 28 – Aquilino Ribeiro |
| 10 – Alberto Feio | 29 – Dr. Reinaldo dos Santos |
| 11 – António Machado de Faria | 30 – Dr. João Couto |
| 12 – Coronel António Elias Garcia | 31 – Dr. António Luís Gomes |
| 13 – P.º Nogueira Gonçalves | 32 – Dr. Tavares Chicó |
| 14 – Augusto César Pires de Lima | 33 – Maria de Lourdes Costa Artur |
| 15 – J. M. Cordeiro de Sousa | 34 – José Rosa de Araújo |
| 16 – Arq. Moura Coutinho | 35 – Biblioteca de Viana do Castelo |
| 17 – Dr. Alfredo Ataíde | 36 – Director da Bibl. de Viana |
| 18 – Eng.º Silva Dias | 37 – Leandro Quintas Neves |
| 19 – Eng.º Santos Simões | |
| 20 – Dr. José António Ferreira de Almeida | |

Viana	37 exemplares
Formosinho	15 exemplares
V. Ferreira	<u>20 exemplares</u>
	72 exemplares

mais 40 que seguem hoje = 112 exemplares

MORADAS DAS PESSOAS PARAAS QUAIS VÃO EXEMPLARES COM DEDICATÓRIA:

- 1 – Luís Chaves – Rua do Dr. Teófilo Braga, 21–1º – Lisboa.
- 2 – Virgínia Rau – Avenida da República, 75, Lisboa.
- 3 – Coronel Mário Cardoso – Quinta da Atougia – Guimarães.
- 4 – Dr. João Manuel Bairrão Oleiro – Avenida Dias da Silva, 224, Coimbra.
- 5 – Dr. J. R. Dos Santos Júnior – Quinta da Caverneira – Águas Santas – Ermesinde.
- 6 – Dr. Alberto Souto – Director do Museu Regional de Aveiro.
- 7 – Dr. Rocha Madahil – Director da Biblioteca Pública de Braga.
- 8 – Luís Reis Santos – Director do Museu Machado de Castro – Coimbra.
- 9 – Real Academia Galega – Corunha – Espanha.
- 10 – D. Sebastião Pessanha – Casa das Magnólias – Sintra.
- 11 – Eng.º Raul da Costa Couvreur – Alameda das Linhas de Torres, 149, Lisboa.

- 12 – Cardoso Marta – R. do Marquês da Fronteira, 117-4º D.º, Lisboa.
- 13 – Arquitecto Paulino Montez – Director da Escola Nacional de Belas Artes – Lisboa.
- 14 – Jean Ollivier – Rua do Alecrim, 47-B, Lisboa (?). Av. João Crisóstomo 70-2º D.º
- 15 – Dr. Damião Peres – Avenida de Alvares Cabral, 32-1º D.º (?)
- 16 – Frazão de Vasconcelos – R. do Actor Taborda, 36-5º Esq., Lisboa.
- 17 – Dr. Ezequiel de Campos – Leça do Bailio – Porto.
- 18 – Dr. Joaquim de Carvalho – Rua do Pinhal, 5 – Figueira da Foz.
- 19 – Dr. Leonel Ribeiro – Praça José Fontana, 15-1º
- 20 – Dr. José Luís de Pina – R. Garcia da Orta, 77 (à Avenida de Marechal Gomes da Costa) – Foz do Douro – Porto.
- 21 – Dr. Hernani de Barros Bernardo – Av. da Liberdade, 242.
- 22 – Dr. Carlos de Passos – Rua do Bonfim, 309 – Porto.
- 23 – Dr. Joaquim Fontes – Rua da Penha da França, 39-1º, Lisboa, Rossio, 59-1º
- 24 – Joaquim Sellés Paes de Vilas Boas – ? Barcelos
- 25 – Afonso do Paço – Avenida da República, 15 – 5º – Lisboa.
- 26 – Associação dos Arqueólogos Portugueses. Edifício Histórico do Carmo. Lisboa.
- 27 – Centro de Estudos Geográficos – Rua do Arco, a Jesus (n.º 13).

Não tenho bem a certeza da direcção actual do Jean Ollivier. Veja se ma indica.
 Também não sei a do Pais de Vilas Boas, nem a do Leonel Ribeiro. Mande-me dizer.
 E por hoje nada mais – que me lembre. Tenho imenso que fazer. Estou rodeado de uma autêntica feira de papelada!
 Cumprimentos para o Sr. Director, Eng.º Castelo Branco, Eng.º Moitinho, Zby, Senhoras e Srs. Funcionários da casa. O mesmo para sua Esposa e suas filhinhas.
 Um abraço.

Abel Viana

P.S. – Não tenho notícias do Formosinho. Creio que não chegou a acusar a recepção dos folhetos que lhe mandei, nem o meu aviso de que ia para Viana.

Não se esqueça de me mandar a lista das pessoas a quem já ofereceu a nossa separata, assim como aquelas a quem deu a de Odivelas²⁵⁰.

⁽²⁵⁰⁾ Ver nota 206.

Documento nº 51 – carta manuscrita em folha branca (1/2 A4) com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

Beja, 17/10/953

Meu caro Veiga Ferreira:

Saúde. Esperei até o correio da tarde de hoje, a ver se vinham as provas das gravuras.

Como não vieram, mandei a prova de texto, devidamente emendada, para o Porto. Em nota a lápis, disse: “É favor remeterem, com as 2.^{as} provas²⁵¹, as provas das gravuras que faltam intercalar no texto, a fim de se indicar a altura em que entram”. Agora, é não esquecer.

Junto as indicações para a capa e primeiras quatro páginas da separata. Acho que fica bem como você disse: ser como a do meu trabalho sobre as coisa de Elvas. No entanto, mostre ao Prof. M. Corrêa. Ele decidirá o que entender por melhor. A capa é, conforme sabe, igual à 3.^a página.

Ouvi pela rádio a notícia da chegada do Prof. Mendes Corrêa. Gosto pouco de o ver andar pelos ares mas, enfim, se ele gosta... Estou ansioso por que ele nos relate a sua descoberta em Timor. Ainda bem que foi um português a descobrir o raio do osso, ou lá o que é, que não fio do que dizem jornais! Eu ia escrever-lhe a dar-lhe as minhas boas-vindas mas acho que será melhor você apresentar-lhas em meu nome e, se ele o consentir, dar-lhe o abraço simbólico. Pode mesmo ser meio abraço, visto como, pela estatura que tem, não ser fácil apanhá-lo num abraço inteiro.

Diga-lhe que estou satisfeito pelo regresso dele, pela publicação do nosso trabalho de Monchique, que estou razoavelmente de saúde, e que estou trabalhando muito.

Recomendações muitas para os de sua casa e junto dos Serviços.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 52 – Carta manuscrita em folha branca (1/2 A4) com carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

Beja, 21/10/1953

Meu caro:

Aí vai esta carta do Couvreur²⁵², que mandou dentro de uma carta para mim, pedindo-me que lhe fizesse chegar às mãos. Conforme lhe mandei dizer no sábado passado, remeti para o Porto as provas. Agora, espero

⁽²⁵¹⁾ Deve tratar-se de um outro trabalho em curso de impressão que o referido na nota 245 e, tal como aquele, alusivo à arqueologia de Monchique, visto aquele já se encontrar em quartas provas (ver Documento nº 50) e este apenas em segundas. É provável que seja o artigo publicado em 1954 nos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954).

⁽²⁵²⁾ Trata-se do Eng. Raul da Costa Couvreur, numismata de mérito, que constava da listagem a quem os Autores enviaram separata do trabalho conjunto (ver nota 249).

que com as 2.^{as} enviem as provas das gravuras, a fim de eu poder indicar o sítio onde devem entrar. Não sei se você chegou a telefonar para lá, conforme eu lhe havia pedido. Seja como for, para as 1.^{as} provas já não tem remédio, mas é necessário que façamos isso quando mandarem as 2.^{as}. Já cá recebi. Já cá tenho dois pacotes que vieram dos Serviços. Não sei se isto é tudo, ou se vem mais qualquer coisa. Logo que esteja cá tudo – e você me fará o favor de prevenir se foi tudo ou não – escreverei ao Sr. D. António a agradecer. Mas você diga-me se já é altura de o fazer²⁵³. O meu Amigo tem agora o prazer de ouvir o Prof. Mendes Corrêa e, por isso, terá menos tempo para me aturar. Diga-me, no entanto alguma coisa a respeito do seguinte:

1º – O Paleolítico do Guadiana sempre é publicado no próximo ano de 1954? Já fotografaram algumas pedras que faltavam?

2º – E os pequenos artigos que já estão em poder do Dr. Zby também já levaram destino, ou estão para levar em breve?

Estes dois pontos são para o Dr. Zby fazer o favor de informar²⁵⁴.

3º – Em que ficou o trabalho de Fontalva? Que é que Afonso do Paço, afinal, lhe quer pôr, ou tirar. Julgo que, tal como foi daqui, já estaria em condições de publicar. Veja se lhe fala, ou se lhe telefona, e ele que diga, com toda a franqueza, o que pensa do caso²⁵⁵.

Acabei ontem e ontem mesmo mandei para Espanha os 3 trabalhos que faltavam para o Congresso da Galiza²⁵⁶. Agora, descanso três dias, a pôr papelada em ordem, e vou atirar-me ao nosso Bronze, isto é, ao nosso Cobre, para o Congresso Internacional, em Madrid (Abril)²⁵⁷. Escreva-me.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 53 – Carta manuscrita em folha de carta branca (1/2 A4), datada.

Beja, 25/11/1953

Meu caro:

Aqui lhe envio a cópia do meu relatório, enviei-o hoje mesmo para o Instituto.

É, portanto, altura do Prof. M. Corrêa intervir. Peço-lhe que leve esta cópia e lhe diga da minha parte que lhe solicito o seu patrocínio.

O Prof. A. del Castillo escreveu-me de Barcelona, a anunciar-me a sua próxima visita a Portugal. Vejo, pelos jornais, que ele já aí está. Você, naturalmente, está acompanhá-lo, tanto nos Serviços como fora destes.

⁽²⁵³⁾ É provável que se trate de publicações dos Serviços Geológicos de Portugal, anteriormente solicitadas por Abel Viana.

⁽²⁵⁴⁾ Estranhamente, quase nenhum destes artigos em colaboração com G. Zbyszewski foram publicados (ver notas 117, 119, 121, 124, 147, 191 e 227).

⁽²⁵⁵⁾ Ver nota 214.

⁽²⁵⁶⁾ Ver nota 239.

⁽²⁵⁷⁾ Ver notas 163 e 215 (fim).

Aproveite a companhia dele o mais que puder. Você bem sabe quanto ele vale. Aproveite, portanto, para lucrar mais este “curso” que se lhe oferece. Pena tenho de não poder ir a Lisboa. Se eu recebesse essas massinhas que gastei aí por causa do Congresso, ainda daria aí uma saltada. Como as não recebi, estou depenado, e perco uma boa altura de aproveitar este ensejo de acompanhar um Mestre como Castillo. Eu já lhe mandei para aí um postal, mas você dê-lhe um abraço meu. Estou ultimando dois trabalhos para mandar ao Dr. Bellido: um sobre a necrópole do Padrãozinho²⁵⁸. Depois, salta para a forja o nosso “Cobre”²⁵⁹. Você nada me respondeu ainda acerca da redução a fazer nos desenhos que me enviou. Também não me mandou o papel vegetal e o mais que lhe pedi²⁶⁰. Calculo que seja por ter muito que fazer.

Já não recebia notícias do Formosinho (...?) muito. Ontem chegou-me carta dele.

Anda muito aborrecido por causa da doença da Esposa, doente há cinco meses, e que, de vez em quando, tem crises gravíssimas. Diz-me ele que tem muitas noites perdidas a vigiar a doente. Por outro lado, o ajudante no cartório atingiu o limite de idade, não foi substituído, e é ele, Formosinho, que tem de fazer o trabalho todo. Enfim, as coisas não lhe correm nada bem.

Que diz o Dr. Zby, sobre os nossos (dele e meus) trabalhos pequenos?

Já fotografaram o resto das pedras do Guadiana²⁶¹. Um abraço para o Dr. Zby e outro para si.

Abel Viana

Documento nº 54 – Carta dactilografada em folha branca (1/2 A4), não datada, que se encontrava agrafada à precedente.

Beja,

Meu caro:

Que tal vai da constipação? Já está curado? Assim seja! Tenha cuidado com o tratamento dessas coisas. Recebi há dias mais provas do trabalho das Caldas, as quais lhe devolvi emendadas logo no mesmo dia, isto é, na volta do correio. Não lhe escrevi logo porque tenho tido imenso que fazer²⁶².

Você nem calcula. Tenho de aproveitar esta boa disposição e este magnífico tempo que tem feito. Junto lhe envio o recibo que, se não estou em erro, é segunda via, pois estou persuadido de que o tinha enviado. Seja como for, ele aí vai. Junto, também, alguns cartões de recepção dos trabalhos dos Serviços. Peço-lhe o favor de lhes dar entrada na Casa. Depois enviarei mais alguns que teimam neste momento em não aparecer... Não se esqueça do tal papel vegetal, etc., etc. Mande dentro de um canudo, se puder ser ou enrolado, de modo

⁽²⁵⁸⁾ *Desconhece-se qualquer trabalho de Abel Viana subordinado a este topónimo.*

⁽²⁵⁹⁾ *É evidente o grande empenho dispensado por Abel Viana a este trabalho que foi, de facto, de grande importância: ver notas 163, 215 (fim) e 257.*

⁽²⁶⁰⁾ *Ver nota 213.*

⁽²⁶¹⁾ *Ver nota 254.*

⁽²⁶²⁾ *Ver nota 245.*

que não chegue cá amarrotado. Também precisava de uma dúzia de percevejos (punaises) que fossem bons. Os que por cá compro raro se podem utilizar mais de uma vez²⁶³. Vou escrever ao Sr. D. António, a agradecer o que me enviou. Também recebi uma brochura do Dr. Carlos Teixeira. Tenho lido tudo, quando vou para a cama, se bem que o não faça nunca antes da meia noite. Sempre se lê, pelo menos, uma hora. Ainda não me disse onde mora agora o Leisner. Não esqueça.

Importante: Os desenhos para o nosso trabalho de Madrid²⁶⁴ representam os objectos em tamanho natural. Convém mandar esses objectos já reduzidos.

Reduzidos e dispostos por páginas de estampas. Vou pô-los em ordem, de acordo com o texto. Depois, mando-lhos e você, tenha paciência, vá para o laboratório fotográfico e reduza tudo isso por meio do realejo de ampliação. Percebe o que eu digo, não é assim? É que se olham para aquela quantidade de desenhos, e ao tamanho deles, dizem logo que não se pode publicar o trabalho, e que a publicação fica muito cara, por mais que se avise que é para reduzir. O melhor, portanto, é levar as coisas já no tamanho próprio. Não mandarei nada, todavia, sem primeiro você me dizer se acha bem esta minha lembrança. O trabalho de redução é fácil, pois os desenhos, como sabe, são muito simples. Já tenho dactilografado o meu relatório para o I. A. C.²⁶⁵ No dia 25 do corrente lhe enviarei a cópia.

Recebi dois trabalhos do França. Fiquei contentíssimo. Vou-lhe escrever.

Cá por casa tudo bem. Recomende-me aos seus e aos nossos amigos dos Serviços.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 55 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 15/12/1953

Meu caro: pelo correio lhe envio 25 exemplares do nosso terceiro e último artigo da série respeitante ao recheio do Museu de Lagos²⁶⁶. Estou satisfeitíssimo por ver, finalmente, tudo isto na rua. O segundo, quanto a mim, é o que oferece mais interesse científico, mas tanto como o segundo este último põe a careca do Irmão refilão bem exposta ao Sol, como tinha de ser²⁶⁷. Aí vai a lista das ofertas que eu faço, para que os outros Sócios as não dupliquem ou até tripliquem. Guardem-na bem guardada, e não mandem o folheto a ninguém sem consultá-la. Daqui a dias remeto mais exemplares. Os pacotes não podem levar mais de 3 quilos. Ora tome bem nota dos cavalheiros a quem não mandará²⁶⁸:

⁽²⁶³⁾ Ver notas 213 e 260.

⁽²⁶⁴⁾ Ver notas 163, 215 (fim), 257 e 259.

⁽²⁶⁵⁾ Abel Viana era bolseiro do Instituto para a Alta Cultura desde 1945 (ver nota 192).

⁽²⁶⁶⁾ Ver notas 175 e 248.

⁽²⁶⁷⁾ Trata-se, naturalmente, do Dr. José Formosinho. O segundo e o terceiro dos citados artigos são os publicados em 1953 (ver nota 266).

⁽²⁶⁸⁾ Esta lista, tal como as duas anteriores, evidencia as relações científicas que Abel Viana mantinha com instituições e individualidades ligadas à época, e em Portugal, à Arqueologia (ver notas 120 e 249).

- António Dias de Deus
- Dr. Zby
- Serviços Geológicos
- Dr. Mendes Corrêa
- Dr. Carlos Teixeira
- D. António de Castelo Branco
- Eng.º Oliveira Simões
- Arquitecto Moura Coutinho
- Dr. Alfredo Ataíde
- Dr. Leonel Ribeiro
- Dr. Maximino Correia
- Dr. Carrington da Costa
- Dr. Pereira Dias
- Aquilino Ribeiro
- Dr. Reinaldo dos Santos
- Dr. Tavares Chicó
- Maria de Lurdes C. Artur
- António M. De Faria
- Dr. Alberto Feio
- Dr. Russel Cortez
- Dr. Luís de Pina
- Dr. Santos Júnior
- Jean Ollivier
- Dr. Damião Peres
- Dr. Ezequiel de Campos
- Coronel Elias Garcia
- Dr. Augusto de Castro Pires de Lima
- Eng.º Raúl da Costa Couvreur
- Dr. H. de Barros Bernardo
- Dr. J. A. Ferreira de Almeida
- Faculdade de Letras de Coimbra
- Dr. António Luís Gomes
- Dr. João Couto
- Dr. Carlos de Passos
- Tertúlia das Cinco e Meia
- Rádio Universidade
- Eng.º Santos Simões
- Afonso do Paço
- Dr. Luís Chaves
- Dr. Jaime Lopes Dias
- Associação dos Arqueólogos
- Dr. Bandeira Pereira
- Dr. Lyster Franco
- “Brotéria”
- Fundação da Casa de Bragança
- Vaultier
- Museu Machado de Castro
- Instituto de Coimbra
- Dr. Alberto Souto
- Luís Reis Santos
- Dr. F. Castro Pires de Lima
- Arq. Paulino Montez
- Frazão de Vasconcelos
- Dra. Virgínia Rau
- Coronel Mário Cardoso
- Sociedade Martins Sarmento
- Dr. Oleiro (Filho)
- Dr. Jorge Dias
- Cardoso Marta
- Dr. Orlando Ribeiro
- Dr. Rocha Madahil
- D. Sebastião Pessanha
- Real Academia Galega
- Padre Nogueira Gonçalves
- J. M. Cordeiro de Sousa
- Biblioteca de Braga
- Biblioteca de Elvas
- Biblioteca de Évora
- Biblioteca de Vila Franca de Xira
- Biblioteca de Viana do Castelo
- Biblioteca de Santarém
- Biblioteca de Rio Maior
- Biblioteca da Assembleia Nacional
- Biblioteca da J. P. do Douro Litoral
- Eng.º Luís de Castro e Solla *
- Arq. António de Azevedo

- | | |
|---|----------------------------------|
| – J. Sellés Pais de Vilas Boas | Biblioteca Nacional |
| – Dr. Joaquim Fontes | Dr. Cristóvão de Figueiredo |
| – Centro de Estudos Geográficos | Academia Nacional de Belas Artes |
| – Academia Portuguesa da História | Museu de Soares dos Reis |
| – Instituto Port. de Arq., Hist., Etnog. | – Eng. Acciaiuoli* |
| – Museu de Évora | – Camarate França |
| – Biblioteca Pedro Fernandes Tomás | – Virgílio Talhé |
| – Academia das Ciências | |
| – Sociedade Portuguesa Antropologia e Etnologia | |
| – Sociedade de Geografia | |

Amigo Veiga Ferreira: Nesta data mando ao Formosinho 25 exemplares, acompanhados de uma lista como esta. Você entregue aí em Lisboa às pessoas e entidades que vão marcadas com um sinal (*), nesta lista. O resto já estou expedindo de cá.

E a sua filha? Vai melhor? Já está boa?

Recebi comunicação do França, segundo a qual já está de regresso. Não dê o folheto a ele, porque mando de cá, junto com outras coisas, inclusivé o “Arquivo de Beja” destes últimos 3 anos. A massinha do Congresso foi-se à vela? E andei eu, ainda, com a maçada de passar recibos! Já pediu para o Porto as folhas impressas que me faltam? Você deve andar muito atarefado e preocupado, pois se esquece de quase tudo o que lhe tenha pedido.

Nem me diz, sequer, se o Dr. M. Corrêa tratou de qualquer coisa a respeito da minha situação como bolsheiro... dentro de dias lhe mando mais separatas.

Entretanto, vá distribuindo essas. Um abraço.

Abel Viana

RELAÇÃO DAS ENTIDADES ÀS QUAIS CONVÉM MANDAR O TRABALHO DAS CALDAS DE MONCHIQUE

- 1 – Doutor António Garcia y Bellido – “Instituto Rodrigo Caro” – Concejo Superior de Investigaciones Científicas – Duque de Medinaceli, 4 – MADRID (Espanña)
- 2 – Real Academia de Belas Artes de San Carlos – Calle de S. Pio V – 9 – VALENCIA (Espanña)
- 3 – Museu Prehistórico de Valencia – Calle de Caballeros, 2 – VALENCIA.
- 4 – Doutor Martín Almagro – “Ampurias” – Museu Arqueológico – Parque de Montjuich – BARCELONA (Espanña).
- 5 – Doutor Juan Maluquer de Motes – Seminario de Arqueologia – Universidade de SALAMANCA (Espanña).
- 6 – Doutor António Beltrán Martínez – Faculdade de Filosofia y Letras – SARAGOÇA (Espanña).

- 7 – Doutor Joaquim M. de Navascués – Inspector General de Museus – Ministério de Educación Nacional – Alcalá, 34 – MADRID (Espanha).
- 8 – Museo Arqueológico Nacional – Serrano, 13 – MADRID – (Espanha).
- 9 – Museo Arqueológico de Orense – ORENSE (Galiza – Espanha).
- 10 – Museo Arqueológico de Pontevedra – PONTEVEDRA (Galiza – Espanha).
- 11 – Doutor J. M. Santa-Olalla – Comisaria General de excavaciones Arqueológicas – Ministério de Educación Nacional – Alcalá, 34. MADRID (Espanha).
- 12 – Museo Arqueológico de Sevilha – SEVILHA (Espanha).
- 13 – Real Academia Gallega – CORUNHA – Galiza (Espanha).
- 14 – Doutor Luís Pericot Garcia – Catedrático da Faculdade de Filosofia y Letras da Universidade de BARCELONA (Espanha).
- 15 – Doutor Alberto del Castillo – Catedrático da Faculdade de Filosofia y Letras da Universidade de Barcelona. Mallorca, 305. BARCELONA (Espanha).
- 16 – Real Academia de Ciências, Belas Letras y Nobles Artes de CÓRDOVA (Espanha).
- 17 – Doutor Miguel Tarradel – Museo Arqueológico de TETUAN – (Protectorado Espanhol de Marrocos – Espanha).
- 18 – Simeón Gimenez Reyna – Sociedad Malagueña de Ciencias – Paseo de Reding, 47 – MÁLAGA (Espanha).
- 19 – Museo Arqueológico de Mérida – MÉRIDA (Espanha).
- 20 – Museo Arqueológico de SANTANDER (Espanha).
- 21 – Dr. J. M. Mañá de Angúlo – Museo Arqueológico de IBIZA (Balears – Espanha).
- 22 – Gabinete Português de Leitura – Rua de Luís de Camões – Rio de Janeiro – BRASIL.
- 23 – Dr. Mário Lyster Franco – Casa do Cercado – Faro (Algarve).
- 24 – Associação dos Arqueólogos Portugueses – Edifício Histórico do Carmo. LISBOA.
- 25 – Academia Portuguesa da História – LISBOA.
- 26 – Sociedade Martins Sarmento – Guimarães.
- 27 – Instituto de Coimbra – Rua da Ilha – Coimbra.
- 28 – Serviços Geológicos de Portugal – Rua da Academia das Ciências, 19-2º. LISBOA.
- 29 – Sociedade de Geografia de Lisboa – R. de Eugénio dos Santos – LISBOA.
- 30 – Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia – Museu Etnológico – BELÉM – LISBOA.
- 31 – Fundação da Casa de Bragança – Praça do Príncipe Real, 14 – LISBOA.
- 32 – Biblioteca da Assembleia Nacional – Palácio de São Bento – LISBOA.
- 33 – Faculdade de Letras de COIMBRA.
- 34 – Centro Universitário de Lisboa – Praça das Flores, 51 – LISBOA.
- 35 – Centro de Estudos Geográficos – Travessa do Arco (A Jesus), 13 – LISBOA.
- 36 – Museu Arqueológico de ÉVORA.
- 37 – Eng.º Luís de Castro e Solla – R. do Almirante Pessanha, 16-4º – LISBOA.
- 38 – Eng.º Luís Acciaiuoli –
- 39 – Dr. Georges Zbyszewski – Rua das Amoreiras, 199 – 1º – Dir.º – LISBOA.
- 40 – Doutor Gustavo Cordeiro Ramos – Instituto de Alta Cultura – Praça do Príncipe Real, 14 – LISBOA.

Documento nº 56 – Carta manuscrita em folha branca de carta (1/2 A4), datada.

Beja, 1/1/954

Meu caro Veiga Ferreira:

Aí vai o relatório²⁶⁹. Faça-me o favor de o entregar ao Prof. Mendes Corrêa. Foi uma tortura para mim o dactilografá-lo, pois tenho a máquina escangalhada. Remeti os desenhos que me enviou (os primeiros).

Eu não o censuro por nada!

Sei muito bem que você tem imenso que fazer e, por isso mesmo, lhe peço que me devolva essas coisas. Mande-me também os da sigillata que copiamos do livro do Oleiro.

Com respeito ao Heleno, francamente, qualquer dia perco a paciência e desato a atacá-lo por todos os modos e meios, cá dentro e lá fora. Só espero que ele me faça alguma mais pesada... Que diabo quer esse homem! Então ninguém em Portugal pode estudar arqueologia? Teremos todos que andar a rastejar perante o cavalheiro? Tenho a certeza de que o aleijo! Dentro de alguns dias dar-lhe-ei uma novidade sensacional. Muito sensacional, mesmo.

Descobri uma coisa raríssima, uma importantíssima peça arqueológica. Mas não vai para Belém, não senhor! Se aquele idiota não procedesse da maneira infame de que tem usado para comigo, já lá teria muitíssima coisa. Assim, não chupa nada. O homenzinho vai ficar sem pinga de sangue...

Mas há-de gramar o desapontamento. Por enquanto, é segredo.

Aguarde mais uma ou duas semanas.

Abel Viana

Documento nº 57 – carta dactilografada em folha branca (1/2 A4), datada.

Beja, 13/1/1954

Caro Veiga Ferreira:

Que esteja bom, e todos os seus. E o mesmo a respeito do pessoal dos Serviços, a começar pelo Chefe. Espero que o frio os tenha congelado...

Aí lhe envio, em duplicado, alista das pessoas e entidades a quem o nosso Dr. José de Sousa²⁷⁰ enviará a separata – se ele estiver pelos ajustes.

Não meti os Srs. Engenheiro Castelo Branco, Vaultier, Afonso do Paço, Virgínia Rau, Carlos Teixeira, etc., pelo receio de sobrecarregar a lista. A estes poderemos oferecer nós. Depois combinaremos. E veremos a quem mais oferecer, tanto em Portugal como lá fora.

⁽²⁶⁹⁾ Ver nota 265.

⁽²⁷⁰⁾ Responsável pela edição dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, onde se inseriu o único grande artigo, de síntese geral dos trabalhos efectuados, dedicado à arqueologia da região de Monchique (ver nota 2).

Esses para Espanha interessam muito. Vão para bibliotecas que são frequentadas pela caterva de franceses, italianos, alemães, etc., muito assíduos em estudos arqueológicos no país vizinho. Aqui, a Portugal, vem um ou outro, mais pelas relações pessoais com alguns dos nossos que pela acção exercida pelos nossos institutos culturais, como você bem sabe.

Vá escrevendo ao Dr. José de Sousa, a combinar as coisas.

Não tenho notícias do Formosinho. Já lhe escrevi por três vezes. A última vez que tive carta dele mostrava-se aborrecido por causa da doença da Esposa e por estar sobrecarregado de serviço no cartório, visto ter ficado sem ajudante. Sabe você alguma coisa dele? Nem sequer acusou a recepção dos dois pacotes de separatas que com intervalo de alguns dias lhe remeti. Dar-se-á o caso dele não ter gostado dela? Não sei. Veja se consegue averiguar alguma coisa.

Você também nada me disse a respeito do relatório que mandei para o Doutor Mendes Corrêa.

Que me diz da lápide do Apolo? Enquanto não a vi dentro do Museu não descansei. Se o invejoso do Grego adivinhasse que ela estava arrumada ao canto de um lagar de azeite em reconstrução, que nem porta tinha!²⁷¹ ...

Fora achada já há uns dias, antes da data em que me convidaram a ir a Beringel ver a pedra. O dono da herdade, que é vice-presidente da Câmara de Beja, perguntou-me: “Quer levá-la para o Museu?” Pensei em trazer-la imediatamente comigo, embora pesasse uns vinte quilos, ou mais. Bastava-me que ma pusessem na camioneta da carreira. Mas o dono não consentiu, e trouxe-a para o museu logo no dia seguinte, no seu automóvel. Ainda desta vez o Grego ficou a ver navios.

Que é feito do França? Que é feito do Paleolítico do Guadiana²⁷²? Que é feito do artigo sobre as Minas de Aljustrel²⁷³? Que é feito das coisas de Fontalva²⁷⁴? Em que param as nossas comunicações ao Luso-Espanhol²⁷⁵? Você não me responde concretamente a nada disto, seu fóssil dum catano! Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 58 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 14-2-1954

Meu caro Veiga Ferreira:

Saúde. Cá vou andando, a esgrimir com o frio e a humidade, e ansioso por que venha o bom tempo.

⁽²⁷¹⁾ Ver a missiva anterior (Documento nº 56): a grande descoberta ali mencionada refere-se a esta epígrafe romana.

⁽²⁷²⁾ Trabalho que não chegou a publicar-se, tal como outros que Abel Viana tinha entre mãos, em colaboração com Georges Zbyszewski (ver notas 117, 119, 121, 124, 147, 191 e 254).

⁽²⁷³⁾ Ver *Bibliografia* (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1956; VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1955). Ver notas 196 e 212.

⁽²⁷⁴⁾ Ver *Bibliografia* (Paço, Ferreira & Viana, 1957). Ver nota 214.

⁽²⁷⁵⁾ Ver notas 222 e 229.

Pelo correio de hoje lhe remeto o trabalho do Cobre. Isso pode não ser ainda a forma definitiva, pois que, além de você ter de completar algumas notas, veja se é preciso dizer mais alguma coisa. Creio, todavia, que não será preciso alargar a coisa, pois o essencial está aí dito.

Atenuei o tom da conversa, pois acho que devemos evitar um tom polémico, do qual nada resultaria de lucro para nós.

É preciso não melindrar ninguém, tanto mais que os proponentes da classificação por nós criticada são pessoas como Pericot, Maluquer e outros que devemos ter em toda a estima²⁷⁶.

Além disso... eu também fiz parte da Comissão redactora da proposta de Almeria, o que aliás não me prende os braços para ventilar o caso no sentido de se achar melhor solução²⁷⁷.

Julgo que o artigo está redigido com toda a compostura, e que não fere ninguém. Mostre ao Dr. Zby. Ele que indique o que não achar bem.

Mando-lhe também os desenhos. Quanto a estes, julgo que o principal é formado pelos dois mapas que você mandou. Se não estou equivocado, um desses mapas destinava-se a substituir o outro. Ora, vistas as coisas, suponho que ambos teriam cabimento.

Quanto à reprodução do material de cobre, talvez ela não seja indispensável. Mas se você vê conveniência em o publicar também, não se esqueça de prevenir que é para ser muitíssimo reduzido, do contrário ninguém nos publicará o trabalho, devido ao custo da bonecada. É preciso agrupar isso de forma que possa haver grandes reduções de tamanho.

Confesso-lhe que já me não sinto animado a mandar o resumo disso ao Congresso de Madrid. E muito menos mandar o trabalho todo, mesmo vertido para língua francesa.

Se o Dr. M. Corrêa no-lo publicar, tanto melhor. Os nossos bons amigos de Espanha têm-nos prestado um grande serviço, publicando-nos os trabalhos, mas além da prosa ficar muito estropeada na versão para

⁽²⁷⁶⁾ Ver notas 163, 215 (fim), 257 e 259.

⁽²⁷⁷⁾ Refere-se à proposta sobre a terminologia aprovada no Congresso de Almería, de 1949, no sentido de se adoptar a designação de "Bronze I" em vez de Idade do Cobre ou de Calcolítico, designação a que com razão, os Autores no referido trabalho conferem significado próprio, utilizando-a como expressão de uma realidade cultural específica correspondente ao início da metalurgia peninsular, exclusivamente representada por peças de cobre (e não de bronze como erroneamente a proposta aprovada no referido Congresso faria supôr). Vale a pena trancrever os dois últimos períodos da comunicação apresentada pelos Autores (FERREIRA & VIANA, 1956, p. 529) ao IV Congresso de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Madrid em 1954 (ver notas 163, 215 (fim), 257, 259 e 276): "Nous ne pouvons pas comprendre pourquoi les hommes qui venaient de l'Orient et qui apportaient l'invention du bronze n'ont pas commencé à fabriquer immédiatement le bronze, s'il y avait du cuivre et de l'étain en abondance? Tout cela indique simplement que, les hommes du bronze, quand ils sont arrivés dans la péninsule avec leur invention, ont trouvé des pruples Qui connaissaient déjà bien la métallurgie du cuivre, et qui le fabriquaient depuis longtemps.

Comment pouvons nous placer dans l'âge du Bronze une période aussi longue qui, en réalité, ne possédait pas de bronze, mais seulement du cuivre." Tão evidentes eram as respostas a estas interrogações que, actualmente, mesmo os arqueólogos espanhóis aceitam sem discussão a existência na nomenclatura arqueológica de uma Idade do Cobre, ou Calcolítico, anterior e autónomo as Idade do Bronze.

castelhano, nunca deixo de pensar que seria muito mais honroso para nós eles serem publicados cá. Claro que nem nós nem eles temos culpa disso.

Fico alegre, portanto, em saber que o Dr. M. Corrêa consegue publicar-nos isso²⁷⁸.

Eu não posso ir a Lisboa por enquanto. Com tal tempo, não me atrevo. No entanto, o Dr. M. Corrêa podia dar-me as suas ordens para cá.

Tenha muita cautela com as notas do trabalho. É necessária a máxima fidelidade nos nomes dos autores e nos títulos das respectivas obras. Os que são em ortografia antiga devem ser reproduzidos nessa mesma grafia.

Não há maneira de encontrar o sítio em que o Maluquer publicou a tal nota relativa aos quatro Bronzes²⁷⁹. Já vi Zephyrus, Archivo E. de Arqueologia, Ampurias e mais outras revistas, e não há meio de a encontrar.

O Leisner no trabalho grande, em alemão, fala continuamente em Idade do Cobre.

Outro assunto: Já lhe deram o volume do Congresso Luso-Espanhol? Deram-lhe as 50 separatas de cada um dos nossos dois artigos?

Pergunto-lhe isto porque recebi um exemplar do volume e 50 separatas do artigo de Elvas. É evidente que se não mandaram para mim nem deram a si, é porque mandaram ao Formosinho e, nesse caso, é preciso escrever-lhe já para que não julgue que as separatas são todas para ele²⁸⁰.

O melhor seria você informar-se no Instituto, pois lá devem saber a quem enviaram.

A sua pequena ficou boa de todo? Como você não mandou dizer mais nada a tal respeito, espero que tudo tenha passado. Calculo que sua Esposa se não tenha dado bem com o frio. Este macaco, além de intenso, é demorado.

Não esqueçam os desenhos da sigillata, nem o trabalho do Guadiana.

Você esqueceu-se do papel vegetal, dos percevejos, etc.. Está como o Formosinho.

O Dr. José de Sousa já terá começado a distribuição da separata das Caldas²⁸¹?

Por hoje nada mais. Cumprimentos para todos. Um abraço.

Abel Viana

P. S. – Que é feito do França? Já está a trabalhar em qualquer parte?

Sabe-me também dizer qualquer coisa a respeito do meu relatório enviado ao Dr. M. C.?

⁽²⁷⁸⁾ O que não veio a verificar-se.

⁽²⁷⁹⁾ Na verdade, a periodização de J. Maluquer de Motes contemplava apenas a existência de três fases na Idade do Bronze, da seguinte forma: Bronze I – sinónimo do actual Calcolítico, ou Idade do Cobre; Bronze II – equivalente da Cultura Argárica; Bronze III – correspondente ao Bronze Final (MALUQUER de MOTES, 1949).

⁽²⁸⁰⁾ Ver notas 222, 229 e 275.

⁽²⁸¹⁾ Ver nota 270.

Documento nº 59 – Carta dactilografada em folha branca com o carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.

Nota: esta carta encontra-se dactilografada alternadamente parágrafo a negro parágrafo a vermelho, com o propósito de poupar a fita negra (mais utilizada) da máquina de escrever.

Beja, 3/3/1954

Meu caro Veiga Ferreira:

Saúde. Cá vou andando e trabalhando. Estou a tomar uns cálcios, a fim de me pôr em forma para ir consigo a Aljustrel. O tempo é que ainda não está decente para escavações, mas logo que se ponha de sol e um bocadinho mais quente, toca a marchar. Mas que não fique só em projecto, como ficou o programa de Tomar²⁸².

A propósito: que é feito do França? Já lho perguntei mas você não me mandou dizer nada. Claro que isto ainda não está em condições de eu ir a Lisboa. Não esteja pois, a guardar a conversa para quando aí me apanhar..

– Como vai esse trabalho do cobre? Já está vertido para francês²⁸³?

Se já estiver pronto, trate de o enviar para o Beltran – Faculdade de Filosofia y Letras da Universidade de Barcelona, digo, de Saragoça²⁸⁴. Você já se inscreveu? Sempre está resolvido a ir lá? Tem recebido a papelada com programas, etc.? Recebi ontem o impresso relativo aos descontos nos bilhetes dos caminhos de ferro espanhóis. Também recebeu? Olhe que é tempo de tratar disso tudo.

Eu não vou. É muito violento para mim. Além disso, preciso de poupar a bolsa, isto é, de esticar a bolsa, de maneira a girar mais cá no País, onde não falta que fazer.

Preciso de ir a Vila Viçosa mais vezes, e a Lisboa também. E aquela saltada ao Algarve, de que você em tempos me falou? Nada de esquecer estas coisas.

Se você desiste de ir a Espanha, mande-me para cá o trabalho, que me encarrego de remeter ao Beltran. Eu estou inscrito no Congresso, ainda que não vá lá.

Já mandou as coisas ao Formosinho? Conforme na minha carta passada lhe disse, ele estava bastante doente. Não me parece provável que ele possa ir a Lisboa por estes tempos mais chegados. Por isso, seria preferível você ir-lhe mandando as coisas, mesmo que seja aos poucos.

O Dr. Sousa Oliveira (Manuel), director do Museu de Viana do Castelo, não me larga, para que eu lhe obtenha um exemplar de “La Classification du Paléolithique Portugais”, do Dr. Zby²⁸⁵. Ele tem pesquisado

⁽²⁸²⁾ Às explorações arqueológicas que Abel Viana pretendia levar a cabo, com O. da Veiga Ferreira na região de Tomar, referem-se as notas 130 e 186. Baseavam-se em elementos de campo coligidos por J. Camarate França, antes da sua partida para Angola. Ao contrário, no respeitante à região de Aljustrel, os resultados publicados dos trabalhos arqueológicos levados a cabo por Abel Viana e colaboradores revestem-se da mais alta importância científica, expressos por numerosas publicações relativas a diversas épocas e assuntos.

⁽²⁸³⁾ Ver nota 276.

⁽²⁸⁴⁾ Ver nota 242.

⁽²⁸⁵⁾ Trata-se de pequena brochura de reduzida tiragem (ver bibliografia, Zbyszewski, 1943), editada como separata do Boletim da Sociedade Geológica de Portugal..

muito por lá, e recolhido muito material, pelos sítios que lhe tenho mostrado nestes dois últimos anos, e tem recolhido muito material interessante. Veja se o Dr. Zby consegue a cedência de um exemplar e mande-me dizer a importância que o Oliveira terá de mandar para aí.

Soube, por acaso, que o Sr. D. António devolveu o vol. X do “Arquivo de Beja”, certamente porque lhe cobravam a assinatura. Veja-me se ele devolveu mais algum, ou se lhe falta somente este. É que tratarei de arranjar os exemplares que lhe faltarem e enviar-lhos-ei por seu intermédio.

O “Arquivo”, coitadinho, está cada vez mais magro... mas preciso que ele se mantenha de qualquer maneira, não só porque isso me interessa pecuniariamente mas também porque espero a chegada de melhores dias, em que possa outra vez engordar dignamente.

Desde que a Administração passou para outras mãos, nem sei a que pessoas mantiveram a oferta.

No entanto, reclamo sempre uma dúzia de exemplares de cada número, para acudir aos erros de que tenho conhecimento. Veja isso e mande-me dizer.

Ao que parece, das Caldas ainda não começaram a distribuição do nosso livro²⁸⁶. Pelo menos, umas quantas pessoas que eu meti na lista ainda não receberam. Sabe você de qualquer coisa a tal respeito?

Você não repare por isto ir a duas cores. Desculpe. É para poupar (isto não é fita do Estado...) e, por outro lado, fica mais ornamental...

Então o Afonso do Paço não abre mão do trabalho de Fontalva? Que raio de homem! E eu a perder tempo²⁸⁷!

Quanto ao das nossas últimas escavações em Monchique, olhe que o publicado no calhamaço do Luso-Espanhol é muito insuficiente, sobretudo no respeitante a gravuras. Faltam, sobretudo, as plantas dos monumentos, coisa essencial, indispensável. Quem vê aquilo não pensa que foi imposição alheia, mas sim que a insuficiência é dos autores. Você mandou-me dizer que o Dr. M. C. nos publicaria isso nos “Trabalhos”²⁸⁸? Foi isso ou outra coisa? Não tenho agora tempo para procurar a sua carta.

Seja como for, é preciso não deixar perder as marés.

Recebi o Boletim da Sociedade de Geografia. Gostei de ver o nosso Mestre e grande Amigo armado em pomba branca, lá por Macau e Timor²⁸⁹. Aquilo foi uma viagem verdadeiramente triunfal. Em toda a parte a

⁽²⁸⁶⁾ Refere-se à tiragem em separata que se efectuou do extenso artigo publicado nos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia” (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954). Ver nota 270.

⁽²⁸⁷⁾ Ver nota 214. Em trabalho anterior do Autor, relativo à correspondência de O. da Veiga Ferreira para Abel Viana, faz-se também alusão ao atraso da conclusão deste artigo (CARDOSO, 1993/1994, Documento n.º 25).

⁽²⁸⁸⁾ Trata-se do artigo apresentado ao XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências sobre as investigações arqueológicas realizadas pelos Autores na região de Monchique nos anos de 1948 e de 1949 (Viana, Ferreira & Formosinho, 1953) apresenta-se, segundo Abel Viana, muito pobremente documentado do ponto de vista iconográfico pelas limitações impostas pelos editores das respectivas actas. Deste modo, foi preparada uma versão mais alargada desta comunicação que veio, efectivamente, a ser publicada nos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, neste mesmo ano de 1954 (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954).

⁽²⁸⁹⁾ Refere-se a missão científica realizada pelo Prof. A. A. Mendes Corrêa a Macau e Timor, devidamente apresentada no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual era Presidente.

sua presença é brilhante. E aquele mocho de Belém ainda teve (e talvez tenha ainda!) veleidades não só de o igualar mas até de o suplantar! Grande parvo²⁹⁰!

Vamos recapitular:

- Que é do França? Que é do França? Que é do França?
 - O nosso trabalho para o Congresso de Madrid.
 - Mandar as coisas ao Formosinho.
 - O livro do Dr. Zby, para o Dr. Manuel de Sousa Oliveira.
 - Trabalho de Fontalva.
 - Novo trabalho das Caldas de Monchique.
 - Já estão distribuindo o nosso livro?
 - Arquivo de Beja, para o Sr. D. António.
- Cumprimentos para todos em sua casa e nos Serviços.
Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 60 – carta manuscrita em folha branca, datada.

Beja, 15/6/954

Caro Veiga:

Saúde. Ainda não lhe escrevi porque tenho tido imenso que fazer com o “Arquivo de Beja” e com umas saídas ao campo, um estudo de ruínas romanas. Tenho achado coisas notáveis, como você a seu tempo saberá.

Pelo correio de hoje seguem, em pacote registado, as fotografias. Julgo que estão boas e que Abbé Roche pode aproveitá-las em boa escala. Se você vê que a verba chega, faça conforme lhe disse aí.

As outras são:	2 rolos de película	25\$00
	Duas revelações	5\$00
	23 provas 6x6 a \$90	20\$00
	Correio	<u>3\$80</u>
		54\$50

⁽²⁹⁰⁾ Na verdade, eram flagrantes as diferenças de carácter evidenciadas pelos Prof. A. A. Mendes Corrêa e Manuel Heleno. O primeiro, expansivo, comunicador, extrovertido, de fáceis relações pessoais e, sobretudo, muito acessível e sempre disposto a ajudar quem dele precisava; o segundo suspicaz, fechado, pouco comunicativo, de relações pessoais difíceis e muito pouco disponível (CARDOSO, 1999). A opinião desfavorável que, de Manuel Heleno, tinha Abel Viana era, no entanto, agravada, pelos incidentes desagradáveis com que, anos antes, foi confrontado (ver notas 88, 100, 104 e 105), recorrendo, então à ajuda do Prof. A. A. Mendes Corrêa.

Ficaram umas quantas provas inaproveitáveis, além das 23 que envio, devido a poeiras acumuladas nas lentes da objectiva. No meio daquela poeirada toda, e com tal (...), nem sei como saíram essas, que estão positivamente boas. Estragaram-se 8, quase todas do rolo que você me deu e que foi do rolo, digo, e que foi empregado na manhã do último dia que aí estive. Como sabe, foram 3 rolos, dois que eu levei, e um que você aí tinha, e que, por isso, não meti em contas.

Agora, outra coisa. Sugeri escrever à Ex.ma Senhora Marquesa, mas não sei que título, em rigor, lhe hei-de dar. Marquesa do Cadaval suponho não ser, ou seja, suponho não ouvir ter tal título. Creio que deve ser Marquesa de Ferreira, mas não me atrevo a escrever-lhe sob tal título, antes de ter a certeza. Acho preferível demorar o meu agradecimento que cometer inconveniência, errando o tratamento que devo dar.

Veja, pois se é Marquesa de Ferreira, se é Marquesa do Cadaval. E veja também, se o nome é Olga Nicolis di Robilant Alvares Pereira de Melo. Veja-me bem isto, e depressa, a fim de me desobrigar o mais depressa possível do dever que tenho em lhe enviar os meus agradecimentos.

Com respeito aquilo que estava a aparecer no final da escavação, diga a Abbé Roche que já deitei a minha livraria abaixo e não encontro nada que se pareça com isso, mas que, todavia, estou absolutamente convencido de que aquilo é da primitiva. Dentro de dias lhe mando dizer porquê, visto que, neste momento desejo despachar esta carta o mais rapidamente possível. No entanto, digo, quanto mais raciocino mais me convenço de que o corte no solão do cabeço é da primitiva, ou seja, é do início da formação do concheiro, foi aberto pelos primeiros ocupantes desse pequeno outeiro sobranceiro à ribeira de Muge. Nem na Idade Média nem em qualquer outro tempo iriam abrir um cabouco com tal largura e profundidade sobre um cabeço de cinzas moles, nem tal cabouco, se alguma vez fosse aberto após o abandono do concheiro, se encheria novamente com tal regularidade de estratificação²⁹¹.

Portanto, foram os primeiros homens de Muge quem abriu essa esquisita escavação.

Talvez se metessem nela e a cobrissem com peles. Sei lá! O que eu gostaria de saber era a profundidade que essa vala tinha, antes do cômodo do concheiro ser arrasado, e até que altura ia o solão. Se era fundo, podia ser um fosso de defesa.

Cumprimentos para o Abbé Roche e para o Dr. (...) Abel.

Para si, um abraço.

Abel Viana.

P. S. – Veja se me manda uma prova de cada, mas não me (...) os n.º 1 – 19 – 20 – 21 e 22. Da n.º 23 mande-me uma em tamanho de postal. Os perdigotos morreram todos? Acho que não era preciso (...)... E a pintasilgos?

Não mate o gato!!!

⁽²⁹¹⁾ Esta carta refere-se, em grande parte, a uma visita de Abel Viana às escavações que então decorriam no concheiro da Moita do Sebastião (3ª campanha de escavações). O grande corte mencionado, aberto no “solão” (= camada da base do concheiro, de natureza estritamente geológica) e que tanto intrigava os escavadores não corresponde, ao contrário do que supunha Abel Viana, à época da primeira ocupação arqueológica do concheiro, mas, simplesmente, às escavações ali realizadas em 1880 sob direcção de Carlos Ribeiro (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000, Fig. 25), como ulteriormente J. Roche e O. da Veiga Ferreira veio a concluir (segundo observações constantes do seu Caderno de Campo).

Documento nº 61 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 13/3/1955

Meu caro Veiga Ferreira:

Recebi a sua carta de (?) e os negativos. Devolverei estes, dentro de poucos dias, com as respectivas indicações.

Com respeito à primeira emenda sugerida pelo Freire de Andrade, acho que fez bem em modificar a prosa a gosto dele²⁹².

Quanto à tal lápide que está em Belém, o que me diz é inteira novidade. PARECE INCRIVEL QUE, SENDO A LÁPIDE ACHADA EM PORTUGAL; ESTANDO EM PORTUGAL, PAÍS ONDE HÁ ARQUEÓLOGOS E ASSOCIAÇÕES DE ARQUEÓLOGOS, AINDA NADA TENHA SIDO DITO POR UM PORTUGUÊS, A RESPEITO DELA, DESDE 1909 ATÉ HOJE, OU SEJA, QUASE MEIO SÉCULO DECORRIDO SOBRE O SEU ENCONTRO²⁹³! Olhe, Veiga Amigo, temo-nos de nos convencer, e de convencer os outros, de que em Portugal, desgraçadamente, com excepção de Sarmento, nunca houve arqueólogo em tamanho natural, quanto mais “grande”, como tantos grandes que para aí se pavoneiam perante a ignorância e a basbaquice indígena. Nem mesmo o Leite pode escapar a este justiceiro juízo! Por essas e outras, perante o estrangeiro, arqueologicamente, nada representamos; perante os nacionais com tinturas de cultura, arqueólogo é alcunha, é qualquer coisa de anedótico e picaresco. Personifica-se num velhote maníaco, coca-bichos, maçador, um pobre fóssil.

Vamos ao que importa, porém.

– junto lhe envio cópia do que encontro em CAGNAT (“Cours d’Épigraphie”), “Historia de España” e ROSTOVITZEFF (“Historia Social e Economica del Imperio Romano”).

É o que tenho. Mas você pode aí em Lisboa vasculhar mais bibliografia. Veja as indicações de SHÖNBAUER. Reuna tudo o que puder. Da minha parte, continuarei a procurar por onde puder. TEMOS QUE PUBLICAR UMA NOTÍCIA RESUMINDO TUDO O QUE SOBRE AS DUAS LÁPIDES ESTÁ FEITO e juntar isso ao novo trabalho em que falarmos do cemitério e do mais que houver. Quero voltar a Aljustrel, a fim de fotografar aqueles vestígios de poços e de galerias que se observam cá fora.

O “Arqueólogo” e as “Religiões” nada trazem.

– Repare que os espanhóis dizem que a segunda tábula foi achada em 1906 e de que Rostovtzeff diz que foi em 1902. Qual a data exacta? Será 1902 a do achado e a de 1906 a da entrega ao Etnológico? Que lhe poderão dizer os Cerberos de Belém? Que poderá averiguar o Rui em Aljustrel?

⁽²⁹²⁾ Deve referir-se a uma das publicações, assinadas por Abel Viana conjuntamente com O. da Veiga Ferreira e R. Freire de Andrade, dedicada às minerações romanas das minas de Aljustrel (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1954; VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1956). Ver notas 196, 212 e 273.

⁽²⁹³⁾ Trata-se da segunda tábula de bronze encontrada nos escoriais romanos das minas de Aljustrel e conservada no Museu Nacional de Arqueologia. A primeira encontra-se exposta no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Em suma, é preciso averiguar tudo isto, para o trabalho futuro²⁹⁴. Por agora, bastará a oportuna emenda que fez nas provas tipográficas.

– O Eng.º Rui já cá esteve em minha casa por duas vezes. Fez alguns dias secos, com vento de Leste, mas a chuva voltou. Não me parece que esteja em condições para se continuarem as escavações da necrópole. Dei-lhe aqui muitas explicações. Ele já me tinha remetido os perfis de alguma terra sigillata.

– Fico satisfeitiíssimo em saber que o Dr. Zby concorda com o que lhe pedi. Agora, meu caro, isto é consigo. Vamos ao trabalho antes que o atomizem a si também... Estou a ver que qualquer dia você também não terá tempo para coisas arqueológicas... Toca a arregaçar as mangas, portanto.

Para começar, peça ao Dr. Zby que entregue a si os trabalhos concluídos que ele já lá tem (os de colaboração dele comigo). São, se não estou em erro, dois ou três²⁹⁵. Não posso, neste momento, ir ver à papelada as respectivas cópias.

Tome conta disso e ele que lhe explique se acha bem que se publiquem tal como estão ou se lhes falta alguma coisa.

Comecemos, portanto, por despachar os artigos em que o Dr. Zby também subscreve. E o Dr. Zby que diga também se pretende esses trabalhos para as “Comunicações dos Serviços” ou se os podemos mandar para outras revistas.

Comecemos, conforme digo, por esses trabalhos que já mandei para aí, dando-os eu, por minha parte, como prontos.

Veja-me, também, se é preciso ainda fazer qualquer coisa quanto a fotografia, no Paleolítico do Guadiana²⁹⁶. E vou já tratar de outras coisas, a fim de lhas mandar para si o mais depressa possível.

MANDE-ME DIZER O QUE O DR. Zby lhe entregar; para eu ficar sabendo o que lhe devo enviar. Não vá eu estar a perder tempo na duplicação de coisas que dão trabalho e consomem tempo.

– Você nada me mandou dizer sobre o falecimento da Irmã do Prof. Mendes Correia, no Porto. Eu vi a notícia em “O Comércio do Porto”. Mandei-lhe imediatamente um cartão de cumprimentos. Os jornais do Porto fizeram largas referências, salientando o valor do Mendes Correia, Pai, que foi médico de grande prestígio social.

– Mande-me, logo que possa, uma cópia dessa cópia e tradução que você tem, da tábula que está no Etnológico²⁹⁷. Você deve ter copiado isso, certamente, de qualquer daqueles autores que SCHÖNBAUER cita.

Cá fico esperando o que você me diga a respeito de tudo isto.

Um abraço,

Abel Viana

⁽²⁹⁴⁾ Em 1956 foi publicado pequeno estudo dedicado à necrópole romana de Aljustrel, tendo Abel Viana como co-autor (ANDRADE, FERREIRA & VIANA, 1957). Mais tarde, R. Freire de Andrade e O. da Veiga Ferreira publicaram nota introdutória (FERREIRA & ANDRADE, 1966) do extenso trabalho de Jorge de Alarcão e Adília Moutinho de Alarcão sobre a mesma necrópole (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966), limitando-se ambos, entretanto, à publicação de pequenas notas de carácter específico, sobre lucernas ou sobre marcas de oleiro em recipientes de terra sigillata ali recolhidos.

⁽²⁹⁵⁾ Sobre os artigos que Abel Viana tinha concluídos ou em fase de conclusão, em colaboração com G. Zbyszewski e que, por causas desconhecidas, não chegaram a publicar-se, ver notas 117, 119, 121, 124, 147, 191, 254 e 272.

⁽²⁹⁶⁾ Ver nota 295. este é um dos artigos que, estranhamente, não chegou a ser publicado, apesar de aparentemente se encontrar concluído.

⁽²⁹⁷⁾ Ver nota 293.

SOBRE AS TÁBULAS DE BRONZE DE ALJUSTREL

RENÉ CAGNAT – “Cours d’Épigraphie Latine” (Quatrième édition) – 1914.

Pág. 296 – Entre as diversas leis municipais que no todo ou em parte se conhecem, há a – “lex metalli Vipascensis, constitution donnée par un des Flaviens à un district minier de Portugal (C. I. L., II, 5181 ; à rapprocher d’un règlement analogue, du temps d’Hadrien, édicté pour la même mine (Ann. Epigr., 1906, 151 ; cf. Cuq, Un règlement administratif sur l’exploitation des mines au temps d’Hadrien, dans les Mélanges Gérardin, 1907)”.

HISTORIA DE ESPAÑA – Tomo II – España Romana.

Dir. de Ramon Menéndez Pidal. Madrid, 1935.

La Península Hispánica, provincia romana.

Cap. II – La Vida y las Instituciones económicas de la Península Hispánica como provincia romana.

Pág. 337: – “La bibliografía que se ha formado alrededor de las leyes de Vipasca (Aljustrel, Portugal) e, en general, sobre el derecho minero romano es extraordinariamente grande.”

Em nota 102, de pág. 357: – “SCHÖNBAUER (E.), Zur Erklärung der Lex metalli Vipascensis, Savigny – St. F. R. G. Rom. Abt., vol. 58, págs. 352-390 (1925), y vol. 59, págs. 181-215 (1926); el mismo, Beiträge zur Geschichte des Bergbaurechts. Münchener Beit. Zur Papyrusforschung und Antiken Rechtsgesch. 12, 1929. También muy interesante la nota acerca de este libro de KÜBLER EN LA Zeitsch. D. Savigny – St. f. R. G., vol. 62, págs. 569-575 (1929).”

Em nota 103, de pág. 357: – “Indiquemos meramente que incluso la lectura de los textos da lugar a complicadas controversias, y que alguno de ellos, sobre todo la Stipulatio argentaria, es problema que constantemente sigue preocupando a los romanistas. Para dar idea de la gran profusión de bibliografía basta citar nombres de autores que publicaron o comentaron en trabajos de conjunto o especiales estos bronce, como SOROMENHO, HÜBNER (en diversos lugares), MOMMSEN, BÜCHELER, BRUNS, GIRAUD (en dos ocasiones), WILMANN; NEUBURG, FLACH, RE, RODRÍGUEZ BERLANGA, LEFORT DE VEIGA (1), DEMELINS, BINDER, FRIESE, KARLOWA, VOIGT y, con posterioridad a 1906, CAGNAT (en diversos lugares), SCHULTEN, KÜBLER, CANTARELLI, VENDOEUVRE, KNIEP, ROSTOVTZEFF y, finalmente, SCHÖNBAUER.”

(1) – Estácio da Veiga (Sebastião Philippes Martins)

M. ROSTOVTZEFF – “Historia Social y Económica del Imperio Romano”.

Traducida do inglês por Luís López – Ballesteros. – Tomo II. Madrid, 1937. As referências a Aljustrel são as seguintes:

Pág. 100: – “Se preferia arrendar galerias aisladas a pequenos contratistas, especialmente bajo Adriano e sus sucesores. Tal fué, por ejemplo, el sistema seguido en el distrito mineral español de Vipasca, como lo atestiguan las inscripciones fragmentarias en el halladas, cuyo contenido está extraído de una ley especial que regulaba la explotación minera. El empleo de intermediarios se reducía, en substancia, a la recaudación de

los cánones de arrendamiento y los demás tributos debidos por estos pequeños concesionarios. Las ordenanzas de Vipasca se basan en la teoría de que el producto de cada galería pertenecía, por mitad, al Estado y a la persona dispuesta a emplear su dinero en la extracción del mineral.”

A extensa nota 86, que vai de Págs. 172 a 174, tem, já perto do fim (pág. 174), os seguintes períodos:
– “No es admisible que Adriano inventara la teoría relativa a los tesoros: paobablemente no hizo sino legalizar un mos antiquos. En cambio, estoy plenamente de acuerdo con la interpretación que Schönbauer da al párrafo segundo de las ordenanzas mineras descubiertas no hace mucho en Vipasca, las cuales integran nuevas disposiciones de Adriano sobre la venta de la mitad perteneciente al Estado del producto de un pozo, a un concesionario. Probablemente el “beneficio” otorgado por Adriano tendía a estimular el celo de los concesionarios en la explotación de los agotados filones de plata. No sabemos cuál era la parte que el Estado se reservaba del metal extraído de estas minas vendidas a concesionarios. Schönbauer acierta probablemente al calcularla muy por bajo del 50 por 100. Muy interesante es la inscripción hallada en Aljustrel el año 1902 y publicada ahora de nuevo por L. Wickert, Sitzb. D. Berl. Ak., 32 (1931), pág. 9 y sigs. La inscripción se hallaba en la base de la estatua de un procurator metallorum que poseía también el título de vicarius rationalium, estatua erigida por los coloni del metallum Vipascensi. El procurador es llamado por los colonos “restitutor metallorum”. Lo cual demuestra que en año 173 ó 235 d. De J. C. (fecha de la inscripción) las minas se hallaban en plena decadencia, a pesar de las reformas del emperador Adriano.”²⁹⁸

Documento nº 62 – carta dactilografada em folha branca (1/2 de A4), datada.

Beja, 17 de Março de 1955

Meu caro Veiga Ferreira:

Aqui vão os negativos, acompanhados das respectivas provas recortadas na porção em que me parece devem ser ampliadas. Eu desejava ter duas cópias de cada. Veja se pode arranjar isso.

Não recebi mais nada de Aljustrel, mas não admira, pois o tempo não tem estado ainda grande coisa. O Arsénio²⁹⁹, empregado do Museu, tem-se visto atrapalhado com o restauro da cerâmica, pois, além de estar muito dividida em fragmentos, os cacos estão esboroentos e sem grande vontade de se ligar ao gesso e à goma. Tudo aquilo estava em papas.

⁽²⁹⁸⁾ Estas extensas transcrições dactilografadas fornecidas por Abel Viana a O. da Veiga Ferreira – cuja preparação, por certo, lhe consumia tempo precioso – mostra o empenho daquele na preparação científica do último, não se poupando a esforços, nem a trabalhos, para tal efeito. Evidenciam, por outro lado, assinalável domínio da bibliografia, apesar da grande diversidade de temas e assuntos de índole arqueológica a que Abel Viana se dedicava.

⁽²⁹⁹⁾ Trata-se do Sr. Eduardo Arsénio, antigo empregado das minas de Aljustrel, destacado para o restauro do espólio cerâmico do Museu das Minas de Aljustrel. Ulteriormente, até finais da década de 1990, foi funcionário dedicado do Museu do Cerro da Vila, em Vilamoura, ali continuando a sua meritória acção em prol da defesa e divulgação do património arqueológico.

Recebi, enviado pelo Oleiro, um ofício a pedir publicações para o Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, coisa que ele conseguiu fosse oficialmente criada³⁰⁰. Já lhe mandei cerca de trinta trabalhos, muitos deles dos nossos – Viana – Ferreira – Formosinho – e o que pude arranjar do “Arquivo de Beja”. Aquilo merece todo o nosso apoio. Dirigido pelo Oleiro, ou orientado por este, e agindo com gente nova, é de toda a importância para a divulgação dos nossos trabalhos.

Não sei se o Oleiro se terá lembrado de oficiar aos Serviços e ao Prof. Mendes Corrêa. Eu lembrei-lhe que o fizesse. Você fale no assunto ao Sr. D. António e ao Doutor M. Corrêa. Ambos conhecem o Oleiro e estou certo de que não deixarão de lhe mandar tudo o que puderem.

Aí dos Serviços não deveriam faltar os números das “Comunicações” que tenham artigos de Arqueologia – Zby, Roche, você, eu, etc. Não pude mandar, por exemplo, os “Subsídios para o estudo do Quaternário do Algarve”³⁰¹, pois não tenho exemplares desse trabalho.

Não sei se em tempos lhe pedi para me averiguar se aí na Biblioteca dos Serviços ou na da Associação dos Arqueólogos existe o BOLETIM DE ARCHITECTURA E DE ARCHEOLOGIA, 2ª Série. Tomo II, nº 4 – Lisboa, 1877.

Se já me respondeu a isto, diga-me simplesmente que sim, e eu irei procurar a sua resposta. Se, porém, se lembrar do que me mandou dizer, agradeça-lhe ainda mais que mo repetisse. TENHO MUITA NECESSIDADE EM VER ESSE NÚMERO 4.

Não se descuide em tomar notas a respeito da famigerada segunda tábula de Aljustrel. Não se esqueça, também, de tudo quanto lhe mandei dizer na carta anterior a esta.

No próximo sábado, às 8 da manhã, devo seguir para Vila Viçosa³⁰². Depois de lá estar é que verei a demora que terei, mas não deve ser grande.

Cumprimentos a todos, aí nos Serviços, e também às três Senhoras da sua casa.

Um abraço.

Abel Viana

⁽³⁰⁰⁾ Ver notas 112 e 134.

⁽³⁰¹⁾ Trata-se do artigo “Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve (VIANA & ZBYSZEWSKI, 1949), publicado nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”. Ver nota 97.

⁽³⁰²⁾ – Esta deslocação a Vila Viçosa relaciona-se com o estudo do espólio arqueológico então conservado na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, que deu origem a diversas publicações de Abel Viana e A. Dias de Deus. Ver Bibliografia e notas 140 e 228.

Documento nº 63 – carta manuscrita em folha branca com o carimbo do “Arquivo de Beja”, datada.
Beja, 18-3-955

Meu caro:

Esqueci-me de meter na carta de ontem as películas. Ei-las, agora. Repito o meu pedido: Desejo duas cópias de cada, no tamanho de postal ou daí para cima. Estimaria, também, que você me devolveria essas três provas que lhe mandei, com recorte, depois de feitas as ampliações.

Recebi hoje carta do Beltran, na qual lhe informo que o próximo congresso arqueológico espanhol é no mês de Outubro, em Burgos. Não deixarei de lá ir. Como temos tempo bastante, acha você bem que preparemos uma coisa para apresentarmos lá? Podia ser, por exemplo, o material de Turquel (Gruta do Carvalhal)? Já tenho aqui toda a descrição do material, com medidas e tudo o mais. Só faltam as fotografias. O material para fotografar já está aí numerado. Se quiser, na altura própria dou uma saltada aí.

Antes de mais nada, porém, estas duas coisas:

1º – Se concorda em levarmos a Burgos o Carvalhal.

2º – Se o Sr. D. António autorizou isso.

Diga qualquer coisa³⁰³.

Abel Viana

Documento nº 64 – Carta dactilografada em folha branca, datada.
Beja, 2 de Maio de 1955

Meu caro Veiga Ferreira:

Pelo correio de hoje lhe envio a cópia do trabalho de Fontalva³⁰⁴.

Hoje mesmo volto a escrever ao A. do Paço, a fim de este lhe entregar a outra cópia que mandei para você e que você caiu na asneira de lhe passar às mãos! O pior não é a prosa, mas sim as Estampas, que eram fotografias dele, A. do Paço, e das quais não tenho cópia.

Quanto ao texto, não faça caso do original que está na mão do Paço, porque este que hoje remeto a você está melhor. É por este de agora, portanto, que temos de nos regular.

Mas as estampas é que você tem de fazer por recuperá-las quanto antes.

Há, todavia, umas coisas para acertar nesta prosa que lhe mando hoje.

⁽³⁰³⁾ Este estudo, apesar do evidente investimento nele realizado, já que se menciona a descrição do material arqueológico e a obtenção das respectivas medidas, jamais se concluiu. A publicação do importante espólio neolítico e calcolítico da gruta do Carvalhal (Turquel, Alcobça), só foi efectuada muitos anos volvidos, e sem a participação de Abel Viana (SPINDLER & FERREIRA, 1974).

⁽³⁰⁴⁾ Ver notas 214 e 274.

Como no que da outra vez mandei havia uma emendas, estas na cópia ficaram borradas, de modo que não tenho a certeza do que dactilografei agora. Veja nas folhas 4, 5 e 11, as medidas que vão marcadas por um rectângulo a lápis. Nas folhas que estão na mão do Paço, a medição está exacta. Se você não conseguir lançar mão das folhas que ele tem, vá ao armário em que está o material e meça outra vez essas quatro ou cinco peças. São fáceis de identificar. No entanto, faça por apanhar os papéis ao Paço.

E a ver se isso agora vai por diante³⁰⁵...

* * *

Além das estampas, que eu já havia remetido devidamente paginadas, há que fotografar algumas peças, bem escolhidas. Isto é consigo, que tem aí à mão o material.

* * *

Já tenho aqui à mão todos os outros trabalhos, a fim de lhes mandar o mais rapidamente possível. São eles: Gruta do Carvalhal /// Gruta do Zambujal /// Gruta da Ponte da Laje /// Monge /// Castro Marim /// Ferreira do Alentejo /// Fonte da Rotura /// Vila Nova de Milfontes /// Odemira /// Serpa³⁰⁶.

Claro que, alguns, tratando-se de pouca quantidade de material, serão reunidos a outros. Já está tudo medido e o material aí nos Serviços devidamente numerado.

Entretanto, o meu Amigo vá-se entretendo com Fontalva.

E veja, também entretanto, se o Dr. Zbylhe entrega os dois trabalhos: Grutas de Pernes /// Grutas das Alcobertas /// Grutas de Carnaxide³⁰⁷.

Há para aí uma data de congressos. Estes trabalhos são pequenos. Estão mesmo à conta. Até se podem mandar dois trabalhos para cada um deles.

O essencial é andar. Temos perdido um tempo precioso.

Conforme lhe mandei dizer, vou agora preparar a tal conferência que tenho de levar ao Porto. Depois, vou-me atirar em cheio a estas coisas que fiz aí nos Serviços e que, desde tanto tempo que estão engarrafados. Estão presos, por assim dizer, pela parte fotográfica – uma coisa que eu faria aí em dois ou três dias de trabalho, desde que o Sr. D. António, como espero, me autorize. Claro está que é utilizando a minha máquina fotográfica³⁰⁸.

⁽³⁰⁵⁾ *É impressionante o esforço e a vontade de Abel Viana em ver publicados trabalhos realizados por si, a que generosamente concedia co-autoria, muitas vezes protelados pelos próprios beneficiados. Dá a impressão, por esta e outras passagens da correspondência que, frequentemente, a energia dispendida não era proporcional aos resultados obtidos (no caso, expressos por obras publicadas).*

⁽³⁰⁶⁾ *Do conjunto das estações arqueológicas mencionadas, apenas os espólios da gruta da Ponte da Laje e da tholos do Monge deram origem a publicações (sobre a gruta da Ponte da Laje, ver Zbyszewski, Viana & Ferreira, 1957 a; sobre esta e a tholos do Monge, ver ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 b). Ver notas 124 e 191.*

⁽³⁰⁷⁾ *Somente se publicou estudo dedicado aos materiais recolhidos sob iniciativa ou por Carlos Ribeiro nas grutas de Carnaxide (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1959).*

⁽³⁰⁸⁾ *É de difícil explicação que, mesmo para a preparação de artigos destinados a publicação nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal sobre peças arqueológicas do acervo da própria Instituição, Abel Viana se dispusesse a utilizar a sua máquina fotográfica, quando O. da Veiga Ferreira poderia, com vantagem, substituir a sua função; parece existir o evidente receio que a Direcção dos Serviços não autorizasse a colaboração deste último, apesar de esta se integrar em trabalhos de que seria co-autor; assim se revelava a falta de interesse da então direcção da Instituição, no apoio a uma área que, tão justamente, a celebrizou.*

* * *

Veiga Amigo, agora só me resta você para trabalhar em companhia. Do Formosinho creio bem que pouco se poderá esperar³⁰⁹; com o Dr. Zby será difícil fazer mais; com o Lyster Franco, zero; com o Sousa Oliveira não posso contar; o Dias de Deus desapareceu...

Do Sousa Oliveira, infelizmente, nada posso fazer. É bom rapaz mas tem o parafuso fora dos eixos. Tem-me custado a aturar. É infantil mas, por vezes, torna-se ofensivo. Dispersa-se nas coisas mais fúteis: namoro, (discussões pelos cafés; brincadeiras desportivas, etc³¹⁰).

A perda do Dias de Deus traz-me profundamente abalado. Parece-me que de dia para dia mais saudades tenho dele. Foi uma perda tremenda, mesmo para a nossa arqueologia. Diga o traste do Heleno o que quiser: nada temos hoje que, em mérito absoluto, se possa comparar ao trabalho exploratório do Dias de Deus. Tratarei de o demonstrar por todos os meios ao meu alcance³¹¹.

Agora, caro Veiga, continuemos nós quanto pudermos. Irei a Lisboa as vezes necessárias. Você perderá com os nossos trabalhos o mínimo de tempo.

Em primeiro lugar, pôr cá fora o que já está, por assim dizer, completo.

Ainda não decidi do dia em que vou a Lisboa, mas não tardarei.

Acho bem que leve sua Esposa a Burgos. Tenciono ir também. Temos que levar lá dois ou três trabalhos. Eu pensava em levar: MONGE // CARVALHAL // PONTE DA LAGE. Que lhe parece³¹²?

Ando muito triste mas, enfim, ainda não há melhor anestésico para desgostos e inquietações que o trabalho.

Cumprimentos para Sua Ex.ma Esposa e para as sobrinhas (dobrando a língua: para as Senhoras minhas Sobrinhas).

Um abraço,

Abel Viana

Documento nº 65 – carta dactilografada em folha branca, datada.

(Nota: parte da missiva está dactilografada a vermelho, para poupar a fita preta, como em casos anteriores, já referidos)

Beja, 19/6/1955

Meu caro Veiga Ferreira:

Em primeiro lugar, desejo que a petisa se encontre completamente restabelecida. Depois, os meus respeitosos cumprimentos para sua Esposa.

⁽³⁰⁹⁾ Ver nota 267.

⁽³¹⁰⁾ Ver notas 215, 230 e 231.

⁽³¹¹⁾ Propósito concretizado pela publicação, em edição do Autor do opúsculo “Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas” (VIANA, 1956). Ver nota 100.

⁽³¹²⁾ Nenhum destes trabalhos foi apresentado ao referido Congresso, e, dos três, apenas dois se publicaram. Ver notas 303 e 306.

Pois cá estou de volta, após contínua jornada de dezoito dias.

Depois que você me deixou em Torres, no dia seguinte, de manhã, visitei detidamente, com o Trindade, o Museu de Torres. Como era Domingo, logo depois do almoço apareceu o Eng^o Ferreira de Almeida e fomos até às Caldas, onde estivemos cerca de quatro horas em visita à Exposição do Centenário de Malhoa. Estivemos ainda algum tempo no Parque, que estava animadíssimo, sobretudo de senhoras e crianças. Cerca das seis da tarde, metemos pela estrada de Alenquer e subimos à serra de Montejunto, até aquele ponto mais alto onde estão as ruínas dos conventos. Ali perto fica a torre do radar e os quartéis recentemente construídos. Essa subida à serra foi para mim um espectáculo inesquecível. Descemos pelo lado de Pragança e chegámos a Torres às 9 e meia da noite. O outro engenheiro que andou connosco na véspera não voltou a aparecer. Estive com o Leonel Trindade ainda no dia seguinte e, às tantas da tarde, tomei o comboio para o Bombarral, onde já estavam à minha espera. Querem lá fundar um museu e já têm uma sala no edifício da Câmara, com algumas coisas³¹³. Do Bombarral levaram-me, por duas vezes, a Óbidos, que visitei demoradamente, incluindo a importante igreja do Senhor da Pedra, nas cercanias. Em Torres não deixei de subir ao castelo. Do Bombarral levaram-me também ao Carvalhal, onde visitei duas igrejas com azulejos muito bons e notáveis imagens, tanto de madeira como de pedra, algumas das quais já estão incluídas nos bens nacionais.

Passsei depois às Caldas e a Peniche, com curta demora em ambos os sítios. Cheguei, depois, à Nazaré, que me deixou maravilhado. Nunca pensei que na costa portuguesa houvesse coisa assim! Estive lá três dias. Também lá querem fundar um museu municipal³¹⁴. Passei seguidamente a Alcobaça onde estive seis horas no Mosteiro (!!!) e visitei a colecção de Vieira Natividade³¹⁵. Aí descansei bastante e comi muita fruta. Finalmente, meti-me no comboio e parti para a última etapa da minha peregrinação – a Figueira da Foz. Fui para a Pensão Esplanada, onde me deram um quarto magnífico, com varanda voltada para a Foz do Mondego, mesmo em frente do forte de Santa Catarina. Visitei o Museu. Estive mais de uma vez com o Prof. Vitor Guerra, que é uma simpatia de homem³¹⁶. Deu-me um jantar no dia seguinte. Nesse mesmo dia, eu tinha almoçado muito cedo e à uma da tarde, meti-me no autocarro na suposição de que ia para o Cabo Mondego. Afinal, o carro não passou de Buarcos, e eu teria de esperar ali mais de três horas, pelo autocarro que seguia até o Cabo. Vi que a distância era de 3 quilómetros, por estrada ao longo do mar. Fazia vento, mas era na força do calor. Despi o casaco e lá fui por ali fora, passando pela fábrica do cimento. No Cabo, verifiquei que não me deixavam entrar, por ser terreno da mina. Não tentei sequer obter autorização, mas fiquei aborrecido por

⁽³¹³⁾ *Trata-se do actual Museu Municipal do Bombarral, com um bem organizado núcleo arqueológico, em boa parte resultante da actividade de um activo grupo local de amadores de arqueologia, devidamente orientados, na década de 1960 e parte da seguinte, por O. da Veiga Ferreira.*

⁽³¹⁴⁾ *O qual, felizmente, já existe, tendo sido dirigido por muitos anos por J. L. Saavedra Machado, o qual anteriormente havia desempenhado funções de conservador no hoje designado Museu Nacional de Arqueologia.*

⁽³¹⁵⁾ *Refere-se à colecção arqueológica reunida nos finais do século XIX e início do século seguinte por Manuel Vieira Natividade, em parte publicada pelo próprio (Natividade, 1890, 1903) e, ulteriormente, por V. S. Gonçalves (GONÇALVES, 1978).*

⁽³¹⁶⁾ *O Prof. António Vítor Guerra era, à época, o Director do Museu Municipal da Figueira da Foz, que já então ostentava o nome do seu patrono, o ilustre arqueólogo Dr. António dos Santos Rocha.*

ver que, afinal, me seria vedado ver verdadeiramente o Cabo. Diabos levem minas, fábricas, estaleiros e outras monstruosidades industriais que borram a paisagem por toda a parte... Como teimei em ver a costa para ambos os lados do Cabo, animei-me a subir mais dois quilómetros, até ao farol.

Depois desci a arder em calor e em sede. Ainda faltava algum tempo para o autocarro, por isso, meti-me no restaurante do Teimoso e bebi um litro de água de Carvalhelhos, brincando, brincando, foram sete quilómetros, dois dos quais a subir, sempre na força do calor, num quente dia de Junho.

Na Figueira vi ainda os admiráveis azulejos holandeses, do Paço, e tudo o mais digno de visita, inclusive a Biblioteca Municipal.

Tudo me correu magnificamente. Sá o serviço feito em Lisboa ficou muito aquém do que eu contava. Sempre cuidei em fotografar o resto das pedras do Guadiana. Meu caro Veiga, deixe-me dizer-lhe que estou muito desapontado com os meus trabalhos nos Serviços. Convenço-me de que perdi aí imenso tempo, inutilmente³¹⁷.

Vamos a ver se você consegue salvar a situação.

Com respeito aos nossos trabalhos aí, mais tenho a dizer-lhe. Peço-lhe veja a minha última carta, pois é uma trabalhadeira estar sempre a repetir o que já está dito, redito, e mais que redito...Mas aí vai em resumo:

- Fotografar o resto das pedras do Guadiana.
- Fotografar o resto das coisas de Oeiras, do Carvalhal, etc.
- Fotografar as coisas de Fontalva.

Penso em fazer novos trabalhos, da seguinte maneira:

- Em Torres Vedras, com o Leonel Trindade e consigo: Tudo o que há no Museu de Torres e ainda não foi publicado.
- Na Figueira da Foz: a) – O romano e épocas posteriores, com o Bairrão Oleiro; b) – As épocas anteriores (Bronze, Neolítico, etc.), consigo e com o Prof, Vitor Santos.

MAS TUDO ISTO INDEPENDENTEMENTE DOS SERVIÇOS GEOLÓGICOS, pois não estou resolvido a trabalhar para a gaveta. Bem basta o que já lá está e que, por este andar, nem dentro de 12 ou 15 anos será publicado.

QUE LHE PARECE? ESTÁ DE ACORDO? Mande dizer qualquer coisa³¹⁸.

⁽³¹⁷⁾ Abel Viana ter-se-ia dado conta, finalmente, que a sua actividade como arqueólogo no seio dos Serviços Geológicos de Portugal não seria, afinal, tão bem aceite como, talvez um pouco ingenuamente, supunha até então. Certamente não será por mera coincidência que boa parte dos trabalhos preparados para publicação em colaboração com G. Zbyszewski, os quais, à data, se encontravam, aparentemente, concluídos, jamais tenham visto o prelo, muito menos nas páginas do órgão oficial da referida Instituição. Ver notas 191, 227, 254 e 306.

⁽³¹⁸⁾ Nenhum dos trabalhos projectados, tanto sobre materiais arqueológicos de Torres Vedras como no tocante a espólios da Figueira da Foz foram concretizados por Abel Viana. O. da Veiga Ferreira, neste particular, concretizou os desejos de Abel Viana, já que dedicou à arqueologia de ambas as regiões, em colaboração, respectivamente, com Leonel Trindade e António Vítor Guerra, importantes estudos, felizmente publicados... mas só excepcionalmente nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”.

Do Porto já me mandaram dizer que, vai para três meses, desmancharam a composição do nosso artigo de Monchique. Você cometeu o erro imperdoável em não me ter avisado a tempo. Fica sem separata o nosso principal trabalho! PEÇO-LHE ME MANDE OS EXEMPLARES QUE PUDER³¹⁹. Ao Formosinho basta que lhe mande dois ou três. MAS MANDE-ME ISSO QUANTO ANTES. PEÇA TAMBÉM POR MIM, AO PROF. M. CORRÊA, ALGUNS EXEMPLARES DA REVISTA, NÃO SE ESQUEÇA.

Afinal, o meu trabalho sobre os dólmenes de Elvas ainda não foi para o Porto³²⁰.

Ontem escrevi ao Doutor³²¹, a pedir-lhe que o mande para lá, a fim do Manuel dos Santos calcular o custo da separata – a tempo de eu poder pedir à Fundação da Casa de Bragança o respectivo subsídio para a pagar. Telefone ao Doutor, a lembrar o caso. E por hoje basta.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 66 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 26/11/1955

Meu caro Veiga:

Você ainda não me mandou dizer se recebeu a prosa de Fontalva, que há dias lhe enviei. Claro que não creio que você tenha andado no campo, com uma invernina destas. Olhe que por aqui tem chovido de maneira invulgar. O terreno acha-se empapado. Não quero acreditar que o nosso Amigo Rui tenha feito grande coisa em Aljustrel, apesar da escavação ser em sítio de encosta, com muita pendente, e em terreno pouco lamacento. Ele ficou de me mandar dizer qualquer coisa, e você também, mas até agora nada cá chegou.

Tornemos a Fontalva. Segui à risca as indicações do Afonso do Paço, a não ser algumas correcções que fiz em uma ou outra discordância gramatical, perfeitamente compreensível em pessoa que tem passado a vida em trabalho intensivo nas secretárias oficiais, e talvez não raro em batalha com os gramáticos da tropa, daqueles que, por formarem à direita, mandam aos outros grammar as asneiras, e na posição de sentido... Só não antecipei para determinada altura do trabalho, conforme ele sugeriu – note-se, ele apenas sugeriu essa mudança –, uma grande parte do que vai no fim porque, entendo eu, o fim precisa de levar alguma coisa. Dá efeito deplorável o trabalho ou artigo que termina assim como que de perna no ar. Seja qual for o género de escrita, e por muitíssimo científico que seja o escrito, convém que este apresente princípio, meio e fim, do contrário será aleijão. Você repare bem. É duas páginas antes do fim, onde começa: – “Na pequena ribeira que passa pela Herdade de Fontalva”...

Dizia o Paço se não ficaria melhor passar isso para a Introdução.

⁽³¹⁹⁾ Ver bibliografia (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954).

⁽³²⁰⁾ Trata-se de artigo redigido em co-autoria com António Dias de Deus (VIANA & DEUS, 1955/1957).

⁽³²¹⁾ Trata-se do Dr. José de Sousa, responsável pela edição dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”.

Parece-me que não. No fim fica à maneira de fecho, tanto mais que aí se fazem comentários de ordem geral, a modos de conclusões. Não lhe parece?

Agora, passemos a ponto mais importante.

O Paço coloca os dólmens e o povoado no NEOLÍTICO. Já se não contenta com o velho ENEOLÍTICO, onde me parece não ficaria de todo mal colocar os dólmens de Fontalva – pois seria mais uma questão de nomenclatura que de cronologia.

Em que se fundamenta o Paço para meter tudo isso no NEOLÍTICO? Irá na cola do Leisner? Olhe que eu não me considero arqueólogo, nem de terceira classe, mas não vou nada no bote do alemão.

Ele e a mulher arranjaram, digamos assim, uma técnica para uso pessoal, de que resulta uma classificação rígida, anti-natural e anti-razional como tudo o que é fruto de pura mecânica. É curioso notar como eles aceitam tudo, venha de onde vier, desde que afine com o que o que arquitetaram, e passam por cima do que não afine com a musica deles. Que eles são maus escavadores e péssimos observadores no terreno, também não tenho a menor dúvida.

Irá o Paço na toada do Vergílio Correia. Mas esse, se ainda vivesse, daria outro nome às coisas de Pavia. Você bem sabe que, naquele tempo, tudo o que era polido era neolítico.

Veja bem isso e entenda-se com ele a tal respeito.

Olhe que ele não está actualizado³²².

Junto a esta cópia do Plano de Trabalhos que mandei ontem com o meu relatório anual, ao I. de A. Cultura. Leia-o e faça-me o favor de mo levar ao Professor M. Corrêa. Há aí uns trabalhos em preparação que ainda não está entre nós devidamente decidido se serão publicados sob o nome do Dr. Zby e do meu, ou do meu e do de você. Mas isso não importa ao caso. O essencial é terminá-los. Salvo o Paleolítico do Minho, tudo o mais será provavelmente feito consigo³²³.

Já estou a preparar as coisas para o próximo Luso-Espanhol, em Coimbra.

Será tudo em comprimidos, mas não deixaremos de comparecer³²⁴.

Quando me manda a cópia do tal desenho antigo da Mina de S. João do Deserto³²⁵? Faça você mesmo a cópia. Não vá a Aljustrel sem me prevenir.

⁽³²²⁾ *O ponto de vista de Afonso do Paço, vingou: na verdade, crê-se que as construções dolmênicas alentejanas terão cessado no Neolítico Final – altura em que atingiram o apogeu – pese embora as frequentes reutilizações no Calcolítico e em épocas ulteriores.*

⁽³²³⁾ *Trata-se de artigos que, de início seriam publicados em co-autoria por Abel Viana e G. Zbyszewski (ver notas 191, 227, 254 e 306). Acabaram, nos casos em que foram publicados, por serem também assinadas por O. da Veiga Ferreira (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 a; ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 b).*

⁽³²⁴⁾ *Abel Viana apresentou diversas comunicações ao referido Congresso, em co-autoria, as quais se encontram publicadas nas Actas respectivas (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957; RIBEIRO, OLEIRO & VIANA, 1957; VIANA, 1957; VIANA, FERREIRA & SERRALHEIRO, 1957; ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 b).*

⁽³²⁵⁾ *Trata-se de um desenho oitocentista intitulado “Vista dos Trabalhos Mineralógicos no Vale denominado S. João do deserto perto da Villa de Aljustrel”, assinado e datado de Aljustrel, 2 de Dezembro de 1850, publicado por Ruy Freire de Andrade (ANDRADE, 1966/1967).*

Acabo de obter cópia do programa da cadeira de Arqueologia, aí da Faculdade de Letras. Você conhece-o? Cá por mim, fiquei abismado! Aquilo é receita formidável para o fabião ou fabiana que passe pela Faculdade fique com a ideia de que a Arqueologia é coisa verdadeiramente execrável! Essas criaturas que aí passam em busca do curso para ganhar a vidinha, devem ficar a odiar a abstrusa cadeira... Informam-me de que o Lente declarou que “a cadeira tem andado um pouco abandonada; espero restituí-la à categoria primitiva e encontrar aqui possíveis arqueólogos”. Ora, este homem, que em tantos anos de professorado não fez um único arqueólogo³²⁶, querera agora fazer um milagre, e com tal programa?! Se você não o conhece, trate de obter cópia deste, que vale a pena. Como estopada tendenciosa é verdadeiramente monumental.

Repare nestes excertos:

I – Âmbito da Arqueologia e progresso da sua investigação. A Arqu. Preh. e o estudo das origens. Os esforços do Museu Etnológico para a sua reconstituição: os últimos 25 anos de investigação³²⁷. (Que esforços?!!!)

II – O ambiente pré-histórico. Os primeiros habitantes do território português: donde vieram? Quando chegaram? Conclusões de Breuil. A investigação do Museu Etnológico na Estremadura e no Alentejo. (???)

III – O “Homo sapiens”, base da sua etnogenia. As escavações de Rio Maior e Cambelas e a luz que lançam sobre a sua proveniência. A pretendida influência africana; sua refutação. (????????????????.....)

IV – O “Homo taganus”. Os concheiros de Muge e a interpretação de Mendes Correia. Subsídios que oferecem os abrigos de Rio Maior e as estações de Cambelas para esclarecimento do problema. (???)

V – O “Homo mediterraneanus”. A revolução neolítica e os seus reflexos no solo português: a cerâmica ocidental, a cerâmica cardial e a cerâmica almagrada. A povoação do Alto das Rochas e a Gruta I da Senhora da Luz. Os dólmenes primitivos e as escavações de Montemor-o-Novo e Estremoz. Personalidade do nosso Neolítico: os lugares de habitação: O castro de Liceia e de Cavaleiro. As povoações de Espargueira e Serra das Éguas e Chão de Cabana da Lobeira de Baixo. As necrópoles: as grutas naturais da Senhora da Luz, da Rocha Forte e de Amoreira de Óbidos; as grutas artificiais de Carenque, Espargueira, Quinta das Lapas, Casal da Lapa e Castros; os dólmenes e a originalidade da sua cultura em Portugal. Dez anos de escavações em dólmenes alentejanos. (Onde estão os relatos, tanto destas escavações como de outras coisas atrás e ao diante citadas? Teremos todos de ir para a Faculdade, a fim de o sabermos?). As influências do SW. A cerâmica campaniforme. A arte esquemática, a descoberta da metalurgia; o bronze na Península Ibérica: as cistas de Lame; o castro de S. Bernardo e o santuário de Almoimha. As grutas inéditas (!!!!!!!)

VI – Os Indo-Europeus na Península. O Bronze II e IV. O tipo galaico-português: a joalheria. A introdução do ferro. Os Celtas. O campo de urnas da Chaminé e as necrópoles de Vila Nova de Milfontes e Alcácer do

⁽³²⁶⁾ *Refere-se, como é óbvio, ao Prof. Manuel Heleno.*

⁽³²⁷⁾ *A referência aos últimos 25 anos de investigação do Museu Etnológico no domínio da Arqueologia articula-se directamente com artigo de Manuel Heleno sobre o mesmo tema, publicado no ano seguinte (Heleno, 1956). Trata-se, porém, ao contrário do julgado por Abel Viana, de uma notável síntese, pujante de ideias novas sobre diversas épocas da nossa arqueologia, ainda que não tivessem, à época, como mereceriam, o necessário desenvolvimento e aprofundamento (CARDO-SO, 1999).*

Sal. A cultura castreja. As influências ibéricas e ocidentais no Sul da Península: os castros do Cabeço de Vaiamonte, Castro Verde e Azougada. Os Lusitanos; suas relações com outros povos.

E por aí fora, muita coisa teórica, infusa e confusa, e nada que desperte de verdade gosto e interesse. Da extensa bibliografia destacou em especial, como coisa de que não prescinde, o Atlas de Préhistoire, de Alimen (?) e “Les fouilles préhistoriques” de Leroi-Gourhan (?). Conhece você estas duas imprescindíveis peças fundamentais sem as quais se não pode ser, em Portugal, arqueólogo diplomado? É coisa que se venda aí em Lisboa, ou que se mande vir? E, caso afirmativo, quanto custam esses dois monumentos bibliográficos?

Não se esqueça de me informar disto, pois tenho o máximo empenho em conhecer, isto é, em ter à mão essas duas obras, para consulta frequente.

Veja lá. Telefone para as livrarias e mande-me resposta, sem demora³²⁸.

Acabo de escrever ao Afonso do Paço, a dar-lhe um abraço de felicitações pelo louvor que o Ministério da Guerra lhe concedeu.

Amanhã tenho cá o Formosinho – se ele não alterar pela segunda vez o programa da jornada. De Lisboa saiu para Setúbal; de Setúbal foi a Évora, com demora, lá, de dois dias; hoje deve estar em Vila Viçosa e amanhã chegará a Beja. Se o tempo não estivesse assim invernososo, eu teria ido anteontem a Évora, estaria lá dois dias com ele e acompanha-lo-ia também a Vila Viçosa, pois quer em Évora quer em Vila Viçosa eu podia mostrar-lhe coisas que, sem mim, certamente não veria.

Paciência. O cavalheiro teve a má ideia de se meter a turistar debaixo de água. Imagine como se apreciar terras como Évora, Estremoz, Vila Viçosa e outras lindas coisas do Alto Alentejo, com tempo de chuva pegada!

Bem, Amigo, recapitulando:

- 1 – O trabalho de Fontalva: convencer o Paço a deixar em paz o Neolítico;
- 2 – Ver como eu posso adquirir os dois livros franceses de Arqueologia.
- 3 – Entregar ao Prof. M. C. o plano de trabalhos do meu relatório.
- 4 – Mandar-me cópia do tal desenho da Mina de S. João do Deserto.

E, por hoje, basta.

Cumprimentos a sua Esposa, a quem desejo perfeito restabelecimento, e a suas pequenas.

Para si, o apertado abraço do costume.

Abel Viana

P. S. – Onde pára e o que faz o França? Nunca mais me escreveu, nunca mais soube dele. Gostaria de lhe escrever e de lhe mandar umas coisas minhas, mas não sei qual é a actual morada dele. Diga-me você para onde lhe escreva.

⁽³²⁸⁾ É curioso que, sendo Abel Viana tão crítico do Programa da disciplina de Arqueologia leccionada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pelo Prof. Manuel Heleno, evidenciasse um tão grande interesse na aquisição de duas obras por este recomendadas e que, em absoluto, desconhecia: trata-se das obras “Préhistoire de l’Afrique”, de H. Alimen, publicada pelas Éditions N. Boubée et Cie. (Paris, 1955) e de “Les fouilles Préhistoriques”, de A. Leroi-Gourhan, publicada pelas Éditions A. et J. Picard et Cie. (Paris, 1950). O facto de o Programa da referida disciplina se reportar ao ano lectivo de 1955/1956, ano da publicação da primeira das referidas obras mostra a actualização dos conhecimentos do Prof. Manuel Heleno nas matérias por si leccionadas.

Documento nº 67 – Bilhete postal manuscrito, datado.

Beja, 31-12-1955

Caro Veiguinha: Que são geringôncio te valha!! Te faça o milagre de não pensares em coisas tristes e disparatadas! Que demónio poderia suceder para estar zangado consigo! Não tenho escrito simplesmente porque, desde 1 de Setembro que a minha vida é tarefa pegada, contínua, sem pausa que se veja. Os dias vão passando e eu apenas dou conta de não conseguir fazer tudo quanto queira.

Aí tem o motivo do meu silêncio. Note, todavia: escrevi-lhe, pelo menos, a longa carta de 26 de Novembro tão comprida que dava bem para... seis meses³²⁹. Mas julgo que já depois disso lhe mandei um ou dois postais. Seja como for, na carta de 26/11, em resposta à sua de 8/11, mandei-lhe dizer que eu estava de acordo com tudo o que me comunicava, e que ficava apenas aguardando as suas ordens e indicações. E cá estou a repetir-lho: estou de acordo com tudo. Diga-me, apenas, onde, quando e como quer que lhe apareça; Diga-me o que quer, o que não quer, e vice-versa, e tanto assim como andando, etc. e tal. Mas veja se arranja um programa capaz. Você tem falado de muita coisa, nestes últimos dois anos; na realidade, porém, a não ser Aljustrel, você tem feito tudo ou com outros, ou nada tem feito nos lugares que visitou. Assim: Sintra, Mafra, Tomar, etc..

Agora, fala-me no Norte (dólmens)... Tudo o que queira³³⁰. Não levo a mal que trabalhe com outros, mas lembre-se também de mim – não de conversa, mas com factos. Não dispenso o trabalho de Torres Vedras. O Prof. Victor Guerra muito quer que demos uma saltada a Santa Olaia... Porque não? Veja se pode meter isso também no programa. Mas uma programa que se realize, e não só de conversa fiada³³¹. Que todos em sua casa tenham uma feliz entrada de 1956.

A. Viana

Documento nº 68 – Bilhete postal manuscrito, datado.

Beja, 1/4/1958

Amigo: A peça que me faz falta é esta que vai aqui indicada. Assim enrosca no disparador da máquina. O como vê, é coisa pequena. Essa pequenina peça enrosca na máquina e, por sua vez, o disparador vulgar enrosca na parte superior da peçazinha.

⁽³²⁹⁾ *Tão assídua era a correspondência trocada que um silêncio de cerca de um mês já parecia estranho a O. da Veiga Ferreira, a ponto de admitir o desgosto de Abel Viana quanto a algum involuntário procedimento de sua parte.*

⁽³³⁰⁾ *A iniciativa de agregar Abel Viana ao estudo do megalitismo dos distritos de Aveiro e Viseu, deu resultados concretos, ao contrário das outras ideias referidas na missiva. Com efeito, Abel Viana foi co-autor da comunicação intitulada “Ácerca dos monumentos dolmênicos da bacia do Vouga” apresentada ao XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, realizado em Coimbra no ano seguinte (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957 a); mas onde a contribuição de Abel Viana mais se notabilizou, para o conhecimento do megalitismo da referida região foi na co-autoria do importante estudo dedicado ao dólmen pintado de Antelas, Oliveira de Frades (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957 b).*

⁽³³¹⁾ *Ver nota 318.*

Se você trabalhasse com Leica sabia do que se tratava, mas, se levar este boneco às casas de artigos fotográficos eles também perceberão o que é que pretendo. Veja, agora, a peçazinha enroscada no disparador: Explique, é para uma Leica modelo de 1937. Creio, todavia, que esta peça é “universal”, quer dizer, que é com a mesma rosca para todos os modelos de Leica e outras máquinas do mesmo tipo. Veja se me pode mandar isto o mais rapidamente possível.

Um abraço.

A. Viana

Documento nº 68 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Nossa Senhora da Cola – Aldeia dos Palheiros – Ourique, 8/10/1958

Amigo Veiga: Saúde e boa disposição para o trabalho é o que do coração lhe desejo – o que implica, necessariamente, a regular saúde de sua Mulher e de suas Filhas. Pois, meu caro, vim para aqui em 5 de Setembro e daqui sairei em 15 de Outubro, com imensa pena de se me esgotar a verba e não poder cá estar dois meses seguidos. Além da boa água, dos bons ares, da boa gente que me rodeia, da vizinhança de Nossa Senhora e deste profundo sossego no meio de uma natureza completamente calma, tenho as escavações que cada vez me vão interessando mais³³². Você não faz ideia da multidão de problemas que de hora a hora me vão surgindo – o que para mim é coisa encantadora, pois o que é fácil não presta... Conforme o plano estabelecido, este segundo período da campanha deste ano de 58 seria totalmente dedicado nas escavações propriamente ditas. Não se deixou, todavia, de reconstruir alguns bocados de muros, pois não se deve pensar só em escavar sem atender à conservação das obras do homem, dentro das quais estamos escavando. Há que poupar paredes de casas e lanços de muralhas, pois andar só à cata de espólios, sem atender ao resto, afigura-se-me erro tão censurável como o dos que andam à busca de tesouros com o livro de S. Cipriano em punho... Já escrevi há dias ao Sr. Dr. D. Fernando de Almeida, a dar conta muito sumária dos trabalhos aqui feitos³³³.

⁽³³²⁾ *A exploração da vasta estação conhecida pelo castro da Cola ou da Senhora da Cola, no concelho de Ourique, absorveu progressivamente as energias e o tempo de Abel Viana, a ponto de se lhe dedicar em exclusividade, ou quase, até ao fim da sua vida. A dureza do trabalho de campo era recompensada pelo interesse dos resultados arqueológicos obtidos; a larga maioria das estruturas existentes correspondiam à época medieval (muçulmanas e portuguesas), em particular à primeira, ainda quase desconhecida, na altura, em Portugal, através de materiais arqueológicos exumados em escavações; no entanto os resultados, incluindo os largos milhares de peças exumadas ficaram por publicar: a morte surpreendeu Abel Viana em plena actividade.*

⁽³³³⁾ *Esta preocupação de Abel Viana em proteger fisicamente as estruturas arqueológicas depois de escavadas afigurava-se quase pioneira e deveria ser, mesmo na actualidade, uma das preocupações primordiais de todos aqueles que detêm responsabilidades na realização de escavações, o que nem sempre se verifica, apesar das regras oficialmente instituídas. O Prof. Fernando de Almeida debatia-se, por certo, com idênticas dificuldades, no âmbito do seu projecto – também ele pioneiro – de arqueologia urbana que então desenvolvia, com a colaboração de O. da Veiga Ferreira na cidade romano-visigótica de Egitânia (Idanha-a-Velha).*

Acabo de receber, neste momento, correspondência que minha mulher me manda de Beja, e que na Aldeia dos Palheiros achou um portador ocasional.

Vem a sua carta remetida da Idanha. Pelo visto, você não tem recebido os postais que lhe tenho escrito, ou não tem prestado qualquer atenção ao que lhe mando dizer. Do contrário escrever-me-ia para aqui, e não para Beja. Sempre lhe tenho dito (a si e a toda a gente) que só retiraria daqui em 15 de Outubro. No entanto, a partir de 8 ou 9 nada me deve ser remetido para aqui, não só porque o correio de Ourique aos Palheiros chega a levar dois dias – porque o cavaleiro que arrematou o transporte das malas ora sai à tabela, ora sai mais cedo que o regulamentar, de modo que não apanha as malas, ora porque nem todos os dias tenho quem me traga as coisas da aldeia. Além disso, segundo indícios seguros por mim observados e que esta gente daqui também conhece e já não estranha, as cartas são todas abertas no correio, não sei se em Ourique se nos Palheiros.

Abrem-nas pelo processo de as passar pelo vapor da panela de água a ferver!³³⁴... Pois devo retirar para Beja na próxima segunda, ou na terça. Só amanhã ficará definitivamente assente este ponto. Minha mulher mandou também para cá as provas tipográficas do artigo da Ponte da Lage. Trazia um cartão do Sr. D. António. Já as tenho aqui prontas a devolver amanhã. Tive somente de corrigir algumas palavras que estavam ortograficamente erradas³³⁵. Voltando às escavações aqui. Há muito fragmento de cerâmica, de várias épocas. Os da época árabe são em avultado número, e há vidrados, pintados, decorados a carimbo, e um destes últimos com letras, como a cerâmica do tipo califal. Há dois fragmentos de uma lápide. Várias moedas, quase todas mealhas da Iª Dinastia. Uma única moeda romana, do baixo império. Uma pedra decorada, certamente romana; outra visigótica, e um capitel transformado em pia de água benta, também visigótico. Dois anzóis, um de ferro, outro de bronze. Muita diversidade de pregaria; fragmentos de esporas, de freios e de estribos; numerosas pontas de lanças e de dardos, de ferro. Já encontrei a entrada do castro, que devia ser uma só. Junto dela, escavando fundo, achei grande parte de dois grandes vasos, ambos de paredes brunidas, um deles carenado, o outro com ornato de fiada de pontos cavados, ou seja, com fiada de covinhas. Dentro destas taças havia grandes pedaços de carvão, mas nada de cinzas, de modo que não se pode falar em urnas de incineração. Junto apareceu uma pequenina conta de colar, de oiro, com feitiço de argolinha. O sítio deve dar mais alguma coisa, mas não convinha nesta altura escavar mais naquele sítio. Também no ponto em que estavam os dois fragmentos de lápide é capaz de estarem lá mais outros pedaços da mesma inscrição, mas não convinha procurá-los agora, pois implicaria o emprego de dois homens durante cinco ou seis dias, além de vir a causar futuras complicações. Levo tudo isto muito ordenadamente, de modo a não criar becos sem saída, a evitar percursos longos para despejo das terras, etc. O Ruy³³⁶ esteve cá na sexta-feira passada e é provável que

⁽³³⁴⁾ *Esta prática de violação da correspondência dever-se-á talvez relacionar com o momento político que então se vivia (eleição presidencial conturbada devido à candidatura do General Humberto Delgado) e com a região (o Baixo Alentejo constituía um importante centro de actividades políticas na altura consideradas subversivas).*

⁽³³⁵⁾ *Trata-se do artigo publicado nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal dedicado aos materiais das antigas escavações realizadas na gruta da Ponte da Lage (Oeiras) por Carlos Ribeiro, ou sob sua direcção (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957 b).*

⁽³³⁶⁾ *Eng. Ruy Freire de Andrade, técnico superior das minas de Aljustrel e colaborador de Abel Viana e de O. da Veiga Ferreira em diversos estudos da arqueologia baixo alentejana.*

amanhã também apareça. Se vier, almoça cá e estará aqui comigo umas três ou quatro horas. O P.^e Serralheiro³³⁷ só uma sexta é que não veio. Sempre é um bocadinho de tempo em que me distraio com eles. Amanhã terão de me levar para Aljustrel cinco ou seis caixotes de cerâmica escolhida, e algumas das dezenas de pedras que também devem seguir para lá. Não são menos de duas carradas, e há-de ser no jeep grande. A escavação foi sempre conduzida com muito método, de modo a não causar embaraços nem complicações. O Sábado será consagrado à arrumação final, pois quero que tudo fique em boa ordem, e não com aquele aspecto de fuga precipitada, ou abandono imprevisto, como tenho observado em diversas escavações arqueológicas portuguesas. Não, isto ficará tudo em boas condições, e de tal modo que as águas tenham saída fácil, e não empocem, fazendo perigar a segurança dos muros. Já observei nalguns pontos construções de três épocas diferentes, sobrepostas. Estou certo de que ainda não cheguei às camadas mais antigas, mas só para o ano poderei atingi-las sem que desabe por ali qualquer coisa.

Meu sobrinho, António da Costa Viana, que para aqui veio comigo, logo no dia 5 de Setembro, tem-me prestado serviços admiráveis. Com ele medi o terreno do castro e da faixa circundante que o deve proteger, assim como a área do recinto fortificado a que chamam Castelejo do Pedacinho de Parede. Fizemos um aturado e repetido reconhecimento dos chamados castelejos da margem esquerda do Mira. Não se trata, como se tem dito, de castelos, ou pequenos castelos, nem são três. O que na realidade se vê são dois extensíssimos muros, cada qual a cercar vasta porção de terreno, e é curioso notar que não há nestes dois recintos nem resto de paredes, nem alicerces, nem pedaços de telhas, nem o mais insignificante pedacito de cerâmica.

Esses muros não se destinaram, portanto, a defender habitações. Nem era possível arranjar tanta gente a fim de guarnecer muros que têm quilómetros de extensão. Mas mesmo deste lado onde estão a igreja e o castro há muros por toda a parte, e estes deviam ser realmente os que defendiam a população, pois adentro deles abunda imenso a cerâmica, principalmente a telha curva.

Após o reconhecimento, meu sobrinho, acompanhado por um dos cavadores, fez o levantamento de tudo isto, por meio da fita métrica e da marcação de azimutes. A coisa saiu bem. Imagine que, após um complicado percurso de uns quatro mil metros, ao fechar o levantamento, achou-se um erro de dez metros.

Isto foi serviço que, para ser feito por si, com o Gimenes e mais um homem para as bandeirolas, exigiria a permanência de todos aqui, durante três ou quatro dias. Foi um belo serviço. Assim, tive tempo para medições, desenhos, fotografias, etc., pois meu sobrinho mostrou jeiteira para dirigir os homens, nas escavações, repartindo as tarefas e mantendo bom rendimento de trabalho. Os tais castelejos estão muito longe de ter o feito indicado no desenho topográfico de Cenáculo³³⁸. E no que fica exactamente ao Sul é um

⁽³³⁷⁾ Padre António Serralheiro, pároco de Messejana e, igualmente, colaborador de Abel Viana e de O. da Veiga Ferreira em diversas publicações de arqueologia regional. Possuía uma interessante colecção particular de objectos arqueológicos, muito variados, colhidos na região, parte dos quais foi publicada em obra de que foi co-autor (VIANA, FERREIRA & SERRALHEIRO, 1957).

⁽³³⁸⁾ Trata-se de um dos sete desenhos (Est. VIII) mandados executar ou executado por D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Bispo de Beja e depois Arcebispo de Évora, inseridos na obra “Graças concedidas por Christo no Campo de Ourique, acontecidas em outros tempos, e repetidas no actual, conformes aos desenhos de suas idades” (Lisboa, 1813).

só cercado, em vez de dois. Fiz mais outras sondagens, tendo encontrado paredes de casas, fora do âmbito do Castelo propriamente dito³³⁹.

Temos dado consumo a muita caça. Até agora já demos cabo de 3 rolas, dois pombos, três lebres e 27 perdizes. Para amanhã, 10 do corrente, temos 4, pois é preciso contar com o Ruy e o P.^e Serralheiro, e ainda o António, chofer. Quando cá vem é um derrote sério nos abastecimentos. Na sexta-feira passada vieram também o Alfredinho e o Jesuíno.

Estou a dar-lhe estas notícias todas e você esquece logo tudo isto. Não foram só os 300 escudos que você não mandou: foram os desenhos que lhe pedi, sobretudo aquela ampliação da carta de 1/25.000, na parte que abrange o Castelo e os Castelejos de ambas as margens do rio. Necessitava disso aí na escala de 1/5.000, só nesse pedacinho da carta. E mais coisas lhe pedi e você ficou de me mandar, as quais só poderei enumerar depois de estar em casa e ver a cópia da carta ou das cartas que lhe mandei antes de você seguir para os Açores³⁴⁰. Logo que possa, mande-me essas coisas.

Com respeito ao Congresso, lá irei, embora o faça apenas em atenção aos Srs. D. António e D. Fernando. Vou, mas bem persuadido de que o Grego tentará torpedear a minha contribuição. Não tive tempo, nem tenho, para levar as comunicações definitivamente redigidas. Se o homem não mas quiser aceitar depois do Congresso, será expor-me aos coices da bestiaga, sem necessidade nenhuma. Olhe, meu caro Veiga, desconfio, e oxalá me engane, que tal Congresso Arqueológico vais ser um fiasco: Lá muito barulho, muito palanfrório, fogo de vistas, muita Bandeirada Ferreirada, com Fragosadas de Lima, Prescottadas, Irisalvices e outras maravilhas folclóricas da nossa pobre Arqueologia, isso haverá certamente, mas não basta para passar decentemente à posteridade. A não ser para a história da decadência do teatro português... Enfim, lá irei, embora preferisse lá estar como simples espectador, à semelhança da maioria, e não como participante activo. Nós já somos bem poucos, desgraçadamente, e desconfio que dos melhores vai faltar considerável parte. Não quero com isto dizer que não compareçam às sessões, solenes e não solenes, e também nas manifestações festivas e nos divertimentos; mas de mãos a abanar, ou seja, sem apresentarem trabalhos dignos de consideração. O que mais abundará será romance, fantasias, bacoquices de gabinete, sabichas das dúzias, como tantos que você tem visto e bem conhece: Poeiras Cósmicas; José Coelhos, toda essa caterva de idiotas que não prima nem pelos conhecimentos arqueológicos nem pela modéstia. Seja como for, lá estarei, e descanse que não deixarei de levar cera para tapar ouvidos, nem desembaraço para me pôr fora das salas, quando as estopadas e sandices passarem da marca³⁴¹. Ainda se lembra daquela miséria de sessões em

⁽³³⁹⁾ As escavações no Castro de Nossa Senhora da Cola, no ano de 1958 duraram 67 dias, assim distribuídos: de 7/5 a 4/6 e de 5/9 a 14/10. esta carta corresponde, pois, à situação pouco antes de terminarem os trabalhos nesse ano (VIANA, 1961).

⁽³⁴⁰⁾ O. da Veiga Ferreira integrou, durante diversos anos consecutivos, a Missão Geológica encarregada do levantamento do Arquipélago dos Açores, obrigando-o a ausências prolongadas do Continente.

⁽³⁴¹⁾ Não obstante tal opinião desfavorável relativamente à realização do I Congresso Nacional de Arqueologia, em Dezembro de 1958 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – daí a menção à eventual detracção que receava por parte do Prof. Manuel Heleno (o “Grego”) – Abel Viana apresentou numerosas comunicações ao referido encontro científico, publicadas nas respectivas Actas (I volume em 1959, II volume em 1970). O Dr. José Coelho era investigador da arqueologia vieseense, sendo próximo amigo do Prof. Manuel Heleno e, como tal, suspeito aos olhos de Abel Viana (CARDOSO, 1999).

Coimbra, no último Luso-Espanhol ali realizado³⁴²? Cá por mim não posso esquecer; lembro-me bem disso, e com que tristeza!

Bem. Fico-me por aqui. Isto foi começado em 8 e acabado em 9, para seguir em 10. Apresente os meus cumprimentos ao Sr. Marrocos, Filho³⁴³.

Quanto a nós, um abraço e, até Lisboa.

Seu grato amigo,

Abel Viana

P.S. Escrevo ao Presidente da Junta de Província do Douro Litoral, que é pessoa amiga e da minha terra, a pedir uma verba destinada ao Albuquerque e Castro, para aplicar na exploração de uma enorme mamoa, próximo da casa dele.

Já tinha falado nisso ao Bertino Daciano. As coisas, ao que parece, vão bem encarreiradas.

Documento nº 70 – Bilhete postal manuscrito, datado.

Vila Viçosa, 8-5-1959

Amigo Veiga: Saúde.

Esta é para lhe contar uma... anedota! O Reitor do Liceu de Beja teve a ideia de pedir a criação de um campo de trabalhos em Miróbriga, e veio ter comigo, para que eu aceitasse a direcção dos trabalhos, já por eu conhecer muito bem aquela estação, já pelas relações de amizade que tive com o Dr. Cruz e Silva³⁴⁴, que foi o sogro dele, Reitor. Mandou a petição para Lisboa, e indicou o meu nome.

Anteontem, apareceu-me um empregado da M. Portuguesa, em Beja a dizer-me que “de Lisboa lhe tinham telefonado para que fosse a casa do arqueólogo Abel Viana e lhe dissesse que de Lisboa lhe mandavam dizer que não podiam dar-lhe a direcção do campo, porque já o haviam dado antes a outro, mas que o nome ficava registado. (!!!!!!!).

Primeiro: Como é que já dado a direcção a outro, se eles não pensavam em tal coisa.

A lembrança foi do Reitor do Liceu de Beja, e eles só souberam, ou se lembraram de Santiago do Cacém no momento em que entrou lá a petição do Reitor, com a indicação do meu nome. 2º – Fica lá o meu nome registado...

⁽³⁴²⁾ Refere-se às *Comunicações da 7ª Secção – Ciências Históricas e Filosóficas do XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Coimbra, 1956)* publicadas no ano seguinte no Tomo VIII das respectivas Actas.

⁽³⁴³⁾ Trata-se de um dos membros da Família Marrocos, grande proprietária na região de Idanha-a-Velha, onde o Prof. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira desenvolviam desde 1955 um notável programa de arqueologia urbana, em contexto romano-visigótico. Ver nota 333 (fim).

⁽³⁴⁴⁾ O Dr. J. G. da Cruz e Silva era um investigador da arqueologia da região de Sines, tendo publicado diversos trabalhos sobre tal temática.

para quê? Esta é boa! Resta saber quem é o ilustre arqueólogo que me vai substituir. Para já pode dizer-se que é elegante e honesto! Mais um caçador furtivo, um pobre caçarieta! Veja se me descobre quem é o tipo³⁴⁵.

Um abraço.

A. Viana

Documento nº 71 – Carta manuscrita, em folha branca, datada.

Vila Viçosa, 18/5/1960

Amigo Veiga: Saúde.

Você, depois que o deixei em Castro Verde, devia ter apanhado mólho em barda! Sábado foi dia de muita água, em Beja. Oxalá não lhe tenha feito mal. Lembrei-me sempre de si e de que tanto a geologia como os fósseis deviam estar então muito encharcados!

Você, se teve juízo, deverá ter sabido defender-se. Quanto aos dólmenes tivemos muita sorte, pois acabámos o serviço mesmo à justa, ainda que no último dia o tempo não tivesse sido tão favorável como os anteriores. Não lhe escrevi logo, nem ao Sr. D. António³⁴⁶, porque mal parei em casa. Tive de vir logo para aqui.

A Secção Arqueológica foi mudada para o Castelo, conforme instruções minhas, mas eu tive de vir dar-lhe uns retoques. A arqueologia, no Castelo de Vila Viçosa, ficará muito melhor. Agora, passa a ser um verdadeiro museu. Vim para aqui na segunda de manhã (anteontem) e regressarei a Beja na próxima sexta-feira.

Na quinta-feira vem cá o Dr. António Luis Gomes, com o Ministro das Obras Públicas, e isto foi o motivo da minha vinda aqui neste momento³⁴⁷. Já revelei os filmes dos dólmenes³⁴⁸, que ficaram bons. O que ainda não vi foram as ampliações. Já as mandei fazer, mas saí de Beja antes de mas entregarem.

⁽³⁴⁵⁾ Foi encarregue do referido campo de trabalho da Mocidade Portuguesa o Prof. Fernando de Almeida, na altura ainda Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual mantinha relações cordiais com Abel Viana. De Miróbriga, publicou ulteriores curta monografia (ALMEIDA, 1964). Tudo indica, pois, que houve pressões para que a direcção dos referidos trabalhos arqueológicos lhe fosse concedida, em prejuízo de Abel Viana.

⁽³⁴⁶⁾ Eng. António de Castello-Branco, director dos Serviços Geológicos de Portugal, já muitas vezes referido, com quem Abel Viana mantinha relações de cordialidade, manifestando invariavelmente grande preocupação no cumprimento das regras instituídas, até porque, hierarquicamente, aquele poderia condicionar ou inviabilizar a colaboração de O. da Veiga Ferreira, que Abel Viana prezava sobremaneira. É de registar, a este propósito, os pedidos anuais de autorização endereçados por Abel Viana, para obter a colaboração de O. da Veiga Ferreira nas escavações do castro da Senhora da Cola, de 1958 a 1963.

⁽³⁴⁷⁾ A transladação do núcleo museológico de carácter arqueológico para o Castelo de Vila Viçosa, vindo do Paço Ducal de Vila Viçosa, teve, naturalmente, o apoio da Fundação da Casa de Bragança, cujo Presidente do Conselho de Administração era, à data, o Dr. António Luiz Gomes e do Ministério das Obras Públicas, a quem competia a administração dos Edifícios e Monumentos Nacionais, como era o caso do castelo de Vila Viçosa, onde as ditas colecções ficaram instaladas e onde ainda hoje se conservam (Museu Arqueológico de Vila Viçosa).

⁽³⁴⁸⁾ Trata-se provavelmente das fotografias realizadas no decurso das escavações entre finais da década de 1950 e inícios da seguinte em diversos monumentos de falsa cúpula (tholoi) realizadas por Abel Viana em colaboração com O. da Veiga

Logo que as tenha, enviar-lhas-ei. Você não se esqueça de me mandar as plantas e cortes dos dólmens, a fim de eu ir fazendo a prosa. Você bem sabe que eu não me ajeito bem a escrever sem ter debaixo dos olhos os desenhos e as fotografias. É mesmo a única maneira de eu apreciar certos pormenores. Ao chegar a Beja verifiquei ter trazido o pausito da sua famosa Gaiola – peça que julgo ser muito importante e de pau-santo..., pau de muita estimação. Esteja descansado que eu lho enviarei para Lisboa, quando aí for, ou lho remeterei pelo correio, com as fotografias e o mais que eu tenho para lhe mandar. Entretanto, o precioso pau não lhe fará falta, pois os pássaros, nesta quadra do ano, que é aquela em que a poupa costuma parir, andam no choco, de modo que, em sendo apanhador, morrem na gaiola, sem deixarem testamento. Amigo: aí vão os tais recibos. Logo que possa mandar o carço, mande sem receio algum. Saberei empregá-lo bem.

Fartei-me de ralar e de comer queijo, mas valeu a pena. Você ainda há-de ter saudades das nossas terríveis discussões! Quanto mais berramos um ao outro mais amigos somos e mais trabalhamos. Isso de escovinhas de veludo é para os homens do entrecruzado³⁴⁹... Cumprimentos às sobrinhas. Um abraço.

Abel Viana

P. S. – Tenho também, e bem guardada, aquela amostrazita de pedra, que você me entregou, e que parece um pequenino “liso”³⁵⁰.

Creio não ser um cristal. Trata-se de uma faceta espelhenta, de cor acastanhada. Foi achado no Estácio. Também lhe enviarei ou mandarei isto.

A. Viana

Documento nº 72 – Carta dactilografada em folha branca (1/2 de A4), datada.

Beja, 15 de Maio de 1961

Amigo Veiga: Saúde. Pelo correio de hoje lhe remeto as fotografias tiradas neste nosso trabalho de Abril passado, em Aljustrel. Há mais uma dúzia de cópias 6x6 (Rolleiflex), da vasilha – nem todas ficaram bem – que lhe não mando porque, à uma, preciso delas cá para me orientar nas buscas bibliográficas, à outra porque, tendo você aí a vasilha, já com toda a certeza a fotografou, e bem. Há também aquelas cópias em que figuram o Freire de Andrade e o Costa Correia, as quais eu enviei aos dois interessados, pois nada custa deixar estas

Ferreira e outros, situados em diversos concelhos do Baixo Alentejo. Esta foi a derradeira colaboração dos dois eminentes arqueólogos e a mais importante de todas, depois dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região de Monchique.

A notável contribuição de Abel Viana para o conhecimento da existência e características destes monumentos funerários calcolíticos no Baixo Alentejo – região onde, até então, eram totalmente desconhecidos – encontrava-se bem expressa pelos trabalhos publicados em que figura como co-autor (VIANA et al., 1959; VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1960; VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1961 a; 1961 b; VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961).

⁽³⁴⁹⁾ Mais uma evidência da sã e genuína amizade que unia Abel Viana e O. da Veiga Ferreira.

⁽³⁵⁰⁾ Refere-se Abel Viana a um “liso de falha”, resultante do atrito de duas massas sólidas e duras, de origem tectónica.

pequenas lembranças a quem nos proporciona tão magníficas explorações. Não acha que é assim? Pois aí vão as fotografias. Os negativos irão comigo, no dia 1 de Junho, em que vou para Lisboa. Minha filha deve casar no dia 4, e eu irei com alguns dias de antecedência. O dia 1 é feriado, mas no dia 2 aí estarei nos Serviços, levarei também um percutor, que é do dólmen, ou seja, do monumento do Monte do Outeiro – peça que não deve ficar esquecida³⁵¹. Junto um recibo da despesa feita com a fotografia. Não me diga que não está em termos... É como tantos outros que faço para diversos serviços públicos e entidades, segundo as normas que todos eles indicam. Parte dessas fotografias da Leica foram tiradas pelo Ruy, com a minha máquina e o flash. Não se saiu mal, conforme verá. Não há dúvida de que você pode escolher três ou quatro aspectos magníficos, tanto da câmara como do corredor – e pode ter, conforme eu tenho, a certeza de não documentação fotográfica mais completa, nos trabalhos deste mesmo género, tanta de cá como lá de fora.

E pronto. O Ruy já cá esteve duas vezes. Vieram a Beja o Luís Monteagudo³⁵², o Bairrão Oleiro e o Comfort. Não tive tempo para estar com este último. Ele veio para trabalhar com o Nunes Ribeiro e o Oleiro, na sigillata. Eu nada tinha a ver com isso, portanto, deixei-os trabalhar à vontade. Com o Monteagudo, porém, estive muito tempo a atendê-lo, assim como troquei bastantes impressões com o Oleiro, embora tivesse gostado de estar mais tempo com ele³⁵³.

Mas não pode ser.

NÃO SE ESQUEÇA DE ME MANDAR ALGUNS EXEMPLARES DAQUELE NOSSO TRABALHO NA REVISTA DE GUIMARÃES³⁵⁴. E mande o mais que quiser.

Cumprimentos às digníssimas Sobrinhas e, quanto a nós, um abraço e até breve.

Entretanto, escreva-me, diga coisas.

Do velho e grato amigo e companheiro,

Abel Viana

⁽³⁵¹⁾ *O trabalho relativo à tholos do Monte do Outeiro (Aljustrel) foi publicado na Revista de Guimarães (VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1961 b).*

⁽³⁵²⁾ *O Doutor Luis Monteagudo especializou-se na análise tipológica de artefactos pré- e proto-históricos metálicos da Península Ibérica. A sua dissertação de doutoramento foi dedicada à organização de um corpus tipológico, tanto quanto possível exaustivo, dos machados de cobre e de bronze da Península Ibérica, tendo sido publicada na Alemanha em 1977.*

⁽³⁵³⁾ *Mais uma prova, a somar às anteriormente evidenciadas, do apreço e consideração que Abel Viana dedicava ao Dr. J. M. Bairrão Oleiro. Ver notas 112 e 134.*

⁽³⁵⁴⁾ *Deve referir-se à publicação no ano anterior, na citada revista, da tholos do Malha Ferro (Ourique) (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1960).*

⁽³⁵⁵⁾ *Refere-se a mais uma das diversas missões geológicas ao arquipélago dos Açores realizadas por O. da Veiga Ferreira, que o obrigavam a ausências prolongadas do Continente. Ver nota 340.*

Documento nº 73 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Nossa Senhora da Cola, 14/9/1961

Amigo Veiga:

Até que enfim tenho notícias suas e a respeito dos seus! Você raspou-se para os Açores sem dizer água vai... Eu andava sempre à espera de saber que você já tinha regressado³⁵⁵. Ainda bem que me escreveu. É da maneira que mais depressa entro em contacto consigo. Antes de entrar nos assuntos arqueológicos quero entrar nas coisas de ordem pessoal. Em primeiro lugar, espero que se recomponha da saúde, e que a torcedura da perna não redunde em maçadas para o futuro. Você abusa do físico, estou fartíssimo de lho dizer. Mas você toma as minhas advertências por pirronices de velho – e velho será você, ou sua tia-avó! Já lhe disse que se acautele e que não queira armar em mártir da Ciência, pois ninguém acreditaria nisso... Pois eu vim para aqui em 31 de Agosto³⁵⁶. Visto me não terem dado dinheiro a tempo de vir para aqui nos meados de Junho, a iniciar uma primeira campanha de escavações, resolvi-me a permanecer no forno de Beja, durante o mês de Agosto, conforme já tinha passado o de Julho. E é que teria então em Beja meu filho Alberto, minha nora e minha neta, e passar em Beja, durante a Feira, coisa que já não faço há seis anos! Pensava eu assim quando, a 26 de Julho, recebi um aflitivo ou implorativo apelo da Associação Académica de Coimbra, para que aceitasse a chefia legal do III Campo Internacional de Trabalho Arqueológico, em Âncora. Ora, eu não tinha nenhuma desculpa decente a apresentar. Ou aceitava, com todos os encargos de maçadas e preocupações, ou dizia simplesmente que não ia para Âncora PORQUE NÃO QUERIA. Isto não seria razão honesta. O Estado paga-me para servir a Arqueologia, e eu, portanto, tenho de a servir em todos os campos e circunstâncias³⁵⁷. Agora, deixe-me dizer-lhe, muito melhor fora que, em vez de se estar a gastar dinheiro com estes supostos “campos de trabalho”, o dessem a alguns arqueólogos diligentes e honestos, para o gastarem com trabalhadores de verdade, embora tivessem como assistentes – na aceção de pessoas que assistem, e não na de substitutos universitários -, ou como alunos praticantes essa rapaziada de ambos os sexos, tanto natural como estrangeira! De Âncora ficou-me este ano péssima impressão. Valeu-me o achado de umas quantas pedras altamente interessantes. Nunca me trabalharam, aquelas vinte e duas alminhas, mais que hora e meia por dia! E mesmo assim tive de pôr em vigorosa prática todo aquele meu vernáculo aprendido e aperfeiçoado em Darque e em Seixas do Minho, em que o português mais suave é de filho da Puta para cima... Amigo

⁽³⁵⁶⁾ *Esta carta, escrita de Nossa Senhora da Cola, data da época do quarto ano de escavações na estação (VIANA, 1960). Já anteriormente (Documento nº. 68), Abel Viana tinha dali escrito missiva a O. da Veiga Ferreira, no decurso do primeiro ano de escavações naquela importante estação arqueológica.*

⁽³⁵⁷⁾ *Nesta época, Abel Viana dedicava-se em exclusividade à investigação arqueológica, mercê das bolsas para tal concedidas pelo Instituto de Alta Cultura e pela Fundação Calouste Gulbenkian (esta última limitada às escavações da Senhora da Cola). Nestas condições, achava-se na obrigação moral de acorrer a todas as solicitações ou pedidos de colaboração, posição sem dúvida incómoda, que explica o pesado encargo em dirigir escavações na Cividade de Âncora, em detrimento da Família, mesmo com sacrifício das férias, de que, de modo natural, sempre prescindiu, quando necessário.*

Veiga, vi-me na dura necessidade de os tratar assim, em português arrieiral com tradução em várias línguas! Esta coisa dos campos de trabalho é grande fita. O Afonso do Paço já está cheio dessa pouca vergonha³⁵⁸. Estou em crer que o D. Fernando estará na mesma. Seja como for. Se eu estivesse na idade e nas condições de andar às meninas, preferiria ir às ruas onde moram, que utilizar-me das que também surgem nestes campos de trabalho... científico. Amigo, isto, cientificamente, não dá nada. Moral e socialmente só dá rebaixamento do espírito, dessoramento moral, deseducação sentimental.

Tive em Âncora raparigas que não pareciam mulheres, antes cadelas aluadas. Porra, Veiguinha amigo, porra! Ai, que se me fazem abrir o bico!... Isto tem de levar uma volta salutar. Há que remodelar as coisas. O D. Fernando pode ter um grande papel em tal movimento. O Serrão é mau, mas isto é incomparavelmente pior que todos os Serrões presentes e futuros³⁵⁹.

Em Âncora não exigi o contrato de pessoal trabalhador porque eles não receberam o subsídio senão 3 ou 4 dias antes de terminar o período das escavações sob minha responsabilidade. Para aqui vim com dinheiro meu, oito contos das minhas economias pessoais³⁶⁰. Felizmente, já me garantiram os subsídios e eu alarguei imediatamente a amplitude das escavações, e meti mais pessoal. Isto vai bem. O que mais aparece é da época árabe, mas surgem coisas muito mais antigas, inclusivamente a parte superior de um daqueles ídolos eneolíticos, que costumam ser de calcário. Este, porém, era de osso³⁶¹. Isto está mostrando muita coisa interessante de ver e estudar. Tenho pena de você não dar cá uma saltada antes de eu cobrir tudo isto com pedra, pois se deixo isto a descoberto será a destruição definitiva. Não; hei-de recobrir tudo quando puder. Aqui não há sabsenças serronísticas nem intrugices helénicas. Procuo defender isto o melhor que posso.

ASr.^a D.^a Irma tem mais uma menina. O Ruy escreveu-me, radiante, a dar a fausta notícia. O pior é que a pobre da mulher teve de se sujeitar a uma cesariana. Oxalá tudo corra bem. O Ruy promete vir aqui depois de amanhã, sábado, em companhia do P. Serralheiro. Só veio cá no primeiro ano.

⁽³⁵⁸⁾ Afonso do Paço dirigiu diversos campos de escavações, organizados ou não pela Mocidade Portuguesa, na segunda parte da década de 1950 e nos inícios de década seguinte, primeiro no povoado pré-histórico da Parede (Cascais), depois na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), aqui com estudantes universitários. Sobre a cidade de Âncora, publicou Abel Viana uma curta nota (VIANA, 1960/1961).

⁽³⁵⁹⁾ Refere-se ao Dr. Eduardo da Cunha Serrão, arqueólogo que já então tinha dirigido diversas escavações arqueológicas em estações pré-históricas dos concelhos de Sintra (Olelas), Cascais (Parede) e Sesimbra (Lapa do Bugio e Lapa do Fumo). A sua actividade foi sempre pautada por preocupações de índole metodológica, por ele consideradas correctas, julgadas indispensáveis à boa prática das escavações: mas a aplicação do “método dos quadrados”, por si apreendido das obras de Mortimer Wheeler, de forma indiscriminada, nem sempre conduziu a bons resultados, por não se adequar indistintamente às situações que importava investigar (ver SERRÃO & VICENTE, 1959).

⁽³⁶⁰⁾ Esta é uma realidade incontornável: a de ser o próprio Abel Viana, que, não sendo rico, era obrigado a avançar com as suas economias para a realização de trabalhos arqueológicos, situação hoje em dia difícil de aceitar, sobretudo por aqueles que mais clamam por mais meios financeiros, sempre considerados insuficientes ...

⁽³⁶¹⁾ Trata-se, provavelmente de uma peça torneada mais moderna, conforme esboço da mesma, realizado a caneta, apresentado à margem do texto dactilografado.

Deve ficar surpreendido com a amplitude dos trabalhos. Minha mulher talvez venha cá também, com meus cunhados e o Dr. Fernando Nunes³⁶². Ela verá onde o marido tem feito vida de frade, durante três anos, a caminho do quarto³⁶³... Saiba que tanto lutei que já não há bichos nesta casa. Tanto fiz que já dei cabo deles. Faço votos por que os trabalhos da Idanha resultem bem, como de costume³⁶⁴.

Peço-lhe: – Que me recomende às três Sobrinhas, e que a mais velha (velha é maneira de dizer) se encontra livre de incómodos; dê cumprimentos meus ao Sr. D. António, Fernando Moitinho e Zby; um apertado abraço ao Camarate³⁶⁵. E mande-me mais notícias suas. Devo permanecer aqui até o fim de Outubro, a menos que as chuvas me obriguem a intensificar os trabalhos e dar fim às massas. Um abraço do dedicado

Abel Viana

Não há tempo que chegue! E ainda bem. É a maneira de se não morrer de melancolia, neste estupendo deserto! Trouxe aqui o Mário Beirão³⁶⁶, que definiu – “Isto é sítio para poetas!”.

P. S. – Você engana-se a respeito do tempo de que disponho aqui. Lembre-se de que tenho de vigiar o trabalho, fazer desenhos, medições, etc., de redigir o diário das escavações, tratar da arrumação da casa, lavagens e empacotamento dos cacos, tratar da cozinha, etc..

Documento nº 74 – carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 5 de Agosto de 1962

Veiga Amigo: Saúde. Respondo à sua carta de 2, ontem à tarde recebida. Vamos a ver se consigo enviar-lhe esta ainda hoje. Em primeiríssimo lugar – CALMA, HOMBRE! –, como naquela inesquecível noite de comboio, de Santander a Madrid... Cuidado com as precipitações, cautela com as insubordinações, fora com desgostos e desânimos, que tanto mal fazem à saúde... Gostei desta sua carta porque: Iº – Até que enfim tive notícias suas. Fui-lhe mandando de vez em quando um postalzito, a ver onde você parava. Era mais por isto

⁽³⁶²⁾ Dr. Fernando Nunes Ribeiro, arqueólogo amador da região bejense, autor de diversos trabalhos de mérito sobre a Idade do Bronze e o Período Romano, com destaque para os resultantes das escavações que levou a efeito na notável villa romana de Pisões, perto da referida cidade.

⁽³⁶³⁾ Tratava-se de uma modestíssima casa, pobrementemente mobilada com condições de trabalho hoje consideradas inaceitáveis: sem água, sem luz e sem esgotos... mas com muita bicharada, à qual, aliás, Abel Viana faz referências na sua correspondência (ver carta anexa ao Documento nº. 77, dirigida a Mário Cardozo).

⁽³⁶⁴⁾ Refere-se ao campo de trabalho arqueológico dirigido pelo Prof. Fernando de Almeida e por O. da Veiga Ferreira destinado à recuperação arqueológico-patrimonial da velha cidade romano-visigótica de Egitânia (Idanha-a-Velha). Ver notas 333 (fim) e 343.

⁽³⁶⁵⁾ Dr. J. Camarate França, já várias vezes mencionado ao longo da correspondência.

⁽³⁶⁶⁾ Mário Beirão, poeta alentejano, grande amigo de Abel Viana, nascido em Beja em 1891 e falecido em Lisboa em 1965.

que por outra coisa. Mas você, moita! Nem chus nem bus! Claro que se você tivesse morrido, uma notícia triste nunca deixa de chegar... Pensei que mais uma vez tivesse ido para a cartografia geológica das Ilhas. Pensei, sobretudo, que tivesse imenso que fazer. Eu também, sem ser por desatenção ou falta de apreço, devo resposta a muita gente a quem será lícito, perante meu insólito silêncio, pensar que sou, pelo menos, grosseiro, malcriado. A verdade é que, muitas vezes, quando determino saldar a dívida epistolar, já não tenho a certeza de que o destinatário ainda esteja no mesmo sítio, ou conserve a mesma morada. Enfim, é uma grande maçada o tempo não chegar para tudo, se é que a verdadeira culpada não seja a grande queda do nosso rendimento de trabalho³⁶⁷. II° – Do que se passa nos Serviços nada me admira. São coisas que tenho previsto de longa data e vislumbrado à distância. Tanto assim que, precavendo-me, há muito que fui pondo de lado a existência dos Serviços, no plano útil das minhas actividades. Creia, Amigo Veiga, apesar de todo o meu muito respeito e sinceríssima estima pelo Sr. D. António, senti a certezinha certa de que os Serviços terminavam para mim, no momento em que falecia o Eng.º António Viana, e era posto na prateleira das coisas fora de uso o Eng.º Oliveira Simões. Isto equivale a dizer que me refiro ao tempo em que o Zby era dentro dessa casa o verdadeiro e utilíssimo mentor. Ainda que você me não queira acreditar, o certo é que eu conheci muitíssimo melhor que você o ambiente dos Serviços Geológicos antes de você ter dado entrada aí. No tempo do Eng.º Viana, eu estava aí nos Serviços, frequentemente, oito, dez, quinze dias, a trabalhar constantemente com o Zby, e eu era recebido, não com simples atenções e amabilidades, mas também como alguém que ia aí trabalhar utilmente.

Depois, já com o Sr. D. António, embora ele tivesse sido sempre para comigo de uma tal atenção e carinho que eu jamais poderei suficientemente agradecer, a minha presença aí causava uma reacção que nenhuma engenharia do mundo seria capaz de disfarçar com êxito, perante a minha capacidade de observação. Todos nós temos qualquer percentagem de burro, mas creio bem que Deus teve para comigo a caridade de me conceder o menos possível. Mal faleceu o Sr. António Viana, vi claramente surgir para mim uma situação nova: a de, cortezmente, tolerado³⁶⁸.

E, veja, nada mais aí pude fazer: o Zby nunca mais teve tempo de continuar os trabalhos que estávamos fazendo, e muito menos iniciar outros já por nós planeados³⁶⁹. Você entrou para aí e eu em tempo algum me iludi a respeito da situação criada pelo falecimento do antigo Director.

⁽³⁶⁷⁾ Abel Viana tinha, então, 66 anos de idade, feitos a 16 de Fevereiro desse ano de 1962.

⁽³⁶⁸⁾ Estes parágrafos, escritos num estilo claro, impressivo mas incisivo, são um precioso retrato, no que concerne à arqueologia, da trajectória daquela centenária Instituição nas décadas de 1940 e de 1950, quando o reconhecimento geológico do País se tornou a prioridade da sua actuação, expressa pela publicação de cartografia à escala de 1/50 000. Tal realidade, acompanhada da abertura à colaboração de geólogos externos à Instituição, remeteu para um plano secundário a Arqueologia, do mesmo modo que a autonomia antes auferida por G. Zbyszewski foi sendo, paulatina mas irreversivelmente, substituída pela autoridade de um director preocupado em cumprir estritamente as directivas emanadas superiormente como, naturalmente lhe competia. Sem dúvida que, no novo panorama interno então criado, teve papel relevante a personalidade do Eng. António de Castelo Branco, talvez menos autónomo e criativo que o seu antecessor, o Eng. António Vianna, por todos reconhecido como um homem de visão estratégica (como o definiu o Prof. Carlos Teixeira).

⁽³⁶⁹⁾ Amargo e tardio reconhecimento de evidência já antiga, como ao longo desta correspondência se foi constatando.

Não, o que não fiz com o Zby já não podia fazer consigo, apesar de todo o meu desejo e de toda a sua cândida boavontade... Já outro poder mais alto se alevantava entre nós todos. Não quis nunca, apesar de algumas vezes me terem escapado alguns comentários que você nunca entendeu, porque eu próprio não desejei fazer-me entender, abrir-me consigo. Você certamente não acreditava, dada a sua constante e límpida boa-fé – essa excessiva boa-fé que faz de você, no campo das ideias políticas³⁷⁰, um rematadíssimo pateta, sem o menor sentido de espírito crítico e sem o menor senso das realidades, um idealista tão inconsequente que chega a defender coisas que são inimigas basilares dos seus próprios sentimentos sociais e morais... Para quê falar-lhe em coisas que você não aceitava como certas, coisas que você não via nem queria ver e que me entravam pelos olhos como a luz do sol? Repare, Veiga Amigo, então que deram os Serviços para os nossos trabalhos do Vale do Vouga³⁷¹? E essa miséria que concederam para as pesquisas do Campo de Ourique³⁷²... Ora bolas! Em uma repartição onde se gastam por ano centenas de contos em gasolina, para tudo e para nada, e onde toda a gente, de alto a baixo, vive a febre das ajudas de custo – flanco lamentável oferecido pelos superiores aos subordinados, que não são cegos, e que manhosa e tenazmente se colocam no mesmo nível dos chefes, exercendo o velho direito preceituado no famoso artigo: ou comem todos ou haja moralidade – que representava essa porcaria de 500 escudos, que por duas ou três vezes me concederam? Isso nunca foi subsídio; nunca passou de merda, que eu, dignamente, nunca agradei! Para um colector ir buscar uma pedra qualquer a qualquer ponto, paga-se, e muito justamente, quatro ou cinco vezes tal quantia; no entanto, se a Pré-história ainda conta nas tradições dos Serviços, não seria de mais custear condignamente as explorações dos dólmenes da região de Ourique, por exemplo. Não me refiro a ordenados ou gratificações, evidentemente, mas simplesmente a despesas de hospedagem e do veículo para as deslocações no terreno³⁷³.

Bem, não acredito que a coisa vá ao ponto de não consentirem que você e o Camarate França continuem, sob a égide dos Serviços, a prosseguir na investigação arqueológica. Há tão pouca gente capaz! Uns, como Mendes Correia, Joaquim Fontes, Jalhay (apesar de todo o seu egoísmo), Dias de Deus (apesar de sua falta de preparação científica), morreram; outros, como Mário Cardoso, Afonso do Paço e eu, estão velhos; Formosinho desapareceu; D. Fernando tem muito mais que fazer... Fica então essa caterva de palermas

⁽³⁷⁰⁾ *Recorde-se que O. da Veiga Ferreira subscreveu as listas do MUD em 1946, o que lhe valeu o congelamento da sua entrada para a Função Pública, bem como das promoções a que teria direito, durante dezasseis anos: só revogados em 1962, devido a intervenção pessoal do então Director-Geral de Minas e Serviços Geológicos e seu amigo, o Eng. L. de Castro e Solla (CARDOSO, 1993/1994).*

⁽³⁷¹⁾ *Trabalhos que proporcionaram a exploração e adequada publicação de um dos mais notáveis monumentos dolmênicos portugueses, devido à existência de pinturas complexas nos respectivos esteios, o dólmen de Antelas, no concelho de Oliveira de Frades (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957 b). Ver nota 330.*

⁽³⁷²⁾ *Refere-se a topónimo baixo alentejano, nas proximidades do castro de Nossa Senhora da Cola onde, segundo tradição muito antiga, se teria travado a batalha de Ourique.*

⁽³⁷³⁾ *Parece constituir situação contraditória, esta indesmentível falta de apoio financeiro, concedida pela Instituição, tendo em conta que alguns trabalhos relativos a tão notáveis monumentos arqueológicos foram publicados nas páginas da sua revista oficial (ver Bibliografia da nota 348).*

vaidosos, a quem mais incentiva a vaidade própria que o desejo de contribuir decentemente para a cultura arqueológica portuguesa? A arqueologia nacional não pode ficar entregue a pantomineiros e cretinos, nem às brincalhotices dos “campos internacionais de trabalho arqueológico” cuja nocividade tive como dever denunciar às instâncias competentes³⁷⁴.

Amigo, isto não é dos regimes, é dos homens, é da velha desgraça dos homens mais sérios ficarem com os testículos amarrados pelas suas estupidíssimas e virtuosíssimas esposas, e os aventureiros de toda a casta que, ou por não terem virtuosas e prudentíssimas esposas, ou por terem testículos viscosos, em tudo avançam e por tudo trepam...

Fixemos ideias: Você, com França e direcção oficial ou oficiosa do Zby, tem de continuar a trabalhar na Arqueologia, sempre que possa. Não Faça Barulho. CALMA, HOMBRE! Seja cauteloso nas críticas. Isso de sair de Lisboa, seja para onde for, não tem pés nem cabeça. Então a minha sobrinha mais velha – sempre habituada a Lisboa, e já em idade que, não a fazendo velha, não consente que continue a ser menina – ia agora resignar-se a viver em vilória da província... Você tem cada uma³⁷⁵! E as suas filhas? Que interesse ou conveniência achariam em sair de Lisboa? Juízo, menino, juizinho. Ai, que se elas, sabendo do caso, resolverem dar-lhe uma sova, eu só lhes não darei ajuda por não receber aviso a tempo e horas! Demais, a sua obra de paleontólogo dá-lhe ocupação bastante para atenuar o desgosto das dificuldades arqueológicas... Sossegue, pois. Não se precipite. Seja prudente, resignado, esperto e... espertalhão. Os homens vão-se e as obras ficam.

III^o – Gostei imenso da notícia que me dá a respeito do Jorge de Almeida Monteiro³⁷⁶. Veja se o instrui bem, de modo que ele possa continuar. Se não fosse a Senhora da Cola, eu iria passar todos os anos com ele um mês, mesmo à minha custa, a desenterrar uma pequeníssima parte daquela zona tão rica de arqueologia. A PROPÓSITO: Porque não combinamos, eu e você, irmos aos barcos enterrados na antiga ria da Nazaré? Porque não vamos lá, por exemplo, em começos de Novembro? A despesa pessoal será pequena. A da escavação não será avultada, e eu mesmo conseguirei arranjar verba para isso.

⁽³⁷⁴⁾ *Visão amarga mas que, infelizmente, o tempo se encarregou de confirmar; com efeito, foi só a partir dos inícios da década seguinte, com a emergência de uma nova geração de arqueólogos, que a arqueologia portuguesa, salvas honrosas excepções, saiu do marasmo e mediocridade que a caracterizava.*

⁽³⁷⁵⁾ *Esta missiva de Abel Viana corresponde em parte a resposta de uma de O. da Veiga Ferreira onde desabafa muitos dos seus desânimos e desapontamentos quanto às perspectivas de poder desenvolver actividade arqueológica no âmbito da Instituição a que pertencia, cada vez mais dificultada pelas chefias (ver notas 368 e seguintes). Importa referir que, em 1962 o chefe dos Serviços Geológicos de Portugal era o Eng. F. Moitinho de Almeida o qual nunca viria a assumir, ao contrário dos seus antecessores, o cargo formal de Director; tal situação, naturalmente, implicou ajustamentos conjunturais internos. Sobre tal assunto, ver carta de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana, já publicada (CARDOSO, 1993/1994, Documento n.º 42).*

⁽³⁷⁶⁾ *Jorge de Almeida Monteiro, prematuramente falecido era o principal animador de um grupo de então jovens entusiastas pela arqueologia bombarralense que integrava Antero Furtado, António da Silva Maurício e Vasco Cortes. A referência a este explica-se: a 20 de Agosto de 1962, apenas 15 dias depois da presente missiva iniciava-se a escavação da Gruta Nova da Columbeira, onde aquele e os restantes elementos do grupo viriam a colaborar (CARDOSO, RAPOSO & FERREIRA, 2002).*

Pense no caso e vamos lá. Palavra que tenho muito empenho nisso³⁷⁷. Antes de Setembro não poderá ser. Fui para a Senhora da Cola em 3 de Junho. Até 4 de Julho trabalhei com o Hermanfrid Schubart³⁷⁸. Fui eu que o pedi ao Instituto Alemão de Arqueologia, mediante uma exposição que fiz ao Helmut Schlunk. Eles apresentaram a condição de se apresentar o estudo publicado em alemão, e abrangendo todo o trabalho de exploração, desde que descobri a estação, a fim de se fazer um trabalho completo; eu, entre outras coisas, ressalvei a prioridade portuguesa da descoberta e classificação, a publicação simultânea do trabalho, em português, e a qualidade de meu colaborador, atribuída a Schubart, e ficando-me inteiramente a responsabilidade legal e científica dos trabalhos a realizar. Foi em tais bases que se trabalhou³⁷⁹. Note que não foi em tais condições que você andou a acompanhar (?) o Roche³⁸⁰. Você há-de ver o que foi este trabalho. Eu também

⁽³⁷⁷⁾ Abel Viana teria por certo conhecimento de informações sobre a existência de restos de embarcações afundadas na lagoa da Pederneira, outrora aberta ao Oceano. Tais testemunhos, porém, só foram muito mais tarde objecto de investigação e da correspondente publicação e datação absoluta (ALVES, SOARES & CABRAL, 1993). Trata-se de caverna de uma embarcação, encontrada na época da presente missiva, datada pelo radiocarbono entre 973 e 1040 anos cal a. C., portanto de época imediatamente anterior à nacionalidade.

Apesar de tudo, e do tom amargo da missiva, o ânimo de Abel Viana era inabalável, como se conclui da sua disponibilidade em meter ombros a tão difícil empresa, para mais região onde jamais tinha desenvolvido trabalhos de investigação arqueológica, nem que fosse à sua própria custa, à falta de financiamento oficial.

⁽³⁷⁸⁾ Refere-se às escavações efectuadas na necrópole do Bronze do Sudoeste da Atalaia (Ourique), dirigidas por Abel Viana e com a colaboração de H. Schubart, realizadas com base nas instalações existentes no Santuário de Nossa Senhora da Cola.

⁽³⁷⁹⁾ Estas condições evidenciam a dignidade que Abel Viana atribuiu ao seu trabalho, enquanto representante do seu País, numa acção conjunta com arqueólogos estrangeiros, eles próprios, em certa medida, também representantes do seu País, visto serem apoiados oficialmente, tal como acontecia com o arqueólogo português. De entre as condições elencadas por Abel Viana, merecem destaque duas: a de os resultados serem obrigatoriamente publicados em Português, em simultâneo com a edição em Alemão; e a responsabilidade legal e científica dos trabalhos a realizar lhe pertencer em exclusivo, evitando deste modo quaisquer mal-entendidos que pudessem sobrevir ulteriormente quanto à direcção e estratégia a desenvolver no prosseguimento das investigações.

A publicação em Português foi efectuada no ano seguinte ao do falecimento de Abel Viana, mas é apenas da autoria de H. Schubart (SCHUBART, 1965). Seja como for, o mesmo tipo de precauções não foram ulteriormente previstas por outros arqueólogos portugueses que procuraram ou aceitaram o concurso de colegas estrangeiros, dando origem a situações litigiosas ou, pior ainda, lesivas para o interesse da arqueologia nacional.

⁽³⁸⁰⁾ É um facto que J. Roche sempre se afirmou como o único responsável pelas investigações e escavações arqueológicas desenvolvidas nos concheiros mesolíticos de Muge, nas décadas de 1950 e de 1960. Agregou, esporádica e circunstancialmente, O. da Veiga Ferreira a alguns trabalhos, designadamente em alguns dos publicados em Portugal, nas Comunicações dos Serviços Geológicos, como os dedicados à estratigrafia das estações. Mas tal situação, por ser a excepção na prática daquele arqueólogo francês, só reforça a autoridade que sentia deter sobre as ditas explorações, até por esta jamais lhe ter sido questionada, ou negociada, como devia. O resultado é sabido: tendo os trabalhos de campo sido totalmente dirigidos por O. da Veiga Ferreira – como transparece da leitura dos seus Cadernos de Campo, recentemente publicados na íntegra (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000) – foram pelo próprio recolhidos elementos da maior importância, como o desenho rigoroso da posição dos esqueletos postos a descoberto nos três concheiros, os quais, talvez devido a um legítimo sentimento de aproveitamento, jamais foram usado por J. Roche, o qual comparecia nos trabalhos, sobretudo, na companhia de visitantes ilustres, mas não quotidianamente, como era de sua obrigação. As plantas realizadas por O. da Veiga Ferreira das escavações efectuadas nas décadas de 1950 e de 1960, nos três concheiros (Cabeço da Arruda, Cabeço da Amoreira e Moita do Debastião) só muito recentemente, e nesta mesma revista se publicaram (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000).

hei-de mostrar do que sou capaz, se me derem dinheiro para custeio das despesas e colaboradores sérios e competentes. Chegamos a trabalhar com dezasseis homens, mesmo aos domingos e, a partir de certa altura, com duas horas extraordinárias, por dia! Foi um trabalho de gigantes! Você não faz ideia de como aquilo está. É grandioso. Confirma-se a minha hipótese de que a necrópole se estende por tudo aquilo. Mas o caso é que, se eu não peço, logo em Fevereiro, para os donos não lavrarem o terreno, tudo aquilo iria à poeira. SENDO ASSIM: COMO QUEREM ESSES MANDANTES DA ARQUEOLOGIA QUE SE NÃO FAÇA NADA SEM AUTORIZAÇÃO DE SUAS EXCELÊNCIAS? ELES NÃO DÃO NADA, NÃO FORNECEM VERBAS, NÃO ORIENTAM NADA, NÃO ACODEM NADA, DEIXAM TUDO DESTRUIR, MAS EXIGEM SATISFAÇÕES, RELATÓRIOS, PALEIOS, LAMBEDELAS DE SAPATOS... Que se lixem³⁸¹... Depois de 4 de Julho fiquei sozinho, a trabalhar só no castro. Retirei no passado dia 29. Era para seguir até Viana do Castelo depois de amanhã, mas há aqui, por iniciativa da Câmara, um concurso de cantos alentejanos, e o Presidente da Câmara deseja que eu presida ao Júri. Não lhe posso dizer que não. De modo que irei para Viana em 10 do corrente. Regressarei a Beja em 24 ou 25, e em 2 ou 3 de Setembro estarei de novo na Senhora da Cola, onde ficarei até o fim de Outubro. O Castro continua a dar-me elementos de foices, fragmentos de facas de sílex e outras coisas idênticas a algumas da Atalaia e até idênticas a algumas da Nora Velha. Não me restam dúvidas de que tudo isto em volta está relacionado com o Castro³⁸². Quanto à Atalaia, penso em chamar àquilo, não cultura da Atalaia mas qualquer designação que defina seu tipo especial e a credite como foco difusor. Há ali coisas de tipo argárico, mas admito que seja mais antigo que o argárico almeriense, isto é, o argárico propriamente dito. Vou-lhe mandar alguns números do “Diário do Alentejo”, nos quais falo destas coisas³⁸³.

Aquilo tem sido visitado por muita gente, de várias categorias. Eu vou pedindo subsídios, com a teimosia de cego... Se não for assim, ninguém me dará nada! E suporto aquela vida ao sol e ao vento, com alimentação baseada em conservas, fazendo custosas caminhadas por cerros e barrancos³⁸⁴. O ano passado herborizei à larga; fiz uma curiosa colheita das espécies arbustivas e subarbustivas, a fim de dar uma ideia do antigo

⁽³⁸¹⁾ *Este desabafo – mas que é bem expressivo do modo de pensar e de agir de Abel Viana – poderia ser subscrito, na íntegra, por O. da Veiga Ferreira, que até final da sua vida denunciou, corajosa e publicamente, atentados e degradações ao rico património arqueológico, denúncias que, se por um lado, lhe valeram vários dissabores e desfeitas, por outro, aumentaram o grupo dos seus amigos e admiradores. Tiveram particular impacto os seus programas televisivos, despertando, no público anónimo, o sentimento para a necessidade urgente de prover a protecção do património com meios técnicos logísticos e financeiros adequados, que pressupunham, em primeiro lugar, “vontade política” e, depois, o empenho activo e dedicado de todos a quem, oficialmente, incumbia a execução de tal tarefa.*

⁽³⁸²⁾ *Tais materiais, por ínfimos que sejam no conjunto do espólio exumado, sugerem a existência de uma ocupação do local na Idade do Bronze.*

⁽³⁸³⁾ *A necrópole da Atalaia é considerada como exemplo-tipo da fase mais antiga do Bronze do Sudoeste (= Bronze I do Sudoeste) sendo dela característicos certos vasos cerâmicos, designados por “taças de tipo Atalaia”. Cronologicamente, pode situar-se ao longo de toda a primeira metade do II milénio a.C.*

⁽³⁸⁴⁾ *Tais dificuldades contrastam, de forma evidente, com as comodidades básicas, actualmente requeridas para a realização de escavações arqueológicas: é mais do que provável que a doença cardíaca que vitimou Abel Viana, em pleno labor, dois anos volvidos, tenha sido agravada pela sua permanente agitação e actividade a par de uma alimentação deficiente, meses a fio, nas escavações de Nossa Senhora da Cola.*

matagal. Este ano fiz uma curiosíssima colheita da bicheza que pica... Tenho da Atalaia dois lacraus ainda maiores que aquele que fotografei em A dos Tassos. Colhi também uma aranha com mandíbulas enormes, a que dão o nome de “alclara peidorreira”. No Castro apanhei um dos lacraus pretos, fininhos, e uma espécie de vespa sem asas, negra, ou seja, preta ou azul escuro. Tem dardo, como as vespas. Não é, portanto, aracnídeo, mas sim vespídeo. Dentro de casa capturei duas tarântulas (?) de tamanho invulgar. O n.º 1 da minha colecção, porém, é um lacrau que consegui capturar no castro, uma coisa tal que os trabalhadores, quase todos já picados por lacraus várias vezes, nunca viram. Este lacrau é de cor castanha, ou cor de mel, como os outros grandes, que costumam ter 8 ou 9 centímetros. Mas este deve ter uns 12 e tem o torax agigantado. Enormes as pinças. O abdómen é enorme e, na parte ventral, listrado de verde, sobre a cor de mel claro. Suponho que a picada de um bicho destes seria perigosíssima. As listas verdes são transversais. Penso que é de espécie diferente da dos outros. Não a vejo assinalada, no que tenho conseguido ler sobre este assunto. Sabe-me você dizer alguma coisa? Tenho esta bicheza toda metida em tubos com álcool, mas quero mete-la em tubos de ensaio ou outros recipientes mais apropriados, e substituir o álcool por formol³⁸⁵. O meu tratado (de arqueologia!!!) ainda não começou a ser composto³⁸⁶. Creio que a tipografia só se mexerá depois do meu regresso a Beja. Além de mim, ninguém está presentemente a fazer nada. O Dr. Nunes andou com a lavoura e foi agora para a praia; o Freire de Andrade, além da consabida oposição da D.ª Irma, perante os actuais directores da Mina nem se atreve a pensar em arqueologia. Ele lá sabe das linhas com que se cose... E pronto. Um abraço.

Abel Viana

Você não me arranjará por aí uns 6 ou oito tubos de ensaio, só de uns 12 centímetros de comprido, por cerca de centímetro e meio ou dois centímetros de diâmetro? Não me pode mandar isso pelo correio?

Que é feito do D. Fernando de Almeida?

Que é feito da Idanha?

Um abraço ao pirata do França.

Dois traques para o Teixeira³⁸⁷.

⁽³⁸⁵⁾ *A minúcia e o entusiasmo com que Abel Viana descreve as suas actividades de naturalista demonstra o seu espírito aberto, criativo e sempre curioso e receptivo à realidade que o envolvia, bem como os seus dotes de observação, aliás indispensáveis à sua actividade arqueológica.*

⁽³⁸⁶⁾ *Trata-se de uma interessante publicação, edição do autor, intitulada “Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática” (VIANA, 1962 a) onde elenca, de forma algo desorganizada mas nem por isso desinteressante, numerosas indicações bibliográficas, sínteses de conhecimentos sob diversos períodos, da Pré-História à Idade Média, descobertas, instituições e arqueólogos, bem como legislação, técnicas de registo e de escavação, restauro e conservação de materiais, considerações sobre museus e colecções de arqueologia, etc. Manteve-se da primeira à última página uma atitude anti-institucional, ou “anti doutoral”, como o próprio refere (ver Documento n.º 74).*

⁽³⁸⁷⁾ *Esta forma irreverente de se referir ao Prof. Carlos Teixeira terá resultado de desentendimentos entretanto surgidos, não apenas consigo (dos quais não existem registo) mas também com O. da Veiga Ferreira, relatados ao signatário pelo próprio. De assinalar a excelente relação anterior de ambos com o referido geólogo e antigo arqueólogo.*

A propósito tenho uns fósseis vegetais colhidos nos xistos da Atalaia. Apesar de tudo, quero entregá-los aos Serviços.

Esta carta será continuada dentro de alguns dias. Temos que conversar mais um bocado.

Além do magnífico ferramental que Schubart trouxe, e do jipe, cerca de três quartas partes das despesas foram pagas pelo Instituto Alemão. A coisa andou por uns dez contos (só na Senhora da Cola)³⁸⁸.

Documento nº 75 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 19/2/1963

Amigo Veiga: Pode crer que o envelope desta carta está feito há perto de mês³⁸⁹! Há tanto tempo que pretendo escrever-lhe! É que, realmente, eu tenho interesse em falar consigo a respeito de várias coisas, entre elas no que respeita à publicação de trabalhos nossos que ainda se conservam inéditos. Não tenho estado parado. Antes pelo contrário, desde que regresssei da Senhora da Cola, nos fins de Outubro passado, tenho desenvolvido muita actividade. Com arrelia vejo, porém, que não pude realizar sequer metade do que pretendia. É que a preparação do meu livro, que é simultâneamente a do Vol. 18-19 do “Arquivo de Beja”, só me consentiu que, por necessidade de variar, eu fosse adiantando vários trabalhos preliminares dos estudos e notas que desejo publicar neste ano de 1963. O frio, não consentindo que eu saia de casa, tem-me proporcionado compridos serões. Mesmo assim, o rendimento não tem sido o que eu queria...

O MEU LIVRECO – Amigo Veiga, julgo que desta vez não escaparei de apanhar uma boa sova... estou absolutamente seguro de que nenhum livro português reuniu tamanha quantidade de informações arqueológicas, mas a atitude anti-doutoral mantida desde a primeira à última página vai fazer cócegas em muita gente, e o arraial de pancadaria estendido nestas duzentas páginas... pai da vida!... vai, certamente, ser tomado como grande armazém de carapuças. Não se trata disto, porém. Apenas pretendo dizer a verdade, embora esta seja quase sempre, para alguns, dura de roer... Vamos a ver o que me sai de tudo isto. Seja o que Deus quiser. Alguma vez eu havia de fazer o gosto ao dedo. As PESQUISAS EM BARRANCOS – Veja lá se consegue arranjar as coisas desde meados de Março (se o tempo o consentir) até 20 de Maio. Mesmo que seja em Abril, teremos todo esse mês, e ainda mais de meio mês de Maio. É que no dia 1 de Junho devo seguir para a Atalaia com o Schubart, a fim de continuarmos com aquilo. O material até agora recolhido está todo aqui em minha casa³⁹⁰. A Junta Distrital vai instalar toda a arqueologia na extinta igreja de Santo Amaro, que pela Câmara de Beja foi cedida à Junta, depois das grandes obras ali feitas. O antigo museu fica em museu de arte...

⁽³⁸⁸⁾ *Verba muito elevada, face aos padrões da época, e que, naturalmente, terá deixado Abel Viana ainda mais convicto da mesquinhez dos apoios que lhe eram concedidos face à magnitude das tarefas que estavam a seu cargo, com evidentes reflexos, não na qualidade dos trabalhos por si produzidos, mas no desgaste físico e psíquico a que se encontrava sujeito.*

⁽³⁸⁹⁾ *O último documento registado da correspondência de O. da Veiga Ferreira e Abel Viana data de 10 de Setembro de 1962 (CARDOSO, 1993/1994); esta e as cartas ulteriores do segundo ao primeiro parecem, pois, não ter tido resposta.*

⁽³⁹⁰⁾ *Ver nota 379.*

A Junta pediu-me que me encarregasse da instalação em Santo Amaro, e eu tive de aceder. Claro que, entre outras coisas, exijo que os materiais da Senhora da Cola, Atalaia, etc., fiquem lá devidamente expostos e acautelados. Ora, a campanha com o Schubart é em todo o mês de Junho. Depois, ficarei na Senhora da Cola em Julho, Setembro e Outubro. Claro que em Agosto ninguém pára lá. Entretanto, devem ser publicados artigos meus, a sós e em colaboração com o Schubart³⁹¹. Quer você que eu diga qualquer coisa ao Moitinho de Almeida? Tratemos de preparar as coisas. Talvez 8 dias chegassem. Que diz? Eu estarei o tempo que for preciso³⁹².

TEMOS, TODAVIA, VISTO TRATAR-SE DA “MARGEM ESQUERDA”, DE PEDIR LICENÇAAO... FRAGOSO DE LIMA³⁹³ ... Ouça: este idiota aproveitou as férias do Natal para encandear as gentes de Moura com o fulgor da sua sabedoria. Creio bem que o público devia ter sido, além de escasso, nada entendido de arqueologias, de modo que o passarão, useiro e veseiro em ludibriar ouvintes de boa fé, botou estirado espiche, ainda que, certamente, não tivesse sido o compridíssimo chouriço que foi repartido em dois números do “Jornal de Moura”. Nesse rosário de pantominices, a que o mesmo jornal chama notável lição, o refinadíssimo intrujão dedicou-me os seguintes períodos:

– “Falou em especial das grutas da Adiça que brevemente serão cientificamente exploradas, das antas do concelho (estudadas a sério não por arqueólogos de algibeira ou de fancaria, mas por sábios como Leite de Vasconcellos ou os esposos Leisner)”. Quero crer que os tais sábios com Leite de Vasconcellos e os Leisner devem ser... ele próprio, o sábio Fragoso, e a não menos sábia Wanda Rodrigues, pobre rapariga de que o maluco tem sido guia e mentor... na tese de licenciatura e na parceria de elogio mútuo, para exploração dos enterrâneos incautos. A sanha que o tratante nutre contra mim rebenta mais adiante – “Entrando na época portuguesa, fez referências em especial às Estelas Discóides (algumas das quais poderão ser anteriores) e que certo arqueólogo de algibeira e fancaria (felizmente estranho ao concelho) abusivamente publicou com as deficiências características de seus trabalhos, mas que brevemente serão dadas a conhecer, devidamente, pelo Sr. Dr. Fragoso de Lima com a correcção das omissões cometidas pelo referido publicista natural de longínquas terras”. O patife, pelo menos no jornal, não se atreveu a dizer o meu nome. Assim, fico sabendo, entre outras coisas úteis, que este “arqueólogo de algibeira e de pacotilha” seria desonra para Moura ter nascido ali, como aquele glorioso filho da... amiga do Padre Lima que Deus haja, e que era bem melhor pessoa que o sacrílego rebento. E como não publicou o meu nome, tive a boa sorte de não me ver obrigado a sair, também a público, com a zurzidura que o sabichão mourense merecia. Ainda bem! Não vale a pena zaragatear com doidos. Que vá, pois, catar o penteado da Salúquia! Há tempos, o patifório afirmou lá na terra que o pariu que o Fernando

⁽³⁹¹⁾ Abel Viana publicou artigo sobre a necrópole de Atalaia (Viana, 1959), não lhe tendo sido possível, pelas razões expostas na nota 379 nenhum outro em co-autoria, como estava previsto.

⁽³⁹²⁾ Tais explorações em Barrancos jamais se vieram a efectivar.

⁽³⁹³⁾ É o Dr. José Fragoso de Lima, antigo discípulo do Prof. Manuel Heleno e seu colaborador na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no que à Arqueologia da margem esquerda do Guadiana dizia respeito, em particular no concelho de Moura. Tal proximidade com o Prof. Manuel Heleno teria, certamente, as suas consequências práticas, no concernente ao relacionamento deste com Abel Viana.

Nunes³⁹⁴ era um ignorante e plagiador, e que não perdia com a demora, pois ainda havia de o tornar público. O Nunes entendeu, e muito bem, que não devia ir a Moura dar o baixo espectáculo de esmurrar o focinho do ilustre sabido. Que lhe parecem estas anedotas? Basta de perder tempo. Passemos a outro assunto.

Já este ano veio a minha casa o P.º Serralheiro, e tive carta do Freire de Andrade. Claro que nada mais fazem, a respeito de arqueologia. O Nunes Ribeiro também anda de sobra ocupado com o governo da sua lavoura – e o Amigo sabe como as coisas estão correndo mal para a exploração agrícola. Na Senhora da Cola, onde já tenho o azeite, o grão, o feijão, o arroz, o açúcar, as conservas, o sabão e mais algumas coisas alimentares para toda a campanha de 1963, as chuvas têm sido diluvianas e os ventos por mais de uma vez sopraram com fúria ciclónica. Mas as muralhas aguentaram-se firmemente, sem o menor indício de ruína! Trabalho bem feito. O Manuel Luz tem estado por mais de uma vez prisioneiro no moinho, na outra margem. Da primeira vez foram 15 dias, e a mulher tinha que atirar-lhe para lá pedaços de pão! Praticamente, nem andando léguas para montante ou para juzante conseguiria passar ao lado de cá... Mas o meu quarto e todo o meu material nada sofreram. Bem. Qualquer dia lhe torno a escrever. Logo que o tempo melhore, e o meu livro esteja terminado, irei aí ter consigo.

Muito obrigado pelos parabéns do aniversário. Com os demónios, podiam ser menos primaveras!... Os cumprimentos para as minhas Ex.as sobrinhas e para si um grande abraço do velho e dedicado amigo,

Abel Viana

P.S.= Há semanas, apareceu-me aqui de surpresa, ao fim da tarde (quase noite), o Albuquerque e Castro. Gostei de o ver, e foi até a forma de lhe dar algumas coisas e de lhe mostrar muitas outras, mas fiquei aborrecidíssimo pela surpresa e rapidez da visita. Mesmo assim estive aqui mais de duas horas, talvez – o que foi bem pouco para a conversa e para a vista da papelada. E lá seguiu para Lisboa, já noite! Ainda que ele seja pessoa de dieta eu garantia que jantasse cá – se ficasse em Beja. Mas tudo correu atropeladamente. Assim, não vale!

Cumprimentos para o Eng.º Moitinho, Zby e Camarate França.

Documento nº 76 – Carta manuscrita em folha pautada, datada.

Beja, 23-3-1963

Amigo Veiga: Saúde. Que a gripalhada lhe não tenha entrado em casa é o meu desejo. Eu e minha mulher temos escapado³⁹⁵. Eu sempre a trabalhar, ainda que o trabalho de escrita haja sido pouco. Nestes últimos dias

⁽³⁹⁴⁾ Ver nota 362.

⁽³⁹⁵⁾ São escassas as referências, na *Correspondência*, de Abel Viana a sua Mulher; é certo que esta o deveria apoiar: de outra forma não se explicam as suas ausências prolongadas, sózinho, de vários meses por ano, em situações quase sempre penosas, que só a sua muita vontade e ânimo poderiam suportar com êxito.

tenho passado muito tempo no quintal, onde tive de construir quatro pequenos barracos, a fim de guardar neles os materiais de N.^a Sr.^a da Cola. O Museu de Beja passou a artístico, e a arqueologia aguarda a cedência da igreja de Santo Amaro, para ser nela instalada. Entretanto... não há arqueologia! E eu com a minha casa cheia de pedras e cacos! A solução foi esta: construir pequenas barracas, mais ou menos forradas de tralha plástica, para as coisas não se encherem de pó nem serem prejudicadas pela humidade. Naquele quarto virado para a romãzeira armei oficina, onde o Eduardo³⁹⁶, todos os dias, das cinco às 8 horas da tarde, trabalha no restauro da cerâmica e no tratamento das peças metálicas. Aos Domingos, trabalha aqui em casa desde as 10 da manhã às seis da tarde. Almoça comigo.

Isto estamos fazendo desde o princípio de Fevereiro. Você não calcula o que o rapaz tem feito. Só da Atalaia vamos já com uma dúzia de vasilhas total ou quase totalmente reconstruídas. No fim da tarefa, penso que terei, só da Atalaia, umas 30 vasilhas de barro. Creio bem que não haverá outra série assim, cá em Portugal. Do castro, arranjei mais três vasos do fundo da cabana situado pela parte de dentro da entrada, cerâmica brunida, que suponho ser do Bronze Final, ou do Ferro muito antigo³⁹⁷.

Cá para mim, Castro e Atalaia são estações que em determinado momento se ligam³⁹⁸. Aguardemos o resto das escavações. Toda esta cerâmica, mais a do Barranco da Nora Velha³⁹⁹, e ainda algumas peças da Idade do Ferro, achadas na margem esquerda do Mira, um pouco acima da Nora Velha, totalizam umas cinquenta peças, a maior parte delas dignas da melhor atenção. E estou a ver que vou ter embaraços para ver estas coisas metidas condignamente em qualquer museu! Por isso, no meu livro, não me farto de repensar contra tal estado de coisas. Bradar no deserto? Tempo perdido? Não! Não creio que tudo fique na mesma, e que as minhas palavras se percam na indiferença geral.

É preciso que alguém fale primeiro – mas que fale suficientemente alto! – para que a reacção se ponha em marcha. O meu livro só no sábado passado foi posto à venda aqui em Beja. Não sei se o depositário já começou a distribuí-lo pelas livrarias de fora. Creio que sim. Para os jornais de Lisboa e Porto ainda não

⁽³⁹⁶⁾ É o Sr. Eduardo Arsénio, funcionário das minas de Aljustrel e que foi treinado por Abel Viana para o restauro de cerâmicas arqueológicas, tendo, anteriormente, executado trabalhos de restauro em materiais do cemitério romano de Valdoça, Alustrel (ver nota 299).

⁽³⁹⁷⁾ Considerações ainda actuais e certas: com efeito, o grupo de cerâmicas de ornatos brunidos alentejano, com distribuição geográfica intermédia entre o grupo da Estremadura portuguesa e o da Andaluzia, inscreve-se nas balizas cronológico-culturais já indicadas por Abel Viana nesta missiva de 1963, anterior aos estudos tipológico-estratigráficos realizados tanto em Portugal como em Espanha que permitiram clarificar a cronologia de tais materiais: E. da Cunha Serrão, ainda em 1958 e em anos ulteriores, hesitava quanto à cronologia e integração cultural das cerâmicas brunidas da Estremadura (SERRÃO, 1958, 1959).

⁽³⁹⁸⁾ Hipótese que carece de confirmação: ainda que as escavações no Castro de Nossa Senhora da Cola não tenham tido continuidade após o falecimento de Abel Viana, ocorrido no ano seguinte ao desta carta, nada indica que a ocupação do local ascenda a época correspondente à da necrópole da Atalaia e, muito menos, se reporte ao grupo humano ali sepultado: ao contrário, o que actualmente se sabe sobre o padrão de povoamento do Bronze do Sudoeste, torna improvável a hipótese do castro ter sido ocupado em tal época.

⁽³⁹⁹⁾ Trata-se de referência a materiais atribuíveis à Idade do Ferro encontrados na necrópole do Marchicão (VIANA, 1962 b, Fig. 46), situada perto do castro de Nossa Senhora da Cola.

mandei os exemplares da praxe, pois acho que a propaganda nos jornais se deva fazer depois do livro estar à venda, e não antes dele estar nas livrarias. Mandeï, contudo, de oferta, a muitas pessoas de Portugal e da Espanha – a arqueólogos, principalmente. Pelas cartas até agora recebidas, vejo que muitos o receberam até com certa emoção. Não haja dúvida que pus nele todo o espírito de independência.

Disse o que quis e como quis! Vejo que você se aborreceu por eu ter metido na baila o Prescott e o Serrão⁴⁰⁰.

Bem! Antes de mais, penso que você não viu bem a coisa. Peço-lhe o favor de reparar. Para os pataratas, o livro é uma capa com umas folhas dentro, muitos bonecos, muito bem apresentado... O resto, para eles é indigerível! Fui dando uma no cravo, outra na ferradura. Convinha falar em todos, para os amarrar a todos. Para os leigos, seria injustiça da minha parte não falar de tais sujeitos que andam a pantominar arqueologices. Podiam até supor que eu, movido de inveja, lhes omitia os “famosos” nomes. Para os inteligentes, no próprio livro acharão os claros termos de comparação. Falo em certos senhores, mas não os ponho em destaque. No respeitante aos seus “métodos científicos”, veja o que eu digo a respeito de técnicas modernas!...

Quis citar tudo, tanto o bom como o mau. Deixo ao leitor o encargo de fazer a destriça. Trata-se de um livro de pancadaria disfarçada em lições de arqueologia e no meio de muita informação arqueológica.

Garanto-lhe que ninguém mais teria a coragem de subscrever um livro destes. Até os seus chefes apanham a sua conta! Digo tudo, sem precisar de apontar nomes, pois o que interessa são os factos, e não as pessoas. Veja o que digo a respeito do trabalho de equipa, de repartição.

Descanse que nem Heleno, nem Prescott, nem muitos outros não pularão de contentes! O meu livro não actuará principalmente pelo que nele digo; o efeito há-de resultar do que dele fiquem a dizer não só os simples leitores mas também, e sobretudo, o que vierem a escrever a respeito dele. Quanto a Helenos, Prescottes, Serrões, Irisalvas, Bandeiras, Castros-Nunes, Fragosos de Lima e quejandos, logo verificarão que o meu livro é contra eles. Você vai ver o que, cedo ou tarde, eles dirão dele.

Eu até estimarei que eles se danem! Foi para isso mesmo que o escrevi. Já recebi cartas de aplauso, e muito curiosas, do Mário Cardoso, Luís de Pina, P.º Nogueira Gonçalves, Afonso do Paço, Albuquerque e Castro, Santa-Olalla, Eng.º Leite Pinto, Cordeiro Ramos, Victor Guerra. E ainda agora começam a chegar.

Com respeito ao tal monumento de Serpa, já lhe mandei dizer que não consegui chegar junto dele. As informações baralharam-se e eu, para não deixar mal colocada a pessoa que veio a minha casa dar-me a notícia, tive de me contentar com a cisterna romana e os destroços do mais que havia em volta. Mas o Dr. F. Nunes já anda na pista das coisas e a coisa não nos escapará. Acabo de receber a “Revista de Guimarães”. Só li, ainda o primeiro artigo, no qual se dá ao material da “tholos”, da Folha da Amendoeira a classificação de neolítico⁴⁰¹.

⁽⁴⁰⁰⁾ *O. da Veiga Ferreira tinha pouca consideração científica pelos dois arqueólogos mencionados, declarando, anos mais tarde, na sua dissertação de “Doctorat d’Université” (FERREIRA, 1966) apresentada à Universidade de Paris (Faculdade de Ciências), que se tratavam de amadores, pelo que os resultados dos seus trabalhos careciam de fiabilidade (reportava-se às escavações realizadas por E. Prescott Vicente e E. da Cunha Serrão nos povoados pré-históricos de Olelas (Sintra) e de Parede (Cascais) e nas grutas sepulcrais pré-históricas da Lapa do Fumo e da Lapa do Bugio, ambas no concelho de Sesimbra.*

⁽⁴⁰¹⁾ *Atholos da Folha da Amendoeira (Odivelas, Ferreira do Alentejo) foi destruída por trabalhos agrícolas, tendo o espólio sido recolhido pelos trabalhadores. Foi publicada por Abel Viana (VIANA, 1953). Ver nota 206.*

Não sei se os autores viram as peças que o Heleno, segundo parece, comprou por 15 contos aos donos da Herdade – uns grandes ciganos⁴⁰²! Se aquilo valia 15 contos, quanto não valerá o que tenho aqui em casa? O que o Ruy tem em Aljustrel? O que está em Vila Viçosa? O que você levou já aí para os Serviços? Quanto às vasilhas, não passariam de cacos, que os homenzinhos, proprietários da herdade, deitaram fora, se eu não os tivesse trazido aqui para Beja, onde o Eduardo os reconstituíu! Vou em meio do artigo do Bandeira Ferreira – que bem podia tratar do assunto sem bater na memória do Virgílio Correia⁴⁰³. Também já li o do Vasco Rodrigues⁴⁰⁴. Levo a coisa a eito; é leitura da cama, após a meia noite. Devo hoje principiar a ler o seu⁴⁰⁵. Vou terminar mas, antes, vou-lhe pedir o seguinte: 1º – Você não me deu nenhum exemplar do artigo – Um túmulo de “tipo alcalarense” nos arredores de Aljustrel, publicado na “Revista de Guimarães”, LXXI, 1961. Nunca me deu a separata! Nem ao menos meia dúzia, para mim e família? Veja lá isso. 2º – Você arranja aí com que me emprestem os clichés que serviram para o nosso artigo do monumento do Monte Velho? Deste, sim; recebi há dias a separata⁴⁰⁶.

Obrigado. É preciso eu escrever ao Moitinho? Responda-me sobre isto. 3º – Do Congresso Arqueológico de 1959 não sai mais volume nenhum? Só existe o 1º? Não se publica mais nada? Responda-me a estas três coisas, por favor⁴⁰⁷.

Um abraço.

Abel Viana

P. S. – Eu estava na Sr.^a da Cola na ocasião em que o vol. LXXI da “Revista de Guimarães” chegou a minha casa. Creio que o arrumei sem o ler. De modo que eu estava convencido de que o artigo sobre esse monumento do Monte do Outeiro ainda não tinha sido publicado! Por isso, no meu livro, dei a vasilha da estilização antropomórfica como inédita^{408!!!}

⁽⁴⁰²⁾ Ver nota 206.

⁽⁴⁰³⁾ Refere-se ao artigo de Fernando Bandeira Ferreira, dedicado à ermida de São Mamede de Janas, um dos raros templos de planta redonda existentes em Portugal e à sua provável antiguidade (FERREIRA, 1962 a).

⁽⁴⁰⁴⁾ Adriano Vasco Rodrigues publicou, no mesmo número da revista de Guimarães, artigo intitulado “A torre de Centum Celas” (RODRIGUES, 1962).

⁽⁴⁰⁵⁾ O. da Veiga Ferreira publicou, também naquele número da referida Revista, artigo sobre a arte móvel na Idade do Cobre, referindo, a propósito, artefactos do quotidiano ou de uso simbólico, para além de peças de joalheria (FERREIRA, 1962 b).

⁽⁴⁰⁶⁾ Trata-se de artigo publicado nas “Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal”, do qual Abel Viana foi o primeiro signatário. Ver bibliografia (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961).

⁽⁴⁰⁷⁾ Efectivamente, o 2º volume das Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia, reunido em Lisboa em Dezembro de 1958, só foi publicada em 1970. Nele tem Abel Viana copiosa colaboração, infelizmente já póstuma, por ter entretanto falecido (a 13 de Fevereiro de 1964). Ver nota 341.

⁽⁴⁰⁸⁾ Trata-se de um belo vaso cuja decoração, corresponde ao motivo clássico da representação da deusa-mãe calcolítica, evidenciando-se os olhos radiados, arcadas supraciliares e malares esquematizados (“decorações faciais”), e, ao fundo da linha vertical que divide o campo decorado em duas metades simétricas, um triângulo púbico, preenchido interiormente por impressões punctiformes (ver Bibliografia, VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1961 b). Conserva-se no Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

Junto 5 papelinhos, um para cada um de vocês: Eng.º Moitinho, Zby, Camarate, você e Biblioteca. Distribua isso.

Documento nº 77 – Bilhete Postal manuscrito, datado.

Beja, 28/3/1963

Amigo Veiga: Saúde.

Queria inserir no próximo volume do “Arquivo de Beja” uma notícia de conjunto, em que resuma a tudo quanto temos publicado a respeito de dólmens do Baixo Alentejo.

Para isso, e para não ter que gastar dinheiro com novas gravuras, venho pedir-lhe que consiga a cedência, por parte dos Serviços, das gravuras dos artigos: “ O monumento do Monte Velho” (Tomo XLV, das Comunicações) e “Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique” (Tomo XXXVIII), menos a fotogravura dos braceletes, essa dos dourados. Quanto ao mais, servem todas as restantes fotogravuras e zincogravuras dos dois referidos trabalhos. Trata disso, ou quer que eu escreva ao Eng.º Moitinho?

Continuo a receber numerosas cartas a respeito do meu livro⁴⁰⁹. Parece-me que se vai vender rapidamente, e que já posso ir preparando as coisas para uma segunda edição, na qual terei de inserir algumas coisas relativas à Estremadura, principalmente das zonas de Lisboa, Setúbal, Sintra e Torres Vedras. Responda-me em breve.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 77 – Carta manuscrita em folha pautada (1/2 de A4), datada.

Senhora da Cola, 6/7/63

Amigo Veiga: Saúde.

Schubart e o resto do pessoal retiraram em 27 de Junho. Estiveram cá desde o dia 9 do mesmo mês⁴¹⁰.

Fiquei só. O trabalho continua, sempre com bons resultados, graças a Deus. Mas já me vou aborrecendo. O dinheiro é pouco, e mendigado... Pede-se esmola para a Arqueologia! E, em vez de auxílios, vêm observações como esta do Mário Cardoso – que aliás, me adverte amigavelmente e ao qual respondo

⁽⁴⁰⁹⁾ Ver nota 386.

⁽⁴¹⁰⁾ H. Schubart realizou, com Abel Viana, a segunda e última campanha de escavações na necrópole de Atalaia (Ourique), feita em co-autoria (visto Abel Viana já lá ter escavado em anos anteriores, de que resultou a sua publicação de 1959 (Viana, 1959), sediando-se toda a equipa nas instalações da Senhora da Cola (ver nota 378).

com a carta – cuja cópia junto⁴¹¹. Respondo, também amigavelmente, mas pondo os pontos nos ii. Isto aborrece.

Ontem tive aqui a visita do Comandante Militar de Beja. Ficou indignado quando eu lhe disse qual eram as verbas de que dispunha anualmente para este trabalho⁴¹².

Você, Veiga, não faz ideia do que é hoje o Castro da Cola e o que são os monumentos da Atalaia.

Vale bem a pena serem vistos!

Até os leigos se admiram! O D. Fernando quer dar cá uma saltada. Combine e venha com ele.

Deram-lhe o prémio, da Gulbenkian⁴¹³. Ainda bem! Mandeí ao concurso o meu livro, à última hora.

Estive para o retirar mas considerei que pudessem interpretar mal a minha atitude. Eu nunca poderei ser, seja no que for, um competidor com D. Fernando. Jamais esquecerei o que fez por minha filha. Pois guarde no seu arquivo esta cópia da minha carta ao Mário Cardoso, pois pode ser que em breve você possa ser testemunha a pronunciar-se a respeito destes meus últimos anos de vida⁴¹⁴. Oxalá minhas Excelentíssimas sobrinhas se encontrem bem. Já sinto saudades de as ver!

Um abraço do velho amigo,

Abel Viana

Anexo: Cópia de carta dactilografada de Abel Viana a Mário Cardozo, por auqele enviada, para conhecimento, a O. da Veiga Ferreira.

Senhora da Cola, 2 de Julho de 1963

Meu Exc.^{mo} e bom amigo:

Muito obrigado pelo seu postal de 28 de Junho findo, só ontem por mim recebido.

As comunicações para aqui são morosas e difíceis. Não haverá outro A. Viana que a tanto se sujeitasse... Em primeiro lugar folgo em saber que os seus 74 anos tomaram a decisão de entrarem na normalidade. Vou-

⁽⁴¹¹⁾ Ver Anexo ao Documento seguinte.

⁽⁴¹²⁾ Até a hierarquia castrense se espantava com a exiguidade das verbas concedidas a Abel Viana para tão ambicioso projecto científico, como era aquele em que estava totalmente empenhado e com resultados notáveis: a escavação do castro da Senhora da Cola, a primeira fortaleza do período muçulmano a ser integralmente definida arquitectonicamente em planta, graças a um ousado projecto de escavações arqueológicas!

⁽⁴¹³⁾ Atribuído à sua dissertação de doutoramento pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, intitulada “Arte visigótica em Portugal” (ALMEIDA, 1962).

⁽⁴¹⁴⁾ Não se enganava, infelizmente, pois morreria menos de um ano depois (ver nota 407). As extensas missivas de Abel Viana da última fase da correspondência trocada com O. da Veiga Ferreira incluem conselhos sobre a presente e futura orientação de O. da Veiga Ferreira no seu domínio profissional, mais do que simples trocas de pontos de vista ou de andamento de trabalhos projectados em comum: é, pois, provável, que tal realidade fosse uma consequência da constatação, por parte de Abel Viana, de que o seu estado de saúde, ainda que sempre relegado para plano secundário devido às suas incessantes actividades, servidas por energia quase inesgotável, seria sofrível: o que se conclui da derradeira carta remetida a O. da Veiga Ferreira (Documento n.º 81).

me abeirando dos 70 e sei bem que estou abusando⁴¹⁵. Isto é sítio em que a pureza dos ares é capaz de reconstituir os bofes de um ético (queria dizer, talvez, “tísico” – n. do Autor dos comentários); as águas são de frescura e leveza milagrosas. Mas a base da alimentação consiste nas conservas disto e daquilo, e tanto o esforço físico como o trabalho mental são intensos, o que não deixa de produzir suas consequências.

Segundo pontifica o Veiga Ferreira, devo esta boa disposição e resistência à vida de ar livre e movimento a que a arqueologia me tem obrigado frequentemente.

No entanto, sinto que as pernas vão enfraquecendo.

Passo a dar-lhe um esclarecimento a respeito da presença de alemães, não na Senhora da Cola mas sim na Atalaia, que dista daqui, metendo as voltinhas de estilo, cerca de três quilómetros. Ora, quem descobriu a Atalaia e definiu a categoria daqueles monumentos, únicos na Península, foi o tal Abel Viana que nem sequer é doutor.

Trabalhei ali dois anos, fazendo a dupla travessia diária destes cerros e barrancos, debaixo de sol ardente, caminhando como animal, sem pensar, como irracional, atrás dos burros das ferramentas, totalmente mecanizado. São esforços que jamais se esquecem⁴¹⁶! E ali suportei dias e dias, oito horas à canícula, alimentando-me de conservas e outras comidas frias, tantas vezes com a insolação à vista. Tenho a consciência de que descobri qualquer coisa de muito importante, e que sobre mim impendia uma gravíssima responsabilidade moral e científica. Corri para a Atalaia nos anos de 1959 e 1960, suportando a dureza imposta pelas condições do local. Foi, sem dúvida, a mais penosa exploração arqueológica em toda a minha vida. Em 1961 não fui lá, por não me sentir com forças físicas para continuar. O que mais sentia era a falta de transporte. Vendo que o proprietário do terreno, usando o seu legítimo direito, andava já a lavar por cima dos monumentos, destruindo-os, pedi-lhe que não semeasse nesse lugar, no que fui atendido. E não me venham cá com interditos oficiais! Em sítios destes, Helenos fiscalizadores só poisam sapatos, por engano ou por capricho, uma vez na vida. Isto não são andurriais para manipanços da cátedra nem para pífios académicos: é lugar para HOMENS. Sejam sábios ou não.

Em Fevereiro de 1962, Vera Leisner, acompanhada do Dr. Hermanfrid Schubart, apareceu-me em Beja, a pedir-me que lhes mostrasse os monumentos dolménico⁴¹⁷ que no Baixo Alentejo explorei com o Veiga Ferreira e o Freire de Andrade. Vieram também à Senhora da Cola, ao Barranco da Nora Velha⁴¹⁸ e à Atalaia. Invernaria violenta.

Tudo lama, caminhos descarnados por enxurros, passagem de ribeiros caudalosos. Só num jipe potente e conduzido por pessoas atléticas como Schubart se chegaria a estes sítios, mormente à Atalaia. Schubart, especializado no sector argárico da Península, mostrou-se entusiasmado com o aspecto dos monumentos da Atalaia, e também com os materiais que em minha casa viu, provenientes dali⁴¹⁹. Perguntando-me se eu não

⁽⁴¹⁵⁾ Ver nota 414.

⁽⁴¹⁶⁾ Ver nota 384.

⁽⁴¹⁷⁾ Refere-se, naturalmente, às diversas tholoi que publicaram em conjunto (ver nota 348).

⁽⁴¹⁸⁾ Ver nota 399.

⁽⁴¹⁹⁾ Este trecho não deixa dúvidas quanto à autoria e importância das primeiras explorações realizadas na necrópole de Atalaia.

continuar a exploração de tão importante estação arqueológica, respondi-lhe que prosseguiria logo que tivesse um companheiro que dispusesse de veículo motorizado, pois que a tarefa era demasiado pesada para ser continuada nos termos em que eu trabalhara nos anos anteriores. Tratado o assunto entre nós, pedi ao Instituto Arqueológico Alemão que me dispensasse Schubart para meu auxiliar⁴²⁰.

Schlunk acedeu ao meu pedido⁴²¹. Schubart veio o ano passado e aqui esteve durante o mês de Junho. Trouxe jipe, teodolito e todo o material de precisão de que eu não disponho, fornecendo eu as ferramentas rudimentares: pás, sachos, picaretas, carrinhos de mão, crivos, padiolas, etc... No final da campanha, veio de Madrid o Dr. Detlef Noack, especialista em fotografia científica.

Este ano voltou Schubart, voltou Noack para fotografar, e veio também o licenciado D. Vicente Viñas, para desenhar. Este e Schubart estiveram aqui 17 dias. Noack em dois dias fez o que tinha a fazer. Seguiu para Estói, onde o esperava o arquitecto alemão Theodoro Hauschild⁴²² – que também aqui passou de visita, com Schlunk e a esposa deste –, depois de terem estado em Tróia (de Setúbal). E os empresários de Lisboa consentiram?...

Pois, aqui na Atalaia, o chefe dos trabalhos sou eu. Quem orienta sou eu. Quem dirige sou eu. Nem eu precisava de nenhum deles para me ensinar o que é a Atalaia.

O relato vai ser publicado em português e em versão alemã, tanto quanto possível simultaneamente, e eu conto com a sua excelente revista para um relatório prévio⁴²³. Se eu fora “filho querido” de certos institutos, a versão portuguesa seria monumental, na medida em que o merecia. O mais certo, porém será ter de me sujeitar às míseras reduções microscópicas de mapas, desenhos, cortes, plantas e fotografias verdadeiramente magníficas – quando, para outros, que são dos tais doutores importantes, se gasta uma página inteira com o desenho de um pedaço de tégula, ou uma página de couché estragada em sacrifício de uma foto-mamarracho...

Aqui não há, pois, alemães a fazer explorações. Quem as está fazendo sou eu. Foi assim que ficou estabelecido com a clareza, conforme a correspondência trocada entre o Instituto Alemão e eu, o que consta no meu arquivo. Tenho tido como colaborador ao Dr. Hermanfrid Schubart, assim como tenho tido ao serviço variado pessoal português, todos trabalhando sob minha chefia efectiva.

E só assim teria trabalhado comigo o Prof. (Professor de quê? Que loucura esta da professorite!) Hawkes, e se em Âncora tivesse perante mim praticado as contínuas desconsiderações que praticou, eu lhe teria cortado o veraneio⁴²⁴. Aos rapazes que o suportaram, entre os quais havia um que vestia a farda do Exército

⁽⁴²⁰⁾ Ver nota 379.

⁽⁴²¹⁾ Dr. Helmut Schlunk, Director do Instituto Arqueológico Alemão – Delegação de Madrid, de quem dependia H. Schubart.

⁽⁴²²⁾ Dr. Theodor Hauschild, que na época visitou a villa romana de Milreu (Estói), cujo estudo arquitectónico concluiu muitos anos volvidos.

⁽⁴²³⁾ Ver nota 379.

⁽⁴²⁴⁾ Na verdade o Dr. Christopher Hawkes era conservador do Museu Britânico, não tendo direito ao título profissional de “Prof.”. O azedume de Abel Viana para com o arqueólogo britânico poderá radicar no facto de este ter realizado na Cidade de Âncora escavações arqueológicas, antecedidas pelas que ele próprio ali realizou, em 1960, a pedido da Associação Académica de Coimbra (VIANA, 1960). Tratava-se, pois, de uma estação sobre a qual detinha prioridade científica (ver notas 357 e 360). Christopher Hawkes jamais publicou, ao menos em Portugal, os resultados das escavações em causa, apesar de as mesmas terem sido efectuadas com o apoio, pelo menos moral, de Mário Cardozo que, certamente, teria todo o interesse em os publicar, na revista que dirigia.

Português, declarou esse mau e desonesto profissional da arqueologia que os portugueses eram de raça inferior. Estivera eu presente e lhe partiria a cara.

Que fez esse sujeito, afinal? Cumpriu o que prometeu ao meu bom Amigo? Não me desculpe com a garantia que deu de que o cumprirá daqui... a vinte anos!

Meu Ex.º Amigo, foi precisamente essa tristíssima subserviência da nossa arqueologia perante esses princípios encantados que lá de fora nos chegam pendurados na mestrança, quando, de facto, não passam de aprendizes... de feiticeiro, o que me levou, tinha eu vinte de idade, à prospecção arqueológica, na certeza absoluta de que eu, ou qualquer desiludido como eu, havia de descobrir e mostrar, ou meter na bagagem científica de tais caçadores de elementos de estudo, de informações e de honrarias.

Sei que pavões e cabotinos me não perdoam. Sei que aleijados rebentos saídos de suas aulas chegam a proclamar, digo, a propor me seja proibida a exploração arqueológica, por não ser licenciado! Alguns destes patetas já se afundaram no zero.

Queiram ou não queiram os sábios, agrade ou desagrade aos doutores, pese ou não pese a monumentais senhores ricamente ajazados de títulos e prebendas, facilidades e louvores, tenho feito alguma coisa, muito mais séria que andar a importunar os outros, a chatear quem trabalha.

Peço me perdoe o “chatear”. Jamais trocaria este vocabuláriozinho sincero pela entrada na Academia. Prefiro ficar banda de fora do glorioso mausoléu...

Bom amigo: Não estranhe a minha linguagem. Creia, que não tento fazer literatura.

Neste quarto onde escrevo e onde, fatigado e excitado, Deus permite que compartilhe umas migalhas do sono dos justos, há cobras no telhado, osgas nas paredes, tarântulas pelos buracos, e pela manhã, ao levantar-me, não esqueço sacudir os sapatos, antes de os calçar. Não vá ter-se metido neles algum dos enormes lacraus que diariamente esmago lá fora. Esta constante ameaça me torna um pouco escorpínico. O meu bom Amigo viu disto em África, certamente, mas era jovem, e achou natural, o que se lhe não representaria nas áfrias daqui.

Se para nada eu prestar, venham outros, venham esses críticos, esses grandes arqueólogos meter-me em casa, finalmente. Tudo cansa, tudo aborrece. Já me sinto aborrecido e cansado. Estou farto de mendigar subsídios e já me não fazem sorrir, como dantes, as apreciações lorpas de certos cretinos.

Além de outras distrações, preciso de polir as quarentas páginas cuja inclusão no meu livro deixei para segunda edição. Aí ficará muita coisa registada e anotada. Se não fosse a obrigação que sinto de permanecer neste desterro, dentro de pouco dias seguiria com minha mulher até Santo Tirso, onde repousaria uns dias à fresca sombra daqueles frondosos arvoredos. Assim, não me aproveita o gentil convite que de lá me fizeram. Custa imenso abandonar uma tarefa como esta em que desde 1958, me empenhei. Tenho, porém, que pensar muito a sério na terminação da áspera jornada.

Vou preparar uma pequena nota para a “Revista de Guimarães”. Aqui não é muito fácil prepará-la, pois estou longe da livraria.

Bem sabe que o trabalho de campo consome imenso tempo. Quatro meses por ano é quanto estou gastando aqui desde 1958: Junho, Julho, Setembro e Outubro, metendo-se o Agosto de permeio, em que vou a Viana do Castelo.

Como sabe, nos anos de 1960 e 1961 gastei esse mês na Cidade de Âncora, onde bem conviria entrassem quanto antes muitos e bons estudiosos portugueses, até mesmo com a cooperação de estrangeiros, mas honestos e cumpridores. Nem fabricantes de “níveis” nem a tropa fandanga dos “campos internacionais de trabalho”!

Perdoe-me o longo desabafo.
Seu grato admirador de sempre,

ABEL VIANA

P.S. – Todos os materiais recolhidos na Atalaia se encontram em minha casa, à espera que o Museu de Beja acabe de preparar a sua instalação. Há dezenas de vasos reconstituídos. Em outras partes seriam cacos a deitar fora.

Nota explicativa para O. da Veiga Ferreira compreender o sentido desta missiva:

Excerto (da carta de Mário Cardozo a Abel Viana):

... “Não sabia que andava em trabalhos arqueológicos na Senhora da Cola, acompanhado de alemães. E não sabia é porque não me recordo que chegasse ao conhecimento da Junta N. E., qualquer pedido de prospecções arqueológicas realizadas por estrangeiros cá no País. Verdade seja que eu tenho faltado ultimamente a várias reuniões da Junta. Vejo que o Amigo já se vai conformando que venham por cá estrangeiros meter nariz nas nossas coisas, pois, se bem me recordo, não lhe agradou muito que o Prof. Hawkes andasse a escabichar na Cidade de Âncora.”

Este é o pano da carta do Mário Cardoso que motivou a carta cuja cópia junto.

Documento nº 79 – Carta manuscrita em folha pautada (1/2 de A4) tarjada de negro, datada.
Senhora da Cola, 17-10-1963

Meu caro Veiga: Acabo de receber a sua carta de 15 do corrente. Fico dolorosamente surpreendido com a notícia que me dá, do falecimento do Camarate França!

Tão novo, ainda! Em que situação ficariam a Esposa e os filhos? Você perdeu um precioso companheiro de trabalho, e todos nós um Amigo e um investigador de muito merecimento. É, realmente, de se julgar que é mentira! Pobre rapaz! Conforme lhe mandei dizer, tenho assente em concluir a campanha deste ano no próximo dia 26. Sairei daqui ao fim da tarde desse dia, que é um sábado. O José Rosa⁴²⁵ retira no dia 23, porque tem de estar em Viana do Castelo na manhã de 25. Vai de camionete, embarcando na Aldeia dos Palheiros, em camioneta, indo por Grândola, Alcácer e Setúbal. Chega a Lisboa a tempo de tomar o comboio da noite, de maneira que na manhã de 24 deve chegar a Viana, caso ele queira ir no comboio da noite. A mim convém-

⁽⁴²⁵⁾ José Rosa de Araújo, investigador da arqueologia minhota e grande admirador de Abel Viana, de quem dedicou duas notas bibliográficas (ver nota 143).

-me retirar em 26, porque assim poderei deixar tudo isto mais bem arrumado. Esta campanha deste ano durou os mesmos cem dias da do ano passado⁴²⁶. Muito material curioso, de várias épocas. Só o trabalho da Atalaia valeu todo o meu sacrifício. Tudo isto, porém, é valioso. Vou ter imenso que fazer em minha casa, a pôr tudo isto em ordem, e redigir os relatos. Cumprimentos à sua Gente.

Um abraço.

Abel Viana

Documento nº 80 – Carta manuscrita em folha branca (1/2 de A4), datada.

Beja, 18-11-1963

Veiga Amigo: Saúde. Cá recebi as três folhas geológicas, com as respectivas notas explicativas. Interessa-me particularmente a respeitante aos concelhos de Caminha e Vila Nova de Cerveira. Foi aí que eu pela primeira vez entrei em contacto com as praias quaternárias. Mesmo sem ser geólogo, fui o primeiro a assinalar tal coisa. Foi publicado⁴²⁷!

Lautensach⁴²⁸ fez-me justiça. Os sábios portugueses entupiram e esforçam-se por esconder o facto. Não sei porquê! Todos eles têm trabalhos importantes, e de sobra, não lhes fazendo falta qualquer migalha de pardais...

Cá em baixo no Guadiana foi a mesma coisa!! O Hernandez Pacheco (Pai) negava a existência deles no curso inferior do Guadiana, e o Mariano Feio, com o Amílcar Patrício, mesmo com os pés em cima deles questionaram comigo algum tempo, pois não queriam crer que tais formações fossem de terraço⁴²⁹...

Mas nada disto interessa. Você ainda não respondeu ao postal que lhe enviei, a pedir-lhe me autorizasse o envio para aí de um pacote de dentes e ossos, para mos classificar. Era coisa que pouco tempo lhe poderia levar. Em todo o caso, veja se é conveniente eu escrever ao Eng.º Moitinho. Eu ainda continuo de perna

⁽⁴²⁶⁾ Seria esta a última campanha de Abel Viana no Castro da Senhora da Cola.

⁽⁴²⁷⁾ É o caso, por exemplo, do notável trabalho, publicado nas actas do Congresso de Pré e de Proto-História (I Congresso na série do Congresso do Mundo Português, de 1940), em que Abel Viana não só reconstituiu graficamente o traçado da linha de costa da região veanense, como cartografou as ocorrências de achados líticos e correspondentes depósitos, pertencentes a retalhos de praias elevadas daquele trecho litoral (VIANA, 1940).

⁽⁴²⁸⁾ Trata-se do geógrafo alemão Hermann Lautensach, que publicou estudo sobre os terraços do rio Minho (LAUTENSACH, 1940), cuja formação génese, cronologia e características eram então objecto de controvérsia entre alguns geógrafos, como Orlando Ribeiro, e geólogos, como Carlos Teixeira. Ver nota 8.

⁽⁴²⁹⁾ Mariano Feio e Amílcar Patrício publicaram em 1945, no Arquivo de Beja, artigo intitulado “Notícia acerca do Quaternário no vale do Guadiana” (FEIO & PATRÍCIO, 1945). O primeiro publicou o estudo, de carácter inovador, para a época, “Os terraços do Guadiana ajusante do Ardila” (FEIO, 1946), tendo merecido um comentário por parte de Abel Viana (VIANA, 1948). Este acompanhou os dois citados geógrafos na descida do Guadiana, ficando a cargo do último a colheita de materiais paleolíticos que foram ulteriormente publicados pelo próprio (VIANA, 1945; 1945/1946/1947). Tratava-se, pois, de um assunto que conhecia bem, podendo suportar uma discussão com qualquer quaternarista, como se depreende ter de facto acontecido (ver nota 122).

arrasto e (...) ao lado, com dores, etc., deste reumatismo que não cede a drogas nem a esfregações e que, segundo opinião do Dr. Abel Viana, só deve passar quando se acabar um resto de presunto que trouxe de Ourique, muitíssimo bom mas venenoso dum raio! Amigo: Estou com a casa a abarrotar de papéis e cacos da Senhora da Cola. Não tenho mãos a medir. Não chegam as 15 horas de trabalho por dia! Pois aquela Senhora da Cola está-me dando surpresas formidáveis! Dois bonecos de barro, púnicos⁴³⁰, a cisterna⁴³¹... não é cisterna! Cerâmica e mais objectos da Idade do Bronze e da do Ferro. Vamos a ver se consigo publicar tudo isto. A propósito: Não sai o 2º Volume das Comunicações do nosso Iº Congresso Nacional de Arqueologia? Você foi Secretário, nada me sabe informar a tal respeito? Não quero estar a perguntar isto ao D. Fernando, pois que se o atraso é devido a dificuldades, não quero aborrecê-lo com perguntas maçadoras⁴³². As suas gentes? Como passam? Minha mulher também se associou ao reumatismo (e ao presunto...). A sua passa bem? As pequenas já concluíram os cursos?

Um abraço do velho e dedicado amigo,

Abel Viana

Documento nº 81 – Carta dactilografada em folha branca, datada.

Beja, 11/2/1964

Veiga Amigo: Saúde. Acabo de receber a sua carta de 9⁴³³. Eu persuadira-me de que lhe tinha escrito há poucos dias. Estarei enganado ou estará você? Seja como for, aqui estou para conversarmos um pouco, mesmo que de fugida. Ora, desde que vim da Senhora da Cola, em 27 de Outubro, não houve mais colagens in situ... Mas o caso é que o material é tanto e tão importante que, apesar de eu nunca ter parado ou afroixado de trabalhar, tenho tudo atrasado, parecendo-me até que nada tenho feito! Chego a sentir desgosto disto! São dias inteiros aqui amarrado à mesa de trabalho, ou lá dentro a tratar do material, e a coisa não anda...

Pois, Amigo Veiga, em 14 de Janeiro estive em Vila Viçosa a acompanhar o D. António de Castelo Branco, que foi lá buscar uns quadros do D. Carlos, para uma exposição que a Câmara de Cascais vai realizar⁴³⁴. Fui

⁽⁴³⁰⁾ *Este notável achado jamais foi publicado. É provável que tais peças se conservem em Beja, encaixotadas: que pena nenhum arqueólogo ainda se não ter interessado pelo estudo de tão importante espólio!*

⁽⁴³¹⁾ *Trata-se de construção subterrânea, considerada como cisterna por Abel Viana no único estudo monográfico dedicado à Senhora da Cola (Viana, 1961), ainda muito incompleto face ao volume de informação coligido ulteriormente, mas jamais publicado.*

⁽⁴³²⁾ *Ver notas 341 e 407.*

⁽⁴³³⁾ *Não conservada no conjunto da correspondência endereçada por O. da Veiga Ferreira a Abel Viana (CARDOSO, 1993/1994). Esta é a última carta da presente correspondência: Abel Viana viria a falecer apenas dois dias volvido.*

⁽⁴³⁴⁾ *O Eng. António de Castello Branco, antigo Director dos Serviços Geológicos de Portugal e, nessa qualidade, com uma antiga relação de amizade com Abel Viana, depois de reformado veio a assumir as funções de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, cidade onde residia. Foi nessa qualidade que se deslocou a Vila Viçosa, na companhia do Dr. António Luiz Gomes, Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança e responsável último pelo património museológico exposto, não só no Paço Ducal, como no Castelo de Vila Viçosa, onde à data já se encontrava instalado o Museu Arqueológico. Ver notas 140, 156, 232 e 347.*

para lá na véspera, tratar da ida dos vidros romanos da Secção Arqueológica do castelo, para o laboratório de Conimbriga, onde serão tratados e restaurados segundo processos modernos, pelo Dr. Alarcão e mulher, sob as vistas do Oleiro. Ao mesmo tempo, eles farão novo estudo de todo esse importante material, melhorando imenso, evidentemente, o estudo que fiz⁴³⁵. Como sabe, nestas coisas não faço questão. Desde que os outros façam melhor, e me não macem por eu não ter podido fazer melhor, até fico contente. Depois, a convite do Dr. A. Luís Gomes, fiz companhia ao D. António, que de outro modo teria andado por lá aborrecidamente sozinho. Conversamos bastante. Com respeito aos Serviços e atraso das minhas publicações, despejei o saco... Porque não sai o Paleolítico do Guadiana? Porque não sai o Paleolítico do Minho, o meu⁴³⁶? Olha, Veiguinha Amigo, o meu livreco precisa de IIº Volume, e Deus há-de permitir que eu em breve o publique! Ainda me ficou muito por dizer... mas hei-de proclamar tudo isso, custe o que custar, doa a quem doer. Receio de represálias? Ora... bôrra! Que medo posso ter eu agora? Que me aumentem o reumatismo? Não; por aí nada poderiam fazer. Pois, Amigo, estive no Algarve, de visita a meus cunhados e a meu filho Alberto (Faro e Portimão), de 6 a 10 de Janeiro. Vim de lá adoentado, com o frio que apanhei. Em seguida, os dias 13 e 14 em Vila Viçosa puseram-me bastante pior. O frio este ano tem-me feito passar bastante mal. Certo é que me não trato a valer, mas também penso que não devo entrar em tratamentos complicados e dietas rigorosas. Para piorio da situação, criou-se-me um abcesso num dente, de modo que tive de pôr de parte a placa. Tenho estado à espera de que o abcesso desapareça e o dente fique em condições de ser extraído sem me fazer sofrer mais. De modo que, além dos dias e noites mal passados, por causa das dores, ainda a maçada da alimentação, que é tudo em paparradas de batidos no batedor eléctrico. Fico de papo abarrotado e, no fim de contas, com fome...

Mas, embora eu não tenha tirado ainda o malvado dente, e porque muito pior é a ciática que me não larga dia e noite, e me obriga a andar curvado, às vezes quase a arrastar-me, continuo a trabalhar intensamente. Ora, em 19 de Janeiro passado – e isto é que me admira muito lhe ter escapado, pois que todos os jornais fizeram barulho com isso, assim como a Rádio e a Televisão -, à tarde, foram à Senhora da Cola os Ministro e Subsecretário das Obras Públicas, o Secretário de Estado da Agricultura, vários directores gerais e chefes de serviço, entre os quais os das construções escolares, saúde, monumentos e edifícios nacionais, etc., etc., fora toda a gente da governança local, de Beja, Castro Verde, Almodôvar e Ourique⁴³⁷.

⁽⁴³⁵⁾ *Abel Viana, apesar de saber a valia científica do seu trabalho no quadro da arqueologia portuguesa da época, não tinha reбуço em admitir a emergência de jovens arqueólogos, com conhecimentos mais especializados em determinadas áreas ou matérias: era o caso de Jorge de Alarcão e de Adília Moutinho de Alarcão que, de facto vieram a publicar diversos trabalhos especializados sobre colecções de vidros romanos, entre as quais a referida por Abel Viana (ALARCÃO & ALARCÃO, 1963).*

⁽⁴³⁶⁾ *Nenhum destes artigos foi publicado nas Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal tendo permanecido inéditos, após a morte de Abel Viana, ocorrida apenas dois dias volvidos à redacção desta missiva. É de lamentar que, sequer pequeno gesto de homenagem ao ilustre arqueólogo expresso, por exemplo, através da publicação dos citados artigos, se tenha realizado: nem mesmo uma simples nota necrológica ali se publicou de quem, anos e anos, colaborou desinteressadamente com a Instituição! O. da Veiga Ferreira não deixou, porém, de a apresentar, mas noutra Revista (FERREIRA, 1964).*

⁽⁴³⁷⁾ *Trata-se do reconhecimento oficial, ainda felizmente em vida de Abel Viana, da valia e importância das suas investigações na Senhora da Cola, recompensando-o moralmente, e de uma só vez, de todas as incompreensões, canseiras e privações do seu bem-estar material, que sofreu ao longo de toda a vida, dedicada por inteiro à dura vida de arqueólogo, quer no campo, quer à banca de trabalho.*

Ourique recebeu de uma maneira que me deixou surpreendido e admirado! Toda a vila ornamentada, toda a gente na rua! O caminho da Senhora da Cola sinalizado, e em muitos sítios arcos de canas e flores, e magotes de pessoas que saudavam e aplaudiam. Na Senhora da Cola, até parece impossível como num espaço tão pequeno couberam mais de sessenta viaturas, entre jipes, furgonetas, camionetas e automóveis. Jipes eram mais de vinte, mas os carros de outros tipos ainda eram mais numerosos. E houve muitos, sobretudo camionetas, que despejaram o pessoal antes de chegarem ao Marchicão. Você não faz ideia, Veiga, como tudo aquilo surpreendeu. Num sítio tão isolado e quieto, uma inundaçãõ daquelas, talvez de mais de mil pessoas, porque, além dos carros e camionetas, foi imensa gente a pé, de bicicleta e de motorizadas. Eu fui, desde Beja, no carro dos oficiais da Guarda Republicana, que foi sempre o que seguia à frente dos demais carros, logo seguido pelo da Polícia de Trânsito e do da Polícia Civil. Tanto em Ferreira como em outros sítios havia imensos carros à espera, para se incorporarem, Mas o melhor foi ao chegar a Grandaçõs, onde parece que se juntaram todos os carros motorizados de todo o concelho de Ourique. Estava lá toda a gente que você conhece, inclusive o Alberto Prazeres, que casara dias antes com uma filha do Heliodoro Valente (sobrinha do Gonçalo Nobre Valente, que foi Presidente da Câmara, e do Basílio Valente, o dono do café onde parávamos às vezes). Você mande-lhe um cartão de parabéns. Olhe que o rapaz foi sempre, para nós, de uma gentileza exemplar. Lembre-se de que nos pôs inteiramente à vontade no Brejo, e foi ele também quem tudo nos facilitou no Monte Velho⁴³⁸, que era do tio. Estas coisas não são de esquecer, não é verdade? Mande-lhe, pois, um cartão. Bem sabe. Basta pôr: Alberto Prazeres – Ourique.

Ele tem agora a única estação de serviço automóvel existente em Ourique. Deve estar razoavelmente. Rico... só quando o pai esticar o pernil, infelizmente. Também casou o Schubart. Já não era sem tempo. A formosa Inka, linda como uma linda Valquíria – aqui para nós, somente estou inteirado que tais sujeitas eram boas cavaleiras; lá se eram bonitas, não sei... Mas a Inka, pelos retratos que surpreendi na Senhora da Cola, tinha todo o jeito de ser uma alemã muito bela. Bem empregada, portanto, no nosso Hermanfrid Schubart, que é, além de um cientista muito sério, um autêntico valor, um magnífico rapaz, um companheiro como cá à nossa moda – minha, de você, do Ruy, Serralheiro, Albuquerque e Castro, o falecido França e poucos mais⁴³⁹. Bem. Mas desviei-me do relato. Tornemos à visita ministerial à senhora da Cola. O Subsecretário, que deve conhecer a Senhora da Cola desde os tempos de rapaz em que talvez tivesse andado por lá no bailarico – ou quem sabe, a acompanhar em romagem pessoa de família, e que nesta ocasião se apercebe perfeitamente deste sítio do mais significativo valor histórico e arqueológico – o Subsecretário Amaro da Costa⁴⁴⁰, dizia eu,

⁽⁴³⁸⁾ *Topónimo que deu nome a um monumento sepulcral Calcolítico do tipo tholos – a tholos do Monte Velho – do concelho de Ourique, publicada por A. Viana e colaboradores (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961). De referir que este monumento ofereceu dois valiosos braceletes de ouro, de uma ou várias tumulações secundárias da Idade do Bronze, os quais foram incorporados no acervo do Museu dos Serviços Geológicos: mais uma razão para lamentar o tratamento dado pela Instituição à memória de quem tanto permitiu o seu engrandecimento, com este e outros espólios (ver nota 436).*

⁽⁴³⁹⁾ *A maneira de ser, jovial e extrovertida, de H. Schubart – aliada a uma competência científica indesmentível – valeu-lhe não só a amizade de Abel Viana, mas também de O. da Veiga Ferreira e de muitos outros arqueólogos portugueses, entre os quais o signatário.*

⁽⁴⁴⁰⁾ *Trata-se do Eng. M. Amaro da Costa, natural da vila de Odemira, então Subsecretário de Estado das Obras Públicas.*

já lá aparecera em 8 de Setembro passado, no dia da romaria, acompanhado da Esposa e filhos. Antes, alguém do Ministério me avisou de que ele se mostrara interessado por aquilo que eu andava lá a fazer. Desde então, e ele próprio me disse que em breve lá voltaria, estive sempre a postos, a ver quando a segunda visita se faria, mais demorada e descansadamente.

Logo no princípio de Janeiro, o Presidente da Câmara e o Governador Civil de Beja me avisaram de que o Ministro das Obras Públicas e outros membros do Governo, assim como numerosos altos funcionários, iriam em 19 de Janeiro à Senhora da Cola, e que eu teria de lá estar, para fazer as honras da casa. Assim sucedeu. Claro que eu não cometi o descoco de maçar o Ministro e seus acompanhantes, com uma dissertação; expliquei algumas coisas de carácter geral, e disse ao Ministro que de seguida lhe enviaria um memorial a tal respeito. Vi, todavia, que todos ficaram surpreendidos e entusiasmados com o que viram. O Ministro perguntou-me se achava bem a criação, ali, de um museu monográfico⁴⁴¹ Realmente, materiais não faltam, e neles há peças de grande categoria! Olhe, Veiga amigo, foi um grande dia, e toda aquela gente teve a noção perfeita de que alguma coisa grande se estava a passar, de interesse para ela e, principalmente, para os filhos. Estou, ao mesmo tempo que faço o trabalho arqueológico, a bater-me pela melhoria das condições de vida de toda aquela gente, que bem precisa do nosso amparo, e que bem merece toda a nossa protecção e estima⁴⁴². Vamos a ver o que se segue, mas penso que terei de desenvolver ali muita actividade de vária espécie. A estrada vai ter começo em breve; para me favorecerem, iniciam a construção a partir da Senhora da Cola, pois que, sendo a primeira fase desde a Senhora da Cola à Marchica, da Marchica à estrada de Santana da Serra, passando pela Alcaria e Fernão Vaz, o caminho velho já é facilmente transitável. Começarão, portanto, pelo trecho pior, o mais acidentado e difícil de vencer. Para mim, tem ainda a vantagem de, uma vez que a estrada rodeia o Castro pelo Poente e Norte, na encosta para o Barranco do Marchicão (no Burdo e Pedra Escorregadia), ali se devem encontrar muitos materiais escorregados lá do alto, sobretudo dos mais antigos. É o caso de Leceia e tantos outros⁴⁴³.

Por isso, tenho tudo preparado para seguir para lá, tão depressa comecem as escavações. Já tenho as coisas dispostas para que tudo quanto apareça se não perca. Na exposição que mandei para as Obras Públicas, propus a compra, para o Estado, de toda a área das ruínas, ou seja, do “Castelo”, “Castelejo” e todo o esporão avançado para o Sul. Já pensam em formar ali uma estância de caça e de pesca, e o estabelecimento de uma

⁽⁴⁴¹⁾ Apesar de, actualmente, a estação arqueológica se encontrar adequadamente assinalada nas principais vias rodoviárias da região, o Museu jamais se concretizou, nem tão-pouco o estudo adequado do notável espólio, estratigrafia e estruturas exumadas por Abel Viana.

⁽⁴⁴²⁾ Abel Viana não era um frio e insensível investigador só preocupado na ciência a que devotara a vida – o que o faria igual a tantos outros, que legitimamente tomaram tal opção – mas tinha, também, preocupações de índole social sentindo-se obrigado, perante as populações rurais da região, com as quais se mantinha profunda afectividade, ultrapassando as simples relações sociais de conveniência, como se depreende de diversas passagens desta e de outras cartas.

⁽⁴⁴³⁾ Referia-se ao povoado pré-histórico de Leceia, no concelho de Oeiras; com efeito, antes das escavações ali levadas a cabo sistematicamente pelo signatário, desde 1983, totalizando vinte campanhas anuais, a maioria dos materiais arqueológicos dispersava-se pela encosta voltada para a ribeira de Barcarena, oriundos, por escorrências, da plataforma superior, na qual se edificou o notável dispositivo defensivo, constituído por três linhas de muralhas (CARDOSO, 1994, 1997 d, 2000).

pousada turística. O pessoal da arborização tem estudos feitos: a barragem de Santa Clara-Saboia vai terminar no Pego de Lã. Você está a imaginar que bonito lago ali ficará. Os engenheiros já me preveniram de que não tarda muito que não cheguem à Senhora da Cola em barco a gasolina, para me levarem até Santa Clara! Quem o havia de dizer! Você não tornou lá, depois que lá deu uma saltada com o Zby. Pois aquilo, agora está muito mudado. Você gostaria de tornar a observar aquilo. Olhe que já é qualquer coisa digna de ver-se. Apesar de eu ter tudo recoberto, à medida que vou explorando, com uma cobertura de pedras, para protecção dos muros e pavimentos⁴⁴⁴. A documentação fotográfica e por meio de desenho é abundante. Pode ser considerada completa e perfeita. A minha maior dor de cabeça, presentemente, é achar o modo de publicar tudo isto. Mas não desanimarei. Você bem sabe como sou dotado de tenacidade. Irei para a frente, custe o que custar. Mas parece-me que, finalmente, não me deixarão desamparado. Da visita dos membros do Governo lhe enviarei uma fotografia em que me verá a cantar-lhes o fado... Passemos, agora, ao que me diz da sua vida. Não se descuide com o trabalho para o doutoramento⁴⁴⁵. Quando você atingir essa meta, será das maiores felicidades da minha vida. Estude, prepare as coisas com toda a habilidade, não faça barulho, para não despertar despeitos e invejas. Isso é, salvo seja, como um negócio, e se não pode haver segredo – que é a tal alma do dito -. Haja, ao menos, aquele desconhecimento relativo que só nos pode favorecer. Percebeu! Bico calado, a fim de não despertar os lobos. E, se Deus quiser, você há-de triunfar⁴⁴⁶. Não me diga coisas contra o nosso País. Olhe que não gosto disso. Nós podemos sofrer muitas contrariedades e injustiças, mas isso é obra de maus elementos que também formam camada em outros países. Sabe lá você quantos e quantos em França não serão amparados como mereciam! Talvez se você fosse francês não tivesse de lá o ambiente com que o favorecem. E não fazem favor nenhum. Você tem trabalhado muito para eles, dedicada e valiosamente. De modo que não lhe fazem favor nenhum. Mostrarão que são gratos e, vá lá, já não é pouco. Claro que em Portugal, havendo tanto doutor, tanto sabichão, que falta poderão fazer você, eu e outros mais, doutores e não doutores? Não diga mal da nossa terra porque, apesar de tudo, é a que melhor podemos sentir e compreender. Não faça juízos precipitados, nem simplistas. Você deve imenso ao Zby e ao Roche, principalmente ao primeiro.

E deve também ao D. António de Castelo Branco, e ao seu velho Director Geral e precioso Amigo, Castro e Sola⁴⁴⁷. O mundo, meu caro Veiga, é um complicadíssimo conjunto de circunstâncias favoráveis

⁽⁴⁴⁴⁾ *Preocupação que, infelizmente, ainda é indiferente a muitos arqueólogos portugueses, que, depois de exploradas, deixam as estações ao abandono, sendo as estruturas e cortes postas a descoberto rapidamente destruídas pelos agentes meteóricos. Tal preocupação fora, aliás, já manifestada por Abel Viana, em outros trechos da presente correspondência (ver nota 333).*

⁽⁴⁴⁵⁾ *Que O. da Veiga Ferreira haveria de concluir com brilho, em 1965 (“Doctorat d’Université”) na Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, tendo sido patrocinado em tal iniciativa por Jean Roche. A avaliação foi feita por júri presidido por Jean Piveteau. A primeira tese intitula-se “La Culture du Vase Campaniforme au Portugal” e foi publicada no ano seguinte (Ferreira, 1966). A tese complementar versou a sistemática dos Pectinídeos do Miocénio português. Ver nota 400.*

⁽⁴⁴⁶⁾ *Mais uma prova do verdadeiro amor filial que Abel Viana dedicava a O. da Veiga Ferreira a quem este, carinhosamente, chamava de “Tio Abel” (ver CARDOSO, 1993/1994, Documento n° 35). Ver nota 414.*

⁽⁴⁴⁷⁾ *Ver nota 370.*

e desfavoráveis. O resultado consiste na medida em que poderemos ser hábeis e ter sorte. Esses Tacheiras⁴⁴⁸ e bestas semelhantes têm tido ambas as coisas. E olhe que nem o País, nem a Moral lhes deve grande coisa, ainda que ao mesmo País tenham dado alguma ciência... Mas, por que preço, santo Deus! (...).

Não, amigo Veiga, não pense nem fale como eles. Você há-de doutorar-se, por esforço e mérito próprio. E quer se doutore quer se não doutore, Portugal não irá para cima nem para baixo, por causa disso. Que sou eu, ou é você, ou qualquer outro, em face do valor incomparável da Nação? E, finalmente, que são eles, uns quantos, num prato da balança, enquanto no outro pesam milhões? Calma, meu Amigo. Não perca nunca a serenidade do espírito, nem a clarividência indispensável. Duas palavras a respeito do pessoal da senhora da Cola: A Helena tem mais dois irmãos, uma rapariga e um rapaz, este nascido em 19 de Janeiro; o Manuel Luz tem mais um rapaz, nascido há oito dias. De modo que a S^a Antónia tem, neste momento, cinco netos e cinco netas. E eu lá estou a acompanhar esta evolução... demográfica⁴⁴⁹. Eu precisava que você me fizesse dois favores. O primeiro é pedir ao Vaultier que mande para França o que estou devendo à Sociedade do Ariège⁴⁵⁰. Ele mandava para lá os francos e eu, daqui lhe mandarei **imediatamente** os escudos correspondentes. O outro favor é arranjar-me aí as cartas de 1/50.000, n.^{os} 45-A, 45-B, 45-C, 45-D, 49-A e 49-B⁴⁵¹. Veja-me isto e mande-me dizer quanto custam, para lhe remeter a importância respectiva. Não se esqueça. Não me atrevo a ir a Lisboa enquanto este reumatismo estiver assim. Tenho lá uma neta que nasceu em 7 de Dezembro passado. Já pesa 5 quilos e eu ainda não a conheço pessoalmente... Logo que a Primavera chegar aí estarei. Preciso de levar os tais ossos e dentes, para vocês mos classificarem. Cá recebi o seu trabalho com a Leisner. Cumprimentos para as três Ex.mas Sobrinhas. Um abraço.

Abel Viana

Aditamento – mais umas palavritas. Recebi da Sociedade Portuguesa de Espeleologia o n.º 1 do Boletim, 2ª Série, e a “Publicação especial”, n.º 2. O Boletim é curioso, e a “Publicação” n.º 2 é o artigo do Zby – “A importância das Grutas em Pré-história”. Gostei muito. Lê-se muito bem. Como trabalho de vulgarização é modelar. Então você não continuará a trabalhar com a Leisner? E com Schubart? Ele não vem, no próximo ano, trabalhar com você? Não vai com ele para as bandas de Torres, Alcobaça e outros sítios dessa região? Eu estava persuadido de que tal coisa estava mais ou menos assente. Não creio que o impeçam, a você, de trabalhar com eles. Olhe que eu até era capaz de ir repontar nos jornais, se você fosse impedido de fazer tais

⁽⁴⁴⁸⁾ *Referência desprimorosa ao Prof. Carlos Teixeira (ver nota 387).*

⁽⁴⁴⁹⁾ *Esta afectividade para com humildes camponeses, com quem convivia meses a fio, reforça as preocupações sociais manifestadas em trecho anterior (ver nota 442).*

⁽⁴⁵⁰⁾ *Maxime Vaultier era sócio, tal como Abel Viana, da Société Préhistorique Ariège-Pyrénées, podendo, mais facilmente do que este, regularizar as quotizações em atraso do segundo.*

⁽⁴⁵¹⁾ *Trata-se de um conjunto de cartas geológicas, que O. da Veiga Ferreira poderia sem dificuldade obter nos próprios Serviços Geológicos (são as cartas respeitantes às zonas, respectivamente, de Cercal, Messejana, Odemira, Ourique, Odesseira e S. Marcos da Serra, regiões onde Abel Viana vinha desenvolvendo, de há muito, trabalhos arqueológicos).*

pesquisas arqueológicas⁴⁵². Falei ao D. António, chamando-lhe a atenção para o papel que os Serviços Geológicos ainda tem de cumprir a este respeito. Ele concordou comigo e mostrou-se disposto a intervir, no caso de ser conveniente ou necessário. Eu é que já não posso tratar de mais nada senão de Senhora da Cola. E já não é pouco! Mais vale fazer uma só coisa mais ou menos completa que andar a saltitar de um lado para o outro.

O patife do Fragoso esteve largo tempo em Moura. Parece que os tais leitorados não dão muito que fazer... Desta vez não fez conferências “científicas” para enfiar o papo dos conterrâneos. Falta-me saber, porém, se repetiu ou não a série de cartas anónimas, a informar de que eu ando pelos cafés de Lisboa (!!!) a dizer mal do Oleiro, do D. Fernando, de você, etc. O desgraçado além de malandro é burro. O estupidarrão nem sabe que a última vez que fui a Lisboa foi em Outubro de 1962, quando fui falar nos Arqueólogos a respeito da Senhora da Cola. O grande burro, inda por cima, anda mal informado... Pensa que tenho tão pouco que fazer como ele. E já que falei da Associação dos Arqueólogos: Soube, em Vila Viçosa, que o Machado de Faria deu uns sopapos ao Melo de Matos⁴⁵³. O Sr. D. António explicou-me um pouco o que se passou. Teve o D. Fernando que tomar conta das rédeas do carro. O Melo de Matos está maluco! A cena que ele arranjou quando fui pregar na “Associação” cá para mim não teve desculpa. Não pedi a demissão porque, na realidade, muita consideração fiquei a dever a tantas pessoas que lá foram e que nenhuma culpa têm das parvoeza e incivildades dos outros. Mas aquilo não foi bonito, nem desculpável. O meu livro tem sido muito vendido. O depositário ainda não fez contas comigo, nem parece muito apressado a fazê-las. Mas sei, por diversas informações, que tem sido muito procurado e, o que é mais, muito seguido. Ainda continuo a receber cartas de muitos sítios e de pessoas das mais diversas condições, a darem-me apoio nas ideias “revolucionárias” que através dele expendi. Pois, Amigo, lá para meados deste ano vou atirar para a rua o 2º milhar que tenho de reserva, para sair com um apêndice de umas 50 ou sessenta páginas, em aditamento de indicações bibliográficas e de mais umas consideraçõezinhas acerca da falsa arqueologia, tão entusiasticamente cultivada entre nós, e a insistir no que entendo que verdadeira e honestamente se deverá fazer. Eu estou agora muito isolado. O Fernando Nunes Ribeiro tem a sua lavoura, que não é brincadeira nenhuma, tanto mais que ele cuida de todo o pessoal com notável senso sociológico. Por outro lado, aqui não o largam. São os Bombeiros, o Hospital, o Grémio da Lavoura, etc., etc.. Todos lhe deitam a mão. Do Freire de Andrade nada sei. Mandei-lhe cumprimentos pelo Natal e ele retribuiu.

Nada mais. Os novos Directores da Mina abafaram-no... Completaram o trabalho da mulher. E ele agachou-se, muito ao jeito dele, de se adaptar às conveniências materiais. Nada de sacrifícios pela Ciência... Fabricar meninos, dar-lhes de comer, eis o essencial. Eu fui muito estúpido em não ter enveredado por esse caminho.

⁽⁴⁵²⁾ O. da Veiga Ferreira publicou, efectivamente, com o referido arqueólogo alemão uma notícia preliminar sobre o povoado pré-histórico da Columbeira, Bombarral (SCHUBART, FERREIRA & MONTEIRO, 1969), antecedida de outra sobre o povoado pré-histórico do Zambujal, Torres Vedras (PAÇO et al., 1964).

⁽⁴⁵³⁾ António Machado de Faria e Gastão de Melo de Matos, pertenciam à Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Teria agora mais possibilidades de me matar num carro meu que partir os ossos em algum dos que são de outros... O Serralheiro também não dá sinal de si. Já não vem cá por casa. Pelo visto, todos se enjoaram com a arqueologia⁴⁵⁴. Aguenta-se você neste vendaval. Se lhe não guiei os primeiros passos, pelo menos, acompanhei-lhe os segundos, e alguma coisa do meu entusiasmo lhe transmiti. Vá para a frente. Não se arrependa. Suas filhas estão criadas e praticamente arrumadas. Você já não precisa de aleijar o pescoço com as curvaturas de cachaço. Aparece-me gente nova, de fora e de longe. Estou velho de mais, infelizmente, e a Senhora da Cola já não consente que eu gaste mais tempo com outras coisas. Mesmo por carta, vou dando algumas informações e indicações. Hei-de lhe mandar uma relação destas pessoas, pois talvez você possa acudir a algumas com o seu esclarecimento e o seu conselho⁴⁵⁵. E agora vou parar. Vá-se entretendo com este testamento e não me venha dizer depois que eu já há muito lhe não mando notícias minhas...

Outra vez: um apertado abraço.

Abel Viana

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALARCÃO, J. de & ALARCÃO, A. Moutinho de (1963) – Quatro pequenas colecções de vidros romanos. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 73 (3/4), pp. 367-390.

ALMEIDA, F. de (1962) – Arte visigótica em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 4, pp. 5-278.

ALMEIDA, F. de (1964) – *Ruínas de Miróbriga dos Célticos*. Setúbal. Junta Distrital de Setúbal. 92 pp.

ALVES, F. J. S.; SOARES, A. M. Monge & CABRAL, J. M. Peixoto (1993) – As primeiras datações de radiocarbono em Portugal directamente relacionadas com o património arqueológico naval e subaquático. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical. 2, pp. 151-163.

ANDRADE, R. Freire de (1966/1967) – Documentos inéditos para a história das minas de Aljustrel. *Arquivo de Beja*. Beja. 23/24, pp. 337-352.

ARAÚJO, J. Rosa de (1963/1964) – A última visita de Abel Viana à Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. 20/21, pp. 131-136.

ARAÚJO, J. Rosa de (1968) – Falando de Abel Viana. *Arquivo do Alto Minho*. Viana do Castelo. 16 (2), pp. 115-122.

⁽⁴⁵⁴⁾ Ambos, particularmente o primeiro, desenvolveram com Abel Viana assinaláveis trabalhos de campo (ver bibliografia).

⁽⁴⁵⁵⁾ Esta longa carta pode ser considerada como um verdadeiro “testamento arqueológico” de Abel Viana, pois não só deixa claramente expresso o seu pensamento sobre tal matéria, mas também define regras de comportamento que deveriam ser seguidas por O. da Veiga Ferreira. Significativo é o facto de, pela primeira vez, atribuir ao destinatário a responsabilidade de orientar outrém, sinal de que já o julgava preparado para tais funções... longe iam os tempos das primeiras cartas, em que admoestava duramente O. da Veiga Ferreira pela sua maneira pouco cuidada de escrever. Sem dúvida que, pela sua personalidade, tão próxima da de Abel Viana foi, mais do que o discípulo dilecto, o seu próprio filho espiritual.

- BARRADAS, L. Antunes (1936) – Concheiros do vale do Sado. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 21 (3), pp. 175-179.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. II – Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26, 662 pp.
- BREUIL, H.; PAÇO, A. do; RIBEIRO, O.; ROCHE, J.; VAULTIER, M.; FERREIRA, O. da Veiga & ZBYSZEWSKI, G. (1962) – Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46, pp. 53-131.
- CARDOSO, J. L. (1993/1994) – A arqueologia portuguesa do pós-guerra vista pela correspondência de O. da Veiga Ferreira a Abel Viana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 11/12, pp. 291-338.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras (número especial). 164 pp.
- CARDOSO, J. L. (1997 a) – *In Memoriam* O da Veiga Ferreira. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 83, pp. 153-170.
- CARDOSO, J. L. (1997 b) – Octavio da Veiga Ferreira (1917-1997). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 54 (2), pp. 5-11.
- CARDOSO, J. L. (1997 c) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997). *Al-Madan*. Almada. Série II, 6, pp. 174-175.
- CARDOSO, J. L. (1997 d) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras. 128 pp.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – *In Memoriam* O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 5-6.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8, pp. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Sítios, pedras e homens. Trinta anos de arqueologia em Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 9, 191 pp.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, pp. 83-240.
- CARDOSO, J. L.; RAPOSO, L. & FERREIRA, O. da Veiga (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira* (Bombarral). Câmara Municipal do Bombarral. 142 pp.
- CASTRO, L. de Albuquerque e; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957 a) – Acerca dos monumentos dolmênicos da bacia do Vouga. *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Coimbra, 1956). Coimbra. 8, pp. 471-481.

- CASTRO, L. de Albuquerque e; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1957 b) – O dólmen pintado de Antelas (Oliveira de Frades). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), pp. 325-348.
- CORREIA, Vergílio (1916) – Conimbriga. A camada pré-romana da cidade. *O Archeologo Português*. Lisboa. 21, pp. 252-264.
- DEUS, A. Dias de & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas. *Zephyrus*. Salamanca. 4, pp. 227-240.
- DEUS, A. Dias de; LOURO, H. da Silva & VIANA, A. (1955) – Apontamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal). *III Congreso Nacional de Arqueologia* (Galicia, 1953). Zaragoza. Actas, pp. 568-578.
- FEIO, M. (1946) – Os terraços do Guadiana a jusante do Ardila. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, pp. 3-82.
- FEIO, M. (1952) – *A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve*. Lisboa. Instituto para a Alta Cultura//Centro de Estudos Geográficos. 186 pp.
- FEIO, M. & PATRÍCIO, A. (1945) – Notícia acerca do quaternário no vale do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja. 2, pp. 43-69.
- FERREIRA, F. Bandeira (1962 a) – Nótula acerca da ermida de S. Mamede de Janas. *Revista de Guimarães*. 72 (3/4), pp. 337-364.
- FERREIRA, O. da Veiga (1946) – Estação pré-histórica do Buço Preto ou Esgravatadoiro. Descrição das sepulturas encontradas. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 1 (3), pp. 89-95.
- FERREIRA, O. da Veiga (1950) – Notas arqueológicas de Estremoz e Vila Viçosa. *A Cidade de Évora*. Évora. 7 (21/22), pp. 65-73.
- FERREIRA, O. da Veiga (1962 b) – Manifestações de Arte no mobiliário funerário do Eneolítico de Portugal. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 72 (3/4), pp. 365-375.
- FERREIRA, O. da Veiga (1964) – Abel Viana (1896-1964). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 74 (1/2), pp. 172-176.
- FERREIRA, O. da Veiga (1966) – *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal*. Serviços Geológicos de Portugal (Memória 12, Nova Série). Lisboa. 122 pp.
- FERREIRA, O. da Veiga & ANDRADE, R. Freire de (1966) – A necrópole de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*. Coimbra. 5, pp. 1-6.
- FERREIRA, O. da Veiga & CASTRO, L. de Albuquerque e (1948) – A estação pré-histórica de Vale de Carro (Albufeira). *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. Lisboa. 2 (2), pp. 108-115.

- FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1956) – L'importance du cuivre peninsulaire dans les Ages du Bronze. *IV Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Poto-Históricas* (Madrid, 1954). Zaragoza. Actas, pp. 521-533.
- FERREIRA, S. da Veiga & FERREIRA, O. da Veiga (1973) – Numária lusitana. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 75/76, 33 pp. (separata).
- FIGUIER, L. (1883) – *O Homem Primitivo*. Traduzido da 5ª. Edição francesa. Lisboa. Empresa Litteraria Luso-Brazileira – Editora. 487 pp.
- FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1947) – As estações da Idade do Bronze e Visigótica ou romana (Baixo Império) de Alcaria (Caldas de Monchique). *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 2 (23), pp. 288-302.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1953) – O capacete céltico do Museu Regional de Lagos. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950). Lisboa. Actas, 8, pp. 393-398.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. da Veiga & VIANA, A. (1953/1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14 (1/4), pp. 66-225.
- FRANCO, M. Lyster & VIANA, A. (1948) – Cemitério da Idade do bronze nos arredores de Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11 (3/4), pp. 299-305.
- GARCÍA y BELLIDO, A. (1949) – *Esculturas romanas de España y Portugal*. 2 vols. (vol. 1, texto; vol. 2, láminas). Madrid. CSIC.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – *A neolitização e o megalitismo da região de Alcobaça*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. 80 pp.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, pp. 221-237.
- LAUTENSACH, H. (1940) – Die Minhoterrassen und ihre Beziehungen zu den eiszeitlichen Problemen. *Actas do Congresso do Mundo Português. Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História* (I Congresso). Lisboa. pp. 59-110.
- MALUQUER de MOTES, J. (1949) – Concepto y periodización de la Edad del Bronce peninsular. *Ampurias*. Barcelona. 11, pp. 191-195.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1890) – *Roteiro archeológico dos Coutos de Alcobaça*. Alcobaça. Typographia A. Coelho da Silva. 19 pp.
- NATIVIDADE, M. Vieira (1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. Relatório dos trabalhos de exploração nas diversas estações neolithicas de Alcobaça. *Portugália*. Porto. 1, pp. 433-474.
- PAÇO, A. do; FERREIRA, O. da Veiga & Viana, A. (1957) – Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca. 8 (1), pp. 111-133.

- PAÇO, A. do; FERREIRA, O. da Veiga; TRINDADE, L.; SCHUBART, H. & LEISNER, V. (1964) – Castro do Zambujal. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 61/62, pp. 279-306.
- PASSOS, J. M. da Silva (1986) – Abel Viana. A sua importância para a história urbana de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja. Série II, 3, pp. 9-11.
- RODRIGUES, A. V. (1962) – A torre de “Centum Celas” pretório de um acampamento romano? *Revista de Guimarães*. Guimarães. 72 (3/4), pp. 319-325.
- SANTA-OLALLA, J.-M. (1946) – *Esquema paleontológico de la Península Hispánica*. 2ª. Edición. Madrid. Publicaciones del Seminario de Historia primitiva del Hombre. 156 pp.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico Final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81 (3/4), pp. 189-214.
- SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, pp. 7-136.
- SCHUBART, H.; FERREIRA, O. da Veiga & MONTEIRO, J. de Almeida (1969) – A fortificação eneolítica da Columbeira – Bombarral. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, pp. 17-36.
- SERRÃO, E. da Cunha (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra) com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2), pp. 177-186.
- SERRÃO, E. da Cunha (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 337-359.
- SERRÃO, E. da Cunha & VICENTE, E. Prescott (1959) – Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. Métodos empregados. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 317-335.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. da Veiga (1974) – Das vorgeschichtliche Fundmaterial aus der Gruta do Carvalhal/Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 15, pp. 28-57.
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. *Tempos prehistoricos*. Lisboa. Imprensa Nacional, 1, 305 pp.
- VIANA, A. (1940) – Os problemas do Asturiense português. *Actas do Congresso do Mundo Português*. *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História* (I Congresso). Lisboa. pp. 167-194.
- VIANA, A. (1945) – Paleolítico do Baixo Alentejo. Vale do Guadiana. *Brotéria*. Lisboa. 40 (2), pp. 192-211.
- VIANA, A. (1945, 1946, 1947) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja. 2 (3/4), pp. 356-391; 3 (3/4), pp. 364-441; 4 (1/2), pp. 115-147.
- VIANA, A. (1948) – Os terraços do Guadiana a Jusante do Ardila. *Arquivo de Beja*. Beja. 5, pp. 181-183.
- VIANA, A. (1949 a) – Estelas discóides do Museu de Beja. *Arquivo de Beja*. Beja. 6 (1/2), pp. 37-85.

- VIANA, A. (1949 b) – Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 4 (39-46), pp. 358-492.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12 (3/4), pp. 289-322.
- VIANA, A. (1951) – O cemitério luo-romano do Bairro Letes (Faro). *Brotéria*. Lisboa. 53 (2/3), pp. 145-165.
- VIANA, A. (1951) – *Títulos e trabalhos de Abel Viana*. Edição do Autor. 16 pp.
- VIANA, A. (1953) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo). *Zephyrvs*. Salamanca. 4, pp. 241-263.
- VIANA, A. (1955) – A Cova da Moura, Carreço, Viana do Castelo. *III Congreso Nacional de Arqueologia* (Galicia, 1953). Zaragoza. Actas, pp. 481-497.
- VIANA, A. (1959) – Necrópole pré-histórica da Atalaia. Aldeia dos Palheiros – Ourique. *Conimbriga*. Coimbra. 1, pp. 83-96.
- VIANA, A. (1960) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. 17 (1/4), pp. 138-231.
- VIANA, A. (1960/1961) – Cidade de Âncora. Notícia sobre a actividade do II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico promovido em 1960 pela Associação Académica de Coimbra. *Conimbriga*. Coimbra. 2/3, pp. 247-270.
- VIANA, A. (1962 a) – *Algumas noções elementares de arqueologia prática*. Beja. Edição do Autor, 211 pp.
- VIANA, A. (1962 b) – Mamoia do Marchicão – Aldeia dos Palheiros (Ourique). XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962). Porto. Secção VII – História e Arqueologia, pp. 279-288.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1951) – Notas para el estudio de la Edad del Hierro en el concejo de Elvas (Portugal). *VI Congreso Arqueológico del Sudeste* (Alcoy, 1950). Cartagena. Actas, pp. 89-105.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1952) – Exploración de algunos dólmenes de la region de Elvas, Portugal. *II Congreso Nacional de Arqueologia* (Madrid, 1951). Zaragoza. Actas.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1953) – Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950). Lisboa. Actas, 8, pp. 67-74.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1955 a) – Nuevas necropolis celto-romanas de la región de Elvas (Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 28, pp. 33-68.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1955 b) – Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 28, pp. 244-265.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1955/1957) – Notas par o estudodos dólmens da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15 (3/4), pp. 143-189.

- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1956) – Campos de urnas do concelho de Elvas. *O Instituto*. Coimbra. 118, pp. 133-193.
- VIANA, A. & DEUS, A. Dias de (1957) – Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal). *IV Congreso Nacional de Arqueologia*. Zaragoza. Actas, pp. 89-100.
- VIANA, A. & FRANCO, M. Lyster (1945) – O espólio arqueológico de José Rosa Madeira. *Brotéria*. Lisboa. 41 (5), pp. 386-419.
- VIANA, A. & OLIVEIRA, M. de Sousa (1955) – Sobre a citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo, Portugal). *III Congreso Nacional de Arqueologia* (Galicia, 1953). Zaragoza. Actas, pp. 541-551.
- VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1949) – Contribuição para o estudo do Quaternário do Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa 29, pp. 197-250.
- VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1952) – Paleolítico dos arredores de Beja. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, pp. 99-153.
- VIANA, A. (1932) – Carta pré e proto-histórica do distrito de Viana do Castelo. *Anuário do distrito de Viana do Castelo*. 1, 24 pp. (separata).
- VIANA, A.; ANDRADE, R. Freire de & FERREIRA, O. da Veiga (1954) – Minerações romanas de Aljustrel. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 35, pp. 79-92.
- VIANA, A.; ANDRADE, R. Freire de & FERREIRA, O. da Veiga (1960) – O monumento pré-histórico do Malha Ferro (Panóias). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 70 (1/2), pp. 21-50.
- VIANA, A.; ANDRADE, R. Freire de & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – O monumento pré-histórico do Monte Velho (Ourique). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, pp. 483-492.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & ANDRADE, R. Freire de (1956) – Exploração das minas de Aljustrel, pelos romanos. *Arquivo de Beja*. Beja. 13 (1/4), pp. 3-20.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & ANDRADE, R. Freire de (1961 a) – Descoberta de dois monumentos de falsa cúpula na região de Ourique. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (1/2), pp. 5-12.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & ANDRADE, R. Freire de (1961 b) – Um túmulo de tipo alcalarense nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (3/4), pp. 247-254.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & FORMOSINHO, J. (1950 a) – Las necrópolis de las Caldas de Monchique. *I Congreso Nacional de Arqueologia/V Congreso Arqueológico del Sudeste* (Almería, 1949). Cartagena. Actas, pp. 89-105.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & FORMOSINHO, J. (1950 b) – Necropolis de las Caldas de Monchique. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 77, pp. 291-312.

- VIANA, A.; FERREIRA, O. da Veiga & FORMOSINHO, J. (1953) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Investigações de 1948 e 1949. *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950). Lisboa. 8, pp. 75-89.
- VIANA, A. FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1947) – Duas raridades arqueológicas. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 2 (24), pp. 313-330.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1948 a) – O conjunto visigótico de Alcária (Caldas de Monchique). *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 3 (33-34), pp. 227-233.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1948 b) – Restos de caminhos romanos nas Caldas de Monchique. *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa. 3 (29-30), pp. 156-166.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1952) – Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos. Monte Molião. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 62 (1/2), pp. 133-142.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1953 a) – De lo prerromano a lo arabe en el Museo regional de Lagos. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 26 (1), pp. 113-138.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. da Veiga (1953 b) – Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos. *Zephyrus*. Salamanca. 4, pp. 97-117.
- VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRADE, R. Freire; SERRALHEIRO, A. & FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1, pp. 197-213.
- ZBYSZEWSKI, G. (1943) – La classification du Paléolithique Ancien et la chronologie du Quaternaire de Portugal en 1942. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto. 2 (2/3), pp. 3-111.
- ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. & FERREIRA, O. da Veiga (1957 a) – Nota sobre a gruta da Ponte da Lage (Oeiras) e a “tholos” do Monge (Sintra). *XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Coimbra, 1956). Coimbra. Actas, 8, pp. 189-191.
- ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. & FERREIRA, O. da Veiga (1957 b) – A gruta pré-histórica da Ponte da Lage (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), 389-402.
- ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. & FERREIRA, O. da Veiga (1959) – Antigas prospecções arqueológicas realizadas em Carnaxide. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 41 (2), pp. 114-120.

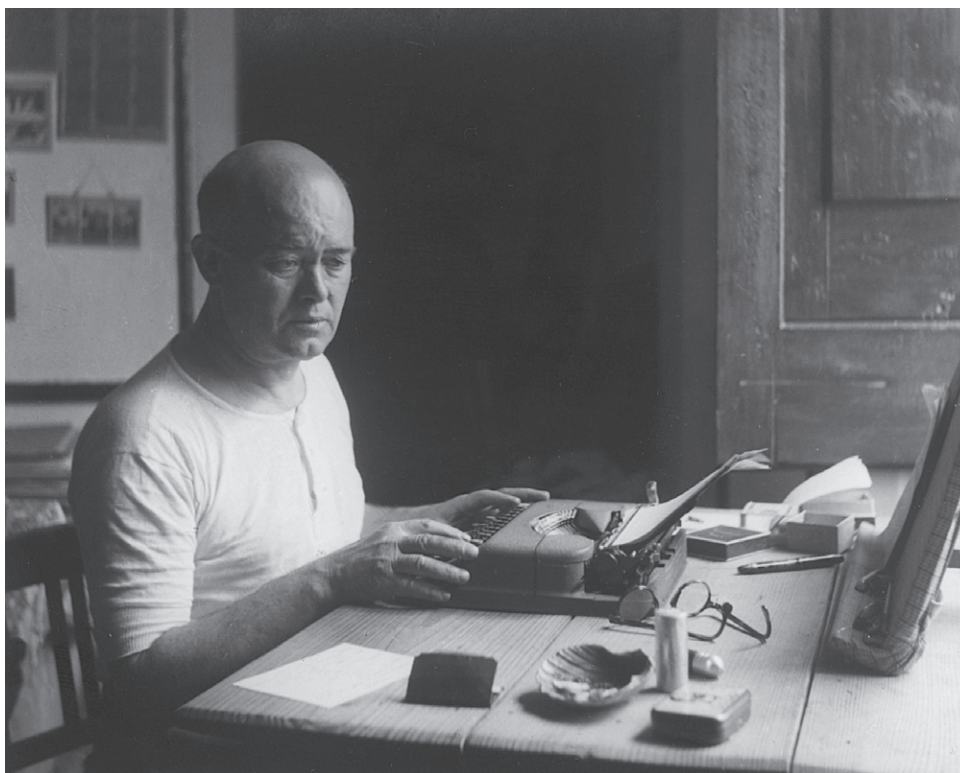


Fig. 1 – Abel Viana, em foto oferecida a O. da Veiga Ferreira, com a seguinte dedicatória: *Ao Querido Amigo, Octávio da Veiga Ferreira. Pianando os nossos relatórios, com 30° à sombra. Beja, Setembro de 1950. Abel Viana.*



Fig. 2 – Abel Viana fotografado no Castro da Senhora da Cola, trabalhando nas modestíssimas instalações por si ocupadas no decurso das escavações (sem água canalizada, sem luz e sem esgotos...). *In Notícias de Viana*, de 29 de Agosto de 1963.



Fig. 3 – Abel Viana fotografado no povoado pré-histórico do Zambujal, encostado a uma estrutura calcolítica, em época anterior ao início sistemático de escavações (só iniciadas em 1964). Deve corresponder ao périplo realizado em Junho de 1955, a que se refere uma das missivas da correspondência (ver Documento n.º 65)



Fig. 4 – Abel Viana, O. da Veiga Ferreira e Ruy Freire de Andrade (em primeiro plano) fotografados no Museu de Arqueologia das Minas de Aljustrel.



Fig. 5 – Da esquerda para a direita: José Formosinho, O. da Veiga Ferreira e Abel Viana, aquando das escavações nas Caldas de Monchique (foto tirada a 17 de Setembro de 1947).

Beja, 12/9/59. Queremos ao seu pedido de hoje, na
 volta do curso. Entre as, p'hoce-me-p'hoce abraçando de
 sua paciência mas, ainda-se de resignação. pretendo de ser o
 meu campo exp'ite-me a sica o apontamento per formos no
 local da lancha, local de Beja. Pretendo de Lira Cavada.
 O terreno B de Beja. Pretendo de Beja. Pretendo de Beja.
 como salinidade e tipo de célebre monumentos de Beja,
 não pôde exp'ite-me, mas pelo ap'ite-me, e até... pelo s'ímulo;
 pelo ao meu campo n'outro o decerto pelo arbores per p'nt
 de curso. Mas tenho vai a'ndado o perfil de fundo do meu-
 monumento. Vê-se a nível do decerto. Toda a arbores per ar-
 ap'ite-me. Mas há-se o campo h'ou-a nível do s'ímulo per for-
 masam o pequeno campo de arbores. Em tanto as igni tem afm-
 to. No da Lira Cavada, e quem pagá. No t'nt, Tal como ele se
 na a'ndado. Em o'ne pelo ale h'ou-a nível do s'ímulo. No
 tem também o etc. Mas não me f'ntific per o arbores. No
 de Beja e de Beja. França de Beja de Beja. No t'nt, per ar-
 por p'nt e no p'nt de pagá arbores. No t'nt, per ar-
 Chaves. No t'nt, per arbores. No t'nt, per arbores.
 Queremos a'ndado em duas circunstâncias: 1.º quando me
 hi tempo para p'nt em decerto de Beja. No t'nt, per arbores
 quando se não sabe de Beja; 2.º quando os t'ntes a Beja
 de Beja, e a Beja de Beja em um e o decerto as
 características gerais, como a Beja. Mas não se o'nt e no
 caso. No... (Beja a Beja) (Beja) (Beja) (Beja) (Beja)
 per o'ntem a pagá em arbores de cada Beja. De Beja
 em duas plantas de cada Beja, n'outro cabimento geral
 para decerto arbores (Beja) (Beja) (Beja) (Beja) (Beja)
 de Beja de Beja, com o p'nt de Beja. (Beja) (Beja) (Beja)
 E não, por. F'ntem-me com decerto de cada Beja, e cada

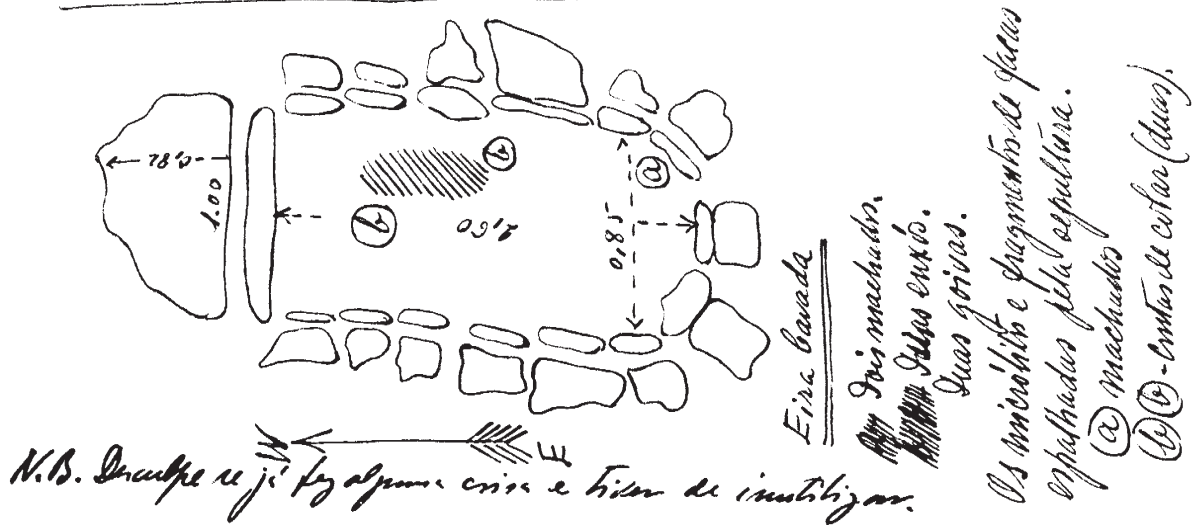


Fig. 6 - Fac-simile de parte do Documento n.º 19, com desenho de sepultura da Eira Cavada, destinado a ser passado a limpo por O. da Veiga Ferreira (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950 b, Fig. 3, n.º 7).

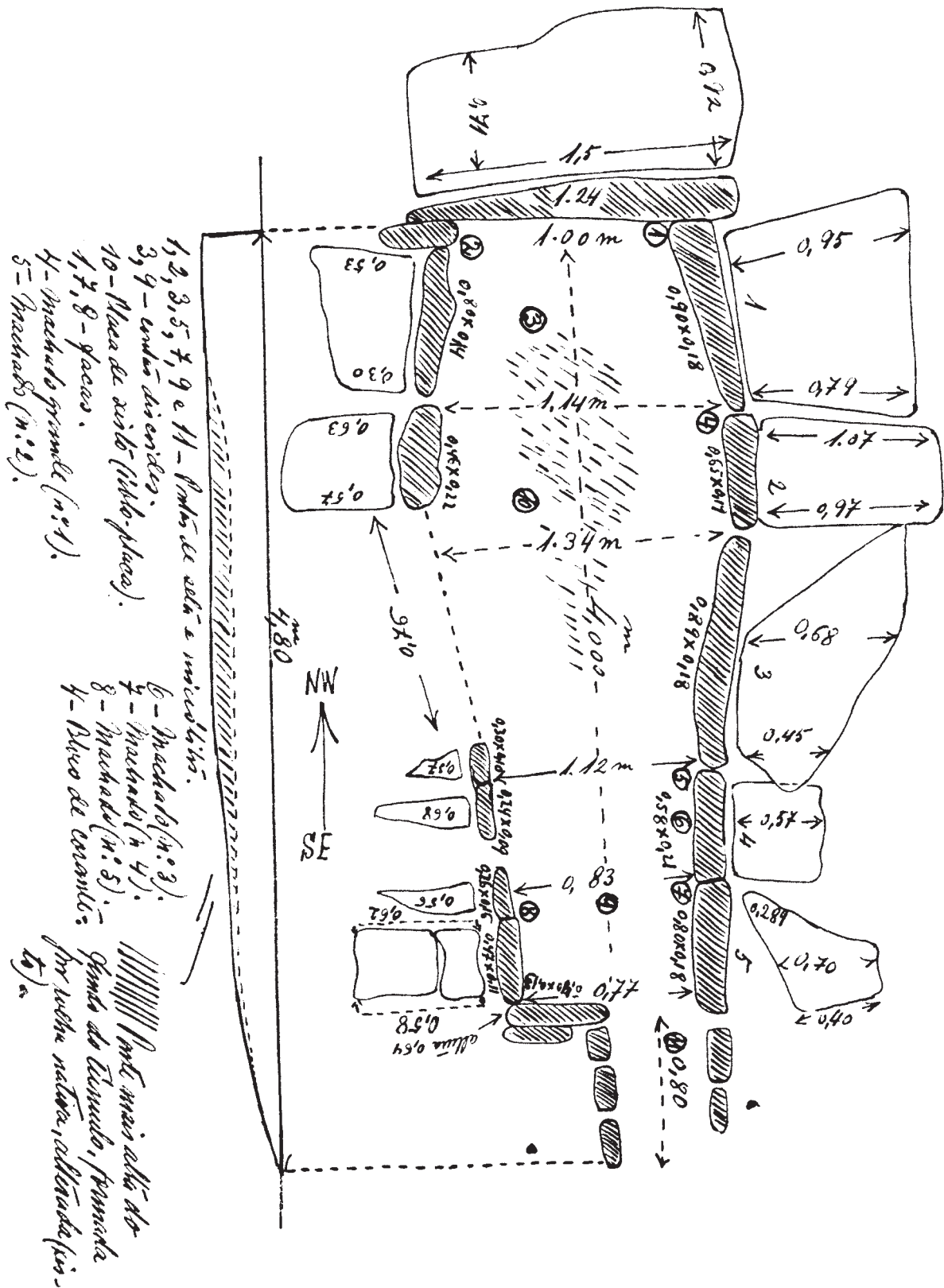


Fig. 7 - Desenho da sepultura n.º 7 da necrópole de Buço Preto, apenas ao Documento n.º 19, de 12/3/1949, destinado a ser passado a limpo por O. da Veiga Ferreira (VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950 b, Fig. 9, n.º 13).

Beja, Domingo de Entrudo de 1952.

Veiguinha Amigo:

E até? Que novidades há? A publicação dos nossos trabalhos vai bem encaminhada? O de Monchique? Já acabou de preparar os desenhos e de retocar as fotografias? E os de Congresso Luso-Espanhol? Estou ansioso por saber de tudo isto.

Quanto a saúde, vou andando muito regularmente. Tenho saído todas estas últimas tardes, para fotografar, em série, todos os objectos de prata e ouro do Museu, assim como várias coisas das secções arqueológicas que até hoje ainda não havia fotografado ou desenhado. Ando, pois, em redagem... O médico quer que eu me vá exercitando a pouco e pouco, antes de me abalançar a sair de Beja para qualquer parte onde tenha de me sujeitar a caminhadas e outros esforços. Vou, entretanto, tomar mais algumas injeções de cálcio. Depois, logo que o tempo esteja um pouco mais quente, vão (é o termo) para as bandas de Vila Viçosa e Elvas, onde há imenso que fazer, e com urgência.

Fig. 8 - Fac-símile de parte do Documento n.º 42.

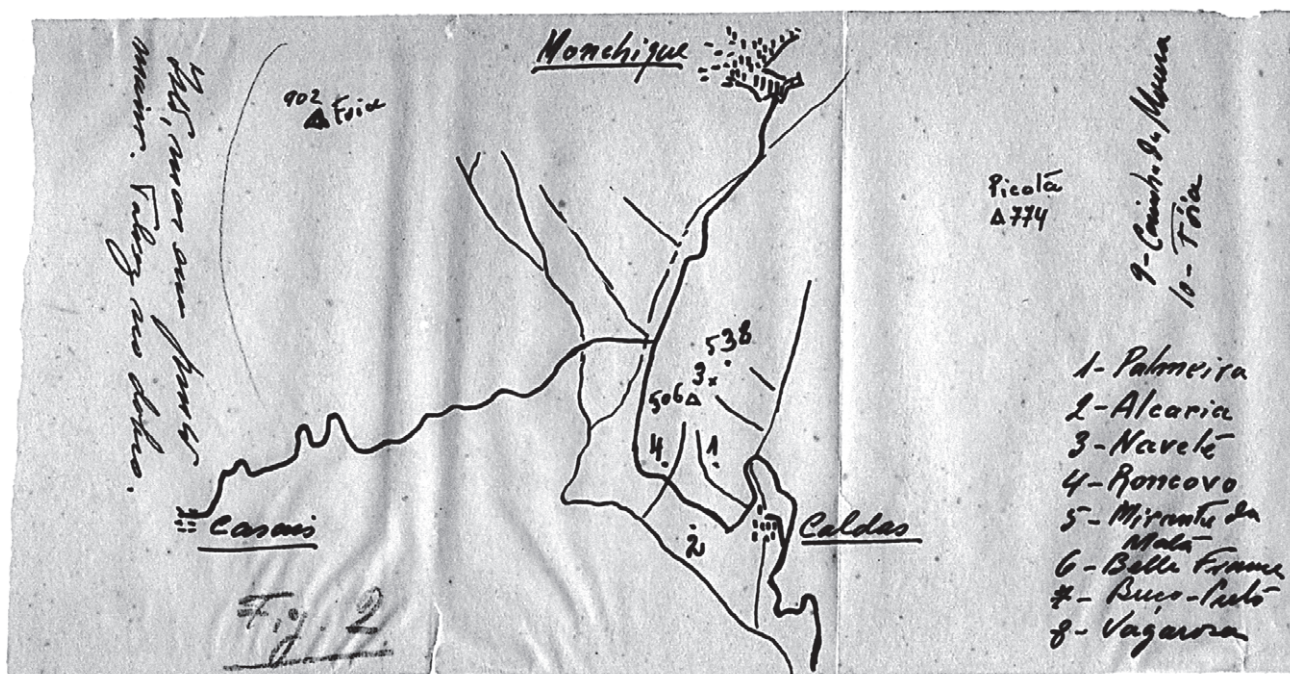


Fig. 9 - Desenho de Abel Viana com a localização das necrópoles pré-históricas das Caldas de Monchique, destinado a ser passado a limpo por O. da Veiga Ferreira, apenso ao Documento n.º 19, de 12/3/1949.

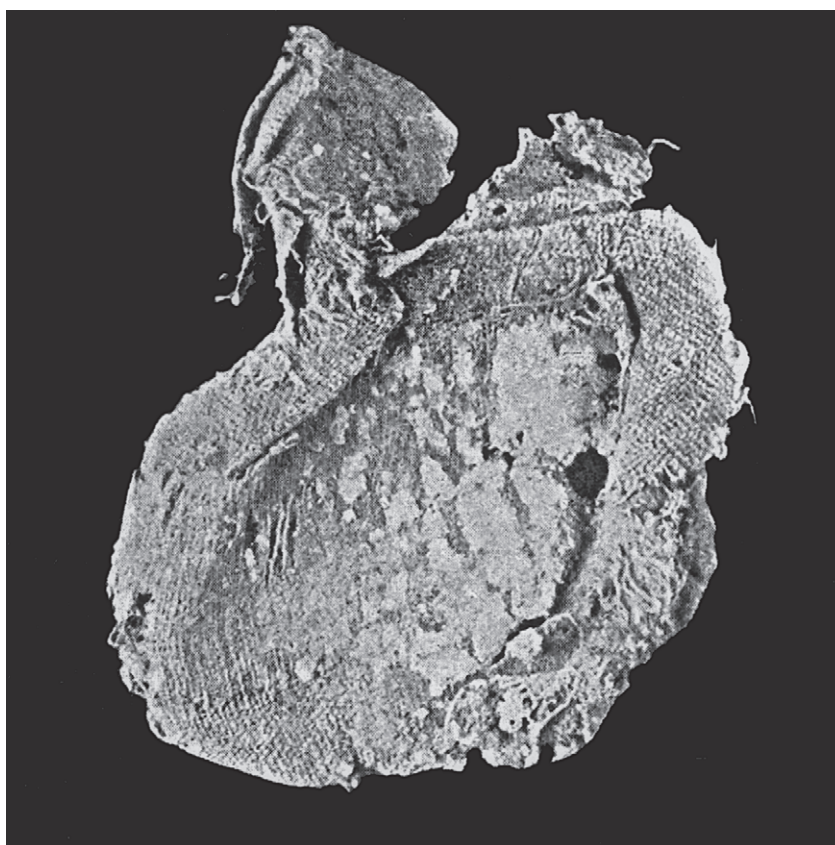


Fig. 10 – Porção de tecido de linho que envolvia o machado de cobre da sepultura n.º 1 da necrópole de Belle France, Caldas de Monchique (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953/1954, Est. XVII, n.º 2)



Fig. 11 – Vista da câmara, cujo chão se encontra forrado de lajes e de parte do corredor da *tholos* de Monte Velho (Ourique) (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961, Est. VI).

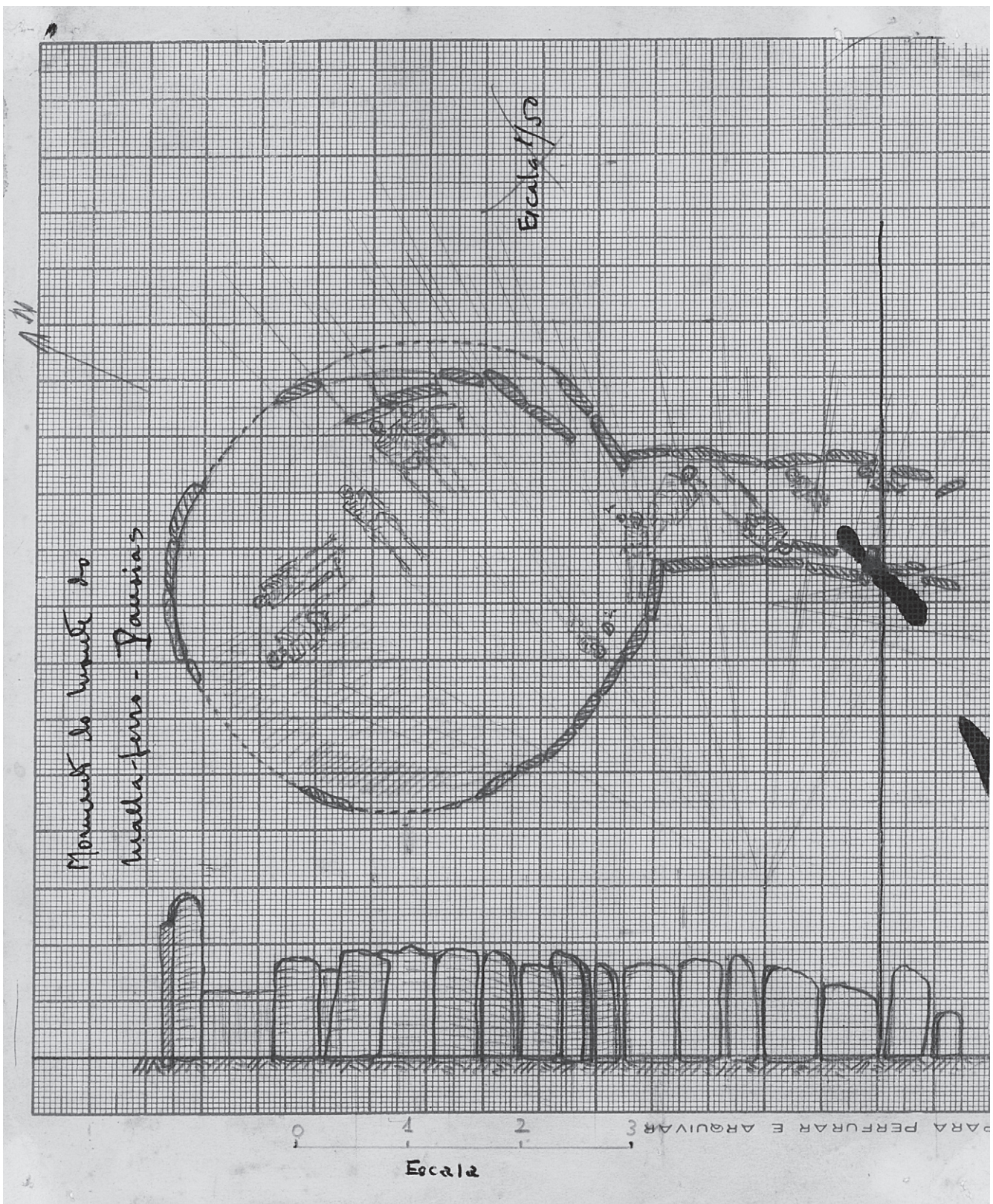


Fig. 12—Levantamento original da *tholos* do Malha Ferro (Ourique); reprodução directa da prancheta de campo, de O. da Veiga Ferreira (VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1960).

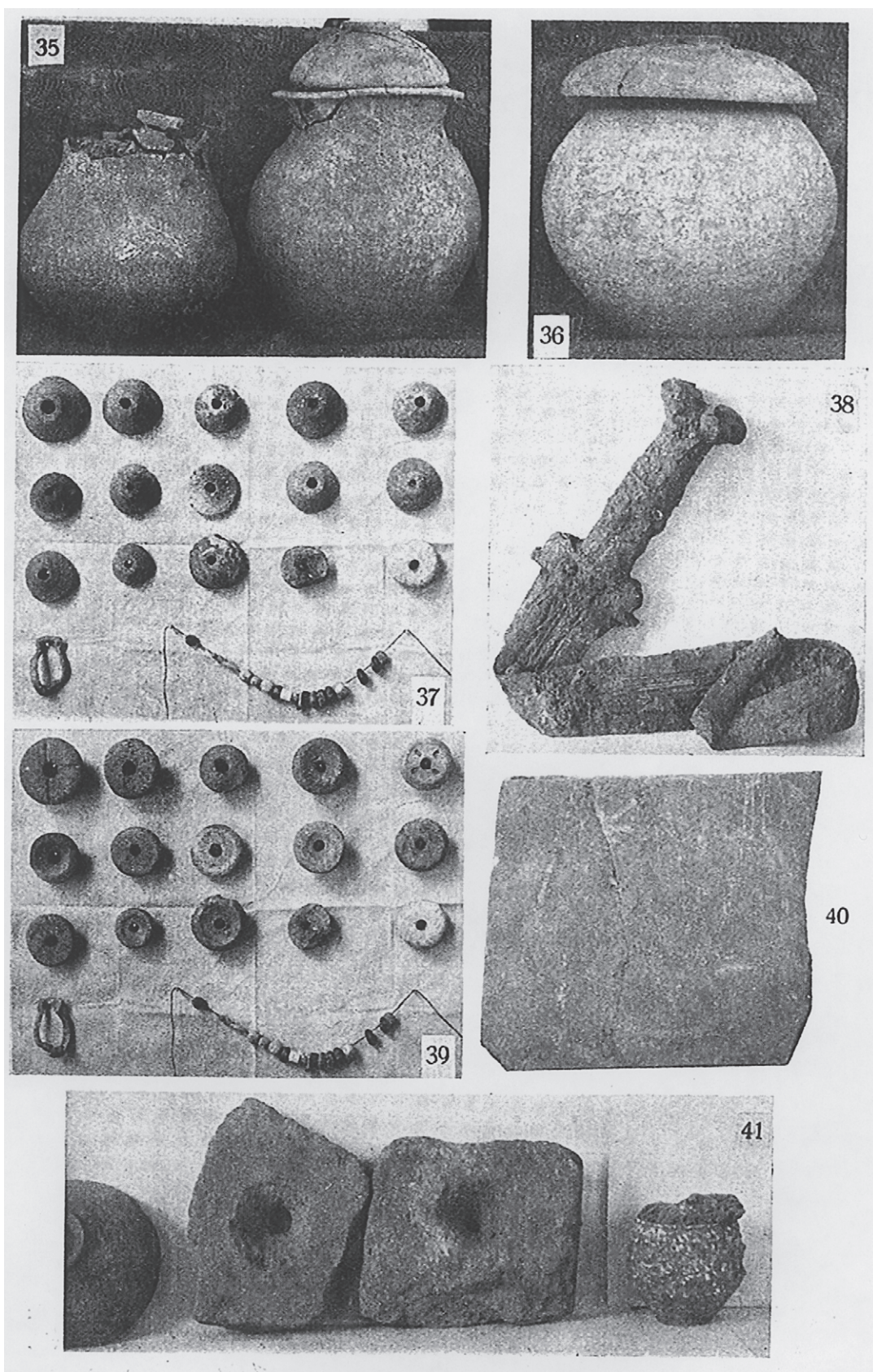


Fig. 13 – Necrópole de urnas, da Chaminé. 35 e 36 – Urnas e taças. 37 e 39 – Cossioiros e fíbula, vistos de ambos os lados; contas de colar. 38 – Espada curta, de ferro, de antenas. 40 – Tapa de pedra, de urna, notando-se o círculo de contacto com o local da vasilha. 41 – Taça; pequena urna com cinzas; pedras furadas (VIANA, 1950, Est. V).



Fig. 15 – Aspectos das escavações dirigidas por Abel Viana na necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique) (VIANA, 1960, Est. XXXIII).



Fig. 16 – Castro de N.ª S.ª da Cola: Desaterros no Sector II, no final da campanha de 1960 (VIANA, 1960. Est. XXI)



Fig. 17 – Castro de N.ª S.º da Cola: –Cerâmica árabe e objecto de bronze (VIANA, 1960, Est. XXVIII).

Senhora da Cola, 5-7-63.

Querida filha: Saúde.

Schubert e o resto do pessoal retiraram-se em 27 de Junho. Estiveram cá desde a noite do mês passado. Fizeram o trabalho até ao fim, sempre com bons resultados, graças a Deus. Mas já me vou aborrecendo. O dinheiro é pouco, e a mendicância... Peço-lhe exemplo para a Anacoreta! E, em vez de acipitris, não observamos mais esta de Ilário Cardoso - peccatis, me a duente acipitris multi e so que responde bem e catholice acipitris jus d. Responde, também, acipitris multi, mas pouco do ponto de vista. Esta aborrecida. Outros que aqui a visita de Bom Jardim Militar de Beja. Ficou indignado quando eu lhe disse qual eram as razões de peccatis.

Fig. 18 - Fac-símile de parte do Documento n.º 77, datado e assinado da Senhora da Cola (Ourique).

Beja, 11/2/1964.

Veiga Amigo: Saúde. Acabo de receber a sua carta de 9. Eu persuadira-me de que lhe tinha escrito há poucos dias. Estarei enganado ou estará você? Seja como for, aqui estou para conversarmos um pouco, mesmo que de fugida. Ora, desde que vim da S^a da Cola, em 27 de Outubro, não houve mais colagens in situ... Mas o caso é que o material é tanto e tão importante que, apesar de eu nunca ter parado ou afrouxado de trabalhar, tenho tudo atrasado, parecendo-me até que nada tenho feito! Chego a sentir desgosto disto! São dias inteiros aqui amarrado à mesa de trabalho, ou lá dentro a tratar do material, e a coisa não anda... Pois, Amigo Veiga, em 14 de Janeiro estive em Vila Viçosa a acompanhar o D. António de Castelo Branco, que foi lá buscar uns quadros do D. Carlos, para uma exposição que a Câmara de Castais vai realizar. Fui para lá na véspera, tratar da ida dos vidros romanos da Secção Arqueológica do Castelo, para o laboratório de Conimbriga, onde serão tratados e restaurados segundo processos modernos, pelo Dr. Alarcão e mulher, sob as vistas do Oleiro. Ao mesmo tempo, eles farão novo estudo de todo esse importante material, melhorando imenso, evidentemente, o estudo que eu fiz. Como sabe, nestas coisas não faço questão. Desde que os outros façam melhor, e me não macem por eu não ter podido fazer melhor, até fico contente. Depois, a convite do DR. A. Luís Gomes, fiz companhia ao D. António, que de outro modo teria andado por lá aborrecidamente sozinho. Conversamos bastante. Com respeito aos Serviços e atras das minhas publicações, despejei o saco... Porque não sai o Paleolítico do Guadiana? Porque não sai o Paleolítico do Minho, o meu? Olha, Veiguinha Amigo, o meu livreco precisa de II^o Volume, e Deus há-de permitir que eu em breve o publique! Ainda me ficou muito por dizer... mas hei-de proclamar tudo isso, custe o que custar, dêa a quem doer. Receio de represálias? Ora... bôrra! Que medo posso ter eu agora? Que me aumentem o reumatismo? Não; por aí nada poderiam fazer. Pois, Amigo, estive no Algarve, de visita a meus cunhados e a meu filho Alberto (Faro e Portimão), de 6 a 10 de Janeiro. Vim de lá adoentado, com o frio que apanhei. Em seguida, os dias 13 e 14 em Vila Viçosa puseram-me bastante pior. O frio este ano tem-me feito passar bastante mal. Certo é que me não trato a valer, mas também penso que não devo entrar em tratamentos complicados e dietas rigorosas. Para piorio da situação, criou-se-me um abcesso num dente, de modo que tive de pôr de parte a placa. Tenho estado à espera de que o abcesso desapareça e o dente fique em condições de ser extraído sem me fazer sofrer mais. De modo que, além dos dias e noites mal passados, por causa das dores, ainda a maçada da alimentação, que é tudo em paparradas de batidos no batedor eléctrico. Fico de papo abarrotado e, no fim de contas, com fome...

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 609-616

RECENTES INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE EMERGÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS (CEACO/CMO)

João Luís Cardoso⁽²⁾

De um passado recente, em que as questões de índole patrimonial – incluindo o património arqueológico – interessavam apenas a sector muito restrito da Sociedade, com limitada capacidade interventora, o crescente esclarecimento dos cidadãos, cada vez mais e melhor informados, trouxe como consequência uma também crescente responsabilização do Poder Local, também ele cada vez mais empenhado e interventor em áreas que, tradicionalmente, eram menosprezadas ou nem sequer faziam parte das suas atribuições naturais. Com efeito, é inquestionável serem as Câmaras Municipais os órgãos que, a nível nacional, mais eficazmente podem contribuir para as acções de investigação, salvaguarda e reabilitação dos diversos Patrimónios, visto serem as estruturas do Estado que mais directamente se relacionam com as ocorrências situadas na sua área de jurisdição, no caso, as parcelas do território nacional por si directamente administradas: esta evidência foi salientada pelo signatário em artigo anterior (CARDOSO, 2000). Tal realidade transparece, aliás, na tendência actual de serem outorgados aos Municípios, por parte do Poder Central, crescentes responsabilidades na gestão dos diversos Patrimónios, incluindo o Património Natural, o qual, em áreas densamente povoadas e humanizadas, como é o caso da correspondente ao Município de Oeiras, corresponderá mais ao conceito de Paisagem Cultural.

No caso específico do Património Arqueológico, é sintomática a crescente constituição de sectores, gabinetes ou centros de Arqueologia no âmbito das administrações municipais, por forma a garantirem, embora seguindo modelos de gestão distintos, a sua adequada salvaguarda. É o caso do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, um dos primeiros a ser criado no âmbito municipal, a nível nacional, por aprovação em reunião de Câmara de 2 de Novembro de 1988, de proposta apresentada pelo Senhor Presidente, Dr. Isaltino Morais. A sua existência, prontamente reconhecida pelo então IPPC, a 20 de Março de 1989, foi-se consolidando em diversas frentes, e sempre através da afirmação no terreno, acompanhada

⁽²⁾ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*

da conseqüente e indispensável produção a nível técnico-científico, expressivamente testemunhada por múltiplas actividades, também de divulgação, incluindo a publicação de revista da especialidade, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, iniciada em 1991. Com nove volumes disponíveis, destina-se a dar público conhecimento dos trabalhos de índole arqueológica levados a cabo pelos membros do Centro de Estudos Arqueológicos ou daqueles que com ele são convidados a colaborar. A valia científica desta publicação encontra-se, aliás, bem evidenciada pelas permutas estabelecidas a nível nacional e internacional, com revistas de Arqueologia suas congéneres de Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Marrocos e Mónaco, totalizando cerca de cento e trinta títulos.

Genericamente, as actividades que são da competência deste Centro de Estudos Arqueológicos, distribuem-se por três áreas fundamentais de actuação, tendo presentes, aliás, os considerandos desenvolvidos há anos pelo signatário, em artigo intitulado “Políticas do Património em Oeiras: ópticas para a sua gestão integrada” (CARDOSO, 1998):

- no domínio da inventariação e investigação do Património Arqueológico;
- no domínio da conservação e valorização do Património Arqueológico;
- e, por último, no domínio da divulgação do Património Arqueológico, acções que, por seu turno se prendem com outros aspectos, como a da dinamização cultural, discutidos em trabalho anterior (CARDOSO, 1995 a), mas que ainda mantém actualidade.

Neste curto apontamento, far-se-ão apenas referência às acções desenvolvidas nos últimos dois anos, no âmbito do primeiro grupo, e apenas as respeitantes a trabalhos de emergência, seguramente as menos conhecidas dos munícipes, que importa, por isso dar público conhecimento. Deve desde já referir-se que boa parte dos trabalhos realizados tiveram como referência as ocorrências assinaladas na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, de que o signatário foi co-autor, editada pela Câmara Municipal de Oeiras em 1993. Porém, importa também salientar o facto de muitas de tais ocorrências, corresponderem já então apenas a locais onde outrora se teriam recolhido materiais arqueológicos, em datas muito anteriores à da elaboração do referido documento; seja como for, trata-se ainda de obra basilar que se tem revelado de incontornável utilidade aos estudos abaixo referidos.

1 – CONSTRUÇÃO DA EN 249-3, VARIANTE NÓ DE OEIRAS DA A5/S. MARCOS

O acompanhamento arqueológico em epígrafe resultou de solicitação formalizada pelo Dr. Carlos Ramos, da ex-Junta Autónoma das Estradas (Direcção de Serviços de Projectos), e pela empresa GeoArque, a quem tinha sido adjudicado o estudo de impacte ambiental (área do património arqueológico) em apreço. O acompanhamento decorreu em estreita colaboração entre o CEACO, representado pela Dr^a. Conceição André, tendo o relatório final sido aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, conforme comunicação recebida no CEACO a 10/9/2001. Entretanto, os escassos materiais arqueológicos recolhidos, designadamente nas imediações do Taguspark, deram já entrada nas colecções do CEACO.

2 – POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA. PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O ORDENAMENTO E RECONVERSÃO DE LECEIA-SUL

O Arq. Carlos Reis, do GPE/CMO, solicitou parecer relativo ao Plano em epígrafe, em preparação naquele Gabinete. Do mesmo modo, o vice-presidente do IPPAR solicitou informação sobre as acções de valorização e o historial do processo de expropriação dos terrenos, em 2000, cuja resposta foi preparada no CEACO e ulteriormente enviada àquele Instituto e ao referido Gabinete municipal; não se tratando, por ora, de qualquer intervenção arqueológica de emergência, a colaboração que o CEACO tem prestado na planificação do ordenamento do espaço envolvente – classificado como “zona de protecção especial” – antevê aquela eventualidade, na altura própria.

3 – ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALTO DOS BARRINHOS

O Alto dos Barrinhos é uma colina basáltica, já assinalada na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras como zona possuindo testemunhos arqueológicos de várias épocas, assinalados pelo signatário antes da rápida instalação e extensão de vasto bairro de barracas no local, na década de 1970. Deste modo, a recente demolição das construções clandestinas ali existentes, constituía oportunidade para averiguar o eventual interesse arqueológico do local, antes que os novos edifícios se ali construíssem. Esta oportunidade foi, ao mesmo tempo, reconhecida pelo Instituto Português de Arqueologia, em Ofício dirigido à C. M. O. e remetido ao CEACO, com pedido de informação, por parte da DIPE/DPGU/CMO (Arq. Isabel Soromenho). Deu-se, deste modo, seguimento ao acompanhamento arqueológico das obras, o qual se prolongou por 2001, realizado pelo signatário e pela Dr^a. Conceição André. Foi possível identificar uma área, exposta em corte por abertura de arruamento periférico da urbanização, onde os materiais arqueológicos se concentravam com maior intensidade; tratava-se de espólio de diversas épocas, especialmente do Neolítico Final e do Calcolítico, configurando a existência de um pequeno povoado pré-histórico no topo da colina. Tais achados, conservados no CEACO, recolhidos muitas vezes na companhia de arqueólogos do Instituto Português de Arqueologia, motivaram a realização de uma escavação de emergência, no quintal de uma das habitações clandestinas, a qual foi realizada logo que se concretizou a respectiva demolição. Entretanto, em Agosto de 2001 foi fornecido texto alusivo à arqueologia do sítio, por solicitação da Dr^a. Carla Castro, do DPH/CMO, destinado à inclusão no Manual do Morador, como de facto se veio a verificar.

As escavações arqueológicas de emergência na zona aludida, que correspondia à maior concentração de vestígios, só foram realizadas de 6 a 24 de Maio de 2002, devido à situação de contencioso com o proprietário, resolvida judicialmente; foram dirigidas pelo signatário, depois de autorizadas superiormente pelo Instituto Português de Arqueologia, e contaram com a participação constante da Dr^a. Conceição André, para além de diversos alunos universitários de Arqueologia e de dois cantoneiros da C. M. O., a quem se deve a rápida progressão dos trabalhos. Os resultados permitiram demonstrar o interesse diminuto do ponto de vista

arqueológico do local, permitindo o rápido reatamento dos trabalhos, conforme foi de imediato comunicado ao arq. Romano de Castro, DPH-DMPUH/CMO.

4 – ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE PAÇO DE ARCOS

Por solicitação do Arq. Alexandre Lisboa, do DPE/CMO, em Agosto de 2000, foi este Centro de Estudos Arqueológicos chamado a acompanhar e dar parecer sobre as obras de beneficiação da rua Costa Pinto e zonas envolventes; o referido acompanhamento foi efectuado regularmente pelo signatário e pela Dr.^a. Conceição André, no decurso da execução das obras (que envolveram a abertura de valas no subsolo), de Julho a Setembro de 2000.

5 – INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS DO LAGOAS-PARQUE

Por iniciativa da Eng. Fátima Azevedo, Directora Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação da C. M. O., ulteriormente aprovada em reunião de Câmara de 10/10/2001, foi solicitado o acompanhamento das obras no sector correspondente ao prolongamento da Rua Um, do Plano de Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo. Tal tarefa tem sido realizada desde então e regularmente, em toda a área envolvente, tendo presente, designadamente, a existência da gruta da Ponte da Lage, objecto de escavação arqueológica dirigida pelo signatário em 1993 (CARDOSO, 1995 b), aliás classificada no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, publicado em 1999.

6 – INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DO PARQUE DE SANTA CRUZ (CARNAXIDE)

A **Imoplus** solicitou, por Ofício dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, em Outubro de 2001, o apoio do CEACO no acompanhamento da construção das infraestruturas da urbanização em epígrafe. No seguimento dos contactos ulteriores, ficou assente a disponibilidade para a realização daquele acompanhamento, no âmbito das competências e atribuições deste Centro, desde o início das obras. Só em finais de Junho de 2002, aquelas tiveram data anunciada; em conformidade, o signatário requereu ao Instituto Português de Arqueologia autorização para proceder ao referido acompanhamento, prontamente deferida, o qual, aliás, se reveste de responsabilidade acrescida pelo facto de envolver troço enterrado do “Aqueduto das Francesas”, integrado no sistema do Aqueduto das Águas Livres, e como tal classificado como Monumento Nacional.

As obras, correspondendo na fase actual à abertura de arruamentos, foram iniciadas em Agosto de 2002, e têm sido acompanhadas quotidianamente por elementos do CEACO, em especial na zona do referido

aqueduto, tendo sido já objecto de uma pequena escavação de emergência, já concluída, que a seu tempo será divulgada.

7 – ALARGAMENTO DO IC 19

O aumento do número de vias de circulação do IC 19, obrigou à realização de estudo de impacto ambiental. A arqueóloga responsável por tal estudo, depois de formalizado o respectivo pedido de colaboração pela respectiva empresa beneficiou de informações relativas à zona interessada pelos trabalhos, no concelho de Oeiras, por parte do signatário.

8 – FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (ALGÉS)

A demolição, em Outubro de 2002, do edifício situado na Rua Major Afonso Pala, utilizado, até época recente, como sede da Junta de Freguesia de Algés, veio tornar evidente a já sabida existência, no mesmo local, do Forte do mesmo nome, já referenciado em diversas publicações, o qual se situava sobre a própria praia de Algés. O elevado interesse histórico e patrimonial desta existência, justificou, da parte deste Centro de Estudos Arqueológicos, proposta para que o projecto arquitectónico, que esteve na origem da aludida demolição, se adapte aos vestígios encontrados, cujo adequado desaterro, mediante acompanhamento arqueológico, está a cargo do signatário, depois de solicitado ao Instituto Português de Arqueologia. Deste modo, será viável uma harmoniosa valorização dos referidos testemunhos, integrando-os no novo espaço que se pretende ali criar.

9 – OUTRAS ACÇÕES

Os assinaláveis movimentos de terras já realizados ou ainda em execução em diversos locais do Concelho de Oeiras – designadamente no futuro Parque dos Poetas e na área de Queijas, aqui relacionados com a urbanização – motivaram, por parte do signatário, e no âmbito das atribuições e competências do CEACO, pedido de autorização ao Instituto Português de Arqueologia para o procedimento das necessárias acções de acompanhamento arqueológico. Tais acções desenvolveram-se no decurso de 2000 e de 2001, não se tendo detectado ocorrências arqueológicas susceptíveis de aconselharem outros procedimentos.

Deve ainda referir-se a importância de diversas comunicações a título individual, por munícipes, ou mesmo por funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, feitas para o CEACO, no sentido de averiguar ou acautelar o potencial interesse arqueológico de ocorrências deles conhecidas, dando, também assim, resposta a uma das vertentes mais importantes de actuação deste Centro, a saber, a da prevenção ou mitigação de danos produzidos no património arqueológico por pequenas obras ou causas fortuitas.

Em conclusão do exposto, verifica-se que a acção do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras no âmbito das intervenções arqueológicas de emergência decorrentes da realização de obras públicas no território concelhio, tem resultado, para além das iniciativas próprias, de solicitações oriundas de diversas Unidades Orgânicas da C. M. O. com destaque, naturalmente, para as que licenciam ou executam obras no subsolo, seja em zona rural ou urbana. Ao longo dos últimos anos, tem-se estabelecido e mantido assinalável e crescente colaboração com aquelas; todas as comunicações recebidas foram sempre avaliadas no terreno, por técnicos do CEACO, situação que importa destacar e, se possível, reforçar. Importa, igualmente, referir a colaboração prestada a empresas encarregadas da realização de estudos de impacte ambiental (área do património arqueológico) e sempre a pedido destas, no concernente a grandes obras públicas, de que o exemplo mais recente é o projecto do metro de superfície, que se desenvolverá na zona oriental do concelho de Oeiras e para além dela (Algés, Linda-a-Velha, Buraca).

Num concelho como o de Oeiras, com uma alta taxa de ocupação urbana do solo, as ocorrências intervencionadas revestem-se, cada vez mais, de um valor acrescido, mesmo que, do ponto de vista estritamente científico ou patrimonial, sejam, quase sempre, de limitado interesse.

Desde o acompanhamento de grandes obras públicas, até ao de urbanizações promovidas pela Autarquia, ou por particulares, bem como obras em centros históricos, de todas tem o Centro de Estudos Arqueológicos dado resposta pela positiva nestes últimos dois anos, incluindo a realização de escavações de emergência sempre que consideradas necessárias. Naturalmente, não se aspira à veleidade de se ter acudido a todas as situações ocorridas, desiderato que, aliás, se afiguraria à partida votado ao fracasso, muitas vezes em resultado da ocultação, por parte dos empreiteiros, de próprias descobertas, ou da sua divulgação tardia, quase sempre envolta em imprecisões, quando qualquer actuação se afiguraria inviável. Mas essa é uma realidade que, a pouco e pouco, se tem procurado combater, também em Oeiras: na verdade, o Arqueólogo – seja ao nível autárquico, ou não – não pode ser senão considerado como parceiro activo no progresso das comunidades onde se encontra forçosamente inserido, promovendo uma sã convivência das gerações presentes com a marcas, conservadas no terreno, das que as antecederam, na ocupação do mesmo espaço geográfico. Sendo tais testemunhos indispensáveis à construção da identidade histórica do território oeirense – de que é paradigma o povoado pré-histórico de Leceia, objecto de escavações arqueológicas dirigidas pelo signatário sem interrupção desde 1983 e uma sua inegável mais-valia – a sua salvaguarda jamais poderá orientar-se por fundamentalismos desusados, que a própria experiência recente tem demonstrado serem estéreis e, a prazo, contrários à própria salvaguarda da nossa memória colectiva.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Oeiras (coordenação de M. I. Soromenho *et al.*, 1999) – *Plano de Salvaguarda do Património construído e ambiental do concelho de Oeiras*, 331 p. (contém bibliografia adicional).

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 3, 126 pp.

- CARDOSO, J. L. (1995 a) – Arqueologia, Turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 341-347.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 49-66.
- CARDOSO, J. L. (1998) – Política do Património em Oeiras: ópticas para a sua gestão integrada. *Oeiras Municipal*, 56, pp. 61-64.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO). Objectivos e actividades. *Centros Históricos, Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, Série II, 2, pp. 37-38.



Fig. 1 – Vista parcial das escavações de emergência realizadas no Alto dos Barrinhos em Maio de 2002. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 2 – Outra vista das mesmas escavações. Foto de J. L. Cardoso.

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 617-638

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2000 e 2001

1. INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/CMO nos anos de 2000 e 2001.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação e Investigação do Património Arqueológico;
- Acções de Divulgação e de Valorização do Património Arqueológico;

2. ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 – Inventariação

Realizou-se o inventário, incluindo lavagem, marcação e arquivo de cerca de vinte mil peças recolhidas nas campanhas de escavação do povoado pré-histórico de Leceia nos anos de 1999 e 2000; a conclusão do tratamento dos materiais recolhidos em 2001 será efectuada aquando da distribuição de jovens do Programa OTL para o ano corrente, a cargo do Gabinete da Juventude, que se espera para breve.

Deu-se, deste modo, seguimento ao inventário sistemático dos materiais ali recolhidos, indispensável aos estudos que ulteriormente serão efectuados.

É de salientar que se encontra concluído o inventário de todas as peças recolhidas naquele povoado desde o início das escavações sistemáticas do mesmo em 1983, num total de muitas dezenas de milhar de peças; o contributo de jovens, no âmbito dos programas supra referidos revelou-se inestimável para a satisfação deste objectivo.

2.2 – Investigação

2.2.1 – Escavações Arqueológicas

Prosseguiram durante o mês de Agosto de 2000 e de 2001 as escavações sistemáticas do povoado pré-histórico de Leceia, com a realização da décima-oitava e décima-nona campanhas, as quais foram, tal como as anteriores, dirigidas pelo signatário, no âmbito da execução de Projecto de Investigação superiormente aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, de que é o Responsável. No final da última campanha, cerca de 90% da área primitivamente ocupada pela estação (área intramuros) encontrava-se escavada, correspondendo a, aproximadamente, 11 000 metros quadrados. Tal área faz de Leceia o povoado pré-histórico existente no território português até ao presente escavado em maior extensão, e melhor estudado, ao nível de publicações a ele dedicado, conferindo-lhe importância ímpar, no contexto da pré-história europeia, como vem sendo reconhecido internacionalmente. Importa referir a colaboração expressa, uma vez mais, pelo Gabinete da Juventude da CMO ao elaborar, em estrita articulação com o signatário, um Programa de Formação na área da Arqueologia, o qual foi muito útil para a realização dos trabalhos, fornecendo, por outro lado, aos jovens interessados, preparação numa área científica com evidentes especificidades, que só os trabalhos de campo, como os ali realizados, podem viabilizar.

Em Abril de 2000, foi realizada escavação no piso térreo de casa da Rua das Alcássimas em Oeiras onde se situa o chamado “mosaico romano de Oeiras”, uma escavação com o intuito de se averiguar a eventual existência de ocupações humanas anteriores à instalação da *villa* romana representada pelo referido mosaico. Esta iniciativa foi determinada pela remoção daquele, para restauro, aproveitando-se deste modo a rara oportunidade de averiguar, no casco urbano do centro histórico oeirense, a eventual existência de ocupações anteriores ao Período Romano. O signatário dispôs da colaboração activa da Dr.^a Conceição André, Técnica Superior da CMO/CEACO e de diversos estudantes de História/Arqueologia da Universidade Autónoma de Lisboa. Os objectivos foram cumpridos, assinalando-se a existência de um troço de muro rectilíneo, tipologicamente integrável na Idade do Ferro, época, aliás, de que se encontram já publicados pelo signatário vestígios dali provenientes, conservados no Museu Nacional de Arqueologia.

Em Julho de 2001, foi realizada a primeira campanha de escavações arqueológicas, também sob direcção do signatário, no povoado pré-histórico do Carrascal, situado cerca de 600 m para sul de Leceia, a meia encosta direita do vale da ribeira de Barcarena. Identificou-se uma ocupação do neolítico Final, remontando à Segunda metade do IV milénio AC, representada por uma estrutura de combustão (lareira), muito bem conservada e numerosos artefactos daquela época, recolhidos em estratigrafia. Os trabalhos realizados, com a colaboração da Técnica acima referida e de diversos alunos de Arqueologia da Universidade Autónoma de Lisboa, vieram demonstrar a importância científica do local, estreitamente relacionado com a fase mais antiga de ocupação registada no povoado pré-histórico de Leceia (Neolítico Final), importando deste modo, prosseguir as escavações no local, em 2002, conforme se encontra previsto.

2.2.2 – Prospecções Arqueológicas

Procedeu também o signatário no decurso de 2000 e 2001 ao acompanhamento preventivo de grandes obras que implicaram movimentações significativas de terras, em diversos locais do Concelho de Oeiras, com destaque para as seguintes:

- área interessada pela construção do Parque dos Poetas, em Oeiras;
- obras de construção do eixo-viário Oeiras-S.Marcos, dando apoio à arqueóloga da empresa a que foi adjudicado o respectivo estudo;
- em Queijas, no âmbito de diversas urbanizações;
- no Alto dos Barrinhos, onde, no decurso das obras de urbanização que ali decorrem, foi identificado um núcleo neolítico/calcolítico que importa explorar, logo que o processo litigioso de propriedade do respectivo terreno esteja concluído; de referir que esta acção decorreu com a colaboração de arqueólogos do Instituto Português de Arqueologia.
- na encosta esquerda do vale da ribeira da Lage, nas imediações da gruta da Lage, com a definição de uma área envolvente de protecção deste sítio arqueológico, em colaboração com o Instituto Português de Arqueologia.

2.2.3 – Projectos de Investigação

As acções de escavação efectuadas no povoado pré-histórico de Leceia foram, até 1995, apoiadas por um Projecto de Investigação superiormente aprovado pelo então IPPC, desde 1983 dirigido pelo signatário. Porém, a diversidade cronológica das estações a que, no âmbito da sua actividade, o CEACO tem sido chamado a intervir, justificou a elaboração de novo Projecto de Investigação, melhor adaptado à realidade referida, o qual mereceu superior aprovação do IPPAR em 12/4/95 (ofício nº DA 94/1 (174). Com a criação do Instituto Português de Arqueologia, foi a responsabilidade da gestão desta área para ele transferida. Assim, submeteu o signatário à superior aprovação daquele, em março de 1998, o Projecto “Arqueologia no Concelho de Oeiras”, o qual foi classificado com a notação máxima de 5, pelo respectivo painel avaliador. Ficou, desta forma salvaguardado, um dos requisitos legais, que, de então para cá presidiram à realização das prospecções e escavações arqueológicas na área concelhia. Foi ao abrigo deste Projecto que foram realizadas as 18ª e 19ª campanhas de escavações no povoado pré-histórico de Leceia, em 2000 e 2001, bem como algumas das escavações e prospecções supra referidas, com excepção das acções preventivas e de emergência.

2.2.4 – Trabalhos Laboratoriais e de Gabinete

Foram realizados no CEACO, diversos trabalhos de investigação, sob orientação do signatário. Foi o caso do estágio científico do final da licenciatura em Biologia da Faculdade de Ciências de Lisboa de Filipa Reis

(Fauna de Carnívoros do povoado pré-histórico de Leceia) e do estágio de pós-graduação, apoiado pela Câmara Municipal de Oeiras, de Cleia Detry Cardoso e Cunha (Fauna de Mamíferos (com exclusão dos Carnívoros) do povoado pré-histórico de Leceia. Ambos, depois de revistos, serão publicados no Vol. 10 da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras” (o que veio a verificar-se).

No âmbito desta rubrica, avultam ainda os estudos laboratoriais realizados sobre materiais arqueológicos de diferentes épocas e proveniências, os quais deram ou darão origem a publicações em co-autoria, patrocinadas por entidades ou investigadores que ao CEACO solicitaram colaboração científica:

Prosseguiu ininterruptamente durante os anos de 2000 e 2001 o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação ou de divulgação, realizados no CEACO por desenhador de Arqueologia do Quadro da CMO, o Sr. Bernardo Lam Ferreira.

3. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Publicações

3.1.1 – Permutas

Manteve-se a permuta com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros. Em Dezembro de 2001, a revista “**Estudos Arqueológicos de Oeiras**” permutava com 126 revistas periódicas nacionais e internacionais, todas de carácter arqueológico, assim distribuídas por Países: Alemanha; Espanha; França; Inglaterra; Itália; Marrocos e Mónaco.

ALEMANHA

- Archäologische Nachrichten aus Baden – Institut Für Ur-Und Frühgeschichte Der Universität (Freiburg/Br.);
- Boreas (Münster);
- Romich – Germanische Kommission des Deutschen Archaeologisches Instituts (Frankfurt);
- Zeitspuren;

ESPANHA

- Al-Qannis – Taller de Arqueologia Y Prehistoria de Alcañiz;
- Anales de Arqueología Cordobesa – Facultad de Filosofía y Letras (Córdoba);
- Anales de Prehistoria y Arqueología – Universidad de Murcia;
- Antropología y Paleoeología Humana – Facultad de Medicina (Granada);
- Anuari d’Intervencions Arqueològiques – Servei d’Arqueologia, Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Aranzadiana – Sociedad de Ciencias Aranzadi (San Sebastian);

- Archivo Conquense – Museo de Cuenca;
- Archivo de Prehistoria Levantina – Servei de Investigació Prehistorica (València);
- Argensola – Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Bajo Aragon Prehistoria – Grupo Cultural Caspolino (Zaragoza);
- Berceo – Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Boletín Museu de Zaragoza;
- Boletín Avriense Museo Arqueológico Provincial de Ourense;
- Boletín del Museo Arqueológico Nacional – Museo Arqueológico Nacional (Madrid);
- Bolskan – Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Cuadernos de Arqueología de Deusto – Departamento de Prehistoria, Universidad de Deusto (Bilbao);
- Cadernos de Prehistoria y Arqueología – Universidade Autónoma de Madrid;
- Catálogo de Fondos del Museo Arqueológico – Museo Arq. Provincial de Alicante;
- Catálogo Monográfico – Fundación Río Tinto (Huelva);
- Cesaraugusta – Institución “Fernando el Católico” (Zaragoza);
- Ciências de la Tierra – Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Complutum & Complutum Extra – Bibl. de la Univ. Complutense (Madrid);
- Croa – Museo Arqueológico do Castro de Viladonga, Castro de Rey (Lugo);
- Cuadernos de Estudios Gallegos – Consejo Superior de Investig. Científicas (Madrid);
- Cuadernos de Prehistoria – Universidade de Granada;
- Escavacions Arqueològiques a Catalunya – Servei d’Arqueologia, Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Espacio, Tiempo y Forma – Facultat de Geografia e Història, U.N.E.D. (Madrid);
- Estrat – Sección d’Arqueologia del C.E.C.I. (Igualada – Barcelona);
- Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas – Museo de San Isidro;
- Gérion – Universidad Complutense (Madrid);
- Habis – Universidad de Sevilla;
- Historia de Ávila – Institución Gran Duque de Alba (Ávila);
- Huelva en su Historia – Universidad de Huelva;
- Ilerda – Institut d’Etudis Ilerdence de la Diputació de Lleida;
- Jornadas de Arqueología Fenicio-Púnica – Museu Arqueològic d’Eivissa I Formentera;
- Kobie – Diputación Foral de Bizkaia (Bilbao);
- Lucentum – Universidad de Alicante;
- Madrider Mitteilungen – Instituto Arqueológico Alemão (Madrid);
- Mélanges de la Casa de Vélasquez (Madrid);
- Memórias de Arqueologia Extremeña – Museu Arq. Prov. de Badajoz;
- Memórias de História Antigua – Universidade de Oviedo;
- Mérida – Consórcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica (Mérida);
- Monografías Arqueológicas – Museo d’Arqueologia de Catalunya (Barcelona);
- Monografías de Prehistoria y Arqueologia Castellonenses (Castelló de la Plana);

- Monografias del Museu Arqueológico de Valladolid;
- Monografias do Museu Arqueológico Provincial de Badajoz – Série Arqueológica;
- Munibe – Sociedad de Ciencias Aranzadi (San Sebastian);
- Polis – Universidad de Alcala (Madrid);
- Pyrenae – Depart. de Prehistoria, Història Antigua y Arqueología, Universidad de Barcelona;
- Quaderns de Difusió Arqueològica – Serv. de Invest. Arqueo. Municipal (València);
- Quaderns de Prehistoria y Arqueología de Castelló (Castelló de la Plana);
- Revista de Castrelos – Museo Municipal “Quiñones de Leon” (Vigo);
- Saguntum – Departamento de Prehistoria y d’Arqueologia (València);
- Série Arqueologica – Real Academia de Cultura Valenciana;
- Série Arqueológica Municipal – Serv. de Invest. Arqueo. Municipal (València);
- Série Historica de José Aparicio Perez (Valência);
- Série de Trabajos Vários – Servei de Investigació Prehistorica (València);
- Studia Historica, Historia Antigua – Ediciones Universidad de Salamanca;
- Tabona – Universidad de la Laguna (Tenerife – Canárias);
- Trabajos de Prehistoria – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid);
- Treballs d’Arqueologia – Universidad Autónoma de Barcelona;
- Treballs del Museu Arqueologic d’Eivissa I Formentera;
- Tribuna d’Arqueologia – Servei d’Arqueologia, Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Turiaso – Centro de Estudios Turiasonenses (Tarazona);
- Verdolay – Museu de Murcia;
- Zephyrvs – Ediciones Universidad de Salamanca;

FRANÇA

- Antiquités Nationales – Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye);
- Archéologie des Pyrénées Occidentales et des Landes (Anoye);
- Bulletin de la Société Préhistorique Ariège- Pyrénées (Foix);
- Mémoires de l’Institut de Préhistoire et d’Archéologie des Alpes Maritimes (Nice);
- Préhistoire Anthropologie Méditerranées – MMSH/LAPMO (Aix-En-Provence);
- Travaux de Préhistoire Catalane – Centre d’Études Préhistoriques Catalanes (Perpignan);

INGLATERRA

- Archaeological Reports – Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology;
- Buletin – Librarian Institut of Archeology;

- Durham Archaeological Journal – Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology;
- International Archaeology – University College London;

ITÁLIA

- Archivo di Tipologia Analítica – Università degli studi di Siena (Siena);
- Quaderni – Soprintendenza Archeologica (Cagliari);
- Sibirium – Centro di Studi Preistorici ed Archeologici (Varesse);
- Bulletino di Paleologia Italiana – Soprintendenza Archeologica (Cagliari);

MARROCOS

- Bulletin d'Archéologie Marocaine – Institut National des Sciences de l'Archeologie et du Patrimoine (Rabat);

MÓNACO

- Bulletin du Musée d'Anthropologie Préhistorique de Monaco;

PORTUGAL

- Algar – Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia;
- Al-ulyā – Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé;
- Al-madan – Centro de Arqueologia de Almada;
- Anais – Biblioteca da Universidade Autónoma de Lisboa;
- Anais do Município de Faro – Câmara Municipal de Faro;
- Arkeos – Instituto Politécnico de Tomar;
- Arqueologia e Indústria – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial;
- Arquivo de Cascais – Biblioteca da Câmara Municipal de Cascais;
- Atti della Società Toscana di Scienze Naturali – Bibli. Nac. – Serv. Port. de Trocas Internac.;
- Beira Alta – Assembleia Distrital de Viseu;
- Boletim Cultural – Câmara Municipal de Loures;
- Boletim Cultural – Câmara Municipal de Mafra;
- Cadernos de Arqueologia e Património – Gabinete de Arqueologia e Património, C. M. de Paredes de Coura;
- Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz – C. M. de Reguengos de Monsaraz;
- Cadernos de História Local – Associação Histórico-Cultural de Vila Nova da Barquinha;
- Cadernos do Centro de Estudos Epigráficos da Beira (Castelo Branco);
- Cadernos do Noroeste – Centro de Ciências Históricas e Sociais, Universidade do Minho;
- Câmara Municipal da Guarda;

- Conímbriga – Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra;
- Estudos Pré-históricos – Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta;
- Ficheiro Epigráfico – Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra;
- Fórum – Universidade do Minho;
- Gaya – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Matesinus – Gab. Munic. de Arqueologia e História da C. M. de Matosinhos;
- O Arqueólogo Português – Museu Nacional de Arqueologia;
- Portugália – Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Relatórios – Associação de Arqueologia da Amadora;
- Revista de Guimarães – Sociedade Martins Sarmento (Guimarães);
- Revista Portuguesa de Arqueologia – Instituto Português de Arqueologia;
- Sintria – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, Câmara Municipal de Sintra;
- Setúbal Arqueológica – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
- Techne – Instituto Politécnico de Tomar;
- Trabalhos de Arqueologia – Instituto Português de Arqueologia;
- Trabalhos de Arqueologia da EAM – Associação para o estudo da bacia do Mondego;
- Vipasca – Unidade de Arqueologia, Câmara Municipal de Aljustrel;
- Xelb – Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Câmara Municipal de Silves;

É de salientar a importância do acervo documental, de carácter especializado, assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Por outro lado, ao fazer chegar a numerosas instituições de diversos Países, além das nacionais, a actividade que, no domínio da Arqueologia, a Câmara Municipal de Oeiras vem desenvolvendo, contribui-se, decisivamente, para o conhecimento generalizado de importância e relevância de tal área científica e cultural, reconhecida nacional e internacionalmente, como se pode concluir pela importância das permutas estabelecidas.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

3.1.2 – Revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”

Em 2001, conforme o previsto no respectivo Plano de Actividades, foram editados dois números da Revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, destinada a publicar trabalhos científicos ou de divulgação, de carácter arqueológico, preparados no âmbito das actividades do CEACO ou por arqueólogos ou outros

investigadores para o efeito especialmente convidados. Assim o número 8, com data de 1999/2000, com 560 páginas, insere diversificado conjunto de artigos, dedicados à História da Arqueologia em Portugal, e estudos de personalidades relacionadas historicamente com o concelho de Oeiras, com destaque para o ensaio da autoria do Prof. Doutor António Pedro Vicente, Catedrático de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa sobre o Marquês de Pombal, nos 300 anos do seu nascimento e para a notícia bio-bibliográfica dedicada ao Doutor Georges Zbyszewski, eminente arqueólogo e geólogo, falecido em 1999, cujos contributos para a Arqueologia oeirense justificaram a outorga, em 1995, da Medalha de Mérito Municipal (grau Ouro). Outros artigos são de carácter temático, centrados no estudo exaustivo de materiais recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia (indústrias de pedra polida, moedas medievais e modernas), para além de um estudo de síntese sobre o mesmo. Enfim, a Idade do Bronze da região da baixa Estremadura, onde o concelho de Oeiras se inscreve, foi objecto de estudo de síntese, que constituiu as provas de Agregação em Pré-História do signatário, apresentadas em Junho de 2000. De referir, ainda, extenso artigo de opinião sobre o presente e futuro da Arqueologia em Portugal, da autoria de V. Oliveira Jorge, Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, bem como o belo prefácio redigido pelo Prof. Jorge Alarcão, Catedrático de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

O número 9, relativo a 2000, da referida Revista, constitui um balanço da investigação arqueológica desenvolvida no concelho de Oeiras nos últimos 30 anos, sendo a obra da autoria do signatário. Do Paleolítico Inferior Arcaico, à Alta Idade Média, são passados em revista sítios e materiais, cujo estudo e interpretação, integrados num contexto regional, constitui a essência da obra, com 191 páginas e de aspecto gráfico cuidado. Encontra-se no prelo o volume 10, de 2001/2002, o qual sairá no decorrer deste ano.

3.1.3 – Outras Publicações

Foram publicados, em 2000 e 2001, os seguintes estudos científicos, da autoria do signatário, directamente relacionados com a investigação arqueológica desenvolvida pelo CEACO no concelho de Oeiras, para além dos da sua autoria referidos em 3.1.2.:

CARDOSO, J. L. (1999) – La fin du Chalcolithique et la présence campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado. *Stvdivm Dilectvm*, Colectânea de Homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida. Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 159-183.

CARDOSO, J. L. (2000) – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO). Objectivos e actividades. *Centros Históricos – revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, Série II, 2, pp. 37-38.

CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*, Oxford, 19 (1), pp. 37-55.

CARDOSO, J. L. (2000) – O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 4, pp. 353-380.

CARDOSO, J. L. (2000) – Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da idade do Ferro (II e I milénios AC): breve síntese. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 5: 61-79.

CARDOSO, J. L. (2000) – *Copper Age hill-fort of Leceia*. Livro-Guia 6th. Annual Meeting European Association of Archaeologists (Lisboa, 2000), 29 p.

CARDOSO, J. L. & MAGRO, F. (2000) – Achados numismáticos em Leceia (Oeiras) – seu contributo para o conhecimento da História Local. *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Numismática/IV Congresso Nacional de Numismática* (Porto, 2000). Lisboa, Associação Numismática de Portugal, pp. 233-248.

Quintela, A. C., CARDOSO, J. L. & Mascarenhas, J. M. (2000) – *A Fábrica da Pólvora de Barcarena. Catálogo do Museu da Pólvora Negra*. Câmara Municipal de Oeiras, 80 p.

A acção do CEACO tem-se projectado, como se pode verificar pelas publicações listadas, muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras. Para além das publicações referidas e das permutas que viabilizaram, desde há alguns anos, a extensão da actividade desenvolvida tanto à totalidade do território nacional, como a diversos países através das permutas estabelecidas e das visitas guiadas realizadas (ver Capítulo 3.4 – Visitas Guiadas), devem ainda referir-se outros trabalhos científicos, publicados no decurso dos anos de 2000 e 2001, de que o signatário foi autor e co-autor e onde, embora não se relacionem directamente com a Arqueologia de Oeiras, foi expressamente indicada a sua qualidade de Coordenador do CEACO/CMO.

De destacar ainda a edição, em 2001, de BD intitulada *O Povoado Pré-histórico de Leceia*, com textos de Alexandre Gonçalves e desenhos de José Santos, e o apoio científico do signatário. O respectivo lançamento, realizado a 12 de Junho de 2001, na Livraria/Galeria Verney, foi presidido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

3.2 – Palestras

Nos anos de 2000 e 2001 o signatário proferiu as seguintes palestras no âmbito da arqueologia concelhia:

2000

- “Oeiras, o Tejo e o Mar: uma relação ancestral (da Pré-História à época romana”. Palestra proferida no V Encontro de História Local do concelho de Oeiras “Oeiras e a Expansão”, promovido pela Câmara Municipal de Oeiras (aguarda-se a publicação das respectivas actas).

- “The debate on the earliest human settlements in Portugal, in the european and mediterranean contexts: a history of research, present situation, and future prospects”. Palestra apresentada ao Colóquio de Tautavel (Tautavel, 2000), em colaboração com L. Raposo, “Les premiers habitants de l’Europe”, organizado por H. de Lumley. Descrevem-se diversas ocorrências portuguesas, com destaque para o importante sítio do Alto de Leião (Oeiras).

Integradas em visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia:

- a alunos da Universidade Atlântica;
- a participantes e expositores na FIARTIL/2000, feira de Artesanato do Estoril;
- a alunos e docentes da disciplina “Património Arqueológico”, da Escola Superior de Tecnologia de Tomar (Instituto Politécnico de Tomar);
- a ex-combatentes do STM e CCP na Guiné (1962/1965);
- a alunos da Licenciatura em Antropologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;
- a membros da Academia Portuguesa da História;

2001

“O Calcolítico da Estremadura visto através de um dos seus mais importantes sítios: o povoado pré-histórico de Leceia”. Palestra apresentada aos alunos do Seminário de Arqueologia da Licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dirigido pelo Prof. Doutor V. S. Gonçalves.

“Recursos minerais e sua exploração na Pré-História portuguesa: o abastecimento em anfíbolitos do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Palestra proferida no “VI Annual meeting International Commission on the History of Geological Sciences – Portugal”, subordinado ao tema “Geological Resources and History”.

Integradas em visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia:

- a membros do GEOTA (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente).

3.3 – Outras Colaborações ou Participações

No período a que diz respeito este Relatório de Actividades, o signatário encarregou-se das seguintes produções ou acções:

- “Arqueologia do Alto de Barronhos”. Texto destinado a brochura, solicitado pela DH/CMO;
- “Povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia da Fábrica da Pólvora”. Texto destinado a inclusão em “site” na Internet, a pedido da empresa Sercultur;
- Textos relativos ao povoado pré-histórico de Leceia destinados a gravação em painéis explicativos a construir junto à entrada daquele espaço arqueológico, em colaboração com o DPE/CMO.
- Vogal do Júri de concurso para provimento de um lugar do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Oeiras da carreira de Desenhador de Arqueologia.

3.4 – Visitas Guiadas

2000

Durante o ano de 2000 realizaram-se no âmbito das actividades deste Centro, trinta visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (preparatório, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município. O número total aproximado de visitantes foi de cerca mil de pessoas, assim distribuídas:

Fevereiro

Visita de jovens da faixa etária dos 11-15 anos, do Grupo Explorador 41 dos Escoteiros de S. Domingos de Rana (cerca de 30 jovens);

Março

Visita de grupo de alunos do 3º ano, da licenciatura em Antropologia, cadeira de Antropobiologia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (cerca de 18 alunos);

Visita de grupo de professores do Centro de Formação de Professores de Carnaxide “Formar para Educar” em colaboração com a D.E./C.M.O., no âmbito do projecto “Conhecer Oeiras” (cerca de 30 pessoas).

Abril

Visita de grupo de alunos e professores do Departamento de Pré-história da Universidade de Valladolid, Espanha, organizada pela Associação Leonel Trindade de Torres Vedras (cerca de 55 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 4º ano, da Escola n.º 5 de Oeiras (cerca de 20 alunos);

Visita de grupo de alunos da Escola Básica do 1.º ciclo de Barcarena n.º 1 – clube dos tempos livres (cerca de 15 alunos);

Visita de grupo dos participantes no programa da D.A.S./C.M.O., “Reencontro com o Concelho – À Descoberta de outros Concelhos” (cerca de 40 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, do Externato “O Baloço”, da Amadora (cerca de 35 alunos).

Mai

Visita de arqueólogos franceses, em deslocação a Portugal, por ocasião da realização de colóquio internacional de Arqueologia em Reguengos de Monsaraz (2 pessoas);

Visita de grupo de participantes em Seminário de Arqueologia organizado pelo I.G.M. (cerca de 50 pessoas);

Visita de grupo de membros da Academia do Bacalhau, á Sala de Arqueologia (cerca de 70 pessoas);

Visita de grupo de ex-militares do S.T.M. e C.C.P. (1962/65 – Guiné), a pedido do Gabinete do Senhor Vereador Arnaldo Pereira – Pelouro do Desporto, Património e Centros Históricos (cerca de 40 pessoas).

Julho

Visita de grupo de alunos da faixa etária dos 4–10 anos, do Externato Júlio César de Lisboa (cerca de 25 alunos);

Visita do arqueólogo Dr. Miguel Cura e Morera e esposa do Instituto Proto História de Buenas Letras de Barcelona (2 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 7º, 8º, e 9º. anos do Centro Hellen Keller de Lisboa (cerca de 20 alunos);

Visita de grupo de jovens dos 10/12 anos do Centro Hellen Keller de Lisboa (cerca de 25 jovens);

Visita de grupo de jovens dos 10/12 anos, integrados no Projecto “Conhecer o Concelho de Oeiras” do G.A.J./C.M.O. (cerca de 40 jovens);

Visita de grupo dos participantes no programa “Circuitos Turísticos”, organizado pelo Sector do Turismo da D.C.T./C.M.O. (cerca de 20 pessoas).

Agosto

Visita de membros da Associação “Costa do Estoril” (cerca de 30 pessoas);

Setembro

Visita de grupo de professores, organizada pela Divisão de Património Histórico Cultural da Câmara Municipal de Cascais e Gabinete de Arqueologia, em colaboração com o Sector do Turismo/C.M.O (cerca de 50 pessoas);

Visita dos participantes no 6º. Encontro da Associação Europeia de Arqueólogos, em colaboração com o IPA (cerca de 20 pessoas);

Outubro

Visita dos participantes no programa “Reencontro com o Concelho – À descoberta de outros Concelhos”, do Sector de Acção Social/C.M.O. (cerca de 30 pessoas);

Visita de alunos do 4º. ano da Cooperativa de Ensino “A Torre” do Restelo (cerca de 25 alunos);

Visita de grupo de crianças dos 6 aos 9 anos do Jardim de Infância “O Nosso Miminho” (cerca de 15 crianças)

Novembro

Visita de membros do Centro de Formação de Professores de Carnaxide “Formar para Educar” organizada em colaboração com a D.E./C.M.O. (cerca de 20 pessoas);

Visita de alunos do 7º ano, da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, de Paço de Arcos (cerca de 30 alunos);

Visita de alunos do 10º ano da disciplina de História de Arte, da Escola Secundária Seomara da Costa Primo, da Amadora (cerca de 25 alunos);

Visita de alunos do 10º. ano da disciplina de História de Arte da Escola Secundária Sebastião e Silva (cerca de 50 alunos);

Dezembro

Visita de grupo de alunos do 7º ano, da Escola B, 2, 3 Secundária José Falcão, de Miranda do Corvo (cerca de 50 alunos);

Visita de membros da Academia Cultural para a Terceira Idade de Oeiras – cadeira de Antropologia Cultural e Física (cerca de 30 pessoas);

2001

Durante o ano de 2001 realizaram-se no âmbito das actividades deste Centro, vinte e cinco visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (preparatório, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no integradas em visitas ao Concelho, organizadas pelo Município. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de mil pessoas, assim distribuídas:

Janeiro

Visita de grupo de alunos do 4º. ano, da Escola nº. 4 de Oeiras (cerca de 50 alunos);

Visita de grupo de alunos do 4º. ano, da Escola Nova Apostólica (cerca de 55 alunos);

Março

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola Básica dos 2º. e 3º. ciclos de Freiria, Torres Vedras (cerca de 60 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola Básica dos 2º. e 3º. ciclos de Freiria, Torres Vedras (cerca de 50 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola Básica dos 2º. e 3º. ciclos de Freiria, Torres Vedras (cerca de 56 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola B., 2, 3 de S. João da Talha (cerca de 45 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola B., 2, 3 de S. João da Talha (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo de alunos do 7º. ano, da Escola B., 2, 3 de S. João da Talha (cerca de 48 alunos);

Visita de grupo dos aposentados do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (cerca de 70 pessoas);

Mai

Visita dos participantes no programa “Reencontro com o Concelho – À descoberta de outros Concelhos”, da D.A.S./C.M.O. (cerca de 25 pessoas);

Visita dos participantes no programa “Circuitos Turísticos” do Sector do Turismo da D.C.T./C.M.O. e de alguns particulares (cerca de 25 pessoas);

Visita de grupo de alunos do 5º. Ano da Escola B., 2, 3, António Sérgio, do Cacém (cerca de 45 alunos);

Junho

Visita de grupo de alunos do 7º. Ano, da Escola ., 2, 3 do Cartaxo (cerca de 50 alunos);

Outubro

Visita de grupo de reformados do Banco de Portugal (cerca de 50 pessoas);
Visita de grupo de alunos do 6.^a Ano da Escola B., 2, 3 de Caxias (cerca de 60 alunos);
Visita de grupo de alunos do 7.^o Ano da Escola B., 2, 3 de Caxias (cerca de 60 alunos)
Visita de grupo de alunos do 5.^o ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 50 alunos);
Visita de grupo de membros da Academia do Centro Social Paroquial de Olivais Sul (cerca de 40 pessoas);
Visita de grupo de alunos do 5.^o Ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 50 alunos);
Visita de grupo de alunos do 5.^o Ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 50 alunos);
Visita de grupo de alunos do 5.^o Ano, da Escola Salesiana de Manique (cerca de 50 alunos);
Visita de alunos do 4.^o Ano, do Externato “A Palmeirinha”(cerca de 15 alunos);

Novembro

Visita de grupo dos participantes no programa “Avô Jovem”, organizado pelo Gabinete Médico e D.A.S./C.M.O.(cerca de 45 pessoas);
Visita de grupo de alunos do Instituto Politécnico de Tomar (cerca de 16 pessoas);
Visita de alunos do 7.^o Ano da Escola Básica 2, 3, Visconde de Juromenha da Tapada das Merçês (cerca de 50 alunos)

3.5 – Exposições Permanentes

As visitas de estudo supra descritas foram, sempre que nisso houve interesse ou disponibilidade dos respectivos participantes, acompanhadas pela visita à Sala de Arqueologia da Fábrica da Pólvora de Barcarena, dedicada inteiramente à exposição monográfica sobre o povoado pré-histórico de Leceia. Trata-se, deste modo, de equipamento cultural indispensável a uma cabal compreensão da natureza e significado daquela estação arqueológica, servindo para todos aqueles que a visitam, para além do público em geral. A visita permite tomar contacto com numerosos e diversificados materiais arqueológicos ali recolhidos, bem como a observação de diversas maquetas, com destaque para uma, que reproduz rigorosamente, à escala de 1/25, as estruturas arqueológicas postas a descoberto. De salientar que esta maqueta foi objecto, em 1999, da instalação de um dispositivo simultâneo de luz e som, o primeiro, no seu género, montado em Portugal.

3.6 – Outras Colaborações

2000

Janeiro

Foi endereçado ao signatário, pedido de parecer por parte de Mahane Jilali Kénitra – Marrocos, Professor de História, e investigador na área da civilização islâmica na Península Ibérica, o qual foi satisfeito.

Foi dirigido ao senhor Vereador da Cultura da CMO, pela Escola Profissional de Arqueologia, da Área Arqueológica do Freixo, ofício n.º 1135/99 relativo a solicitação de exemplar da Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, no âmbito de acção de intercâmbio de publicações e aquisições de Cartas Arqueológicas e Inventários Patrimoniais. Após tal pedido ter sido remetido para o CEACO, foi enviado o exemplar pretendido, bem como ficha respectiva, enviada por aquela Escola Profissional, relativa a Cartas Arqueológicas de Portugal.

Fevereiro

Foi solicitada pelo D.P.E./C.M.O, informação sobre as verbas dispendidas com as Acções de Restauro do Mosaico Romano de Oeiras, tendo em vista a elaboração de caderno para pedido de subsídios ao Ministério da Cultura, por parte da C.M.O., através do Gabinete do Senhor Vereador Arnaldo Pereira.

Foi prestada colaboração e apoio bibliográfico a Alexandra Bento, do Jornal de Notícias da Amadora, no âmbito da elaboração de artigo relativo ao povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia.

Foi solicitado ao CEACO, a colaboração e acompanhamento das obras de construção da EN 249-3 Variante Nó de Oeiras da A5 / S. Marcos, pelo Dr. Carlos Ramos, do I.E.P. e Dr.ª. Luciana de Jesus da empresa GeoArque. Este pedido foi formalizado Dr. Carlos Ramos.

Até meados de Setembro, foi prestado o acompanhamento das referidas obras pelo signatário, e pela Técnica Superior Dr.ª. Conceição André, à Dr.ª. Luciana de Jesus na zona das estações referenciadas na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, vol. 4 dos EAO, nas imediações do Tagus Park, onde foi recolhido algum espólio de superfície, entretanto depositado no CEACO.

Março

Foi solicitado pela Dr.ª. Maria José Bastos, da Editora Plátano, autorização para a inclusão, no Manual de História e Geografia de Portugal do 5.ª. Ano de escolaridade, da autoria da Dr.ª. Áurea Duarte Ferreira, da imagem de foice denticulada (foice reconstituída), do Bronze Final, da estação da Tapada da Ajuda estudada pelo signatário, o que foi concedido.

Mai

Foi prestada colaboração e apoio bibliográfico a Carla Ferreira, aluna do 9.º. Ano da Escola Secundária Sebastião e Silva, na realização de trabalho para a disciplina de Artes Visuais, sobre Património e sua classificação, tendo como exemplo o povoado pré-histórico de Leceia.

Foi prestada colaboração e apoio bibliográfico a Eduardo Moura, aluno da licenciatura em Antropologia, do ISCTE, na execução de trabalho sobre o povoado pré-histórico de Leceia.

Foi solicitada ao CEACO, por funcionária do Jornal Rota das Linhas, confirmação de dados relativos às visitas realizadas no povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia (horários, n.º. de visitantes e outros), obtidos através do Roteiro da Agenda 30 Dias editada pela C.M.O., visando a sua inclusão no Roteiro daquele Jornal.

Foi contactado o CEACO pelo Dr. Filipe Vieira de Castro do CNAS, sobre os canhões na zona das obras do molhe de abrigo junto à Piscina Oceânica, no decurso da intervenção ali efectuada.

Foi solicitado pela Dr^a. Isabel Garcia, Chefe da Divisão de Cultura e Turismo da CMO, resposta ao inquérito do Instituto Nacional de Estatística, relativo ao Financiamento Público das Actividades Culturais dirigido à CMO, no que respeita ao CEACO.

Foi solicitado parecer, pelo Arq^o. Carlos Reis, do GPE/CMO, sobre o Plano de Urbanização para o Ordenamento e Reversão de Leceia-Sul – Proximidade ao Castro de Leceia – Processo 3 GPE/96.

Junho

Foi endereçado a este Centro pelo Sr. José Luís Farinha, pedido de informação relativa ao povoado pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia, no que respeita a aspectos de Divulgação e Valorização.

Julho

Foi solicitado pelo Instituto Português de Arqueologia (IPA) o acompanhamento das obras de demolição do bairro clandestino e posterior urbanização do Alto dos Barronhos em Carnaxide. Desde essa data deslocou-se regularmente a esse local a Técnica Superior deste Centro, Dr^a. Conceição André, por vezes acompanhada do signatário, com o objectivo de prestar o acompanhamento solicitado, bem como proceder à recolha de material de superfície, que actualmente se conserva neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Ulteriormente, foi recebido neste Centro pedido de esclarecimento por parte da DIPE/DPGU/CMO, após recepção na CMO de Ofício do IPA, relativo às obras de construção na estação arqueológica do Alto dos Barronhos – Carnaxide o qual foi de imediato prestado.

Foi realizada, com o apoio da D. Habitação/DPH/CMO, sondagem mecânica a 01/01/12, a pedido do IPA, para averiguar o verdadeiro potencial arqueológico do Alto dos Barronhos.

Foi dirigido ao IPA ofício, na sequência dos trabalhos realizados, para informação do trabalho de acompanhamento, recolha e prospecção arqueológica realizadas pelo CEACO, e também, em relação à realização de escavação arqueológica no local de maior concentração de materiais arqueológicos, o que se verificará logo que esteja concluída a demolição de casa existente no local onde se onservou a maior concentração de vestígios.

Na sequência de pedido de intervenção pelo IPA relativamente ao alto dos Barronhos, foram igualmente observadas as estações inventariadas na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, Queijas 1 e Queijas 2, onde foi recolhido espólio de superfície.

Agosto

Foi solicitado parecer pelo Prof. J. M. Constantino, Director do DASC/CMO, com base em solicitação oriunda da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, delegação de Mértola, relativa a Estágios Profissionais no domínio da museografia arqueológica.

Foi solicitado pelo Arq^o. Alexandre Lisboa do DPE/CMO, parecer e acompanhamento das obras de beneficiação na rua Costa Pinto e zonas envolventes, em Paço de Arcos.

Novembro

Foi prestado apoio bibliográfico a Ana Teresa Braga, aluna do 1.º ano do curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar, no âmbito de trabalhos para as cadeiras de Introdução à Arqueologia e de Pré-história.

Dezembro

Pedido de informação do Dr. Paulo Pereira, Vice-Presidente do IPPAR, sobre o Povoado Pré-histórico de Leceia – Valorização e historial do processo de expropriação.

Foi pedido parecer ao signatário, pelo Dr. Luís Macedo e Sousa Responsável do Gabinete de Comunicação/C.M.O., após solicitação, do Dr. António Sousa, membro da Direcção Nacional da Ordem dos Biólogos, no sentido de obter exemplares da publicação “Moluscos Marinhos da Ilha de S. Vicente” editada pela C.M.O. (em cujo processo interveio o signatário) destinados a uma exposição-venda de publicações, no Colóquio Nacional de Malacologia, realizado no Mês de Janeiro de 2001, no Oceanário de Lisboa.

2001

Fevereiro

Pedido de parecer sobre o possível fecho das grutas de Leceia, endereçado pela Arq^a. Antónia Lima, Directora do DPGU/CMO com base em anterior informação da Secção de Fiscalização, DPM/CMO.

Março

Foi solicitado pelo Arq^o. Carlos Reis do DPE/CMO, textos informativos destinados aos painéis referentes ao povoado pré-histórico de Leceia, no âmbito do Projecto de Arranjo Exterior, a cargo daquele Departamento. Esta solicitação foi assegurada pelo signatário, já anteriormente referida.

Foi solicitado ainda pelo Arq^o. Carlos Reis do DPE/CMO, cópia do ofício n.º 11/2000/CEACO, relativo a: “Estação Eneolítica de Leceia – Valorização e historial do processo de expropriação”, dirigido ao Dr. Paulo Pereira, Vice-Presidente do IPPAR, enviado a 00/12/18.

Abril

Foi endereçada a este Centro, pedido de colaboração pela Dr^a. Filipa Ramalhete do Gabinete da Área Metropolitana de Lisboa, na realização de Carta do Património, visando a edição de CD-ROM no final de 2001. Foi-lhe prestado apoio bibliográfico e diversa documentação gráfica; o acompanhamento directo do assunto foi assegurado pela Técnica Superior deste Centro, Dr^a. Conceição André, no respeitante ao Património Arqueológico do Concelho de Oeiras.

Foi contactado o CEACO pelo Sr. João Figueiredo, funcionário do Sector de Turismo/DCT/CMO, para parecer sobre locais de possível interesse arqueológico em Carnaxide, afectados por obras de construção, nomeadamente: em Queijas, zona de estação paleolítica inventariada na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, e em Carnaxide, junto à Igreja da Sr^a. da Rocha. Foram efectuadas diversas deslocações, durante o mês em causa e ulteriormente, aos locais referidos na companhia daquele funcionário.

Foi prestada colaboração e apoio bibliográfico a Ana Patrícia Alho, aluna do 2.º Ano do Curso de História da Universidade Lusíada, na realização de trabalho relativo ao povoado pré-histórico de Leceia, para a cadeira de Arqueologia daquele Curso.

Foi solicitado pela Dr.ª Isabel Carvalho, da Biblioteca Municipal/CMO, a cedência de réplicas de peças arqueológicas, e fotografias para efeitos de exposição organizada na Biblioteca Municipal de Oeiras no dia 19 de Abril, por ocasião da comemoração do “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios”.

Maio

Foi remetida ao CEACO, cópia de ofício do Instituto Português de Arqueologia, relativo a Plano de Urbanização junto à Estação Arqueológica do Castro de Leceia, dirigido à CMO, pelo Arq.º Carlos Reis, para conhecimento e parecer.

Foi efectuada reportagem sobre o povoado pré-histórico de Leceia, pelo jornalista André Teixeira, da Agência Lusa, com o apoio e esclarecimentos do signatário, a qual foi publicada no Jornal de Notícias e na Capital, no dia 21 de Maio.

Foi solicitado parecer pelo Sr. Vitor Cardoso, para a identificação de possíveis achados em zona junto das Grutas de Leceia.

Foi solicitado pelo Sr. Carlos Pires do GAJ/CMO, o acesso ao Povoado Pré-histórico de Leceia, no dia 27 de Maio, por ocasião da realização de “Rally Papper” no âmbito das Actividades da Comissão Municipal de Juventude (Ambiente e Património).

Junho

Foi solicitado pela Sr.ª D. Maria Aguiar, do Jornal da Região, apoio bibliográfico e colaboração na elaboração de artigo sobre a arqueologia no concelho de Oeiras.

Foi solicitada pela Sr.ª D. Ana Monteiro, jornalista da Antena 1, informação resumida para apresentação de notícia sobre lançamento da BD “O Povoado Pré-histórico de Leceia”, no dia 01/06/12, na Galeria Verney. Esta informação e outras, então prestadas, estiveram na origem de uma entrevista radiofónica com o signatário, transmitida em directo pela Antena 1 da RDP, no programa diário de Filomena Crespo.

Julho

Foi dirigido ao Senhor Presidente da CMO, Ofício da Assembleia da República, acompanhado do Requerimento n.º 395/VIII – 25 de Maio de 2001, apresentado pela Deputada Heloísa Apolónia, relativo ao Povoado Pré-histórico de Leceia, inquirindo sobre aspectos relacionados com a sua conservação e classificação. Após Despacho do Senhor Presidente foi preparado ofício, de resposta (datado de 11 de Julho), através do qual foram prestados todos os esclarecimentos solicitados, bem como foi oferecida uma colecção da série EAO.

Foi solicitado ao CEACO resposta relativa à Sala de Arqueologia, pelo Instituto Nacional de Estatística, que, em parceria com o Observatório das Actividades Culturais, realizou inquérito destinado aos Museus, com o objectivo de proceder a análise de conteúdo, conceito e metodologia dos mesmos.

Agosto

Foi solicitado pela Zoom Out – Produção e Formação de Teatro, Cinema e Vídeo, autorização para a realização de filmagens de episódio da série televisiva intitulada “Bastidores”, usando como cenário o povoado pré-histórico de Leceia.

Foi prestada colaboração e acompanhamento a Gonçalo Gracias da Fontoura, aluno do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Valorização do Património Cultural Português, na realização de trabalho relativo ao Povoado Pré-histórico de Leceia e respectiva Exposição Monográfica, para a cadeira de Museologia daquele Curso.

Foi solicitada por Marta Sofia Domingues, aluna do 4.º Ano do Curso de Design de Comunicação, da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, autorização para a realização de registo fotográfico do povoado pré-histórico de Leceia, no âmbito da realização de trabalho teórico-prático, para a disciplina de História de Arte Portuguesa, daquele Curso.

Foi solicitada pela Dr.ª Carla Castro, do Departamento de Habitação/CMO, através do fax n.º 573/2001 do DH de 01/08/29, informação no âmbito Histórico – Arqueológico sobre o Alto dos Barronhos, destinada à elaboração de texto a integrar no Manual de Morador do programa habitacional da Alto dos Barronhos. Esta solicitação teve resposta por parte do signatário, já anteriormente referida.

Foi endereçado pela Revista *Al-madan*, do Centro de Arqueologia de Almada, através do ofício n.º 378/2001, Inquérito relativo aos Sítios Arqueológicos visitáveis, visando a publicação na próxima edição da revista *Al-madan*, o que se verificou no seu n.º 10 (2002), no qual se incluiu uma ficha sobre o povoado pré-histórico de Leceia.

Setembro

Foi endereçada a este Centro, solicitação de Diana Coelho, da Sercultur, site na Internet de divulgação cultural, no sentido de obter informações relativas ao Povoado Pré-histórico de Leceia e Sala de Arqueologia. As mesmas incluíam texto foram preparados pelo signatário, incluindo documentação fotográfica e gráfica, bem como mapa de itinerário.

Outubro

Foi solicitado pelo Sr. Luís Alexandre, técnico do Museu de Cerâmica de Sacavém, informação sobre a possibilidade de venda à consignação de 10 exemplares do volume 3 dos EAO, em exposição a inaugurar no dia 31 de Outubro no Museu Municipal de Loures, sobre rios e riachos da várzea de Loures. Tal solicitação deveu-se ao facto de o referido volume possuir artigo relacionado com o tema da exposição. Foi dada indicação e encaminhamento para o Gabinete de Comunicação para se proceder à referida venda por consignação.

Solicitação de Carla Rocha, do Gabinete de Comunicação, para realização de entrevista sobre o volume 9 dos EAO para a Revista Municipal da CMO, o que foi concretizado.

Foi solicitado pela firma Imoplus, através de Ofício dirigido ao Senhor Presidente da CMO, datado de 01/10/08, após pedido de parecer ao IPPAR, o acompanhamento arqueológico das obras de execução das infra-estruturas do loteamento “Parque de Santa Cruz”, em Carnaxide. Por fax do CEACO de 01/10/16, foi informada a Imoplus da intenção e disponibilidade de proceder de imediato ao acompanhamento solicitado, propondo a realização de reunião para o efeito a qual teve lugar no local das obras, a 01/10/26, com o Sr. Eng.º Pedro Félix, da Imoplus. Este assunto teve largo desenvolvimento em 2002, pelo que não será objecto de mais referências.

3.7 – Restauro do Mosaico Romano de Oeiras

Trata-se da recuperação do mosaico da rua das Alcássimas, em Oeiras. Durante o ano de 2000, prosseguiu o trabalho de restauro desta importante peça patrimonial e museológica concelhia, tendo sido concluída a segunda fase, já nos inícios de 2001, correspondente à fixação do mosaico em placas amovíveis de resina sintética, que constituem o suporte rígido da peça. O referido trabalho foi executado por técnicos especialistas do Museu Monográfico de Conímbriga. Aguarda-se que a recuperação do imóvel, situado no Centro Histórico de Oeiras (propriedade municipal) se realize, de modo a permitir o retorno do mosaico ao seu lugar primitivo.

4 – CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2000 e 2001 no CEACO deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Verificou-se uma estabilização de visitantes ao povoado pré-histórico de Leceia e à respectiva exposição monográfica, patente na Sala de Arqueologia da Fábrica da Pólvora, integrados em visitas guiadas. Tal situação denuncia prática, já adquirida, especialmente por parte dos estabelecimentos escolares concelhios, de promoverem visitas de estudo regulares àquela estação arqueológica e ao referido espaço museológico.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” mantém ou estabeleceu permuta, no decurso de 2000 e 2001. Verifica-se, com efeito, que, no final de 1999 se recebiam 39 revistas nacionais e 85 internacionais, tendo, em 2001, tais valores sofrido acréscimo, facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional. Contabilizando-se o custo de cada uma das revistas permutadas, verificar-se-ia que parte muito significativa dos investimentos realizados com a publicação da revista em causa ficariam grandemente minorados.

Os factos aludidos neste Relatório evidenciam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, tanto nacionais como internacionais, da valia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO – apesar do seu limitado quadro técnico-científico – constituindo, decerto, estímulo para prosseguir, com vontade e empenho acrescidos, no espírito de equipa que anima todos os que aqui trabalham.

Barcarena, 18 de Fevereiro de 2002

O Coordenador do Centro de Estudos
Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Doutor João Luís Cardoso



Oeiras
Marca o ritmo

